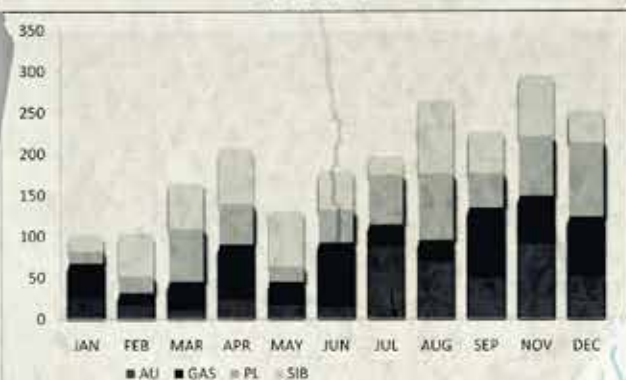


FINAL SALES



Resgate da Memória Contábil nos Estados

Item	Value	%
Platinum	\$277.00	39.80%
Silver	\$501.00	33.80%
Copper	\$370.00	37.20%
Steel	\$491.00	36.00%
Beryllium	\$371.00	19.80%
Manganese	\$205.00	1.80%
Aluminum	\$539.00	33.00%
Chrome	\$597.00	18.60%
Nickel		9.20%
		7.80%
		8.40%
		21.20%
		6.00%
		36.00%
		37.20%
		118.55
		246.43
		184.79
		811.19
		708.98
		808.04

Resgate da Memória Contábil nos Estados

Palavra do Presidente

Apresentação

Esta publicação é uma compilação dos 27 (vinte e sete) trabalhos técnicos recebidos dos 27 Estados da Federação, que atenderam ao disposto no Regulamento Geral do Concurso de Trabalhos Técnicos sob o tema “Resgate da Memória Contábil nos Estados”, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

O concurso Resgate da Memória Contábil nos Estados visa estimular os profissionais da contabilidade, regularmente inscritos em Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), e os estudantes da área contábil para uma reflexão sobre o papel da Contabilidade nos estados e no País.

Os trabalhos técnicos foram recepcionados pelas Comissões Regionais dos Conselhos Regionais de Contabilidade de cada estado e encaminhados ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para avaliação e parecer da Comissão Organizadora e Julgadora, designada pela Portaria CFC n.º 69/2016.

A Comissão Organizadora e Julgadora do CFC, composta por Nelson Zafra, José Eustáquio Giovanini, Juliana Aparecida Soares Martins, Marisa Luciana Schwabe de Moraes, Regina Célia Nascimento Vilanova e Sergio Faraco, sob a coordenação do primeiro, realizou uma primeira etapa de avaliações “por pares”. Como resultado dessa primeira etapa de avaliações, foram classificados cinco trabalhos que foram submetidos a uma segunda etapa de avaliações, realizada por todos os membros da Comissão.

Dessas etapas, resultaram os três trabalhos premiados:

- **São Paulo** – Trabalho intitulado “Resgate da Memória Contábil nos Estados” – Autores: Angela Zachinelli Alonso e Alexandra Aparecida Leme Maure.
- **Rio Grande do Sul** – Trabalho intitulado “A Origem da Contabilidade no Rio Grande do Sul: primeiras evidências, fortalecimento e consolidação” – Autores: Marco Aurélio Gomes Barbosa e Ernani Otti.
- **Acre** – Trabalho intitulado “História da Memória Contábil nos Estado do Acre” – Autor: Marcelo do Nascimento França.

Destacamos que os conteúdos e a forma de apresentação dos Trabalhos Técnicos contidos nesta publicação são de responsabilidade única e exclusiva dos autores, dado que os referidos trabalhos estão apresentados na íntegra e no seu formato original.

Comissão Organizadora e Julgadora do CFC
Portaria CFC n.º 69/2016

História da Memória Contábil no Estado do Acre



Marcelo do Nascimento França

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Acre

Trabalho apresentado à Comissão Estadual, como exigência para participar do Concurso de Trabalhos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), com o tema “Resgate da Memória Contábil nos Estados”.

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	6
Introdução	7
1. As Origens do Ensino da Contabilidade no Acre	9
1.1 O Guarda Livro nos Seringais Acreanos	9
1.2 A Escola Técnica de Comércio Acreana	11
1.3 O Curso Técnico em Contabilidade no Acre	14
2. As Entidades Representativas da Profissão	16
2.1 Associação dos Contabilistas	16
2.2 Sindicatos da Classe no Estado do Acre	17
2.2.1 Sindicatos dos Contabilistas do Estado do Acre (SINCONTACRE)	17
2.2.2 O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Acre (SESCAP-AC)	18
2.3 Órgãos de Registro e Fiscalização da Contabilidade	19
2.3.1 A Delegacia do Conselho de Contabilidade	19
2.3.2 O Conselho Regional de Contabilidade do Acre	20
3. O Ensino Superior no Estado do Acre	22
3.1 Instituição de Ensino Particular	22
3.2 A Instituição de Ensino Público Superior	23
3.3 Exame de Suficiência e a Qualidade do Ensino.....	23
3.3.1 9º – Exame de Suficiência – Versão I/2004.....	25
3.3.2 10º – Exame de Suficiência – versão II/2004.....	26
Conclusão	29
Referências	31

Agradecimentos

Ao Jornalista **FREUD ANTUNES** que nos auxiliou colhendo algumas informações que enriqueceram nosso trabalho;

Ao contador **VALMIKI FRANCISCO DA SILVA** que gentilmente nos forneceu informações sobre a Associação dos Contabilistas do Estado do Acre – ACEAC criada em 15 de Abril de 1977 na pessoa de quem agradeço os membros da primeira Diretoria: NORIVAL CAMARGO VALADÃO; VALMIKI FRANCISCO DA SILVA; ANTÔNIO PAULINO DA SILVA; CÉLIO MONTEIRO DA SILVA; CARLITO TELES DE ANDRADE;

Ao contador **FRANCISCO BRITO DO NASCIMENTO** que gentilmente nos forneceu informações sobre O Sindicato dos Contabilistas do Estado do Acre – SINCONTACRE que foi criado em 21 de Março de 1989, na pessoa de quem agradeço aos membros da primeira Diretoria: MAURÍCIO RODRIGUES BURITÍ; FRANCISCO ANDRADE CACAÚ; MARIA FERNANDES DA SILVA NOGUEIRA; DEYSE RODRIGUES FERREIRA; ANTÔNIO DE PÁDUA VASCONCELOS DA CUNHA; LENY RODRIGUÊS LIMA;

A Delegada do CRCAC Técnica em Contabilidade **DAYSE RODRIGUES FERREIRA** pelos serviços prestados a frente da Delegacia do Conselho Regional do Estado do Amazonas;

Ao contador **MANUEL CORREIA LIMA NETO** pelos serviços prestados como 1.º Presidente do CRCAC, instalado em 19 de Janeiro de 1996, na pessoa de quem agradeço aos membros da primeira Diretoria: JOSE DE ANCHIETA BATISTA; MARCONDES BARROSO DE ARAÚJO; CATARINA DE SOUZA ALMEIDA; ROSA SATIKO NAKAMURA; RONALDO EREMITH DE SOUZA; JOSÉ MAURÍCIO BATISTA DO PRADO; ESPERIDIÃO MENEZES FILHO E DAYSE RODRIGUES FERREIRA;

Ao contador **NATALÍCIO GOMES SILVA** que gentilmente forneceu informações sobre o Sindicato e pelos serviços prestados como a frente da Presidência do SESCAP-AC, que foi fundado no dia 19 de novembro de 2001, na pessoa de quem agradeço aos demais Presidentes e membros das Diretorias pela parceria;

Aos **PROFISSIONAIS CONTÁBEIS** pelos serviços prestados à profissão contábil: **CLAUDIO DE HOLLANDA CASTRO; EDIVALDO DOS SANTOS BATISTA; DAYSE RODRIGUES FERREIRA;**

A Diretora do CRCAC contadora **ISABELLA CRISTINA MELO DA SILVA** pelo auxílio nas informações do Conselho de Contabilidade e pela lealdade durante o tempo em que estivemos na Presidência do Conselho Regional.

Aos funcionários do **CORINES** (Coordenação de Registros e Inspeção Escolar) do Estado do Acre na pessoa do Coordenador **GLAUBER NILSON ABECASSIS DOS SANTOS** e da Funcionária Rose pelo acolhimento e atenção durante a pesquisa.

A minha FAMÍLIA, **JANDIRA** e minhas filhas **MARCELLA E JULLIANA** e aos meus pais **GILBERTO FRANÇA** e **ALADIR DO N. FRANÇA** pelo incentivo nos momentos de dificuldade.

Enfim, ao nosso Senhor **JESUS CRISTO** por ter permitido a realização deste trabalho, pois sem a sua presença e aprovação nada seria possível.

Resumo

Em 1943 o Decreto-Lei n.º 6.141 de 28.12.1943 estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Comercial, fazendo surgir o curso comercial básico articulado com o ensino primário e os cursos comerciais técnicos, com o ensino secundário. Antes desse período, o profissional de contabilidade conhecido como “guarda-livros” fazia apenas o registro dos livros mercantis das empresas comerciais e no caso do Acre dentre elas as Empresas dos Seringais. Por meio de uma pesquisa através do método quantitativo e descritivo, utilizando-se de fontes bibliográficas e de registros em Diário Oficial, Livros, Atas, jornais, dentre outros documentos buscamos descrever a história da memória contábil no Estado do Acre, identificando e descrevendo as principais instituições da área contábil que fazem parte dessa história. A partir da Escola Técnica de Comércio Acreana (ETCA), profissionais foram formados e criaram diversas instituições dentre elas: A Associação dos Contabilistas do Acre – ACEAC em 1977, o Sindicato dos Contabilistas e Contadores do Estado do Acre – SINCONTACRE em 1989, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Acre (SESCAP - AC) em 2001; A Delegacia do Conselho de Contabilidade do Acre - DCCA e finalmente o Conselho Regional de Contabilidade do Acre – CRCAC em 1996. A pesquisa concluiu que todas as instituições que precederam o Conselho de Contabilidade de certo modo viabilizaram a sua criação e este por sua vez, ao se consolidar, cria o ambiente propício para a instalação do Curso Bacharel em Ciências Contábeis através da Faculdade de Ciências Jurídicas e Aplicadas de Rio Branco (FIRB) em 1998. Porém todo este esforço da classe para consolidar e fortalecer a contabilidade em nosso estado, somente irá atingir o seu ápice, quando for implantado o Curso de Bacharel em Ciências Contábeis na Universidade Federal do Estado do Acre, que além de introduzir um ensino superior gratuito, estimularia a interiorização do Curso para os diversos municípios e resultaria na oferta de Cursos de Mestrado e Doutorado para qualificar os profissionais da contabilidade e em especial os nossos docentes.

Palavras chaves: escola técnica; associação; sindicato; conselho; bacharel contábil;

Abstract

In 1943 the Decree-Law No. 6,141 of 12/28/1943 established the Organic Law of Commercial Education, giving rise to articulate basic business course with the primary commercial and technical courses, with secondary education. Before that time, the accounting professional known as “bookkeeper” only made the registration of commercial books of commercial companies and in the case of Acre among them the syringes Companies. Through research through quantitative and descriptive method, using literature sources and records in the Official Gazette, Books Minutes, newspaper tooth other documents seek to describe the history of accounting memory in Acre state, identifying and describing the main institutions the accounting area that are part of this story. From the Trade Technical School Acre (ETCA), professionals were formed and created several institutions among them: The Association of Accountants of Acre - ACEAC in 1977, the Union of Accountants and the State of Acre Counters - SINCONTACRE in 1989, the Union of Financial Services Companies and Advisory Business, Skills, Information and the State of Acre Research (SESCAP - AC) in 2001; Delegation of the Council of Acre Accounting - DCCA and finally the Regional Council of Acre Accounting - CRCAC in 1996. The survey found that all institutions that preceded the Board of Accounting in a way made possible its creation and this in turn, to consolidate, create the enabling environment for installation of the course Bachelor of Science in Accounting through the Faculty of Legal Sciences and Applied Rio Branco (FIRB) in 1998. But all of this class’s effort to consolidate and strengthen the accounting in our state, only will reach its climax, when deployed Bachelor course in Accounting Sciences at the Federal University of Acre, which will introduce a free higher education, encourage the internalization of course for several municipalities and result in the provision of courses Masters and PhD to qualify professionals in the accounting and especially our teachers.

Key words: Technical school; association; labor union; advice; accounting bachelor;

Introdução

O presente trabalho teve como motivação inicial o fato de ser técnico e bacharel em Ciências com habilitação para o exercício do magistério no Curso Técnico em Contabilidade, tendo atuado como professor no Curso Técnico em Contabilidade na Escola Estadual José Rodrigues Leite por quatro anos, e atuado como professor do Ensino Superior em Ciências Contábeis e na Pós Graduação por dezoito anos tendo ministrado aula para a primeira turma de ciências contábeis do Estado e ter experiência como presidente do Conselho Regional de Contabilidade por quatro mandatos.

A iniciativa de realizar esta pesquisa partiu da minha insatisfação com a falta de bibliografia que registrasse a origem da história da Contabilidade no Estado do Acre, que em parte foi satisfeita ao apresentar um trabalho sobre a origem da implantação do Curso Técnico em Contabilidade na graduação do Curso de História da UFAC. E surgiu então a oportunidade de aproveitar a brilhante idéia do Conselho Federal de Contabilidade de lançar o Concurso de Trabalhos Técnicos, em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's), com o tema "Resgate da Memória Contábil nos Estados", para aprimorar e completar o Trabalho de Conclusão da origem do Curso Técnico em Contabilidade.

Nossas hipóteses no início do trabalho eram as seguintes: 1) Qual a origem do ensino em Contabilidade no Estado do Acre; 2) Que instituições foram pioneiras na representação dos profissionais da contabilidade; 3) Como foi a criação do Conselho Regional de Contabilidade no Estado do Acre; 4) Quais as consequências da implantação do ensino superior em Ciências Contábeis; 5) Qual o grau de desempenho dos Bacharéis em Ciências Contábeis com base no Exame de Suficiência;

Desse modo estabelecemos o nosso objetivo geral como sendo o de descrever a História da memória contábil no Estado do Acre e com isso definindo os nossos objetivos específicos como: - Conhecer a origem do ensino em contabilidade no Estado do Acre; - Saber como surgem às instituições representativas do profissional da contabilidade. Compreender como foi a criação do Conselho Regional de Contabilidade. - Entender as consequências da implantação do ensino superior presencial privado em Ciências Contábeis; - Descrever o desempenho dos bacharéis em ciências contábeis com base no exame de suficiência;

Para realizar esta pesquisa utilizaremos uma metodologia quantitativa e descritiva, pois segundo Tripoldi (1981, p. 48) "... Como cita o autor propósitos, bem como de modo geral a "verificação de hipóteses e a descrição de relações quantitativas entre variáveis especificadas". Quanto ao tipo de pesquisa utilizaremos inicialmente a pesquisa bibliográfica a partir de trabalhos realizados e apresentados no Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre. Também foram realizadas pesquisas documentais, em que buscaremos como fonte documentos impressos entre outros tipos, tais como, jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais de diversos órgãos, como: Conselho Estadual de Educação do Acre; Coordenadoria de Registro e Inspeção Escolar (CORINES); Museu da Borracha; Entrevistas com os antigos Dirigentes de entidades da classe contábil e ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre.

Na Coordenação de Registro e Inspeção Estadual (CORINES) pesquisamos em 18 (dezoito) livros, Atas de Expedição de Diplomas e em cerca de 11.000 (onze mil) páginas, durante 05 (cinco) meses, documentos que informam que o Curso Técnico de Contabilidade foi implantado em 1943 com a criação da Escola Técnica de Comércio Acreana, por meio do Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 que cria o Curso de Comércio e o Curso Técnico em Contabilidade que mais tarde passou a ser somente Técnico em Contabilidade, ainda no antigo Território do Acre. Dentre os Diplomas Expedidos entre os anos de 1952 a 1981 há 722 (setecentos e vinte e dois) Diplomas por conclusão do Curso de Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio Acreana que funcionou em escolas da capital e do interior do estado, dentre elas o Complexo Escolar do Ensino Médio (CESEME), hoje denominado Colégio Barão do Rio Branco (CERBR), situado no Centro da cidade de Rio Branco, e que somente em 1969, com Decreto Estadual N.º 87 de 29 de Maio de 1969, que a Escola de Comércio Escola José Rodrigues Leite

passou a ter uma sede própria, mas somente existia o Curso Técnico em Contabilidade. Entrevistamos: O contador VALMIKI FRANCISCO DA SILVA que foi vice-presidente da Associação dos Contabilistas do Estado do Acre – ACEAC; contador FRANCISCO BRITO DO NASCIMENTO que gentilmente nos forneceu informações sobre O Sindicato dos Contabilistas do Estado do Acre – SINCONTACRE; A Técnica em Contabilidade DAYSE RODRIGUES FERREIRA que foi Delegada do CRCAC do Conselho Regional do Estado do Amazonas; O contador MANUEL CORREIA LIMA NETO que foi o 1.º Presidente do CRCAC; Ao contador NATALÍCIO GOMES SILVA atual Presidente do SESCAP-AC; Aos Técnicos em Contabilidade CLAUDIO DE HOLANDA CASTRO (Setor Público); Técnico em Contabilidade EDIVALDO DOS SANTOS (Setor Privado);

No Primeiro capítulo — A ORIGEM DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO ACRE, a partir de informações obtidas durante a pesquisa de elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado do Curso de História da UFAC, foi prestada informações sobre a criação da escola técnica de comércio acreana e o Curso de Técnico em Contabilidade. Utilizando informações obtidas em pesquisa no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre, Conselho Estadual de Educação do Acre, Coordenadoria de Registro e Inspeção Escolar (CORINES), Museu da Borracha e no Patrimônio do Estado do Acre.

No Segundo capítulo — A ENTIDADE REPRESENTATIVA DA PROFISSÃO NO ACRE pesquisou no Diário Oficial e em Atas a criação da Associação dos Contabilistas; Do Sindicato de Contabilistas e Contadores do acre; Do Sindicato das empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Acre; Da Delegacia ao Conselho Regional de Contabilidade; Do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre;

No Terceiro capítulo — O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO ACRE; pesquisamos como surgiram as instituições de ensino superior particular a partir das autorizações para funcionamento e o posterior reconhecimento; A ausência de instituição de Ensino superior público do Curso de Ciências Contábeis e suas consequências; E nos apropriamos de um artigo nosso sobre o exame de suficiência e de dados do Conselho Regional para fazer uma análise da qualidade do ensino;

1. As Origens do Ensino da Contabilidade no Acre

1.1 O Guarda Livro nos Seringais Acreanos

O profissional de contabilidade era conhecido de um modo geral como “guarda-livros” e se encarregava da escrituração dos livros mercantis das empresas comerciais. E a nomenclatura “contador geral” era reservada àquele profissional que atuava na área pública. Em 1549, D. João III realiza as primeiras nomeações para contador geral e guarda-livros. A profissão de guarda-livros estava ligada diretamente às funções comerciais. Em 30 de Agosto de 1770, ocorre a publicação de uma Carta, onde Dom José, Rei de Portugal estabelece o que seria a primeira regulamentação da profissão contábil no país (dominado por Portugal), estabelecendo que os guarda-livros devessem registrar-se na Junta do Comércio.

A profissão de guarda-livros estava ligada diretamente às funções comerciais. Segundo Reis em seu artigo A História da Contabilidade no Brasil:

No ano de 1869 foi criada a Associação dos Guarda-Livros da Corte, sendo reconhecido oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial nº 4.475, este fato foi importante, pois estava constituído o guarda-livros, como a primeira profissão liberal do Brasil. O guarda-livros, como era conhecido antigamente o profissional de Contabilidade, era um profissional ou empregado incumbido de fazer os seguintes trabalhos da firma: elaborar contratos e desfruto controlar a entrada e saída de dinheiro, através de pagamentos e recebimentos, criar correspondências e fazer toda a escrituração mercantil.

A abordagem da figura do Guarda-Livros na História da Amazônia Brasileira se reporta ao século XIX, onde a descoberta da utilização da borracha extraída de uma árvore da amazônica como um componente importante para a indústria europeia em expansão fez surgir os chamados seringais que se tornaram empresas encarregadas da extração da borracha para atender a demanda internacional.

Entre os anos de 1877 até 1911, ocorre o primeiro ciclo da borracha onde houve um aumento considerável da produção da borracha e que em virtude da técnica de extração empregada exigiu um grande contingente de mão de obra que foi utilizada na extração do látex.

Para entender a estrutura de um seringal, Carneiro descreve que (A Borracha no Acre), o Seringal era uma unidade produtiva de borracha e onde ocorriam as relações sociais de produção através do chamado “sistema de aviamento”.

No Sistema de Aviamento funcionava o chamado “Escambo” que era usual nas relações de troca – as negociações eram efetuadas, em sua maioria, sem a intermediação do dinheiro. AVIAR= fornecer mercadoria a alguém em troca de outro produto. Este sistema era baseado no endividamento prévio e contínuo do seringueiro com o patrão, a começar pelo fornecimento das passagens. Pois antes mesmo de produzir a borracha, o patrão lhe fornecia todo o material logístico necessário à produção da borracha e à sobrevivência do seringueiro. Portanto, já começava a trabalhar endividado. Havia nos seringais uma alta taxa de mortalidade devido à doenças, picadas de cobra e parca alimentação. Os seringueiros, em sua maioria, eram do sexo masculino e analfabetos. Neste sistema a agricultura era proibida, e o seringueiro não podia dispensar tempo em outra atividade que não fosse o corte da seringa sendo obrigado a comprar do barracão tudo que fosse necessário para sua subsistência. Nessas condições, tornava-se quase impossível para o seringueiro se libertar do patrão. Podemos entender a estrutura de um seringal com os seguintes componentes:

- Barracão: sede administrativa e comercial do seringal. Era onde o seringalista morava.
- Colocação: era a área do seringal onde a borracha era produzida. Nesta área, localizava a casa do seringueiro e as “estradas” de seringa. Um seringal possuía várias colocações.
- Varadouro: pequenas estradas que ligam o barracão às colocações; as colocações entre si; um seringal a outro e os seringais às sedes municipais. Através desses trechos passavam os comboios que deixavam mercadorias para os seringueiros e traziam pelas de borracha para o barracão.
- Gaiola: navio que transportava nordestino de Belém ou de Manaus aos seringais acreanos.
- Brabo: Novato no seringal que necessitava aprender as técnicas de corte e se aclimatar à vida amazônica.
- Seringalista (coronel de barranco): dono do seringal recebia financiamento das Casas Aviadoras.
- Seringueiro: O produtor direto da borracha, quem extraía o látex da seringueira e formavam as pelas de borracha.
- Gerente: “braço-direito” do seringalista, inspecionava todas as atividades do seringal.
- Guarda-livros: responsável por toda a escrituração no barracão, ou seja, registrava tudo o que entrava e saía.
- Caixeiro: Coordenava os armazéns de viveres e dos depósitos de borracha.
- Comboieiros: responsáveis de levar as mercadorias para os seringueiros e trazer a borracha ao seringalista.
- Mateiro: identificava as áreas da floresta que continha o maior número de seringueiras.
- Toqueiro: Abriam as “estradas”.
- Caçadores: abastecia o seringalista com carne de caça.
- Meeiro: seringueiro que trabalhava para outro seringueiro, não se vinculando ao seringalista.
- Regatão: negociantes fluviais que vendiam mercadorias aos seringueiros a um preço mais baixo que os do barracão.
- Adjunto: Ajuda mútua entre os seringueiros no processo produtivo.

Em relação à função do guarda-livros que corresponde ao que hoje denominamos de contabilistas, devemos registrar que o número de profissionais desta categoria era grande sendo muito difícil determinar o número existente. Na sociedade daquela época ser um guarda-livros representa uma oportunidade de ascensão social e econômica pela acessibilidade aos ensinamentos. Não eram necessários estudos superiores e o mais importante era ter uma excelente escrita.

Existe pouca literatura que trata da atividade dos Guarda-Livros principalmente na região norte, e em relação às atividades desenvolvidas nos seringais, percebe-se que de forma precipitada são atribuídas àqueles profissionais o sistema injusto em que estava o seringueiro em sua relação com o seringalista. Afinal, ao Guarda-Livros cabia tão e simplesmente o registro das informações de entrada e saída das mercadorias do barracão de acordo com as orientações que recebia de quem o havia contratado.

Quando em 2013 o Museu da Contabilidade esteve em exposição em Rio Branco, na Capital do Acre, o Historiador **DALMIR RODRIGUES FERREIRA** emprestou alguns objetos que era do seu pai DJALMA E. FERREIRA que foram expostas no Museu e que lhe rendeu uma homenagem do Conselho Regional de Contabilidade do Acre e falando sobre seu pai disse que: *“Djalma E.”. Ferreira nasceu em Manaus/AM em 24 de Agosto de 1916, onde completou o ginásio no Colégio Dom Bosco, tendo sido enfermeiro e guarda sanitário na Santa Casa de Misericórdia, quando jovem ainda iniciou uma peregrinação pela Amazônia, oeste do Mato Grosso, Peru e Bolívia vindos finalmente a se estabelecer no Seringal Bom Destino no Rio Acre, iniciando-se no final da década de 30, como auxiliar de guarda-livros e pela desenvoltura e formação logo chegando à condição de respeitado guarda-livros, desenvolvendo grande conhecimento não só em contabilidade como em direito tributário, áreas em que seu notório saber, pela dedicação e pioneirismo lhe renderam prestígio e muitas amizades, pois viveu numa época em que o seringalista ou*

o seringueiro, poderiam até ser analfabetos, mais o guarda-livros tinha que saber bem, ler e escrever e contar, além de conhecer legislação tributária atualizada de seu tempo. “No início dos anos 60, muda-se e instala um dos primeiros escritórios de contabilidade da cidade, com responsabilidade por mais de cem empresas, não só pela abertura e balanço de firmas em geral, como por valiosa orientação e contribuição no desenvolvimento dessa área na cidade de Rio Branco, onde faleceu em 13 de Junho de 1976, deixando muitos aprendizes capacitados e todos os filhos formados, além do expressivo reconhecimento de seus contemporâneos”.

Fonte: Família



Figura 1 – Guarda Livros do Seringal Bom Destino Djalma E. Ferreira

1.2 A Escola Técnica de Comércio Acreana

Com o Decreto-Lei nº 8.196, de 20 de Novembro de 1945, que alterou disposições do Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, e em seu Art. 11, o nº 2 e o § 2º do artigo 36 do Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, passou a ter a seguinte redação:

- N.º 2. Aos que concluírem os cursos de comércio e propaganda, de contabilidade, de estatística, de administração ou de secretariado, respectivamente, o diploma de técnico em comércio e propaganda, técnico em contabilidade, técnico em estatística, assistente de administração ou secretário.”

- “§ 2º Os diplomas de que trata o presente artigo estarão sujeitos à inscrição no registro competente do Ministério da Educação e Saúde, a fim de que os seus titulares possam gozar de preferência para o provimento de cargos iniciais da carreira, com a qual se relacionem os estudos feitos, das instituições autárquicas e do serviço público, além das prerrogativas asseguradas em lei àqueles diplomas.”

E ainda com este Decreto que alterou o art. 49 do Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que passou a ter a seguinte redação:

- “Art. 49. Somente os estabelecimentos de ensino comercial federais, equiparados e reconhecidos poderão usar qualquer das denominações estabelecidas pelo art. 8º, ou manter qualquer dos cursos indicados nos arts. 4º e 5º, ou expedir qualquer dos diplomas indicados pelo art. 36 desta Lei.”

Em pesquisa na Coordenação de Registro e Inspeção Escolar (CORINES) foi possível comprovar que a Escola de Comércio Acreana (ETCA) iniciou a primeira turma no ensino médio comercial a partir de 1943 como podemos verificar neste Livro de Atas de Prova e Relatórios Finais da Secretaria de Estado de Educação.

Sabe-se que o Estado do Acre naquele período era Território e, portanto, muitos dos registros desse período somente foram organizados a partir de 1962 quando se torna Estado emancipado politicamente e cria as Secretarias, dentre elas a Secretaria Estadual de Educação. Em nossa pesquisa foi possível coletar informações sobre todos os históricos de conclusão das turmas que se formaram durante este período e o documento mais antigo que foi coletado e aquele que comprova a conclusão da primeira turma da Escola de Comércio Acreana de 1943 com 03 (três) alunos.

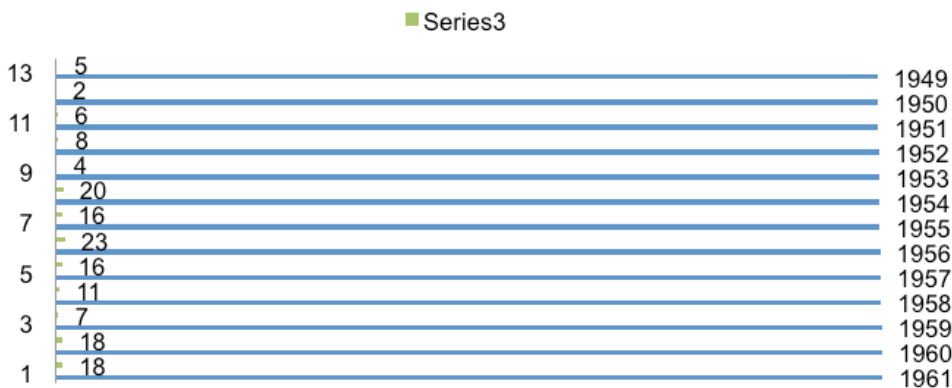
Fonte: CORINES

NOME DO ALUNO	CURSO				
	Português	Matemática	História	Geografia	Física
Francisco de Assis	67	73	72	79	80
Antônio de Paula Freitas	64	83	86	76	91
Luiz de Paula Freitas	67	77	73	75	80

Figura 2 – Ata de Relatório Final da Primeira Turma da ETCA 1943

A Escola Técnica de Comércio Acreana denominada (ETCA) inicia as suas atividades em 1943 e durante este período formou muitos jovens no Curso de Comércio. Uma publicação no Jornal – “O Acre” com o título: “Aniversário (amanhã) da Escola Técnica de Comércio Acreana de 31 de Maio de 1958, comprova esse fato. Foram formados entre 1943 a 1961, período em que o Acre era Território, um total de 167 alunos, conforme podemos ver no gráfico abaixo:

Concluintes da Escola Técnica de Comércio Acreana de 1946 a 1961



Fonte: CORINES

Gráfico 1 – Concluintes da Escola Técnica de Comércio Acreana de 1946 a 1961

A Escola Técnica de Comércio Acreana denominada (ETCA) funcionou desde 1943 e somente em 1969 passou a ocupar as dependências da atual Escola Estadual José Rodrigues Leite, situada na Rua Benjamin Constant N.º 924 no Centro de Rio Branco. Essa informação foi confirmada em pesquisa realizada no dia 24.03.2014, nos diários Oficiais do Estado do ano 1969 na Coordenação de Registros de Inspeção Escolar (CORINES) onde foi localizado o Diário com a publicação do Decreto Estadual N.º 87 de Maio de 1969 e ainda cópia do rascunho do Decreto com sua Redação Final para publicação.

Fonte: CORINES

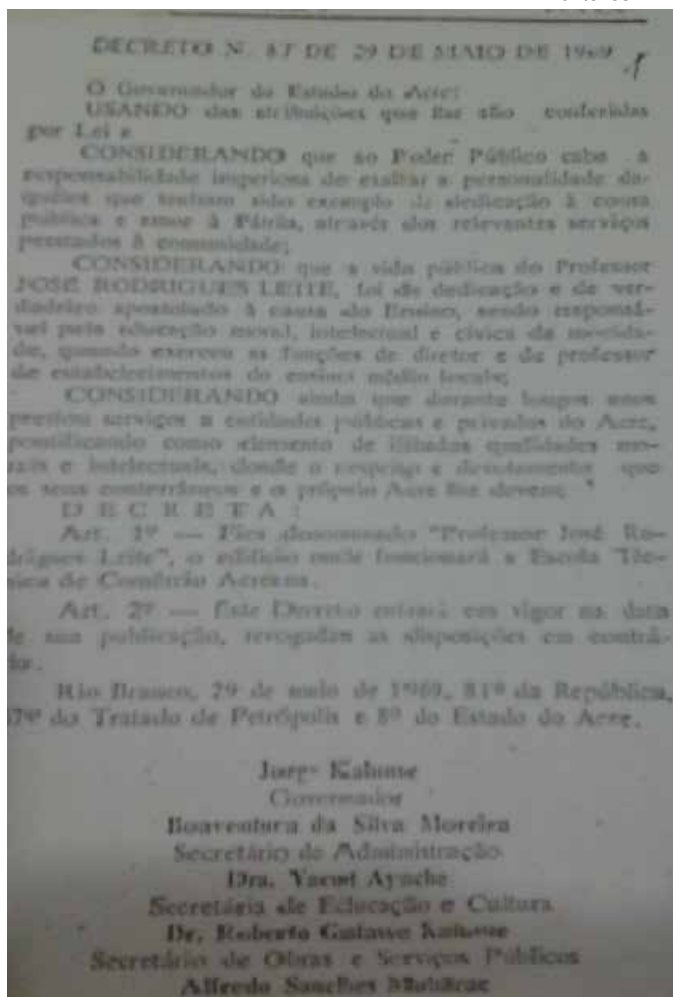


Figura 3 – Decreto Estadual N.º 87 de 29.05.1969

Apesar de possuir sede própria, o Curso Técnico em Contabilidade não ficou exclusivo na sede da ETCA. O Curso Técnico de Contabilidade na capital também continuou na Escola Barão do Rio Branco conhecido como CESEME (Complexo Escolar do Ensino Médio) localizado na Praça Central da Cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre.

Fonte: Acervo UFAC

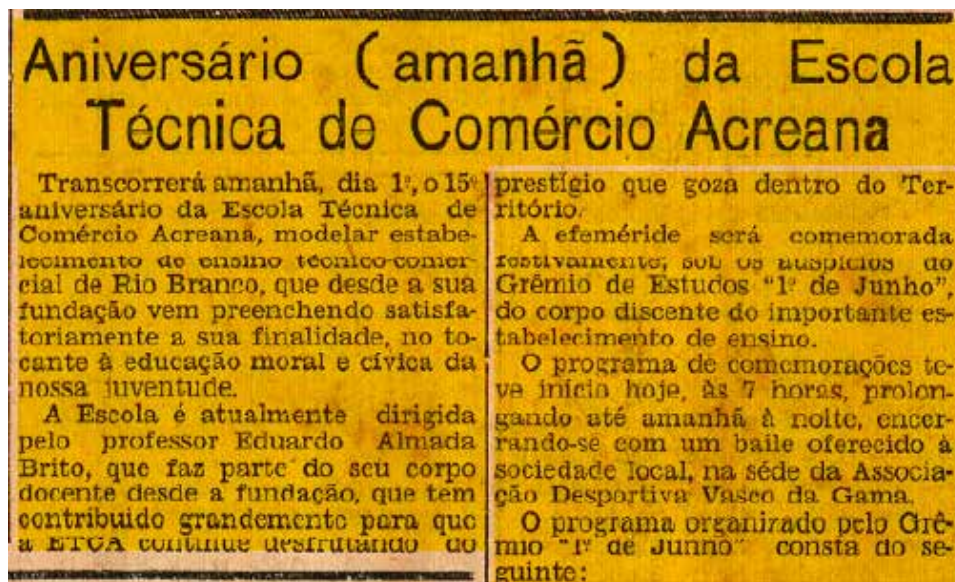


Figura 4 – Jornal “O Acre”, Rio Branco 31 de Maio de 1958

Em busca dessas respostas, a pesquisa na Coordenação de Registros e Inspeção Escolar (CORINES) iniciou-se no dia 28 de agosto de 2014, um dia por semana, por cerca de três horas até o mês de Dezembro, em Livros Atas. Foram pesquisados em mais de 5.000 páginas sendo fotografados e catalogados os livros Atas de Registro de Diplomas que em sua página apresentasse algum registro do Curso Técnico de Contabilidade. Todos os registros que foram encontrados foram catalogados gerando um acervo de aproximadamente 2.000 (duas mil) imagens. Durante esse período entre outros documentos foram pesquisados 16 (dezesesseis) Livros Atas de 1942 a 1982 em média com 300 (trezentas) folhas e 600 (seiscentas) páginas.

Na Coordenação de Registros e Inspeção Escolar (CORINES), foram obtidas, entre outras cópias, a do Decreto Estadual N.º 305 de 30 de Dezembro de 1974, que instituiu o Curso Técnico em Contabilidade no CESEME e o Decreto N.º 146 de 26 de Abril de 1985, que revogou o Decreto N.º 305, conferindo à Escola José Rodrigues Leite exclusividade no oferecimento do Curso Técnico em Contabilidade na Capital do Estado Rio Branco.

1.3 O Curso Técnico em Contabilidade no Acre

Nossa pesquisa iniciou-se em diversos locais, como mencionamos anteriormente na parte final se concentrou na Coordenação de Registros e Inspeção Escolar (CORINES) e no Conselho Estadual de Educação, pelo fato de que esses locais tornaram-se uma fonte rica em informações de acordo com os objetivos do nosso trabalho. Pesquisamos sobre os primeiros Diplomas do Curso de Técnico em Contabilidade expedidos pelo CORINES e registrado no Livro Ata de 100 Folhas aberto em Dezembro de 1961. Na folha de N.º 001 consta o Diploma de Técnico em Contabilidade em nome de Francisco José Fontinele de Castro, na de N.º 002 o nome de Francisco Carlos de Oliveira Filho e no da Folha de N.º 003 o nome de Eduardo Assef, concludentes do Curso Técnico Contabilidade em 08 de Dezembro de 1961 pela Escola Técnica de Comércio Acreana.

No período entre 1961 e 1974, de acordo com o segundo Livro de Registro de Resultados Finais, foram formados 1.277 alunos no Curso de Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio Acreana, como podemos verificar no gráfico abaixo:

Concluintes do Curso Técnico em Contabilidade de 1962 a 1974



Fonte: CORINES

Gráfico 2 – Concluintes do Curso Técnico em Contabilidade

Em relação ao Conselho Estadual de Educação conseguimos informações sobre os Pareceres Estaduais que autorizaram o Curso Técnico em Contabilidade em outros Municípios do Estado e de onde obtivemos informações sobre algumas legislações federais.

O Curso de Técnico em Contabilidade em Rio Branco foi ofertado pela Escola José Rodrigues Leite e pela Escola Barão do Rio Branco (CERB) na época conhecido como CESEME. No interior do Estado o Curso Técnico em Contabilidade também foi ofertado, seja no Sistema Normal de Ensino ou no Sistema Modular no interior do Estado como podemos verificar no quadro abaixo:

Quadro 1 – Curso Técnico em Contabilidade nos municípios

N.º	Habilitação	Parecer CEE N.º	Resolução CEE N.º	CH	Ano do Curso		Escola	Município
					Início	Fim		
01	Técnico em Contabilidade	14/80 de 10.10.80					Flodoardo Cabral	Cruzeiro do Sul
02	Técnico em Contabilidade	24/81 07.12.81	24/81 07.12.81				CESEME	Rio Branco
03	Técnico em Contabilidade	24/83 23.12.83	24/83 23.12.83					Xapurí
04	Técnico em Contabilidade	32/88 30.12.88	33/88 30.12.88				Kairala José Kairala	Brasiléia
05	Técnico em Contabilidade	12/88	12/88 17.06.88				Kairala José Kairala	Brasiléia
06	*Técnico em Contabilidade	129/91 30.12.88	137/91 30.12.88	2.430				Feijó Tarauacá Senador Guiomard Sena Madureira
07	*Técnico em Contabilidade	02/96 19.04.94	07/96 24.05.96	2.430	1994		Pedro de Castro Meireles	Acrelândia

(Fonte: CEE)

Segundo registro nos Livros de Atas do (CORINES), os diplomas que foram expedidos a partir de 1961 pela ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO ACREANA fazem menção ao Decreto-Lei n.º 6.141 de 28.12.1943 que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Comercial (publicado no D.O. de 31.12.1943).

E ainda hoje os Técnicos em Contabilidade ainda representam uma grande gama de profissionais segundo dados do CFC. O profissional de Contabilidade pode atuar em mais de 25 (vinte e cinco) especializações, como: Auditoria, Tributária, Rural, Empresas Contábeis, Custos, Atuária, Gerencial, Perícia, Magistério, Parecer, Público, Escritor, Empresas Contábeis, dentre outras e se comparamos o número de Empresas Contábeis com o total de novas Empresas somente no ano de 2012, chegamos ao percentual de em média 9 (nove) empresas novas para cada organização contábil.

2. As Entidades Representativas da Profissão

2.1 Associação dos Contabilistas

A Associação dos Contabilistas do Acre – ACEAC foi criada no dia 15 de Abril de 1977, em reunião que segundo a Ata publicada no Diário N.º 2.175 de 01 de Junho de 1977, foi presidida pelo contabilista EDIVALDO DOS SANTOS BATISTA, na reunião foi votada pelos presentes e eleita a primeira diretoria da Associação composta pelos seguintes profissionais: NORIVAL CAMARGO VALADÃO (Presidente); VALMIKI FRANCISCO DA SILVA (Vice Presidente); ANTÔNIO PAULINO DA SILVA (Tesoureiro); CÉLIO MONTEIRO DA SILVA (1.º Tesoureiro); CARLITO TELES DE ANDRADE (2.º SECRETÁRIO);

Na Ata da 1.ª Reunião Extraordinária da Associação dos Contabilistas do Estado do Acre – ACEAC, realizada no dia 06 de Maio de 1977, foi aprovado no Estatuto da Associação dos Contabilistas do Acre com a presença de 29 (vinte e nove) presentes à Reunião. A sede provisória da Associação de Contabilistas do Acre foi definida a Rua 1.º de Maio N.º 927 no 2.º Distrito. Uma das questões que foram debatidas foi a apresentação de uma TABELA DE HONORÁRIOS mínimos para serem praticados durante o ano de 1977.

O Estatuto da Associação foi constituída para fins de estudo, coordenação, proteção com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade de seus associados e de sua subordinação aos interesses nacionais. Os principais pontos do Estatuto são os seguintes:

Art. 2.º São prerrogativas da Associação:

- Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses, individuais dos associados, relativamente à categoria de Contabilistas do Estado do Acre;
- Fundar e manter agência de colaboração;
- Colaborar com órgãos públicos no estudo e solução dos problemas que se relacionam com sua categoria.

Dentre os principais deveres da Associação dos Contabilistas do Acre:

3.º São deveres da Associação:

- Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das classes;
- Manter serviços de Assistência Judiciária para os Associados, visando à proteção da categoria dos contabilistas;

2.2 Sindicatos da Classe no Estado do Acre

2.2.1 Sindicatos dos Contabilistas do Estado do Acre (SINCONTACRE)

O Sindicato dos Contabilistas do Estado do Acre (SINCONTACRE) foi criado em 21 de Março de 1989, quando ocorreu a primeira reunião de Assembléia do Sindicato dos Contabilistas e Contadores do Estado do Acre, no Auditório da Universidade Federal do Acre, de acordo com a Ata da Reunião, a convocação foi feita através de Edital Publicado no Jornal o Rio Branco nos dias 11, 12 e 14 de Março de 1989. A Reunião foi presidida pelo Senhor Técnico em Contabilidade **FRANCISCO ANDRADE CACAU**, que era o Presidente da Associação Profissional dos Contabilistas do Estado do Acre e secretariada pela Técnica em Contabilidade DEISE RODRIGUES FERREIRA. Segundo consta na ata, em Reunião realizada em 07 de Março de 1989, foi apresentada uma Chapa Única onde o Técnico de Contabilidade MAURÍCIO RODRIGUÊS BURITI, figurava como candidato à Presidência. Na oportunidade segundo consta na Ata, foi registrada a presença de 41 (quarenta e um profissionais) que elegeram por unanimidade dos presentes, uma Diretoria Provisória para conduzir o Sindicato por um período de 06 (seis) meses.

A 1.ª Diretoria Eleita foram os profissionais: **MAURÍCIO RODRIGUES BURITÍ (Presidente)**; FRANCISCO ANDRADE CACAÚ (Vice Presidente); MARIA FERNANDES DA SILVA NOGUEIRA (1.ª Secretária); DEYSE RODRIGUES FERREIRA (2.ª Secretária); ANTÔNIO DE PÁDUA VASCONCELOS DA CUNHA (1.º Tesoureiro); LENY RODRIGUÊS LIMA (2.º Tesoureiro); Na mesma reunião foi realizada a leitura do Estatuto Social do Sindicato e discutido e aprovado.

De acordo com a Ata, o Estatuto do Sindicato que foi aprovado previa Coordenação, proteção, representação e defesa dos interesses e direitos da categoria profissional, dentre elas as seguintes:

Art. 2.º São prerrogativas do Sindicato:

- Representar e defender perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses, direitos perante as autoridades e coletivos da categoria;
- Participar das negociações coletivas de trabalho;
- Celebrar contratos coletivos de trabalho;
- Eleger os representantes da categoria na respectiva Federação;
- Fixar a Contribuição Sindical para custeio do sistema confederativo da representação sindical;
- Colaborar com o Estado, como entidade representativa da categoria, na discussão e solução de problemas que se relacionem com a natureza de suas atividades;

Dentre os principais deveres do Sindicato dos Contabilistas e Contadores do Estado no Acre:

3.º São prerrogativas do Sindicato:

- Ser parte legítima na solução dos dissídios individuais e coletivos de trabalho dos sindicatos da Categoria;
- Criar e manter órgãos de consulta, assessorial juridical e técnica de interesse da categoria;
- Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento do Estado;
- Representar e defender os interesses individuais e coletivos da categoria perante as autoridades administrativas e judiciárias.

2.ª Diretoria do Sindicato foi mantida com os membros da primeira e a presidência permaneceu com o Técnico em Contabilidade **FRANCISCO ANDRADE CACAU**, pois segundo informações prestadas pelo contador Francisco Brito do Nascimento que nos disponibilizou o acervo do Sindicato para a realização desse trabalho, o presidente eleito na Diretoria Provisória nunca assumiu de presidente do Sindicato dos Contabilistas e Contadores.

A 3.ª Diretoria do Sindicato foi eleita no pleito realizado em 17 de Março de 1995 para o Biênio 1995/1996 que ocorreu na sede da DELEGACIA – CRCAC localizada na Av. Dr. Pereira Passos, 863, e foi eleito para presidente do Sindicato dos Contabilistas e Contadores o Técnico em Contabilidade **FRANCISCO BRITO DO NASCIMENTO** da “**CHAPA UNIÃO**” derrotando o Técnico em Contabilidade **JOSÉ FERREIRA MOREIRA** da Chapa “**REORGANIZADORA**”, com 58 (cinquenta e oito) votos dos 84 (oitenta e quatro) votantes, sua Diretoria era composta dos seguintes profissionais: Antônio Roberto Mendes (Vice Presidente); Marcondes Barroso de Araújo (1.º Secretário); Stevenson de Araújo Mafaldo (2.º Secretário); Alcimar de Oliveira Farias (1.º Tesoureiro); José de Anchieta Batista (2.º Tesoureiro); O Conselho Deliberativo Fiscal era composto pelos seguintes profissionais: Esperidião Menezes Filho; Manoel Correia de Lima Neto; José Maurício Batista do Prado; José Heitor Lima; Jose Dourado Filho; Zenon Lopes de Oliveira; Teve o seu mandato até o ano de 2001 quando em 09 de Outubro de 2001 foram convocadas novas eleições que ocorreram em 30 de Novembro de 2001 foi eleita nova Diretoria que tomou posse em 2002;

A 4.ª Diretoria do Sindicato foi empossada em 02 de Janeiro de 2002 para o Biênio 2002/2003 de acordo com a Ata da Assembléia em reunião presidida pelo então Presidente Francisco Brito do Nascimento, foi eleito para presidente do Sindicato dos Contabilistas e Contadores, o Técnico em Contabilidade **JOSÉ FERREIRA MOREIRA**, sua Diretoria era composta dos seguintes profissionais: Dayse Rodrigues Ferreira (Vice Presidente); Cleomar Montes Fortes (1.º Secretário); Renato Peixoto Silva (2.º Secretário); Elias Moreira de Araújo (1.º Tesoureiro); Amâncio Teodoro Salazar (2.º Tesoureiro); O Conselho Deliberativo Fiscal era composto pelos seguintes profissionais: (MEMBROS EFETIVOS) Clodomir Matteuzzei Valado; Willian Armando Benato; Sebastião Cruz da Silva; (MEMBROS SUPLENTE) José Edilson Alves da Silva; Raimundo José Saldanha Rodrigues; Raimundo Nonato Leão Braga. Na mesma reunião foram aprovadas Alterações no Estatuto do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Acre;

2.2.2 O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Acre (SESCAP-AC)

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Acre (SESCAP - AC), que foi fundado no dia 19 de novembro de 2001 para representar legalmente esses segmentos. Localizado no Bairro Cadeia Velha, o SESCAP-AC está equipado para atender com rapidez e qualidade seus associados.

O SESCAP Acre é uma entidade sindical patronal que tem o objetivo de defender os direitos individuais e coletivos dos seus representados, tendo como princípios: liberdade, autonomia, solidariedade profissional e ética e cidadania, sempre voltado à preservação da unicidade sindical.

Além de buscar e lutar pelos direitos desses segmentos, o SESCAP- AC tem o compromisso de aprimorar e promover o desenvolvimento profissional dos seus filiados através de desenvolvimento de projetos de estudo, coordenação, orientação e proteção.

O 1.º Presidente do SESCAP-AC foi o Contador SERGIO CASTAGNA que foi eleito presidente para o triênio 2001/2003 que foi reconduzido ao cargo e ficou à frente da instituição ainda para o triênio 2004/2007.

O 2.º Presidente do SESCAP-AC foi o Contador JOSÉ MAURÍCIO BATISTA DO PRADO que foi eleito presidente para o triênio 2008/2011 que ficou reconduzido ao cargo e ficou à frente da instituição para o triênio 2012/2014.

O 3.º Presidente do SESCAP-AC é o Presidente NATALÍCIO GOMES SILVA que foi eleito presidente para o triênio 2015/2017, quem nos deu o seguinte depoimento: *“Entre as realizações deste Sindicato juntamente com a FENACOM, não podemos deixar de citar os diversos cursos e palestras promovidos com o objetivo de oferecer aos empresários contábeis, seus colaboradores e profissionais, oportunidades para aperfeiçoamento e qualificação. No Acre especificamente, tem exercido na medida do possível representar, defender e fomentar o desenvolvimento empresarial contábil dos seus associados e filiados. Sua responsabilidade é contribuir para uma perfeita harmonia na organização e seu entorno, atuando sempre e apoiando na verdade e na realidade e nunca em ilusões e percepções distorcidas da realidade. Sua responsabilidade é sempre trazer as verdades à mesa de decisões para assegurar o melhor para a classe representada.”*

2.3 Órgãos de Registro e Fiscalização da Contabilidade

2.3.1 A Delegacia do Conselho de Contabilidade

No Estado do Acre, por algum tempo funcionou uma Delegacia do Conselho Regional do Estado do Amazonas, tendo como um dos DELEGADOS a Técnica em Contabilidade e Advogada DAYSE RODRIGUES FERREIRA, que exerce a profissão de contabilidade há mais de 40 (quarenta) anos e que em seu escritório abrigou a Delegacia do Conselho, que ficava localizado inicialmente na Avenida 24 de Janeiro, próximo ao Colégio Maria Angélica e depois para a Av. Dr. Pereira Passos, 863 no 2º Distrito, próximo à cabeça da 2ª Ponte no Bairro 06 de Agosto. Em informações colhidas com a Delegada do CRCAC, a contabilista Dayse Rodrigues disse que ela era sozinha e ficava difícil realizar um bom trabalho, pois naquele tempo a maioria dos profissionais eram Técnicos em Contabilidade e do setor Público. Dentre as funções da Delegacia, o registro dos profissionais e à cobrança das anuidades, com a negociação de parcelamentos que eram autorizados pelo CRCAM, pois segundo a Delegada Dayse, na época os pagamentos eram à vista, mas ela buscava um parcelamento junto ao Conselho do Amazonas para facilitar para os profissionais. Que neste período fez muitas amizades com os profissionais em virtude da sua função à frente da Delegacia do CRCAC, que em períodos de Eleições, colocava um anúncio no Jornal convocando os profissionais para votar, mas como sabia que muitos não liam e por isso, contratou um Office Boy que levava correspondência para ela nas repartições, convocando os profissionais para participarem das Eleições. No entanto, os profissionais reclamavam muito do pagamento das anuidades e a demora, por exemplo no registro e recebimento das carteiras, pois tudo era encaminhado para o Estado do Amazonas por correios e no CRCAM que eram confeccionadas as carteiras dos profissionais, que muitas vezes demorava para chegar, gerando reclamações principalmente alegando que não havia nenhum benefício em pagar a anuidade para o Estado do Amazonas. Dentre os colegas de profissão que se lembra daquela época poderia citar o Contabilista Raimundo Gadelha e o Valadão e essa realidade somente mudou com a implantação do Conselho Regional de Contabilidade do Acre em Janeiro de 1996. Que contou com total apoio do Conselho do Amazonas na implantação que resultou na melhoria para os profissionais que a partir desse momento se reportavam ao Conselho em busca de informações e de soluções para seus problemas, outra vantagem do CRC foi a intensificação da fiscalização da classe de profissionais, que com a criação do CRCAC a profissional fez parte da primeira Diretoria do Conselho e acho muito boa a sua passagem como Conselheira no Setor de Registro, onde a sua experiência de Delegacia facilitou muito.

2.3.2 O Conselho Regional de Contabilidade do Acre

O Presidente do Sindicato dos Contabilistas e Contadores do Estado do Acre em correspondência datada de 06 de Julho de 1995 agradece ao Presidente do Conselho Federal de Contabilidade pela iniciativa de criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre, que deixaria a sua dependência do CRCAM, cujo Presidente Walter, embora desse grande atenção a Delegacia do CRCAC, a independência iria fortalecer a fiscalização, principalmente no combate ao exercício por leigos e nas atividades desenvolvidas por profissionais que não respeitam a Ética Profissional, apontou Francisco Brito do Nascimento – Presidente do SINCONTACRE.

A Resolução CFC N.º 786/95 de 21 de Julho de 1995 criou o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre (CRC-AC) que se instalou efetivamente no dia 19 de Janeiro de 1996, através da Resolução CRC-AC n.º 001 de 19 de Janeiro de 1996.

E em 19 de Janeiro de 2016, estaremos comemorando 20 anos da implantação do CRC que deixou de ser Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas.

1.ª Diretoria do CRCAC de 1996 a 1997 – Presidente do CRCAC, o Contador **MANUEL CORREIA LIMA NETO** e os membros efetivos da primeira Diretoria: JOSE DE ANCHIETA BATISTA; MARCONDES BARROSO DE ARAÚJO; CATARINA DE SOUZA ALMEIDA; ROSA SATIKO NAKAMURA; RONALDO EREMITH DE SOUZA; JOSÉ MAURÍCIO BATISTA DO PRADO; ESPERIDIÃO MENEZES FILHO E DAYSE RODRIGUES FERREIRA; Suas principais realizações foram: ***Implantação e Estruturação do Conselho; Aprovação através da Resolução CRCAC n.º 001/96 de 19 de Janeiro de 1996 o Regimento Interno do CRCAC; Implantação da Fiscalização do CRCAC; Aprovação através da Resolução CRCAC n.º 004/96 de 21 de Maio de 1996 e Criação das Delegacias dos Municípios de Cruzeiro do Sul, Brasiléia e Sena Madureira;***

2.ª Diretoria do CRCAC de 1997 a 1999 – Presidente do CRCAC, o contador **MANUEL CORREIA LIMA NETO** e os membros efetivos da primeira Diretoria: JOSE DE ANCHIETA BATISTA; MARCONDES BARROSO DE ARAÚJO; CATARINA DE SOUZA ALMEIDA; ROSA SATIKO NAKAMURA; RONALDO EREMITH DE SOUZA; JOSÉ MAURÍCIO BATISTA DO PRADO; ESPERIDIÃO MENEZES FILHO E DAYSE RODRIGUES FERREIRA; Suas principais realizações foram: ***Intensificação à Fiscalização dos profissionais na Capital e Interior; Celebração de Convênio com a Comissão Permanente de Licitações; Baixa de diversos profissionais Ex-Ofício por inadimplência para evitar que os débitos aumentassem além das condições dos profissionais; Condução do processo das Eleições de 1999;***

3.ª Diretoria do CRCAC de 2000 a 2001 – Presidente do CRCAC, o contador **JÔNATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO** e os membros efetivos da Diretoria: MARCELO DO NASCIMENTO FRANÇA; STEVENSON DE ARAÚJO MAFALDO; JOSÉ VALMIR DA SILVA CRUZ; MARCONDES BARROSO DE ARAÚJO; HUMBERTO NILO DE ARAÚJO; EZIR MONTEIRO DE ARAÚJO; WILLIAN MANOEL GOMES FERNANDES E ANTÔNIO MARCOS BRITO NASCIMENTO; Dentre as suas principais realizações: ***Aprovação de um Novo Regimento Interno; Recursos para a Construção da Sede Própria; Contratação de novos Funcionários; Reativação de julgamentos de Processos de Fiscalização e a Realização de eventos com a presença do Presidente do Conselho Federal Serafim Abrantes; Resolução que Fixou Normas para Pagamento de Diárias para Conselheiros, Dirigentes; Funcionários e Colaboradores;***

4.ª Diretoria do CRCAC de 2002 a 2003 – Presidente do CRCAC, o contador **MARCELO DO NASCIMENTO FRANÇA** e os membros efetivos da Diretoria: JÔNATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO; STEVENSON DE ARAÚJO MAFALDO; LUCINEIDE DE ARAÚJO CARVALHO; HUMBERTO NILO DE ARAÚJO; GILBERTO CASTRO OSAMI; LUIS GONZAGA MENDES; FRANCISCO BRITO DE NASCIMENTO; E ANTÔNIO MARCOS BRITO NASCIMENTO. ***Dentre as principais realizações do período: Aprovou novo Regimento Interno; Construção e Inauguração da nova Sede. Na inauguração da nova sede, contou com a presença dos Presidentes do CFC ALCEDINO GOMES BARBOSA e com todos os Membros do Conselho Diretor do CFC; Realizou Jornadas Acadêmicas; I (2003) EICIC e Mini Curso sobre as rotinas do escritório contábil (Rio Branco e Cruzeiro do Sul);***

5.^a Diretoria do CRCAC de 2004 a 2005 – Presidente do CRCAC, o contador **MARCELO DO NASCIMENTO FRANÇA** e os membros efetivos da Diretoria: JÔNATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO; STEVENSON DE ARAÚJO MAFALDO; LUCINEIDE DE ARAÚJO CARVALHO; HUMBERTO NILO DE ARAÚJO; GILBERTO CASTRO OSSAMI; LUIS GONZAGA MENDES; FRANCISCO BRITO DE NASCIMENTO; E ANTÔNIO MARCOS BRITO NASCIMENTO. *Dentre as suas principais realizações: Aprovou o novo Regimento Interno; Lançou o I e II Encontro da Mulher Contabilista (2004/2005); II e III EICIC (2004/2005) com as presenças de Presidentes da Região Centro Oeste e Norte e do PRESIDENTE CFC JOSÉ MARTÔNIO ALVES COELHO e a Presidente ABRASCOM MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIN; Lançou o “Contabilizando o Sucesso” e Solenidades de Entrega de Carteiras.*

6.^a Diretoria do CRCAC de 2006 a 2007 – Presidente do CRCAC, o contador **STEVENSON DE ARAÚJO MAFALDO** e os membros efetivos da Diretoria: CARLOS CLODOMIRO BASSI; JEANNE MEIBY OLIVEIRA F. QUEIROZ; ANA LUCIA DE ARAÚJO LIMA COELHO; HUMBERTO NILO DE ARAÚJO; GILBERTO CASTRO OSSAMI; JOSÉ KLEBER DA SILVA FONTINELES; ANTÔNIO MARCOS BRITO NASCIMENTO; LUCIENE CONCEIÇÃO DA SILVA. *Dentre as suas principais realizações: Realizou o IV EICIC – Encontro de Profissionais e Estudantes do Curso de Ciências Contábeis; III – Encontro da Mulher Contabilista; Lançou um Livro de Normas do Conselho Federal e do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre; Café da Manhã para os Profissionais do Dia do Contabilista e Solenidade na Assembleia Legislativa do Dia do Profissional da Contabilidade com Entrega de Diplomas de Mérito aos Profissionais;*

7.^a Diretoria do CRCAC de 2008 a 2009 – Presidente do CRCAC, o Contador **FRANCISCO BRITO DO NASCIMENTO** e os membros efetivos da Diretoria: REGINO AQUINO DE FREITAS; STEVENSON DE ARAÚJO MAFALDO; JEANNE MEIBY OLIVEIRA F. QUEIROZ; HUMBERTO DE LUCA BERTONCINI; LUIZ GONZAGA MENDES; GERLIANE BEZERRA CUNHA; ANTÔNIO MARCOS BRITO NASCIMENTO; RAIMUNDO NONATO RIBEIRO; *Dentre as suas principais realizações: Realização de Concurso Público para Contadores e Técnicos em Contabilidade; Realização de Cursos e Eventos na Capital e no Interior do Estado. Intensificação da Fiscalização aos profissionais e Julgamento de processos antigos.*

8.^a Diretoria do CRCAC de 2010 a 2011 – Presidente do CRCAC, o contador **FRANCISCO BRITO DO NASCIMENTO** e os membros efetivos da Diretoria: REGINO AQUINO DE FREITAS; MARCELO DO NASCIMENTO FRANÇA; FERNANDO AUGUSTO ARAÚJO GALLO; ELIS REGINA DAMASCENO BATISTA; GLEMIRA MARIA MENDES GOMES; EZIR MONTEIRO DE ARAÚJO; ANTÔNIO MARCOS BRITO NASCIMENTO; EDNALDO BARBOSA SOBRINHO; *Dentre as suas principais realizações: Realização de Cursos e Eventos na Capital e no Interior do Estado com destaque para a I Convenção de Contabilistas do Estado do Acre. Intensificação da Fiscalização aos profissionais; Convênio com a Junta Comercial do Estado.*

9.^a Diretoria do CRCAC de 2012 a 2013- Presidente do CRCAC o contador **MARCELO DO NASCIMENTO FRANÇA** e os membros efetivos da Diretoria: FERNANDO AUGUSTO ARAÚJO GALLO; ELIS REGINA DAMASCENO BATISTA; GLEMIRA MARIA MENDES GOMES; FRANCISCO PINTO QUEIROZ FILHO; MARILZA BRÁS GOMES LOURENÇO; CIL FARNEY ASSIS RODRIGUES; EZIR MONTEIRO DE ARAÚJO; ANTÔNIO MARCOS BRITO NASCIMENTO; WIRTO HUGO DA SILVA LIMA; *Dentre as principais realizações: Posse solene com a presença do PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE JUAREZ DOMINGUES CARNEIRO; Seminário do Doar e Prestação de Contas Eleitoral em Parceria com a OAB; Participação no XIX Congresso Brasileiro de Contabilidade; S-10 Cabine Dupla para o Regional; Ano da Contabilidade na Câmara de Vereadores de Rio Branco; Realizou o V EICIC e IV Encontro da Mulher Contabilista; I Convenção de Contabilistas do Juruá e Visita em Rio Branco do Museu da Contabilidade;*

10.^a Diretoria do CRCAC de 2014 a 2015 - Presidente do CRCAC o contador **MARCELO DO NASCIMENTO FRANÇA** e os membros efetivos da Diretoria: VALMIKI FRANCISCO DA SILVA; ELIS REGINA DAMASCENO BATISTA; GLEMIRA MARIA MENDES GOMES; FRANCISCO PINTO QUEIROZ FILHO/ CHARLES LAURENTINO SILVA ARAÚJO; MARILZA BRÁS GOMES LOURENÇO; CIL FARNEY ASSIS RODRIGUES; EZIR MONTEIRO DE ARAÚJO/ ANTÔNIO MARCOS BRITO NASCIMENTO; WIRTO HUGO DA SILVA LIMA; *Dentre as prin-*

principais realizações: Cursos para a Comissão Permanente de Licitações; I e II Simpósio Nacional de Contabilidade Pública SINCASP (2014 e 2015); Novo Plano de Cargo, Carreira e Salários e Regimento Interno; Aquisição de um novo Gol; Modernização do Parque de Informática; Modernização do Novo Site do Regional; Cursos de Controle Patrimonial e Depreciação (Setor Público) e E social para (Setor Privado);

Com a criação do Conselho Regional de Contabilidade, que no dia 19 de Janeiro de 2016 completará 20 (vinte) anos, as demais instituições ou encerraram as suas atividades ou não cresceram o quanto se esperava. Por exemplo: A Associação dos Contabilistas do Acre – ACEAC criada em 1977 deixou de registrar atividades desde 1989 com a criação do Sindicato. O Sindicato dos Contabilistas e Contadores do Estado do Acre – SINCONTACRE criado em 1989 deixou de registrar atividades desde 2007; O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Acre (SESCAP - AC) criado em 2001 ao final de 2015 ainda não possui sede própria e não registrava mais de 30 (trinta) Associados; A Delegacia do Conselho de Contabilidade do Acre - DCCA foi extinta em 1996 com a criação do Conselho Regional de Contabilidade do Acre que desde 1996 vem cumprindo seu papel registrando e fiscalizando os profissionais, contando com mais de 1.200 (mil e duzentos) profissionais inscritos e a 14 (quatorze) anos possui sede própria e um orçamento anual de mais de R\$ 700.000,00 (setecentos mil) por ano.

3. O Ensino Superior no Estado do Acre

3.1 Instituição de Ensino Particular

No Estado do Acre, atualmente existem 04 (quatro) Instituições presenciais que oferecem o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis:

A 1.ª Instituição de Ensino Superior Presencial em Ciências Contábeis no Estado do Acre foi a Faculdade FIRB em 1998 através do Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 403/98, de 29/06/98 e Portaria Ministerial nº 591/98, de 26/06/98. O primeiro vestibular para o Curso de Ciências Contábeis aconteceu em Agosto de 1998, iniciando assim, as Turmas de 1998 (vespertino e noturno). O Curso de Ciências Contábeis da FIRB foi reconhecido pela Portaria do MEC N.º 1842 de 31/05/2005.

A 2.ª Instituição de Ensino Superior Presencial em Ciências Contábeis no Estado do Acre foi a Faculdade Barão do Rio Branco – UNINORTE, que teve seu curso autorizado pela Portaria MEC nº 2.559 de 06/09/2002 e reconhecido pela Portaria SESU nº 677 de 27/09/2006.

A 3ª Instituição de Ensino Superior Presencial em Ciências Contábeis no Estado do Acre foi o Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Vale do Juruá, IEVAL que teve o seu Curso autorizado pela Portaria Ministerial nº 4.526, D.O.U. de 26/12/2005.

A 4.ª Instituição de Ensino Presencial em Ciências Contábeis no Estado do Acre foi a FAMETA com seu Curso Autorizado - Portaria nº 632 de 28 de Novembro de 2013.

Com as facilidades de tempo de sala de aula e de custo menor, as Universidades e Faculdades de Ensino à Distância em Ciências Contábeis se multiplicaram, muitos dos nossos inscritos no Exame de Suficiência, são oriundos do ensino à distância, dentre eles os mais conhecidos no Estado do Acre são: UNOPAR; UNINTER; ESTÁCIO DE SÁ; EDUCAEDU; e tantos outros que não mantêm núcleo ou secretaria local, mais que atraem cada vez mais jovens empolgados com as facilidades deste tipo de ensino.

3.2 A Instituição de Ensino Público Superior

A profissão contábil foi regulamentada através do Decreto Lei nº 9295 em 25 de Maio de 1946, e o ensino superior em Ciências Contábeis pelo Decreto-Lei 7.988 de 22 de setembro de 1945. O Estado do Acre que se tornou Estado em 1962; somente conseguiu ter o seu primeiro Curso Superior Privado em Ciências Contábeis trinta e seis anos depois e ainda não possui o Curso de Ciências Contábeis oferecido pela Universidade Federal do Estado do Acre; enquanto no vizinho Estado de Rondônia, que se tornou Estado pela Lei Complementar n.º 41 de 22 de dezembro de 1981, passou a oferecer os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas através do decreto Nº 84.696 de 12 de maio de 1980, publicado no Diário Oficial da União em 13 de maio de 1980.

Dentre os Estados da Região Norte, o Estado do Amapá e o do Estado do Acre são os únicos que não possuem o Curso de Ciências Contábeis, a UFAC – Universidade Federal do Acre é uma importante instituição pública de ensino da região norte do Brasil. No dia 25 de março de 1964, por meio do Decreto Estadual nº 187, publicado no Diário Oficial do Estado de 04 de abril do mesmo ano, nasceu a Faculdade de Direito (Lei Estadual nº 15, de 08 de setembro de 1964). Depois foi reconhecido pelo Parecer nº 660, de 04 de setembro de 1970, do Conselho Federal de Educação, e pelo Decreto Presidencial nº 67.534, de 11 de novembro de 1970. No ano de 1968, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas. Em seguida, vieram os cursos de Letras, Pedagogia, Matemática (licenciatura plena) e Estudos Sociais (curta duração). Oficializou-se assim, em 03 de março de 1970, o Centro Universitário do Acre, que congregava esses cinco cursos.

Enquanto o Curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior Privado está presente apenas na Capital Rio Branco e no Município de Cruzeiro do Sul, a Universidade Federal do Acre mantém núcleos em vários municípios dos 22 (vinte e dois) do Estado, a Criação do Curso de Ciências Contábeis na UFAC resultaria em proporcionar o ensino gratuito à população acreana e também levaria o Curso Superior a alguns municípios do estado do Acre. Outra vantagem seria permitir a qualificação dos professores, em Mestrado e Doutorado.

3.3 Exame de Suficiência e a Qualidade do Ensino

Com a aprovação da Lei n.º 12.249/10, que alterou alguns dispositivos do Decreto-Lei n.º 9.295/46, possibilitou a profissão contábil adentrar na era da modernização. A nova lei implicou de forma positiva no prestígio da profissão perante a sociedade tendo em vista que instituiu a obrigatoriedade do Exame de Suficiência para o exercício da atividade contábil no Brasil. O exame que foi criado em 1999 e teve sua primeira edição no ano 2000, foi aplicado até o ano de 2004, contando com a inscrição e participação de mais de 150 mil contabilistas em todo o território nacional. (CFC, 2007)

O Exame de Suficiência sempre foi uma aspiração dos órgãos responsáveis pela fiscalização da profissão contábil e a sua obrigatoriedade é fruto de um processo de discussões que envolveram diretamente o Sistema CFC e CRC's. A reformulação da Lei de Regência contou também com a participação direta dos contabilistas, por meio de audiências públicas. É evidente que toda a classe contábil brasileira foi contemplada com a vitória mais importante dos últimos tempos.

Durante os seis anos nos quais esteve em vigor (de 2000 a 2005), o exame se mostrou como uma eficiente ferramenta de capacitação técnica para os egressos dos cursos de ciências contábeis de toda a nação brasileira, uma vez que aspirava pelo aprimoramento do ensino da Contabilidade nas faculdades e universidades, o que era outrora exigido apenas pela inserção dos egressos na vida profissional. Nos dias atuais, as instituições de educação superior buscam obter um expressivo percentual de aprovação entre os seus formados e, igualmente, ajudar a aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelos contabilistas à sociedade.

Muito mais do que uma simples “peneira” que brindava os bacharéis e técnicos mais competentes tecnicamente, o exame servia como um termômetro para que os recém-formados verificarem quaisquer falhas que por ventura tivessem existido no decorrer de sua formação acadêmica.

Apesar de todas as vantagens comprovadas, muitos contabilistas adotaram posturas contrárias à realização do Exame de Suficiência pelo CFC. Dentre o principal argumento alegado destaca-se o que se refere à Inconstitucionalidade do exame.

...ao instituir a obrigatoriedade da aprovação no referido exame por meio de Resolução, mero ato administrativo normativo, o Conselho Federal de Contabilidade acabou por ferir o Princípio Constitucional do Livre Exercício Profissional, pelo qual, de acordo com o inciso XIII do Art.5. da CF..., “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. (CFC, 2007)

Assim, para os opositores à aplicação dos exames, ficava claro que legalmente, o exercício da profissão se dá pelo atendimento a dois requisitos básicos: qualificação profissional e regulamentos regidos por lei. Em resumo, discutia-se que a eficácia do exame de suficiência dependia da sua regulamentação através de lei específica e, não apenas, de Resoluções ou outros atos administrativos normativos.

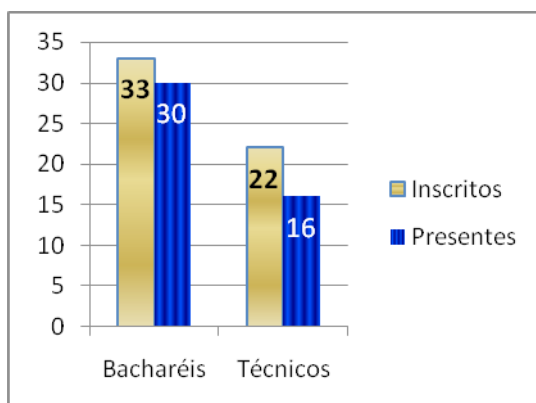
Embora essa interpretação fosse passível de questionamentos, foi pacificada pela decisão judicial proferida através dos processos nº 2005.34.00.006.208-4 da 14.ª Vara Federal do Distrito Federal (DF), e nº 2004.72.00.015564-0 da Justiça Federal de Florianópolis (SC), e a partir de 2005, os Conselhos Regionais de Contabilidade foram obrigados a registrar os profissionais nas categorias de Técnico em Contabilidade e Contador, sem a necessidade de certidão de aprovação em Exame de Suficiência.

Entretanto, para o CFC, a aplicação do Exame é essencial ao bom desempenho da função de contabilista, bem como à função de fiscalização, em caráter preventivo, do exercício profissional. Desta forma, após seis anos, o Exame de Suficiência foi devidamente regulamentado através da Lei n.º 12.249/10.

Um fato a ser registrado é de que o Edital do Exame de Suficiência exigia certificado, diploma ou declaração de conclusão de curso reconhecido tendo em vista que o Jurídico do CFC desejava evitar possíveis demandas judiciais. Assim, como o reconhecimento do primeiro curso no Estado na área foi apenas em 2005; Em 2004, a primeira turma do Curso de Ciências Contábeis formada em nosso Estado, buscou o CRC-AC com o intuito de realizar o 9.º e o 10.º Exames de Suficiência em 2004. Na época, eles contaram com a intervenção do CRC-AC, na pessoa do seu Presidente, que assumiu compromisso junto ao CFC, se responsabilizando pelos bacharéis que fossem aprovados.

3.3.1 9º – Exame de Suficiência – Versão I/2004

O 9º Exame de Suficiência foi aplicado no dia 28 de março de 2004, e a média de aprovação dos Alunos que se submeteram ao Exame foi de 21,21% (gráficos 2 e 3).



Quadro 2 – Dados de inscritos e participantes do 9º Exame de Suficiência

Conforme o Quadro 2, o percentual de participação dos bacharéis foi de 90,91% e dos técnicos de 72,73% dos inscritos na prova. Tendo em vista que o exame é condição para o exercício da profissão, o percentual de participação pode ser considerado satisfatório.

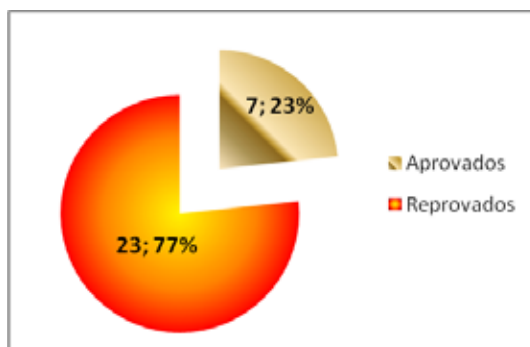


Gráfico 3 – Dados de inscritos e participantes do 9º Exame de Suficiência

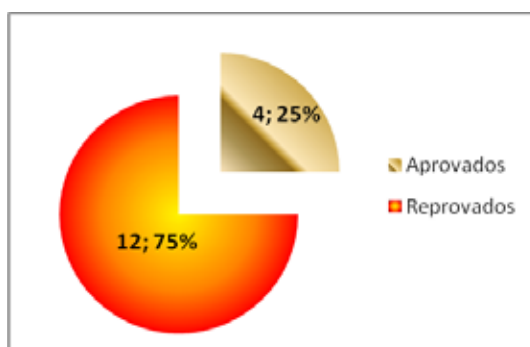


Gráfico 4 – Percentual de aprovação dos Técnicos no 9º Exame de Suficiência

Com base nas informações apresentadas pelos gráficos 2 e 3, pode-se afirmar que os percentuais de aprovação são preocupantes pois apenas $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos que prestaram a prova, apresentaram as aptidões e conhecimentos necessários para o desenvolvimento das atividades contábeis.

3.3.2 10º – Exame de Suficiência – versão II/2004

No gráfico abaixo, verifica-se que ocorreu um aumento de 73% da 9ª para a 10ª versão da prova que foi aplicada no dia 26 de setembro de 2004. Tal fato, deve-se de mais profissionais formados no estado do Acre durante o intervalo de uma prova para a outra. Por sua vez, a quantidade de técnicos inscritos na prova não sofreu alteração significativa.

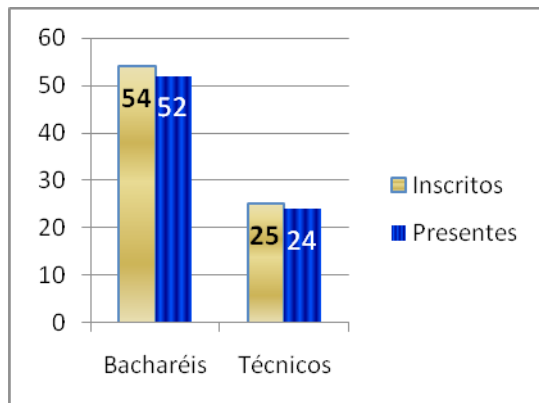


Gráfico 5 – Dados de inscritos e participantes do 10º Exame de Suficiência

Conforme o gráfico 5, o percentual de participação dos bacharéis e dos técnicos foi de 96% dos inscritos na prova. O percentual de participação do 9º para o 10º exame, sofreu um acréscimo de aproximadamente 5% para os bacharéis e 24% para os técnicos.

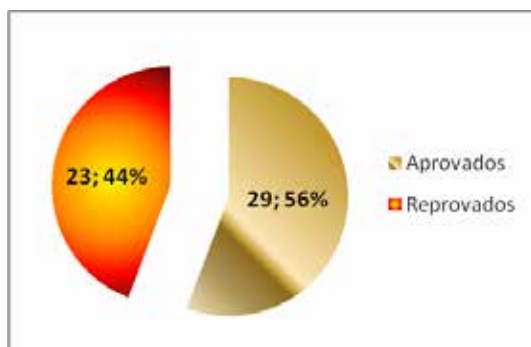


Gráfico 6 – Percentual de aprovação dos Bacharéis no 10º Exame de Suficiência

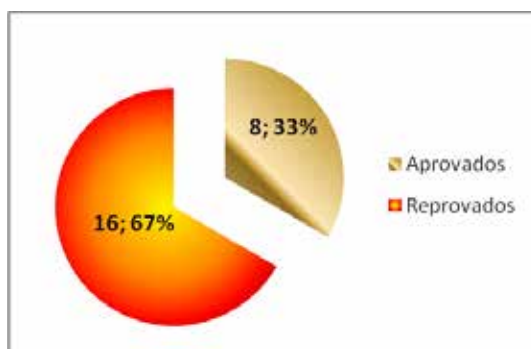


Gráfico 7 – Percentual de aprovação dos Técnicos no 10º Exame de Suficiência

Conforme os gráficos 6 e 7, o percentual de aprovação na 10ª versão da prova foi superior ao da 9ª versão. Neste momento, 56% dos bacharéis e 33% dos técnicos foram aprovados na prova. O aumento no índice de aprovação é um fator positivo para o estado, pois demonstra que a faculdade estava no caminho certo quanto à qualificação de seus egressos.

É importante ressaltar que a média dos bacharéis aprovados no Estado do Acre ficou próxima à média da região norte, que naquele ano foi de 56,76%, enquanto que a média no Brasil foi de 67,86%.

Os bacharéis em Ciências Contábeis são avaliados pelo Exame de Suficiência em treze áreas de conhecimento que envolve os conteúdos mínimos necessários para o bom andamento da prestação de serviços na área de contabilidade.

Com o intuito de identificar os conteúdos que precisam ser bem melhor fixados pelos acadêmicos, é possível visualizar os resultados alcançados nos 02 (dois) Exames de Suficiência de 2004 divulgado pelo CFC, uma vez que eles representam o resultado obtido pelos primeiros Bacharéis em Ciências Contábeis formados no estado do Acre.

Quadro 3 – Quadro de Percentual de acertos do Estado do Acre no 9º Exame

Conteúdo	Média de Acertos (%)		
	Acre	Região Norte	Brasil
Auditoria	36,67	34,64	40,65
Conhec. Sociais	46,67	52,11	48,39
Cont. de Custos	44,17	46,16	49,51
Cont. Geral	46,67	52,97	57,42
Cont. Gerencial	31,67	40,17	41,52
Cont. Pública	26,67	27,07	27,62
Legisl. e Ética	74,44	77,61	78,40
Mat. Financeira	35,56	38,81	52,68
Noções de Direito	38,33	33,55	34,48
Perícia	53,33	63,14	62,65
Português	34,44	41,97	41,21
Princípios e Normas	43,33	58,89	59,13
Teoria da Contabilidade	42,22	46,23	47,18

Pode-se dizer que quando o exame é aplicado, busca-se o maior percentual de acertos possível em todas as áreas avaliadas, uma vez que o mesmo refletirá diretamente na qualidade dos serviços a serem prestados pelos aprovados. O 9º exame de suficiência não pode ser considerado satisfatório, nem mesmo à nível de Brasil, tendo em vista que apenas em 5 áreas, o percentual de acerto foi maior do que cinquenta por cento.

Por sua vez, a diferença entre os percentuais alcançados pelo Acre e os alcançados pelo Brasil, não é tão relevante. Através do gráfico 8, é possível visualizar que a área de conhecimento com maior defasagem é a de Matemática Financeira, seguida de Princípios e Normas Contábeis.

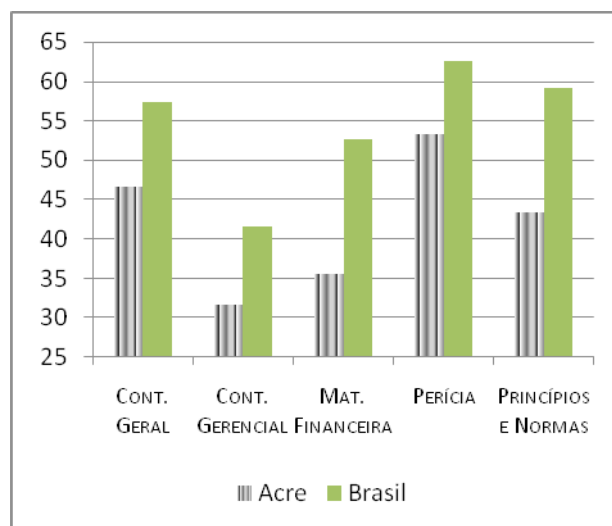


Gráfico 8 – Comparação entre o desempenho do Acre e o Brasil

Tendo em vista que apenas 23% dos bacharéis do Acre foram aprovados no 9º Exame, será de grande valia verificar o resultado obtido no exame seguinte, pois foi o momento no qual os outros 77% voltaram a se submeter à prova.

Quadro 4 – Percentual de acertos do Estado do Acre no 10º Exame

Conteúdo	Média de Acertos (%)		
	Acre	Região Norte	Brasil
Auditoria	56,25	61,60	65,08
Conhec. Sociais	50,00	52,05	50,44
Cont. de Custos	26,92	29,41	32,21
Cont. Geral	38,65	47,45	53,34
Cont. Gerencial	24,52	27,57	33,51
Cont. Pública	50,96	51,46	52,36
Legisl. e Ética	61,54	61,70	62,30
Mat. Financeira	64,10	61,47	68,32
Noções de Direito	76,92	78,60	78,15
Perícia	61,06	58,82	62,84
Português	35,90	38,18	42,63
Princípios e Normas	43,59	64,98	66,94
Teoria da Contabilidade	46,63	62,39	65,22

Com base no Quadro 4, é possível verificar um aumento significativo no percentual de acertos dos participantes tanto à nível de Brasil quanto à nível do Estado do Acre.

Em nível de Brasil, os percentuais ficaram abaixo de cinquenta por cento em apenas 3 áreas do conhecimento enquanto que no resultado do Acre, encontra-se 7 áreas com acertos acima de cinquenta por cento.

Além disso, identifica-se que em Português, o aproveitamento de um exame para o outro é praticamente similar. Ressalta-se que o índice referente à área de Contabilidade de Custos sofreu uma queda de 17% e o referente à Contabilidade Gerencial também reduziu em aproximadamente 7%.

Com base nos resultados dos dois exames de suficiência, é possível identificar que as instituições localizadas no Estado do Acre precisam encontrar estratégias de ensino-aprendizagem que fixem melhor os conteúdos referentes à Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial,

Português, Princípios e Normas e Teoria da Contabilidade, uma vez que os percentuais de aproveitamento nessas áreas não ultrapassaram o mínimo exigido de cinquenta por cento.

Se analisarmos os resultados no Exame de 2011 a 2015 nesta nova fase, podemos verificar de acordo com o Quadro 5 abaixo, que a qualidade de ensino não vem melhorando no Acre, pois em 05 (cinco) anos em 10 (dez) Exames, o percentual de aprovados somente em 02 (duas) oportunidades foi de 30% e em 03 (três) Exames ficou abaixo de 10% e no último Exame o percentual de aprovados para contador foi menor que 1% com base nos resultados:

Quadro 5 – Resultado do Exame de 2011 a 2015

Quadro de Bachareis em Ciências Contábeis que realizaram o Exame de Suficiência entre 2011-2015									
Ano 2011		Ano 2012		Ano 2013		Ano 2014		Ano 2015	
1.º/2011		1.º/2012		1.º/2013		1.º/2014		1.º/2015	
Presentes	62	Presentes	102	Presentes	177	Presentes	211	Presentes	178
Aprovados	03	Aprovados	22	Aprovados	29	Aprovados	56	Aprovados	54
2.º/2011		2.º/2012		2.º/2013		2.º/2014		2.º/2015	
Presentes	104	Presentes	121	Presentes	183	Presentes	189	Presentes	239
Aprovados	32	Aprovados	10	Aprovados	33	Aprovados	40	Aprovados	02

Fonte: Fundação Brasileira de Contabilidade

Conclusão

A partir deste trabalho que foi desenvolvido através do trabalho e conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em História na Universidade Federal do Acre, a nossa pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, conseguimos estabelecer uma linha do tempo sobre a origem da História da memória contábil no Estado do Acre. Partindo da atividade do Guarda-Livros nos Seringais, os profissionais da contabilidade, tinham que buscar a sua formação em outros estados, principalmente em Belém (Pará) e Manaus (Amazonas) até que finalmente em 1943 com a Escola Técnica de Comércio Acreana, por intermédio do Decreto-Lei n.º 6.141 de 28.12.1943 que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Comercial, tendo o Estado do Acre a sua primeira turma de concludentes com apenas 03 (três) alunos no primeiro ano. Este curso comercial técnico era equivalente ao ensino secundário e é conhecido atualmente como ensino médio.

A escola até então chamada ETCA realmente foi criada em nosso Estado em 1943 e funcionou em diversas escolas, da capital e do interior desde o Acre como Território e com o Acre na condição de Estado a partir de 1962. Em nossa pesquisa foi possível constatar que desde 1943 até a extinção do Curso de Contabilidade oficialmente em 2001, com a última turma iniciada em 1999, todos os diplomas expedidos para o Curso Técnico em Contabilidade foram feitos através da Escola Técnica de Comércio - ETCA, que somente em 1969 por Decreto Estadual N.º 87 de 29 de Maio de 1969, passou a ter uma sede própria localizada em Rio Branco na Rua Benjamin Constant com o nome Escola José Rodrigues Leite.

Apesar de finalmente ter uma sede própria, o Curso Técnico de Contabilidade ainda foi ofertado por outras instituições, segundo dados do Conselho Estadual de Educação, dentre elas em Rio Branco pela Escola Barão do Rio Branco (CERB) que na época era chamada de Complexo Escolar de Ensino Médio (CESEME). Em Cruzeiro do Sul, pela Escola Flodoardo Cabral, em Brasília pela Escola Kairala José Kairala, em Feijó pela Escola José Geraldo Rabelo, em Tarauacá pela Escola Djalma C. Batista ou Plácido de Castro, em Senador Guiomard pela Escola Santo Izidoro, em Acrelândia pela Escola Pedro de Castro Meireles e em Xapuri – como não foi informado o nome da escola provavelmente foi no sistema modular.

Em nossa pesquisa, realizada na Coordenação de Registros e Inspeção Escolar (CORINES), conseguimos comprovar que realmente o Curso Técnico em Contabilidade, em virtude do Decreto Estadual N.º 305 de 30 de Dezembro de 1974 passou a funcionar no CESEME e com o Decreto N.º 146 de 26 de Abril de 1985, que reconheceu que o Curso Técnico em Contabilidade não vinha funcionando satisfatoriamente, o Decreto N.º 146 revogou o Decreto N.º 305, passando a Escola José Rodrigues Leite a ter a exclusividade de no oferecimento do Curso Técnico em Contabilidade na Capital do Estado Rio Branco.

Com a criação da Escola de Comércio Acreana na Escola José Rodrigues Leite, foi montado um laboratório para a prática de escritório, sendo que inicialmente o colégio ofertava apenas o Curso de Técnico em Contabilidade passando a partir de 1996 com a Lei de Organização Básica que retorna o ensino médio para formação geral, a ofertar um segundo grau científico paralelo ao Curso de Técnico em Contabilidade até a sua total extinção oficialmente em 2001.

Na Coordenação de Registro e Inspeção Estadual (CORINES) foi verificado que o Curso Técnico de Contabilidade expediu 722 (setecentos e vinte e dois) diplomas através da Escola Técnica de Comércio, entre os anos de 1952 a 1981.

A extinção do Curso Técnico em Contabilidade no Estado do Acre que ocorreu a partir de 1997 por força do Decreto Federal N.º 2208 e a da Portaria 646 que extinguiram os cursos técnicos vinculados ao ensino médio e criaram os cursos técnicos em módulos, essa transformação, foi imposta pelo governo federal. Mais tarde o governo federal revogou o Decreto N.º 2208 e através do Decreto N.º 5154 retomando os cursos técnicos integrados ao nível médio, muitas instituições passaram a ofertar tais cursos. O SENAC por diversas vezes buscou o Conselho de Contabilidade para a retomada do Curso Técnico em Contabilidade que funciona em outros Estados no ano passado o Instituto Federal do Acre encaminhou o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Contabilidade como já ocorre em outros estados e o regional encaminhou ao Conselho Federal de Contabilidade.

Com o aumento do número de profissionais, a partir do Curso Técnico os profissionais, sentiram a necessidade de se organizarem para troca de experiência e para conseguirem o reconhecimento perante a sociedade e aos órgãos públicos. Fruto dessa organização surgiu a Associação dos Contabilistas do Acre – ACEAC em 1977, o Sindicato dos Contabilistas e Contadores do Estado do Acre – SINCONTACRE em 1989, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Acre (SESCAP - AC) em 2001; A Delegacia do Conselho de Contabilidade do Acre - DCCA ligado ao Conselho Regional do Amazonas e finalmente o Conselho Regional de Contabilidade do Acre – CRCAC em 1996.

Com a criação do Conselho Regional de Contabilidade que no dia 19 de Janeiro de 2016 completará 20 (vinte) anos, as demais instituições, exceto o SESCAP-AC, não mantiveram as suas atividades. E ainda nos dias de hoje, muitas reclamações são encaminhadas para o Conselho Regional, por redes sociais, telefone e em nosso atendimento, cobrando de forma equivocada ações por parte do Conselho Regional de Contabilidade, que são exclusivas das Associações e Sindicatos, de acordo com os próprios estatutos dessas entidades como foi descrita em nossa pesquisa. Cabe ao Conselho Regional basicamente a Fiscalização e o Registro e a cobrança e representação dos profissionais junto às autoridades administrativas, não é competência do Conselho Regional de Contabilidade, que sempre através dos seus presidentes, estimulam os profissionais a reativarem o Sindicato e a Associação.

Depois de 53 (cinquenta e três) anos da criação do Curso de Ciências Contábeis, finalmente as instituições Superiores Presenciais em Ciências Contábeis, passam a ofertar o Curso de Ciências Contábeis, propiciando aos grandes números de Técnicos em Contabilidades e muitos empresários contábeis, passaram a ter acesso ao Curso de Ciências Contábeis. E o resultado desse acesso, foi que o número de Contadores registrados que em 2002, (antes de se formar a primeira turma) eram de 54 (cinquenta e quatro), hoje alcançam a marca de 890 (oitocentos e noventa) profissionais em pouco mais de 13 (treze) anos. Nos últimos concursos públicos, muitos profissionais formados no próprio estado conseguiram acesso.

O quadro de docentes que há 15 (quinze) anos era composto por profissionais formados fora do estado, hoje a grande maioria é formado nas instituições acreanas de ensino superior presencial e à distância. No entanto, a qualidade do ensino ainda deixa a desejar. Não temos o Curso Superior em Ciências Contábeis na Universidade Federal e faltam Docentes com Mestrado ou Doutorado em Ciências Contábeis, o que resulta em uma baixa qualidade de ensino e mais ainda, dificulta o acesso ao Curso por pessoas de baixa renda e aos profissionais do interior que são obrigados a se deslocarem para outro município ou recorrem ao ensino à distância. Na análise verificada nos exames de suficiência, podemos ver essa queda na qualidade de ensino, como podemos perceber no quadro sobre o resultado do exame no segundo exame de 2015 dos 232 alunos que realizaram o Exame, apenas 02 (dois) conseguiram passar. A classe contábil, que desde a Escola Técnica, vem se organizando para atender os anseios da classe, seja pela Associação, Sindicato, Conselho ou Faculdades, precisam se unir para pressionar a Universidade Federal do Acre a ofertar o Curso de Bacharel em Ciências Contábeis, o que vai resultar no aumento da qualidade do ensino em nosso Estado.

Referências

- ACRE. Conselho Estadual de Educação. Pareceres do Conselho Estadual de Educação Aprovando o Reconhecimento do Curso Técnico em Contabilidade N.º 14/80 – (Cruzeiro do Sul); 24/81 – (Rio Branco); 24/83 – (Xapurí); 32/88 – (Brasileia); 129/91 (Feijó e Tarauacá); 02/96 (Acrelândia);
- ACRE. CORINES, Coordenação de Registro de Inspeção Escolar; Rio Branco. Acre. Livro de Relatórios Finais das Escolas 1943 a 1974. Gerencia de Registro e Informações Escolares. Secretaria de Educação do Estado do Acre.
- ACRE. Decreto Estadual N.º 87 de 29 de Maio de 1969, Estabelece que a Escola Técnica de Comércio Acreana passe a ter uma Sede própria, sendo denominada Escola José Rodrigues Leite passou a ter uma sede própria.
- ACRE. Decreto Estadual N.º 305 de 30 de Dezembro de 1974 - instituiu o Curso Técnico em Contabilidade no CESEME – Obtido durante pesquisa na Coordenação de Registros e Inspeção Escolar (CORINES);
- ACRE. Decreto Estadual N.º 2.175 de 01 de Junho de 1977 - Publica a Ata de Criação da Associação de Contabilistas do Acre; Publica o Estatuto aprovado.
- ACRE. Decreto N.º 146 de 26 de Abril de 1985, que revogou o Decreto N.º 305, conferindo a Escola José Rodrigues Leite à exclusividade no oferecimento do Curso Técnico em Contabilidade na Capital do Estado Rio Branco - Obtido durante pesquisa na Coordenação de Registros e Inspeção Escolar (CORINES);
- ANIVERSÁRIO (amanhã) da Escola Técnica de Comércio Acreana. JORNAL - O Acre. Ano XXIX. N 1350. Rio Branco, 31 mai 1958. Fornecido pelo Prof. Dr.º Valmir Freitas de Araújo do Curso de História da UFAC.
- ATAS DA SINCONTACRE - Sindicatos dos Contabilistas do Estado do Acre – SINCONTACRE - criado em 21 de Março de 1989, quando ocorreu a primeira reunião de Assembleia do Sindicato dos Contabilistas e Contadores do Estado do Acre;
- BRASIL. Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 que cria o Curso de Comércio. A História da Contabilidade em Goiás. Goiânia, LIMA, Nádia. PINTO, Edson Cândido Pinto. p.09. 2007.
- BRASIL. Parecer Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Brasileiro N.º 16/99 PARECER CNE/CEB Nº 16/99 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico – disponível no site: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf.../legisla_tecnico_parecer1699.pdf/ acesso em: 01/09/2014;

- CARNEIRO, Eduardo. “A Borracha no Acre” 1o. Ciclo da Borracha no Acre. (1877 - 1913). Disponível no site: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=807>. Acessado em 09/07/2014
- Conselho Federal de Contabilidade. CFC. Câmara de Registro Profissional. Brasília: CFC, 1996; disponível no site: <http://portalcfc.org.br/coordenadorias/registro/> acessado em: 14/01/2015;
- Conselho Federal de Contabilidade. CFC. Resoluções. Brasília: Resolução CFC n.º 786/95 de 21 de Julho de 1995; disponível no site: <http://portalcfc.org.br/legislacao/resolucoes> acessado em: 14/01/2015;
- CRCAC. Conselho Regional de Contabilidade do Acre. Câmara de Registro e nas Atas de Plenárias de Eleição das Diretorias do CRCAC nos anos de 1996; 2000; 2002; 2004; 2006; 2008; 2010; 2012 e 2014;
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008-ISSN 1980-7031 disponível no site: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf/ acessado em: 13/04/2015;
- FERREIRA, DALMIR RODRIGUES - Historiador que redigiu um texto sobre o seu pai o contabilista DJALMA E. FERREIRA, quando da visita do Museu da Contabilidade sendo homenageado naquela oportunidade. Rio Branco – AC; Maio de 2013.
- FRANÇA, Marcelo do Nascimento, 1966 - Exame de Suficiência: Uma abordagem de sua Aplicabilidade no Estado do Acre/ Marcelo do Nascimento França et Andrea Gastaldi Del Borgo - Artigo Científico. Revista Científica da Faculdade da Amazônia Ocidental. Volume II. – 2011.
- FRANÇA, Marcelo do Nascimento, 1966 - História do curso técnico em contabilidade no Acre a partir de 1943 / Marcelo do Nascimento França – 2015.81 f.: il.; 30 cm. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de História. Rio Branco, 2015.
- REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da; Silva, Cleide Carneiro Alves da. História da Contabilidade no Brasil. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299>. Acesso em 31.08.2014.

Resgate da Memória Contábil no Estado de Alagoas



**Anderson de Almeida Barros
Alexandra da Silva Vieira
Fabricia Gonçalves Cavalcante**

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas

Sumário

1. Introdução	3
2. Metodologia da Pesquisa	4
3. Primeiras Evidências	4
3.1 Registro de Empresa	4
3.2 Contadoria Geral do Estado de Alagoas – 1929	8
3.3 Graciliano Ramos – Prestação de Contas.....	10
4. Primeiras Escolas	11
4.1 Ensino Técnico	11
4.3 Ensino Superior.....	14
5. Evidência Profissional	16
5.1 Primeiro Contador de Alagoas.....	16
5.2 Primeira mulher presidente do CRC	19
6. Primeiras Organizações	22
6.1 Conselho Regional de Contabilidade	22
6.2 Presidentes do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas	26
6.3 Primeiros Escritórios.....	27
6.4 Sindicato dos Contabilistas	28
7. Primeiros Eventos	28
7.1 Eventos na área contábil no Estado de Alagoas	28
7.2 I Congresso Nacional de Ciências Contábeis – CONACIC	29
Considerações Finais	30
Referências	31

1. Introdução

A Contabilidade é tão antiga quanto o início da civilização. Segundo Ludícibus e Marion (2007), alguns teóricos afirmam sua existência mesmo antes da escrita há cerca de 4.000 anos antes de Cristo, quando o homem movido pela necessidade de crescimento e ambição passou a fazer o controle patrimonial de forma rudimentar, por meio da equivalência entre a quantidade de pedras e as cabeças de ovelhas que faziam parte do seu rebanho. Assim, a cada inverno, ele separava um conjunto de pedras, representando o rebanho existente e comparava-o com as pedras representativas do período anterior com a finalidade de identificar se houve aumento de sua riqueza. Iniciava-se aí o que atualmente chama-se inventário e neste momento configurava-se a fase empírica da contabilidade.

Segundo Santos et al (2007), as primeiras obras impressas impulsionaram o surgimento da escola contista no século XV, a qual preocupava-se com o processo de escrituração e as técnicas de registros. Somente no século XIX, apresentou-se o desenvolvimento do pensamento contábil vislumbrando a contabilidade como “um conjunto de conhecimentos e operações com o objetivo de controle da gestão” (Santos et al, 2007, p. 45), surgindo assim, a escola lombarda que teve como principal mentor Francesco Villa.

Esta fase marcou o nascimento da contabilidade como ciência, onde várias teorias foram aperfeiçoadas marcando o desenvolvimento das escolas italianas, as quais culminaram em decadência com a ascensão da escola norte-americana no início do século XX, quando o mundo voltou sua atenção para o crescimento econômico dos Estados Unidos. (Ludícibus e Marion, 2007).

Quadro 1 – Características da Escola Italiana e da Escola Americana

Características das escolas	
Escola italiana (queda)	Escola norte-americana (ascensão)
1. Culto a personalidade	1. Ênfase ao usuário contábil
2. Ênfase na teoria	2. Ênfase a contabilidade aplicada
3. Pouca importância à auditoria	3. Muita importância a auditoria
4. Queda no nível das faculdades	4. Universidade em busca de qualidade

Fonte: Adaptado Ludícibus e Marion, 2007, p. 36.

O desenvolvimento das escolas do Pensamento Contábil determinou o caminhar da contabilidade e a sua aplicabilidade pela sociedade no decorrer do tempo. No Brasil a contabilidade evoluiu considerando os períodos Colônia (1500 a 1808), Império (1808 a 1889) e República (1889 até os dias atuais). O período colonial foi marcado pelo controle de operações mercantis por via marítima, na qual há relatos que nestas embarcações havia um profissional da escrita para registrar as transações realizadas. Assim, na embarcação de Cabral este profissional foi Pero Vaz de Caminha, que foi o considerado o primeiro contador estrangeiro no Brasil. No Brasil Império a contabilidade foi amparada por decisões políticas que fortaleceram a oficialização da contabilidade no Brasil. D. João VI estabeleceu em 1809, por meio de decreto que somente quem frequentasse um curso da escola de comércio poderia efetuar a escrituração contábil. Esta também foi a fase na qual houve o início do Ciclo do ouro e de metais preciosos que exigiram conhecimento na área contábil para apuração de custos, lucros e tributos. No governo de D. Pedro I, em 1830, tornou obrigatório a utilização do método das partidas dobradas nas escriturações contábeis. No governo de D. Pedro II, houve maior controle patrimonial a partir do aprimoramento dos grupos das contas contábeis. Além disso, foi promulgado o Código Comercial estabelecendo a obrigatoriedade da elaboração do Balanço e do livro diário e neste período, foi publicada a primeira obra contábil escrita por um brasileiro, Estevão Rafael de Carvalho, intitulada **A Metafísica da Contabilidade Comercial**. No Brasil República, houve forte industrialização no Brasil, gerando a necessidade de um maior número de informações, aumento da importância da contabilidade e da responsabilidade do contador. (SILVA E ASSIS, 2015; SÁ, 2008; AQUINO e SANTANA, 1992).

Neste contexto, a profissão contábil foi reconhecida em 1920 por meio dos esforços do senador, do Rio Grande do Norte, Sr. João Lyra e os cursos profissionalizantes e de ensino técnico comercial foram criados pelo Decreto 17.329/1926. Apesar da profissão ter sido reconhecida em 1920 a profissão do contador só foi regulamentada em 1931 por meio do decreto 20.158 e o curso de Ciências Contábeis e Atuariais só foi regulamentado em 1945 pelo Decreto 7.988.

Desta forma, a partir das evidências nacionais podemos vislumbrar o desenvolvimento da Ciência Contábil no âmbito geral e a partir deste contexto geral desenvolver o relato histórico ocorrido no estado de Alagoas. Assim, esta pesquisa tem como objetivo resgatar a memória da contabilidade e sua evolução no estado de Alagoas, verificando sua importância como ferramenta de desenvolvimento e valorização profissional.

2. Metodologia da Pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa fez-se necessário a coleta de informações em livros e periódicos acadêmicos. Além disso, considerando o aspecto histórico do trabalho foi necessário coletar evidências *in loco* em museus Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, localizado em Maceió, e no Museu Casa de Graciliano Ramos localizado na cidade de Palmeira dos Índios, na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, na 1ª Coordenadoria Regional de Educação de Alagoas (CRE), no Sindicato dos Empregados do Comércio do estado de Alagoas, localizada na cidade de Maceió e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Alagoas, no qual foi disponibilizado o acervo de fotos e documentos bem como a história relatada pela funcionária Maria Francisca da Silva Araujo Filha em 2016.

Houve limitação do trabalho decorrente de fotos existentes nas quais não estavam determinadas as datas e também em relação a documentos os quais não tivemos acesso.

3. Primeiras Evidências

A partir de relatos e da pesquisa desenvolvida foi possível descrever a história da contabilidade em Alagoas considerando uma sequência de fatos cronologicamente demonstrados a seguir.

3.1 Registro de Empresa

Em pesquisa realizada no Instituto Histórico de Alagoas (IHGA) foi encontrado o registro da empresa Companhia de Oleos Vegetaes que data de 1902. A empresa foi constituída no formato de Sociedade por Ações e dentre os documentos catalogados estão o registro da subscrição do capital feita pelos sócios (fig. 01) e o estatuto social da empresa (fig.02).

Fonte: Acervo Histórico do IHGAL (2016)



Fig.01 – Subscrição de Sócios (1902)



Fig.02 – Estatutos (1902)

Esta empresa encerrou suas atividades em 1985 conforme parecer da Junta Comercial de Maceió apresentado na fig. 03.

Fonte: Acervo Histórico do IHGAL (2016)

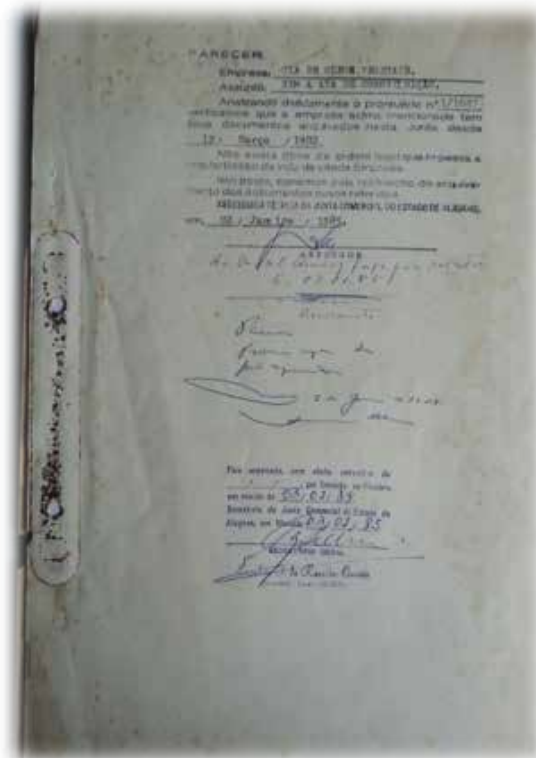


Fig.03 – Parecer Junta Comercial (1985)

Nesta pesquisa também identificada a publicação no jornal A Tribuna, referente a um relatório de receita e despesa da empresa Monte-Pio dos Servidores do Estado (fig. 04) datado de 09 de outubro de 1907, referente ao exercício 1906.

Fonte: Acervo Histórico do IHGAL (2016)

Fig.04 – Relatório Receita e Despesa (1907)

Nesta pesquisa houve acesso a um documento que registra a posse de ações (Fig. 05) pelo Sr. Antônio José Duarte Guimarães, que pagou a quantia de cem mil reis, em 1943 por ações do Sr. Felix Lima Junior.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (2016)



Figura 05: Ação de 1943

No IHGA há o registro de um Compendio de Escrituração Mercantil Simplificada de autoria de L. Lavèneré em 1924. Neste há o roteiro para escrituração mercantil para pequenos comerciantes, contendo livro Diário, Livro Razão, registro de débito e crédito, modelos de lançamentos, escrituração de livros Diário e Caixa e Análise das contas. (fig. 06 e 07)

Fonte: Lavenère (1924, capa)



Figura 06 – Compendio de Escrituração Mercantil

Fonte: Lavenère (1924, p. 23)

Compendio de Escrituração Mercantil		23
Muito, 2 de Janeiro de 1924		
Balanco estabelecido hoje.		
CAIXA		1.000.000
Saldo em caixa		
RECEBIVELAS		1.000.000
valor das vendas		
MOFES		500.000
valor dos existentes na casa de negocio		
DEVEDORES DIVERSOS		1.200.000
Importancia dos débitos de diversos frequentes com o nome o Registro de Devedores		
CAPITAL		1.142.000
valor do meu capital empregado no negocio		
Obrigações de Pagamento importancia das Duplicatas que recebem e seguem		2.500.000
CREDORES DIVERSOS		50.000
Aluguel de casa, mes de Dezembro 50000 Pronta d'agua, mês: 80000		
		6.700.000 6.700.000
Jan. 2	CAIXA	1.000.000
	Saldo do Balanco	

Figura 07 – Mod. Apresentação do Balanço

O Palácio do Comércio, hoje Associação Comercial do Estado de Alagoas, foi fundada em 22 de Julho de 1866 pelo comerciante José Joaquim de Oliveira. No livro, A construção do Palácio do Comércio: Uma história de Bastidores entre 1919 a 1928, do autor Benedito Ramos (2003) há um relato sobre os registros financeiros para sua construção.

Na página 12 (Fig 08), há a informação da ata da 29ª sessão ordinária da Junta de Direção, em 3 de Novembro de 1920, contendo o registro da receita e da despesa do Balancete do último trimestre. Na página 37 do referido livro há a apresentação da situação financeira da entidade (Fig. 09) em 1923, período no qual a entidade passou a gerenciar recursos próprios para a construção da sede própria.

Fonte: Ramos (2003, pag. 12)

Benedito Ramos

Histórico, catalogada por Abelardo Duarte. O fato é que a partir de 1919, a idéia começou a ganhar forma. Em 3 de novembro de 1920 a ata da 29ª sessão ordinária da Junta de Direção registra o balancete da receita e despesa do último trimestre:

Receita	12.400\$000
Despesa	3.234\$200
Saldo	9.054\$800
Saldo do último exercício	4.447\$320
Total	13.502\$120

Figura 08 - Receita e Despesa – 1920

Fonte: Ramos (2003, pag. 37)

Construção do PALÁCIO DO COMÉRCIO Uma história de bastidores entre 1919 a 1928

documentos, sendo, portanto, a seguinte a situação financeira da Associação:

Activo
Edifício Social
 Despendido até esta data com sua construção 118.205\$700

Movéis & Utencílios
 Valor estimativo dos existentes, inclusive a galeria de retratos, 31.521\$250.

Banco de Alagoas
Dro. Depositado em conta corrente. 17.350\$160.

Benício Amorim
 Saldo de debito 40\$000

Bernardes Junior
 Idem Idem 200\$000

Caixa Dinheiro em poder do thesoureiro 98.338 -
 167.326\$440 (total)

Passivo
Fundo Especial
 Importancia Arrecadada 157.326\$440

Fundo de Reserva
 Idem Idem 11.000\$000 167.326\$440.

37

Figura 09 - Situação Financeira – 1923

3.2 Contadoria Geral do Estado de Alagoas – 1929

Em 21 de Novembro de 1928, por meio do Decreto 1264, foi criada a Contadoria Central do Estado de Alagoas com a função de ser o órgão centralizador da Contabilidade em Alagoas promovendo a inspeção e o registro das receitas e das despesas, sendo subordinada ao Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda.

Dentre as atribuições da Contadoria consta escriturar as operações financeiras e patrimoniais por partidas dobradas.

Na pesquisa realizada, foi localizado o Regulamento da Contadoria Central, publicado pela Imprensa Oficial do Estado de Alagoas, em 1929, que detalha a forma de contabilização a ser utilizada para apresentação das informações contábeis do estado.

Fonte: Alagoas (1928)



Figura 10 – Regulamento da Contadoria Geral

A apresentação do Ativo, do Passivo e do Ativo e Passivo Compensado estão apresentados nas páginas 21 a 23 do Regulamento da Contadoria Central (1929), conforme demonstrados nas figuras 11, 12 e 13.

Fonte: Alagoas (1928)



Figura 11 – Ativo

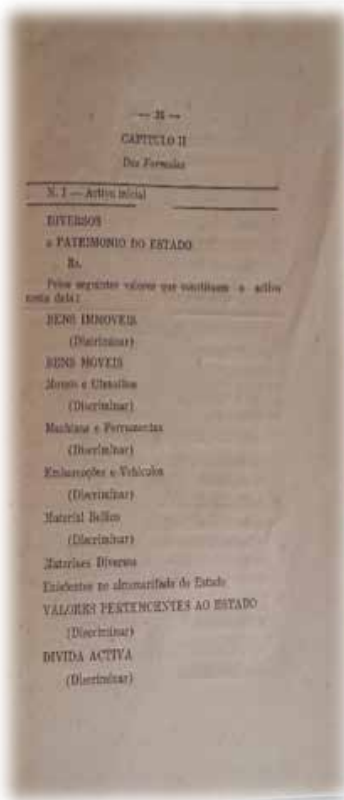


Figura 12 – Passivo

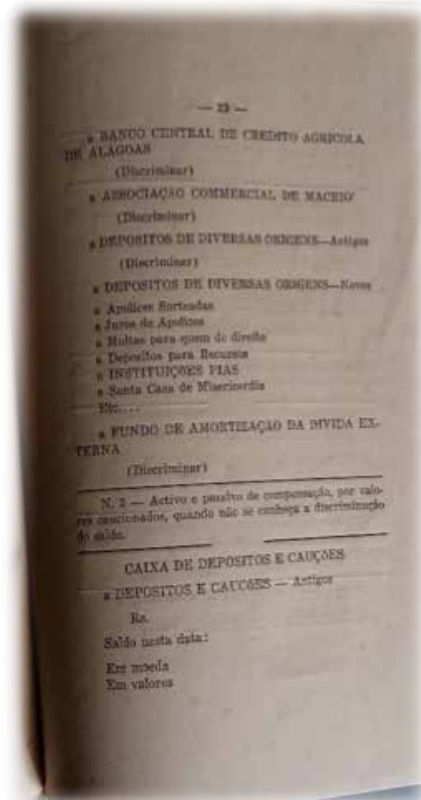


Fig. 13 – Ativo e Passivo de compensação

3.3 Graciliano Ramos – Prestação de Contas

O escritor Graciliano Ramos também faz parte da história da Contabilidade em Alagoas. Segundo Barros (2014) seu Sebastião, pai de Graciliano adquiriu uma pequena propriedade para criação de gado e uma loja de tecidos denominada Sincera, na qual Graciliano ajudava o pai como balconista e escriturador.

Em 1928, quando então prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos “estabeleceu métodos complementares daqueles até então conhecidos e adotados. Uma prestação de contas original” (BARROS, 2014, p. 39)

Apesar de não ser contador ele tinha a visão da *Accountability*, ou seja, da prestação de contas e responsabilidade do gestor público em relação aos recursos públicos para com a sociedade. Barros (2014) afirma que em 1929 Graciliano escreveu um “relatório que metia o pau no governo, rijo, sem medo”. O relatório era tão forte que as tipografias de Maceió se recusaram a imprimi-lo, desta forma ele resolveu encaminhar o relatório original datilografado. O relatório foi acolhido pelo governador e publicado no Diário Oficial e no Jornal de Alagoas. No ano seguinte, o então prefeito Graciliano Ramos, enviou novamente ao governador o seu segundo relatório com as contas públicas do município.

Fonte: Acervo do Museu Casa de Graciliano Ramos, 2016

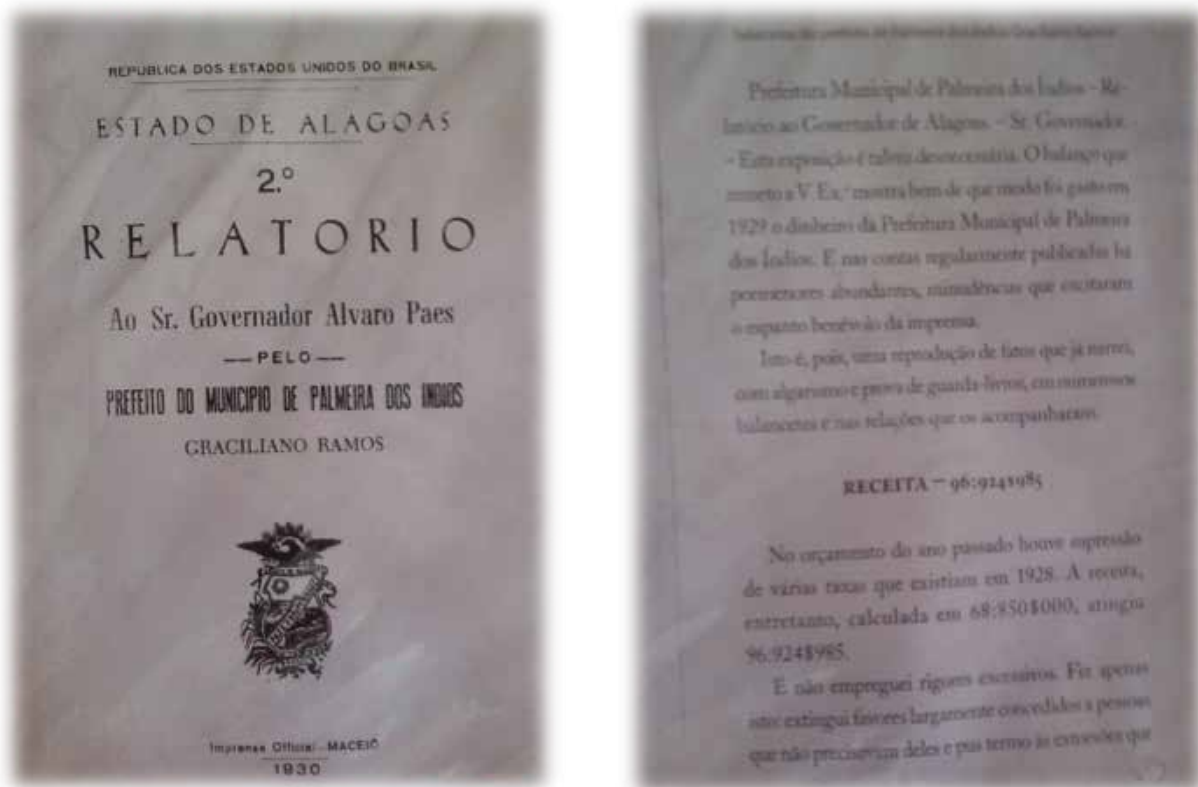


Fig. 14 – 2º Relatório de Prestação de Contas enviado ao Governador Álvaro Paes

Segundo Jaconi (2014) Graciliano Ramos governou a cidade de Palmeira dos Índios com mãos de ferro, tomando medidas como: reduziu despesas, cobrou com rigor os impostos, não perdoou os devedores, demitiu funcionários públicos desnecessários que apenas recebiam sem trabalhar.

Com a postura adotada por Graciliano Ramos como prefeito do município, teve reconhecimento publicado na imprensa oficial de Maceió em 1929, pela publicação de nota do Governador do Estado de Alagoas destacando como exemplo de trabalho e honestidade a gestão de Palmeira dos Índios: A ação do prefeito, forte e inteligente, se faz sentir nas iniciativas e nas realizações que têm ocorrido para engrandecimento do Município (LIMA, pag. 78, 1994).

4. Primeiras Escolas

4.1 Ensino Técnico

Em Alagoas houve duas escolas de comércio, ambas fundadas na cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas. A mais antiga que se tem conhecimento foi a Escola Técnica do Comércio de Alagoas – ETCAL, fundada em 23 de abril de 1916 que teve seu primeiro nome Escola Comercial de Alagoas.

Fonte: Alagoas, IHGA (2016)



Figura 15 – Estatutos da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas

No IHGA foi localizado o estatuto de constituição da Academia de Ciências Comerciais do estado de Alagoas, fundada em 23 de Abril de 1916. Esta instituição foi mantida pela Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio. Neste estatuto, em seu artigo primeiro relata a criação do curso *comercial*, em 23 de outubro de 1881, ressaltando a modificação da instituição para Escola Superior de *Commercio*, com o intuito de ministrar instrução para a carreira comercial, empregos de fazenda, administração, diplomacias e empresas.

Fonte: Alagoas, IHGA (2016)



Figura 16 – Estatutos da Academia de Ciências Commercias de Alagoas

Na página 4, deste estatuto há a descrição do curso superior destacando que dois anos de curso habilitava para o cargo de Guarda-livros e Perito Judicial e até o terceiro ano para as funções de Atuário, Contador, Empregados de Fazenda e do Ministério das Relações Exteriores. Além disso, traz as matérias que deveriam ser ministradas em cada ano. Dentre estas destaca-se no segundo ano Contabilidade Comercial e Pública e no terceiro ano a disciplina Banco Modelo que compreendia o ensino de Contabilidade Bancaria e Cálculo Mercantil.

Fonte: Domínio Público, 2016

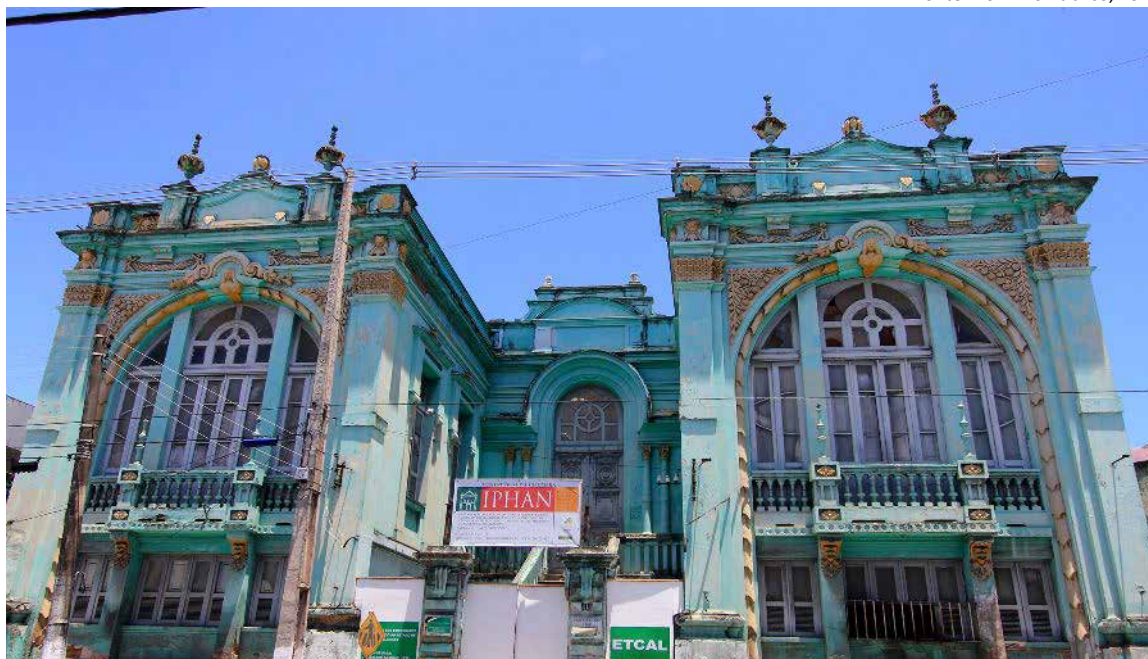


Figura 17 – Escola Técnico do Comércio de Alagoas - ETCAL

A escola foi desativada no ano de 2012 principalmente por falta de demanda para sua manutenção. Foram ofertados os cursos de Técnico de Contabilidade e Técnico de Administração, nos últimos anos de funcionamento foi ofertado também o curso Técnico de Segurança do Trabalho. Hoje a escola mantém seu arquivo no Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado de Alagoas, situado na Avenida Maceió, 1138 – Jaraguá – Maceió.

Segundo o presidente do sindicato, o Sr. José Tadeu de Menezes Barros, o sindicato foi obrigado a assumir a guarda do arquivo e as demais obrigações, devido a escola ter sido constituída vinculada ao CGC (Cadastro Geral de Contribuinte) do sindicato, como se fosse uma filial do mesmo. Ainda segundo Barros (2016), a escola deixou uma dívida alta em relação aos impostos patronais, o que somado a falta de demanda para os cursos técnicos, motivou o seu encerramento em 2012.

O Ex diretor da Escola, o Sr Breno Lins de Oliveira, o curso era bastante procurado e o curso de Técnico de Contabilidade, foi por bom tempo o curso mais procurado da ETCAL.

Hoje, mesmo com o encerramento das atividades, o sindicato mantém dois funcionários ligados a escola, uma diretora e uma secretária, uma vez que existe uma procura grande por documentações dos ex-alunos, como certificados, declarações e históricos. Segundo a Diretora, Sra. Lucila Maria Nunes de Oliveira Palagani, a ETCAL foi criada por caixeiros viajantes que Maceió como ponto de parada no Estado e precisava de uma escola para seus filhos estudarem.

Palagani (2016) afirma que a escola chegou a possuir até dez turmas do curso de Técnico de Contabilidade e que no início, quando da fundação do curso em 1945, o curso tinha o nome de Assistente de Contabilidade. Ela acredita que com a acessibilidade ao curso superior o curso técnico foi perdendo espaço e conseqüentemente inviabilizando a sua manutenção: “... a gente chegou a possuir até 10 turmas noturnas, mas com o surgimento das faculdades a procura pelo curso foi diminuindo ...”

Fonte: Domínio Público, 2016



Figura 18 – ETCAL

O curso era ofertado em 3 anos e era equivalente ao atual ensino médio. A primeira turma do curso de Técnico em Contabilidade teve sua colação em 23 de dezembro de 1948 e a última turma a colar grau foi em 09 de setembro de 2007.

Fonte: SECEA, 2016

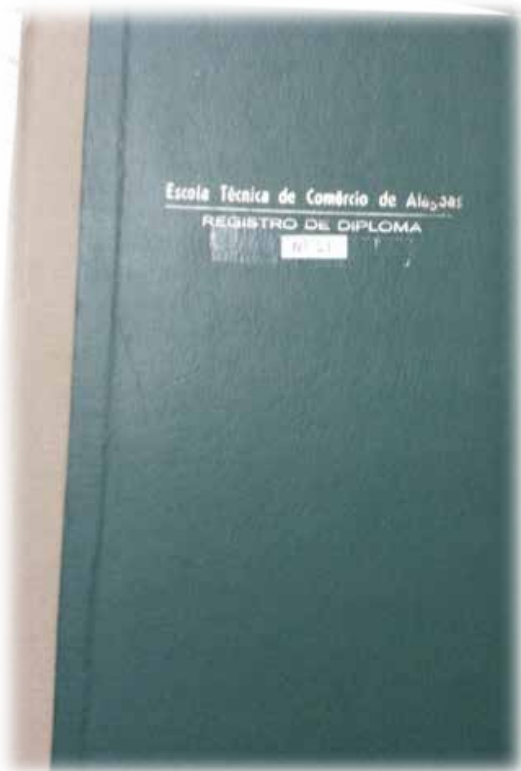


Figura 19: Livro de Registro de Diploma

Fonte: SECEA, 2016

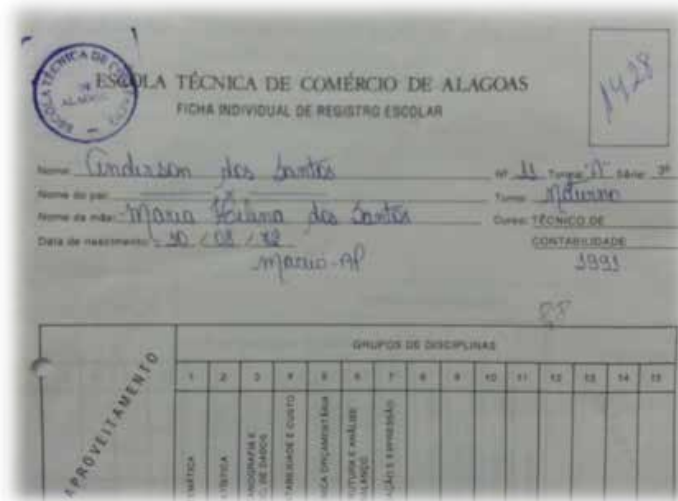


Figura 20: Ficha de Registro Escolar

Nos anos noventa a matriz do curso possuía disciplinas como: língua portuguesa, literatura brasileira e portuguesa, língua inglesa, matemática, direito e legislação, organização e técnica comercial, contabilidade e custo, técnica orçamentária, estrutura e análise de balanço, educação física, estatística, mecanografia e processamento de dados, redação oficial, etc.

4.3 Ensino Superior

O curso de Ciências Contábeis no Brasil foi autorizado pelo Decreto Lei nº 7988 de 22 de setembro de 1945 que tratou do ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e atuariais. Desta forma, a partir de 1945 todos os estados da federação passaram a poder ofertar o curso de Ciências Contábeis para a sociedade.

Apesar da autorização legislativa ter sido a partir de 1945, o primeiro curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, no estado de Alagoas, foi promovido pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, em 1º de agosto de 1963, com reconhecimento pela Portaria nº 78.857 em 11 de julho de 1975. Este curso foi instituído com regime acadêmico de crédito semestral. Esta sistemática durou até 1994, pois por deliberação dos Conselhos Superiores da UFAL o curso passou para a sistemática de regime acadêmico seriado anual. (UFAL - PPC, 2007).

Quadro 02 – Relação de Instituições de Ensino Superior modalidade presencial em Alagoas

Nº	IES	Data de início	Situação
1	Universidade Federal de Alagoas - UFAL - Maceio	05/03/1964	Em atividade
2	Centro Universitário CESMAC - CESMAC	15/03/1975	Em atividade
3	Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL - Arapiraca	31/07/1995	Em atividade
4	Faculdade da Seune - SEUNE	13/07/1998	Em atividade
5	Instituto de Ensino Superior do Nordeste - IESNE ¹	30/07/1999	Em atividade
6	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Maceió - FAMA	08/05/2001	Em atividade
7	Instituto de Ensino Superior de Alagoas - IESA	01/05/2002	Em atividade
8	Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL - São Miguel	11/02/2006	Em atividade
9	Centro Universitário Tiradentes – FITS	01/08/2006	Em atividade
10	Faculdade Maurício de Nassau de Maceió	01/08/2007	Em atividade
11	Faculdade da Cidade de Maceió - FACIMA	06/08/2008	Em atividade
12	Universidade Federal de Alagoas - UFAL - Santana do Ipanema	09/09/2010	Em atividade
13	Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL - Estácio FAL	04/03/2015	Em atividade
14	Faculdade Maurício de Nassau de Maceió - FMN Mangabeiras	NÃO HÁ	Em atividade

Fonte: Adaptado e-Mec (2016)

Atualmente, segundo o e-Mec (2016) existem em Alagoas 14 cursos de Bacharelado presencial (Quadro 02) e 11 cursos de Educação a Distância (EAD) (Quadro 03).

Quadro 03 – Relação de Instituições de Ensino Superior modalidade Ensino a Distância em Alagoas

Nº	IES	Data de início	Situação	Grau
1	Centro Universitário Claretiano - CEUCLAR	01/02/2006	Em atividade	Bacharelado
2	Universidade Anhanguera - UNIDERP - UNIDERP	01/02/2006	Em atividade	Bacharelado
3	Universidade Paulista - UNIP	01/04/2006	Em atividade	Bacharelado
4	Centro Universitário UNISEB - UNISEB	11/08/2006	Em atividade	Bacharelado
5	Universidade Norte do Paraná - UNOPAR	12/02/2007	Em atividade	Bacharelado
6	Universidade de Santo Amaro - UNISA	31/07/2007	Em atividade	Bacharelado
7	Universidade Estácio de Sá - UNESA	14/05/2009	Em atividade	Bacharelado
8	Centro Universitário Internacional - UNINTER	20/08/2012	Em atividade	Bacharelado
9	Universidade Tiradentes - UNIT	27/08/2013	Em atividade	Bacharelado
10	Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU	28/04/2014	Em atividade	Bacharelado
11	Universidade Luterana do Brasil - ULBRA ²	28/07/2014	Em atividade	Bacharelado

Fonte: Adaptado e-Mec (2016)

O primeiro curso EAD, segundo o e-Mec (2016) teve início em 01/02/2006 com cursos promovidos pelas instituições de Ensino Superior Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR e Universidade Anhanguera – UNIDERP.

1 Suspensão de Ingresso: Conforme Despacho nº 98, de 23/12/15. Suspensão PRONATEC: Conforme Despacho nº 98, de 23/12/15. Suspensão PROUNI: Conforme Despacho nº 98, de 23/12/15. Suspensão contrato FIES: Conforme Despacho nº 98, de 23/12/15

2 Adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012

Verificando a evolução do quantitativo de cursos abertos por faculdades verificou-se que:



Fonte: Adaptado e-Mec (2016)

Gráfico 01 – Relação de Instituições de Ensino Superior modalidade Ensino a Distância em Alagoas

5. Evidência Profissional

5.1 Primeiro Contador de Alagoas

Fonte: CRC -AL (2016)



Figura 21 – Samuel Lima: primeiro Contador registrado em Alagoas

O primeiro registro profissional no estado de Alagoas foi do Sr. Samuel Lima que recebeu o registro nº AL – 00000001/O-0. Este profissional foi formado em 1945 como Contador e seu registro está na primeira página do Livro de Registro do Profissional Contábil. Além disso, ele foi o primeiro presidente do Conselho Regional de Contabilidade do estado de Alagoas, permanecendo neste cargo durante 10 anos, no período de 1947 a 1957.

Seu nome consta como o primeiro registro no Livro de Registro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Alagoas (Fig. 22). Este livro foi elaborado em 1947 contendo número de ordem, nome do contabilista, data da inscrição, categoria e observações.

Fonte: CRC -AL (2016)

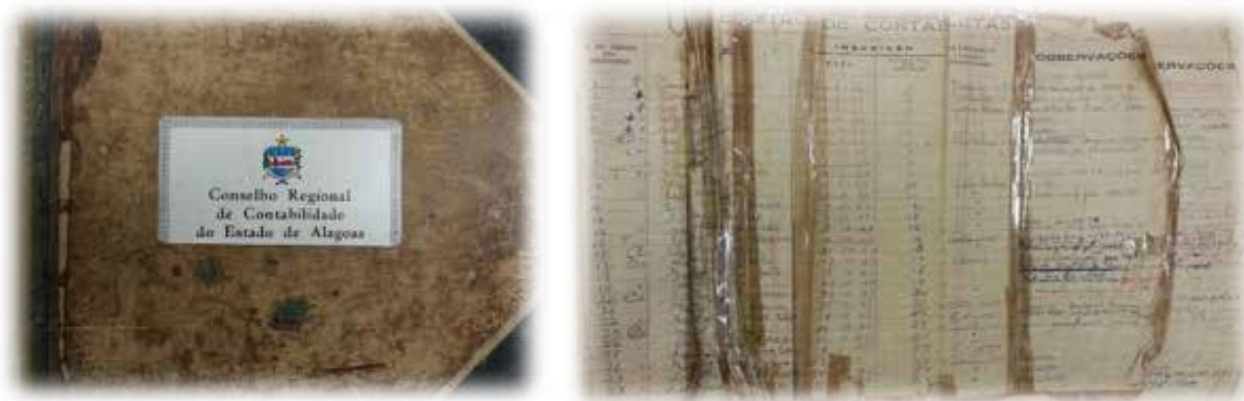


Figura 22 – Livro Registro Profissional

Neste livro constam os nomes dos dez primeiros contabilistas registrados no estado de Alagoas (Quadro 03). Destes a metade era composta por Contadores e a outra metade composta por Técnicos em Contabilistas.

Quadro 04 – Relação dos 10 primeiros Contabilistas registrados em Alagoas

Nº	Nome	Data do registro	Categoria
1	Samuel Lima	14/09/1947	Contador
2	Hermes Salvador Caldas	14/09/1947	Contador
3	Jose Gomes da Silva Rego	22/09/1947	Contador
4	Alfredo Cavalcante Lima	22/09/1947	Técnico em Contabilidade
5	Jose Batista dos Santos	30/09/1947	Técnico em Contabilidade
6	Jose Garcez Doria	14/09/1947	Técnico em Contabilidade
7	Antidio Vieira da Costa	20/10/1947	Contador
8	Nelson Vitor de M Belo	14/09/1947	Contador
9	Miguel Macedo Cardoso	13/09/1947	Técnico em Contabilidade
10	Berivado da Silva	29/09/1947	Técnico em Contabilidade

Fonte: Dados CRC - AL (2016)

Em plena década de 40, num ambiente profissional composto em sua maioria por pessoas do sexo masculino, foi registrado no Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas a primeira mulher contadora na data de 18/11/1947.

Quadro 05 – Relação das 10 primeiras mulheres Contabilistas registradas em Alagoas

Nº	Nome	Data do registro	Categoria
1	Maria do Carmo Guerra	18/11/1947	Contador
2	Quitéria Stella F Nobre	19/11/1947	Técnico em Contabilidade
3	Risaura Santa Cruz	20/11/1947	Contador
4	Maria Claudius Girard	18/11/1947	Técnico em Contabilidade
5	Yone Nobre Coelho da Paz	19/11/1947	Contador
6	Maria Sales Macedo	11/12/1947	Contador
7	Dolores Guerra Accioly	12/12/1947	Contador
8	Edla Mendonça	15/12/1947	Contador
9	Luiza Acioly Moraes Costa	22/12/1947	Contador
10	Maria do Carmo S Moraes	17/12/1047	Técnico em Contabilidade

Fonte: Dados CRC - AL (2016)

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas em 2016 possui um total de 3.785 profissionais de contabilidade com registro ativo, destes, 2.587 Contadores e 1.288 Técnicos em Contabilidade.

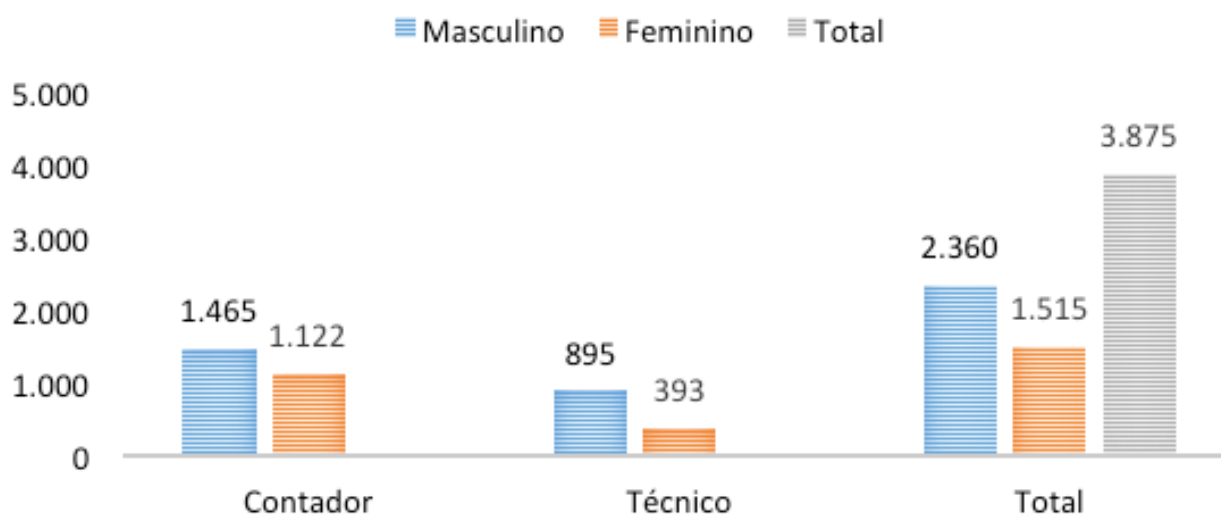
Tabela 01 – Profissionais Ativos no CRC /AL

Contador					
Masculino	%	Feminino	%	SubTotal	%
1.465	37,8065	1.122	28,9548	2.587	66,7613
Técnico					
Masculino	%	Feminino	%	SubTotal	%
895	23,0968	393	10,1419	1.288	33,2387
Total				3.875	100,00%

Fonte: CFC, 2016

Do total de profissionais com registro ativo no CRC/AL cerca de dois terços são contadores e um terço técnico em contabilidade. Quanto ao gênero, se somarmos o total de Contadores e Técnicos em Contabilidade a participação feminina é de 39,10% e a masculina 60,90%. De acordo com o CFC o número de profissionais com registro ativo no CRC/AL representa 0,7% do total de profissionais do País e 4,63% da região nordeste.

GRÁFICO 02: PROFISSIONAIS ATIVOS - CRC AL



Fonte: CFC, 2016

5.2 Primeira mulher presidente do CRC

Maria Clara Cavalcante Bugarim, natural de União dos Palmares (AL), é graduada nos cursos de Ciências Contábeis (1983-1987), Administração de Empresas (1991-1994) e em Direito (2000-2004), especialista em Auditoria (CESMAC), mestre em Controladoria e Contabilidade (USP), doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade de Santa Catarina, tendo finalizado em 2015 doutorado em Contabilidade pela Universidade do Aveiro em Portugal. (CNPq, 2016).

Fonte: VELLEI, Carolina (2013)



Figura 23 – Maria Clara Cavalcante Bugarim

Sua trajetória profissional foi desenvolvida sob o arcabouço da profissão contábil, tendo seu pai o Sr. Clarício Bugarim como fonte de inspiração. A primeira mulher a ter destaque no cenário contábil nacional, foi diretora de finanças e contabilidade do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas – IPASEAL (1983-1991), Auditora Geral do Estado de Alagoas - CGE (1991-1994), Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRC (1998-1999), da Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC (2001-2005) e do Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2004-2009). Também foi técnica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Vice-presidente de Relações Institucionais da Associação Interamericana de Contabilidade - AIC (2013-2015) e Assessora Técnica da *International Federation of Accountants* (IFAC). Atualmente atua como presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis do Brasil – ABRACICON e Controladora Geral do Estado de Alagoas – CGE. (ABRACICON, 2016, CNPq, 2016; VELLEI, 2013).

Fonte: CRC – AL (2016)



Figura 24 – Posse CRC – AL

A figura 24 retrata a posse de Maria Clara Bugarim como conselheira e presidente do CRC Alagoas. Este foi um momento histórico para a classe contábil no Estado, pois foi a posse da primeira mulher a assumir a liderança da classe em Alagoas.

Pelo trabalho desenvolvido, Maria Clara recebeu diversos títulos e homenagens conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 06 – Prêmios e Títulos

Ano	Prêmios e Títulos
2001	Medalha de Honra ao Mérito Contábil Professor Ulisses Celestino de Góis, Conselho Federal de Contabilidade Regional Rio Grande do Norte.
2002	Honra ao Mérito Contábil, Conselho Regional de Contabilidade do Piauí.
2003	Medalha Mérito Científico Contábil, Instituto Cultural e de Perícia Técnico-Científica da Bahia.
2006	Prêmio Profª Diana Cury, CRCSP.
2006	Título de Cidadão Honorário de Maceió, Palácio Desemb. Dr. Mário Guimarães.
2006	Título de Cidadã de São Luís, Câmara Municipal de São Luís.
2006	Menção Honrosa, Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo.
2007	Detentora do Título de Personalidade do Ano de 2007-FECONTESP, FECONTESP.
2008	Título de Cidadania, Estado do Piauí Câmara Municipal de Teresina.
2008	Título de Cidadã Mato Grossense, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
2008	Título Honorífico de cidadã Norte Rio Grandense, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.
2010	Título de Membro Honorário, Academia Pernambucana de Ciências Contábeis.
2010	Prêmio ANEFAC Profissional do Ano - Profissional de Contabilidade, Associação Nacional dos Executivos de Finanças - ANEFAC.
2014	2º Lugar na Área de Socias Aplicadas do XIV Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIFOR, Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

Fonte: CNPq (2016)

Enquanto Presidente do Conselho Federal de Contabilidade participou da edição e emissão das Normas Brasileiras de Contabilidade visando o processo de Convergência aos padrões internacionais, sendo reconhecida em 2007 como uma das mulheres destaques no Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje.

Maria Clara destaca que o seu grande legado a frente do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas foi o resgate do Movimento da Mulher Contabilista: *“...na época já havia ocorrido dois outros eventos no país, mas foi a partir da terceira edição que o movimento foi entendido o seu objetivo...”* *“...o objetivo não era a divisão dos profissionais, mas sim a valorização da mulher contabilista, como uma profissional de liderança no contexto político-social...”*.

A carreira de Maria Clara é marcada por quebra de paradigmas, conforme a cronologia destacada abaixo:

Fonte: Bugarin, 2016

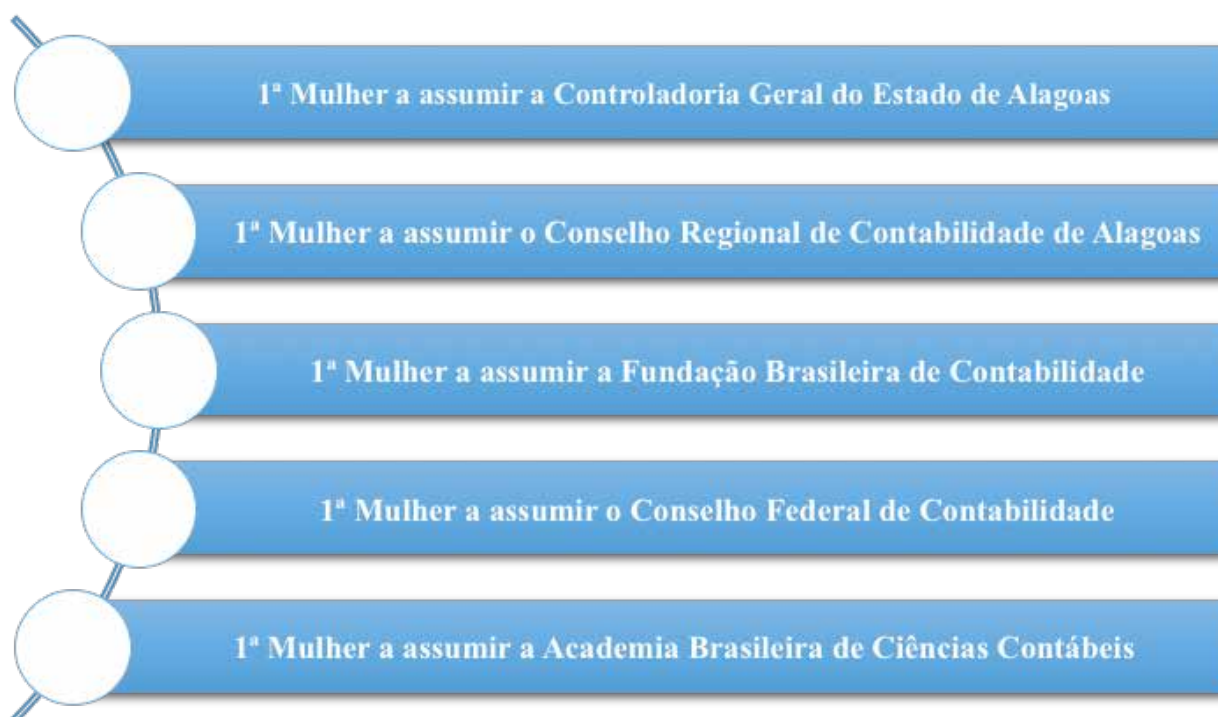


Fig. 25 - Cronologia Quebra de Paradigmas – Maria Clara

Maria Clara destaca que o conhecimento multidisciplinar é o que favorece o crescimento profissional, e hoje o seu desafio e também a sua grande paixão profissional é a gestão pública. Quando questionada pela definição da quebra de paradigmas na classe contábil, ela destaca: *“...não é uma Maria, mas a possibilidade de oportunizar que outras Marias tenham e conquistem o seu espaço...”*.

6. Primeiras Organizações

6.1 Conselho Regional de Contabilidade

Desde a criação do sistema CRC/CFC, em 1947, o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas funcionava em uma sala alugada no Edifício Breda, localizado no centro de Maceió.

Em 1971, o Conselho Federal de Contabilidade comprou um prédio situado a Rua Melo Moraes, no centro da capital do estado de Alagoas e fez uma concessão para instalação da sede do CRC AL, cuja inauguração ocorreu em 16 de Setembro de 1972. Para este evento, deslocou-se a Alagoas, uma comitiva do CFC representada pelo Presidente do CFC Ivo Malhões de Oliveira (1970-1973).

Fonte: Arquivo CRC -AL, 2016



Fig. 26 – Chegada da Comitiva do CFC para inauguração da primeira sede do CRC AL

Na figura 26, a chegada da comitiva do CFC no aeroporto de Maceió. Na figura 26 da esquerda para direita o vice-governador do estado de Alagoas Sr. José de Medeiros Tavares, ao centro o presidente do Conselho Federal de Contabilidade Sr. Ivo Malhões de Oliveira e a direita o presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas o Sr. João Batista Pessoa Falcão.

Foto da placa inaugural da sede do CRC em 1972 na solenidade de entrega das instalações (fig 27).

Fonte: Acervo Histórico CRC - AL (2016)



Fig. 27 - Descerramento da Placa de Inauguração do CRC – AL (1972)

Nesta data o CRC AL era composto pelos seguintes conselheiros:

- Presidente: João Batista Pessoa Falcão
- Vice-Presidente: Ascêncio Pereira de Magalhaes
- Conselheiro: Manoel Bezerra da Silva
- Conselheiro: Lourivaldo Rodrigues Lira
- Conselheiro: Milton Marinho de Menezes
- Conselheiro: José de Almeida Barros
- Conselheiro: Samuel Lima
- Conselheiro: Olavo Marinho de Menezes
- Conselheiro: Antônio Magalhaes Pontes

Fonte: Acervo Histórico CRC - AL (2016)



Figura 28 – Descerramento de foto



Figura 29 – Descerramento da foto

Na figura 28 o Sr. Samuel Lima, primeiro contador registrado no CRC AL exercendo o cargo de conselheiro, descerrando a foto do presidente do CFC, Sr. Ivo Malhões de Oliveira, na inauguração da sala do plenário. Esta sala possuía uma parede revestida em madeira, uma mesa de reunião em madeira de lei e 20 cadeiras revestidas em palha.

O presidente do Brasil Sr. Emilio Garrastazu Medice, foi homenageado em uma sala no CRC conforme fig. 29 que mostra o descerramento da placa da foto. Destaca-se nesta foto os Srs. Manoel Bezerra da Silva (Conselheiro), Samuel Lima (Conselheiro), João Batista Pessoa Falcão (Presidente CRC -AL), Ivo Malhões de Oliveira (Presidente CFC) e o vice governador de Alagoas José de Medeiros Tavares.

Fonte: Acervo Histórico CRC - AL (2016)



Figura 30 – Fachada da Sede do CRC (1972)

Fachada da primeira sede do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas no dia de sua inauguração em 16 de Setembro de 1972. Nesta foto, estão a porta o Vice Governador do Estado de Alagoas, Sr. José Medeiros de Tavares e o Conselheiro Olavo Marinho de Menezes.

Nas figuras 31 e 32 o governador do estado de Alagoas Sr. Afrânio Lages recebe no Palácio dos Martírios, sede do governo, os representantes do CFC e do CRC – AL.

Fonte: Acervo Histórico CRC - AL (2016)



Fig. 31 - Audiência dos representantes do CFC e CRC com o governador Afrânio Lages

Nesta audiência estavam presentes entre outros os Srs. Afrânio Lages (Governador de Alagoas), Ivo Malhões de Oliveira (Presidente CFC), João Batista Pessoa Falcão (Presidente do CRC AL), Olavo Marinho de Menezes (Conselheiro) e Milton Marinho de Menezes (Conselheiro).

No dia 7 de Setembro de 1977, o presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas, Sr. João Batista Pessoa Falcão, recebe na sede do CRC AL o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Nilo Antônio Gazire (1978 – 1982) para a inauguração da reconstrução e ampliação da sede do Conselho. Fig. 32

Fonte: Acervo Histórico CRC - AL (2016)



Fig 32 - Descerramento da placa de inauguração da reconstrução da sede

Da esquerda para a direita, o Sr. João Batista Pessoa Falcão (Presidente do CRC – AL) e o Sr. Nilo Antônio Gazire (Presidente do CFC).

No ano de 1977, em meados do mês de dezembro, aconteceu na sede do CRC AL a eleição para escolha do presidente do Conselho para a gestão 1978 – 1981. A sessão foi presidida pelo conselheiro mais antigo o Sr. Olavo Marinho de Menezes. Fig. 33

Fonte: Acervo Histórico CRC - AL (2016)



Fig 32 - Descerramento da placa de inauguração da reconstrução da sede

Estavam presentes nesta sessão o conselheiro Olavo Marinho de Menezes, o Conselheiro Antônio Magalhaes Pontes, o Conselheiro Geraldo da Costa Medeiros, o Conselheiro Lourivaldo Rodrigues Lira, o Conselheiro Jose Washington Gomes de Lima, o Conselheiro Ramsés Gomes de Melo Costa, o conselheiro José Maria Agrelle Litrenta e o Conselheiro João Batista Pessoa Falcão eleito presidente do CRC neste ato.

Fonte: Acervo Histórico CRC - AL (2016)



Fig. 34 – Eleição para a presidência do CRC AL gestão 1978 - 1981

Da esquerda para a direita, o voto dos Conselheiros José Washington Gomes de Lima, João Batista Pessoa Falcão e Geraldo da Costa Medeiros.

6.2 Presidentes do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas

Desde sua fundação em 1947, o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de Alagoas teve 12 presidentes. O mandato mais longo ininterruptamente foi do primeiro presidente Samuel Lima, que durou 11 anos. Porém, o presidente que assumiu o CRC AL por mais tempo foi o Contador Carlos Henrique do Nascimento com 4 mandatos totalizando 12 anos a frente do Conselho. O mandato mais curto foi exercido por Jeovanes de Oliveira Silva e Carlos Roberto Ribeiro Sampaio, ambos a frente do CRC pelo período de 2 anos e a única mulher a assumir a presidência do CRC foi Maria Clara Cavalcante Bulgarim.

Fonte: Acervo Histórico CRC - AL (2016)



Samuel Lima
Período: 1947 a 1957



Francisco Tiburcio
Período: 1958 a 1960



Manoel Lopes Albuquerque
Período: 1961 a 1964



Francisco Tiburcio
1º Período: 1965 a 1973
2º Período: 1978 a 1981



Manoel Bezerra da Silva
Período: 1974 a 1977



Rivoldo Costa Sarmento
1º Período: 1982 a 1985
2º Período: 1990 a 1993
3º Período: 2002 a 2003



Daniel Salgueiro
Período: 1986 a 1989



Carlos Henrique do Nascimento
1º Período: 1994 a 1997
2º Período: 2004 a 2007
3º Período: 2010 a 2011
4º Período: 2012 a 2013



Maria Clara Cavalcante Bugarim
Período: 1998 a 2001



Jeovanes de Oliveira Silva
Período: 2008 a 2009



Carlos Roberto Ribeiro Sampaio
Período: 2014 a 2015



Paulo Sérgio Braga da Rocha
Período: 2016 até dias atuais

6.3 Primeiros Escritórios

O primeiro escritório contábil obteve o registro nº AL – 000009/O. O quadro 05 relaciona os 10 primeiros escritórios de contabilidade registrados no Conselho Regional de Contabilidade. Destes, 80% continuam com seus cadastros ativos junto ao CRC AL.

Quadro 07 – Relação dos 10 primeiros escritórios de contabilidade registrados em Alagoas

Nº	Nome	Nº do Registro
1	COTEL – Contabilidade e Assitência Técnica	AL – 000009/O
2	ORTECAI – Org. Tecn. Cont. S/C-Audit. Indep.	AL – 000010/O
3	ETCA – Escr Tec Contabil de AL	AL – 000014/O
4	Vianna Org. de Contabilidade	AL – 000044/O
5	ORCONARA – Org. Contabil Arapiracense	AL – 000047/O
6	CONSEL Contab e Serviços LTDA	AL – 000057/O
7	Organização Serviços Fiscais	AL – 000059/O
8	Consultoria Geral Trib LTDA	AL – 000065/O
9	ETEC – Equipe Técnica Contábil S/S LTDA	AL – 000066/O
10	Auditoria Rendalex LTDA SC	AL – 000078/O

Fonte: Dados CRC - AL (2016)

Atenta-se para o fato de que não foram encontradas justificativas para a existência de registros com numeração não sequencial referentes aos escritórios cadastrados.

6.4 Sindicato dos Contabilistas

O Sindicato dos Contabilistas no Estado de Alagoas – SINDCONT/AL, foi fundado em 14 de julho de 1935 e atende a toda a região do Estado de Alagoas. O mesmo configura-se como entidade sindical de 1º grau que “tem como objetivo a defesa, orientação, proteção, assistência, união e representação legal dos contabilistas alagoanos, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais”. (SINDCONT/AL, 2016). O SINDCONT/AL atualmente tem sede na Rua São Francisco de Assis, Nº 499, bairro de Jatiúca, na cidade de Maceió/AL.

7. Primeiros Eventos

7.1 Eventos na área contábil no Estado de Alagoas

I Encontro dos Contabilistas de Alagoas ocorreu no período de 14 a 17 de novembro de 1971 em parceria com o Sindicato dos Contabilistas de Alagoas.



Figura 36 – Credenciamento

Fonte: Acervo Histórico CRC, (2016)



Figura 37 – Exposição

Além deste, foram realizados outros eventos conforme figuras a seguir:

Fonte: Acervo Histórico CRC, (2016)



Figura 38 – Semana do Contabilista (1998)

Fonte: Acervo Histórico CRC, 2016



Figura 39 – I Encontro Alagoano de Contabilidade do Agreste Alagoano

Fonte: Acervo Histórico CRC, 2016



Figura 40 – I Fórum de Contabilidade de Arapiraca

Fonte: Acervo Histórico CRC, 2016



Figura 41 – I Encontro Interestadual de Contabilidade de Alagoas e Sergipe

O 1º Encontro Interestadual dos contabilistas de Alagoas e Sergipe (Alagipe) ocorreu nos dias 12 e 13 de novembro de 2004 na cidade de Penedo/AL e tratou de temas atuais à época.

7.2 I Congresso Nacional de Ciências Contábeis – CONACIC

Em 2013, durante os dias 11, 12 e 13 de setembro, foi realizado em Maceió o I Congresso Nacional de Ciências Contábeis do Estado de Alagoas (CONACIC) com o tema *Perspectivas Contábeis: Desafio versus Valorização Profissional*. A ideia do evento surgiu a partir do sucesso da realização da VI Semana de Ciências Contábeis da Fits, com a pretensão de promover a interação dos participantes com as novidades da área contábil visando atualização e discussão sobre temas contemporâneos da Contabilidade. O Congresso foi de natureza acadêmica e contou com a apresentação de 21 palestras que ocorreram em dois auditórios de forma simultânea, contando em sua abertura com a presença ilustre do Professor Phd José Carlos Marion, além de outros profissionais da área contábil entre especialistas, mestres e doutores.

A comissão científica foi composta por 41 mestres e doutores, onde a avaliação dos artigos foi feita no formato *blade review*, sendo avaliados 34 artigos científicos distribuídos entre as diversas áreas de conhecimento da Contabilidade. O evento foi desenvolvido por alunos, professores e Coordenação do Curso de Ciências Contábeis.

Fonte: Comissão organizadora do CONACIC (2016)



Figura 42 – Comissão organizadora I CONACIC com prof. Phd José Carlos Marion - 2013

A Comissão organizadora do CONACIC foi composta pelos professores Msc. Anderson de Almeida Barros, Msc. Alexandra da Silva Vieira, Esp. Fabrícia Gonçalves Cavalcante, Msc. Livia de Cerqueira Angelo, Esp. Marielza Nascimento dos Santos, Msc Sandra de Lourdes Gonçalves e Esp. Shahid Porangaba Pervaiz.

Fonte: Comissão organizadora do CONACIC (2016)



Figura 43 – Professores e alunos da Comissão organizadora I CONACIC com prof. Phd José Carlos Marion - 2013

Considerações Finais

Nesta pesquisa houve o resgate da história da contabilidade no estado de Alagoas. As primeiras evidências datam de 1902, a partir de arquivos da Junta Comercial do Estado de Alagoas que foram doados ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Qual foi nossa surpresa em encontrar um Relatório de Receita e Despesa, similar a um Balanço Publicado nos dias atuais, no jornal da época, a subscrição do capital feita pelos acionistas e o estatuto de constituição da empresa. No decorrer desta pesquisa, muitas foram as informações adquiridas: as primeiras escolas do ensino da contabilidade, os primeiros informes contendo contabilização com as partidas dobradas no compêndio de contabilidade, o regulamento da contadoria trazendo as regras para a escrituração dos Balanços Públicos.

A prestação de Contas por um prefeito a frente de sua época. Os primeiros relatos referentes a constituição do órgão representante da classe contábil. A representação política do conselho a época. Os eventos realizados para promoção do conhecimento, entre outros.

A participação feminina no âmbito estadual sendo levada para o âmbito nacional e engrandecendo a representatividade de um estado pequeno da nação.

Enfim, nossa história não passou despercebida ao longo do tempo. Provavelmente falta um trabalho aprofundado para conhecer um pouco mais. As evidências encontradas nos mostram que a história da contabilidade precisa ser preservada e mostrada a sociedade e aos profissionais de contabilidade, pois esta história não pode e não deve ser esquecida.

Referências

- ABRACICON – Academia Brasileira de Ciências Contábeis. **Maria Clara Cavalcante Bugarim**. Disponível em <<http://www.abracicon.org/index.php/academicos/hall-dos-presidentes/item/maria-clara-cavalcante-bugarim>>. Acesso em 10 de abril de 2016.
- ALAGOAS. **2º Relatório**. Disponível no Acervo do Museu Casa de Graciliano Ramos, 2016
- ALAGOAS. Estatutos da Academia de *Siencias Commerciaes* de Alagoas. Jaragua: Typographia oriental, 1916. Disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Visita em 23/03/2016.
- ALAGOAS. Instituto Histórico Geográfico de Alagoas. Sociedade Caixa Commercial. Maceió, 14 de março de 1943. Disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Visita em 23/03/2016.
- ALAGOAS. Regulamento da Contadoria Central. Decretos n. 1.264 de 21 de Novembro de 1928 e 1.26 de 21 de Dezembro de 1928. Maceió: Imprensa Oficial, 1929. Disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Visita em 23/03/2016.
- AQUINO, de A; SANTANA, de A.C. Evidenciação. Cadernos de Estudos nº 5. São Paulo 1992. ISSN 1413-9251
- ARAUJO FILHA. Maria Francisca da Silva. **Acervo histórico do CRC – Alagoas**. Maceió, Conselho Regional de Contabilidade, 05 de abril de 2016. Entrevista a Anderson de Almeida Barros.
- BARROS, Ivan de. **Graciliano era assim: (biografia e depoimentos); Graciliano Ramos: opreiteiro que vuru best seller; Roteiro sentimental de Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Recife: Ed. do autor, 2014.
- BENEDITO, Ramos. **A construção do Palácio do Comércio: Uma história de Bastidores entre 1919 a 1928**. Maceió: EDUFAL, 2003.
- BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. **Contribuições de Maria Clara para a profissão contábil**. Maceió, Controladoria Geral do Estado, 04 de abril de 2016. Entrevista a Anderson de Almeida Barros.
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Maria Clara Cavalcante Bugarim**. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4133965H9>> Acesso em 10 de abril de 2016.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Profissionais ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade**. Disponível em <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx> Acesso em 30 de março de 2016.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC-AL). **Livro de registro profissional**. Maceió: CRC, 2016. Visita em 05 de abril de 2016.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC-AL). **Pinacoteca do acervo histórico do CRC – Alagoas**. Maceió: CRC, 2016. Visita em 05 de abril de 2016.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC-AL). **Relatório de contabilistas inscritos no CRC-AL**. Maceió: CRC, 2016. Visita em 05 de abril de 2016.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC-AL). **Relatório de escritórios de contabilidade registrados em Alagoas**. Maceió: CRC, 2016. Visita em 05 de abril de 2016
- I CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS (CONACIC). Acervo da pinacoteca da Comissão Organizadora do Congresso. Maceió: FITS, 2013. Acesso em 25 de março de 2016.
- I CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS (CONACIC). Anais do I Congresso Nacional de Ciências Contábeis. Coordenação de Anderson de Almeida Barros, Maceió: FITS, 2013.
- IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Contabilidade para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- JACONI, Sônia Maria Ribeiro. Graciliano Ramos: O Prefeito Escritor. Editora LCTE. São Paulo, 2014.
- LAVENÉRE, L. **Compendio de Escrituração Mercantil Simplificada**. Machado: Maceió, 1924. Disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Visita em 23/03/2016.
- LIMA, Mário Hélio Gomes de. **Relatórios**. Editora Record. Recife – PE, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. e-MEC de **Instituições e Cursos de Educação Superior**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acessado em: 10/04/2016.
- RAMOS, Benedito. **A construção do palácio do comércio: uma história de bastidores entre 1919 a 1928**. Maceió: EDUFAL, 2003. Disponível em Instituto Histórico Geográfico de Alagoas.
- ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira; BOMFIM, Edilma Acioli. (Organizadoras). **Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje**. Maceió: Edufal, 2007.
- SANTOS, José Luiz dos. **Teoria da Contabilidade: Introdutória, Intermediária e avançada**. São Paulo: Atlas, 2007.
- SECEA – SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Relatórios Escolares**. Maceió: SECEA, 2016. Visita em 04 de abril de 2016
- SILVA, Maurício Souza. ASSIS, Francisco Avelino de. **A história da contabilidade no Brasil**. Periódico Científico Negócios em Projeção. v.6, n.2, 2015. I SSN: 2178-6259
- SINDCONT/AL. **Histórico e objetivos**. Disponível em < <http://sindcont-al.org.br/web/?p=147> > Acesso em 30 de março de 2016.
- UFAL – Universidade Federal de Alagoas. **Projeto Político e Pedagógico Curso De Ciências Contábeis (PPC)**. Faculdade de Economia, Administração e contabilidade – FEAC. Maceió, 2007.
- VELLEI, Carolina. **Maria Clara Bugarim, primeira mulher presidente do Conselho Federal de Contabilidade, conta sobre o curso e a carreira de Ciências Contábeis**. Guia do Estudante. 07 de maio de 2013. Disponível em <<http://guiadoestudante.abril.com.br/blogs/pordentrodasprofissoes/maria-clara-bugarim-primeira-mulher-presidente-do-conselho-federal-de-contabilidade-Conta-sobre-o-curso-e-a-carreira-de-ciencias-contabeis/>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

Resgate da Memória Contábil no Amazonas



Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas

1. Introdução

A Contabilidade é uma área que cresce continuamente em nosso País. No Estado do Amazonas, temos vivenciado uma evolução através da necessidade que a sociedade vem apresentando a cada ano, em ter um profissional contábil em sua vida financeira, seja no ramo empresarial ou na própria Administração Pública.

Esta profissão vem galgando o patamar de indispensável para a saúde contábil de qualquer administração.

Observamos o crescimento da Contabilidade no Amazonas, através dos feitos realizados pelos gestores à frente do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas (CRCAM), nos últimos 66 anos de existência da autarquia, na função de presidentes desta classe que hoje, tem vinculado ao seu quadro, aproximadamente 7 mil profissionais.

Dessa forma, tentamos reunir informações de fatos relevantes ocorridos nestes mandatos, que ajudam a resgatar a Memória da Contabilidade no Amazonas.

2. Apresentação do Presidente

Presidente do CRCAM: O contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior foi eleito para o biênio 2016/2017. Atualmente é Vogal da Junta Comercial do Estado do Amazonas, graduando do Curso de Direito, e possui pós-graduação nas áreas de Direito do Trabalho e Previdenciário.



3. A regularização da profissão contábil no Amazonas: Criação do CRCAM

No dia 04 de março de 1950, a classe contábil amazonense comemora a instalação do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas (CRCAM). Inicialmente a sede localizava-se na Rua Luiz Antony, número 307, no Centro de Manaus. Até esse período, a categoria era representada pela Associação Profissional dos Contabilistas do Amazonas.

A importante decisão que marcou o princípio desta jornada para os profissionais da área, aconteceu durante uma reunião entre profissionais, em sessão ordinária, presidida pelo membro do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, o contador Laércio da Purificação Gonçalves, especialmente convidado para dirigir os trabalhos que elegeram o presidente e o vice-presidente do CRCAM.

Dessa forma, por aclamação da maioria foram eleitos, Orlando de Lemos Falcone para ser o primeiro Presidente da autarquia amazonense, tendo como destaque o elogiado trabalho desenvolvido à frente da Associação Profissional dos Contabilistas do Amazonas. E no cargo de vice-presidente do Conselho, Venâncio Igrejas Lopes.



3.1 Lideranças:



Orlando de Lemos Falcone (1976-1979/ 1950-1973)

Falcone foi a maior permanência na administração da autarquia até o momento, somando 26 anos. Depois dele, outros 14 gestores disseram “sim” à Presidência do Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, comprometendo-se em honrar a nobre causa da profissão.



Eduardo Donald (1974-1975) *in memoriam*



Oswaldo Alves da Silva (1980-1983) *In memoriam*

Professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e contador Geral do Banco do Estado do Amazonas (BEA), já extinto.



Walder Barbosa dos Reis (1984-1987/ 1994-1995/1998-1999) In memoriam

Na gestão de 1986, o presidente realizou a venda da sede do Regional, localizada na Rua Frei José dos Inocentes e comprou o novo prédio, ainda de propriedade da autarquia, na Rua Lobo D'Almada.

Já nos anos de 1994 e 1995, ocorreu o desmembramento dos Conselhos do Amazonas dos demais: Rondônia, Roraima e Acre, visto que atuavam unificados, tornando-se cada qual independente e autônomo.

Em seguida, estruturou administrativamente o Conselho, criando cargos, estabelecendo quantidade mínima de funcionários e organizando de maneira mais funcional o atendimento dos setores.

Curiosidade:

O 1º jornal do CRCAM foi escrito no Mandato de Walder Reis





José Raimundo Fernandes de Araújo (1988-1991)



Armando Santos (1992-1993)

3.2. Evolução das Eleições:



Nos primeiros anos de constituição do CRCAM, as eleições eram realizadas com urnas fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-AM), e em razão da distância entre os municípios, onde localizavam-se as delegacias, a apuração geral de votos, demorava em torno de uma semana.

Em 2003, Regional adotou as urnas eletrônicas, agilizando o processo eleitoral, e imediatividade no resultado. E em 2013, todo o processo passou a ser realizado via internet, com o acompanhamento e apuração do Federal.



Flávio Andrade de Souza (1996-1997)

Neste biênio, o gestor acentuou sobremaneira as atividades de fiscalização e deu ênfase especial à estrutura física do CRCAM. Em pouco mais de quatro meses, e sem parar as atividades do Regional, ampliou suas instalações em mais de 50%, transformando o velho, acanhado e decaído sobrado, nos dizeres do saudoso presidente Walder Barbosa dos Reis, no “mais que uma sede, em um palácio, um verdadeiro templo, embelezando a Rua Lobo D’Almada – antigo endereço - e orgulhando os contadores Amazonenses”, com fachada em granito exibindo enorme insígnia e letras em bronze, detalhes internos em gesso, ampliando as áreas de recepção e auditório, e dotando a maioria das instalações com mobiliário feito sob encomenda, em madeira de lei, e os mais modernos splits de refrigeração. Uma atitude ousada considerando a exiguidade do tempo, as intensas chuvas sazonais à época e, principalmente, os poucos recursos financeiros utilizados na obra.



Antônio Augusto de Sá Colares (2000-2001)

O maior destaque da gestão foi a aproximação com o Presidente da República, à época, Fernando Henrique Cardoso, durante a divulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual foi tratada intensamente por meio das delegacias do CRCAM, nos municípios do Estado do Amazonas, promovendo debates, inclusive nas Prefeituras e Governo.





José Corrêa de Menezes (2002-2003)

Foi o pioneiro ao apresentar a profissão contábil nas mídias locais, mostrando à sociedade o papel relevante do contador. Dentre os eventos que chamaram a atenção de equipe de reportagem, está o “Encontro de Contadores e Auditores Públicos”. Além de reformas para manutenção do Regional, o gestor criou a primeira biblioteca do Conselho, que levou o nome de “João Bosco Botelho”.





Lucilene Florêncio Viana (2004-2007)

A primeira mulher eleita para o cargo de Presidente do CRCAM, estimulou a qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino, promovendo a educação em massa. Esta ação, levou 600 técnicos a se formarem contadores no primeiro ano de gestão.

Promoveu aproximação com diversos órgãos públicos e deu maior visibilidade para a sociedade do Conselho e seus profissionais, criando o cargo de assessoria de imprensa.



Júlio Ramon Marchiore Teixeira (2008-2009/2010-2011)

Nesta gestão, o CRCAM passou por uma verdadeira transformação, alcançando patamares de excelência na prestação de serviços, em especial, nas suas duas principais funções, que são as de registrar, obtendo a marca de 2.351 carteiras profissionais entregues, e a de promover a fiscalização do exercício profissional, o que também chegou ao número de 49.082 diligências realizadas, dentre profissionais, órgãos públicos, empresas contábeis, e outros, durante os quatro anos de mandato.

Outras duas ações merecem destaque: a aquisição do terreno para a construção da nova sede, ocorrido em 23 de dezembro de 2008, além do incremento e a continuidade do plano de cobrança de débitos em atraso por profissionais.

As delegacias do Regional foram dotadas em quase sua totalidade de equipamentos de informática, possibilitando aos delegados melhores condições de trabalho.

Cursos, palestras, reuniões, destacando-se a I Convenção de Contabilidade do Estado do Amazonas foram realizadas durante o mandato, bem como parcerias com instituições de ensino superior para os cursos de mestrado e doutorado.



Jeanne Carmen Ramos Luzeiro Figueira (2012-2013)

A gestão movimentou a oferta de cursos aos profissionais, visando a Educação Continuada. Também promoveu diversas parcerias com órgãos municipais e estaduais e iniciou um projeto de desburocratização dos serviços contábeis nestes órgãos.



Edna Dinelli (2014-2015)

O mandato vislumbrou a aproximação entre o profissional da Contabilidade e o Conselho, apresentando o Regional como a extensão da casa e do escritório profissional. E dessa forma, criou um ambiente confortável para incentivar o aprendizado e atualização de normas contábeis, por meio de palestras, cursos, fóruns, debates, tanto na capital como no interior do Estado, intensificando a qualificação profissional através da Educação Continuada.



Manoel Carlos de Oliveira Júnior (2016-2017)

O atual Presidente, desde sua posse, vem desenvolvendo um projeto inovador que visa levar Educação Continuada aos profissionais localizados no interior do Estado, através da mídia televisiva. E dessa forma, vem buscando parcerias com empresas a fim de promover o ensino igualitário a todos os profissionais.



A divulgação das ações, trabalhos e projetos realizados pelo CRCAM, através da TV, rádio e impresso, é uma das metas já incorporadas pela nova administração, a fim de dar visibilidade e transparência ao público contábil e à sociedade.

Ações:



Atuação junto a sociedade através do Plantão Tira Dúvidas Imposto de Renda Pessoa Física, realizada em um shopping de Manaus, com atendimento voluntário aos contribuintes.



Atuação através da Comissão de Desburocratização dos serviços contábeis realizados junto aos órgãos municipais e estaduais.

4. Primeira Faculdade de Ciências Contábeis no Amazonas

O contador José Humberto Michilis foi aluno da primeira turma de Ciências Contábeis no Amazonas, pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em 1965. De acordo com ele, não havia nenhum docente na época formado em Ciências Contábeis, sendo todos dos Cursos de Economia e de Direito. E com a graduação desta turma, a Universidade passou a ter em seu quadro, os primeiros professores contadores, estando Michilis entre eles.

O curso, com duração de 4 anos, apresentava uma estrutura curricular adaptada a realidade exigida pelo mercado tal qual nos dias de hoje, inclusive tecnologicamente, explica. Com 46 anos de docência, Michilis conta que entrou em sala de aula com fichas para direcionar a matéria, as quais trocou por disquetes e depois pelo pen drive.



A base do CRCAM e do profissional da Contabilidade em exercício pode ser contemplada através da **Missão, Visão, Valores e Diretrizes da autarquia.**

MISSÃO:

O CRCAM prima pelo crescimento e aprimoramento da profissão contábil, e da qualidade na prestação dos serviços, tendo como parâmetro a ética; e nesse contexto realiza o registro e a fiscalização de profissionais e organizações contábeis; bem como atua como fator de proteção da sociedade.

VISÃO:

O CRCAM almeja obter de forma contínua o reconhecimento da sociedade e de seus profissionais, na forma de um Conselho atuante e representativo da profissão contábil e garantidor de segurança à sociedade.

VALORES:

Ética no trabalho Companheirismo Responsabilidade profissional e social Compromisso Confiança
Transparência Respeito Trabalho perseverante.

DIRETRIZES:

Fortalecer a imagem do CRCAM e do profissional da Contabilidade no Estado. Acompanhar e elaborar normas de interesse da profissão, bem como da sociedade. Otimizar o registro e a fiscalização. Fomentar a Educação Profissional Continuada. Ampliar a participação política e social do contabilista. Modernizar e otimizar a gestão no Sistema CFC/CRCs.

As Delegacias do CRCAM distribuídas em oito municípios do Estado, permitem apoio aos profissionais contábeis e servem de fonte de padronização, visto que os cursos, palestras e atualizações da área são disseminadas com presteza.

**COARI****MAUÉS****HUMAITÁ****TEFÉ****ITACOATIARA****TABATINGA****MANACAPURU****PARINTINS**

Composição do Plenário Gestão 2016 / 2017

Nome dos Conselheiros Efetivos	Mandato	Nome dos Conselheiros Suplentes	Mandato
CT. Edna Maria de Oliveira Dinelli	2/3	CT. Edileuza Silva Lobato	2/3
CT. Paulo Euzébio da Silva Filho	2/3	CT. Robson Matheus	2/3
CT. Manoel Carlos de Oliveira Junior	2/3	CT. Andrey Ricardo Lima de Oliveira	2/3
CT. Oswaldo Demóstenes Lopes Chaves Junior	2/3	CT. Ailton dos Santos Pinheiro	2/3
CT. Joseny Gusmão da Silva	2/3	CT. Léia Pereira de Lima	2/3
CT. Julio Ramon Marchiore Teixeira	1/3	CT. André de Medeiros Caria	1/3
CT. José Corrêa de Menezes	1/3	CT. Cláudio Heverton Machado Macedo	1/3
CT. Leôncio Serrão Rola	1/3	CT. Jean Paulo da Costa Amorim	1/3
TC. Jorge Félix Mesquita	2/3	TC. Albérico Câmara Fernandes	2/3
TC. Girlane Batalha de Moraes	2/3	TC. Manoel Flexa Pereira Neto	2/3
TC. Rui Gil Cabral Junior	2/3	TC. Valcy Maciel Negreiros	2/3
TC. Edinélia Rocha Pessoa	1/3	TC. Luiz Augusto da Silva	1/3

Órgãos Executivos

Nome completo	Cargo
CT. Manoel Carlos de Oliveira Junior	Presidente
CT. José Corrêa de Menezes	Vice-Presidente Administrativo
CT. Julio Ramon Marchiore Teixeira	Vice-Presidente de Controle Interno
TC. Jorge Félix Mesquita Filho	Vice-Presidente de Registro
CT. Joseny Gusmão da Silva	Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina
CT. Edna Maria de Oliveira Dinelli	Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional
CT. Oswaldo Demóstenes Lopes Chaves Junior	Vice-Presidente Técnico

Órgãos Deliberativos

Câmara de Registro

	Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente
Coordenador	TC. Jorge Félix Mesquita Filho	TC. Albérico Câmara Fernandes
Membro	TC. Edinélia Rocha Pessoa	TC. Luiz Augusto da Silva
Membro	CT. Leôncio Serrão Rola	CT. Jean Paulo da Costa Amorim

Câmara de Controle Interno

	Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente
Coordenador	CT. Julio Ramon Marchiore Teixeira	CT. André de Medeiros Caria
Membro	TC. Girlane Batalha de Moraes	TC. Manoel Flexa Pereira Neto
Membro	CT. José Corrêa de Menezes	CT. Cláudio Heverton Machado Macedo

Câmara de Desenvolvimento Profissional

	Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente
Coordenador	CT. Edna Maria de Oliveira Dinelli	CT. Edileuza Silva Lobato
Membro	TC. Rui Gil Cabral Junior	TC. Valcy Maciel Negreiros
Membro	CT. Joseny Gusmão da Silva	CT. Andrey Ricardo Lima de Oliveira

Câmara de Fiscalização		
Conselheiro Efetivo		Conselheiro Suplente
Coordenador	CT. Joseny Gusmão da Silva	CT. Léia Pereira de Lima
Membro	CT. Leôncio Serrão Rola	CT. Jean Paulo da Costa Amorim
Membro	TC. Jorge Félix Mesquita Filho	TC. Albérico Câmara Fernandes

Câmara de Ética e Disciplina		
Conselheiro Efetivo		Conselheiro Suplente
Coordenador	CT. Joseny Gusmão da Silva	CT. Léia Pereira de Lima
Membro	CT. Leôncio Serrão Rola	CT. Jean Paulo da Costa Amorim
Membro	TC. Jorge Félix Mesquita Filho	TC. Albérico Câmara Fernandes

Câmara Técnica		
Conselheiro Efetivo		Conselheiro Suplente
Coordenador	CT. Oswaldo Demóstenes Lopes Chaves Junior	CT. Ailton dos Santos Pinheiro
Membro	CT. Júlio Ramon Marchiore Teixeira	CT. André de Medeiros Caria
Membro	CT. Paulo Euzébio da Silva Filho	CT. Robson Matheus

Resgate da Memória Contábil no Estado do Amapá



Fabiano Ribeiro Pimentel

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Amapá

Trabalho dissertativo apresentado no Concurso de Trabalhos
Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria
com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs)

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo	5
Introdução	5
O Ensino da Contabilidade no Amapá	6
Escola Técnica de Comércio do Amapá	6
Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP	7
Seminário Estadual de Contabilidade do Amapá / CEAP.....	8
Histórico das Edições, Temas e Palestrantes do Seminário Estadual de Contabilidade do Amapá / CEAP9	
As Entidades Representativas da Profissão	10
Associação dos Contadores do Amapá / ASCAP.....	10
Sindicatos dos Contabilistas do Território Federal do Amapá	10
Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Amapá / SESCAP	11
O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá.....	12
Atores dos Bastidores da Construção	14
Encontro dos Contabilistas, Empresários e Acadêmicos de Ciências Contábeis do Amapá - FAMA	15
I Convenção de Contabilidade do Amapá	15
Pioneiros da Contabilidade no Amapá	16
Claudio Carvalho do Nascimento	16
Alceu Paulo Ramos	17
Lourenço Tavares de Almeida	17
Walter Gomes Coelho	19
Bernardo Rodrigues de Souza.....	20
Juracy de Silva Freitas.....	20
A Trajetória na Contabilidade.....	20
Currículo Profissional.....	22
Cargos e Funções Públicas.....	22
Outras Atividades.....	22
Leandro Alves Santarem	22
Considerações Finais	23
Referências	24
Entrevistas	24

Agradecimentos

A Contadora TATIANA GOMES DE LIMA, filha de nosso ilustre Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade BERNARDO RODRIGUES DE SOUZA, que gentilmente forneceram informações para enriquecer nossa pesquisa, disponibilizando seu trabalho de conclusão de curso de Bacharel em Ciências Contábeis para fonte de consulta bibliográfica.

Ao Contador PEDRO MORAES DO AMARAL, que com todo zelo disponibilizou fontes importantíssimas de consulta que incentivaram de forma determinante, o ponta pé inicial, para que pudéssemos dá início a este trabalho, um legado intangível para a cultura Contábil Amapaense.

Ao Contador LEANDRO ALVES SANTARÉM, por sua memória e trajetória perante a contabilidade, um verdadeiro acervo vivo da cultura Contábil Amapaense, que já participou de diversas gestões do CRC/AP, esteve presente e contribuindo na fundação das principais entidades contábeis de nosso Estado: Associação, Sindicato Patronal e Laboral, assim como, o próprio CRC/AP.

Ao contador PAULO SÉRGIO DE FREITAS DIAS, Ex-Presidente do CRC/AP e atual Vice-Presidente do SESCAP, que na reta final disponibilizou imediatamente as informações para que pudéssemos consignar neste trabalho as informações da fundação do SESCAP.

Aos funcionários do CRC/AP, SIMONE RAQUEL MARQUES BARRETO e GISLEANGELA SANTOS SILVA, que estiveram presente acompanhando a elaboração deste trabalho, incentivando, cobrando e motivando sua conclusão.

Aos meus familiares, amigos e colegas em especial a ELIETE DOS SANTOS LACERDA, minha esposa, e ao meu filho MATEUS LACERDA PIMENTEL, e aos que eu tenho sacrificado com minha ausência pelos diversos afazeres, meu filho LUCAS FARIAS PIMENTAL e minha mãe IVANILDA PEREIRA RIBIERO, espero em breve compensar com minha presença mais intensa.

Enfim, ao nosso Senhor JESUS CRISTO, pelo dom da vida e a realização deste trabalho.

Resumo

Este trabalho apresenta um breve relato histórico sobre a organização profissional contábil do Estado do Amapá, as primeiras instituições de ensino e entidades representativas da classe contábil e de algumas personalidades que nelas atuaram, com o objetivo de resgatar a memória da contabilidade e sua evolução no Estado. Inicialmente contextualizando o cenário econômico e político que antecede a emancipação do CRC/AP do Estado do Pará, fazendo uma sucinta abordagem da evolução e transformação do Território do Amapá a Estado do Amapá. Como ponto de partida inicial, a pesquisa foi desenvolvida a partir de documentos das instituições e entidades estudadas, registro de depoimentos e consulta a bibliografias que abordam a História do Amapá. A pesquisa revela que a organização profissional contábil no Estado do Amapá teve sua origem nas instituições de ensino e entidades representativas da classe contábil, associação e sindicato. Trata-se de uma pesquisa regional, específica sobre o Estado do Amapá, como contribuição para o conhecimento e a formação da memória histórica e cultural da Contabilidade Amapaense.

Introdução

Em 1943, a criação do Território do Amapá, em 13 de Setembro, por Getúlio Vargas, foi motivado a partir de vários fatores, dentre os quais podemos destacar: o descobrimento de jazidas de manganês em Serra do Navio; proteção das áreas de fronteiras; estabelecimento de uma base aérea norte-americana no Município de Amapá (localização geo-estratégica); a previsão legal para a criação de Territórios Federais que constava na constituição de 1937; a criação do Território do Acre, que motivou indiretamente a criação do Território Federal do Amapá - T.F.A., dentre outros.

Com o desmembramento do Território Federal do Amapá, do Estado do Pará, no ano de 1943, começa a estruturação do território em todos os seus campos de atividade, como a sua divisão em cinco Municípios: Amapá, Mazagão, Oiapoque, Macapá, Calçoene, cuja sede do governo ficou contemplado no Município de Macapá.

Assim, podemos afirmar com segurança, que a importância dos profissionais da área contábil foi decisiva, para o progresso e desenvolvimento econômico desse pedaço de terra, como efetivamente ocupado e povoado por brasileiros que vieram de outros Estados, a procura de novas oportunidades para o seu crescimento profissional e pessoal. Os órgãos necessários a sua organização política foram criados com semi-autonomia como, por exemplo, o poder executivo com o cargo de Governador e de Secretário Geral nomeado pela Presidência da República, já os cargos de prefeitos dos demais Municípios nomeados pelo Governador do Território. Foram criadas as Secretarias de Governo do Território, como Administração Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Transportes, Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança Pública, cujos secretários eram nomeados pelo governador, dentre eles alguns contabilistas, como poderemos ver registrados nos currículos dos pioneiros da contabilidade em capítulos seguintes.

Em 1988, depois de 45 anos como Território, o Amapá foi elevado à condição de Estado, por decisão inscrita nas disposições transitórias da constituição promulgada naquele ano. Em 1990, elegeu o seu primeiro governador (antes tinha interventores nomeados pelo governo federal) e a primeira assembleia legislativa, ampliou de três para oito a sua bancada de deputados federais e elegeu senadores pela primeira vez. Em 1992, o prefeito de Macapá foi eleito pela primeira vez pelo voto direto. Em 1994 e 1998, o eleitorado do Estado votou de novo para governador, deputados federais e estaduais e senadores, enquanto novas eleições municipais foram registradas em 1992, 1996 e 2000.

Não poderemos deixar de registrar nesse contexto histórico, ao qual a organização contábil se insere, os grandes projetos implementados no então Território do Amapá, dentre eles o da ICOMI. Em dezembro de 1947, por meio de contrato de concessão, a ICOMI recebeu autorização do governo federal para pesquisar e valorizar o minério da Serra do Navio, o primeiro, maior e mais duradouro empreendimento produtivo da história do Estado do Amapá: a mineração de magães da Serra do Navio, operada pela ICOMI, que, para se efetivar, teve que dar conta de toda infraestrutura, bem como captar e preparar e controlar a mão de obra necessária para o engendramento do projeto. Icomi, subsidiária da norte-americana Bethlehem Sthell, começa, de fato, a grande saga da mineração no Amapá, um segmento para estudos ainda não explorado sob a ótica dos demonstrativos contábeis e atuação dos profissionais da contabilidade.

Em 1991, a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS pelo Governo Federal, constituiu o principal elemento de uma nova dinâmica. A ALCMS que é juridicamente controlada pela SUFRAMA, possui suspensão de impostos de importação e dos impostos sobre produtos industrializados e sobre as mercadorias estrangeiras que nela entram. Além do incremento do setor terciário da economia (destaque para o comércio), a ALCMS formentou um crescimento populacional acelerado do Amapá, atraíndo migrantes principalmente das ilhas do Pará, Maranhão e de outros Estados do Nordeste, tendo como resultado um processo desorganizado de urbanização, mas, um intenso movimento da economia Amapaense que demandou muito a atuação estratégica dos profissionais da contabilidade.

E para finalizar esse preâmbulo não podemos deixar de registrar também que a constituição e estruturação dos poderes legislativo, judiciário, executivo e tribunal de contas do estado, no início da década de 1990, foi um importante marco para os profissionais da contabilidade, pois diversos deles deram sua efetiva contribuição atuando nessas entidades.

O Ensino da Contabilidade no Amapá

Escola Técnica de Comércio do Amapá

Iniciada a implantação do Governo, cuja capital foi a cidade de Macapá, e nomeado seu primeiro Governador o Tenente Coronel Janari Gentil Nunez, que começa a traçar o seu plano para o desenvolvimento do Território, foram criadas na área da educação estabelecimentos de ensinos de primeiro grau e com o passar do tempo, estabelecimentos de ensino do segundo grau, e entre estes destacamos a criação da Escola Técnica de Comércio do Amapá.

A Atual ESCOLA ESTADUAL PROF. GABRIEL ALMEIDA CAFÉ, situada à Avenida FAB, n.º 091, nesta cidade de Macapá, foi criada pela Associação Comercial do Amapá, em 13 de setembro de 1949, com a denominação de Escola de Comércio do Amapá e autorizada a funcionar em 12 de dezembro de 1949, pela Portaria n.º 1084 do então Ministério da Educação e Saúde, tendo como órgão mantenedor a própria associação.

Em 25 de março de 1950, iniciou suas atividades no prédio da então Escola Industrial de Macapá, com o objetivo de formar técnicos em contabilidade; posterior mudou-se para as instalações da Ex-Escola Normal de Macapá, onde permaneceu até 1963.

De 1960 a 1964 funcionou provisoriamente no antigo prédio do Palácio do Governo e em um dos prédios da praça de Macapá, ainda como instituição particular.

Com a implantação da reforma do ensino, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n.º 4024/61, a Escola Técnica de Comércio do Amapá passou a denominar-se Colégio Comercial do Amapá – CCA, funcionando com dois níveis de ensino: curso ginásial (1º a 4º séries) e curso técnico em contabilidade.

Em 19 de novembro de 1966, integrou-se à rede territorial de ensino através da assinatura de convênio firmado entre o Governo do Ex-Território e a Associação Comercial do Amapá e instalou-se ainda, provisoriamente, no prédio do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, até o ano de 1971, quando em 10 de julho passou a funcionar definitivamente em prédio próprio, sito à avenida FAB, n.º 091, bairro central.

Com o advento da Lei n.º 5.692/71, o Colégio Comercial do Amapá modificou sua filosofia de ensino visando atender os preceitos da nova Lei. Implantou em 1975 o ensino de 1º grau (segundo seguimento – 5º a 8º séries) de forma gradativa. Em nível de 2º grau a escola passou a oferecer a partir de 1978 o curso técnico em administração e secretariado, este último implantado no colégio Amapaense em 1974, onde funcionou até 1977, passando a partir de então a integrar os cursos oferecidos pelo estabelecimento de ensino.

Em 28 de dezembro de 1982, passou a chamar-se de Escola Comercial Professor Gabriel de Almeida Café, conforme Portaria n.º 0630/82-SEEC, em homenagem ao seu idealizador.

Em 27 de dezembro de 1993, a Lei n.º 0138 autorizou o poder executivo do Estado do Amapá a efetuar mudanças na denominação das escolas da rede pública estadual de ensino, passando então a chamar-se ESCOLA ESTADUAL PROF. GABRIEL ALEMIDA CAFÉ.

A partir de 1994, com o objetivo de atender a demanda de ensino médio votado à formação profissional, a escola deu início à extinção do ensino fundamental, de acordo com o que foi estabelecido no projeto pedagógico e administrativo da escola. Esta extinção culminou com a conclusão da turma de 8º série, no ano 1998.

Através de várias décadas formando profissionais da área do comércio, a escola hoje, através da Lei n.º 9.394/96, e regulamentos, sofreu reformulações quanto à implantação de novos cursos que venham atender as novas tendências de mercado, o empreendedorismo, tendo a contabilidade como uma das disciplinas fundamentais desses cursos.

Em virtude da nova proposta do projeto político pedagógico exigir estrutura moderna para melhor atender os educando, durante a reforma e ampliação do prédio oficial desta instituição, a escola passou a funcionar provisoriamente e precariamente no prédio do antigo APROVA, sito à Rua General Rondon n.º 748, bairro Lagunho, no período de 19 de abril de 2001 a 20 de abril de 2004.

Em 02 de abril de 2004, o prédio foi reinaugurado e a escola voltou a funcionar com estrutura arquitetônica moderna, onde atende a clientela do ensino médio. A partir de 2007 a escola implantou o curso técnico de nível médio integrado ao ensino médio em gestão de negócio, com a fundamentação legal na Lei Federal n.º 9.394/96 – Resolução CNE/CEB n.º 03/98 – Resolução CNE/CEB n.º 04/989 – Decreto Federal n.º 5.154/04.

Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP

A Associação Amapaense de Ensino e Cultura - AAEC - sociedade estabelecida na forma da legislação vigente, com sede e foro na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, foi fundada em 10 de novembro de 1980, com estatuto original inscrito no registro civil das pessoas jurídicas do cartório do 1º ofício de notas da comarca de Macapá, Estado do Amapá, apontado sob nº 2.873, do Livro A-2, fls. 54 a 56, com alteração procedida em 30 de janeiro de 1992, e apontada sob nº 0186, do Livro A-6, no mesmo cartório, é a mantenedora do Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP.

O Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP, situado no Município de Macapá, no Estado do Amapá, é um estabelecimento isolado particular de ensino superior e de prestação de serviços à comunidade, regido pela legislação federal vigente, pelo Estatuto da Associação Amapaense de Ensino e Cultura - AAEC, sua mantenedora, e pelo seu regimento. Foi a primeira Instituição de Ensino Superior privada implantada no Estado do Amapá.

O CEAP iniciou suas atividades acadêmicas em 1992, atendendo aos anseios da sociedade Amapaense que se consolidava com a implantação do recém-criado Estado do Amapá (1988). Até então, o estudante Amapaense buscava, obrigatoriamente, em outras unidades federadas, oportunidades para estudar. Também, nesse período, instalou-se a Fundação Universidade Federal do Amapá, focada na formação de profissionais para a educação, com a oferta dos cursos de licenciatura e pedagogia.

Nessa época, com podemos ver, estruturavam-se os poderes constituídos, como entidades estaduais de sustentação às bases do novo Estado. Fazia-se necessária a criação de uma instituição de Educação Superior que, participando desse contexto, formasse profissionais para atuarem nessas áreas específicas.

Acompanhando a evolução do processo de desenvolvimento do Estado, outros cursos se faziam necessários, diante das perspectivas da sociedade do Amapá, que precisava se capacitar para desenvolver as suas bases socioeconômicas e consolidar a sua emancipação.

Ao CEAP, então, coube a responsabilidade social de promover a formação de profissionais em outras áreas do conhecimento, diferentes daquelas atendidas pela Fundação Universidade Federal do Amapá. Diante disso, os primeiros cursos ofertados foram os de **Ciências Contábeis e Direito**. Em 1999, implantou os Cursos de Administração, com as habilitações Financeira, Mercadológica e Recursos Humanos e o de Ciências Econômicas.

Em 2002/2003, já com os cursos reconhecidos pelo MEC, novos objetivos foram alcançados: **ampliação das vagas dos Cursos de Ciências Contábeis e de Direito**, autorização para implantação do curso de Secretariado Executivo Bilíngue e de novas habilitações do Curso de Administração: Geral, Agronegócios, Ambiental, Empreendimentos Turísticos e Gestão Hoteleira.

Em 1998, o CEAP também passou a oferecer cursos de pós-graduação lato sensu, visando ampliar a formação dos docentes da instituição, bem como desenvolver a educação continuada para os egressos dos cursos de graduação. Nessa perspectiva, foram oferecidos os cursos de: Metodologia do Ensino Superior, Direito do Trabalho, Teoria Econômica e Sustentabilidade, Auditoria e Controladoria, Gestão Pública e Privada, Direito das Relações Sociais.

Com uma trajetória de mais de duas décadas e meia de experiência na superação de obstáculos administrativos, financeiros, tecnológicos, pedagógicos e de desenvolvimento humano, hoje, com exceção do Curso de Engenharia Civil, todos os Cursos de Graduação do CEAP estão reconhecidos e já obtiveram a renovação de reconhecimento. São atos autorizativos dos cursos ofertados pelo Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP, credenciado pelo Decreto Federal no 98.842, de 17/01/1990, publicado no DOU de 18/01/1990.

O CEAP foi idealizado não apenas para atender ao Município de Macapá ou à Mesorregião Sul do Amapá, mas também a uma demanda regional, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento da região Amazônica.

Seminário Estadual de Contabilidade do Amapá / CEAP

Em 2001, o Centro de Ensino Superior do Amapá, através dos seus acadêmicos do 8º semestre do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis em parceria com CRC/AP e o CFC, promovem o Seminário Estadual de Contabilidade do Amapá, já foram XIV edições realizadas, o evento é realizado tradicionalmente em setembro, em comemoração a passagem do Dia do Contador, abaixo a transcrição do discurso da Professora Maria Angela Paes Leme Nogueira, Vice-diretora do CEAP, na abertura da XIV edição:

“Evento sonhado, planejado e realizado pelos acadêmicos do Curso de Contabilidade do CEAP, que sempre contou e conta com as parcerias e a confiança dos Conselhos Federal e Regional de Contabilidade, nos enchemos de orgulho, pois percebemos o crescimento dos que conosco aceitaram o convite de construir uma nova cultura. Neste momento em que o CEAP prepara-se para a comemoração de seus 24 anos de atividades, cumprindo seu papel de promover educação de qualidade, nós, do Curso de Ciências Contábeis nos sentimos especialmente engajados nesta festa. 20 anos do CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ serão, também, 20 anos de implantação do Curso de Ciências Contábeis, não apenas no CEAP, mas no Amapá. 20 anos de desafios e lutas, mas coroados de muitas vitórias. Ao analisarmos o espaço para o profissional da contabilidade do Amapá, nos apercebemos que em um curto espaço de tempo muitas barreiras foram transpostas, o quadro já não é mais o mesmo apresentado em 1992. As oportunidades de atualização e aperfeiçoamento se ampliaram e, com orgulho, podemos ver os frutos do nosso trabalho nos vários segmentos da sociedade amapaense. Hoje, egressos do CEAP estão em posição de destaque nos mais diversos órgãos, empresas e instituições de ensino do Estado. Os desafios têm sido nossa motivação, pois sabemos, que ao lado de outras IES que aqui chegaram, temos a responsabilidade na formação de cidadãos que exercerão sua profissão em uma região do País tão carente de oportunidades de estudo e pesquisa e ao mesmo tempo tão rica e cobiçada pela comunidade internacional”. Professora Maria Angela Paes Leme Nogueira, Vice-diretora do CEAP.

Histórico das Edições, Temas e Palestrantes do Seminário Estadual de Contabilidade do Amapá / CEAP

2012 – VIX Edição: Contabilidade e os desafios da liderança - Crimes financeiros e responsabilidade social: até onde vai a responsabilidade do Contador: Dr. Carmo Antônio de Souza. - Liderança e empreendedorismo na Contabilidade: Rodrigo Cardoso.

2011 – XIII Edição: As novas abordagens das ciências contábeis e sua inserção no cenário nacional - O cenário da controladoria frente às mudanças de lei e suas práticas no Brasil: Dra. Ilse Maria Beuren. O perfil do Contabilista de sucesso face às mudanças do cenário nacional: Esp. Anderson Hernandes.

2010 – XII Edição: A contabilidade e sua relação com a ciência jurídica - A Contabilidade é muito mais: Prof. César Abicalaffe. A Contabilidade no meio Jurídico: Prof. Jadson Ricarte.

2009 – XI Edição: A contabilidade no centro moderno - Implantação e aplicabilidade da lei 11.638/2007: Adriana Marques Dias. Empreendedorismo na atividade contábil diante da crise mundial: Mário César de Magalhães Mateus.

2008 – X Edição: A contabilidade e seus aspectos públicos e privados - Sistemas de Registro contábeis: uma abordagem técnica: Daniel Gomes Arruda. Lei Geral: Micro e pequenas empresas: João Carlos Alvarenga.

2007 – IX Edição: Fraude x Ética - Uma década de fraudes contábeis: Análise e perspectivas: Marcelo A. C. Gomes. A contabilidade e o gerenciamento da ética: Jucileide F. Leitão

2006 - IX Edição: Contabilidade contribuindo para o desenvolvimento do Amapá - Aspectos relevantes do código civil de interesse dos contadores e administradores: Prof. Wilson Zappa Hoog. Profissão contábil: responsabilidades e competências: Prof. Nicolau Schwez.

2005 – VII Edição: Contabilidade, instrumento de desenvolvimento econômico e social - Os dez aspectos da Contabilidade e da gestão dos custos que não são divulgado como merecem: George Sebastião Guerra Leone. Importância da contabilidade para empresa moderna : Prof. José Marion.

2004 – VI Edição: Ferramenta de transformação e gestão - A importância da contabilidade no terceiro setor: Prof. Osório Cavalcante Araújo. Perspectivas da reforma tributária para as empresas: Prof. Janir Adir Moreira. O reflexo do balanço social nas empresas: Prof. Genival Ferreira da Silva.

2003 – V Edição: A contabilidade com responsabilidade social - Ética e responsabilidade fiscal do contabilista: Raimundo Neto de Carvalho. Fraudes e crimes financeiros: Marcelo Alcides C. Gomes. Sociedade LTDA - As novidades do novo código civil: João Alberto de Arruda.

2002 – IV Edição: Novos desafios para a Ciência Contábil - A lei de responsabilidade fiscal e a sua importância perante a sociedade: Maria do Socorro Bezerra. O papel do CFC na valorização da profissão contábil: Nicolau Schwez. Tendências e desafios para tributação na era digital: Luiz Antônio de Souza.

2001 – III Edição: A Contabilidade, o Estado e a Sociedade - A contabilidade e a globalização (padronização das normas contábeis): Dr. Hugo Rocha Braga. Mediação e Arbitragem: Dra. Tânia Moura da Silva. Ética, motivação e credibilidade da profissão contábil: Dr. Olivio Koliver.

2000 – II Edição: A contabilidade através dos séculos

As Entidades Representativas da Profissão

Associação dos Contadores do Amapá / ASCAP

Associação dos Contadores do Amapá, fundada em 25 de outubro de 1984, como uma sociedade sem fins lucrativos, constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e defesa, social, cultural recreativa da categoria, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e privados e as demais associações no sentido da solidariedade profissional e de sua subordinação aos interesses nacionais. Tendo como prerrogativas da associação: representar perante as autoridades administrativas, judiciais e legislativas os interesses individuais dos associados, relativamente à categoria dos contadores.

Sindicatos dos Contabilistas do Território Federal do Amapá

Conforme cópia autenticada da assembléia geral extraordinária da associação profissional dos contabilistas do Território Federal do Amapá, para transformação em Sindicato dos Contabilistas do Território Federal do Amapá.

Aos vinte e dois dias do mês de abril, do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, às nove horas e trinta minutos, no prédio situado à av.: Padre Júlio Maria Lombard, número mil novecentos e setenta e seis, nesta cidade de Macapá – Território Federal do Amapá, nos dias, quatro, cinco e seis de abril do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, composta pelos contabilistas, Walter Gomes Coelho, Juraci da Silva Freitas, Raimundo Inajosa, Orlando Brandão Ferreira, Bernardo Rodrigues de Souza, Benedito Gomes dos Santos, Lourenço Tavares de Almeida, Dirceu Cordeiro Dias, Maria Raiumnda Bastos Freitas, Leandro Alves Santarém, Celso Ferreira Solidade, Ecilda Coutinho Cardoso, Doralice Silva Duarte, Leopoldina Ferreira Trindade, João Walter Gonçalves Barbosa e Walter Cantuária, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Transformação da Associação Profissional dos Contabilistas do Território Federal do Amapá em Sindicato, b) Aprovação do Estatuto do Sindicato, c) Aprovação do Corpo Diretor Provisório, d) Aprovação da Mensalidade.

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Amapá / SESCAP

Aos 10 (dez) dias do mês de Agosto de dois mil e um, às 17h30min, na sala de reunião do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, situado na Av.: Ernestino Borges n.º 1437, bairro Jesus de Nazaré, na cidade de Macapá, nos termos do Edital de Convocação SESCAP – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Amapá, reuniram-se os empresários componente da categoria econômica, acima citada, conforme o Livro de Presença. Com a palavra o signatário do Edital de Convocação, publicado no Jornal Diário do Amapá, edição n.º 1851, em 01 de agosto de 2001, que deu conhecimento aos demais da necessidade de fundação do Sindicato Patronal, bem com dos motivos que antecederam a convocação. Após esses esclarecimentos, solicitou aos presentes indicação de um para presidir a presente Assembléia e outro para secretariá-lo. Por aclamação foi indicado o colega ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA, signatário do edital, por conhecer o assunto a ser tratado, para presidente e o colega LEANDRO ALVES SANTARÉM para secretário. Composta a mesa, o presidente agradeceu a indicação em seu nome e do secretário. Em seguida pede ao secretário a leitura do EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Feita a leitura põe em discussão o item “a”, sobre o assunto, o Presidente informou da necessidade de retificar a data de fundação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Amapá, haja vista, que quando da fundação do Sindicato, em 06 de junho de 2001, não foi publicado o Edital de Convocação, conforme determina a legislação, sendo escolhida pelos presentes e aprovado por unanimidade pela Assembléia o dia 10 de agosto de 2001, como a data de fundação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Amapá. Em seguida passou-se ao item “b” da ordem do dia. O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário a leitura do Estatuto Social, elaborado pela comissão, que já tinha sido aprovado em reunião anterior o qual, novamente, foi ratificado e aprovado por unanimidade pela Assembléia que em seguida será levado a registro do Cartório de Pessoas Jurídicas para ser lavrada uma nova Certidão de Pessoa Jurídica. Passando ao item “c”, o presidente da mesa suspendeu os trabalhos por 10 (dez) minutos, para elaboração de uma única chapa, composta pelos seguintes: Diretoria efetivos Presidente ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA, Vice-Presidente EMILIO AUGUSTO BASTOS FERREIRA, Diretor-Secretário LEANDRO ALVES SANTARÉM, Suplente do Diretor-Secretário LOURIVAL SILVA PIMENTEL, Diretor-Financeiro LUIZ CARLOS FORTUNATO DE VILHENA, Suplente do Diretor-Financeiro EDIR MACIEL GUIMARÃES, Diretor-Adjunto MARCIO LÉLIO DA PAIXÃO NASCIMENTO, Suplente do Diretor-Adjunto ALEXANDRINA PEREIRA DA SILVA. Na oportunidade foi eleito o Conselho Fiscal, ficou assim definido: ANDRÉA BELO DA COSTA, JUVENAL SOUSA CARVALHO e PAULO SÉRGIO DE FREITAS DIAS, Suplentes do Conselho Fiscal FRANCISCO RUBÊNIO DE OLIVEIRA e MARILENE CARDOSO DO NASCIMENTO. Procedendo a eleição, a chapa acima identificada foi eleta por unanimidade, elegendo também os delegados representantes junto ao Conselho da FENACON, Senhor ALUISIO PIRES DE OLIVEIRA, e como Suplente o Senhor EMILIO AUGUSTO BASTOS FERREIRA. Em seguida e colocação em discussão o item “d” da ordem do dia, tendo a Assembléia por unanimidade aprovada a autorização de filiação à FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS – FENACON. Dando sequência a ordem do dia foi discutida a Contribuição Confederativa para a categoria econômica, a qual após diversas manifestações foi aprovada por unanimidade a quantia de R\$ 80,00 (oitenta) reais, a partir do exercício de 2002. Nada mais havendo a ser tratado o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia Geral de Retificação da data da Fundação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresa e das

Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Amapá, eu Leandro Alves Santarém, Diretor-Secretário eleito, lavrou a presente Ata. Estiveram presente nessa reunião: Aluisio Pires de Oliveira, Emilio Augusto Bastos Ferreira, Leandro Alves Santarém, Luiz Carlos Fortunato de Vilhena, Edir Maciel Guimarães, Márcio Lélío da Paixão Nascimento, Lourival Silva Pimentel, Alexandrina Pereira da Silva, Andréa Belo da Costa, Juvenal Sousa Carvalho, Paulo Sérgio de Freitas Dias, Francisco Rubênio de Oliveira, Marilene Cardoso do Nascimento e Antônio Correa Lima.

O Conselho Regional de Contabilidade do Amapá

O movimento para criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá começou formalmente em 1985, formado por um grupo de contabilistas, que abraçavam a idéia de implantar uma Entidade Fiscalizadora no Estado, então, o grupo resolveu lutar para que a classe tivesse sua representação e autonomia, oportuno destacar que todas as instituições que precederam o conselho de certo modo viabilizaram a sua criação.

Em 1953, foram criadas as representações dos conselhos regionais de contabilidade e em 1969 assumi o primeiro Delegado, o contabilista Alceu Paulo Ramos, permanecendo até 1973, logo após o 2º Delegado, toma posse o contabilista Juracy Freitas, atuando 14 anos como delegado, até o ano de 1988.

- 1º Delagado: ALCEU PAULO RAMOS;
- 2º Delegado: EDSON SAGES;
- 3º Delegado: JURACY DA SILVA FREITAS;
- 4º Delegado: JOSÉ SERRA;
- 5º Delegado: EMILIO AUGUSTO BASTOS FERREIRA, como esse quinto delegado se afastou para campanha política, nomeou seu suplente como o 6º Delegado, senhor WALTER GOMES COELHO, que nessa época já encabeçava o movimento para a criação do Conselho.

Daí por diante, o senhor contabilista WALTER GOMES COELHO deu continuidade no trabalho que antes já vinha desenvolvendo, passou a participar de congressos, encontros, reuniões e outros, sempre acompanhado de seu grupo, que debatiam e articulavam a necessidade de ter um Conselho no Estado, nessa ocasião ja apresentava resultados satisfatórios em relação ao número de profissionais da contabilidade.

No momento que o Conselho Federal de Contabilidade registrou dados que justificava o surgimento de uma nova Entidade Fiscalizadora, resolveu criar o CRC/AP. Walter Coelho, em outubro de 1992, junto com o seu grupo, viajou para Brasília/DF, com a finalidade de participar da reunião Plenária, onde seria expedido o ato de criação do CRC/AP, para a felicidade de todos, o trabalho estava concluído, o Conselho Federal de Contabilidade, já com fatos concretos criou o CRC/AP, pelo desmembramento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará, valeu a luta de dedicação de todos que contribuíram para implantação de um entidade fiscalizadora no Estado do Amapá. Então, em 22 de setembro de 1992, estava criado o CRC/AP, com sede e foro no Município de Macapá e sua organização foi determinada pela Resolução nº 735/92, do CFC.

O Conselho Federal de Contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais; Considerando que o Estado do Amapá vem apresentando resultados satisfatórios em relação ao número de porfissionais da Contabilidade; Considerando que o principio da descentralização adminsitrativa tem prevalecido na criação do Regional de Contabilidade, no momento em que a unidade da Federação registra que justifiquem o surgimento de nova entidade fiscalizadora. (RESOLUÇÃO CFC N.º 735/92 – Cria o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapa).

Até então, o Amapá era somente um delegacia de jurisdição do CRC/PA, que fiscalizava e registrava os Técnicos de Contabilidade formados pela Escola Técnica de Comércio do Amapá.

Com a criação, em 1992, concede-se a autonomia do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, que passou a registrar e fiscalizar o exercício da profissão de Técnicos de Contabilidade e Contadores.

Ficou decidido que a 1º eleição para presidente seria presidida por um conselheiro designado pelo Presidente do CFC. A partir daí, o trabalho estava concretizado, graças à atuação e articulação do grupo coordenado por Walter Coelho, podemos ressaltar que seu esforço não foi em vão.

Logo de imediato, o então Delegado Walter Coelho, com a valiosa colaboração do CFC, solicitou micro computador, impressora, fax, móveis e uma linha telefônica, procurou estruturar o CRC/AP de outras necessidades, como: mesas, cadeiras, estantes, armários, arquivos, etc..., tornando possível e adequado para receber o primeiro Presidente, isso sem dispensar a ajuda do 1º colegiado. A primeira eleição ficou marcada para 1993, na mesma data fixada para os demais CRCs. No período de organização, que se estendeu até a posse dos conselheiros eleitos, o CRC/AP foi dirigido por um Delegado, o Contador José Fernandes Mendes Rodrigues, designado pelo Presidente do CFC, Ivan Carlos Gatti, a esse delegado foi incumbido, além da direção do CRC/AP, a organização e acompanhamento de todo o processo eleitoral.

O grupo que participou direta e indiretamente para criação do CRC/AP, conforme relatado por Walter Coelho: WALTER GOMES COELHO, ORLANDO BRANDÃO FERREIRA, JURACY DE FREITAS, LOURIVAL DA SILVA PIMENTEL, LEANDRO ALVES SANTARÉM, EMILIO AUGUSTO BASTOS FERREIRA, LUIZ CARLOS FORTUNATO DE VILHENA, LEÔNIDAS QUEIROZ ALCÂNTARA, MARIA DAS DORES A. DE SOUSA, DORALICE DA S. DUARTE, ALEXANDRINA PEREIRA DA SILVA, FORTUNATO RAPHAEL RAMOS, JOSÉ PAULO DA SILVA RAMOS, ECILDA COUTINHO CARDOSO, FRANCISCO RUBÊNIO DE OLIVEIRA, RAIMUNDO INAJOSA, ALCEU PAULO RAMOS, ANA FERNADES TRINDADE, RAIMUNDO JORGE DE ALCÂNTARA PENALBER, CLÁUDIO C. DO NASICMENTO, JURACY DE FREITAS DIAS, MARIA RAIMUNDA DE FREITAS, LUCIVALDO DE SOUZA DIAS e BENEDITO LOPES MARINHO.

Em 1994, já desmembrado do CRC/PA, assume o primeiro Presidente do CRC/AP, Contador José Paulo da Silva Ramos, para o mandato 94/95, tendo como conselheiros efetivos, os contadores: Contador JOSÉ PAULO DA SILVA RAMOS – Presidente, JURANDIR CORDEIRO MARQUES – Vice-Presidente Administrativo e Registro, IVALDO FERNANDES BORGES DE SOUZA – Vice da Câmara de Contas, LEÔNIDAS QUERIOZ ALCÂNTARA – Vice de Fiscalização. Contadoras MARIA DO PERPETUO SOCORRO SOUZA RIBEIRO, VERA LÚCIA MONTEIRA ALMEIDA e os Técnicos em Contabilidade LUIZ CARLOS FORTUNATO DE VILHENA e LEANDRO ALVES SANTARÉM. Membros suplentes, os contadores: JOAQUIM SILVA DOS SANTOS, MARIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA, WELINGTON DE CARVALHO CAMPOS, RAIMUNDO JORGE DE ALCÂNTARA PENALBER, RAUL SOARES PEREIRA DA SILVA, JOÃO ARMINDO DE S. DA SILVA e os Técnicos em Contabilidade LOURIVAL DA SILVA PIMENTEL, ANTÔNIO SILVA FILHO e VALDER PEREIRA RIBEIRO.

Em 29 de junho de 1994, a Presidente do CRC/PA, Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus, homologa à transferência dos profissionais e organizações contábeis, inclusive débitos destes, através do Livro de TRANSFERÊNCIA DOS PROFISSIONAIS E ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS PARA O CRC-Amapá, conforme consta do processo CRC/AP n.º 170/94, datado de 15/06/1994. Consta neste livro também menção a MARIA RAIMUNDA BASTOS FREITAS, com Diploma e medalha para a contabilista pelos seus 30 anos de efetivo exercício profissional, outorgado pelo CRC-PA, para que o CRC-AP realizasse a entrega à Contabilista.

Nesse livro está registrado como uma das primeiras organizações contábeis:

- - ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SOCIEDADE: ESCOSAL – EC SALOMÃO ALCOLUMBRE, REGISTRO CRC/AP 000001-O-4, AV.: GENERAL GURJÃO, 172.
- - ESCRITÓRIO INDIVIDUAL: Maria Goreth Rosário Almeida, Raimundo Inajosa, Emílio Augusto Bastos Ferreira, Leandro Alves Santarém, Walter Gomes Coelho, Jurandir Cordeiro Marquês, Lourival Silva Pimentel, Luiz Carlos Fortunato de Vilhena e Carlos Gomes.

Em 1996, dar-se-á posse do 2º Presidente: Contador RAIMUNDO JORGE DE ALCÂNCATA PENALBER, para o biênio 1996/1997.

Em 1998, como o 3º Presidente do CRC/AP, assume o Contador FRANCISCO RUBÊNIO DE OLIVEIRA, para o biênio 1998/1999.

Em 2000, como o 4º Presidente, assume o Contador ADONALDO SOUSA DA SILVA, para o biênio 2000/2001.

Em 2002, pela primeira vez da história do CRC/AP, uma mulher assume a Presidência do CRC, a Contadora MARIA ANGÉLICA CÔRTE PIMENTEL, que ficou na Presidência por 02 mandatos, biênio 2002/2003 e 2004/2005. Tendo como um dos grandes feitos de sua gestão, a inauguração da sede do CRC/AP, em 04.03.2005, e o lançamento do Projeto Contabilizando o Sucesso, uma parceria do CFC com o SEBRAE Nacional, além da realização de diversas outras palestras, cursos e seminários dentre eles o Fórum de Ciências Contábeis.

Em 2006, para mostrar que a mulher estava cada vez mais conquistando seu espaço, foi eleita a 2ª mulher para assumir a Presidência do CRC/AP, Contadora MARILENE CARDOSO DO NASCIMENTO, para 02 mandatos, biênio 2006/2007 e biênio 2008/2009.

Em 2010, como o 7º Presidente do CRC/AP: assume o Contador PAULO SÉRGIO DE FREITAS DIAS, para o biênio 2010/2011.

Em 2012, como o 8º Presidente do CRC/AP, assume o Contador MÁRCIO LÉLIO DA PAIXÃO NASCIMENTO, para 02 mandatos, biênios 2012/2013 e 2014/2015.

Em 2016, como 9º Presidente do CRC/AP, assume o FABIANO RIBEIRO PIMENTEL, biênio 2016/2017.

Galeria dos Presidentes

1. JOSÉ PAULO DA SILVA RAMOS - 1994/1995
2. RAIMUNDO JORGE DE ALCANTARA PENALBER - 1996/1997
3. FRANCISCO RUBÊNIO DE OLIVEIRA - 1998/1999
4. ADONALDO SOUSA DA SILVA - 2000/2001
5. MARIA ANGÉLICA CORTE PIMENTEL - 2002/2005
6. MARILENE CARDOSO DO NASCIMENTO - 2006/2009
7. PAULO SÉRGIO DE FREITAS DIAS - 2010/2011
8. MARCIO LÉLIO DA PAIXÃO NASCIMENTO - 2012/2015
9. FABIANO RIBEIRO PIMENTEL - 2016/2017

Atores dos Bastidores da Construção

Atualmente o CRC/AP tem em seu quadro permanente de funcionários 8 (oito) funcionários concursados para desenvolver as diversas atribuições burocráticas e principais da entidade. Em toda sua trajetória de existência o CRC/AP já contou com a atuação de 64 profissionais, conforme livro de registro de empregados, profissionais das mais diversas áreas, desenvolvendo atividades nos mais diversos cargos e funções: secretarias, tesoureiros, agentes administrativos, vigilantes, administradores, contadores, assessores jurídicos, cargos de confiança, fiscais entre outros:

Nessa trajetória, de funcionários que contribuíram com o CRC/AP, em especial se destaca o Contador PEDRO MORAES DO AMARAL, pelo seu tempo de atuação na entidade, um dos primeiros funcionários, desde Janeiro de 1994, permanece no quadro e continua atuando estrategicamente na entidade até hoje, um patrimônio intangível do CRC/AP.

Entre os funcionários com mais de dez anos de atuação temos atualmente no quadro funcional do CRC/AP : MARCO ANTÔNIO BARBOSA NUNES, GISLEANGELA SANTOS SILVA, SIMONE RAQUEL BAR-

RETO MARQUES. E, entre os que passaram e deixaram sua contribuição estratégica destacamos: NEURALUCIA FERREIRA DA COSTA, SANDRA MARIA VIANA BENASSULY, JEDSON AUGUSTO VALENTE MONTEIRO, JOAQUIM TARGINO BEZERRA NETO, ELCI PARAGUASSU PANTOJA, EMILIO SERGIO OLIVEIRA DOS SANTOS, ARIONILDO BARBOSA CORREA, KAREN DE NAZARE FONSECA, ANDREZZA CAROLINA DE OLIVEIRA BRITO e FABIANO RIBEIRO PIMENTEL.

Encontro dos Contabilistas, Empresários e Acadêmicos de Ciências Contábeis do Amapá - FAMA

O Encontro dos Contabilistas, Empresários e Acadêmicos de Ciências Contábeis do Estado do Amapá, de iniciativa dos acadêmicos da Faculdade de Macapá – FAMA em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, em homenagem ao dia do Contabilista, surgiu com a proposta de promover a integração entre o empresário e o contador, abordando temas recorrentes de gestão e de contabilidade, objetivando desta forma, estreitar a relação vital para as empresas entre o administrador, o contabilista e a comunidade acadêmica.

Em 2010, o 8º semestre do Curso de Ciências Contábeis da FAMA realizou a I Edição desse evento em parceria com o CRCAP, tendo como um dos palestrantes o ilustre e renomado Contador Dr. José Carlos Marion, mais de 600 pessoas prestigiaram o evento, entre acadêmicos de ciências contábeis, profissionais da contabilidade e empresários contábeis, no Teatro das Bacabeiras.

Em 2012, na II Edição, contamos com a ilustre presença do palestrante Geraldo Kalkmam, abordando o tema: “O FORTALECIMENTO DA CULTURA DA GESTÃO ESTRATÉGICA”, na III Edição com o tema: ADMINISTRAÇÃO & CONTABILIDADE: integração em busca da excelência em gestão, com a presença de Fabiano Brum para ministrar a palestra “UM SHOW DE MOTIVAÇÃO ATRAVÉS DA MÚSICA”. Na IV Edição, no espaço de eventos VEGAS CLUB, com o tema: AUDITORIA INDEPENDENTE E AS PME’S, com Auditor Maion, na V Edição, na Choperia da Lagoa, com o tema: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FISCO CONTÁBIL, com a presença do Doutor Fernando Almeida, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da PUC/SP e a palestra Accounting coach - a fórmula do sucesso, com Fabiano Pimentel e em sua VI edição, no Espaço Divetro, com o tema: “O SPED E A CONTABILIDADE – Inovações do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e a Contabilidade, tendo como palestrante a Contadora Regina Vila Nova.

As edições foram um sucesso de público e conhecimento, para quem prestigiou, agradecimentos aos idealizadores e organizadores em nome dos contadores: Jairon Guimarães, Elder Moraes e Juraci delcia Azevedo, registramos o pioneirismo da turma que iniciou esse projeto e parabenizamos os acadêmicos que estão dando continuidade a essa missão, assim como, nossos agradecimentos aos parceiros estratégicos que apoiam e contribuem com a realização desse encontro, as faculdades: UNIP, CEAP, UNOPAR, FABRAN, FESAN e FAMAP e a NASAJON SISNTEMAS, esta presente desde a primeira edição.

I Convenção de Contabilidade do Amapá

Realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2013, no Centro de Convenção do Centro de Ensino Superior do Amapá, com o tema: Contabilidade, Informação, Tecnologia & Comunicação no Mundo dos Negócios, contou com a participação de mais de 320 participantes, entre profissionais da contabilidade, empresário e acadêmicos de ciências contábeis e 14 renomados palestrantes de âmbito nacional, dentre os temas que foram abordados e palestrantes presentes:

Tema: ITG 1000 – A obrigatoriedade da escrituração contábil para ME e EPP, palestrante Contadora Cristina Amélia Fontes Langoni. Tema: Profissão Contábil - Novos desafios e perspectivas para

a profissão, palestrante Contador Adriano Gilioli. Tema: Gestão de Custos no Setor Público, palestrante Contador Alexandre Bossi Queiroz. Tema: Contabilidade Digital, palestrante Contador Kerkhoff. Tema: A Contabilidade como Instrumento de Gestão Empresarial, palestrante Contador Vilmar de Faria. Tema: Documentos Fiscais Digitais: NF-e, CT-e, NFC-e, NFS-e, os pilares do SPED, palestrante Ivanete Nazaré Santa Rosa Campos. Tema: Câmara de Recursos Fiscais da Prefeitura Municipal de Macapá, palestrante Elcides Barros Vales. Tema: Social – O SPED na Folha de Pagamento e a necessária integração das áreas de processos, RH e Gestão, palestrante Contador Fernando Sampaio. Tema: Prestação de Contas do 3º Setor, palestrante Nélio Augusto Dantas Elias. Tema: Exame de Suficiência, palestrante Oscar Lopes da Silva. Tema: Responsabilidade do Profissional Contábil ao alcance da sustentabilidade, palestrante Contadora Maria Constança Carneiro Galvão. Tema: A Gestão do Risco Fiscal no mundo pós SPED, palestrante Contador Adgar Madruga. Tema: 2013, Ano da Contabilidade no Brasil, palestrante Contador Juarez Domingues Carneiro.

Pioneiros da Contabilidade no Amapá

Claudio Carvalho do Nascimento

Nasceu na cidade de Belém/PA, no dia 16 de junho de 1925, filho de Arthur Auto do Nascimento, oficial de cavalaria da Polícia Militar do Pará e de D. Benigna Carvalho do Nascimento, ambos falecidos. Iniciou seus estudos primários na escola Santo Amaro, localizada no Bairro de Val de Cans, onde seu pai exercia o cargo de Delegado de Polícia, e concluiu no Grupo escolar Barão do Rio Branco. Fez o ginásio no Colégio Estadual Paes de Carvalho e no Ginásio Souza Franco, na capital Paraense. Colou grau em dezembro de 1970, no Colégio Comercial do Amapá em TÉCNICO EM CONTABILIDADE. No ano de 1941, entrou no escotismo, frequentando a Associação Escoteira Benjamim Sodré, chefiada pelo brioso oficial do Exército brasileiro Castelo Branco. Em 1942, Cláudio foi levado a tropa de escoteiros do Município de Igarapé-Açu denominada “Germano Melo”; foi presidente da Associação Escoteira “Geraldo Carvalho”; Secretário da Federação Amapaense de Escoteiros. Começou a trabalhar no ano de 1943, admitido como funcionário no Ministério da Guerra, lotado no Departamento de Finanças da 8ª Região Militar, do qual se desligou no dia 2 de maio de 1951, recebendo elogios pelo trabalho que desempenhou, inserido nos Boletins Interno, todos fazendo parte do seu arquivo particular. Em 15 de março de 1951, contraiu matrimônio com Maria Olinda Oliveira Nascimento. Decidiu se transferir para o Amapá onde já se encontrava seu irmão Clodoaldo, chegando a Macapá, no dia 30 de maio de 1951, quando foi apresentado ao Governador, Capitão Janary Nunes que, ao ver seu currículo enriquecido de elogios das autoridades militares, determinou sua contratação nesse mesmo dia, passando a exercer função no Serviço Administração Geral – SAG; em 21 de janeiro de 1955, foi transferido para o Gabinete do Governador, em 11 de março do mesmo ano, foi posto a disposição da Prefeitura Municipal de Macapá para exercer o cargo de Secretário Municipal e, em 20 de julho, foi designado para responder pelo cargo de prefeito e nesse cargo foi nomeado por ato da Presidência da República para representar a Prefeitura junto a Comissão de Abastecimento de Preços – COAP. Ainda em 1955, no dia 18 de outubro, foi nomeado para o cargo de Prefeito de Macapá, onde permaneceu até o dia 27 de setembro de 1957. Durante sua permanência na PMM, além das atividades normais de conservação, limpeza, abertura de ruas, aterros, adquiriu o primeiro carro fúnebre e mandou construir um galpão no qual eram fabricadas as urnas funerárias para pessoas carentes, eliminando o constrangimento das famílias verem seus entes queridos envolvidos apenas em lençóis; construiu o “mercadinho” 1º de maio, no bairro do Trem; iniciou a construção do muro do cemitério de São José com auxílio dos escoteiros da Associação Veiga Cabral; fez a entrega da chave da cidade ao Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando veio a Macapá. Retornando ao go-

verno, desempenhou funções de Coordenador da Divisão de Obras; chefe do Gabinete do Governador; chefe da Seção de Pessoal e Material do SAG. Tem em seu poder portarias, designando-o para organizar relatórios financeiros, para elaborar o plano de classificação de cargos e relatórios anuais. Participou do Corpo de jurados do Fórum de Macapá, tendo sido apelidado pelo Dr. Odir Macedo de “decano dos jurados”. Sua última função pública no Amapá foi de Superintendente dos Serviços Industriais, que abrangia a olaria, transportes terrestres, marítimos e aéreos, garagem e máquinas pesadas. Cláudio começou a prestar serviços de CONTABILIDADE. Anistiado, foi aposentado do serviço público federal. Hoje tem o “ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE NASCIMENTO”. Possui diploma de Cidadão de Macapá conferido pela Câmara de Vereadores; diplomas de Honra ao Mérito pelo centro Educacional do Lagunho; Honra ao Mérito conferido pela Associação Profissional dos Contabilistas. Foi sócio fundador da ASSOCIAÇÃO DE CONTABILISTAS DO AMAPÁ, juntamente com JURACY FREITAS. Secretariou o Esporte Clube Macapá e o 1º Congresso das Federações do Norte, presidida pelo Coronel Luiz Ribeiro de Almeida, Cláudio e sua esposa Maria Olinda tiveram os filhos Maria Benigna, advogada, Cláudio José, empresário, e Maria Cláudia, Professora. Esta é a história de um dos homens mais íntegros do Amapá, cuja formação moral foi alicerçada no escotismo, na disciplina militar e na CONTABILIDADE.

Alceu Paulo Ramos

Nasceu na localidade de Santo Antônio da Pedreira, distrito do Município de Macapá, em 18 de dezembro de 1921, começando seus estudos com o professor José Pereira e, posteriormente, na Escola Primária Masculina de Macapá, com os professores Iracy Nunes Nadler e Oracy Jucá. Em 1947, fez o exame de admissão com os professores Carlos Alberto Salignac de Souza, Josér Fanádio Leite e Diniz Antônio Botelho, ingressando na primeira turma de ginásio do Colégio Amapaense, onde formou em 1950. Matriculou-se na Escola Técnica de Comércio de Macapá, formando-se em Contabilidade em 1958. Começou a trabalhar contratado pelo governo do Amapá em 1º de novembro de 1944, na função de Fiscal da Comissão de Abastecimento e Preços e, posteriormente, foi designado para outras atividades, como: datilógrafo do Gabinete do Governador; Superintendente da Comissão de Abastecimento e Preços, nomeado pelo Presidente da República Café Filho; Membro Comissão de Auditoria do GTFA; Superintendente dos Serviços Industriais; Auditor do governo junto às Prefeituras Municipais; Diretor do Serviço de Administração Geral-SAG; Diretor da Secretaria Geral do Governo; Membro do Conselho Penitenciário; Prefeito Municipal de Macapá; Vogal na Junta Comercial; Diretor da Divisão de Terras; Auditor da Prefeitura de Macapá; professor da Escola Técnica de Comércio do Amapá. Na sua vida profissional mereceu 16 portarias e elogios, com assinatura de diversos governadores que passaram pelo Amapá. Constituiu um escritório de contabilidade, onde colocou seus filhos para trabalhar, administrado por ele mesmo e por D. Joaquina da Silva Ramos, sua esposa. Não gostava do exercício da política partidária, mas não colocou obstáculos para seus filhos se elegeram vereadores e deputado estadual. Seu forte era a contabilidade e a administração pública, áreas nas quais se transformou em um grande mestre. Alceu Paulo Ramos deixou este mundo no dia 16 de fevereiro de 1997, para tristeza da sua esposa, filhos, netos e amigos.

Lourenço Tavares de Almeida

Amapaense, filho de Quintino Justo de Almeida, servidor Municipal e Maria Tavares de Almeida, que também se assinava Maria Rosa Tavares de Almeida – “a mãe cota”, primeira professora municipal na localidade do Curiaú, primogênito do casal, nascido em 17 de novembro de 1930, na cidade de Macapá-AP, no lugar chamado Torrão da Fortaleza, localizado no Igarapé da Fortaleza, cresceu no

Largo dos Inocentes, hoje Avenida Mendonça Furtado, 122 – “Formigueiro” (atualmente Centro). Tendo como irmãos, Quitéria Tavares de Almeida, Pedagoga e José Tavares de Almeida, Tabelião do Cartório Jucá. Foi casado com Luiza do Rosário Almeida com quem teve 8 filhos. Estudos – Iniciou sua alfabetização ABC em casa com sua mãe, já na cidade de Macapá estudou na escola “Izabel Araújo”, mais tarde Escola Municipal de Macapá, mantida pelo Pará, na Escola Barão do Rio Branco conclui o curso primário. Através do curso de admissão ingressou no Curso Ginásial da 1ª turma do Ginásio Amapaense, hoje Colégio Amapaense. Em 1953, concluiu o curso de Auxiliar de Escritório, na Escola de Comércio do Amapá. Em 1956, formou-se em Técnico em Contabilidade, 5ª turma, pela Escola Técnica de Comércio do Amapá, diplomado em 8 de março de 1958. Cursos e Seminários – Datilografia pela Escola Olivetti. Em 1963, participou do curso Intensivo de Introdução à Administração Pública, pela Escola Brasileira de Administração Pública – Fundação Getúlio Vargas, em Macapá. Em 1969, participou do treinamento em Legislação Tributária, no SENAC. Através do Decreto 1783 de 1973 foi designado para participar do Curso Plano de Contas em Cooperativismo em Curitiba, na OCEPA – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, em Curitiba. Em 1976, participou do Seminário Como Gerente Deve treinar Seus Vendedores, promovido pelo POLAMAZONIA – Programa de Assistência à pequena e Média Empresa Pólos: Amapá, Carajás e Tapajós. Em 1976, participou do Curso de Estatística à nível médio, promovido pela Comissão de Administração de Programas de Treinamento, em Macapá. Em 1976, participou da operação ACISO – G.T.F.A., no Município de Beiradão – Mazagão – Território Federal do Amapá. Experiência Profissional – em 02 de Abril de 1948, foi admitido como diarista, lotado na divisão de produção, no Serviço de Arborização da Cidade de Macapá (chamada Turma do Buraco, que tinha como objetivo ajudar alunos carentes). Em 09 de novembro foi cedido para Divisão de Serviços de Estatística, para execução do Censo da Cidade. Em 01 de setembro de 1949 foi admitido como extranumerário e mensalista, lotado nos Serviços de Geografia e Estatística. Em 02 de dezembro de 1952, foi nomeado para exercer a função de estadista auxiliar do quadro funcional do governo do Território do Amapá. Desde 1962 exercia a função de Chefe da Sessão de Geografia da Estatística, mas somente em 1964, com a portaria 03/SGE – Serviços de Geografia da Estatística, recebeu a nomeação para chefe da referida sessão. Ainda em 1964, integrou a Comissão Territorial do Censo Escolar. Em 1973, através da Portaria 114 da Secretaria de Agricultura foi nomeado Chefe do Serviço de Assistência ao Cooperativismo e Extensão Rural do Amapá. Em 1974, através da Portaria 169/GAB foi nomeado presidente da comissão que procedeu ao balanço final da Tesouraria do Território do Amapá.

Mesmo lotado como estatístico, sempre exerceu a função de contabilista, pois, desde 1964 era nomeado para participar de Comissões de Tomadas de contas e auditoria financeira em prefeituras e secretarias do Governo do Território.

Paralelo as suas atividades de servidor público, iniciou seu trabalho como autônomo em contabilidade, com um grupo de amigos, entre eles Durval Alcântara e José Figueira, no Escritório de Contabilidade Durval Cruz e Maria José Cruz, que funcionou na Avenida Professora Cora de Carvalho. Durante seu período no escritório também trabalharam: Salomão Alcolumbre, Juracy Freitas, Benedito Marinho, Mauro, Maria de Nazaré Tavares da Costa (Nazir), Ordemira Tavares da Costa, que continua até os dias atuais. Depois passou a chamar-se Escritório de Contabilidade Lourenço Tavares de Almeida, de sua propriedade. Em sua trajetória contábil dedicou seus cuidados profissionais as firmas comerciais – MarmoudChazali, Afif Elias Harb, J. E. Pereira da rocha, Peter Guteteber, Maurice Ghammachi, Aziz Ghammachi Irmão Silva Ltda, Silva e Palheta, AbilKattar, L. C. Ghammachi, Magazine Brasilia, Celestino Pinheiro Filho & Cia, Pinheiro e Madeira Ltda, N eliasCael, Waldir Achi, Francisco Serrano de Souza e a Sociedade Amapaense. Participação: sócio fundador e primeiro secretário do Grêmio Cultural e Recreativo “Mercúrio”, fundado em 03 de abril de 1962, por um grupo de Contabilistas, com objetivo de orientar os profissionais da classe através de boletim informativos e palestras sobre assuntos referentes à ciência contábil, em suas múltiplas ramificações; Presidente da Associação Profissional dos Estatísticos do Brasil – APEB/AP,

no período de 1973 a 1981; Delegado do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, no período de 1985 a 1987; Integrante do Grêmio Literário Cívico – Rui Barbosa, do Colégio Amapaense; Membro fundador do Movimento Escoteiro do Amapá – Grupo Veiga Cabral; Membro fundador da Congregação Mariana, da Paróquia de São José; Membro fundador da Comunidade Eclesial de Base, da Paróquia São Benedito; Membro da sociedade Beneficente São Benedito – Paróquia São Benedito; Integrante da equipe que idealizou a construção da 1ª Capela de São Benedito; Sócio proprietário do Esporte Clube Macapá, título 014; Um dos craques no futebol Amapaense, como goleiro, no esporte Clube Macapá, também foi desportista no pugilismo, voleibol, pedestrianismo, basquetebol, lançamento de peso, salto em altura e ciclismo; Foi um dos pioneiros do grupo da terceira idade, que reunia-se na sede do Esporte Clube Macapá; Contribui anonimamente com diversas obras sociais.

Registros Profissionais: Conselho Regional de Contabilidade do Pará, inscrição em 07/10/1959, sob o nº 1092, na categoria de Técnico em Contabilidade; Registrado no Conselho Regional de Estatística 1ª Região, com o registro nº A-4594, expedida em 23/12/1974. Portaria de Elogios: Em 31 de dezembro de 1965, através da portaria 12/SGE, recebeu elogios pelo seu fiel desempenho, lealdade, dedicação e competência em especial a elaboração do Anuário Estatístico do Amapá; Em 1973, através do Decreto 572/GAB, recebeu elogios pelo senso de responsabilidade pelos trabalhos realizados na Comissão de Inquiridos. Aposentou-se de suas atividades públicas em 22/12/1980, mas continuou em exercício no Escritório de Contabilidade Lourenço Tavares de Almeida até 06/05/1988, onde veio a falecer.

Walter Gomes Coelho

Walter Gomes Coelho, nascido no Estado do Pará, na cidade de Afuá, em 08 de junho de 1953, é um dos pioneiros da Contabilidade no Amapá, contribuiu participando efetivamente da edificação de nossa profissão contábil no Estado do Amapá.

Formou-se em Técnico em Contabilidade, diplomado em 1976, título expedido em 12.05.1977 pelo Colégio Comercial do Amapá, registrado no CRC/AP em 22.02.1979 na gestão do presidente do CRC-PA Contador José Alcimar Marques Gomes.

Logo após sua formatura, ingressou no quadro de funcionário da Embratel, paralelamente às atividades desenvolvidas na EMBRATEL, Walter Coelho iniciou, em 1979, suas atividades na contabilidade, constituindo seu escritório contábil.

Diante das várias participações, contribuições e atividades que desenvolveu em prol da contabilidade Amapaense, Walter Coelho foi um dos fundadores do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Amapá, ajudou a criar a Associação dos Contadores do Amapá, foi Delegado do CRC/PA na jurisdição do Amapá e foi vogal da junta comercial do Estado do Amapá.

Walter Coelho foi homenageado na XI Convenção Nacional de Contabilistas, realizada na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, realizado no período de 19 a 24 de outubro de 1986, em sinal de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados a classe contábil, com a medalha “HONRA AO MÉRITO”, comemorativa do 40º aniversário da regulamentação da profissão contábil no Brasil.

Em 11 de outubro de 2003, Walter Coelho é condecorado mais uma vez com uma placa de MENÇÃO HONROSA, pela sua inestimável contribuição em prol da classe contábil Amapaense, concedida pela SINDCONT – Sindicato dos Contabilistas do Amapá, na gestão do Contabilista Orlando Brandão Ferreira.

Na busca continua pelo aprimoramento profissional, Walter Coelho ingressou em 2003 no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Macapá – FAMA, obteve o diploma de Bacharel em Ciências Contábeis em 2007, no mesmo solicitou junto ao CRC/AP mudança de categoria profissional de Técnico em Contabilidade para Contador.

Bernardo Rodrigues de Souza

Nasceu no Estado do Piauí, na cidade de Parnaíba, em 03 de Dezembro de 1940, filho de Pedro Fernandes de Souza e Hilda Rodrigues de Souza, primogênito de 14 irmãos, é um dos pioneiros da contabilidade no Amapá, contribuiu e continua participando efetivamente da valorização da profissão contábil no Estado.

Formou-se em Técnico em Contabilidade em 1964, na antiga Escola Técnica de Comércio do Estado do Amapá, registrado sob o n.º CRCAP 000012/O-8. Curso de Suficiência: Licenciado em Organização Social e Política Brasileira – Faculdade de Filosofia do Pará; Curso Superior: Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, em Macapá-AP - Licenciatura Curta na área de Ciências Sociais - 1970 à 1973; Curso Superior: Licenciatura Plena em História - 1980 à 1982; Escola Superior de Guerra: Curso de Altos Estudos Política e Estratégias - Rio de Janeiro – 1989; Curso de Especialização: Especialização em Metodologia do Ensino Superior Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP/UNAMA.

Foi Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de Macapá - 1964 à 1.969; Secretário de Finanças do EX-Território Federal do Amapá - 1985 à 1990; Governador, em exercício, do Ex-Território Federal do Amapá, na interinidade do titular, intercalados no período de 1985 à 1990; Primeiro Conselheiro Federal do Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, eleito para os exercícios de 2002 até o presente momento; Conselheiro Titular das Câmaras de REGISTRO, CONTROLE INTERNO e FISCALIZAÇÃO ÉTICA e DISCIPLINA; Câmara de controle interno, 2004 à 2008; Câmara de Registro, 2008 à 2016; Câmara de Fiscalização, – 2002 à 2004; Conselheiro Titular no Conselho Diretor do Conselho Federal de Contabilidade, REPRESENTANDO OS TÉCNICOS EM CONTABILIDADE - 2004 à 2006; Professor das cadeiras de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e Política-OSPB, História do Brasil e Geral – 1969 à 1990; Chefe da Contabilidade do Hospital São Camilo e São Luiz – 1969 à 1976; Diretor e Professor da Escola Industrial de Macapá e da Escola Técnica de Comércio do Amapá.

Juracy de Silva Freitas

Nascido em Soure, Estado do Pará, em 31 de maio de 1939. Filho de Paulo Alves de Freitas, pescador e depois carpinteiro, e de Clea da Silva Freitas, de prendas do lar. De cinco irmãos, restam hoje a irmã Miracy. Já falecidos Jurandir (agente administrativo), Guaracy (Advogado) e Darcy, o mais velho, foi operário da ICOMI e goleiro do Esporte Clube Macapá.

A chegada em Macapá deu-se em meados do mês de junho de 1952. Já em agosto, começou a trabalhar de ajudante de sapateiro, na oficina do seu primo Waldor, na avenida Cândido Mendes, perto do frigorífico da cidade, onde é hoje a praça da Fortaleza de São José.

No início de 1953, ingressou na Escola Barão do Rio Branco, localizado na praça Barão do Rio Branco, onde completou a 5ª série do curso primário. Nesse mesmo ano, fez exame de admissão, uma espécie de vestibular para ingresso no ensino médio. Passou e foi matriculado na Escola Industrial de Macapá, de onde tem muitas e boas lembranças, lá ficando de 1954 a 1957. Foi diplomado em Artífice de Artes de Couro, nome técnico para quem trabalhava como sapateiro.

A Trajetória na Contabilidade

Em 1958, matriculou-se na Escola Técnica de Comércio do Território Federal do Amapá - ETCTFA, já em funcionamento no IETA – Instituto de Educação do Amapá. A ETCTFA formava Técnicos em Contabilidade. Concomitante aos estudos trabalhou como aprendiz no escritório de Contabilidade do sr. Durval Alcântara da Cruz, que tinha como assistente o Técnico em Contabilidade Lourenço Tavares

de Almeida, que funcionava em uma puxadinha, que ficava onde é hoje o Magazine JK. Essa caminhada estendeu-se até 1960, quando foi diplomado em Técnico em Contabilidade, sendo inscrito no CRC/PA sob nº 1367.

Nessa época, junto como outros amigos fundou o boletim contábil denominado de Mercúrio, em homenagem ao Deus da sabedoria grega.

Em janeiro de 1961, foi admitido na Fundação Legião Brasileira de Assistência, no cargo de Técnico em Contabilidade, sob a chefia da Sra. Therezinha Gualberto da Rocha Araújo, Divisão de Administração e do saudoso Humberto Dias Santos, o chefe Humberto, na divisão de Orçamento e Contabilidade. Foram 15 anos ininterruptos de dedicação a essa instituição, de onde mereceu a honra de representá-la no Encontro Nacional de Contadores da LBA, no Rio de Janeiro, em 1965, compondo a equipe de Reestruturação do Plano Contábil, em razão das mudanças quando da implantação do Orçamento-Programa em nível nacional.

Em 1972, quando o mestre Durval se mudou para Belém, a responsabilidade do escritório ficou com o Prof. Lourenço, assessorados por Juracy Freitas e por Salomão Alcolumbre. Em 1975/1976, Salomão decidiu caminhar sozinho na profissão, com escritório próprio em uma sala da residência de sua genitora, na Rua Cândido Mendes. Como eram tratados como irmãos, Salomão Alcolumbre convidou Juracy Freitas para participar dessa nova caminhada e constituíram o Escritório de Contabilidade Salomão Alcolumbre Ltda.

Como a informática não existia ainda, mas as máquinas mecânicas sim, e como não tinham capital suficiente para comprá-las, adotaram um livro muito usado na Contabilidade nos Estados Unidos da América do Norte – o Livro Diário-Razão, de 20 colunas, cuja escrituração era manuscrita.

Da Cândido Mendes, mudaram-se para a Av. Padre Júlio Maria Lombard, atrás da Loja Domestilar, ao lado da antiga Capitania dos Portos. Ficaram lá por pelo menos cinco anos, quando foi oferecida proposta de compra do terreno, onde localizava-se o escritório, por um empresário de Belém, chamado Shayd Sherfam. Fecharam negócio e compraram um outro terreno na Av. General Gurjão, 172, de propriedade da Sra. Palmira Coutinho. Construíram o novo escritório em três dias. Mudaram e equiparam, pois aquela época já tinham capital de giro, meados do ano de 1979, nesse mesmo ano o Salomão desistiu da Contabilidade e dedicou-se à atividade empresarial, que era seu destino. Juracy Freitas continuou na Contabilidade, sua paixão profissional.

Nesse tempo os equipamentos e aparelhos contábeis eram escassos e somente a ICOMI possuía uma máquina de registros contábeis, chamada AUDIT elétrica. Era toda de ferro e precisava que o operador usasse tampão de ouvido, porque fazia muito barulho. Eram usadas fichas de lançamento com tarja diferenciada para os registros do Diário e do Razão.

Algum tempo depois, a mesma empresa lançou a máquina CEF, eletrônica, mais apurada que a anterior. Juracy Freitas propôs à empresa a compra da nova máquina, desde que eles adequassem as fichas da AUDIT a CEF, para aproveitar o estoque. Fecharam negócio. Um mês usava a AUDIT e no outro a CEF. A produção aumentou e a qualidade do serviço melhorou.

Com o advento do Plano Cruzado, aconteceu o lançamento em nível nacional dos PCs, computadores lançados no mercado nacional com incentivos aos Contabilistas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Compraram seis. Foi taxado de doido. Agradeceu por isso, uma vez que sempre andou na frente dos incrédulos. Sempre investiu na técnica e no aprimoramento dos que trabalhavam com ele: Ecilda (já falecida); Doralice; Lúcia; Clara; Meranil, e mais que isso, formou mais de 15 profissionais em Contabilidade.

Curriculum Profissional

Professor na Escola Comercial do Amapá – CCA, hoje Gabriel de Almeida Café, que formava Técnicos em Contabilidade; Instrutor de vários cursos no SENAC, no SETAT; Acadêmico de Ciências Contábeis, no Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP, de 1992 a 1995, bacharelando no grau de Contador; Professor no CEAP, na disciplina de Contabilidade, de 1997 a 2000; Professor na SEAMA, em 1999/2000, na disciplina Introdução à Contabilidade; Professor na FAMAP, de 2005/2008, na disciplina Contabilidade aplicada à Administração de Cidades, Geral e Marketing; Professor na UNIP/MACAPÁ, nas disciplinas de Contabilidade Geral, Introdução à Economia, e Matemática Aplicada.

Cargos e Funções Públicas

Presidente da Associação Comercial e Industrial do Amapá, sendo considerado imortal na galeria dos presidentes; Fundador e Presidente da AMEA – Associação de Microempresas do Amapá; Delegado do Conselho Regional de Contabilidade do Pará/Amapá; Chefe do Departamento de Pessoal do Tribunal de Justiça do Amapá, sendo Presidente o Desembargador Dôuglas Evangelista Ramos – de 1991/1994; Chefe de Gabinete do Advogado Edvaldo Souza, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, de 2003/2006; Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da Autarquia Rádio Difusora de Macapá, nomeado em janeiro de 2015; Fundador do Sindicato dos Contabilistas do Amapá, junto com Orlando Brandão, Walter Souza e outros baluartes da época.

Outras Atividades

Orador e Palestrante em Seminários, Simpósios e assemelhados; Bacharel em Direito, pelo CEAP, em 2005/2010; Fundador e várias vezes Presidente do Lions Clube de Macapá – Marco Zero do Equador, há 37 anos de militância voluntária; Governador do Distrito L 26, da Associação Internacional de Lions Clubs, no AL 1996/1997, que congrega os Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Amapá; Articulista do jornal seminário Tribuna Amapaense, sendo titular da coluna de TUDO UM POUCO, desde 2013; Radialista e comentarista da bancada jornal das 7 – 2ª hora e Amapá em Pauta, da Rádio Difusora de Macapá, sob a direção do jornalista Roberto Gato (Roberto Coelho do Nascimento); Acadêmico de Administração na FESAM / FABRAM, em Macapá, semestre 2016-1; Especialista em várias legislações correlatas à Ciência Contábil; Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Superior – CEAP/UNAMA; Pós-Graduado em Administração e Gestão Ambiental – FACINTER; Mestre Maçom Graduado nas Potências do GOB – Grande Oriente do Brasil e GLOMAP – Grande Loja do Estado do Amapá.

Leandro Alves Santarem

Nascido em 17 de julho de 1952, na cidade de Belém do Pará, filho de Raimundo Santos Santarém e Benedita Alves Santarém. Fomou-se em Técnico em Contabilidade em 1983, Bacharel em Ciências Contábeis em 2004 e Pós-Graduado em Direito Tributário em 2005.

Ex-Funcionário da Prefeitura Municipal de Macapá, exercendo a função de Auxiliar Fiscal, de 19/03/1971 a 30/10/1982, atualmente exercendo suas atividades de Empresário Contábil, com Escritório próprio na Empresa L S Assessoria Contábil, exerceu o cargo de Conselheiro no CRC/AP, período de 1994 a 1997 e de 1998 a 2001, foi Vice-Presidente Administrativo do CRC/AP, período 2014/2015, empossando como Diretor de Assuntos Legislativo e do Trabalho, no SESCAP AMAPÁ/FENACON, período de 2007 a 2010, atualmente exerce cargo de Conselheiro, com mandato até 31/12/2017, na função

de Vice-Presidente da Câmara e Fiscalização e Ética e Disciplina do CRC/AP e Conselheiro Municipal de Recursos Fiscais – CMRF, período 2015 a 2017.

Filiado ao Sindicato dos Contabilistas do Estado do Amapá em 1984, sempre participando da diretoria, trabalhando com outros colegas de classe em criar o Conselho Regional de Contabilidade do Amapá - CRC, para desmembrar do Estado do Pará, pois o Amapá era uma Delegacia do Pará, com muita articulação com o Presidente do CRC/PA, o Dr. Professor Daribergue, ele se comprometeu em ajudar a criar o CRC-AP. Em 1992, no XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade, que aconteceu no Centro de Convenções de Salvador, período de 18 à 23 de Outubro de 1992, através do Decreto Lei nº 1992, foi criado o CRC-AP, e no mesmo evento o CRC de Tocantins – TO. Em 1993, iniciaram os procedimentos para eleição da primeira diretoria do CRC-AP, um período de (04) anos, de 1994 a 1997. A diretoria alugou a primeira sede na Rua Odilardo Silva, próximo ao Canal da Mendonça Júnior, passaram uns (04) meses e mudaram para a Av. Ernestino Borges, em frente da Polícia Federal no Amapá, no bairro Jesus de Nazaré, permanecendo (10) dez anos nessa sede. A posse dos primeiros Conselheiros e Presidente do CRC/AP foi dada pelo Contador JOSÉ RODRIGUES, do CRC-PA, no dia 06 de janeiro de 1994. Foi um grande desafio para a diretoria, a busca da continuidade das atividades desenvolvidas anteriormente pelo CRC/PA, em agosto de 1994, o CRC/PA enviou o acervo do CRC-AP, onde fizeram um cadastramento dos Contadores e Técnicos do Amapá, entretanto, muitos profissionais permaneceram no CRC-PA.

Considerações Finais

Colhemos hoje os frutos de quem se dedicou a cultivar e concretizar ideais em busca de uma classe contábil valorizada e atuante, o que temos e somos atualmente é consequência da atuação de várias pessoas que se dedicaram e se dedicam diuturnamente, alguns de forma direta e outros de forma mais singela, na construção de uma contabilidade mais reconhecida pela sociedade. O resgate da memória contábil é de primordial importância para conhecermos a atuação e contribuição desses profissionais e entidades que enobrecem a contabilidade.

Observou-se que com a criação da Escola de Comércio do Amapá, em 1949, o segmento contábil começa a formar seus primeiros profissionais no então Território Federal do Amapá, sendo nomeado em 1969 o primeiro Delegado, o Contabilista Alceu Paulo Ramos. Foram seis Delegados até o CRC/AP ter musculatura suficiente para conseguir sua autonomia em 1992, pois, até então a classe contábil Amapaense era representada apenas por um Delegado nomeado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Pará.

Com a criação da Associação dos Contadores e do Sindicato na década de 80, período do início da estruturação formal da classe contábil, seus dirigentes começam a formentar os profissionais da contabilidade, a participarem dos eventos em âmbito nacional, atualizando-se e adquirindo experiências para condução das entidades representativas da profissão.

Com a transformação do Território Federal do Amapá em Estado, com a constituição de 1988 e, conseqüentemente, a constituição dos Poderes que consolidaram-se em 1992, o recém-criado Estado demandaria ainda mais a atuação dos profissionais da contabilidade, motivando no início de 1992, a oferta do Curso de graduação de Bacharelado em Ciências Contábeis pelo Centro de Ensino Superior do Amapá, nesse mesmo período, instalou-se a Fundação Universidade Federal do Amapá, focada na formação de profissionais para a educação, com a oferta dos cursos de licenciatura e pedagogia.

É no início da década de 90, acompanhando a criação e consolidação de diversas entidades públicas e privadas, e que então, em 22 de setembro de 1992, estava criado o CRC/AP, com sede e foro no Município de Macapá e sua organização foi determinada pela Resolução nº 735/92, do CFC.

Desde de sua criação em 1992, como Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, já foram nove Presidentes, contando com a atual gestão, diversos Conselheiros e Funcionários, que conduziram

e desenvolvem as atividades precípuas definidas pela lei de regência da profissão, Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) e regulamentou a profissão contábil, instituindo-se o princípio básico de que tudo o que envolve a matéria contábil constitui prerrogativa privativas de contabilista, atirbuindo aos Conselhos Regionais a competência de promover o registro, a fiscalização e o desenvolvimento profissional.

Referências

SANTOS, F. R. 1998. História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo: 1943-1970. Macapá: Ed. O Dia S. A.

AUTARQUIA. In: WIKIPÉDIA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/AmapáAcesso>> em 03 mar.2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Histórico dos Congressos Brasileiros de Contabiliade. 2. Ed. Brasilia: CFC, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm Acesso em: 20 Abr. 2016

Entrevistas

SANTARÉM, Leandro. Entrevista concedida em 24 de Abril de 2016. Macapá, AP, 2016.

RAMOS, José. Entrevista concedida em 03 de Março de 2016. Macapá, AP, 2016.

FREITAS, Juracy. Entrevista concedida em 10 de Maio de 2016. Macapá, AP, 2016.

SOUZA, Bernardo. Entrevista concedida em 15 de Junho de 2016. Macapá, AP, 2016.

Evolução do Pensamento Contábil no Estado da Bahia



Antonio Carlos Ribeiro da Silva
Wilson Thomé Sardinha Martins

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade da Bahia

Artigo apresentado ao Conselho Regional de Contabilidade da
Bahia para participação do Concurso Prêmio Resgate da Memória
Contábil nos Estados.

Sumário

Resumo	4
1. Introdução	4
2. Importância do Estudo da História	5
3. Principais fatos cronológicos que marcam a história da contabilidade na Bahia	6
4. O Ensino Contábil na Bahia	8
5. Retrospectiva Histórica do Conselho de Contabilidade da Bahia	18
5.1 Receita.....	20
5.2 Do Registro Profissional	20
5.3 Carteira Profissional	20
5.4 Da anuidade devida aos conselhos regionais	21
5.5 Os Presidentes	21
5.6 Congresso Brasileiro de Contabilidade	22
5.6.1 9º Congresso Brasileiro de Contabilidade	22
5.6.2 14º Congresso Brasileiro de Contabilidade.....	22
5.6.3 Medalha do Mérito Contábil João Lyra	23
6. Os Sindicatos de Contabilidade da Bahia	23
6.1 SINDICONTA – Sindicato dos Contabilistas do Estado da Bahia	23
6.2 SINDICONTASUL – Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do sul do Estado da Bahia.....	24
6.3 SINCONTEC – Sindicato de Contadores e Técnicos em Contabilidade	26
6.4 CDEC – Câmara de Dirigentes de Empresas de Contabilidade do Estado da Bahia.	26
6.5 SESCAP-BA – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia.....	27
6.6 SINCONT – Sindicato dos Contabilistas de Feira de Santana	27
6.7 SICONDESC – Sindicato das Empresas de Contabilidade e Contabilistas da Carta do Descobrimento.....	28
7. Vultos que marcaram a história da contabilidade baiana	28
8. Principais autores de contabilidade baiana na contemporaneidade	30
9. Curiosidades	32
Considerações finais	33
Limitação da Pesquisa	34
Referências	34

Resumo

O presente artigo tem como objetivo estudar a evolução do pensamento contábil no estado da Bahia nas mais variadas épocas, abrindo no presente as portas do passado, iluminando os caminhos futuros. A metodologia empregada na presente investigação foi coleta dos dados, na qual se apoiou em entrevistas com alguns representantes de sindicato, conselho de contabilidade, professores reconhecidos no estado da Bahia pelo trabalho de pesquisa desenvolvidos e análise documental através de resoluções, pareceres, editais expedidos pelo MEC-SEU, relativos ao Curso de Ciências Contábeis do estado da Bahia. A problemática dessa pesquisa teve o seguinte questionamento: Como ocorreu a evolução do pensamento contábil na Bahia, desde a chegada dos portugueses ao Brasil até os dias atuais? Os resultados obtidos foi um resgate desde a chegada dos portugueses com um pensar cronológico de datas marcantes na história da contabilidade baiana com reflexos na contabilidade brasileira. Na área do ensino foi realizada uma retrospectiva do ensino comercial baiano. A história dos sindicatos e do Conselho Regional de Contabilidade. Ao concluir o artigo foi apresentado algumas curiosidades na área contábil na Bahia. O resgate histórico proporciona um despertar para entender que a nossa ciência passou por processos evolutivos.

1. Introdução

A maioria dos leitores ao pegar um livro de história sempre faz a seguinte indagação: para que serve estudar História? A História é uma ciência que estuda o passado da humanidade. O objetivo da história é responder a perguntas como: o que realmente aconteceu no passado? Porque aconteceu de uma maneira e não de outra?

A História é a ciência que nos permite conhecer o nosso passado, entender bem o nosso presente, para transformá-lo em um futuro melhor. Ao escrever sobre história nos reporta ao prazer de uma grande viagem através dos tempos, percorrendo as mais variadas épocas e momentos, avaliando os diferentes estágios, estagnação, progresso e retrocesso.

A presente investigação tem como objetivo estudar a evolução do pensamento contábil no estado da Bahia nas mais variadas épocas, abrindo no presente as portas do passado, iluminando os caminhos futuros. Cabe à contabilidade do presente a responsabilidade de entender o passado, servindo de exemplo para não se repetir erros e reforçar os acertos e aprimorá-los.

A contabilidade como hoje a conhecemos, não apareceu assim de um dia para o outro. Pelo contrário, é fruto de uma longa evolução, tendo passado por períodos marcadamente diferentes. Para realizarmos essa viagem no túnel do tempo realizamos pesquisa bibliográfica que de acordo com SILVA (2010, p. 54) “essa pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, etc” e, dessa forma, recorreremos a escritos passados, livros, revistas, dissertações e teses. Foi realizada também pesquisa documental que, no dizer de SILVA (2010), utiliza-se de material que ainda não recebeu tratamento analítico, que foram realizadas leituras de atas, ofícios, resoluções e relatos nas associações de classe e conselho de contabilidade.

Para essa pesquisa foi organizada uma trajetória metodológica em consonância com os métodos de pesquisa em Ciências Sociais, os quais permitem caracterizá-los segundo a sua natureza, como exploratória na sua predominância. GIL (1996, p.45) afirma que “Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica” As pesquisas bibliográficas exploratórias buscam oferecer uma visão preliminar sobre um determinado fenômeno e constituem-se na primeira fase de uma investigação mais profunda.

Esta pesquisa enquadra-se no âmbito da pesquisa social, pois tem como objetivo básico estudar a evolução do pensamento contábil no estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que foi delimitado o campo de ação. O âmbito de atuação da pesquisa será o Estado da Bahia.

Segundo LEITE (1978): “O primeiro passo na busca da verdade almejada consiste na delimi-

tação do universo ou população a ser pesquisada. O importante é compreender que essa delimitação deve ser feita de modo racional, com base na disponibilidade ou obtenibilidade de dados ou com fundamento nos objetivos e nos custos de execução da pesquisa”.

Quanto à metodologia empregada na coleta dos dados, esta se apoiou em entrevistas com alguns representantes de sindicato, conselho de contabilidade, professores reconhecidos no estado da Bahia pelo trabalho de pesquisa desenvolvidos e análise documental através de resoluções, pareceres, editais expedidos pelo MEC-SESU, relativos ao Curso de Ciências Contábeis do estado da Bahia.

O Estudo da evolução histórica da Contabilidade nos permite conhecer os seus principais fundamentos e a indicação de sua evolução nos diversos períodos, por certo, será de grande valia para os estudiosos, pesquisadores, cientistas e usuários da Contabilidade, conhecerem a evolução do pensamento contábil no estado da Bahia. Mediante o exposto, essa pesquisa teve o seguinte questionamento: **Como ocorreu a evolução do pensamento contábil na Bahia, desde a chegada dos portugueses ao Brasil até os dias atuais?**

Essa pesquisa foi estruturada tomando por base a chegada dos portugueses ao Brasil que desembarcaram em terras brasileiras, no estado da Bahia. Na caravana veio Pero Vaz de Caminha, que não era escrivo, era um contador. Sua função era ser o contador que registraria as operações contábeis do posto comercial que Cabral instalaria na Índia.

2. Importância do Estudo da História

Acredita-se que a falta de uma maior valorização social da Contabilidade se deve ao retardamento de nossos avanços científicos, em razão de darmos tanta ênfase aos registros e à informação, em detrimento de interpretar os fatos, o percurso de vida da riqueza e o seu comportamento.

Bem afirma Lopes Sá (1997) que a objetividade histórica não se contenta com a simples narração, sendo necessário penetrar nas intenções que levaram os pensadores, os clássicos, a produzirem suas teorias e defenderem suas posições.

Para Klein (1934), História da Contabilidade “é a ciência que estuda os registros, atos e fatos, métodos e doutrinas contábeis, econômicas e administrativas, através da evolução das sociedades humanas e dos seus patrimônios.” Outra definição da História da Contabilidade seria a ciência que estuda o registro dos atos e fatos econômicos e administrativos através da evolução das sociedades humanas.

Estudar a História da Contabilidade é entender o atual estágio de desenvolvimento da ciência e perceber que a sua existência sempre marcou satisfazer às necessidades de controle que as sociedades humanas têm em relação aos meios de subsistência.

Um dos grandes teóricos da Contabilidade citado por Oliveira(2003), Kenneth Most, afirma que os arqueólogos com frequência descobrem evidências da presença de algum tipo de contabilidade na maioria das civilizações antigas. Há fortes indícios de que tanto a escrita quanto a aritmética tiveram suas origens na necessidade de manter registros, o que deve ter ocorrido no momento da transição do ser humano, em sua forma básica de subsistência e conseqüente organização social. A História da Contabilidade abrange milênios, sempre participando das diversas modificações sobre a geração e o uso da riqueza e dos recursos técnicos para registros.

A História da Contabilidade nos mostra que nossa cultura deriva quase inteiramente de outras culturas. A História tem também como objetivo ressaltar o fato de que a humanidade tem dado seus maiores passos intelectuais e sociais nos vários períodos de sua existência.

Ludícibus(1993) diz sobre História da Contabilidade que a mesma é tão antiga quanto o homem que pensa e se quisermos ser pessimistas, é tão antiga quanto o homem que conta e que é capaz de simbolizar os objetos e seres do mundo por meio da escrita, que nas línguas primitivas tomava, em muitos casos, feição pictórica.

A História do desenvolvimento da contabilidade, assim como de toda a sociedade, move-se no tempo em um sentido único. Ao estudarmos a história, devemos observar o problema cronológico, bem como proceder a uma análise histórica sem conceber os estritos laços que unem a história e o espaço.

McWatters apud Schmidt (1996) informa que “a história da Contabilidade trabalha sobre o entendimento dos fatores sociais e econômicos que influenciaram o desenvolvimento da Contabilidade e que são fundamentais para modelar o futuro.”

Cosenza (2002) comenta que a história da Contabilidade tem sua gênese concomitantemente ao próprio nascimento da humanidade. Acredita-se que a prática contábil sempre esteve presente no seio das primeiras sociedades humanas, embora estas tenham sido diferenciadas umas das outras, principalmente no seu aspecto econômico. Nos primórdios da civilização humana, as primeiras manifestações contábeis ocorrem com o registro da conta, ainda que não cientificamente fundamentado.

D`Auria (1929) afirma que a Contabilidade nasceu com as relações econômicas entre os homens. Logo que o homem começou a permutar os bens de uso, e tendo, “*ipso facto*”, surgido as relações de crédito, eis que a contabilidade se tornou companheira inseparável dessa primeira conquista da civilização. Crédito é relação de direito e o direito é uma das primeiras manifestações da civilização. O crédito não pode andar separado da contabilidade.

A Importância do estudo histórico da Contabilidade poderá se justificar comungando com as ideias de Previts et al (1990), que diz:

1. uma profissão edificada por muitos séculos deve educar seus membros para apreciar suas heranças intelectuais;
2. a importância dos avanços ocorridos no pensamento e as principais contribuições para a literatura podem estar perdidos, fragmentados ou inadequadamente reconhecidos;
3. sem acesso à análise e interpretação do desenvolvimento da prática e do pensamento contábil, empiristas de hoje arriscam-se em fundamentar suas investigações em conhecimentos incompletos e injustificáveis do passado.

Rossi *apud* Klein (1934) ao afirmar do valor de escrevermos sobre a História da Contabilidade diz “Uma cultura contábil só será completa quando se investigar a origem e o desenvolvimento da ciência das contas”. Ao estudarmos a História da Contabilidade nos reporta a necessidade de conhecer e participar de seu presente, para que possamos preparar o futuro. Sem passado não haverá futuro.

Ao estudar a história passada, facilita-se a compreensão do presente e podem ser feitas projeções futuras. Ao pesquisar sobre a história da Contabilidade, entende-se o atual cenário da contabilidade. Assim sendo, far-se-á a seguir relatos da evolução da história da contabilidade no estado da Bahia.

3. Principais fatos cronológicos que marcam a história da contabilidade na Bahia

Em **1548**, é criada a Primeira Repartição Fiscal do Brasil por Tomé de Souza então Governador da Bahia. De extrema importância para a classe contábil foi a vinda de GASPAR LAMEGO, em “**1549**, Contador da Bahia de Todos os Santos e das Terras do Brasil, nomeado em 05 de janeiro de 1549” (RODRIGUES, 1989, p. 17). Ele foi o primeiro contador do Brasil. Para ratificar tal produção intelectual na RBC, Venosa (1951, p. 19) escreve: “Parece, portanto, que o primeiro Contador aportado no Brasil, em 1549, com Tomé de Souza foi Gaspar Lamego.” Vale ressaltar que Lamego não foi o primeiro a aportar e sim o primeiro contador registrado.

Em 15 de julho de **1679**, consta na Carta Régia, autorização para a construção da “Casa dos Contos”.

Em 8 de março de **1694**, foi criada a Casa da Moeda na Bahia e, alguns anos depois, em **1698**, transferida para o Rio de Janeiro; acredita-se que funcionava como os bancos que se conhece nos dias atuais.

Em **1809**, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, cria a aula pública de Comércio.

Em **1810**, foi instalada a Aula de Comércio, sendo nomeado o Professor Genuino Barbosa Bettano que ficou nos registros como o primeiro professor oficial de Contabilidade da Bahia.

Em **1812**, abriu-se concurso para as Aulas de Comércio e se estabeleceram na Bahia e em Pernambuco.

Em **1813**, provável início do funcionamento da Aula de Comércio na Bahia e em Pernambuco.

Em **1815**, é apresentado por Eusébio Venério um “Plano de uma aula de Comércio “Theorica e Practica”, para a educação da mocidade, que se quiser empregar no Comércio, nesta cidade da Bahia”.

Em **1825**, com o Decreto de 29/08/1825 cria o cargo de Guarda-Livros na Alfândega da Bahia.

Em **1834**, existem registros de funcionamento da Aula de Comércio na Bahia.

Em **1842**, a direção do Curso de Comércio do Liceu Provincial da Bahia, incluiu no currículo de ensino, desse estabelecimento, no 3º. Ano, as disciplinas de Contabilidade Comercial, Financeira e dos Banqueiros e Escrituração Simples e Dobrada.

Em **1846**, foi criado o Curso de Contabilidade por Partidas Dobradas, na Associação Comercial da Bahia.

Em **1905** é criada a Escola Comercial da Bahia.

Em **1908**, colaram grau os 29 primeiros graduados em comércio e fazenda, no salão nobre da Associação Comercial da Bahia.

Em **1931**, o diário oficial da União datado de 09/07, publicou o Decreto nº 20.158 de 30/06/1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de Contador. Na Bahia foram feitas alguns ajustes nos currículos dos cursos existentes na época para atender a legislação aprovada.

Em **1940**, o Decreto-Lei nº 2.416 instituiu normas para a elaboração da Contabilidade dos Estados e Municípios, determinando um modelo padrão de balanço para entidades públicas e a Bahia foi signatária destas orientações.

Em **1943**, aconteceu a publicação do livro “Contabilidade Agrícola e Pastoril”, do ilustre baiano Júlio Braga de Almeida.

Em **1946**, através do Decreto-lei 9295 foi criado o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia.

Em **1951**, surge a primeira Revista Bahiana de Contabilidade idealizada pelo Professor Contador Pedro Dantas Pina.

Em **1973**, a Bahia sediou o IX Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Em **1992**, a Bahia sediou o XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade

Em **1997**, ocorre a criação do primeiro Mestrado em Contabilidade do norte e nordeste pela Fundação Visconde de Cairu - FVC e a realização do primeiro Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino -Prolatino, idealizado pelo Prof. Dr. Antonio Lopes de Sá, que foi também professor da FVC.

Em **2005**, foi realizado na Bahia o Seminário Interamericano de Contabilidade da Associação Interamericana de Contabilidade -AIC.

Em **2013**, assumiu a vice-prefeitura de Salvador a Contadora Célia Oliveira de Jesus Sacramento. E foi realizado XII Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino em Porto Seguro Bahia, com apoio do Conselho Federal de Contabilidade e Conselho Regional de Contabilidade da Bahia.

Em **2014**, toma posse como Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia o contador Inaldo da Paixão Araújo.

4. O Ensino Contábil na Bahia

O primeiro estabelecimento de ensino de Contabilidade da Bahia que se tem registro foi o curso Comercial, anexo ao Ginásio da Bahia, criado em 1895 e extinto em 1904.

A Bahia, no início do século XX, também foi palco para a história da Contabilidade, pois no dia 07 de fevereiro de 1905, na sede da Associação Comercial da Bahia, foi criada a **Escola Commercial da Bahia**. Estavam presentes Ilustríssimos Sr. Comendador José Alves Ferreira, o Presidente da Diretoria da Associação Comercial, o Ilustríssimo Sr. José Maria Ferreira Franco, o Diretor do serviço interno e outros membros da Diretoria. A mesa foi assim composta:

- Presidente José Alves Ferreira;
- Secretário Dr. Lino Meirelles da Silva e José Gregório Ferreira do Amaral.

Nessa reunião, Domingos Silvino Marques, um dos fundadores da escola comercial e o primeiro diretor; ao invés de apresentar um projeto de estatutos, resolveu apresentar um projeto da organização técnica e econômica como segue, Livro de Ata (1905 *apud* SILVA, 2001, p. 57):

A Escola Commercial da Bahia tem por fim proporcionar educação e instrução às pessoas que se destinam à profissão commercial, habilitando-as a exercerem proficientemente as diferentes funções do tirocínio Commercial, bem como as de qualquer emprego de fazenda, repartição publica, ou administração. O seu Curso, compreendendo línguas e sciencias, será pratico e intuitivo, independente de qualquer esforço dos alumnos, dos quaes poder-se-há garantir o aproveitamento sólido e real, mediante a freqüência e assiduidade nas aulas, condição esta rigorosamente exigida para a proficuidade do methodo de ensino.

Fonte: ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA. Faculdade de Ciências Econômicas. Salvador: VirtuteEspiritus, 1957. v.4



**Cel. Domingos Silvino Marques,
fundador da Escola Commercial
da Bahia**

O capital inicialmente empregado foi originário dos sócios, através de doações de joias e outros donativos. Dez sócios, das mais diversas profissões, formaram essa escola. Conforme Ata de constituição da escola (1905), a administração econômica foi formada por um Diretor ou Conselho Administrativo. A estrutura administrativa ficou assim constituída: assembleia geral, Presidente, um secretário e um tesoureiro e composta pelos sócios escolhidos através de eleição. Nessa mesma sessão, o apresentador do projeto sugeriu a formação do corpo administrativo e, por sugestão do Ilustríssimo Dr. Guilherme da Conceição Foepel, foi realizada a eleição, com aprovação dos presentes. A mesa da assembleia geral estava composta pelo Presidente Sr. Francisco José Rodrigues Pedreira, dois secretários, sendo o primeiro Lourenço Costa, o segundo Antônio da Costa Lino e o Conselho Administrativo formado por onze sócios, os que exerceram o mandato durante quatro anos com direito à reeleição.

A primeira sessão do Conselho Administrativo foi realizada em 09/09/05, na sede localizada na Rua Chile, n.º 19. As demais reuniões ordinárias seriam mensais. A congregação era constituída pelo corpo docente da instituição com um Diretor para presidi-la sendo que suas reuniões ordinárias eram anuais. De acordo com a ata (1905), a escola foi inaugurada no dia 12 de março de 1905 e teve como objetivo capacitar profissionais para exercerem as funções de peritos, consultores, funcionários públicos entre outros cargos, e as disciplinas oferecidas tinham esse objetivo. De acordo com o Art. I (1905, p. 3-4) dos Estatutos da escola, uma instituição de ensino técnico:

A Escola compreenderá:

- Um curso commercial, distribuído de acordo com o Decreto Federal n. 1.339, de 9 de Janeiro de 1905;
- Um museu;
- Laboratórios;
- Uma biblioteca.

Art. 2. O curso da Escola Commercial será de cinco annos, assim divididos:

- Curso geral destinado à formação de empregados do commercio e guarda-livros;
- Curso superior, destinado à formação de empregados de bancos, do alto commercio e indústria.

A cadeira de **ESCRITURAÇÃO E CONTABILIDADE MERCANTIL** compreendeu, não só a escrituração comercial como a adotada nas repartições públicas. O curso geral preparou auxiliares do comércio, comerciantes e empregados da Fazenda Federal. O curso superior foi o complemento do curso geral, que capacitou os alunos para os cargos consulares, funcionários do Ministério Exterior, Actuários de Companhias de Seguros e chefes de Contabilidade de bancos e companhias.

A Escola Commercial da Bahia com menos de um ano de existência, tornou-se fundação através da Lei n.º 1.423 de 27/11/1905, e passou a ter as vantagens da Lei n. 1.339 de 9 de janeiro do mesmo ano, e, também, foi regida pela legislação estadual n. 819 de 10 de agosto de 1910, que a tornou de utilidade pública ao Estado. A partir dessa data, seus diplomas foram reconhecidos como de caráter oficial. Nesse período, possuía os seguintes cursos:

- O Curso de Adaptação - habilitava os alunos para o curso geral;
- O Curso Geral – preparava-os para exercerem as funções de guarda-livros, perito judicial, empregado da fazenda;
- O Curso Superior – Habilitava-os para os cargos de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, actuários de companhias de seguros, chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas comerciais ou industriais.

De acordo com Guimarães (1956, p. 81):

Em data de 27 de dezembro de 1908, a Escola de Comércio da Bahia graduava, em Comércio e Fazenda a primeira turma, constituída de 29 alunos e, em dezembro de 1910 a de bacharéis em Comércio em número de 17.

Em 05/04/1911, devido à necessidade de expansão, foi realizada uma sessão extraordinária para tratar da aquisição de um prédio (o imóvel utilizado até então era alugado) resolvendo-se por adquirir uma nova sede na Praça 13 de Maio, na Piedade. Em junho desse mesmo ano, a escola começou a funcionar no seu novo endereço.

Alguns anos depois, de acordo com o livro de ata nº 1, nessa sessão foi posta em discussão a proposta da congregação, que tinha sido aprovada por unanimidade em dezembro do ano anterior, os itens que deveriam constar da escritura da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia:

‘A Escola Commercial da Bahia, tomará a denominação de Faculdade de ScienciaEconomicas da Bahia e [...] passará a constituir, por cessão irrevogável dos direitos dos actualis sócios, a Faculdade de ScienciasEconomicas da Bahia, na forma da legislação em vigor’ [...].

Para acompanhar as mudanças ao longo da história, Silva (2001, p. 60 grifo do autor) complementa que:

Em 20 de julho de 1934 a Escola Comercial da Bahia foi transformada na Fundação Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, conforme escritura pública lavrada nas Atas do tabelião Guilherme Marback. Neste período a Faculdade era responsável pelos cursos superiores de Contabilidade e Economia, além de cursos profissionalizantes de nível médio.

Em 01 de janeiro de 1937, foi aprovado pela Congregação o regimento da Faculdade de ScienciaEconomicas da Bahia, instituição de ensino superior que sucedeu a Escola Commercial da Bahia. Essa escola foi regulamentada pela legislação federal do Ensino Comercial e Econômico e o que determinou o Decreto n. 20.158 de 30 de junho de 1931, o qual organizou o ensino comercial. De acordo com o regulamento, a faculdade seria dirigida e administrada pelos órgãos da Congregação; do Conselho Administrativo; do Conselho Técnico; e Diretor. Os cursos oferecidos por essa instituição foram: Curso Propedêutico; Curso Técnico de Perito-contador e curso superior de Administração e Finanças e, caso houvesse necessidade, poderia ampliar sua oferta de acordo com o mesmo Decreto. O ano letivo compreendeu o período de 1º de março a 30 de novembro.

Em 28 de dezembro de 1943, o Decreto-Lei n. 6.141 surge com a finalidade de organizar o ensino comercial de segundo grau, sendo desdobrado em três categorias:

- **Cursos de Formação** – curso básico com duração de quatro anos com finalidade de manter os elementos gerais e fundamentais do ensino comercial;
- **Curso de Continuação** – composto de cinco cursos comerciais técnicos com duração de três anos: comércio e propaganda; administração; contabilidade; estatística; e secretariado.
- **Curso de Aperfeiçoamento** – destinado a ampliar os conhecimentos e capacidades técnicas dos profissionais possuidores de diploma.

Com esse decreto, surgiram dois tipos de estabelecimentos de ensino comercial: o primeiro denominado de escola comercial, com a finalidade de ministrar o curso básico; e o segundo denominado de escolas técnicas de comércio, destinadas aos cursos técnicos, podendo, também, ministrar o curso

básico. Os alunos formados pelo curso básico receberiam o diploma de auxiliar de escritório e os do curso técnico, o diploma de técnico em comércio e propagandas, assistente de administração, guarda-livros, estatístico ou secretário. Os estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos e equiparados seriam mantidos e de responsabilidade da União, e inspecionados pelo Ministério da Educação.

Conforme Silva (2001, p. 60, grifo do autor) “Em 28 de dezembro de 1943, foi criada a **Escola Técnica do Comércio**, anexa à Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, conforme Decreto-lei nº 6.141.” Percebe-se que em obediência ao Decreto, a Faculdade de Ciências Econômicas não mais poderia abrigar os cursos técnicos, surgindo, assim, uma nova instituição de ensino anexa à primeira, para dar possibilidade à continuação dos cursos que vêm desde a **Escola Commercial da Bahia**. E segundo Martins (1996, p. 280):

Quando a Faculdade de Ciências Econômicas foi federalizada, expedia, também, diploma de nível médio com a seguinte intitulação: Escola Técnica de Comércio Anexa à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia. O Curso médio era denominado de Técnico em Contabilidade, criado pelo Decreto-Lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943.

De acordo com o Estatuto da FVC, em seu capítulo I que trata dos fins e administração em seu artigo primeiro (BAHIA, 1947, p. 2499, grifo nosso):

- Art. 1.º - A Fundação Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, instituída pela Sociedade Civil Escola Comercial da Bahia, por escritura pública de 20 de Julho de 1934, com o fim de promover o ensino econômico e comercial em seus diversos graus e modalidades, **passará a denominar-se ‘FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRÚ’**, conservando inalterado o seu objetivo.
- Art. 2.º - Para a consecução dos seus fins, a Fundação continuará a manter uma Faculdade, onde se professarão os cursos superiores e, **anexa a esta ou dela independente**, conforme as circunstâncias tornarem mais conveniente, uma **Escola de Comércio** destinada ao ensino de grau médio; as quais gozarão de completa autonomia científica, didática e disciplinar.

Percebe-se que a Escola Comercial da Bahia criou a Fundação, a qual, neste momento teve sua razão social alterada, e a mesma não possuía nenhum patrimônio conforme consta do estatuto da mesma, embora constasse na ata a cessão dos bens da Escola Comercial em favor da Fundação. Acredita-se que essa doação não tenha sido registrada em cartório e por isso, alguns anos depois, essa instituição perderia o direito de funcionar no mesmo prédio da Faculdade, como mostra parecer jurídico mais adiante.

O Decreto-Lei n. 9.155 de 8 de abril de 1946, que criou a Universidade da Bahia, dentre vários estabelecimentos de ensino superior, em seu Art. 2.º, incorporou a Faculdade de Ciências Econômicas que mantinha vários cursos técnicos, além do curso superior, e de acordo com o livro de ata n.º 02 (1942, p. 65) foi formado o “quadro novo de professores, decorrente da Instalação da Faculdade de Ciências Econômicas como unidade da Universidade.” No mesmo documento, em 21/04/47, a Fundação Visconde de Cairu, mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola Técnica de Comércio da Bahia que era anexa à mesma faculdade, instala seu Conselho Administrativo em 08/04/1949 em sessão realizada no salão nobre da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia.” A FVC era mantida pela Escola técnica do Comércio, Estatística e o curso de Secretariado.

De acordo com o livro de termo de posse, até o ano de 1953 podia-se encontrar a expressão **Escola Técnica de Comércio da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia**, e, a partir deste ano, precisamente em 01 de julho de 1954 passou para **Escola Técnica de Comércio da Fundação Visconde de Cairu**. Percebe-se que essa Escola permaneceu anexa à Faculdade até o ano de 1953, aproximadamente, passando, a partir desta data, a ser anexa à Fundação.

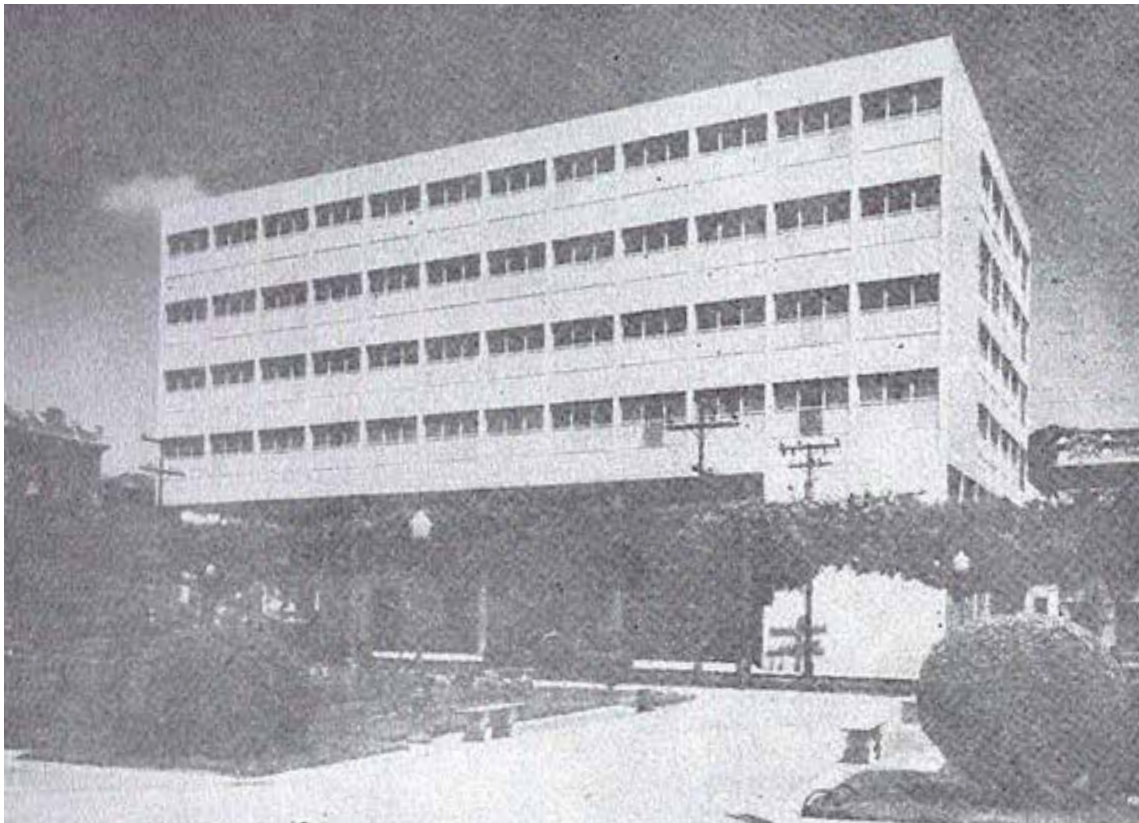
Em 05 e 8 de maio de 1953, foi publicado no Diário Oficial do Estado o edital de demolição e construção da primeira parte do novo prédio da Faculdade de Ciências Econômicas. Silva (2001, p. 60) relata que “ Em 05 de julho de 1953, na gestão do Prof. João Caldas Coni, teve início a demolição do prédio para a construção de uma nova sede da Faculdade de Ciências Econômicas, sendo inaugurado o novo prédio em 30 de junho de 1956.” Essa construção ocorreu em duas etapas, sendo a segunda iniciada em 26 de junho de 1954 para conclusão do prédio. Martins (1996, p. 289) ainda pontua que:

Conforme ata da sessão realizada em 27 de julho de 1956, o novo prédio, ficaria ocupado:

- a) a Faculdade funcionando no 5º andar;
- b) a Escola de Comércio no 3º andar;
- c) o Instituto de Economia e Finanças em 5 salas do 4º andar.

A foto a seguir apresenta como ficou o prédio da faculdade após reforma.

Fonte: ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA. **Faculdade de Ciências Econômicas**. Salvador: VirtuteEspiritus, 1957, 4



Edifício Novo da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia

Em 16/05/1963, conforme ata da 22ª sessão do Conselho Deliberativo da FVC (1963), ocorreu a reunião no Palácio da Reitoria da Universidade da Bahia, convocada pela Diretoria da Instituição, para tratar de acontecimentos lamentáveis que ocorreram entre os estudantes da Universidade e da Fundação. Havia uma inquietação dos alunos do curso superior da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia que reivindicavam exclusividade, exigindo a transferência dos estudantes da FVC para outro imóvel. Houve inclusive, embates corporais entre os discentes das duas unidades, sendo necessária a intervenção dos professores para contornar tais incidentes.

Após o conflito, foi constituída uma comissão composta pelo professor Osvaldo Gordilho e mais dois outros da escola a fim de acharem uma solução para o problema.

No dia 24 de maio de 1963, conforme ata da 23ª reunião do Conselho deliberativo da FVC, essa instituição tomou conhecimento do parecer jurídico emitido por Lafayette Pondé, professor da Faculdade de Direito que deixa claro que a FVC tem plenos direitos de manter os seus cursos na referida instalação com total autonomia.

De acordo com o que declara a própria instituição, a FVC, de caráter civil, foi constituída para manter a Escola Comercial e, por iniciativa, criou o curso superior de Economia, mantido por subvenção concedida pelo então Governador Juracy Magalhães, conforme Decreto-Lei n. 9.473 de 22 de abril de 1943. E de acordo com a ata (1963, p. 56):

Ainda no curso de sua vida, surge uma legislação federal que possibilitou a transformação do curso superior de economia, na época criado e mantido pela Fundação, em federalizado, mediante a fórmula da Universidade construir no terreno patrimônio da Fundação, o Edifício para a futura Faculdade, desde que, conforme convencionado, fossem asseguradas à Fundação instalações 'adequadas', no mesmo Edifício à Praça 13 de Maio. E assim tudo foi realizado, sendo que, a esta altura, neste prédio à praça 13 de Maio, mantém a Fundação os seus três cursos: Escola Técnica de Comércio, à Escola Superior de Estatística e o Curso de Secretariado, necessitando todos os três cursos, cerca de 900 alunos, enquanto a Faculdade Superior de Ciências Econômicas, com seus cerca de 180 alunos, também instalada neste Edifício.

O teor do convênio firmado entre a Fundação e a Universidade era que a mesma lhes asseguraria instalações adequadas ao seu funcionamento, pois quando houve a federalização, o patrimônio foi incorporado à União.

A primeira reunião do Conselho Administrativo foi realizada na nova sede localizada na Rua do Salete, n.º 50, Barris, e essa reunião teve como principal assunto o encerramento da concorrência para construção das doze salas de aulas. Esse imóvel situado nos Barris foi desapropriado em 17/01/1956 e forampagos à proprietária, Dona Carmem Ballalai de Carvalho Marback e outros, a importância de Cr\$ 40.000.000 (quarenta milhões de cruzeiros) e foi declarado de utilidade pública de acordo com Decreto n.º 53.323 de 18/12/1955 expedido pelo Governo Federal e publicado no Diário Oficial da União sessão 1, folhas 10.797 a 10.798 de 20/12/1963, para efeito de desapropriação para ser destinado a instalação e funcionamento da Escola Técnica de Comércio, mantida pela FVC. O imóvel foi registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas desta Capital, sob n.º 17.056 e 17.057 livro 3. Parte desse imóvel foi subsidiado pelo Governo da União, para que o imóvel em que funcionava a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia passasse a pertencer à mesma e desobrigando-a de quaisquer compromissos decorrentes da cessão do terreno da antiga Escola do Comercio da FVC, onde foi construído o prédio da Universidade.

Após a separação e a compra do prédio da FVC o mesmo ficou como apresentado a foto a seguir.

Fonte: ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DA BAHIA.
Faculdade de Ciências Econômicas. Salvador:
VirtuteEspiritus, 1957



**Prédio da Fundação Visconde de
Cairu após reforma.**

Em 1964, foi encaminhado ao Ministério da Educação o processo para autorização do funcionamento do **Curso de Ciências Contábeis** sob n.º 241.358/64, e sua legalização ocorreu junto ao Ministério da Educação e Cultura, sob. n.º 4.386/65 do protocolo do Ministério da Educação e Cultura (MEC), tendo o professor Manoel Orlando Ferreira emitido parecer favorável à constituição. No dia 1º de março, foi realizado o primeiro vestibular e os alunos, aprovados em assembleia geral realizada do dia 14 do corrente conforme artigo 3º, livro de ata (1963, p. 1) “Fica constituída a Faculdade de Ciências Contábeis, destinada a formação de profissionais contabilistas de grau superior, na forma da legislação nacional de ensino.”

Oswaldo Velloso Gordilho foi o idealizador da Faculdade de Ciências Contábeis e na reunião de 28 de fevereiro de 1966, às 20 horas no Salão Silvino Marques, na comemoração dos sessenta anos de existência desta Instituição a ideia foi aceita e aprovada por todos os presentes que ficaram bastante entusiasmados.

Os novos Estatutos da Fundação foram publicados em 24 de março de 1966 no Diário Oficial do Estado, e registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos de D. Alice Dulton da Silveira, no Livro n.º 4 n.º 33.319 em 22/03/1966.

Conforme consta do seu estatuto (1966, p. 21):

Artigo 3.º - Fica constituída a Faculdade de Ciências Contábeis, destinada à Formação de profissionais contabilistas de grau superior, na forma da legislação nacional de ensino.

[...] Artigo 5.º - Fica criado o Instituto de Cultura Técnico Profissional, através do qual a Fundação promoverá a ampliação de suas atividades no campo do ensino e da pesquisa, mediante a realização de cursos intensivos, de pós-graduação, de aprendizagem e aperfeiçoamento de ofício e técnicas de trabalho, podendo prestar serviço, técnico-administrativo, mediante convênio.

As disciplinas que compuseram o primeiro ano do curso e seus respectivos docentes foram:

- Matemática – Professor Frederico Paulo Vieira;
- Estatística – Professor Osvaldo Jeronimo Luz;
- Contabilidade geral – Professor Durval Coutos Fernandes;
- Economia – Professor João Alves dos Santos.

As aulas tiveram início no dia 15 de março, sendo a aula inaugural proferida pelo professor Manoel Orlando Ferreira, Técnico do Conselho Nacional de Educação.

A primeira reunião de professores ocorreu no dia 11 de junho de 1966, com os professores do primeiro ano, e teve como objetivo verificar o andamento do curso.

Em 05 de julho de 1972, foi reconhecida a Faculdade de Ciências Contábeis através do Decreto n.º 70.799 que, conforme Art. 1º, diz: “ É concedido reconhecimento da Faculdade de Ciências Contábeis, mantida pela Fundação Visconde de Cairu, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.”

A primeira turma de Ciências Contábeis colou grau em 4/12/1969, às 21 horas, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, cujo reitor era o professor Roberto Santos e o governador Luiz Viana Filho. Colaram grau 29 alunos com solenidade. No dia 10/12/1969, 7 alunos colaram grau sem solenidade. Dos 38 alunos que concluíram o curso, apenas um não recebeu o diploma, sendo o total de 37 diplomados na primeira turma.

De acordo com a Portaria n. 18/73 do senhor delegado Regional do MEC-DR-8 e do ofício n. 210/73/DR-8, também do senhor delegado do MEC-DR-8, foi feita a visita pelo inspetor de ensino.

Conforme Silva (2001, p. 61), a FVC até “[...] 1972, manteve a Escola Superior de Estatística da Bahia que, posteriormente, tornou-se autônoma.”

Mais tarde, surgiram o Centro Integrado de Ensino Médio e Profissional e o Centro de Pós-graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (CEPPEV) de acordo com a Portaria n.º 04/94 de 16 de dezembro de 1994, como uma extensão do curso de graduação, tendo como objetivo a implantação de atividade de pesquisa com o intuito, de mais tarde, implantar um curso de Mestrado em Ciências Contábeis no prazo de cento e oitenta dias. O colegiado foi composto por sete membros que mais tarde elegeu a coordenação geral, ambos com mandato de dois anos, e o primeiro curso *lato-sensu* o de Auditoria Empresarial, sendo a primeira turma formada por oitenta e dois alunos. As aulas tiveram início em março do mesmo ano.

Da primeira turma, que teve duração de um ano, sendo finalizada em março de 1995, foram diplomados sessenta e um alunos. O Diretor na época era Walter Crispim da Silva e o Presidente, o professor Divaldo de Oliveira Marques.

Após incansável batalha em busca da qualificação profissional, em 26 de novembro de 1996, surgiu o curso *stricto-sensu* (Mestrado em Contabilidade), com três áreas de concentração: Sistema de Informações; Gestão Estratégica de Custos e Gestão Pública.

O objetivo da criação desse curso foi capacitar pesquisadores na área de Ciências Contábeis com enfoque em Contabilidade Decisória Estratégica, promover o espírito científico com base nas novas exigências tecnológicas; preparar pessoas para a docência superior de Contabilidade Contemporânea com outros conhecimentos necessários à formação do cidadão com senso crítico e criatividade intelectual.

A Fundação Visconde de Cairu, pelos relatos anteriores, constituiu a Instituição de Ensino da área de contabilidade mais antiga da Bahia. **Em 1996, a Universidade Federal da Bahia cria a Faculdade de Ciências Contábeis** desmembrando o curso de Ciências Contábeis que estava atrelado a Faculdade de Ciências Econômicas e teve como seu primeiro diretor o Professor e reconhecido contador Sudário de Aguiar Cunha que também foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia e Vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

Desde 2014 a Faculdade de Ciências Contábeis da UFBA conta com um prédio moderno bem equipado com auditório, núcleos de pesquisas, gabinetes docentes, biblioteca, salas de aula tendo como atual diretor o Professor Dr. Joseilton Rocha. Desenvolve Mestrado Acadêmico em Contabilidade desde 2006 com diversas pesquisas na área de contabilidade.

A **Universidade Católica do Salvador (UCSal)** criou, em 1975, o curso de Ciências Contábeis, diplomando a sua primeira turma em 1978. O curso, na época, teve a coordenação do Prof. Walter Crispim da Silva. Somente em 1982 que a UCSal cria a Faculdade de Ciências Contábeis, cujo seu primeiro Diretor foi o Prof. Walter Crispim da Silva.

A **Universidade do Estado da Bahia (UNEB)** foi autorizada a funcionar a partir de 1985, pelo Decreto 92.220, em um sistema Multicampi. No ano de 1986, foi implantado no Departamento de Ciências Humanas do Campus I (Salvador) o curso de Ciências Contábeis, que foi reconhecido no ano de 1989 e em 2011 adotou um novo currículo resultante de um processo interno de redimensionamento curricular. Este processo teve como objetivo adaptar o Curso às atuais orientações do Conselho Nacional de Educação para organização de Cursos de graduação, bem como às demandas do mundo do trabalho e às transformações sociais contemporâneas tendo disponibilizado ao mercado aproximadamente 900 profissionais devidamente qualificados, aptos a exercerem com competência e responsabilidade as funções inerentes à profissão, com uma infraestrutura consolidada e um quadro docente composto por professores mestres e doutores.

A Uneb, como sistema multicampi, oferece o curso de Ciências Contábeis nas seguintes cidades da Bahia: Salvador, Senhor do Bonfim, Barreiras, Itaberaba, Camaçari e Lauro de Freitas.

A **Universidade Estadual do Sudoeste Bahia (UESB)**, sediada no município de Vitória da Conquista, hoje possuindo campus na cidade de Jequié e Itapetinga é uma universidade que atende toda a região do sudoeste da Bahia nas mais diversas áreas, possuindo hoje 46 cursos de graduação, além de mestrados e doutorados. No que diz respeito à área de contabilidade, em 1992 foi criado o curso de Ciências Contábeis, atrelado ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA), no município de Vitória da Conquista. O curso tem o objetivo principal de “não é formar especialistas”, mas, sim, profissionais capacitados para o exercício de atividades nas áreas de contabilidade e de finanças, de assessoria técnica à gestão financeira e de auditoria empresarial institucional”.

A **Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)** teve sua origem nas escolas isoladas criadas no eixo Ilhéus-Itabuna, na década de 60. Em 1972, resultante da iniciativa das lideranças regionais e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), as escolas isoladas (Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna, e Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna) congregaram-se, formando a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna - FESPI. Reunidas em Campus, na Rodovia Ilhéus-Itabuna, no município de Ilhéus, pelo Parecer CFE 163/74, os estabelecimentos de ensino

foram ganhando maturidade e competência, criando as condições para pleitear o “status” de Universidade. Mantida, entretanto, por uma fundação de natureza privada, o acesso a seus cursos tornava-se particularmente difícil, considerada à realidade regional. Assim, a Federação reorientou-se no sentido de tornar-se uma fundação pública.

Em 1991, depois de muitas lutas, esse grande anseio tornou-se realidade, estadualizando-se a Federação. Em 05 de dezembro de 1991, o então Governador do Estado incorporou a FESPI, escola particular, ao quadro das escolas públicas de 3º grau da Bahia, pela Lei 6.344 de 06/12/91.

O Curso de Ciências Contábeis da UESC foi reconhecido através do decreto 10130/2006 e o mesmo tem como objetivo formar profissionais para executar corretamente o registro de atos e fatos administrativo-contábeis inerentes ao setor econômico e prover a região de mão-de-obra qualificada em condições de interferir positivamente no seu desenvolvimento; atuar no mercado de trabalho, desempenhando tarefas tais como de analista, consultor, auditor, perito, controlador e tantas outras específicas do bacharel em Ciências Contábeis.

A **Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)** instalada no Portal do Sertão nasceu como resultado de uma estratégia governamental com o objetivo de interiorizar a educação superior, até então, circunscrita à capital, Salvador.

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 no ano de 1976, reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19-12-86 e recredenciada pelo Decreto Estadual nº 9.271 de 14-12-2004, a UEFS vem se expandindo rapidamente, concentrando suas ações no centro-norte baiano, território que integra o semi-árido, e está presente em cerca de 150 municípios baianos, em cumprimento do seu objetivo social que é preparar cidadãos que venham a exercer, tanto liderança profissional e intelectual no campo das atividades a que se propõem, quanto a terem responsabilidade social no sentido de serem capazes de desempenhar, propositadamente, o seu papel na definição dos destinos da sociedade baiana e brasileira. O cumprimento desta função social a torna reconhecida como uma das mais expressivas Instituições de Educação Superior do Estado da Bahia e do país.

O Curso de **Ciências Contábeis da UEFS** foi implantado em 1976, ano de fundação da Universidade. O referido curso tem como objetivo preparar profissionais capazes de compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional nos diferentes modelos de organização, assegurando o pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo o registro, demonstrações, análises, auditorias, perícias, quantificações e interpretações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a utilização da Ciência Contábil e das tecnologias inerentes, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com o conhecimento contábil.

Faculdade de Ciências Contábeis de Jequié (FCCJ) foi fundada em 1988 no município de Jequié – Bahia e é mantida por CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DE JEQUIÉ.

A Universidade Salvador (UNIFACS) mantém o curso de Ciências Contábeis desde 1990 e tem como objetivo promover um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades para a formação de um profissional ético, diferenciado, empreendedor e inovador para atuar em diversas áreas como: Assessoria contábil, gerencial e tributária, Auditoria, Perícia e arbitragem, Consultoria, Planejamento e gestão tributária, Análise de Custos, Análise Financeira, Controladoria etc.

Os Cursos Superiores no estado da Bahia foram ampliado com base na expansão do ensino superior do Brasil e hoje o estado conta com aproximadamente 59 faculdade de Ciências Contábeis.

Quanto ao curso Técnico em Contabilidade cabe salientar que até 1996 existiam diversas escolas públicas do estado que ofereciam essa formação. No momento atual esses cursos estão sendo ofertados em poucas instituições sendo algumas particulares.

5. Retrospectiva Histórica do Conselho de Contabilidade da Bahia

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade à luz do Decreto-Lei n.º 9.295 – de 27 de maio de 1946 conforme “Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade [...]” EURICO GASPARGUTRA, Presidente.

O Conselho Regional de Contabilidade da Bahia foi instalado em 10 de dezembro de 1946 em sessão de Assembléia Geral Extraordinária no Sindicato dos Contabilistas da Bahia. Quando o CRCBA iniciou suas atividades, não possuía sede própria, por isso, inicialmente funcionou no mesmo espaço do Sindicato dos Contabilistas da Bahia, localizado na Rua Carlos Gomes, 85, 1º andar, sendo este local considerado como a primeira sede do CRCBA.

A segunda sede funcionou Rua Conselheiro Dantas, 5, edifício Pernambuco, 3º andar, Comércio, Salvador - BA. **Neste local a sede era própria e ocupava todo o andar. Foi na gestão do presidente José Edward** que esta sede foi adquirida. Posteriormente, foi adquirido o 5º andar do mesmo edifício pelo então-presidente Maury Egas Bahia do Prado. Neste andar, funcionou o auditório do conselho.

Fonte: SILVA, Arnold Sabino da et. al. **Memória do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia**. Salvador: LICEU, 2010



Segunda sede

A **terceira sede** funciona até a presente data na Rua do Salete 320, Barris e foi adquirida na gestão do Presidente Sudário de Aguiar Cunha.

Fonte: SILVA, Arnold Sabino da et. al. Memória do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia. Salvador: LICEU, 2010



Sede atual

O CRCBA é um órgão criado para fiscalizar o profissional contábil no exercício de suas atividades como contadores e técnicos em contabilidade devidamente habilitados. De acordo com o mesmo decreto, Art. 10, são atribuições do CRCBA:

- a) expedir e registrar a carteira profissional;
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, relativos ao exercício da profissão de contabilista, decidindo a respeito;
- c) fiscalizar o exercício das profissões de contador e guarda-livros, impedindo e punindo as infrações, e, bem assim, enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- d) publicar relatório anual de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Contabilidade;
- f) representar ao Conselho Federal de Contabilidade acerca de novas medidas necessárias, para regularidade do serviço e para fiscalização do exercício das profissões;
- g) admitir a colaboração das entidades de classe [...]

5.1 Receita

Conforme Art. 11 do mesmo decreto, a receita será constituída como da seguinte forma:

- 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais;
- 4/5 das multas aplicadas;
- 4/5 da arrecadação da anuidade;
- doações e legados; e
- subvenções dos Governos.

5.2 Do Registro Profissional

Conforme Art. 12. Do mesmo decreto, a profissão de contador será exercida por profissionais que tenham auferido o grau de Bacharel em Ciências Contábeis, com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação. Além do diploma é necessária aprovação em Exame de Suficiência para pleitear o registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos. Também poderá exercer a profissão os técnicos em contabilidade já registrados no conselho e os que venham a fazê-lo até 1o de junho de 2015. Após esta data, o técnico não teve mais direito de pleitear o registro no órgão, conforme § 2º, art.76 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010

5.3 Carteira Profissional



A partir de 2007 a carteira de identidade deixa de ser emitida em papel moeda para material de poliuretano incluindo chip que possibilita a inserção da certificação digital gratuita por 01(hum) ano conforme convênio.

O profissional registrado no conselho fará jus à carteira profissional, mediante pagamento de taxa, cujo valor é determinado pelo órgão. A carteira profissional servirá de carteira de identidade e terá fé pública em todo território nacional. A carteira será numerada, registrada e visada no Conselho Regional respectivo, a qual conterá:

- seu nome por extenso;
- sua filiação;
- sua nacionalidade e naturalidade;
- a data do seu nascimento;
- denominação da escola em que se formou ou declaração de sua categoria;
- a data em que foi diplomado ou provisionado, bem como, indicação do número do registro no órgão competente do Departamento Nacional de Educação;
- a natureza do título ou dos títulos de sua habilitação;
- o número do registro do Conselho Regional respectivo;
- sua fotografia de frente e impressão dactiloscópica do polegar;
- sua assinatura.

O primeiro profissional registrado pelo Conselho Regional de Contabilidade da Bahia foi o Srº **Militino Rodrigues Martinez** registro nº BA-000001/O. Outro que marcou a história foi a primeira mulher a ser registrada ganhando o nº BA-000014/O, contadora **Maria de Lourdes Melo**.

5.4 Da anuidade devida aos conselhos regionais

Os profissionais registrados neste órgão pagam anuidade, até 31 de março de cada ano, embora o primeiro pagamento seja feito no momento da expedição da carteira profissional.

5.5 Os Presidentes

Desde que iniciou suas atividades o CRCBA teve 26 (vinte e seis) presidentes. O primeiro profissional da área contábil a presidir este órgão foi João Evangelista de Moraes Ramos de 28/03/1947 até 28/06/1948 e o atual presidente é Wellington do Carmo Cruz. Cabe destacar que até a presente data, a única mulher a presidir o conselho de Contabilidade da Bahia foi Maria Constança Carneiro Galvão, no período de 02/01/2008 a 31/12/2011. Ela foi o 25º presidente do órgão. Destarte a importância de todos os profissionais que presidiram este órgão e as suas contribuições, abaixo está a lista dos que tiveram mais de um mandato.

Ordem	Período	Nome
03	21/04/1950 a 31/12/1957	Militino Rodrigues Martinez
05	02/01/1959 a 31/12/1959	Militino Rodrigues Martinez
12	02/01/1969 a 31/12/1969	Militino Rodrigues Martinez
06	02/01/1960 a 31/12/1960	José Edward Moraes
09	02/01/1963 a 31/12/1963	José Edward Moraes
18	01/02/1990 a 31/12/1993	Adeildo Osório de Oliveira
22	09/01/1999 a 31/12/2001	Adeildo Osório de Oliveira

Fonte: CRCBA

5.6 Congresso Brasileiro de Contabilidade

A Bahia teve a honra de sediar dois Congressos. O primeiro foi o 9º Congresso Brasileiro de Contabilidade, no ano de 1973 e o segundo foi 14º Congresso Brasileiro de Contabilidade, no ano de 1992.

5.6.1 9º Congresso Brasileiro de Contabilidade

A nona edição do Congresso foi realizada no período de 21 a 27 de outubro de 1973, na Associação Atlética da Bahia, na cidade de Salvador. O presidente do congresso foi Ivo Malhães de Oliveira, nesta época presidente do Conselho Federal de Contabilidade. O presidente de honra foi Fernandes da Cunha e o secretário Militino Rodrigues Martinez.

Vale ressaltar que a abertura e o encerramento do evento ocorreram no teatro Castro Alves, e contou com a presença do governador do Estado da Bahia Antônio Carlos Magalhães, do prefeito de Salvador, Heitor Dias, além da presença do cardeal primaz do Brasil, Don Vilela.

Teve como **tema central** - Normas e Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, Auditoria e Análise de Balanços, Fusões e Incorporações de Empresas, Contabilidade Gerencial e Métodos Quantitativos, Contabilistas no Contexto Econômico-Financeiro Nacional. O Tema foi dividido em:

1. Normas e Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos;
2. Auditoria e Análise de Balanços;
3. Fusões e Incorporações de Empresas;
4. Contabilidade Gerencial e Métodos Quantitativos; e
5. Contabilistas no Contexto Econômico-Financeiro Nacional.

Neste Congresso, quarenta e oito trabalhos foram aprovados e o evento contou com a participação de 800 pessoas devidamente inscritas. Como destaque, tem-se o contador **Wilson Thomé Sardinha Martins**, baiano, apresentou a tese “Contabilidade Tributária”. Ele é Bacharel Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuárias pela Universidade Federal da Bahia, possui o título de Notório Saber da UFBA, profissional que atua na área tributária, com livro publicado na mesma área intitulado **Contabilidade Tributária**, publicado em 1978. É autor de vários livros sobre o tema História do Pensamento Contábil. Também recebeu a homenagem do CRCBA, que deu o seu nome ao Prêmio Jovem Cientista Contábil, criado pela Resolução CRCBA nº 386/2001.

5.6.2 14º Congresso Brasileiro de Contabilidade

Foi realizado entre os dias 18 e 23 de outubro de 1992, no Centro de Convenções da Bahia, na cidade de Salvador. O presidente do congresso foi Ivan Carlos Gatti e o vice-presidente foi Adeildo Osório de Oliveira.

Teve como **tema central** - Normas e Princípios Contábeis, Exercício Profissional, Perícia Contábil, Auditoria, Contabilidade de Custos, Educação, Contabilidade e Orçamento Público, Contabilidade em Atividades específicas, Temas Livres. O Tema foi dividido em:

1. Normas e Princípios Contábeis;
2. Exercício Profissional;
3. Perícia Contábil;
4. Auditoria;
5. Contabilidade de Custos;
6. Educação;
7. Contabilidade e Orçamento Público;
8. Contabilidade em Atividades específicas; e
9. Temas Livres.

Neste Congresso, a comissão do evento recebeu 114 trabalhos, embora apenas 80 tenham sido apresentados durante o evento, que contou com a participação de 3.800 (três mil e oitocentos) congressistas, com destaque para a Bahia, com 561 (quinhentos e sessenta e um) participantes.

Durante o congresso foram realizadas **audiências públicas**. Os congressistas participaram de duas. A primeira foi para tratar do projeto do novo Código Ética do Profissional Contábil; e a segunda foi sobre a Lei Federal nº 8.383/91, referente à Reforma Tributária e do Ajuste Fiscal.

5.6.3 Medalha do Mérito Contábil João Lyra

No ano de 1992, durante o XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Salvador - BA, o contador baiano Militino Rodrigues Martinez recebeu a Medalha Mérito Contábil João Lyra.

6. Os Sindicatos de Contabilidade da Bahia

6.1 SINDICONTA – Sindicato dos Contabilistas do Estado da Bahia

A Ordem dos Contadores foi registrada no Arquivo Público da Bahia em 1927. Em 13 de agosto de 1935 foi transformado em sindicato, com a regulamentação dos sindicatos brasileiros. Foi solicitado o seu registro que foi reconhecido com a Carta Sindical de 22 de novembro de 1941, quando teve o seu nome mudado para Sindicato dos Contabilistas do Estado da Bahia.

Em 01 de Julho de 2003, fundiu-se com o SINDICONTA/BA - Sindicato dos Contadores do Estado da Bahia, quando adotou o nome atual:

SINDICONTA-BA Sindicato Dos Contabilistas do Estado da Bahia

O **SINDICONTA-BA** possui sede própria localizada, na Av. Sete de Setembro, 174, Edf. Santa Rita, sala 704 – São Bento – no centro de Salvador - BA, onde desempenha ações que visam a valorização dos Profissionais de Contabilidade e a defesa dos interesses desta classe, prestando serviços a esta categoria com cursos, convênios e tudo que é necessário e possível para a valorização dos profissionais.

Presidentes:

- Hermogenes Florence Drummond (1943-1947)
- Edgard Monteiro (1948-1950)
- Pedro Dantas Pina (1951-1952)
- José Bastos Tourinho (1953-1954)
- Silvio Guimaraes (1955-1957)
- Jair de Jesus Simões (1958-1960)
- Asdrubal Pereira Vianna (1961-1963)
- Rubem dos Santos Rego (1964-1966)
- Maury Egas Bahia do Prado (1967-1970)
- Leovigildo Silva Muricy de Santana (1971-1974)
- Allan Kardec Pereira Vianna (1975-1983)
- Enock Machado Alves (1984-1987)
- Carlos Garcia Lorenzo (1988-1993)
- Edson Piedade Campos (1994-1996)
- Rodoval Moreira da Hora (1997-2011)
- Marco Aurélio dos Santos de Moura (2012-2018)

Algumas Conquistas

- Sede própria na Av. Sete de Setembro, Edf. Santa Rita, sala 704 – São Bento – no centro de Salvador Bahia,
- Conquista da Carta sindical em 1941
- Assessoria Jurídica para os associados e filiados gratuita;
- Plano de saúde por adesão,
- Certificado Digital
- Curso e palestras para os profissionais da contabilidade;
- Projeto RBCONT, é a união dos sindicatos do interior da Bahia, que tem o intuito de expandir os eventos e cursos para os contabilistas do interior do estado.

6.2 SINDICONTASUL – Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do sul do Estado da Bahia

O Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Sul da Bahia, foi criado em 29 de setembro de 1989, tendo como idealizador Jesuíno de Souza Oliveira, sendo eleito por aclamação presidente-fundador do Sindicontasul no dia 29/09/1989, no Plenário Raimundo Lima da Câmara de Vereadores de Itabuna, juntamente com os representantes da Classe Contábil das cidades de Buerarema, Coaraci, Ibicaraí e Itabuna. Cabe salientar que antes da existência do Sindicontasul havia a ASCOSB – ASSOCIAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO SUL DA BAHIA fundada em 1959 e que representou a categoria até os idos de 1990, quando foi extinta.

Presidentes:

- Jesuino de Souza Oliveira – 1989 a 1991;
- Eduardo Fernandes da Silva – 1991 a 1993;
- Eduardo de Almeida Vaz – 1994 a 1995;
- Welington Menezes Ferraz - 1995 a 2001;
- Gilberto Alves de Oliveira - 2002 a 2004;
- Valdeci Pereira Santos - 2004 a 2006;
- Jean Luiz C. Barauna - 2006 a 2008; e
- José Oliveira Reis Filho - 2008 a 2016.

Algumas Conquistas

- Participação nas alterações/adequação do Código Tributário do município de Itabuna;
- Na década de 1990 participou da inclusão no Código Tributário do município de Itabuna para que a abertura/registro de empresas no âmbito do município só fosse recepcionado com o acompanhamento de Profissional da Contabilidade devidamente habilitado;
- Participou ativamente na Comissão Pró-Instalação do curso de Ciências Contábeis na UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz;
- Participou do movimento para criação/instalação do SESCONBA, atualmente SESCAPBA – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia, cuja criação ocorreu em dezembro de 1994;
- Participação efetiva, no período de 1994 a 2004, do grupo intitulado SINDICATÃO, que contemplava diversos Sindicatos e Associações de Profissionais da Contabilidade, que organizavam eventos e reuniões em todo território do estado da Bahia, com o objetivo de unir a categoria em prol da Fundação da Federação dos Contabilistas do Estado da Bahia.

Base Territorial nos Municípios de:

A base do SINDICONTASUL é composta pelos municípios baianos de: Itabuna, Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacan, Coarací, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ibirataia, Ipiaú, Itacaré, Itagibá, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itamarí, Itapé, Itapebí, Itapitanga, Jussari, Mascote, Nova Ibiá, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Teolandia, Ubaitaba, Ubatã, Wenceslau Guimarães, Cairu, Camamu, Igrapiuna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença.

6.3 SINCONTEC – Sindicato de Contadores e Técnicos em Contabilidade

Fundado em 05/1997, na cidade de Vitória da Conquista-BA, oriundo da antiga ACC - Associação dos Contabilistas de Conquista. Constituído por profissionais com larga experiência e orientados com base na legislação atualizada.

Presidentes:

- Edvaldo Paulo de Araújo
- Elionice Ferraz
- Dagmar Pedro
- Fernando Antonio Pinheiro
- Josafá Barreto
- Iris Neri do Prado
- Amauri Soares
- Josana Mota.

Algumas Conquistas

- O SINCONTEC atua na defesa dos interesses de seus associados, buscando parcerias com as Repartições Públicas, CRC-BA, Fenacon, Sescap-BA, faculdades e escolas de Contabilidade e entidades afins, para alcançar melhorias, orientação, educação nas áreas contábil - tributária - e em toda rotina de um escritório de contabilidade. O SINCONTEC conta com toda estrutura para atender nossos associados, que há vários anos confiam no trabalho do sindicato. OFERECE O SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL, em parceria com a FENACONCD, e firma convênio com empresas que oferecem descontos e serviços diferenciados aos seus associados.

6.4 CDEC – Câmara de Dirigentes de Empresas de Contabilidade do Estado da Bahia.

Criada em 28 de julho de 1999, na cidade de Salvador, a CDEC – tinha como objetivo prioritário o assessoramento das empresas de serviços contábeis do estado da Bahia. Assim sendo, essa ideia contribuiu para o surgimento do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia (Sescap).

Presidentes:

- Hélio Barreto Jorge
- José Rosivaldo Evangelista Rios
- Jessé Nogueira de Freitas
- Edmilson Bispo Gonçalves
- André Luís Lago Martinez
- Expedito José Gomes da Costa

6.5 SESCAP-BA – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia.

O Sescap BA, antes denominado SESCOB, foi criado em 1994, na cidade de Ilhéus, pela necessidade de representação oficial da categoria contábil. Após alguns anos, passou também a englobar outras empresas de serviços, e, atualmente, tem como objetivo oferecer estudos, coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, de Perícias, de Informações e de Pesquisas no Estado da Bahia. Além disso, o Sescap Bahia tem como finalidade representar os interesses das categorias econômicas perante as autoridades administrativas e judiciárias, e também busca desenvolver planos de ação para melhor atender as necessidades dos seus associados, solucionando os seus problemas e dificuldades.

O SESCAP – Bahia tem como missão representar, defender e atender os interesses dos seus filiados e associados, em seu campo de ação, agregando valores que propiciem a sua sustentabilidade empresarial. A **Visão é** ser referência nacional como entidade sindical inovadora e respeitada pelos poderes públicos e pela sociedade civil e como Valores: Ética; Transparência; Credibilidade; Responsabilidade Social; Desenvolvimento intelectual; Motivação e Valorização empresarial.

Presidentes:

- Fernando César Passos Lopo (2000-2003)
- Fernando César Passos Lopo 2004 – 2007)
- Dorywillians Botelho de Azevedo 2007 – 2010)
- Patrícia Jorge (2010 – 2013)
- André Luis Lago Martinez (2013 – 2016)

Algumas Conquistas

- Novas Tecnologias – criação da central de associados
- Elaboração da cartilha do SPED
- Realização do Planejamento estratégico (2012 – 2018)
- Eventos gratuitos de atualização
- Fortalecimento dos parceiros institucionais com SEBRAE, JUCEB, SEFAZ, FIEB, CRC, SINDICON-TA, entre outros.

6.6 SINCONT – Sindicato dos Contabilistas de Feira de Santana

Foi fundado em 20.12.1984. O sincont realizou campanha dos cobertores para moradores de rua, a Campanha para a instalação de uma unidade do corpo de bombeiros na Cidade, que foi entregue solenemente em 1994 ao governador Paulo Souto. Participou ativamente da retomada do CRCBA, bem como da realização de várias reuniões para a realização das convenções entre os anos de 1997 a 2002. O Sincont tem acento em vários Conselhos Fiscais de entidades governamentais e não governamentais na Cidade.

O seu Primeiro **Presidente** foi o Técnico em Contabilidade JOSELITO Miranda, depois Maria Luíza Brandão, Jerónimo FREITAS, Carlos Brito, Miguel Ângelo Boaventura e Olégario Santos Souza.

6.7 SICONDESC – Sindicato das Empresas de Contabilidade e Contabilistas da Carta do Descobrimento

O SICONDESC, atua em defesa da classe contábil da região de Eunapólis e promove eventos destinados à Classe Contábil. Foi Fundado em 25.06.2001.

Presidentes:

- Liderico Meira dos Santos Junior
- Carlos Alberto Santos Amorim
- José Roque Silva Batista
- Gutemberg Pereira Freitas
- Marcos Eriberto Moreno Freitas
- Luis Claudio Dias do Carmo
- Maria do Socorro Galdino (atual)

Algumas Conquistas

- Fórum da mulher Contabilista CRCBA no Extremo Sul
- Está representado no Comitê da MPE'S;
- Diversas parcerias, inclusive com a Junta Comercial-BA, que funciona na sede do Sindicato, dentre outros.

7. Vultos que marcaram a história da contabilidade baiana

Dario Ribeiro Cunha – Nasceu em Tiririca, Município de Chique-Chique, Bahia, em 09 de janeiro de 1916. Contador pela Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia em 1945; Bacharel em Ciências Econômicas da Bahia; Docente Livre das Cadeiras de Contabilidade Geral e Contabilidade Pública, cujo título foi expedido pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia em 27/03/54. Professor de várias escolas comerciais da Bahia. Foi Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA no período de 17/05/77 a 17/05/81. Também foi fundador e diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Visconde de Cairu, desde 1967 esteve frente deste grande estabelecimento de Ensino, durante mais de duas décadas. Consideramos o ilustre professor como um dos maiores educadores das Ciências Contábeis do Estado da Bahia. É professor Emérito título concedido pela Universidade Federal da Bahia.

Pedro Dantas Pina – Nasceu em Mucugê – Lavras Diamantinas – Bahia, em 19 de outubro de 1914. Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação Visconde de Cairu; Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia; diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA; ex-Diretor da Escola Técnica de Comércio da Fundação Visconde de Cairu. Contador; Economista, ministrou vários cursos de Contabilidade; foi diretor de várias Repartições Públicas; fez parte de várias associações da classe contábil. Escreveu vários artigos em diversos órgãos de publicidade; foi membro da comissão para concursos públicos em diversas Faculdades da Bahia e de outros Estados, tendo participado em uma delas com o Prof. Francisco D'Áurea. Foi um dos maiores educadores baianos. Membro da Academia de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais do Rio de Janeiro. Sobre o Prof. Pina, o Dr. Francisco D'Áurea, em seu livro "Cinquenta anos de Contabilidade", assim se pronunciou: "Pedro Dantas Pina, ilustre colega, catedrático na Universidade da Bahia; conheci-o, pessoalmente, no Concurso de Belo Horizonte; Foi Presidente do Sindicato dos Contabilistas da Bahia e Diretor da "Revista Bahiana de Contabilidade."

Lafayette Belford Garcia – Foi diretor da Escola Comercial, hoje Fundação Visconde de Cairú, manteve a Campanha de Ensino Comercial, promovendo Cursos de Atualização Pedagógica na Capital e no interior do Estado. Em 1965, a DEC instituiu, pela credibilidade da Fundação Visconde de Cairú, o Centro de Formação e Treinamento Pedagógico do Ensino Técnico Comercial que teve, inclusive, a responsabilidade de Coordenar igual Centro em Recife até o Ceará.

A filosofia do Professor Lafayette Belford Garcia, durante a sua permanência à frente do MEC, marcou época e ainda repercute com intensidade na Fundação Visconde de Cairú e o seu nome de educador e homem público de visão e talento é sempre lembrado com respeito e admiração na área do ensino no Brasil. Sustentava o eminente patricio que o poder público, investindo na escola privada, além de obter melhor qualificação do ensino, obteria melhor quantificação de escolas com menor custo operacional. Na realidade, essa política educacional incentivou o ensino no País com a criação de excelente nível até hoje mantido pelas escolas particulares.

A presença marcante e constante desse eminente homem público brasileiro, na área do ensino comercial, na Fundação Visconde de Cairú, tornou-o credor de grande apreço e admiração de todos os educadores.

João Evangelista de Moraes Ramos – Nasceu em Salvador, Bahia, em 27 de dezembro de 1893, fez o curso primário na escola do Prof. Joaquim Roque Mamede e materiais secundários no colégio do Prof. Vitório Alves.

Em 1912, matriculou-se na Escola Comercial da Bahia, onde concluiu o Curso Geral, em 1915, recebeu o diploma de Graduação em Comércio e Fazenda, depois fez o curso superior na mesma Escola e diplomou-se em Bacharel em Comércio e Fazenda em 28 de novembro de 1917.

Em março de 1920 foi contratado professor de Estenografia da mesma Escola e em 1926 foi designado para reger a cátedra de Contabilidade Mercantil. Foi professor substituto de Contabilidade Pública no curso superior de Administração e Finanças desde 1934, sendo ao falecer catedrático dessa Cadeira na Faculdade de Ciências Econômicas (Antiga Escola Comercial), hoje integrada na Universidade Federal da Bahia; de Estenografia e Contabilidade Industrial e Agrícola na Escola de Comércio anexa.

Foi diretor da antiga Escola Comercial de novembro de 1932 a março de 1933 e Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia de 1945 a 1947. Foi Diretor Contador do Monte-Pio dos Funcionários Públicos do Estado. Foi Contador Geral do Estado da Bahia de 12 de março de 1946 a 17 de abril de 1947 quando foi exonerado a pedido. Dentre os seus artigos, destacam-se “Contabilidade Fenômeno Natural” e “O Monte-Pio da Bahia”.

Em 27 de outubro de 1948, a congregação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e da Escola Técnica de Comércio Anexa prestaram solene homenagem à sua memória, sendo orador oficial o Prof. Antônio Frederico de Lacerda Alves que foi seu aluno e depois seu Assistente nas cátedras de Estenografia e Contabilidade Industrial e Agrícola assumindo-as pelo seu falecimento. Foi o primeiro Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, no período de 28/03/47 a 28/06/48.

Sudário de Aguiar Cunha – Nasceu em Salvador, em 21 de Junho de 1938. Bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis.

Professor universitário de várias Faculdades da Bahia. Foi chefe do Departamento de Contabilidade, do Curso de Ciências Contábeis da UFBA e quando da criação da Faculdade de Ciências Contábeis foi o seu primeiro Diretor.

Foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade – Ba. realizando profícua administração, inclusive, adquiriu para o C.R.C. a atual sede, situada aos Barris. Foi também, vice Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, na gestão do ex-Presidente Carlos Gatti – É pós-graduado em auditoria para Mercado de Capitais; possuindo o mestrado de educação e Doutorado em Engenharia de Produção. Foi vereador da Câmara de Salvador, onde prestou relevantes serviços a nossa Capital.

Foi membro de várias entidades de classe. Também, atuou em Perícia Contábil na Justiça. Foi fiscal do INSS, ocupando cargos de direção, onde se aposentou. É um dos mais brilhantes professores da nossa geração com uma didática invejável. É um professor queridíssimo pelos alunos e seus colegas de magistério, pela fina educação que é possuidor. Atual membro da Academia Baiana de Ciências Contábeis.

João Fernandes da Cunha – Nasceu em Juazeiro, Estado da Bahia, em 21 de maio de 1919. Contador diplomado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, em 7.12.45, bacharel em Ciências Econômicas pela citada Faculdade, em 20.12.52, bacharel em Jornalismo, diplomado pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, em 1952. Possui vários cursos de especialização. Autor de vários livros, pertenceu à comissão que criou o Banco do Nordeste do Brasil, sob a presidência do saudoso Rômulo Almeida.

Foi Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas no período de 1970 a 1974 onde exerceu com competência a sua direção. Brilhante orador, participou da organização do IX Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado na Bahia, em 1973. Na sessão de encerramento do conclave, proferiu um monumental discurso, tendo sido aplaudido de pé, por todos os congressistas, o que lhe valeu o título de “Presidente de Honra.

Em 1993 recebeu o título de professor Emérito outorgado pela Universidade Federal da Bahia. É membro da Academia de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, do Rio de Janeiro, além de outras entidades importantes, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Militino Rodrigues Martinez – Contador, especialista em Contabilidade Pública e Tributação; ex-Presidente do CRC-Bahia; ex-Presidente do CFC; detentor da Medalha de Grão Mérito do Instituto Hispânico; detentor da Medalha do Mérito Contábil João Lyra; Professor de Auditoria; ex-Delegado Regional do Imposto de Renda da Bahia; ex-Delegado Regional do Imposto de Renda da Guanabara; ex-Superintendente Regional da Receita Federal da 5ª Região (Bahia e Sergipe); ex-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia; Consultor Tributário; ex-Membro do Conselho Curador da Universidade Federal da Bahia. O Professor Militino, também é economista.

8. Principais autores de contabilidade baiana na contemporaneidade

Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis, Pedagogia e Técnicas Comerciais. Especialista em Psicopedagogia, Educação a Distância e Contabilidade Gerencial. Mestre em Contabilidade e Doutor em educação. Atual Presidente da Fundação Visconde de Cairu, Professor da UFBA e UNEB. Membro da Academia Baiana de Ciências Contábeis. Conselheiro do CRCBa.

Principais obras publicadas:

- Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade (3 edições) – Atlas
- História do Pensamento Contábil – Juruá
- Ética Profissional - Deontologia da profissão contábil – EGBA
- Educação por Competências – Paco Editorial
- Hermenêutica Contábil – EGBA
- Manual de Contabilidade para pequenas empresas – atlas

Alexandre Alcantara da Silva

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (2014 - UESC-PRODEMA) Especialista em Direito Tributário (2001 - UFBA- Salvador - BA) e em Gestão Tributária (2002 - UNIFACS -Salvador - BA), Graduado em Ciências Contábeis (Fundação Visconde de Cairu - Salvador -Ba -1984).

Obra publicada:

- Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis.: Atlas, 2014. na quarta edição.

Daniel Gomes Arruda

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia (1996) e mestrado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairu (2002). Tem pós-graduação em Gestão Organizacional Pública pela Universidade do Estado da Bahia (2000).

Obras publicadas:

- Fundamentos da Auditoria: auditoria das demonstrações financeiras em contexto global. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- Auditoria Contábil: Enfoque teórico, normativo e prático. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- O Essencial da Contabilidade Pública: teorias e exercícios de concursos resolvidos. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- Contabilidade Pública - da Teoria à Prática. 1. ed. Salvador - Bahia: Editora Saraiva, 2004.
- Introdução à Contabilidade Governamental - Da teoria à Prática. 1. ed. Paraná: ZNT editota, 1999.

Edmilson Patrocínio de Sousa

Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP, Mestre em Contabilidade Decisória e Estratégica (2004) e Especialista em Auditoria (1999) pela Fundação Visconde de Cairu, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia (1996).

Obra publicada:

- Contabilidade de contratos de construção e de incorporação imobiliária. - Atlas, 2015.

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Contador. Mestre em Contabilidade, pós-graduado em Auditoria Contábil, em Auditoria Governamental, em Administração para Auditores Públicos e em Metodologia e Didática para o Ensino Superior. Auditor concursado do Tribunal de Contas do Estado da Bahia há 20 anos, tendo ocupado os cargos de Supervisor, Coordenador de Controle Externo e de Substituto de Conselheiro. Atualmente exerce a função de Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Obras publicadas:

- O Essencial da Contabilidade Pública. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- Introdução à Contabilidade, conforme a Lei 11.638/07. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- Auditoria Contábil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- Introdução à Auditoria Operacional. 01. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- Introdução à Contabilidade Governamental. Zênite, 2000.
- Introdução à Contabilidade. Salvador: Editora Gráfica da Bahia, 1998.

José Maria Dias Filho

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1987), mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2001) e doutor em Controladoria e Contabilidade também pela Universidade de São Paulo (2003).

Obras publicadas:

- Novos delineamentos teóricos em contabilidade. In: José Ribeiro Francisco Filho; Jorge Lopes; Marcleide Pederneiras. (Org.). Estudando Teoria da Contabilidade. 1ed.São Paulo: Atlas, 2009, v. 1, p. 321-354.2.
- Regressão Logística. In: CORRAR, L. J., PAULO, Edilson, DIAS FILHO, José Maria.. (Org.). Análise Multivariada para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. 1ed.São Paulo: Atlas, 2007, v. 1, p. 280-323.
- Abordagens da Pesquisa em Contabilidade. In: Sérgio de Iudícibus, Aleksandro Broedel Lopes. (Org.). Teoria Avançada da Contabilidade. 1ed.São Paulo: Atlas, 2004, v. , p. -.

Sonia Maria da Silva Gomes.

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia (1988), mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1998) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004).

Obras publicadas:

- Controladoria Ambiental: gestão social, análise e controle. 01. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.
- Folga Orçamentária: conceitos e desafios. 1. ed. , 2013.
- Controladoria Empresarial: conceitos, ferramentas e desafios. 01. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

Sérgio Pastori de Figueirêdo

Bacharel em Ciências Contábeis e Química. Possui mestrado em Química pela Universidade Federal da Bahia (1989). Atualmente é perito criminal - Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia e professor assistente da Universidade do Estado da Bahia.

Obra publicada:

- Perícia x Auditoria. 1. ed. Salvador: EDUNEB, 2008.

Wellington do Carmo Cruz

Bacharel em Ciências Contábeis e em Direito. Auditor Fiscal da Prefeitura de Salvador. Presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (2012-2015) e Presidente do Conselho de Contribuinte do município de Salvador. Auditor e Perito experiente.

Obra Publicada:

- Perícia Contábil & lides Fiscais Municipais –juruá; Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCS, Brasília , cfc, 2009; Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCS, 2007.

Wilson Thomé Sardinha Martins

É Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais e Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Professor aposentado da UFBA e Auditor Fiscal do Tesouro Nacional (aposentado).

Principais obras publicadas:

- Curso de Correção Monetária do Ativo Imobilizado (2 volumes)
- Auditoria Fiscal sob o Aspecto do Imposto de Renda
- Contabilidade Tributária (5 volumes)
- Curso Prático para Contabilistas

9. Curiosidades

O Primeiro Contador em terras brasileiras aconteceu na Bahia em 1.500 que foi **Pero Vaz de Caminha**. Em 1548 é criada a Primeira Repartição Fiscal do Brasil por Tomé de Souza então Governador da Bahia. Em 1549 é criado os armazéns alfandegários e o registro do primeiro Contador Geral das Terras do Brasil **Gaspar Lamego** sendo nomeado em 23 de janeiro de 1549.

Em 1850 foi um marco histórico para a contabilidade brasileira precisamente em 25 de junho D. Pedro II, imperador e defensor perpétuo do Brasil, sanciona o Código Comercial Brasileiro, com a seguinte introdução; “ Fazemos saber a todos os nossos súditos, que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte: Esta é a Lei 556 que trata das sociedades comerciais”.

Em seu artigo 290 a citada Lei estabelece o seguinte:

“Art. 290 – Em nenhuma associação mercantil se poderá recusar aos sócios o exame de todos os livros, documentos, escrituração e correspondência, e do estado de caixa da companhia ou sociedade, sempre que o requerer; salvo tendo-se estabelecido no contrato ou qualquer outrotítulo da instituição da sociedade, as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter lugar.”

O que deixa claro neste artigo é a obrigatoriedade dos documentos e escrituração dos livros dando através de um dispositivo legal o valor e importância do registro na Contabilidade dos atos e fatos do patrimônio.

Quem muito contribuiu para elaboração do Código Comercial Brasileiro foi o ilustre baiano **Antonio da Silva Lisboa**, o Visconde de Cairu.

Os Guarda-Livros faziam de tudo: a contabilidade da firma (naquele tempo não se falava “empresa”, dizia-se “firma”), a sua escrituração, a sua correspondência, os seus contratos e distratos, preenchia os cheques, faziam pagamentos e recebimentos, enfim era o “factotum”. Era o tempo em que se predominavam os práticos. Os Guarda-Livros prestaram muitos serviços dentro de suas limitadas possibilidades.

A Primeira Mulher Presidente do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia foi a Contadora **Maria Constança Carneiro Galvão**. Gestão (2008-2009) reeleita (2010-2011).

No bairro **docomércio** em Salvador foram identificados 07 prédios, alguns até em ruínas que possuem em suas janelas símbolo do caduceu. A hipótese levantada é que os portugueses atracavam os navios nesta região portuária e deveria ser os espaços onde mantinha a sua contabilidade no Brasil colônia.

Os **processos licitatórios** no Império Brasileiro foram regulamentados pelo decreto 2926 de 14.05.1862, que regulava as obras públicas, comércio e agricultura. Desta forma a construção do Elevador Lacerda foi realizada pela firma Antonio Lacerda & Cia. Os construtores do Elevador Lacerda encontraram assim, apoio do Governo em termos de empréstimos e financiamentos. Contudo, se faz necessário ressaltar que o seu idealizador Antonio Lacerda, mesmo com todo vislumbamento de crescimento no período inicial da construção do Elevador, levou a família a falência por causa desse empreendimento. Hoje o Elevador Lacerda é Cartão Postal da cidade de Salvador-Bahia.

Considerações finais

Aos fazer relatos marcantes da história da contabilidade baiana nos reporta a entender o quanto é salutar entender da evolução do pensamento de qualquer área do conhecimento e não seria diferente para a contabilidade.

Percebe-se que os objetivos foram atingidos quando se consegue fazer um resgate da história da contabilidade baiana através dos relatos cronológicos de fatos marcantes, da evolução técnica do conselho de contabilidade do seu início aos dias hodiernos e também perceber o quanto pessoas abnegadas contribuíram para estarmos hoje com uma visão de profissional mais gerencial do que número fazer de uma técnica.

O resgate histórico proporciona um despertar para entender que a nossa ciência passou por processos evolutivos e que precisou de homens dedicados para defender a nossa classe e hoje as conquistas já alcançadas foram frutos de discussões anteriores a exemplo da contabilidade tributária tão discutida no Brasil todo e foi fruto de um, pesquisador Prof. Wilson Sardinha que tanto defendeu essa ideia. Assim sendo fazer e fazer-se história é compreender a essência de cada ciência.

Limitação da Pesquisa

Em decorrência das características que envolve pesquisa desta natureza, os resultados obtidos devem ser considerados apenas para o Estado da Bahia.

Referências

- BOUCINHAS, José da Costa. **O Ensino Comercial**. Revista Paulista de Contabilidade 180, junho/1939, 49-50
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 nov. 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **História dos congressos brasileiros de contabilidade**. 2. ed., Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996
- KLEIN, Tolstoi. **História da contabilidade**. São Paulo, 1934
- LEITE, José Alfredo Américo. **Metodologia de elaboração de Teses**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978
- LOPES, Washington de Almeida. **Métodos de Ensino Aplicados ao Estudo da Contabilidade**. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, XV, 1996. Fortaleza- Ceará. Anais.
- MARION, José Carlos. **O Ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996
- ROSA, Luciano. **As Transformações Contemporâneas da Contabilidade: Reflexos na Formação dos Profissionais de Graduação em Ciências Contábeis do Sul do Brasil**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999
- SANTOS, Luiz Carlos dos. **Estudo Avaliativo da formação Acadêmica dos Professores de Contabilidade do Curso Técnico em Contabilidade da rede Pública Estadual da cidade do Salvador**. Canadá, Dissertação de Mestrado – University Du Quebec, 1988
- SCHIMIDT, Paulo. **A Realidade da Pós-Graduação “Stricto Sensu” no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, XV, 1996 – Fortaleza – Ceará. Anais
- _____. **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil**. USP São Paulo, Tese de Doutorado, 1996
- SCHWEZ, Nicolau. **O Reconhecimento do Processo de Comunicação e do Processo de motivação no Ensino da Contabilidade**. Revista do CRCRS, Porto Alegre, V. 26, No. 89, p. 32-39, Abr/jun, 1997
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; SARDINHA, Wilson Thomé. **História do Pensamento Contábil**. Curitiba: Juruá, 2006
- _____. **A Evolução do Ensino e da Profissão Contábil no Brasil – Um enfoque sobre o atual estágio da contabilidade no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado apresentada a Fundação Visconde de Cairu, 2001.
- SILVA, Arnold Sabino da et. al. **Memória do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia**. Salvador: LICEU, 2010.
- SILVA, Hélio da et al. **Evolução Histórica da Contabilidade**. RBC Ano XX Nº 75, 1991.
- SILVA, Laércio Baptista da . **A Contabilidade no Brasil – aspectos do desenvolvimento por influência da legislação e do contabilista**. – São Paulo: Dissertação de Mestrado – FEA-USP, 1980

Os Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais e a sua Relação com a Evolução da Contabilidade: do Siará ao Ceará



Célia Maria Braga Carneiro
Wilson Gonzaga Neto

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Ceará

Trabalho apresentado ao Concurso de Trabalhos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), com o tema “Resgate da Memória Contábil nos Estados”.

Sumário

1. Introdução.....	4
2. A evolução política, econômica e social do Ceará e o desenvolvimento contábil	6
2.1. A evolução do pensamento contábil no mundo: as escolas e os seus pensadores.....	6
2.2 Os aspectos políticos, econômicos e sociais e a sua relação com a evolução da Contabilidade: do Siará ao Ceará	9
3.1. A colonização do Ceará (1500–1800) e a sua autonomia política	10
3.2 O período imperial (1801-1888): o crescimento econômico do estado e os avanços contábeis.....	13
3.3. O período republicano (1889-1930) e o domínio das oligarquias no Ceará.....	16
3.4. O período contemporâneo (1931 aos dias atuais): crises mundiais, ditadura e redemocratização no Brasil e a evolução acadêmica, em pesquisa e legislação na Contabilidade	21
3.5. A educação e a pesquisa contábil: panorama brasileiro e cearense.....	28
3.6. O Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional do Estado do Ceará	33
3.7. Sindicalismo contábil: Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Ceará (SESCAP-CE) e o Sindicato dos Contabilistas do Ceará (SINDICONT-CE)	36
4. Considerações finais	37
Referências.....	38

1. Introdução

Estudiosos afirmam que, desde os primórdios da humanidade, a origem e o desenvolvimento da Contabilidade está associado ao desenvolvimento das civilizações. Segundo Sá (1997, p. 16), “A Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano.”

Desde a era primitiva foram encontrados registros contábeis, mesmo que de forma rudimentar. Com o início das grandes navegações e descobertas de novas terras, as práticas comerciais evoluíram e surgiu a necessidade de registro das transações, do controle patrimonial e da distribuição do resultado dos negócios, antes mesmo da existência dos Princípios Contábeis.

O descobrimento do Brasil e a sua colonização propiciou a visita de muitos estrangeiros às terras brasileiras, inclusive no Ceará. Martim Soares Moreno foi o primeiro colonizador a aportar no rio ‘Siará’, que deu origem ao nome do estado. Segundo Alencar (1865, p. 87), a palavra de origem Tupi significa ‘onde canta a jandaia’. E, Ceará pode ser considerada ‘cemo’ – cantar forte e ‘ára’ – pequena arara ou periquito, que significa ‘canto da jandaia’.

Com a evolução da Contabilidade, a partir das práticas contábeis decorrentes da atividade comercial e o surgimento de pensadores contábeis, em nível mundial e de Brasil, se tornaram necessárias as regulamentações governamentais e as práticas de ensino para qualificação de profissionais; a criação de legislação tributária, comercial e societária; a criação de órgãos regulamentadores do comércio e da profissão contábil; os movimentos classistas; o surgimento e a evolução do ensino de graduação e pós-graduação; e os eventos técnicos e científicos, com os seus periódicos.

Diante desse contexto que contempla História política, econômica, social e contábil do Brasil e do Ceará, apresenta-se neste estudo como objetivo geral: verificar a relação entre a evolução política, econômica e social do Ceará e o desenvolvimento contábil.

Os objetivos específicos são:

1. Analisar a evolução do pensamento contábil no mundo, através das dez escolas e dos seus pensadores.
2. Identificar os fatos mais relevantes da evolução política, econômica e social do Ceará, a partir do contexto econômico mundial e do Brasil, e a sua relação com o desenvolvimento da Contabilidade.
3. Estudar a evolução histórica da profissão contábil no Ceará alinhada com o estado da arte da Contabilidade no Brasil.

Quanto à metodologia científica aplicada à pesquisa foi utilizado um modelo sistêmico, que é compatível com as pesquisas históricas, e um conjunto de métodos capazes de permitir a integridade dos fatos estudados.

A pesquisa foi realizada utilizando-se o método dedutivo e o indutivo. Nesta pesquisa, estuda-se a evolução da profissão contábil no Ceará, a partir da evolução histórica do pensamento contábil mundial, da evolução política, econômica e social do Brasil e do Ceará, e das influências internacionais, destacadamente de Portugal, França, Inglaterra e Estados Unidos. O dedutivo tem por base as escolas do pensamento contábil e o indutivo retrata, historicamente, a evolução da profissão contábil no Ceará, a partir do contexto político, econômico e social (RICHARDSON et al., 2012).

Quanto aos métodos de procedimentos, foram adotados o monográfico e o comparativo. O primeiro permite estudar um único objeto de forma profunda. O objeto em estudo foi a Contabilidade no Ceará, visando um resgate da memória do estado na evolução da profissão contábil. E, o compa-

rativo foi utilizado para analisar o desvio temporal do reflexo da pesquisa científica em Contabilidade no mundo e a sua aplicabilidade no Brasil e no Ceará.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é do tipo exploratória, que é utilizada quando não se tem informação sistematizada e com consenso acadêmico sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno; haja vista a inexistência de um estudo profundo e sistematizado sobre a história da Contabilidade no estado do Ceará. E, descritiva, que é adotada quando se deseja descrever as características de um fenômeno. A história da Contabilidade no Ceará busca identificar o relacionamento do objeto em estudo, no enfoque sistêmico, envolvendo a história da Ciência Contábil no mundo com as 10 Escolas do pensamento contábil, o desenvolvimento político, econômico e social, desde a descoberta do Brasil (1500) até os dias atuais, no país e no estado, e a sua relação com o desenvolvimento da Contabilidade no estado do Ceará (RICHARDSON et al., 2012).

Quanto ao problema, a pesquisa é qualitativa. De acordo com Richardson et al. (2012, p. 79), “A abordagem qualitativa de um problema [...], justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. A pesquisa busca o entendimento sobre o fenômeno social do desenvolvimento da Ciência Social Aplicada, denominada Ciência Contábil, na Província/Estado do Ceará, que inicialmente foi desprezada pelo rei de Portugal por não atender, no século XVI, os interesses econômicos da Coroa Portuguesa.

Os delineamentos utilizados foram: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso (GIL, 2011). A pesquisa bibliográfica é composta essencialmente de pesquisa histórica sobre: i) a história do pensamento contábil no mundo, com fundamento em Sá (1997), Hendriksen e Van Breda (1999), Schmidt (2000), Schimdt e Santos (2006) e Ludícibus (2015); ii) a história do Ceará, baseada nos estudos de Oliveira (2011) e Farias (2012); e iii) a evolução dos órgãos de classe e da atividade acadêmica em Contabilidade, com fundamento nos sites dos órgãos classistas e dos seus dirigentes/ colaboradores e nos estudos de Peleias et al. (2007) e Peleias e Bacci (2004).

A pesquisa documental foi realizada em documentos públicos e privados, de fonte primária, e destacam-se: a legislação, o acervo de museu e as fontes iconográficas (fotografias).

De acordo com Yin (2005, p. 20), “[...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real [...]”. O caso investigado é o estudo e a aplicação da técnica contábil e da evolução acadêmica e científica da Contabilidade no Ceará, haja vista que, quando o Brasil foi descoberto em 1500, a Contabilidade já se encontrava no período pré-científico, na Itália. O Frei Lucca Pacioli já havia publicado o livro com a sistematização das partidas dobradas, em 1494 já havia sido lançada a primeira escola, denominada Contista, e a imprensa já estava em funcionamento. A técnica análise de conteúdo foi utilizada para a coleta e a análise de dados visando a interpretação sistêmica e comparativa dos mesmos (BARDIN, 2014).

O estudo foi estruturado em três seções. A primeira é a introdução que contempla a justificativa para a pesquisa, o objetivo geral e os específicos e a metodologia adotada na pesquisa. A segunda seção trata sobre o referencial teórico que contempla a evolução das Escolas do Pensamento Contábil no mundo; a história econômica, política e social do Ceará e as influências do mundo e do Brasil para o desenvolvimento contábil; a educação e a pesquisa contábil no Brasil e no Ceará; o Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRC-Ce) e finalizando, o papel do sindicalismo contábil em nível empresarial e profissional, no Brasil e no Ceará. A terceira seção apresenta as considerações finais do estudo.

2. A evolução política, econômica e social do Ceará e o desenvolvimento contábil

2.1. A evolução do pensamento contábil no mundo: as escolas e os seus pensadores

A história da evolução da Contabilidade e suas pesquisas se confundem com a história da humanidade e pode ser dividida em cinco grandes períodos. Esta pesquisa se fundamenta nos estudos de Sá (1997), Hendriksen e Van Breda (1999), Schmidt (2000), Schimdt e Santos (2006) e Iudícibus (2015). A evolução do pensamento contábil pode ser estruturada de forma científica em 10 Escolas.

O primeiro período denominado de pré-história contempla antes do surgimento da escrita até 4000 a.C.. Trata-se do período embrionário da Contabilidade. O período antigo, a partir de 4000 a. C. até 476 d.C., que culminou com a queda do Império Romano do Ocidente e para a Contabilidade até o final do século IV. Este segundo período é marcado pelo surgimento da escrita, pela fiscalização da escrituração dos templos no Egito, pela utilização da moeda e o surgimento da administração pública (SCHMIDT; SANTOS, 2006).

O terceiro período denominado medieval deu-se a partir de 476 até 1453, marcado pela queda de Constantinopla; e no aspecto contábil, teve início no século V até 1494. É a denominada 'Era Técnica', com a descoberta do moinho de vento e da bússola. Houve um avanço na Matemática com a descoberta de pesos e medidas. O desenvolvimento do comércio exterior promoveu o aparecimento das primeiras corporações na Itália, o capitalismo se ampliou, a forma rudimentar de débito e crédito, o uso do Livro Caixa, o surgimento das relações de trabalho, surgiram as sociedades e a conta 'capital'. A imprensa favoreceu muito a expansão do conhecimento. Em 1445, na Europa, Gutenberg criou a imprensa, apesar de a primeira impressão ter sido realizada em 853, na China (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; SCHMIDT, 2000).

Já o período moderno, após 1453 até 1789 (Revolução Francesa), para a Contabilidade, é considerado o período pré-científico e se estende a partir de 1494 até 1840. As escolas do pensamento contábil desenvolveram-se a partir do período moderno. A primeira Escola, a Contista, foi criada em 1494 por Frei Lucca Pacioli e Benedetto Contrugli. Os estudos fundamentavam-se no processo de escrituração e na técnica de registro por meio do sistema de contas. Neste ano, Frei Lucca Bartolomeo Pacioli di Borgo di San Sepulcro (Professor da Universidade de Perugia, na Itália) escreveu o livro de Matemática *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalitá* e no capítulo *Particulario de computies et scripturis* sistematizou as partidas dobradas (PINTO, 2002; IUDÍCIBUS, 2015).

Este período foi marcado por grandes fatos históricos como: as grandes navegações, o Mercantilismo e o Renascimento. A Contabilidade teve grandes contribuições, tais como: Em 1590, Bartolomeu Salvador de Solorzano (espanhol) sistematizou o Livro Caixa. Em seguida, 1601, Giovanni Antonio Moschetti (italiano) realizou estudo sobre a Contabilidade Industrial, e em 1636 o Jesuíta Ludovico Fiori (italiano) apresentou a base do Princípio da Prudência e das partidas de múltiplas contas (SÁ, 1997; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; SCHMIDT, 2000).

Com o avanço da economia foi criada em 1602 a primeira bolsa de valores, situada em Amsterdã. Em 1773 foi criada a Bolsa de Valores de Londres e em 1792, a de New York. O avanço refletiu-se na pesquisa contábil. Em 1709, Samuel Ricard, com revisão do filho Jean Pierre (1724), definiu as contas gerais. A Contabilidade passou a ter um conceito financeiro de controle de riqueza. No período de 1760-1860, a Inglaterra viveu a primeira fase da Revolução Industrial, que se disseminou e ampliou os estudos contábeis na área de custos (PINTO, 2002; SCHMIDT; SANTOS, 2006).

Em 1761, a profissão contábil passou a ser formalizada a partir da Escola Técnica de Comércio de Portugal. A justificativa para o crescimento da profissão estava atrelado ao crescimento econômico em 1800 decorrente do sucesso da Revolução Industrial em Londres, que ocupava uma posição eco-

nômica privilegiada e já possuía 80 bancos, e quase 400 espalhavam-se por toda a Grã-Bretanha (SCHMIDT, 2000).

Em 1840, Francesco Villa escreve a obra *La contabilità applicata alle amministrazioni private e pubbliche*. Essa obra teve grande contribuição para os estudos de gestão pública na área contábil e até hoje é uma referência conceitual, nas pesquisas em Contabilidade (SCHMIDT, 2000; PINTO, 2002). Apesar de todo o avanço econômico e contábil, neste período também houve um período denominado Era da Estagnação (HENDRIKSEN; VAN BREDÁ, 1999). Foi o período da Peste Negra (1347 a 1894) que dizimou grande parte do capital humano e intelectual da Europa.

O quinto período, denominado contemporâneo, estende-se desde 1840 até os dias atuais. O destaque é para a segunda fase da Revolução Industrial (1860-1900). Neste período houve uma intensa evolução na pesquisa contábil e por isso é denominado período científico.

A segunda é a Escola Administrativa, que iniciou em 1840 com Francesco Villa e Antonio Tonzing. A base de pesquisa tinha como foco a adequação dos dados contábeis, das avaliações, das análises das contas e dos orçamentos com foco no aspecto gerencial. Portanto, apresentava uma importante relação entre a Administração, a Economia e a Contabilidade. A pesquisa propiciou uma ampliação na quantidade e no tipo de informações que a Contabilidade poderia gerar, destacadamente para a tomada de decisão dos gestores (SCHMIDT, 2000).

No período científico, após 1850, surgiu a Escola Personalista, em terceiro lugar, que tinha como representantes Giuseppe Cerboni e Giovanni Rossi. Foi esta escola que introduziu os conceitos jurídicos de direitos e obrigações em relação ao credor e ao devedor no patrimônio das entidades. Destaca-se neste período a forte influência da regulamentação, tanto no aspecto legal como fiscal. Os estudos desta escola serviram de base para a Contabilidade Financeira atual, especialmente no aspecto de divulgação obrigatória (SCHMIDT; SANTOS, 2006).

No mesmo período também foi criada a quarta escola, denominada Escola Matemática, que não ofereceu muita contribuição porque o seu objeto de estudo era limitado e tinha fortes opositores como Fábio Besta, Gino Zappa e Vincenzo Masi (foram alunos de Besta), que tinham pesquisas voltadas para a essência do que a informação contábil pode gerar de resultados para a empresa, a tomada de decisão e o controle (SCHMIDT, 2000).

Entre 1880-1939, Fábio Besta foi o expoente da Escola Veneziana ou Controlista, que ocupou a quinta posição. Esta escola destacou-se no estudo do controle econômico das entidades utilizando a Teoria do Fundo. Atualmente, esta teoria é muito utilizada, destacadamente na Contabilidade Pública e aplicada às entidades seguradoras, de previdência privada e de saúde (SCHMIDT; SANTOS, 2006; IUDÍCIBUS, 2015).

Após 1880, surgiu na França, a Escola Neocontista ou Francesa, sexta no ranking, cujo representante foi Jean Dumarchey. O seu maior crítico foi Fábio Besta. O principal objeto de estudo foi 'o valor'. Os pesquisadores entendiam que as características qualitativas e o registro quantitativo permitiam conhecer a composição e o valor da entidade. Foi um estudo de grande relevância para a Contabilidade Financeira atual, que estuda o valor econômico e de mercado das entidades. As características qualitativas da informação contábil também são muito relevantes para a tomada de decisão e para a análise e as projeções contábeis. São elementos presentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade, destacadamente no CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (SCHMIDT, 2000; CPC, 2015).

No final do século XIX até 1949 foi criada a sétima escola, chamada de Escola Alemã, cujo representante foi Schmalenbach. O objeto de estudo foi a análise da gestão da entidade, sistematização econômica e formulação de princípios. Destacaram-se os estudos em custos, com o desenvolvimento dos conceitos de centros de custo, custo fixo e variável. O foco da pesquisa era a tomada de decisão (SCHMIDT; SANTOS, 2006).

Gino Zappa, discípulo de Fábio Besta, foi o precursor da oitava Escola: Economia Aziendal

(1922-1960). Esta escola teve como objeto de estudo a forma da demonstração contábil que permitisse conhecer o resultado da entidade, por meio do confronto de receitas e custos. Para tanto, estudaram a combinação sistêmica dos fatores de produção, o preço e os fatores de existência da empresa no presente e no futuro (SÁ, 1997; SCHMIDT, 2000).

A nona escola foi denominada Escola Patrimonialista e teve como expoente Vincenzo Masi (aluno de Besta), que discordou do colega Gino Zappa, e estendeu-se de 1926 até a década de 70. Esta escola definiu o objeto de estudo da Ciência Contábil: o patrimônio das entidades. E, acrescentou aos fundamentos científicos as leis e os princípios para a interpretação dos fenômenos patrimoniais. Segundo os patrimonialistas, o estudo do patrimônio compreende três partes distintas: a estática patrimonial (Balanço Patrimonial), a dinâmica patrimonial (o ativo e o passivo) e a revelação patrimonial (Princípios e as Normas) (SCHMIDT, 2000). Foi a escola com maior número de pesquisadores no Brasil. Os expoentes são: Francisco D'Auria, Frederico Herrmann Júnior e Hilário Franco (PELEIAS; BACCI, 2004).

Esta escola teve um enfoque financeiro e priorizou o fornecimento de informação para acionistas/ investidores (shareholders). Este aspecto ainda é vigente porque se tornou a base da estrutura conceitual do Financial Accounting Standard Board (FASB) – FAS 1, da Escola Americana, e atualmente do International Accounting Standard Committee (IASC), vigente no Brasil, por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), da norma CPC 00 (R1). A Escola Patrimonialista lançou duas revistas científicas na área contábil. Em 1928, foi lançada a Rivista di Economia Aziendale e em 1946, a Rivista di Scienza Aziendale (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; SCHMIDT; SANTOS, 2006; IUDÍCIBUS, 2015).

A Escola Norte-americana foi a décima, criada no início do século XX, com a ascensão econômica dos Estados Unidos teve como principais acadêmicos: Paton, Hatfield, Littleton, Moonitz, Chambers e Most. Esta escola sofreu forte influência da quebra da Bolsa de Valores de New York, em 1929, por isso as suas pesquisas têm os acionistas/ investidores e credores como os principais stakeholders da Contabilidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; SCHMIDT, 2000; IUDÍCIBUS, 2015). Esta escola influenciou os pesquisadores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da Universidade de São Paulo (USP). Destacam-se: Ariovaldo dos Santos, Eliseu Martins, Fábio Frezatti, José Carlos Marion, Reinaldo Guerreiro, Sérgio de Iudícibus e Nelson Carvalho.

A Escola Americana tem estudos relevantes em todas as áreas da Ciência Contábil. O grande destaque foram os princípios contábeis, para os quais até hoje não existe consenso científico. Na década de 90, os United States Generally Accepted Accounting Principles (US GAAP) chegaram a ser adotados em vários países, inclusive o Brasil adotou a terminologia em sua normalização (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), as entidades de classe nos Estados Unidos têm um papel de destaque na pesquisa contábil, principalmente: American Institute of Accountants (AIA), American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), American Accounting Association (AAA) e o Financial Accounting Standard Board (FASB). Permanecem, atualmente, estas 10 Escolas do pensamento contábil no mundo.

Mais uma vez, a Contabilidade Americana foi abalada pelo mercado de capitais com a quebra da empresa Enron, em 2001. Esse fato redirecionou a Contabilidade, em nível mundial, para a Normas Internacionais de Contabilidade. Em 2001, foi criado em Delaware (USA), o International Accounting Standards Committee (IASC Foundation) com a finalidade de delinear as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's). As normas são denominadas International Accounting Standards (IAS) e são elaboradas por um órgão do IASC denominado International Accounting Standards Board (IASB). Ainda não há um enquadramento científico que classifique o trabalho de padrões contábeis realizado pelo IASC como resultante de uma Escola contábil, apesar do expressivo número de acadêmicos, mundialmente reconhecidos, que participam do comitê (NIYAMA, 2008).

Para que essas diretrizes fossem efetivadas, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 1.103, de 28 de setembro de 2007, atribuiu ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC) o objetivo de estudar, preparar e divulgar por meio de pronunciamentos técnicos, procedimentos de Contabilidade que visem à convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais.

Esta evolução contábil em nível mundial também se refletiu no Ceará, seguindo a história da descoberta e da colonização do Brasil, apesar da defasagem de tempo entre os fatos acadêmicos e científicos ocorridos no mundo e no Brasil.

2.2 Os aspectos políticos, econômicos e sociais e a sua relação com a evolução da Contabilidade: do Siará ao Ceará

A Contabilidade, por ser uma Ciência Social Aplicada, tem registros na era primitiva, em cavernas, com desenhos de caça; nas grandes civilizações: a inca, com registro em cordas; a egípcia, em blocos de argila; e a romana e a grega, com inscrições em mármore (ver Figura 1). Nestas, destacam-se o registro de Contabilidade de Templos/ Igrejas e a Pública, e naquelas a subsistência das famílias/ comunidade (SÁ, 1997; SCHMIDT, 2000).

Fonte: História de mestre (2015), Museo Inka (2007), Silva Netto (2015).



Figura 1 - Imagem de pintura rupestre da caverna de Lascaux (França) retratando cavalos, Contador Geral e Tesoureiro Inka e Pedaco de argila sumeriana com registro das rações diárias em pictogramas.

Ludícibus (2015, p. 17) corrobora que, o desenvolvimento da Contabilidade:

Em termos de entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado da arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional, e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações.

O Brasil foi esquecido pelos portugueses porque não atendia aos interesses econômicos de Portugal. Apenas em 1530, o rei decidiu lotear o país em capitânias. No entanto, a capitania do Ceará por ter suas terras no polígono das secas só foi colonizada no século XVII e sob o controle político de Pernambuco (FARIAS, 2012).

O estudo da evolução histórica do Ceará apresentado nesta pesquisa fundamenta-se nas investigações históricas de Oliveira (2011) e Farias (2012). Trata-se de um percurso instigante que se inicia com a colonização (1500-1800), seguido dos períodos imperial (1801-1888), republicano (1889-1930) e contemporâneo (1931-dias atuais). Trata-se de uma análise histórica em que a história mundial e do Brasil influencia a história do Ceará.

3.1. A colonização do Ceará (1500–1800) e a sua autonomia política

As visitas de estrangeiros ao Ceará começaram antes da ‘descoberta do Brasil’ pelos portugueses. Segundo alguns historiadores, em janeiro de 1500, o espanhol Vicente Pinzón aportou na ponta do Mucuripe, mas não tomou posse da nova terra, pois já pertencia aos Portugueses pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, entre espanhóis e portugueses (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Farias (2012), no dia 22 de abril de 1500, os portugueses chegaram à ilha de Vera Cruz, atualmente Bahia, que mudou o nome, no ano seguinte, para Terra de Santa Cruz e em 1503, para Brasil. Na época, o Brasil não atendia os interesses comerciais portugueses e ficou praticamente esquecido até 1530. Apenas o pau-brasil foi explorado nesse período. O governo de Portugal, devido a pirataria, decidiu colonizar o Brasil em 1530, implantando um sistema de capitanias hereditárias.

Conforme Oliveira (2011), Dom João III, rei de Portugal, dividiu o litoral brasileiro em 14 capitanias, entregando a 12 donatários. No Ceará, em 1530, foram distribuídos três lotes. Contudo, a resistência dos povos indígenas, poucas terras férteis em algumas regiões, pouco interesse e falta de dinheiro de alguns donatários foram motivos para o fracasso do sistema de capitanias. No século XVI, apenas aventureiros sem iniciativas colonizadoras estiveram no Ceará, fazendo escambo com os índios.

Milhares de índios povoavam o Ceará no século XVI, quando chegaram os europeus. O contato dessas culturas foi marcado por guerras, mortes e disputas por terras e liberdade. A essência deste confronto ainda pôde ser sentida 500 anos depois quando a professora Raimunda Marques do Nascimento, filha do cacique João Venâncio, da tribo Tremembé disse em depoimento ao Jornal O Povo (2000, p. s/n): “Como alguém pode ter descoberto uma terra se já tinha gente morando nela? Para o branco, pode ser 500 anos de descobrimento; para nós, são 500 anos de sofrimento e invasão. Foi o começo da destruição, do fim.”

Ocorreu a extinção de uma comunidade livre e sem o controle capitalista e o início da escravidão e do capitalismo no Ceará. Pode-se dizer que, o verdadeiro povo brasileiro e cearense foi extinto para dar lugar a uma nova geração, que reunia estrangeiros e o fruto da miscigenação, inicialmente com as raças branca e indígena e depois acrescida da negra.

Segundo Oliveira (2011), no período Colonial existiu dois grandes grupos indígenas, os Tupis e os Tapuias. As principais tribos da época eram: Tabajara, Tremembé, Cariri, Jucá, Icó, Paiacu, Tocariju, Inhamum, Genipapo, Canindé, Calabaça e Potiguara. Os grupos ficavam sediados nas serras, no sertão e nas praias. No século XVII, no período de 1687 a 1720, grupos indígenas da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará se opuseram à chegada dos homens brancos e, insatisfeitos com a invasão de suas terras, promoveram uma guerra contra os invasores. Em uma primeira fase, os indígenas atacaram o litoral, depois seguiram rumo ao sertão, onde foram derrotados pelos conquistadores.

O Ceará ainda não havia sido colonizado, mas já haviam surgido as primeiras Alfândegas em outras Vilas da Colônia, o que originou, em 1549, a vinda de Gaspar Lamego para o Brasil, pois foi nomeado o primeiro Contador da Casa Real (SÁ, 2008).

As primeiras expedições ao Ceará partiram da Paraíba com destino ao Maranhão sob o comando de Pero Coelho, alcançando as praias de Camocim, em 1604, e da Barra do Ceará. A seca de 1605-1606 forçou Pero Coelho a retirar-se para o Rio Grande do Norte. Em 1607, os jesuítas chegaram ao Ceará com a tarefa de catequizar os índios. Martins Soares Moreno chegou em 1605, acompanhado do ajudante açoriano Pero Coelho de Souza, ver Figura 2. Chegou ao Ceará e ergueu o forte de São Sebastião e a capela Nossa Senhora do Amparo em local próximo, onde surgiria, um século depois, a Vila de Fortaleza. Foi ao Maranhão combater os franceses, em 1621 e, em 1631, foi combater os holandeses em Pernambuco. Em 1637, os holandeses ocuparam o forte de São Sebastião, no Ceará. Foram dois períodos de invasão holandesa, de 1637 a 1644 e de 1649 a 1654. A presença holandesa não resultou em crescimento populacional que desse suporte a atividade produtiva e serviu apenas de base de apoio à ocupação de Pernambuco (OLIVEIRA, 2011). O principal interesse era no plantio de cana de açúcar, inadequado

para o Ceará. Em 1660, o Padre Antônio Vieira atravessou o Piauí, procedente do Maranhão com destino à Serra da Ibiapaba para visitar o aldeamento dirigido pelos Jesuítas (FARIAS, 2012; SESC, 2015).

No século XVII, o Ceará não possuía brasão e bandeira porque não tinha representatividade econômica, apenas um símbolo que retratava a imagem do Capitão, ver Figura 2. O Brasão foi instituído através da Lei nº. 393, de 22 de setembro de 1897, durante o governo de Antônio Pinto Nogueira Accioli. Retratava o sol e o farol do Mucuripe, a serra e o pássaro, o mar e a jangada, e o sertão e a carnaúba. Como timbre, a figura de uma fortaleza de construção antiga, cor de ouro, com cinco merlões, hoje só existem dois. A Bandeira do Ceará foi lançada como símbolo do estado em 1922, por Justiniano de Serpa. A Figura 2 retrata a bandeira vigente, que sofreu algumas alterações, como a exclusão do ramo de fumo e algodão (GEOGERAL, 2015).

Fonte: SESC (2015) e Geogeral (2015)



Figura 2 - Primeiro Capitão-mor do Ceará e a Bandeira atual do estado.

Segundo Aragão (1987), com a derrota dos holandeses, o governo português nomeou Capitão-mor do Ceará Álvaro de Azevedo Barreto, que denominou o forte de Nossa Senhora da Assunção. A capitania continuou sem expressividade econômica e, de 1656 a 1799, estava sujeita a Pernambuco dependendo política e economicamente, retardando o seu crescimento. Após esse período, a capitania ficou diretamente subordinada a Portugal. Em 1700, Aquiraz foi sede da primeira Vila do Ceará, mas logo foi transferida para a Barra do Ceará, no período de 1701 a 1706, e após várias batalhas judiciais, em 1713 a sede da Vila voltou para Aquiraz.

Apenas em 1726, sob a jurisdição de Pernambuco, foi instalada a Vila de Fortaleza, as vilas de Icó (1738), Aracati (1748), Viçosa do Ceará, Caucaia e Parangaba (1759), Messejana (1760), Baturité e Crato (1764), Sobral e Granja (1773), Quixeramobim (1789). Dessa forma, com o sistema capitalista em desenvolvimento, os portugueses passaram a incorporar como objetivo a atividade econômica no Ceará, investindo fortemente na criação de gado, pois não se enquadrava na produção açucareira (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Lopes (2003), desde 1735 o governo português buscava inventariar possíveis recursos minerais nas terras do Ceará. Para tanto, enviou o naturalista português João da Silva Feijó para inspecionar as minas de prata da serra dos Cocos, a prata e o cobre em Ubajara e o ouro na Serra da Ibiapaba. Também foi encontrado ouro na região do Cariri, em 1752. A serra de Uruburetama foi explorada em meados de 1754. Em 12 de setembro de 1758, uma ordem régia recomendou a interrupção da exploração de minas, possivelmente em decorrência do baixo rendimento.

Diante da escassez de recursos minerais no estado, houve uma alteração na economia e o foco passou a ser o gado. De acordo com Oliveira (2011), a instalação de fazendas se deu com maior intensidade ao longo dos rios, especialmente o Jaguaribe, além dos sertões como no Cariri, Crateús e Quixeramobim. Não era permitida a remuneração em dinheiro aos vaqueiros, apenas com animais. Por

volta de 1740 é que surgiram as primeiras oficinas ou charqueadas, transformando povoados em vilas, surgindo os núcleos urbanos de Aracati, Quixeramobim, Acaraú, Camocim e Sobral. Como a administração tinha sede nas Vilas, a Capitania passava a exercer maior controle sobre a mão-de-obra e a atividade produtiva e comercial. Sobral, através do porto de Acaraú, tornou-se líder na comercialização na região norte da Capitania.

Os aldeamentos escravizavam os índios, por meio do domínio dos jesuítas sobre os vaqueiros, e as Vilas, também corrompiam a cultura indígena. De acordo com Cordeiro (1989):

Se os aldeamentos significavam para os indígenas cearenses o começo do fim, a criação de vilas em detrimento dos aldeamentos significou o evaporar das últimas esperanças. Com as vilas, os índios eram obrigados a viver segundo as leis dos “brancos”, tratados como os demais vassallos da Coroa. Sem raízes, entravam os indígenas em desequilíbrio profundo, somando-se a tudo isso os males causados pelas inúmeras doenças infecciosas que os brancos lhes transmitiram.

De acordo com Melo (2012), outro conflito responsável pela morte de muitos índios, no final do século XVII e início do século XVIII, foi uma guerra entre dois grupos de criadores de gado e latifundiários, as famílias Monte e Feitosa que manipulavam indígenas.

As funções comerciais urbanas começaram a se diversificarem na segunda metade do século XVIII, quando o charque entrou em decadência, surgindo pequenos comerciantes, marchantes, caixeiros e mascates ambulantes. A economia dependente do mercado interno estabelecia relações comerciais entre os grandes centros do litoral, fazendas e sítios do sertão, reduzindo o isolamento das regiões (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Oliveira (2011), a partir de 1780, o algodão passou a ter destaque na economia brasileira e do Ceará. Era considerado apenas como matéria-prima para fabricação de tecidos para escravos e enfiamento de mercadorias exportadas. Fatores internacionais como o crescimento da indústria têxtil inglesa (primeira fase da Revolução Industrial) e a Guerra da Secessão entre Inglaterra e as colônias da América do Norte, que eram fornecedores, influenciaram o aumento da produção de algodão no Nordeste brasileiro. A cultura do algodão era praticada de forma nativa pelos índios e passou a adotar o modelo latifundiário. Desta forma, transformou-se na principal atividade econômica cearense, fazendo a Vila de Fortaleza transformar-se em grande coletor e exportador. O algodão foi considerado o elemento responsável pelo crescimento urbano, econômico, político e cultural da cidade na segunda metade do século XIX. A pecuária e o algodão não se colocavam como atividades excludentes, e formou a base para a economia do Ceará, que se consolidaria no chamado binômio gado-algodão.

Conforme Nobre (1987), quando o Ceará se tornou uma Capitania autônoma passou a receber ordens de Lisboa, e foi nomeado o primeiro governador: Bernardo Manuel Vasconcelos (1799 a 1802), que realizou ações importantes para a arrecadação, tais como: instalação da junta da Fazenda do Ceará, construção da alfândega de Aracati (CE), criação das Casas de Inspeção de algodão e de novas estradas interligando o interior e Fortaleza, além de reedificar e instalar novas Vilas visando desenvolver economicamente o Ceará. A estrutura de Capitânicas e Vilas representaram embriões de controle administrativo e tiveram vigência de 1696 até a segunda década do século XVIII. Os impostos eram cobrados nas transações nas feiras e no abate do gado. Fortaleza era a sede da Capitania e Aquiraz, a sede da Ouvidoria. Apesar da Contabilidade já estar presente na Europa, na sua fase científica, inclusive com escolas de ensino em Portugal, o Brasil e o Ceará realizavam seus controles de forma rudimentar para a época.

3.2 O período imperial (1801-1888): o crescimento econômico do estado e os avanços contábeis

O período imperial foi de grande importância para o desenvolvimento econômico do Ceará. A infraestrutura de Fortaleza deixava muito a desejar para os conquistadores europeus e comerciantes, que estavam acostumados com a vida europeia. Em 1800 foi nomeado um arruador com o objetivo de dar às ruas orientação, regularidade e disciplinar o traçado da vila de Fortaleza (CASTRO, 1982; COSTA, 2014).

De acordo com Sá (2008, p. 54), “Em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, a Colônia vivenciou um desenvolvimento socioeconômico e cultural que provocou aumento em seus gastos e receitas, o que exigiu do Estado melhor controle das contas públicas. Foi implantado com essa finalidade o órgão denominado Erário Régio, introduzindo a Contabilidade Brasileira no método das partidas dobradas, que já era utilizado em Portugal”. A presença da Família Real promoveu uma revolução econômica e social no país, com a internacionalização do comércio de algodão para a Inglaterra e da nova rota de exportação para a Europa e a América do Norte (NADAI, 1995; BEZERRA, 2013).

Em 1809, dando expansão ao desenvolvimento econômico do estado, o Governador do Ceará fundou uma fábrica de louça vidrada e determinou a construção de um mercado público. Em 1802, já havia sido construído um açougue (COSTA, 2014).

A Contabilidade Fiscalista, que já era a base da Contabilidade em Portugal, foi trazida para o Brasil e implementada de imediato por D. João VI. De acordo com o Alvará de 27 de junho de 1808, citado por Costa (2014), foi realizado o levantamento urbano de Fortaleza e cobrada a Décima Urbana ou Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos - imposto arrecadado pela Superintendência da Décima – e que, posteriormente, converteu-se no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Em 1809, foi promulgado um Alvará em 15 de julho, criando oficialmente o ensino de Contabilidade no país por meio das aulas de comércio, intituladas de ‘aulas práticas’. Outro fato relevante foi a apresentação, pelo Visconde de Cairu, de um sistema de Direito Comercial e da realização dos primeiros estudos sobre Economia Política no Brasil (PELEIAS; BACCI, 2004).

Na Capitania do Ceará, o Governador Coronel Manuel Inácio de Sampaio (1812 – 1820), trouxe como seu ajudante de ordens o português Tenente-Coronel Engenheiro Antônio José da Silva Paulet, que iniciou a organização administrativa da Capitania e traçou o plano de expansão com traçado em xadrez, no modelo europeu. Instalou a Alfândega (01.07.1812), destinada à arrecadação dos impostos de entrada e saída de gêneros; o Correio (01.05.1812); a reconstrução da Fortaleza da Assunção e a construção de edifícios públicos, destacando-se o mercado (1815-1818) (CASTRO, 2005; COSTA, 2014). O Brasil recebeu o padrão contábil de arrecadação fundamentado na Alfândega, e a Contabilidade passou a ter que realizar relatórios de acordo com a legislação societária, fiscalista e gerencial.

Em 1817, o aumento dos impostos pelos portugueses, a redução dos preços do algodão e do açúcar no mercado externo e o elevado custo de vida induziram um movimento revolucionário com a ideia de proclamar a independência de Pernambuco. O movimento atingiu as Províncias de Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (OLIVEIRA, 2011).

Nas primeiras décadas do século XIX várias casas comerciais estrangeiras se instalaram no Brasil para realizar o comércio internacional. Stervenson e Duder, na Bahia, especializada em negócios de cacau e óleo de baleia; a Casa Inglesa de Mrs. Brack, no Recife; Proudfoot & Comp., no Rio Grande do Norte e a Casa Inglesa, no Ceará, fundada pelo irlandês William Wara (BEZERRA, 2013).

De acordo com Oliveira (2011), em 1821, D. João VI retornou a Portugal e D. Pedro I assumiu a coroa. Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. O Ceará aceitou a independência, mas algumas Províncias reagiram. Fortaleza passou a cidade no período Imperial, em 1823, através de um Decreto assinado por D. Pedro I transformando todas as vilas do Brasil em cidades,

com a denominação de Fortaleza de Nova Bragança (COSTA, 2014).

Em 25 de março de 1824, a Constituição outorgada promoveu muito descontentamento na sociedade brasileira. Pernambuco reagiu com um movimento revolucionário contra a atitude autoritária e centralista de D. Pedro I. O Ceará aderiu ao movimento, que terminou com seus idealizadores mortos ou exilados. Em Fortaleza (CE), as execuções foram realizadas na Praça dos Mártires (Passeio Público) (OLIVEIRA, 2011).

Apesar de a imprensa ter sido criada em 1445, a tipografia no Ceará chegou em 1824, com o Diário do Governo do Ceará e atingia pequena parcela da população, que em sua maioria era analfabeta. Além das publicações oficiais, as tipografias publicavam anúncios comerciais e ofereciam suporte à cultura, ao comércio, à política e à impressão de livros didáticos e obras literárias (FARIAS, 2012). Representou um grande impulso para a divulgação do conhecimento, pois os livros eram importados.

Na primeira gestão do cearense José Martiniano de Alencar (1834-1837), o progresso econômico e político-administrativo do Ceará ganhou forte impulso com a criação da Assembleia Legislativa e do Banco Provincial do Ceará (1835); a construção de açudes de pedra e cal; importou o primeiro engenho a vapor da província; incentivou o cultivo e a fabricação do chá, café e açúcar; organizou uma Companhia de Trabalhadores, semelhante às cooperativas atuais; trouxe para Fortaleza colonos estrangeiros - trabalhadores agrícolas e especializados nos ofícios de ferreiro, pedreiro, carpina e fatura de estradas; e solicitou ao governo imperial o envio de cinco professores para residirem nas principais localidades: Fortaleza, Aracati, Icó, Crato e Sobral. Alencar também determinou a plantação de árvores de ambos os lados das estradas, que ligavam as regiões produtoras de algodão e de culturas de subsistência, facilitando o deslocamento da produção para a capital favorecendo o comércio (COSTA, 2014).

Com toda essa evolução econômica, em 1835, foi criada a Associação Comercial do Ceará, que impulsionou a instalação de casas comerciais e as participações em feiras internacionais (BEZERRA, 2013).

No período de 1840-1841, ocorreu a segunda gestão do cearense José Martiniano de Alencar, que segundo Nogueira (1889 *apud* Costa, 2014, p. 95) destaca:

[...] dotou a capital com iluminação a azeite; fez o reservatório do Pajeú; construiu chafarizes, uma aguada pública para as lavadeiras de roupa, uma ponte de pedra e cal sobre o riacho do Pajeú, facilitando o acesso ao bairro da Prainha, onde se encontrava a Alfândega; abriu poços (Cacimba do Povo, próximo ao Colégio das Órfãs); mandou construir estradas da capital para Mecejana e d'ahi para Aracati, Icó e Crato; e ainda da capital para Soure, Maranguape, Baturité, e Sobral e fazer estudos para o melhoramento do porto.

No Brasil, de acordo com o Decreto n°. 456, de 23 de julho de 1846, as 'aulas práticas' foram denominadas de 'aulas de comércio' e passaram a ter uma duração de dois anos. Os exames finais contemplavam as disciplinas: Matemática, Geografia, Economia Política, Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais (PELEIAS; BACCI, 2004). Essa formalização já representava um avanço para a Contabilidade brasileira.

Em 1848, foi inaugurada a iluminação pública a azeite de peixe, que foi substituída pelo gás carbônico em 1866 (RIBEIRO, 1955, p. 226).

Quatro anos após a institucionalização das aulas de comércio o primeiro Código Comercial Brasileiro – Lei n°. 556, de 25 de junho de 1850 – trouxe no seu bojo jurídico a obrigatoriedade de as empresas manterem escrituração contábil, uniformidade de registros e levantamento anual de balanços. Tratou-se de uma importante legislação para a profissão contábil e serviu de reforço para o ensino comercial. Logo, em 1856, foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que a partir de 1863 oferecia a disciplina 'Escrituração Mercantil' (PELEIAS; BACCI, 2004).

Após a sua publicação foram constatados alguns problemas no Código Comercial, os quais foram corrigidos por meio da Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860. Esta lei foi considerada a primeira Lei das Sociedades por Ações no Brasil, acrescentou a obrigatoriedade de publicação e a remessa ao governo, em prazo e pelo modo estabelecido, dos balanços, demonstrações e documentos por este determinados, e foi regulamentada pelo Decreto nº. 2.679, de 03 de novembro de 1860 (IUDÍCIBUS; RICARDINO FILHO, 2002; PELEIAS; BACCI, 2004). Trata-se de uma formalização inovadora que contribuiu para o ensino contábil.

O sofrimento dos índios também não havia terminado no Ceará. Em 09 de abril de 1863, através do relatório provincial da gestão de 1862, o Presidente da Província José Bento da Cunha Júnior decretou a extinção dos indígenas no Ceará. No texto do relatório, José Bento se contradiz quando nega a existência de índios e cita valores gastos em despesas com os mesmos (ANTUNES, 2012). Este fato foi contestado no século XX.

O crescimento comercial do Ceará foi marcado pela instalação da Casa Boris Frères em 1869, por Alphonse e Theodore Boris com a denominação de *Theodore Boris & Irmão*, e deu o impulso que faltava para as relações entre Europa, Brasil e Ceará, após a inauguração de sua filial na cidade de Fortaleza, em 1870. Os irmãos também investiram em agências de seguro e navegação, casa bancária, prensas de algodão etc. (BEZERRA, 2013).

No Brasil, o Decreto Imperial nº. 4.475/1870 representou mais uma conquista para a Contabilidade porque transformou o Guarda-livros em uma das primeiras profissões liberais regulamentadas no Brasil, reconhecendo oficialmente a Associação dos Guarda-Livros da Corte (PELEIAS; BACCI, 2004).

Do século XVI ao XIX, a base da economia brasileira foi a mão-de-obra escrava indígena e negra na produção do Brasil. Os escravos eram considerados mercadorias para os seus senhores e eram expostos em mercados, examinados e vendidos como animais aos donos de fazendas e submetidos às regras dos seus proprietários, viviam em condições subumanas. Tinham seus valores registrados nos livros contábeis dos fazendeiros latifundiários (FUNES, 2007).

No Ceará, o destaque do movimento abolicionista em 1881 foi a paralisação dos jangadeiros, que transportavam os escravos do porto para os navios que os levariam à região Sudeste do país para as plantações de café, sob a liderança do liberto José Napoleão e do mulato Francisco José do Nascimento, o 'Dragão do Mar'. Esse fato preconizou a libertação dos escravos no estado do Ceará, que ocorreu em 25 de março de 1884. No entanto, em 1º de janeiro de 1883, a Vila de Acarape (atualmente município de Redenção), no Ceará, foi a primeira a libertar os escravos no Brasil (XAVIER, 2009).

No Brasil, a escravidão teve um capítulo extenso e cruel. Conforme Oliveira (2011), o fim da escravatura iniciou com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que autorizava expulsar os traficantes e proibia o tráfico negreiro da África para o Brasil. Em 1871, surgiu a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de escravo nascidos a partir desse ano. Em 1885, a Lei dos Sexagenários, que declarava livre os escravos com mais de 65 anos. E, finalmente, em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea promulgada pela Princesa Isabel, chegou ao fim a escravidão negra. Da lei à prática existe uma larga distância e até hoje o país sofre os efeitos de uma 'libertação' maquiada e cruel, que não deu nenhum tipo de oportunidade aos libertados de serem inseridos na sociedade, mantendo-os escravizados pela miséria e a marginalização. Hoje, as favelas, também denominadas de comunidades no século XXI, foram o principal fator de exclusão criado pela libertação dos negros no passado e sufoca a 'sociedade' atual, que colhe os frutos da injustiça social plantados no século XIX. O modelo capitalista gera esses fatores alucinógenos de mudar nomes sem alterar a essência do objeto.

Também na segunda metade do século XIX, Fortaleza avançou na exportação de algodão. Em 29 de junho de 1871, o Coronel Joaquim da Cunha Freire anunciou o início da construção da estrada de ferro de Baturité (CE) e recebeu empresas de outras regiões e estrangeiras, se tornando um polo econômico-social (CORTEZ, 2013).

Em 30 de novembro de 1876, através do Decreto nº. 6.384 foi criada a Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC-CE), que foi autorizada no art. 1º, do Decreto Legislativo nº. 2.662, de 9 de outubro de 1875:

A Princesa Imperial Regente, em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Usando da atribuição conferida no art. 102 § 12 da Constituição do Imperio, de conformidade com o art. 1º do Decreto Legislativo nº. 2662 de 9 de Outubro de 1875, Ha por bem Decretar o seguinte:

CAPITULO I - DAS JUNTAS COMMERCIAES

Art. 1º Haverá Juntas Commerciaes na capital do Imperio e nas cidades de Belém, S. Luiz, Fortaleza, Recife, S. Salvador e Porto Alegre.

O primeiro presidente da JUCEC-CE foi o Barão de Ibiapina, Joaquim da Cunha Freire, que presidiu de 1877 a 1924. A JUCEC-CE teve até hoje 19 presidentes. Atualmente é presidida pelo reeleito Ricardo Luiz Andrade Lopes. Os avanços no comércio favoreciam as atividades contábeis.

Segundo Oliveira (2011), no Brasil, a partir de 1885, surgiram muitas fábricas voltadas ao mercado internacional. Nesse período se instalaram as primeiras fábricas no Ceará e surgiu o operariado cearense. Alguns fatores marcaram a dificuldade na organização desses trabalhadores: a inexperiência do operariado, o pequeno número deste, o fato de muitos trabalharem por conta própria, a repressão das oligarquias, o exército de reserva, e a liderança conservadora da maçonaria e da Igreja.

O final do século XIX também foi de grandes descobertas científicas, tecnológicas e invenções que favoreceram o desenvolvimento mundial. Na Alemanha, em 1885, os engenheiros Daimler e Benz inventaram o automóvel.

Com a cidade de Fortaleza em expansão e seguindo o processo de modernização, foi elaborada uma planta topográfica, em 1875, por Adolphe Herbster, inspirada no modelo europeu. Surgiram os transportes coletivos com bondes de tração animal (1880), os serviços telefônicos (1891), a construção do primeiro pavimento do passeio público e a instalação da primeira fábrica de tecidos Thomaz Pompeu, em 1888. Em seguida, foram instaladas as indústrias de óleos vegetais que forneciam matéria-prima para a indústria de alimentos e sabão (CASTRO, 1994; COSTA, 2014).

No cenário sócio-educacional, Fortaleza também foi marcada pelo desenvolvimento no período. Foram criados em 1864 o Seminário da Prainha, o Colégio Imaculada Conceição e a Escola de Aprendizes Marinheiros, os primeiros jornais, a Biblioteca Pública, em 1867, e o Instituto Histórico e Geográfico, em 1887.

No período imperial, o Brasil começou a crescer economicamente com a vinda da Família Real e o Ceará acompanhou a evolução com o binômio gado-algodão.

3.3. O período republicano (1889-1930) e o domínio das oligarquias no Ceará

Mesmo no período republicano, o Brasil sofria forte influência do estilo de vida europeu, destacadamente de Paris. No final do século XIX, por volta 1880, na Europa, principalmente em Paris, a aristocracia e a alta burguesia assumiram um estilo de vida despreocupado, luxuoso e voltado aos prazeres sofisticados. Na França foi criado o cinema e proliferavam peças no teatro. Na sequência, no início do século XX, surgiu a cultura de massas. A burguesia passou a comprar o lazer, as revistas, os jornais, os espetáculos circenses e as disputas desportivas, contrastando com o estilo de vida de camponeses e operários (OLIVEIRA, 2011).

Conforme Ponte (1993), no final da década de 1880, Fortaleza (CE) absorveu algumas inovações europeias passando por várias transformações no cenário econômico e social, tais como: implantação do trabalho assalariado, abolição da escravidão, surgiu o regime republicano e se desenvolveram atividades intelectuais no centro da cidade.

O Ceará, por intermédio da Casa Boris Frères, que foi responsável pela organização das mercadorias cearenses, participou da Exposição Universal de Paris, em 1889; de Chicago, em 1892 e do Rio de Janeiro, em 1922. Em 1892, a comissão levou cerca de 61 localidades cearenses, destacando-se: Crato, Granja, Sobral, Quixadá, Aracati e Russas. Os produtos apresentados foram milho, capim, arroz, cana-de-açúcar, chá, café, fumo de folhas, animais domésticos, joias e enfeites, couros, penas de ema, entre outros (BEZERRA, 2013).

A república foi instituída em 15 de novembro de 1889 e a sede provisória do poder federal ficou no Rio de Janeiro (RJ). Rui Barbosa redigiu o primeiro decreto que estabeleceu a federação como forma de organização do Brasil.

No Ceará, a elite demonstrava ideias republicanas desde os movimentos de 1817 e 1824, mas só a partir de 1870 surgiram os clubes republicanos, o primeiro em Aracati (CE), e em 1872 em Saboeiro (CE), depois em Sobral (CE) e Baturité (CE). A partir de 1889 foi organizado o Centro Republicano de Fortaleza (CE). No Passeio Público (Praça dos Mártires), em 16 de novembro, o tenente-coronel Luís Antônio Ferraz foi aclamado governador e decretou a exclusão do termo 'Província' e criou 'Estado'. Os primeiros partidos políticos do Ceará foram criados em 1890: o Partido Católico; o Partido Operário e a União Republicana Cearense.

Em 1890, maçonaria se fez presente no meio operário e político, com a fundação do Partido Operário, do Centro Artístico Cearense, em 1904 e do Partido Socialista Cearense em 1919. Contra a atuação da maçonaria, a Igreja organizou os Círculos Operários Católicos em 1915. Influenciados pelas ideias anarquistas, surgiram em 1920 a Associação Gráfica do Ceará e em 1921 a Federação dos Trabalhadores Cearenses (FARIAS, 2012). Todo esse movimento demonstrava a efervescência econômica do estado no segmento industrial.

Em 1890, as principais atividades em Fortaleza (CE) eram a panificação e a tipografia. Existiam 9 tipografias, 8 oficinas de encadernação e 4 livrarias. Os proprietários possuíam grande prestígio na sociedade. A partir de 1891 foram criadas a Companhia Fabril de Meias; a pioneira em industrialização de couros, a Companhia Cearense de Curtumes; a indústria de tijolos, telhas, ladrilhos e azulejos denominada Companhia Industrial do Ceará.

O fortalecimento do comércio no Ceará resultou, em 24 de maio de 1891, na fundação da Sociedade Fênix Caixeiral, associação que teve como primeiro presidente o Sr. Antônio Alves Brasil e recebeu esse nome por reunir caixeiros (SILVA, 2008).

No primeiro decênio do século XVIII, o termo caixeiro era utilizado para designar o trabalhador de engenho que colocava o açúcar em caixas. No entanto, com a Constituição de 1824, capítulo VI, artigo 92, parágrafo 3, foram enquadrados nesta categoria apenas os caixeiros das casas de comércio, que assim como os guarda-livros, tinham direito a voto nas assembleias paroquiais. Na segunda década do século XIX essa terminologia já era consagrada nos textos oficiais. Em 1850, o Código Comercial denominava Auxiliar do Comércio. Em 1911, uma lei proibiu o trabalho de menores no comércio. Em 1927, houve um movimento contra o trabalho escravo, de 18 horas/ dia e férias de 15 dias/ ano, no comércio. Em 1930, o termo caixeiro era de uso corrente. Com o Decreto nº. 24.273/1934, foi regulamentada a Legislação da Previdência Social e os caixeiros passaram a ser denominados empregados do comércio ou comerciários (SESC, 2015). A Sociedade Fênix Caixeiral instalou a Escola de Comércio em 02 de junho de 1902, que teve uma importante contribuição para a evolução da educação e da profissionalização contábil no Ceará (FORTALEZA NOBRE, 2015).

Após a experiência negativa da Carta promulgada pelo Imperador D Pedro I foi promulgada a primeira Constituição da República em 24 de fevereiro de 1891.

Segundo Peleias e Bacci (2004), em 1892, seguia a expansão da Contabilidade no Brasil com a instalação de um sistema de Contabilidade Pública, na Prefeitura de São Carlos (SP), pelo Engenheiro e Professor Estanislau Kruszynski, com módulos patrimonial, financeiro e orçamentário. Esse fato demonstra o avanço da Contabilidade, e destacadamente da área pública, no Brasil.

Em 1892, foi instaurado um movimento das artes em Fortaleza e da reunião de pintores e músicos no Centro da cidade surgiu a 'Padaria Espiritual'. Neste período também surgiram em Fortaleza (CE): o cinema, o rádio e as vitrolas.

De acordo com Barreira (1948), houve um avanço na literatura cearense e no dia 26 de setembro de 1894 foi criada a Academia Cearense de Letras. O estatuto contemplava os objetivos de promover o exame das doutrinas literárias e científicas da atualidade; acompanhar o movimento intelectual dos povos cultos; esforçar-se por alargar a esfera da instrução superior e secundária do Ceará; procurar elevar o nível da instrução primária; e fomentar o gosto artístico e literário pelos meios ao seu alcance.

A oligarquia governou o Ceará no período de 1896 a 1912. O principal nome deste capítulo obscuro da história política do Ceará foi Nogueira Accioly, que governou priorizando o nepotismo, o autoritarismo, a corrupção e o despotismo. Em 22 de janeiro de 1912, o povo não suportando mais as atrocidades do governo foi às ruas lutar contra a oligarquia. O farmacêutico e político Rodolfo Teófilo, que havia vacinado gratuitamente grande parte da população de Fortaleza (CE) contra varíola, também participou da revolta. O governador renunciou em 24.01.1912 (ANDRADE, 1995).

Culturamente, durante a belle époque (1896 – 1930) no Ceará foram criados equipamentos importantes, tais como: em 1907, a primeira sala de exibição de cinema, em 1910 outras duas salas e em 1917 foi fundado o Majestic. Em 1910, o Theatro José de Alencar foi inaugurado sendo o expoente desta época.

A evolução da qualidade de vida em Fortaleza (CE) estava diretamente vinculada ao crescimento econômico, e por volta de 1910, o estado exportava matéria-prima de origem animal (peles e couros) e vegetal (o algodão, a cera de carnaúba, as sementes de mamona e oiticica). Os principais itens de importação eram louças, vestuário, ferramentas, móveis, máquinas, produtos de luxo e a exportação de matérias-primas (BEZERRA, 2013).

Neste período, segundo Bezerra (2013), a empresa Auto-Transporte importou o primeiro automóvel dos Estados Unidos. A eferescência econômica propiciou a abertura de muitas lojas, armazéns, a construção de edifícios e a pavimentação da cidade, proporcionando trabalho para os profissionais que sabiam realizar os registros contábeis. No entanto, neste mesmo ano foi proibida a importação e a Casa Boris Frères passou a trabalhar apenas com exportação e as demais empresas tiveram que se reestruturarem.

Em 1910, a JUCEC registrou a primeira marca no estado do Ceará, que representava a de número 89, no Brasil, e era de cigarros, conforme Figura 3 (JUCEC, 2015). Atualmente, as marcas e patentes são registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), situado no Rio de Janeiro.

Fonte: JUCEC (2015).

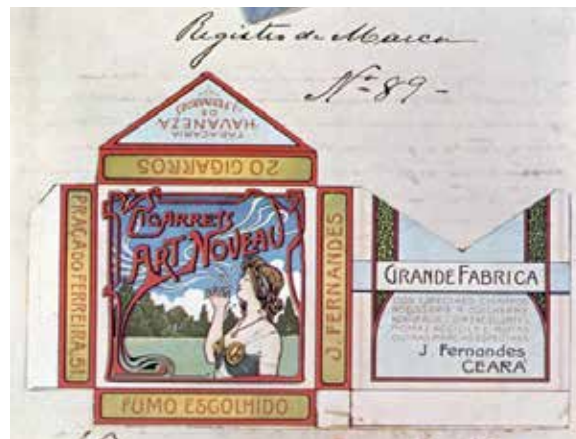


Figura 3 - Primeira marca registrada na Junta comercial do estado do Ceará, em 1910.

Com o fortalecimento do comércio no estado e da JUCEC, a Escola de Comércio formou a primeira turma de 'Guarda-livros' em 1912. Tratava-se de um curso noturno, e a grade curricular contemplava as disciplinas Francês, Inglês, Aritmética e Escrituração Mercantil (MENEZES, 1992). O ensino de idiomas era muito relevante devido as relações econômicas e as transações com a Europa e os Estados Unidos.

Apoiado pelos grupos republicanos da sociedade civil, como a Associação Comercial, Fênix Caixeiral, os ferroviários, os gráficos e os estivadores, o tenente-coronel Marcos Franco Rabelo foi eleito em 1912 para o governo do Ceará. Por não ter apoiado o Presidente, foi alvo de perseguição pelo governo federal. Os opositores promoveram uma rebelião iniciada em 9 de dezembro de 1913, na cidade de Juazeiro do Norte (CE), chefiada por Dr. Floro Bartolomeu apoiado por Padre Cícero Romão Batista contra o governo de Franco Rabelo, que renunciou em 14 de março de 1914. O General Setembrino de Carvalho tomou posse como interventor. A saída de Franco Rabelo do governo significou o fim da tentativa das classes comerciais do Ceará de alterarem a ordem política da primeira República (BARROS, 1995).

Em 1905, a Fênix Caixeiral já possuía uma sede própria. Porém a nova sede foi construída no período de 1913 a 1915, na esquina das ruas Guilherme Rocha e 24 de Maio e abrigava a Escola de Comércio, a Biblioteca, um Cine-teatro, e a assistência judiciária, médica e dentária. A partir de 1926, também foi instalado o Banco de Crédito Caixeiral. No prédio também funcionavam atividades não vinculadas à associação, tais como: impressões de jornais, serviços de telégrafo, o Centro de Inquilinos, a Associação Comercial do Ceará, o Instituto Politécnico e a Associação dos Jornalistas do Ceará (FORTALEZA EM FOTOS, 2015).

A riqueza movimentava o comércio e o setor de transporte, segundo Costa (2014), após o uso da eletricidade, a população passou a contar com bondes elétricos, entre 1913 e 1947. A mudança nos meios de transportes favoreceu a estrutura residencial da cidade. Os bondes foram substituídos pelos ônibus a partir de 1930.

A Primeira Guerra Mundial ou Grande Guerra ocorreu de 28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918. No início foi um confronto entre a Tríplice Entente, formada pela Rússia, Japão, Grã-Bretanha, e França; e a Tríplice Aliança, composta pela Alemanha, Áustria-Hungria, Itália e o império Turco-Otomano. No decorrer da guerra, a Tríplice Entente contou com o reforço da Itália. Em 1917, a Rússia saiu do confronto e quem assumiu seu lugar foram os Estados Unidos (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Oliveira (2011), quando a guerra começou o Brasil mantinha relações com países europeus dos dois grupos e optou pela neutralidade, mas logo sofreu restrições comerciais por parte dos países que estavam em guerra e também enfrentou uma crise de transportes marítimos devido à redução de navios comerciais e o risco de navegar pelo exterior. Foi dessa dificuldade de comercializar com europeus que surgiram oportunidades para negociar com os Estados Unidos tornando os norte-a-

americanos os principais parceiros econômicos do Brasil. Em junho de 1917, o Brasil, que até então estava neutro, declarou apoio a Tríplice Entente, reconhecendo o estado de guerra em novembro, e em 16 de maio de 1918 enviou uma divisão naval em operações de guerra.

Em 1919 um novo setor começa a se organizar dando lugar ao Centro Industrial do Ceará (CIC), uma sociedade sem fins lucrativos formada por pessoas jurídicas e físicas que exerciam atividades industriais ou afins. A expansão industrial continuou em 1920 com o surgimento da indústria do óleo de oiticica, mas só funcionou regularmente após 1934, com a entrada de capital estrangeiro. As grandes indústrias de aproveitamento do algodão foram criadas em 1925, a Progresso e a Siqueira Gurgel; e em 1926, a Philomeno Gomes (CIC, 2015; SIQUEIRA GURGEL, 2015).

Esse avanço também mudou o comportamento da localização de moradia dos cearenses, a partir de 1920. A elite passou a residir em novos bairros: Jacarecanga, Praia de Iracema e Aldeota. Em 1927 foi instalada a rede geral de água e esgoto (COSTA, 2014).

Em 1920, uma lei regulamentou o horário de funcionamento do comércio e dos bancos, garantindo a disponibilidade de horário para os alunos frequentarem o curso de Guarda-livros. Em 23 de agosto de 1923, através do Decreto-lei Federal nº. 4724 A, a Escola de Comércio Fênix Caixeiral obteve reconhecimento nacional e seu certificado foi equiparado ao da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, ver Figura 4. Em 30 de junho de 1931, a Fênix Caixeiral seguiu em ascensão, adaptou o curso ao Decreto-lei nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, que regulamentou o curso de Contabilidade no Brasil por meio do curso de 'Perito Contador'.

Fonte: Braga (2015)

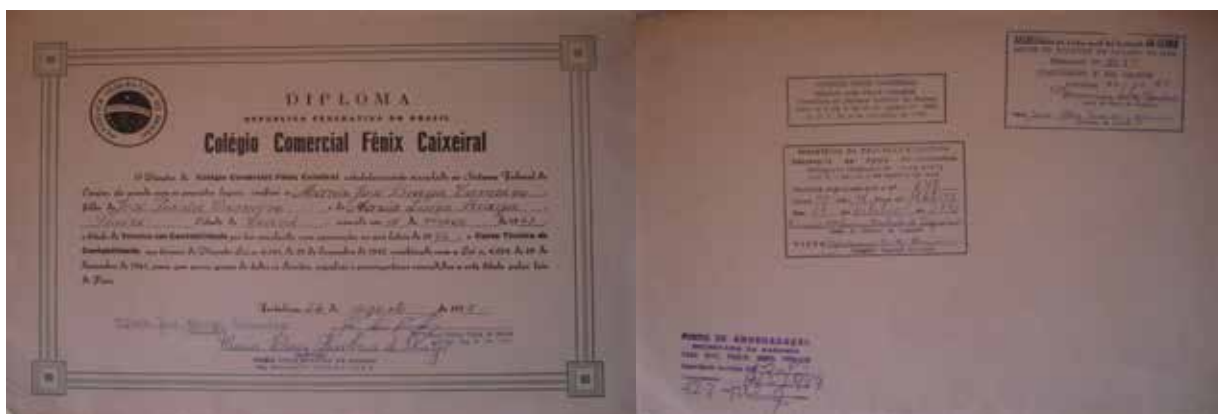


Figura 4 - Diploma de Técnico em Contabilidade da Fênix Caixeiral, Fortaleza, 1975

Em 18 de janeiro de 1919 foi aberta a Conferência da Paz e o Brasil foi o único país da América do Sul a participar da guerra e da conferência. Em 28 de junho de 1919 foi assinado o Tratado de Versalhes que definia os termos da paz com as nações derrotadas.

A Contabilidade avançava ainda mais no Brasil, desta feita por meio da Contabilidade Pública, que de acordo com Peleias e Bacci (2004), em 1922, após o sucesso do sistema de Contabilidade Pública aplicado em São Carlos e no Estado de São Paulo (1905), o sistema tornou-se padrão no Brasil e culminou com a criação da Contadoria Central da República.

Aquela era uma época de ouro da elite, que mantinha os filhos estudando na Europa, na América do Norte e nos principais centros educacionais do país. E, não foi diferente para dois brasileiros, um deles cearense, que resolveram estudar em Paris e nos Estados Unidos porque sonhavam em voar. O primeiro foi Santos Dumont, que possuía raízes na França e decidiu partir para desenvolver o modelo de um avião. O segundo dá nome ao Aeroporto Internacional de Fortaleza, o filho ilustre Pinto Martins.

A evolução na aviação também fascinava e desafiava a humanidade neste período, e em 1906, o brasileiro Santos Dumont (1873-1932) realizou o primeiro vôo com o 14-bis, marcando a história da aviação mundial. E, em 1922, o cearense Euclides Pinto Martins (1892-1924), na função de co-piloto

do hidroavião Sampaio Correia II realizou a primeira travessia do Atlântico, de New York (17.08.22) para o Rio de Janeiro (08.02.1923), com 14 escalas para abastecimento, destacadamente em Camocim (CE) e São Luís (MA), ver Figura 5 (MARCELO, 2014).

Fonte: (1) SESC (2015) (2) Galante (2015) (3) e (4) Marcelo (2014).

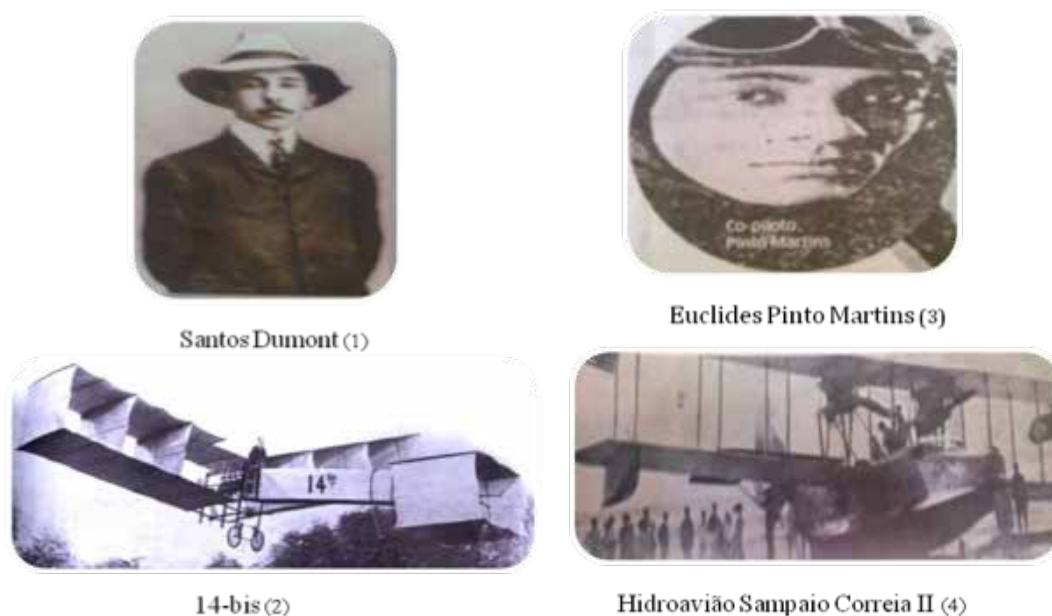


Figura 5 - Santos Dumont e o 14-bis ao lado de Pinto Martins e o Sampaio Correia II

Após as emoções aéreas, o Brasil confirmou a essência fiscalista da Contabilidade brasileira, e segundo Schmidt e Santos (2012), a Lei n°. 4.738, de 31 de dezembro de 1923 foi a primeira a tratar da relação da Contabilidade e da área tributária. Trazia uma proibição de revisão de documentos por agentes fiscais. Em 22 de março de 1939, foi publicado o Decreto-lei n°. 1.168, que revogou a lei anterior e deu poder de polícia aos agentes fiscais. Para confirmar o poder do fisco, em 1926 foi publicada a primeira Lei do Imposto de Renda (SCHMIDT; SANTOS, 2012).

Em 1930, o Ceará vivenciou o embate entre as oligarquias tradicionais, tenentes revolucionários e oligarquias dissidentes, que passaram a ocupar o espaço político temporariamente. O Presidente Matos Peixoto abandonou o governo e partiu para o Rio de Janeiro sendo substituído pelo interventor Dr. Fernandes Távora, irmão de Juarez Távora (OLIVEIRA, 2011). Para o pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo, conhecido como Nirez, conforme Gonçalves (2010, p. s/n): “Na Capital alencarina, [...], a Revolução de 1930, como no restante do País, significou mais uma dissidência entre os donos do poder. A ideia de revolução no Ceará ficou restrita a uma manobra militar, de pouquíssimo envolvimento de movimentos sociais.”

O período republicano foi muito importante para a implementação do ensino contábil no Brasil e no Ceará, a partir da geração de riqueza pelo comércio internacional.

3.4. O período contemporâneo (1931 aos dias atuais): crises mundiais, ditadura e redemocratização no Brasil e a evolução acadêmica, em pesquisa e legislação na Contabilidade

No período contemporâneo, entre 1931 e 1933, Dom Manuel (Arcebispo D. Manuel da Silva Gomes) criou o Círculo Católico de Fortaleza formado por intelectuais da classe média para fomentar o desenvolvimento do conhecimento no estado. Em 1932, a sociedade passou a ter uma nova motiva-

ção social com a chegada da energia elétrica, antes a iluminação era a gás (OLIVEIRA, 2011).

É inquestionável o papel do Governo na evolução da Contabilidade no Brasil. Todas as ações partem de regulamentação para atender os interesses fiscais. De acordo com Peleias e Bacci (2004), o Decreto-Lei nº. 21.033, de 08 de fevereiro de 1932, estabeleceu novas condições para o registro de Contadores e Guarda-livros e tornou obrigatória a assinatura dos livros comerciais, de acordo com o estabelecido no Código Comercial e na Lei de Falências, vigentes à época.

Em 1932, a Escola Fênix Caixeiral foi aprovada na inspeção federal. O curso era realizado em seis anos, os três primeiros propedêuticos e os três finais técnicos. A partir de 1940, a Escola do Comércio começou a se estabilizar no Ceará e surgiram outras instituições com a mesma finalidade: Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho; Escola Padre Champagnat; Escola de Comércio do Ceará, Curso Francisco D'Auria; Escola Técnica de Comércio do Crato; Escola Técnica de Comércio Dom José, em Sobral; Ginásio Anchieta, em Maranguape; Escola Técnica de Comércio de Juazeiro do Norte (FORTALEZA NOBRE, 2015).

Durante a Segunda Guerra Mundial, 1939 a 1945, as bases navais do nordeste do Brasil foram cedidas pelo governo Vargas aos Estados Unidos e em 1942 foi fechado um acordo de fornecimento de ferro e borracha aos norte-americanos. Nessa época muitos cearenses foram trabalhar nos seringais da Amazônia, na extração de látex. Os denominados 'soldados de borracha' foram convocados pelo governo com promessas de prosperidade no Norte, mas foram enganados trabalhando como escravos e representaram apenas mão de obra barata para extração de matéria prima. Com o fim da Guerra, os cearenses sobreviventes da malária, da fome e da escravidão na selva voltaram ao Ceará, sem qualquer reconhecimento ou apoio dos governantes (FARIAS, 2012).

Apesar da crise mundial e local, a cultura se encontrava em expansão no Ceará e em 1940 foi inaugurado o Cine Diogo, que funcionou até 1977 (FORTALEZA EM FOTOS, 2015). Naquele período, o centro da cidade de Fortaleza (CE) concentrava as atividades sociais, culturais e econômicas. No século XXI, com a reestruturação urbana da cidade, aumentando as distâncias, o tempo de deslocamento e a violência, houve uma alteração no comportamento social e cultural do cearense, que levou a população das classes mais favorecidas a permanecerem nos seus bairros residenciais, promovendo um desenvolvimento descentralizado de infraestrutura social, cultural e econômica, basicamente concentrado em shoppings.

Apesar da guerra, o Brasil seguia normalizando as questões econômicas que lhe rendiam arrecadação. A primeira discussão sobre harmonização e padronização contábil no Brasil, que contou com a participação da classe, ocorreu em 1926. No entanto, a regulamentação só ocorreu em 1940, durante a guerra, com os Decretos-Leis nº. 2.416, de 17 de julho de 1940 e 2.627, de 01 de outubro de 1940. O primeiro tratava sobre normas para a Contabilidade Pública dos Estados e Municípios e o segundo, tratava sobre a regulação dos direitos essenciais dos acionistas das Sociedades Anônimas, e consolidou legalmente a influência europeia na Contabilidade brasileira (SCHMIDT; SANTOS, 2012; PELEIAS; BACCI, 2004).

À medida que o Governo regulamentava a Contabilidade no Brasil, havia um favorecimento na formação contábil. O Curso Técnico em Contabilidade realizado pela Escola Fênix Caixeiral foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, combinado com a Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

No Brasil, em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas deixa o governo mediante pressão das Forças Armadas e o cearense José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu o poder temporariamente. Em 02 de dezembro, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente do Brasil. No governo do Ceará, no período de 1946-1947, assumiram quatro interventores: Acrísio Moreira da Rocha, Paulo Firmeza, o coronel Machado Lopes e Feliciano Augusto de Athayde (OLIVEIRA, 2011).

A profissão contábil no Brasil foi regulamentada com o Decreto-Lei nº. 9.295/46, para tanto contou com vários esforços: i) em 1916 foram criados o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais e a Associação dos Contadores em São Paulo; ii) em 1924 foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade; iii) em 1929 foi fundada em São Paulo, a Associação Internacional de Contabilidade; iv) em 1931

foi fundada a Câmara dos Peritos Contadores no Instituto Brasileiro de Contabilidade; v) em 1932, 1934 e 1937 foram realizados o segundo, o terceiro e o quarto Congresso Brasileiro de Contabilidade. Além desses fatos merecem destaque a atuação do Senador João Lyra, Francisco D’Auria, Raul Vaz e Frederico Herrmann Junior (PELEIAS; BACCI, 2004).

O primeiro governador do Ceará eleito no período da redemocratização foi o desembargador Faustino Albuquerque (1947 a 1951), período de grandes crises políticas. As principais realizações do seu governo foram: a construção do Hospital de Saúde Mental de Messejana e a criação do Departamento de Estradas de Rodagens (DAER). O jornalista Paulo Sarasate (1955 a 1959) governou durante um período de conflitos políticos entre situação e oposição. Na sua gestão construiu escolas públicas, estradas e açudes. O governador Juscelino Parsival Barroso (1959 a 1963) criou em seu mandato a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 1958 foi inaugurado o Cine São Luiz. Momento importante para demonstrar a relevância econômica do Ceará, no contexto nacional. A elite de Fortaleza participou do evento que contou com a presença de Luiz Severiano Ribeiro (FORTALEZA EM FOTOS, 2015).

Em 07 de setembro de 1961, João Goulart (1961-1964), conhecido como Jango, assumiu o governo do Brasil sob um sistema parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros (1961). Os militares não concordavam com sua posse, pois acreditavam que Jango era comunista. Em janeiro de 1963 foi realizado um plebiscito e o povo optou pelo presidencialismo, assim Jango assumiu a presidência da república. No Ceará, segundo Farias (2007, p. 39): “O Golpe Civil-Militar de 64 teve efeitos dramáticos sobre o Ceará. Da mesma forma que no resto do País, os meios políticos cearenses conheciam as tramas conspiratórias em andamento, embora não soubessem quando o levante militar eclodiria precisamente. [...]”

O cearense Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) foi o primeiro presidente do regime militar, eleito indiretamente no dia 11 de abril de 1964. Em seu governo foi baixado o Ato Institucional nº. 2 (AI-2), que instituiu o fim dos partidos políticos e passou a existir apenas dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (FARIAS, 2012).

No Ceará, Virgílio de Moraes Fernandes Távora foi o governador de 1963 a 1966. Em seu governo foram implantadas linhas de transmissão de energia elétrica através do Plano Estadual de Governo (PLAMEG), criou o Banco do Estado do Ceará (BEC), criou também o Distrito Industrial de Fortaleza, ampliou a Companhia Docas do Ceará e o Cais do Porto e iniciou o asfaltamento da malha viária.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza (CDL Fortaleza), na época denominada Clube dos Diretores Lojistas, foi reconhecida com entidade de utilidade pública pela Lei Municipal nº. 3.248 de 22 de julho de 1966. A CDL, além de impulsionar o comércio, representa força político-institucional na formação da opinião pública (CDL, 2015).

A reforma da legislação fiscal e da administração pública no Brasil, a partir de 1964, implicou ao Contador muitas oportunidades profissionais. Para Cardozo (1997), o Decreto Lei nº. 200 promulgado em 25 de fevereiro de 1967, representou um grande impulso na carreira do Contador, ao tornar obrigatória a auditoria na prestação de contas das entidades da Administração Pública Federal, de acordo com o art. 13.

Entre 1966 e 1971, governou o estado, Plácido Aderaldo Castelo, indicado pelo partido ARENA e beneficiado pela influência de Paulo Sarasate. Em seu governo se instalaram indústrias, ocorreu o desenvolvimento do setor pesqueiro, a criação do Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE), inauguração de escolas, hospitais, açudes e o estádio de futebol Castelão, construiu também a ‘estrada do algodão’, obra de péssima qualidade e alto custo. Com a morte de Paulo em 1968, a ARENA local dividiu-se em três alas lideradas pelos Coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals.

Em 1968 o governo federal baixou o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), que fechou o Congresso, e em 1969 assumiu o governo o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Em seguida, César Cals de Oliveira Filho governou o Ceará entre 1971 e 1975. Nesse período foram construídos o Centro de Convenções, a Rodoviária e a ‘estrada da confiança’ ligando Fortaleza ao oeste do estado. Também foi

criada a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR).

No governo federal, o general Ernesto Geisel (1974-1979) enfrentou dificuldades financeiras com a crise do petróleo, que iniciou em 1970. No Ceará governou José Adauto Bezerra (1975-1978) sua gestão priorizou o desenvolvimento do interior, fortaleceu o distrito industrial, ampliou a rede viária, construiu o sistema de abastecimento d'água Pacoti-Riacho-Gavião e o interceptor oceânico na capital e o emissário submarino (obra considerada uma fonte de corrupção administrativa).

Em 1976, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e a Legislação Societária transferiu-se da influência das Escolas Europeias para a Escola Americana, a partir da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. A Lei das SA's, como ficou conhecida, tinha por finalidade desenvolver o mercado de capitais brasileiro. Para a época representava um grande avanço, no entanto ficou inalterada durante anos e causou uma defasagem com a realidade socioeconômica (SCHMIDT; SANTOS, 2012).

No dia 28 de fevereiro de 1978, o vice José Valdemar Alcântara e Silva assumiu o governo, após renúncia de Adauto Bezerra. No período houve o reconhecimento da Faculdade de Ciências Econômicas do Crato (CE), pelo Conselho Federal de Educação.

A Escola Fênix foi perdendo atuação nos meios comerciais e sociais e a sede foi vendida ao Grupo Ximenes Tecidos, em 1979. Conforme O Povo (1979) "Vendido afinal o prédio da Fênix". No entanto, a Escola continuou funcionando na Av. Imperador, 636, Centro, formando discentes para o magistério, ver Figura 6.

Fonte: Braga (2015)

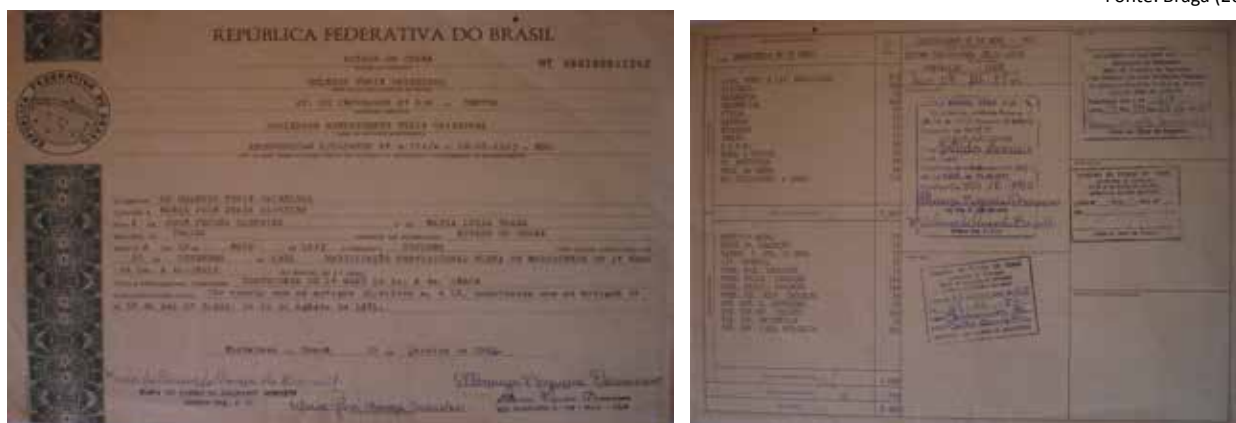


Figura 6 - Diploma de magistério da Fênix Caixeiral, frente e verso, Fortaleza, 1982

O encerramento das atividades da Fênix Caixeiral e a sua demolição foram uma perda irreparável para a educação, destacadamente a comercial e para a cultura e arquitetura de Fortaleza (CE), que assistiu a sua demolição em junho de 1984. Contrariando o pensamento adotado no Ceará, a União Caixeiral de Parnaíba (PI), fundada em 28.04.1918, teve seu prédio conservado e hoje abriga um centro cultural administrado pelo Serviço Social do Comércio (SESC, 2015), conforme Figura 7.



Prédio da Fênix Caixeiral,
Fortaleza, Ceará

Prédio da União Caixeiral,
Parnaíba, Piauí

Figura 7 – Prédio da Fênix Caixeiral em Fortaleza (CE) e União Caixeiral em Parnaíba (PI).

O último presidente do Brasil no regime militar foi o general João Batista Figueiredo (1979-1985). No final desse governo foram eleitos Tancredo Neves e seu vice José Sarney em eleições indiretas. Com a morte de Tancredo, assumiu José Sarney (1986-1990). Durante o seu governo foi institucionalizado o Plano Cruzado (1986), houve congelamento de preços e a moeda mudou de cruzeiro para cruzado. Foi realizada uma convocação para uma Assembleia Constituinte e a nova Constituição brasileira foi promulgada em 5 de outubro de 1988.

Virgílio Távora volta ao governo do Ceará (1979-1982). Neste mandato ampliou o sistema de abastecimento de água para a capital e reativou o Distrito Industrial. O período foi marcado por grave seca e muitas famílias migraram para Fortaleza. Com a inflação em alta o governo enfrentou diversas greves. Em 1982, o vice Manoel de Castro Filho assumiu, pois Virgílio Távora se candidatou ao senado.

Em 1982, os índios Tabepas passaram a exigir a demarcação das suas terras desfazendo a condição de que a comunidade indígena do Ceará havia sido extinta. Conforme Albuquerque (2013), no dia 19 de abril de 1989, no Jornal Correio Braziliense, diversas entidades e lideranças cearenses assinaram o Manifesto dos Apoiadores dos Tabepa com o objetivo de divulgar nacionalmente a defesa da não extinção indígena contrariando documentos oficiais da segunda metade do século XIX, que declararam extintos os índios no Estado do Ceará, conforme O Povo (1988, p. 6):

No Ceará, a presença indígena deixou de ser ignorada [...] quando o grupo indígena Tapeba, situado no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, saindo da sua condição de grupo estigmatizado, passou a reivindicar o direito à demarcação de suas terras por parte do Estado. Esse processo de revivescência étnica dos Tapebas desmascarada a farsa da decretação da extinção dos índios no Ceará, em 1863, revelando o processo de expropriação e extermínio ao qual estiveram submetidos os diferentes grupos indígenas, desde o período colonial até os dias de hoje.

No período de 1983 a 1987, o Ceará teve o desastroso governo de Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Nesse período, o Ceará enfrentou o mesmo cenário brasileiro: recessão, inflação elevada, crescimento da dívida externa e greves constantes. Durante o governo foi criada a Universidade Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade Regional do Cariri (URCA), construiu o Instituto Médico Legal (IML) e a sede própria da Junta Comercial do Ceará (JUCEC). Apesar de terem sido criadas duas universidades no governo de Gonzaga Mota, o mesmo não pagava os professores das escolas públicas, levando a classe e as suas famílias ao desespero e às greves infundáveis, que prejudicou milhares de alunos no estado.

Em 15 de novembro de 1985 foi eleita a primeira prefeita de Fortaleza, a deputada Maria Luiza Menezes Fontenele pelo Partido dos Trabalhadores. Foi um período muito conturbado para uma cidade turística como Fortaleza, que viveu a ‘era do lixo’, lembrada na gestão de Luiziane Lins.

A Junta Comercial do Ceará foi instalada em quatro sedes. A última, em 1985, é a atual sede própria, situada na Rua 25 de Março, 300, no Centro de Fortaleza (CE). De acordo com Lei nº. 9.781, de 29 de novembro de 1973, a Junta Comercial do Ceará é vinculada administrativamente ao Governo do Estado do Ceará através da Secretaria da Fazenda e regulada pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), que pertence ao Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comercial Exterior (JUCEC, 2015).

Segundo Farias (2012), no Ceará, em 15 de março de 1987, assumiu o governo o empresário Tasso Ribeiro Jereissati. Foi um momento de transição política no estado. O governador enfrentou uma grave crise econômica, política e social. Em seu mandato, Tasso foi responsável pela urbanização de favelas, desenvolveu programa de atendimento às vítimas das estiagens, investiu em educação, saúde, estradas e segurança. Em 1988, Ciro Gomes foi eleito Prefeito de Fortaleza. Foi uma época de avanços para a cidade de Fortaleza, que crescia no turismo e no empreendedorismo.

Em 1989, o presidente Fernando Collor de Melo foi eleito por meio de eleições diretas e lançou o conhecido Plano Collor I (16.03.1990) com o objetivo de acabar com a inflação, denominado administrativamente de Plano Brasil Novo. O Plano Collor I confiscou a poupança do povo brasileiro e mudou a moeda de cruzado novo para cruzeiro. Em 1991, foram implementados os Planos Collor II e Marcílio, sem nenhum sucesso. Em 30 de dezembro de 1992, após inúmeras denúncias de corrupção, o congresso aprovou o *impeachment* de Collor, que renunciou um dia antes entregando o governo ao vice Itamar Franco (1992-1995), responsável pelo Plano Real, que foi criado com o objetivo de controlar a inflação e estabilizar a moeda.

Durante o *impeachment* de Collor, o Ceará foi governado por Ciro Ferreira Gomes, no período de 1991 a 1994. Neste período, Ciro Gomes era aliado de Tasso Jereissati. Foi o período mais próspero do estado, pois a máquina administrativa do Governo já havia sido saneada no Governo de Tasso Jereissati, a infraestrutura do estado crescia para acompanhar a divulgação do turismo e os cargos de confiança eram exercidos por técnicos especializados em suas áreas, e não por políticos. Além disso, havia sido realizado um amplo investimento em educação para melhoria da quantidade e da qualidade da educação. O governador Ciro criou o canal do trabalhador, incentivou a industrialização, criou o ‘Pacto de Cooperação Empresa/ Governo’ captando investimentos privados para a economia do Estado, e recebeu reconhecimento internacional pela diminuição da mortalidade infantil através do “Prêmio Maurice Pate” (FARIAS, 2012).

Em 1994, foi eleito o Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), responsável pelo Plano Real enquanto Ministro no governo anterior, e a aprovação da lei que permitiu sua reeleição em 1998. Alterou a legislação previdenciária e promoveu a desestatização no país. O período das privatizações em nível federal e estadual favoreceu o desenvolvimento da Contabilidade na mensuração econômica das empresas que eram ofertadas em leilões públicos.

No seu segundo mandato, o Governador Tasso Jereissati (1995-1999) conseguiu manter uma das maiores taxas de investimentos do país e aumentou a participação do Estado no Produto Interno Bruto (PIB). Em 1997, seguindo o cenário nacional de privatizações promoveu a privatização da Companhia Elétrica do Ceará (COELCE) e da empresa Telecomunicações do Ceará (TELECEARA). Em 1998, o Ceará enfrentou uma seca terrível levando o governo a decretar situação de emergência. Em 1998, o Governador foi reeleito para o período de 1998-2003 (OLIVEIRA, 2011).

No terceiro governo de Tasso Jereissati vale ressaltar as dificuldades no cenário internacional, tais como: em 2001 o atentado terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos e a crise da Argentina. O Brasil enfrentou um ‘apagão’, que ocasionou o racionamento de energia elétrica. Foram obras desse mandato: o porto do Pecém, implantação de usinas eólicas e termoelétricas e a revisão do programa de atração de investimentos, com 100 novas indústrias instaladas no período de 1999-2001. Em 2002, o vice-governador Benedito Clayton Veras Alcântara assumiu e governou até 2003.

Na eleição presidencial de 27 de outubro de 2002 foi eleito Presidente o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva (conhecido popularmente de Lula) (2003-2006). O país vivia uma grande crise social. Ao assumir, em 2003, Lula lançou um programa social de alimentação denominado 'Fome Zero'. Em 2004, houve um crescimento no PIB de 5,2%. No Ceará, Lúcio Gonçalo Alcântara foi eleito governador em 27 de outubro de 2002 (2003-2006). Os professores protestaram em decorrência do remanejamento de escolas realizado pela Secretaria de Educação, passando ao governo municipal as escolas e creches que tinham apenas o ensino fundamental e fechando algumas escolas (OLIVEIRA, 2011). Foi um período de declínio e retrocesso para o Estado. O Estado voltou a se endividar, a educação se desqualificou, a saúde entrou em colapso e a violência cresceu.

O Brasil teve mais um avanço contábil em 2005, de acordo com Schmidt e Santos (2012), a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n°. 488, de 03 de outubro de 2005, iniciou o processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em 2006, o Presidente Lula (2007-2010) foi reeleito mantendo o discurso focado no social, em meio a escândalos como 'mensalão, sanguessugas e o dossiê antitucano'. No Ceará, Cid Ferreira Gomes (PSB) foi eleito governador (2007-2010), encerrando a 'Era Tasso'. A política do Ceará foi marcada por ciclos hegemônicos na política, com duração aproximada de 20 anos. O primeiro ficou conhecido como 'oligarquia acciolina', de 1896 a 1912; o segundo foi a 'era dos coronéis', de 1963 a 1983; e o terceiro de 1987 a 2006, a 'era Tasso'. De acordo com Oliveira (2011), ao assumir o governo, Cid Gomes anunciou auditoria nas contas do governo anterior e suspendeu contratos, licitações e convênios; realizou concurso para polícia e criou o programa 'ronda do quarteirão'; priorizou também a saúde e a interiorização através do 'governo itinerante'.

A legislação societária brasileira consolidou a convergência em 2007. Segundo Schmidt e Santos (2012), em 31 de outubro de 2001 houve uma alteração na legislação societária, mas a primeira grande alteração na Lei n° 6.404/76 foi realizada em 28 de dezembro de 2007, por meio da Lei n°. 11.638. As modificações foram essenciais para o alinhamento com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). Dando sequência, em 03 de dezembro de 2008 foi lançada a Medida Provisória n°. 449, que em 27 de maio de 2009 foi convertida na Lei n°. 11.941, que alterou de modo significativo à composição do Balanço Patrimonial vigente na Lei das SA's.

A tendência da Contabilidade é a visão científica prevalecendo sobre o enfoque legal e fiscal. Trata-se de um contexto cada vez mais voltado para os enfoques estrutural e ético, norteado pelo interesse dos stakeholders. Apesar do CPC 00, que trata da estrutura conceitual, ainda priorizar os acionistas, investidores e credores. De acordo com Schmidt e Santos (2012), o CPC 26, aprovado pela Deliberação CVM n° 595, de 15 de setembro de 2009 visa preservar a Contabilidade em detrimento de outros critérios não contábeis.

Nas eleições para Presidente de 2010, dando continuidade ao discurso anterior e mantendo o 'Programa Bolsa Família', foi eleita a sucessora do Presidente Lula, a então Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff (2011-2014). Após um governo, que parecia ser de muito sucesso para o Brasil, na visão das classes menos favorecidas, a Presidente foi reeleita em 2015 para um mandato de 2015-2018, mantendo a hegemonia do Partido dos Trabalhadores no poder.

No entanto, denúncias e constatação de corrupção na Petrobrás, o uso de recursos públicos contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal, nas chamadas 'pedaladas fiscais' e o uso da máquina do governo para o favorecimento de grandes construtoras do Brasil, quase promoveram o impeachment da Presidente em 2015. Com isso se chega a 10 anos da 'Era Lula' no governo. O quadro político do país prejudicou o desempenho da economia haja vista o aumento da inflação, do desemprego e da taxa de risco do Brasil no exterior, que reduziu os investimentos externos.

Apesar de todos os esforços da classe contábil para a implementação da convergência das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) visando à atração de investimentos estrangeiros para o país,

o quadro atual não reflete as expectativas do passado haja vista que, os investidores mais conservadores retiraram os seus investimentos, e os que ficaram exigem remunerações cada vez mais elevadas. Além disso, a alta do dólar se reflete na balança comercial do país, que importa mais que exporta, e no aumento do valor da dívida externa.

No Ceará, Cid Gomes foi reeleito (2011-2014) e teve um governo controverso, repleto de crises nas áreas de educação, saúde e segurança. Em 2015, o Governador elegeu o seu sucessor Camilo Sobreira de Santana (2015-2018), que enfrenta os problemas críticos deixados pelo governo anterior, e junte-se ainda os reflexos da crise nacional, destacadamente a falta de recursos e uma seca, que já dura 4 anos (2012-2015).

Apesar do capitalismo, ainda restaram 13 povos indígenas espalhados em 16 municípios no Ceará, que totalizam um pouco mais de 20.000 índios. Segundo Oliveira (2011, p.14), “Entre as tribos que resistem estão os Tapeba, os Tremembé, os Pitaguary, os Jenipapo-Kanindé, os Potiguara, os Tabajara, os Kalabaça, os Kariri, os Tupinambá, os Kanindé, os Anacé, os Gavião e os Tupiba-Tapuia.”

A JUCEC e a Câmara de Dirigentes Lojistas têm procurado ampliar o seu atendimento no estado. Esta ampliou o número de associados e possui mais de oito mil empresas associadas, que favorece a atividade contábil e dentre as suas principais conquistas, em 14 de março de 2008, através da Portaria nº. 354, credenciou junto à Secretaria de Educação Superior a Faculdade CDL (CDL, 2015).

No entanto, o prestígio do CDL não foi suficiente para promover a revitalização do Centro da cidade de Fortaleza, que agora merecia mais uma vez um tratamento europeu da belle époque. Ao contrário, é um grande ‘camelódromo’ sujo e sem calçadas para se caminhar. A maior parte do seu arcevo arquitetônico foi completamente abandonado e destruído para a construção de estacionamentos. As praças se transformaram em lixeiras, amontoados de camelôs e usuários de drogas. Merecem destaque neste quesito abandono e insegurança a Praça José de Alencar, que é cercada por dois equipamentos importantes da cultura do estado, o Teatro José de Alencar e a Igreja do Patrocínio, a Praça do Ferreira, a Praça dos Leões e a Cidade da Criança. É um confronto com a descrição realizada pelo suíço Agassiz, no período de 1865-1866:

Amo a physionomia do Ceará. Amo suas ruas largas, assejadas, bem calçadas, resplandescen-tes de todas as cores, porque as casas que as bordam são pintadas de tons os mais variados. (...). O Ceará não tem esse ar triste, sonolento de muitas cidades brasileiras; sente-se aqui movimento, vida e prosperidade. (AGASSIZ, 1938, p. 532).

A indústria do Turismo tem assumido um importante papel na economia do estado, mas hoje é muito limitada às praias. O Ceará é um holograma que tem praia, serra, sertão, História e cultura lite-rária, culinária, musical, teatral e de moda. É preciso um resgate cultural pleno e intenso da beleza e da fascinação do Centro.

3.5. A educação e a pesquisa contábil: panorama brasileiro e cearense

A primeira escola do pensamento contábil contribuiu para o desenvolvimento do ensino contábil em Portugal. Com a chegada da família Real e da abertura dos portos (1808), D. João VI instituiu em 15 de julho de 1809, de forma oficial, o ensino contábil no Brasil. Nas províncias seguia-se a prática contábil das partidas dobradas.

No século XIX, os livros eram importados, destacadamente de Portugal. De acordo com Peleias e Bacci (2004), o Brasil teve o seu despertar na produção literária contábil em 1833, com a obra ‘A

Metafísica da Contabilidade Comercial’ de Estevão Rafael de Carvalho, que tratava sobre o método das partidas dobradas e propunha a elevação da Contabilidade a categoria de Ciência. Foi publicada em formato de livro em 1837.

Em 1840, a pesquisa contábil seguia avançando na Itália e Francesco Villa lançou a obra que marcou a história da Contabilidade Pública no mundo, identificando o início da Escola Administrativa. Em 1850, iniciam-se a Escola Personalista e em seguida a Matemática. No Brasil, em 1852, o Professor Sebastião Ferreira Soares publicou a primeira obra nacional sobre Contabilidade Pública, intitulada ‘Tratado de Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas Aplicado às Finanças do Brasil’. Defensor da Escola Matemática considerava a Contabilidade uma Ciência Exata (PELEIAS; BACCI, 2004).

As pesquisas internacionais intensificaram os estudos e as práticas contábeis no Brasil, e surgiram os estudos sobre as áreas de especialidade em 1884, na cidade de São Carlos (SP), com o Professor polonês Estanislau Kruszynski, que criou cursos de Contabilidade Agrícola, Mercantil e Industrial, com fundamento na Escola Personalista (1850) (PELEIAS; BACCI, 2004).

Apesar de toda a base da Contabilidade no Brasil ter sido determinada por leis, a primeira vez que a mesma foi associada ao Direito foi em 1890, quando a Escola Politécnica do Rio de Janeiro passou a oferecer a disciplina ‘Direito Administrativo e Contabilidade’. Com a regulamentação da profissão contábil, a criação das primeiras instituições de ensino comercial e a padronização da escrituração contábil para as entidades privadas e públicas as condições tornaram-se favoráveis para a publicação de mais obras, e em 1897 foi editado por Antonio Tavares da Costa a obra ‘Curso de Escrituração Mercantil’ (PELEIAS; BACCI, 2004).

Em 1902 foi criada em São Paulo a Escola Prática de Comércio, atualmente conhecida como Fundação Álvares Penteado e o ensino contábil foi disseminado pelo país. Através do Decreto Federal nº. 1.339, de 09 de janeiro de 1905, os diplomas expedidos pela Escola Prática de Comércio de São Paulo foram reconhecidos oficialmente, tornando-se referência no ensino comercial do país (PELEIAS et al., 2007).

A base da pesquisa contábil no Brasil tem como mestres (SCHMIDT, 2000; PELEIAS; BACCI, 2004; SCHMIDT; SANTOS; FONSECA, 2008; SILVA, 2013):

- Francisco D’Auria (1884-1958), professor, pesquisador, membro fundador do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, atuou na esfera governamental em nível estadual e federal (Contador Geral da República), participou da criação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da Universidade de São Paulo e publicou a obra ‘Estrutura e Análise de Balanços’, em 1949.
- Frederico Herrmann Júnior (1896-1946), professor, pesquisador, membro fundador do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, fundador de uma empresa de serviços contábeis nas áreas de Contabilidade, Auditoria e Organização e da Editora Atlas, em 1944. Em 1932, publicou o livro ‘Tratado de Contabilidade Industrial’. A Editora Atlas, publicou, em 1952, após sua morte, o livro ‘Ritmos Econômicos, que reuniu diversos trabalhos publicados na Folha da Manhã, de São Paulo.
- Hilário Franco (1921-2000), professor, pesquisador, autor da obra ‘Fundamentos Científicos da Contabilidade’, publicado em 1950 e mais 11 obras.

Tanto D’Auria como Herrmann Junior participaram ativamente no reconhecimento da profissão contábil no Brasil e das primeiras entidades da classe, tais como: o Instituto Paulista de Contabilidade (hoje Sindicato dos Contabilistas de São Paulo) e da Academia Paulista de Contabilidade. Também prestaram relevante contribuição na criação da ‘Revista Brasileira de Contabilidade’, em 16 de dezembro de 1911, cujo primeiro número foi publicado em 01 de janeiro de 1912. Esta revista foi substituída pela Revista Paulista de Contabilidade, cujo primeiro número foi editado em junho de 1922. Como pioneiros da pesquisa contábil no Brasil defenderam que a Contabilidade é uma ciência e foram adeptos da Escola Patrimonialista, criada em 1926 e que se estendeu até a década de 70 (PELEIAS; BACCI, 2004).

Em 1915, crescia a produção literária contábil no Brasil e foi lançada a segunda edição da obra 'Estudos de Contabilidade', em quatro volumes, de autoria de Carlos de Carvalho (d discípulo de Estanislau Kruszynski). Preocupava-se com os aspectos práticos e científicos da Contabilidade (SCHMIDT; 2000, PELEIAS; BACCI, 2004).

Os avanços do ensino contábil ensejaram um novo desafio, a criação do Congresso Brasileiro de Contabilidade. Em 1923, o curso da Escola de Comércio do Ceará foi nivelado ao do Rio de Janeiro (RJ). E, o primeiro congresso aconteceu no Rio de Janeiro (RJ), na época Distrito Federal, no período de 16 a 24 de agosto de 1924, e teve como líder o Senador João de Lyra Tavares. O evento foi de muita relevância para a classe contábil porque representava a congregação dos profissionais, os debates técnicos e científicos e a perspectiva de lutar sempre pela valorização da profissão contábil (PELEIAS; BACCI, 2004). No início, o Congresso não possuía uma regularidade na sua realização. Atualmente, realiza-se há cada quatro anos, e em 2016, a cidade de Fortaleza (CE) sediará o 20º evento no período de 11 a 14.09.2016.

As décadas de 30 e 40 do século XX apresentaram importantes avanços para a classe contábil do país. O Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, regulou o ensino comercial, apresentou diretrizes para a prática profissional da Contabilidade e tratou da exigência do registro dos profissionais na Superintendência do Ensino Comercial, entidade responsável pela fiscalização dos Estabelecimentos de Ensino Comercial. Segundo Marion e Robles Junior (1998), o decreto instituiu o curso Técnico de Contabilidade com duração de dois anos para formação de Guarda-Livros e de três anos para formação de Peritos Contadores, muito embora o status de nível superior fosse adquirido apenas anos à frente.

Na década de 30 seguiram-se os congressos de Contabilidade. Em 1932, a cidade do Rio de Janeiro (RJ) sediou o II Congresso Brasileiro de Contabilidade e teve como principal tema o aumento da unidade da classe contábil. O III congresso foi sediado em São Paulo (SP), em 1934. Os destaques do evento foram: teses apresentadas e na luta pela elevação do ensino contábil para o nível superior. O líder deste evento foi Frederico Herrmann Júnior. Em 1937, foi realizado o IV Congresso Brasileiro de Contabilidade, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Tratou sobre as modernas aplicações da Contabilidade, melhoria do ensino técnico e melhoria da legislação comercial (PELEIAS; BACCI, 2004).

Com a evolução do ensino no Ceará, a Faculdade de Ciências Econômicas do Estado do Ceará foi fundada em 10 de novembro de 1938 e instalada como escola particular no bairro de Jacarecanga, em Fortaleza. Em março de 1939 teve início a primeira turma do Curso Superior de Administração e Finanças, que concluiu em 24 de janeiro de 1942, com 28 bacharéis. O curso teve pouca duração porque em 22 de setembro de 1945 o Decreto-Lei nº. 7.988 extinguiu os cursos superiores em Administração e Finanças no Brasil e regulamentou os cursos de Ciências Econômicas e Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos, que equiparou os formados até maio de 1946 (RIBEIRO, 2001). De acordo com o Art. 3º, desse Decreto-lei, o curso superior de Ciências Contábeis iniciou com as seguintes disciplinas específicas de Contabilidade: Contabilidade Geral, Estrutura e Análise de Balanços, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisão e Perícia Contábil (LEITE, 2015).

A promulgação do Decreto-lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946 regulamentou a profissão contábil e a partir desse período passou a existir a formação em 'Técnicos em Contabilidade', de nível médio, e 'Contadores', de nível superior, que eram aptos a atuarem em perícias e auditorias contábeis.

No contexto da implantação do curso superior de Ciências Contábeis, destaca-se a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), instalada como dependência da Universidade de São Paulo (USP), por meio do Decreto-lei nº. 15.601, 26 de janeiro de 1946. Posteriormente tendo seu nome alterado para Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). A USP lançou as bases do primeiro núcleo de pesquisa Contábil no Brasil, apresentando relevantes contribuições para área, destacadamente na Escola Americana (IUDÍCIBUS, 2006).

Em 23 de junho de 1947, o Governo do Estado do Ceará encampou a Faculdade de Ciências Econômicas do Estado do Ceará com todos os seus cursos. A primeira turma do curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, regime anual, na Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará iniciou em março de 1948 e a grade curricular contemplava 20 disciplinas, estudadas no período de quatro anos. No mesmo ano, em 06 de outubro, o Ministério de Educação e Saúde reconheceu os cursos da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará (RIBEIRO, 2001).

O Decreto nº. 26.142, de 4 de janeiro de 1949 concedeu reconhecimento aos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais na Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Atualmente, o curso é denominado Bacharelado em Ciências Contábeis e é vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC).

Com todo o progresso ocorrido no ensino contábil, sem desmerecer os méritos incontáveis dos Congressos Brasileiros de Contabilidade anteriores, o V Congresso, realizado em 1950, em Belo Horizonte (MG), marcou a história da Contabilidade com alguns feitos: i) votação do Código de Ética, ii) instalação da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, iii) defesa de tese do Prof. Hilário Franco e iv) primeira participação de pesquisadores estrangeiros de Portugal e da França (SILVA, 2013).

De acordo com Peleias et al. (2007), a Lei nº. 1.401, de 31 de julho de 1951 promoveu a separação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, conferindo diplomas distintos para ambos os cursos.

De acordo com Ribeiro (2001), em 15 de janeiro de 1952, o Diário Oficial da União publicou o reconhecimento dos cursos de nível superior ministrados pela Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. E, em 21 de fevereiro de 1952 houve a colação de grau da primeira turma de bacharéis do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criada pela Lei nº. 2.373, em 16 de dezembro de 1954, com sede em Fortaleza e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Teve como primeiro reitor o seu fundador o professor Antônio Martins Filho. Em 26 de junho de 1956, a Lei nº. 3.208 agregou a Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará à Universidade Federal do Ceará. Em 1963 houve a federalização (UFC, 2015; RIBEIRO, 2001).

Mudanças significativas ocorreram no ensino superior na década de 60, tendo reflexos nos cursos de Ciências Contábeis. Tais mudanças foram impulsionadas pela Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE). O Parecer CFE nº. 397/62 promoveu uma significativa mudança no ensino de Ciências Contábeis no país, dividindo o curso nos ciclos de formação básica e de formação profissional. As disciplinas contábeis foram agregadas ao ciclo de formação profissional, sendo elas: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade de Comercial, Análise de Balanços e Auditoria (PELEIAS et al., 2007).

O Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade (FEAAC) foi criado em 04 de abril de 1965 e os precursores do desenvolvimento do curso foram os Professores Esmerino Pinto, Francisco de Assis Barbosa e José Monteiro Alves (MOREIRA, 2015). A FEAAC também instalou os cursos de Ciências Estatísticas (1966), de Administração (1979), de Ciências Atuariais (1993) e Secretariado Executivo (1995) (RIBEIRO, 2001).

O ensino superior em Contabilidade no Ceará foi ampliado com a criação da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), da Fundação Edson Queiroz, em 23 de março de 1973, sendo a primeira universidade privada do estado do Ceará. Sua instalação foi realizada pela UFC e sob a orientação do professor Antônio Martins Filho (UNIFOR, 2015).

Em seguida, de acordo com a Lei nº. 9.753, de 18 de outubro de 1973, foi instituída a Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE) e com a Resolução nº. 2, de 5 de março de 1975, referendada pelo Decreto nº. 11.233, de 10 de março de 1975, foi criada a Univesidade Estadual do Ceará (UECE). No entanto, a concretização da sua instalação só ocorreu em 1977. No interstício da instalação funcionaram 19 cursos considerados essenciais para o desenvolvimento do Ceará naquela época, destacando-

se o curso de Ciências Contábeis (UECE, 2015).

O Ceará já havia evoluído bastante no ensino contábil na década de 70, mas ainda faltava uma entidade que congregasse os membros da academia. Para tanto, foi criada em 06 de novembro de 1980, a Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará (ACCEC), com seu estatuto registrado no DOE sob o nº. 12.988-parte I, formada por 40 acadêmicos de diversas áreas de pesquisa, entre fundadores e efetivos (ACCEC, 2014). A Academia ficou durante um período com suas atividades desativadas e foram reestabelecidas em 2015, sob a orientação do Presidente Pedro Coelho Neto, ver Figura 8.

Fonte: ACCEC (2015)



Figura 8 – Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará, Presidente, Novos Acadêmicos, 2015

Novas mudanças no ensino superior de Contabilidade ocorreram com a Resolução CFE nº. 03/92, que fixou normas para que as instituições de ensino superior elaborassem os currículos dos cursos de Ciências Contábeis, definindo o perfil profissional desejado a ser formado. Para Peleias et al. (2007), o conteúdo da Resolução mostra que os currículos plenos foram elaborados visando estimular o conhecimento teórico e prático, permitindo assim o competente exercício da profissão e a ética perante a sociedade.

A pós-graduação na FEAAC/ UFC iniciou em 1998, com o Curso de Especialização em Auditoria, e seguiu com o Curso de Especialização em Contabilidade e Planejamento Tributária, com a primeira turma iniciada em agosto de 2001, que formou alunos no Ceará e no Maranhão.

Em 1999 foi realizado, na FEAAC, o primeiro Curso de Mestrado Interinstitucional em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), que formou acadêmicos do Ceará e de Pernambuco. É imensurável o aprimoramento do ensino contábil no país após o Programa Interinstitucional da USP. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) teve um papel relevante na realização das turmas deste mestrado.

Em 2003, foram iniciados os cursos de Mestrado Profissional em Controladoria e Mestrado Profissional em Administração. Em 2009, houve a fusão dos dois cursos, que deu origem ao Programa de Pós-Graduação Administração e Controladoria (PPAC) vinculado à FEAAC. Em junho de 2012, oficialmente os mestrados acadêmico e profissional em administração e controladoria passaram a ter regimentos internos distintos através do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria (PPAC) e do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria Profissional (PPAC - PROFISSIONAL). A primeira turma do Doutorado em Administração e Controladoria da UFC foi selecionada no segundo semestre de 2015.

Também foi lançada em 2003, a Revista Contemporânea de Economia e Gestão denominada Revista Contextus (Fortaleza), da FEAAC. Atualmente, a revista publicou o v.13, n. 3 (2015) e está classificada no Qualis Capes como B3.

Em 24 de abril de 2012 foi inaugurada a SEDE II da FEAAC, para a qual foram transferidos os cursos de Administração, Ciências Atuariais e Secretariado Executivo.

No final de 2015, o Ceará conta com 45 cursos de bacharelado em Ciências Contábeis. Destes, 4 estão sendo oferecidos em universidades públicas e privada, de forma presencial. Um curso privado e presencial é oferecido por um Centro Universitário. As faculdades privadas oferecem 40 cursos. Na categoria presencial são 27 faculdades privadas e na categoria à distância existem 13.

3.6. O Conselho Federal de Contabilidade e o Conselho Regional do Estado do Ceará

O Decreto-lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946, criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) definindo as atribuições do Contador e do Guarda-livros. O primeiro presidente do CFC foi nomeado em 06 de junho de 1946 e os membros em 07 de agosto de 1946 (PELEIAS; BACCI, 2004).

O CFC iniciou os trabalhos nomeando professores para a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo (USP), esclarecendo as normas para fiscalização de profissionais, definindo as taxas para pagamento de anuidade, participou de discussão de decreto do Congresso Nacional sobre pagamentos pelos serviços de Guarda-livros e Contadores.

O CFC (2015, p. 1) possui “[...] estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº. 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. O CFC é integrado por um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes – Lei nº. 11.160/05, [...]”. A estrutura é essencial para a uniformidade de procedimentos nos CRC’s e da atuação dos profissionais.

As atribuições do CFC (2015, p. 1), que fazem parte da sua finalidade “[...] nos termos da legislação em vigor, principalmente a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.”

Em 2010, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº. 12.249 /2010, que instituiu a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil (CFC, 2015). O Exame de Suficiência pode tornar-se um importante instrumento de validação e alinhamento do conhecimento contábil no Brasil, inclusive para avaliação de cursos de nível superior, pois seus resultados demonstram a qualidade do ensino contábil no Brasil. Representou um grande avanço para a profissão.

Quanto à instalação dos Conselhos Regionais, o processo foi demorado. Em junho de 1946 foi criado o primeiro CRC, no Paraná. Após 70 anos da criação do CFC, cada estado possui seu Conselho Regional. Os dois últimos foram criados em 1995, no Acre e em Roraima. Os 27 CRC’s têm direito a voto no Plenário do CFC. O Conselho Federal disciplina as atividades dos Regionais que, embora sejam autônomos, atuam em conjunto nas atividades operacionais e administrativas (HERCULANO, 2014).

O CRC-CE foi fundado em 27 de maio de 1946. A representação dos contabilistas é feita através do Plenário do CRC-CE que é composto de 36 Conselheiros, sendo 24 Contadores e 12 Técnicos em Contabilidade, sendo 18 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes (CRC-CE, 2015).

O Brasil iniciará 2016 com 334.631 contadores registrados nas cinco regiões do país. Merece destaque a região Sudeste com 161.510 profissionais. Quanto ao sexo, destaca-se a região Norte com 12.272 contadoras, superando o número de contadores (10.860). É importante destacar que, em todas as demais regiões, o número de mulheres é, em média, de aproximadamente 45% do total de profissionais por região, conforme Figura 9.

Fonte: CFC (2015).

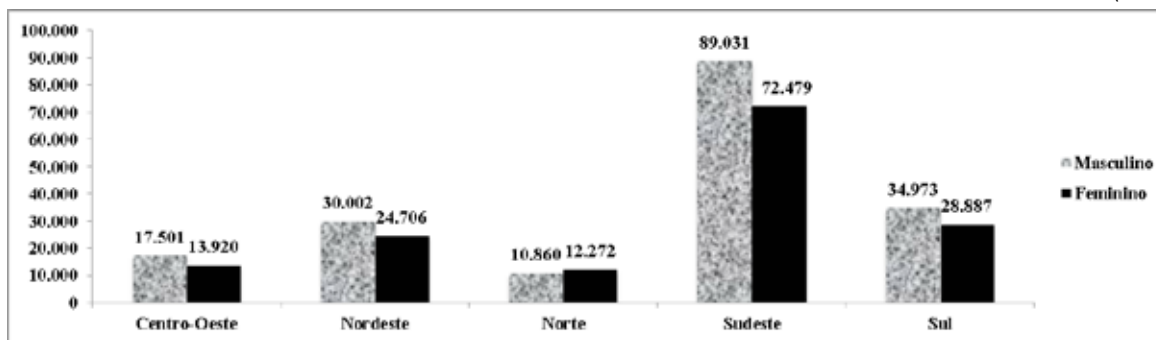


Figura 9 – Contadores, Brasil, Região, 2015

O Sudeste concentra 48,3% dos profissionais; o Sul possui 19,1%; e o Nordeste, 16,3%, demonstrando a influência do desenvolvimento econômico na exigência da profissão contábil. O Centro-Oeste conta com 9,4% e o Norte tem representatividade de 6,9%.

Quanto aos profissionais Técnicos em Contabilidade, no Brasil totaliza 196.678. A região Sudeste também se destaca com 113.577 profissionais. Na região Centro-Oeste, as Contadoras representam, em média, 33% dos profissionais. Nas demais regiões, bem como em nível nacional, o número de mulheres representa, em média, 37%, ver Figura 10.

Fonte: CFC (2015)

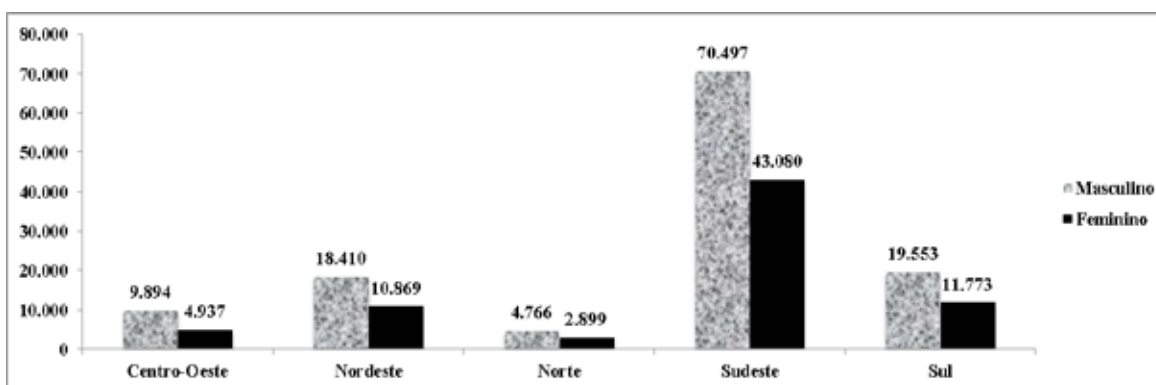


Figura 10 – Técnicos em Contabilidade, Brasil, Região, 2015

De acordo com o CFC (2015), no início de 2016, o CRC - CE contará com um total de 13.219 Contabilistas ativos. Do total, 4.852 (37%) são técnicos. Na capital encontra-se a maior população com 3.266 profissionais. Quanto ao sexo, prepondera o masculino com 2.926, conforme Figura 11.

Fonte: CFC (2015).

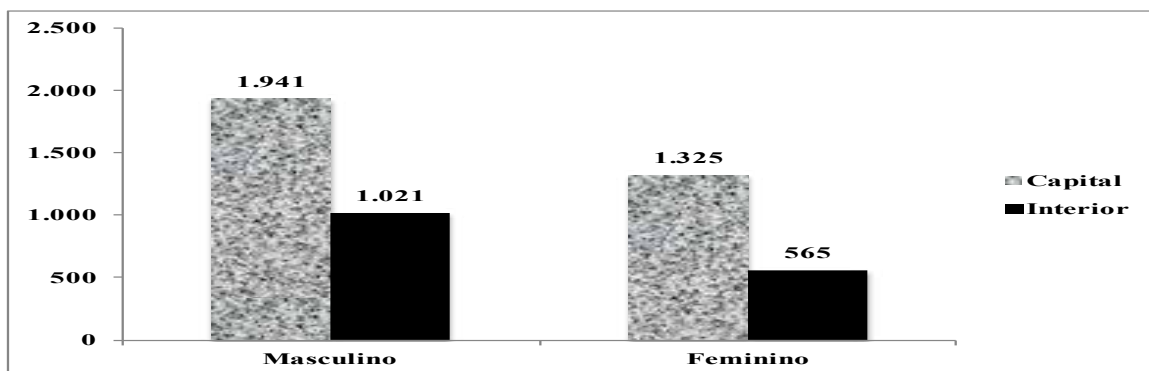


Figura 11 – Técnicos em Contabilidade, CRC - CE, capital e interior, 2015

Quanto ao número de Contadores no estado totalizava 8.367 (63%) profissionais. Na capital atuam 5.967, e quanto ao sexo destaca-se o masculino com 4.505, ver Figura 10.

Fonte: CFC (2015).

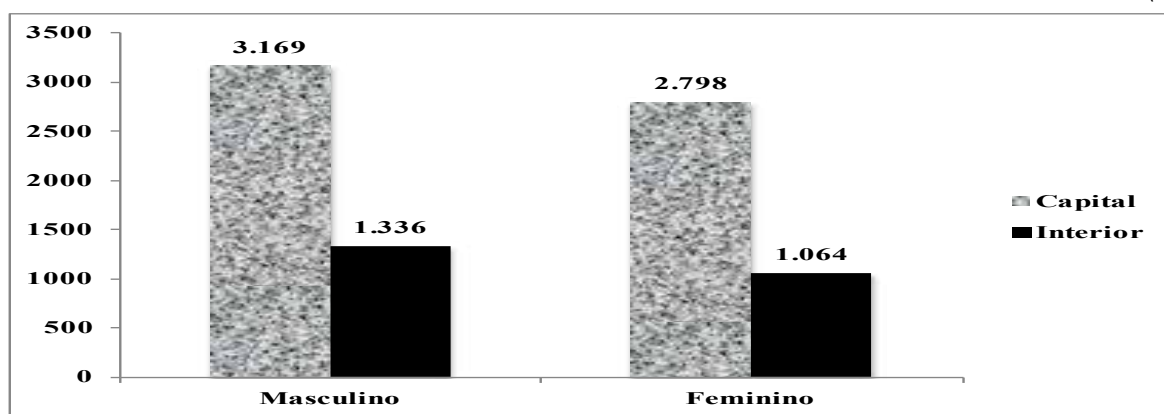


Figura 12 – Contadores, CRC - CE, capital e interior, 2015

O Ceará conta com 2.606 organizações contábeis, as quais 58% estão localizadas na capital e 42% no interior. Os escritórios individuais contemplam 1.081, as sociedades representam 744 e o empresário individual, 781. O perfil mostra que os dois primeiros tipos preponderam na capital e o último no interior, conforme Figura 13.

Fonte: CRC-CE (2015).

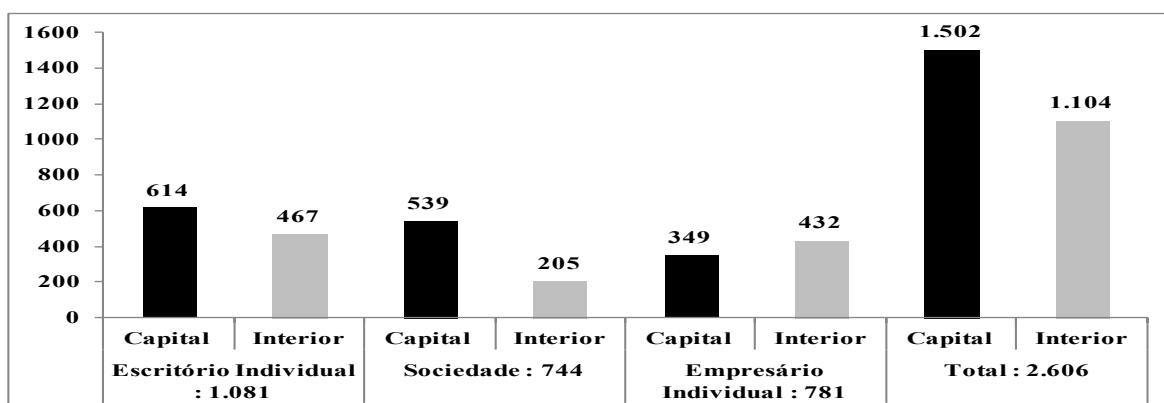


Figura 13 – Organizações contábeis, CRC - CE, capital e interior, 2015

Um fato que alavancou a autoestima do profissional contábil no Ceará foi a instalação da nova sede do CRC. O Conselho teve três sedes, a primeira foi instalada em 07 de junho de 1947, e o primeiro presidente foi Francisco Aprígio Riquet Nogueira. A sede atual é situada no Bairro Benfica, em Fortaleza (CE), e foi inaugurada em 1999. O Conselho contou com 26 presidentes, e atualmente é presidido por Clara Germana Gonçalves Rocha.

Com o desenvolvimento da profissão e o crescimento da classe no estado, o CRC-CE desenvolve um projeto visando descentralizar as atividades. Os Contabilistas contam com 32 representações no estado (ver Figura 14), que são responsáveis pela fiscalização, a realização de eventos e a manutenção do relacionamento entre as delegacias e as coordenações regionais dos interiores e da capital. Com essa interação, os Contabilistas do Ceará compartilham suas necessidades e participam das decisões profissionais. Em sua atual estrutura, o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará conta com departamentos de registro, fiscalização, desenvolvimento profissional, secretaria e jurídico. O art. 10, alíneas a-g, do Decreto nº. 9.295/46, relaciona as atribuições dos Conselhos Regionais.

Fonte: CRC-CE (2015).



Figura 14 - Mapa do Ceará com representações do CRC-CE

O CRC-CE tem uma valiosa contribuição na capacitação e na defesa da imagem do profissional de Contabilidade. O maior desafio enfrentado no século XXI é o aspecto ético. Apesar do Código de Ética – Resolução CFC nº. 803, de 20 de novembro de 1996 – apresentar as linhas mestras da Ética e Moral e as penalidades administrativas na profissão, do Código Civil – Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – apresentar a responsabilidade civil dos Contabilistas e do Código Penal - Decreto-lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – enquadrar criminalmente os profissionais contábeis, tem havido uma grande incidência de escândalos na iniciativa privada e pública envolvendo os Contadores, tais como: Enron (2001), Parmalat (2003), Mensalão (2005-2006) e Petrolão (2015).

No último trimestre de 2014, o CRC - CE publicou a Revista técnico-científica Coletivo Contábil favorecendo ainda mais o desempenho técnico e científico da Contabilidade.

3.7. Sindicalismo contábil: Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Ceará (SESCAP-CE) e o Sindicato dos Contabilistas do Ceará (SINDICONT-CE)

A profissão contábil também possui uma estrutura sindical legalmente organizada para proteger os direitos trabalhistas dos Contabilistas. A estrutura possui sindicatos para empregadores pessoas jurídicas e físicas.

O primeiro órgão fundado no Ceará foi o Sindicato dos Contabilistas do Ceará, fundado em 09 de novembro de 1930 e presidido por Oscar Castelo Branco. Tem em seus registros como primeiro

sócio o sr. Luiz Tavares de Castro. Em 18 de setembro de 1943 recebeu o reconhecimento da Carta Sindical. Em 2015, completou um quadro de 17 presidentes, e tem como o atual o senhor Manoel Pinheiro Cavalcante. O sindicato conta com 3.507 sócios, dos quais 750 são atuantes.

As principais conquistas do Sindicato do Ceará são: i) defesa dos contabilistas no estado do Ceará, como a primeira entidade de representação de classe; ii) participação na fundação de entidades nacionais (Federação dos Contabilistas do Norte e Nordeste, CFC, CRC-Ce e Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL); iii) contribuir para valorização do profissional Contabilistas; iv) assistência social e técnica aos seus associados e v) representação junto à justiça do trabalho.

O segundo órgão de representação criado no Ceará foi a Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Ceará, criada em 1987, e marcou o início da história do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Ceará (SESCAP-CE). A denominação foi alterada em 1992 e 1995 e, em julho de 2004, foi definida a denominação atual.

De acordo com o SESCAP-CE (2015), os “Seus objetivos consagram-se na defesa dos interesses associativos, na representação perante as autoridades administrativas e judiciárias, na celebração de acordos e convenções trabalhistas, enfim, na prestação de serviços aos seus associados.” O SESCAP/CE está devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O SESCAP-CE está estruturado em três câmaras setoriais para reunir associados por segmento de atividade econômica: Câmara Setorial de Contabilidade, Câmara Setorial de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Câmara Setorial de Auditoria. As empresas associadas devem recolher Contribuição Sindical, organizada ou não sob a forma de pessoa jurídica, Assistencial e Confederativa, ao SESCAP-CE.

O SESCAP-CE é filiado à Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON) e faz parte do Sistema Confederativo de Representação Sindical (SICOMÉRCIO).

Em 26 de abril de 1991, foi criada em São Paulo a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON) com o propósito de representar nacionalmente os empresários contábeis. Inicialmente, filiaram-se nove sindicatos: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Caxias do Sul, Paraná, Minas Gerais e Ceará. Atualmente, com sede em Brasília e filiada à Confederação Nacional do Comércio, conta com 37 sindicatos filiados e estes representam aproximadamente 400 mil empresas do setor de serviços (FENACON, 2015).

Dentre as suas diversas atribuições, a FENACON (2015, p. 1) “[...] atua diretamente no combate à alta carga tributária, na diminuição da burocracia, na geração de mais empregos, além de lutar por políticas públicas que garantam mais desenvolvimentos às empresas brasileiras, sobretudo as micro e pequenas.”

4. Considerações finais

O estudo mostra que no período da Colonização do Ceará preponderaram os aspectos políticos da posse do território, a busca por elementos econômicos para despertar o interesse de Portugal e a tributação que, mesmo realizada de forma arcaica, já era presente naquele período. A primeira Escola Contábil Contista foi desenvolvida na Itália, em 1494, e Portugal instalou a Escola Técnica de Comércio, em 1761. A Coroa Portuguesa só começou a colonizar o Ceará no século XVII e este período foi encerrado com a autonomia da Capitania, em 1799. Portanto, Portugal trouxe para o Brasil e Ceará o modelo político, econômico, administrativo, contábil e tributário das suas outras Colônias e da própria sede da Coroa.

No período Imperial houve um grande avanço econômico no Brasil com a chegada da Família Real e a abertura dos portos. O impacto econômico foi decorrente das relações comerciais internacionais e do aumento da arrecadação para cobrir os gastos do Império. Em 1809, iniciaram as aulas práticas e depois as aulas de comércio, favorecendo a profissão contábil, ainda que de forma embrionária. Dois fatos, um político e outro social, afetaram a economia do país: a independência, proclamada por D Pedro I, e a libertação dos escravos pela Lei Áurea.

Foi um importante período para a Contabilidade mundial, que teve cinco escolas com importantes pensadores: Administrativa, Personalista, Matemática, Veneziana e Neocontista. No Brasil, houve a criação do primeiro Código Comercial, de Institutos Comerciais, a publicação da primeira Lei das Sociedades Anônimas e a criação da profissão liberal de Guarda-livros, que alavancaram a profissão em ensino e importância.

No Ceará, Fortaleza tornou-se cidade (1823) avançando economicamente no comércio e posteriormente na indústria tipográfica, têxtil e de óleos. A criação da ferrovia de Baturité e da Junta Comercial foram reflexos da economia favorável.

Durante o período Republicano, a pesquisa contábil mundial seguiu em prosperidade com as Escolas Alemã, Economia Aziendal, Patrimonialista e Norte Americana. As duas últimas com forte influência no Brasil.

Em 1891, o Brasil promulgou a primeira Constituição Federal e, em 1922, participou da Exposição Universal de Paris. O aspecto da legislação era crescente e favorecia à Contabilidade, apenas nos aspectos societários e tributários, mantendo a hegemonia fiscalista portuguesa. Foram criadas as leis que relacionava a Contabilidade, a área tributária e a do Imposto de Renda. Merecem destaque neste período, a utilização do primeiro sistema de Contabilidade Pública, a publicação de livros e revistas contábeis e a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade.

O Ceará tornou-se estado e crescia economicamente sob as influências sociais e artísticas de Paris. Em 1891 foi criada a Sociedade Fênix Caixeiral, que representou a pedra angular do ensino contábil no Estado. A Fênix foi reconhecida nacionalmente e realizou cursos noturnos para profissionais bancários e do comércio, e de Perito-Contador. Foi criado o Sindicato dos Contabilistas do Estado do Ceará (Sindicant-Ce).

O período Contemporâneo foi marcado por duas grandes guerras que afetaram o mundo em destruição material e humana, mudaram o mapa da riqueza e do poder político para os Estados Unidos. Os aspectos positivos foram o avanço na tecnologia e na medicina. O Brasil vivenciou um período de ditadura e outro de redemocratização, que está sendo muito difícil no âmbito político, econômico, social e ético. O Ceará alinha-se ao país, com o agravante de quatro anos de seca.

Este período teve muitas contribuições positivas para a Contabilidade nos aspectos de pesquisa, ensino e profissão, tendo destaque: a regulamentação do ensino superior, a estruturação do currículo, as publicações de livros e revistas científicas, a criação do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais, a criação do exame de suficiência, de sindicatos de profissionais e empresas, a criação de universidades e faculdades particulares, cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e a convergência das normas contábeis. Neste período, até 1986, já havia um alinhamento em nível de profissionalização contábil no Brasil e no estado do Ceará, apesar da expressividade econômica e política só ter despontado em 1987.

Referências

ACCEC – ACADEMIA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO ESTADO DO CEARÁ. Aditivo ao Estatuto Social, de 1 de dezembro de 2014. Fortaleza, 2014.

- ACCEC – ACADEMIA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO ESTADO DO CEARÁ. Posse acadêmicos. 2015. 2 fotografias: color, 15 x 10 cm.
- AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil (1865-1866). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Entre não, sons e sins: atitudes educativas e vicissitudes do ser índio. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371337017_ARQUIVO_ARTIGO-DEFINITIVOANPUHNATAL.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- ALENCAR, José de. Iracema – lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Typ. De Vianna & Filhos, 1865.
- ANDRADE, João Mendes de. A oligarquia acciolina e a política dos governadores. In: Souza, Simone de. (Org.) História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- ANTUNES, Ticiane de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto-que nunca existiu-extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. AEDOS, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 10, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/29051/18988>>. Acesso em: 8 dez. 2015.
- ARAGÃO, Raimundo Batista. História do Ceará. Fortaleza: IOCE, 1987.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. História da província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Minerva, 1958.
- BARREIRA, Dolor. História da literatura cearense. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. O movimento religioso de Juazeiro do Norte e o fenômeno do Caldeirão. In: Souza, Simone de (Org.) História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- BEZERRA, Ana Paula Gomes. Da Europa à Aracati. As casas comerciais aracatienses na segunda metade do século XIX e a inserção de mercadorias estrangeiras na cultura local (1850-1910). In: SEMANA DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DO SERTÃO CENTRAL, 11, 2013, Quixadá. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/xisemanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/72-10007-25102013-141646.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- BRAGA, Célia. Prédio união caixeiral SESC Parnaíba. 2015. 1 fotografia: color, 15 x 10 cm.
- _____. Foto do contador geral e tesoureiro. Museu Inka, Cusco (Peru) em 22 de jul. 2007.
- _____. Diploma de magistério da Fênix Caixeiral, Fortaleza. 1982. 2 fotografias: color, 10 x 15 cm.
- _____. Diploma de técnico em Contabilidade da Fênix Caixeiral, Fortaleza. 1975. 2 fotografias: color, 10 x 15 cm.
- BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Seção 1, Edição extra, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- _____. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- _____. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- _____. Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à união, estados e municípios. Diário do Congresso Nacional. Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 out. 1966. Seção 1, p. 12567. Disponível em: <<http://www>>.

- planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- _____. Lei nº. 2.373, de 16 de dezembro de 1954. Cria a universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1954. Seção 1, p. 20337. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2373.htm>. Acesso em: 04 dez. 2015.
- _____. Decreto nº. 26.142, de 4 de janeiro de 1949. Concede reconhecimento aos cursos de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais da faculdade de ciências econômicas do Ceará. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 1949. Seção 1, p. 698. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1949-01-04;26142>>. Acesso em: 04 dez. 2015.
- _____. Decreto-lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o conselho federal de contabilidade, define as atribuições do contador e do guarda-livros, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 29 mai. 1946. Seção 1, p. 7889. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- _____. Decreto-lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 1945. Seção 1, p. 15297. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- _____. Decreto-lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- _____. Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jul. 1931. P. 11120. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- _____. Decreto nº. 4.724-A, de 23 de agosto de 1923. Equipara os diplomas da academia de ciencias commerciaes de alagôas e de outras instituições, aos da academia de commercio do Rio de Janeiro e dá outras providencias. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 1923. P. 24277. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4724-a-23-agosto-1923-776513-publicacaooriginal-140460-pe.html>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- _____. Decreto nº. 6.384, de 30 de novembro de 1876. Organiza as juntas e inspectorias commerciaes e regula o exercício das repectivas funcções. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1876. P. 1159, Vol. 2, Pt. II. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM6384.htm>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- _____. Decreto nº. 2.308, de 10 de julho de 1873. Autoriza o governo para dispensar, por vinte anos, do imposto da decima urbana os novos edificios do palacio da praça do commercio e suas dependencias. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1873. P. 224, Vol. 1, Pt. I. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2308-10-julho-1873-550748-norma-pl.html>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- _____. Lei nº. 556, de 25 de junho de 1850. Código comercial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- BUGARIM, Maria Clara Cavalcante et al. Ações do conselho federal de contabilidade no desenvolvimento da contabilidade brasileira. Revista de Contabilidade e Controladoria. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v.5, n.2, p.134-151, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rcc/article/view/31505/21249>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- CARDOZO, Julio Sergio. Origem e conceitos de auditoria. Revista de Contabilidade do Mestrado em

- Ciências Contábeis da UERJ, v. 2, n. 2, p. 27-36, 1997. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/view/1570/1548>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- CASTRO, José Liberal de. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. Instituto do Ceará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, p. 93-126, Tomo CXVIX, Fortaleza, 2005.
- Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2005/2005-UmaPlantaFortaleza1850Reencontrada.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- _____. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. Instituto do Ceará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, p. 43-90, 1994.
- Disponível em: <<http://institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1994/1994-ContribuicaoAdolfoHerbsteraaformaurbanadeFortaleza.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- _____. Cartografia urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários. In: A administração Lúcio Alcântara. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.
- CDL FORTALEZA – CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE FORTALEZA. Sobre a CDL. Disponível em: <<http://www.cdlfor.com.br/portal/index.php/pg/19/conheca-a-nossa-entidade>>. Acesso em: 18 dez. 2015.
- CIC – CENTRO INDUSTRIAL DO CEARÁ. Sobre o CIC. Disponível em: <<http://www.cic.com.br/o-cic>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. O conselho. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/o_conselho/>. Acesso em: 15 dez. 2015a.
- _____. Quantos somos. Disponível em: <<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1>>. Acesso em: 15 dez. 2015b.
- _____. Resolução 1.103, de 28 de setembro de 2007. Cria o comitê gestor da convergência no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1103_2007.htm>. Acesso em: 13 dez. 2015.
- _____. Resolução 803, de 20 de novembro de 1996. Aprova o código de ética profissional do contabilista – CEPC. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1996/000803>. Acesso em: 13 dez. 2015.
- COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. Revista do Instituto do Ceará, p. 81-111, 2014. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2014/03_FortalezacapitaldoCeara.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2015.
- CORDEIRO, José. Os índios do Siará: massacre e resistência. Fortaleza: Hoje, 1989.
- CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. A construção da estrada de ferro de Baturité: alteração da paisagem e da produção de outras fronteiras no Ceará (1870 – 1926). In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363342249_ARQUIVO_TextoAnpuh2013-AnaisabelCortez.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2015.
- CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R1). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, de 15 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- _____. CPC 26 (R1). Apresentação das demonstrações contábeis, de 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- CRC-CE – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. Institucional. Disponível em: <<http://www.crc-ce.org.br/institucional/onde-estamos/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

- FARIAS, Airton de. História do Ceará: dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.
- _____. Além das Armas: Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/2906>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- FEAAC – FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE. Conheça a FEAAC. Disponível em: <http://www.feaac.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29>.
- Acesso em: 10 dez. 2015.
- FEAAC – FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE. Revista contextus (Fortaleza). Disponível em: <<http://www.contextus.ufc.br/2014/index.php/contextus>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- FENACON – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS. Institucional. Disponível em: <<http://www.fenacon.org.br/institucional/historia-1/>>. Acesso em: 23 dez. 2015.
- FORTALEZA EM FOTOS. A Fênix Caixeiral. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/03/fenix-caixeiral.html>>.
- Acesso em: 12 dez. 2015.
- _____. O abandono do centro. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2015/03/o-abandono-do-centro.html>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- _____. Phenix Caixeiral. Altura: 383 pixel. Largura 236 pixel. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/03/fenix-caixeiral.html>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- FORTALEZA NOBRE. A Fênix Caixeiral ainda vive. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2012/01/fenix-caixeiral-ainda-vive.html>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: Sousa, Simone de. (org.), Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- GALANTE, Alexandre. 14 bis 'canard'. Altura: 586 pixel. Largura: 240 pixel. Formato JPEG. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2012/02/18/14-bis-canard/>>. Acesso em: 11 dez. 2015.
- GARAMBONE, Sidney. A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2011.
- GONÇALVES, Leda. Marcas da Revolução de 1930. Diário do Nordeste, Fortaleza, 17 out. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/marcas-da-revolucao-de-1930-1.601169>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. Teoria da Contabilidade. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- HERCULANO, Liduino Juvencio. A história da Contabilidade no Ceará – um estudo de caso: do conselho regional de contabilidade do Ceará. 2014. 82 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro universitário UNICHRISTUS, Fortaleza, 2014.
- HISTÓRIA DE MESTRE. Imagem de pintura rupestre da caverna de Lascaux (França) retratando cavalos. Altura: 1600 pixel. Largura: 1200 pixel. Formato JPEG. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEWj-lbCju_DKAhU-FUJAKHbMkAQkQjRwIBw&url=http%3A%2F%2Fhistoriademestre.blogspot.com%2Fp%2F1-ano.html&psig=AFQjCNE0Hfhhyg3dl8c4--lxPU5qXIKFug&ust=1455305640577650>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2015.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil - Lei nº. 1.083, de 22 de Agosto de 1860. Revista Contabilidade & Finanças – USP. São Paulo,

- n.29, p.7 – 25, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v13n29/v13n29a01>>. Acesso em: 13 dez. 2015.
- JUCEC – JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ. Quadro de presidentes. Disponível em: <<http://www.jucec.ce.gov.br/categoria1/quadro-de-presidentes>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- _____. Histórico. Disponível em: <<http://www.jucec.ce.gov.br/categoria1/historico>>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- LEITE, Emerson Braga Dionizio. O Perfil de fluência na língua inglesa dos alunos do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Ceará. 2015. 69 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- LOPES, Maria Margaret. Investigações em história natural no Ceará: os estudos do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). Revista de Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 1-6, 2003.
- MARCELO, José. Hidroavião que deu nome ao Sampaio chegava há 92 anos. O Estado do Maranhão, Caderno especial, p. 2, São Luís, 14 dez. 2014.
- MARION, José Carlos; ROBLES JUNIOR, Antônio. A Busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p.13-24, set. 1998. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/113/108>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- MELO, Cristiane e Castro Feitosa. Conflitos territoriais entre famílias e migração interna nos sertões dos Inhamuns/CE. Revista GEOUECE, Fortaleza, v. 1, n. 1. dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.uece.br/?journal=geouece&page=issue&op=view&path%5B%5D=39>>. Acesso em: 29 dez. 2015.
- MENEZES, Antônio Bezerra de. Descrição da cidade de Fortaleza. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992.
- MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Análise comparativa das demonstrações contábeis elaboradas pela legislação societária e em moeda constante: um estudo de caso. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/rcmccuerj/article/view/5588>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- MONTENEGRO, João Alfredo de S. A Revolução de 1832. In: Souza, Simone. (Org.) História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1995.
- MOREIRA, Jeanne Marguerite Molina. Discurso do Jubileu de 50 anos do Departamento de Contabilidade. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA FEAAC, UFC, Fortaleza, 2015.
- NADAI, Elza; NEVES, Joana. História do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1995.
- NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas, 2008.
- NOBRE, Geraldo. O Ceará capitania autônoma. Instituto do Ceará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Centenário do Instituto do Ceará, p. 85-97, 1987.
- Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1987TE/1987TE-OCearaCapitaniaAutonoma.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.
- O POVO. Depoimento da professora Raimunda Marques do nascimento, filha do cacique João Venâncio, da tribo Tremembé. O Povo, Fortaleza, 16 mai. 2000.
- _____. Luta sem fim. O Povo, Editorial, p. 6, Fortaleza, 30 mai. 1988.
- _____. Vendido afinal o prédio da fênix. O Povo, Fortaleza, 6 jan. 1979.
- OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. Contemporizando a história do Ceará. Fortaleza: Editora Jovem, 2011.

- PADOVEZE, Clovis Luiz. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. Revista de Contabilidade & Finanças, Edição 30 anos de Doutorado, São Paulo, p. 19-32, jun. 2007.
- Disponível em: <<http://www.infocontab.com.pt/download../revInfocontab/2007/23/evolucao.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. Revista Administração on-line – FECAP, v. 5, n. 3, p. 39-54, 2004.
- Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- PINTO, Leonardo José Seixas. A Evolução histórica da Contabilidade e as principais escolas doutrinárias. 2002. 35 f. Monografia (Especialização em Finanças e Gestão Corporativa). Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2002.
- PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Multigraf Editora Ltda, 1993.
- PPAC – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA. Início. Disponível em: <<http://www.ppac.ufc.br/index.php/pt-br/40-categoria-pt-br/mestrado-profissional/dados-institucionais/217-historico-do-mestrado-profissional-ppac-prof>>. Acesso em: 01 dez. 2015.
- RIBEIRO, Lucio Armando de Patricio. Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará: incursão história – 1938/2000. Fortaleza: Edições UFC, 2001.
- RIBEIRO, Saboya. Memorial justificativo do plano diretor para a cidade de Fortaleza. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, p. 215-243, 1955. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1955/1955-MemorialJustificativoPlanoDiretorFortaleza.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2015.
- RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.
- SÁ, Antônio Lopes de. História geral da Contabilidade no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.
- _____. História geral e das doutrinas da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.
- SÃO PAULO. Decreto-lei nº. 15.601, de 26 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a instalação da faculdade de ciências econômicas e administrativas da Universidade de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo, São Paulo, SP, 06 fev. 1946. P. 3. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1946/decreto.lei-15601-26.01.1946.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. O sítio histórico de Parnaíba. Memorial Gilberto Escórcio Duarte. Centro Cultural João Paulo dos Reis Velloso. Lili Sarmiento (curadoria e museografia), Parnaíba, 2015.
- SESCAP – SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO CEARÁ. O SESCAP. Disponível em: <<http://www.sescapce.org.br/c/o-sescap>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. Cronologia da normatização das demonstrações contábeis no Brasil: do código comercial brasileiro de 1850 ao pronunciamento 26 do CPC de 2009. Enfoque: reflexão contábil, v. 31, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/15233>>. Acesso em: 22 dez. 2015.
- _____. História do pensamento contábil. São Paulo: Atlas, 2006.

- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FONSECA, Pedro. Frederico Herrmann Júnior o precursor da escola patrimonialista no Brasil. *Business Review (UNIFIN)*, v. 5, p. 101-119, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose_Santos65/publication/267717648_Frederico_Herrmann_Jnior_o_precursor_da_Escola_Patrimonialista_no_Brasil/links/546e01d30cf29806ec2e6948.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- SCHMIDT, Paulo. *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. A “phenix caixeiral” (1891-1979) e como desapareceram dois testemunhos importantes da história de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza*, p. 09-44, 2008. Disponível em: <http://institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2008/01-Art_APhenixCaixeiral_Modificada.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- SILVA, Rodrigo Antonio Chaves da. Os fundamentos científicos da contabilidade: análise da tese de Hilário Franco defendida no V Congresso brasileiro de Contabilidade em 1950. *Contaduría Universidad de Antioquia*, n. 62, p. 163-214, 2013. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/cont/article/view/18916/16153>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- SILVA NETTO, João Lourenço da. Pedaco de argila sumeriana com registro das rações diárias em pictogramas. Altura: 414 pixel. Largura: 413 pixel. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj7vNesvfDKAhWFM5AKHQ68BykQjRwIBw&url=http%3A%2F%2Fwww.jlourenco.com%2FJLSN%2FMe-sopotamia02.htm&bvm=bv.113943164,d.Y2I&psig=AFQjCNGD5HumulIX4ZFXZoGkEawtUvjbQ-w&ust=1455306489578511>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- SINDCONT-CE – Sindicato dos contabilistas no estado do Ceará. Estatuto. Disponível em: <<http://www.sindcontce.org.br/wp-content/uploads/2014/09/ESTATUTO-sindcont.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- SIQUEIRA GURGEL. Empresa. Disponível em: <<http://www.siqueiragurgel.com.br/default.asp?pag=empresa>>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- UECE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Histórico. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/conhecauece/institucional>>. Acesso em: 14 dez. 2015.
- UNIFOR – UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. A instituição. Disponível em: <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=445&Itemid=121>. Acesso em: 14 dez. 2015.
- VANZELLA, Senoir; ARAÚJO, José Atilio Fistarol de; BIAVATTI, Valdir. Correção monetária de balanço. *Revista de Ciências Empresariais UNIPAR*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/empresarial/article/view/1429/1251>>. Acesso em: 15 dez. 2015
- XAVIER, Patrícia Pereira. História, memória e historiografia: o dragão do mar na escrita de Edmar Morel (1949). In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. *Anais... Fortaleza: UFC, 2009*. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0389.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2015.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2015.

A origem da contabilidade no Distrito Federal: Primeiros registros e desenvolvimento da classe contábil



Deypson Gonçalves Carvalho
Cássio dos Santos

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal

Trabalho apresentado ao Conselho Federal de Contabilidade –
CFC, com vista ao concurso “Resgate da Memória Contábil nos
Estados” com observância ao Edital publicado no D.O.U. em 14 de
maio de 2015, coordenado pelo professor MSc Deypson Gonçalves
Carvalho.

Sumário

Introdução	4
Capítulo I A cidade de Brasília e o CRCDF	5
1.1 A Cidade de Brasília: primeiros momentos	5
1.2 A Cidade de Brasília: o início da construção.....	6
1.3 A inauguração da Capital.....	7
Capítulo II O ensino da contabilidade no Distrito Federal	9
2.1 Os cursos Técnicos em Contabilidade em Brasília.....	9
2.2 As Instituições de Ensino Superior em Brasília.....	9
2.3 O desenvolvimento acadêmico da ciência contábil.....	10
Capítulo III A história do CRCDF	12
3.1 A criação do CRCDF	12
3.2 Os conselheiros eleitos	15
3.3 Nossos profissionais pioneiros.....	16
3.4 A imagem do CRCDF junto a Sociedade Brasiliense	17
3.5 Ambientes especiais na sede do CRCDF.....	19
3.6 O CRCDF: o reconhecimento da Classe Contábil	19
3.7 O CRCDF e a política local	21
3.8 O CRCDF e o Desenvolvimento Profissional	22
3.9 O CRCDF e as ações sociais.....	23
3.10 O CRCDF e demais entidades.....	24
Bibliografia:	25
Anexo I – Resolução 19/60	26
Anexo II – Ata da Eleição da primeira diretoria do CRCDF	30

Introdução

A contabilidade, enquanto ciência social, é sensível às questões sociais, culturais, econômicas, políticas e até mesmo religiosas. Nessa direção o registro dos fatos relacionados aos patrimônios públicos e privados não esgota, nem delimita, a atuação profissional. Assim, é possível afirmar que o amadurecimento da Ciência Contábil está ligado ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

A história da contabilidade, no caso de Brasília, se confunde com a construção da própria cidade e o momento político da interiorização do poder central, como registrou Maria Valéria Duarte de Souza:

De fato, a cidade começou a ser gestada no imaginário brasileiro ainda no período colonial, quando as ideias que defendiam a interiorização do poder central já constavam da pauta dos principais movimentos emancipacionistas, cujo expoente foi a Inconfidência Mineira no final do século XVIII.

(Artigo: Brasília e a mudança da capital para o Planalto Central; disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/128067-64>)

Desta forma, é possível afirmar que, da mesma forma que o controle do patrimônio e a administração da riqueza pela contabilidade data do início da civilização, a história da contabilidade no Distrito Federal teria que ter início com sua construção.

O empenho e dedicação, características dos candangos que edificaram os pilares iniciais dessa moderna arquitetura a céu aberto que é Brasília, ficará claramente definida neste estudo, que mostrará os dados sobre a classe contábil de Brasília e a atuação profissional de seus integrantes, incluindo o desenvolvimento da ciência contábil em nossa cidade.

Dos candangos aos atuais brasilienses, passando pela importante contribuição dos imigrantes, foi construída Brasília e, ao mesmo tempo, o Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal.

Neste trabalho, serão apresentadas personalidades de nossa história, além de ações e registros importantes e a contribuição de instituições de ensinos (médio e superior) que formaram os profissionais que construíram essa história.

É fato que a pretensão dos autores não foi a de esgotar neste estudo a pesquisa, mas sua dimensão e escopo foram decisivos para sua limitação.

Portanto, o objetivo principal desta obra é o de apresentar fatos e documentos que relatam a história da contabilidade no Distrito Federal.

Os autores.

Capítulo I A cidade de Brasília e o CRCDF

1.1 A Cidade de Brasília: primeiros momentos

Um estudo chamado “Relatório Belcher” ou “Retângulo Belcher”, apresentado em 1955, definiu cinco prováveis lugares nos estados de Goiás e em Minas Gerais para abrigar a nova capital.

Identificados pelas cores amarelo, azul, castanho, verde e vermelho, conforme mostra a figura 1, foi eleito o Sítio Castanho por cinco votos contra um voto ao Sítio Verde.

Fonte: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/24/interna_cidadesdf,399959/as-outras-brasilias-conheca-os-lugares-que-poderiam-ter-recebido-a-capital.shtml

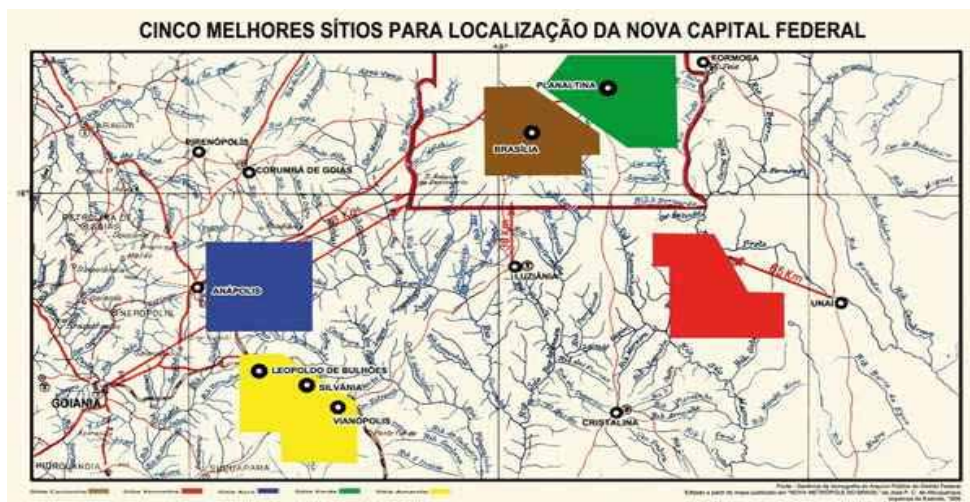


Figura 1 – Cinco melhores sítios para localização da Nova Capital Federal

Já presidente, em 1956 Juscelino Kubitschek propôs que a nova capital se chamasse Brasília sendo lançado o concurso para a escolha do projeto que serviria para a construção da cidade.

Nesse ano iniciou-se a construção do Catetinho, residência presidencial provisória, de estrutura simples de madeira. O nome foi uma referência ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, sede do governo federal até a inauguração da capital.

Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), tornou-se museu e tem mobília e objetos pessoais do presidente JK

Atualmente, o Catetinho (figura 2) é um ponto turístico de muita visitação.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Catetinho>



Figura 2 – Catetinho

1.2 A Cidade de Brasília: o início da construção

A maioria dos candangos que vieram para a Capital eram de Goiás, Minas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba, São Paulo e Piauí. Também vieram estrangeiros como os espanhóis, italianos, portugueses, japoneses e gregos.

A expressão **candango**, que serviu para identificar os operários que migraram para atuar nas obras de Brasília (figura 3), era utilizada pelos angolanos, que assim chamavam os colonizadores de Portugal.

Fonte: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=16>



Figura 3 – Migração de trabalhadores para construção da Capital

Três “Acampamentos” se destacaram no período de obras da capital do Brasil. A **Cidade-mãe**, também conhecida por **Lonalândia**, depois chamada **Candangolândia**, em homenagem aos candangos, foi o primeiro acampamento na região, sendo construída em 1956 para acolher os operários da NOVACAP.

Nesse mesmo ano, foram abertas as principais avenidas da **Cidade Livre**, maior povoado à época, e que depois passaria a se chamar **Núcleo Bandeirante**. A **Vila Planalto** foi um complexo de acampamentos criado em 1957 para receber os trabalhadores das primeiras construtoras, sendo as duas primeiras a Rabello e a Pacheco Fernandes.

Dentre os três acampamentos, o comércio se desenvolveu com destaque na Cidade Livre,

que era uma área isenta de impostos e cujos lotes foram cedidos gratuitamente aos interessados, por contrato de comodato. Assim, se instalaram armazéns de secos e molhados, casas de tecidos, restaurantes, barbearias, tinturarias, marcenarias, açougues, farmácias, escolas (duas), cinema, bares, pensões, hotéis e Escritórios de Contabilidade.

Em decorrência, foi criada a Associação Comercial de Brasília, em 16 de julho de 1957, que, após processo de fusão com a Associação Comercial do Plano Piloto, esta criada em 1961, passaria a se denominar Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF).

1.3 A inauguração da Capital

O primeiro marco da inauguração foi a entrega das chaves da cidade por Israel Pinheiro, responsável pela construção da cidade de Brasília e seu primeiro administrador. Isso ocorreu às 17h30 do dia 20 de abril. Mais tarde, foi realizada missa de ação de graças (celebrada na Catedral), à zero horas do dia 21 de abril.

Destaca-se que o crucifixo de ferro usado por Frei Henrique de Coimbra na primeira missa do Brasil foi trazido pelo Cardeal patriarca de Lisboa Dom Manuel Gonçalves Cerejeira.

Às 8 horas da manhã, na Praça dos Três Poderes, com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek, outras autoridades e o povo, a Banda do Batalhão de Guardas executou o toque da Alvorada. Em seguida, o Presidente da República hasteou o pavilhão nacional (figura 4), ao som do Hino Nacional.

Fonte: <http://brasiliapoetica.com.br/category/o-dia-a-dia-da-construcao/linha-do-tempo/>



Figura 4 – Hasteamento do pavilhão nacional

Após o hasteamento, o Presidente Juscelino Kubitschek proferiu as seguintes palavras:

“Cabe-me a honra de içar neste momento a Bandeira Nacional. Faço-o com emoção que dificilmente poderia exprimir. Esta e todas quantas agora se hasteiam, não importa em que sitio de nosso imenso território, ostentam uma estrela a mais. Porque o país cresceu, se animou do espírito criador, e este espírito criador produziu mais uma entidade na Federação. Aí está a estrela do Estado da Guanabara que se vem juntar aos vinte Estados que giram harmoniosamente em torno de Brasília, Capital Federal da pátria brasileira, centro das futuras

decisões políticas, cidade da esperança, torre de comando da batalha pelo aproveitamento do deserto interior.”

“A bandeira que vai tremular nos céus do Brasil simbolizará um país que se tornou maior. Sinto agora a mesma vibração, o mesmo entusiasmo, o mesmo tremor que sentem todos aqueles que estão praticando o mesmo gesto nos quatro cantos da Pátria. Meu pensamento volta-se, neste instante, para as novas gerações que hão de recolher o fruto de nossos trabalhos e encontrar um Brasil diferente daquele que encontramos, um Brasil integrado no seu verdadeiro destino. Diante da Bandeira Nacional, com suas vinte e duas estrelas, saúdo os pioneiros, os que lutaram para que chegássemos ao que somos, e saúdo os filhos dos nossos filhos para os quais, sem medir esforços e sacrifícios, erguemos as bases da nossa grandeza futura.”
(Fonte:<http://brasiliapoetica.com.br/category/o-dia-a-dia-da-construcao/linha-do-tempo/>)

Logo em seguida, embaixadores estrangeiros registram presença ao cumprimentarem o presidente Juscelino Kubitschek.

Houve desfile de operários da NOVACAP, construtores de Brasília, engenheiros, técnicos e “candangos”, bem como exibição dos tratores, caminhões, máquinas de terraplenagem.

Por fim, chegaram os atletas que conduziram o Fogo Simbólico, que partira da Cidade de Salvador no dia 29 de março e passara pelas mãos de cerca de três mil atletas em seu percurso até Brasília.

No encerramento houve queima de fogos de artifícios na Esplanada e um jantar com diplomatas e autoridades no Palácio do Planalto.

Capítulo II O ensino da contabilidade no Distrito Federal

2.1 Os cursos Técnicos em Contabilidade em Brasília

O “Ensino Médio” e os cursos técnicos se confundem em diversos registros e não deixam precisas as datas e o mérito de qual instituição teria sido a primeira a formar os Técnicos em Contabilidade na recém capital.

Pôde-se constatar que o Ginásio de Taguatinga, depois Centro Educacional Ave Branca de Taguatinga, atualmente Centro de Ensino Médio Ave Branca (Cemab) e o Centro de Ensino Médio Elefante Branco (Cemeb) concorrem para esse título, mas o estudo não confirmou esse achado.

De qualquer forma, informar-se que o Centro de Ensino Médio Ave Branca, ou apenas Ave Branca, começou a funcionar em março de 1961 com curso ginasial diurno.

O Cemeb, ou apenas Elefante Branco, iniciou suas atividades em 22 de abril de 1961, como registro apresentado adiante:

O Elefante Branco significava a materialização dos ideais de educação concebidos por Anísio Teixeira, educador e criador do conceito de Escola Nova — teoria que privilegiava o desenvolvimento intelectual e do pensamento crítico em detrimento da memorização. Brasília seria o modelo de ensino brasileiro. A estrutura se assemelhava à de uma universidade: havia matérias optativas, departamentos, laboratórios devidamente equipados. Além disso, o Elefante Branco ficou conhecido pelos cursos técnicos de engenharia, eletrônica, contabilidade e outros. “A excelência no ensino era tamanha que chegamos a ter um ministro do Supremo Tribunal Federal como aluno de eletrônica. Ele estudou aqui três anos”, conta José Luiz Mazzaro, ex-aluno, atual professor de biologia da escola e coordenador da comissão que prepara os festejos do cinquentenário. Os cursos técnicos foram extintos recentemente.

Fonte: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/04/16/interna_cidadesdf,248101/primeiro-centro-de-ensino-medio-de-brasilia-o-elefante-branco-chega-aos-50.shtml

2.2 As Instituições de Ensino Superior em Brasília

A primeira instituição de ensino superior a se instalar na capital do país foi a Universidade de Brasília – UNB, criada em 21 de abril de 1962, dois anos a inauguração da cidade. A oferta do curso de Ciências Contábeis teve início em 1977, sob a direção do Departamento de Administração e, em 1991, outra direção foi dada ao curso com a criação do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA).

Em paralelo, o Senador da República pelo Estado do Espírito Santo, Eurico Rezende, percebendo o desejo de muitos candangos e jovens, de concluírem um curso superior e, ao mesmo tempo, de não serem acolhidos pela UNB, que oferecia apenas cursos diurnos, fundou a Universidade do Distrito Federal – UNIDF, depois Associação de Ensino Superior do Distrito Federal – AEUDF e agora Centro Universitário do Distrito Federal – UDF (em que pese as nomenclaturas, popularmente sempre foi reconhecida como UDF).

Em 22 de agosto de 1967, lançou o curso de Administração de Empresas e, em março de 1968, passou a ofertar as graduações em Contabilidade, Economia, Direito e Pedagogia, todos no período noturno.

Da mesma forma, ou com a mesma disposição, em 3 de maio de 1968, o procurador federal e professor de direito e língua portuguesa, Alberto Péres e o Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, João Herculino, criaram o Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB).

Segunda instituição de ensino superior privada em Brasília, tratou de ofertar, também no período noturno, os cursos de graduação em Administração, Contabilidade, Direito, Economia, Geografia, História, Letras e Pedagogia.

Essas instituições conseguiram prover o mercado de profissionais com excelência reputação e profissionalismo.

Atualmente, o Distrito Federal conta com mais de quinze instituições de ensino superior privadas e uma pública, oferecendo mais de 800 vagas para o curso de Ciências Contábeis por semestre letivo.

2.3 O desenvolvimento acadêmico da ciência contábil

Mais recentemente, a história do ensino da ciência contábil do DF foi coroada com quatro ações de destaque. Uma foi a realização dos cursos *strictu sensu* na UNB, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado.

Esse processo iniciou-se por meio de Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis entre a Universidade de Brasília – UnB, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

O curso foi contemplado em convênio com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que assumiu o investimento equivalente a 1/3 do custo efetivo. Atualmente, esse modelo foi levado a várias cidades e já contam com mais de 10 cursos em andamento.

Outra ação de destaque foi a utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na formação acadêmica dos alunos de graduação que tratavam da contabilidade pública exclusivamente em sala de aula, sem um ambiente adequado para a prática integral.

Essa iniciativa contou com a participação decisiva de conselheiros que lecionavam na instituição e, dessa forma, o Centro Universitário do Distrito Federal – UDF foi a primeira instituição de ensino superior do Brasil a aplicar a ferramenta para o ensino da contabilidade pública, ainda em 1995, em convênio assinado com o CRCDF e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Atualmente, outras instituições utilizam esse sistema em seus cursos.

Por parte do CRCDF, a edição da Revista Eletrônica Aprender Contábil, no ano de 2011, é considerada outra ação relevante para o desenvolvimento da ciência contábil com a divulgação dos trabalhos acadêmicos apresentados pelos alunos em fase de conclusão do curso e que não eram divulgados à comunidade acadêmica.

Além da publicação, alunos e professores orientadores recebem certificado como reconhecimento da contribuição individual para o aprimoramento e desenvolvimento da ciência contábil.

Mais recentemente, em 2013, houve a criação da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal – ACiCon/DF (figura 5), outro marco importante para a evolução da ciência contábil em nossa cidade. Sua primeira diretoria conta com o professor Dr. José Antonio de França como presidente.

A ACiCon/DF conta com quinze cadeiras, sendo treze já ocupadas pelos respectivos acadêmicos fundadores.



Figura 5 – Lançamento da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal (ACiCon/DF)

Capítulo III A história do CRCDF

3.1 A criação do CRCDF

A criação do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal ocorreu no dia 30 de março de 1960, quando o Conselho Federal editou a Resolução CFC nº 19/60, depois renumerada para Resolução CFC nº 131/60, e nomeou o Contador Orlando Domingos Sampaio para Delegado do CFC em Brasília, sendo sua missão a de promover a efetiva instalação no CRCDF, como se verifica adiante:

Resolução CFC n.º 131/60

Cria o Conselho Regional de Contabilidade em Brasília, Distrito Federal, e nomeia Delegado do C.F.C., para presidir as eleições dos membros efetivos e suplentes que constituirão aquele C.R.C.

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, à vista do que dispõe o art. 9º do Decreto-lei n.º 9.295, de 27.5.1946, e

CONSIDERANDO que o Plenário do C.F.C., na reunião realizada em 25 de fevereiro p.f., determinou fossem realizados estudos para instalação do Conselho Regional de Brasília, na base territorial do novo Distrito Federal;

CONSIDERANDO que os referidos estudos foram procedidos;

CONSIDERANDO que numeroso grupo de contabilistas já exerce a profissão na região em tela;

CONSIDERANDO que a mudança da Capital da República, para a circunscrição territorial do novo Distrito Federal, está prevista para o próximo dia 21 de abril;

CONSIDERANDO que a jurisdição do CRC-Goiás, sobre a base territorial do novo Distrito Federal, cessará a partir daquela data;

CONSIDERANDO que não existe entidade de classe naquela região, e que o Sr. Orlando Domingos Sampaio, ex-membro do CRC-Goiás, já se encontra residindo na mesma,

Resolve:

Art. 1º. Criar o CRC-Brasília (Distrito Federal), que passará a funcionar a partir do dia 21 de abril de 1960, ficando desmembrada do CRC-Goiás, a base territorial do novo Distrito Federal.

Fonte: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1960/000131

Daí em diante, o processo de criação do conselho avançou bastante. A publicação do Edital para a convocação da primeira eleição ocorreu em 4 de abril sendo realizada no dia 12 do mês (figura 6). O local escolhido para o evento foi a sede da Associação Comercial de Brasília.

A votação foi coordenada pelo Delegado Orlando Domingos Sampaio, que escolheu como Secretários os Contabilistas Nivaldo Carvalho Simões e Jedson Viegas Fernandes, e como escrutinadores os Contabilistas Geraldo Horácio de Oliveira e Hugo de Assis Costa.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

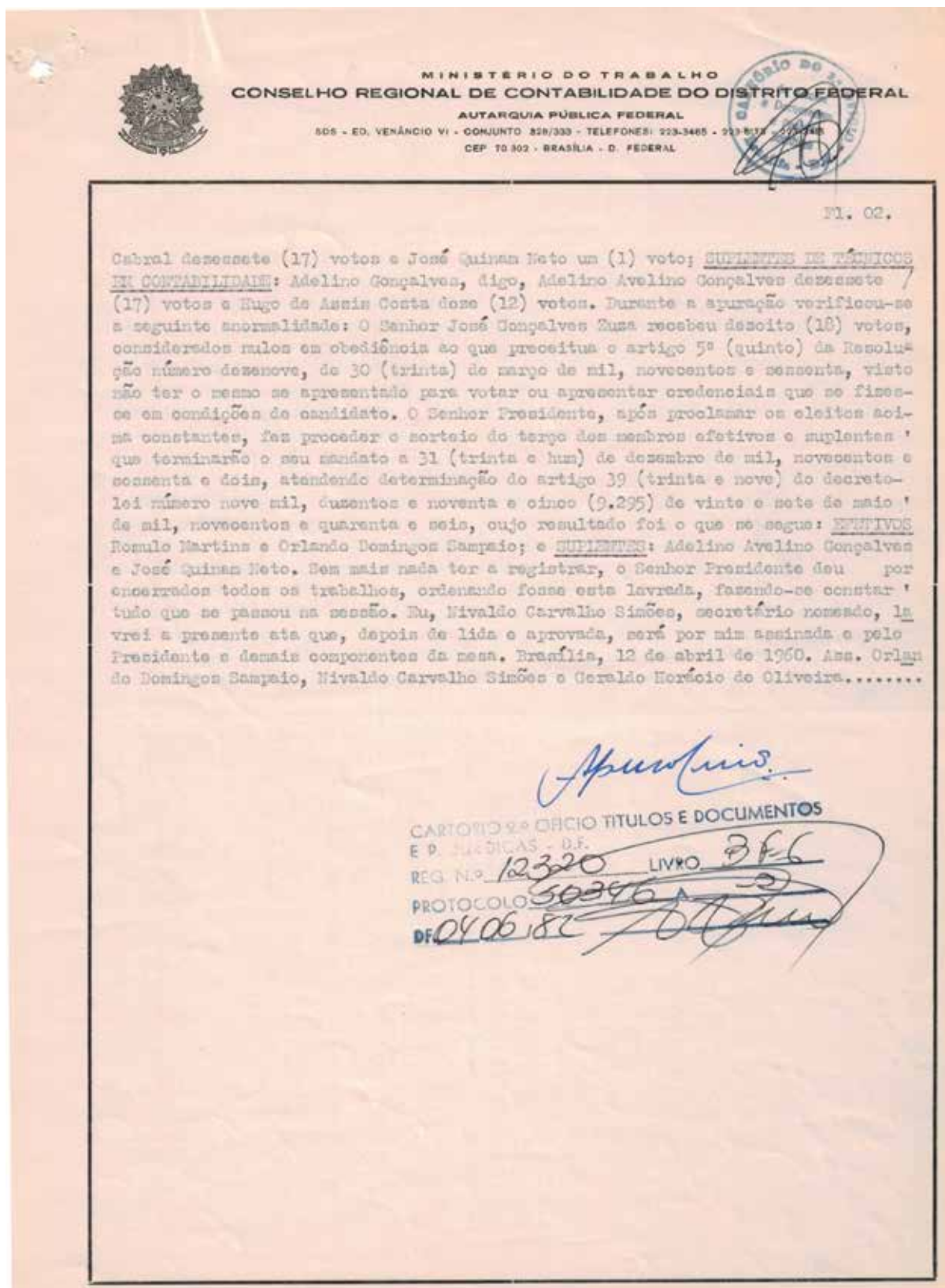
AUTARQUIA PÚBLICA FEDERAL
505 - ED. VENÂNCIO VI - CONJUNTO 516/525 - TELEFONES: 223-3465 - 223-3473 - 223-3474 - 223-3475
CEP 70.902 - BRASÍLIA - D. FEDERAL



ATA DA ASSEMBLEIA DA PRIMEIRA ELEIÇÃO DO "CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE BRASÍLIA.

Às nove horas do dia doze do mês de abril de mil, novecentos e sessenta, na sede da "Associação Comercial de Brasília", localizada à Avenida Central, sem número, no Núcleo Bandeirante, Brasília, futuro Distrito Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, atualmente pertencente ao município de Planaltina, Estado de Goiás, foi instalada a mesa receptora de votos que dirigiu os trabalhos da Assembleia, para primeira eleição do Conselho Regional de Contabilidade de Brasília, conforme Edital de Convocação publicado e divulgado com afixações nos principais centros locais e Rádio Nacional de Brasília e Serviços de Alto-Falantes locais, constando o mesmo do seguinte teor: "Edital de Convocação. O Delegado do Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com a Resolução número dezanove, dezesseis mil, novecentos e sessenta primeira do DC-Brasília, do dia três de abril de mil, novecentos e sessenta, convoca os senhores contadores e técnicos em contabilidade, ora exercendo suas atividades profissionais em Brasília, para a eleição dos membros que comporão o Conselho Regional de Contabilidade de Brasília, que se realizará no dia doze próximo (doze de abril de mil, novecentos e sessenta), para, digo, das nove às vinte horas, na sede da Associação Comercial de Brasília, sito à Avenida Central, sem número, Núcleo Bandeirante. Os profissionais acima referidos, deverão se apresentar munidos de suas carteiras e prova de quitação da anuidade de mil, novecentos e sessenta. Brasília, quatro de abril de mil, novecentos e sessenta. Orlando Domingos Sampaio, Delegado do CRC em Brasília". Inicialmente o contabilista Orlando Domingos Sampaio, devidamente nomeado Delegado do Conselho Federal de Contabilidade, pela Resolução número dezanove sessenta (19/60) de trinta de março de mil, novecentos e sessenta, escolheu como Secretários os contabilistas Nivaldo Carvalho Simões e Jedaon Viegas Fernandes, para comporem a mesa, e os contabilistas Geraldo Horácio de Oliveira e Hugo de Assis Costa para escrutinadores, solicitando a presença destes às vinte horas, quando do encerramento da votação e imediata apuração. Após as providências necessárias, deu-se por iniciada a votação, votando primeiramente o Presidente da Assembleia, o Delegado do Conselho Federal de Contabilidade, e Secretários, prosseguindo a mesma durante todo o dia, até às vinte horas deste dia, sem que nenhuma ocorrência digna de registro se verificasse. Regotado o tempo regulamentar para votação, precisamente às vinte horas, (deste dia), o Presidente da Mesa, na presença dos secretários e escrutinadores já presentes, encerrou os referidos trabalhos; procedendo, com eles e em presença de demais eleitores, a apuração dos votos. Verificou-se, então, que da relação de votantes constavam vinte eleitores, todos devidamente credenciados, passando-se, em seguida, à abertura da urna. Nesta se verificou que o número de votos coincidia com o de votantes, após o que se procedeu a apuração propriamente dita, cujo resultado constituiu-se o seguinte, digo, a eleição dos seguintes membros: ESCRIVOS: José Alvarenga vinte (20) votos, Nivaldo Carvalho Simões dezanove (17) votos, Rômulo Martins Lage dezanove (16) votos e Geraldo Horácio de Oliveira cinco (5) votos, todos Contadores; e Orlando Domingos Sampaio vinte (20) votos e Ransy Palluh quatorze (14) votos, técnicos, ambos, em contabilidade; SUPLENTE DE CONTADOR: Antonio Santa Rosa dezanove (19) votos, José dos Reis Castro dezoito (18) votos, Ransy de Oliveira

Handwritten signature



Fonte: Arquivo do CRCDF

Figura 6 - Ata da Eleição da Primeira Diretoria do CRCDF

Dessa forma, o CRCDF se tornou a primeira autarquia federal de fiscalização do exercício profissional a se instalar na cidade.

3.2 Os conselheiros eleitos

Os conselheiros eleitos realizaram a primeira reunião extraordinária no CRC, na sede da Associação Comercial de Brasília, no dia 21 de abril de 1960, para a eleição e posse dos membros da mesa diretora.

O Contador José Alvarenga (figura 7) tornou-se então o primeiro Presidente do Conselho, tendo como conselheiros os Contadores e os Técnicos em Contabilidade Orlando Domingos Sampaio como Vice-presidente, e Geraldo Horácio de Oliveira e Rômulo Martins Lage.

Fonte: Arquivo do CRCDF



**Figura 7 – Jose Alvarenga,
primeiro presidente do
CRCDF**

O Presidente José Alvarenga instalou a sede provisória da autarquia em seu próprio escritório, OR-MAC Contábil e Comercial, localizado na Travessa Dom Bosco no Núcleo Bandeirante.

Em 1961, a sede do CRCDF foi transferida para o Plano Piloto, primeiro em uma sala comercial na Quadra 706 da Asa Norte, depois no Edifício Pioneiras Sociais, no Setor Médico Hospitalar da Asa Sul.

Na gestão do Presidente Alcides Veloso Júnior, na década de 70, com o apoio do CFC, o CRCDF passou a funcionar no Edifício Venâncio VI, no Setor de Diversões Sul. Já na gestão do presidente Afonso Celso Guimaraes Lyrio.

Em 1982, o CRCDF adquiriu sede própria na Quadra 503 da Asa Sul e, em 2012, na gestão do presidente Adriano de Andrade Marrocos a sede foi transferida para um amplo espaço sito à Quadra 505 da Asa Sul.

3.3 Nossos profissionais pioneiros

Os registros efetuados inicialmente foram ofertados aos primeiros conselheiros. Os primeiros profissionais registrados no CRC/DF são apresentados adiante:

Tabela 1 - Registros originários de profissionais contábeis no CRC/DF no ano de 1960

Registro	Categoria	Nome
DF-000001/O	Contador	JOSE ALVARENGA
DF-000002/O	Contador	NIVALDO CARVALHO SIMOES
DF-000003/O	Contador	ROMULO MARTINS LAGE
DF-000004/O	Contador	OSWALDO ROBERTO COLIN
DF-000005/O	Tec Contabilidade	DARCY TEIXEIRA
DF-000006/O	Tec Contabilidade	GLADY DA CRUZ SOARES
DF-000007/O	Tec Contabilidade	NELSON RODRIGUES DART
DF-000008/O	Tec Contabilidade	NELSON DE JESUS VILLA
DF-000009/O	Tec Contabilidade	OCTAVIO STALLONE
DF-000010/O	Contador	CARLOS DUTRA
DF-000011/O	Tec Contabilidade	FABIO ELMER DE MACEDO
DF-000012/O	Tec Contabilidade	ANANIAS DE PAIVA MAGALHAES
DF-000013/O	Tec Contabilidade	FRANCISCO E DE SOUZA MACHADO
DF-000014/O	Contador	APARECIDO MAURO DE MENDONCA
DF-000015/O	Tec Contabilidade	GILBERTO TEIXEIRA LEITE
DF-000016/O	Tec Contabilidade	FAUSTINO GOMES DE BRITO
DF-000017/O	Tec Contabilidade	ARMINDO PEREIRA MARTINS
DF-000018/O	Tec Contabilidade	FERNANDO MANDARINO

Fonte: Subseção de Registro do CRCDF

A primeira profissional a obter registro originário no Distrito Federal, foi a Contadora Maria Nilda Rosa Salvatore.

Compondo o quadro de Primeiros Registros, ainda em atividade, estão os profissionais José Maria Barbosa Botelho, Ramilton Bernardes Pereira, Maria da Consolação Mendez e Zilmar Ferreira Bonifácio, agraciados pelo CRCDF em 2013 com o título Pioneiros da Contabilidade.

Outros profissionais agraciados com o mesmo título foram Armindo Alves Ribeiro, Carlos Alberto Fernandes, Israel Gonçalves da Silva, Isaías Mendonça de Souza Júnior, Maria Neusa Trega de Oliveira e Luiz Carlos Machado Barros.

Com esses profissionais também vieram as primeiras organizações contábeis (Tabela 2).

Tabela 2 – Primeiros registros originários de organizações contábeis no CRC/DF

Tabela 2.A – Organizações Contábeis – Cadastro de Escritório Individual

Tabela 2.B – Organizações Contábeis – Sociedades

Tabela 2.A – Organizações Contábeis – Cadastro de Escritório Individual

Registro	Profissional Contábil	Nome Fantasia
DF-000002/O	Admilson Siqueira e Silva	ESCRITORIO PORTO SEGURO
DF-000003/O	Jandy Franca Maciel	ORGANIZACO CONTABIL SANTA LUZIA
DF-000004/O	Geraldo Barbosa de Castro	SACI-CONTAB DATILOG E REPRESENTACOES
DF-000005/O	Manoelina da Costa Moreira Silva	ESCRITORIO DE CONTABILIDADE MOREIRA
DF-000006/O	Albertino Jose Ribeiro	ORGANIZACAO CONTABIL RIBEIRO
DF-000007/O	Romeu Ferreira da Costa	SOCONTABIL
DF-000008/O	Juracir Santos	ESCRITORIO CONTABIL SANTOS
DF-000009/O	Jose Dionisio Tomas	DATA CONTABIL
DF-000010/O	Alair Germano dos Santos	ORGANIZACAO SANGER
DF-000011/O	Pedro Dias de Souza	CONTABILIDADE LEAL

Fonte: Subseção de Registro do CRCDF

Tabela 2.B – Organizações Contábeis – Sociedades

Registro	Nome
DF-000002/O	ESTEC ESC TEC CONTABILIDADE
DF-000007/O	ORG BRAS DE CONTABILIDADE LTDA
DF-000008/O	COBIL SERVICO TEC CONTABIL
DF-000009/O	ORG CONT RIO BRASILIA LTDA
DF-000011/O	SOCONTECA-SOC DE CONTAB TEC LTDA
DF-000013/O	SOCICON-SOC CIVIL DE CONTAB LTDA
DF-000014/O	STAFF SERV T A F FAZEND LTDA
DF-000015/O	ETCA ESC T C ADVOCACIA LTDA
DF-000016/O	ORG GEROLINO COSTA
DF-000021/O	ORCAL ORG CONT ALVORADA
DF-000026/O	ESC M DE CONTABILIDADE
DF-000031/O	ASSIS & LEITE LTDA
DF-000034/O	ORGANIZACAO SATELITE LTDA
DF-000035/O	MARRA MOREIRA & CIA LTDA
DF-000037/O	ADELINO SILVA & CIA LTDA
DF-000039/O	POPE-SOC CONTABIL LTDA

Fonte: Subseção de Registro do CRCDF

3.4 A imagem do CRCDF junto a Sociedade Brasileira

Levar à sociedade o conceito do profissional contábil não é uma fácil tarefa. Há necessidade de atingir governantes, empresários e os próprios profissionais que, em muitas oportunidades, confunde o papel do conselho regional com dos sindicatos e associações.

Ao longo da história do CRCDF, diversas foram as ações que cumpriram com esse objetivo, em cenários e contextos diferentes, contribuíram para difundir as atividades desenvolvidas pelos pro-

fissionais e pelo conselho.

No ano de 1991 o conselho lançou comercial de TV com o Slogan “Fazendo as contas é mais seguro”. O anúncio enfatizou a importância do Contabilista para a boa gestão tanto para empresas do setor privado quanto para a administração pública. Era a primeira iniciativa de aproximação com governantes e empresários, via mídia.

Outra ação importante, ainda no início da década de 90, com foco na adoção de política descentralizadora, foi a criação das Delegacias do CRCDF nas cidades satélites. As primeiras a entrarem em funcionamento foram nas cidades-satélites de Taguatinga, Sobradinho (que atendia Planaltina), Ceilândia e Núcleo Bandeirante.

Esta ação desencadearia uma aproximação efetiva do conselho aos profissionais, até reconhecendo que a dimensão territorial e as demandas apresentadas não se restringiam à área próxima à sede do conselho.

A chegada do ano 2000 foi coroada com a primeira edição do Exame de Suficiência coordenado pelo Conselho Federal de Contabilidade, trazendo para o mercado usuário da informação contábil a necessidade de uma avaliação complementar à conclusão do curso de Ciências Contábeis e do curso Técnico em Contabilidade.

Importante registrar a contribuição do exame para uma avaliação institucional dos cursos, cujos coordenadores e dirigentes educacionais passaram a atribuir uma avaliação sobre desempenho interno com o resultado de seus egressos.

Mas, ao passar dos anos, houve a necessidade de voltar à mídia, buscando meios de comunicação para campanha de valorização do profissional. A iniciativa no ano de 2000 foi o lançamento do Plano de Mídia que definia ações voltadas à veiculação de peças para divulgação da importância do trabalho dos Contabilistas sem aplicação de recursos do conselho, cujo êxito foi a adesão voluntária da maioria dos profissionais com registro ativo que patrocinaram anúncios em jornais, rádios e televisão, além de outdoors espalhados pelo DF.

Em 2010 assume a presidência do CRCDF, pela primeira vez em 50 anos, um brasiliense, o Contador Adriano de Andrade Marrocos. Nesse mesmo ano é lançado selo comemorativo, é publicada a obra “50 anos do CRCDF” (figura 8) e é assumido compromisso de incentivar a participação da mulher no Conselho Diretor do CRCDF, o que se verificou nos mandatos de 2010 e 2012, e que permitiu trazer à presidência, em 2014, a primeira mulher, a contadora Sandra Maria Batista.

Fonte: Arquivo do CRCDF



Figura 8 – Livro “50 anos do CRCDF”

3.5 Ambientes especiais na sede do CRCDF.

Em que pese já ter sido apresentado nesse trabalho os vários imóveis onde se instalou a sede do CRCDF, não foram apresentados os ambientes internos, que será objetivo agora.

Há que se registrar as homenagens feitas a profissionais de ilibada reputação e grande contribuição à Classe Contábil do Distrito Federal e brasileira e, diferente de outras homenagens, todos os profissionais o foram em vida.

A reunião plenária mensal era realizada na “sala de reuniões” e, como consta em vários documentos e registros, passou a ser denominada de Plenário José Alvarenga, homenagem confirmada em 1992 ao primeiro presidente do conselho.

Da mesma forma, homenagem ao contador Carlos Celso da Silva que cedeu seu nome à Biblioteca, em 1996; e, ao contador Ynel Alves Camargo, ex-presidente do CFC, que cedeu seu nome ao auditório do CRCDF em 1998.

Na sede atual há painel contando os principais marcos na história do CRCDF.

3.6 O CRCDF: o reconhecimento da Classe Contábil

O compromisso do sistema CFC/CRC's talvez tenha na realização dos congressos brasileiros de contabilidade o maior reconhecimento da classe contábil brasileira.

O esforço e empenho de vários profissionais no sentido de levar conhecimento e oportunizar momentos de relacionamento e troca de experiências sempre foi presente nas avaliações dos profissionais.

Nessa direção, o CRCDF conquistou o troféu ATAPU pela campanha de divulgação do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Fortaleza, cujo reconhecimento se deveu à melhor campanha de divulgação do congresso.

O plano de mídia promovido pelo CRCDF contou com comerciais na Rede Globo, Manchete, Bandeirantes, SBT e TV Nacional, além de anúncios em rádios e revistas, outdoors, faixas, mensagens em extratos bancários, mensagens eletrônicas pelo SIAFI, e outras peças publicitárias.

Outra ação relevante na história da contabilidade do Distrito Federal foi a instituição, em 23 de abril de 1993, da Medalha Mérito da Contabilidade (Resolução CRCDF nº 004) que, em 1998, passou a ser denominada Medalha Mérito Contábil (Resolução CRCDF nº 43).

O objetivo foi condecorar Contadores e Técnicos em Contabilidade pelo desempenho de suas atividades, demonstrando dedicação e zelo pela profissão contábil. Em 2012 a medalha passou a homenagear o professor Luiz Enéas Costa (Resolução CRCDF nº 164), autor de livros nas décadas de 70 e 80 e professor universitário.

Tabela 3 – Profissionais agraciados com a Medalha Mérito Contábil e Medalha Mérito Contábil Professor Luiz Enéas da Costa

Ano	Agraciado
1995	Álvaro Ribeiro Everardo de Almeida Maciel José Maria Martins Mendes Zenon Luz Ribeiro
1996	Carlos Celso Da Silva
1997	Luíz Eneas Costa

2001	Maria de Lourdes Assis
2003	José Ribamar Ewerton Serra
2004	Antônio Carlos Morais da Silva Dorivaldo José Coimbra Gerardo Antonio M. de Paiva Gama José Antonio de França José Tarcílio Carvalho do Nascimento
Entre 2005/2009	Afonso Celso Guimarães Lyrio Alcides Veloso Júnior Alcidino Paulino Aguiar Edson Pedrosa Jedson Viegas Fernandes Roque Sebastião Lage Wander Luis
2010	José Antonio de França
2011	Jorge Katsumi Niyama
2012	Paulo Henrique Feijó da Silva
2013	Eliana Pedrosa Francisco Glauber Lima Mota Luíz Eneas Costa

Fonte: Arquivo do CRCDF

Outros prêmios foram criados para reconhecer o esforço de estudantes e profissionais, conforme disposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Prêmios instituídos pelo CRC/DF

Resolução CRCDF nº 43/1998	Mérito Contábil
Resolução CRCDF nº 147/2010	Mérito Estudantil Acadêmico Contábil
Resolução CRCDF nº 157/2012	Premio “Pioneiros da Contabilidade”
Resolução CRCDF nº 164/2012	Mérito Contábil professor Luiz Enéas Costa
Resolução CRCDF nº 171/2013	Profissional Destaque Técnico

Fonte: Arquivo do CRCDF

O esforço de todos os profissionais contábeis, dos funcionários e conselheiros envolvidos na gestão dos conselhos regionais, incluindo ainda professores e estudantes, é motivo de orgulho para toda a classe.

Mas, não é apenas de homenagens que se verifica o reconhecimento, mas de desafios. Um desses foi coroado com fato político relevante que foi a fundação, em 28 de junho de 2013 da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal – ANACONTA, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal.

O objetivo da associação é o de representar os interesses dos profissionais ocupantes dos cargos de Analista ou Técnico – Especialidade Contabilidade, Contadores e Técnicos de Contabilidade, servidores efetivos de Órgãos do Poder Executivo Federal e lotados em qualquer parte do Território Nacional.

A luta pela criação da Secretaria Federal de Contabilidade e da carreira de estado de Contador e Técnico em Contabilidade junto ao governo federal são a prática esperada pelos profissionais e dirigentes.

3.7 O CRCDF e a política local

O reconhecimento do CRCDF pela classe política do Distrito Federal foi construído ao longo do tempo passando pela administração por uma comissão do Senado Federal, depois por governadores “biônicos” e nos últimos anos pelo processo político democrático que vivemos em todo o país.

Essa proximidade com a política é extremamente necessária, pois a classe convive com arcabouço legal normativo em todas as esferas e em todas as áreas de atuação: setor público, auditoria, perícia e setor privado.

Um exemplo do sucesso dessa proximidade e reconhecimento foi a reunião entre o presidente do CFC, Ivan Carlos Gatti, e o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, em 1992, para tratarem da aquisição do terreno onde hoje está situada sua sede, no Setor de Autarquias Sul, resultado da ação política do presidente do CRCDF, Antônio Carlos Morais da Silva.

A aproximação com a Secretaria de Estado da Fazenda, também trouxe benefícios para a gestão do CRCDF, principalmente com a assinatura do Decreto nº 14.675, em 22 de abril de 1993, que instituiu a Etiqueta-Padrão.

Essa etiqueta era fixada na Ficha de Atualização Cadastral (FAC) das empresas e permitia a inclusão, alteração ou exclusão no Cadastro Fiscal do Distrito Federal. Era a garantia que apenas profissionais em situação regular poderiam atuar junto ao Governo do Distrito Federal. Essa iniciativa foi a primeira a ser registrada no Brasil.

Com a criação da Etiqueta-Padrão e em decorrência do crescimento da cidade, o deslocamento dos profissionais à sede do CRCDF para obter a Etiqueta-Padrão se tornou um custo elevado, o que levou à necessidade de atender aos profissionais na própria Junta Comercial.

Assim, foi instalado um posto de Atendimento na própria Junta Comercial que, além da oferta de etiquetas, passou a prestar serviços como acompanhamento de processos, atualização de dados cadastrais no banco de dados do conselho e acesso à internet.

Seguindo o momento político que o país vivia, em 1999, pela primeira vez, foi utilizada a urna eletrônica para as eleições do CRCDF, uma parceria com o Tribunal Regional Eleitoral – TRE/DF, que seria repetido daí por diante por diversas entidades.

Anos depois, em 24 de maio de 2001, a Câmara Legislativa do DF realizou primeira sessão solene para homenagear a classe pela passagem do dia do Contabilista. A propositura dessa homenagem foi iniciativa dos deputados distritais Renato Rainha e João Carlos Coelho de Medeiros, então conselheiro do CRCDF.

Essa homenagem foi repetida nos anos seguintes ainda que haja uma lacuna na história do conselho.

Mas, em 2011, a Classe Contábil retorna ao ambiente legislativo, com a sessão solene em homenagem ao Dia do Contabilista em 11 de abril, por iniciativa do Deputado Distrital Evandro Garla, filho de uma profissional Técnica em Contabilidade, e no dia 30 de maio na Câmara dos Deputados por iniciativa do Deputado Federal Izalci Lucas, também Contador.

Nos anos seguintes, a sessão solene na Câmara dos Deputados foi assumida pelo Deputado Federal Izalci Lucas com apoio de outros parlamentares, como o Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá e o Deputado Federal Chico Lopes.

Na Câmara Legislativa do Distrito Federal, as sessões solenes em homenagem aos profissionais também foram mantidas, em 2012 e 2013 por iniciativa da Deputada Distrital Eliana Pedrosa e em 2014 e 2015 por iniciativa do Deputado Distrital Agaciel Maia.

Dois são os destaques nessas sessões solenes. No dia 26 de setembro de 2012, foi o fato de, pela primeira vez, terem sido conferidas Moção de Louvor pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal há vários Contabilistas.

Foram agraciados Adriano de Andrade Marrocos, Alcidino Paulino de Aguiar, Antônio Elegância de Mariano Filho, Daniel Grapeggia, Eliel Soares de Paula, João Alfredo Eduão Ferreira, José Pereira de Araújo, Marcos Vinícius Mendes Bastos, Ramilton Bernardes Pereira e Maria da Consolação Mendez.

No ano seguinte, em 28 de maio de 2013 (figura 12) a sessão solene, de iniciativa da Deputada Distrital Eliana Pedrosa, contou com a presença dos dirigentes Adriano de Andrade Marrocos, Presidente do CRCDF, Warren Allen, Presidente da Federação Internacional de Contadores (IFAC), Juarez Domingues Carneiro, Presidente do CFC, Maria Clara Bugarim, Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, José Martônio Coelho, Presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade, Francisco Cláudio Júnior, Presidente do Sescon-DF, e Antão Bandeira de Araújo, Vice-presidente do Sindiconta-DF.

Fonte: Arquivo do CRCDF



Figura 12 – Sessão solene na Câmara Legislativa em 28 de maio de 2013

Ao longo da campanha eleitoral em 2014, o contador Adriano de Andrade Marrocos acordou com o então candidato a governador, Senador Rodrigo Rollemberg, a participação do CRCDF no projeto de governo que previa um conselho de transparência.

O compromisso foi cumprido e o CRCDF passou a integrar, em 2015, o Conselho de Transparência e Controle Social do GDF.

3.8 O CRCDF e o Desenvolvimento Profissional

Ainda que o Desenvolvimento Profissional não fosse um de nossos pilares institucionais do sistema CFC/CRC's (à época apenas as ações voltadas para o Registro Profissional e a Fiscalização do Exercício da Profissão estavam previstas em lei) o Conselho Federal de Contabilidade e os conselhos regionais sempre buscaram aplicar esforços no sentido de contribuir para a construção do conhecimento.

No Distrito Federal não foi diferente. Alguns ensaios na década de 1990, como convênio assinado com o SENAC-DF em 1994, serviram de norte para ações futuras e permanentes.

Mas, em 2002, a preocupação com o acesso à graduação levou o CRCDF a assinar diversos convênios com Instituições de Ensino Superior para a realização de vestibular especial para o ingresso de Técnicos em Contabilidade no curso de Ciências Contábeis, além de oferecer descontos nas mensalidades aos profissionais com registro ativo e em situação regular no CRCDF. Os convênios passaram a contemplar cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior.

Como o passar dos anos, vários eventos como cursos e palestras foram realizados na sede do conselho e em vários locais em todo o Distrito Federal, sendo a maior referência as ações a partir de 2011 que levaram cursos e palestras às cidades satélites mais centralizadas (Águas Claras, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Setor

de Indústria e Abastecimento, Sobradinho e Taguatinga).

Mas, há que se registrar, em ordem cronológica, os principais eventos por data de origem:

Tabela 5 - Primeiros eventos patrocinados pelo CRC/DF

1991	1º Encontro de Contabilidade da Região Centro Oeste, realizado em Brasília.
1993	1º Encontro de Estudantes de Contabilidade do DF
1993	1º Encontro de Peritos Judiciais e Extrajudiciais do DF.
1994	1º Encontro de Professores de Contabilidade do DF.
1995	1ª Convenção de Contabilidade do DF.
2000	1º Seminário de Contabilidade e Auditoria interna de Entidades da Administração Indireta.
2003	1º Fórum da Mulher Contabilista do DF.
2007	1º Seminário de Encerramento do Exercício Financeiro do Setor Público.
2012	1º Encontro Dia da Mulher.
2012	1º Dia do Contabilista - Encontro das Especialidades
2014	1º Encontro Outubro Rosa.
2014	1º Encontro Novembro Azul

Fonte: Arquivo do CRCDF

3.9 O CRCDF e as ações sociais

O engajamento de funcionários do conselho e dos profissionais contábeis em ações sociais sempre foram observadas, mas sem o registro adequado e, muitas vezes, em ações isoladas. Mas, alguns registros são relevantes pois envolveram a comunidade brasileira.

Em 2008, os funcionários do CRCDF promoveram uma rápida mobilização para arrecadação de alimentos, roupas e brinquedos que foram enviados às vítimas dos temporais e enchentes em Santa Catarina.

No ano seguinte, com a implantação do Programa de Voluntariado da Classe Contábil, instituído pelo CFC, conselheiros, empresários e funcionários de cerca de 20 empresas contábeis organizaram encontro solidário que reuniu 150 crianças carentes do bairro Porto Rico, em Santa Maria.

Daí em diante o engajamento dos profissionais em ações sociais foi uma crescente quando, nos anos de 2011 e 2012, registrou-se arrecadação de alimentos em eventos para doação ao Instituto Luciano Gonzaga (Comitê de Enfrentamento ao crack e outras drogas) e a Sociedade São Vicente de Paula (Conselho Central Santo Antônio).

O resultado nesses dois anos foi, em 14 palestras, um total de quase 2 toneladas de alimentos. Ainda em 2012 o CRCDF trocou seus equipamentos de informática e doou computadores ao Centro de Ensino Fundamental Ponte Alta do Baixo localizado na Região Administrativa do Gama/DF. Em 2014 e 2015 outras entidades foram beneficiadas com a arrecadação de fraldas geriátricas, como a o Ministério Batista Elim – Fontes de Água Viva; a Vila do Pequeno Jesus e a Comunidade de Renovação, Esperança e Vida Nova – Lar do Idoso.

Essas ações sociais continuam com a arrecadação de alimentos, brinquedos, fraldas geriátricas, equipamentos de informática usados, o que comprova o engajamento da classe contábil nas ações sociais.

3.10 O CRCDF e demais entidades

O sistema contábil no Distrito Federal é composto por várias entidades, sendo a primeira o Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, criado em 21 de abril de 1960, dia da inauguração da nova capital, e já apresentado com riqueza de detalhes nesse trabalho.

A segunda entidade é o Sindicato dos Contabilistas de Brasília - SINDICONTA/DF.

Criado em 17 de abril de 1973, o SINDICONTA-DF é originário da Associação Profissional dos Contabilistas do Distrito Federal. Em 25/11/1971, houve a transformação da Associação em sindicato, tendo sido eleito o Contabilista Alcidino Paulino de Aguiar como primeiro Presidente. O SINDICONTA-DF recebeu a Carta de Reconhecimento do Ministério do Trabalho em 17/04/1973. Em janeiro de 2005, em assembleia histórica, houve a união dos dois sindicatos representativos da área contábil de Brasília: Sindicato dos Contadores e Sindicato dos Contabilistas se uniram em benefício da categoria, passando o SINDICONTA-DF a ser o único representante dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Distrito Federal, na área sindical.

Fonte: <http://www.sindicontadf.org.br/historia.php>

Outra entidade que compõem esse sistema é o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Distrito Federal – SESCON/DF, criado em 30/05/1987, desenvolve diversas ações para o engajamento e representação efetiva das atividades empresariais que representa, como certificação das empresas sindicalizadas, cursos e seminários, elaboração de cartilhas e prestação de serviços aos empresários contábeis, além de realizar tradicional evento social conhecido por Festival da Primavera.

Considerando a representação dos empresários contábeis, diversas ações são compartilhadas entre o CRCDF e o SESCON/DF, notadamente o relacionamento com a Delegacia da Receita Federal, a Junta Comercial do Distrito Federal e a Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, dentre outras unidades e entidades que demandam esforço e trabalho pelos profissionais.


Ainda completam o grupo de entidades contábeis o INPECON – Instituto dos Peritos e Consultores Técnicos e a APEJUDF – Associação dos Peritos Judiciais, Árbitros, Conciliadores e Mediadores do Distrito Federal, essa última fundada em 2016. Ambas entidades representam os profissionais que atuam no ramo da perícia.

Além dessas entidades, estão em funcionamento a Associação dos Contabilistas de Taguatinga, a Associação dos Contabilistas da Ceilândia, a Associação dos Contabilistas de Sobradinho e Planaltina e a Associação dos Contabilistas do Núcleo Bandeirante.

Bibliografia:

- CASTELO, Roberto. Brasília, Monumentos, Marcos e Esculturas. Editora Cavaleiro dos Pirineus, 1999.
- FREITAS, Conceição. As outras Brasília: conheça os lugares que poderiam ter recebido a capital. http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/24/interna_cidadesdf,399959/as-outras-brasilias-conheca-os-lugares-que-poderiam-ter-recebido-a-capital.shtml
- HOLSTON, James. A cidade Modernista. Companhia das Letras, 1993.
- HOWARD, Michael. A Conspiração Oculta. Madrid, EDAF, 1989-1990.
- LUIZ, Edson Beú. Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades; http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1224/1/Dissertacao_2007_EdsonBeuLuiz.pdf
- MARIANA. Fonte: <http://brasiliapoetica.com.br/category/o-dia-a-dia-da-construcao/linha-do-tempo/>. Textos escritos em 1960.
- QUEIROZ, Hélio. 1001 coisas que aconteceram em Brasília e você não sabia. Brasília. Editora Senac DF, 2014.
- Revista Brasília 40 anos. Correio Braziliense, 21 de abril de 2000; <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=16>.
- SILVA, Ernesto. História de Brasília. Linha gráfica Editora, 1997.
- SOUZA, Maria Valéria Duarte de Souza. Brasília e a mudança da capital para o Planalto Central. <http://www.vermelho.org.br/noticia/128067-64>.
- TAMANINI, Lourenço Fernando. Memória da Construção: Brasília. Editora Royal Court, 1994.

Anexo I – Resolução 19/60

 Conselho Regional de Contabilidade

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
RESOLUÇÃO Nº 19

RESOLUÇÃO CFC n.
(renumerada de a
a Resolução CFC

CRIA O CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE EM BRASÍLIA, DIS
TRITO FEDERAL, E NOMEIA DELEGADO
F.C., PARA PRESIDIR AS ELE
ÇÕES DOS MEMBROS EFETIVOS E SUPL
EANTARES QUE CONSTITUIRÃO AQUELE C.R.

M.

INC. 112/60

PROTOCOLO
CRC-DF n.º 2183
Rec. em 012/08 AM

Responsável

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, à vista do
que dispõe o Art. 9º do Decreto-lei nº 9.295, de 27.5.1946, e
CONSIDERANDO que o Plenário do C.F.C., na reuniã
o realizada em 25 de fevereiro p.f., determinou fôsse
m realizados estudos para instalação do Conselho Regional de Brasília, na
região territorial do novo Distrito Federal;

CONSIDERANDO que os referidos estudos foram pro
duzidos;

CONSIDERANDO que numeroso grupo de contabilistas
exerce a profissão na região em tela;

CONSIDERANDO que a mudança da Capital da Repúblic
a para a circunscrição territorial do novo Distrito Federal,
prevista para o próximo dia 21 de abril;

CONSIDERANDO que a jurisdição do CRC-Goiás, sôbre
base territorial do novo Distrito Federal, cessará a partir
dequela data;

CONSIDERANDO que não existe entidade de classe na
região, e que o Sr. Orlando Domingos Sampaio, ex-membro
do CRC-Goiás, já se encontra residindo na mesma,



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Resolução nº 19/60

Fl. 2

RESOLVE:

- Art. 1º - Criar o CRC-Brasília (Distrito Federal), que passará a funcionar a partir do dia 21 de abril de 1960, ficando desmembrada do CRC-Goiás, a base territorial do novo Distrito Federal.
- Art. 2º - O CRC-Brasília, será constituído de 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) suplentes, sendo quatro contadores e dois técnicos em contabilidade, brasileiros, com habilitação profissional legalmente adquirida, e, que exerçam a profissão, pelo menos, há dois anos.
- Art. 3º - Nomear o Sr. Orlando Domingos Sampaio, Delegado do Conselho Federal de Contabilidade, investindo-o dos poderes necessários para proceder à primeira eleição daquele Conselho Regional.
- Art. 4º - A eleição dos membros do referido Conselho, será realizada até o dia 12 de abril p.v., cabendo ao Delegado do C.F.C., tomar as providências que se tornarem necessárias.
- Art. 5º - Só poderão tomar parte na votação, os contabilistas registrados e quites com a anuidade do corrente exercício, mediante a exibição da carteira e recibo da anuidade.
- Art. 6º - Caberá ao Delegado do C.F.C. a presidência da mesa, a direção dos trabalhos e a escolha de 2 (dois) secretários, e 2 (dois) escrutinadores, dentre os profissionais.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Resolução nº 19/60

Fl. 3

- Art. 7º - A votação se processará das 9 às 20 horas, e será por escrutínio secreto, sendo vedado o voto por procuração.
- Art. 8º - Realizada a eleição, o Delegado do C.F.C., fica obrigado a remeter ao C.F.C., o processo eleitoral, até 48 horas após a realização da Assembléia.
- Art. 9º - Da Ata da eleição deverão constar os nomes dos eleitos, categoria profissional e número de seus registros, bem como a transcrição do edital de convocação da Assembléia, mencionando os órgãos e as datas das publicações;
- § Único - Deverá ainda constar da Ata da eleição o número de votos obtidos pelos eleitos individualmente. A lista dos votantes será anexada à referida Ata.
- Art. 10º - Em caso de empate na eleição de dois ou mais candidatos, será feito o sorteio, considerando-se eleitos o ou os sorteados.
- Art. 11º - Proclamados os eleitos, após o resultado final das eleições, o Presidente da mesa, nos termos do disposto no art. 39 do Decreto-lei nº 9.295, de 27.5.1946, procederá ao sorteio do terço - efetivos e suplentes - que terminarão o mandato em 31 de dezembro de 1962. Os demais terão o término de seus mandatos, em 31 de dezembro de 1963.
- § Único - Da Ata, deverá constar o resultado do sorteio de que trata este artigo.



Conselho Federal de Contabilidade

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Resolução nº 19/60

Fls. 4

Art. 12º - A posse será dada, após a homologação da eleição pelo Conselho Federal de Contabilidade, ocasião em que os eleitos deverão apresentar prova de militância do exercício da profissão, por mais de dois anos.

Sala "Paulo Lira", 30 de março de 1960.

Amaro Soares de Andrade
AMARO SOARES DE ANDRADE
PRESIDENTE

Eduardo Foreis
EDUARDO FOREIS
RELATOR

Homologada pelo Plenário em
Sessão de 7/4/1960
APROVADO
Amaro Soares de Andrade
PRESIDENTE

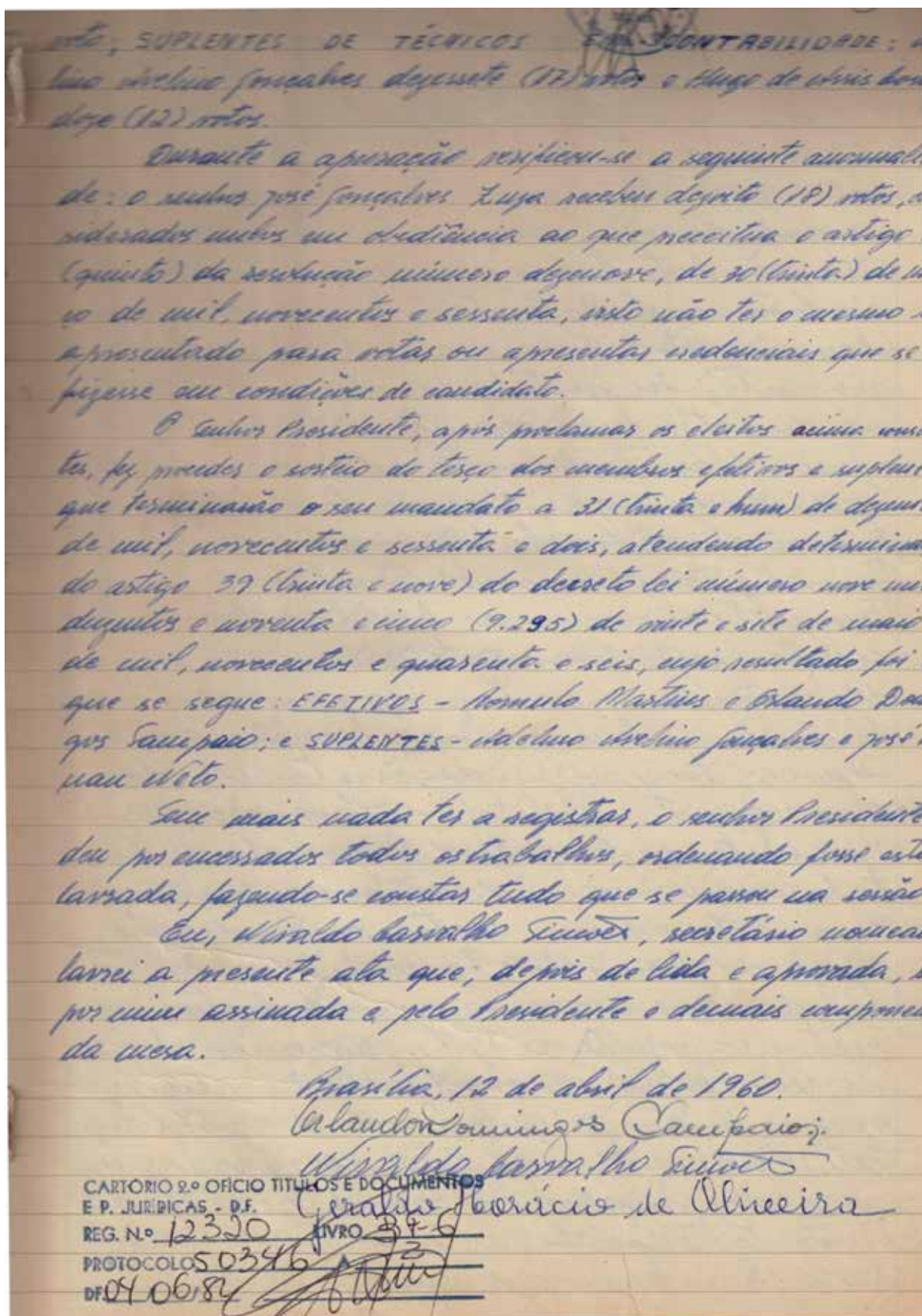
Ata n.º $\frac{290a}{9}$

Publicada no D. O.
de 19/4/1960

sessenta. Brasília, quatro de abril de mil, novecentos e sessenta.
Olaudo Domingos Sampaio, Delegado do C.F.C. em Brasília.

Inicialmente o contabilista Olaudo Domingos Sampaio, sendo
muito nomeado Delegado do Conselho Federal de Contabilidade, pela
resolução número dezesseis sessenta (19/10) de Junta de março de
mil, novecentos e sessenta, escolheu como secretários os contabilis-
tas Arnaldo Barbalho Guimarães e Pedro Vinças Fernandes, para
compreem a mesa, e os contabilistas Geraldo Honório de Oliveira e
Hugo de Brito Costa para executivos, realizando a presença ab-
tes às vinte horas, quando do encerramento da relação e imedi-
ata apuração.

Após as providências necessárias, deu-se por iniciada a rela-
ção, rotando primeiramente o Presidente da Assembleia, o Delega-
do do Conselho Federal de Contabilidade, e Secretários, prosseguin-
do a mesma durante todo o dia, até as vinte horas deste dia
sem que nenhuma ocorrência digna de registro se verificasse. Es-
gotado o tempo regulamentar para votação, precisamente às
vinte horas (deste dia), o Presidente da Mesa, na presença dos secre-
tários e executivos já presentes, encerrou os referidos trabalhos, pro-
cedendo, com eles e em presença de demais eleitores, a apuração
dos votos. Verificou-se, então, que da relação de votantes consta nome
vinte eleitores, todos devidamente credenciados, passando-se, em segui-
da, à abertura da urna. Nesta se verificou que o número de vo-
tos coincidia com o de votantes, após o que se procedeu à apura-
ção propriamente dita, cujo resultado constatou-se o seguinte, a-
gindo, a eleição dos seguintes membros: **ELETIVOS**: José Abreu de
Oliveira (20) votos, Arnaldo Barbalho Guimarães dezessete (17) votos, Renato
Martins Lage dezessete (16) votos e Geraldo Honório de Oliveira cinco
(5) votos, todos contadores; e Olaudo Domingos Sampaio vinte (20)
votos e Ramon Falck quatorze (14) votos, ambos, em
Contabilidade; **SUPLENTE DE CONTADORES**: Antonio Santa Ro-
sa dezesseis (16) votos, José dos Reis Castro de Brito (18) votos, Dur-
val de Oliveira Barbal dezessete votos e José Américo de Brito um (1)



Resgate da Memória Contábil no Estado do Espírito Santo



**Márcia Cristina Maciel
Simone Luiza Fiorio
Maria Mariete Aragão Melo Pereira
Larissa Lagassa Milholli Marques
Carlos Roberto Vallim**

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Pesquisa apresentada ao Conselho Federal de Contabilidade –
CFC, com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre o papel da
Contabilidade no Espírito Santo e no Brasil.

Sumário

1. Breve Introdução	4
2. A Contabilidade Capixaba ao Longo dos Períodos Históricos	5
2.1 Período Colonial/Monárquico – 1500-1822.....	5
2.2 O Período Imperial – 1822-1889.....	6
2.4 O Período Republicano – República Nova (1948 – à atualidade)	9
3. O Ensino de Contabilidade no Espírito Santo	11
4. Os Órgãos de Classe	14
5. Profissionais em Destaque na História da Contabilidade no Espírito Santo	19
5.1 Braz da Costa Rubim.....	19
5.2 Hermógenes Lima da Fonseca.....	19
5.3 Argilano Dario	21
5.4 Pery da Silva Quintaes.....	21
5.5 Lyra de Souza Macedo	22
5.6 Acclly Schuwartz.....	22
5.7 Itamar Silva	22
5.8 José Américo Bourguignon	23
5.9 João Alfredo de Souza Ramos	23
5.10 Paulo Vieira Pinto.....	24
6. Perspectivas da Profissão Contábil no Espírito Santo	25
Referências	30

1. Breve Introdução

A contabilidade é uma ciência bastante antiga, de acordo com Sá (2005), esta ciência é milenar e possui doutrinas e métodos próprios de observação, utilidade, teorias próprias, correlação com outras ciências, enuncia verdades universais, permite levantamento de hipóteses, caráter analítico e permite previsões através dos modelos que permitem os orçamentos.

Os primeiros ensaios de aplicação da contabilidade no Brasil ocorreram quando de seu descobrimento, em 1500, pelos colonizadores portugueses, sendo utilizada, principalmente para um maior controle sobre os recursos, o inventário e o registro das riquezas aqui encontradas. Com isso, pode-se dizer que o primeiro profissional da escrita do Brasil foi o estrangeiro Pero Vaz de Caminha, que veio com a expedição de Pedro Álvares Cabral com a função do registro desses recursos em nossas terras (SÁ, 2008).

Já em 1530 surgiram as primeiras alfândegas brasileiras (REIS; SILVA, 2007) e em 1549 a corte portuguesa nomeou Gaspar Lamego como o primeiro Contador Geral da Colônia (Brasil), cargo também denominado como Contador da Casa Real (surgindo assim o primeiro contador público) e Bastião de Almeida como Guarda-Livros das casas da Fazenda, Contos e Alfândega (SÁ, s.d).

A escassez de recursos financeiros e a necessidade de proteger a terra de invasores, fez com que a coroa portuguesa implantasse o sistema de Capitanias Hereditárias, dividindo a terra recém-descoberta, em 15 propriedades, doadas a fidalgos portugueses, que tinham o direito de explorar as terras e o dever de pagar à coroa impostos e tributos fixados (FAUSTO, 1996).

Mas o sistema de capitanias hereditárias começou a ruir a partir do momento em que: i) a principal produção, a cana-de-açúcar, entrou em decadência, deixando seus donatários endividados; ii) os ataques dos povos indígenas; e iii) surge a necessidade de centralizar a estrutura da administração colonial e tributária (HISTÓRIA DO BRASIL, 2016).

A necessidade da centralização resultou no surgimento da figura do Governador-Geral, que exercia controle sobre três funções: militar, jurídica e fazenda, sendo esta última o órgão incumbido de coletar os tributos e decidir a efetivação das despesas (FAUSTO, 1996).

Somada à centralização, ao aumento dos gastos públicos e da renda dos estados foi um importante evento para o desenvolvimento econômico e evolução da contabilidade brasileira, pois fez com que passasse a existir a necessidade de um melhor aparato fiscal para o controle das despesas e das receitas. Para tanto, foi criado o Erário Régio (REIS; SILVA, 2007) composto por um Inspetor-Geral, subordinado a este o Tesoureiro-Mor e seu respectivo Escrivão e quatro Contadores, distribuídos por todas as terras de propriedade de Portugal.

A Lei n. 22/1761 (que criou o Erário Régio) também exigia a manutenção dos livros Mestres e Diários e do livro auxiliar, sendo que cada um dos contadores deveriam entregar, ao Inspetor-Geral, dois balanços por ano, sendo obrigatória a utilização do método das Partidas Dobradas. Mas a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, em 1808, houve uma redução dos trabalhos e, assim, foram extintas as quatro contadorias, e em 1832, sob a regência de D. Pedro, o próprio Erário Régio foi extinto (TCONTAS, 2016).

Como se pode notar, o desenvolvimento da contabilidade desde sempre acompanhou o desenvolvimento econômico e social, ou seja, a contabilidade foi auferindo destaque à medida que a coroa portuguesa necessitava controlar e administrar sua colônia. Isso ocorreu, inclusive, com a contabilidade do estado do Espírito Santo, como será abordado nos capítulos seguinte.

2. A Contabilidade Capixaba ao Longo dos Períodos Históricos

2.1 Período Colonial/Monárquico – 1500-1822

Com a implantação do sistema de capitanias hereditárias, em 1535, a Coroa Portuguesa criou e doou a Capitania do Espírito Santo ao capitão-mor, o fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, localizada entre a capitania de Porto Seguro (ao norte) e a de São Tomé (ao sul), possuindo, aproximadamente, 5.500 léguas quadradas (OLIVEIRA, 2008).

Ao chegar à capitania, Vasco Fernandes Coutinho repartiu a terra em sesmarias, instalou os serviços de almoxarifado e feitorias, bem como nomeou, entre os que vieram na comitiva, dois escrivães encarregados de arrecadar as rendas da Coroa (OLIVEIRA, 2008).

Porém, até meados do século XIX a capitania do Espírito Santo ficou estagnada, muitas foram as causas para tal, destacando-se:

- quando Vasco Fernandes Coutinho e seus 60 povoadores chegaram à província do Espírito Santo encontraram o solo habitado por povos indígenas muito hostis, que resistiam bravamente à colonização, sendo expulsos do litoral para habitarem nas vastas florestas, o que também contribuiu para não expansão territorial, e conseqüentemente econômica, uma vez que a economia tinha por base a plantação de cana-de-açúcar e a mandioca (OLIVEIRA, 2008);
- constantes tentativas de invasão pelos franceses, ingleses e holandeses (OLIVEIRA, 2008);
- o abandono da capitania pelos donatários, as constantes trocas dos administradores e a falta de vocação destes para governar;
- a dificuldade de abertura de estradas, o que dificultava “o transporte de produtos do interior para a costa e dali para os locais de exportação” (BAVIERA, 2013);
- ser considerada, pelos governantes portugueses, uma barreira verde para proteção das Minas Gerais. A descoberta e exploração das minas de ouro e outras pedras preciosas no interior do Brasil Colônia, fez com que a coroa Portuguesa determinasse que a província do Espírito Santo, fosse bloqueada para o acesso às Minas, desta forma não se permitia o desenvolvimento de atividades que saíssem do litoral capixaba, buscando evitar o contrabando do ouro e demais pedras (MACEDO; MAGALHÃES, 2011); e por fim,
- em 1675 a capitania do Espírito Santo foi vendida para o governo da Bahia, passando a ser dependente deste (BARSA, 1998). Durante os anos que o Espírito Santo ficou sob o controle da Bahia, de 1675 a 1715, muitas correspondências foram escritas pelos Ouvidores, as quais apresentavam a realização do controle patrimonial público, através dos relatos: i) da existência de um livro de receita e despesa, onde eram registrados, detalhadamente, todos os rendimentos e despesas; ii) sobre as riquezas naturais da província, como madeira; iii) da produção e venda de produtos agrícolas, como o algodão, mandioca e cana-de-açúcar; e iv) da construção e revitalização de algumas obras públicas, como praças, igrejas e fortes (OLIVEIRA, 2008). Após 43 anos de subordinação, em 1718 a capitania foi adquirida pela Fazenda Real e incorporada à Coroa, e esta era quem nomeava os governantes locais – capitão-mor, mas que continuavam sob os mandos e desmandos do governador da Bahia, permanecendo assim até 1811.

Durante grande parte do período colonial, o Espírito Santo não obteve nenhum destaque econômico que pudesse tornar-se relevante à luz do governo central – Portugal – e dos governantes locais – Rio de Janeiro e Bahia. Enquanto os destaques econômicos eram a extração do ouro, nas Minas Gerais e o cultivo da cana de açúcar, no Nordeste do país, na província do Espírito Santo apenas se tinha

a extração de madeira, a pesca e agricultura de subsistência, inexpressiva produção de cana-de-açúcar, mandioca e fumo (OLIVEIRA, 2008).

Mas nem por isso não se fazia o controle do patrimônio público da capitania, muito pelo contrário, existem registros históricos de que todas as despesas, receitas, bens imobilizados, importações e exportações eram relatados à corte, pelos ouvidores portugueses, por meio de cartas. E durante o período em que a província ficou sob comando da Bahia, o controle contábil se tornou ainda mais rígido e detalhado, pois a prestação de contas era destinada, também, ao governador geral da Bahia, pelo então provedor da Fazenda, Manuel de Morais (OLIVEIRA, 2008).

Um claro exemplo disto é o ofício enviado ao soberano português, em 1752, pelo ouvidor José Borges, relatando a situação financeira da capitania. Tal ofício muito se assemelha a um relatório contábil, onde são apresentadas as fontes de rendas e as despesas da capitania:

suas fontes de renda nos contratos de subsídio, de aguardente, enrolamento de pano de algodão, de aferições de medidas, balanças e pesos, e mais uns foros e pensões que se lhe pagavam dos chãos e teares. Em algarismos, 628\$153 por ano. As despesas compreendiam: infantaria, 510\$280; uma procissão de Corpus Christi e outra de S. Sebastião, 74\$000; ordenados do escrivão, do alcaide e propina do secretário do Conselho Ultramarino, 6\$000 (aqueles e esta anuais). Nem um real para obras públicas, educação, saúde (OLIVEIRA, 2008, p. 216).

Há indícios que este levantamento fora realizado pelo contador, nomeado pelo governador-geral, pois desde 1717, havia na Vila de Vitoria um contador e um distribuidor, porém não se tem o registro de seus nomes.

Com o fim do controle da Coroa/Bahia sobre o Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim foi nomeado governador e uma de suas primeiras realizações foi um levantamento estatístico na província. Através deste constatou-se a existência de pouco mais de 24 mil habitantes, 6 vilas (Vitória, Espírito Santo, Guarapari, Nova Almeida, Benevente e São Mateus), 6 povoações e 8 freguesias, e nelas construídas igrejas, conventos, engenhos, colégios além da Santa Casa de Misericórdia e 7 portos do mar, além da criação da Junta da administração e arrecadação da Real Fazenda (OLIVEIRA, 2008).

Em 1814, Rubim fundou o povoado de Viana, conduzindo para lá 60 colonos das Ilhas dos Açores. O então governador, através de um ofício enviado a D. João VI, relata das dificuldades da colonização perante a escassez de estradas para conectá-los às vilas. Deste modo, D. João VI passou a estimular a abertura de estradas, com o objetivo de promover as trocas comerciais, iniciando-se com a construção da estrada para Mariana e Vila Rica, hoje Ouro Preto. Muitas foram as adversidades, a mata fechada e habitada pelo temidos índios Botocudos, as grandes serras e os profundos vales, mas tais entraves não impediram que em agosto desse mesmo ano fosse comunicado a criação de uma estrada que começava em Santa Leopoldina, seguindo, através de barcos, pelo Rio Santa Maria até chegar a Vitória, onde hoje está o bairro Ilha das Caieiras (VELTEN, 2010).

Podemos concluir que neste período histórico, a contabilidade desenvolvida no Espírito Santo tinha um caráter de controle patrimonial, com o reconhecimento de receitas e despesas, ou seja, o levantamento e organização de um conjunto de dados, para a prestação das contas públicas, solicitação de empréstimos e perdão de dívidas, tendo assim características de uma rústica contabilidade pública. Tais registros eram realizados pelo ouvidor da capitania, membro da corte portuguesa e nomeado por esta.

2.2 O Período Imperial – 1822-1889

A precariedade econômica a qual se encontrava, não apenas a província do Espírito Santo, mas todas as demais províncias, resultou no surgimento de diversos levantes contra o governo local e o monopólio de Portugal, bem como os constantes confrontos para a libertação dos escravos, culminaram com a abolição da escravatura e a independência do Brasil, de Portugal.

Neste período, de acordo com Oliveira (2008), a província do Espírito Santo se encontrava com a economia precária, as receitas não eram capazes de superar as despesas, sendo proclamada a província mais miserável do Império, sendo preciso tomar empréstimos com outras províncias, principalmente com a de Campos (RJ) e com o Banco do Brasil.

Surge então o primeiro presidente da província do Espírito Santo, Inácio de Aicióli de Vasconcelos, que tomou posse em fevereiro de 1824 e providenciou um ofício da situação financeira da província, detectando que além de possuir mais despesas que receitas, não havia na província “um objeto que não peça providência”, tudo era precário: a agricultura não atendia sequer à subsistência, sendo necessário realizar importações (vide Figura 1), a educação estava abandonada, os imóveis como hospitais e prisões, bem como as poucas estradas encontravam-se totalmente arruinadas, estas últimas, tomadas pelo mato e sem pontes (OLIVEIRA, 2008, p. 305).

A economia girava em torno da cultura incipiente da cana de açúcar, mandioca, algodão, café, milho, feijão e arroz; criação de bois, cavalos, burros, cabras, carneiros, porcos e galinhas, e quanto ao comércio, existia um total de 143 secos e molhados (OLIVEIRA, 2008).

Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 31

GÊNEROS	UNIDADES		PREÇO MÉDIO	IMPORTAÇÃO
Farinha de trigo	325	barricas	13\$000	4:225\$000
Carne seca	1 200	arrobas	3\$600	4:320\$000
Bacalhau	150	barricas	12\$000	1:800\$000
Azeite doce	8	pipas	160\$000	1:280\$000
Vinho	150	pipas	100\$000	15:000\$000
Vinagre	24	pipas	50\$000	1:200\$000
Aguardente do reino	25	pipas	140\$000	3:500\$000
Sal	9 000	alqueires	500	4:500\$000
Queijos	1 450		460	667\$000
Roscas	380	barricas	6\$400	2:432\$000
Manteiga	70	barricas	24\$000	1:680\$000
Sabão	31 000	libras	140	4:340\$000
Meios de sola	275		1\$970	541\$750
Tabaco em pó	425	libras	300	1:275\$000
Fumo Baependi	700	arrobas	5\$000	3:500\$000

Figura 1 – Parte da “Tábua dos gêneros importados no ano de 1827” pela província do ES

A partir de 1830, a província passou a receber outros colonos europeus, os suíços, seguidos anos mais tarde pelos alemães, que se instalaram nas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, em 1877 os alemães eram em número de quase 6.500. Os italianos começaram a chegar no Espírito Santo no início da década de 1850, ocupando inicialmente o município de Santa Cruz (Aracruz) e depois seguiram os alemães, dirigindo-se para Santa Leopoldina, via o Rio Santa Maria (APE, s.d). A principal atividade exercida por estes imigrantes era a agricultura, dando início ao cultivo do café (OLIVEIRA, 2008).

Sá (2008) destaca que a influência da contabilidade nesse período foi da escola italiana, e que a imigração que ocorreu também em nosso estado, contribuiu para isso. Essa influência da escola italiana pode ser observada nas produções de livros, artigos e teses apresentados nos primeiros Congressos de Contabilidade.

O marco da industrialização no Brasil ocorreu em 1846, ano em que se deu a aquisição da Fundação e Estaleiro Ponta de Areia, em Niterói, por um dos empreendedores de maior relevo na história do Brasil: Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá (IUDICÍBUS; RICARDINO FILHO, 2002).

Com amplo conhecimento na área contábil-financeira e fortemente influenciado pelo modelo inglês de competência e proteção aos acionistas, como herança de sua experiência profissional (LEITE; SZUSTER; SZUSTER, 2015), Irineu inaugurou importante fase de evolução socioeconômica no País, ainda incipiente e que reclamava regras mais claras à regulamentação do exercício das novas atividades emergentes (IUDÍCIBUS; RICARDINO FILHO, 2002).

Seguindo os avanços industriais no País, em 1876 foi inaugurada, no Espírito Santo a Companhia Cearense de Navegação Fluvial do Espírito Santo, no rio Santa Maria e a Companhia Indústria e Navegação do Piúma (navegando pelos rios Piúma e Novo). Dois anos mais tarde, criou-se a Navegação Itapemirim, a Empresa de Itabapoana e a Companhia Espírito Santo e Campos (OLIVEIRA, 2008), beneficiando as trocas comerciais entre as províncias brasileiras e com o estrangeiro. Em 1877 foi inaugurada a estrada de ferro Caravelas, que ligava Cachoeiro de Itapemirim à estação de Pombal, e o ramal de Matosinho a Castelo.

Com a expansão dos meios de transportes, as importações e as exportações passaram a serem destacadas nas prestações de contas, por vezes relatadas e enviadas ao presidente da província, desta forma, percebe-se que, neste período, a contabilidade evoluiu de uma contabilidade pública, voltada apenas para o controle e prestação de contas, para uma contabilidade capaz de apresentar dados para a tomada de decisão (investimentos em estradas, por exemplo), e até mesmo aduaneira, mas também voltada para as indústrias e companhias de navegação que foram criadas.

2.3 Período Republicano - República Velha (1889 - 1947)

Com o advento da República, o Espírito Santo era composto por 14 municípios, 4 cidades e 10 vilas, e iniciava a instituição de órgãos administrativos, todos localizados na capital Vitória, de onde eram despachadas as legislações pertinente a todos assuntos: administrativos; jurídicos; de finanças/orçamentários, dentre outros.

A contabilidade muito se desenvolveu neste período, tendo em vista a exigibilidade da apresentação de balanços ao Tesouro Nacional (Figura 2), bem como a elaboração e aprovação do orçamento público da província para os anos seguintes (OLIVEIRA, 2008).

Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 424

ESPÍRITO SANTO			
	RECEITA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	SALDO
1876/77	360:356\$657	339:511\$442	20:845\$235
1877*	439:147\$000	431:150\$500	7:996\$500"

DÍVIDA PASSIVA		
1876/1877	FUNDADA: EM APÓLICES AO JURO DE 8%	30:000\$000
	FLUTUANTE: EM UMA LETRA A JURO DE 6%	17:000\$000
		47:000\$000
1885/1885	FUNDADA: EM APÓLICES AO JURO DE 7%	282:500\$000
	FLUTUANTE:	4:510\$242
		287:310\$242"

Figura 2 – Comparativo da Receita e Despesa da província do Espírito Santo, nos períodos de 1876/1877

O relativo aumento nas exportações do café tornou este base da economia capixaba, mas isto não significou que as finanças estavam melhores, para governar, Afonso Claudio recorreu a empréstimos via o ministério da Fazenda, dificultando muito a administração e levando à presidência do estado o Barão de Monjardim, em 1891, sucedido por Antônio Aguirre e um ano mais tarde por José de Melo Carvalho Muniz Freire.

Muniz Freire foi o primeiro governador a contrair empréstimo externo (como os franceses) para investir na construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Seu espírito empreendedor conseguiu implantar no estado um desenvolvimento sem igual, foi no governo dele que se construiu um engenho central em Itapemirim, uma grande fábrica de tecidos em Vila Velha e em Benevente, reorganizou a escola normal e passou a arrecadar extraordinárias receitas, via exportação do café.

Com isso, uma nova era da história do estado do Espírito Santo se iniciou. No início do século XX, principalmente após 1908, a história capixaba obteve realizações marcantes. Neste processo, destaca-se Jerônimo Monteiro como expressão de todas as facções republicanas, que estava em crise até então (MARTINUZZO, 2008).

Jerônimo Monteiro fez muitos movimentos de modernização no estado, tanto em relação à capital, com a implantação de serviços públicos e investimento em cultura, como no interior, tendo destaque a instituição de um polo de desenvolvimento no Vale do Rio Itapemirim. E, nessa onda de modernização, houve a movimentação da economia e o fomento das atividades econômicas do estado (MARTINUZZO, 2008).

Todo esse processo de modernização culminou na criação da Junta Comercial do estado do Espírito Santo, que já havia sido autorizada em 1896 no governo de Graciano Neves, mas só foi regulamentada com Monteiro, por meio da Lei Estadual nº 537, de 10 de novembro de 1908 (MARTINUZZO, 2008).

De acordo com Souza (1915), sete anos mais tarde, mais da metade dos negociantes do estado ainda não tinham os livros de seus estabelecimentos registrados como a Junta requeria, o que foi entendido como uma indiferença por parte dos comerciantes para com a Junta, e dessa forma o Governador do Espírito Santo Marcondes Alves de Souza em seu relato ao Congresso Legislativo, declara que o preço dos registros dos livros deveriam ser reduzidos e que ao invés de serem aplicadas multas ou outras medidas punitivas, deveria ser criado um lugar de agente Fiscal da Junta com a missão de percorrer todo o estado a fim de propagar as vantagens que os comerciantes teriam ao escriturar seus livros.

Foi neste período que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1924, o I Congresso de Contabilidade no Brasil, com intuito de discutir assuntos referentes à contabilidade, a escrituração, o ensino, o exercício profissional, entre outros assuntos, que dentre eles merecem destaque, a definição de conceitos que elucidaram o significado de termos como escrituração, contabilidade, contabilizar, etc (PELEIAS, BACCI, 2004).

Pode-se dizer que mesmo com todas as deficiências do Ensino Comercial, em 1930 a profissão Contábil já era necessária e requisitada, e para melhor atender o serviço Público do estado, o Prefeito Municipal da cidade de Vitória determina que tivesse execução o Decreto nº 373, Lei da Câmara Municipal do estado do Espírito Santo, em que é criado o cargo de Guarda-Livros e deixa notória a existência do cargo de Chefe da Contabilidade, sendo nomeado Plínio Bruzzi, para exercer tal cargo (VITÓRIA, 1929), e em 1931 a profissão de contador é regulamentada através do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931.

Observa-se que durante a República Velha, a contabilidade seguiu a tendência de evolução da contabilidade pública, elaborando orçamentos e balanços de prestação de contas, que eram utilizados pelos governadores e ministros da fazenda para a tomada de decisão que levassem à recuperação econômica do estado. O surgimento da Junta Comercial, colaborou para o desenvolvimento da contabilidade privada, onde as empresas passariam a escriturar suas finanças e registra-las conformes os preceitos contábeis utilizados à época – Escola Italiana.

2.4 O Período Republicano – República Nova (1948 – à atualidade)

No início deste período, a agropecuária ainda era destaque na economia capixaba, sendo responsável por mais de 50% do PIB estadual, enquanto a indústria tinha menos de 10% de participação. Foi na década de 50 que o Governo do estado começou a fomentar o setor industrial, de modo a criar condições e infraestrutura. Foi então implantado o Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo, que resultou no

investimento em usinas hidrelétricas, obras portuárias e no setor rodoviário. Destaca-se que, em relação à educação, foi nesse período que a Universidade Federal do Espírito Santo foi criada, que, mais tarde, seria a pioneira no Curso de Ciências Contábeis no estado (MARTINUZZO, 2008).

Com todos os incentivos dessa época à industrialização, se iniciava um novo ciclo de desenvolvimento no estado a partir de 1960. Também a classe contábil no estado começava a se destacar nessa época, pois, em 1960, um relevante evento da classe contábil ocorreu com a participação ativa do Espírito Santo. Contanto com lideranças de Minas Gerais e do Espírito Santo, foi realizada a 1ª Convenção Interestadual de Contabilidade em Belo Horizonte. Dentre a participação e coordenação de contadores de nosso estado neste evento, destaca-se: Aluísio Simões (foi secretário de finanças do estado), Hermógenes Lima Fonseca (presidente do Sindicato do estado) e José de Lima (que veio a ser presidente do CRC do estado) (MARTINUZZO, 2008; SÁ, 2008).

Se por um lado a indústria se desenvolvia, o mercado de café entrou em crise, tendo mais de 50% dos cafezais erradicados, o que levou ao deslocamento de, aproximadamente, 180 mil pessoas, sendo que parte emigrou para outros estados. Com isso, a participação no PIB estadual começou a mudar, sendo que a agricultura caiu mais do que a metade de sua contribuição. Mas, mais tarde, com o avanço das exportações, o café, inclusive cafés finos, juntamente com a fruticultura, pecuária e silvicultura, contribuiu para que o estado apresentasse grande crescimento em relação à economia nacional (MARTINUZZO, 2008; OLIVEIRA, 2008). Há uma consolidação desse novo nicho da economia nos anos de 70.

Na década de 80 ocorre outro avanço na economia capixaba, com sua inserção na economia globalizada. Após a consolidação da indústria, nesse período surgem grandes projetos de exportação. Há de se destacar o papel e a celulose, com a Aracruz Celulose SA, o beneficiamento do minério de ferro, com as usinas de pelotização da Cia Vale do Rio Doce, e o setor metalúrgico, com a Companhia Siderúrgica de Tubarão. Todo esse processo alterou o perfil socioeconômico do estado, fomentando a indústria por meio de incentivos fiscais e investimentos privados e, com isso, houve o aumento da demanda dos setores de comércio e prestação de serviços (MARTINUZZO, 2008; IJSN, 2010).

Para sustentar o comércio exterior que surgia, o estado contou com investimentos em portos, ferrovias, rodovias, estações aduaneiras de interior e retroportos. Destaca-se que o sistema logístico era composto por 6 portos: Vitória, Capuaba, Ubu, Tubarão, Praia Mole e Barra do Riacho (MARTINUZZO, 2008).

A exportação abriu muitas portas para a economia do estado, como a volta do café como forte ator na economia, além do crescimento da fruticultura, pecuária e silvicultura. Surgiu também a participação na economia da extração de rochas ornamentais e da produção de mamão papaya. Estes últimos chegaram à liderança do mercado nacional de seus segmentos. Além da exportação também de celulose e aço (MARTINUZZO, 2008).

Assim com a economia capixaba a florava até a década de 90, foi também nesse período que a classe contábil começou a se destacar no estado. Destacamos que houve desde a criação dos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis do estado, até expansão do Conselho Regional de Contabilidade, tratados nos capítulos seguintes. Em 1987, o SindContábil conseguiu uma conquista para a classe de que o cargo de auditor no governo do estado fosse ocupado por um profissional contábil (SINDCONTÁBIL, 2016)

Apesar do crescimento econômico, o estado sofria com a administração política, que foi norteadada por corrupção, interesses privados em detrimento do coletivo, descontrole de contas públicas, etc. Esse cenário, que ocorria na década de 90 e início dos anos 2000, reduziu a capacidade de investimento do estado, além de ter acumulado dívidas (R\$ 4,6 bilhões) que incluíam de obrigações vencidas até salários de servidores. Toda essa instabilidade fez com que o setor privado recuasse, prejudicando a economia capixaba. Nesta fase, a classe contábil, representada pelo Sindicontábil, discutia a política fiscal implantada no governo de Vitor Buaziz, sendo membro efetivo da criação da Câmara Setorial de Política Fiscal da Secretaria Estadual da Fazenda, em 1997. Com a gestão do governador José Inácio Ferreira, a conquista do SindContábil referente ao cargo de auditor do estado de 1987 foi suspensa, retornando apenas no governo de Paulo Hartung (MARTINUZZO, 2008; PORTAL SINDICONTÁBIL, 2016).

Esse cenário começou a mudar na gestão do governador Paulo Hartung, a partir de 2003. Iniciou-se um combate à sonegação, corrupção e crime organizado, além da eliminação de privilégios fiscais e administrativos. Associado a isso, houve investimento na modernização da máquina pública. Isso resultou na normalização dos serviços e investimento nos municípios capixabas. Todo esse novo cenário, fez com que se iniciasse o “terceiro ciclo de desenvolvimento capixaba”, que foi marcado pela ampliação do comércio exterior, dinamização dos arranjos produtivos locais, expansão dos investimentos que haviam sido realizados na década de 80, além do destaque para o petróleo e gás. Nesta fase, o Espírito Santo se beneficiou com a expansão do setor petrolífero do país por meio da receita de *royalties*. Esse novo modelo econômico visava à inclusão social, responsabilidade ambiental, atualização tecnológica e desconcentração geográfica. Com isso, na década que se seguia, o estado saiu da oitava para a quarta posição na economia do país (MARTINUZZO, 2008; IJSN, 2010).

Nesta nova etapa da economia capixaba, o Conselho Regional de Contabilidade se expandiu. Realizou parceria com a JUCEES, que fazia parte do planejamento estratégico da autarquia; registrou um grande aumento no número de profissionais; conquistou sua nova sede, etc (MARTINUZZO, 2008; PORTAL CRC/ES, 2016).

Martinuzzo (2008) destaca que o Espírito Santo é uma terra de oportunidades e cita alguns seguimentos que se destacam nisso: indústria metal mecânica, móveis, rochas ornamentais, confecções, construção civil, alimentos e bebidas, fruticultura, silvicultura, café, turismo, petróleo e gás e logística. Certamente, tantas oportunidades, são também extensivas ao profissional contábil, que tem a responsabilidade de cuidar do patrimônio destas entidades, atuando também em questões sociais e ambientais.

A República Nova fez com que o Espírito Santo, tanto em termos econômicos, como da classe contábil, pudesse ser enxergado nacionalmente. A economia, ao transitar pela agricultura, indústria, comércio exterior, petróleo e gás, mostrou o potencial do estado para os investidores que, associado à estabilidade conquistada no novo milênio, expandiu o mercado do estado. A classe contábil também acompanhou essa expansão, desde a realização de eventos importantes, como a 1ª Convenção Interestadual de Contabilidade, até o aumento dos registros de profissionais no Conselho, o que remete a termos profissionais cada vez mais qualificados para o exercício da profissão, uma vez que para obter o registro o profissional precisa possuir formação e, atualmente, passar no Exame de Suficiência do Conselho.

3. O Ensino de Contabilidade no Espírito Santo

A Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES) foi de grande importância na história da Contabilidade, sendo a mola propulsora para que o Ensino Comercial fosse estabelecido no estado.

Em 1912, através de seu secretário, o Dr. Pérsio Goulart, vários pedidos e ofícios foram encaminhados ao Governo para que se criasse a Escola Comercial, a fim de que o comerciante domiciliado no interior do Espírito Santo pudesse cumprir fielmente o Regulamento da Junta Comercial; tarefa difícil de ser cumprida devido à ausência de pessoas capacitadas para desempenhar algumas disposições legais do Código Comercial, como a escrituração em livros legalizados, e com isso, se tornava de extrema importância a criação de uma Escola de Comércio para a preparação de cidadãos capacitados para os serviços de uma casa comercial (DIÁRIO DA MANHÃ, 1912).

A tão almejada Escola de Comércio foi fundada em 1912, a priori muito bem aceita por todos, funcionou no grupo Escolar ‘Gomes Cardim’ (Figura 3) e teve inicialmente um alto número de matriculados, entretanto, aos poucos foram diminuindo a frequência escolar e muitos empregados de comércio abandonaram o curso (SOUZA, 1913).

No entanto, apesar dos inúmeros esforços implementados pela Junta para com o Ensino Comercial, há indícios de que a Escola não teve êxito, devido ao alto índice de evasão, e assim, na década de 1920, encerrou suas atividades. Porém há de se destacar que, nesta época, não havia a obrigatoriedade de determinada formação para o exercício da profissão contábil (MARTINUZZO, 2008).

Fonte: Escola Gomes Cardim, 2016

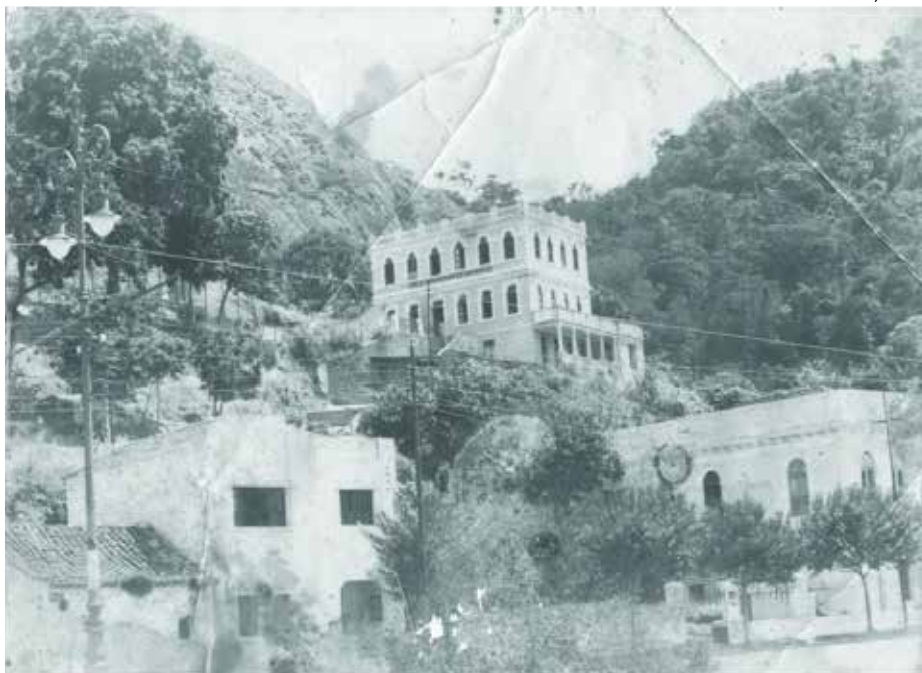


Figura 3 – Primeira sede da Escola de Comércio – Grupo Escolar “Gomes Cardim”

Em 1925, é anunciado que Vitória iria readquirir o seu instituto de Ensino Comercial, já que o ensino profissional estava entregue até então à Escola de Aprendizes Artífices (VIDA CAPIXABA, 1925) e, para reforçar a impotência desse retorno das Escolas de Comércio, em 1926, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, delibera o Decreto nº 17.329, de 28 de Maio de 1926 em que aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal (BRASIL, 1926).

Em 1931 o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931 estabelece o ensino comercial e dá outras providências, como a organização do ensino comercial, bem como as disciplinas a serem ministradas nos cursos de: secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito contador, bem como curso superior de administração e finanças e curso elementar de auxiliar do comércio (BRASIL, 1931). Contudo, o curso de nível superior em Ciências Contábeis e Atuariais no Brasil, com duração de 4 anos, somente foi instituído em 1945 com o decreto Lei 7.988 de 22 de setembro de 1945 (BRASIL, 1945).

Uma vez que o Ensino Comercial continuava deficitário no estado, em 1932, a Associação Comercial de Vitória encaminhou ao Dr. João Manoel de Carvalho, que era titular da pasta da Instrução do estado, um requerimento em que o professor Alfredo Gonçalves Filgueiras pede a transferência da sua Escola de Comércio que funcionava em Minas Gerais para a nossa capital, conforme anúncio no jornal Diário da Manhã (1932^g).

O requerimento foi aceito e aprovado e dessa forma, em fevereiro de 1932 torna-se público que o Colégio Filgueiras, estabelecimento conceituado de ensino Comercial localizado em Minas Gerais, foi transferido para a capital do estado do Espírito Santo, adquirindo um novo nome chamado Escola Superior de Comércio de Vitória. Logo as inscrições para os exames de admissão para esta escola foram abertas e ocorream em março do mesmo ano (FILGUEIRAS, 1932).

A Escola Superior de Comércio de Vitória funcionou no antigo edifício do Ginásio do Espírito Santo, localizada na Avenida Capichaba (DIÁRIO DA MANHÃ, 1932^g), e teve grande mérito na formação de um dos profissionais que veio a ser professor de Contabilidade Geral dessa mesma Escola e Presidente do futuro Conselho Regional de Contabilidade (CRC/ES), o ilustre senhor Hermógenes Lima Fonseca (FREITAS, 2013).

Em 1946 é fundado o Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC) em Vitória, com a função de instalar e administrar escolas de aprendizagem comercial (SENAC, 2016), passando a ofertar o curso técnico em contabilidade (PORTAL SISTEC, 2016).

Em 1961, com a promulgação da Lei n. 4024 (BRASIL, 1961), novas diretrizes para a educação são implantadas, estabelecendo-se o ensino médio, dividido em dois: o ginásio e o colegial, abrangendo o ensino secundário, o técnico e o de formação de professores. Esta formulação do ensino médio foi responsável pela disseminação do ensino Técnico em Contabilidade, que juntamente com o Magistério, era ofertado nas escolas públicas estaduais.

Estas diretrizes só foram alteradas em 1971, através da Lei n. 5692, que passou a considerar o ensino como de 1º e de 2º graus, ambos com o “objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”, não sendo mais obrigatória a oferta do ensino técnico pelas escolas (BRASIL, 1971).

Mas nem por isso o curso de técnico em contabilidade foi extinto, surgiram, além das escolas públicas, instituições privadas que passaram a realizar tal oferta, tanto subsequente ao ensino do 2º grau, como também integrados (PORTAL SISTEC, 2016).

Neste contexto, é criado, em 15 de março de 1965, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) o primeiro curso superior em Ciências Contábeis do estado. A criação deste curso foi um grande passo para a evolução no ensino contábil no Espírito Santo, pois até então, os capixabas que desejassem ser guarda-livros tinham que estudar em outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e outros (eMEC, 2016).

Cinco anos mais tarde, é a vez do município de Colatina iniciar sua história na oferta do curso superior em Ciências Contábeis, em março de 1970, sendo a Faculdade Castelo Branco, a pioneira. A partir então, várias Faculdades e Centros Universitários passaram a ofertar o curso, principalmente na região Metropolitana de Vitória, que atualmente conta com 24 IES ofertando o curso.

Precisamos também destacar o avanço do ensino superior pelo interior do estado, com 11 cursos superiores em ciências contábeis disseminados de norte a sul do Espírito Santo, localizando-se, principalmente, em cidades de relevância econômica para o estado, como: Colatina (2), Linhares (1), Cachoeiro de Itapemirim (2) e Nova Venécia (1). A evolução da quantidade de IES que ofertam cursos de Ciências Contábeis no estado pode ser vista no Gráfico 1.

Fonte: MEC, 2016

QUANTITATIVO DE IES QUE OFERTAM O CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

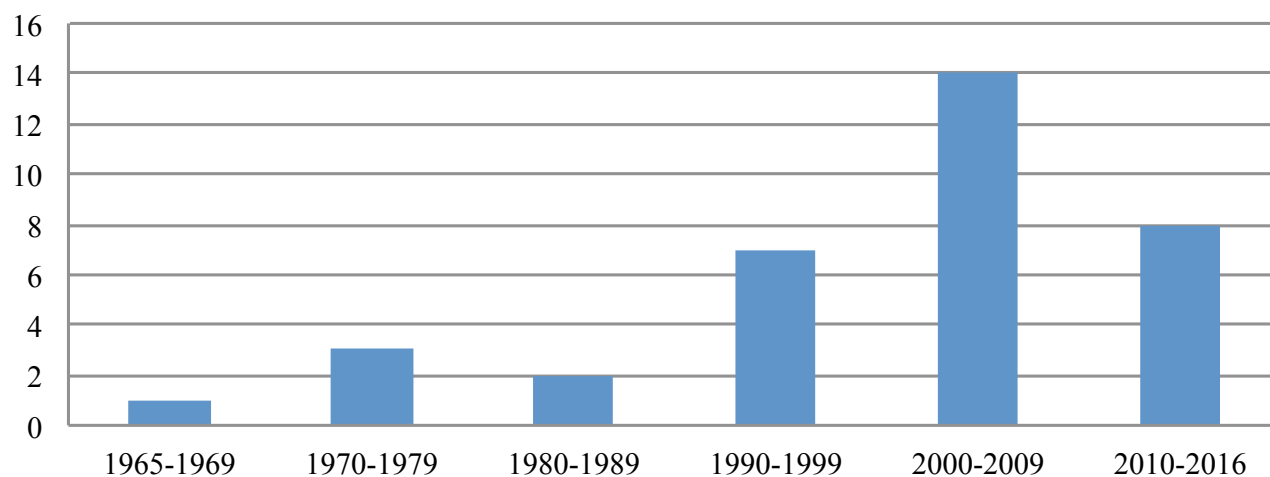


Gráfico 1 – Evolução da quantidade de IES que ofertam o curso superior em Contabilidade

Mais atualmente, para sermos mais precisos 2008, deu-se início à oferta do curso superior em Ciências Contábeis na modalidade à distância pela UFES, que se estabeleceu em 15 municípios do interior do estado, através de polos de apoio, disponibilizando o acesso, ao curso, a 450 estudantes (NEAAD, 2008).

Além do ensino superior, o estado passou a contar também com vários cursos de pós-graduação, tanto de *lattus sensu* (especializações e MBA's) quanto os de *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

O curso *stricto sensu* em ciências contábeis mais antigo e em funcionamento até a atualidade, no Espírito Santo, é o mestrado em Ciências Contábeis ofertado pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), criado em 2000, após alguns anos, passou a ofertar também, o curso de doutorado, contribuindo para o desenvolvimento do ensino da contabilidade e da pesquisa na área (FUCAPE, 2015). A IES conta com um corpo docente, composto em mais de 70% por professores doutores, formados na área de negócios (contabilidade, administração ou economia), matemática e direito.

Em 2009, uma parceria celebrada entre a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi criado o curso de Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis, na UFES. Atualmente o curso já formou 34 mestres e atualmente possui com 29 alunos matriculados e conta com corpo docente formado por 100% de doutores, destes, mais de 60% são professores efetivos, e com dedicação exclusiva, do Departamento de Ciências Contábeis da UFES (PORTAL UFES, 2016).

Com o surgimento destes cursos de *stricto sensu* pode-se dizer que o ensino e a pesquisa em contabilidade realizada no Espírito Santo passaram a ser visto com outros olhos, perante os demais estados brasileiros. Em pesquisa ao site da FUCAPE, percebe-se que houve um aumento expressivo de publicações de artigos em revistas e eventos na área contábil, pela IES, por exemplo, em 2001 havia publicado apenas 11 artigos, em 2006 já era mais de 90 artigos publicados, número este bem próximo às publicações de 2013.

Muitos dos acadêmicos que aqui fizeram o curso de mestrado em contabilidade alcançaram destaque e elevaram o nome e a importância da contabilidade, tanto dentro do estado como pelo Brasil a fora.

A inserção do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade contribuiu para o avanço no ensino contábil, tendo em vista as atualizações e alterações que as IES tiveram que realizar, a fim de melhor prepara seus discentes às exigências do mercado de atuação.

4. Os Órgãos de Classe

Todos esses anos de evolução do ensino contábil fizeram com que a profissão reclamasse um órgão que representasse a classe, este órgão veio a ser o Conselho Federal de Contabilidade e demais Conselhos Regionais de Contabilidade, criado através do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (BRASIL, 1946).

A deliberação deste decreto assinado pelo, então Presidente Eurico Gaspar Dutra, fez com que a história e profissão contábil fosse solidificada, e aos poucos cada Conselho Regional foi se instalando em seus estados, alcançando em 1990 todos os entes Federativos (BUGARIM; PINHO; MACHADO, 2013)

No entanto, esse processo foi gradual, e nem todos os estados conseguiram instalar suas sedes Regionais imediatamente a deliberação da Lei. Há indícios que o primeiro CRC a ter eleições de seus membros, tenha sido o do estado do Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, apud TIBÚRCIO, SALES; CORREIA, 2013). Já o CRC do Espírito Santo (CRC/ES) inicialmente teve que ser atendido pelo Conselho Regional do Rio de Janeiro.

Em 20 de novembro de 1948, no auditório da Associação dos Funcionários Públicos do estado do Espírito Santo, na cidade Alta, foi realizada a primeira reunião do CRC/ES, quando ocorreu de fato a posse do Presidente, constituindo, assim, oficialmente o CRC/ES. Foi eleito para presidente o senhor Pedro Vieira de Andrade e seu vice, o senhor Argilano Dario e demais conselheiros (Figura 4) (JORNAL CRC/ES, 2006).

O Conselho Regional do Espírito Santo foi o décimo sexto Conselho Regional a ser criado no Brasil, sendo o último da região Sudeste a ser instalado e seus primeiros conselheiros foram: Ademar Faria Muniz, Alfredo Otto Drews, Aluysio Simões, Argilano Dario, José Francisco Lellis Horta, José Maria Soares, Pedro Vieira de Andrade, Pery da Silva Quintaes e Otton do Amaral Abreu (JORNAL CRC/ES, 2006; BUGARIM; PINHO; MACHADO, 2013).

Fonte: CRC/ES

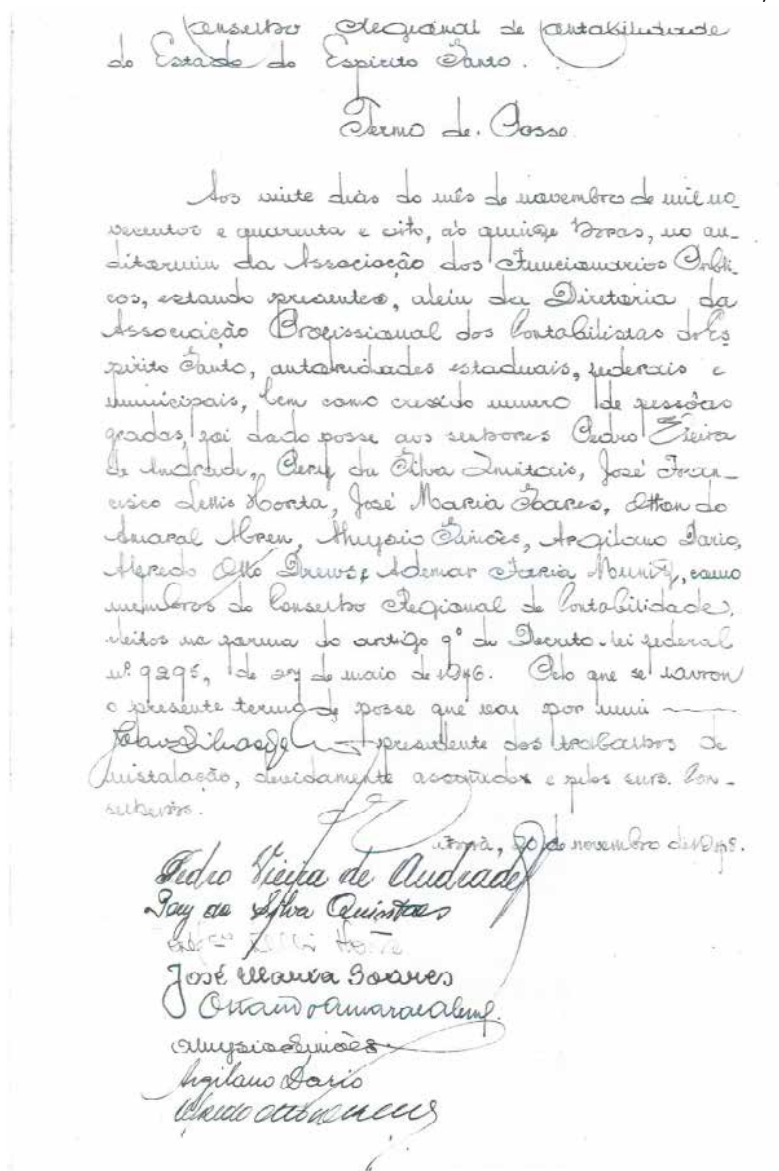


Figura 4: Ata da Criação do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

A primeira sede própria do CRC/ES foi comprada em 1985 na gestão de Itamar Silva e estava localizada no Centro de Vitória, num importante edifício da capital capixaba, que atualmente abriga toda a administração do Banestes (Banco do estado do Espírito Santo) e contava apenas com 03 pequenas salas. Como tais salas eram pequenas, os funcionários e os profissionais não tinham espaços adequados para trabalhar e realizar reuniões e eventos, na gestão do presidente Valdir Massucatti (1998 a 2001), foi adquirida uma área de 1.200 m² no Edifício Ames, no Centro de Vitória, que era composta por 2 andares e 7 vagas de garagem. Com o aumento dos eventos e reuniões organizados pelo conselho, sentiu-se a necessidade de um espaço mais amplo e estruturado para atender aos profissionais da área, o que ocorreu na gestão do presidente Paulo Vieira Pinto com a compra da nova e atual sede (Figura 5) em Bento Ferreira (2006 a 2009).

Fonte: CRC/ES



Figura 5 – Atual sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Ainda hoje o CRC/ES possui outros imóveis que não são utilizados diretamente por sua sede, como uma sala no Edifício Navemar e 2 garagens no Edifício Julho, também no Centro de Vitória/ES, além da antiga sede no Edifício Ames.

Desde sua criação, o CRC/ES já contou com 28 presidentes, sendo estes 26 homens e 2 mulheres. Uma outra característica dos presidentes é que todos, na época em que presidiram o CRC/ES, eram empresários contábeis, alguns conciliaram a empresa com atividades acadêmicas, bem como atividades na Junta Comercial. Aproximadamente 11% apenas eram técnicos em contabilidade, levando em considerações que o primeiro curso de bacharelado em Ciências Contábeis foi ofertado apenas em 1965, sendo que, após essa data, todos os demais presidentes eram contadores.

A seguir (Quadro 1), destacamos todos os presidentes que contribuíram na história do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo:

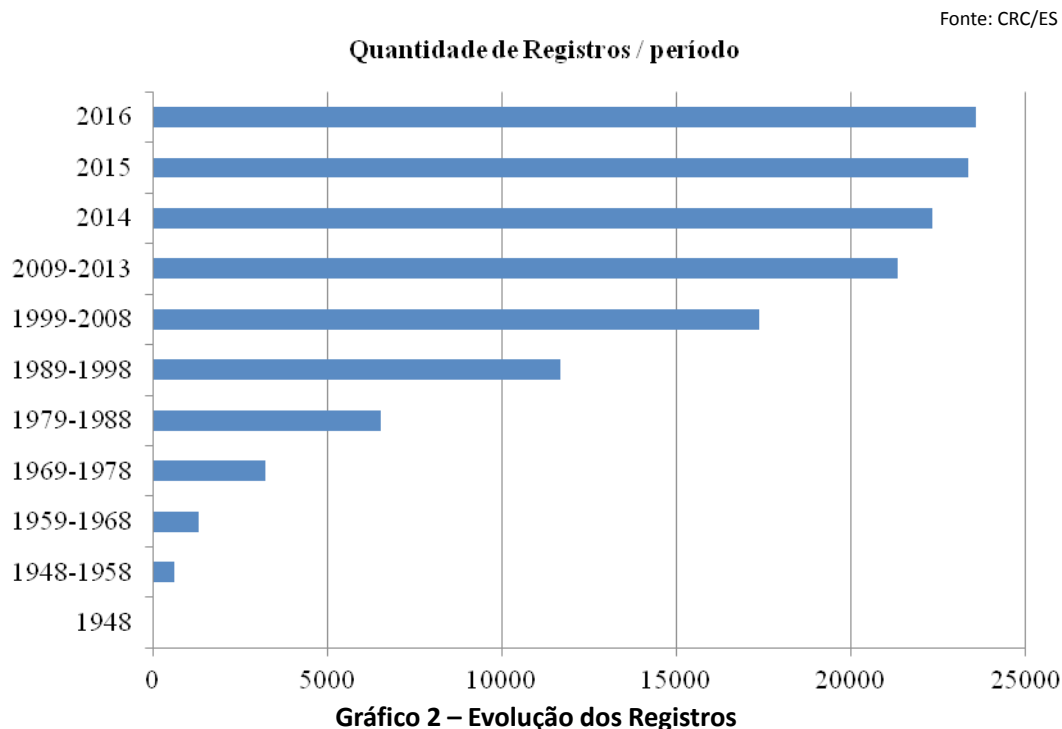
Quadro 1 – Presidentes do CRC/ES

Nome	Gestão	Nome	Gestão
Pedro Vieira de Andrade	1948/1949 e 1950/1951	Manoel Carvalho	1978/1979
Aluysio Simões	1951/1952	Afonso Campos da Fonseca	1980/1981
Manoel Deusdedit Silva	1952/1953	Itamar Silva	1982/1983 e 1984/1985
Argilano Dario	1953/1954	Luis Carlos Melo	1986/1987
Francisco Souto Cerqueira e Souza	1956/1957	Adilson Machado de Castro	1988/1989
Victor Silva Junior	1957/1958	José Americo Bourguignon	1990/1991, 1992/1993 e 2002/2003
Sylvio Lessa Sampaio	1958	Francisco Severino de Almeida	1994/1995
Hemógenes Lima Fonseca	1958/1960	Valdir Massucatti	1998/1999 e 2000/2001
José De Lima	1961/1962, 1976/1977 e 1996/1997	João Alfredo de Souza Ramos	2004/2005
Cleto Henrique Mayer	1962/1963	Paulo Vieira Pinto	2006/2007 e 2008/2009
José Aprigio De Jesus	1963/1964 e 1965/1966	Walter Alves Noronha	2010/2011
Salomão Gabeira	1967/1968 e 1969/1970	Cristina Amélia Fontes Langoni	2012/2013
Lyra de Souza Macedo	1971/1972 e 1973/1974	Carlos Barcellos Damasceno	2014/2015
Acclly Schuwartz	1974/1975	Haroldo Santos Filho	2016/2017

Fonte: CRC/ES

No ano de sua criação, poucos profissionais realizaram o registro junto ao CRC/ES. O primeiro registro foi o do Sr. Argilano Dario. Neste mesmo ano, ocorreu o registro da primeira profissional mulher, a Sra. Marly Rodrigues Menegaz. Ambos naturais de Vitória, formados pela Academia de Comércio de Vitória, e tendo a categoria de contador em seus registros.

Na década seguinte, houve um aumento considerável, sendo que a maioria era composta de técnicos de contabilidade. O aumento nos registros foi progressivo, conforme pode ser visto no Gráfico 2, e a predominância de registros de técnicos ocorreu até 2008, sendo que a partir do ano seguinte, observa-se que a quantidade de registro de bacharéis ultrapassaram os de técnicos, o que ocorre até hoje. Até abril/2016, o CRC/ES possui o cadastro de 10.703 profissionais, sendo 3.134 técnicos e 7.569 contadores.



Considerando a edição da Lei n. 12.249/2010, que alterou o Decreto-Lei n.º 9.295/1946, a Educação Profissional Continuada passou a ser mais uma atribuição legal dos Conselhos de Contabilidade, além do registro e da fiscalização. Passou, também, a ser obrigatória a aprovação em Exame de Suficiência para o registro nos Conselhos. Outra mudança a partir de 1º de junho de 2015, não mais foi promovido o Exame de Suficiência na modalidade de Técnico em Contabilidade. Essa mudança foi ao encontro da valorização da profissão, com o incentivo à formação superior do profissional da contabilidade.

Uma das atividades do CRC/ES é fiscalizar o exercício da profissão contábil e, para tanto conta com fiscais contratados para esta tarefa. No estado do Espírito Santo, esta atividade começou a operar na década de 80, na gestão do Itamar Silva. Sendo que, na época, muitas pessoas atuavam sem registro e, visando a valorização da classe, o presidente preparou um programa de fiscalização que resultou num aumento representativo nos registros, como pode ser observado no Gráfico 2 (JORNAL CRC/ES, 2006).

O CRC/ES acompanha os avanços tecnológicos, inclusive em seu processo de fiscalização. Em 2014 iniciou-se um processo de transição da fiscalização presencial para a eletrônica. Neste processo, ocorreram reuniões/treinamentos com as Delegacias Regionais para que todos tivessem subsídios para esse avanço que ocorria. Com isso, a data oficial de implementação foi no início de janeiro de 2015, sendo que a primeira Delegacia fiscalizada eletronicamente foi a de Venda Nova do Imigrante. Desde então, esse novo processo já permitiu que mais de 5 Delegacias Regionais fossem fiscalizadas, além da Grande Vitória.

As Delegacias Regionais de Contabilidade foram criadas em 1996 por meio da Resolução CRC/ES nº 166 e regulamentadas em 2011 com a Resolução CRC/ES nº 324 e têm a finalidade de auxiliar o Conselho nas atividades de fiscalização e registro dos profissionais de contabilidade. Na ocasião da criação das delegacias, eram em número de 33. Ao decorrer das gestões, foi verificada a real necessidade da manutenção de todas as delegacias e, por isso, algumas foram extintas, muitas vezes pela baixa demanda de profissionais da região. Atualmente, o CRC/ES conta com 16 Delegacias Regionais, sendo que 12 se encontram no interior do estado e as demais na Grande Vitória.

Além do Conselho Regional de Contabilidade, outros órgãos foram criados para apoiar o profissional contábil, destacando os sindicatos e associações contábeis, como pode ser visto no Quadro 2.

Quadro 2 – Criação de órgãos de apoio à profissão contábil no Espírito Santo

Ano de criação	Entidade
1948	Criação do CRC/ES
1952	Constituição da Associação dos Contabilistas no Estado do Espírito Santo - Sindcontabil-ES
1952	Sindicato dos Contabilistas do Estado do Espírito Santo
1982	Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia
1983	Fundação da Associação dos Contabilistas de Linhares
1984	Associação dos Profissionais de Contabilidade de Colatina
1985	Associação dos Contabilistas do Sul do Estado do ES
1987	Associação Litoral Centro Sul de Contabilistas
1988	Associação dos Contabilistas de Cariacica
1993	Criação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Auditoria, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Espírito Santo - Seson-ES
1994	Associação dos Contabilistas de Vila Velha
1995	Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional do Estado do Espírito Santo
1997	Clube dos Profissionais de Contabilidade de Colatina
1998	Associação dos Contabilistas de Vitória
2000	Associação dos Contabilistas da Região Centro Serrana
2003	Associação dos Contabilistas do Município da Serra
2004	Associação dos Contabilistas do Extremo Sul Capixaba
2008	Associação dos Contabilistas do Norte do Espírito Santo
2014	Associação dos Profissionais da Contabilidade de Aracruz, Ibirapu, João Neiva e Fundão

Fonte: Site dos Sindicados, Associações e Receita Federal do Brasil, 2016

Como visto no Quadro 1, o primeiro sindicato criado foi em 1952, o SindContábil/ES. Este sindicato vem conseguindo conquistas para a classe, como segue (SINDCONTABIL, 2016):

- Realização da 8ª Convenção Nacional de Contabilistas, em 1975, em Guarapari;
- Restabelecimento das Convenções Estaduais em 1984, sendo que a primeira havia sido realizada em Cachoeiro de Itapemirim, em 1959;
- Contribuição para efetivar como ocupante do cargo de auditor do estado, um contador em 1987. Ressalva-se que, durante o governo de José Ignácio Ferreira alterou essa Lei, voltando a vigor na gestão de Paulo Hartung.
- Participação efetiva da criação do SESCON-ES em 1993;
- Influência na criação da Câmara Setorial de Política Fiscal da Secretaria Estadual da Fazenda em 1997, onde se discutiu toda a política fiscal implantada no governo de Vitor Buaiz;

- Criação da Faculdade do Sindicato (Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos - FASERRA) em 1998, sendo que a realização do primeiro vestibular ocorreu em 2001;
- Criação da COMENDA ITAMAR SILVA, aprovada pela Resolução nº. 1845 de 15-05-2008 da Prefeitura de Vitória, com a finalidade de homenagear profissionais de destaque;
- Criação do Portal na internet;
- Possui convênio com as instituições de ensino FUCAPE e FASERRA, de modo a fomentar a educação dos contabilistas associados.
- Instituição da Tabela Referencial de Honorários Contábeis.

Além disso, participa ativamente para o crescimento da classe realizando palestras e patrocinando eventos na área.

Outros surgiram após essa data, como o SESCON/ES e o SINDICOES, ambos com a finalidade de auxiliar o profissional com as demandas de saúde e social, assessoria jurídica, qualificação, proteção e melhores condições de trabalho. Existem também as associações de classe e clubes de profissionais que contribuem para a representatividade dos profissionais de cada região.

5. Profissionais em Destaque na História da Contabilidade no Espírito Santo

O Espírito Santo foi um celeiro, de alguns grandes nomes para a História da Contabilidade. Podemos citar:

5.1 Braz da Costa Rubim

Braz da Costa Rubim, filho de Francisco Alberto Rubim, nasceu em Vitória - ES, em 1º de fevereiro de 1817. Foi levado, ainda criança para Lisboa, onde recebeu o ensinamento das primeiras letras. Depois de mais de 20 anos, Braz da Costa Rubim regressa ao Brasil, instalando-se na região do Rio de Janeiro, onde veio a ocupar o cargo de 1º Escrivão da Direção Geral da Contabilidade do Tesouro Nacional. Desempenhou grande contribuição não somente para o Tesouro Nacional, mas também para o Espírito Santo, o qual desenvolveu escritos acerca da Província do Espírito Santo e remeteu a nossa terra, ES, inúmeros volumes de livros destinados à criação de uma biblioteca pública. O ilustre capixaba faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1871, com 54 anos (ROCHA, 2012).

5.2 Hermógenes Lima da Fonseca

Nasceu em Conceição da Barra- ES, que na época se chamava Barra de São Mateus, no sítio das Perobas, em 12 de dezembro de 1916, filho de Manoel Fonseca Filho e de Dona Rosa de Lima Honorato, e faleceu em 16 de maio de 1996, aos 79 anos.

Hermógenes conheceu Maria Augusta Fonseca em Vitória-ES, que era professora e com quem se casou em 8 de julho de 1944. Com ela construiu uma ampla família, com oito filhos: Luiza, Maria Angélica, Rita, Raquel, Manoel, Margarida, Marcus e Marília. Morou primeiramente no Morro da Fonte Grande, vindo a residir em outros lugares, como um lugar chamado Buraco Quente, depois em Maruípe e por fim no Ibes em Vila Velha.

Se formou na Escola Superior do Comércio de Vitória, em 1944. Tendo pedido demissão da *Western Telegraph*, assumiu nova função de contador, trabalhando para o empresário Manoel Francisco Gonçalves. Após 2 anos, em 1946, montou seu próprio escritório, especializando-se em Contabilidade Sindical. Ajudou a criar alguns sindicatos, prestou assistência a sindicatos ligados à área portuária, associações de moradores e empresas. Possuía dois escritórios e também atuou na área de perícia contábil. Formou-se em direito, mas não chegou a exercer, por acreditar que a advocacia complementava a contabilidade. Também trabalhou na Receita Federal e se sobressaiu em dezenas de processos cíveis e comerciais.

Hermógenes foi contador e depois advogado, trabalhou na *Western Telegraph Co.*, na Receita Federal, em Manoel Francisco Gonçalves, e se destacou em como perito em vários processos cíveis e comerciais, além de ser respeitado como líder sindical. Hermógenes ganhou destaque como professor de Contabilidade Geral na Escola do Comércio de Vitória, foi coordenador do curso de Contabilidade do Colégio Brasileiro de Vitória, lecionando também na faculdade de Cachoeiro de Itapemirim. Tinha um jeito próprio e bem humorado de lecionar, o que fez com que lograsse o reconhecimento, o carinho e respeito de seus alunos.

Teve importante atuação no incentivo a pesquisa, presidindo o Centro de Estudos e Pesquisas Contábeis de Minas Gerais e Espírito Santo, participando também como membro da Associação Internacional de Contabilidade e Economia. Trabalhou no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) exercendo atividades de consultoria a algumas empresas de Colatina, Conceição da Barra e Campo (RJ).

Foi Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, em 1958, e com o momento histórico vivido pelo país na época, se destacou como o homem da comunicação e da cultura. Hermógenes levou para a Presidência do CRC/ES sua alma literária para o comando do Conselho. O ano de 1958 foi um período muito importante para o estado do Espírito Santo, no qual o estado deu um passo rumo à industrialização tão desejada por Jones do Santos Neves, a qual foi possível através da criação da Federação das Indústrias.

No ano de 1959, de volta ao comando do Governo, Lindenberg com seu perfil ruralista, encampou as ideias de desenvolvimento baseadas no crescimento industrial. No âmbito Federal Juscelino Kubistchek, comandava o plano econômico de desenvolvimento que consistia em fazer o país crescer “50 anos em 5”.

Fonte: Jornal do CRC/ES set/out/Nov (2006)



Hermógenes (segundo da direita para esquerda) em solenidade de comemoração à semana do contabilista, em abril de 1976

Figura 6 – Evolução dos Registros

No término da gestão de Hermógenes, em 1960, o país assistia pela televisão a inauguração da nova capital, Brasília. Após um ano, o período entrou para a história com a renúncia de Jânio Quadros, o que gerou um clima de instabilidade entre os brasileiros. Passados poucos anos, em 1964, o país foi novamente abalado com a notícia que o Presidente João Goulart foi deposto pelo Golpe Militar que modificou o Brasil. O então Governador Chiquinho Aguiar também perdeu o cargo, além disso, outros fatos foram ocorrendo, como a censura dos meios de comunicação e a perseguição a estudantes e pessoas ligadas a movimentos sociais, o que gerou o sentimento de medo na população (FREITAS, 2013).

5.3 Argilano Dario

Argilano Dario nasceu em São José do Campestre (RN) no dia 23 de julho de 1913, filho de Dario Targino e Rosemira Maria da Conceição e se mudou para o Espírito Santo, onde estudou na Academia de Comércio de Vitória em 1943, e se formou em contador (FGV, 2016). Também teve formação de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela faculdade de Direito do Espírito Santo, em 1956.

Foi o primeiro Vice presidente do CRC/ES na gestão de Pedro Vieira e esteve entre os primeiros conselheiros do CRC/ES. Teve o privilégio de ser o registro número 1 do Conselho e representou o Espírito Santo na Câmara dos Deputados por 5 mandatos, além de ter criado o MDB no estado e comandado o PMDB estadual. Segundo sua filha, a paixão de Argilano era a política.

Argilano Dario faleceu no dia 5 de abril de 1992. Além de atuar no CRC/ES, exerceu dois mandatos de deputado Estadual, um dos quais presidiu o CRC/ES no período de 1953 e 1956.

(JORNAL CRC/ES, 2006)

5.4 Pery da Silva Quintaes

Pery da Silva Quintaes foi um dos pioneiros da atividade da contabilidade no estado e integrou o grupo que colocou a instituição (CRC/ES) para funcionar, em 1948.

Teve participação na assinatura da ata de abertura do Conselho regional de Contabilidade, e participou da criação do Sindicato dos Contabilistas.

Pery Quintaes foi professor e diretor da Academia de Comércio e contador geral do Porto de Vitória. Foi professor de Argilano Dario, que se tornou aliado na movimentação que resultou na criação do CRC.

Segundo Dona Neyde, filha de Pery Quintaes, Argilano propôs que Pery fosse o primeiro presidente do Conselho, mas ele abriu mão do cargo por conta das várias ocupações que tinha, relatou Dona Neyde, que também estudou na Academia de Comércio.

Vários debates sucederam na casa de Pery que antecederam a criação do CRC/ES, e isto motivou o grupo a criar o Conselho. Segundo sua neta, Cláudia Quintaes, seu avô Pery afirmava: “Vai chegar o tempo em que o contador é quem vai dizer ‘sim’ ou ‘não’. Todo mundo se curvará diante de um contador, que será o coração de uma firma”. (JORNAL CRC/ES, 2006)

5.5 Lyra de Souza Macedo

Lyra de Souza Macedo foi presidente do CRC/ES nos períodos de 1971/1972 e 1973/1974. Esse período se destaca pela presença da primeira mulher na gestão do CRC/ES. Pode-se dizer que na década de 1970, o Conselho Regional de Contabilidade iniciou seu processo de expansão e de mudança de mentalidade.

Ao assumir o cargo, Lyra tinha 65 anos, estava presente na criação do CRC/ES e foi eleita suplente em março de 1949, na condição de guarda-livros.

É primordial ressaltar, que já em 16 de dezembro de 1948, a presença feminina na profissão já era notável, logo após a criação do Conselho, a menos de um mês após sua instalação. Eis o nome que abriu a presença das mulheres no CRC: Marly Rodrigues Menezes, a qual foi a primeira mulher a ser registrada na instituição.

Pode-se dizer, que desde que Lyra Macedo assumiu a presidência, a participação das mulheres na contabilidade vem crescendo. Além disso, não se pode deixar de enfatizar que 2005 foi um ano marcante, no qual a contadora alagoana foi eleita a primeira mulher a ocupar a cadeira número 1 do CFC, fato este que ocorreu no dia 6 de janeiro de 2006, tendo grande importância por ser a primeira mulher a exercer a função de presidência do CFC, desde a sua criação. Lyra faleceu solteira em 1984.

Na gestão de 2012/2013 do CRC/ES tivemos a participação de outra mulher na presidência, a contadora Cristina Amélia Fontes Langoni (JORNAL CRC/ES, 2006).

5.6 Acclly Schuwartz

Estando à frente da presidência do CRC/ES nos anos de 1974 e 1975, sua gestão foi marcada pela inovação tecnológica inerente à época, o qual introduziu no estado o sistema de *Front Feed*, tecnologia de ponta na época, que consistia em um formulário a ser preenchido em máquina elétrica. Andou pelo estado todo ensinando os profissionais a usarem o programa, no qual os contadores inseriam os dados dos clientes e os procedimentos contábeis adotados. Visto que o sistema anteriormente era manual, isso representou um avanço, já que a máquina elétrica agilizava o trabalho.

No entanto, logo a máquina elétrica perdeu espaço para os computadores. Sua gestão foi marcada pela modernização. (JORNAL CRC/ES, 2006).

5.7 Itamar Silva

Foi contador, empresário, atuou como professor durante 33 anos na Grande Vitória e em Colatina. Exerceu a função de chefe do Departamento de Ciências Contábeis por três vezes na Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (Facec) e na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Itamar também é sócio-fundador do Sindicato das Empresas de Contabilidade (Sescon), que presidiu por três anos.

Foi presidente do CRC/ES (1982/1983, 1984/1985) e sua gestão foi marcada pela fiscalização da profissão, pois no início da década de 80, período em que se inicia sua gestão, muitas pessoas atuavam na área contábil sem registro. Com o intuito de que a classe contábil fosse mais valorizada, criou um programa de fiscalização para que todos os profissionais se registrassem. Essa ação criou a possibilidade de o Conselho comprar uma sala nova, visto que o Conselho utilizava seis salas do edifício Palas Center, as quais eram cedidas pelo Conselho Federal, em regime de comodato.

Com a ajuda de sua diretoria, foi adquirido um fusca, que serviu para rodar todo o estado reforçando a fiscalização no interior, que quase não existia. Para essas ações, o quadro de funcionários de fiscalização foi reforçado, o que fez com que o número de registrados no início para o final da gestão saltasse de 800 para 6.000 inscritos.

Importante destacar também, que em virtude do processo de industrialização ocorrido no estado, houve um elevado acréscimo de profissionais de contabilidade registrados devido a trabalhadores provenientes da CST, da Vale e da Aracruz Celulose. Durante uma visita ao setor de contabilidade da Vale do Rio Doce, somente nessa ocasião foram expedidos 60 autos de infração, com intimações para que os profissionais se registrarem (JORNAL CRC/ES, 2006).

5.8 José Américo Bourguignon

Filho de José Alcantara Bourguignon e Zulmira Mantovanelli Bourguignon, José Américo Bourguignon nasceu no mesmo ano de constituição do sistema CFC/CRC's, em 1946. Formado em contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina, possui importante participação na história da classe do Espírito Santo.

Foi presidente do CRC/ES por 3 mandatos (1990/1991, 1992/1993 e 2002/2003). Em suas gestões, alcançou conquistas como a compra de 2 veículos para a fiscalização, possibilitando a fiscalização também no interior do estado. Em sua primeira gestão, superou a crise econômica que os Conselhos passavam, colocando a situação financeira da entidade em dia. Uma das ações para isso foi o ajuste das anuidades que, até então, tinha valor insuficiente para cobrir as despesas do conselho (JORNAL CRC, 2006).

Sua atuação, além da expressiva participação no CRC/ES, foi de empresário contábil, sendo a primeira sociedade firmada em 1979; e vogal da Junta Comercial do Espírito Santo.

5.9 João Alfredo de Souza Ramos

João Alfredo de Souza Ramos, antes de se dedicar à contabilidade, já foi presidente da Associação dos Profissionais de Propaganda nos mandatos de 1943/1945 e 1947. Se formou em contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina e possui pós graduação em Contabilidade Gerencial e em Auditoria.

Sua atuação é extensa, sendo empresário contábil desde 1970, consultor societário de grupos empresariais, participação na diretoria da SR Auditores Independentes S/S, auditor independente, advogado tributarista, professor de cursos de graduação e pós graduação, além da realização de palestras sobre contabilidade de custos, auditoria, ética, contabilidade rural, entre outros temas da área contábil.

Foi presidente do CRC/ES na gestão de 2004/2005, mas suas atividades no Conselho se estendem, tendo trabalhado em importantes atos do CRC/ES, como membro do Conselho Editorial da edição do Jornal do CRC/ES que restou um pouco da evolução da contabilidade, em 2006; e a participação na elaboração da Resolução CFC 1445/2013 que trata dos procedimentos a serem observados pelos profissionais e Organizações Contábeis.

Em 2008 recebeu homenagem de honra ao mérito pela Câmara de Vereadores de Vitória, juntamente com outros 25 profissionais da área. E, em 2010, recebeu a Comenda Itamar Silva pelo SindContábil/ES.

Atualmente, na gestão de 2016/2017, faz parte da diretoria do CFC como Coordenador adjunto da Câmara Técnica.

5.10 Paulo Vieira Pinto

Trilhou um caminho de muito esforço e dedicação até chegar à Presidência do CRC/ES, o qual foi presidente na gestão de 2006/2007, 2008/2009.

Superando as dificuldades e enfrentando os desafios, Paulo Pinto, de engraxate e ambulante, se tornou advogado e contador. Conquistou o reconhecimento como um empresário e dirigente não só meio contábil, mas fora dele também.

Paulo Pinto acredita que houve uma evolução enorme na profissão contábil e na trajetória do Sistema CFC/CRC's, visto que o profissional da área contábil passou da condição de guarda-livros a detentor do controle, o que representa um avanço enorme na profissão e sustentando a ideia de que o profissional estuda e presta um serviço real a sociedade, acredita que o Brasil esteja evoluindo na Contabilidade.

Além disso, enfatiza que o desenvolvimento econômico propicia a profissão, tendo em vista que gera perspectivas, à medida que a sociedade cresce, que novas empresas chegam ao estado, o mercado para o contador se amplia. Também defende que há um espaço a ser conquistado pelo contador, no terceiro setor e nas organizações como clubes de futebol.

Durante a sua gestão, foi publicado no Jornal do CRC/ES, uma edição histórica dos 60 anos de evolução da Contabilidade e da profissão, o que contribuiu para o conhecimento do público um pouco da história acerca da Contabilidade no estado. Esta medida foi de suma importância, pois sabe-se que a contabilidade acompanha o desenvolvimento econômico, e conhecer a história e seus rumos, proporciona ao profissional um melhor entendimento acerca do surgimento de leis, normas, direitos e permite a compreensão do quanto a profissão já avançou e o quanto ainda falta conquistar. Além disso, possibilita que o profissional se situe melhor no contexto da profissão, haja vista para conquistar mais espaço e ampliar seus direitos.

Outros atos foram marcantes em sua gestão, como a inauguração da nova, e atual, sede do CRC/ES, localizada no Bairro de Bento Ferreira. Sabe-se que até então o Conselho funcionava no Centro da Capital, em salas próprias, porém, com o desenvolvimento do Conselho era necessária a ampliação de seus espaços físicos, para melhor acomodar seus funcionários e diretores, para se ter uma ideia, a antiga sede não tinha uma sala própria para a realização das reuniões da diretoria.

Na época da aquisição da nova sede, o Presidente Paulo Vieira Pinto teve apoio dos profissionais da área contábil, mas também críticas devido ao investimento realizado, no entanto, atualmente pode-se perceber que a decisão tomada foi corajosa e gerou sucesso para o Conselho do Espírito Santo. A aquisição da nova sede possibilitou um espaço mais amplo para abrigar uma grande instituição como a do CRC/ES, com uma infraestrutura que proporcionou ainda mais a qualidade no atendimento aos usuários.

Paulo Pinto também foi presidente da Junta Comercial (JUCEES) no ano de 2013, e durante a sua gestão, alguns procedimentos foram adotados visando maior transparência aos atos públicos mercantis, como por exemplo, a consulta a empresas, que foi disponibilizada de forma gratuita, e a relação dos atos registrados de cada empresa, que se tornou acessível. Isso possibilitou um melhor acompanhamento das empresas e um maior controle da sociedade em relação a informação, otimizando o tempo para os usuários da informação e para a Junta, visto que não haveria necessidade da utilização de senhas. Este procedimento também facilitou o trabalho interno da Junta, tendo em vista que a demanda da Junta era muito grande devido a solicitações de informações dessa natureza (PORTAL ES, 2013).

6. Perspectivas da Profissão Contábil no Espírito Santo

O CRC/ES, para garantir o crescimento dos profissionais do estado do Espírito Santo, alinha suas ações ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRC's, que é composto de 14 objetivos estratégicos. Através do relatório de Gestão, de forma transparente, apresenta aos órgãos de controle interno, aos profissionais contábeis e à sociedade, seus pontos de sucesso, dificuldades, metas, desafios e prioridades.

A direção da bússola do relatório está em respeitar a finalidade do CRC/ES, que é registrar os profissionais e as organizações contábeis para atuarem no mercado, fiscalizar o exercício da profissão contábil e desenvolver programas de educação continuada para os profissionais da contabilidade, por meio de cursos, treinamentos, palestras e eventos, visando garantir à sociedade que os trabalhos desenvolvidos por eles sejam realizados com ética, boa técnica e nos termos da legislação vigente.

Seguindo as diretrizes básicas do sistema CFC/CRC's, o CRC/ES define sua Missão: “Fiscalizar e promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e pela qualidade na prestação dos serviços, atuando como fator de proteção da sociedade”, e Visão: “O CRC/ES será reconhecido como referência em fiscalização profissional, atuando com ética, transparência e responsabilidade social. No plano tático, o CRC/ES definiu suas áreas estratégicas, compostas pela Presidência, pelo Conselho Diretor e pelas cinco Vice-Presidências, que coordenam a execução dos projetos e atividades propostos no Plano de Trabalho, de maneira a cumprir com o Planejamento Estratégico” (PORTAL CRC/ES, 2016).

Como resultado em 2015 o relatório de Gestão apresentou: i) crescimento do número de profissionais maior do que a meta estipulada, bem como um aumento no número de processos julgados; ii) superação da meta proposta de número de fiscalizações, durante as quais analisou contratos de prestação de serviços e escriturações contábeis, assim como a legalidade na emissão da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore); iii) na Educação Continuada ocorreram duas reuniões da Comissão de Educação Profissional Continuada e uma com os Capacitadores do Espírito Santo, além da realização de cursos, palestras e seminários, bem como o apoio à realização, por parte de outras entidades, de cursos, palestras e eventos.

O objetivo estratégico de “Aperfeiçoar, Ampliar e Difundir ações de Registro, Fiscalização e Educação Continuada, como Fator de Proteção da Sociedade”, que é sua função principal prevista por lei, e o objetivo estratégico “Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema CFC/CRC's” e “Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema CFC/CRC's” foram inteiramente atingido.

O CRC/ES obteve êxito em quase todos os objetivos estratégicos mensurados, com exceção do objetivo Índice de renovação da frota de veículos de uso da fiscalização e da administração; Índice de capacitação de usuários em tecnologia; Índice de renovação do parque de informática; Grau de implementação da inovação e Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada.

Ações em 2016 passaram a ser implementadas com objetivo de corrigir os índices não atingidos, tais como: Criação de oficinas de estudos e capacitação dos funcionários do CRC/ES; A criação do sistema de *Help Desk*, implantado em fevereiro de 2015, foi possível mensurar a qualidade do atendimento, identificar e tratar pontos de melhoria e potenciais problemas geradores de incidentes; a Administração do CRC/ES optou por fazer um novo projeto para a troca de todo o parque de informática para o exercício de 2016; Ações para ampliação da capacitação do Profissional da Contabilidade através de cursos, palestras, seminários, oficinas de estudos, dentre outros.

Por meio do projeto “Promover a Educação Continuada – cursos e palestras”, o CRC/ES realizou 50 cursos/palestras, nos quais foram capacitados 1.306 profissionais registrados, sendo essa uma ferramenta importante para o CRC/ES fomentar a educação profissional continuada, uma vez que os custos são reduzidos, quando o conselho utiliza sua infraestrutura para realização dos mesmos.

Com o objetivo de prestar contas à sociedade, de forma clara e linguagem simples, o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo apresenta anualmente o Balanço Socioambiental, que se divide em: Gestão Institucional; Gestão de Pessoas; Gestão de Registro, Fiscalização e Educação Continuada; Gestão Socioambiental; Balanço Socioambiental em dados.

Bimestralmente é publicado o Jornal do CRC/ES, onde o leitor encontra informações institucionais, artigos técnicos sobre temas relevantes da contabilidade pública e privada, além de informações sobre eventos e ações realizadas pelo Conselho ao longo do ano.

Outro instrumento de comunicação institucional importante é o site do CRC/ES (www.CRC/ES.org.br), com informações atualizadas sobre todos os Setores do Conselho, e notícias institucionais e técnicas aos profissionais da área contábil, estudantes e sociedade. A partir do site o CRC/ES, no Portal da Transparência, pode-se identificar os atos normativos e informações sobre o quadro funcional e contabilidade do CRC/ES, além do organograma da instituição. O site também disponibiliza um acesso rápido e prático para auxiliar o dia-a-dia do profissional, como emissão de DECORE, alvarás, certidões e outras consultas diversas.

O CRC/ES também gera informações institucionais diariamente através de seu *Facebook* - <https://www.facebook.com/Conselho-Regional-De-Contabilidade-Do-ES>, e publicações semanais do E-mail marketing, disparado para os profissionais registrados no Regional.

Destacamos um esforço no sentido de aproximar a entidade dos usuários, tanto o público interno quanto externo, demonstrando que o serviço público deve servir à sociedade, estar presente nos diversos setores e gerar qualidade nos diversos serviços para o estado.

O Conselho de Contabilidade do Espírito Santo realizou duas pesquisas de satisfação anual, visando aferir o grau de satisfação dos cidadãos e usuários de seus serviços, para subsidiar possíveis ações que visem a melhoria contínua dos processos. Em 2015, o CRC/ES realizou semestralmente a Pesquisa de Satisfação do Profissional da Contabilidade, por meio de formulário on-line elaborado pelo CFC.

Para atender a Resolução CFC nº 1.439, de 19 de abril de 2013, que propõe atender a Lei 12.527/2011, O CRC/ES através da Portaria nº 026/2013 instituiu a Comissão Permanente de Transparência que vem implantando diversos mecanismos de aproximação da entidade com o cidadão com o intuito de fortalecer a transparência e o controle social. O objetivo deste canal de comunicação é oferecer informações que permitam aos Profissionais da Contabilidade e à Sociedade acompanhar a administração financeira, orçamentária e patrimonial da entidade.

Observa-se uma Gestão do CRC/ES com consciência de que, com a ajuda da Classe Contábil e da Sociedade fica mais fácil administrar e utilizar os recursos. Nesse sentido a promoção da transparência pública é visto como importante passo para o fortalecimento da Classe Contábil, que tem como finalidade prestar os melhores serviços à Sociedade Brasileira. As informações são disponibilizadas no Portal da Transparência no endereço: <http://www3.cfc.org.br/spw/portaltransparencia/inicial.aspx>

Através das informações públicas emitidas no Relatório de Gestão do CRC/ES em 2015 podemos verificar que adota as recomendações emanadas pela auditoria interna do CFC e pela auditoria externa, além dos pronunciamentos emitidos pelas Câmaras de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo a fim de recomendar melhorias na gestão. Pois, manteve projetos e ações de sucesso que também foram importantes para que a entidade atingisse seus objetivos estratégicos e cumprisse com suas funções precípuas.

Verifica-se que além da prestação de contas, os balancetes mensais do Conselho, aprovados pela Câmara de Controle Interno, pelo Plenário e pelo CFC, são disponibilizados no portal do CRC/ES, no Portal da Transparência e Acesso à Informação. Além disso, o CRC/ES realiza, de forma preventiva, análises de processos e de gestão, avaliando controles contábeis e administrativos, verificando contas e a aplicação dos recursos. Dessa forma, a entidade possui importantes mecanismos para garantir a transparência e o controle social, ampliando o acesso dos profissionais da Contabilidade e da sociedade às informações de gestão.

No relatório de Gestão (2015) pode-se observar que os projetos e ações desenvolvidos pelo CRC/ES estão alinhados com o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRC's. O Conselho possui mecanismos eficazes de controle, os quais garantem que a gestão dos recursos financeiros estejam subordinadas aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O parecer final descrito no Relatório de Gestão de 2015, conclui com base nos dados apresentados, que o CRC/ES cumpriu com sua missão institucional de realizar o registro e a fiscalização do exercício profissional, pois seguiu as diretrizes e normas aplicáveis. Dessa forma, entende-se que desenvolveu ações efetivas para o alcance dos resultados previstos nos projetos alinhados com os objetivos do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRC's, e manifesta a vontade de continuidade em 2016.

As ações realizadas sob a coordenação dessas três Vice-Presidências permitem ao CRC/ES atingir o seu objetivo estratégico de “Aperfeiçoar, Ampliar e Difundir ações de Registro, Fiscalização e Educação Continuada, como Fator de Proteção da Sociedade”, que é sua função principal prevista por lei.

Já os objetivos estratégicos “Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema CFC/CRC's” e “Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema CFC/CRC's” são focalizados pelas Vice-Presidências de Controle Interno e de Administração e Finanças.

Atualmente mantem as definições de Missão, Visão, valores e objetivos estratégicos definidos em 2015, busca adequar o Planejamento Estratégico às características específicas do ES, principalmente nas relações diretas do profissional da contabilidade com as delegacias do conselho, órgãos estaduais e municipais e outras entidades locais. Nessas condições, direcionado pela liderança do Presidente Haroldo Santos Filhos, a opção é a elaboração de diretrizes e ações que respeitem o planejamento estratégico da esfera nacional e permitam a inclusão das especificidades do estado do ES.

Para elaborar o relatório foram realizadas 49 entrevistas com conselheiros titulares e suplentes, delegados, ex-presidentes e funcionários responsáveis por áreas internas. O resultado foi consolidado na elaboração de 20 diretrizes e 54 ações propostas pelos diversos entrevistados. Para validar as diretrizes e propostas foi realizado um seminário em 13 de abril de 2016 com conselheiros convidados e delegados, onde foram definidas 20 diretrizes e ações prioritárias do CRC/ES, descritas no Quadro 3.

Quadro 3 – 20 diretrizes e ações prioritárias do CRC/ES para 2016

Diretrizes e Ações Definidas no Planejamento Estratégico CRCES Abr/2016		
Nº	Descrição das diretrizes	Ações Prioritárias definidas
01	Atuar para fazer prevalecer a orientação antes da punição nos processos de fiscalização.	Oferecer cursos sobre direito tributário, trabalhista e societário, economia e administração.
02	Ampliar o universo de empresas e profissionais de contabilidade fiscalizados, visando atingir a totalidade em um período razoável de tempo.	Oferecer cursos para o contador se apresentar melhor - postura, oratória, redação, motivação, apresentação (imaginário), relacionamento interpessoal, finanças pessoais (incluir em outras atividades de maior interesse), relacionamento com clientes (marketing pessoal).
03	Desenvolver ações de informação, orientação, fiscalização e articulação entre profissionais de contabilidade, que evitem ou reduzam o aviltamento do preço de serviços por maus profissionais.	Retomar o curso “Contabilizando o sucesso” ou similar em parceria com o SEBRAE.
04	Desenvolver ações para possibilitar aos profissionais um maior escopo de atuação junto aos seus clientes ou empregadores.	Articular para que seja exigida a participação de contadores nas comissões de licitação de prefeituras (analisar balanços, índices).
05	Atuar junto aos contratantes e suas associações empresariais para difundir o papel amplo e relevante do profissional de contabilidade e assim permitir a contratação em valores compatíveis.	Promover eventos junto às empresas para valorizar o contador. Palestras nas Federações.
06	Atuar para ampliar o espaço do Conselho e do profissional de contabilidade junto à mídia no seu novo escopo de atuação abrangente.	Criar vídeo institucional para explicar o papel do Conselho. Obs: Muitos profissionais reclamam do CRC confundindo seu papel com o do sindicato: “Sindicato protege o profissional, CRC protege a sociedade dos maus profissionais”.
07	Implementar ações que ampliem substancialmente o entendimento dos profissionais da contabilidade sobre o papel do Conselho.	Promover apresentação detalhada sobre o que é feito com a arrecadação – transparência.
08	Ampliar o relacionamento com associações de profissionais de contabilidade, em colaboração com as delegacias, para melhor capilarização das ações junto aos municípios.	Criar programa de Marketing digital (Google, YouTube, Twitter, Facebook, site, etc.)
09	Desenvolver ações que ampliem a percepção da importância do CRC junto aos profissionais de contabilidade da área pública.	Criar departamento de marketing incluindo marketing digital e procurar mídia espontânea.
10	Organizar uma estrutura de comunicação com os profissionais e a sociedade, usando adequadamente as opções ofertadas pelos meios de comunicação, mídias sociais e meios digitais.	Ensinar aos cidadãos como fiscalizar o governo. Curso de Educação Tributária e utilização do Portal da transparência.
11	Propor o aperfeiçoamento dos cadastros de profissionais, com informações amplas individualizadas, que permitam ações voltadas para todas as categorias de profissionais atendidos pelo Conselho.	Preparar programa de EAD (Educação à distância - internet e videoconferência) próprio ou em parceria com Fundação Brasileira de Contabilidade, Fisconsulta, OAB, IFES, CFC etc.
12	Promover e apoiar encontros sociais de âmbito estadual ou regional que ampliem a oportunidade de confraternização entre os profissionais de contabilidade e seus familiares.	Fornecer palestras e cursos que abordem conteúdo técnico básico, iniciando do “beabá”: ISS, ICMS, Simples, folha.

Diretrizes e Ações Definidas no Planejamento Estratégico CRCES Abr/2016		
Nº	Descrição das diretrizes	Ações Prioritárias definidas
13	Ampliar substancialmente o número de profissionais participantes em eventos de educação continuada.	Organizar treinamentos de forma que os cursos dados na capital sejam dados também no interior e que se privilegie cursos no lugar de palestras.
14	Ampliar o escopo dos eventos de educação continuada para as áreas de direito, administração e economia visando uma atuação mais ampla dos profissionais como consultores de clientes.	Fornecer cursos e palestras sobre direito, economia, administração.
15	Promover eventos de educação continuada que contribuam para modificar o perfil de apresentação dos profissionais de contabilidade (Marketing pessoal).	Ampliar cursos de “como fazer” voltado para as novidades do momento na profissão.
16	Capacitar continuamente o corpo técnico do Conselho de forma a aumentar a sua eficiência no exercício das atividades profissionais de fiscalização, registro e educação continuada, bem como nas atividades de apoio.	Organizar apoio do CRC para formação de novas associações de profissionais em municípios.
17	Atuar em conjunto com as associações e sindicatos para reduzir burocracia em órgãos estaduais e municipais e ampliar a percepção da importância do trabalho do profissional de contabilidade.	Fortalecer parcerias com: Sefaz, Junta Comercial, TCU, TCE, outros conselhos, Federações, Prefeituras, CDL, Serasa, RFB.
18	Ampliar e consolidar parcerias com instituições que contribuam para a atividade profissional e a valorização do papel do profissional de contabilidade.	Organizar reuniões prévias para levar posição mais discutida para o representante no CFC e participar ativamente das comissões do CFC.
19	Preparar contribuições relevantes para que o CRC possa participar dos debates em curso de reformas e novas legislações nos âmbitos municipal, estadual e federal, este último através do CFC.	Criar comissão de desburocratização para atuar com Redesim, bombeiros, prefeituras (alvará, habite-se, vigilância sanitária, meio ambiente).
20	Atuar junto às instituições de ensino para discutir e rever os currículos dos cursos de contabilidade, considerados extremamente limitados e pouco atraentes para estudantes, não valorizando a profissão.	Articular e indicar representantes em comissões de parceiros para propostas de reforma tributária, trabalhista, previdenciária, política, lei anticorrupção.

Fonte: Adaptado do relatório final de planejamento estratégico CRC/ES abril-2016

Para descrever sobre as perspectivas da profissão contábil no estado do Espírito Santo, fizemos duas leituras: As ações e diretrizes propostas através do relatório final de planejamento estratégico do CRC/ES em abril de 2016 e a visão e proposta de gestão do atual presidente do CRC/ES, Haroldo Santos Filho, que possui vivência com o sistema CFC/CRC's, desde os tempos de estudante da área contábil, quando conheceu grandes profissionais e saudosos ex-presidentes como Itamar Silva e José de Lima. Já foi conselheiro em 1998, Vice-presidente de Registro em 2014, quando implantou as solenidades de entrega de carteiras profissionais por todo o estado, criando um vínculo mais forte com os profissionais e aumentando ainda mais a sua valorização.

Como presidente, mandato 2016/2017, vê uma oportunidade para evidenciar o papel do Conselho e da profissão em prol do desenvolvimento econômico e social do país. Sua visão de gestão é dividida em dois grandes eixos: i) A área privada cuja meta é aumentar treinamentos e cursos direcionados aos profissionais capixabas. Afirma que educar continuamente é tarefa primordial do CRC/ES. Uma forma de proteger a sociedade contra a desatualização técnica e indireta proteger os bons profissionais

daqueles que pararam no tempo e pensam que estão imunes à obsolescência de conhecimentos; ii) A área pública, uma meta ousada, que é tornar o CRC/ES uma instituição referência em matéria de transparência e lisura no que é público.

Na visão do Presidente, a valorização do contador público diante de seus gestores será pautada no destaque da importância de se ter associado aos contadores suas ações e seus atos, como forma de evitar transtornos quando da aprovação de suas contas, bem como, de ter um aproveitamento otimizado e responsável dos recursos públicos.

Na área social, o presidente defende que a gestão do CRC/ES caminhará priorizando as questões relacionadas ao voluntariado, geridas pelo Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), as questões relacionadas às minorias e tudo o mais que envolva ações filantrópicas e que tenham impacto relevante em parcelas desprivilegiadas da população, como forma de envolver a profissão em ações que possam tocar a vida das pessoas.

Assim, o presidente entende que com o apoio do conselho do CRC/ES, profissionais contábeis, estudantes, Instituições de Ensino Superior, Professores e Pesquisadores Contábeis, Associações de Classe, Sindicatos, e órgãos governamentais, através do modelo de gestão participativa, a Contabilidade no ES caminhará para frente; para o alto e ao sucesso.

Referências

- APE. O arquivo público estadual e a história da imigração italiana no Espírito Santo. **Arquivo Público Estadual**, Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: < <http://www.ape.es.gov.br/noticias%5C77.html>>.
- BARSA. Espírito Santo: história. **Nova Enciclopédia Barsa**. V. 6, São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações, 1998.
- BAVIERA, Princesa Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo (1888)**. Tradução de Sara Baldus. Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.
- BRASIL. Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html>>.
- BRASIL. Decreto n. 7.899, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuárias. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>>.
- BRASIL. Decreto nº 17.329, de 28 de Maio de 1926. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>.
- BUGARIM; C.C.; PINHO; J. C.C., MACHADO, D.Q. Ações do Conselho Federal de Contabilidade no Desenvolvimento da Contabilidade Brasileira. Curitiba : **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 2, p. 134-151, maio/ago. 2013. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rcc/article/view/31505/21249>>.
- CRC. Relatório de Gestão do CRC/ES do exercício de 2015. Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, 2016.

- CRC. Relatório final de Planejamento Estratégico CRC/ES. Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, abril/2016.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Escola de Comércio. **Diário da Manhã**, Espírito Santo, 12 set. 1912. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 10 dez.2015.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Escola Superior de Comércio. **Diário da Manhã**, Espírito Santo, p.1, 8 mar. 1932. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 10 dez.2015.
- DIÁRIO DA MANHÃ. Escola Superior de Comércio. **Diário da Manhã**, Espírito Santo, 14 jan. 1932. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 10 dez.2015.
- eMEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. **Ministério da Educação**. 2016. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>.
- ESCOLA GOMES CARDIM. A escola: identificação. **Escola Estadual de Ensino Médio Gomes Cardim**, 2016. Disponível em: < <http://escolaestadualgomescardim.com.br/>>.
- FAUSTO, B. **Historia do Brasil**. São Paulo : Edusp, 2006.
- FGV. Verbete biográfico: Dario Argilano. **Fundação Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro : FGV, 2016. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/darioargilano> >
- FILGUEIRAS, Alfredo Gonçalves. Ineditoriais Declaração. **Diário da Manhã**, Espírito Santo, 18 fev. 1932. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 10 dez.2015.
- FREITAS, Bartolomeu Bueno de. **Hermógenes – Contador e Professor**, 20 out. 2013. Disponível em: < <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/hermogenes-contador-e-professor.html> > . Acesso em:10 dez. 2015.
- FUCAPE. A Fucape. **Fucape Business School**, 2015. Disponível em: <http://fucape.br/institucional.php?sk=institucional>>.
- HISTÓRIA DO BRASIL. Capitâneas hereditárias. **História do Brasil.net**. 2016. Disponível em: < <http://www.historiadobrasil.net/capitaniashereditarias/>>.
- IJNS. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória : IJNS, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. de; RICARDINO FILHO, A. A. A primeira lei da sociedades anônimas do Brasil: Lei n. 1.083 – 22 de agosto de 1860. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo : USP. n. 29, p. 7-25, maio/ago, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34071/36803>>.
- JORNAL DO CRC/ES. 60 anos de evolução. **Jornal do CRC**. Vitória : Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, ano v, n. 41, set/out/Nov, 2006. Disponível em: <http://veracomunicacao.com.br/upload/files/informativo_crc1108251109220.pdf >.
- JUCESS. Sobre a JUCESS: histórico. **Junta Comercial do Estado do Espírito Santo-JUCEES**. Disponível em: <<https://www.jucees.es.gov.br/jucees/>>. Acesso em: 10 dez.2015.
- Leite, R. and Szuster, Nathan and Szuster, Fortunée, O Contador e o Imperador: A importância da evolução contábil na Era Mauá (1850-1860). **Social Science Research Network**. Working Paper, ago, 2015). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2627925> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2627925>>.
- MACEDO, F. C.; MAGALHÃES, D. F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, v. 16, n. 1, 2011. p.61-69. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2421/2214>>.
- MATINUZZO, J. A. **Junta Comercial do Estado do Espírito Santo 100 anos**: um século de portas abertas ao desenvolvimento capixaba. Vitória : Jucees, 2008.
- NEAAD. Ciências Contábeis. Secretaria de Ensino à Distância, 2008. Disponível em: < <http://www.neaad.ufes.br/ci%C3%A1ncias-cont%C3%A1beis>>.

- OLIVEIRA, J. T. de. **História do estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- PELEIAS, I. R; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração on line**. São Paulo : FECAP, v. 5, n. 3, p. 39-54, 2004. Disponível em: < http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf>.
- PORTAL CRC/ES. Portal. **Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo**. 2016. Disponível em: < <http://crc-es.org.br/>>.
- PORTAL ES. Notícias: JUCEES disponibilizará dados cadastrais de mais de 300 mil empresas. **Estado do Espírito Santo**. Disponível em: < <http://www.es.gov.br/Noticias/163218/jucees-disponibilizara-dados-castrais-de-mais-de-300-mil-empresas.htm>>.
- PORTAL SINDICONTÁBIL. História. Sindicato dos Contabilistas do Espírito Santo, 2016. Disponível em: < <http://www.sindcontabil-es.org.br/historia.asp>>.
- PORTAL SISTEC. Consulta pública das escolas e cursos técnicos regulares nos sistemas de ensino e cadastradas no MEC. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica**, 2016. Disponível em: < <http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/#>>.
- PORTAL UFES. Pós-graduação: mestrado. **Ciências Contábeis**, 2016. Disponível em: < <http://www.cienciascontabeis.ufes.br/pos-graduacao/PPGCC/hist%C3%B3rico>>.
- REIS, A. de J.; SILVA, S. L da. A história da contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**. UNIFACS : São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299/247>>.
- ROCHA, L. Materiais: Braz Rubim. 2012. Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/braz-rubim.html>.
- SÁ, A. L de. **Fundamentos da contabilidade geral**. Curitiba : Juruá, 2005.
- SÁ, A. L de. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.
- SÁ, A. L de. Origem da expressão contabilidade. Martermaq softwares. s. d. Disponível em: < <http://www2.masterdirect.com.br/448892/index.asp?opcao=7&cliente=448892&avulsa=6373>>.
- SANTOS FILHO, H. **Haroldo Santos Filho**: entrevista [2016]. Entrevistador: Carlos Roberto Vallim. Vitória, 2016. Entrevista concedida para elaboração de pesquisa.
- SOUZA, M.A. de. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo na Abertura da 1ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura. , 1913, p.43. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.
- TCONTAS. Erário régio (1761-1832). **Tribunal de Contas**. Disponível em: < <http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/historia/tc1761-1832.shtm>>.
- TIBÚRCIO, C; SALES, I; CORREIA, P. História da contabilidade: a criação do Conselho Federal de Contabilidade. **Blog Contabilidade Financeira**, 07 de out de 2013. Disponível em: <<http://www.contabilidade-financeira.com/2013/10/historia-da-contabilidade-criacao-do.html>>.
- VELTEN, J. G. Domingos Martins e a antiga estrada de Minas Gerais. **Blog Montanhas Capixabas**, 31 de maio de 2010. Disponível em: < <http://www.montanhascapixabas.com.br/index.php?x=coluna-&codColuna=15.....&codPost=128>>.
- VIDA CAPIXABA. Ensino Comercial. **Vida Capixaba**, Espírito Santo, 1925. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.
- VITÓRIA. Decreto 373, de 30 de agosto de 1929. Disponível em: < <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/consulta.cfm?id=65919>>.

Resgate da Memória Contábil no Estado de Goiás



Elizabeth Vieira Porto Pereira

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de Goiás



Sumário

Resumo	4
1. Introdução	4
2. Momentos da contabilidade brasileira	5
2.1. Períodos Históricos das Teorias e Escolas da Contabilidade	6
2.2. Quanto às Teorias e às Escolas.....	6
2.3. Prévia da Contabilidade no Brasil	7
3. Algumas faces da contabilidade pelo mundo	10
3.1 As faces dos Percussores da contabilidade no Mundo	10
3.2. As faces propulsoras da Contabilidade no Brasil	12
4. Formatação do Estado de Goiás	14
4.1. A Cidade de Goiás do Passado ao Presente.	20
4.2. Suspiros de Ansiedade em Goiás.	20
4.3 O acervo Contábil da Fundação Frei Simão Dorvi	26
5. Conclusão	39
Referências	40

Resumo

A presente pesquisa, fundamentada na história da contabilidade no Estado de Goiás, com o objetivo de apresentar como surgiram as primeiras manifestações contábeis no Estado. A pesquisa utilizou-se da pesquisa de campo no qual foi pesquisado o acervo da Fundação Frei Simão Dorvi, onde um levantamento minucioso dos documentos foram levantados e registrados. A pesquisa a partir deste ponto será contínua no sentido de apresentar maiores detalhes e conhecimento a respeito da contabilidade no Estado, pois através dos acervos encontrado será possível chegar a novas descobertas sobre a contabilidade do Estado.

1. Introdução

Será que é dada importância para o passado? Até que ponto é dada a devida importância para o passado das pessoas? Leva-se a sério a história das pessoas? E a profissão? Será que o indivíduo que desempenha determinadas profissões sabe como estas surgiram em sentido geral? E em particular, no seu ambiente mais restrito, país? Estado? Município?

Com tais indagações, o presente trabalho tem como objetivo geral descobrir como ocorreu as primeiras manifestações contábeis do Estado de Goiás;

Já como objetivos específicos:

- Apresentar uma prévia da história da contabilidade no mundo;
- Apresentar a emergência da contabilidade no Brasil;
- Contextualizar a emergência a contabilidade no Estado de Goiás.
- Levantar a cronologia dos Presidentes do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás com seus respectivos fatos histórico;
- Levantar as Instituições de Ensino Superior e técnicos do Estado;
- O desempenho dos discentes no Exame de suficiência anterior e Posterior aos instrumentos legais Lei nº 12.249/2010, com regulamentação da Resolução nº 1.486/15.

Existe, no ser humano, uma ânsia muito grande por saber sobre suas origens, de onde veio? Quem são seus pais? Seus ancestrais, ou seja, um respeito muito grande pelo seu passado, pois é através dele que cada indivíduo consegue se afirmar como elemento de identidade na sociedade e, por consequência, explicar e entender sua própria história, trajetória, sua formação moral, social e intelectual. E ainda, sobre seu passado, o homem é capaz de vislumbrar seu futuro e objetivos a curto e longo prazo.

Nesse mesmo sentido, é a profissão. Pode-se imaginar como ela surgiu e o que a torna tão relevante no contexto mundial, e mais restrito, em sua Cidade e Estado?

Sendo assim, estudar a história da contabilidade não é um assunto exaurido como imaginam muitos. Tal prova é que, a cada busca ou leitura mais aprofundada, é possível encontrar detalhes nunca vistos anteriormente e, assim, coincidir com as palavras já proferidas por outros autores, pesquisadores sobre o assunto. História é um algo cheio de mistérios que pode, a cada pesquisa e indagação, ter uma descoberta nunca imaginada. Na história da contabilidade, essa situação se reafirma a cada momento da história quando pesquisada.

- Latim historia, -ae, do grego historía, -as, exame, informação, pesquisa, estudo, ciência.
- substantivo feminino
- 1. Narração escrita dos fatos notáveis ocorridos numa sociedade em particular ou em vá-

rias.

- 2. [História] Período do desenvolvimento da humanidade após o aparecimento da escrita.
- 3. Ciência ou disciplina que estuda .fatos passados.
- 4..Sequência de .fatos ou .ações.
- 5. Relato desses acontecimentos. = ESTÓRIA, NARRAÇÃO, NARRATIVA.
- 6. Descrição dos seres da Natureza.
- 7. Estudo das origens e progressos de uma arte ou ciência. (historia”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/historia> [consultado em 26-12-2015].)

Silva e Martins (2011, p. 16) afirmam que o estudo da história da contabilidade tem como objetivo “meditar o passado, interrogando o futuro, para nos permitir antever o fim de algumas histórias e reconhecer o princípio de outras”. Nesse sentido a contabilidade se faz no processo de apresentar-se, concomitantemente, com o desenvolvimento da humanidade apresentado através de suas técnicas, evidenciando os elementos que pertencem a um indivíduo, e que, através desse processo, é possível projetar ações que irão ser executadas em um prazo curto ou longo de acordo com a necessidade dos envolvidos. Com esse raciocínio, que é contábil, a história da contabilidade também pode ser vista e utilizar-se para o seu próprio desenvolvimento social e econômico, tendo o momento em que ela é observada.

Mesmo sendo a história de uma profissão, mesmo que seja referente ao desempenho de uma atividade operacional, não deixa de ser uma história, e como toda e boa história, ela deve ser contada com entusiasmos, deve ser regada de informações consistentes, tornar-se cativante e saborosa para os leitores, imaginando que seria uma narrativa que atrairia as crianças, e que, no seu entusiasmo, arregala os olhos quando o leitor diz: Era uma vez....

Deveria ser assim o entusiasmo dos profissionais de contabilidade para com a sua profissão, saber a quantas existirá sobre aquilo que escolheram para atuar em suas vidas, entender como se projetou e se projeta a profissão no decorrer do desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, parar e imaginar como surgiu a contabilidade no Estado de Goiás, como ela iniciou, através dos fatos constitutivos do Estado, desde os seus primeiros manifestos, é algo a ser resgatado e divulgado.

Sobre as trilhas do descobrimento do Estado de Goiás e sua formatação social, se envereda o descobrir a contabilidade e sua trajetória. Sendo assim traz aqui como eram executados os registros contábeis desde o século XVII até o século XXI, como eram feitos os primeiros livros diários? Os livros, razão, o controle de estoque, como funcionava a engrenagem contábil que tanto se diz ferramenta de gestão.

Trata-se aqui da instalação do Conselho Regional de Contabilidade sua ruptura com o Conselho regional de Contabilidade de Minas Gerais, e a sua formação como classe profissional desde os registros de técnicos aos contadores.

2. Momentos da contabilidade brasileira

A história da contabilidade vista a partir de períodos que foram identificados em conformidade com a civilização é importante para o contexto da humanidade e da profissão, pois é através deles que a contabilidade pode se observar e projetar para no espaço e no tempo.

Nos períodos antes de Cristo, algumas civilizações são destaque como a Índia, China, Egito, Fenícia, Israel, Pérsia, Assíria, Grécia e Roma. Nesse sentido, estudiosos diversos dividiram e identificaram a História da Contabilidade em período e escolas, dando, assim, destaque para Frederigo Melis, Tolstoi C. Klein, Francisco D`Auria e Antônio Lopes de Sá.

2.1. Períodos Históricos das Teorias e Escolas da Contabilidade

Quadro 01- Comparativo dos Períodos da História da Contabilidade

Períodos da História da Contabilidade			
Frederigo Melis	Tolstoi C. Klein	Francisco D`Auria	Antônio Lopes de Sá.
1º Período – História Antiga ou da Contabilidade empírica.	Pré – História	Contabilidade Primitiva – Pré-história e Arqueologia	Intuitivo Primitivo
2º Período- História Média ou da sistematização da Contabilidade	Fase Primitiva ou primeiro período	Antiguidade até a Era Cristã.	Racional Mnemônico
3º História Moderna ou da Literatura da Contabilidade.	Fase antiga ou segundo período	Antiguidade e Idade Média	Lógico Racional
4º Período- História Contemporânea ou Ciência da Contabilidade	Fase moderna ou terceiro período	Período Estacionário(Idade Média)	Literatura
	Fase contemporânea ou quarto período	Primeira Sistematização Século XV	Pré- científico
		Período de Consolidação- Séculos XVI a XVIII	Científico
		Atualidade XX	Filosófico- Normativo

Fonte: Martins e Silva, 2011. Adaptado

2.2. Quanto às Teorias e às Escolas

A aceitabilidade de Teoria Patrimonialista e a Teoria Neopatrimonialista reconhecida até o momento possui um caminho longo que fora percorrido desde a antiguidade e que foi identificado e nomeado em conformidade com o tempo e espaço e conhecimento do homem na sua capacidade

de dar identidade para os eventos que que aconteceram.

Neste sentido, o surgimento de corrente e teoria que diz respeito da contabilidade se dá a partir destes indivíduos que em conjunto anseiam pelos mesmo interesses, ou por outros que em desacordo questionam as ideias existentes fazendo assim o nascedouro ou mortalidade de alguns acontecimento ou in formações da gênese da contabilidade.

Para o Estado e Goiás, desde a sua formatação com sociedade ainda a de se enveredar no.

Sendo assim no Estado de Goiás apesar de possuir algumas Instituições de Ensino Superior com alto nível em pesquisa não foi possível perceber que existente grupo ou manifestação de corrente científica advinda do Patrimonialismo que é xxxx cunha o conhecimento a Ciências Contábeis.

Através destes autores foi fecundado algumas teorias contábeis, correntes científicas ou Escolas, e a partir destas é que foi possível construir as teorias e as correntes científicas que os contadores utilizam para apreciar ou até mesmo discordas do que se é feito como atividade operacional na atuação contábil.

Dentre as teorias a de maior destaque no Brasil a Teoria Patrimonialista, que abre precedente para a Teoria Neopatrimonialista, ressalta-se que no Estado de Goiás ainda não existe uma materialidade de Estudo Científica por alguma Teoria ou Escola contábil. Existe um projeto embrionário na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC- Goiás) sobre a formação e Grupos de Estudos em Contabilidade.

Quadro 02- Teorias e Escola da contabilidade

Teorias	Escolas
Teorias das Cinco Contas	Escola das Cinco Contas
Teorias Personalística	Escola Cerboniana
Teoria Materialística	Escola de Veneza
Teoria Matemática	Escola Nova
Teoria Econômica	Escola Patrimonialista
Teoria Patrimonial	Escola Norte-Americana
Teoria Positiva	
Teoria da Funções Sistemáticas	

Fontes: Martins e Silva, 2011. Adaptado

2.3. Prévia da Contabilidade no Brasil

Ao ser mencionada a evolução da contabilidade no Brasil, há de se ressaltar que, em sua evolução, o seu caminho está interligado com economia. (CHIROTTO, PELEIAS, SEGRITI E SILVA, 2007, p. 20), pois a contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades, independente do período ou atividade a que ela será utilizada.

Para tanto, em falas diferentes sobre contabilidade, será referida sempre a nomenclatura “economia”, pois esta diz respeito ao significado da palavra em seu sentido mais abrangente, como realmente é visto no mundo dos negócios, “economia - ciência que trata dos acontecimentos ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços; Sistema produtivo de um país; contenção nos gastos ou ausência de desperdícios” (HOOG, 2012, p.157) e a contabilidade está nesse sistema como instrumento de registro e de controle das informações.

Tendo como marco a vinda da família Real para o Brasil, autores como Peleias e Bacci (2004) consideram a contabilidade interligada com a economia, isso se refere ao que, até esse momento, que é século XVII, a contabilidade ainda não era vista ou conceituada como ciência social, e sua menção

até esse momento era apenas para o registro e controle das riquezas existentes.

O início do século XIX para o Brasil é marco para o desenvolvimento da contabilidade. Portanto alguns acontecimentos serão apresentados através de uma prévia cronológica que também envolve a Contabilidade brasileira e, por consequência, esses eventos ocorrem no Estado de Goiás e, em um segundo momento, serão relacionados:

Quadro 03- Cronograma dos Principais eventos da Contabilidade Brasileira

Ano	Descrição
1530	
1804	José da Silva Lisboa- Visconde de Cairu publica os Princípios de Economia Política.
1808	Em 23 de Agosto cria-se a Real Junta de Comercio, Agricultura, Fabricas e Navegação. Primeira menção oficial à escrituração e relatórios contábeis feitas pelo príncipe Regente D. João VI ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Criam-se a Intendência e a Controladoria da Marinha; A Carta Régia cria a Casa da Moeda.
1809	Pelo Alvará de 15 de Julho é oficialmente criado o ensino de contabilidade no Brasil- Aula de Comércio Intitulada de “aulas práticas”. Visconde de Cairu apresenta o Sistema de Direito Comercial em conjunto como o Primeiro Estudo sobre Economia Política no Brasil.
1833	É escrito a obra “A metafísica da Contabilidade Comercial” escrita por Estevão Rafael Carvalho, obra que divulgava o método das partidas dobradas e por consequência propunha a elevação da contabilidade á condição da Ciência.
1846	O Decreto nº 456 de 23 de Julho cria o regulamento das aulas de Comércio com duração de dois anos tendo como requisitos exames finais com abrangência nas disciplinas de Matemática, Geografia, Economia Política, Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais.
1850	Através da Lei 556 de 25 de Junho, é promulgado o primeiro Código Comercial Brasileiro que traz a obrigatoriedade de manter a ordem uniforme nos registros contábeis e o levantamento dos Balanços Geral ao final de cada ano.
1852	Sebastião Ferreira Soares, escritor e defensor da Contabilidade com ciência exata e de informação publica por sua conta a obra Tratado de Escrituração de Mercantil por Partidas Dobradas Aplicadas a Finanças do Brasil.
1856	É criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro.
1860	Em 22 de Agosto, é promulgada a Lei 1.083, cuja função era corrigir alguns problemas do Código Comercial de 1850, com esta lei, torna-se obrigatório a publicação e enviar ao governo em prazos estabelecidos em regulamento, os balanços demonstrações e documentos por este determinado. A Lei apresentada foi considerada a primeira Lei das Sociedades por Ações no Brasil.
1863	O instituto comercial do Rio de Janeiro passa a oferecer a disciplina Escrituração Mercantil, tendo como objetivo qualificar seus alunos para o exercício da Escrituração Contábil.
1870	É reconhecido oficialmente como Associação da Corte pelo Decreto Imperial nº 4.475. Com este torna a função de guarda-livros uma das primeiras profissões liberais regulamentadas no Brasil.
1884	No interior de São Paulo em São Carlos, o Cel. Paulino Carlos Arruda Botelho contrata o engenheiro Estanislau Kruszynski como professor de seus filhos. Estes fatos ocorrem por ser um estudioso das Ciências Econômicas e profundo Conhecedor de Contabilidade. Iniciou o Curso de Contabilidade Agrícola Mercantil e Industrial baseado no método das partidas dobradas e na teoria de personalização das contas conhecidas como Logismagrafia de Giuseppe Cerboni e Giovanni Rossi.
1890	A Escola Politécnica do Rio de Janeiro passa a oferecer a Disciplina de Direito Administrativo e Contabilidade, disciplina esta que relacionava a escrituração mercantil entre contabilidade e Direito.

1892	Em São Carlos, foi instalado um sistema de Contabilidade Pública que já utilizava os métodos das partidas dobradas, levando em consideração as características patrimonial e financeira e orçamentária para prefeitura do Município. Esse processo foi delineado por Carlos Carvalho que primeiro atuou como guarda-livros e depois se tornou contador municipal.
1897	Surge o curso de Escrituração Mercantil editado por Antônio Tavares Costa.
1905	Foi implantado no Tesouro Nacional o método de escrituração de Kruszynsk.
1911	16 de Dezembro criação da Revista Brasileira de Contabilidade
1912	Com a criação da Contadoria Central, o método de Kruszunki tornou-se padrão no Brasil.
1915	Carlos de Carvalho, discípulo de Estanislau Kruszynski, tem sua segunda edição do Estudo de Contabilidade, onde procurava demonstrar os problemas relativos à escrituração contábil e à implantação do sistema de partidas dobradas.
1916	Criação do Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais e a Associação dos Contadores em São Paulo; Criação do Instituto Brasileiro de Contabilidade no Rio de Janeiro;
1919	Fundação do Instituto Paulista de Contabilidade;
1924	Ocorre o I Congresso Brasileiro de Contabilidade;
1927	Fundação do Instituto Mineiro de Contabilidade;
1928	Criação do Instituto Fluminense de Contabilidade;
1929	Fundação em São Paulo da Associação Internacional de Contabilidade;
1931	Fundação da Câmara dos Peritos Contadores no Instituto Brasileiro de Contabilidade; Fundação da Associação Pernambucana de Contabilidade; Fundação do Instituto Matogrossense de Contabilidade;
1932	Fundação da Associação Mineira de Contabilidade; Ocorre o II Congresso Brasileiro de Contabilidade;
1933	Fundação do Instituto Riograndense de Contabilidade;
1934	III Congresso Brasileiro de Contabilidade;
1937	IV Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1950	V Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1953	VI Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1961	VII Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1969	VIII Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1973	IX Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1976	X Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1980	XI Congresso Brasileiro de Contabilidade
1985	XII Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1988	XIII Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1992	XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade.
1996	XV Congresso Brasileiro de Contabilidade.
2000	XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade.
2004	XVII Congresso Brasileiro de Contabilidade.
2008	XVIII Congresso Brasileiro de Contabilidade
2012	XIX Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Fonte: (BACCI e PELIAS e (MARTINS & SILVA, 2011)) Adaptado 2015.

3. Algumas faces da contabilidade pelo mundo

Alguns rostos foram fundamentais para o desenvolvimento da Contabilidade, pois contribuíram com suas experiências e vislumbre na formação das teorias, correntes científicas e também a criação das escolas contábeis.

Esses homens, cada um no seu tempo, foram responsáveis por disseminar ou até mesmos propor mudança de comportamento na contabilidade e na sociedade e, nesse sentido, contribuíram também com o Estado de Goiás.

3.1 As faces dos Percussores da contabilidade no Mundo

A relação a ser apresentada é fundamentada em obras como História do Pensamento Contábil. Com ênfase na Contabilidade Brasileira de Antônio Carlos Ribeiro da Silva e Wilson Thomé Sardinha Martins, História do Pensamento Contábil de Paulo Schmidt e A Evolução da Contabilidade de Antônio Lopes de Sá por estas obras podem se conhecido e divulgado os personagens que contribuíram para que a contabilidade chegasse em tal posição que se encontra hoje na econômica , como pedra angular para tomada de decisão.



Benedetto Cotrugli nasceu em 1416, na Croácia, e foi o inventor de um dos primeiros manuscritos que tratavam das Partidas Dobradas (em 1458), este autor se destaca por ser ele o primeiro a manifestar as informações contábeis.



Luca Bartolomeo de Pacioli, nascido em 1445, foi um monge franciscano e célebre matemático italiano. Em 10 de novembro de 1494, foi descrito por ele, pela primeira vez, no livro “Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità” (Conhecimentos de Aritmética, Geometria, Proporção e proporcionalidade), no capítulo “Tractatus de Computis et Scripturis” (Contabilidade por Partidas Dobradas), o famoso Método das Partidas Dobradas.



Federigo Melis nasceu em 14 de agosto de 1914 em Florença, na Itália. Em 1950, publicou o livro “Storia della Ragioneria” (História da Contabilidade), um livro de história da cultura italiana dos séculos XIII e XV. Esta obra foi muito estudada e divulgada por autores renomados (como o professor Dr. Antônio Lopes de Sá) a partir da segunda metade do século XX.



Fabio Besta, nasceu em 1845 em Teglio de Valtellina na Lombardia, já separada da Suíça. Em 1868 graduou-se em Contadoria pelo Instituto Técnico Comercial de Sondrio e em 1872, dedicou-se à docência na Escola Superior de Comércio em Veneza, conhecida com Ca' Foscari.



Francesco Villa nasceu em 1861 na cidade de Milão na Itália. Foi Diplomado como Contador e Agrimensor. Em 1840, publicou sua principal obra Lá Contabilità applicata alle amministrazioni private e pubbliche. Edição de Angelo Monti Milão.



Jean Dumarchey nasceu na França em 1874. Considerado como um dos grandes teóricos francês da primeira metade do Século XX. Dedicou-se à docência na Universidade de Lyon. Autor da Teoria Positiva da Contabilidade. 1914 publicou Théorie positive de la Comptabilité .



Eugen Schmalenbach nasceu em 1873 na Alemanha. Desde cedo trabalhava no comércio, tornou-se administrador das principais operações comerciais e responsáveis pelo registro contábil e previsão de custo. Aos 25 anos, foi admitido como aluno no Colégio Comercial de Leipzig. Estudou Economia na Universidade de Leipzig. Dedicou-se aos estudos da empresa e o resultado, lança a ideia fundamental de fluxos de ou comparação de diversos estados patrimoniais com destaque para custo. Obra calorosa Balanço Dinâmico.

Gino Zappa nasceu em Milão em 1879, mesmo local onde iniciou os estudos técnicos da área contábil. De 1903 a 1905, frequentou a Escola Superior do comércio de Veneza, onde recebeu o atestado de licenciado em ciências aplicada ao comércio após três anos e, no quarto ano, foi diplomado como contador. Iniciou sua vida na docência no Instituto Técnico de Rovigo, depois transferiu para Gênova, lecionando no Instituto Superior de Economia e Comércio. Teve grande sobressalto no discurso científico da ciência aziendalista. Tendências Novas no Estudo da Contabilidade.



Vincenzo Mais nasceu em 1883 na cidade de Rimini, na Itália. Sua primeira manifestação pública sobre patrimonialismo foi em um artigo divulgado em junho de 1926 na Revista Italiana de Contabilidade sob o título de La Ragioneria come scienza del patrimonio (A Contabilidade como ciência do patrimônio)

3.2. As faces propulsoras da Contabilidade no Brasil

Da mesma forma que, em nível mundial, existem profissionais que contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade. No Brasil profissional da área contábil e áreas afins contribuíram para o desenvolvimento contábil no país. Não existem maiores percursos para o desenvolvimento, mas um conjunto de pessoas que comungam do desenvolvimento para benefício futuro.

No Brasil, a cronologia da contabilidade se abarcou na Teoria Patrimonialista, porém somente a teoria Neopatrimonialista é que realmente nasceu em solo brasileiro a partir de Antônio Lopes de Sá e seus seguidores.



Antônio Lopes de Sá nasceu em 1927 em Belo Horizonte, faleceu em 2010, contador, economista, técnico em administração é catedrático do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis de Belo Horizonte- \MG, e Livre-docente e Doutor da Faculdade de Ciências Econômica da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Deixa um legado de 160 obras técnicas científicas. Autor da Teoria Neopatrimonialista.

Alberto Almada Rodrigues, Guacho de São Luís Gonzaga, radicado há mais de 60 anos no Rio de Janeiro. Graduado em Contabilidade e Atuária em 1942; Ciências Políticas do Rio de Janeiro pela Universidade Cândido Mendes; Ciências Econômica; Administração e Jornalismo. Doutor em Ciências Contábeis e Atuária. Dentre sua obras, em 1958 publica o livro Estrutura e Análise de Balanços de Seguros e Capitalização em três volumes.



Américo Matheus Florentino nasceu na Paraíba em 06 de Dezembro de 1929, faleceu em 10 de Junho de 2008. Perito contador, Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Ciências Econômica da Universidade do Brasil, e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Um número expressivo de obras publicadas, demonstrando grande conhecimento e contributo científicos, principalmente em Seguros Privados e Capitalização.

Carlos Carvalho, nasceu na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, em 12 de agosto de 1866. Suas atividades profissionais tiveram início na Exatoria da Receita Federal na cidade de São Carlos (SP), onde passou a exercer mais tarde as mesmas atividades para o Estado de São Paulo.

Em 1905, ocorreram dois fatos importantes para a vida profissional de Carlos de Carvalho: a encampação da Estrada de Ferro Sorocabana e a valorização do café pelo Convênio de Taubaté. Ele foi convidado pelo generoso Estadual para acompanhar essa duas operações e para iniciar a reforma do sistema de escrituração contábil do Tesouro do Estado. Nomeado Diretor da Contabilidade dessa repartição, implantou o sistema de partidas dobradas em todas suas divisões.



Francisco D'Auria nasceu em São Paulo a 15 de Julho de 1884, morreu em São Paulo, com 74 anos de idade, em 6 de fevereiro de 1958. Foi professor da Escola de Comércio Álvares Penteado, Escola Técnico-comercial do Instituto Brasileiro de Contabilidade – Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro dentre outras. Escreveu um número expressivo de livros de áreas afins. Tendo sua primeira obras A letra de Combio na Contabilidade, publicado em 1917.



Frederico Hermann Júnior, nasceu em São Paulo em 03 de Setembro de 1896, faleceu em 18 de maio de 1946, diplomado pela Escola de Comércio Álvares Penteado, em 1917 inicia o magistério na mesma escola de formação. Em 1932 já publica sua primeira obra Tratado de Contabilidade Industrial; em 1936 é editado a primeira edição da Obra Contabilidade Teoria que hoje é intitulado em Contabilidade Superior- Teoria Econômica da Contabilidade.



George Sebastião Guerra Leone, nascido em 20 de Janeiro de 1929, frequentou a marinha no qual teve passagem honrosa. Ingressou na Fundação Getúlio Vargas como Escriturário datilógrafo.

Pela Faculdade Nacional de Economia e da Escola de Administração fez dois cursos Superiores o de Estatística e Matemática Atuarial. Grande destaque pela pesquisa em custo devido à sua experiência em entidades privadas e em relacionar com a docência.



Hilário Franco nasceu em 09 de Dezembro de 1921 em Itapira, Estado de São Paulo, faleceu em 22 de Dezembro de 2000. Contador e Economista, Administrador. Professor Emérito pela Faculdade de Ciências Econômica de São Paulo da FECAP. Grande destaque em várias disciplinas e por vários artigos e estudos realizados. Destaque para obras da contabilidade Geral; Análise de Balanço e Contabilidade Comercial.

João Luiz dos Santos, nascido em 05 de Abril de 1860 em Pernambuco, faleceu em 13 de Abril de 1951 no Rio de Janeiro. Exerceu a função e contador e gerente do antigo Banco de Pernambuco. Obras de grande relevância: Perícia em Contabilidade Comercial e Ensaio sobre Análise de Balanços e Investigações em Matéria Contábil.



José Amado Nascimento nasceu em 01 de Agosto de 1917, em Aracaju, no Estado de Sergipe. Formou em Contabilidade em 1934, na Escola Técnica de Comércio Conselho Orlando. Grande destaque e seguidor da escola patrimonialista. Destaque com publicações e participações ativas na Revista Brasileira de Contabilidade e nos Congresso Brasileiro de Contabilidade.



Olivio Koliver nasceu em Porto Alegre em 12 de Janeiro de 1937. Foi Oficial, bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Politécnica e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1958; Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade Ciências Econômicas de São Leopoldo em 1964. Experiência em áreas da consultoria, assessoria, controle interno, contabilidade de custo.

4. Formatação do Estado de Goiás

A profissão contábil acompanha o desenvolvimento da humanidade e, nesse mesmo sentido, se diz sobre a formatação que se dá ao Estado de Goiás, visto pelo olhar dos fatos contábeis que se manifestavam de acordo com o tempo envolvido, aqui delimitado pela obra de Luiz Palacin e Maria Augusta de Sant’anna Moraes, enredado pela obra História de Goiás (1722-1972), e por Laurentino Gomes, com suas obras: 1808 Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil; 1822 Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil- um país que tinha tudo para dar errado e 1889 Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e Proclamação da Republica no Brasil.

Ao período que envolve todo o surgimento do Estado de Goiás, nos permite visualizar alguns fatos que simultaneamente trazem consigo situações de seu desenvolvimento cultural como também dos eventos contábeis que no período ocorriam. Neste sentido, as Bandeiras como ficaram conhecido às expedições que possuíam como objetivo o desbravamento de regiões ainda não desbravadas e que possuíam algum tipo de riqueza a ser oferecida a cora Portuguesa, que neste caso fora o ouro nessa época, o objeto de desejo que tanto contribuiu para virem ao Estado.

...era uma expedição organizada militarmente, e também uma espécie de sociedade comercial. Cada um dos participantes entrava com uma parcela da capital, que consistia ordinariamente em certo número de escravos,... é costume dizer que o descobridor de Goiás foi Anhanguera. Isto não significa que ele fosse o primeiro a chegar à região, mas sim ele foi o primeiro a ir a Goiás com intenção de fixar nas terras,... (MORAES E PALACIN, 2008, p. 20-21).

Mas vale ressaltar que inúmeros eventos antes e a partir desse período demonstram a manifestação contábil, porém, por questões formais do presente estudo, não serão, em sua totalidade, apresentados, mas aqueles que foram possíveis comprovar para então garantir um a base científica das informações contábeis neste período colonial.

A partir da Bandeira de Anhanguera, visualiza as primeiras manifestações contábeis do Estado, ou seja, quando os registros das riquezas eram feitos para favorecer o controle da Coroa de Portuguesa, pois ela extraía do Brasil boa parte de seus itens de uso e consumo, tornando o país essencial para manter a burguesia (GOMES, 2007), podendo cogitar que a contabilidade, em seus primeiros períodos, no Brasil, estava para atender as atividades públicas e religiosas por serem os maiores detentores de riqueza no período.

Bartolomeu Bueno da Silva, experiente sertanista, era cego de um olho. Talvez deste defeito físico venha seu apelido “Anhanguera”, de origem e significado discutidos. Quase todos

os sertanistas eram apelidados pelos índios. Quanto ao fato de haver ateadado fogo num prato de aguardente para amedrontar os índios, a fim de que lhe mostrassem as minas, não se tratava de original. Era um artil comum próprio dos exploradores (MORAES E PALACIN, 2008, p. 20-21).

O processo de formação das Bandeiras ocorria por interesse comum entre pessoas com certo relacionamento e posse, esse conjunto de indivíduos eram responsáveis por formatar e escolher os seus integrantes que completariam grupo. A identidade da bandeira poderia receber o nome da pessoa responsável por ela. Mas, para que a bandeira pudesse cumprir seu objetivo era necessário que o Rei concedesse uma licença e esta fosse financiada por seus constituidores, tendo também parte do processo alguns acordo a serem cumpridos quando do regresso da mesma.

No Brasil, sempre que o Rei concedia licença às bandeiras para buscarem ouro ou prata- ou outros metais preciosos-exigia que pagassem o quinto, segundo a lei do reino. O direito do Rei ao quinto ninguém discutia, embora muitos mineiros pensassem evitá-los, mediante contrabando.

O contrabando consistia em passar fraudulentamente o ouro para fora da capitania- ou do país- sem pagar impostos. Sabe-se que o contrabando sempre foi bastante alto, embora não se possa determinar a cifra que alcançou. Em Goiás, parece que foi mais praticado no norte que na região sul, possivelmente por ser menor a vigilância naquelas regiões afastadas (MORAES E PALACIN, 2008, p. 38).

O quinto foi uma das manifestações referentes à obrigação tributária da época que contribuiu para a materialidade contábil, pois os envolvidos tanto no mercado de Goiás e de outras regiões com a atividade de exploração de metais preciosos, estavam obrigados a recolher a coroa. Esse recolhimento era executado sobre duas óticas, ou seja, tinham duas bases de cálculo, assim dito, hoje, em ínterim, do século XXI, por antecipação, tendo como base de cálculo a quantidade de escravos pertencentes a um indivíduo.

De duas formas foi cobrado o imposto do quinto em Goiás: a capitação e o quinto propriamente dito.

A capitação foi uma forma de cobrar instituída precisamente por temor ao contrabando. As autoridades pensaram que era mais fácil ocultar o ouro que os escravos, e determinaram que, em vez de pagar-se pelo ouro extraído, pagar-se-ia o imposto pelo número de escravos; o dono do escravo pagaria uma quantidade fixa por escravo que tivesse independente de sua ocupação e rendimento.

Este sistema de cobrança do quinto esteve em vigor por 16 anos de 1736 a 1751. Depois foi abolido, pois os mineiros reclamavam que era injusto que todos pagassem o mesmo: o dono de uma lavra muito rica, em que o rendimento do escravo era alto, e o que trabalhava uma “data” mais pobre ou meio esgotada, que mal dava para pagar o custo do escravo (MORAES E PALACIN, 2008, p. 38-39).

Tendo como outra forma de base de cálculo para o quinto, que já existia no período colonial, o quinto direto, onde o pagamento ocorria mediante cobrança direta pela retirada do ouro em pó e para sua comercialização fora das mediações a qual ele pertencia, deveria ser levado às Casas de Fundições, que eram órgãos públicos de responsabilidade da coroa, sendo que ele reformava material bruto em barra e o certificava e, aí sim, poderia ser utilizado a bel prazer de seus proprietários. Ressalta-se que, nesse momento de transformação, a parte que pertencia à coroa já ficava sobre sua guarda, podendo imaginar que essa retirada seria um retido na fonte para a atual geração de receita que se tem hoje.

O ouro em pó retirado das minas corria como moeda da capitania. Tudo se comprava ou se vendia não como moeda cunhada, mas com o ouro em pó pesado em pequenas balanças. Porém, quando o mineiro ou comerciante queria levar seu ouro para fora da capitania, tinha que quintá-lo: levava-se o ouro para a Casa de Fundição, onde se retirava o quinto o Rei e o resto era devolvido ao proprietário, fundido em barras com um carimbo e uma guia para ser exportado. Na capitania de Goiás havia duas Casas de Fundição: uma delas atendia a produção do Sul e situava-se em Vila Boa e a outra em São Feliz, para atender ao norte (MORAES E PALACIN, 2008, 39).

A formação profissional dos contadores de Goiás não diferiu de outras profissões advindas da necessidade de subsidiar os negócios da coroa. Sá (2007) evidencia, por suas obras, que a contabilidade é fruto do próprio desenvolvimento do homem, e de sua consequência evolutiva.

A história de Goiás, na sua primeira manifestação, traz como subsistência a extração das riquezas naturais, e o seu comércio era fomentado exclusivamente por esses recursos naturais. O Pau Brasil era um dos elementos retirados do Brasil e levado para Portugal (GOMES, 2007), em especial, ouro e outros metais em Goiás foram retirados também e enviados para a coroa (MORAES E PALACIN, 2008).



**Figura 1 - MAPA DA CAPITANIA GOYAZ
pg. 25 (2008)**

Nesse período que se refere ao descobrimento do Estado de Goiás, alguns acontecimentos relacionados à vida da família real para o Brasil, acabam se convergindo as informações que eram geradas e guardadas por profissionais que eram escolhidos por serem de confiança da coroa, ficando a cargo desses os registros e guarda dos bens (GOMES, 2007).

Segundo Tolstói C. Klein em uma obra intitulada como História da Contabilidade no ano de 1954 apresenta a evolução das Ciências Contábeis em quatro fases no Brasil, utilizando esta obra foi traça um paralelo referente ao que se identificou sobre período da contabilidade no Brasil com relação ao acervo da Fundação Frei Simão Dorvi.


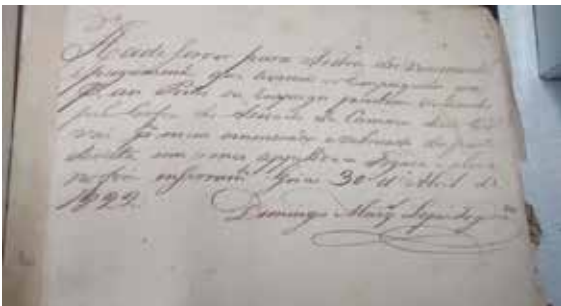
A Fundação Frei Simão Dorvi localizada na Cidade de Goiás é uma das entidades no Estado que possui um acervo de grande relevância no qual possui documentos datados de desde o ano de 1700


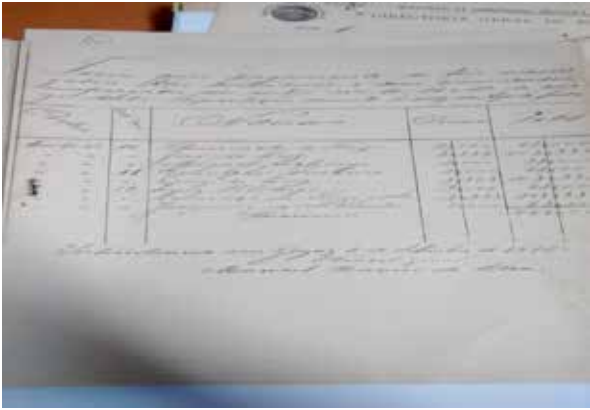
que demonstram a utilização da contabilidade para dar suporte e controle das riquezas do país, principalmente aos produtos que eram extraído daqui do Estado e levados para Portugal e também aqueles produtos que eram extraídos para uso e manutenção da realeza que se instalação na região.

O quadro 04, portanto veem a tratar do acervo encontrado na Fundação Frei Simão Dorvi, onde foi possível ter contato com vários documentos contábeis que podem ser identificados por livro diário, razões, ficha de controle de estoque, livros de registro de funcionários, balanços patrimoniais e outros.

Em alguns casos, como os documentos entre os anos de 1722 até 1822, foram redigidos de forma textual, para descrever fatos ocorridos e por estas características a sua preservação ocorreu de forma consolidada e encadernada em ordem alfabéticas, ou seja, para os eventos que havia a descrição de uma operação de venda, este documento ficava em um livro da letra “V”, portanto está foi a forma mais segura encontrada pelo seu curador o Frei Simão Dorvi para manter os documentos e até mesmo apresentar a lógica dos documentos.

Quadro 04. Comparativo entre a informações de Klein e acervo Frei Simão Dorvi.

Fases de Klein	Acervo Fundação frei Simão Dorvi
<p>Primeira Fase. Período Antigo. (1789 a 1885)</p>	<p>Livro de Provisões no qual consta as obrigações referente a funcionários e transações de mercadorias da época, documentos datados desde o ano de 1787 a 1839.</p>  <p>Capa do livro que contém os documentos referente as provisões da época. Capa foi providenciada pelo Frei Simão Dorvi como forma de conservação da documentação.</p>  <p>Texto descritivo de folha de vencimento e pagamento para um empregado. Neste período os livros possuíam o registro através de texto, no qual o descritivo do evento ocorria para demonstrar ordem e controle da informação pertinente a entidade publica do período.</p>

<p>Segunda Fase – Período Moderno (1866-1920)</p>	 <p>No ano de 1898, todo comércio formal ou informal deveria passar pela vista do governo, o documento apresentado e que se encontra na Fundação Frei Dorvi é um Mapa de Registro de abatimento de rezes que ocorria no abatedouro da cidade.</p> <p>Este Mapa possui semelhança como os Mapas de Controle de Estoque utilizados pela contabilidade contemporânea.</p> <p>Além das atividades agropecuárias que eram controladas pela cora, o comércio informal de venda de quitandas na cidade, extração e carregamento de lenha e água também era necessária pagar um licença pode então comercializar seus produtos.</p>
<p>Terceira Fase. Período Moderno e Contemporâneo (1896-1946)</p>	 <p>Livro de controle de pagamento de gado efetuado pelos contribuinte da época; Documento constante no acervo da Fundação Frei Simão Dorvi.</p> <p>Através dos documentos inferir que o Mapa de controle de estoque acima apresentado seja parte de documentos utilizados pelos para gestão de custo agropecuário.</p>

<p>Quarta Fase. Filosofia da Contabilidade (D'Aurea.) 1884- 1958</p>	<div data-bbox="598 145 1177 616" data-label="Image"> </div> <p>A quarta fase conhecida como da Filosofia trás D’Aria como Ponto de referncia, e uma nova forma de ver contabilidade. Foi a partir deste período que a contabilidade passou a ser vista como ciencias sociais, ou seja, parte integrante da célula social, e cada vez mais sendo responsável por informar e contribuir na geestão das atividades,. Neste período a contabilidade estava mais voltada para a gestão pública do que para gestão empresarial.</p> <p>O documento apresentado pertence a um determinado órgão público da Cidade de Goiás, neste registrado todos os gastos ocorridos com transpote e que deveriam ser controladaos para melhor verificar a arrecadação no perido.</p> <p>Este domentos remete-se a um livro diário, com devidas identificação de entrada e saída.</p> <div data-bbox="582 1041 1200 1550" data-label="Image"> </div> <p>A Guia aqui apresentada refere-se ao pagamento de imposto territorio do periodo de 1814. Ao lado esquerdo e superior do documentos veio apresentado os artigo 49 e 55 que represta o emvbasamento legal do documento..</p>
---	--

Fonte: Adaptado pela Autora (Fundação Frei Simão Dorvi e Silva. Martins 2011).2015

Durante o século XVII, o Brasil passou por inúmeros manifestos de sua formatação geográfica, social e política. Nesse sentido, após a chegada da família real no Brasil, que serve como ponto de partida de toda essa estruturação, o Estado de Goiás também se formata para atender o que seria uma organização tem-se então as capitánias.

Capitanias- As Capitanias hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Esse sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capitanias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária). (MORAES E PALACIN, 2008, 39).

4.1. A Cidade de Goiás do Passado ao Presente.

Cidade de Goiás, para muitos, ainda Goiás Velho, está localizada a 131 km da capital Goiânia, possuem aproximadamente 24.439 habitantes, com uma área territorial de 3.108.019 km², sua economia está pautada na produção agropecuária e no turismo (IMB, 20015), a cidade possui 278 anos.

A cidade possui grande importância no cenário do Estado, por ser uma das cidades mais antigas do Estado e, por consequência, contar com um dos maiores acervos históricos do Estado e do país, tendo sete museus com acervos datados a partir do século XVII.

Os museus, que estão à disposição para visitação e onde podem ser encontrados traços da contabilidade pela sua trajetória na história, destacam-se: Museu das Bandeiras; Museu das Artes Sacras; Museu da Casa de Cora Coralina; Museu do Palácio Conde Arcos; Museu e Atelier Goiandira do Couto; Museu da Polícia Militar; Museu da Boa morte; Igreja da Matriz Santana; Igreja da Boa Morte; Igreja do Rosário; Igreja de São Francisco; Igreja Santa Bárbara; Igreja da Abadia; Igreja Nossa Senhora da Aparecida; Igreja do Ferreiro e, ainda, um dos locais que mais chamou atenção devido ao seu acervo inatacável no que se refere à história da contabilidade é a Fundação Frei Dorvi.

4.2. Suspiros de Ansiedade em Goiás.

Andar pelos paralelepípedos da cidade de Goiás inicia-se de forma desprovida de qualquer intenção ou qualquer outro sentimento que indique expectativa intelectual ou mesmo abstrata. Nesse começo o trabalho, que se dá por instigação da origem da contabilidade, não se imaginava o que poderia ser encontrado na cidade.

Vale ressaltar que a cidade é aconchegada pelo estilo colonial, mantendo a originalidade desses estabelecimentos comerciais e residenciais, conforme existia no século XVIII.

A Figura 1 apresenta o Rio Vermelho e os casarões que ali ainda estão e são tombados como patrimônio. É conhecida como a parte antiga da cidade e mantém sua originalidade até o presente, ou seja, na figura 2, uma imagem moderna na qual foi possível perceber que ainda sim os casarões se encantaram em estilo colonial, suas ruas e travessas de pedra são ainda acessíveis para a comunidade e turistas.

Fonte: <http://pousadadosol.net.br/cidade-de-goias>

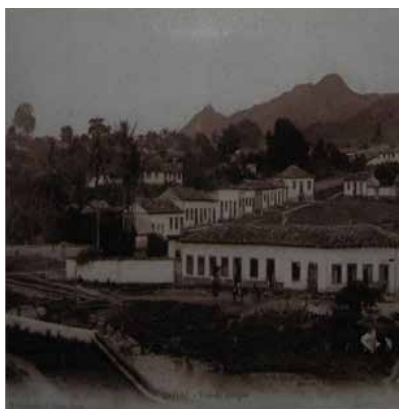


Figura 2 - Margens do Rio Vermelho, século XVIII.

Fonte: <http://www.comospesnomundo.com.br/goias-velho-a-cidade-de-goias/>



Figura 3 - Passagem da Ponte de Madeira e uma das ruas de pedra que dão acesso a Fundação Frei Simão Dorvi.

A contabilidade foi desvendada a partir da prefeitura da cidade de Goiás, mas vale ressaltar que, no Estado, existem outras cidades de grande relevância para identidade contábil, como a cidade de Silvânia, com 241 anos, Pirenópolis, Pilar de Goiás.

Todo o manifesto sobre a contabilidade no Estado de Goiás se inicia ao parar na prefeitura da cidade e ver que não só as casas estavam em sua originalidade, mas o estabelecimento que se encontra na Praça das Bandeiras 1, onde é possível perceber a originalidade do estilo colonial presente, guardando como traços de estilo e é, nesse século XVIII, que a busca pelos primeiros manifestos contábeis se materializa no Estado.

Os sentimentos ou percepções quanto ao que seria encontrado foram um tanto conflituosos, uma mistura de desânimo e nostalgia, mas movido de uma certeza que é o descobrir as origens, além de banhada da consciência e responsabilidade, lá se iniciava uma rodada de diálogo e indagações aos servidores que estavam presentes. A maioria desses, que ali se encontravam no dia 21 de Outubro de 2015, fica um tanto pensativa quanto ao assunto a ser pesquisado: Onde encontrar vestígios da contabilidade desde o período colonial? Onde podem ser encontrados documentos ou relatos de como era feita a contabilidade desde o século XVII? Nesse diálogo, o sr. Herli Gomes de Sá, servidor a 35 anos do município, nos dá as primeiras pistas de como encontrar tais documentos, mas, de imediato, nos diz que boa parte havia se perdido em uma enchente que acometeu a prefeitura no ano de 2002, e dentre as pistas, dois nomes foram indicados: Sra, Fátima Cansado e Dona Antolinda, conhecida como Tia To. Mas o sr. Herli insistiu que fosse procurado o Controle Interno da prefeitura, uma vez que lá poderia ter algumas informações.

No Controle Interno da Prefeitura de Goiás, um jovem rapaz, Luiz Fernando Lemos, apelidado por Dill, relata a existência de alguns documentos muito antigos que se encontram em um sótão, mas também ressalta a existência de uma parte em outro local improvisado, na rodoviária da prefeitura, afirmando existir essa separação do material devido à enchente ocorrida.

O jovem Dill prontamente fala desse sótão e se manifesta a abri-lo para poder ver tais documentos, mas subir aquele lance de escada acaba desmotivando, ao pensar como que algo tão antigo, mas tão importante, está em um sótão? O desânimo foi o de imaginar que aquela cidade, sendo o berço do surgimento do Estado, como poderia armazenar documentos tão antigos?

Dois lances de escada estreita e improvisada dividem a emoção de descobrir como tudo começou. Que tristeza é um sótão onde as quinquilharias da prefeitura dividem espaço com duas prateleiras abarrotadas de “livros velhos”, de fato, “livros velhos”.



Figura 4 - Vista da Prefeitura da Cidade de Goiás.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 5 - Imagem da escada de acesso ao sótão da prefeitura onde os primeiros livros contábeis foram encontrados.

Fonte: A Autora, (2015)

Só nesse local, foi possível catalogar os seguintes livros: Registros de Marca para animais, ou seja, os produtores rurais da época levavam até a prefeitura suas marcas que eram utilizadas para marcar o gado. Esta era registrada e desenhada no Livro de Registro de Marcas; Livros como títulos de Portarias; neste eram registradas movimentações desde a concessão e direitos para comercialização como os de arrecadação do governo.

Ressalta-se que não foi possível catalogar todos que estavam nesse local, pois devido à fragilidade deles, manuseá-los excessivamente poderia vir a comprometer seu estado. Nesse sentido o material foi fotografado e aqueles títulos que seriam possíveis de acessar serão apresentados na relação o Quadro 05.

Dentre esse acervo, que faz os olhos se emocionarem, foi possível abrir alguns livros contábeis, cadernos de anotações, e constatar a preciosidade que existe no local, mas que se encontra em situação inadequada principalmente quando se refere as acomodação.

As maiorias dos Livros encontrados estão intitolados como Portarias e com o ano a que se regerem, mas infelizmente não foi possível abrir todos eles e tecer uma narrativa a que pertencias cada uma delas, porem foi possível catalogar algumas delas cujas data se inicia, em 1913 até 1997.

Fonte: A Autora, (2015).

Portarias	1966
	1995
	1996
	1998
	1913 a 1916
	1916 a 1919
	1925 a 1927
	1929 a 1930
	1930 a 1932
	1932 a 1934
	1934 a 1935
	1937 a 1939
	1943 a 1944
	1944 a 1946
	1947 a 1949
	1950 a 1952
	1956 a 1961
	1994 a 1995
	1996 a 1997
Decretos	1945 a 1957
Leis	1923
	1959 a 1961

Quadro 5 - Relação de livros encontrados na Prefeitura da Cidade de Goiás.

Sobre os conteúdos encontrados e relacionados acima, constatou-se que alguns tratam de Portarias, Decretos e Leis referem-se às atividades ocorridas por época, indo desde a abertura e controle da receita e despesas do município, como também à liberação para a atuação no comércio, registro de marca dos animais que pertencia aos produtores rurais da época, registro de transporte, pagamentos de guias e outros assim relacionados na Tabela 01 que ainda se encontram na prefeitura.

Ressalta-se que não foram examinados todos os documentos presentes na Prefeitura de forma minuciosa apresentados tabela 01, O não manusear todos os documentos encontrados deu-se da observação quanto as condições e estado de conservação no qual eles se encontram não ser favorável ao manuseio devido precariedade que se encontram conforme apresentado nas figuras 06,07.

Apesar das condições desfavoráveis a originalidade dos ainda é visível conforme Figura 08 percentes a um livro de registro de transporte e a figura 09 Que refere-se ao Livro de Registro de animais datado do ano de 1919.

já mencionado anteriormente, existe uma seriedade no manuseio, para que os documentos não percam sua originalidade e não se percam. Mas, há de convir que, onde e como estão alocados foge a qualquer padrão de documentação a ser considerada como acervo.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 6 - Condições de acondicionamento dos livros e documentos encontrados na Prefeitura da Cidade de Goiás.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 7 - Condições de acondicionamento dos livros e documentos encontrados na Prefeitura da Cidade de Goiás.

Fonte: A Autora, (2015).

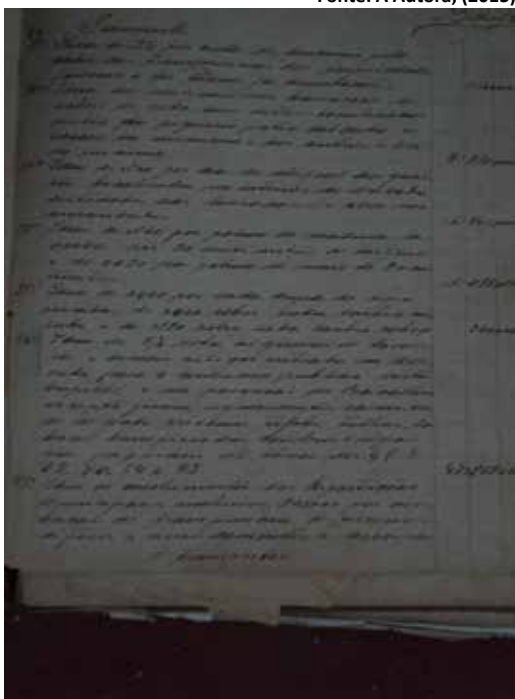


Figura 08- Livro de Registro de Pagamentos e recebimentos de Transporte.

Fonte: A Autora, (2015).

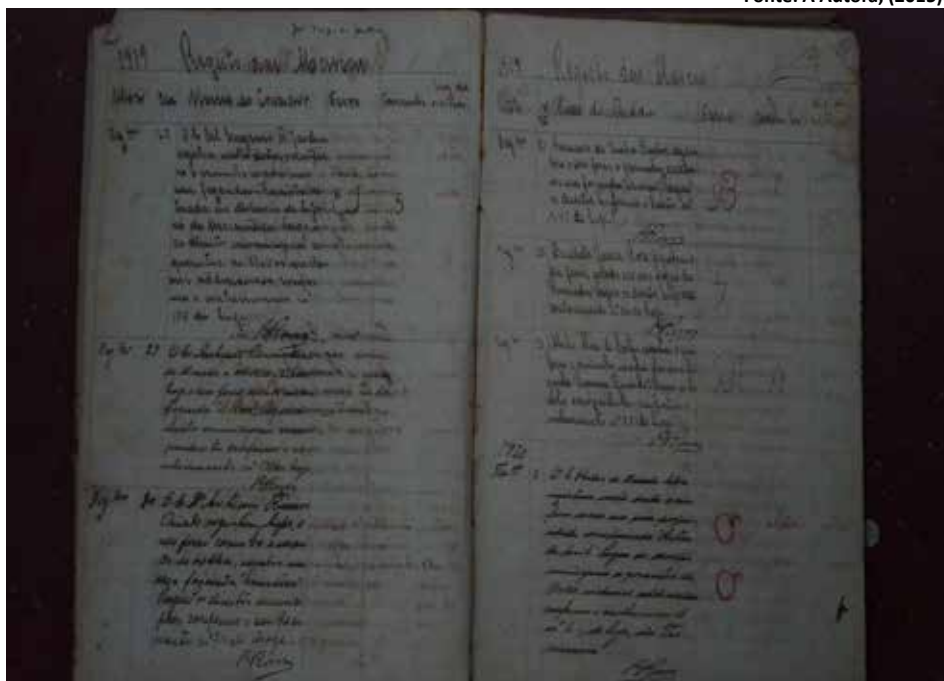


Figura 09 - Livro de Registro de Marcas data de 1919 encontrado na Prefeitura da Cidade de Goiás

Ao sair da prefeitura, uma senhora simpática escuta a fala da pesquisa e se manifesta dizendo ter alguns documentos que talvez possam ajudar, e se apresenta como Fátima Cansado. Este foi um dos nomes já mencionados anteriormente pela maioria dos servidores da prefeitura, ela seria uma das pessoas responsáveis pela Fundação Frei Simão Dorvi e, assim, disponibilizaria seus contatos para maiores informações.

Diante do novo sentimento de entusiasmo, foi-se a procura da Sra, Antolinda, que se encontrava em uma pousada no centro da cidade, mulher de postura enérgica, que comandava, não somente o estabelecimento, mas podendo se perceber que já participara efetivamente de muitos órgãos ligados ao município. Nesse diálogo a Sra. Fátima Cansado orienta a procurar, em seu nome, a Fundação Frei Simão Dorvi.

4.3 O acervo Contábil da Fundação Frei Simão Dorvi

Aos passos largos iniciais, subindo a Rua Dr. Couto Magalhães, a esquerda da Rua D`Abadia, na mesma rua em que se encontra o prédio em que tem cravada a Placa:

Sociedade Botânica do Brasil ao ensejo do XX Congresso Nacional de Botânica as homenagens a Agotin F.C.A de Sainte Hilare.

Goiás 22-1-1965

Aliança Francesa de Goiás Associa-se a Homenagem..(Adaptada pela autora 2015).

Esta placa, nesse prédio, já chama atenção para o caminho no qual se percorre na busca do passado, em sua fachada, novamente, se faz sentir que o caminho a ser percorrido está correto. É que nessas vielas e becos da parte antiga, as lâmpadas amarelas remetem ao passado que se origina.

Classe Operária

Fundada em 1ª de Janeiro de 1912 cujo prédio foi doado a Associação pelo Governador do Estado conforme Lei nº 624 de 26 de Agosto de 1952 (Adaptada pela autora, 2015).

Novamente o entusiasmo reina ao adentrar em uma casa estilo colonial, localizada na parte antiga da cidade, onde as ruas de paralelepípedos são consideradas modernas, é de saltar aos olhos, jamais poderia imaginar que tão perto da Capital Goiânia existisse um acervo tão grande de documentos contábeis, Fundação Frei Simão Dorvi, uma fundação que possui um dos maiores acervos já imaginados na história da contabilidade.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 10- Fundação Frei Simão Dorvi

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 11- Sala com acervos da Fundação Frei Simão Dorvi.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 12- Sala com acervos da Fundação Frei Simão Dorvi.

Pode-se defender que o arquivo aqui a ser apresentado está cunhado em documentos que foram então talhados desde o século XVII, XVIII até o XIX. Documentos estes que se referem às manifestações da Coroa da portuguesa em detrimento de suas atividades que ocorriam na província e do comércio realizado interna e externamente e da estrutura econômica existente no começo do Estado.

Boa parte trata dos registros contábeis da administração pública existente na época e alguns referentes a algumas atividades comerciais e agrícolas que já se efetuavam também nesses períodos.

A cidade de Goiás, onde consta esse acervo, é fundamental para várias profissões, por trazer consigo um vasto número de obras originais que podem ser utilizadas como fonte de pesquisa. Os assuntos constantes na Fundação Frei Simão estão catalogados desde os jornais do século XVII, livros e livretes do período colonial, documentos das desbravadura do Estado e de outros Estados, a criação das estradas, surgimentos das lambadas, processo eleitorais, instituição da escolas no Brasil e no Estado, dentre estes e outros, o acervo que pode proporcionar conhecimento desde o processo colonial até o presente momento.

Nesse sentido a fundação é um dos locais que atraem várias pessoas de diferentes regiões e

países ao Brasil e, em foco, ao Estado e Goiás. A contabilidade se entrelaçou como meio de informar os eventos ocorridos para atender à necessidade da Coroa Portuguesa e, depois, as grandes famílias que se destacavam por sua fortuna ou status de nobreza.

No Acervo da Fundação Frei Simão Dorvi, um número expressivo de dicionário em latim foi encontrado, demonstrando a legenda da contabilidade existente com a Igreja.

O acervo de dicionário que existe na cidade de Goiás é um dos elementos que demonstram ser de fundamental importância para a contabilidade, pois os livros e manuscritos encontrados possuem uma linguagem particular do período e do fato envolvido, que ora pode ser sobre o registro dos escravos, extração e comercialização do ouro, guias de recolhimento dentre outros.

O interessante é que, em um dos museus, o da Casa de Cora Coralina, existe um dicionário de português e latim, o qual não foi permitido fotografar e nem mesmo manuseá-lo, a intenção era apresentar as nomenclatura débito e crédito para elucidar quanto a instrução do comércio no Estado. A escritora, que viveu nesta casa, hoje é um dos museus mais visitados da cidade, principalmente por ser uma das referências da literatura goiana.

Cora Coralina, pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, (Vila Boa de Goiás, 20 de agosto de 1889 — Goiânia, 10 de abril de 1985) foi uma poetisa brasileira.

Mulher simples, doceira de profissão, tendo vivido longe dos grandes centros urbanos, alheia a modismos literários, produziu uma obra poética rica em motivos do cotidiano do interior brasileiro, em particular dos becos e ruas históricas de Goiás.

Filha de Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, desembargador nomeado por D. Pedro II, e de Jacinta Luísa do Couto Brandão, Ana nasceu e foi criada às margens do rio Vermelho, em casa comprada por sua família no século XIX, quando seu avô ainda era uma criança. Estima-se que essa casa foi construída em meados do século XVIII, sendo uma das primeiras construções da antiga Vila Boa de Goiás.

Começou a escrever os seus primeiros textos aos catorze anos de idade, publicando-os nos jornais locais apesar da pouca escolaridade, uma vez que cursou somente as primeiras quatro séries, com Mestre Silvina. Publicou nessa fase o seu primeiro conto, Tragédia na Roça.

Casou-se em 1910 com o advogado Cantídio Tolentino Bretas, com quem se mudou, no ano seguinte, para o interior de São Paulo. Nesse Estado passou quarenta e cinco anos, vivendo inicialmente no interior, nas cidades de Avaré e Jaboticabal, e depois na capital, onde chegou em 1924. Ao chegar à capital, teve que permanecer algumas semanas trancada num hotel em frente à Estação da Luz, uma vez que os revolucionários de 1924 pararam a cidade. Em 1930 presenciou Getúlio Vargas chegando à esquina da rua Direita com a praça do Patriarca. Um de seus filhos participou da Revolução Constitucionalista de 1932.

Com a morte do marido, Cora ficou ainda com três filhos para acabar de criar. Sem se deixar abater, vendeu livros em São Paulo, mudou-se para Penápolis, no interior do Estado, onde passou a vender lingüiça caseira e banha de porco que ela mesma preparava. Mudou-se em seguida para Andradina, até que, em 1956, retornou para Goiás.

Durante esses anos, Cora não deixou de escrever, produzindo poemas ligados à sua história, à ligação com a cidade em que nasceu e ao ambiente em que fora criada.

Os elementos folclóricos que faziam parte do cotidiano de Ana serviram de inspiração para que aquela frágil mulher se tornasse a dona de uma voz inigualável e sua poesia atingisse um nível de qualidade literária jamais alcançado até aí por nenhum outro poeta do Centro-Oeste brasileiro.

Senhora de poderosas palavras, Ana escrevia com simplicidade e seu desconhecimento acerca das regras da gramática contribuiu para que sua produção artística priorizasse a

mensagem ao invés da forma. Preocupada em entender o mundo no qual estava inserida, e ainda compreender o real papel que deveria representar, Ana parte em busca de respostas no seu cotidiano, vivendo cada minuto na complexa atmosfera da Cidade de Goiás, que permitiu a ela a descoberta de como a simplicidade pode ser o melhor caminho para atingir a mais alta riqueza de espírito.

Foi ao ter sua poesia conhecida por Carlos Drummond de Andrade que Ana, já conhecida pelo pseudônimo de Cora Coralina, passou a ser admirada por todo o Brasil.

Seu primeiro livro, Poemas dos Becos de Goiás, foi publicado pela Editora José Olympio em 1965, quando a poetisa já contabilizava 75 anos. Reúne os poemas que consagraram o estilo da autora e a transformaram em uma das maiores poetisas de Língua Portuguesa do século XX. (<http://www.jornaldepoesia.jor.br/cora.html>)

Nesse sentido de nostalgia, foi encontrado um número expressivo de documentos contábeis na Fundação Frei Dorvi. Ressalta-se que todos os documentos aqui apresentados estão armazenados de forma a manter sua originalidade, mas, por ser uma fundação, e esta ser mantida por doações, muitos desses documentos ainda não estão armazenados de forma correta, podendo, assim, comprometer toda a sua originalidade.

Quadro 06 – Relação dos Documentos levantado na Fundação Frei Simão Dorvi.

Caixas Box			Caixas Box		
Origem do Doc	Descrição	Ano	Origem do Doc	Descrição	Ano
Prefeitura	livros de créditos	1911 -1922	Prefeitura	Livro Banco	1971 a 1977
Prefeitura	Balancetes	1825-1909	Mercado	Livro Diário	1900 a 1904
Prefeitura	Balancetes	1911 a 1917	Mercado	Livro Diário das Rendas	1894
Prefeitura	Balancetes	1918 a 1929	Mercado	Livro Diário de Impostos	1900
Prefeitura	Balancetes	1930 a 1935	Mercado	Livro Diário da Rendas	1902
Prefeitura	Balancetes	1936 a 1939	Mercado	Livri das Rendas	1902
Prefeitura	Balancetes	1950 a 1959	Mercado	Livro das Rendas	1904
Prefeitura	Balancetes	1962 a 1964 "A"	Mercado	Livros Diários	1905 a 1942
Prefeitura	Balancetes	1964 "B" a 1969	Mercado	Livros de Rendas	1905
Prefeitura	Balancetes	1969	Mercado	Livros de Rendas	1906
Prefeitura	Balancetes	1949 a 1949	Mercado	Livros de Coletor	1942
Prefeitura	Balancetes	1950	Mercado	Livro Diário de Renda	1907 a 1908
Prefeitura	Balancetes	1950 a 1959	Mercado	Livros Diários	1909 a 1912
Prefeitura	Balancetes	1970	Mercado	Livros Diários das Rendas 1909	
Prefeitura	Balancetes	fev/70	Mercado	Cadernos Expedidos	1912
Prefeitura	Balancetes	1971	Mercado	Diário da Rendas	1012
Prefeitura	Balancetes	1972	Mercado	Livros Diários	1913 e 1915
Prefeitura	Balancetes	1973	Mercado	Livro Diário das Rendas	1013
Prefeitura	Balancetes	1973	Mercado	Livro Diário do Coletor	1913
Prefeitura	Balancetes	1973	Mercado	Livro Diário so Coletor	1915
Prefeitura	Balancetes	1974	Mercado	Livro Diário do Coletor	1014
Prefeitura	Balancetes	1974	Mercado	Livro Diário do Coletor	1915
Prefeitura	Balancetes	1975	Mercado	Livro Diário do Coletor	1917
Prefeitura	Balancetes	1975	Mercado	Livro Diário do Coletor	1918
Prefeitura	Balancetes	1975	Mercado	Cálculo dos Impostos	1924
Prefeitura	Protocolo- livros	1945 a 1947	Mercado	Livro Diário da Coletória	1919
Prefeitura	Protocolo- livros	1950-1956 a 1984	Mercado	Livro Diário da Coletória	1921
Prefeitura	livro Porta	1894 a 1910	Mercado	Livro Diário da Coletória	1921
Prefeitura	livro Protocolo	1925 a 1940	Prefeitura	Livros Pagamentos	1937 a 1942
Prefeitura	livro Protocolo	1940 a 1942	Prefeitura	Livros Pagamentos	1903 a 1913
Prefeitura	livro Protocolo	1942 a 1943	Prefeitura	Livros Protocolos	1932 a 1938
Prefeitura	livro Protocolo	1942 a 1944	Prefeitura	Balancetes	1940 a 1949
Prefeitura	livro Pagamentos	1937 a 1942	Prefeitura	Balancetes	1950
Prefeitura	livro Pagamentos	1903 a 1913	Prefeitura	Balancetes	1950 a 1959
Prefeitura	livro Protocolo	1932 a 1933	Prefeitura	Balancetes	1962 a 1964
Prefeitura	livros de créditos	1900 a 1916	Mercado	Administração	1826 a 1971
Prefeitura	Livro Caixa -Tesouraria	1957 a 1969	Mercado	Multas	1826 a 1931
Prefeitura	Livro de Créditos	1911 a 1932	Mercado	Administração	1881 a 1971
Prefeitura	Livro Diário da Coletória	1914	Mercado	Iluminação	1891 a 1942
Prefeitura	Livro Caixa	1904a 1916	Mercado	Impostos	1012 a 1948
Prefeitura	livro Diário Fiscal	1912 a 1936	Mercado	Coletoria	1895 a 1939
Prefeitura	Livros Impostos Diversos (AXIXA . MOSSAMEDES;CACHOEIRA)	1936 A 1954	Mercado	Administração	1898 a 1925
Prefeitura	livros de créditos	1937 a 1938	Mercado	Exoneração	1898 a 1959
Prefeitura	Livros de Créditos	1924 a 1929	Mercado	Férias	1901 a 1952
Prefeitura	Livros das Rendas do Município 1901 a 1910		Mercado	Transfêrencia de Negócio	1904 a 1965
Prefeitura	Livros : Imposto de Terra; quandtro Territorial; Diário de Arrecadação	1939 a 1942	Mercado	Funcionários - pagamentos	1910 a 1944
Prefeitura	livros Coletoria- Diários	1923 a 1933	Mercado	Administração	1889 a 1952
Prefeitura	Livros Impostos Diversos	1897 a 1933	Mercado	Livros - Gêneros Alimentícios	1889 a 1939
Mercado	Licença	1877 a 1898	Mercado	Livro Saúde Pública	1898 a 1952
Mercado	Licença	1902 a 1972	Mercado	Livro Diário de Cen/ Lavoura	1940 a 1941
Mercado	Livro Diário da Coletória	1939	Mercado	Correspondências	1893 a 1966
Mercado	Livro Balancete	1896 a 1929	Mercado	Correspondências	1912 a 1933
Mercado	Folha de Pagamento as Coletoria do Mercado	1925	Mercado	Correspondências	1893 a 1956
Mercado	Balancetes	1896 a 1942	Mercado	Portarias	1901 a 1949
Mercado	Livro Diário do Coletor	1897	Mercado	Ofícios	1893 a 1951
Mercado	Livro Diário do Coletor	1898	Mercado	Decretos e Leis	1893 a 1966
Mercado	Livro do Açougue (corte)	1930)	Mercado	Despesas	1900 a 1929
Mercado	Diário da Rendas	1958	Mercado	Despesas	1900 a 1970
Mercado	Licença	1877 a 1898	Mercado	Receitas/ Licenças / Guias	1858 a 1899
Mercado	Licença	1902 a 1972	Mercado	Receitas/ Licenças / Guias	1900 a 1948
Mercado	Tabelas de Preços	1919 a 1967	Mercado	Receitas/ Licenças / Guias	1958 a 1964
Mercado	Registro de Tabelas Semanais	1938	Mercado	Receitas/ Licenças / Guias	970 - 1801 a 1802
Prefeitura	Livro Banco	1976 a 1977	Mercado	Despesas	1930 a 1969
			Mercado	Livro Diário da Coletória	1941 a 1942

Fonte: A Autora (2015).

Os documentos que estão armazenados na Fundação Frei Simão Dorvi estão acondicionados em caixas box e outras em caixa branca apropriadas para a guarda de arquivos a serem apresentadas a seguir.

Dentro das caixas box apresentadas na figura 0, é uma das formas que está acondicionado uma quantidade de documentos contábeis que ainda não foram catalogados ou mesmo transcritos para se saber as informações a que eles se referem.

Os documentos que estão na figura 0 data dos de 1825 a 1909, 1911ª 1917,1918 a1929 e 1930 a 1950 refere-se a balancetes destes períodos pertencentes a Prefeitura da Cidade de Goiás

Fonte: A Autora (2015).



Figura 13- Balancetes da Prefeitura da Prefeitura da Cidade de Goiás. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

Fonte: A Autora, (2015).

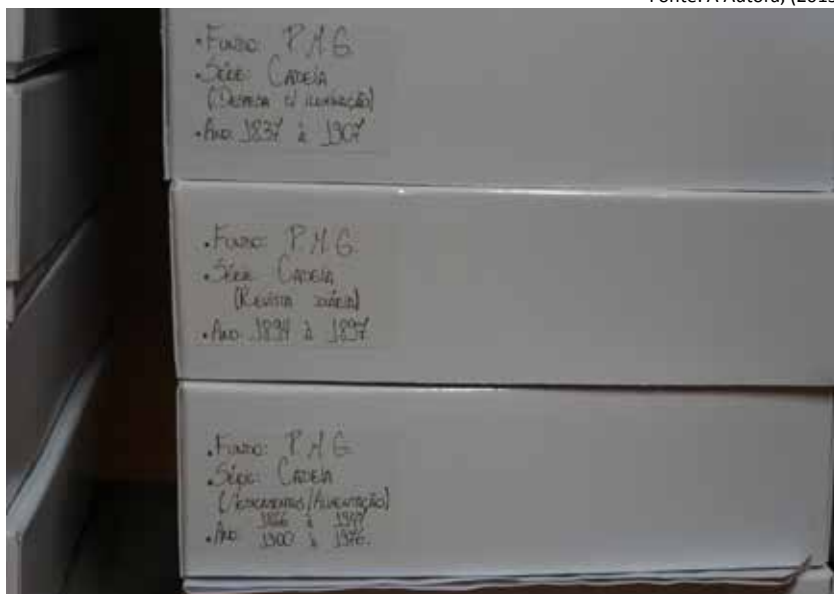


Figura 14 - Controle de Despesas e estoques diversos da Prefeitura da Prefeitura da Cidade de Goiás. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

O documento a ser apresentado refere-se a um Termo de Abertura datado do dia 1 de Maio de 1919, sendo que um mesmo termo de abertura do ano de 1860 também foi encontrado.

Fonte: A Autora, (2015).

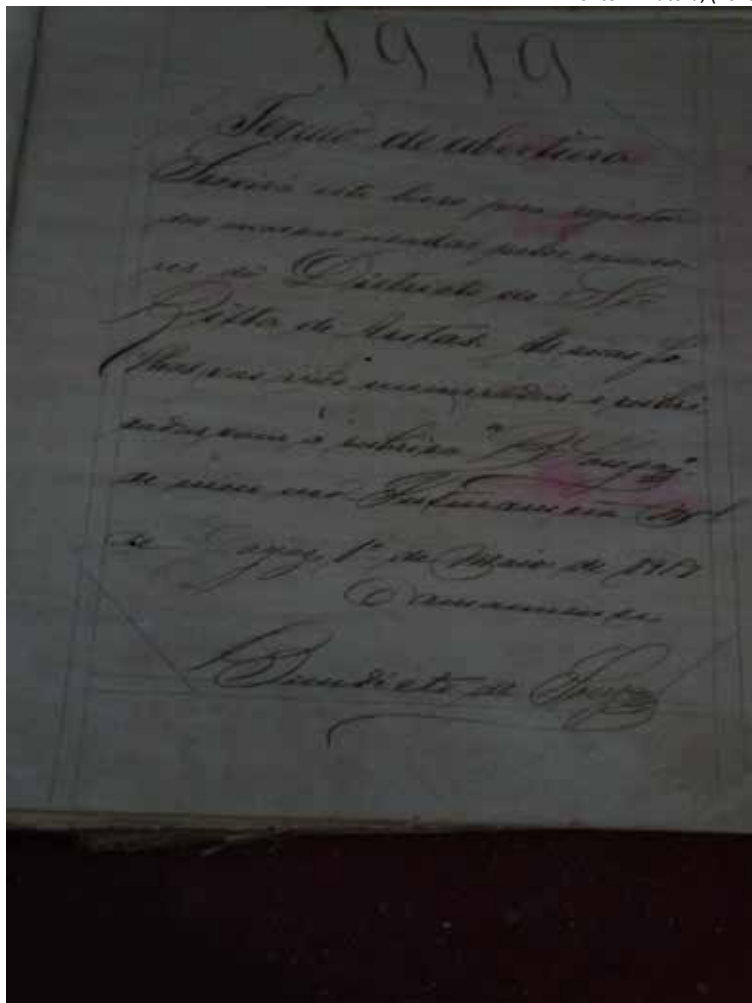


Figura 15 – Termo de Abertura. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

O arquivo que segue refere-se a uma espécie de livro diário concernente a fatos ocorridos no mês de setembro do ano de 1919.

De acordo com os modelos existentes de livro diário na atualidade, o apresentado no ano de 1919 não difere daqueles utilizados na atualidade.

Fonte: A Autora, (2015).

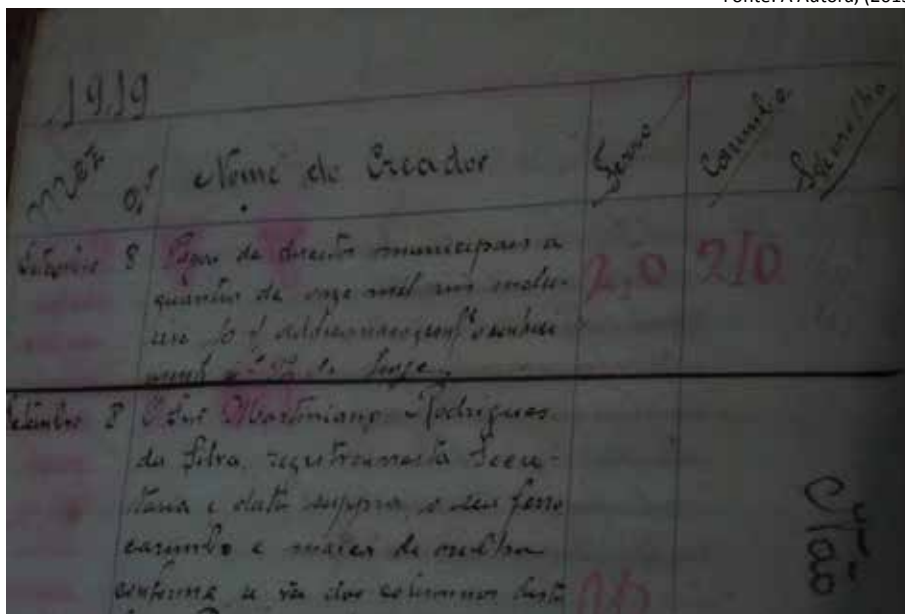


Figura 16 – Livro de registro de Marcas e comercialização de animais do ano de 1919. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

Os livros datados a partir do ano de 1808 foram arquivados de uma forma peculiar, para sua conservação em capa dura e por ordem alfabética, o que significa que os fatos ocorridos, ou seja, a movimentação nesse período não ocorre em ordem cronológica apenas, mas, de acordo com o evento (comprar, vender, transferir, pagar).

Fonte: A Autora, (2015).

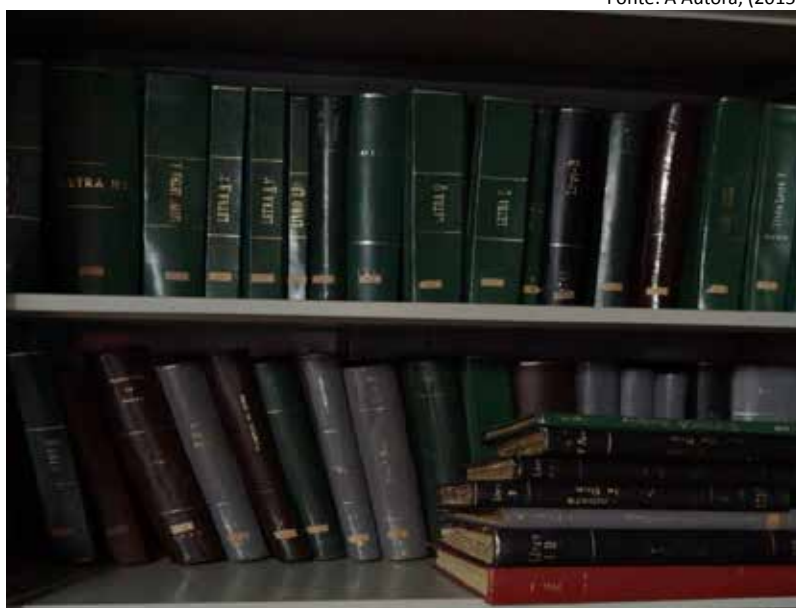


Figura17- Documento contábil organizado por ordem alfabética. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura18- Documento contábil organizado por ordem alfabética. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi

Fonte: A A3utora, (2015).



Figura19- Documento contábil organizado por ordem alfabética. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi

Outra parte do acervo que possui informações da contabilidade no Estado de Goiás, que também está na Fundação do Frei Simão Dorvi, são livros de aproximadamente 32 quilos em capa dura e medieval, com altura superior a 30 centímetros. Estes se encontram envolvidos em papel branco como forma de proteção e conservação, como pode ser visto a seguir. Esses livros são datados também a partir do ano de 1840.

Boa parte desse material nunca fora utilizado como instrumento de pesquisa, devido à sua fragilidade de manuseio.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 20 – Livros diversos de registro contábil. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

No seguinte material encontrado, está um rascunho das contas pertinentes a um acerto de lenha com o Sr. Rafael.

Fonte: A Autora, (2015).

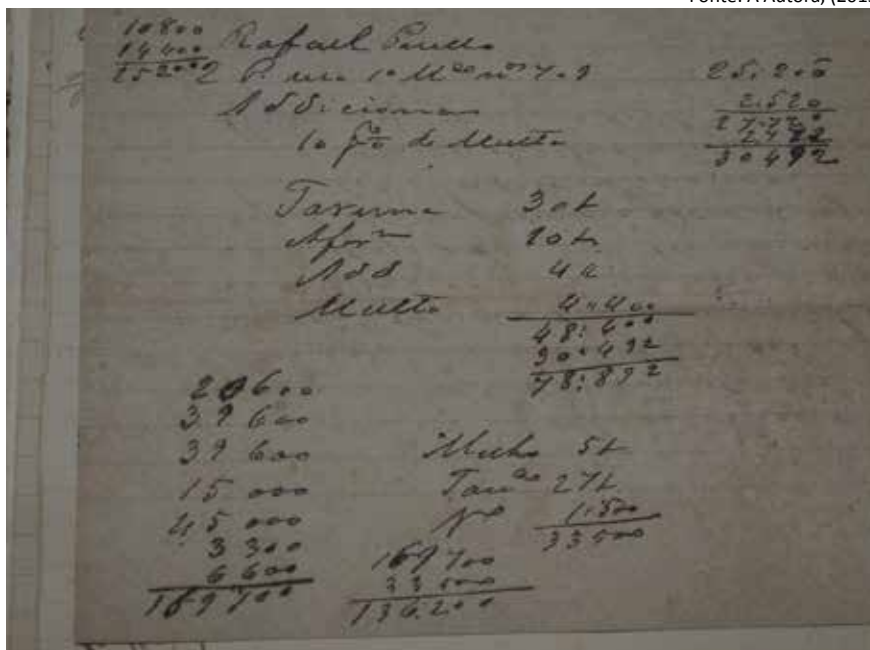


Figura17- Memória de Calculo para pagamento. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi

O seguinte livro refere-se a um livro de Lançamento de Contribuinte. Neste eram lançados todos os valores inerentes aos recebimentos ocorridos para os cofres públicos, em sua maioria, eram originados de atividades diversas.

Todas as atividades ocorridas em Goiás deveriam ser apresentadas para os governantes e estes além de conceder ou não a liberação para o comércio cobravam um valor para conceder a licença.

Foi encontrado registro onde eram cobrados as licenças que o cidadão poderia então extrair lenha, carregar água para as grandes casas, vender doces e quitandas na rua da cidade. Todos estes recursos financeiros recolhido eram registrados neste novo de Lançamentos e Contribuinte.

Fonte: A Autora, (2015).

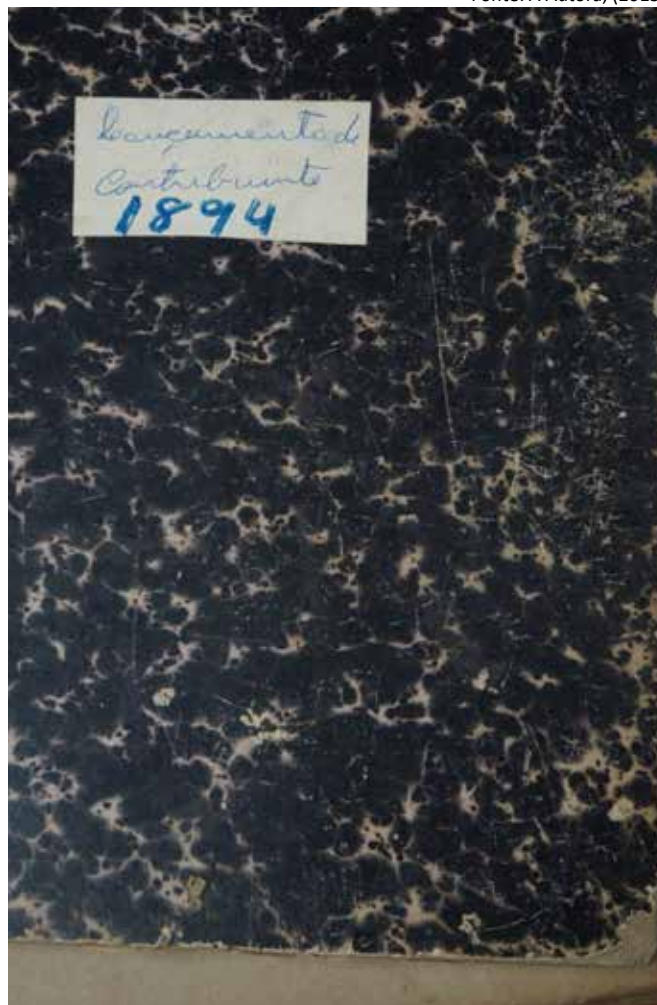


Figura 22- Capa do livro de lançamento dos contribuintes do ano de 1894. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

Dentre o acervo, vários livros encontrados podem coincidir com aqueles que se utilizam em pleno século XXI, mas, com uma grande diferença, por serem tecnológicos, ou seja, hoje, a contabilidade faz uso de softwares, programadas e computadores, os livros elétricos. O Livro Razão, um dos livros de grande utilidade para a contabilidade contemporânea, já era utilizado como controle e registro, no período colonial, nesse acaso aqui apresentado, a atividade de transporte era controlada, evidenciados todos os movimentos dessa conta.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 23- Livro de lançamento de recebimento de transportes. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

A folha de pagamento já se fazia presente no contexto através de livros manuais. Os registros ocorriam manualmente com as informações concentradas nos dados pessoais, endereço.

Fonte: A Autora, (2015).



Figura 24 – Capa do Livro de Folha de Pagamento. Período de 1904-1905. Acervo Fundação Frei Simão Dorvi.

5. Conclusão

A intenção do trabalho sempre esteve em demonstrar e provar como surgiram os primeiros passos da contabilidade no Estado de Goiás, com o intuito de fomentar e divulgar os acontecimentos da contabilidade goiana. De certa forma, essa intenção foi alcançada, mas algo mais aconteceu e se tornou novamente uma nova perspectiva.

As descobertas ultrapassaram o que se imaginava encontrar, o acervo na Cidade de Goiás, na Fundação Frei Simão Dorvi, tornou-se ponto central da pesquisa, as descobertas proporcionaram um nova perspectiva do trabalho que não mais ficará apenas nessas linhas, a partir desses momentos, novos elementos já se encontram em elaboração, pois se percebeu ser de responsável idade continuar os estudo como forma de tentar descobrir novas informações que, até então, só existia através de elucidações gerais de outras obras.

Sobre História da Contabilidade em Goiás, até o momento existia apenas uma obra sobre o assunto, A História da Contabilidade em Goiás, de Nádia Lima e Edson Candido Pinto, contador e professor da área. Esta obra contribuiu para que a pesquisa fosse pelos meandros da metodologia da pesquisa de campo exploratória, em que encontramos acervos e documentos encontrados desde o século XVIII .

A obra apresentada também incentivou para que este trabalho trilhasse por caminhos nunca antes percorridos no Estado, sendo responsável por instigar a investigação in loco dos documentos e fazer valer através de procedimentos palpáveis e comprobatórios encontrados na Cidade de Goiás.

Com esse embrião sobre a pesquisa de campo em Goiás, as informações não chegaram ao fim, mas apenas se encerra, neste momento, e titula-se como a primeira fase do trabalho concluída e alcança os objetivos propostos de divulgar e apresentar tais fatos.

Quanto a levantamentos quantitativos e qualitativos sobre as Instituições de Ensino Superior no Estado, as instituições ou órgãos que já ministraram cursos técnicos ou de formação contábil na área, sobre matriz curricular, órgãos públicos e suas origens, estarão sendo apresentados em outra fase do trabalho.

Sobre os profissionais de destaque e a formatação e entidades de classes, essas informações também serão apresentadas nessa outra fase que se iniciou em paralelo aos objetivos centrais do trabalho.

Ressalta-se que, neste trabalho, o objetivo fora alcançado, que seria a divulgação dos primeiros passos da contabilidade no Estado e apresentar suas respectivas provas. Nesse sentido a missão se torna cumprida. E, na fé de que a sociedade profissional contábil perceba a tão vasta bagagem possui, objetiva-se que este material possa vir a ser utilizado pela academia contábil e profissional, como forma de incentivar novos estudos e descoberta acerca da nossa origem profissional.

Portanto, tocar o sentimento pela profissão tornou-se objetivo de vida, valoração profissional pela gênese, o gás da pesquisa a partir de hoje, o alimento para a divulgação e aclamação de nossa profissão, para que, novamente, outros discentes ou profissionais, ou até mesmo cidadão civil possa se interessar por essa profissão que ultrapassa o tempo.

Quanto à valorização profissional, tenho a crença de que, a partir do momento em que sabemos como tudo surgiu, conseguimos entender e ter maior maturidade e vaidades com aquilo que serve como fonte de rendimento para nossas famílias.

Muitos profissionais escolheram, em seu passado, essa profissão por motivos diversos e, dentre algumas das escolhas, está o poder aquisitivo para custear o curso, talvez, para alguns, esse não seria o curso dos sonhos, mas poder ser o curso que irá realizar os seus sonhos e, nesse sentido, conhecer e valorizar a profissão torna-se uma obrigação, um respeito.

Sendo assim conhecer e admirar a profissão é fundamental para o sucesso, independente da forma com que a escolhe, o que vale aqui é querer conhecer e saber que essa profissão é uma das mais antigas no mundo e que se faz de acordo com a evolução humana, sendo responsável por gerir economias de várias nações e que, por meio dele, a sociedade se manifesta para construir sua riqueza e disseminar nova cultura de conhecimento e responsabilidades.

Referências

- HOOG, Wilson Alberto Zappa. *Moderno Dicionário Contábil Da Retaguarda à Vanguarda. De Acordo com O Código Civil e as Alterações da Lei das Sociedades Anônimas*. 7 ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- LAURENTINO, Gomes. *1808 Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2007.
- LAURENTINO, Gomes. *1822 Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil- um país que tinha tudo para dar errado; 1889 Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e Proclamação da Republica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.
- MARTINS, Wilson Thomé Sardinha; SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. *História do Pensamento Contábil- Com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira*. 2 ed.1 reimp. Curitiba: Juruá, 2011.
- MORAES, Maria Augusta de S.; PALACÍN, Luís. *História de Goiás (1722 – 1972)*. 7 ed. Goiânia: Editora da UCG, Editora Vieira, 2008.
- PELEIA, Ivam Ricardo; BACCI, João. *Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os principais pensadores, a padronização e os congressos brasileiros de contabilidade*. Revista On Line- FE-CAP- v.5 Nº 3, P.39-54 jul/ago/set 2004.
- SÁ, Antônio Lopes de. *A Evolução da Contabilidade*. 2 ed. São Paulo: IOB, 2009.
- SÁ, Antônio Lopes de. *Fundamentos da Contabilidade Geral*. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2006.
- SCHIMIDT, Paulo. *História do Pensamento Contábil*. Porto Alegre: Brookman, 2000.
- <http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/ciencias-humanas-sociais/historia-686432.shtml>;
- <http://www.historiadobrasil.net/capitaniashereditarias>. Acesso 26 de Dezembro de 2015. <http://portal-cfc.org.br/rbc/>
- <http://www.jornaldepoesia.jor.br/cora.html>. Acesso 28 de Dezembro de 2015.09:24
- http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/biografia_autores2.php. Acesso em: 30 de Dezembro de 2015.
- http://www.infocontab.com.pt/historia/?option=com_content&task=view&id=213&Itemid=167. Acesso 26 de Dezembro de 2015.
- <http://axiomadacontabilidade.blogspot.com.br/2009/04/reditualismo.html>
- <http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/ciencias-humanas-sociais/historia-686432.shtml>.
- <http://www.historiadobrasil.net/capitaniashereditarias>. Acesso em 26 Dezembro de 2015.
- <http://www.jornaldepoesia.jor.br/cora.html>. Acesso 28 dez. 2015.09:24

Resgate da Memória Contábil nos Estados: Maranhão, Relatos de uma História



Weyla Maylane Bonfim de Assis

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão

Trabalho apresentado ao Concurso Resgate da Memória Contábil
nos Estados, promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade-
CFC.

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo	5
1. Introdução	6
2. A contabilidade no Maranhão	7
2.1. Um maranhense oficializa a Contabilidade no Brasil: Estevão Rafael de Carvalho e a Metafísica da Contabilidade Comercial.....	11
2.2. O ensino da Contabilidade no Maranhão.....	12
3. Instituições contábeis no Maranhão	14
3.1. O Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão-CRC/MA.....	15
3.2. Sindicato dos Contabilistas no estado do Maranhão- SINDICONT e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis Assessoramento, Perícia, Informa e Pesquisas do Estado do Maranhão- SESCAP	19
3.3 A Academia Maranhense de Ciências Contábeis	19
4. Encontros de contabilidade no Maranhão	20
4.1. Encontro Maranhense de Contabilidade-EMAC.....	21
4.2. O Maranhão sedia por duas vezes o Encontro Regional de Estudantes de Ciências Contábeis- ERECIK	21
4.3. Encontro Nordeste de Contabilidade-ENECON	22
4.4. Simpósio Maranhense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-SIMCASP	23
4.5. São Luís sedia o 3º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade-ELBC	23
4.6 O Maranhão sedia o 28º Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis -ENECIC	24
5. Considerações finais	25
Referências	26
Anexos	29
Anexo 1 - Ofício de encaminhamento e balanço da Companhia Anil.....	29
Anexo 2 - Redação do decreto sem número de 2 de agosto de 1831	31
Anexo 3 - Decreto N° 83.307/79 - Reconhece o curso superior de Ciências Contábeis UFMA	32
Anexo 4 - Galeria de Presidentes do CRC-MA	33
Anexo 5 - Resolução CFC 243/69	36
Anexo 6 - Ata da reunião 462º do Conselho Federal de Contabilidade	37
Anexo 7 - Ofício 076 - Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão referente a Academia Maranhense de Ciências Contábeis	38
Anexo 8 - Telegrama enviado pelo professor José Mário Ribeiro da Cosra em resposta ao Ofício 076	39
Anexo 9 - Eventos de contabilidade - Maranhão	40

Agradecimentos

Esses agradecimentos se fazem indispensáveis, pois, não se constrói um trabalho de pesquisa sozinho, em especial quando o estudo envolve história, e levantamento de dados de mais de dois séculos.

Agradeço a Deus, por me abençoar tanto, e por ter feito tão sabiamente a Contabilidade cruzar o meu caminho. À minha mãe, pela constante preocupação com a minha formação escolar, por todo o cuidado e incentivo. Ao meu filho tão compreensivo comigo no tempo que tenho que dispor na construção das minhas pesquisas. Ao meu irmão Carlos Ítalo, por não medir esforços em contribuir na busca por materiais para sustentar minhas inquietações sobre a história da Contabilidade no Maranhão.

Aos professores: Romildo Rios, pelo incentivo; Renon Northann, que me apresentou as primeiras contas do balanço patrimonial); Nilman Léda; Daniele Galvão e Rosiana Andrade, por me apaixonarem pela Contabilidade ainda nos primeiros semestres da graduação. Ao professor Paixão (em memória), por me fazer unir o amor pela Pesquisa Científica e o pela Contabilidade em um único sentimento indefinível. Em todos os meus estudos estarão comigo, pelos muitos ensinamentos, carinho e apoio a mim despendido.

Ao Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, em especial a Aline sempre disposta a contribuir, e a Tânia pela paciência, e por tão gentilmente em alguns momentos ter voltado no tempo, em busca de informações para sanar minhas dúvidas.

Ao contador e amigo, André Marques, por sua calma e boa vontade em responder aos meus questionamentos e construir pontes que me ligassem a pessoas e materiais que foram indispensáveis às minhas pesquisas.

À professora Maria de Nazaré dos Anjos Barros, ao contador Nilton Praseres, e a presidente da Academia Maranhense de Ciências Contábeis Eulália das Neves Ferreira, pela delicadeza de sempre me atender, e me fornecer informações que foram de suma importância para a construção desse trabalho.

Ao professor Fernando Jorge Ericeira, pela atenção e carinho a mim dispensado, e por me ceder gentilmente seu livro para nortear meus estudos. Enfim, a todos que cordialmente colaboraram com a construção dessa pesquisa, e tiveram a paciência de reviver um pouco dessa história junto comigo.

Resumo

Este trabalho proporciona uma breve retrospectiva histórica sobre o desenvolvimento da Contabilidade no estado do Maranhão em um período que compreende o final do século XVIII, os séculos XIX e XX, contemplando ainda acontecimentos ocorridos no século XXI. Teve como objetivo realizar um levantamento de fatos referentes à Ciência Contábil, no já referido estado, enfocando os primeiros profissionais, a criação do Conselho Regional, as primeiras instituições de ensino, bem como outros eventos que marcaram a história da Contabilidade no Maranhão. A pesquisa foi bibliográfica e documental, onde por meio de livros, revistas, jornais, documentos históricos, tais como: atas, publicações no Diário Oficial, e no Diário de São Luís, leis, normas, projetos pedagógicos e outras fontes, foi possível apresentar fatos importantes da evolução contábil no Maranhão. Constatou-se o quão este estado teve papel importante para a evolução da Contabilidade no Brasil, tendo um maranhense como precursor das discussões sobre ela como Ciência. Este trabalho discorreu ainda sobre as primeiras escolas maranhenses a oferecer cursos voltados para a área contábil, a fundação do Conselho Regional de Contabilidade no Maranhão, o primeiro curso superior de Ciências Contábeis oferecido no estado, à fundação da Academia Maranhense de Ciências Contábeis, e a cidade de São Luís enquanto sede de vários importantes eventos de Contabilidade regional, nacional e internacional. Sendo inegável, portanto, as contribuições do Maranhão para o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil.

Palavras-chave: História. Desenvolvimento. Contabilidade. Maranhão.

1. Introdução

A Contabilidade, em seu surgimento, se relaciona com a administração de riquezas, pois; desde os primórdios, o homem sempre se preocupou em acumulá-las, sendo por ele considerada como uma forma de perpetuação da espécie. “A Contabilidade é tão antiga quanto à origem do homem pensante” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 29).

A evolução da sociedade fez com que o homem se organizasse e enxergasse a necessidade não somente de contar seus bens, mas de tratar suas propriedades com maior rigor, com registros formais, dando origem ao que atualmente é denominado de empresas, tendo como principal objetivo o aumento de seu patrimônio, tornando-se assim um comerciante, um negociador, onde mais que nunca precisaria utilizar os serviços contábeis. “A Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano” (SÁ, 2011, p.16).

O desejo por conhecer e resgatar a história da Contabilidade no Brasil tem sido evidenciado em alguns escritos. Contudo, é comum observar uma negativa de mais de um século, uma vez que os relatos compreendem os aspectos históricos normalmente datados a partir do século XIX, esquecendo-se de que ela é tão antiga quanto a história do homem em sociedade, e que ao analisar-se sua trajetória no mundo, seus indícios são datados de mais de 10 mil anos.

O Maranhão tem um importante papel na evolução da então denominada Ciência Contábil, todavia, tal papel é desconhecido por muitos, pela ausência de pesquisas que envolvam essa temática e pela não conservação de arquivos que reafirmem o lugar de destaque desse estado no tocante aos primeiros registros oficiais de Contabilidade no Brasil.

O ápice da participação do Maranhão na construção do saber contábil se deu com Estevão Rafael de Carvalho, um maranhense da cidade de Viana. Estevão é apontado como o primeiro autor a escrever no ano de 1833, e publicar no ano de 1837, um livro de Contabilidade no Brasil, intitulado “A Metafísica da Contabilidade Comercial”. Sendo ele o responsável pelo nascimento oficial da literatura contábil no país.

Já no ano de 2007, outro maranhense, visando dar sua parcela de contribuição para o resgate da história da Contabilidade, por meio de um árduo levantamento histórico, descreve sabiamente sobre ela no Maranhão. Fernando Jorge Ericeira delinea em seu livro, fatos curiosos e relevantes, que mais uma vez, reforçam o quanto é ancestral essa ciência, reiterando a proeminência do estado maranhense no que se refere à Contabilidade no Brasil.

Teve-se como objetivo realizar um levantamento histórico acerca da Contabilidade no já referido estado, enfocando os primeiros profissionais, a criação do Conselho Regional, o ensino, bem como outros fatos relevantes sobre a mesma. Para tanto, utilizaram-se procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, onde por meio de livros, revistas, jornais, documentos históricos, tais como: atas, publicações no Diário Oficial, no Diário de São Luís, leis, normas, projetos pedagógicos e outras fontes, foi possível apresentar fatos relevantes da evolução contábil no Maranhão.

A iniciativa por estudar essa temática se deu por uma motivação particular enquanto contadora maranhense, instigada, após descobrir por meio de leituras que o Maranhão tem grande representatividade na história da Ciência Contábil no Brasil. E é essa participação do estado em questão na evolução desta ciência, que se buscará relatar no decorrer desse trabalho.

Durante mais de seis meses foram buscados em bibliotecas virtuais e físicas, nas páginas dos Conselhos Regionais e Federal de Contabilidade, nas Academias Brasileira e Maranhense de Ciências Contábeis, em livros, revistas, jornais e pessoas, materiais que fossem capazes de contribuir com a construção desse breve resgate histórico. O termo breve é utilizado, por ainda existir muito a ser levantado e percorrido sobre essa temática, sendo o aqui transcrito o início de um caminho longo ainda a ser percorrido pela pesquisadora.

Os resultados alcançados até então levam à existência da Contabilidade no Maranhão ainda no ano de 1758. A primeira Companhia de Comércio, mesmo de forma não sistematizada, já tinha dados precisos sobre seu patrimônio, e o controlava de forma organizada. Discorre-se ainda sobre as condições desfavoráveis para o desenvolvimento da Contabilidade nesse período, e sobre a necessidade de reconhecer a profissão de Guarda-livros.

São mencionadas as primeiras instituições de ensino contábil no Maranhão, ainda com as chamadas Aulas de Comércio, e de Escrituração Mercantil, o primeiro curso Técnico, e de Bacharelado em Ciências Contábeis. Demonstra ainda um maranhense como precursor das discussões da Contabilidade como ciência e não apenas como arte como era considerada no início do século XVIII.

Pontua sobre a Associação Profissional de Contabilistas que antecedeu o Conselho Regional de Contabilidade e enfoca a fundação deste, sua criação, seu primeiro presidente, e lista os presidentes que ficaram à frente desta instituição até dezembro de 2015. Numa viagem histórica, este estudo perpassa pelo nascimento da Contabilidade no Maranhão ainda no século XVIII, relata fatos relevantes dos séculos XIX e XX, e finda no século XXI, com a realidade da fundação da Academia Maranhense de Ciências Contábeis, e do Maranhão como sede de encontros internacional e nacional de Contabilidade.

É inegável, portanto, as contribuições desse estado para o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil, e é um pouco dessa realidade que será demonstrada nas poucas laudas que compõem essa pesquisa e nos materiais que constam no anexo, com o intuito não somente de permitir que o leitor veja a história pela ótica da pesquisadora, mas que se aprofunde nos materiais históricos, e conheça e reconheça essa realidade tão fascinante que é a história da Contabilidade.

2. A contabilidade no Maranhão

A Contabilidade está intimamente relacionada com a história do homem, contudo seu desenvolvimento se dá a passos lentos, porém em um processo que caminha lado a lado, junto ao desenvolvimento social. Silva e Moura (2007, p.3) asseveram que “a Contabilidade viveu, especialmente, nestes últimos 507 anos, após a publicação da obra de Luca Pacioli, um processo de desenvolvimento que a transformou em uma das disciplinas mais complexas e difundidas no meio empresarial [...]”. Nem sempre o contador foi reconhecido com a nomenclatura de profissional de contabilidade, bem utilizada atualmente.

Durante algum tempo, o referido profissional era denominado de guarda-livros, tendo como principal função cuidar da escrituração da empresa e realizar atividades burocráticas em geral. Eram requisitos necessários à função de guarda-livros: domínio das línguas portuguesa e francesa, boa grafia e saber datilografar. Requisitos bem diferentes dos exigidos a esse profissional atualmente.

O anúncio a seguir foi retirado de uma publicação para recrutamento de guarda-livros do Jornal o Commercio, divulgado aproximadamente em 1835.

Fonte: Jornal do Commercio¹ (1835, apud Araújo e Cavalcante Júnior, 2007).

OFFERECÉ-SE huma pessoa com boa letra para apromptar alguma escripturação mercantil, ou para ajudar algum outro escripturario. Anunciem ou procurem na rua do Ouvidor n. 63.

Figura 1- Exemplo de anúncio para recrutamento de profissionais de contabilidade em 1835

Segue outro anúncio, datado do ano de 1850, não muito diferente do anterior, onde se faz possível observar a simplicidade com que era tratada a profissão contábil, podendo qualquer um que

preenchesse os requisitos supracitados trabalhar nessa área.

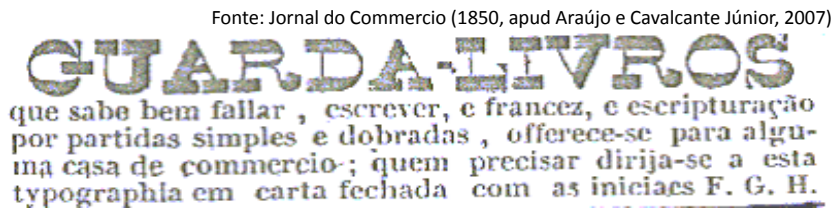


Figura 2- Exemplo de anúncio para recrutamento de profissionais de contabilidade em 1850.

É notório que a Contabilidade passou por transformações que estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento econômico e social. Para Merlo (2006, p. 11), a evolução dela está vinculada “à evolução da humanidade, e conseqüentemente ao progresso das organizações, às novas formas de negócio e ao aprimoramento das relações comerciais”.

Os primeiros indícios constatados sobre a realização de Contabilidade no Maranhão, deu-se ainda no ano de 1758. Convém destacar que falar de constatação de registros não é negar a existência da mesma em período anterior a esse, é apenas se embasar nos indícios comprovados historicamente para articular tal informação. No entanto, acredita-se na existência dela em períodos anteriores a referida data.

Sobre a Contabilidade em 1760, convém citar Meirelles (1995, p. 44) que pontua:

Em função da Companhia, dir-se-á que o ciclo do algodão há de se contar a partir de 1760, quando foram despachados para Portugal as primeiras 6.510 arrobas, até 1812, quando as 217,754 [@] de pluma foram superadas quantitativamente pelas 354.646 [@] de arroz. O segundo, o ciclo do arroz, deve ser considerado a partir de 1772, desde quando o governador Melo e Povoas obrigou os colonos a trocarem o cultivo do arroz nativo, dito de Veneza, miúdo e escuro, pelo dito de Carolina graúdo e branco. O terceiro, o ciclo do açúcar só começaria em 1860, com 51.470 arrobas; chegaria em 1882, a 1.094.771. Mas cairia violentamente para 149.779, logo em 1887. Outro produto de significativa exportação foi o couro, curtido ou não, no período de 1840 a 1870.

A informação supracitada diz respeito aos 04 (quatro) ciclos econômicos atravessados pelo Maranhão entre os anos de 1760 a 1887, e refere-se à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, empresa portuguesa privilegiada, criada pelo Marquês de Pombal no ano de 1755, que objetivava controlar e fomentar a atividade comercial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão para assim fortalecer a prática mercantilista do reino.

À Companhia de Comercio caberia o papel de introduzir o negro africano, na condição de mão-de-obra escrava em substituição à indígena na capitania, fomentar e desenvolver a agricultura e o comércio, gozando para tanto, de determinados privilégios junto ao fisco, aos militares e a justiça. Eram tantos os tais privilégios que a Companhia dispunha, de navios do Reino à escolta, seus funcionários eram considerados emissários do rei e suas mercadorias tinham prioridades no despacho das alfandegas (ERICEIRA, 2007, p. 29).

Os dados de exportação dos ciclos econômicos, expostos por Meireles, não somente demonstram detalhes comerciais da época, denotando a evolução do comércio, e da economia, mas também desperta para algo além da mera divulgação dessas informações. A forma como eram dispostos e a precisão dos cálculos das arrobas, nos remete à necessidade de controle do patrimônio, e conseqüentemente a uma forma mesmo que rudimentar de se fazer contabilidade.

Dias (1971) sobre isso afirma que a Companhia de Comércio, ao registrar suas operações, mesmo não fazendo uso do método das partidas dobradas, possuía os livros Caixa, Diário, Razão, o Balanço Patrimonial, e outros relatórios gerenciais organizados nos anos de 1758 a 1778, especificando os custos, o faturamento, as despesas e o valor total.

Ericeira (2007, p.31) discorre que “não é de se estranhar, que a Companhia de Comércio possuísse uma boa organização, gerasse um bom número de relatórios e movimentasse a fabulosa riqueza”. O exposto por Ericeira, mais uma vez reforça a existência da Contabilidade no Maranhão ainda no século XVIII.

Não foi constatado em materiais impressos da época, a divulgação de balanços patrimoniais nesse período por parte das organizações privadas (embora haja estudos que confirmem sua existência) pelo menos até o ano de 1835 tais empresas faziam uso dos jornais da época para informar sobre seu encerramento, ou a liquidação de dívidas. Conforme se pode comprovar na nota a seguir publicada em 1834 no Jornal O Ecco do Norte:

[...] A sociedade instituída n’esta cidade debaixo da firma de Leite & Queiroz C. desenvolveu no dia 7 do corrente mês, ficando os sócios José Joaquim da Silva Leite e Antonio Xavier da Silva Leite, obrigado à liquidação de todas as dívidas, activas e passivas, pertencentes a dita sociedade.

Mesmo não havendo em jornais a publicação de demonstrativos contábeis estruturados até meados do século XIX, os comerciantes controlavam suas contas utilizando um livro chamado de livro corrente, onde registravam o que tinham a receber e a pagar. O resumo desses registros era divulgado no jornal da época. Conforme relata Ericeira (2007, p.66):

Para o período de 1801 a 1850, de vez em quando naqueles jornais os comerciantes locais (ou “comerciantes de grosso tracto” como eram conhecidos) publicavam o resumo dos devedores do seu livro de contas correntes. Na verdade, era nesses livros que esses comerciantes controlavam as suas finanças pessoais, neles havia o registro daqueles que lhes deviam e também daqueles a quem eles deviam, ou seja, do que eles tinham a receber e a pagar a outros.

Um fato capaz de justificar a existência, mas não divulgação dos demonstrativos contábeis das instituições privadas no Maranhão no período que antecede o ano de 1860, é que somente a partir de 22 de agosto, com o advento da Lei nº 1.083/1860, tornou-se obrigatória a publicação de demonstrações contábeis no Brasil.

No âmbito público, a publicação dos relatórios contábeis, ocorreu ainda no ano de 1821, sendo o primeiro demonstrativo publicado denominado de “Cofres Nacionais da Província do Maranhão em conta de balanço com o seu tesoureiro geral” esse demonstrativo compreendia o período de janeiro a dezembro de 1821, e especificava as contas de receitas e despesas do referido ano (ERICEIRA, 2007).

A primeira demonstração contábil publicada por uma organização privada no Maranhão foi o da Companhia Anil, e compreendeu o período de setembro de 1859 a 31 de dezembro de 1860 (conforme anexo 1). Tal demonstrativo foi elaborado 1 (um) ano antes da promulgação do Decreto 2.670/1860 que dispunha sobre a forma de elaboração desses demonstrativos, o fato a ser destacado é que mesmo elaborado 01 (um) ano antes, os demonstrativos da Companhia Anil, seguiam ao modelo exigido no decreto. O Maranhão já estava, portanto, em sintonia com a Contabilidade que era praticada no Brasil naquele período. (ERICEIRA, 2007).

Outras companhias publicaram seus relatórios tais como: a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão (janeiro a junho de 1865), a Companhia de Águas de São Luís referente ao semestre fin-

dado em junho de 1808; a Companhia de Iluminação a Gás findado em junho de 1882; a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses (31 de dezembro de 1889); e o Banco Hypotecário e Commercial do Maranhão em 31 de Dezembro de 1901.

É relevante acrescentar que ainda no século XVIII, o Maranhão poderia ter formado seu primeiro contador, entretanto, não havia condições sociais e econômicas para tal, pois se evidenciava o descaso pela educação. Conforme Ericeira (2007) o governador D. Fernando Antonio de Noronha (1792 a 1798), foi um dos piores inimigos da educação no Maranhão, e acrescenta que se não fosse a proibição, o descaso e a falta de vontade, o primeiro contador maranhense teria sido formado antes do século XIX.

Outro importante fato a ser mencionado que reconhece o quão antiga é a Contabilidade no estado do Maranhão, é a criação da profissão de Guarda-livros, nome dado aos profissionais de contabilidade durante um longo período. Conforme descreve Mendonça (1982, p.13) alguns fatos merecem ser destacados nesse período como:

A ideia de formar a primeira turma de guarda-livros em Portugal, pelo irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na época então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a criação do cargo de Guarda-Livros para compor o quadro da Companhia Geral de Comercio, a Contabilidade praticada na época pelo Método das Partidas Simples; e a oportunidade de ouro que perdera o Maranhão em formar o seu primeiro contador.

Destaca-se ainda que o maranhense Fernando Jorge Ericeira no ano de 2007, ao publicar seu livro História da Contabilidade no Maranhão: Uma viagem do período colonial à época de prosperidade (conforme figura 03) preenche parte de uma lacuna existente na Contabilidade maranhense.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora



Figura 03- Capa do livro do Maranhense Fernando Jorge Ericeira

Lacuna esta de mais de 400 anos, visto que não se tinha informações sobre autores, obras, professores de Contabilidade, escolas e etc., estando, portanto, mais um maranhense num lugar de destaque na história da Contabilidade brasileira.

2.1. Um maranhense oficializa a Contabilidade no Brasil: Estevão Rafael de Carvalho e a Metafísica da Contabilidade Comercial

É sabido que a Contabilidade é uma ciência que tem sua existência atrelada ao surgimento e a evolução da humanidade. Vale, no entanto, ressaltar a importância do estado do Maranhão para a Ciência Contábil no Brasil. “A Contabilidade brasileira provavelmente nasceu oficialmente com Estevão Rafael de Carvalho em 1837, quando o mesmo publicou o primeiro livro brasileiro sobre a Contabilidade, trata-se de A Metafísica da Contabilidade Comercial” (FIGUEIRÊDO, 2011, p. 2), conforme figura 04.

Fonte: Serejo (2015)



Figura 04- Capa do livro a Metafísica da Contabilidade Comercial e Estevão Rafael de Carvalho

Estevão nasceu na cidade de Viana, estado do Maranhão, não se sabe ao certo seu ano de nascimento, tendo em vista, que a data do mesmo coincide com a do batismo, 20 de janeiro de 1808. Uma explicação para isso pode ser a não existência de cartório na cidade ou a importância dada para os papéis da igreja naquela época, sendo comum o uso do documento de batismo como certidão de nascimento.

Estudou Matemática e Filosofia em Portugal. Foi professor, orador, jornalista e parlamentar, sendo deputado da Assembleia Geral nos anos de 1834 a 1837. Teve atuação marcante pela sua inteligência e suas intervenções irônicas e cheias de mordacidade, com propostas polêmicas que provocavam na corte diversas discussões. Foi membro destacado da Assembleia Provincial, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Inspetor do Tesouro Público Provincial. Atuou, também, como juiz ordinário, em sua cidade natal. Faleceu em 26 de março de 1846, em São Luís, aos 38 anos de idade (SEREJO, 2015).

Mas, de volta à obra de Carvalho, Zanoni (2014, p.15) reforça o exposto por Ferreira ao afirmar que a obra mais antiga de Contabilidade escrita por um brasileiro foi a Metafísica da Contabilidade Comercial, de autoria do maranhense Estevão Rafael de Carvalho. Sendo, portanto, inegável a contribuição deste ao desenvolvimento da Ciência Contábil.

O livro objetivava proporcionar aos interessados noções sobre Contabilidade, conforme o próprio autor dispõe: “não querendo cansar mais a vossa paciência, declaro-vos que tenho por fim único dar-vos uma idéia do que seja Contabilidade Commercial: se conseguir isto, de nada vale o desalinho da exposição. A Deos cuidado, com o paradoxos, nada de João- paulismo” (CARVALHO, 1837, p.13).

O termo João-paulismo refere-se ao contador João Paulo, membro da Tesouraria do Maranhão em 1832, que perante o Conselho de Governo, estabeleceu um paradoxo, admitindo ser a Contabilidade uma ciência, ao mesmo tempo afirmando que a mesma não possui relação alguma com as outras ciências até aquele momento conhecidas, sendo então uma arte, dessa maneira, incomodando Estevão com suas colocações.

A obra de Carvalho apresentava “um conteúdo bastante inovador à época, não só por divulgar o Método das Partidas Dobradas, mas, principalmente, por elevar a Contabilidade à categoria de ciência” (ERICEIRA, 2007, p.55).

A primeira discussão de Estevão diz respeito à Contabilidade ser considerada arte ou ciência. “A arte, pois, não sendo outra coisa senão a prática dos princípios da Ciência tem por fim indicar o como se faz alguma coisa. [] A Ciência, porém, ensina o porquê se faz essa coisa. (CARVALHO, 1837, p.24). Para o autor, a Contabilidade se iguala as demais ciências, pois, toda ciência parte de um fato a ser analisado, sendo, portanto, uma ciência em sua teoria e uma arte em sua execução. Para ele, a arte parte da prática da ciência.

Já se discutia naquela época fervorosamente sobre o fato de considerá-la como ciência ou arte, contudo, Estevão é enfático e argumentativo em sua obra, não apresentando nenhuma dúvida quanto à cientificidade da agora Ciência Contábil. Mesmo ficando pronto no ano de 1833, sua publicação deu-se em 1837, devido a não possuir interessados na compra, conforme o próprio autor relata:

Já de antemão vos advirto que eu mesmo acho obscuridades e desalinhos neste escripto; elle está quase qual existia em 1833, quando annunciei a sua publicação, o que não teve lugar pelo que vós sabeis. Não me dou ao trabalho de corrigi-lo porque receio perder o meu tempo (CARVALHO, 1837, p.7).

A Metafísica da Contabilidade Comercial, não só propôs uma reflexão acerca da Contabilidade enquanto ciência, como também, abordou o Método das Partidas Simples, divulgou o Método das Partidas Dobradas que já era utilizado em muitos outros países. Para Ericeira (2007, p.63) “o conteúdo descrito no livro de Estevão Rafael de Carvalho, possuía uma base teórica bastante sustentável”. Reafirma-se, desse modo, por meio da obra de Carvalho, a importância do Maranhão no estudo da Contabilidade.

2.2. O ensino da Contabilidade no Maranhão

A preocupação com a formação do profissional de contabilidade no Brasil deu-se ainda no ano de 1754, através de uma proposta do então governador do Estado Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do futuro marquês de Pombal. Ainda neste ano, o Brasil recebeu uma proposta de criação de uma Aula de Comércio, nessa época, o termo aula correspondia a um ensino superior ou faculdade, sendo tal proposta aprovada apenas em dezembro de 1756 (WATANABE, 1996).

Contudo, a primeira Aula de Comércio do estado do Maranhão só ocorreu no ano de 1811, sem muito êxito, devido à inaptidão do então nomeado a ministrá-la, Francisco Justino da Cunha, que demonstrou inabilidade para o cargo a ele confiado. Segundo Ericeira (2007), a inabilidade de Cunha foi constatada não somente para ministrar Aulas de Comércio, como também para atuar no magistério; por ele não saber se quer gramática e ortografia da Língua Portuguesa, tal fato foi considerado falta grave pelo governador Capitão Bernardo de Silveira Pinto, participando ao Rei D. João VI, que determinou imediatamente a suspensão das aulas e o cancelamento dos salários.

As aulas só foram restabelecidas no ano de 1832, por meio do decreto sem número de 2 de agosto de 1831 (anexo 2) que estabelece uma Aula de Comércio na cidade do Maranhão. Deste modo,

em 1832 foi nomeado Estevão Rafael de Carvalho, aprovado por concurso público para assumir o cargo anteriormente ocupado por Francisco Justino da Cunha.

A primeira Aula de Comércio do Maranhão realizou-se em 1811, mas devido a problemas na qualidade do ensino para o exercício da função, houve uma interrupção no ensino da Contabilidade no Estado do Maranhão. No entanto, 21 (vinte e um) anos mais tarde foi reiniciada a “Aula de Comércio” com a nomeação de Estevão Rafael de Carvalho por D. João VI. A preocupação quanto ao aprendizado da matéria para com os alunos culminou no ano de 1837, com a elaboração da obra “A Metafísica da Contabilidade Comercial”, considerada a primeira obra de Contabilidade editada no Brasil (VIVEIROS, 1992, p.68).

Em 1838, foi fundando o Liceu Maranhense, oferecendo dois cursos de formação sendo eles o de Marinha e o de Comércio, sua fundação foi devidamente efetivada com o advento da Lei nº 77 de 24 de julho de 1838, sendo estipuladas cadeiras como: Rhetoria e Poética, Geografia e História, Cálculo Mercantil e Escrituração por Partidas Dobradas, dentre outras.

Nesse período foi possível encontrar ainda relatos sobre o oferecimento do Curso de Comércio pelo Colégio de Nossa Senhora da Conceição, mais precisamente no ano de 1849 localizado na região central de São Luís, conforme nota divulgada no Jornal Almanaque do Maranhão.

O descaso com a educação brasileira nesse período fica evidente no exposto por Azevedo (apud Pilleti, 1990, p.43) ao descrever dados sobre o ensino no ano de 1964, “havia apenas 106 alunos matriculados no ensino técnico; 53 no Instituto Comercial do Rio de Janeiro; 25 no Curso Comercial de Pernambuco; 14 na Escola de Agricultura do Pará e 14 na Escola de Agricultura do Maranhão”.

Em 1874 e 1876, também foi possível constatar a presença de Aulas de Comércio existentes no Maranhão, onde por meio de nota no Jornal Diário do Maranhão, anunciava-se em 1874, a existência de Aula no prédio da Escola São José. Já o anúncio datado de 1876, informava a existência de uma Aula de Contabilidade e Escrituração Mercantil, localizada à rua dos Afogados, nº 35.

No ano de 1890 com o Advento da República, algumas transformações ocorreram no sistema de ensino, o curso de Comércio passou a funcionar como um anexo do Liceu, tendo duração de 02 (dois) anos.

No entanto, no Maranhão, segundo Ericeira (2007) mesmo com a crise do ensino, existem evidências que remetem a algumas escolas e Aulas de Comércio isoladas, tais como, o Instituto Potuense, em conformidade com o Diário do Maranhão nº 157, o Colégio admitia dois regimes de estudos, um interno e o outro externo. A disciplina de Comércio envolvia o ensino de Aritmética Comercial, Escrituração por Partidas Simples e Dobradas dentre outras, que formavam o curso de Comércio. Havia ainda a Escola de Comércio do Centro Caixeiral, que teve suas raízes na Sociedade dos Caixeiros de São Luís, no ano de 1891. O curso funcionou inicialmente na rua da Palma, nº 8, no Centro de São Luís, começando suas aulas noturnas em 1891, com os cursos de Contabilidade e de Escrituração Mercantil, dentre outros.

Dada a relevância do Centro Caixeral para a formação profissional e desenvolvimento do ensino, Ericeira (2007, p.82) pontua que: “foi uma Instituição que prestou relevantes serviços à sociedade maranhense, e principalmente ao ensino do Comércio, mas ironicamente, os seus arquivos tiveram destino semelhantes aos do Liceu Maranhense, que se perderam no tempo devido à falta de cuidado”. Aquela instituição, segundo o Anuário Maranhense de 1941 (apud Meirelles, 1994), formou os mais importantes guarda-livros daquela praça, mantendo cursos de Línguas, Matemática, Contabilidade e Escrituração Mercantil.

A regulamentação da profissão contábil é datada de 30 de Junho de 1931, por meio do Decreto nº 20.158/31. No entanto, somente no ano de 1945 foram oficializados os cursos de nível superior em Contabilidade. (PELEIAS, et.al, 2007).

O curso superior em Contabilidade teria duração de 04 (quatro) anos, sendo concedido aos seus concluintes o título de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais. Laffin (2002, p. 75) afirma que “assim, pelas pressões exercidas por parte dos profissionais da área e frente às necessidades que o processo de desenvolvimento industrial vislumbrava, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais é elevado ao nível superior [...]”. A criação desse curso era justificada por Gustavo Capanema, então ministro da educação por meio dos seguintes argumentos:

Uma vez que o curso técnico de segundo grau [...] não podia, porém, abranger toda a complexidade dos estudos de contabilidade, pelo que foi reconhecida a conveniência de serem eles também realizados no ensino superior. Reconheceu-se igualmente, quando foi elaborada a reforma do ensino comercial, que os estudos de atuaria, pela sua dificuldade, deviam ser feitos no ensino superior (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001, p.14).

Passava-se nesse período a se enxergar com mais clareza o papel do contador para o desenvolvimento econômico, e a complexidade do trabalho realizado por este profissional, buscando-se mudar o cenário pouco favorável ao desenvolvimento desta profissão no Brasil.

Após o Decreto Lei de nº 7.988/45 foram instituídos os cursos superiores de Ciências Contábeis, conforme disposto em seu artigo 1º “o ensino, em grau superior, de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais far-se-á em dois cursos seriados, a saber: 1. Curso de Ciências Econômicas. 2. Curso de Ciências Contábeis e Atuariais” (BRASIL, 1945, p.1).

No entanto, a realidade dos cursos superiores em Ciências Contábeis no estado do Maranhão só ocorre no ano de 1974. Sendo a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) a primeira instituição maranhense a oferecer um curso de bacharelado na referida área. Fundado pela Resolução nº. 287/74 - CD de 01.10.1974, e reconhecido por meio do Decreto nº. 83.307/79 (em anexo 3) e do Parecer nº.174/79 do Conselho Federal de Educação (CFE).

Acerca da existência do referido curso, o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da UFMA (2012, p.11) discorre que:

Sua existência deve-se aos esforços empreendidos pelo Professor Waldemar da Silva Carvalho, congratulado por ser o principal fundador do curso e primeiro Coordenador. O Curso de Ciências Contábeis foi criado atendendo aos conclames da sociedade, face ao crescimento da Indústria, Comércio e Setores afins, passando a ser necessário fazer tal realização, com o fito exclusivo de propiciar a transformação da realidade social, econômica e política do Maranhão.

O curso de Ciências Contábeis da UFMA, atualmente, tem como missão o desenvolvimento de competências na formação de contadores, com ênfase na atitude de aprender a aprender, primando sempre pela ética, a cidadania, a criatividade e o empreendedorismo. Tem contribuído com a formação de bacharéis em Contabilidade de todo o Maranhão, bem como de outros estados.

3. Instituições contábeis no Maranhão

Foram citadas neste capítulo cinco instituições de representatividade da classe contábil no Maranhão, sendo elas: a Associação Profissional de Contabilistas, o Conselho Regional de Contabilidade, o Sindicato dos Contabilistas no Estado do Maranhão, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis Assessoramento, Perícia, Informa e Pesquisas do Estado do Maranhão, e a Academia Maranhense de

Ciências Contábeis. Cabe ressaltar que o fato de citar apenas essas cinco instituições não consiste numa negativa acerca da existência de outras organizações contábeis.

Optou-se por iniciar pela Associação Profissional de Contabilistas, devido uma limitação documental que impossibilitou nesse primeiro momento a comprovação de outras organizações da classe no Maranhão que a antecederam; o Conselho Regional de Contabilidade por ser o órgão máximo de representatividade da classe contábil no estado, e a Academia Maranhense de Ciências Contábeis, por sua fundação representar um marco histórico na construção e disseminação do saber científico no Maranhão

3.1. O Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão-CRC/MA

Embora a regulamentação da profissão contábil seja datada de 30 junho de 1931, foi apenas no ano de 1946 que foram criados o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Conforme o artigo 1º do Decreto Lei nº 9.295/46: “Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, de acordo com o que preceitua o presente Decreto Lei”.

A criação do CFC e dos CRCs veio com o objetivo de representar os profissionais de contabilidade, regulamentando ainda as normas e atos da profissão. Conforme descreve Castro (2009), depois de instituído o Conselho Federal de Contabilidade, iniciava-se outra luta, a criação dos CRCs, que embora devidamente instituído em lei, ainda era um desafio a ser enfrentado pelo Conselho Federal.

Alguns líderes contábeis da época, de imediato, enxergaram a possibilidade de criação desses CRCs colocando-se à disposição em contribuir. Dentre eles é possível citar o contador e ex-senador Paulo de Lyra Tavares, aliás, primeiro presidente da história dos Conselhos. Sendo no mesmo ano de criação do CFC, instituídos os CRCs do estado de São Paulo e do Paraná (ABRANTES, 2001).

No ano de 1947, foram estabelecidos os Conselhos Regionais da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe e Santa Catarina. No ano seguinte foram criados o do Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Norte, sendo nos anos subsequentes fundados os demais Conselhos. Os últimos em 1990, os do Tocantins, Acre, Amapá e Rondônia.

Nota-se que o Conselho Regional de Contabilidade do estado do Maranhão, só foi criado dia 25 de novembro de 1948, dois anos após a criação do CFC, tendo como primeiro presidente o senhor Antônio Leôncio Machado (anexo 4).

Anterior à fundação do CRC-MA, há indícios de uma associação, denominada “Associação Profissional de Contabilistas do Maranhão” presidida por aquele que se tornaria o primeiro presidente do CRC-MA. Os documentos levantados não possibilitam a precisão com relação à data de fundação da mesma, no entanto, em maio de 1948 já se era possível verificar notas de jornais que buscavam mobilizar a classe contábil para a sua existência, conforme é possível verificar na figura 05.

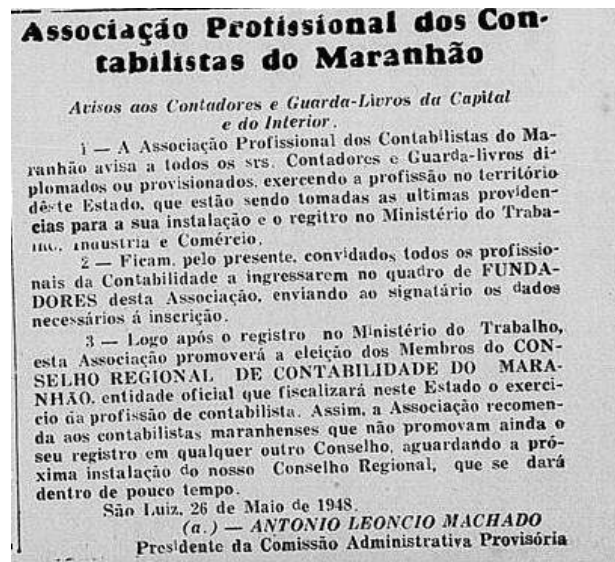


Figura 05- Aviso aos contadores e guarda-livros da capital e interior do Maranhão-

Segundo dados extraídos do Jornal Diário de São Luís (1948), a referida associação funcionava em sede provisória, localizada à Praça Benedito Leite, nº 227, na cidade de São Luís, sendo o órgão de maior representatividade da Classe Contábil até a fundação do Conselho Regional. Em novembro de 1948, conforme já mencionado, é fundado o Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão. Em janeiro de 1949, mais uma vez o então presidente faz uso das páginas do Diário de São Luís para chamar a atenção dos contabilistas, desta vez, convocando-os para a eleição de suplentes do Conselho Diretor Regional de Contabilidade.

Como se pode constatar na figura 06, eram requisitos básicos para a candidatura: ser associado na Associação Profissional de Contabilistas, em gozo dos seus direitos e quites com os cofres sociais. Os suplentes seriam um número de 9 (nove) profissionais, sendo eles 6 (seis) contadores, e 3 (três) guarda-livros.

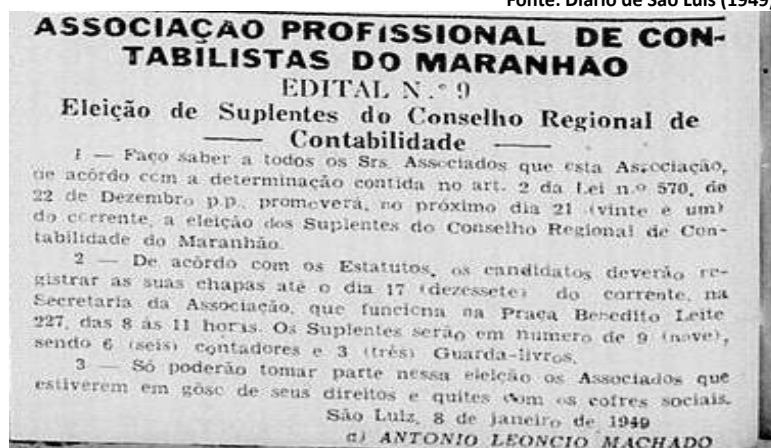


Figura 06- Edital para eleição de suplentes do CRC-MA-

Mais tarde, no mês de março do mesmo ano, o já Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão convoca novamente os contabilistas atuantes no estado para se registrarem no Conselho, e ressaltam que os contadores e guarda-livros não registrados até 25 de maio poderiam sofrer penalidades, ficando a partir da data supracitada, o exercício regular da profissão contábil no Maranhão vinculada ao devido registro no órgão regulador da classe. Conforme se pode observar na figura 07.

Fonte: Diário de São Luís (1949)

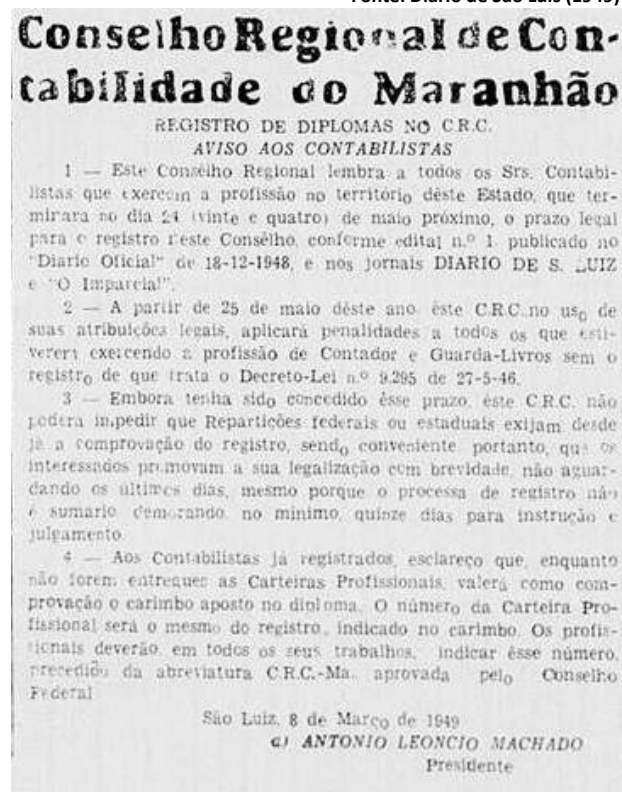


Figura 07- Aviso aos contabilistas

Antônio Leôncio ficou à frente do CRC-MA, durante quase uma década, que compreendeu o período de novembro de 1948 a abril de 1957, dando sua parcela de contribuição para o desenvolvimento da Contabilidade no estado em questão, e ficando na história como o primeiro presidente do Conselho nessa região.

O segundo presidente a assumir o CRC-MA foi o senhor João Freire de Medeiros (anexo 4) ficando frente à entidade por pouco mais de 01 (um) ano, que compreendeu, os meses de abril de 1957 a de novembro de 1958. Não foram encontrados em jornais da época ou nos documentos que embasaram esse estudo dados sobre a gestão de Medeiros.

O terceiro presidente Waldemar da Silva Carvalho foi empossado em novembro de 1958, ficando na presidência até janeiro de 1968; Waldemar foi um dos profissionais que se empenharia na implantação do curso superior em Ciências Contábeis da UFMA, sendo ainda no ano de 1974, o primeiro coordenador do mesmo.

Seu substituto foi o contador José Mariano Ferreira, que assumiu em janeiro de 1968. Há indícios de que o ex-presidente José Mariano Ferreira, assim como toda a diretoria do CRC-MA, no período do seu exercício renunciou. O que requereu uma intervenção datada de 06 de janeiro de 1969, levando o Conselho Federal de Contabilidade a nomear Miguel A. dos Anjos como presidente até a ocorrência de novas eleições, com base na Resolução do CFC de nº 243/69 (anexo 05) que preceitua:

[...] considerando a renúncia coletiva dos membros efetivos e suplentes do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, e considerando tratar-se de assunto urgente, que requer atuação imediata do C.F.C., e considerando que a próxima reunião plenária do CFC só se realizará no dia 24 de janeiro de 1969,

Resolve, "ad referendum" do Plenário:

Art. 1º O contabilista Miguel Arcanjo dos Anjos é nomeado Delegado C.F.C. no Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão para, com os poderes regimentalmente atri-

buídos a presidência, regularizar sua situação, convocando e realizando eleições e administrando-o, até a posse dos nove eleitos. [...]

Em novembro de 1969, estando o CRC-MA, em intervenção e sem muitos êxitos obtidos na gestão temporária de Miguel dos Anjos. O então presidente do CFC, Eduardo Foreis, em reunião datada de 28 de novembro (ata 462 reunião, anexo 6), apresenta duas alternativas a serem adotadas: a extinção do então CRC-MA, ficando os profissionais do estado subordinados a outro CRC, ou uma nova oportunidade para que o mesmo fosse recuperado. Os membros tendo optado pela não extinção do referido Conselho, resolvem, nomear José Mário Ribeiro da Costa, como novo presidente, o qual se comprometeu a analisar as contas, emitir relatório da situação financeira do CRC ao CFC, e solicitou um prazo para regularizar o mesmo, conforme ata da reunião publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade no Diário Oficial da União (1970, p.45):

[...] o Presidente fez um extenso relato sobre a situação do CRC-Maranhão, em intervenção, desde 6-1-1969, esclarecendo que as providências determinadas pela Resolução baixada pelo CFC, de nº 243-69, não produziram os efeitos desejados e indispensáveis, pois, as medidas regularizadoras e correicionais não foram efetivadas. Duas soluções poderiam ser adotadas: fechar definitivamente o Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, subordinando os profissionais daquele Estado a outro CRC ou oferecer mais uma oportunidade à sua recuperação. Haver-se-ia então de substituir o atual Delegado, Senhor Miguel Archanjo dos Anjos por outro profissional do Estado, que já pertencera ao Conselho Regional e que seria o Senhor José Mário Ribeiro da Costa, que estava presente à sessão, convidado que tora pela Presidência. Passou então a palavra ao Contabilista José Mário, que fez uma ampla exposição sobre a atual situação do Conselho e sobre os planos que tinha em mente para regularizar a vida do órgão, pedindo um prazo até 30 de junho de 1970, para revisão das contas das administrações anteriores, algumas delas com exigência do Tribunal de Contas da União e apresentação das contas de 1968, comprometendo-se enviar ao CIC circunstanciado relatório acerca do assunto. O Plenário decidiu nomear o Senhor José Mário Ribeiro da Costa, Delegado do CFC no CRC-Maranhão para, com poderes regimentalmente atribuídos à Presidência, regularizar sua situação. Adiantou, ainda, o Presidente que a Secretaria forneceria ao recém-riomeado Delegado um adossier» completo, sobre as pendências daquele órgão para com o CFC e que seria feita à Agência do Banco do Brasil, em São Luiz, Estado do Maranhão, comunicação com o nome do novo titular do CRC-Maranhão. Afirmou, ainda, o Presidente que após o prazo concedido ao novo Delegado e caso seja solucionada a situação do Regional, o Conselho Federal baixaria instruções para as eleições de composição de seu Plenário.

José Mário ficou a frente do CRC-MA de janeiro a dezembro de 1970, tendo como sucessor, Muriilo da Costa Belchior, que permaneceu durante janeiro de 1971 a dezembro de 1974; sendo substituído em 1975 por Sebastião Franco Teixeira eleito para comandar o Conselho nos períodos de 1975 a 1979.

Em janeiro de 1980 retorna à presidência José Mário Ribeiro da Costa, ficando frente à instituição até junho de 1984. Tendo como sucessor Afonso Augusto Costa, que presidiria o CRC-MA de julho de 1984 a janeiro de 1985. O décimo primeiro presidente foi Raymundo Nascimento Braga (fevereiro de 1985 a janeiro de 1986).

Em fevereiro de 1986 José Mário Ribeiro da Costa volta a gerir o CRC-MA, tendo como sucessor Antonio Joaquim Pereira Filho (abril de 1987 a janeiro de 1988). Toma posse em janeiro de 1988 Manoel Rubim da Silva que ficaria à frente do Conselho Regional até dezembro de 1991.

Em janeiro de 1992 assume Raimundo Nonato Serra Campos Filho ficando até agosto de

1994. No período de setembro de 1994 a março de 1995 ficaria frente à instituição a Junta Governativa do CRC-MA. Em abril é empossado Jaldo Antonio da Silva Abreu (abril de 1995 a dezembro de 1997). Em janeiro de 1998 assume Eulália das Neves Ferreira esta merecendo destaque, por ser até a presente data a primeira mulher a presidir o CRC-MA.

Em janeiro de 2002, José Wagner R. Mesquita passa a presidir o Conselho; seguido de Celso Antonio Lago Backman (janeiro de 2006 a julho de 2009). No período de agosto a dezembro de 2009, o Conselho foi gerido pela Junta Governativa do Conselho Federal de Contabilidade.

Heraldo de Jesus Campelo assume em janeiro de 2010, que conforme a Ata da 48ª reunião plenária extraordinária do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, realizada no dia 3 de janeiro de 2014, no auditório do Grand São Luís Hotel, deu posse ao novo presidente o Contador Antônio das Graças Alves Ferreira, atual presidente do CRC-MA até o ano de 2017.

O CRC-MA presta serviços aos profissionais de contabilidade registrados no Maranhão, visando à proteção dos interesses da classe contábil, contribuindo para que os serviços prestados sejam realizados de forma eficiente e eficaz, em obediência aos normativos legais e pautados sempre na ética.

3.2. Sindicato dos Contabilistas no estado do Maranhão- SINDICONT e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis Assessoramento, Perícia, Informa e Pesquisas do Estado do Maranhão- SESCAP

Outras duas instituições contábeis do Maranhão que não podem deixar de ser contempladas são: o Sindicato dos Contabilistas no Estado do Maranhão (SINDICONT) e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis Assessoramento, Perícia, Informa e Pesquisas do Estado do Maranhão (SESCAP).

A primeira tem sua formalização datada de 21 de dezembro de 1983, conforme dados da Receita Federal. Fica localizada à Rua Grande, nº 1.555, bairro Calhau na cidade de São Luís e tem como principal atividade organizações sindicais. O SINDICONT é uma organização contábil que visa “disponibilizar mais segurança e buscar sempre mais benefício ao associado”.

A segunda, conforme dados da Receita Federal, foi fundada em 07 (sete) de julho de 1997. É uma associação privada, localizada à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, sala 201, Casa do trabalhador, na cidade de São Luís. Ambas buscam contribuir com o desenvolvimento da classe contábil e são parceiras do Conselho Regional de Contabilidade em eventos e ações que buscam beneficiar a classe contábil maranhense.

3.3 A Academia Maranhense de Ciências Contábeis

A primeira Academia Maranhense de Ciências Contábeis foi fundada no ano de 1981. Em 16 de agosto de 1982, segundo relatos da contabilista Eulália das Neves Ferreira, a referida instituição tinha como acadêmicos os senhores: José Mário Ribeiro da Costa Ferreira, Adney Marques Maciel, Sebastião Franco Teixeira, Raimundo Nunes do Rêgo, Afonso Augusto Ribeiro Costa, Luís Fernando Moura da Silva, Antônio Carlos Barbosa Frota, Waldemar da Silva Carvalho e Jandyra de Jesus Barros.

Em 03 de dezembro de 2001, a então presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, Eulália das Neves Ferreira fez uma convocação aos membros da academia para uma reunião no dia 14 daquele mês que aconteceria na residência do professor Waldemar Carvalho (ver cópia do ofício 076, anexo 07), com o objetivo de reativar a instituição, a tentativa foi sem êxito. Em resposta à convocação, o senhor José Mário, fundador da entidade manifestou não concordância com a reativação

da mesma (ver anexo 08 telegrama). Somente em 31 de dezembro de 2008, conforme registros da Receita Federal, o mesmo deu baixa na instituição.

No mandato do presidente do CRC-MA, Heraldo de Jesus Campelo, foi fundada a nova Academia Maranhense de Ciências Contábeis, constituída em 30 de maio de 2012, na cidade de São Luís. “A primeira assembleia definiu a estruturação da Academia, aprovou o Estatuto e elegeu a diretoria” (AMCC, 2012, p.1).

A posse oficial ocorreu durante a realização do 3º Encontro luso-brasileiro de Contabilidade, tendo como presidente fundadora a contadora e ex-presidente do CRC-MA Eulália das Neves Ferreira.



Figura 08- Posse da Academia Maranhense de Ciências Contábeis- .

Tem como principal objetivo “a valorização educacional e cultural, a imagem o desenvolvimento e estímulo do conhecimento filosófico, científico e tecnológico da Contabilidade, inclusive em ação socioambiental” (AMCC, 2012). Encontra-se localizada no Centro da cidade de São Luís, na Praça Gomes de Sousa, nº 536.

A primeira diretoria empossada foi composta pela presidente Eulália das Neves Ferreira, pelo vice-presidente, Antônio das Graças Alves Ferreira, pela primeira secretária Janieire Queiroga, segunda secretária Dalila Araújo de Sousa Furtado, Francisco Gilvan Lima Moreira diretor científico e cultural, Domingos César Everton Serra, primeiro tesoureiro e Sérgio Murilo Cruz de Oliveira segundo tesoureiro (CFC, 2012).

Na ocasião, também foram empossados os membros do Conselho Fiscal: Antônio Joaquim Pereira Filho, Heraldo de Jesus Campelo, Nilton Luís Lima Praseres, conselheiros efetivos, e os conselheiros suplentes: Maria de Nazaré dos Anjos Barros, José Maria Paixão Filho e Júlio César Duarte.

A fundação da AMCC representa uma nova etapa na construção e divulgação do conhecimento contábil no Maranhão, não somente na preservação da história da Contabilidade no estado, mas como um fortalecimento da classe contábil, valorizando e estimulando o conhecimento tecnológico e científico.

4. Encontros de contabilidade no Maranhão

Os encontros de Contabilidade sejam eles voltados para profissionais ou estudantes, são de grande valia para a formação profissional, não somente pelo leque de conhecimentos que normalmente são transmitidos nesses eventos por meio de palestras, e minicursos, como também por possibilitarem o encontro, a troca de experiências, disseminar o conhecimento científico, ampliar a rede de contatos, contribuir com o desenvolvimento da classe e possibilitar a relação com diferentes culturas.

O Maranhão já foi palco de vários eventos voltados para a Ciência Contábil, tais como: o Encontro Maranhense de Contabilidade (EMAC), I Simpósio Maranhense de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (SIMCASP), Encontro Maranhense da Mulher Contabilista, Fórum Nacional de Contabilidade, Congressos dos Contadores, Estudantes e Empresários do Sul do Maranhão, Encontro de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis do Maranhão, 9º Encontro Nordeste de Contabilidade (ENECON), Encontro

Regional de Estudantes de Ciências Contábeis do Nordeste (ERECIC), 3º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, 28º Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (ENECIC), dentre muitos outros.

Serão enfatizados nos tópicos subsequentes o Encontro Maranhense de Contabilidade, o 9º Encontro Nordeste de Contabilidade, o 3º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, o 28º Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis, o Encontro de Estudantes de Ciências Contábeis da região Nordeste (ERECIC) e o Simpósio Maranhense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (SIMCASP).

4.1. Encontro Maranhense de Contabilidade-EMAC

O Encontro Maranhense de Contabilidade é mais uma iniciativa do CRC-MA. A última edição realizada no período de 28 a 30 de outubro de 2015 no Centro Pedagógico Paulo Freire, na Universidade Federal do Maranhão, na cidade de São Luís, teve como temática: A Contabilidade a serviço das organizações.

O evento coordenado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão contou com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), da Academia Maranhense de Ciências Contábeis (AMCC), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e das demais entidades da área contábil (CRC-MA, 2015).

A quinta edição aconteceu em setembro de 2005 e abordou temas como responsabilidade social, e a importância da Contabilidade no processo decisório das organizações. A quarta e a quinta edição do EMAC, foram marcadas pelo primeiro e segundo Encontro Maranhense da Mulher Contabilista.

Sua primeira edição foi realizada nos dias 21 e 22 de outubro de 1993, sob o tema: Contabilidade: uma nova postura cultural e social. São objetivos do EMAC:

I – Incentivar a participação dos profissionais da Contabilidade e estudantes do Curso de Ciências Contábeis nos eventos organizados pelo conselho; II – Estimular a produção científica ligada ao tema proposto pela comissão organizadora do evento; III – Reconhecer os desafios da profissão contábil no século XXI, sensibilizando o público alvo a atuar como peça fundamental neste processo de crescimento e desenvolvimento econômico e social; IV – Proporcionar um momento de difusão de conhecimento, buscando a interação entre profissionais, estudantes de Contabilidade e outras categorias profissionais afins (CRC-MA, 2015, p.1).

Desde o ano de 1993, o EMAC tem se consagrado como um evento tradicional do estado, que conta com a participação não somente dos profissionais de contabilidade do Maranhão, como também de outros estados da federação, incluindo em sua programação palestras, painéis, mesas e o concurso de artigos que visa estimular a produção e disseminação do conhecimento científico (ver anexo 9).

4.2. O Maranhão sedia por duas vezes o Encontro Regional de Estudantes de Ciências Contábeis- ERECIC

O Encontro Regional dos Estudantes de Ciências Contábeis do Nordeste acontece anualmente desde 1998, entre os meses de março e maio (ERECIC, 2009, p.1), com o objetivo de reunir estudantes e profissionais para discutir sobre a Contabilidade a nível não somente regional, mas também nacional, buscando assim novas perspectivas para a classe contábil.

É “um projeto de cunho científico e cultural que busca desenvolver a formação acadêmica, social e política dos estudantes de Ciências Contábeis das mais diversas instituições do Ensino Superior Público e Privado do Brasil” (ERECIC, 2015, p.1).

O primeiro Encontro Regional de Estudantes de Ciências Contábeis foi sediado na cidade de Fortaleza no Ceará. Nos anos subsequentes, perpassou pelos estados do Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, até chegar à cidade de São Luís. Entre os dias 24 a 27 de maio de 2005, o estado do Maranhão recebeu pela primeira vez o ERECI, que em sua oitava edição abordou a temática: Contabilidade: fator de transformação da sociedade. Reunindo “aproximadamente 700 participantes entre congressistas, palestrantes e autoridades, na plenária final” (ERECIC, 2009, p.2).

Seis anos depois, o ERECI retorna à cidade de São Luís. Entre os dias 21 e 24 de abril de 2011, o Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana e a Universidade Federal do Maranhão seriam palco do encontro que reuniria mais uma vez estudantes e profissionais de Contabilidade de toda a região Nordeste, para discutirem o tema: Contabilidade: Uma Ciência Social.

É inegável a importância desses eventos para o desenvolvimento da classe contábil. Sediá-los só nobilita o Maranhão no cenário contábil brasileiro, ao mesmo tempo que permite uma vasta troca de conhecimentos contábeis e contribui com o turismo e o desenvolvimento socioeconômico.

4.3. Encontro Nordeste de Contabilidade-ENECON

O Encontro Nordeste de Contabilidade encontra-se na sua décima segunda edição realizada na cidade de Recife, Pernambuco no ano de 2015. O evento que ocorre bianualmente é fruto de “uma parceria dos Conselhos Regionais de Contabilidade de todo o Nordeste que o promovem com o objetivo de discutir temas do interesse da classe contábil, debater novas ideias e compartilhar informações com profissionais e estudantes de todo o Nordeste” (CRC-BA, 2011, p.1).

No ano de 2009, mais precisamente nos dias 26 a 28 de agosto, seria a vez do estado do Maranhão receber a 9ª edição do ENECON, com o tema “Agenda Contábil para o Desenvolvimento do Nordeste: critérios e perspectivas”. O evento contou com a participação de estudantes, professores e contabilistas não somente da região Nordeste, mas de todo o país.

Fonte CRC-MA (2009).



Figura 09- Encontro Nordestino de Contabilidade-

Destacam-se os nomes de Maria Clara Cavalcante Bugarim (na época presidente do CFC), Ariovaldo dos Santos (Professor USP), Wilson Alberto Zappa Hoog (Contador - PR), Cláudio Nasajon (Professor da PUC/RJ), João Altair Caetano dos Santos (Contador), Antoninho Marmo Trevisan (Contador),

Francisco Ribeiro (Professor UFPE), Maria Constança Carneiro Galvão (na época presidente do CRC-BA).

É um marco para a Ciência Contábil, por possibilitar o encontro de profissionais e estudantes e viabilizar as discussões acerca de temas relevantes para a Contabilidade. O ENECON ocorre há mais de duas décadas, já tendo sido sediado nas cidades de Teresina, Salvador, Jaraguá, Aracaju, Recife dentre outras.

4.4. Simpósio Maranhense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-SIMCASP

O I SIMCASP realizado nos dias 25 e 26 de outubro de 2013, no auditório da Associação Comercial do Maranhão, na cidade de São Luís, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão. Contou com a participação de profissionais de vários estados brasileiros, dentre eles: Dr. Nelson Machado (São Paulo, ex-secretário do Ministério da Fazenda e Ministro da Previdência), do auditor fiscal Joaquim Osório Liberalquino Ferreira (Pernambuco), da auditora interna do Poder Judiciário do Pará, e especialista em Gestão Pública, Leila Márcia Sousa de Lima, do consultor residente do Fundo Monetário Nacional Victor Branco de Holanda (Natal/RN) e do coordenador da Secretaria do Tesouro Nacional Paulo Henrique da Silva (Brasília- DF).

A Comissão responsável pela organização do evento foi composta pelos senhores: Heraldo de Jesus Campelo (Presidente do I SIMCASP), Professor Jorge Expedito de Gusmão Lopes (Coordenador Geral), Nilton Luiz Lima Praseres (Coordenador I SIMCASP), Sérgio Murilo Cruz Oliveira, Paraguaçu Santos Veras Filho, Waldir Costa Pires, Pâmela Dávalos de Souza, Tânia Lourdes França Silva Mendes, Cássio José Batalha da Silva e Aline Sousa dos Santos (SIMCASP, 2013).

Com a programação voltada para discussões acerca da área pública, o evento reuniu docentes, estudantes e profissionais, visando contribuir com as discussões, reflexões e troca de conhecimentos, reafirmando ainda a importância do profissional de contabilidade para a transparência da gestão pública.

4.5. São Luís sedia o 3º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade-ELBC

O Encontro Luso-Brasileiro é fruto de uma parceria do Conselho Federal de Contabilidade, e da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas de Portugal (OTOC), datada de 2006, visando o compartilhamento de conhecimentos contábeis por todos os países de Língua Portuguesa. Sua primeira edição ocorreu na cidade de Florianópolis, no ano de 2010, e a segunda teve como sede o Centro Cultural de Belém, em Lisboa-Portugal.

No ano de 2012, foi a vez da cidade de São Luís receber a terceira edição, entre os dias 22 e 23 de outubro (anexo 9) O evento foi realizado no Hotel Luzeiros, tendo como tema: Contabilidade é memória, São Luís 400 anos de história. E como lema: “Separados pelo Oceano, Unidos pela Contabilidade”. Essa temática foi motivada pelo aniversário de 400 anos de São Luís e contou ainda com o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON) e do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CFC, 2012).

Segundo o Jornal do CFC ano 15, nº 114, (2012, p.6), a solenidade de abertura contou com cerca de 500 pessoas. “O encontro reuniu além de líderes do cenário contábil brasileiro, representantes dos países de Língua Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe”.

E abordou temas diversos, tais como: a Contabilidade nos países de Língua Portuguesa desde a criação da profissão, a atuação do profissional de Contabilidade no mercado, a sustentabilidade,

o ensino da Contabilidade, e as normas internacionais.

Contou com palestrantes como: Antônio Domingues de Azevedo (Portugal), Carlos Rodrigues (Cabo Verde), Miguel Magno (Guine Bissau), Hamilton Barros (São Tomé e Príncipe), Júlio Sampaio (Angola), Marisa Luciana Schwabe de Moraes (Brasil), Leonel Pontes (Portugal), Ana Cristina Silva (Portugal), Fabio Moraes (Brasil), José Joaquim Boarim (Brasil), dentre outros (CFC, 2012).

Durante a solenidade de abertura do ELBC, ocorreu ainda a posse da primeira diretoria da Academia Maranhense de Ciências Contábeis. Sedar um evento de cunho internacional, só engrandece a classe contábil maranhense e inclui o Estado na história da Contabilidade mundial.

4.6 O Maranhão sedia o 28º Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis -ENECIC

O Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (ENECIC) teve início no ano 1986, na cidade de Cuiabá Mato Grosso, uma iniciativa do Movimento Estudantil de Ciências Contábeis (MECIC) com o intuito de reunir estudantes da área contábil para discutir temas relevantes à classe, trocar informações, promover a interação, socializar o conhecimento e incentivar a construção do saber científico (MECIC, 2014).

No decorrer de quase 30 anos, o ENECIC perpassou por várias cidades do Brasil, dentre elas Vitória, Goiânia Fortaleza, Teresina, Salvador, Campina Grande, Florianópolis, Belo Horizonte, dentre muitas outras. Partindo por fim no ano de 2013, de Gauraripe para a cidade de São Luís, Maranhão, que sediará pela primeira vez no ano de 2014 um Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (anexo 9).

O 28º ENECIC foi realizado entre os dias 13 e 17 de agosto de 2014 na Universidade Federal do Maranhão, Centro de Convenções Paulo Freire e teve como tema: “Nova Contabilidade Pública: transparência e controle social” Foi fruto do empenho dos estudantes de Ciências Contábeis da UFMA, dentre eles: Alisson Santos (coordenador de infraestrutura); André Marques (coordenador científico); Alessandro Lins (coordenador financeiro); Paulo Avelar (coordenador geral); Thiago Augusto (coordenador cultural); e Vanessa de Araújo (coordenadora de Marketing); dentre muitos outros que se dispuseram a fazer do evento um marco histórico para os estudantes de Ciências Contábeis do Maranhão.

A programação contou ainda com um concurso de artigos que premiou os três primeiros lugares, sendo a primeira colocada do estado de São Paulo, Nelisa Micheti, que recebeu o prêmio das mãos do coordenador científico André Marques na tarde do dia 17, conforme imagem a seguir:

Fonte: Arquivo pessoal da premiada.



Figura 10- Premiação, concurso de artigos, ENECIC,2014

Se fizeram presentes estudantes, professores e contadores de diversos estados do país, dentre eles: Bahia; Amapá, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo. Quase 50% dos inscritos eram da região Nordeste (ENECIC, 2014).

Sediar pela primeira vez um encontro do porte do ENECIC, tendo como organizadores estudantes da Universidade Federal do Maranhão, é mais um fato que merece destaque na história da Contabilidade deste estado, tendo em vista, ter reunido participantes de quase todos os estados brasileiros e ser um evento de cunho nacional que ocorre há quase 30 anos contribuindo com a formação do profissional de contabilidade.

5. Considerações finais

Este estudo teve como objetivo realizar um levantamento histórico acerca de fatos relevantes da Contabilidade no estado do Maranhão, enfocando os primeiros registros, os primeiros profissionais, a criação do Conselho Regional, as instituições de ensino, dentre outros acontecimentos que marcam a evolução contábil.

A iniciativa de realizar uma pesquisa sobre a Contabilidade no estado supracitado surgiu de uma inquietação e de um desejo muito particular, por observar que ainda existe uma notória negativa sobre as contribuições do Maranhão na evolução da Ciência Contábil no Brasil.

São vieses de uma história que parece ao longo do tempo ir sendo destruída com arquivos e documentos não conservados. A história da Contabilidade do Maranhão está longe de se resumir ao traçado no presente relato, ela é instigatória, curiosa, cheia de detalhes, de surpresas que levam a outras inquietações e a mais vontade de conhecê-la, compreendê-la, estudá-la e contá-la.

Reunir documentos, arquivos jurídicos, livros, artigos, ouvir pessoas, sobre a temática em questão, não é uma tarefa fácil já que os indícios dessa história ainda estão soltos, precisado ser um a um costurados, investigados e apresentados. Mesmo não sendo fácil, é algo indescritível fazer a leitura de livros de quase dois séculos, se envolver com notas de jornais, que contam um pouco da profissão que convicentemente se escolheu, se transpor de uma realidade a outra, numa viagem por encontrar sem saber exatamente o que esperar.

Infelizmente, há carência de literatura, de pesquisas, e de contribuições para quem busca realizá-las, fazendo com que a história da Ciência Contábil no Maranhão vá se perdendo pouco a pouco em documentos espalhados e destruídos pelo tempo.

Os primeiros indícios dela no referido estado, ao contrário do que muitos imaginam não estão datadas do final do século XIX, pois, ainda no ano de 1758, já se era possível, por meio de documentos da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão, observar mesmo que de forma rudimentar o controle do patrimônio da organização.

Seria pretencioso negar a existência da Contabilidade no Maranhão antes de 1758, cabendo ressaltar que o referido ano foi tomado como base por não terem sido encontrados, nas fontes até aqui pesquisadas, documentos comprobatórios que remetam a realização de relatórios contábeis no estado anterior a essa data, todavia não se descarta a possibilidade de sua existência.

A evolução da profissão contábil deu-se a passos lentos no Maranhão, já que as condições socioeconômicas do século XIX não possibilitavam a formação de contadores. A educação vivia um período de descaso. No entanto, começava-se ainda nesse século, a reconhecer a importância do guarda-livros, criando-se o referido cargo no quadro de funcionários da Companhia Geral de Comércio. As evoluções que a Contabilidade perpassou no decorrer do tempo, só reafirmam a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico, já que, normalmente, estão relacionadas à necessidade do homem em sociedade.

Estevão Rafael de Carvalho, com o seu livro *A Metafísica da Contabilidade Comercial* inaugura um novo tempo, ampliando firmemente as discussões sobre a Contabilidade enquanto Ciência. A obra de Carvalho não representa apenas uma referência maranhense, como também marca oficialmente a história da Contabilidade no Brasil como o primeiro livro escrito, ainda no ano de 1833 sobre a mesma.

Mesmo sendo reconhecida a necessidade de uma Aula de Comércio no estado do Maranhão ainda no ano de 1754, a primeira só ocorreu em 1811 e sem êxito, vindo a ter continuidade apenas em 1832. Mais de um século depois era regulamentada a profissão contábil no Brasil, precisamente em junho de 1931. E somente 15 anos depois foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade.

A fundação do CRC-MA, deu-se apenas no ano de 1948, sendo outro marco da profissão contábil no estado. Alguns cursos técnicos foram implantados nesse período, mas somente no ano de 1974, uma instituição maranhense, a UFMA, passa a oferecer o curso de bacharelado em Ciências Contábeis.

Outros fatos relevantes narrados no decorrer desse estudo foram: a fundação da Academia Maranhense de Ciências Contábeis e os encontros de Ciências Contábeis sediados nesse período, sendo citados o Encontro Maranhense de Contabilidade, tendo sua primeira edição datada de 1993, o Encontro regional de Estudantes de Ciências Contábeis (2005 e 2011), o Encontro Nordeste de Contabilidade (2009), o Simpósio Maranhense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2011), o 3º Encontro Luso-Brasileiro realizado no ano de 2012, marcado ainda pela posse da diretoria da AMCC, um evento de cunho internacional, e o encontro Maranhense de estudantes de Ciências Contábeis de cunho nacional no ano de 2014, ambos realizados na cidade de São Luís.

Embora sejam muitos os fatos que inserem o Maranhão na história contábil brasileira, não cabe apenas mencioná-los, sem analisar a evolução que eles trouxeram para os profissionais contábeis. Todos os acontecimentos citados contribuíram fortemente para que esses profissionais deixassem de ser considerados apenas guarda-livros, meros descritores de informações, para serem vistos como analistas, não apenas escrituradores, mas gestores da informação e do conhecimento.

Poder relatar um pouco dessa história, que vem transpondo séculos, e ainda em alguns momentos mais contemporâneos ver colegas de profissão fazendo parte dela, se enxergar no contexto atual enquanto profissional de contabilidade, é uma experiência indescritível. Reitera-se que muito ainda tem a ser descoberto, discutido e investigado sobre a Contabilidade no Maranhão, e que os fatos descritos no presente trabalho não contemplam por completo a curiosidade da pesquisadora, tampouco respondem a todas as suas inquietações, representando o início de um longo caminho a ser trilhado, na ânsia pelo desvendar dessa história tão fascinante.

A história da Contabilidade no Brasil é muito mais rica do que muitos autores idealizam e buscam descrever, e a participação do Maranhão nessa história é mais encantadora e curiosa do que muitos são capazes de imaginar.

Referências

ABRANTES, José Serafim. 55 anos de criação dos Conselhos de Contabilidade. Brasília: CFC, 2001.

AMCC, Academia Maranhense de Ciências Contábeis. Objetivos da Organização. São Luís, 2012. Disponível em: <http://amcc-ma.com.br/empresa.html>. Acesso em: 20 dezembro de 2015.

ARAÚJO, A. Q; CAVALCANTE JÚNIOR, A.C.F. A tendência da Contabilidade diante das novas especialidades social, ambiental e tecnológico, 2007. Disponível em: <http://www.algarveaps.com.br/pagina35.htm>. Acesso em: 20 Fev 2014.

BRASIL. Decreto Lei nº 7.988 de 22 de Setembro de 1945. Cria o Curso de Ciências Contábeis. Rio de Ja-

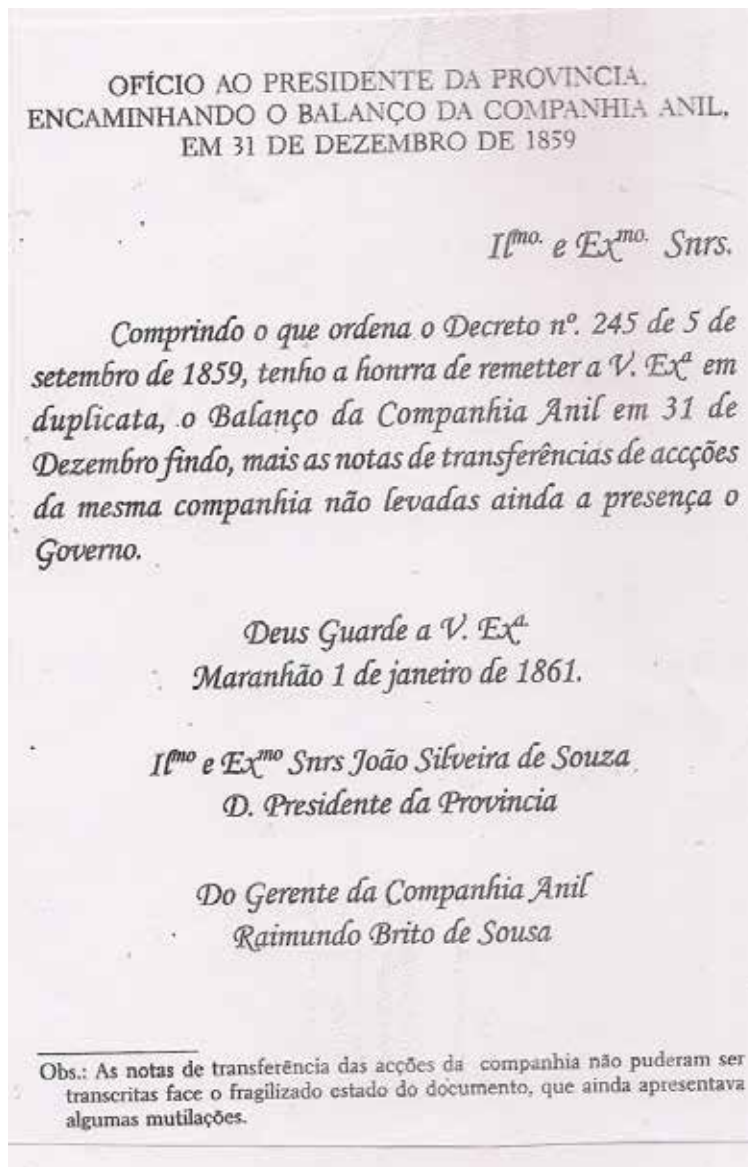
- neiro, setembro de 1945. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880>. Acesso em: 27 de Outubro de 2015.
- CARVALHO, Estevão Rafael de. *A Metafísica da Contabilidade Comercial*. Rio de Janeiro: Na Typ. Imp E Const. De J. Villeneuve E.C., 1837.
- CASTRO, Gilson Luís de. *Uma abordagem sobre a criação e função dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade*. Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília (UnICEUB). Brasília, 2009. 37p.
- CFC, Conselho Federal de Contabilidade. *Jornal do CFC*. Brasília, ano 15, n.114, setembro/outubro, 2012. _____, Ata da Reunião 462, Realizada no dia 28 de novembro de 1969. Diário Oficial da União. DF, 8 Janeiro, 1970. Seção 1, p. 32-33.
- CRC/MA, Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão. Ex Presidentes. Disponível em: <http://www.crcma.org.br/newsite/institucional/fiscalizacao-menu>. Acesso em: 21 de novembro de 2015. _____, Regulamento Encontro Maranhense de Contabilidade.2015. Disponível em: http://www.crcma.org.br/newsite/emac/regulamento_trab_cientificos.pdf. Acesso em: 25 de dezembro de 2015.
- CRC/BA, Conselho Regional de Contabilidade da Bahia. ENECON. 2011. Disponível em: <http://www.crcba.org.br/new/> Acesso em: 27 de Dezembro de 2015.
- DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Tese (Livre Docência) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1971. 671p.
- ENECIC, Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis. Fotos. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/enecicslz2014/?fref=ts>. Acesso em 2 novembro 2015.
- ERECIC, Encontro Regional de Estudantes de Ciências Contábeis. 2009. História dos Encontros Regionais. Disponível em: <http://dacont-uefs.blogspot.com.br/2009/08/historia-do-erecic-ne-encontros.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2015. _____, Encontro Regional de Estudantes de Ciências Contábeis. ERECIC Piauí. Disponível em: <http://www.erecic.com.br/2016/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.
- ERICEIRA, Fernando Jorge. *Historia da Contabilidade no Maranhão: uma viagem do período colonial à época da prosperidade*. São Luís, Gráfica Aquarela, 2007.
- FIGUEIREDO, M. *A Metafísica da Contabilidade Comercial: Estevão Rafael de Carvalho*. 2011. Disponível em: <http://maufigjr.blogspot.com.br/2011/06/metafisica-da-contabilidade-comercial.html>. Acesso em: 16 de Agosto de 2015.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- JORNAL O ECCO DO NORTE, São Luís, 1834.
- JORNAL DIÁRIO DE SÃO LUÍS, São Luís, 30 Maio de 1948.
- JORNAL DIÁRIO DE SÃO LUÍS, São Luís 08 Janeiro, 1949.
- JORNAL DIÁRIO DE SÃO LUÍS, São Luís 12 Março, 1949.
- LAFFIN, M. Ensino da Contabilidade: componentes e desafios. *Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte, v. 13, nº. 3, dez/2002.
- MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: Possivelmente o Primeiro Curso Formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP. São Paulo, n. 42, p. 113 - 122 Set./Dez. 2006.
- MECIC, Movimento Estudantil de Ciências Contábeis. *Conhecendo o MECIC*. 2014. Disponível em: <http://ebecic.com.br/2015/o-evento/mecic/> Acesso em: 12 de outubro de 2015.
- MEIRELES, M.M. *A Junta Comercial do Estado do Maranhão*. São Luís: Jucema 1994.

- MENDONÇA, Marcos Carneiro. Aula de Comércio. Rio de Janeiro: Xerox Brasil, 1982.
- MERLO, Roberto Aurélio. O contabilista do século XXI. Jornal do CFC, Brasília, março/abril 2006. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/Jornal81.pdf> . Acesso em: 06 jan. 2014.
- PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIOROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. Revista Contabilidade & Finanças. Edição 30 anos de Doutorado, Junho 2007, vol.18. p. 19-32.
- PILLETI, Nelson. História da Educação do Brasil. São Paulo: Ática, 1990.
- SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SAES, F. A. M.; CYTRYNOWICZ, R.. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. Revista Álvares Penteado, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-59, junho/2001.
- SEREJO, Lourival. Estevão Carvalho. Disponível em: <http://www.avlma.com.br/index.php/academicos-e-patronos/276-estevao-carvalho>. Acesso em: 20 de Agosto de 2015.
- SILVA, A.C.; MOURA, H.S. As novas tendências da Contabilidade no Terceiro Milênio. Disponível em: <<http://www.nossocontador.com/artigos/44.pdf>>.2007. Acesso em: 4 abr. 2014.
- SIMCASP, Simpósio Maranhense de Contabilidade Aplicada ao Setor público. Comissão organizadora. 2013. Disponível em: <https://eventmaster.com.br/event/isimcasp/site/content/comissao>. Acesso em: 20 de Dezembro de 2015.
- UFMA, Universidade Federal do Maranhão. Projeto Politico Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. São Luís, UFMA, 2012.
- VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão. São Luís: Lithorgraf, 1992.
- WATANABE, Ippo. História da Contabilidade: a profissão contábil no Brasil. Revista de Contabilidade do CRCSP, São Paulo, n.1, p.4-20, dez. 1996.
- ZANONI, Aleksandra Mizegenski Bonfante. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis: Linhas de Pesquisas dos Trabalhos Realizados entre 2008 a 2013. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC, 2014. 50 p.

Anexos

Anexo 1 - Ofício de encaminhamento e balanço da Companhia Anil

Fonte: Ericeira, 2007.



Balanco da Companhia Anil extraido em 31 de Dezembro de 1860

Activo		Passivo																																
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Por acções reservadas para juros das accionistas</td> <td style="text-align: right;">10.000.000</td> </tr> <tr> <td>Pago por contador obras arrematadas pelo Engenheiro</td> <td style="text-align: right;">77.834.500</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Accionistas</td> </tr> <tr> <td>Importancia de seus debitos</td> <td style="text-align: right;">600.000</td> </tr> <tr> <td>Obras do Encanamento</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Importancia despendida com as obras até hoje</td> <td style="text-align: right;">161.852.838</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Arrematação</td> </tr> <tr> <td>Pagos por conta do restante da conclusão das obras arrematadas pelo gerente</td> <td style="text-align: right;">49.467.118</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Caixa</td> </tr> <tr> <td>Dinheiro existente</td> <td style="text-align: right;">284.520</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">R\$ 310.038.876</td> <td></td> </tr> </table>	Por acções reservadas para juros das accionistas	10.000.000	Pago por contador obras arrematadas pelo Engenheiro	77.834.500	Accionistas		Importancia de seus debitos	600.000	Obras do Encanamento		Importancia despendida com as obras até hoje	161.852.838	Arrematação		Pagos por conta do restante da conclusão das obras arrematadas pelo gerente	49.467.118	Caixa		Dinheiro existente	284.520	R\$ 310.038.876			<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Capital</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por 3.000 acções de 100.000</td> <td style="text-align: right;">300.000.000</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Juros a Pagar</td> </tr> <tr> <td>Saldo</td> <td style="text-align: right;">10.038.876</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">R\$ 310.038.876</td> <td></td> </tr> </table>	Capital		Por 3.000 acções de 100.000	300.000.000	Juros a Pagar		Saldo	10.038.876	R\$ 310.038.876	
Por acções reservadas para juros das accionistas	10.000.000																																	
Pago por contador obras arrematadas pelo Engenheiro	77.834.500																																	
Accionistas																																		
Importancia de seus debitos	600.000																																	
Obras do Encanamento																																		
Importancia despendida com as obras até hoje	161.852.838																																	
Arrematação																																		
Pagos por conta do restante da conclusão das obras arrematadas pelo gerente	49.467.118																																	
Caixa																																		
Dinheiro existente	284.520																																	
R\$ 310.038.876																																		
Capital																																		
Por 3.000 acções de 100.000	300.000.000																																	
Juros a Pagar																																		
Saldo	10.038.876																																	
R\$ 310.038.876																																		

Maranhão 31 de Dezembro de 1860
Raimundo Brito Gomes de Sousa
Guarda Livros

APÊNDICE M - BALANÇO DA COMPANHIA ANIL EXTRAÍDO EM 30 DE SETEMBRO DE 1859

ACTIVO		PASSIVO																																
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Acções</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por 947 acções não emitidas</td> <td style="text-align: right;">14.700.000</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Accionistas</td> </tr> <tr> <td>Importancia de seus debitos</td> <td style="text-align: right;">10.830.000</td> </tr> <tr> <td>Obras do Encanamento</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Importancia despendida com as obras até hoje</td> <td style="text-align: right;">146.553.539</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Arrematação</td> </tr> <tr> <td>Pago pro conta das obras arrematadas pelo Engenheiro</td> <td style="text-align: right;">44.200.000</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Caixa</td> </tr> <tr> <td>Dinheiro existente</td> <td style="text-align: right;">4.720.175</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">R\$ 301.003.714</td> <td></td> </tr> </table>	Acções		Por 947 acções não emitidas	14.700.000	Accionistas		Importancia de seus debitos	10.830.000	Obras do Encanamento		Importancia despendida com as obras até hoje	146.553.539	Arrematação		Pago pro conta das obras arrematadas pelo Engenheiro	44.200.000	Caixa		Dinheiro existente	4.720.175	R\$ 301.003.714			<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 80%;">Capital</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Por 3000 acções de 100.000</td> <td style="text-align: right;">300.000.000</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Juros a Pagar</td> </tr> <tr> <td>Juros não reclamados</td> <td style="text-align: right;">1.003.714</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">R\$ 301.003.714</td> <td></td> </tr> </table>	Capital		Por 3000 acções de 100.000	300.000.000	Juros a Pagar		Juros não reclamados	1.003.714	R\$ 301.003.714	
Acções																																		
Por 947 acções não emitidas	14.700.000																																	
Accionistas																																		
Importancia de seus debitos	10.830.000																																	
Obras do Encanamento																																		
Importancia despendida com as obras até hoje	146.553.539																																	
Arrematação																																		
Pago pro conta das obras arrematadas pelo Engenheiro	44.200.000																																	
Caixa																																		
Dinheiro existente	4.720.175																																	
R\$ 301.003.714																																		
Capital																																		
Por 3000 acções de 100.000	300.000.000																																	
Juros a Pagar																																		
Juros não reclamados	1.003.714																																	
R\$ 301.003.714																																		

Maranhão 30 de setembro de 1859
O Guarda Livros
Jose Antonio Ferreira Vianna

O gerente
Raimundo Brito Gomes de Sousa

Anexo 2 - Redação do decreto sem número de 2 de agosto de 1831

DECRETO DE 2 DE AGOSTO DE 1831

Estabelece uma Aula de Commercio na cidade do Maranhão.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembleia Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Provincia do Maranhão:

Art 1º Será restabelecida nesta Cidade , a aula de commercio que aos poucos annos deixou de existir, sendo os respectivos estudos regulados pelos estatutos existentes a este respeito.

Art 2º O Lente da mencionada cadeira, terá o ordenado de seiscentos e quarenta mil reis; e será provida esta, como outras semelhantes aulas do imperio.

Art 3º No caso de vacancia da dita cadeira, o Presidente da Provincia a proverá interinamente na conformidade da Lei de quinze de Outubro de mil oitocentos vinte sete.

José Lino Coutinho , do Conselho do mesmo Imperador, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido , e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Agosto de mil oitocentos e trinta e um, decimo da Independencia e do imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA

JOSÉ DA COSTA CARVALHO

JOÃO BRAULIO MONIZ

José Lino Coutinho.

Fonte: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1831.

Anexo 3 - Decreto Nº 83.307/79 - Reconhece o curso superior de Ciências Contábeis UFMA

Fonte: Diário Oficial.

Original



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE I

DECRETO N.º 46.237 — DE 18 JUNHO DE 1959

ANO CXXVII — N.º 63

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1979

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 83.307 de 30 de março de 1979

Concede reconhecimento ao curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

O Presidente da República,

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1958, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 174/79, conforme consta do Processo nº 572/78-CFE e 207.673/79 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Ciências Contábeis, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, mantida pela Fundação Universidade Federal do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de março de 1979 ; 158º da Independência e 91º da República.

José B. DE FOUZARENO
E. Portella

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

DECRETOS DE 30 DE MARÇO DE 1979

O Presidente da República, de acordo com o artigo 79, item I, do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, resolve

DESIGNAR

FREDERICO AUGUSTO BASTOS para exercer a função de confiança de Secretário da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Código LT-DAS-101.4, constante da Tabela Permanente aprovada pelo Decreto nº 79.208, de 7 de fevereiro de 1977.

Brasília, 30 de março de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

José B. DE FOUZARENO
Mário Henrique Simoes

O Presidente da República, de acordo com o artigo 79, item I, do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, resolve

DESIGNAR

ALOYSIO CASTRO DE FREITAS COSTA para exercer a função de confiança de Diretor-Geral do Departamento de Pessoal da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Código LT-DAS-101.3, constante da Tabela Permanente aprovada pelo Decreto nº 79.208, de 7 de fevereiro de 1977.

Brasília, 30 de março de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

José B. DE FOUZARENO
Mário Henrique Simoes

MINISTÉRIO DA MARINHA

DECRETOS DE 31 DE MARÇO DE 1979

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RESOLVE promover, no Corpo da Armada, ao posto de Almirante-de-Esquadra o Vice-Almirante JOSÉ GERARDO THEOFRILUS ALBANO DE ARATANHA.

BRASÍLIA, 31 de março de 1979, 158º da Independência e 91º da República.

José B. DE FOUZARENO
Máximo Fonseca

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RESOLVE promover, no Corpo da Armada, ao posto de Almirante-de-Esquadra o Vice-Almirante NINTON BRAGA DE FARIA.

BRASÍLIA, 31 de março de 1979, 158º da Independência e 91º da República.

José B. DE FOUZARENO
Máximo Fonseca

CC/PR-IMPRESA NACIONAL
Unidade

CONFERE COM O ORIGINAL

Data 05/06/109

SERVIDOR

Maria Tereza Miranda 4 em
Mau 440484

Anexo 4 - Galeria de Presidentes do CRC-MA

Imagem	Nome Do Ex-Presidente	Imagem	Nome Do Ex-Presidente
	ANTONIO LEÔNCIO MACHADO NOVEMBRO DE 1948 A ABRIL DE 1957		JOÃO FREIRE DE MEDEIROS ABRIL DE 1957 A NOVEMBRO DE 1958
	WALDEMAR DA S. CARVALHO NOVEMBRO DE 1958 A JANEIRO DE 1968		JOSÉ MARIANO FERREIRA JANEIRO DE 1968 A DEZEMBRO 1968
	MIGUEL ARCANJO DOS ANJOS JANEIRO DE 1969 A DEZEMBRO DE 1969		JOSÉ MÁRIO RIBEIRO DA COSTA JANEIRO DE 1970 A DEZEMBRO DE 1970
	MURILO DA COSTA BELCHIOR JANEIRO DE 1971 A DEZEMBRO DE 1974		SEBASTIÃO FRANCO TEIXEIRA JANEIRO DE 1975 A DEZEMBRO DE 1979
	JOSÉ MARIO RIBEIRO DA COSTA JANEIRO DE 1980 A JUNHO DE 1984		AFONSO AUGUSTO COSTA JULHO DE 1984 A JANEIRO DE 1985

	RAYMUNDO NASCIMENTO BRAGA FEVEREIRO DE 1985 A JANEIRO DE 1986		JOSÉ MARIO RIBEIRO DA COSTA FEVEREIRO DE 1986 A MARÇO DE 1987
	ANTONIO JOAQUIM PEREIRA FILHO ABRIL DE 1987 A JANEIRO DE 1988		MANOEL RUBIM DA SILVA JANEIRO DE 1988 A DEZEMBRO DE 1991
	RAIMUNDO NONATO SERRA CAMPOS FILHO JANEIRO DE 1992 A AGOSTO DE 1994		JUNTA GOVERNATIVA DO CRC-MA SETEMBRO DE 1994 A MARÇO DE 1995
	JALDO ANTONIO DA SILVA ABREU ABRIL DE 1995 A DEZEMBRO DE 1997		EULALIA DAS NEVES FERREIRA JANEIRO DE 1998 A DEZEMBRO DE 2001
	JOSE WAGNER RABELO MESQUITA JANEIRO DE 2002 A DEZEMBRO DE 2005		CELSO ANTONIO LAGO BECKMAN JANEIRO DE 2006 A JULHO DE 2009
	JUNTA GOVERNATIVA DO CFC AGOSTO DE 2009 A DEZEMBRO DE 2009		HERALDO DE JESUS CAMPELO JANEIRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2013



ANTONIO DAS GRAÇAS ALVES
FERREIRA
JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE
2017

Fonte: CRC-MA.

Anexo 6 - Ata da reunião 462º do Conselho Federal de Contabilidade

Fonte: Diário Oficial.

32 Quinta-feira 8

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte II)

Janeiro de 1970

tino Rodrigues Martinez, com a palavra, afirmou que mesmo aceitando a renúncia, o Plenário do CFC desejava, de viva voz, apresentar as suas homenagens a quem tanto contribuiu para o engrandecimento do CFC. O Presidente, com a palavra, afirmou que, além da reunião ordinária, que se realizará amanhã, 28, realizaram-se no dia 19 de dezembro próximo, mais duas reuniões sendo uma, para eleição de Presidente e Vice-Presidente do CFC, para o exercício de 1970 e a segunda, extraordinária, para as homenagens de despedidas dos Conselheiros que findam seus mandatos. E ainda mais havendo que tratar, foi encerrada a reunião às vinte horas, sendo lavrada a presente ata por mim, Secretário Sylvio Romero Cavalcanti Coutinho, que após lida e aprovada pelo Plenário, será assinada por mim e pelo Presidente Eduardo Forés.

Ata da 462ª Reunião

Às dezoito horas do dia vinte e oito de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, na sua sede própria, realizou-se, sob a Presidência do Senhor Eduardo Forés e com o comparecimento dos Conselheiros que assinaram o Livro de Presença: Ynel Alves de Camargo, Gelsio Quintanilha Pinto, Jayme Sundaus, Orlando de Lemos Falcone, Benedito Gilberto de Azevedo Pantoja, Elmo Lopes da Cunha, Moysés Jordão de Vargas Junior, Walter Ferreira Vianna, Felicitissimo de Moraes e Barros, Ivo Malhães de Oliveira, Roberto Carvalho, Virgílio José Afonso, Militino Rodrigues Martinez e Eugênio Roth, a 462ª reunião do Conselho Federal de Contabilidade. Abertos os trabalhos, o Presidente declarou que a ata da reunião — extraordinária — do dia 27 de março submetida à aprovação do Plenário na próxima reunião, *Ordem do Dia*: O Conselheiro Felicitissimo de Moraes e Barros relatou o processo a seguir indicado: 340-58 — Proposição de sua autoria no sentido de que o CFC autorizasse o CRC — Minas Gerais a considerar, a título precário, o prazo de validade das certezas provisórias, concedidas aos titulares de certificados expedidos pela Fundação Municipal de Ciências Econômicas de Belo Horizonte ou em nome do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis. Tal proposição foi feita, em virtude de não haver sido ainda reconhecida oficialmente pelo Conselho Federal de Educação, a referida Faculdade. Lança um protesto, quanto às palavras descorteses do Relator, Conselheiro Ynel Alves de Camargo, na sessão de 24 de outubro último, dizendo que sua proposição é alterçada em bases sólidas, que resistem a uma análise séria, devido a serem firmadas em printe e pios inofensivos. Fêz, a seguir, um histórico da legislação sobre a matéria, atualmente em vigor — Lei nº 4.024, de 20-12-1961 — e se referiu ao pedido de reconhecimento da FAMCE, que foi processado em 4-7-1969, sob o número 1.086, no Conselho Federal de Educação, onde se acha em tramitação. Acha o Conselheiro Felicitissimo que o não acolhimento à sua proposição, constitui um insulto do Relator de desprestigiar uma obra séria e patriótica. O Conselheiro Ynel Alves de Camargo, com a palavra, falou sobre o seu parecer exarado na reunião de 24-10-1969, afirmando que não fora bem compreendido pelo Conselheiro Felicitissimo, não tendo tido intenção, em absoluto, de ser descortês com o autor da proposição. Referiu-se ao trecho do seu parecer, onde dizia que, entre os componentes da sessão, onde foi aprovado por unanimidade, o seu parecer inteiramente contrário à concessão de registro provisório, com relação a certificados conferidos por estabeleci-


mentos não oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Educação, encontrava-se o Conselheiro Felicitissimo de Moraes e Barros que, votou a favor da matéria que então se discutia, daí sua natural surpresa ao tomar conhecimento da proposição por ele apresentada e em sentido contrário ao que votara na reunião de 24-10-6. Ressaltou, ainda, o Conselheiro Ynel, o trecho da proposição do Conselheiro Felicitissimo de Moraes e Barros, quando diz: «Entendo que estou cumprindo o meu dever de atender aos interesses relativos ao correto exercício da atividade profissional, no vir propôr e recomendar, como estou fazendo, que o CFC conceda a autorização sugerida». Afirmou então o Conselheiro Ynel que, se presentemente o colega entende estar cumprindo o seu dever, como então analisaria a sua situação, ao voto contrário, quando por ocasião da sessão plenária? Reafirmou, mais uma vez, o Conselheiro Ynel, que não houve propósito de descoitesia para com o Conselheiro autor da proposição, manifestando apenas sua estranheza pelos dois pesos e duas medidas, no caso. Continuando, o Conselheiro Ynel citou a Portaria do Conselho Federal de Educação, de 13 de julho do corrente ano, que, em seu art. 1º, esclarece, de uma vez por todas, o assunto em tela. O Plenário, a seguir, decidiu confirmar o parecer do Conselheiro Ynel Alves de Camargo, aprovado na reunião de 6 de junho do corrente ano. O Conselheiro Militino Rodrigues Martinez relatou os processos a seguir indicados: 210-68 — CRC — São Paulo. Processo em que é interessado o Contabilista Nazir Abud Elias, recorrendo ao CFC contra pena de suspensão aplicada pelo CRC — São Paulo. Relato na sessão de 21 de março do corrente ano, pelo Conselheiro Orlando de Lemos Falcone, cuja conclusão era no sentido de ser acolhida, em parte, a decisão do CRC — São Paulo, caracterizando a pena como infração ao art. 27, letra c) do Decreto-lei número 9.295-46, por incapacidade técnica comprovada, uma vez que o Contabilista rompeu com compromisso assinado e não se defendeu das acusações que lhe foram feitas. Solicitava, por isto, fôsse aplicada a pena de 12 (doze) meses de suspensão ao Contabilista, tendo em vista que a primeira infração, quando julgada, já estava processada no CRC — São Paulo a segunda denúncia, que é da mesma espécie. Pediu vista pelo Conselheiro Militino Rodrigues Martinez na sessão de 21 de março do corrente ano, apresentava ele, agora, o seu parecer do seguinte teor: «No anterior exame do processo nº 210-68, oriundo do CRC — São Paulo e no qual é interessado o Senhor Nazir Abud Elias, opinou o ilustre Relator do recurso interposto, Conselheiro Orlando de Lemos Falcone, que fôsse acolhida, em parte, a decisão do CRC — São Paulo, caracterizando a pena prevista no art. 27, letra c) do Decreto-lei 9.295-46, por incapacidade técnica, bem como fôsse aplicada, cumulativamente, pena de suspensão por 12 (doze) meses. Tendo em vista, conforme consta no decorrer do processo, que o profissional agiu com negligência, não cumprindo seus obrigações profissionais, e tendo em vista ainda que não houve reincidência, uma vez que não existe pena transitada em julgado, esta configuração de concurso de delitos de que trata o art. 51, do C.P.B. Somos, desta forma, de acordo com o parecer do Conselheiro Orlando Lemos Falcone». Aprovado. Processo 230-68 — CRC — São Paulo. Processo em que é interessado Carmo Delfino Martins (profissional e Empresa). O profissional foi penalizado, sob a alegação de que é responsável por sua empresa individual sem

qualquer comunicação ao CRC — Artigo 15 combinado com o 28, letra «b», do Decreto-lei 9.295-46 —, isto para o profissional e para a empresa com base nos arts. 15 combinado com o 28, letra «b» do Decreto-lei 9.295-46 e parágrafo único do art. 13 da Resolução CFC 188-65. O processo foi relatado em 18 de abril do ano em curso, pelo Conselheiro Moysés Jordão de Vargas Junior que, coerente com o ponto de vista já exposto em outras oportunidades, foi contrário ao provimento do recurso voluntário, para efeito de se confirmar as penalidades aplicadas pelo CRC — São Paulo, ressaltando que a infração não foi negada pelo autuado e que o valor da multa é acessível a qualquer profissional, por mais precária que seja sua situação financeira. Pediu vista do processo em reunião de 18 de abril do corrente ano, o Conselheiro Aloysio Sant'Anna Avila, que expediu parecer, concluindo pelo provimento parcial no recurso voluntário, para determinar o cancelamento da multa aplicada à firma inexistente e desclassificar para NC-5 2.00, a penalidade exigível do profissional, individualmente, tendo em vista o disposto na letra c) do art. 27 do Decreto-lei 9.295-46. O Conselheiro Hyran Guiraud solicitou vista do processo em 16 de maio do corrente ano, tendo sido ele atendido pelo Conselheiro Roberval Carvalho em data de 3 de outubro último, à vista do falecimento do Conselheiro Hyran. O Conselheiro Militino Rodrigues Martinez recebeu o processo para relatar, em 24 de outubro próximo passado e deu o seguinte parecer: «Em examinando o processo 230/68, oriundo do CRC-São Paulo, de cuja decisão recorre o Contabilista Carmo Delfino Martins, teve o ilustre companheiro deste órgão, Aloysio Sant'Anna Avila a oportunidade de, após pedido de vista do processo, num feliz momento de reflexão sobre o art. 27 do Decreto-lei nº 9.295, de 27-5-46, propôr o cancelamento de multa imposta no recorrente, tomado como Empresa, que, na verdade, inexistente e a desclassificação da multa a ele imposta, como Profissional, de NC-5 5.00 para NC-5 2.00, com base na alínea c) do art. 27 daquele diploma legal, eis que o processo trata de infração do art. 13, parágrafo único da Resolução CFC, nº 188-65, não havendo infração ao art. 15 do Decreto-lei número 9.295-46, uma vez que o Senhor Carmo Delfino Martins está devidamente registrado no CRC-São Paulo, conforme consta das fls. do processo, não autorizando, destarte, o art. 27, letra «b» a aplicação de multa por infração de dispositivos outros que não os por ele mencionados. Face ao exposto e acordando a tese do Conselheiro Aloysio, somos de opinião que se deva dar provimento parcial ao recurso, desclassificando-se a multa de NC-5 5.00, aplicada ao Profissional com base no art. 27, letra «b» da Lei de Regência dos Contabilistas, para NC-5 2.00, prevista na alínea c) do mesmo artigo e cancelando-se a multa de NC-5 10.00, aplicada à firma inexistente». Aprovado. 225-69 — CRC-São Paulo. Processo em que é interessado o Contabilista Ewald Gerzano, originado de denúncia formulada pelo Senhor Armando Granaol Garcia, em virtude de não conseguir solucionar amigavelmente toda a sua contabilidade. Em sessão de 21-3-1969, o Conselheiro Benedito Gilberto de Azevedo Pantoja foi de parecer que deva ser mantida a penalidade imposta pelo CRC-SP, quando ficou patente a irresponsabilidade técnica do profissional que, tendo todas as possibilidades aproveitáveis para sanar as irregularidades que lhe foram imputadas, não as aproveitou tempestivamente, preferindo o

prosseguimento deste processo, sem saldar os compromissos assumidos para com o seu cliente prejudicado, sem motivo justificado para sua atitude, que, malgrado, pôde em jôgo o bom conceito sempre destruído pela nossa Classe Contábil. O Regional de São Paulo atendeu ao denunciado toda a possibilidade de defesa e que o mesmo dela não se utilizou por sua única culpa, inclusive até prazos lhe foram concedidos sucessivamente, com bastante tolerância, sem que disso surtisse qualquer efeito, conciliatório positivo. Daí ter agido o CRC-SP corretamente, impondo ao Contabilista Ewald Gerzano a suspensão do exercício profissional, pelo prazo de 6 (seis) meses, em referendums deste CFC. O Conselheiro Militino Rodrigues Martinez, que solicitara vista do processo, em 21 de março do corrente ano, deu parecer do seguinte teor: «No anterior exame do processo nº 225-68, oriundo do CRC-São Paulo e no qual é interessado o Senhor Ewald Gerzano, considerou o ilustre Relator do recurso exarado o interposto, Conselheiro Benedito Gilberto de Azevedo Pantoja que ficou patente a incapacidade técnica do Senhor Ewald Gerzano, no que concordamos, mantendo o parecer exarado pelo citado Relator». Aprovado. 192-69 — CRC-São Paulo. Processo em que são interessados o Escritório de Contabilidade Sérgio Barella e o Senhor Sérgio Barella. Infração do art. 15 do Decreto-lei nº 9.295-46 combinado com o parágrafo único do art. 13 da Resolução CFC, 188-65, pelo Escritório, uma vez que vem funcionando sem qualquer comunicação ao CRC e infração, por parte do Profissional, dos arts. 15 combinado com o 28, letra «b» do Decreto-lei nº 9.295-46, que é o responsável técnico do Escritório à revelia do CRC-São Paulo. O Conselheiro Moysés Jordão de Vargas Junior na reunião de 24 de outubro de 1969, deu extenso parecer propondo que fôsse negado provimento ao recurso para o fim de manter por seus fundamentos, as penalidades impostas pelo CRC-SP, reduzidas no tratamento a multas, por não haver se registrado no Regional. O Conselheiro Militino Rodrigues Martinez que solicitara vista do processo em 24 de outubro último, deu parecer no sentido de dar provimento parcial ao recurso, cancelando a multa aplicada a Empresa inexistente e aplicando, em grau de recurso a multa prevista no art. 27, letra «b» do Decreto-lei nº 9.295-46, ao Senhor Sérgio Barella, por infração do art. 13 parágrafo único da Resolução CFC, 188-65. Posta a matéria em discussão, manifestaram-se vários Conselheiros, entre os quais o Relator inicial do processo, quanto a dúvidas sobre configuração ou não de empresa. A ser ver, a característica da empresa achase bem definida, com registro feito no 4º Registro de Títulos e Documentos, sob o nº de ordem 18.371-66, que consta do processo. Após várias discussões, o Conselheiro Militino sugeriu, e foi aprovado por unanimidade, que o processo fôsse ao Consultor Jurídico deste Conselho, para os devidos esclarecimentos. O Conselheiro Ivo Malhães de Oliveira relatou o processo a seguir indicado: 237-69 — CRC São Paulo. Processo em que são interessados João Baptista Ortolan Filho, Rudney Antonio Bragion e Nylton Barbosa de Souza. Denúncia feita pelo Senhor Oscar Piacentini e pelo Contabilista Fernando Martins Sodré contra o Escritório Bom Jesus det propriedade dos ãima indicados, que não tomaram as medidas necessárias para que em tempo hábil fôsem feitos os recolhimentos com as importâncias devidas, muito embora houverse sido fornecido o numerário necessário. Também não conseguiram recuperar os documen-

Anexo 7 - Ofício 076 - Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão referente a Academia Maranhense de Ciências Contábeis

Fonte: Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão

 CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

Ofício-Circular nº 076/2001

São Luís, 03 de dezembro de 2001

Senhores Acadêmicos


Com o incentivo do atual presidente da Academia Brasileira de Contabilidade, o ilustre **Professor Antônio Lopes de Sá**, nos comprometemos e nos empenhamos em reativar o funcionamento da **Academia Maranhense de Contabilidade**.

Por esse motivo vimos convidar V. Sa., na condição de patrono da **Cadeira nº 02**, para um encontro a realizar-se no dia 17 do corrente mês (segunda-feira), às 18:00 horas, na residência do **Professor WALDEMAR DA SILVA CARVALHO**, à Rua do Passeio, nº 555, para tratar sobre o funcionamento da nossa Academia.

Considerando que poucos documentos das atividades da Academia fundada em 1981, foram encontrados no arquivo do CRC, solicitamos que caso V. Sa., possua qualquer material que resgate a memória de sua atuação, traga para enriquecer os trabalhos.

Esperando contar com a sua presença, firmamo-nos

Atenciosamente.

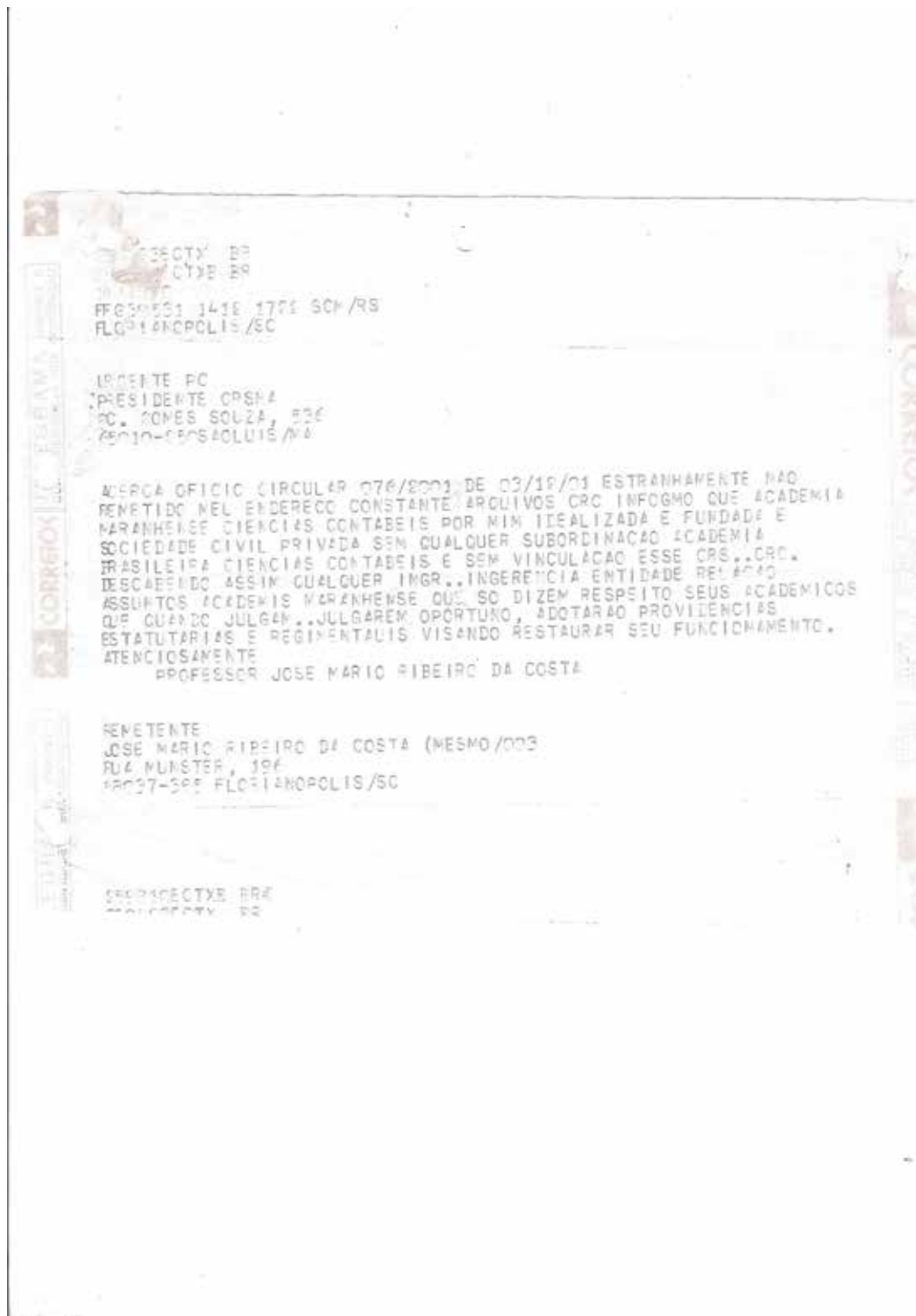

EULÁLIA DAS NEVES FERREIRA
Presidente

Ilmo. Sr.
AFONSO AUGUSTO RIBEIRO COSTA
MD, Membro da Academia Maranhense de Contabilidade
LOCAL

Praça Gomes de Sousa, 536 – Centro – São Luís – MA – CEP 65.010-250 – CGC 06.352.009/000148
FONE: (098) 231-4020 – AX (098) 231-0622 – E-mail: rcma@hcg.com.br

Anexo 8 - Telegrama enviado pelo professor José Mário Ribeiro da Cosra em resposta ao Ofício 076

Fonte: Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão



Anexo 9 - Eventos de contabilidade - Maranhão

Fonte: CRC-MA



Encontro Maranhense de Contabilidade EMAC- .

Fonte: Jornalesp



EREQIC- São Luis 2011- .

Fonte: CFC



Panel: Organização da profissão nos países de língua portuguesa



Público do Luso-Brasileiro



Panel: Sustentabilidade e relações integradas



Panel: IFRS para PMES



Panel: Ensino da Contabilidade - perspectivas e parcerias internacionais

Painéis do 3º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade-

Fonte: CRC-MA.



Membros do CRCMA, Sindicatos e palestrantes do SIM CASP



Palestra do Ex-Secretário do Ministério da Fazenda e Ministro da Previdência Prof. Dr. Nelson Machado no I SIM CASP

I Simpósio Maranhense de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-



28º Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis- .

História da Contabilidade nas Minas Gerais



Rodrigo Antonio Chaves da Silva

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

“A história da Contabilidade é tão antiga quanto a própria História da Civilização” (Sá, 1961, p. 21, V. I)

“Todavia, por uma tradição secular, se entende ademais que a história da contabilidade, ao menos das origens (...) nada mais seria que a história do nascimento dos métodos e dos instrumentos (...) dos fatos ou fenômenos patrimoniais, e como o pensamento contabilístico, com a evolução dos tempos, teria a abranger campos mais vastos, como surgiriam e se utilizariam sempre novos problemas e novas soluções, e como muitos mais tarde iriam se expor teorias e pontos sistemáticos de pesquisa (...)” (Masi, 1964, p. 11)

“O mundo da Contabilidade é o mundo do homem (..) com efeito, se a ciência é, em suma, o conhecimento ordenado das coisas, não se pode concebê-la sem a existência do ente conhecedor... Foi neste mundo complexo do homem – mundo físico e mundo social – que a contabilidade nasceu, evoluiu e adquiriu a forma que hoje tem e o conteúdo que comporta” (Monteiro, 2004, p. 15)

Sumário

Resumo	4
1. Introdução	4
2. Primeiras Manifestações em Minas Gerais na Era Pré - Histórica e Antes da Descoberta do Velho Mundo	10
2.1 A Pré-história no mundo e no Brasil – surgimento do homem e da contabilidade instintiva e início das contas.....	10
2.2 A Pré-história contábil do Brasil existe em Minas Gerais.....	12
3. O Desenvolvimento das Práticas Contábeis em Minas Gerais de Modo Mais Vísivel:	
Brasil Colônia, Império, Regência e o Ciclo do Ouro Mineiro e Demais Pedras Preciosas	14
3.1. O Brasil e o início da exploração econômica.....	14
3.2. O ciclo econômico do Brasil e as Minas Gerais.....	15
3.3. Minas Gerais e sua exploração no ciclo de ouro	17
3.4 As tributações nas extrações das Minas Gerais e o “caixeiro”	18
3.5 - A legislação mineira e a contabilidade na colônia	20
3.6 A Cidade de Tiradentes e o apogeu da mineração.....	20
3.7 Ouro Preto: o centro de Contabilidade	21
3.8 Diamantina e o fluxo de capitais com grande técnica contábil	22
3.9 Sabará e a evolução das práticas contábeis.....	23
4. O Surgimento dos Primeiros Institutos, Associações, e Escolas de Contabilidade, o Crescimento Universitário em Minas Gerais e os Congressos	24
4.1 – Premissa breve	24
4.2 - A criação da Junta Comercial de Minas Gerais	25
4.3 - A academia de comércio de Juiz de Fora, o primeiro instituto brasileiro de ensino contábil de cunho privado	26
4.4 A criação do Conselho Regional de Minas Gerais.....	28
4.5 A criação da academia mineira de ciências contábeis	31
4.6 Os Congressos nacionais de contabilidade em Minas Gerais e o PROLATINO	32
4.7 O movimento universitário de Minas Gerais na ótica institucional, e outras entidades profissionais	34
5. A Doutrina de Minas Gerais e a Corrente Neopatrimonialista	35
5.1 A escola patrimonialista de Minas Gerais.....	35
5.2 A escola neopatrimonialista de Minas Gerais.....	36
5.3 A Escola de Minas Gerais projetada para o mundo no neopatrimonialismo e alguns membros da corrente.....	39
6. Conclusões	40
Bibliografia	41

Resumo

A história da Contabilidade é vasta, inerente ao próprio homem, existente institivamente desde a época em que possuía suas necessidades, e provia-se de meios patrimoniais para usá-los em seu favor com finalidades administrativas, então, estas coisas úteis, estes bens, passados de pai para filho designavam um patrimônio. Importante é a história do Brasil, do novo mundo, que trouxe importantes aspectos de destaque no cenário mundial, entre estes que interagem não apenas com as épocas, mas com os espaços, temos a história contábil de Minas Gerais, que traz capítulos fascinantes, necessários de exploração, que devido à lacuna existente nos trabalhos atuais, infelizmente, não foram explorados como deveriam. O objetivo desse artigo é produzir elementos de explicação e exploração sobre a história de Minas Gerais, procurando responder o problema de como esta ciência surgiu neste Estado, quais foram as suas fases, e principalmente, a sua contribuição para o cenário nacional e mundial. Um problema importante a ser destacado é se os contadores de Minas Gerais que contribuíram para a literatura ultrapassaram o campo teórico, e tecnológico, para a produção de doutrinas no seio brasileiro e estrangeiro. Entendendo a evolução da contabilidade de Minas Gerais, podemos entender como é o estado atual desta ciência não apenas neste domínio geográfico, porém, no Brasil, e sua analogia com o mundo, por tal, a sua relevância. É um trabalho que usa método histórico, sendo pesquisa qualitativa, com abordagens explicativas, e, portanto, também fenomenológicas, pois os estudos históricos são fatos sociais e gnosiológicos, imprescindíveis para a compreensão de qualquer objeto, mesmo este sendo a própria ciência em evolução. Sendo inquirição modesta, deve ser aperfeiçoada com outras pesquisas que aprofundem outros pontos, ou até mesmo os tópicos desenvolvidos, sendo necessárias futuras análises e empreendimentos científicos, da seleta plêiade de profissionais, para mais exploração do assunto e melhoramento da semântica da história mineira da Contabilidade, até com outros problemas a serem respondidos.

Palavras-chave: Contabilidade – Minas Gerais – Doutrina Contábil Mineira

1. Introdução

O entendimento de uma ciência no espaço requer a sua compreensão também no tempo, porque o **espaço-tempo** não é apenas físico, porém, também, ligado às **gnoses existentes**, pois, O SUJEITO QUE CONHECE QUE FAZ AGIR UMA CIÊNCIA, ou seja, o homem que produz o conjunto de noções, conceitos e teorias sobre um objeto conhecido deve ter o seu lugar, não obstante, sempre, a história indaga “qual será o lugar do homem na História e o da História na vida do homem?” (Duby, 1962, p. 3), o que condiz consequentemente com o “lugar da ciência e da história da ciência”, pois esta é produto da capacidade humana.

Aqui tratamos não de qualquer homem científico, adjetivado conforme um âmbito intelectual e doutrinário, não necessariamente o *homo economicus* (Smiles, 1925), mas, sobretudo, o **homem contábil**, ou seja, o *homo ratiônus*, que começa a raciocinar fazendo a Contabilidade, sobretudo, buscando uma identidade cultural, em torno do uso dos meios patrimoniais com utilidades próprias, o que difere de meras coisas, logo, estas transformadas em objetos úteis dentro das noções de permutabilidade, exterioridade, transferibilidade, além da utilidade, são os bens patrimoniais ou as riquezas (Herrmann Júnior, 1967).

É inequívoco afirmar que “não existe ramo do saber o qual, por quanto modesto, não seja capaz ou apto a satisfazer as inúmeras e sempre nossas crescentes necessidades”, de tal maneira que os conhecimentos vão “percorrendo os períodos do seu progresso, vai desenvolvendo, se organizando

e sistematizando no seu próprio ser” (Cerboni, 1886, p. 27), o que se aplica à nossa sabedoria e profissão.

Todo conhecimento científico não se desenvolve por completo desde o início, pelo sujeito que conhece; é verossímil dizer que “todo o conhecimento provém do Homem e da sua inserção no mundo em que vive e que o rodeia” (Monteiro, 1979, p. 11), mas ele possui fases, ele anda, inicialmente, com passos muito vagarosos, surge a parte mais visível de sua demonstração, ou a parte prática e empírica, **o engenho mnemônico**, isto é, primeiro temos a parte artística, ou técnica, em nossa sabedoria aquilo que chamamos de menor instrumento de registro: **a conta**, esta como símbolo de registro das posses patrimoniais:

“À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar os seus domínios... A “conta”(…) foi e ainda é o guia informativo e veículo de interpretação dos fatos que se operavam e operam com os valores.” (Sá, 1961, p. 22-23)

Como conhecimento empírico começa a Contabilidade (Sá, 1987), num conhecimento instintivo, simbólico, um conhecimento da prática, ou mesmo um “conhecimento do corpo” (Alves, 1994), depois ele se sistematiza, criando seus princípios, suas leis, seus axiomas, demonstrando a parte intelectual ou explicativa do que representa suas partes técnicas, e este foi o caminho da Contabilidade.

As primeiras manifestações do conhecimento humano, estas nitidamente contábeis, estavam atreladas às quantificações das qualidades patrimoniais; os primeiros riscos em ossos, as primeiras exposições, ideias, símbolos em cavernas, são nada mais do que denotações de um conhecimento contábil, este primeiramente expresso nas contas.

Ora, realmente, com “a necessidade frequentemente advertida de relevar os resultados das operações derivadas do exercício de uma atividade econômica, sugeridas em reduzir estas mesmas a expressões numéricas”, procurando reunir “os valores em duas séries contrapostas de componentes, positivos e negativos” (Ceccherelli, 1950, p. 3.), que a visão das primeiras simbologias contábeis surge evidentemente, para “aquilatar e controlar o objeto da administração” (Sá, 1961, V. I, p. 22).

O ser humano no início, considerado por outros autores como *homo economicus* ou *sapiens*, era o homem primordialmente “da razão” do início da “sabedoria” e como a palavra conta provém do latim “*ratio*” e do grego “*logos*”¹, sem dúvida, seria este homem racional, portanto, o homem da Contabilidade.

É a razão que fez nascer a Contabilidade, esta faculdade nova após o processo de evolução permitiu que o objeto e criador das ciências fosse a própria inteligência (Pavlov, 1972), desenvolvendo, desta maneira, dotes importantes ou racionais para a gestão das riquezas, portanto, o *homo ratiounis*, ou homem da razão.

Portanto, o *homo ratiounis*, ou contábil, como sujeito que conhece, manifestava um conhecimento prático com manifestações que tinham uma relação essencial com um objeto, hora reconhecido como “fatos econômicos” (Klein, 1954a), em entes socioeconômicos (Rossi, 1882), encetados nos meios familiares, obstante, devido a diferença clara entre a ciência contábil e a econômica, desde Aristóteles (2006)²,

1 - O professor Masi (1961,1971) não mede argumentos para dizer que o radical da palavra “conta” não significa apenas a limitação que a semântica desta sintaxe pequena poderia demonstrar, mas também “*ratio*” da língua latina que é expressão de “razão”, “raciocínio”, e o mesmo “*logos*”, do grego, que significa “logia” ou “conhecimento”, derivando várias ciências – como Sociologia, Biologia, Filologia, Fitologia, entre outras –; esta explicação é a verdadeira hermenêutica para a Ciência Contábil, portanto, conhecimento do próprio conhecimento e da própria razão. Esta defesa fora feita por Besta (1922) na tentativa de não deixar o significado da contabilidade, restrita nas “contas”, embora fosse a “parte mais visível”, “mais simples” derivada do “empirismo” e da “prática do homem”.

2 - É de Aristóteles a divisão clara entre a Ciência Contábil e a Economia, em “A política”, ele dizia

podemos dizer que estes objetos são nada mais que **fenômenos patrimoniais**.

Então, o primeiro problema, mesmo sendo instrumental, tinha como sentido “o que fazer com tais meios patrimoniais”, sobretudo, aparecem como nunca **as funções sistemáticas** impregnadas nestas riquezas, em diversos **atos genéricos** como **os de investimentos, custos, dispêndios, ganhos, estocagens, reservas, móveis, utensílios, instrumentos, alimentação, semoventes, entre outros mais**.

Provas concretas do patrimonialismo empírico, vegetativo, mecânico, são presentes desde o início do homem, no qual usava o patrimônio desde as origens, para determinar bem a gestão, na ordem de um criador (Masi, 1964), pois assim fora dado por Deus num pensamento criacionista desde os albores das eras.

Isso é detectado no tempo, mas também no espaço é comprovado, que tanto nas literaturas contábeis sob o nome de “econômicas”³, quanto nas literaturas especificamente contábeis, é evidente que a marca dos fenômenos patrimoniais e a busca do seu entendimento, análise e prática administrativa no setor das funções (movimentos), dentro de sistemas (conjuntos organizados) é ostensiva, e inegável.

Isso não se comprova apenas no Brasil, mas na história também de outros países, como o próprio Estados Unidos, cuja pesquisa dita econômica é mais contábil que tal (Nepomuceno, 2008), e em países da Europa que absorveram a economia azindal, claro que se trata dos fenômenos patrimoniais, pois, os fatos de custos, receitas, resultados, obsolescência são nada mais do que fenômenos patrimoniais, e igualmente, devem ser analisados pela Contabilidade, e não por “estatísticas azindais” (Zappa, 1950, 1957; Corticelli, 1972; Ferrero, 1954; Amaduzzi, 2006; Pirla, 1967; Silva, 1946).

As funções mecânicas e instrumentais da história de nossa ciência não tinham apenas o fim de controle, pois este pertence à Contabilidade, e não somente a visão do futuro, ou orçamentária, como é comum nos povos mais evoluídos da antiguidade (Martins e Silva, 2011), mas principalmente na gestão, esta para fins de eficácia e prosperidade patrimonial, portanto, manter a fortuna dos empreendimentos.

Para tal, a visão contábil era somente de anotação dos fatos na sua fase empírica, na fase científica, de explicação dos fenômenos patrimoniais, em prol de uma oportuna, prudente, ocular e adequada gestão para a eficácia, manutenção e crescimento dos patrimônios constituídos; a função de escritura-

que ambas as ciências estudam a riqueza, todavia, a nossa não tinha limites, estudava com o fito de fortuna, de modo que o patrimônio das células sociais ou azindas nunca pudesse perder a sua continuidade, com isso acabava por aceitar e destacar os princípios da continuidade (*going concern*), e, igualmente, determinar diferenças entre estes conhecimentos. Interessante que hoje é comum falar-se “fenômenos econômicos”, ou “análise econômica” para a Contabilidade, quando em realidade, uma coisa é o patrimônio e outra coisa é a economia como soma de patrimônios, esta a nível abstrato e só possível com a Contabilidade. Portanto, fenômeno patrimonial não é fenômeno econômico, a não ser na sua soma. O conhecimento de história previne erros importantes.

3 - Uma dessas literaturas é a da **Bell** (s/d) tratando do “pensamento econômico” que na verdade é contábil, não pode ser misturado com o outro que é mais macro; também com as páginas escritas por **Werner Sombart** (Monteiro, 1979, 2004), este economista e matemático escreve mais contabilidade que economia; e a mesma coisa vemos em autores que são considerados da Economia, mas tratam de contabilidade, como na história do Brasil Colônia com **Alexandre de Gusmão** que escreve “Cálculos sobre a Extração do Dinheiro do Reino” e “Cálculo sobre a Perda do Dinheiro do Reino” este reconhecido como o primeiro economista do Brasil e Portugal” ambas de 1748; e **José Joaquim Cunha de Azeredo Coutinho** que escrevia “Ensaio econômico sobre o Comércio de Portugal e suas colônias”(1794) – comércio de colônias nada mais é que um campo de estudos contábil -, e “Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil”(1804) também um trabalho de contabilidade, mas chamado com o “status” de “econômico”, como se o contábil fosse depreciar o mesmo conteúdo (Rodrigues, 1985), embora em essência fosse trabalhos de análise patrimonial, dos custos, da liquidez, e da produção das empresas e entidades do governo; o senso de economia, então, é traduzido como “riqueza”, muitas vezes no campo “micro”.

ção, por sua vez, sempre foi presente em nosso conhecimento até em fases mais modernas:

“O registro ordenado dos fatos da economia administrada é função característica da contabilidade e pela qual mais se evidencia sua valiosa tarefa de cooperação à gestão efetiva dos negócios (...) O lançamento, - que é a anotação técnica da contabilidade -, assume duas formas distintas: a sua composição científico-técnica e a transcrição dos assentamentos técnicos originários... A história da Contabilidade revela a evolução do processo de anotação dos fatos inerentes a economia apropriada...” (D`auria, 1956, p. 301)

Foi este conhecimento que permitiu ao homem manter sua necessidade em perfeito equilíbrio, ou dentro do possível, usando os controles, as informações, os meios de gestão para a sua eficácia e prosperidade das suas próprias economias, isto é, de suas riquezas, para a sua sobrevivência, em nível também futuro.

Portanto, não há como estudarmos o conhecimento contábil sem observar o seu tempo, a sua conexão cronológica de evolução, e ainda geográfica, num espaço específico, num contexto dimensional, até porque “o tempo como o mundo, tem dois hemisférios; um superior e visível; que é o passado, outro inferior e invisível que é o futuro” (Vieira, s/d, p. 13), não entendemos, por isso, o porvir de nossa profissão sem o estudo visível do mundo contábil – que se confunde com o da humanidade -, isto é, **do passado**.

Alguns institutos, ou até Universidades, costumam não dar valor ao estudo de história “pondo de lado a questionável idéia de que o tempo é inconcebível sem a noção de transformação e não levando em consideração a visão holística” (Guerreiro, 1996, p. 20), neste senso, podemos concluir que o objeto tempo-histórico é estático na sua marcação, mas dinâmico na sua investigação, sempre vivo, conforme as pesquisas que promovem novas descobertas.

O método histórico é o predileto das Ciências Sociais, fora aprofundado por Marx (1985) como sentido de dialética, no seu materialismo histórico; oportunamente, a história merece destaque nos estudos sociais como “dimensão que explica tantos aspectos da realidade observada em dado momento, e cuja ausência pode comprometer as interpretações”, já que a “a meditação e o contato (...) é tão importante quanto a técnica de manipulação de dados” (Candido, 1967, p. 18-19), portanto, o mesmo argumento usa Pascal para traduzir os conhecimentos novos a partir dos antigos:

“Assim como os antigos só se serviram dos conhecimentos recebidos como meios para chegar a outros novos, e que essa feliz audácia lhes abriu caminho para grandes coisas, devemos aceitar com o mesmo espírito aquilo que nos legaram e, seguindo-lhes o exemplo, convertê-lo em meio e não em fim de nosso estudo; e procurar, assim, superá-los, imitando-os” (Pascal, 1941, p. 28)

É pelo estudo da história ou da evolução que admitimos mais evolução ao conhecimento, ou as pesquisas em objeto de análise; **o tempo gnosiológico**, ou do homem contábil é mister para os estudos da parte invisível, isto é, do futuro.

Mas nos **campos do espaço**, podemos conectar a história da Contabilidade a determinada região, estamos no Brasil, logo, o foco de nosso trabalho é o estudo principalmente do Estado de Minas Gerais, o que não deixa de obter conexão com a nação, e também com o mundo pois, a escola mineira se propaga para o mundo⁴, devido aos esforços de sua plêiade de titãs do conhecimento da riqueza azindal.

4 - Aqui sem querer anteceder às respostas de nossos problemas estamos nos referindo principalmente ao fato do reconhecimento da história mineira dentro do contexto internacional, inclusive a Unesco a considera, em muitas de suas regiões, patrimônio cultural da humanidade, o que nos faz por analogia apenas antever que sua literatura e seus valores humanos, científicos, dentro de suas terras,

Portanto, tema complexo que não iremos esgotar, mas apenas abordar, mesmo que superficialmente é o da história da contabilidade de Minas Gerais; **o problema principal** a ser observado se modela em duas perguntas: **como foram os acontecimentos, a evolução, e as demonstrações de Contabilidade dentro do Estado Mineiro desde a sua descoberta e invasão pelo velho mundo, ou até antes dele? Minas Gerais tem uma história doutrinária e produziu alguma doutrina que demonstrasse uma apoteose de sua cultura?** São os problemas principais que tentaremos responder, neste estudo do **contínuo espaço-tempo** da gnose contábil.

Na **hipótese** afirmativa de termos importante doutrina, cumpre verificarmos o problema da síntese dos acontecimentos, no caso, não podemos restringir a contabilidade mineira apenas no campo da invasão ou descoberta do velho mundo, mas acima de tudo, nas visões mais antigas, estas presentes mesmo antes daquelas expressões da Suméria e dos Povos antigos, permanentes nas exposições do Museu de Louvre na França (Martins e Silva, 2011; Filho e Pereira, 2007; Klein, 1954; Sá, 1997), com seus vestígios em nosso solo mineiro.

A **justificativa** de tal trabalho está mesmo na ausência de estudos que procuram explicar este problema histórico e espacial, primeiramente o da evolução, da cronologia, os fatos históricos, o progresso das técnicas e práticas contábeis, e como eram as expressões patrimoniais e econômicas de nosso solo; temos trabalhos de história geral e de história específica de Minas Gerais, mas de Contabilidade são poucos, oferecendo uma importante lacuna.

Outra justificativa que podemos apresentar seria mesmo de necessidade de entendimento desse setor, sendo Minas Gerais um dos 27 dos Estados Unidos do Brasil, é plausível conhecermos sua cultura, que não deixa de ser contábil, para firmarmos analogias com outras culturas, de nosso país e do mundo.

Pelo fato do conhecimento histórico ser imprescindível para a análise de todas as ciências, porque todas elas passam pelo fio histórico, e também sendo base para o conhecimento, vem à tona a **relevância** do trabalho em prover entendimentos sobre o que é a Contabilidade, e como ela poderá ser, ou chegará nos seus infinitos conhecimentos.

O conhecimento histórico penetra naquilo que chamamos de **conteúdos** (Hegel, 2005), ou seja, **o lugar do homem e o homem no lugar** (Duby, 1962), e não apenas no tempo, por tal medida, é importante vermos quais são as essências da evolução mineira de contabilidade, para situarmos-la no seu estado atual, que parece estático, contudo, é sumamente dinâmico.

Os **objetivos** já traduzidos em parte têm em vista nada mais do que **visualizarmos os pontos importantes de progresso gnosiológico**; Minas Gerais não começa sua Contabilidade com a extração do ouro, ela possui vestígios anteriores a tais datas, não perdendo para nenhuma das partes do mundo que são escolhidas por importantes paleontólogos.

A Contabilidade se desenvolve em Minas Gerais, não como uma simples economia, porém, objetivamente, com saliência, com relevação, perfazendo a verdadeira riqueza global, pela riqueza real particular, destarte, os primeiros bens são contábeis, isto é, avaliados realisticamente, formando investimentos, e depois ativos, são estes que formam juntos o que chamamos de riqueza econômica, daqui o valor contábil como um dos mais proeminentes de nosso solo, e do mundo.

Assim firma uma Contabilidade mineira nas eras pré-históricas, ou mesmo antes destas, com o homem sábio presente nestas terras, se amoldando com as receitas fazendárias e os modelos de informação, controle, contabilização, e gestão fazendária da Coroa Portuguesa, perfazendo no século XX uma literatura reconhecida no mundo e importante doutrina para a teoria de nossa ciência.

É nesta perspectiva que objetivamos produzir nosso trabalho desenvolvendo pontos dessa evolução, sem mistificações, porque **o método histórico é o crítico** (Franco, 1950) e não o tendencioso, como alguns que criam versões religiosas e absolutamente tendenciosas, desta maneira, anti-histórica, mas na externalização de suas ideias, denotam grandes contribuições, tal como suas perspectivas históricas apresentaram.

em matéria de ciência, até mesmo sobre a nossa Contabilidade.

A **História é a ciência da investigação** (Masi, 1971), ela não para o seu estudo, sendo que os seus métodos são por todos os mais caros da elucubração científica, assim usaremos o **método fenomenológico** (Triviños, 2008), como sinônimo de interpretação dos fatos, porque impossível é destacá-los sem semântica, sendo uma **abordagem qualitativa**, obstante, o “senso do qualitativo é condição de eficiência nas disciplinas sociais” (Candido, 1967, p. 19); sem estes pré-requisitos seríamos meros robôs produtores de estatísticas, o que é fácil de ser fazer com computadores, contudo, **nossa disciplina não é e nunca foi estatística**⁵ (Masi, 1950).

O **método histórico** será o utilizado além de outros, como os de **analogia**, para compararmos fatos e situações, os de evidência, para fazermos as constatações, o **método positivo**, que busca as leis relativas aos tempos analisados, os de explicação qualitativa dos fatos (Haguete, 1992; Leite, 2008), todos usados em conjunto.

Importante destacar que nossa pesquisa social poderia ser definida como uma **análise histórica de caso**, não um estudo de caso somente (Gil, 2009), aplicada abrangentemente pelos meios de bibliografia, documentação e referenciais, e quanto aos fins exploratórios, explicativos e investigativos (Vergara, 2000), primeiro porque usamos os livros documentos, referências sobre as épocas, e segundo, para explorarmos e aprofundarmos o fenômeno histórico a ser destrinchado e explicitado; não esqueçamos que “a História se ocupa do que ficou documentado” (Cândido, 1967, p. 18) sendo essencial a consulta de vários documentos tal qual fizemos em nosso levantamento

É um trabalho dividido em quatro partes temáticas (que não são os títulos): 1ª) O início da Contabilidade e primeiras manifestações; 2ª) Os desenvolvimentos e crescimento da Contabilidade e os lineamentos dessa disciplina; 3ª) As primeiras escolas, os primeiros institutos e o progresso acadêmico e universitário presente até em conclave; 4ª) O desenvolvimento literário, teórico, e a presença da doutrina mineira na escola neopatrimonialista. Serão quatro grandes partes, divididas em grandes capítulos.

Não podemos esgotar o assunto, fizemos apenas um trabalho que almejará ser desenvolvido em torno dessa temática, podendo ser aperfeiçoado em outras pesquisas e outros empreendimentos teóricos que porventura venham a melhorar este tema apresentando outros pontos de vista, e com isso, venham a respaldar mais o termo de História da Contabilidade Mineira, que é inesgotável.

Podemos garantir que há muito campo para outras elucubrações, até mais analíticas do que esta nossa geral, contando que apenas um dos temas de exploração de nossa divisão daria capítulos mais amplos, o que não faremos aqui substancial investigação, para não deixarmos de limitar nossa intervenção mais em termos contextuais, porém, se fôssemos colocar tópicos mais específicos, daria no mínimo para produzirmos diversos conjuntos monográficos, ou volumes sobre tal assunto, que deixamos para posteriores empenhos dos cientistas de nossa profissão.

5 - Na Itália havia uma tendência perniciosa de considerar a Contabilidade como estatística de dados superficialmente tratados sem ciência, e vegetativamente organizados pela técnica absolutamente mecânica sem uso do conhecimento, da crítica e da análise; chegaram a chamar a parte de estudo contábil intelectual e explicativa para firmar a economia aziendale de “estatística aziendale” como se fosse desta, a tecnologia daquela; posição semelhante, e perigosa, hoje, acontece no Brasil (Masi, 1950; Ferrero, 1954).

2. Primeiras Manifestações em Minas Gerais na Era Pré - Histórica e Antes da Descoberta do Velho Mundo

2.1 A Pré-história no mundo e no Brasil – surgimento do homem e da contabilidade instintiva e início das contas

A primeira pergunta sobre a história do homem, ou o seu início é: quando ela surgiu? Ou melhor dizendo, quando a Contabilidade surgiu no tempo? E no Brasil? E em Minas Gerais? Claro que seria impossível atestar a sua iniciação restrita no descobrimento, **há provas de que ela existiu antes, na pré-história.**

Tudo começa com o ser humano, sabemos que “o Homem é o mais misterioso e o mais desconcertante dos objetos que a Ciência se depara” (Chardin, 1986, p. 185), sabemos, deveras, que é um dos fenômenos mais complexos, pois, o conhecimento “o consegue reconstituir hoje em dia” igual “um animal como os outros”, claro que ele tem a sua parte racional que não deve ser esquecida. Logo, Monteiro (1977, p. 18) já argumentava que “a profissão contábilística é antiquíssima”, ele afirmava que “o mundo contábil é o mundo do homem” (2004, p. 15). Retornemos à **Pré-história.**

A Pré-história é uma parte da história definida como “ciência cujo objetivo é conhecer os acontecimentos ocorridos com a humanidade (...) que medeia entre o aparecimento sobre a Terra de homínídeos dotados de cultura e a descoberta da escrita pelo homem” (Barsa, 1989, V. 12, p. 486).

Neste tempo, temos a fase do desmembramento da matéria e energia, e esta em vida, o homem teve suas fases, uma pré-hominização, e a hominização para o ser atual em sua composição anatômica (Chardin, 1986).

A tese colocada por Tales de Mileto (625-458 a.C) – confirmada por Aristóteles, Hegel, e Nietzsche (Souza, 1973) – é correta dizendo que a água é a fonte da vida, seja ela animal, seja vegetal ou humana, é um princípio unívoco e inseparável da existência, e conseqüentemente do início da história, pois, a vida bacteriana, e não humana, muito antes do aparecimento do ser inteligente já existia em nosso planeta.

Não são necessários documentos ou conhecimentos específicos de arqueologia para produzir conhecimentos pré-históricos, visto que a maioria das teses são necessariamente hipóteses devido aos poucos documentos, aqui se encaixa o que Hawking (1999) dizia, que todas as teorias são hipóteses sensivelmente.

Vários estudiosos dividem o Paleolítico, que é a idade da pedra, em inferior, médio e superior, outros apenas como inicial ou final, alguns como inferior e superior, não iremos adentrar em detalhes por não ser nosso objetivo, mas sabemos que este período se finaliza com a presença da escrita, em 5.000 a.C., aproximadamente.

Uma outra divisão interessante é a de Paleolítico e Neolítico, este último é o tempo da pedra polida até o período da cultura e civilização a se encetar com Egito e Mesopotâmia e o aparecimento das cidades (Freire e Ordoñez, 1974).

Em outros termos, porém, tal período pode ser definido como “uns 9.000 anos a.C”, este tempo “cabe ao Paleolítico” (Barsa, 1989, v. 12, p. 488).

No final deste tempo, na **Proto-história**, que consideramos a presença de importantes documentos, sendo que a época do desenho vem antes desse tempo que envolve entre os 9.000 anos a 5.000 anos antes de Cristo.

A contabilidade surge com as origens, Masi (1961) argumenta até com textos bíblicos sobre o “gênesis” de nossa disciplina, no entanto, num período mais adiantado, Monteiro admite:

“... quando o paleontologista descobre novos vestígios ósseos do homem primitivo e lhe chama *Pithecanthropus* ou outro nome de catálogo adequado, pode haver alguma dúvida de se tratar ou não do verdadeiro homem, como o conhecemos hoje, ou de qualquer homínido que o precedeu... Toda a ciência, de facto (...) provém do homem...” (Monteiro, 2004, p. 21-22) (Grifos do autor)

É notável que tais argumentos são parecidos com os de D`auria sobre o aparecimento das contas primitivas:

“A necessidade humana de conhecer grandezas, isto é, expressão quantitativa por unidades (...) inspirou a criação do número...”

Do mesmo modo procedeu o homem, desde os mais remotos tempos, para recordar, por espécies e quantidades os bens econômicos que tinham sob o seu domínio e com os quais operava a troca...

O processo rudimentar de contabilidade, desde o homem primitivo até fins do século XV, guiava-se pelo conhecimento empírico...” (D`auria, 1956, p. 233)

O primevo homem, inequivocadamente, **produzia a Contabilidade instintivamente** quando regulava informações, controles e administração dos seus bens, para os fins específicos de utilidade e eficácia. As manifestações iniciais da inteligência do homem são nitidamente contábeis.

Chardin (1986, p. 217) argumenta que, com os **pré-hominianos**, entre eles o Pitecantropo, o Sinantropo, já havia a presença da caça e da pesca, em especial, este último produzia o fogo e lascava as pedras, de maneira que tínhamos já a inteligência, portanto, o uso de coisas para utilidade, é uma **patrimonialização**, perfazendo, **o surgimento dos fenômenos patrimoniais e da contabilidade**.

É mais que evidente que o homem não sabia escrever, não tinha um idioma fácil de identificar, de início ele usava sinais e depois foi adaptando estes sinais em um padrão, quando estes eram escritos e normatizados, criou-se o **alfabeto**, isso mais ou menos 3.000 a 4.000 anos antes da era Cristã, fornecendo bases para o grego, o latim e a linguagem oriental hieroglífica.

As manifestações da inteligência do homem foram inicialmente **manifestações desenhadas**, o que Lopes de Sá (1961) considera como **escritas idealistas, ou simbólicas**.

Estas escritas eram desenhos que representavam um patrimônio, ou seja, uma simbologia importante, contudo, com um significado, pois, não há signo sem significado, muito menos formas sem essências a serem explicadas.

O raciocínio do homem começava a se explanar e este se externava com primitiva técnica, por meio das artes, era a época da “indústria artística” de “utensílios” e “instrumentos de pintura” (Masi, 1964).

O homem já tinha noções sobre os seus INVESTIMENTOS para FINS IDEALÍSTICOS de satisfação de suas necessidades, e APURAÇÕES ARTÍSTICAS, em meros **traços simbólicos**.

Mesmo numa fase mais atrasada, os traços simbólicos, os riscos, por assim dizer, eram considerados contábeis, o mais antigo deles, está num osso de rena no museu de Louvre, o qual Sá (1997, 1961) considera ser de 30.000 a.C., ainda do Paleolítico superior (idade da pedra lascada).

O mestre D`auria (1956, p. 233) expõe informação semelhante quando diz que a contabilidade nasceu com “o processo de anotação dos fatos de natureza econômica”, “desde as “lâminas formadas com chifres de rena”, em que se gravavam fatos econômicos, passando a outras numerosas formas de representação até os tempos atuais”.

O grande paleontólogo e biólogo Chardin aponta este período de manifestação do conhecimento humano e contábil de “idade da Rena”, o alvorecer das práticas patrimoniais e sociais:

“Mas a Humanidade já delineada e ligada. A partir da idade da Rena, os povos encontraram pouco a pouco, até os pormenores, seu lugar definitivo. **Pelo comércio dos objetos e pela transmissão de idéias**, aumenta a condutibilidade entre eles. **Organizam-se as tradições**. Desenvolve-se uma memória coletiva. Por mais tênue e granular que seja ainda essa primeira membrana, a Noosfera começou desde então a fechar-se sobre si mesma, envolvendo a Terra.” (Chardin, 1986, p. 224) (Grifos Nossos)

O mestre francês usa o conceito de “Noosfera” como “esfera ou círculo espiritual”, na verdade, na compreensão de uma unidade, uma unificação, a partir da hominização, como um complexo humano e planetário de vida, portanto, é como se fosse o “planeta em vida” numa “unidade com o homem”.

Este ajuntamento de conceitos permite-nos dizer que, com a socialização do homem, ou com o seu interesse em transmitir tradições, ficou determinado o que chamamos de “conta”, seja ela de modo rudimentar, seja de modo mais evoluído, tudo ligado francamente ao critério de “guardar memória” de “fatos sociais”, estes mais perto de seu alcance como os “patrimoniais”, pois todas as coisas usadas para os fins administrativos e com o objetivo de utilidade são “patrimoniais”.

É na gênese do homem que surge a conta, perfazendo o que conhecemos por embrião da sociedade, e dos fatos patrimoniais, como primeiras externalizações do pensamento racional humano, ou até antes da completude deste. De meros traços o homem passa para o desenho, como já referimos, produzindo uma escrita mais simbólica, podemos conceituá-la de **conta-desenho**, superior à **conta-traço**.

Estes “grifos” eram feitos em cavernas, por isso a paleontologia designa-os de **criptografia** (arte de escrever em Cavernas), outros o chamam de **pictografia** (arte de escrever primitivamente); todos dizem que era escritos em cavernas, madeiras, pedras, ossos, mesmo na idade da pedra lascada, isto é, superior a 10.000 anos antes da era Cristã, chegando a 30.000, conforme as teses mais aceitáveis.

Claro que o mesmo período da escrita pré-histórica, se existiu o ser humano no Brasil, existiria o seu processo de manifestação contábil, é o que verificaremos na parte a seguir.

2.2 A Pré-história contábil do Brasil existe em Minas Gerais

O HOMEM PRÉ-HISTÓRICO EXISTIU NO BRASIL, e, portanto, também a contabilidade, e o mais relevante, estudos demonstram que ELE EXISTIU EM MINAS GERAIS. Desse modo, a escrita de Minas Gerais é histórica não apenas porque interage com estes tipos de escrita simbólica, tanto a nível de **traços**, como **contas-desenhos**, datadas de no mínimo 15.000 a.C., em hipótese (Sá, 1998).

Raros são os exemplares dessa escrita existente na terra de **Lagoa Santa**. Podemos mencionar a dedicação dos professores **Peter Lund e Alfredo Brandão** para obter explicações sobre estes traços, além das pesquisas de Sá, não apenas na região, mas nas “serras de São Domingos, Minas Gerais, no valor do rio Urucuia” (Sá, 2008, p. 15), entre outros locais.

Existiu uma “raça” em Lagoa Santa, tudo comprova que foram da época da idade da pedra, portanto, coniventes com as hipóteses emanadas da Pré-história, no Paleolítico superior ainda. Sá relata um pouco dessas pesquisas demonstrando que o homem pré-histórico no Brasil era, pois, “mineiro” também:

“No Brasil, muitos têm sido os objetos relativos à Pré-História encontrados nos diversos estados contendo inscrições e registros; o Dr. Alfredo Brandão dá-nos notas interessantes sobre tais pesquisas e observa que muitas das inscrições, quase sempre de caráter mitológico, não foram decifradas, sendo, possivelmente de caráter contábil”

“Muito há que pesquisar em matéria de tais inscrições no Brasil, pois, de acordo com as deduções do Dr. Lund, **o homem da América do Sul teve uma vida anterior à do homem das**

outras partes do mundo; Minas Gerais foi visitada em suas grutas pelo sábio dinamarquês, e o ilustre Prof. Cathoud narra-nos com rara perfeição as conquistas paleontológicas conseguidas, provando que a vida humana foi de fato anterior ao tempo que sempre admitiu-se para a sua existência de acordo com as teorias da época” (Sá, 1961, p. 34) (Grifos nossos)

Podemos argumentar que, se **o homem da América do Sul foi anterior aos homens do mundo**, logo é de confirmar **Minas Gerais no palco primogênito dessa incipiente descoberta**, e inédito **precursores de nossa raça**; isso como hipótese nossa.

Peter Lund é considerado o pai da paleontologia brasileira, ele e seu parceiro **Ludwig Riedel** viajaram por diversas partes do Brasil estudando os fósseis encontrados em nosso Estado, também diversos sinais contábeis perto das terras de **Curvelo**, considerando mais de 200 cavernas, descrevendo 115 espécies de animais e chamando o ser que aqui viveu de “Homem de Lagoa Santa” (Nagamini, 2009), que, segundo a tese, surgiu antes “do homem do continente africano”.

Em outras partes do Brasil também temos símbolos semelhantes, como no Piauí (Filho e Pereira, 2007), podemos dizer que estes podem ser datados de épocas mais recentes do que os estudos comparativos que foram realizados em Minas Gerais, datando a nossa escrita contábil pré-histórica mais velha.

Hipotetizamos, oportunamente, outros traços de escrita possível em importantes regiões de Minas, que foram inexploradas, como em **Sericita e São José do Goiabal**, nos seus parques estaduais muito bem delimitados, porém pouco analisados. Outras partes de Minas, como a **Curvelo** mencionada, se comprova uma medida pré-histórica, embora faltem pesquisadores neste campo **arqueológico-contábil** para levantamento de trabalhos.

Lagoa Santa, sem dúvida, não é a exclusiva nestes traços em nosso estado, que se encontra em outros estados do Brasil, como na Bahia, Mato Grosso, São Paulo, Maranhão, e outras regiões; em outras geografias nacionais a ciência da paleontologia encontrou até esqueletos de dinossauros, estes setores são ricos em escrita contábil pré-histórica.

É de se destacar que após a Pré-história, com os índios, possivelmente, apresenta-se a continuidade da contabilidade, seja nas técnicas de gestão das lavouras, seja nas formas de plantio, no abastecimento de estoques de alimentos, na cultura de criação de animais, no controle dos campos, no uso de utensílios, criação de móveis, controle das riquezas à disposição, e ainda na administração das matas.

Possivelmente, como havia as famílias **indígenas em Minas, os Índios Boachás** (Santos, 2013) – também incipientes na terra de Raul Soares – especialmente, entre outras sociedades indígenas organizadas, até para a realização de certo senso ou controle social, a contabilidade era necessária como meio de informação, ou de integração desses elementos geográficos e estatísticos. É o caso análogo das cordas de contabilização como os quipus no Peru (Sá, 1961; D`auria, 1956), usados pelos povos indígenas, entre outras formas de mensuração que no Brasil podem, sem dúvida, ter existido.

Sociólogos importantes como Candido (1967), Freyre (2004), inspirados em Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes (1959) e Fernando Henrique Cardoso, retratam técnicas evoluídas entre os povos indígenas, algumas ligadas à gestão do patrimônio natural a sua disposição. Isso podemos hipotetizar também para Minas Gerais, os sucessos da “raça” dos “homens de Lagoa Santa”.

3. O Desenvolvimento das Práticas Contábeis em Minas Gerais de Modo Mais Vísivel: Brasil Colônia, Império, Regência e o Ciclo do Ouro Mineiro e Demais Pedras Preciosas

3.1. O Brasil e o início da exploração econômica

As riquezas do Brasil foram expostas depois da descoberta da Terra de Santa Cruz, por **Pero Vaz de Caminha** – chefe da Balança da Casa da Moeda –, contador que lê a carta a Dom Manuel I, o Venturoso, sobre a nova terra, depois considerada “Ilha do Brasil” (Sá, 2008, p. 20).

O mestre João é considerado um dos primeiros a produzir descrições astronômicas, ao verificar o céu (Capozzoli, 2009) e as estrelas, no entanto, a descrição de Caminha é considerada nitidamente como evidência científica contábil, pois é um relato qualitativo, um tipo de “balanço” das novas terras.

Os portugueses tinham aspirações capitalistas e comerciais, está escrito que “foi portuguesa a primeira feira estrangeira estabelecida em Bruges” (Simonsen, 1977, p. 36), em Portugal que surge no mundo, pela primeira vez, a palavra **contador**, e **auditor** (Rodrigues, 1989), sendo pioneiros em muitos aspectos da Contabilidade.

Após francamente as extrações do velho mundo de outras colônias, com problemas que existiriam durante as recém-descobertas, com outras nações – entre elas a França, Espanha e Holanda –, todas tinham olhos para a terra de Santa Cruz, considerada promissora, mas sem um interesse inicial por parte de Portugal, mesmo tendo pisado os pés primeiramente aqui.

Depois de alguns anos da invasão, a primeira exploração foi do Pau Brasil, depois o açúcar concorrendo com importantes mercados e exportando-o para Inglaterra, depois a pecuária, e finalmente o mercado nas Minas Gerais.

De 1501 a 1511 tivemos poucas explorações da Terra de Santa Cruz, contudo, até 1530 o movimento se intensificou. Em verdade houve expedições exploradoras, a primeira delas por **Gaspar de Lemos** em 1501, percebendo que a Terra de Santa Cruz era do tamanho de um continente, e não de uma ilha (Freire e Ordoñez, 1974), e por este motivo surge um primeiro fenômeno, que é o de arrendamento das terras que a Coroa Portuguesa fazia aos comerciantes, claro que um pouco timidamente.

Em 1503, 1516 e 1526 foram mandadas outras expedições, por partes das sociedades anônimas que arrendaram as terras, e com a finalidade de prestar informações à Coroa sobre a necessidade de exploração, então, com Martim Afonso de Souza, em 1530, que tivemos francamente, além da expulsão de outras nações que invadiam o solo brasileiro, a fundação da vila de São Vicente, praticamente São Paulo, e as práticas de exploração da cana-de-açúcar, além do Pau Brasil, que já havia (Freire e Ordoñez, 1974, p. 190).

Tão forte era a extração do Pau Brasil para companhias particulares que “em 1516, o Código Manuelino criou as funções de Contadores das Comarcas e Agentes Fiscais da Fazenda” (Sá, 2008, p. 24), para impedir o uso livre das terras sem taxas.

No início foram tão importantes os bons controles de exploração que a corte manda como contador da Casa Real Gaspar Lamego para trabalhar no Brasil em 1549, surgindo a Casa da Fazenda Contos e Alfândega, na qual trabalhará o segundo contador, Bastião de Almeida (Sá, 2008, p. 21).

As primeiras **Alfândegas** já existiam em 1530, para manter controles e técnicas contábeis de informação e regulação dos fenômenos de exploração das terras brasileiras, exclusivamente para os usuários que eram grandes empresários, que obtinham concessões, e a coroa portuguesa (Reis e Silva, 2015).

Podemos analisar no quadro a seguir que as pedras preciosas não eram tão relevantes em

nível de produção, nem apareciam até o final do século XVII:

Tabela 1: Movimento de negócios no Brasil colônia (início) como rendimentos.

Brasil		Em Portugal	
Açúcar	41.418:000\$000	Diferença do Preço do Açúcar	216:000\$000
Pau-Brasil	7.434:000\$000	Diferença dos preços do Pau-Brasil	99:000\$000
Outros artigos	3.540:000\$000	Outros artigos	20:000\$000
Total	52.392:000\$000	Total	335:000\$000

Fonte: Simonsen (1977, p. 91).

Não é preciso grandes cálculos para concluirmos que a diferença de rendimentos e margens é modesta, de modo que realmente o Brasil produzia muito mais do que os lucros brutos de Portugal poderiam oferecer, isso já no século XVII.

A forma de contabilização começa mais com os fins de tributação, que não existia por si, a intenção mesmo era gerenciar as riquezas da nação e, para tanto, fora feita uma divisão em domínios⁶, estes como patrimônios maiores, para que a gestão e os controles fossem eficazes.

3.2. O ciclo econômico do Brasil e as Minas Gerais

A exploração dos bens econômicos no Brasil produzia fenômenos de custos interessantes, tanto para as empresas quanto para a Coroa, foi feita até uma média de que 45% a 60% de açúcar nos engenhos eram custos ligados não apenas à produção, porém ao transporte e armazenamento (Simonsen, 1977, p. 110)

Sem dúvida, o “ciclo da mineração no Brasil foi o que salvou Portugal e a sua grande colônia de uma crise das maiores proporções” (Simonsen, 1977, p. 116), por isso os maiores olhares foram para a exploração das Minas Gerais.

O tráfico de escravos era bastante lucrativo, a Coroa cobra os “direitos de entrada” (Simonsen, 1977, p. 128) de 3\$000 por cabeça, eram depois elevados a 3\$5000, impondo um tributo sobre este, favorecendo seus ganhos.

O ouro e a prata em lugares como o México e o Peru eram bastante explorados, já no final do século XVI, no Canadá, na Austrália, e em outros lugares havia grandes extrações, isso era chamado de “império do ouro”, com uma progressão anual média em libras tal como segue a tabela:

⁶ - Estas mesmas divisões foram realizadas na época de Carlo Magno, não sabemos dizer se a Coroa o fizera por imitação, mas o raciocínio fora o mesmo, para melhor gerenciar o patrimônio complexo ou econômico, era necessário dividi-lo em partes, assim instituiu um governo geral, depois a divisão em capitânias, perfazendo então facilidades para cobranças de receitas por partes das regiões. Fora assim que ocorrera na Europa, e francamente em Portugal que era chamado de Condado Portucalense, o primeiro país Europeu a se dividir ou se tornar autônomo, era um pedaço, ou um domínio no reino Franco-mundial, como estratégia administrativa de pensamento contábil, evidentemente (Duby, 1962; Masi, 1975; Rodrigues, 1988).

Tabela 2: Produção de metais preciosos na América entre 1492 a 1800

Produção em libras (durante os anos)			
1492 a 1500	60.000	1600 a 1700	3.600.000
1500 a 1545	700.000	1700 a 1750	5.000.000
1545 a 1600	2.500.000	1750 a 1800	8.000.000

Fonte: Simonsen (1977, p. 252).

Com a tendência mundial, e a Coroa perdendo capital em outros negócios, até por fraudes ou elisões de “forças externas”, a consequência de exploração das Minas foi um aspecto lógico e até vegetativo, como uma “áurea do mercado das nações”.

O Brasil tinha uma divisão administrativa primeiro com as vilas, depois com as capitâneas, que eram parecidos com donativos, contudo, a favor de Portugal, sem esta divisão seria impossível a gestão das terras.

As **capitâneas** eram doações de terras a nobres; o Brasil começa com 15 capitâneas que permitiam a existência de **Vilas**, com o sentido de descentralizar a gestão, e os governos gerais, surgindo as **Câmaras Municipais**, e os **governadores** que iriam governar o Brasil nas suas partes, com uma divisão entre **Ouvidor-mor** (juiz), **Provedor-mor** da fazenda (arrecadação de impostos), e **Capital-mor** da Costa (um tipo de exército ou guarda), os três primeiros governadores gerais do Brasil foram **Tomé de Sousa** (1549-1553), **Duarte da Costa** (1553-1558) e **Mem de Sá** (1558-1572), todos com intenções administrativas (Freire e Ordoñez, 1974, p. 192 e ss.).

O primeiro **provedor-mor** do Brasil foi **Antonio Cardoso de Barros**, empenhado em organizar a escrita contábil da “Casa dos Contos” (Sá, 2008, p. 25), que depois se torna o “tribunal de contas”, como hoje conhecemos (Wikipédia, 2016); também havia um regimento já existente em 1548 que tornava rigoroso os registros de contas e cobranças.

Na Colônia, o ouro era encontrado em lugares afastados, a população brasileira, tirando os índios, não passava de 300.000 habitantes, cujas primeiras descobertas foram solicitadas pelo regente Dom Pedro já nos fins do século XVII, conforme comenta Simonsen:

Estimulou a Coroa Portuguesa, de modo eficaz, os descobrimentos das minas.

No final do século XVII, o Regente D. Pedro enviou cartas a vários bandeirantes paulistas, concitando-os ao cometimento, convencidos como estavam os governadores portugueses de que seriam esses os mais aptos para o achado das pedra coradas e dos metais preciosos existentes, por certo, nos sertões brasileiros.

A grande bandeira de Fernão Dias Pais, o governador das esmeraldas, que cruzou as regiões mineiras por mais de seis anos. (Simonsen, 1977, p. 272)

Deste apelo régio surge o seu filho Garcia Rodrigues, seu genro Manuel Borba Gato, Matias Cardoso de Almeida, isso entre o final do século XVII e início do XVIII, achando ouro em Cataguazes, Caeté, Mariana, Ouro Preto, entre outras cidades, todavia, os centros de maior valor sem dúvida foram Diamantina, Tiradentes, Sabará, Caeté e Ouro Preto, estes centros de Contabilidade e fiscalização tributária, todavia, num balanço específico, temos a situação do desenvolvimento do ouro extraído em Minas e a mão-de-obra em escravos.

Tabela 3: Dados de mão-de-obra escrava e produção de ouro nas Minas Gerais.

Escravos	1735	1738	1743	Período	Arrobas de ouro
Vila Rica	20.863	21.012	21.673	1700-1725	7.500
Mariana	26.892	26.532	25.495	1725-1735	6.500
Sabará	24.284	28.002	15.380	1736-1751	12.000
Total	72.039	75.546	62.548	1752-1787	18.000
				1788-1807	3.500
				Total	47.500

Fonte: Adaptado de Simonsen (1977, p. 297 e ss.)

Com as obras em 1748 de **Alexandre de Gusmão**, sobre a extração de dinheiro do reino, as obras de **José Joaquim Cunha de Azeredo Coutinho** sobre escravos e os trabalhos de **José Antonio Lisboa** sobre “o Estado Atual das Minas do Brasil” em 1804, os três primeiros economistas do Brasil (Rodrigues, 1985), durante e depois da gestão do **Marquês de Pombal**, tivemos um olhar durante o período de extração para Minas Gerais, que era um dos centros de riquezas, podendo gerar lucros ou prejuízos, conforme a gestão patrimonial das referidas.

3.3. Minas Gerais e sua exploração no ciclo de ouro

Com a exploração de importantes bandeirantes, tivemos um crescimento muito grande das Minas e os olhares mais abertos para as suas riquezas.

Os donatários a que se admitiam os donos, ou partes da terra, mantinham uma gestão para o aumento dos lucros seus e da Coroa, que não vinham somente com a produção vegetal, mas com a pecuária, depois com a mineração, entre os séculos XVII e XIX, claro que com o uso de mão-de-obra escrava:

Tabela 4: Número de escravos aplicados nas atividades.

Geral	Números	Nos séculos XVII a XIX	Número
Açúcar	1.350.000	Açúcar	1.350.000
Mineração	600.000	Mineração	600.000
Café	250.000	Café	250.000
		Outros misteres	1.100.000
		Total	3.300.000

Fonte: Simonsen (1977, p. 135).

Para uma exploração econômica que só vivia do Pau-brasil, e depois do açúcar, focar na mineração, devido aos desgastes das colônias mais antigas, e ainda com contratos de arrendamento e exploração de jazidas, tendo tributos, e rendimentos extras até pelo uso de escravos – que eram mantidos como força de produção a custo de comida farta (Freire, 2004), tornada tradicional nas Minas (como a feijoada, barrigada de porco, linguiça e banana frita, etc.), sendo um dos maiores responsáveis pela miscigenação brasileira – era importante para a Coroa.

Parece que não, mas o período do Brasil Colônia, na época das minerações, fora um tempo de grande renda per capita, pois a extração fora muito grande. Era necessário, porém, **um sistema contábil que pudesse dominar os fenômenos patrimoniais** extraídos da economia da terra e transformados

em riqueza; **as cartas régias** eram os meios de comunicação e firmação da atividade de contador geral.

Com as **Aulas de comércio** encetando antes das de Portugal em 1754 na Amazônia (Rodrigues, 1985), pelo Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marques de Pombal), com a criação de uma companhia de comércio do governo, para a sua perfeição gerencial, podemos dizer que o Brasil fora pioneiro no conhecimento teórico comercial gerado pelas expansões econômicas.

Mesmo com tesouros em outras regiões, as Minas Gerais foram divididas em básicas capitais, com fortes centros de tributação em **Ouro Preto e Diamantina**, além de **Sabará** (regiões que serão por nós mais exploradas) e **Caeté**, e com centros menores em Cataguazes (primeira mina a ser encontrada em 1693), Mariana, Itaberaba, entre outros.

Nós séculos XVII em diante que a exploração começa a ser mais contundente por causa das Minas Gerais, o ouro africano de alguma maneira começa a arrefecer segundo o relatório do contador **João Lúcio Azevedo de Portugal**, que já concluía a necessidade de uma fonte de riqueza em forma de receitas permanentes.

Fora dos anos 1700 a 1750 (coroadado com o início das aulas de comércio e maiores dotes para a profissão de contador) que a exportação começa a crescer (conforme as primeiras tabelas expostas), daí “com o afluxo que se verificou nas Minas Gerais e os sucessivos descobrimentos que se faziam (...) a produção aurífera foi tomando grande incremento” (Simonsen, 1977, p. 263).

Os rendimentos eram tão grandes ligados ao quinto que os balanços portugueses demonstram grande rentabilidade, na proporção da receita imperial derivada de tributações:

Tabela 5: Rendimentos da Coroa.

Direitos de importação de 1654	23%
Dízimos no Brasil	10%
Quinto do ouro sem o açúcar	20%
1% de ouro	1%

Fonte: Simonsen (1977, p. 265) adaptado.

As grandes descobertas pertencem de início a Fernão Dias Pais, chamado de governador das esmeraldas, contudo, os bandeirantes paulistas nos fins do século XVII foram grandes responsáveis, Espinosa, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Garcia Paes, Braz Cubas, Fernando Tourinho, Lourenço Jaques, Fernão Dias Paes, Antônio Rodrigues Arzão, Borga Gato, entre outros.

A terra explorada a partir de São Paulo fora chamada de Campo de Cataguá (1522), território de Minas (1570), Pais de Minas (1603), capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1709), Capitania de Minas Gerais (1720), Província de Minas (1827), Estado de Minas Gerais (1891).

Eram denominadas de arraiais, de início, certas partes descobertas, como o arraial Novo, que é hoje a cidade de São João del-Rei; e muito interessante é o nome de mineiro que, por mais que seja usado em terras de interior, tem um sentido mais urbanizado, ou citadino, segundo alguns sociólogos (Cândido, 1967).

3.4 As tributações nas extrações das Minas Gerais e o “caixeiro”

Tudo o que se explorava para a gestão e o controle tinha que ser tributado, este era o ideal do governo e, enfim, necessitava-se de Contabilidade.

Os contadores aparecem (já existiam antes), neste sentido, como personalidades nomeadas

para fazer as guias de pagamento, tanto de tributos como outros recursos a serem recolhidos, e o mesmo profissional era chamado de “**caixeiro**”, nome muito comum em Ouro Preto, e no interior de Minas, todavia, também normal em Portugal, o contador, devido ao uso de caixas, era também denominado assim, conforme os primeiros livros de contabilidade desde o século XVIII (Carqueja, 2010, 2011, 2012, 2012a, 2012b).

As casas de fundição em Sabará, Ouro Preto e outras regiões eram formas de controle, pois as barras de ouro só poderiam sair dali; conforme Prober (1950) e Barcelos (2013), era proibida a produção em pó de ouro – a não ser com certas exceções –, para evitar as fraudes e os desfalques.

Oportunamente, “em 1700 foram enviados às minas os primeiros provedores para o preenchimento dos quintos”, para tornar eficaz a fiscalização se “proibia a exportação de ouro em que se faltasse a prova, por intermédio de uma guia, de haver sido satisfeito o pagamento desse imposto” (Simonsen, 1977, p. 276), e as guias algumas fotos estão na obra de Barcelos (2013) que traduz um modelo de recibo como se “fosse pago tanto à coroa”, e assim emitia-se um documento como se fosse uma “nota fiscal”.

O modelo de aplicação de imposto tinha como foco **as casas de fundição**, o ouro não saía a não ser por barras, e a forma de controle das mesmas era por arrobas, para evitar a “finta”, não se permitia a saída em outros meios, comprovadamente no ano de 1750, a coroa portuguesa recebia os impostos das casas de fundição, e “foi isso, em síntese, o regime fiscal sobre o ouro no período colonial, em relação às Minas Gerais” (Simonsen, 1977, p. 277).

A técnica começa com partidas simples, mas em Ouro Preto, Sá (1978) comprova partidas duplas, conseqüentemente, o uso da prática contábil era evoluída, principalmente a partir de 1761, pela aplicação em voga, já feita em Portugal, depois da oficialidade das aulas de comércio pelo Marques de Pombal, aulas estas que já existiam no Brasil, no Amazonas desde 1754 (Rodrigues, 1985), antes do Estatuto que criou o Instituto Comercial de Lisboa, hoje ISCAL (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa), em 1759 (ISCAL, 2015).

Em 1713, cria-se o imposto de **captação**, que era regulado conforme a quantidade de escravos, este modelo foi muito usado em Minas, contudo, já era aplicado antes em outras formas de tributação.

Em 1710, cria-se o **quinto** (Sá, 2008, p. 34) – retornando como principal imposto em 1719, com sua cessão em intervalos de tempo –, que surge com as casas de fundições que eram ligadas aos pesos da produção em barras de ouro. Em 1725, fica mais em voga a presença das **casas de fundição, e casas de intendência**, estas ligadas ao aparado principal de formação do ouro em barra (podendo ser outra especiaria), portanto, o quinto fica muito mais perene em termos de controle. Entre 1735 e 1751, volta o imposto da **captação** como tributo mais usado, claro que por causa de possíveis fraudes, ou ineficiência dos outros critérios.

Entre 1788/1789, surge o movimento da **Inconfidência Mineira** com o interesse de libertação dos duros impostos da Coroa, neste movimento se vê a presença de Joaquim de Sousa Xavier, chamado Tiradentes, embora a histórica deturpe a realidade de tal personagem (colocando-o mais como figura simbólica).

A **derrama** era o pior dos tributos, então, um dos motivos do “motim”, porque, enquanto se tinha o quinto e a captação, a derrama descontava do patrimônio do indivíduo as diferenças tributárias, mesmo quando ele não tinha capacidade de pagá-la, portanto, era muito pesado, por tal os movimentos dos inconfidentes em busca de melhores condições, parecido com a Inglaterra, os “motins de fome” (Thompson, 2002) que o ocorreram na mesma época, exigindo uma grande transformação da sociedade brasileira (Polanyi, 2000).

Aparece a “**Casa de Contos**” em Ouro Preto, como se fosse um centro de fiscalização, depois substituído pela “**Fazenda Real**” (Sá, 2008, p. 34), sem dúvida era um instituto de contabilidade.

3.5 - A legislação mineira e a contabilidade na colônia

Sá (2008, p. 34) comenta sobre uma “**Carta de Lei**”, esta que regulava a obrigatoriedade de livros comerciais como o diário, razão e auxiliares, claro que dentro da melhor técnica, esta já em circulação com as aulas de comércio no século XVIII.

O **primeiro instituto legal em Minas foi em 1603**, e em 1694 uma carta régia prometia comendas e riquezas, até nobreza aos que descobrissem metais preciosos (Simonsen, 1977, p. 279).

Em 1702, se cria o **regimento das superintendências dos Guardas-mores e Oficiais, Deputados para as Minas de Ouro**, este, logo, era ligado aos contadores (Simonsen, 1977), pois, além dos deputados que tinham a formação contábil e jurídica, tínhamos os intendentess, que eram os escrituradores para manter o controle dos tributos das casas de fundição, de intendência e até de contas.

Agora uma lei que gerou problemas entre os exploradores em 1752 foi a **lei de Trintena**, que regulava a isenção de dívidas ou penhoras, extratores que tivessem mais de 30 escravos; isso evitava importâncias a serem dadas para empresários menores, o que arruinava os pequenos exploradores (Simonsen, 1977, p. 280).

Mas as leis se estendem, como a de 1811, que permitia a criação de empresas, outra em 1813, estendendo a todos os exploradores a **trintena** (mantendo mais facilidade do crédito a todos, pois os mesmos tinham a dificuldade), e finalmente a de 1817, que permitia a presença de Sociedade por ações para a exploração das jazidas.

Para evitar a decadência da extração já no início do século XIX, o rei D. João VI já solicitava consultorias de profissionais, para que apontassem causas para a degradação da atividade mineradora, também na terra das Gerais, de modo que uma proposta fora a criação de um **conselho de administração geral**, e de um **Inspetor Geral das Minas** (Simonsen, 1977, p. 280), claro que o mesmo deveria ser contador. Portanto, não havia solução sem contabilidade, mesmo no campo privado na criação e permissão de empreendimentos acionários, era o contador apto a abri-lo e controlá-los com a então famosa técnica de partidas dobradas, naquele tempo.

3.6 A Cidade de Tiradentes e o apogeu da mineração

Primeiro é necessário entender que, em 1673, a bandeira de Matias Cardoso buscava esmeraldas, portanto, seguindo uma rota que deveria passar por tal cidade, que fica mais a norte de Minas, encontrando as fontes econômicas (veja os sites www.tiradentes.net e www.brasil247.com.pt).

Em 1702, **Tomé Pores Del Rei**, chega na região, chamando a mesma de Santo Antonio, ampliando o foco de suas riquezas. Em 1718, de pequeno arraial, passa a ter a condição de Vila, depois chamando-se de São José, e São José Del Rei, nome que prospera até hoje, contudo, pertence à região que conhecemos hoje como Congonhas.

Entre 1713 a 1751, temos a presença de dois impostos que nesta região são muito fortes nas casas de fundição, que são o **quinto e a captação** – começa-se com a captação em 1713, depois o quinto em 1719 e depois voltando para a captação em 1735 –, estes surgem como meios contábeis de controle das riquezas, visto que, de 1735 a 1766, o apogeu da mineração se encontra nas terras de Minas.

As casas de fundições existiam junto com as **casas de câmbio**, criadas para evitar a circulação do ouro em pó, e ampliação dos negócios, contudo havia muitas fraudes, principalmente nesta região (Simonsen, 1977, p. 278).

A inconfidência mineira começa em 1788 para o ano posterior, e foi abafada, com a delação de Joaquim Silveiro em 1789, e ela surge contra o regime de altos impostos e as taxações da Coroa Portuguesa.

A Coroa tentava manter o controle contábil, porém coloca o mínimo de 100 arrobas como

base para se poder enviar à casa de fundição, sob a fiscalização das **Câmaras Municipais** (que serviam de cadeia também), por tal a mineração declina por tais tratados, e o próprio Tesouro não percebia que tais obrigações aumentavam as fraudes, produzindo a perda da quantidade de produção.

Em 1792 morre o apelidado “Tiradentes”, cuja história foi seriamente deturpada, o que nos leva a crer que o que se aprendia na escola até a década de 90 não é conivente com a realidade – com tal interesse não se sabe –, na verdade foi abafada a rebelião, sem necessariamente “mártires sociais ou políticos”.

A cidade foi tombada desde 1938, primeiro como patrimônio cultural nacional, depois como patrimônio mundial, tal como as demais cidades do ciclo do ouro (Barsa, 1981), e acaba levando o nome de “Tiradentes” por um simbolismo nacional, pois o método crítico (Franco, 1950) comprova que a história não foi como se criou em “novela nacional”.

3.7 Ouro Preto: o centro de Contabilidade

No final do século XVII, mais detidamente em 1698, sob a chegada de Antônio Dias, chegaram os primeiros mineradores numa região cujo arraial fora chamado de Vila Rica de Albuquerque pelo primeiro governador da Capital de São Paulo e das Minas. A coroa, confirmando o ato, passa a chamá-la de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, associando a região a uma padroeira, e o nome do ouro, devido a esta pedra ter a cor mais escura.

Ouro Preto, como retrata a enciclopédia Barsa, é a “cidade de Minas Gerais célebre por suas relíquias históricas e função cultural” (1981, p. 482 V. 11); proveio praticamente de dois arraiais de busca do ouro, até se chamar Vila Rica, como principal capital de mineração, contabilidade e gestão fiscal da Coroa. Seria ela a capital das capitanias de Minas Gerais, como sede fiscal, e com grandes sistemas, métodos, controles, engenhos e análises contábeis.

Não podemos restringir a contabilidade no controle apenas, contudo, em várias outras atividades, na forma de “audiências”, portanto, o atual tribunal de contas era moldado no antigo instituto cujo nome era “Casa dos Contos”, além das “Casas de intendência” e “de fundição” (Sá, 2008); já tínhamos modelos de auditoria conforme as cartas do contratador **Róis de Macedo**, mostrando grande fiscalização privada e senso de rigor nas contas e negociações (Oliveira, 1981; Sá, 1978).

Aqui transparece a função do contador não apenas como escriturário ou relevador, porém, sobretudo, como auditor, até pela tradição, auditoria e contabilidade era misturadas e confundidas no início do Reino Português com Dom Diniz ainda no século XIII (Rodrigues, 1989).

Tornou a terceira cidade na exploração e a primeira no uso da contabilidade, primeiramente ligada à informação, depois, estendida a quaisquer empresas, depois da ampliação da lei da Trintena, as práticas contábeis evoluídas juntamente com a área cultural das aulas de comércio viram o modelo de contabilidade e centro de importantes criações de institutos comerciais, como a junta de comércio em 1755 nas Minas, criada com o fim de legalizar e taxar as empresas comerciais existentes.

As emissões de notas e a função de Ouro Preto eram parecidas, como uma ponte de circulação, embora o emissor de circulação de dinheiro só tenha sido feito em 1808, com a criação do Banco do Brasil (Pacheco e Franco, 1988), com a vinda da família real. Todavia, a cidade continua como referência comercial e do registro societário em Minas Gerais até alterações a partir do século XX, para a capital Belo Horizonte.

O termo caixeiro é muito comum para desenhar o nome do contador em Ouro Preto (Sá, 1978), tendo também o seu apelido de intendente, escriturário, ou fiscal (Prober, 1950).

Importante obra existe em Ouro Preto, produzida naquele tempo, de Francisco A. Rebelo, de 1768, sobre a análise das contas do tesouro da coroa, oportunamente, “**Erário Régio**” é o nome de sua literatura, denotando doutrina de tecnologia contábil culturalmente presente nesta cidade (Sá, 2008,

p. 38), sendo um dos primeiros livros de contabilidade conhecidos.

Depois de tanta exploração, no século XVIII, com a decadência de seu ouro e suas pedras preciosas, chegou vulgarmente a ser chamada de Vila pobre (Barsa, 1981).

Em 1897, firma-se como cidade referência na história da contabilidade do Brasil, no setor de auditoria e fiscalização de contas, com a presença da famosa **Escola de Minas**, ou **Escola da Administração Fazendária** – hoje com o museu “casa de contos”, como principal representante da colônia portuguesa.

Embora isso tenha acontecido, podemos dizer que é uma das mais antigas instituições oficiais públicas, perdendo para a **Escola de Comércio de Juiz de Fora** (Antunes, 2013), esta como a mais antiga do Brasil.

3.8 Diamantina e o fluxo de capitais com grande técnica contábil

Uma das cidades mais importantes do Estado mineiro no contexto histórico contábil brasileiro, localizada na zona do Alto Jequitinhonha (Barsa, 1981, p. 254, V. 6) é Diamantina, que se enceta como arraial, mas passa a ser intermediária de **logística** das riquezas que vinham do nordeste, e igualmente, com práticas evoluídas de contabilidade, até em relação a Ouro Preto.

O nome diamantina expressa “diamante”, e essa é a razão do seu nome, ou seja, uma região dessas pedras preciosas, além de outras, donde nasce Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil, presente em nossa história nacional.

Era chamada de Arraial do Tijuco – a palavra Tijuco significa “água podre” ou “lama” – quando em sua descoberta em 1713, sendo uma das últimas cidades do “ciclo”, porém, consideramos tão importante quanto Ouro Preto, pois, devido a ser o meio do fluxo logístico entre as riquezas, os movimentos patrimoniais e econômicos fizeram uma evolução na técnica, às vezes ultrapassando a de Vila Rica, até com domínio jurídico bastante diferenciado (Paiva, 2012).

A descoberta de diamante foi um pouco mais adiantada, em 1729, quando ainda era chamada nossa terra de Capital Geral de Minas Gerais, e na mesma época do nome de batismo de Vila Rica, tornando esta o centro da fiscalização, e a capital das Minas, embora, em nosso entendimento, pelo fato de não ter-se descoberto Diamantina antes, até porque o diamante vale mais que ouro, e o movimento era tão grande quanto o de Ouro Preto, e a sua prática contábil tinha “o nível mais avançado que o próprio modelo sugerido pelos intelectuais europeus” (Sá, 2008, p. 44). Nesta época, na Europa, eram mais adiantadas as teorias de contas, e Diamantina absorvia na técnica estas teorias, mesmo sem poder afirmarmos que os contadores estudavam as aludidas (muitos eram práticos).

Em 1734 se cria a **intendência de diamantes**, com o fim básico de ser **centro de contabilidade**, gerenciando e controlando pagamentos, tributos e formação dos estoques de diamante, para a receita da coroa; além das casas de fundição, tínhamos a intendência. A **real intendência** era nada mais do que uma empresa pública especializada em auditoria e atividades contábeis, para a Coroa.

É clara a prática de escrituração dos **livros verdes** (de arbítrio de tributação), o uso de memoriais e borradores, o controle da extração real pelas “intendentes câmaras”; neste tempo em 1771 o próprio Marquês de Pombal melhora a administração dos diamantes, criando os chamados “Caixa-administradores”, para evitar o contrabando, inclusive para a Holanda (Sá, 2008, p. 42-43; Paiva, 2012).

Culturalmente, Diamantina foi emancipada do Município do Serro em 1831, elevando o nome de cidade em 1838, e considerada patrimônio da humanidade pela Unesco em 1999; sua história muito deve a Chica da Silva, escrava alforriada, casada com o homem mais rico do Brasil, João Fernandes e Oliveira (Barsa, 1981).

3.9 Sabará e a evolução das práticas contábeis

Portugal tinha a intenção expressa de encontrar metais preciosos na Terra do Pau-brasil, esta mesma demanda fora feita a Fernando Dias, que fora em busca de metais e pedras preciosas, em 1672.

Após as descobertas de grandes centros, Minas Gerais (que não tinha este nome) fora dividida em **quatro grandes comarcas**, uma dessas era a Vila Real, que depois foi chamada de Sabará, além da Nova Rainha, que tem o nome hoje de Caeté, e a Vila Rica de Ouro Preto, e o Tijuco, que era Diamantina, nesta a exploração durou mais tempo.

Portanto, Sabará – o nome, provém do termo “Tabará”, e “Tabaraboçu”, que significa “pedra grande reluzente”, pois se encontrava não apenas ouro, diamantes, mas também esmeraldas – fora descoberta em 1674, por Fernão Dias Paes, com o seu nome de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, em 1711, no começo do auge da exploração do ouro.

Em 1714, já existia uma das primeiras intendências e casas de fundição com as aludidas funções contábeis que argumentamos em outras páginas.

A Coroa queria controles contábeis, na mesma época que a doutrina de Contas desabrochava mais com Simon Stevin (Carqueja, 2003; Sá, 1997), um dos primeiros autores da contabilidade pública ainda no século XVII. Na obra de Prober (1950), há relatos de um relatório de despesas, e também materiais:

Tabela 6: Despesas operacionais e materiais da intendência de Sabará.

Despesas da Comarca	Valor	Compra e despesas de materiais	Valor
Ordenado anual do intendente	1:600\$000	Negros da fundição	405\$718
Ajusta de custo da devassa de extravios	500\$000	Carvão e Lenha	188\$414
Total	2:100\$000	Diversas Despesas	199\$566
Aos quatro fiscais	400\$000	Despesas de obras	185\$384
Tesouraria	800\$000	Despesas de condução	793\$960
Escrivão da receita e despesa	800\$000	Solimão	3:894\$000
Escrivão da intendência	800\$000	Água forte para o ensaio	89\$598
Escrivão de entrada de ouro	700\$000	Prata de peso para o ensaio	65\$ 706
Ensaizador	800\$000	Total	5:768\$346
Ajudante do ensaiador	400\$000		
1º fundidor	800\$000		
2º fundidor	400\$000		
Meirinho da intendência	300\$000		
Escrivão do Meirinho	300\$000		
Total	8:600\$000		

Fonte: Adaptado de Prober (1950, p. 16-17).

Torna clara a observação de que os contadores intendentess que gerenciavam todo o movimento ganhavam muito mais, e existe uma diferença do “intendente” para o “escriturário”, e deste para o “fiscal”.

Prober (1950) comenta sobre uma conferência na **casa da moeda da Bahia**, dos valores contabilizados nas casas de fundição em Sabará, como um processo de auditoria.

Importante ressaltar que já era possível formalizar *aziendas* como sociedades anônimas nos fins do século XVIII em nosso país, e nas minas, enquanto na Europa já se pensava nas *comanditas*, pois as primeiras tinham que ter autorização dos governos, e as segundas, parecidas com as primeiras, poderiam ser abertas sem esta autorização, o que gerou em França e no Velho Mundo a chamada “Febre de *comanditas*” (Batalha, 1973), pela criação exagerada e abusiva dessas sociedades. No Brasil, este regulamento passa a ser referenciado mais no século XIX e início do século XX, com o antigo código civil, embora na época da extração era nítida a autorização da Coroa para a abertura de Sociedades de capital, tanto é que a criação da junta, em 1755, na cidade de Ouro Preto, auxiliou no processo.

Sabará recebe o rol de cidade em 1838 e torna-se centro industrial em 1918; hoje seus centros de contabilidade se tornaram museus, especialmente na lei editada por Getúlio Vargas, temos o “museu de ouro”; até hoje é uma cidade que explora a metalurgia e siderurgia, tal como lá está uma das grandes empresas nacionais, que é a Belgo-Mineira (Barsa, 1981, v. 14).

Além de Sabará, Diamantina, Tiradentes e Ouro Preto, temos Caeté, como uma das antigas capitânicas, Mariana, Cataguazes, entre outras diversas (analisamos as quatro primeiras cidades pelo nível de informação que pesquisamos e também porque Tiradentes é importante para a história mineira).

Eventos importantes surgiram em minas, como a **guerra dos emboabas**, que foi uma briga entre o direito de exploração dos mineiros, paulistas e portugueses – a palavra “emboaba” significa “forasteiro” –, para saber quem eram realmente os “donos da terra” (Simonsen, 1977). Diversas rebeliões existiram, como a de Felipe dos Santos, devido à tentativa de extinção das casas de fundição, o que levou à **separação das capitânicas de Minas e São Paulo** (Freire e Ordoñez, 1974), ocorrida não apenas por motivos políticos, contudo, indubitavelmente, auxiliando a administração com mais descentralização.

Barcelos (2013, p. 143) diz que “as casas de fundição e intendência”, tinham o “fim de exercerem fiscalização sobre o metal extraído”, oferecendo “bilhetes” para a validação do ouro em pó, mesmo proibido, só seria permitido com “tipos de vales” ou “documentos especiais”, e estas funções eram contábeis.

A técnica de apuração do ouro tinha o fim de reduzir custos e aumentar a qualidade do produto, era bastante apurada com o passar da sua prática, o que não deixavam de ser orientações dos **contadores intendentess**⁷.

4. O Surgimento dos Primeiros Institutos, Associações, e Escolas de Contabilidade, o Crescimento Universitário em Minas Gerais e os Congressos

4.1 – Premissa breve

Minas Gerais cresce com o aparecimento de institutos de contabilidade, aqui trataremos primeira-

⁷ - Técnica semelhante era usada na idade média para arar a terra, primeiro um tipo de arado de madeira, depois de ferro, e tipos de utensílios que dobravam a eficiência do tratamento da terra congelada, tal como o armazenamento de grãos, e a forma produtiva de plantação, que de um terço passou para quase dois terços, e igualmente, com uma medida de produtividade de quase o dobro, para quatro vezes mais do que se produzia. Estes meios pragmáticos eram técnicas contábeis, feitas pelos gerentes e zeladores dos paços dos senhores, tal qual, pelos próprios trabalhadores que tinham conhecimento empírico de contabilidade (Veja: Duby, 1962).

mente dos públicos, no caso a **Junta de comércio**, depois a **escola de Juiz de Fora**, instituto privado que já conceituava e formava o “bacharel em ciências contábeis” antes da sua lei na década de 30 do século XX (Wilson e Sardinha, 2011).

Em nível profissional e associativo, o **Conselho Regional Mineiro** fora criado no mesmo ano que o Federal, embora de modo mais estruturado no ano seguinte.

O crescimento acadêmico aconteceu não apenas pela formação da primeira **Academia de ciências contábeis do Brasil**, mas com os **Congressos** e com o crescimento institucional e científico das Minas Gerais, chegando depois a firmar até uma escola de pensamentos: o **neopatrimonialismo**.

4.2 - A criação da Junta Comercial de Minas Gerais

A Junta comercial começa por ordem de Dom José I, em 30 de setembro de 1755, substituindo uma instituição de nome “**Mesa dos homens de negócios**”, que realizara os primeiros registros comerciais e societários (para a elaboração desta parte nos embasamos na página virtual do próprio site da junta comercial).

As influências das aulas de comércio do Marquês de Pombal, ou Conde de Oeiras, e as obras em Portugal de **Gabriel de Sousa Brito** em 1706, e de **João Baptista Bonavie** em 1758, demonstravam que em língua portuguesa, já estávamos adiantados em doutrina e ensino profissional (Monteiro, 1980).

Na época, como órgão do reino com a transferência da **Corte Real** em 1808, a junta passa a seguir as ordens da Coroa, formando um direito mercantil brasileiro praticamente e mais detidamente em 1824, já que a contabilidade na sua fenomenologia é estudada pelo direito civil, um ramo do direito privado.

Em 1832 com **Manoel Alves Branco** como contador geral do império (Rodrigues, 1988), ou do tesouro nacional, ele fazia instruções para que a escrituração pública fosse por partidas dobradas, esta prática existia costumeiramente em datas passadas, nas casas de intendências, de fundição e de contos. A escrituração contábil no Brasil era comum, a técnica comprovadamente em Minas Gerais se fazia provar.

O decreto 738/1850 criava no Brasil os famosos **tribunais de comércio** e, como parte deles, as **Juntas comerciais**, estas eram parte de sua hierarquia administrativa.

Os contadores tinham seus registros feitos na junta; no Rio de Janeiro, por exemplo, nesta organização, se davam aulas de comércio, sendo que o registro dos contadores era feito ali (Rodrigues, 1989, p. 29).

Ao mesmo tempo tivemos o **código comercial**, que regulava importantes noções de práticas contábeis, como dissemos, o direito civil e comercial é insofismavelmente patrimonial (Masi, 1975).

Só mais tarde, ao final do século, os livros sobre a prática contábil com base nestes institutos jurídicos foram esgotados, como o de **João Cândido Martins** (1894), o qual trata do código comercial todo, mas, no final, explica como seria a prática nas partidas dobradas.

Portanto, a evolução da profissão aumenta em 1850, de modo que em 1876 foram extintos tais tribunais de comércio, prevalecendo as chamadas “**Juntas e inspetorias comerciais no Brasil**”.

Com o decreto 599/1890 começaram os registros na junta, chegamos a ver alguns desses, então, um dos primeiros contratos de Minas, que nos chegou, é o de Antonio Pereira Lopes Guimarães, Manoel Alves Araújo e José da Silva Braga, fazendo uma firma com sede em Cataguazes, na forma de “fazenda de exploração de café” (Jucemg, 2016).

A mesma sociedade girava por nome fantasia de “**Guimarães, Araújo e Braga**”, cujo objeto social é “comércio de fazenda e outros gêneros nacionais e estrangeiros”.

No contrato manuscrito, a firma se estabelece em Santana de Cataguazes, com um capital inicial de 120 contos de reis, e registrada em 15 de janeiro de 1894, embora tenhamos um outro contrato mais antigo que revela um registro de uma empresa do Distrito de Diamantina em 1893 – um pouco

ilegível (Jucemg, 2016).

O **centro da junta comercial de Minas foi Ouro Preto**, o qual é criado em 1893, como centralização de serviços, passando para Belo Horizonte em 1901, e funcionando como autarquia em 1972, com a lei 5.512.

As juntas, portanto, em Minas e no Brasil, no decorrer de sua história, eram e são corporações de direito mercantil, fonte de receitas e autônomas em relação ao direito régio.

Pertenciam aos antigos tribunais de comércio, como seção especial, com deputados representantes de comerciante, parecidos com advogados, hoje contando com 23 vogais na Junta de Minas.

O registro no Brasil tem aproximadamente 500 anos, em Minas oficialmente na Junta mais de 130 anos, e em moldes modernizados alguns decênios, pois poucos negócios regulavam no Brasil na época do Brasil colônia e império com grande evolução a partir de 1850 (Sá, 2008).

4.3 - A academia de comércio de Juiz de Fora, o primeiro instituto brasileiro de ensino contábil de cunho privado

Funcionavam após o código comercial algumas instituições públicas, como o **Instituto Comercial do Rio de Janeiro**, em 1863, que depois foi desativado em 1881, retornando sua atividade em 1901, embora fosse de cunho público (Rodrigues, 1989).

Em 1869, já existia uma primeira associação profissional de contadores, chamada “**Associação dos Guarda Livros da Corte**”, reconhecida ainda no Brasil império em 1869, por lei imperial (Reis e Silva, 2015; Rodrigues, 1989).

Embora autores reconheçam que, de modo oficial, as aulas de comércio foram tornadas praxe nas cadeiras de economia – o que muito se deve a **José Antonio Lisboa** (Rodrigues, 1989 a) –, e também nas cadeiras de direito do Brasil, elas sempre tiveram a sua autonomia, ensinadas de modo normal com independência desde 1831, embora tenham surgido em nosso país em 1754.

Com os desenvolvimentos auspiciosos da tradição da casa de contos, casas de fundição, das intendências e principalmente da junta, Minas começa, já com uma literatura importante a ser destacar no ensino comercial e contábil do país, com uma escola, senão a primeira a apontar nas Minas Gerais de cunho privado: a **Academia de comércio de Juiz de Fora**, como o primeiro instituto de ensino comercial privado do Brasil, fundado em 1884.

Rodrigues (1989, p. 29) comenta “neste mesmo ano de 1884, começa a funcionar a Academia de Comércio de Juiz de Fora, o primeiro estabelecimento de ensino comercial a funcionar no Brasil, de iniciativa privada.”. Porém, somente em “1898, colam grau as duas primeiras turmas de Bacharéis em Ciências Comerciais da Academia de Comércio de Juiz de Fora” (Idem).

Minas Gerais então é a pioneira no ensino das letras contábeis privadas e do curso de bacharel como superior.

A **Escola de Comércio**, na forma de **Academia de Comércio** fora fundada por Francisco Batista de Oliveira, natural de Entre Rios de Minas, nascido em 1857 (Bastos, 1982, p. 16), o mesmo criador do **Banco do Crédito Real de Minas Gerais** na mesma cidade, “princesinha de Minas” (Antunes, 2013).

Relatavam os jornais e folhetos que “de todas as obras idealizadas e realizadas por Francisco Batista de Oliveira, a Academia de Comércio, sem dúvida alguma foi a que mais projetou o seu nome” (Bastos, 1982, p. 16).

O mestre Francisco de Oliveira procurou desenvolver os ensinos comerciais depois de sua visita a Europa, na qual a França se despontava nos ensinos comerciais, e era famosa a **Escola dos Altos Estudos Comerciais de Paris**.

O capital era, pois, de início, marcado em 25.000\$000 para encetar a escola, e a necessidade de tal sociedade era evidente; no jornal Gazeta de Lavras se lia: “Parece que vai preencher-se um enorme vácuo que havia no seio de nossa pátria” (Bastos, 1982, p. 31).

O governo do Estado, no entanto, “recusou conceder ao cidadão Francisco Baptista de Oliveira a pequena subvenção” (Bastos, 1982, p. 32).

Tinha que ter um capital inicial para manter a escola, ainda sendo sociedade anônima de cunho privado, ausência de investimento público e boa vontade já se haviam destacado; fora realizado outro planejamento com uma campanha organizada em 200.000\$000, devido a custos que seriam perenes em mais de um ano.

Em 30/03/1891 começa deliberativamente a associação, embora faltasse o autofinanciamento na prática, considerando que houve a primeira reunião no prédio do Banco do Crédito Real de Minas Gerais, formando assim os conselhos, administrativo, fiscal, e suplentes; podemos dizer foi o seu início societariamente.

O conselho administrativo era formado pelos seguintes cidadãos: Francisco Baptista de Oliveira, Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, Dr. Fernando Lobo Leite Pereira, Dr. Alfredo Ferreira Lage, Dr. Ambrósio Vieira Braga, Bernardo Mascarenhas (este como um braço direito de Francisco de Oliveira).

O jornal Correio de Minas noticiava que “Já se acham em atividade os trabalhos da constituição do prédio onde funcionará a Academia” acrescentando que “veio preencher importante lacuna no ensino brasileiro”, e elogiava rendendo laudas “A academia do comércio, pode, pois, marchar junto das demais escolas de ensino superior” (Bastos, 1982, p. 43).

No seu primeiro aniversário houve uma solenidade com a benção da imagem do Cristo, embora suas obras estivessem em andamentos, com um custo a ser feito naquele período de 40.000\$000; o conselho administrativo autoriza crédito suplementar para aplicação nos investimentos de construção.

Em 1896, ela ultrapassa os limites do município de Juiz de Fora, sendo procurada por indivíduos de várias partes do país.

No ano seguinte, o balanço geral demonstra que a situação financeira da sociedade, mesmo não tão promissora, tinha possibilidade de se manter com apertos.

Com a necessidade de matrículas normais e de recursos, em 1898 fizeram uma letra de câmbio, e pediram ajuda ao governo, este então despendeu cerca de 50:000\$000 para obras gerais.

No seu regulamento já aprovado e divulgado no mesmo ano, no artigo primeiro falava do grau que era obtido pelo aluno formado na escola, também do anel formado por dois caduceus de ouro, e uma safira poligonal, circundado de rubis, uma das formas interessantes parecida com a doutrina (Bastos, 1982).

O decreto do Estado de Minas Gerais nº 1115, de 19 de março de 1898, traduzia o estatuto da escola, com a condição de bacharel para os discentes formados, sendo o pioneiro no Brasil neste sentido (Rodrigues, 1989, p. 29).

Aceitando doações do Estado a escola prevaleceu no seu trabalho, sob a direção de seus fundadores, até que 1899 foi crucial para tal sociedade, visto impossível era manter a escola devido aos seus altos custos.

Em 1900 foi fechada a Academia de Comércio sob a antiga direção, embora tenha sido adquirida pelos Verbitas, ou seja, administrada pelos padres da ordem do verbo divino, funcionando com o mesmo nome até hoje (Bastos, 1982, p136).

Portanto, hoje sob a direção dos verbitas, mantém-se a Academia de Comércio como colégio, embora tenha deixado esta marca no Brasil como primeiro Instituto de ensino contábil privado das Minas Gerais e do Brasil.

4.4 A criação do Conselho Regional de Minas Gerais

Podemos dizer que “À primeira vista, a história tem que incluir a narração de acontecimentos contingentes das épocas, dos povos, e dos indivíduos” (Hegel, 2005, p. 22), portanto, chegamos num trecho da história contábil de Minas que envolve a criação das instituições de classe e associações na defesa do profissional.

A ideia de um registro geral da profissão começa com o “Conselho de Contadores”, e com o “Instituto Paulista de Contabilidade”, e outras organizações de ideia e criação do Prof. Francisco D`auria (1953, p. 99). Em 27 de Dezembro de 1927, ele dispusera em sua oratória num banquete em São Paulo, a ideia de um “Registro Geral dos Contabilistas do Brasil”, como regulamentador da profissão, e do Conselho Federal de Contabilidade.

Com mais esforços, tanto D`auria (1953, p. 103) quanto João Lira conseguiram colocar o dia 25 de Abril como o “Dia dos Contabilistas”. Depois viria o decreto-lei 9.295/46, editado em 27 de maio, que regulamenta a profissão.

Fora em agosto do mesmo ano, no dia 21, que Paulo Lira, liderando outros contadores, firma a primeira ata de formação do Conselho Federal de Contabilidade (Watanabe, 1996), se esforçando para a criação dos conselhos regionais (Sá, 2008; Koliver, 1996).

O **Conselho Regional de Minas Gerais** foi o primeiro a tentar sua formação, em dezembro de 1946, na mesma época do Conselho Federal, e por fazer parte sete contabilistas, fora chamada de “**clube dos sete**”.

Em janeiro de 1947, fora realizada a terceira reunião para organização da estrutura do conselho no que tange a presidência e conselheiros, montando uma chapa, esta fora apresentada na sede da **Associação Profissional dos Contabilistas**.

Os conselhos regionais mal tinham sua organização pronta, e com a norma do Conselho Federal nº 1 de 1946, Minas Gerais se organizava com os seus profissionais para criar um conselho profissional para zelar pela profissão.

A primeira reunião, organizada por Miguel Lacerda, foi em seu escritório, em 28 de dezembro de 1946, com sete profissionais, além dele, José Marques Guimarães, Alberto Noce, Afonso Coutinho, Jader Teixeira de Assis, José Gonçalves Cota, entre mais um que tinha sua literatura ilegível (CRCMG, 2007), por isso, denominado de “clube dos sete”.

As eleições de primeira diretoria do CRCMG ocorreram nos dias 12 de janeiro e 30 de março do mesmo ano.

Houve o esforço para a criação de outras entidades da parte dos contadores mineiros, membros do conselho, como a Associação dos Contabilistas de Belo Horizonte e o Instituto Mineiro de Contabilidade (CRCMG, 2007).

Em 2 de abril de 1947, o primeiro presidente eleito foi Ismail Correia e Castro, e entre os membros do CRCMG estava o professor Luiz Francisco Serra, que foi um dos responsáveis para a sua estruturação, doutrinador das letras mineiras. A sessão solene ocorrida em 25 de Abril do mesmo ano elege a chapa, sob tal direção, sendo que o contador José de Castro foi designado para determinar o regimento interno desse órgão.

Em 11 de Agosto de 1947 na 16ª sessão ordinária, o Conselho já estava bem estruturado nas suas bases, tendo como membros os seguintes contadores: Presidente: Ismail Corrêa e Castro; Vice-Presidente: José de Castro; Secretário: Luiz Francisco Serra; Tesoureiro: Waldevino Fernandes da Costa.

No mesmo escrutínio, Roberto Eiras Furquim Werneck e Castorino Alves Batista foram designados para fazerem parte da comissão de contas do CRCMG, publicada pela primeira vez em 1951.

Foi discutida na mesma sessão a aquisição de sede própria do Conselho, e as atividades do Conselho aconteciam nos escritórios dos membros da diretoria.

Na 17ª reunião, realizada em 18 de agosto de 1947, foi decidida a criação de um registro dos contabilistas, a se encetar em 1ª de setembro daquele ano. Apesar desta reunião, o primeiro registro só foi concedido em 18 de novembro do mesmo ano, sendo o seu primeiro presidente, o primeiro contador registrado.

Segue a lista dos 10 primeiros registros (CRCMG, 2007): 1 – Ismail Corrêa e Castro; 2 – José de Castro; 3 – Luiz Francisco Serra; 4 – Waldevino Fernandes da Costa; 5 – Orbílio Pereira da Silva; 6 – Roberto Eiras Furquim Werneck; 7 – Saul Olavo dos Reis; 8 – Eustáchio de Mello Coelho; 9 – Castorino Alves Batista; 10 – Silvio José Machado

Em 1950 era composta a diretoria pelos contadores: Presidente: José de Castro; Vice-Presidente: Waldevino Fernandes da Costa; Tesoureiro: Roberto Eiras Furquim Werneck; Secretário: Luiz Francisco Serra; Membro: Castorino Alves Batista; Membro: Silvio de Marco; Membro: Geraldo Dias Moura Oliveira; Membro: Eustáchio de Mello Coelho.

Houve até importantes campanhas do conselho com a entrega das carteirinhas profissionais, feita pelo contador de todos os tempos, o maior escritor mineiro e brasileiro, senão da história da contabilidade, **Antonio Lopes de Sá**.

A primeira sede do Conselho localizava-se no edifício Mariana, na Avenida Afonso Pena, 526, 11ª andar, no centro de Belo Horizonte; em 1966 foi transferida a sede para Rua dos Goitacazes, nº 43, depois, com o crescimento financeiro do Conselho, foi adquirindo mais patrimônio, e algumas salas, até a sua sede atual, na Rua Cláudio Manoel, nº 639, no Bairro Funcionários, com muito mais espaço e com infraestrutura mais modernizada e ampla.

Por apoio do conselho recém-formado, em 1950, houve o patrocínio, além de outras associações de classe, do **V Congresso de Contabilidade em Minas Gerais** em Belo Horizonte e **da primeira Academia de Ciências Contábeis do Brasil**, também na capital; durante a história da contabilidade, após o permeio do século XX e final do aludido, muitos outros conclaves existiram na pátria de Minas.

Sua missão é “contribuir com o crescimento do profissional contábil, através de melhores e modernas práticas de gestão”, sua visão é ser “reconhecido pela excelência na prestação de serviços a todos aqueles que tenham interesse ou necessidade relacionada ao exercício da profissão contábil”, a sua política de qualidade é “garantir a excelência nos serviços de registro, fiscalização e valorização profissional do contabilista” (CRCMG, 2007). Em 2007 comemorou o mesmo instituto o seu Jubileu de Diamante.

O conselho passou por diversas presidências (CRCMG, 2007), cada uma com um feito, uma oportunidade de trabalho, uma contribuição e inúmeras conquistas, as quais destacamos:

1. **Ismail Correa e Castro (1947/1950)** – fundador do conselho, lutou pela sede e patrocínio do V Congresso de Contabilidade Brasileiro em Minas Gerais.
2. **José de Castro (1950/1951)** – mudança e aquisição de nova sede, criação de delegacias e formação de um plano de fiscalização da profissão.
3. **Roberto Eiras Furquim Werneck (1952-1953)**: instalação das delegacias seccionais do interior do Estado, elaboração de regimento interno, chapas de eleição ao conselho.
4. **Saturnino de Oliveira Lima (1953-1954 e 1957)**: reestruturação do regimento interno, conselheiros incentivando o registro profissional e discussão de compra da nova sede.
5. **Silvio de Marco (1955)**: processo limpo de carteiras, incentivo de fiscalização, punição e penas contra os falsos diplomas de contadores e guarda-livros e criação do primeiro boletim do conselho.
6. **José Alexandre Ferreira (1956 e 1958)**: investimentos em organização interna, ampliação da fiscalização e manutenção de arquivos.
7. **Antonio de Oliveira Leite (1959-1962, 1963, e 1965)**: criação das delegais de Caratinga, Caranbola e Varginha, instalação de nova sede.

8. **Alcino Chaves Xavier (1960)**: trabalho público e político para conquista da presidência do CFC, o que foi conseguido por Nilo Antonio Gazire.
9. **Raul Lopes Muradas (1961)**: continuidade dos trabalhos, e compra de nova sede na Rua dos Goitacazes.
10. **Luiz Francisco Serra (1961)**: assumiu internamente no final do mandato de Raul Muradas, fiscalização mais firme para os leigos que atuavam como contadores.
11. **Ary da Silva (1964)**: Desafios e dificuldades no início do regime militar, deu continuidade aos trabalhos.
12. **Walter Alberto Prosdocimi Pinto (1966-1967)**: melhora a estrutura do conselho, enfrenta a inadimplência com informação pública de punição, cria novas delegacias em Divinópolis, São João del-Rei, Sete Lagoas, Conselheiro Lafaiete, Patos de Minas e Pará de Minas.
13. **Hélio Gonçalves Moreira (1968-1969)**: apoio ao VIII Congresso de Contabilidade presidido por Antonio Lopes de Sá em Belo Horizonte.
14. **Flávio dos Reis Correa (1970)**: estudos para aquisição de outra sala para a mesma sede do conselho no Edifício Elias de Paula, e boletim editado junto com o “correio dos contabilistas”.
15. **Francisco Pereira Bacelete (1970-1971 e 1973)**: promoveu uma interiorização da atividade do conselho no estado e um processo de formação de cursos e formação, aos contadores e funcionários da casa.
16. **Nilo Antonio Gazire (1974-1977)**: concretiza a mudança da sede do CRCMG no 18º andar do Edifício Clemente de Faria na Av. Afonso Pena, foi presidente do CFC entre 1978-1982.
17. **Francisco Ferreira dos Santos (1978-1981)**: investimento no quadro funcional e informatização do conselho, campanha para o registro dos auditores, devido à nova lei das SAs.
18. **João Batista de Almeida (1982-1985 e 1988-1991)**: lançou ações de combate ao leigo, inserção de contadores no tribunal de contas, o que culminou na carreira de inspetor de controle interno.
19. **José Eustáquio Geovanini (1986-1987)**: Campanhas para aproximação do Conselho nos interiores, preocupação com as delegacias e busca de maior eficiência dos serviços.
20. **José Francisco Alves (1992-1993 e 2002-2003)**: preocupação com os contadores do interior e regionalização do conselho, promoveu a educação continuada e a valorização social do contador.
21. **José Xavier Cunha (1994-1995)**: procurou democratizar o conselho e os profissionais do interior, reformou a sede na Avenida Afonso Pena, promoveu seminários e cursos em cidades do Estado.
22. **Jayme Crusoé Loures de Macedo Meira (1996-1997)**: Ampliou as delegacias, aquisição da sede atual do conselho, ampliou com visibilidade o projeto de educação continuada.
23. **Washington Maia Fernandes (1998-1999)**: manteve os trabalhos e realizou o PROLATINO na cidade de Poços de Caldas.
24. **Domingos Xavier Teixeira (2000-2001)**: propagou seminários no interior, reativou a Revista Mineira de Contabilidade, empenho para o Jornal do Conselho ser mais técnico e menos político, promoveu o primeiro projeto de mestrado em Minas, com a participação de diversas entidades universitárias e profissionais.
25. **Nourival de Souza Resende Filho (2004-2005 e 2006)**: modernizou o conselho e criou projetos de valorização da classe, ampliou a educação continuada, reduziu a inadimplência, e conseguiu o certificado de qualidade ISO 9001:2000.
26. **Paulo Cezar Consentino dos Santos (2007-2008; 2008-2009)**: manutenção do ISO 9001-2000, criação do prêmio Internacional Lopes de Sá, publicação do primeiro balanço social do CRCMG, valorização do profissional e da pesquisa acadêmica.

- 27. Walter Roosevelt Coutinho: (2010-2011; 2012-2013):** continuou os trabalhos, amplia o processo de educação continuada, o prêmio Lopes de Sá, e PROLATINO.
- 28. Marco Aurélio Cunha de Almeida (2014-2016):** amplia a educação continuada, mantém os prêmios acadêmicos, promoveu mais campanhas de extensão do conselho nos interiores, criação da TV CRCMG, diversos convênios e incentivo à pesquisa acadêmica.

O Conselho então com praticamente 70 anos de vida em Minas Gerais perfaz com qualidade o seu trabalho, na unificação, formação e aperfeiçoamento dos Contadores Mineiros.

4.5 A criação da academia mineira de ciências contábeis

Com a intenção de formar um grêmio cultural, profissionais e diversos pesquisadores criaram, então, a **Academia Mineira de Ciências Contábeis** em 1950 por ocasião do **V Congresso de Contabilidade**.

O emérito professor paulista Francisco D`auria elogia e louva a Academia Mineira, e perfaz o motivo da criação e sua ideia de criar um grêmio cultural, este concretizado em 25 de abril de 1953 sob o nome de Academia Paulista de Contabilidade:

“... faço uso da palavra para um rápido escorço da nossa vida associativa, especialmente no que se refere ao nosso mais recente grêmio: a “Academia Paulista de Contabilidade”... Não passou inobservada, no Brasil, a necessidade de criar-se um órgão de cultura contábil-profissional. **No V Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Belo Horizonte**, o nosso ilustre colega, Prof. Joaquim Monteiro de Carvalho, apresentou indicação no sentido de serem criadas as Academias Contábeis nos Estados. **Minas Gerais já tem a sua Academia e um Centro de Pesquisas Contábeis**. Nós, acolhendo a idéia do nosso conterrâneo, Prof. Monteiro de Carvalho e **acompanhando os colegas mineiros, também promovemos a fundação da Academia Paulista de Contabilidade...**

... Duas razões militam em favor do título escolhido: 1ª, porque se originou de uma indicação congressual; 2ª, **porque já existe uma Academia, a mineira...**” (D`auria, 1953, p. 313) (grifos nossos)

Importante destacar que um dos fundadores fora o professor **Antônio Lopes de Sá**, coincidência ou não foi o pioneiro em criar uma obra, cujo tema e nome é “filosofia da contabilidade” (1953) NO MUNDO.

Diversos documentos existem na sede do CRCMG sobre a Academia, interessante que os seus encontros eram na **Associação Comercial de Minas Gerais**, e tudo leva a crer que um dos primeiros presidentes do grêmio cultural fora **Iran Vieira Campos**.

Depois ela, passando por reformas e alterações, fora presidida por **Geraldo Alves de Oliveira**, entre 1979, até o início da década de 90, este mestre que tinha naquela época cerca de 60 anos dedicados a profissão.

O professor Geraldo procurou manter renovação na academia, mas tarde sendo substituído pelo grande professor **João Batista Lisboa**.

O próprio mestre destacava suas palavras sobre a academia: “vamos dignificar a nossa posição de acadêmicos, vamos-nos sentir honrados de pertencer ao quadro de participantes de uma elite de profissionais da contabilidade” (Jornal do CRCMG, 1990) conforme destaca.

Ao que parece, **José de Castro** e **Antonio Lopes de Sá** também foram presidentes da academia; o professor Sá, por exemplo, fora um dos incentivadores do mestrado que se encetava entre 1997-

1998 em Minas e outro em Portugal, no qual seria professor.

O professor **Luís Francisco Serra** também participava da Academia, seja como secretário, seja como diretor adjunto (vice-presidente); temos o trabalho de **Marco Antonio Amaral Pires**, secretário e presidente por um período também de nobre associação cultural, por um espaço de tempo prestou serviços de presidência o ilustre contador **Walter Roosevelt Coutinho**.

Hoje ela passa sobre a presidência do auspicioso professor **Paulo Cesar Consentino dos Santos**, que também foi presidente do CRCMG, o qual absorve com o seu tempo e proficiência, uma atividade de reativação, e trabalho acadêmico admirável como nunca dantes foi visto.

São membros da atual diretoria o professor **Nilton Aquino Andrade, Rosa Maria Abreu, Walter Coelho Morais, Alexandre Bossi Queiroz, Moacyr Costa Júnior** dentre outros abnegados cientistas, técnicos, professores e profissionais de alta envergadura das letras contábeis, mineiras e nacionais (a maioria com grande relevância nacional já no campo da literatura editada). Por fim, atualmente, a **Academia Mineira de Ciências Contábeis** é formada por grandes mestres da contabilidade nacional com projeção internacional, todos que fazem parte dela são autores de artigos, livros, excelentes professores e profissionais conhecidos até mundialmente, entre estes, Daniel Gerahrd Batista, Elizabeth Marinho Serra Negra, Eric Jahnsen, Carlos Alberto Serra Negra, dentre outros importantes cientistas do solo mineiro.

4.6 Os Congressos nacionais de contabilidade em Minas Gerais e o PROLATINO

Os Congressos no Brasil começaram com a ideia de **Francisco D`auria** – tanto é que fora organizado pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade de criação do mestre (CFC, 2008, p. 11) - e foram reforçados com a apoio de diversos intelectuais, entre eles, Frederico Herrmann Júnior, Ubaldo Lobo, João Luiz dos Santos, João Ferreira Moraes Júnior (este de Caratinga), Horácio Berlinck, João de Lyra Tavares, Antonio Miguel Pinto, dentre outros 120 participantes no total.

Com o apoio da presidência do CRCMG, na figura de Ismail Corrêa e Castro, das escolas de comércio de Minas e principalmente das instituições da profissão, ocorreu em Belo Horizonte o **V Congresso de contabilidade, em 1950**.

Silva (2013) retrata que este evento foi um marco para as letras contábeis, exclusivamente Sá (1997) garante que as bases de suas ideias, inclusive, de sua corrente lançada, o neopatrimonialismo, teve um germe nas ideias divulgadas em tal concílio, em especial as de Franco (1950) sobre os **“Fundamentos científicos da contabilidade”**.

Neste grande evento, reunidos no Hotel Financial, tivemos a presença de diversas personalidades, entre elas Francisco D`auria, Erymá Carneiro, José de Castro, Hilário Franco - que se despontou para o Brasil a partir deste trabalho - e Rogério Pfaltzgraff, o carioca representado por Antonio Lopes de Sá, entre dezenas.

As principais teses, segundo o nosso entendimento, foram duas: a de Franco, elogiada por Sá (1997), e a de Pfaltzgraff, a qual representou, cujos nomes são respectivamente: **“Fundamento científico da contabilidade”**; **“Teoria psicossocial do patrimônio”**.

Interessante destacarmos que a tese de Franco fora publicada e teve diversos exemplares, alcançando também a voga, na sua obra em que comemora os 50 anos de sua carreira (1993). São as principais ideias da tese: **1) A contabilidade no quadro das ciências; 2) A escrituração e a arte contábil; 3) O objeto da contabilidade; 4) Leis da contabilidade; 5) Relação da contabilidade científica e outras disciplinas**.

Igualmente, o mineiro Lopes de Sá defende a tese de **Rogério Pfaltzgraff**, cujo teor é colocar os fatores psicológicos como causas para fenômenos sociais que interferem numa empresa.

Tem crise que é gerada socialmente, pela psicologia social, por marketing e interesse da mídia, causando “hábitos sociais” numa espécie de “convencimento artificial”, sem nenhuma função “real” de “riqueza”, tal como comprovaram outros teóricos de outras áreas, como os criadores da teoria do caos e os que defendem uma economia da informação como um tipo de “riqueza”, no campo das “influências” (Shapiro e Varian, 2003).

Depois é sediado na capital de Minas Gerais, no ano de 1969, um dos mais **importantes Congressos da história do Brasil, o oitavo**, presididos pelo Prof. Lopes de Sá, sendo este o único contador da história nacional a presidir dois Congressos.

A **escola patrimonialista** (presente até os dias atuais), teve o seu momento de maior auge de convivência doutrinal – desde as suas primeiras obras na década de 30 do século XX –, entre as décadas de 70 e 80, se tornando padrão nos anos 90; não que o movimento tenha ficado fraco, mas já é confirmado que o estudo contábil centra-se nos fenômenos patrimoniais, embora a Universidade Brasileira ainda esteja atrasada em matéria de livros de leitura filosófica e gnosiológica em nossa profissão, em muitos aspectos doutrinas, teóricos, filosóficos, e de hermenêutica pura do conhecimento.

Portanto, é interessante destacar que, na maturidade científica, grandes teorias foram firmadas neste Congresso, entre elas **a teoria das contas redutoras e aumentativas do patrimônio**, de Álvaro **Porto Moitinho**.

Acontece que aprendemos que o ativo anula o passivo, assim um menos o outro é zero; na visão de Moitinho (1966) era nada verdade um conjunto de patrimônios, assim se os valores do ativo fossem de 10, a do passivo seria de 10 também, mas o patrimônio dimensional seria de 20, e não 0, pois, o que se aprende na tradição é a anulação do ativo menos o passivo, claro que para outros fins.

Esta teoria fora também colocada em livro (1966, 1970), defendida em outros conclave; é importante destacar que uma das letras mais adiantadas da administração e sua doutrina era o mestre Moitinho (1965, 1969).

No mesmo evento, outra teoria de contas importantes foi a matricial, criada pelo contador **Américo Matheus Florentino** (1972, 1990), porém, defendida também no Congresso Interamericano, ganhando rumo mundial.

Tanto foi proficiente, que suas ideias de matrizes atreladas a sua análise de balanços (Florentino, 1990) tiveram o predicado de serem as maiores do mundo, por parte de Galassi (Florentino, 1999), um dos maiores doutrinadores da análise da Itália e da Europa.

O mestre Lopes de Sá, como presidente do Congresso, defendeu diversas teses com pioneirismo, entre elas a de **Contabilidade Gerencial**, a de **Leasing**, entre outras, sendo um dos pioneiros nestes assuntos, que depois foram temas de suas obras editadas.

No fenômeno de Leasing, o mestre mineiro destaca o seu valor como contas de compensação, beneficiando a liquidez das empresas e sua gestão; e na sua tese de contabilidade gerencial, lançando uma obra depois com o mesmo nome (Sá, 1977), defendeu que a natureza contábil é de permitir a administração das empresas.

O mesmo mestre mandara a Masi uma carta dizendo que o congresso admitia o patrimonialismo como corrente de pensamento predominante no Brasil, o mestre de Bolonha lhe escreva respondendo dizendo que era um sinal de maturidade científica dos brasileiros (Sá, 1997).

Cumprir destacar o **PROLATINO**, considerado o maior Congresso de pensamento latino no mundo, **seu idealizador foi o mineiro Antonio Lopes de Sá**.

Começa na Bahia em 1998, mas, depois, é levado para várias partes do Brasil, acontecendo em Minas Gerais no ano de 1998 na capital, em 1999 em Poços de Caldas, em Uberlândia em 2009, reunindo personalidades latinas e europeias, principalmente. Hoje o PROLATINO possui já 12 edições, sendo realizado até em Portugal por três vezes. Na sua primeira edição reúne importantes contadores, entre eles Giovanni Padroni, Carlos Casella, Walter Crispim, Alberto Almada Rodrigues, Jorge Guerra Leone,

dentre outros.

A intenção de Sá era reunir os cultores latinos, visto que, infelizmente, não havia os espaços suficientes para a divulgação dessas ideias, mesmo estes sendo os maiores publicistas do mundo, faltava um “palco de conchaves e urdiduras”, entendendo que politicamente o mundo anglo-saxão, pelo seu domínio econômico, que é desacompanhado do cultural, governa a esfera normativa e mercadológica em matéria de escrituração contábil.

O movimento, portanto, da cultura latina é um movimento mineiro, porque tem o seu chefe idealizador Antonio Lopes de Sá, embora hoje possa ter outros líderes, a função principalmente de criação de tal movimento foi de destaque da nossa cultura brasileira, não deixa de ser um movimento nacionalista cultural sem políticas, mas que não se contém nas barreiras limítrofes da grande Minas Gerais, sobretudo, pensado por um ilustre filho das mesmas terras.

4.7 O movimento universitário de Minas Gerais na ótica institucional, e outras entidades profissionais

O movimento **técnico e universitário** de Minas começa primordialmente nos níveis particulares, primeiro com a **Escola de Juiz de Fora**, depois com os cursos ora isolados, ora ligados a movimentos de extensão cultural em várias regiões do Estado.

O **Instituto Municipal de Contabilidade** na capital de Minas, que tinha natureza municipal, se transforma na Pontifícia Universidade Católica; este é célebre na formação de técnicos, todavia, de cunho superior, com grandes frutos profissionais e acadêmicos; tivemos a **escola técnica do comércio**, a **escola dos inconfidentes**, entre outros órgãos que na sua maioria prevalecem hoje sobre outros nomes sociais.

Na **Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais** tivemos grandes expoentes de ensino, ligados a uma linha que permitira evolução, no caso, depois premiada com muitos trabalhos, entre eles, **Luís Francisco Serra** e **Hamilton Parma**; hoje tal instituição possui um quadro de professores bastante relevante.

Em 2013, a **Faculdade de Ciências Contábeis de Uberlândia** comemorou cerca de 50 anos de existência, hoje 53 anos do curso de ciências contábeis, demonstrando uma tradição que ultrapassa meio século de qualidade no ensino (Universidade Federal de Uberlândia, 2013).

Na década de 70, em **Caratinga**, a **Associação Presbiteriana de Educação e Pesquisa** manteve o curso de Ciências Contábeis, o qual fora procurado por pessoas até residentes da capital, portanto, uma tradição de quase quarenta anos também, parecida com **Ponte Nova** com a **Facco (Faculdades de Ciências Contábeis)**, que hoje funciona na **Faculdade Dinâmica**, o curso, um dos pioneiros na região, na década de 70 surge, agora sob nova envergadura, pois formou milhares de profissionais.

Outras escolas se destacam em Belo Horizonte, e no interior, não cumprindo citá-las para não haver o “pecado do esquecimento”, todas cumprem especial função na sociedade.

Diversos professores mineiros da capital e do interior mantêm a luta pela cultura contábil de Minas (alguns até adeptos da cultura neopatrimonialista), tais quais, Cleber Batista, Vidigal Fernandes Martins, Alexandre Bossi Queiroz, Olavo de Carvalho Junior, Oscar Lopes, Berenice Sucupira, Paulo Cesar Consentino dos Santos, Rosa Maria de Abreu, Carlos Alberto Serra Negra, Elizabete Serra Negra, Daniel Gerhard Batista, Luiz Fernando Coelho Rocha, Marco Antonio Amaral Pires, Pedro Onofre Fernandes, Valério Nepomuceno, Rodrigo Antonio Chaves da Silva, dentre outros diversos.

Contudo, **não podemos resumir o movimento universitário, na ótica institucional, política, burocrática e organizativa**, porque ele está num outro patamar que consideramos de **mais alto nível**, isto é, **o doutrinário e o científico**.

O movimento institucional envolve capital, recursos, e uma formação jurídico-societária, que é diferente da essência do movimento universitário **no campo teórico-científico**.

Minas Gerais teve um movimento universitário muito forte em termos de conteúdo, de doutrina, de contato entre os professores, como ainda tem, contudo, tivemos sem dúvida uma cabeça que foi **Antonio Lopes de Sá**.

Portanto, Minas Gerais começa com escolas e universidades técnica de raro valor, se estendendo para uma doutrina de pensamento e crítica da Contabilidade, esta proposta realmente Universitária.

Além disso, aparecem as grandes instituições como a **Federação de Comércio** fundada em 1938; e outras ligadas à mídia comercial e contábil como o **Diário de Comércio** (basta visualizar seus sites na internet)

Podemos citar sindicatos e os institutos representantes da classe como o **Sescon** (2016), fundado há cerca de duas décadas e meia, desde o seu primeiro presidente José Xavier da Cunha, seguidos de João Batista de Almeida, Luciano Alves de Almeida e atualmente Saulo Henrique de Almeida, firmando-se como sindicato de defesa dos profissionais e empresários de serviços contábeis.

Igualmente a **Fecon** (2016) como **Federação dos Contabilistas**, fundada em 1975, e com o atual nome desde 1978, que mantém a sua defesa ao profissional de contabilidade, sob os mandatos de Pedro Rodrigues de Oliveira, Widson Luiz da Silva, Janir Adir Moreira, Eduardo Ladislau Andrade Marques, Rogério Marques Noé (atual presidente do Conselho de Minas) e Renato Nério Paviõne, mantendo seu papel institucional de apoio ao profissional contador das Minas Gerais.

Além desses, existem outros institutos importantes da “nação mineira”, outras associações, entre outros jornais de cunho televisivo para a formação do profissional contábil (basta visitar as páginas da internet para contemplar a importância das duas associações para os contadores mineiros, e suas respectivas finalidades).

5. A Doutrina de Minas Gerais e a Corrente Neopatrimonialista

5.1 A escola patrimonialista de Minas Gerais

A escola patrimonialista no Brasil e em Minas Gerais teve como seu maior difusor Antonio Lopes de Sá, este considerado **o maior patrimonialista do mundo** por Antinori (Masi, 1997).

No país, devido à influência de outros mestres como Carlos de Carvalho, Francisco D`auria, Frederico Herrmann Júnior, Francisco Valle, Armando Aloe, Ynel Alves Camargo, Hilário Franco, estes todos paulistas, também de Geraldo De La Roque, Erymá Carneiro, Rogério Pfaltzgraff, Alberto Almada Rodrigues, José Geraldo de Lima, Américo Matheus Florentino, este todos cariocas (ao menos radicados), Jose Olavo do Nascimento, Olívio Koliver, Cibilis da Rocha Viana, Albino Steintrasser, Erly Poisl, dentre outros do Sul, José Amado do Nascimento, José Bernardo Cordeiro Filho, no Nordeste, entre diversos, **a escola que se firmou no Brasil foi a patrimonialista**.

Mas Antonio Lopes de Sá, principalmente pelo volume de seus trabalhos, e especialmente pela qualidade dos mesmos, chefiou a escola em nível de lógica, e não de autoridade, não houve um “chefe eleito”, um “líder institucional” ou mesmo “político”, porém, um chefe que coniventemente foi escolhido pelo seu esforço, dedicação e méritos, e este é o mestre mineiro, sem dúvida.

Seguem em Minas a mesma doutrina **Luís Francisco Serra e Hamilton Parma**, além de milhares de contadores (praticamente todos).

Este movimento doutrinário, científico, que predomina nas Universidades mineiras, ainda com enxertos de invasões alienígenas de outras culturas que não provam o contrário: **que o contador não deva explicar, e ficar somente no balanço e informação dos fatos**.

5.2 A escola neopatrimonialista de Minas Gerais

Sem dúvida, **o maior seguidor da doutrina patrimonialista no mundo foi o mineiro Antonio Lopes de Sá.**

Também no Brasil foi o maior escritor, de maneira que podemos dizer impossível alcançar o número qualitativo de suas obras, seja em artigos, em livros editados e mantidos por quase meio século, chegando na marca dos grandes autores, entre eles Carlos de Carvalho, Francisco D`auria, Frederico Hermann Júnior, Hilário Franco, Armando Aloe, Francisco Valle, Américo Matheus Florentino, Alberto Almada Rodrigues, José Amado do Nascimento, José Olavo do Nascimento, Cibilis da Rocha Viana, Olívio Koliver, Álvaro Porto Moitinho, Umberto Mandarim, Albino Steintrasser, Eryl Poisl, dentre outros.

Lopes de Sá fora contemporâneo da maioria dos supracitados, além dos tratadistas internacionais. Aprendeu principalmente dos mestres peninsulares importantes lições que foram bases para suas teorias e leis científicas.

Como patrimonialista, desenvolveu importantes obras, entre elas: “Filosofia da Contabilidade” (1953), “O equilíbrio do capital das empresas”(1959), “Teoria do Capital das Empresas” (1965), “Curso Superior de Análise de Balanços” (1973), “História da Contabilidade” (1961), “Estudo analítico da rentabilidade das Empresas” (1971), “Contabilidade Gerencial” (1977), “Introdução à ciência da contabilidade” (1987); entre outras obras que estão há mais de 60 anos no mercado, como o “Curso de Auditoria”, o “Dicionário de Contabilidade” e “Análise de Balanço ao alcance de todos”, transformada em “Moderna Análise de Balanços ao Alcance de Todos” (2005) editada pela Juruá.

Foi principalmente sua tese de doutorado ligada a doutrina patrimonialista, renovando os axiomas da estática, desenvolvendo novas leis sobre o equilíbrio, que abre espaço para novas teorias de sua carreira, como a de **giro pleno**, antes mesmo da metodologia *just in time*; e **liquidez dinâmica**, este lhe dera uma cadeira na Academia de Ciências Econômica e Financeiras da Espanha, posto que nenhum brasileiro ocupa nos dias atuais.

O mestre mineiro, portanto, com suas teorias já bem consolidadas, pensa por sugestão de **Vincenzo Masi** (1893-1977) produzir uma **teoria geral da contabilidade**⁸, devido à sua necessidade, todavia, com base na sua tese de doutorado sobre o equilíbrio.

Em 1981 Lopes de Sá cria **a sua teoria das funções sistemáticas**, com o fito de manter uma extensão para soluções lógicas do patrimônio que não fossem apenas físicas, e muito menos monetárias exclusivamente, conforme as teses misturadas com a engenharia e economia inflacionária que os americanos **contadores e economistas** mantinham (Nepomuceno, 2008).

8 - Muitos teóricos em muitas outras ciências tentaram produzir uma teoria geral, ao menos uma colaboração; na física ela foi causa para a sua crise (Hawking, 1994), contudo, em contabilidade ela é tentada primeiramente nas ideias de um supercontabilismo, que depois amadureceria em Dumarchey com o seu positivismo; bem antes os doutrinadores, como Besta, Cerboni, Rossi, e Villa, tentaram construir uma teoria geral, Besta principalmente tenta estender o campo científico contábil claro que dentro de um rol de autonomia, sendo um dos primeiros eruditos, criadores de uma teoria da contabilidade geral, o que era insuficiente para termos uma teoria geral da contabilidade. Seu discípulo Zappa, tenta criar uma teoria geral, todavia, ligada às aziendas, assim colocando a contabilidade mais atada aos registros e menos ligada o seu fenômeno, sendo uma tese “por fora” da contabilidade. Masi, sem dúvida teve o mérito de construir com as bases de Zappa sobre o rédito, e de Besta sobre a autonomia do conhecimento contábil, uma teoria patrimonialista que foi geral, contudo, faltava incluir nela aprofundamentos sobre as relações do fato, inclusive, as condições mercadológicas que lhe seriam os entornos ou continentes de origem, mesmo sendo lógica e geral, ela foi infinita na limitação estática de si mesma. O primogênito numa proposta de teoria geral, sem sair dos campos contábeis, respeitando a sua autonomia, usando o mercado sem entrar no campo econômico, mas no que interessa a razão de estudo contábil, sem dúvida foi o mineiro Lopes de Sá.

Fora em meados da década de 80, por sugestão do seu amigo mineiro **Hamilton Parma**, que Lopes de Sá dera o nome para a nova corrente ainda embrionária de **neopatrimonialismo**.

No **Congresso Brasileiro em 1988** em Cuiabá, evento no qual obtivera a **medalha João Lyra** já divulgara o nome de sua nova teoria.

Desenvolvia um ano antes a sua “Introdução à ciência da contabilidade” (1987) com aprofundamentos e pontos importantes da teoria das funções sistemáticas atreladas a uma abrangência de generalização.

Uma **teoria geral**, não é apenas filosofia do conhecimento, mas um aspecto teórico que organiza os temas e as demais teorias, ou é o mesmo que teorese que procura na sua forma de explicação, teorizar com a maior abrangência possível os fenômenos patrimoniais de maneira a mantê-los numa definição mais perfeita e mais perene, seja no espaço, seja no tempo.

A proposta de Sá, primogênita no mundo, foi louvada e reconhecida por grandes tratadistas, entre eles Manuel Ortigueira Bouzada, José Tua Pereda, Rogério Fernandes Ferreira, Hernani Carqueja, Richard Mattesich, Stephen Zeff, Carlos Casella, sendo considerada uma grande contribuição.

Forma-se o **neopatrimonialismo** na sua obra “**Teoria Geral do Conhecimento**” (1992) editada com números limitados no Brasil pelo **Centro de Estudos Augusto Tomelin** e pela **Universidade de Negócios e Administração de Belo Horizonte**.

Seu trabalho procura relacionar primeiramente **três relações dos fenômenos patrimoniais**, são elas:

1. **Essenciais** – da natureza do fenômeno, ou como ele é, e se forma na realidade. É formada por **necessidade, finalidade, meio e função**. A necessidade é a carência de riqueza, a finalidade o objetivo de uso da mesma, o meio a concretização da riqueza, e a função o movimento desta para suprir a necessidade.
2. **Dimensionais** – mensuração, demonstração e ostentação do fenômeno. São as formas de se expressar ou informar o mesmo. É formado por **causa, efeito, qualidade, quantidade, tempo e espaço**. A causa é a conta credora, ou as origens, os efeitos são contas devedoras ou aplicações demonstradas em informes ou numa medida inteligível. A qualidade é o tipo de conta ou nome do fenômeno, a sua espécie, a quantidade é o valor, ou mesmo, a unidade quantitativa do fenômeno. O tempo é a data dos registros, ou mesmo os tempos dos fatos, e o espaço os tipos e números de aziendas os quais aconteceram os fatos.
3. **Ambientais** – São os continentes, entornos, origens, ambientes nos quais o fato acontece por causas agentes. Podem ser internos e externos. No ambiente interno ou endógeno, temos os fatores administrativos, humanos, psicológicos e intrínsecos da riqueza. No ambiente externo ou exógeno, temos os fatores mercadológicos, econômicos, sociais, naturais, e ecológicos que geram fatos patrimoniais.

O neopatrimonialismo busca entender e explicar a essência dos fatos que se demonstram numa dimensão, que ocorrem em ambientes, não sendo os ambientes nem as dimensões as essências de nossos estudos, embora tenhamos que estudá-los, pois, nesta trindade se faz, ou se forma o fenômeno patrimonial.

Após estas concepções ele destaca sete sistemas de funções patrimoniais:

1. **Liquidez** – sistema cujo movimento paga as necessidades de dívidas com os meios financeiros.
2. **Resultabilidade** – sistema cujo movimento absorve os custos pelos meios de receita e demais recuperações.

3. **Estabilidade** - sistema cujo movimento mantém o equilíbrio pelos meios qualitativos, quantitativos e de tempo.
4. **Economicidade** – sistema cujo movimento mantém a vida da célula, pelos meios de intensidade e potência, contra as deficiências, e patologias patrimoniais.
5. **Invulnerabilidade** – sistema cuja movimentação satisfaz as contingências e protege o patrimônio contra os riscos, seja pelas condições de vinculação, seja pelos fundos de reintegração e reservas.
6. **Produtividade** – sistema cuja movimentação satisfaz as necessidades de eficiência, contra o desperdício, contra os erros e falhas, e contra a ociosidade pelos meios gerais patrimoniais, tecnológicos e de circulação.
7. **Elasticidade** – sistema cuja movimentação satisfaz as necessidades de ampliação, gerando crescimento patrimonial e aziendal, com outras filiais, além de outras atividades.

Dentro desta lógica, que ele mantém o estudo da consultoria gerencial do contador, lembrando que, depois, com as posições de Dirson Cerqueira, e de Valério Nepomuceno (Sá, 2002), admite mais um sistema chamado de **socialidade**, como função que permite a movimentação e colaboração com os entornos e agentes patrimoniais, bem vista pela demonstração do valor adicionado.

Dentro desta ótica ligada a todos os principais autores contábeis, brasileiros e não brasileiros, ela ainda relaciona em óticas dimensionais, as relações essenciais, aos níveis de mercado interno e externo, com a seguinte demonstração:

Tabela 7: Holisticidade das relações lógicas.

Ambiente interno e externo						
Relações	Causa	Efeito	Qualidade	Quantidade	Tempo	Espaço
Necessidade	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒
Finalidade	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒
Meio	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒
Função	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒	⇒

Fonte: Sá (2002) adaptado por nós

Num exemplo de explicação temos uma necessidade que se equivale a uma causa, efeito, qualidade, quantidade, tempo e espaço, e respectivamente uma finalidade, um meio, e uma função, e assim por diante com a finalidade, meio, e função. O raciocínio se torna infinito perfazendo, então, **48 relações no mínimo**, conforme os ambientes internos e externos (sem contar estas causas agentes); se fôssemos colocar a questão de não equivalência, teríamos **96 relações**, ligadas à eficácia ou não.

A visão metodológica de Sá está ligada às simbologias matemáticas, estas ferramentas da lógica, muito usadas em filosofia (Cunha, 1998; Filho, 2002) e por grandes tratadistas até do direito como **Norberto Bobbio** (2006). Um dos aspectos que ele teoriza é o seguinte, extraído de sua teoria geral:

1. As necessidades geram as finalidades aziendais como implicação natural ($N \rightarrow Fi$);
2. As necessidades aziendais promovem a busca dos meios para os seus suprimentos e, por isto, implicam na gênese do patrimônio ($n \rightarrow m$);
3. As necessidades aziendais promovem a busca dos meios para os seus suprimentos e, por isto, implicam na gênese do patrimônio ($M \rightarrow F$);
4. A função, por efeito natural, ao anular a necessidade promove a eficácia e que é o cumprimen-

to pleno da finalidade de $(f \rightarrow n = 0 \rightarrow Ea)$Ou seja, função(F), implicando na anulação da necessidade $(N=0)$, logo, eficácia (Ea) .”(Sá, 1992, p. 24-25)

O destaque do caminho lógico trilhado pelo mestre – aconselhado por grandes doutrinadores como Manoel Ortigueira Bouzada, e por Mario Biondi - fora um dos mais coerentes de sua doutrina e escola, porém, embora, pudessem ser usados métodos estatísticos, seus resultados se o fossem “**a posteriori**”, seriam parciais, porque não podemos generalizar uma estatística por melhor cálculo aplicado que seja, pois, a ciência é geral como dizia Herrmann Júnior (1967), estabelecendo medidas gerais, e não de um estudo de caso, por este motivo sua metodologia de “**axiomatização**” com recursos “**a priori**”, é a mais adequada.

Junto a sua teoria geral, cria como anexos, teorias complementares, entre elas a **interatividade** e dos **campos**.

A primeira compreende que todos os fenômenos são interativos entre si, por isso que temos uma **relação concomitante, hereditária, autônoma, e cooperativa** entre os sistemas de funções, ou seja, entre a liquidez, resultabilidade, estabilidade, economicidade, produtividade, invulnerabilidade, elasticidade, e socialidade, entre si.

A dos **campos** relaciona campos dos fenômenos, assim, criando modelos de comportamento, conforme as óticas de visão de acontecimento ou de ocorrência, dentro de cada sistema, ou de relações com sistemas.

Portanto, deixa como que ligado a elementos infinitos seu trabalho, mantendo-o em graus muito amplos, permitindo experimentalismos, pois, não é definitiva sua pesquisa, nem acabada, devendo ser aplicada sobre os graus que seus teoremas expõem, trazendo estudos das necessidades, finalidades, meios, funções dentro das dimensões e ambientes, sempre com estudos da realidade neste mundo da razão (Bachelard, 1996).

Desenvolve o mestre diversos teoremas, e dois principais axiomas que são os da **eficácia e prosperidade**, o primeiro como satisfação das necessidades patrimoniais, o segundo como constância da eficácia.

Também a doutrina admite muitas teorizações, as quais foram exploradas por diversos autores nacionais e estrangeiros (Silva, 2015).

Portanto, o mestre mineiro termina seu trabalho desenvolvendo principalmente ideias gerais para a análise da prosperidade das empresas e entidades; escrevendo e promovendo ao fim de sua vida, trabalhos sobre a ética humana e social, pois, não adianta ao homem ter conhecimentos sem ética, como ele mesmo defendia.

Lopes de Sá organiza o movimento universitário, doutrinal, em corrente neopatrimonial de estudo dos fenômenos, formando uma escola nesta linha de pensamento, com diversos contadores seguidores, como veremos a seguir.

5.3 A Escola de Minas Gerais projetada para o mundo no neopatrimonialismo e alguns membros da corrente

A **escola neopatrimonialista de Minas Gerais** possui contadores cientistas do Brasil e do exterior, não ficando restrita no Estado de Minas.

As razões são inúmeras desde a simpatia do seu mentor, até mesmo, a popularidade de seus trabalhos, a didática de seus inscritos, e principalmente a lógica de suas ideias, a grandeza de seus conteúdos, e a expressão cultural que os transmite.

O axioma da prosperidade mantém uma ótica social, teorizando a prosperidade de todos os indivíduos de uma comunidade, porque, se as células sociais forem prósperas, a sociedade também o

será, com maior relevância social para o contador perante a economia dos povos (Sá, 1992).

Dentro da corrente neopatrimonialista temos inúmeros membros a serem contados, diversos professores, contadores, universitários, brasileiros e estrangeiros; podemos citar que integram a corrente, ao menos como reunidos em prol das discussões que são Alexandre Alcântara, Dirson Cerqueira, Walter Crispim, Cesar Kroetz, Lauri Basso, Maria Pereira Kraemer, Marco Machado, Ligia Pimenta, José Zaá Mendes, Rogério Fernandes Ferreira, Victor da Cruz, Jesus Canabinas, Joaquim da Cunha Guimarães, Maria Eleonor Ferreira, Ligia Pimenta, Lúcia Lima Rodrigues, Tiago Matalonga, Yumara Vasconcelos, Werno Herckert, Jonh Alvares Davila, Domingos Fabres, Carlo Casella, Mario Biondi, Ricardo Pahlen, Norka Garcia, Giovanni Padroni, Jorge Guerra Leone, Ril Moura, Mariano Yoshitake, Wilson Zappa Hoog, Aderbal Muller, Antônio Carlos Fortes, Antonio Carlos Cardoso, Antonio Carlos Ribeiro da Silva, Blênio Severo Peixe, Dilson Cerqueira da Silva, Flávio da Cruz, João Lopes da Cruz Neto, Daniel Charone Tavares, José Antônio Moreira Icó da Silva, Salvatore Virgillito, Vera Becke, Wilson Sardinha, a serem contabilizados no balanço neopatrimonialista, fora ainda outros milhares que recebem correspondência virtual, estamos citando os que se destacam proeminentemente.

Igualmente na **corrente neopatrimonialista de Minas Gerais** podemos filtrar outros reconhecidamente neopatrimonialistas como Alexandre Bossi, Nilton Aquino Andrade, Milton Botelho, Hugo Rocha Braga, Carlos Alberto Serra Negra, José Eustáquio Geovanini, Nourival Souza Rezende, Walter Roosevelt Coutinho, Marco Antonio Amaral Pires, Pedro Onofre Fernandes, Paulo Cezar Consentino dos Santos, Cleber do Carmo Antunes, Daniel Gerhadt, Valério Nepomuceno, Elizabete Serra Negra, Ana Maria Lopes de Sá, Luiz Fernando Coelho Rocha, Rodrigo Antonio Chaves da Silva, dentre outros milhares reunidos virtualmente.

Na verdade na corrente neopatrimonialista temos cerca de mais de 2.500 adeptos oficiais, mas o site do professor reúne mais de 3 milhões de visitas, podemos dizer todos os que consultam tal página comungam de ideias parecidas, fora o blog de propriedade do professor Alexandre Alcântara, com o mesmo tema, com centenas de milhares de visitas.

Portanto, podemos dizer, inequivocadamente, que **a escola mineira de contabilidade neopatrimonialista** se projeta para o mundo, denotando o seu valor como cultura e corrente de pensamentos, na visão dos estudos superiores, e na essência da razão contábil, em prol das discussões de uma doutrina que possa ser holística no campo das interpretações e explicações dos fatos para a prosperidade dos empreendimentos.

6. Conclusões

Primeiramente concluímos (embora como pesquisa inacabada, pois, a história está sempre a se descobrir mais), que a história de Minas Gerais começa na pré-história de modo cientificamente comprovado em diversos escritos e provas criptográficas e pictográficas, se estendendo para a descoberta no ano de 1500, com grandes desenvolvimentos de contabilidade, até mesmo práticas evoluídas a ponto de serem primogênicas em muitos sentidos em relação ao velho mundo.

A contabilidade de Minas Gerais evolui no século XX para uma escola patrimonialista de cunho cultural, e com o crescimento institucional das escolas comerciais, institutos de contabilidade, do conselho regional, das instituições de classe, e dos conclaves de reunião de profissionais, dos Congressos, especialmente o PROLATINO, sendo a Terra das Gerais um excelente palco para as discussões nacionais em torno da ciência contábil, denotando seu valor.

Finalmente a doutrina contábil mineira também é projetada não apenas para o Brasil, contudo, para o mundo na figura do **neopatrimonialismo**, como escola e corrente de pensamento com milhares de adeptos, de conteúdo realmente universitário e não somente ligado a temas contábeis, contu-

do, ligado a importantes condições sociais como a prosperidade.

Destarte, podemos dizer que conseguimos objetivar nossas intenções, e responder aos problemas, especialmente que a história contábil de Minas não é apenas caracterizada com inúmeros pontos de evolução, mas, foi projetada para o mundo com a doutrina lopesista, que ganha cada vez mais o mundo com as suas propostas indelévels para o nosso conhecimento, gerando uma apoteose da cultura contábil mineira, a nível nacional e internacional, em prol do melhoramento das ciências contábeis, e da figura do contador orientador gerencial por excelência, aspirando a concretização da eficácia e prosperidade das células sociais para o crescimento da economia dos povos, e melhoramento da vida do homem que na sociedade está inserido.

Bibliografia

- ALVES, Rubens. **Filosofia da Ciência**: Introdução ao jogo e suas regras. 20. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- AMADUZZI, Aldo. **L'azienda nel suo sistema operante** – a cura di Antonio amaduzzi. 9ª ristampe. Torino: UTET, 2006.
- ANTUNES, Cleber do Carmo. Fragmentos da história contábil e a importância da Academia de Comércio de Juiz de Fora no contexto da contabilidade brasileira. **Revista Mineira de Contabilidade**. CRCMG, Belo Horizonte, ano 14, nº 50, abri/jun de 2013.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1996.
- BARCELOS, Reginaldo. Casas de fundição e da moeda no Brasil e em Portugal: purificar o ouro e apurar as técnicas. **Revista População e Sociedade**, CEPESE, nº 21, 2013.
- BARSA. **Enciclopédia**. São Paulo: Britannica Editores LTDA, 1981, Vol. 5, 11,12,14.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Sociedades Anônimas e Mercado de Capitais**. Rio: Forense, 1973, V. I. e II.
- BELL, John Fred. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro Zahar Editores. Sem data.
- BESTA, Fabio. **La Ragioneria**. 2ª Ed. Milano: Cada editrice Dottor Francesco Vallardi. 1922.
- BIONDI, Mario. Metodologia de La investigacion en La teoria contable. Aportes de resúmenes de trabajos bibliográficos de diversos autores sobre La contabilidad. **Revista Contabilidad y Auditoría**: UBA, nº 37, ano 19, jun. 2013
- _____. Aporte bibliográfico derivado del Informe de Avance del Proyecto de Investigación denominado: “Teoria Contable doctrinaria.Las escuelasdel pensamiento contable e sus aportes a La teoria contable normativa. Las corrientes de opinión contable. **Revista Contabilidad y Auditoría**: UBA, nº 39, ano 20, jun. 2014.
- BOBBIO, Norberto. **O positivismo Jurídico** (lições de filosofia do direito). São Paulo: Ícone, 2006.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1967.
- CAPOZZOLI, Ulisses. Mestre João observa o céu e faz primeiro registro de ciência. **Revista História da ciência no Brasil**. São Paulo, 3 v. Ed. Dueto, 2009.
- CARQUEJA, Hernani O. “Mercador Exacto” Primeiro Livro impresso, em português sobre partidas dobradas. **Revista Portuguesa de Contabilidade**. Porto: Ginocar produções, vol. 1, nº 004, fev. 2012.
- _____. Do saber da profissão às doutrinas da academia. **Revista de Contabilidade e Comércio**. Lis-

- boa: EDICONTA, v. 59, nº234-235. 2003.
- _____. Guia de negociantes e de Guarda Livros, de 1794. **Revista Portuguesa de Contabilidade**. Porto: Ginocar produções, vol. II, nº 007, Out. 2012a.
- _____. O tratado sobre as partidas dobradas, editado em 1764, em Turim. **Revista Portuguesa de Contabilidade**. Porto: Ginocar produções, vol. II, nº 006, Mai. 2012b.
- _____. O livro de “M. Barreme (1721)”, em francês, e os dois primeiros livros em português sobre partidas dobradas. **Revista Portuguesa de Contabilidade**. Porto: Ginocar produções, vol. 1, nº 003, Nov. 2011.
- _____. **Arte da Escritura Dobrada que ditou na aula do comércio João Henrique de Sousa copiada para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765**. Lisboa: OTOC, 2010.
- CARVALHO, Carlos de. **Estudos de Contabilidade**. 25ª ed. São Paulo: “Lisa” Livros irradiantes S.A. 1973.
- CASELLA, Carlos Luis García. **Anatomía de La Génesis de una Investigación Contable Vitalicia**. Buenos Aires: Ediciones cooperativas, 2008.
- _____. Una homenaje al Doctor Antonio Lopes de As: Introducción al análisis de: “The Accounting Establishment”. **Revista Contabilidad y Auditoría: UBA**, nº 33, ano 17, jun. 2011.
- CECCHERELLI, Alberto. **Il Linguaggio dei Bilanci**. 5ª ed. Firenze: Felice Le Monnier, 1950.
- CERBONI, Giuseppe. **La Ragioneria Scientifica**. Roma: Ermanno Loescher, 1886, V. I.
- _____. **La Ragioneria Scientifica**. Roma: Ermanno Loescher, 1894, V. II.
- CHARDIN, Pierre Teilhard de. **O fenômeno humano**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- CORTICELLI, Renzo. **L'obsolescenza degli impianti**. Pisa: Colombo cursi, 1972.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **História dos Congressos Brasileiros de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2008.
- CONSELHO REGINAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS. **CRCMG 50 anos**. Belo Horizonte: editora CRCMG, 2007.
- CUNHA, Joaquim José da. Matemática a Serviço da Contabilidade. I Seminário Prolatino, Fundação Visconde de Cairú, Bahia. **Anais**. 1998.
- D'AURIA, Francisco. **Primeiros Princípios de Contabilidade Pura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- _____. **Cinquenta anos de Contabilidade**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1953.
- _____. **Contabilidade Geral (Teoria da Contabilidade Patrimonial)**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1956.
- DUBY, Georges. **Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1962.
- FECON. **Histórico da Federação dos Contabilistas**. E-mails enviados ao autor, 2016.
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentação empírica da explicação sociológica**. São Paulo: CEN, 1959.
- FERRERO, Giovanni. **Contabilità e statistica aziendale (nelle loro mutue relazioni)**. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1954.
- FILHO, Edgard de Alencar. **Iniciação à Lógica Matemática**. São Paulo: Ed. Nobel, 2002.
- FILHO, Jose Maria Paixão; PEREIRA, Cleber Augusto. Normatização Contábil: fator de transparência e fidelidade da informação (Trabalho Classificado no Prêmio Internacional de Produção Científica Antônio Lopes de Sá). V Convenção de Contabilidade de Minas Gerais. 17 a 19 de outubro. Belo Horizonte, **Anais**, CRC-MG, 2007.
- FLORENTINO, Américo Mateus. **Análise Contábil: Análise de Balanços**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação

- Getúlio Vargas. 1990.
- _____. **Teoria Contábil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1972.
- _____. O crescente domínio da matemática no desenvolvimento da Contabilidade. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo : Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, ,p.19-21, jun.1999.
- FRANCO, Hilário. **Fundamento Científico da Contabilidade**. São Paulo: Ed. Revisora Gramatical, 1950.
- _____. **50 anos de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1993.
- FREIRE, Maria Célia P. V. F.; ORDOÑEZ, Marlene. **História para o Supletivo**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1974.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- GIL, António Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GUERREIRO, Mário A. L. Refutação do argumento de Mactaggart sobre a irrealidade do tempo. Congresso de Filosofia de São João Del Rei, nº 3, **anais...** Julho de 1996.
- GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. **História e Teoria da Contabilidade: Breve Reflexão**. Pesquisa realizada em www.infocontab.com.pt em 27 de out. de 2005.
- HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3ª ed. São Paulo, Vozes, 1992.
- HAWKING, Stephen Wiliam. **O fim da física**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1994.
- _____. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1999.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Rideel, 2005.
- IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- ISCAL. **Estatuto oficial da Aula de Comércio em Lisboa**. Lisboa: Iscal, 2015.
- JORNAL CRCMG. Belo Horizonte, CRCMG, 1990.
- JUCEMG. **Primeiros Contratos comerciais registrados em Minas Gerais**. Belo Horizonte: oferta da Junta comercial ao autor, 2016.
- JÚNIOR Frederico Herrmann. **Contabilidade Superior**. 7ª edição, São Paulo: Ed. Atlas 1967.
- KLEIN, Tolstoi C. **História da Contabilidade - noções gerais**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1954.
- KOLIVER, Olívio. O ano do Cinquentenário: um pequeno balanço. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, CFC, Ano XXV, nº 99, Mai/Jun de 1996.
- LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica**. Aparecida: Idéias & Letras, 2008.
- MARTINS, João Cândido. **Consultor do Commercio – livros para comerciantes**. São Paulo: Typographia da companhia Industrial de São Paulo, 1894.
- MARTINS, Wilson Thomé Sardinha; SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **História do Pensamento Contábil – com Ênfase na história da contabilidade brasileira**. Curitiba: Juruá, 2011.
- MASI, Vincenzo. **La Scienza del Patrimônio**. Milano: Nicola Milano Editore, 1971.
- _____. **La Ragioneria Nella Preistoria e Nell`antichità**. Bologna: Tamari Editori, 1964.
- _____. **La Ragioneria Nell`età Medievale**. Bologna: Tamari Editori, 1975.
- _____. **La Ragioneria Nell`età Moderna e Contemporanea**. Texto revisado e completado por Carlo Antinori. Milão: Giuffré Editore, 1997.
- _____. Ragioneria e non Ragioneria. **Rivista Italiana di Ragioneria**, Roma: Federazioni Nazionale dei Collegi dei Ragioneri. Anno XLIII, série 2, Gennaio-Febrario de 1950.
- MARX, Karl. **O capital**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Tomo 2.
- MOITINHO, Álvaro Porto. **Introdução à Administração**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1965.

- _____. **Administração**. 2ª ed. São Paulo: atlas, 1969.
- _____. **Teoria das contas aumentativas e das redutoras do patrimônio**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- _____. **A Teoria das Contas Positivas e das Contas Negativas - suas vantagens práticas**. Congresso Interamericano de ensino superior de contabilidade. Guanabara: FCEUNP, 1966.
- MONTEIRO, Martim Noel. A evolução de uma profissão. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Rio de Janeiro: CFC, v. 7, nº 21, Abr/Jun de 1997.
- _____. O ensino e a Formação Profissional em Contabilidade. **Revista Paulista de Contabilidade**. V. 58 nº460, 1980.
- _____. Conta e método digráfico numa perspectiva conceptual histórica. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, v. 57, nº 459, 1979.
- _____. A origem da Partida Dobrada. **Revista Paulista de Contabilidade**. São Paulo: SCSP, v. 65, nº 469, 1986.
- _____. **Pequena História da Contabilidade**. 2ª ed. Lisboa: Europress, 2004
- NAGAMINI, Marilda. Estradas de ferro e medicina alteram qualidade de vida. **Revista História da ciência no Brasil**. São Paulo, 3 v. Ed. Dueto, 2009.
- NEPOMUCENO, Valério. **Teoria da Contabilidade** – uma abordagem histórico-cultural. Curitiba: Juruá, 2008.
- OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. **Correspondência ativa de Roiz de Macedo**. Ouro Preto: Esaf, 1981. V. I.
- PACHECO, Cláudio; FRANCO, Afonso Arinos de Mello. **História do Branco do Brasil**. Rio de Janeiro: Coordenadoria de comunicação do BB e Agência Brasileira de Comunicações, 1987.
- PAIVA, Marcella Ariane Nunes. A exploração de diamantes em Diamantina: os serviços de mineração e a legislação no período 1830-1860. XVIII Encontro Regional (Anpuh-mg), **Anais...** Mariana-MG, julho de 2012.
- PASCAL, Blaise. **O pensamento vivo de Pascal**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.
- PAVLOV, Ivan P. **Reflexo Condicionados e inibições**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- PFATZGRAFF, Rogério. **Aspectos científicos da contabilidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Tupã. 1956.
- PIRES, Marco Antônio do Amaral. **Evolução doutrinária científica da contabilidade no Brasil**. Disponível em <<[http:// www. classecontabil.com.br](http://www.classecontabil.com.br)>> pesquisa realizada em 10 de dez. de 2005.
- _____. **Estrutura da Teoria Contábil Lopesista**. Disponível em www.classecontabil.com.br pesquisa realizada em 10 de dez. de 2005.
- PIRLA, José Maria Fernandez. **Teoria Economica de La Contabilidad**. 4ª Ed. Madri: P. Lopes, 1965.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação** – as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PROBER, Kurt. **A casa de fundição de Sabará**. Diamantina: Sem indicação, 1950.
- REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. **A história da Contabilidade no Brasil**. Pesquisa realizada no site www.revistas.unifacs.br em Junho de 2015.
- RODRIGUES, Alberto Almada Rodrigues. Senador Manoel Alves Branco. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasilia, CFC, ano XVIII, nº 67, out/dez de 1988
- _____. Cronologia e síntese da evolução do pensamento e do ensino comercial, contábil, atuarial, administrativo e econômico no Brasil: (séculos XVIII e XIX, períodos Brasil-Colônia, Brasil-Reino Unido). **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: CRCRS, n.41, p.3-11, jan. /mar.1985.

- _____. Instituições profissionais e culturais da ciência contábil no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, Ano XVII, nº 61, abr./jun. 1987.
- _____. Fundamentos históricos e legais da resolução do CFC nº 560/83. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Rio de Janeiro, Ano XIX, nº 69, abr./jun. 1989.
- _____. Vultos da Contabilidade Brasileira - José Antônio Lisboa. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Rio de Janeiro: CFC, Ano XIX, nº 68, jan./mar. de 1989a.
- ROSSI, Giovanni Rossi. **L'ente Econômico-amministrativo**. Emilia: Stabilimento Tipo-Litografico Degli Artigianelli, 1882.
- SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria geral do conhecimento contábil**. Belo Horizonte: IPAT-UNA, 1992.
- _____. **Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas. 1997.
- _____. **Moderna Análise de Balanços ao Alcance de todos**. Curitiba: Ed. Juruá. 2005.
- _____. **História da Contabilidade**. Belo Horizonte: Ed. Presidente. 1961. 3 V. Enciclopédia moderna de Contabilidade.
- _____. **Teoria da Contabilidade**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Filosofia da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1953.
- _____. **Auditoria contábil**. São Paulo: atlas, 1989.
- _____. **Consultoria e Análise Contábil**. Curitiba: Juruá, 2012.
- _____. **Autonomia e Qualidade Científica da Contabilidade**. Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, 1994.
- _____. **Aspectos contábeis no período da inconfidência mineira**. Brasília: ESAF, 1980.
- _____. **Pré-história contábil brasileira**. Bahia: Visconde de Cairu, 1998.
- _____. **Normas técnicas de Contabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. APEC, 1975.
- _____. **Inflação e Balanços**. São Paulo: Ed. Atlas, 1963.
- _____. **Aspectos Contábeis da Nova Lei das Sociedades por Ações**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1978.
- _____. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: CFC, 2008.
- _____. **Introdução à ciência da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1987.
- _____. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1977.
- _____. **Estudo Analítico da Rentabilidade das Empresas**. Rio de Janeiro: APEC, 1971.
- _____. **Curso Superior de Análise de Balanços**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas. 1973. Volume I e II.
- _____. **Análise de Balanços e Demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 1981.
- _____. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. Curitiba: Juruá, 2005.
- SANTOS, Flávio Mateus dos. **A república do Silêncio**. 3ª ed. Caratinga: Edição do autor, 2013.
- SESCON. **Histórico do sescon**. Artigo ofertado ao autor por e-mail, 2016.
- SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal R. **A economia da Informação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- SILVA, Fernando Vieira Gonçalves da. **Curiosidades, velharias e miudezas contabilísticas**. Lisboa: Editorial Império, 1970.
- _____. **O patrimônio e o Balanço**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- SILVA, Rodrigo Antonio Chaves da. **Evolução doutrinária da contabilidade – Epistemologia do princípio patrimonial**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

- _____. **História da Contabilidade e Finanças**. Curitiba: Juruá, 2014.
- _____. **Introdução a moderna Contabilidade Geral**. Curitiba: Juruá, 2012.
- _____. **Neopatrimonialismo e Conhecimento contábil**. Curitiba: Juruá, 2015.
- _____. Os fundamentos científicos da Contabilidade: análise da tese de Hilário Franco defendida no V Congresso Brasileiro de Contabilidade em 1950. **Revista Contaduría Universidad de Antioquia**, Colombia, FCC, nº 62, enero-jun. 2013.
- SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- SMILES, Samuel. **Economia**. Rio de Janeiro: Ganier, 1925.
- SOUZA, José Cavalcante de. **Os pré-socráticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **50 anos do curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: UFU, 2013
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.
- VIEIRA, Padre Antonio. **História do Futuro**. São Paulo: José Pontes, s/d.
- ZAPPA, Gino. **Il Rédito di Impresa**. 2ª edição. Milão: Dott. A. Giuffrè - Editore, 1950.
- _____. **Le produzioni: Nell'economia delle imprese**. Milano: Dott. A. Giuffrè – Editore, 1957.
- WATANABE, Ippo. Cinquentenário da Criação do CFC e CRCs. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, CFC, Ano XXV, nº 99, Mai/Jun de 1996.

RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL



Emanoel Marcos Lima
José Aparecido Moura Aranha
Luiz Miguel Renda dos Santos
Robert Armando Espejo

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	3
1. Introdução	4
2. Memórias do Estado de Mato Grosso do Sul	6
2.1. Primeiras Evidências	6
2.2. O Estado de Mato Grosso do Sul	6
2.3. Os primeiros negócios	8
2.4. Criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul	10
2.5. Entidades Sindicais	14
2.5.1. SESCON-MS	14
2.5.2 Sindicato – Dourados - MS	16
3. Primeiros Profissionais e Organizações	17
4. Primeiras Escolas	21
4.1. Ensino Técnico	21
4.2. Ensino Superior	22
5. Desenvolvimento Profissional	28
6. Considerações Finais	29
Referências	31

RESUMO

Os relatos apontam indícios de que a contabilidade surgiu juntamente com o início da civilização. Nesse sentido, a história da contabilidade no mundo e no Brasil foi marcada por inúmeros acontecimentos que promoveram o desenvolvimento da ciência contábil, além de contribuir para o desenvolvimento das nações e das organizações com e sem fins lucrativos. O Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977 e cuja implantação ocorreu em 1979, assim como os demais Estados da República Federativa do Brasil, possui fatos e acontecimentos que fizeram parte da história da contabilidade e que também contribuíram para o crescimento do Estado. O prêmio Resgate da Memória Contábil nos Estados, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de possibilitar que os Estados tenham registrada a história da sua contabilidade, também permite que a classe contábil tenha sempre presente os fatos e profissionais que fizeram parte dessa história. Diante desses aspectos, o objetivo deste trabalho foi resgatar a memória da contabilidade, bem como sua evolução, no Estado de Mato Grosso do Sul. Para o alcance desse objetivo, foram analisados registros junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul (CRC/MS), de entidades de representação, de apoio e entidades governamentais, além de entrevistas com profissionais da área contábil e pesquisas bibliográficas e documentais.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Garfinkel (1988, p.49), as marcas do passado ficam idealizadas, pois é na nostalgia que se trazem as lembranças, “a nostalgia é, ela mesma, reveladora. A lamentação obstinada que se ouve nestas confidências [...] não diz somente da melancolia do velho idoso: ela diz do desmoronamento de um sistema de valores intactos [...]”.

Muitos ajudaram a construir a história da contabilidade no Mato Grosso do Sul, e escrever sobre essas lembranças e experiências, além de ser desafiador, torna-se um instrumento importante para nós e para as futuras gerações, restabelecendo os fatos vividos por muitos profissionais, que aqui se dedicaram e escreveram sua história.

Alguns historiadores afirmam que o surgimento da contabilidade ocorreu juntamente com o início das civilizações. Sobre essa questão, Sá (1997, p. 12) afirma que “a escrituração contábil nasceu antes mesmo que a escrita comum aparecesse, ou seja, o registro da riqueza antecedeu aos demais, como comprovam os estudos realizados sobre a questão, na antiga Suméria”. De acordo com Ludícibus e Marion (2002), o desenvolvimento da contabilidade foi muito lento ao longo dos tempos. Como ciência, os autores afirmam que o desenvolvimento ocorreu somente a partir do início do século XIX.

No Brasil, o surgimento da contabilidade deu-se a partir da época colonial, haja vista o desenvolvimento das primeiras alfândegas a partir de 1530 e a necessidade de controles financeiros. Em 1549, foram criados os armazéns alfandegários e, para controle destes, Gaspar Lamego foi nomeado por Portugal como o primeiro contador geral das terras do Brasil.

Com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, a contabilidade teve grande impulso, como, por exemplo, com a criação das aulas de comércio.

Sabe-se que o disclosure possui papel essencial na redução da assimetria informacional existente entre a empresa e os stakeholders e é tido como uma das principais formas de comunicação entre a empresa e os diversos usuários interessados em avaliar o desempenho da administração. Nesse sentido, por meio dos demonstrativos contábeis, a contabilidade desempenha papel de extrema importância na redução das assimetrias informacionais. No Brasil, a primeira referência oficial à escrituração e relatórios contábeis ocorreu no ano de 1808, elaborada pelo Príncipe Regente D. João VI, conforme dispõe o texto da Carta:

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores. (SILVA, 2011, p. 28).

Por sua vez, o Código Comercial Brasileiro, criado através da Lei n. 556 de 25 de junho de 1850, estabeleceu a contabilidade como obrigatória para todos os comerciantes, bem como a elaboração anual de um balanço geral do ativo e passivo da entidade. No que diz respeito à publicação das demonstrações contábeis, sua obrigatoriedade passou a ser exigida para algumas Companhias e Sociedades Anônimas a partir de 1860 por meio da Lei n. 1.083/1860. Outro marco importante na história da contabilidade no Brasil diz respeito à publicação da Lei n. 6.404/1976 que disciplinou a contabilidade das sociedades por ações. Em virtude das necessidades informacionais exigidas pelos diversos segmentos e da harmonização contábil, a Lei 6.404/76 sofreu inúmeras modificações, por meio das Leis n. 11.638/2007, 11.941/2009 e 12.973/2014.

O Estado de Mato Grosso do Sul (MS) foi criado no dia 11 de outubro de 1977, através da Lei Complementar n. 31, pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, sendo sua capital Campo Grande. O Estado, com 36 anos de implantação, é um dos mais jovens do Brasil e sua economia se destaca principalmente na agricultura, pecuária e agronegócios.

Diante dos aspectos apresentados e conforme edital CFC nº. 1 de 11/05/2015, ressalta-se a importância de se resgatar a memória contábil nos Estados, para refletir sobre o papel da contabilidade nos Estados e no país.

Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo resgatar a memória da contabilidade e sua evolução no Estado de Mato Grosso do Sul.

Para a realização do estudo foram utilizados, como metodologia a pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados junto às entidades que fazem parte da contabilidade – CRC e Sindicatos - e também entrevistas com profissionais que fizeram parte da história da contabilidade no Mato Grosso do Sul. Foram entrevistados os seguintes profissionais:

- **Wilson Marques Barbosa;**
- **Doracy Cunha Ramos;**
- **Noel Martins;**
- **Carlos Rubens de Oliveira; e**
- **Ivo Marangoni.**

2. MEMÓRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O objetivo deste tópico é apresentar o resultado do levantamento realizado junto a bibliotecas, órgãos de classe e profissionais, sobre o desenvolvimento da contabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul.

2.1. PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS

Neste tópico, serão apresentadas as primeiras evidências encontradas nas pesquisas realizadas, em relação à fundação do Estado e suas primeiras entidades de classe.

2.2. O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Mato Grosso do Sul foi criado, a partir da divisão do estado de Mato Grosso, no dia 11 de outubro de 1977, através de Lei Complementar n. 31, pelo então presidente da república Ernesto Geisel, sendo sua capital Campo Grande. Desde a divisão do Estado, o CRC/MT mantinha uma Coordenadoria Regional em Mato Grosso do Sul, que era o órgão responsável pelas atividades relativas ao exercício da profissão no Mato Grosso do Sul.

O Estado faz divisa com a Bolívia, Paraguai e com os seguintes Estados brasileiros: Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. O Estado tem 357.124,962 km²; uma população estimada, conforme censo 2010, de 2.449.341 habitantes; e atualmente possui 79 municípios. No quadro a seguir, estão relacionados todos os municípios do Mato Grosso do Sul, com suas respectivas datas de fundação.

Item.	Cidade	Data de Fundação	Item	Cidade	Data de Fundação
1	Água Clara	11/12/1953	41	Itaquiraí	13/05/1980
2	Alcinópolis	22/04/1992	42	Ivinhema	11/11/1963
3	Amambai	01/01/1949	43	Japorã	30/04/1992
4	Anastácio	08/05/1965	44	Jaraguari	12/12/1953
5	Anaurilândia	25/04/1965	45	Jardim	14/05/1946
6	Angélica	13/05/1976	46	Jateí	11/11/1963
7	Antônio João	12/05/1965	47	Juti	14/12/1987
8	Aparecida do Ta- boado	15/01/1949	48	Ladário	02/09/1850
9	Aquidauana	18/12/1906	49	Laguna Carapã	22/04/1992
10	Aral Moreira	01/02/1977	50	Maracaju	11/06/1924
11	Bandeirantes	20/06/1965	51	Miranda	07/10/1871
12	Bataguassu	19/02/1955	52	Mundo Novo	13/05/1976
13	Batayporã	12/11/1963	53	Naviraí	15/04/1952
14	Bela Vista	20/07/1908	54	Nioaque	22/05/1848
15	Bodoquena	13/05/1980	55	Nova Alvorada do Sul	26/10/1991
16	Bonito	02/10/1948	56	Nova Andradina	20/12/1958
17	Brasilândia	25/04/1957	57	Novo Horizonte do Sul	30/04/1992
18	Caarapó	20/12/1958	58	Paraíso das Águas	01/01/2013
19	Camapuã	30/09/1948	59	Paranaíba	12/04/1838
20	Campo Grande	26/08/1899	60	Paranhos	17/11/1987
21	Caracol	01/05/1884	61	Pedro Gomes	11/11/1963
22	Cassilândia	03/08/1954	62	Ponta Porã	25/03/1892
23	Chapadão do Sul	23/10/1987	63	Porto Murtinho	13/06/1912
24	Corguinho	11/12/1953	64	Ribas do Rio Par- do	19/03/1944
25	Coronel Sapucaia	31/12/1985	65	Rio Brillhante	26/09/1929
26	Corumbá	05/07/1850	66	Rio Negro	18/03/1964

27	Costa Rica	12/05/1980	67	Rio Verde de Mato Grosso	16/12/1953
28	Coxim	11/04/1898	68	Rochedo	23/11/1948
29	Deodópolis	12/05/1976	69	Santa Rita do Parado	18/12/1987
30	Dois Irmãos do Buriti	13/11/1987	70	São Gabriel do Oeste	12/05/1980
31	Douradina	12/05/1980	71	Selvíria	12/05/1980
32	Dourados	20/12/1935	72	Sete Quedas	13/05/1980
33	Eldorado	13/05/1976	73	Sidrolândia	31/03/1942
34	Fátima do Sul	09/07/1954	74	Sonora	03/06/1988
35	Figueirão	14/09/2003	75	Tacuru	13/05/1980
36	Glória de Dourados	02/05/1956	76	Taquarussu	12/05/1980
37	Guia Lopes da Laguna	19/03/1938	77	Terenos	08/05/1924
38	Iguatemi	08/05/1965	78	Três Lagoas	08/08/1915
39	Inocência	04/04/1959	79	Vicentina	20/06/1987
40	Itaporã	10/12/1953			

Quadro 1 - Cidades do estado e data de sua fundação

Fonte: (Elaborado pelos autores)

Observa-se que o município mais antigo do estado de Mato Grosso do Sul é Corumbá, cuja emancipação ocorreu em 1850. Nota-se que, do total dos municípios pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul, aproximadamente 33% foram criados após a divisão do Estado.

2.3. OS PRIMEIROS NEGÓCIOS

As atuais juntas comerciais foram criadas em 1876 pelo Governo Imperial de D. Pedro II, através do Decreto do Poder Executivo n. 6.384, datado de 30 de novembro, no qual foi estabelecida a jurisdição que cada junta. A Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS) foi criada pelo Decreto n. 24, em 01 de janeiro de 1979. Os primeiros negócios eram registrados nas Inspetorias e Coletorias, vinculadas a outras Juntas Comerciais.

Registro	Razão Social	Localização	Atividade	Sócios	Sociedade
30/12/1920	Chieri Khouri	Campo Grande	Comércio de tecidos, armari- nhos, de perfu- mes e calçados		Individual
20/01/1921	Salim Maluff e Irmãos	Campo Grande	Exportação de qualquer gênero de comércio, inclusive tecidos, armarinhos, fer- ragens e secos e molhados	Jorge Maluff e Salim Maluff	Em nome coletivo
23/02/1921	Nogueira e Cia.	Povoação Entre Rios (Rio Brillhante)	Não informada	Liberio Garcia Nogueira, Sebastião de Salles e Souza e Manoel Bento Nogueira	Em nome coletivo
23/05/1921	Irmãos Anderson	Aquidauana	Artefatos de tecidos, perfumarias, armarinhos, chapéus, louças, calçados, fer- ragens, vidros, móveis e fumo	Ivar Anderson e Algost Anderson	Em nome coletivo
18/05/1921	Alexandre Saad	Aquidauana	Não informada		Individual
14/08/1924	Lafti Boabard e Cia	Corumbá	Compra e venda de gêneros do país e do estrangeiro, por atacado e varejo	Azis Boabard, Elias Chucricri e Mihem Lafti	Em nome coletivo
28/11/1924	Irmãos Baruk	Corumbá	Comércio varejista de fazendas e secos e molhados e outros artigos que convenham à sociedade	Amin Baruk, Linda Corone Baruk, Michel Baruk, Nagib Baruk, Tufik Baruk e Wadi Baruk	Em nome coletivo

Quadro 2 - Os primeiros negócios

Fonte: (Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul)

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setem- bro	Outu- bro	Novem- bro	Dezem- bro	Total
2000	507	646	589	478	587	577	569	602	489	550	475	403	6.472
2001	527	599	728	583	672	628	688	670	578	571	468	342	7.054
2002	520	475	549	564	561	506	561	543	478	475	338	408	5.978
2003	419	478	452	453	533	492	592	530	550	564	468	371	5.902
2004	439	515	633	496	581	570	585	541	491	520	483	446	6.300
2005	485	502	596	533	555	610	540	531	540	388	438	410	6.128
2006	436	454	566	423	514	425	539	595	482	460	477	336	5.707
2007	362	492	606	495	546	470	647	668	589	666	597	434	6.572
2008	634	583	604	640	667	659	759	659	666	582	590	485	7.528
2009	579	632	731	591	676	699	719	657	726	659	624	500	7.793
2010	561	630	792	566	658	626	711	622	565	531	588	514	7.364
2011	598	710	621	573	693	620	712	763	754	535	591	477	7.647
2012	544	587	742	539	733	620	701	665	535	592	560	437	7.255
2013	643	616	604	811	655	652	676	776	612	616	529	445	7.635
2014	563	669	482	586	655	498	629	597	638	480	500	416	6.713
2015	446	469	653	503	542	520	573	486	417	502	485		5.596

Obs: Não incluídas as empresas MEI - Microempreendedor Individual e Filiais.

Tabela 1 - Número de Empresas Constituídas

Fonte: (Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul)

Os números mostram que, desde o ano 2000, mais de 6.000 empresas foram constituídas anualmente no Estado, o que demonstra o crescimento dos negócios no Mato Grosso do Sul e evidencia a necessidade de profissionais para o atendimento das exigências comerciais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e societárias.

2.4. CRIAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Apesar de o Estado de Mato Grosso do Sul ter sido instalado em 1979, a criação do CRC/MS não ocorreu imediatamente, pois, conforme relata o contador Wilson Marques Barbosa, era necessário a comprovação de que o novo Conselho Regional seria autossuficiente.

Após inúmeras gestões políticas junto à bancada federal representativa do Estado de Mato Grosso do Sul, para que fizessem gestão junto ao então Ministro do Trabalho Arnaldo da Costa Prieto, já que naquela época os Conselhos estavam vinculados ao Ministério do Trabalho, finalmente em 26 de abril de 1985 conseguiram êxito, e foi autorizada a criação do CRC-MS. A Resolução do CFC n. 593/95 foi o documento que deu origem ao CRC-MS, cuja instalação se deu em 2 de janeiro de 1986 pelo presidente do CFC João Verner Juenemojan, pelo conselheiro efetivo contador Mathias Neves de Oliveira e pela presidente do CRC-MT Luzia Guimarães.

O processo de implantação do novo conselho foi conduzido pelo contador Wilson Marques Barbosa, que relata que, mesmo depois de decorridos sete anos da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, os profissionais estabelecidos nesse Estado ainda continuavam sob a tutela do CRC-MT, o que causava desconforto para a classe.

O processo de transição dos arquivos e documentos contendo os registros dos profissionais e empresas contábeis do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso em razão da criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul, ao que consta, não se deu de uma imediata.

Quando da criação do CRC-MS, os cadastros dos profissionais do então recém Estado de Mato Grosso do Sul foram levados da Coordenadoria Regional do CRC-MT em Campo Grande para Cuiabá-MT, ficando, dessa forma, os dirigentes do Conselho do MS desprovidos da documentação relativa aos contabilistas da sua base.

Segundo informado pelo contador Wilson Marques Barbosa, primeiro presidente do CRC-MS, ele, juntamente com o professor Sá Carvalho, Aníbal Alves da Costa na época presidente da Associação Comercial, o contador Benito Ângelo Cella, in memoriam, e o contador Luciano Germano decidiram ir à Cuiabá buscar os arquivos contendo os cadastros e documentos relativos aos profissionais do Mato Grosso do Sul. Os cinco contabilistas tomaram um veículo Volkswagen Kombi, apelidada de Julieta, e se dirigiram à Cuiabá, chegando lá num final de sexta-feira, pegaram os documentos e no mesmo dia retornaram a Campo Grande com três armários contendo todo o acervo. Relata ainda que, no retorno, ao chegaram em Rondonópolis o motor da Kombi fundiu, foi quando alugaram uma caminhonete onde viajaram, na cabine, Sá Carvalho e Anibal Alves da Costa, os mais velhos, os demais na carroceria com os armários, sendo que, a partir do município de Coxim até Campo Grande, viajaram debaixo de uma chuva torrencial, exigindo-se muito esforço, por parte da co-

missão, para manter a integridade dos documentos. Chegaram em Campo Grande por volta das nove horas do sábado, molhados, porém com os documentos salvos.

Criado o CRC-MS em 26 de abril de 1985, em novembro do mesmo ano foi realizada a primeira eleição para composição do quadro de Conselheiros Efetivos e Suplentes, em que foram eleitos, em chapa única, os membros: contadores Wilson Marques Barbosa, Luciano Lopes, Solindo Medeiros e Silva, Denizard da Silveira da Silva, Hélio Valdir Pereira, Arildo Aguirre Aristimunho, Odilon Azambuja, Heber Xavier, José Antonio Felício, Maria Rosilene Flores Coimbra, Antonio Luiz Carille, João Batista Pissini e os técnicos em contabilidade Domingos Lopes da Silva, Doracy Cunha Ramos, José Otaviano Tenório, Antonio Yosimitio Oshiro, Ivan Fernandes Pereira e José Gonçalves.

Desde a sua instalação em 1986 e até 2013, nove presidentes estiveram à frente do CRC-MS, sendo que, na atual gestão, tem-se na presidência o contador Ruberlei Bugarelli como o 10º presidente. A seguir, apresenta-se, no Quadro 3, a relação dos ex-presidentes do CRC-MS.

Gestão	Presidente
1986 a 1989	Wilson Marques Barbosa
1990 a 1991	Luciano Lopes
1992 a 1995	Solindo Medeiros e Silva
1996 a 1999	Dorgival Benjaino da Silva
2000 a 2001	Mário Ney Correia Anastácio
2002 a 2003	Odácio Pereira Moreira
2004 a 2007	Luiz Henrique de Souza
2008 a 2009	Alcyr Moreira Fernandes
2010 a 2013	Carlos Rubens de Oliveira
Quadro 3 - Ex-presidentes do CRC-MS	
Fonte: (Dados da pesquisa)	

Atualmente, o CRC-MS possui 21 Delegacias que foram autorizadas através da Resolução CRC/MS n. 003/86, de 14/01/1986. Em 16/01/1986, através de aprovação em Plenário,

Ata n. 003/86, foram criadas as 10 primeiras Delegacias nos municípios de Corumbá, Dourados, Três Lagoas, Ponta Porã, Aquidauana, Ivinhema, Paranaíba, Nova Andradina, Amambai e Naviraí.

Número da Delegacia	Localidade
1ª Delegacia	Corumbá
2ª Delegacia	Dourados
3ª Delegacia	Três Lagoas
4ª Delegacia	Ponta Porã
5ª Delegacia	Aquidauana
6ª Delegacia	Ivinhema
7ª Delegacia	Paranaíba
8ª Delegacia	Nova Andradina
9ª Delegacia	Amambai
10ª Delegacia	Naviraí
11ª Delegacia	Coxim
12ª Delegacia	Aparecida do Taboado
13ª Delegacia	Mundo Novo
14ª Delegacia	São Gabriel D'Oeste
15ª Delegacia	Bela Vista
16ª Delegacia	Jardim
17ª Delegacia	Bataguassu
18ª Delegacia	Costa Rica
19ª Delegacia	Chapadão do Sul
20ª Delegacia	Maracaju
21ª Delegacia	Cassilândia
Quadro 4 - Delegacias CRC-MS	
Fonte: (CRC-MS)	

Com a instalação do Conselho e a transição, a numeração dos registros no CRC-MT foi substituída por uma nova, sendo que o registro profissional MS-000001/O pertence a Generoso Alves Correa e, o de empresa contábil, ao Escritório Cruzeiro do Sul Ltda., que possui igualmente o registro MS-000001/O.

Segundo consta nos registros, efetuados junto ao CRC-MS, foram transferidos cadastros de 3.826 profissionais e empresas, sendo 2.656 profissionais do sexo masculino, 1.103 do sexo feminino e 67 empresas contábeis, números, portanto, que justificavam o Estado de Mato Grosso do Sul possuir o seu Conselho, o que também motivava o interesse do CRC-MT em continuar congregando os profissionais contábeis do MS.

A partir da base de registros que deram origem ao CRC-MS, o número de profissionais só vem aumentando ao longo do tempo, conforme a evolução do censo a seguir demonstrado:

Períodos	Profissionais				Gênero			
	Contadores	%	Técnicos	%	Masculino	%	Feminino	%
1980	1.015	19,67	4.146	80,33	3.575	69,27	1.586	30,73
1990	2.259	24,94	6.798	75,06	5.983	66,06	3.074	33,94
2000	4.856	37,01	8.265	62,99	8.022	61,14	5.099	38,86
Em 2015	7.091	44,59	8.812	55,41	9.307	58,52	6.596	41,48

Tabela 2 - Evolução do censo

Fonte: (CRC/MS)

Cabe observar que há uma crescente participação de profissionais de curso superior, enquanto que o número de técnicos vem diminuindo ao longo do tempo. Outro ponto importante demonstrado na tabela é o aumento de profissionais do sexo feminino, que salta de uma população de 30,73% do total de profissionais no Estado no final da década de 1980 para uma participação de 41,48% em 2015, refletindo o importante papel da mulher no mercado de trabalho.

2.5. ENTIDADES SINDICAIS

2.5.1. SESCON-MS

A história do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Mato Grosso do Sul – SESCON/MS, iniciou-se no dia 21 de dezembro de 1947, quando foi fundada, sob a liderança de Anibal Alves Costa, a Associação Profissional dos Contabilistas de Campo Grande, composta por contabilistas que, conhecedores de suas responsabilidades, lutaram em prol de uma clas-

se, e cujo instinto de dedicação perdura até hoje no meio profissional. Em 1994, por decisão dos associados, foi feita alteração estatutária, passando para Sindicato dos Profissionais de Contabilidade de Campo Grande e Região (SINDCONT). Em 1996, nova alteração foi realizada, dessa vez sendo alterada a denominação para Sindicato dos Contabilistas Autônomos e das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Auditoria e Perícia de Campo Grande e Região (SINCECAP). Em 2000, por decisão da assembleia, passou a ser denominado de Sindicato dos Contabilistas Autônomos e das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Auditoria e Perícia, Informações e Pesquisas do Estado de Mato Grosso do Sul (SESCON/MS), fazendo parte da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON). Em 2004, uma nova alteração foi realizada, e que permanece até os dias atuais, passando a entidade a ser denominada de Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Mato Grosso do Sul (SESCON/MS).

Ao longo da sua existência, o SESCO-MS tem se dedicado ao fortalecimento da categoria, por meio da realização de eventos de educação continuada e também no esforço para o reconhecimento e valorização da classe. O quadro a seguir apresenta os profissionais que desempenharam com zelo, dedicação e determinação a presidência ao longo da existência da entidade.

Presidente	Gestão
Anibal Alves Costa	12/1947 a 08/1992
Heber Xavier	09/1992 a 08/1995
André Faria Lebarbenchon	09/1995 a 08/1998
Odacio Pereira Moreira	09/1998 a 08/2001
Laercio José Jacomelli	09/2001 a 08/2004
Carlos Rubens de Oliveira	09/2004 a 08/2007
Ruberlei Bulgareli	09/2007 a 03/2012
Francisco Pereira Gonçalves	04/2012 a 03/2018
Quadro 5 - Presidentes SESCO-MS	
Fonte: (SESCON/MS)	

2.5.2 SINDICATO – DOURADOS - MS

A Associação dos Contabilistas da Grande Dourados foi fundada em 20/08/1978, porém, em 10/04/1991 foi transformada no Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e dos Contabilistas Autônomos Empregadores da Grande Dourados, desenvolvendo ações na defesa dos interesses da categoria e que valorizam e fortalecem a classe contábil na região da Grande Dourados. O quadro a seguir apresenta os profissionais que desempenharam com zelo, dedicação e determinação a presidência ao longo da existência da entidade.

Presidente	Gestão
Ademir Silva	1978 – 1980
Luiz Mario Albertini	1980 – 1982
Odilon Azambuja	1982 – 1984
Luiz Zarpelon	1984 – 1986
Francisco Eduardo Custodio	1986 – 1988
Dorgival Ferreira da Silva	1988 – 1990
Paulo Roberto Campione	1990 – 1993
Francisco Libório de Alencar	1993 – 1995
Melchiades Prado	1995 – 1997
Raimundo Domicio da Silva	1997 – 1999
Francisco Cardoso	1999 – 2001
Dilson França Lange	2001 – 2003
Carlos Casagrande Poleis	2003 – 2005
Milton Carlos Luna	2005 – 2006
Edvan Bonetti	2007 – 2008
Odacil da Costa B. Junior	2009 – 2010
Delson Luiz Lazzarini	2011 – 2015
Quadro 6 - Presidentes Sindicato	
Fonte: Sindicato dos Contabilistas da Grande Dourado	

3. PRIMEIROS PROFISSIONAIS E ORGANIZAÇÕES

A documentação sobre os profissionais contábeis no Estado é precária, portanto, reportar o histórico dos profissionais de contabilidade com o rigor merecido, não foi possível. Considerando o banco de dados disponível no CRC/MS e as evidências coletadas apresentam-se alguns relatos históricos.

Como já abordado, as memórias da contabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul é um caso peculiar, tendo em vista o processo de divisão do antigo Estado de Mato Grosso nos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cuja lei foi sancionada pelo Presidente da República Ernesto Geisel, em 11 de outubro de 1977.

Assim, tendo como base de referência a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, temos o registro da primeira empresa contábil que foi a organização Contábil Cruzeiro do Sul Ltda., com sede na cidade de Dourados, cuja constituição data de 25 de novembro de 1974, e possui o Registro nº 00001/O no atual Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul.

Com relação aos profissionais da contabilidade, contadores e técnicos em contabilidade, os dados disponíveis e evidências coletadas por entrevistas possibilitaram informações que, neste caso, antecedem a divisão do Estado, mas que se referem aos profissionais com domicílio no território do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

O técnico em contabilidade Generoso Alves Correa, com registro no Conselho Regional de Mato Grosso em 24 de fevereiro de 1948 (não foi possível obter o número de registro no CRC-MT), obteve o registro nº 000001/O no Conselho Regional do Estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com as entrevistas realizadas com os profissionais da contabilidade no Mato Grosso do Sul, vários profissionais fizeram parte da história da contabilidade do nosso Estado, entretanto, em função das dificuldades na coleta das informações, serão reportados os que foram mais citados.

O técnico em contabilidade Anibal Alves Costa, CRC/MS 250, , foi um dos precursores da contabilidade no Estado, haja vista ter sido o primeiro presidente em 1947 da associação que congregava os profissionais da contabilidade.

Observa-se que muitos dos profissionais que atuam hoje no nosso Estado foram cola-

boradores de escritórios de contabilidade no passado como, por exemplo, o contador Ivo Marangoni, que trabalhou no escritório Jamil Bacha, cujo CRC/MS é o de n. 189, tendo seu registro inicial no CRC/MT em 22/08/1951. O escritório Jamil Bacha ainda atua na cidade de Campo Grande/MS, sendo que, em função do falecimento do titular, foi assumido por outro colaborador.

Outro pioneiro na contabilidade na capital do Estado de Mato Grosso do Sul foi o técnico em contabilidade José de Camargo Borba, diplomado em 09 de julho de 1954 pela Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho e registrado no CRC/MT sob o n. 540. Com a implantação do CRC/MS, recebeu o registro de n. 210. O técnico em contabilidade José de Camargo Borba iniciou suas atividades em Campo Grande em 1956, sendo proprietário do Escritório São Paulo de Contabilidade. Do Escritório São Paulo, surgiram outras organizações, com destaque para a organização OC Contábil, de propriedade do ex-presidente do CRC/MS, contador Carlos Rubens de Oliveira. Com a aposentadoria do proprietário, a organização foi transferida para uma funcionária do escritório, permanecendo até os dias atuais e com a mesma denominação.

Ainda no ano de 1948 foram registradas no CRC-MT as contadoras Rosa Sadi e Paulina Philbois, com atuações em Campo Grande e Corumbá, respectivamente. Rosa Sadi tem o registro MS-000015/O e Paulina Philbois, o registro MS-000056/O. Também merecem destaque as profissionais Euterpe Ghersel com atuação em Campo Grande e Luzia Philbois Giovanni com atuação no município de Corumbá, com os registros MS-0000101/O e MS-0000113/O, respectivamente.

A primeira organização contábil do município de Dourados-MS, segunda cidade do Estado de MS, de acordo com o profissional contábil Noel Martins (2015), foi a organização de propriedade do contador Vivaldi de Oliveira, cujo registro no CRC-MS é o de n. 118/O. O contador Vivaldi de Oliveira foi prefeito da cidade de Dourados-MS no período de 1959 a 1963.

Estabeleceu-se no ano de 1952, no município de Três Lagoas, o técnico em contabilidade José Jorge com o registro no CRC-MT datado de 14 de outubro de 1952 e o registro, quando transferido para o Mato Grosso do Sul, recebeu o número MS-0000114/O. José Jorge atuou à frente do Escritório São Jorge até o seu falecimento, tendo como sucessora sua filha, a contadora Maria Luiza Jorge. A influência profissional do patriarca sobre descendentes pereniza muitas instituições contábeis, como o Escritório São Jorge em continuidade há 63

anos.

No município de Três Lagoas, cabe registrar a história do Escritório Satélite. O técnico em contabilidade Ovimar Rodrigues de Lima registrou-se no CRC-MT em 11 de setembro de 1965 e o registro no CRC-MS, por ocasião da transição, recebeu o número MS-0000403/O. Foi também o representante do CRC-MT no município, nessa condição era o elo entre os profissionais da região e o Conselho em Cuiabá. Com o seu trágico falecimento, os irmãos Belchior, então funcionários, deram continuidade às atividades. Atualmente o Escritório Satélite I é conduzido pelo técnico em contabilidade João Belchior e o Escritório Satélite II pelo profissional Sebastião Belchior. Atualmente são as maiores empresas contábeis do município, tendo o Satélite II atuação também no município de Água Clara.

O Escritório Urano Rural foi conduzido pelo contador Alberto Raphael Azevedo Perez, cujo registro como técnico em contabilidade no CRC-MT data de 15 de junho de 1963 e, com a transferência dos documentos para o CRC-MS, recebeu o número de registro MS-0000338/O. Com o seu falecimento, o Urano Rural ficou sob a responsabilidade do seu neto, o contador Fernando Coutinho, mais um exemplo da continuidade por descendente.

Muitos foram os profissionais que fizeram história no Mato Grosso do Sul, entretanto, neste trabalho será evidenciado os profissionais Wilson Marques Barbosa e Doracy Cunha Ramos, que se destacaram na Auditoria e na Contabilidade Pública respectivamente.. O contador Wilson Marques Barbosa foi o primeiro presidente do CRC-MS e um dos responsáveis pela criação do CRC-MS. Foi registrado no CRC-MT como técnico sob número 1.397 e, na transição, foi o registro MS-00614/O. Foi delegado do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Estado por cinco anos e atualmente ainda continua na atividade apenas atuando como auditor independente. Possui graduação em Administração, Ciências Contábeis e Economia, além de mestrado em Ciências Contábeis na Universidade de São Paulo (USP). Após concluir as graduações ingressou como docente na Universidade Estadual de Mato Grosso, atualmente Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atuou na docência por 16 anos. Apesar de ter iniciado o doutorado na USP, não chegou a concluí-lo por motivos familiares.

Outra profissional de importância relevante na história da contabilidade sul-mato-grossense é a técnica em contabilidade Doracy Cunha Ramos. Doracy, representa legitimamente a luta da mulher contabilista pela conquista do seu lugar no mercado de trabalho. O interesse pela contabilidade, de acordo com Doracy Cunha Ramos, surgiu já em 1935 quando seu pai tinha um armazém na cidade de Bela Vista – MS.

No armazém, tinha um guarda-livros chamado Décio, que ia uma vez por semana para ver os livros, fazer todo aquele expediente e aquela escrituração. E eu pequena, ele chegava e eu ficava em pé ao lado dele, vendo ele fazer aqueles lançamentos. Não entendia nada, claro. E meu pai me perguntava “o que você quer ser quando crescer?” e eu dizia “eu quero ser guarda-livros”. Interessante que quando eu concluí o curso técnico de contabilidade, tinha de registrar um diploma no MEC e posteriormente ser registrada no CRC. Quando eu formei em 1948 já existia o CRC com sede em Cuiabá. Eu fiquei um ano sem exercer a profissão porque a Lei não me atingiu, porque quem formou técnico em contabilidade até 1947 foram beneficiados por essa Lei e se tornaram Contadores. (DORACY CUNHA RAMOS, 2015).

Ao longo dos seus 58 anos de atuação na contabilidade pública, realizou grandes feitos que merecem registros:

- Foi a primeira Diretora Geral de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul;
- b) Secretária de Finanças do Município de Campo Grande por três gestões de 1967 a 1971, de 1973 a 1977 e de 1977 a 1979;
- c) Funcionária pública municipal efetiva por 32 anos, de 1947 a 1979;
- d) Funcionária pública estadual comissionada por 26 anos, de 1979 a 1994;
- e) Professora universitária titular da disciplina de Contabilidade Pública por 13 anos, de 1973 a 1986, na antiga FUCMAT, atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).
- f) Além de Técnica em Contabilidade – estudou na Escola Técnica Carlos de Carvalho – Campo Grande/MS, graduou-se em Direito e possui especialização em Administração Pública,
- g) Conselheira Efetiva no CRC-MS por 15 anos, de 1986 a 2001;
- h) Conselheira Efetiva no Conselho Federal de Contabilidade, representando o Estado de Mato Grosso do Sul, de 2006 a 2008;

- **i) Membro da Comissão do Projeto da Mulher Contabilista do CFC, representando a Região Norte e Centro-Oeste no período de 2008 a 2009;**
- **j) Atualmente, desde 2006, é representante no Conselho Federal de Contabilidade no Sistema de Informações sobre Orçamento em Saúde (SIOPS), vinculado ao Ministério da Saúde, em Brasília.**

4. PRIMEIRAS ESCOLAS

O objetivo deste tópico é apresentar o histórico das instituições de ensino, tanto em nível técnico como superior, levantados ao longo da pesquisa.

4.1. ENSINO TÉCNICO

A primeira instituição de ensino que ofereceu o curso técnico em contabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul foi a Escola Técnica Carlos de Carvalho que, juntamente com a Escola Municipal Bernardo Franco Bais, foram as pioneiras no ensino da contabilidade no MS.

Em função do tempo e considerando que essas instituições não existem mais, não foi possível apontar exatamente o início do curso, bem como o seu encerramento. Entretanto, foi encontrado registro de conclusão de curso em nome de Antonio Mendes Canale, ex-prefeito de Campo Grande e Senador da República, em 1947 e de Doracy Cunha Ramos, em 1948.

Outras instituições também ofereceram o curso técnico em contabilidade no Estado, podendo-se destacar as seguintes:

- **a) Colégio Oswaldo Cruz – Campo Grande;**
- **b) Colégio 26 de Agosto – Campo Grande;**
- **c) Colégio Heitor Castoldi – Campo Grande;**
- **d) Escola Estadual Amando de Oliveira – Campo Grande;**
- **e) Colégio Oswaldo Cruz – Dourados;**
- **f) Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo – Dourados;**
- **g) Escola Estadual Barão do Rio Branco – Douradina;**
- **h) Escola Estadual Santos Dumont – Costa Rica.**

4.2. ENSINO SUPERIOR

A criação do primeiro curso de Ciências Contábeis do Mato Grosso do Sul data de 27 de maio de 1970. Esse curso foi fundado pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso - MT (FUCMAT) - atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) - quatro anos antes de ser implementado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (que teve sua origem em 10 de março de 1974).

É importante ressaltar que a criação dos dois primeiros cursos mencionados foi anterior à divisão do Estado - que ocorreu em 11 de outubro de 1977.

Nome da Instituição de Ensino Superior – IES	Data de Início do Curso
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB	27/05/70
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS-CORUMBA	10/03/74
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD	10/07/86
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS – TRÊS LAGOAS	10/03/92
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS – UNI-GRAN	15/02/93
CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE	07/10/94
FACULDADES INTEGRADAS DE RIO VERDE – FIRVE	22/01/95
FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS – AEMS	06/02/95
FACULDADE DE PONTA PORÃ – FAP	07/04/95
FACULDADES INTEGRADAS DE PARANAÍBA - FIPAR	02/05/95
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE NAVIRAI - FACINA	01/08/95
FACULDADES MAGSUL – FAMAG	12/02/96
FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE - FESCG	10/03/98

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE NOVA ANDRADINA – FACINAN	03/02/99
FACULDADES INTEGRADAS DE CASSILÂNDIA – FIC	22/12/00
FACULDADE CAMPO GRANDE – FCG	15/05/02
FACULDADE ANHANGUERA DE DOURADOS – FAD	18/02/03
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CHAPADÃO DO SUL - FACHÁSUL	01/02/05
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS	13/02/06
UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP – UNIDERP CAMPO GRANDE	24/07/07
UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP – UNIDERP RIO VERDE	05/02/08
FACULDADE DE AMAMBAI – FIAMA	02/02/09
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CAARAPO – FETAC	12/03/09
FACULDADE UNIGRAN CAPITAL - UNIGRAN CAPITAL	01/02/12
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS – CAMPO GRANDE	17/02/14
Quadro 7 - Data de início de funcionamento do curso de Ciências Contábeis	
Fonte: Elaborado pelos autores	

No quadro anterior, pode ser visto o histórico do início de todos os cursos de Ciências Contábeis do Mato Grosso do Sul. É muito interessante percebermos que, apesar de a Universidade Federal ser uma das primeiras Universidades a iniciar o curso de Ciências Contábeis no MS, somente 40 anos depois é que foi criado um curso presencial na capital Campo Grande.

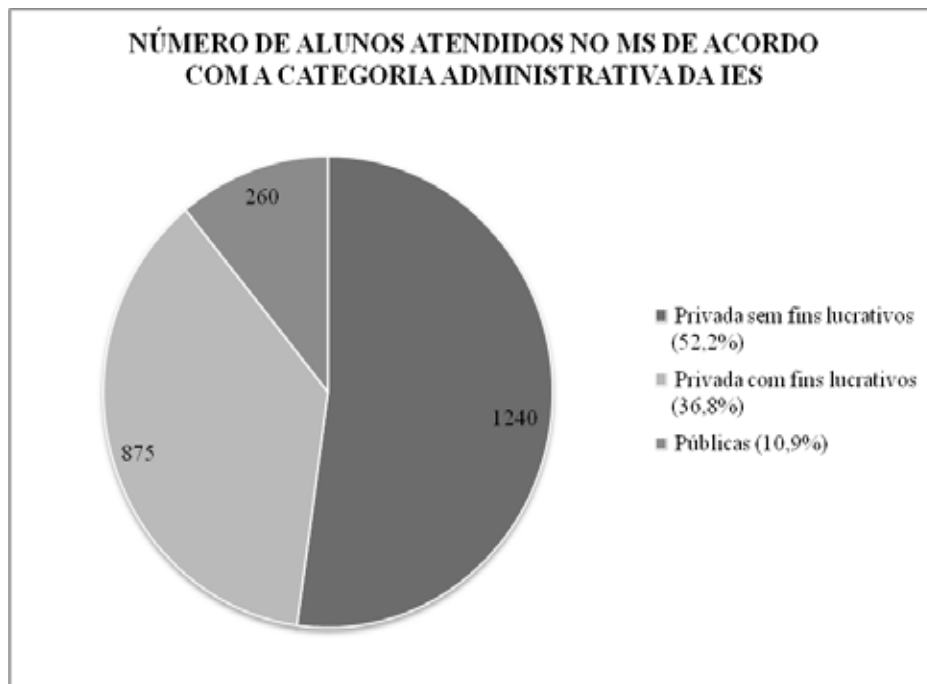


Gráfico 1 - Números de alunos universitários atendidos no MS de acordo com a categoria administrativa da IES

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do MEC - 2015

O gráfico apresenta a proporção de vagas disponíveis para alunos no Mato Grosso do Sul, de acordo com a categoria administrativa das IES, que se interessem em cursar Ciências Contábeis em aulas presenciais. Existem atualmente 2.375 vagas disponíveis para o curso de Contabilidade. Destas, 2.215 são distribuídas para IES privadas, sendo 1.240 no ramo sem fins lucrativos e 875 destinadas às privadas com fins lucrativos. Restam, portanto, 260 para serem preenchidas no Setor Público.



Gráfico 2 - Quantidade de IES no MS

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do MEC - 2015

Inferese-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) que estão categorizadas como privadas sem fins lucrativos atendem a maioria - 52,2% das vagas disponíveis para o curso de Ciências Contábeis no Mato Grosso do Sul e as privadas com fins lucrativos correspondem a 36,8%, enquanto as públicas representam uma fatia de 10,9% do total.

De acordo com os dados do MEC (2015), o referido estado possui atualmente 25 IES que ministram o curso de Ciências Contábeis - 8 destas Instituições estão na categoria de privadas com fins lucrativos, 12 estão na categoria de privadas sem fins lucrativos e 5 são públicas.

As IES privadas com fins lucrativos compõem 32,00% das instituições que possuem Ciências Contábeis em suas graduações disponíveis, já as privadas sem fins lucrativos são a maioria, com 48,00%, e as públicas são minoria, com 20,00%.

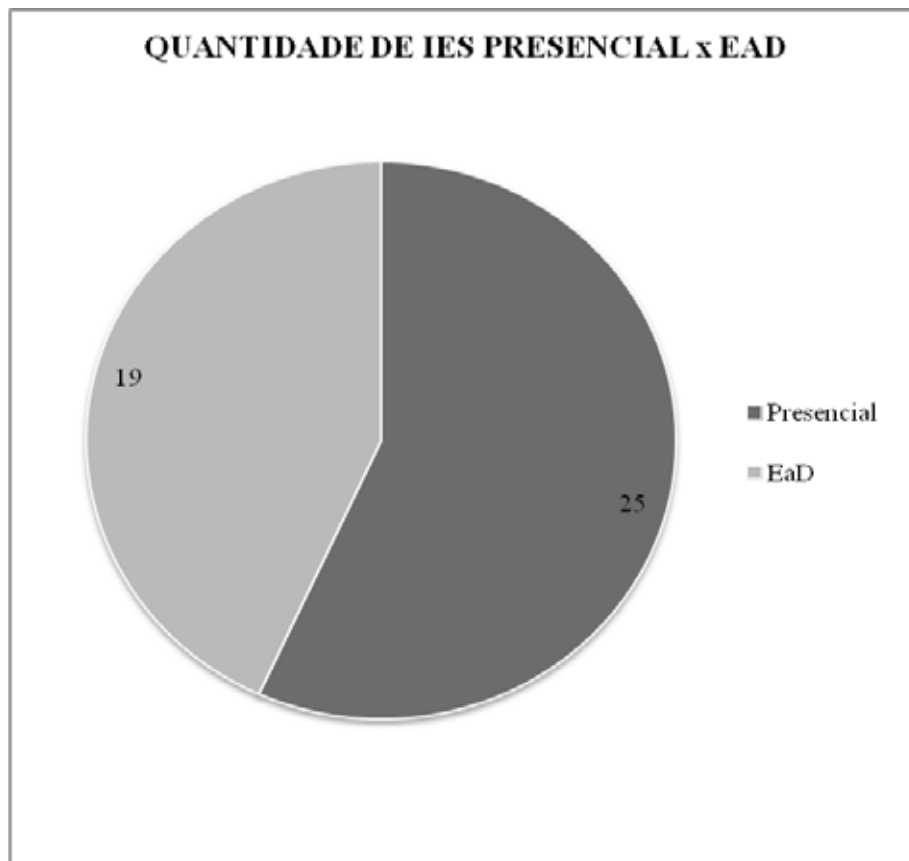


Gráfico 3 - Quantidade de IES Presencial x EaD

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do MEC - 2015

Fazem parte desse quadro tanto cursos presenciais quanto os de Ensino à Distância (EaD), inclusive havendo a ocorrência de ambos em algumas instituições. Por conseguinte, do total de 25 instituições, 19 possuem cursos presenciais e EaD disponíveis concomitantemente.

Contudo, mesmo sendo notório o crescimento do Ensino EaD, presente hoje em 19 instituições e equivalendo a 43,18% do total, a maioria, 56,82% em 25 instituições, ainda é representada pelo método presencial.

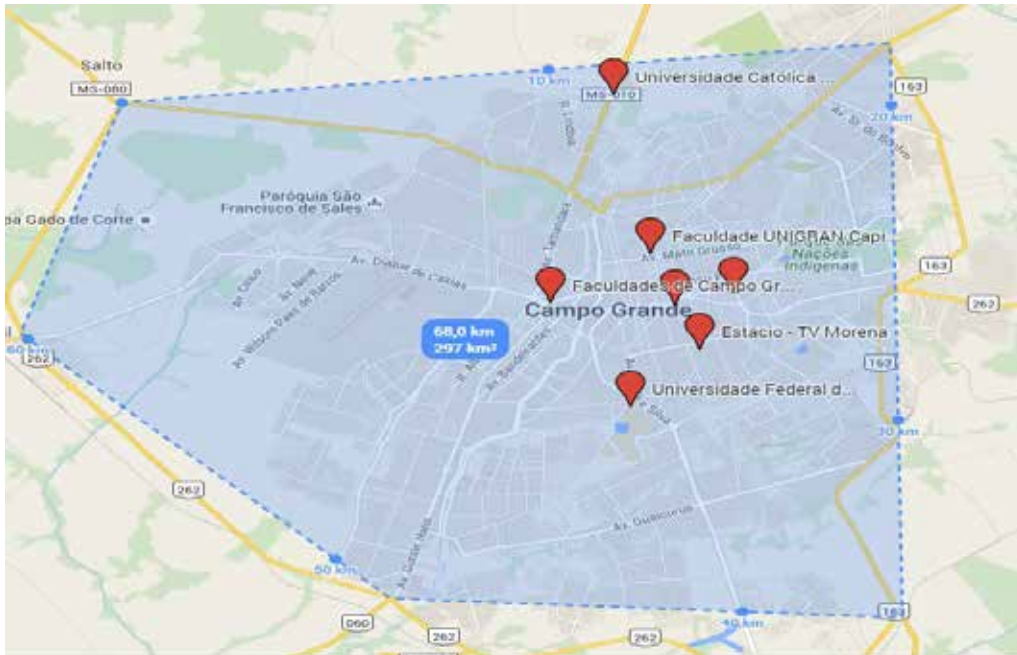


Figura 1 - Localização das IES na capital do MS

Fonte: Elaborado pelos autores

Em uma região que envolve aproximadamente 297 m², a cidade de Campo Grande é atendida por 7 cursos de Ciências Contábeis na modalidade presencial. Nesse sentido, cada curso é responsável por formar uma quantidade significativa de bacharéis todos os anos.

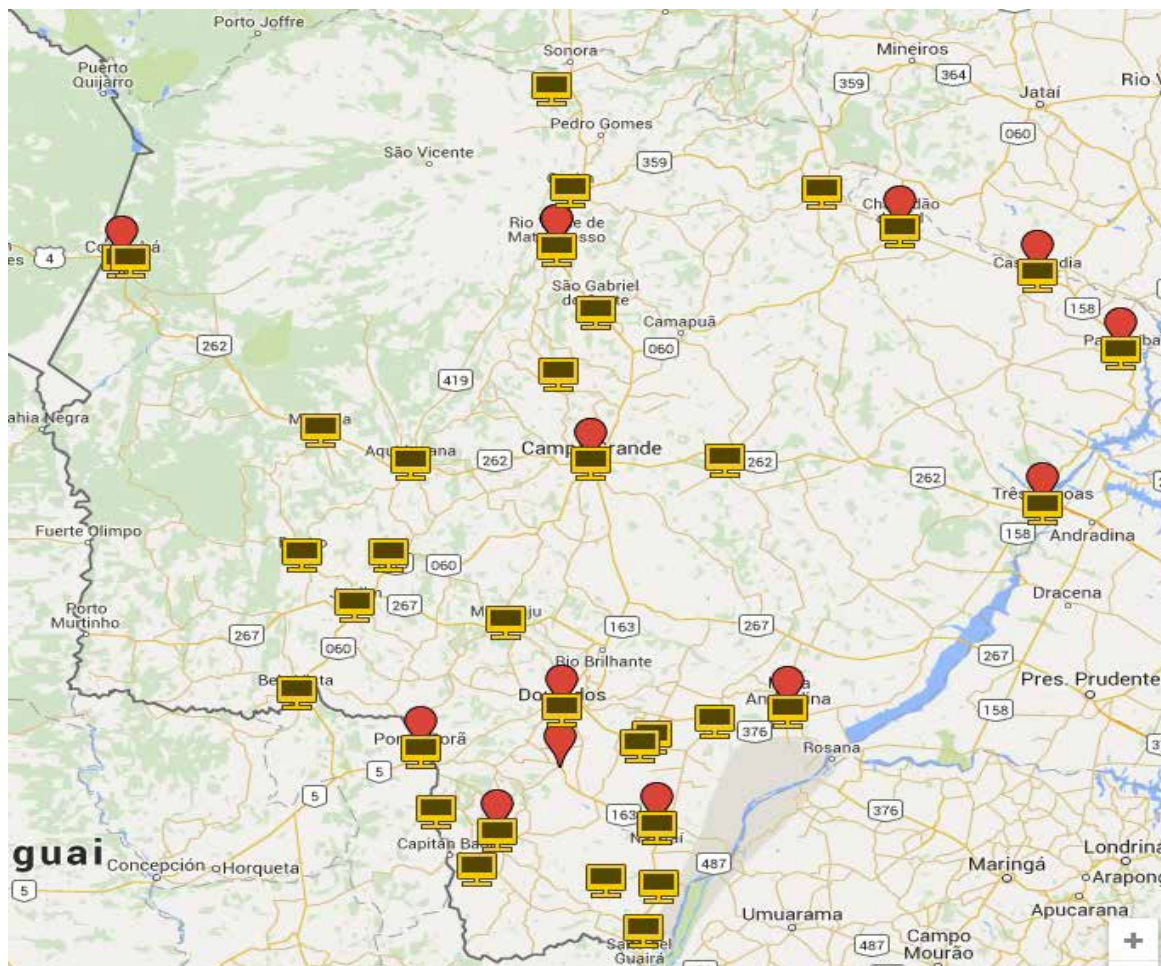


Figura 2 - Localização das IES na capital do MS

Fonte: Elaborado pelos autores

O mapa anterior aponta, em vermelho, as 12 cidades onde se encontram os 25 cursos presenciais em Ciências Contábeis no Mato Grosso do Sul (MS). No caso dos polos EaD, estes estão distribuídos em 34 cidades do MS, que estão marcadas com o ícone amarelo. Atualmente, praticamente todas as cidades do MS estão atendidas por cursos de Ciências Contábeis.

5. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Tanto o CRC/MS quanto as instituições de ensino e as demais entidades representativas da categoria têm se esforçado no sentido promover eventos que, além de trazer conhecimento e fortalecer a formação dos acadêmicos e profissionais, possibilitem a melhoria no desenvolvimento das suas atividades e o atendimento de uma das exigências que é a educação continuada.

Esses eventos, conforme informações coletadas junto a profissionais, só passaram a existir após a implantação do CRC/MS, pois antes da divisão do Estado e a implantação do CRC/MS, eles tinham que se organizar para estudar determinada alteração na legislação, tendo contado sempre com apoio de alguns técnicos da Secretaria de Fazenda Estadual, Municipal e Receita Federal.

Os estudos eram realizados principalmente com a utilização do Boletim Mapa Fiscal que, na época, era o único material disponível que auxiliava os profissionais da área contábil na atualização da legislação, bem como nas orientações sobre determinadas questões de tributação, contabilidade, previdência social, etc.

Atualmente, de acordo com o plano de trabalho do CRC/MS, são realizados os seguintes eventos:

- a) Encontro da Mulher Contabilista;
- b) Encontro Estadual de Contabilidade;
- c) Encontro Estadual de Contabilidade Pública; e
- d) Encontro Estadual de Contabilidade Rural.

Em 2006, foi realizada a primeira Convenção dos Contabilistas do Estado de Mato Grosso do Sul, com a presença ilustre do professor Eliseu Martins. Entretanto, esse evento não prosperou, sendo realizada, em 2008, a segunda e última convenção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Mato Grosso do Sul é um dos mais novos do Brasil, entretanto o seu município mais antigo data do ano de 1850 que, por coincidência, é o mesmo ano do primeiro Código Comercial Brasileiro.

Os arquivos da Junta Comercial indicam que os primeiros negócios registrados no referido órgão datam de 1920 em Campo Grande, significando que, anteriormente a essa data, os negócios não eram registrados nesse órgão.

A história da contabilidade no Mato Grosso do Sul foi construída ao longo do tempo, com o esforço e dedicação de guarda-livros, técnicos em contabilidade, contadores, instituições de ensino técnico e superior e também pelo CRC e entidades representativas e de defesa da categoria.

Os dados apresentados ao longo deste trabalho mostram a contribuição da classe contábil para o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul, tanto na arrecadação de tributos como no auxílio à gestão das organizações.

Observa-se, com base nos dados apresentados, que houve um crescimento no número de profissionais registrados no CRC/MS, a partir da sua implantação, em mais de 400%, entretanto esse crescimento precisa também ser efetivado nos programas de educação continua-

da, principalmente nos eventos realizados pelo CRC/MS e SESCON/MS.

Esse crescimento, no número de profissionais, acompanha o crescimento do Estado, principalmente, conforme demonstrado, no número de empresas que são constituídas anualmente.

Destaca-se que, para a formação profissional atual, foram necessários os trabalhos realizados por diversos guarda-livros e técnicos em contabilidade que ajudaram nos controles financeiros das empresas e auxiliaram no fortalecimento da categoria.

A criação do primeiro curso superior de Ciências Contábeis do Mato Grosso do Sul data de 27 de maio de 1970. Esse curso foi fundado pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso - MT (FUCMAT) - atual Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O Estado de Mato Grosso do Sul possui atualmente 25 Instituições de Ensino Superior que ministram o curso de Ciências Contábeis, sendo que 8 delas estão na categoria de privadas com fins lucrativos, 12 estão na categoria de privadas sem fins lucrativos e 5 são públicas.

Fazem parte desse quadro tanto cursos presenciais quanto os de Ensino à Distância (EaD), inclusive havendo a ocorrência de ambos em algumas instituições. Assim, do total de 25 instituições, 19 possuem cursos presenciais e EaD disponíveis concomitantemente.

A história faz parte do nosso país e do nosso Estado e, por isso, merece aplausos a iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade em promover esse resgate, haja vista que a memória pode se perder e as pessoas que vivenciaram os fatos podem não mais estar aqui para relatar as situações.

No decorrer desta pesquisa, verificou-se muita dificuldade no levantamento dos dados, junto ao CRC/MS, órgãos de classe e governamentais, impossibilitando o conhecimento de determinados fatos e informações. Nesse sentido, as informações aqui relatadas foram coletadas junto ao CRC/MS, SESCON/MS, Sindicato dos Contabilistas da Região da Grande Dourados, Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, estando este trabalho limitado às informações fornecidas por esses órgãos e pelos entrevistados.

Entende-se necessário o prosseguimento desta pesquisa, para que se possam identificar outros fatos como, por exemplo, as escolas técnicas, para que, dessa forma, possa-se escrever com mais propriedade a real história da contabilidade no Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, sugere-se a constituição de uma comissão em cada Estado, com financiamento pelas entidades envolvidas, para que se possa levantar dados e aprofundar a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto do Poder Executivo n. 6.384, datado de 30 de novembro 1876. Organiza as Juntas e Inspectorias Commerciaes e regula o exercicio das respectivas funções. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6384-30-novembro-1876-549726-norma-pe.html>>. Acesso em 2015.

BRASIL. Lei n. 556 de 25 de junho de 1850. Código Comercial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm>. Acesso em: 10/09/2015.

BRASIL. Lei n. 1.083/1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=74650>>. Acesso em: 10/09/2015.

BRASIL. Lei Complementar n. 31, 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm>. Acesso em 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em 2015.

BRASIL, Presidência da República. Lei 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.941/09 de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm>. Acesso em 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei 12.973/14 de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação

da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-Lei n. 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm>. Acesso em 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 10/09/2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Edital CFC n. 1 de 11/05/2015. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC n. 593/95. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MATO GROSSO DO SUL – CRC/MS. Informações fornecidas pelo CRC/MS em 2015 por solicitação dos autores.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MATO GROSSO DO SUL – CRC/MS. Resolução CRC/MS n. 003/86, de 14/01/1986. Disponível em: <www.crc.ms.org.br>. Acesso em 2015.

GARFINKEL, S. L. For the best investigative story on environmental protection or human rights. New York, NY: Columbia University School of Journalism, 1988.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. Introdução a teoria da contabilidade. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <<http://www.jucems.ms.gov.br/>>. Acesso em: 10/12/2015.

LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20/11/2015.

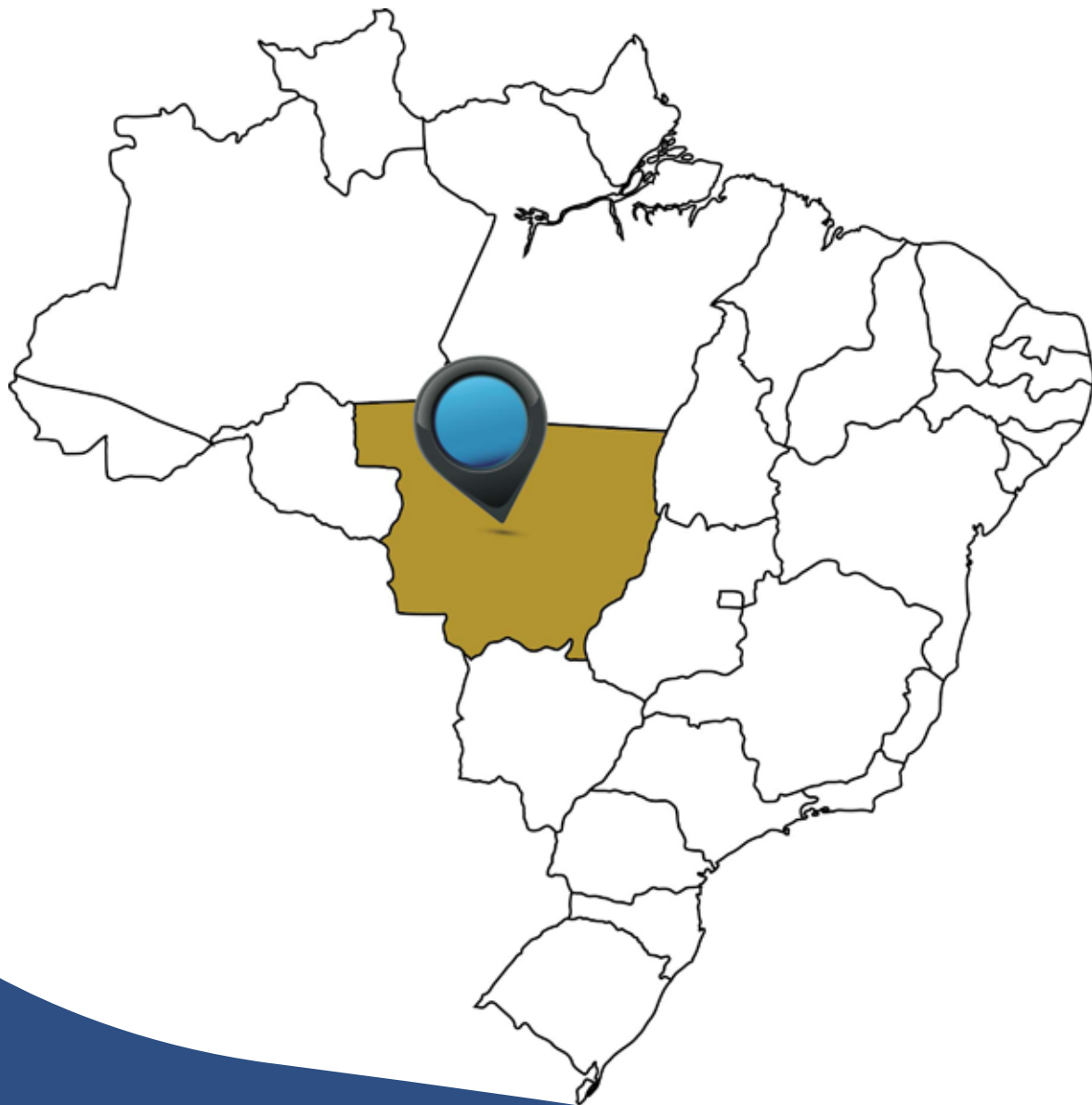
SÁ, A. L. de. História Geral das Doutrinas de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, B. J. da. Contabilidade pública. 4.ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – SESCON/MS. Informações fornecidas pelo Sindicato em 2015 por solicitação dos autores.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DOS CONTABILISTAS AUTÔNOMOS EMPREGADORES DA GRANDE DOURADOS. Informações fornecidas pelo Sindicato em 2015 por solicitação dos autores.

HISTÓRIA DA CONTABILIDADE MATO GROSSO: FRAGMENTOS



Ivan Echeverria
Luiz Gonzaga Warmling

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

1. Introdução	3
2. Primícias	4
2.1. Os profissionais	4
2.2. Os manuscritos	8
2.3. Impressos	15
2.4. Escolas	17
3. As organizações da “Bela Terra Natal”: Mato Grosso	19
3.1. O SINCON	20
3.1.1. O Pecúlio Post Mortem	21
3.2. O CRC-MT	27
3.3. O SESCON	39
3.4. A AMACIC	41
4. Escolas de Contabilidade	47
4.1. Cursos Técnicos	48
4.2. Cursos de Graduação	51
5. (IN)Conclusão	56
Referências	59

1. INTRODUÇÃO

Em toda escrita sobre Mato Grosso, quando se volta às suas origens, não se pode olvidar o nome de Dom Francisco de Aquino Corrêa, o Príncipe dos Poetas Mato-grossenses. Reverenciando a ele e ao Estado, nas divisões deste trabalho, são evidenciadas nas epígrafes versos de uma canção escrita e poética, o Hino de Mato Grosso.

Este trabalho objetiva contribuir para a reflexão do papel da Contabilidade em Mato Grosso, contemplando o estímulo à pesquisa sobre a História da Contabilidade e sua importância como desenvolvimento do Estado, resgatando a memória Contábil e a sua evolução, bem como provocando nos profissionais a reflexão sobre a importância e a valorização da profissão do Contador.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais para o suporte da escrita e ilustração, bem assim pesquisas não estruturadas com profissionais da Contabilidade para a construção desta dissertação.

Na seção 1. Primícias são trazidas parte de histórias de vidas de guarda-livros, os primeiros profissionais da Contabilidade a atuar em Mato Grosso. São apresentadas cópias de materiais da contabilidade manuscrita, contemplando ainda um contrato de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. Insere-se um documento contábil elaborado à máquina de escrever e documentos de Lições de Aulas de Professor de Contabilidade.

Na seção 2. As Organizações da “Bela Terra Natal”: Mato Grosso - são apresentadas as instituições da classe contábil, originárias e atualmente existentes. Os primeiros e atuais Sindicatos, o Conselho Regional de Contabilidade e a Academia Mato-grossense de Ciências Contábeis.

Contempla a seção 3. Escolas de Contabilidade a descrição sobre os Cursos Técnicos em Contabilidade e as atuais Instituições de Ensino Superior existentes em Mato Grosso, com os cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Nas palavras finais é apresentado o Decálogo do Contador Aecim Tocantins.

2. PRIMÍCIAS

Limitando, qual novo colosso,
O Ocidente do imenso Brasil,
Eis aqui, sempre em flor, Mato Grosso,
Nosso berço glorioso e gentil!
Eis a terra das minas faiscantes,
Eldorado como outros não há,
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguá!
Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!
(Hino de Mato Grosso)

A primeira evocação: “Limitando, qual novo colosso, o ocidente do imenso Brasil, eis aqui, sempre em flor, Mato Grosso”, nossa terra onde os trabalhos da contabilidade executados para as empresas e organizações eram feitos já num passado longínquo por profissionais denominados por guarda-livros, muitos dos quais consagrados autodidatas.

2.1. OS PROFISSIONAIS

Dissertemos sobre Severiano Benedito de Almeida, nascido em 20 de abril de 1900, em Nossa Senhora do Livramento, neste Estado, onde concluiu o curso primário, mudando para Cuiabá aos dez anos de idade. Passou a estudar no Seminário Franciscano em Cáceres, retornando a esta cidade em 1918. Admitido como caixeiro na Casa Estrela de Boabaid & Irmão, mas como apresentava bom grau de instrução e cultura, passou a auxiliar nas suas folgas do balcão o guarda-livros, iniciando sua vivência com a contabilidade. (WARMLING, 2015).

Em 1920, Severiano, já dominava escrituração dos livros auxiliares, razão e diário, por isso foi convidado a auxiliar o guarda-livros de uma das maiores e mais importante empresa da época, Empresa Fluvial Corumbaense Limitada. Em 1925 já contava com algumas empresas menores sob sua responsabilidade técnica, porque empregava grande parte de seu tempo lendo e acompanhando a legislação.

Com a regulamentação para o registro dos Guarda-livros pelo Decreto nº 21.033 de 08/02/1932, teve oficializada a profissão, cuja carteira profissional datada de 23/10/1933, sob nº 52, série 7ª, tendo ensejado o seu registro no Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso sob nº 10 em 10/01/1948, momento em que proferiu a seguinte frase, “não me fizera um dos homens mais sábios do mundo, mas tornei-me um cidadão útil à sociedade, dentro das possibilidades”.

Na década de 50 eleito Vereador por Cuiabá, exerceu a Presidência da Câmara de Vereadores no período 1951 à 1953, destacando-se por relevantes projetos apresentados, entre os quais: a “Nova redação ao Regimento Interno”; que “Autoriza a contratação de Peritos junto ao Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá, para fazerem um levantamento da atual situação patrimonial e financeira do Município”; e tantos outros caracterizadores da sua atividade incansável em prol da comunidade cuiabana.

Exerceu o cargo de secretário do “Syndicato de Contadores e Guarda-Livros” em 1939/1940. No ápice da sua atividade profissional, foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, período de Maio/1956 a Dezembro/1958.

Homem extremamente voltado para o social, não amealhou riquezas materiais, mas atendia e ajudava todos que o procuravam, comprometido com os menos favorecidos da sorte, sempre com uma palavra de conforto a esses dirigida, nele imperando fortíssima convicção religiosa. A trajetória de vida de Severiano Benedito de Almeida foi marcada pelo amor a Deus, amor ao trabalho à família e amor ao próximo.

Discorramos sobre Clóvis Sabo de Oliveira, nascido em 28 de setembro de 1909, em Diamantino, MT. Com 11 anos de idade mudou-se para Cuiabá, pois seu genitor havia falecido e precisava ajudar sua mãe e os oito irmãos. Aliás, este depoimento foi prestado por uma de suas filhas, dona Maria de Lourdes Oliveira da Cunha.

Clóvis já havia estudado até o quarto ano do ensino fundamental e frequentado aulas de música, tanto é que tocava flauta muito bem. O seu primeiro emprego foi na Casa Orlando como faxineiro. E ainda, como ele mesmo dizia, “roçava um terreno do outro lado do Córrego da Prainha, batendo o facão”.

Porém, ávido pelo saber, sempre que lhe sobrava um tempinho ficava a observar a escrituração contábil do guarda-livros da firma, e como possuía boa caligrafia, passou a auxiliá-lo. Com as poucas economias que lhe sobravam, começou a sua Biblioteca comprando livros de Escrituração Contábil, Português, Matemática e outros. A sua primeira estante

foi de caixotes de madeira que ele mesmo montou, na República onde morava com os amigos e dividia as despesas de aluguel. Os anos foram passando e o entusiasmo do autodidata aumentava a olhos vistos.

Com a aposentadoria do guarda-livros da Casa Orlando, Clóvis, que à época contava com no máximo dezoito anos, sem ter frequentado escola, assume com muita responsabilidade e categoria o cargo de guarda-livros.

Em seu modesto escritório, porém muito organizado, fazia até de madrugada a escrituração contábil de várias empresas: Agência Chevrolet, de Candia & Cia, Irmãos Affi, Casa Maria Metelo, esta última em Várzea Grande, dentre outras.

Por força do Decreto nº 14.373, de 28/12/1943, recebeu a titulação de guarda-livros, com o direito de assinar balanços, balancetes e outros documentos importantes. Com a instalação do Conselho Regional de Contabilidade, foi concedido a Clovis Sabo de Oliveira o registro nº 1.

Era muito procurado pelos alunos do Curso Técnico de Contabilidade para esclarecimentos práticos da escrituração. O ilustre jornalista Eugenio de Carvalho, que também foi um de seus alunos, escreveu um artigo no jornal com o seguinte título: “O contador sem diploma que foi mestre”.

A Primeira Lei de Regulamentação da nossa categoria profissional proporcionou àqueles pioneiros da contabilidade oportunidade de se regularizarem na profissão e facilitando a muitos a obtenção do diploma de contador.

“Que o valor de imortais bandeirantes, conquistou ao feroz Paiaguá!” Severiano Benedito de Almeida é Patrono da Cadeira nº 18 e Clovis Sabo de Oliveira é Patrono da Cadeira nº 28, da Academia Mato-grossense de Ciências Contábeis (AMACIC).

Justa, portanto, as homenagens que sempre devemos prestar a esses autênticos e inteligentes autodidatas, conhecidos, então, como guarda-livros. Aecim Tocantins declinou os nomes dos seguintes profissionais por se tratar de pessoas com as quais conviveu nos primeiros tempos de minha militância no ramo da contabilidade:

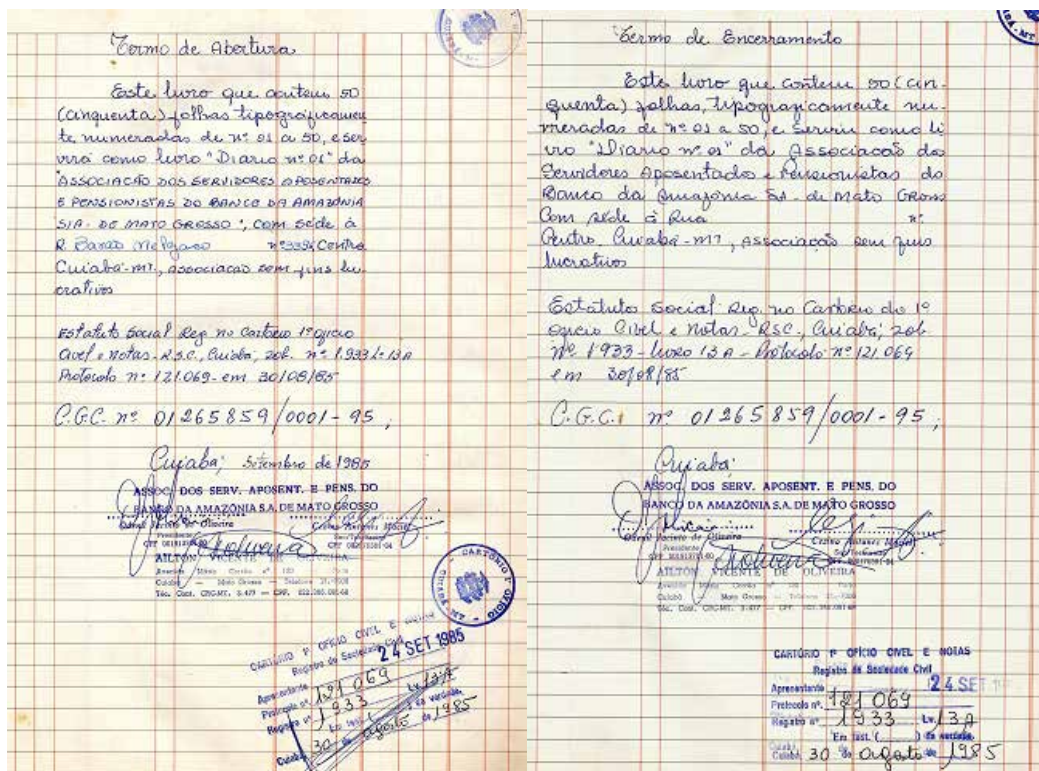
Clóvis Sabo de Oliveira, Severiano Benedito de Almeida, Hildebrando de Mattos, Sylvio de Carvalho, Antônio Gomes Pedroso, Antônio Ribeiro Bastos, Gabriel Lopes Pereira, Manoel Miraglia, Alencastro Maria Alves, Joaquim Rebelo, Silvino Leite de Arruda, Clarice Freire

de Lima, Antônio Pinto de Figueiredo, Augusto Osário de Almeida, Lourival Nunes de Barros, Quintino Tomas da Silva, Henrique Praxedes Honorato Rodrigues, Maria Alzira Alderett Nunes Dias, José Leite de Moraes, Afonso Pinto Duarte, Aída Scarselli, Dídimo da Gama Barros, Auribela Salies Albuquerque, Clóvis Hugueney, Mário Leite Vidal e Manoel Ramos Lino. (ECHEVERRIA, 2006, p. 44).

2.2. OS MANUSCRITOS

O passar dos anos, as vicissitudes ocorridas, especialmente na legislação, nos sinistros ocorridos, nas sucessões empresariais, mudando a escrituração contábil de manuscrita para mecanizada, desta para computadorizada e hoje o Sistema Público de Escrituração Digital, não nos deixaram muitos registros.

Não obstante, a Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas do Banco da Amazônia S.A. de Mato Grosso mantém guardado seu Livro Diário nº 1, do qual se transcreve os Termos de Abertura e Encerramento. Por se tratar de entidade civil seu registro foi efetuado no Cartório 1º Ofício Cível e Notas, sob o nº 1.933, em 30 de agosto de 1985.



Figuras 1 e 2 - Folhas 1 e 50, do Livro Diário nº 1 da Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas do Banco da Amazônia S.A. de Mato Grosso (ASAPBASA)

Fonte: Autoria própria.

Eis a descrição do Livro Diário, para fins da escrituração contábil, como, aliás, demonstrado por Carvalho (1921, p. 122-124) em modelo de livro e lançamentos: na coluna 1: destinada a colocar a correspondente folha da transcrição no Livro Razão; coluna 2: para colocar a partícula “a”, indicativa de a conta da linha horizontal ser a crédito; coluna 3: se destina a descrever a conta debitada ou a conta creditada; coluna 4: local para se colocar o dia do lançamento, quando estiver no corpo da página, pois sempre na primeira linha coloca-se o local e a data; coluna 5: destinada ao registro do valor de lançamento de fatos administrativos em uma só conta; coluna 6: destinada ao somatório parcial de lançamentos nas contas devedoras ou credoras; coluna 7: para registro do valor total do lançamento contábil.

1 2 3 4 5 6 7

1	2	3	4	5	6	7
		Telefone	19			
	a	Desp. d. Rec. m. bobou				
		Telemód				
		q. rec. 525539				1162 90
			24			
		Cad. Poupança				
		BASA				
	a	Diversos				
	a	Rec. d. Movimento				
		BASA				
		Tipical p/poupança			150 000 00	
	a	Rec. Imomc.				
		Di. q. moned		2126 746 26		
		• juiz		56 165 56	2182 911 82	2339 911 82
			24			
		Rec. d. Movimento				
		BASA				
	a	Rec. Contab.				
		Di. recab. dos				
		apoz. pens. 03/92				357 083 59
		cont				

Figura 3 - Folha 110-v, Livro Diário nº2, da ASAPBASA.

Fonte: Autoria própria.

Conforme enunciado acima, pode ser observado na escrituração constante dessa folha do Livro Diário: a escrituração contempla os dias 19 e 24. Não há indicação do nº da folha de transcrição no Livro Razão. O lançamento do dia 19 se refere à Primeira Fórmula, pois há somente uma conta devedora e uma conta credora; o lançamento seguinte, do dia 24,

com uma conta devedora e duas contas credoras se refere à Segunda Fórmula. o segundo lançamento do dia 24 é igual ao do dia 19, portanto, de Primeira Fórmula.

A ocorrência da Terceira Fórmula se tem com duas contas devedoras e uma conta credora, a qual pode ser vista no segundo lançamento do dia 30, na folha seguinte. Não encontramos exemplo de Quarta Fórmula nas peças apresentadas.

Figuras 4 e 5 - Folhas 39 e 39-v, do Livro Diário nº1, da ASAPBASA.

Fonte: Autoria própria

O que se observa na folha nº 39 é a parte de um lançamento iniciado no dia 29, mas tem-se o local e a data na primeira linha da folha; a seguir conclui-se a escrituração dessa data.

Na coluna 4, conforme retro descrito, consta o dia 30, e na sequência tem-se: Débito de Banco conta Movimento a Crédito de Receita efetiva, pelas contribuições dos associados, no valor de Cz\$ 12.242,06 (a unidade monetária da época era o CRUZADO).

O lançamento seguinte consta:

Diversos		
a) Resultado da Correção Monetária do Exercício		
Máquinas e Equipamentos (vr. CM. calc. s/saldo da conta)		7.866,32
Bens Móveis (idem, idem)		973,00 - 8.839,32

A palavra “Diversos” significava a existência de mais de um valor a DÉBITO, cujas contas são descritas abaixo da conta CREDORA.

Sequencialmente temos:

Resultado da Correção Monetária do Exercício		
a Diversos		
a Dep.Acum.Maq.Eqtos (vr. Correc. Dep. Exercício)	668,68	
a Dep.Acum.Bens (vr. Correc. Dep. Exercício)	82,70	- 751,38

Observa-se a existência de mais de um valor a CRÉDITO, como se descreveu.

Quarta, 30 de dezembro de 1987
cont.

a Mat. Experiência	
contad	9.181,50
a. Serviços e telegramas	
contad	1.639,00
a. Materiais e Op. de	
contad	100,00
a. Subsídios	
contad	933,00
a. Dep. Financeiros	
contad	2.79
	<u>37.749,52</u>

Balanco Patrimonial

Recursos

Mont. das associações	94.782,62
Mont. das reservas estatutárias	58.295,28
Reserva Recorrida	153.977,90

Operações

Dep. a receber	5.003,68
Patrimônio líquido 1986	25.757,89
Total geral	<u>183.839,47</u>

Ativo Operacionais

- Caixa (disponível)	13.126,03
- Material Operacional	26,40
- Imposto Sindical	197,03
- Impostos	11.928,60
- Mat. Experiência	9.181,50
- Serviços e telegramas	1.639,00
- Materiais e Op. de	100,00
- Contas a pagar	238,00
- Dep. Financeiros	2,79

Quarta, 30 de dezembro de 1987
cont.

Total Dep. Oper.		36.488,55
Investimentos		
- Em aplicação (BASA)		114.000,00
- Em bens móveis		1.442,20
- Em Dep. e Equip. de		14.186,00
Total Investimentos		<u>129.618,20</u>
Disponibilidade		
Ativos (CR.FI)		1.544,99
Res. de movimento		
BASA - Saldo 31.12.87		16.182,73
Total disponibilidade		<u>17.727,72</u>
Total geral		<u>183.839,47</u>

Balanco Patrimonial

CIRCULANTE

Disponibilidade		
Res. de movimento		
(BASA)		16.182,73
Saldo a pagar autopago	114.000,00	
Investimentos		
Imposto Fz. de Ret. de	4.546,99	115.844,99

PERMANENTE

Imobilizado		
- Mat. Equip. de	89.049,38	
- Dep. acumul.	(1.387,83)	80.954,49
- Bens móveis	9.415,80	
- Dep. acumul.	(818,52)	2.196,67
TOTAL DO ATIVO		<u>154.178,29</u>

Quarta, 30 de dezembro de 1987
cont.

PASSIVO

CIRCULANTE

Dep. a receber		5.003,68
----------------	--	----------

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo anterior	25.757,89	
do exercício	153.417,32	149.175,91
TOTAL DO PASSIVO		<u>154.178,29</u>

Atestamos a exatidão do presente balanço financeiro patrimonial da Associação Sindical dos Assistentes Sociais e Pensionistas do ASABA-MT.

Alton Vicente de Oliveira
ALTON VICENTE DE OLIVEIRA
Associação Sindical dos Assistentes Sociais e Pensionistas do ASABA-MT
CNPJ nº 08.111.111-11 - Fone: (67) 333.3333
Rua: ... nº ... - Bairro: ... - CEP: ...

Figuras 6, 7 e 8 - Folhas 40, 40-v e 41 do Livro Diário nº1, da ASPBASA.

Fonte: Autoria própria

Nessas três páginas anteriores são encontrados o Balanço Financeiro, a Demonstração das Despesas Operacionais, Investimentos e Disponibilidades, bem assim o Balanço Patrimonial, dividido em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, relativos ao exercício de 1987.

Outro trabalho a cargo dos Profissionais da Contabilidade era a elaboração do “rascunho” dos contratos das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada, sancionada pelo decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a qual se trata de sociedade com seus sócios tendo responsabilidade limitada à parte de seu capital colocado na empresa (D’ÀURIA, 1956, p. 243).

Por que rascunho? Rascunho porque, feitas todas as reuniões, considerados toda a documentação individual dos quotistas, atribuídos os valores do capital de cada um e, em casos especiais, indicação da outorga marital para a mulher casada poder comerciar.

Pronto o rascunho, era encaminhado ao Cartório para a elaboração da Escritura Pública. As alterações subsequentes, também, eram feitas por Escritura Pública.

105 20-04-80

Escritura da 1ª (Primeira) alteração de Contrato de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, sob a razão Social de, Arruda, Junqueira & Cia Ltda, com a modificação de cláusulas e condições, conforme adianta se declara.

Saibam quantos esta pública escritura vierem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e oitenta, aos vinte e dois dias do mês de abril, nesta cidade de Guialba, Capital do Estado de Mato Grosso em meu Cartório, por mim sus atribuído esta, perante mim compareceram partes justas e entre si contratadas, outorgantes e reciprocamente outorgados, a saber: Sr. Antonio Mascarenhas Junqueira, brasileiro casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Guialba, Mato Grosso, Rua do Pedro Celestino nº 360 - Centro - portador da Cédula de Identidade Civil, Registro Geral nº 189.715, expedida pela Secretária de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e CPF nº 169.676.211-20. Sebastião Palma de Arruda, brasileiro casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade de Guialba, Mato Grosso, à travessa D.ª Elvira Ferreira da Silva, nº 20 - Centro - portador da Cédula de Identidade Civil, Registro Geral nº 0.48.145, expedida pela Secretária

Figura 9 - Escritura de Alteração de Contrato de Sociedade.

Fonte: Autor.

Depois das assinaturas no livro próprio era providenciada cópia para os proprietários da Empresa.

Nesse tempo ainda não existia a Junta Comercial do Estado, onde são feitos os atuais registros das sociedades empresárias.

Dr. Elon Carvalho
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL

10

de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e CPF nº 162.659.341-72. João Baptista de Arruda, brasileiro, casado, fiscoarista, residente e domiciliado nesta cidade de Cuiabá, Mato Grosso, à rua 13 de junho nº 941. Centro - portador da Cédula de Identidade Civil, Registro Geral nº 937, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e CPF nº 934830881-72, e nº 3. Myrtes Dimas Palma de Arruda, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada nesta cidade de Cuiabá, Mato Grosso, à rua Barão de Melgarejo nº 2108 - Centro - portadora da Cédula de Identidade Civil, Registro Geral nº 210.211, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e CPF nº 000.529.651-04, devidamente autorizada a comerciar, por seu marido, Ornelio Palma de Arruda, conforme escritura datada de 19 de maio de 1956, lavrada às fls. 111vº do livro nº 170-A, deste Cartório, os presentes, reconhecidos, pelos próprios, por mim tabelião e pelas testemunhas adiante nomeadas e assinadas as quais também conheço, do que dou fé. E, perante estas testemunhas, pelos referidos contratantes, na qualidade de únicas sócias componentes da Empresa que atua sob a razão social de "Arruda, Junqueira & Cia Ltda", com personalidade jurídica conforme faz fé a escritura de formação de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Figura 10 - Escritura de Alteração de Contrato de Sociedade.

Fonte: Autor.

Observe-se nessa figura 11, no lado superior direito a existência de um carimbo com os dizeres:

Dr. Elon Carvalho

Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

Na última página do contrato há o fechamento da escritura pública, a qual é lida aos interessados na presença de duas testemunhas, sendo o documento assinado por todos e pelo Oficial de Registro.

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS PESSOA FÍSICA

Nome: **IVAN SCHEVERRIA**

Rua: **Campos Sales**

Cidade: **POCOENE** - Estado: **MT**

CPF: **009021201**

Profissão: **Secretaria de Segurança Pública - Povoado - MT**

Endereço: **Rua Barão de Povoado, nº 69**

CD	DESCR. DO RENDIMENTO	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO
1	JUNDO	4,00	4,00
2	VENCIMENTOS	10.762,00	9.077,00
RENDIMENTO BRUTO		10.766,00	9.083,00
DEDUÇÕES			
1	Imposto de Renda		28,00
2	Imposto de Renda na Fonte		94,00
3	Imposto Liquidado sobre Dividendos		66,00
RENTA LÍQUIDA			8.979,00

RESUMO DAS CÉDULAS

CD	DESCR. DO RENDIMENTO	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO
1	JUNDO	4,00	4,00
2	VENCIMENTOS	10.762,00	9.077,00
RENTA BRUTA		10.766,00	9.083,00
DEDUÇÕES			
1	Imposto de Renda		28,00
2	Imposto de Renda na Fonte		94,00
3	Imposto Liquidado sobre Dividendos		66,00
RENTA LÍQUIDA			8.979,00

RESUMO DAS CÉDULAS A, B, C, D, E, F, G, H

CD	DESCR. DO RENDIMENTO	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO
B	JUNDO	4,00	4,00
C	VENCIMENTOS	10.762,00	9.077,00
RENTA BRUTA		10.766,00	9.083,00
DEDUÇÕES			
1	Imposto de Renda		28,00
2	Imposto de Renda na Fonte		94,00
3	Imposto Liquidado sobre Dividendos		66,00
RENTA LÍQUIDA			8.979,00

DEDUÇÕES CEBULARES - Despesas necessárias à percepção de rendimento

CÉDULAS	A	B	C	D	H
1			1.122,98		
2			15,70		
3			303,00		
4			42,00		
5					
6					
7					
8			120,00		
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					
55					
56					
57					
58					
59					
60					
61					
62					
63					
64					
65					
66					
67					
68					
69					
70					
71					
72					
73					
74					
75					
76					
77					
78					
79					
80					
81					
82					
83					
84					
85					
86					
87					
88					
89					
90					
91					
92					
93					
94					
95					
96					
97					
98					
99					
100					
TOTAIS			1.681,68		

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS PESSOA FÍSICA - Dependentes

Nome dos dependentes: **Catarina Lúcia Marques Scheverria**

Relação de dependência: **esposa**

Data do nascimento: **30.1.1949**

Residência do declarante: **Rua Barão de Povoado, nº 66**

CÉDULA	DESCR. DO RENDIMENTO	VALOR BRUTO	VALOR LÍQUIDO
B	JUNDO	4,59	4,59
C	VENCIMENTOS	10.762,04	94,57
RENTA BRUTA		10.766,63	99,16
DEDUÇÕES			
1	Imposto de Renda		28,00
2	Imposto de Renda na Fonte		94,00
3	Imposto Liquidado sobre Dividendos		66,00
RENTA LÍQUIDA			8.979,16

DECLARAÇÃO DE BENS

DESCRIÇÃO DO BEM	SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR (R\$)	DO ANO PASSADO (R\$)
Saldo no Banco de Brasil S.A. - Povoado MT.	103,60	56,76
Saldo no Banco Financeiro de Mato Grosso S.A. - Povoado MT	0,62	78,42
Saldo no Banco Financeiro de Mato Grosso S.A. - Ouratub MT		2,00
Saldo em diversas (casal)	1.500,00	1.500,00
Parte de terras herdada por herança, em 1964, em nome de minha esposa, na Fazenda Santa Catarina, neste município, conforme Formal de Partilha registrado no livro nº 3-A, fls. 111, sob nº 9.235, no total de 472 ha.	4.730,00	4.730,00
Um lote de terreno situado à rua 13 de Junho, nesta cidade, com 10 metros de frente, havido por doação de Oscar Hilde da Costa Marques, em 1969, conforme escritura pública de doação lavrada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca		1.000,00
Um lote de terreno situado no município de Goiás, neste Estado, sob o nº 8, na Zona Urbana de Colônia Itaipava com a área de 675 m², havido por título definitivo de propriedade expedido pela Comissão de Planejamento da Produção em Goiás, em 02.12.65, registrado em 17.3.66, em Goiás-MT., sob nº 13.434, no liv. 3-A, e qual não foi declarado nos anos anteriores devido à falta de documentação	200,00	200,00
TOTAIS	6.534,22	7.567,18
DÍVIDAS E ÔNUS REAIS exigidos dos dependentes		
Requisição no Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco de Brasil (pela assinatura de abertura de crédito com Garantia Hipotecária para construção de imóvel residencial, pelo valor de crédito de R\$ 29.308,50, em 15 anos de prazo, lavrada em 23.12.69, no GIJ Igual)		772,00
Requisição no Banco Financeiro de Mato Grosso S.A., sob nº em Povoado MT.	1.000,00	2.500,00
TOTAIS	1.000,00	3.272,00

Figuras 12, 13, 14 e 15 - Declaração de Rendimentos - Pessoa Física.

Fonte: Autor.

2.4. ESCOLAS

Há pouco mais de um século, no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques, pela Lei nº 682, de 23 de julho de 1914, nascia em Cuiabá uma Escola Superior de Comércio. O governador Mario Corrêa da Costa, autorizava pela Lei Orçamentária nº 948, de 28 de junho de 1926 a auxiliar com 20:000\$000 a fundação de um curso comercial nesta Capital, cabendo ao Estado o direito a 15 (quinze) matrículas; pela Lei nº 1.024, de 26 de setembro de 1929, autorizou o Executivo a oficializar o Curso Comercial “Antonio Corrêa da Costa”, a elaborar Regulamento, fazer as nomeações necessárias, mediante crédito orçamentário de 20:000\$000, mas somente foi regulamentado por intermédio do Decreto nº 895, de 14 de janeiro de 1930. Esse curso tinha como eu fundador e diretor o Contador Antonio Fernandes de Souza, o qual foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e teve assento na Cadeira nº 8 da Academia Mato-grossense de Letras. (MENDONÇA, 1977, p. 26; IHGMT, 2010, p. 11-12; AML, 2011, p 54).

Nos termos do Decreto nº 113, de 29 de dezembro de 1937, o Interventor do estado de Mato Grosso, Júlio Strübing Müller, criou um “Curso de Guarda-Livros”, sendo seu funcionamento até 1944 junto ao Colégio Estadual, de duração efêmera, por ter sido desligado no ano seguinte, quando passou para a denominação de Escola Técnica de Comércio por força do Decreto-lei nº 694, de 28 de setembro de 1945. Esse curso passou a formar em 3 (três) anos o Técnico em Contabilidade. (DORILEO, 2011, p. 3).

Aecim Tocantins nos dá o seguinte depoimento:

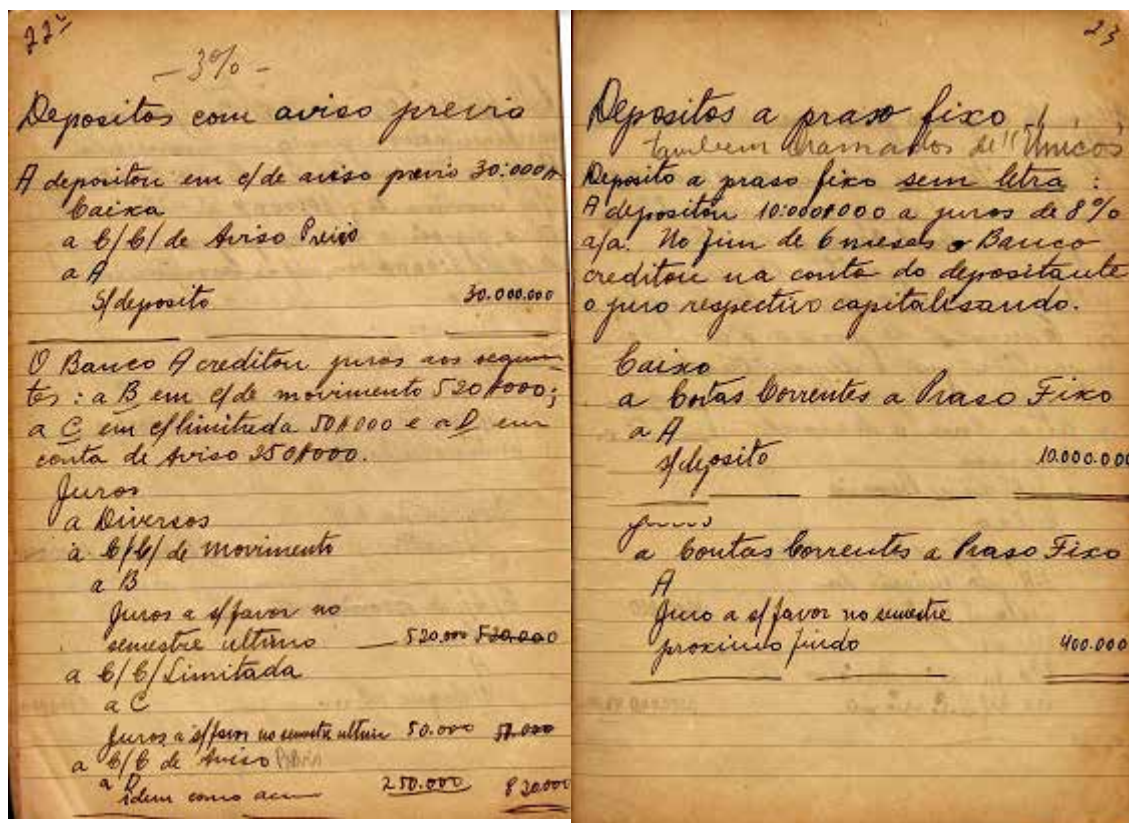
Nomeado para a cadeira de Contabilidade Industrial e Agrícola, exercia, cumulativamente, a de professor da cadeira de Contabilidade Bancária, sem, entretanto, receber qualquer remuneração pelo desempenho nesta segunda disciplina.

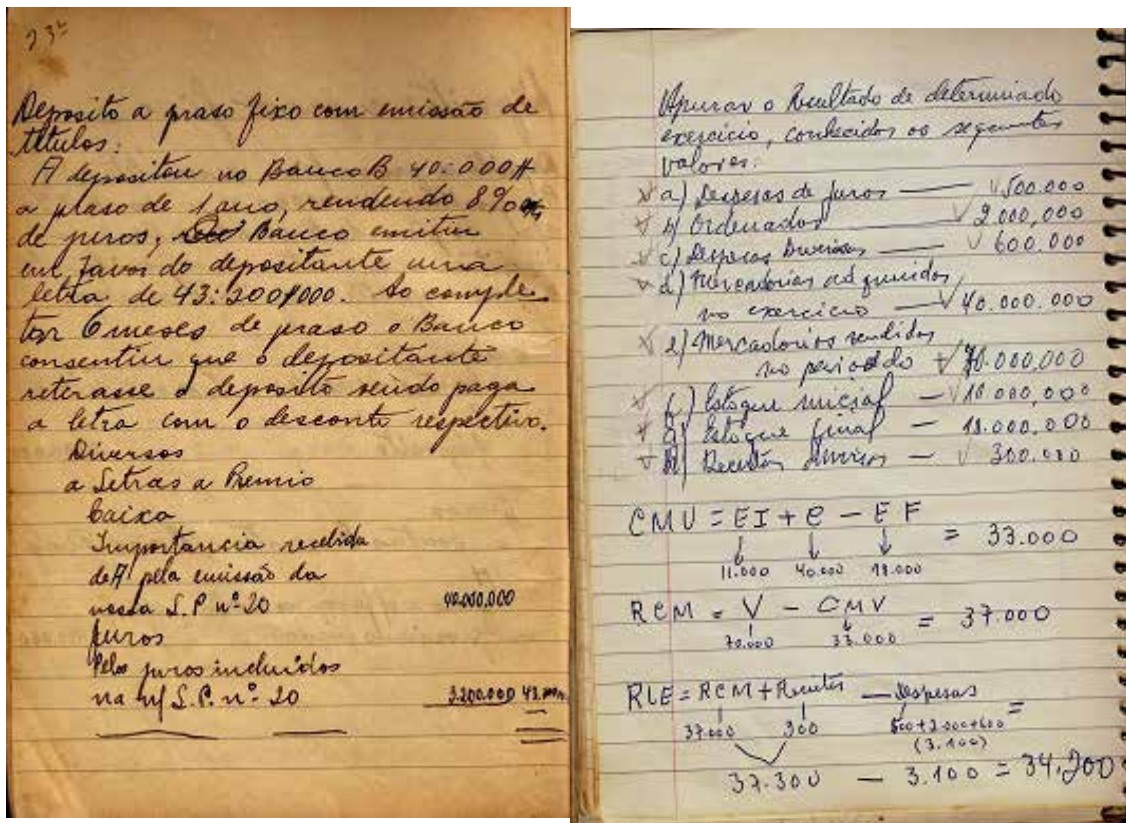
Desde logo me entusiasmei pelo magistério, que passou a ser grande enlevo e marco relevante em minha vida, no exercício do qual procurei aprimorar os meus conhecimentos profissionais, através de constantes estudos e pesquisas. (ECHEVERRIA, 2006, p. 115).



Foto 1 - Prédio onde funcionava a Escola Técnica de Comércio de Cuiabá, no qual o Contador Aecim Tocantins iniciou sua atuação no Magistério.

Acervo: Autor





Figuras 18 e 19 - Lições de Aulas.

Fonte: Autor.

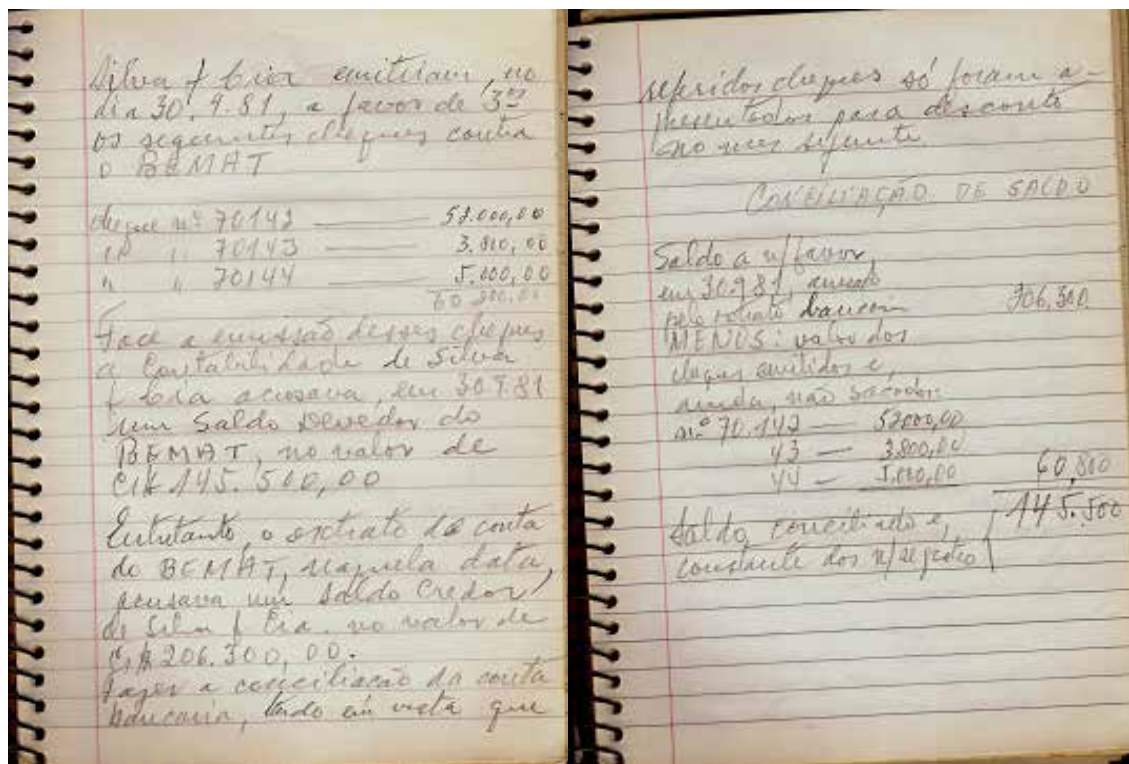


Figura 20 e 21 - Lições de Aulas.

Fonte: Autor.

As figuras nº 16, 17 e 18 se referem a lições de aulas sobre Contabilidade Bancária com os enunciados e os respectivos lançamentos.

Consta da figura nº 19 um exercício para ser resolvido com as fórmulas:

a) $CMV = EI + CO - EF$, sendo o Custo das Mercadorias Vendidas IGUAL ao Estoque Inicial MAIS Compras MENOS O Estoque Final;

b) $RCM = V - CMV$, sendo o Resultado com Mercadorias IGUAL às Vendas MENOS o Custo das Mercadorias Vendidas;

c) $RLE = RCM + RECEITAS - DESPESAS$, sendo o Resultado Líquido do Exercício IGUAL ao Resultado com Mercadorias MAIS as Receitas MENOS as Despesas.

As figuras 20 e 21 apresentam um exercício de Conciliação da Conta Bancária.

3. AS ORGANIZAÇÕES DA “BELA TERRA NATAL”: MATO GROSSO

Terra noiva do Sol, linda terra
A quem lá, do teu céu todo azul,
Beija, ardente, o astro louro na serra,
E abençoa o Cruzeiro do Sul!

No teu verde planalto escampado,
E nos teus pantanais como o mar,
Vive, solto, aos milhões, o teu gado,
Em mimosas pastagens sem par!

Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

(Hino de Mato Grosso)

3.1. O SINCON

Nesta “terra noiva do Sol, linda terra”, é encontrada a primeira organização de profissionais da Contabilidade na data de 16 de setembro de 1937, sob a denominação de SYNDICATO DOS CONTADORES E GUARDA-LIVROS DE CUIABÁ, tendo os seguintes fins: a) defender os direitos e interesses profissionais dos associados e da classe; b) colaborar, com o Estado, no estudo e solução dos problemas que diretamente ou indiretamente se relacionarem com os interesses da profissão; c) representar seus interesses, os de seus associados e os da profissão dos mesmos, assisti-los em todos os casos previstos nas leis vigentes, pres-

tando-lhes, quando necessário, assistência judiciária; d) celebrar convenções coletivas de trabalho e colaborar nas comissões de conciliação e tribunais de trabalho; e) adotar medidas de utilidade e beneficência para os seus associados, de acordo com os regulamentos que forem elaborados. Era presidente Manoel Pereira Cuiabano e Secretária Clarice Freire de Lima, com os membros do Conselho Fiscal: Acyndino Pinto Brasil, Deogracias Molina e Alencastro Maria Alves.

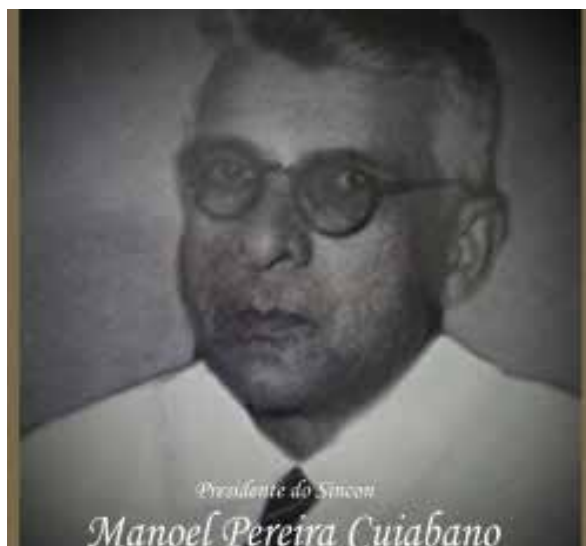


Foto 2 - Primeiro Presidente - 1937-1939

Fonte: SINCON

Com a evolução das leis, na “terra de amor, terra de ouro”, em Assembleia Geral dos sindicalizados em 08 de fevereiro de 1941, foi aprovada a alteração da titularidade para SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE CUIABÁ, adotando-se a sigla SINCON.

Sem intencionalidade “Chova o céu” foi real e as mudanças de endereço também contribuíram para a perda de documentos importantes do Sindicato, deixando lacunas irreparáveis e irrecuperáveis.

3.1.1. O PECÚLIO POST MORTEM

Classifica-se “dos teus dons o tesouro” na grande criatividade de um grupo de contabilistas: o Pecúlio Post Mortem, a seguir especificado “ipsis litteris”.



Figura 23 - Capa do Regulamento.

Fonte: Autor.

***REGULAMENTO DO FUNDO DE PECULIO "POST MORTEM",
INSTITUÍDO PELO SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE CUIABÁ***

CAPÍTULO I – Da Constituição e Finalidades do Fundo de Pecúlio "Post Mortem"

Art. 1. – O Fundo de Pecúlio "Post Mortem", instituído pela Assembleia Geral do Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá realizada no dia 15/3/53, fica subordinado, quanto a sua natureza, constituição e distribuição, às regras estabelecidas no presente regulamento.

Art. 2. – O Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá, concederá um auxílio sob a forma de Pecúlio "Post Mortem", ao beneficiário indicado pelo associado – contribuinte – e na forma prescrita por este regulamento.

Art. 3. – A importância do Pecúlio, corresponderá a 90% (noventa por cento) do valor das cotas arrecadadas para cada auxílio.

Parágrafo único – Os 10% (dez por cento) restantes se destinarão à constituição de um "FUNDO DE BENEFICIÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO", a ser aplicado na forma da regulamentação especial, a ser oportunamente estabelecida.

Art. 4. – As importâncias destinadas à constituição do Fundo de Pecúlio "Post Mortem" e do "Fundo de Beneficência e Administração" serão depositados obrigatoriamente em contas especiais e distintas no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou em outro estabelecimento bancário.

CAPÍTULO II – Dos Recursos do Fundo de Pecúlio “Post Mortem” e de “Beneficência e Administração”

Art. 5. – O Fundo de Pecúlio “Post Mortem” se constituirá de 90% (noventa por cento) da cota de R\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), por associado, para inicialmente no ato da sua inscrição e de cada vez que se verificar o falecimento de um sócio contribuinte.

Art. 6. – O Fundo de “Beneficência e Administração” se constituirá do seguinte:

- a) 10% (dez por cento) do valor das cotas de R\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) referidas no artigo 5;
- b) donativos em dinheiro feitos ao Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá, com declaração expressa de se destinarem ao fim especificado neste artigo;
- c) resultado líquido de festivais promovido em benefício deste fundo;
- d) juros de Fundos disponíveis referidos neste regulamento, depositados no Banco do Brasil S.A., na Caixa Econômica Federal ou noutro estabelecimento bancário;
- e) dos pecúlios extintos, a que se refere o parágrafo único do artigo 12.

Art. 7. – O Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá manterá títulos próprios em sua escrita para a contabilização dos depósitos bancários, retiradas e pagamento de sinistros, a fim de que a Diretoria conheça a qualquer momento o saldo disponível.

CAPÍTULO III – Da Inscrição dos Associados e dos Beneficiários

Art. 8. - Podem fazer parte do Fundo de Pecúlio “Post Mortem” os contabilistas pertencentes ao quadro social do Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá, devidamente registrados no CRC-MT (Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso).

§ 1. – A inscrição posterior dos contabilistas que, atualmente, satisfaçam as condições deste artigo só será permitida se efetuar o pagamento das cotas correspondentes ao total dos sinistros verificados.

§ 2. – Os futuros contabilistas que não se inscreverem dentro de 2 anos, após a conclusão do seu curso, quando o fizerem, deverão pagar o número de cotas correspondentes aos sinistros verificados a partir daquele período; e não serão admitidos se contarem mais de 45 anos de idade.

§ 3. – O produto da arrecadação destas cotas será depositada na conta a que se refere o artigo 6.

Art. 9. – A inscrição dos beneficiários obedecerá à seguinte ordem: 1. – Cônjuge; 2. – Filhos legítimos.

§ 1. – Na falta dos *beneficiários acima mencionados, o associado poderá inscrever qualquer outra pessoa; caso em que lhe é facultado substituir o beneficiário quando lhe convier.*

§ 2. – É facultado ao associado inscrever apenas um dos beneficiários compreendidos no item 2.

§ 3. – Se no ato do falecimento do associado contribuinte, também não existir o beneficiário inscrito, a Diretoria do Sindicato disporá como lhe convier o Pecúlio que ao beneficiário caberia tendo sempre em vista as finalidades deste Regulamento.

CAPÍTULO IV – Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 10. – São deveres dos sócios contribuintes do pecúlio:

- a) efetuar o pagamento da cota de R\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) no ato de sua inscrição;*
- b) renovar este pagamento dentro de 30 dias no máximo, após a verificação de cada sinistro e ocorrendo mais de um sinistro por mês, esse prazo será de 15 (quinze) dias;*
- c) preencher a sua proposta de inscrição declarando o seu beneficiário na forma deste Regulamento, e quando lhe convier fazer as declarações quanto ao beneficiário;*
- d) cooperar para o desenvolvimento e eficiência desta modalidade de auxílio;*
- e) sujeitar-se às disposições do presente regulamento.*

Parágrafo único – Perderão direito ao benefício previsto no presente regulamento os contribuintes que deixarem de cumprir as exigências constantes das letras “a” e “b” deste artigo.

Art. 11. – *para pagamento do Pecúlio ao beneficiário inscrito a Diretoria do Sindicato exigirá o seguinte:*

- a) prova de quitação da sua mensalidade a favor do Sindicato;*
- b) prova de pagamento das cotas a que se referem as alíneas “a” e “b” do artigo 10;*
- c) Certidão de Óbito do sócio contribuinte do pecúlio.*

Parágrafo único – Não será permitida a interferência de procurador.

Art. 12. – *Se no prazo de trinta (30) dias após o falecimento de um sócio contribuinte do pecúlio, não se apresentar o respectivo beneficiário o Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá fará publicar edital por 3 vezes no órgão oficial do Estado, dando prazo de noventa (90) dias para sua apresentação.*

Parágrafo único – Não se apresentando o beneficiário no prazo estabelecido no edital, o pecúlio será considerado extinto e o seu valor será revertido a favor do Fundo de “Beneficência e Administração”.

Art. 13. – Verificando-se mais de um sinistro dentro de um mês, os beneficiários serão atendidos na ordem de falecimento dos associados e num intervalo máximo de vinte (20) dias.

CAPÍTULO V – Disposições Finais

Art. 14. – Para escrituração e controle do Pecúlio, a Tesouraria do Sindicato manterá obrigatoriamente escriturados em dia o seguinte:

- a) Livro de inscrição de sócios contribuintes do pecúlio;*
- b) Fichário das propostas em ordem alfabética;*
- c) Livro de controle dos pagamentos das cotas.*

Art. 15. – O produto deste Pecúlio não será objeto de inventário e nem de litígio judiciário, sendo a Assembleia Geral dos sócios contribuintes do pecúlio a entidade competente para resolver qualquer dúvida a respeito.

Art. 16. – No caso de dissolução e extinção do Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá, o montante do Fundo de Pecúlio Post Mortem e do Fundo de Beneficência e Administração reverterá em benefício dos sócios contribuintes doo pecúlio sobreviventes, respeitando-se os direitos adquiridos até antes da liquidação final.

Art. 17. – A movimentação das contas bancárias será feita pelo Tesoureiro do Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá e com o visto do Presidente do mesmo Sindicato, observadas as disposições deste Regulamento.

Art. 18. – Compete à Diretoria do Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá cumprir e fazer cumprir fielmente as disposições do presente regulamento.

Art. 19. – A Assembleia Geral dos sócios contribuintes do pecúlio será obrigatoriamente convocada, mediante edital publicado, três vezes no mínimo, no órgão oficial do Estado, por deliberação da Diretoria do Sindicato ou a requerimento de 10 (dez) sócios contribuintes do pecúlio, pelo menos.

Parágrafo único – A Assembleia Geral estará devidamente constituída:

- a) Em 1ª convocação com a presença de dois terços de sócios contribuintes do pecúlio, no mínimo;*
- b) Em 2ª convocação com a presença de pelo menos metade de sócios contribuintes do pecúlio;*
- c) Em 3ª convocação, sete dias após a segunda, com a presença de no mínimo 10 (dez) sócios contribuintes do pecúlio.*

Art. 20. – O presente regulamento só poderá ser alterado pela deliberação de, pelo menos, dois terços de sócios contribuintes do pecúlio.

Art. 21. – Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Assembleia Geral dos sócios contribuintes do Pecúlio.

Cuiabá, 15, de março de 1953.

(aa) – Pêrsio Luiz Esteves
José Antonio Vilanova
Clovis Sabo de Oliveira
Elizabeth Kohlhase
Acindino Brasil
Severiano de Almeida
Hidebrando de Matos
Dirce Nunes de Oliveira
Eucaris Conceição de Paula
Aziz José Mubarack
Julio Santana Rosa
Eudócio Vicente Paes
Antonio de Moraes Botelho
Antiocho do Couto Filho
Sylvio de Carvalho
Alair de Almeida
Alencastro Maria Alves
Aecim Tocantins
Pêrsio Luiz Esteves
Presidente

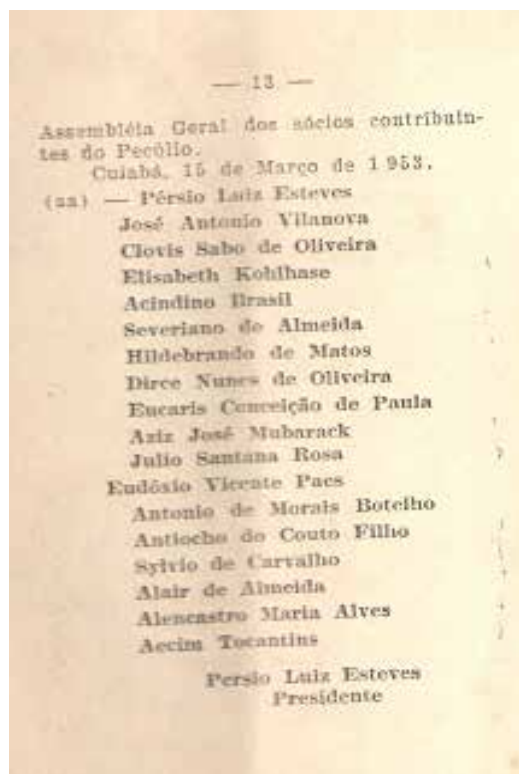


Figura 24 - Última página do Regulamento.

Fonte: Autor.

Não se tem notícia de quanto tempo esse pecúlio esteve ativo, mas por informações extraoficiais houve vários pagamentos para beneficiários de profissionais falecidos. Não foram encontrados documentos e tampouco a escrituração contábil a respeito.

Mediante alteração estatutária de 23 de dezembro de 1998, há a nova denominação: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE EM MATO GROSSO – SINCON.

O Sindicato dos Profissionais de Contabilidade de Mato Grosso - SINCON-MT representa Contadores e Técnicos em Contabilidade perante autoridades administrativas e judiciárias em todo Mato Grosso. Defende os direitos e interesses gerais da categoria, bem como os interesses individuais de seus associados, podendo, inclusive, propor ações judiciais em qualquer instância ou tribunal, bem como impetrar Mandados de Segurança para a defesa dos interesses e direitos da classe contábil.

O Sindicato está situado na antiga sede do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso, sendo a sede alugada do próprio.



Foto 3 - Sede do SINCON.

Fonte: www.google.com.br/imagens/sincon.

No segmento de convênios, atualmente, encontram-se empresas de turismo, educação superior, informática, hotelaria e outras, quais sejam: Amo Turismo, Datainfo Sistemas, Tonon, Faipe, Mastermaq Softwares, Instituto Crepaldi, Tron, Safaweb Segurança da Informação, Rede de Hotéis Mato Grosso, Academia Adrenalina Fitness.

A realização de cursos para os sindicalizados é uma constante, resalte-se: Imposto de Renda 2016, Matemática Financeira com HP 12C, Departamento de Pessoal, Sped ECF - Escrituração Contábil Fiscal, Líderes Contábeis em Tempos de Crise, Fluxo de Caixa, dentre outros.

O atual Presidente do Sindicato dos Profissionais da Contabilidade de Mato Grosso (SINCON) é o Contador Deosdete Gonçalves da Silva.

3.2. O CRC-MT

“A opulência em teus virgens sertões!” A grande riqueza para a classe contábil mato-grossense foi a instalação do Conselho Regional de Contabilidade. Os trabalhos iniciais se deram em 11 de setembro de 1947.

Nos seus primeiros passos o Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso recebeu o apoio do Sindicato dos Contabilistas de Cuiabá, o qual deve ser evidenciado, haja vista ter sido em sua antiga Sede alugada na Rua Galdino Pimentel nº 16, nesta cidade, a posse dos primeiros Profissionais da Contabilidade no CRCMT.

Dessa data e até 27 de novembro de 1947, quando foi realizada a posse solene dos Conselheiros houve os preparativos para o início das atividades.

O Secretário do SINCON, Contabilista Severiano Benedito de Almeida foi quem deu a posse ao primeiro presidente, Contador Aecim Tocantins.

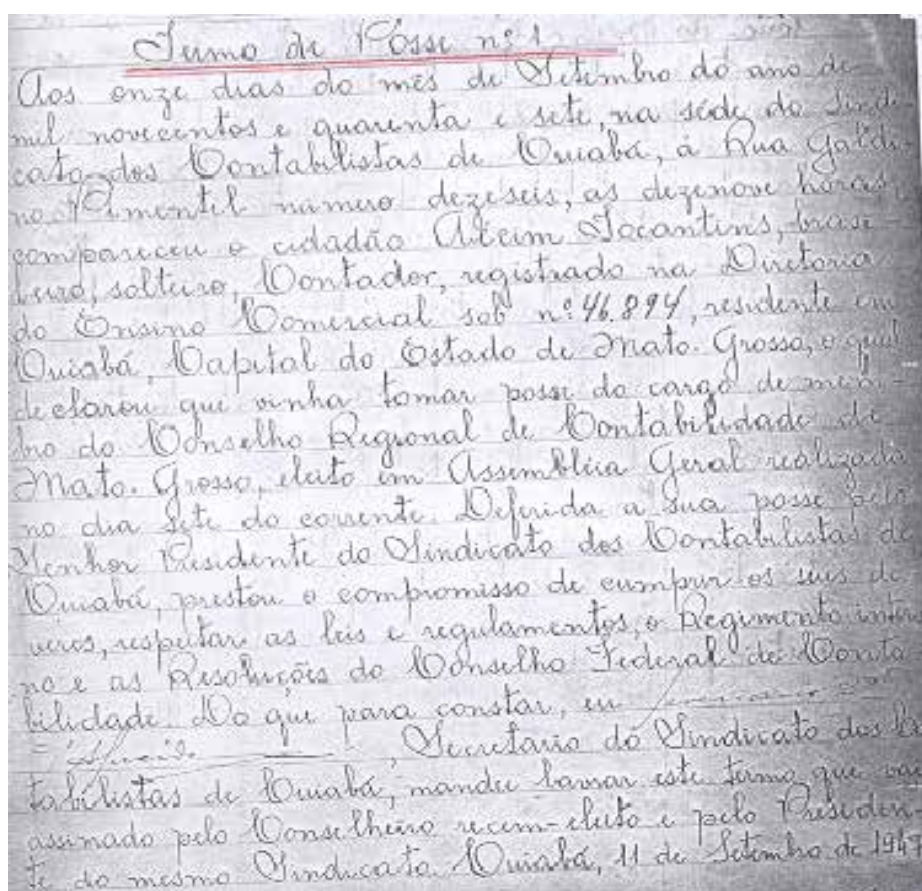


figura 25 - Termo de Posse nº 1, no CRC-MT.

Fonte: Autor.

Eis a seguir, a íntegra do discurso de posse do primeiro Presidente do CRCMT, Contador Aecim Tocantins. (ECHEVERRIA, 2006, p. 210-212).

Em cumprimento às determinações do cargo que ocupo nesta Casa, vejo-me compelido a empanar o brilho desta reunião, a fim de dirigir-vos breves palavras, desataviadas e descoloridas, mas, que a vossa generosidade e grande tolerância saberão perdoá-las.

Ireis ouvir não uma oração literária, condigna ao esplendor desta sessão, mas sim, uma oração singela e despretensiosa.

Honra-nos, sobremodo, a presença das Exas. Autoridades Federais e Estaduais, que vêm dessa forma gentil, atenciosa, prestigiar o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso, que ora se instala.

Permiti-nos, portanto, prezados ouvintes, que nos dirijamos as Exas. Autoridades, aqui presentes, para manifestar-lhes as expressões sinceras de nosso cordial agradecimento.

E, a todos vós, que nos distinguis com o vosso comparecimento, somos, também, reconhecidos.

Meus Senhores:

Distinguido com a escolha do meu nome para presidente deste Conselho, cuja honra, devo, apenas, à bondade inexcusável dos meus ilustres pares do que às qualidades meritórias que não possuo, desejo, nesta reunião imensamente grata para mim, afirmar-vos que não medirei esforços para bem corresponder à deferência e confiança em mim depositadas.

Encoraja-me, bastante, a certeza da colaboração valiosa do poder público, o trabalho eficiente de todos os Srs. Conselheiros, pois só assim poderá este Conselho atingir as suas elevadas finalidades.

Reconhecendo o papel importante da Contabilidade nos negócios públicos e particulares, o atual Governo Federal, na pessoa do eminente cuiabano presidente Eurico Gaspar Dutra, pelo Dec. Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946, criou o Conselho Federal de Contabilidade e estabeleceu medidas de garantia às laboriosas classes de contador e guarda-livros.

O Conselho Federal, como Órgão Supremo, exerce, através dos Conselhos Regionais, ação fis-

calizadora do exercício da profissão, colabora com os Governos Estaduais e Repartições Federais em tudo que, relacionado com a Ciência Contábil, for condizente ao interesse coletivo e bem geral.

Ninguém ignora o serviço dos técnicos da ciência contábil no estudo e solução dos problemas econômico-financeiros, em que ora se debatem todos os Estados da Federação, a União e todos os Países.

E esses problemas só serão equacionados, a contento geral, quando se houver conseguido planejar e executar um programa elaborado e desenvolvido por serviços tecnicamente organizados.

O planejamento do programa, se organizado de forma sincera e leal, dará ao administrador os elementos indispensáveis para êxito de sua missão.

Nenhuma administração poderá se esquivar da Contabilidade, pois, como muito bem nos diziam os grandes mestres italianos Vincenzo Gitti e Giovanni Massa,

ela é na vida da administração o que a história é na vida dos povos. Se esta relata a vida das nações através dos séculos e com o passado fornece ensinamentos para o futuro, aquela, recordando os fatos acontecidos, analisando os resultados obtidos, indagando as causas que os produziram, nos mostra o caminho que se deve percorrer para alcançar o fim a que a administração se propõe. A Contabilidade é, em outras palavras, o espelho do passado, o guia do futuro, a ordem em qualquer ponto da administração, a história e a estatística do patrimônio.

Errazuris, autor do projeto do Código Comercial Chileno, em 1886, dizia: “A Contabilidade, que tão assinalados serviços presta a administração é o meio mais adequado que pode o legislador empregar para impedir as machinações dolosas”.

Conceitos dignos de lembrança são também os que Rigobon e D’Alvise escreveram sobre a Ciência das Contas.

Dizia o primeiro que: “A Contabilidade, com o seu seguro mecanismo de fiscalização, força ao cumprimento de seus deveres mesmo aqueles que não obedeceriam à única voz da consciência”.

E, o outro, completa esse conceito, dizendo que: “A Contabilidade bem aplicada é um grande

coeficiente de progresso, um grande coeficiente de moralidade”.

Depois dessas abalizadas citações, bem podeis, distintos ouvintes, avaliar a magnitude da Ciência que, nascida na Itália, teve no Brasil campo propício para seu desenvolvimento, através dos estudos dedicados dos grandes mestres patrícios Horácio Berlink, Veridiano Carvalho, Tavares da Costa, Carlos de Carvalho, Hermam Junior, Francisco D’Auria e tantos outros.

De par com o desenvolvimento comercial e o progresso industrial, a Contabilidade evoluiu grandemente e encontramos, hoje, os mais aperfeiçoados métodos de escrituração mecanizada.

Foi, portanto, de grande justiça o ato do Governo Federal criando o Conselho Federal de Contabilidade.

E, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso promete cumprir conscienciosamente as responsabilidades que lhe cabem.

Hei dito.

Aecim Tocantins



Foto 4 - Aecim Tocantins.

Fonte: Autor.

As ações variaram com o tempo. A obtenção do terreno e a construção da primeira sede na Rua Barão de Melgaço, 3.228, no Centro de Cuiabá.



Foto 5 - Lançamento da Pedra Fundamental da construção da sede do CRC-MT, presente o prefeito Garcia Neto assinando a Ata de Lançamento da Pedra Fundamental, em 2 de dezembro de 1956.

Fonte: Aecim Tocantins.



Foto 6 - Lançamento da Pedra Fundamental da construção da sede do CR-C-MT, em 2 de setembro de 1956.

Fonte: Aecim Tocantins.



Foto 7 - Inauguração parcial da sede do CRC-MT, em construção, discursando a contadora Elisabeth Kolhase em 30 de dezembro de 1956.

Fonte: Aecim Tocantins.

A grande extensão territorial do Estado de Mato Grosso levou o CRCMT a criar duas representações, na qualidade de Comissões Especiais de Fiscalização nas cidades de Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul, em 17 de janeiro de 1949 e na cidade de Campo Grande, hoje capital de Mato Grosso do Sul, em 20 de junho de 1949. (ECHEVERRIA, 2006, p. 218 e 224).

Nos versos de Dom Aquino: “Ouve, pois, nossas juras solenes de fazermos, em paz e união”, e assim o foi, em cumprimento da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, o Estado teve o desmembramento de parte do seu território, sendo denominado por Mato Grosso do Sul, mas o Conselho Regional de Contabilidade do novo Estado somente foi criado em maio de 1985, objeto da Resolução CFC nº 593/85, e instalado em 2 de janeiro

de 1986 pelo presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Contador João Verner Juenemann, pelo Conselheiro Efetivo, Contador Mathias Neves de Oliveira e pela presidente do CRCMT, Luzia Guimarães.

Assim, foi extinta a Coordenadoria Regional do CRCMT em Mato Grosso do Sul gerida pelo Contador Aníbal Alves da Costa, entre os anos de 1983 e 1985, a qual era a entidade responsável pelas atividades relativas ao CRCMS no período anterior à sua criação.



Foto 8 - Antiga Sede do CRC-MT, em 2002.

Acervo: CRC-MT.

Ponto alto para a Profissão Contábil, capitaneado pelo Conselho Regional foi a realização do XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE na gestão Luzia Guimarães, no ano de 1988.



Figuras 26 e 27 - Capas dos Anais do XII CBC, realizado em Cuiabá.

Fonte: Autor.

Com o progresso do estado de Mato Grosso, especialmente da Capital, foi criado o Centro Político e Administrativo – CPA - para abrigar os órgãos governamentais e, conseqüentemente, as Autarquias, houve lugar para a instalação da nova Sede do CRCMT.



Foto 9 - Lançamento da Pedra Fundamental na nova sede do CRC-MT. Contadora Delza Teixeira, em 20 de dezembro de 2001.

Fonte: Aecim Tocantins.

Dignas de registros são as Convenções Mato-grossense de Contabilidade, sendo a primeira realizada em 1993 e a décima de 29 a 31 de outubro de 2015.



Foto 11 - 1ª Convenção Mato-grossense de Contabilidade, com a presença do Governador do Estado, Jaime Campos, Presidente do CFC, Ivan Carlos Gatti, Presidente do CRC-MT, Acy Castrillon Ferreira, Reitora da UFMT, Luzia Guimarães, o ex-presidente do CRC-MT, Aecim Tocantins, e demais autoridades, em 20 de setembro de 1993.

Fonte: Aecim Tocantins.

Louvável a edição da Resolução CRCMT nº 177/92 de 22 de abril de 1992, na gestão da Contadora Acy Castrillon Ferreira, instituindo no CRCMT o PRÊMIO CONTADOR “AECIM TOCANTINS”, em homenagem aos serviços prestados com dedicação à Classe Contábil Mato-grossense pelo primeiro Presidente do CRCMT.

O prêmio se destina à confecção de Artigos Científicos sobre o estudo e desenvolvimento da Contabilidade, especialmente em Mato Grosso cujos trabalhos deverão ser originais e inéditos, assim entendidos aqueles que não constituírem traduções, adaptações ou resumos de trabalhos nacionais, estrangeiros, bem como, trabalhos não publicados, nem submetidos a concursos, tampouco apresentados em congressos ou outros eventos.



Foto 12 - Campanha de Doação de Sangue.

Fonte: CRC-MT.

Destques sejam dados para o desenvolvimento do Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), cujos membros não medem esforços para atuar na construção de uma sociedade mais justa e solidária por meio da disponibilização de seus conhecimentos em ações sociais, inclusive mobilizando os profissionais da contabilidade para obter adesão daqueles que têm Imposto de Renda devido em suas declarações com vistas a doarem ao programa de incentivos fiscais do FUNCRIANÇA. A esse grande projeto somam-se as coletas e doações de alimentos para comunidades carentes, realizadas tanto na capital quanto no interior do Estado, mediante apoio das Delegacias do Conselho Regional.

Atualmente no CRCMT, a Comissão da Mulher Contabilista atua no sistema buscando maior entrosamento com o público feminino para fortalecimento da classe. A Jovem Liderança Contábil procura trazer das Universidades e Faculdades os profissionais do futuro para, inclusive, serem braços fortes na atuação contábil.

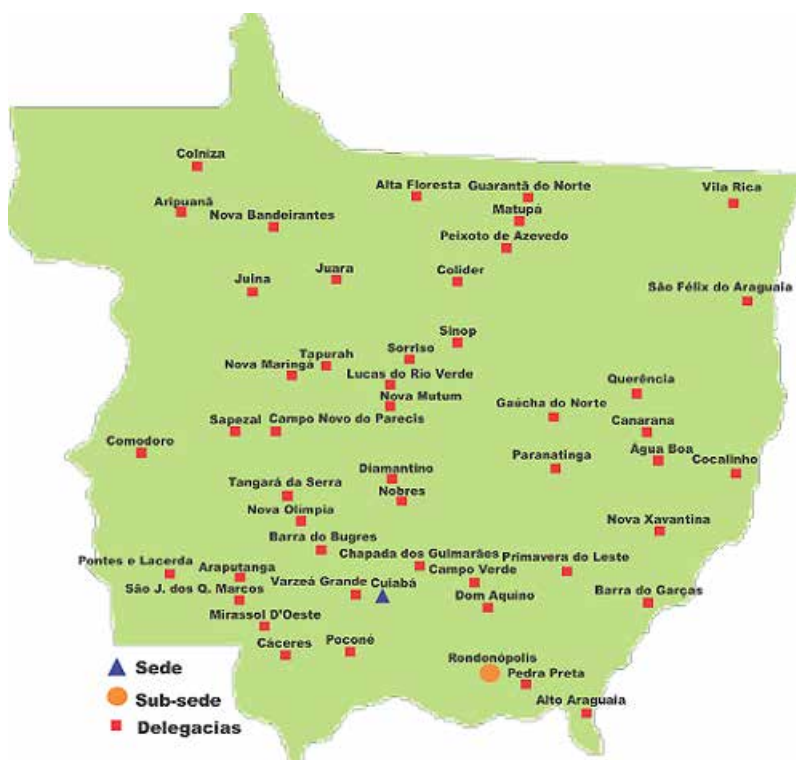
Neste ano de 2016 soma-se em torno de 3.000 profissionais participantes de pales-

tras da Campanha realizada em conjunto com a Receita Federal relativas à Novidades sobre o IRPF-2016. Os eventos foram nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Barra do Garças, Água Boa, Primavera do Leste, Cáceres, Lucas do Rio Verde, Sinop, Juína e Alta Floresta.

Sempre há cursos voltados para a classe contábil, a exemplo de: Curso ECD (SPED CONTÁBIL) e ECF versão 2.0, Curso Simples Nacional 2016, Curso ESocial na Prática. Some-se a tais a realização de duas turmas de cursos de mestrado stricto sensu, a partir de 2015.

Atualmente com as nossas novas atribuições: Educação Profissional Continuada, além do Registro e da Fiscalização da classe contábil, os Delegados também passaram a atuar na Educação Profissional Continuada, pois são eles os representantes do CRCMT no interior de Mato Grosso.

Na sequência, o mapa geográfico da localização das nossas Delegacias.



Mapa 1 - Municípios de Mato Grosso com as unidades do CRC-MT, em 2013.

Fonte: CRC-MT.

Eis os municípios onde o CRCMT mantém Delegacias Seccionais.

Água Boa	Diamantino	Pedra Preta
Alta Floresta	Dom Aquino	Peixoto de Azeveto
Alto Araguaia	Gaúcha do Norte	Poconé
Araputanga	Guarantã do Norte	Pontes e Lacerda
Aripuanã	Jaciara	Primavera do Leste
Barra do Bugres	Juara	Querência
Barra do Garças	Juína	Rondonópolis
Cáceres	Lucas do Rio Verde	São Félix do Araguaia
Campo Novo dos Pa- recis	Matupá	São José dos Quatros Marcos
Campo Verde	Mirassol D'Oeste	Sapezal
Canarana	Nobres	Sinop
Chapada dos Guima- rães	Nova Bandeirantes	Sorriso
Cocalinho	Nova Maringá	Tangará da Serra
Colider	Nova Mutum	Tapurah
Colniza	Nova Olímpia	Várzea Grande
Comodoro	Nova Xavantina	Vila Rica
	Paranatinga	Fonte: CRCMT

O Conselho edita trimestralmente o Jornal “InformAtivo”, encaminhado para todos os registrados, é também disponibilizado em seu site: www.crcmt.org.br.

Na trajetória dos seus sessenta e oito anos de existência o Conselho teve vinte e sete mandatários elevando o nome da classe contábil mato-grossense, quais sejam:



Foto 13 - Galeria de Presidentes.

Autor: Glaucia Almeida.

- **1º Presidente: AECIM TOCANTINS (09/1947 a 09/1952 e 01/1970 a 03/1971);**
- **2º Presidente: ALENCASTRO MARIA ALVES (09/1952 a 03/1953);**
- **3º Presidente : ANTONIO DE MORAES BOTELHO (05/1953 a 09/1953);**
- **4º Presidente : ACYNDINO BRASIL (12/1953 a 09/1954);**
- **5º Presidente : HILDEBRANDO DE MATOS (09/1954 a 12/1954);**
- **6º Presidente: SEVERIANO BENEDITO DE ALMEIDA (05/1953 a 12/1958);**
- **7º Presidente: ELIZABETH KOHLHASE RIBEIRO (01/1959 a 12/1960);**
- **8º Presidente: THEMISTOCLES PINTO BRASIL (04/1960 a 12/1960);**
- **9º Presidente: ELPIDIO GONÇALVES PREZA (01/1961 a 12/1962);**
- **10º Presidente: EUDOXIO VICENTE PAES (01/1963 a 12/1964 e 01/1966 a 12/1968);**
- **11º Presidente: NILO NEVES (01/1965 a 12/1965);**
- **12º Presidente: JOSÉ FERREIRA DA CRUZ (01/1969 a 12/1969);**
- **13º Presidente: AUSTECLINIO BAPTISTA (04/1971 a 12/1973 e 01/1980 a 12/1981);**

- 14º Presidente: EDGAR PINTO CASTRO (01/1974 a 12/1977);
- 15º Presidente: LEONCIO BALBINO DE PAULA FILHO (01/1978 a 12/1979);
- 16º Presidente: JOAO WANDERLEY VILELA GARCIA (01/1982 a 12/1983);
- 17º Presidente: LUZIA GUIMARÃES (01/1984 a 12/1985);
- 18º Presidente: JOSÉ GONÇALVES DE AMORIM (01/1986 a 12/1989);
- 19º Presidente: ACY CASTRILLON FERREIRA (01/1990 a 12/1993);
- 20º Presidente : REGINALDO BENEDITO MARINS (01/1994 a 04/1994);
- 21º Presidente: JOÃO ALBERTO DE ARRUDA (05/1994 a 12/1996);
- 22º Presidente: DELZA TEIXEIRA LEMA (01/1997 a 12/1997);
- 23º Presidente: MANOEL MARQUES FONTES (01/1998 a 12/1999);
- 24º Presidente: SILVIA MARA LEITE CAVALCANTE (01/2000 a 12/2003);
- 25º Presidente: IRONEI MÁRCIO SANTANA (01/2004 a 12/2007);
- 26º Presidente: JORGE ASSEF FILHO (01/2008 a 12/2011);
- 27º Presidente: IVAN ECHEVERRIA (01/2012 a 12/2013).



Foto 14 - Contadora Silvia Mara Leite Cavalcante, Presidente do CRC-MT (Gestão 2014/2015 e 2016/2017)

Autor: Estúdio Manhães.



Foto 15 - Prédio atual do CRC-MT.

Autor: Ivan Echeverria.

3.3. O SESCON

Na “Terra de ouro, que sonhara Moreira Cabral”, sob a denominação de ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE CUIABÁ E VARZEA GRANDE foi fundada aos 3 dias de abril de 1991, nesta cidade de Cuiabá, Mato Grosso, onde tem sede e foro, com prazo de duração indeterminado, uma associação civil, sem fins lucrativos, a ser regida por Estatuto próprio e a legislação pertinente.

E por que nasceu essa entidade?

Em entrevista com Luiz Gonzaga Warmling obteve-se a informação porquanto as constantes mudanças na legislação (Federal, Estadual e Municipal) um grupo de proprietários de escritórios de contabilidade de Cuiabá, no qual ele se encontrava juntamente com Leonir Duarte, João Cesário, Geraldo Malvezzi, Luiz Travaína, Romero Barão, Ney Santiago, Moacyr Coelho, Edeval Cruz e Silva. João Conceição Alencastro, nos idos de 1985, reuniam-se semanalmente em bares e restaurantes da cidade. Ali entre um drinque e outro, cada um

relatava seus problemas e dificuldades sobre interpretação das normas, e também quanto à administração de seu escritório em face da enxurrada de legislação nova. Era frequente extrair-se desses encontros as respostas para auxiliar na resolução das dificuldades.

Com o resultado positivo dessas reuniões outros profissionais foram se agrupando, surgindo daí a necessidade de introduzir também as famílias, e as reuniões passaram a acontecer nas residências intercaladamente.

A complexidade da legislação trouxe acentuado prejuízo na convivência com o fisco e com os poderes constituídos, razão pela qual se optou em oficializar uma associação visando maior sustentabilidade e legitimidade no trato com os poderes, deixando de pessoalizar os problemas e reivindicações.

Decorridos alguns anos, positivou-se a criação da Associação das Empresas de Serviços Contábeis de Cuiabá e Várzea Grande, com a finalidade de promover a união da classe dos proprietários de escritórios contábeis e fazendo elevar o espírito de associatividade, troca de informações técnicas e administrativas, promover meios de transmitir informações de textos legais de interesse da classe. Ainda promover meios de conduzir seus associados dentro de um espírito de competitividade sem ferir o Código de Ética e demais Resoluções emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Foi presidente da Assembleia Geral o contador Geraldo Malvezzi e secretário o contador Luiz Antonio Schimdt Travaina.

Pouco mais de dois anos, aos 7 de dezembro de 1993, mediante Assembleia Geral dos Associados a entidade foi transformada, conforme registro no Livro B, de Registro de Títulos e Documentos, averbado ao registro inicial, com a denominação de SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SESCON-MT.

Conforme o Estatuto a sede e foro é Cuiabá e a base territorial em todo o estado de Mato Grosso, sendo constituída para os fins de: estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica das empresas cujo objetivo seja: Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, com o intuito de colaboração com os Poderes Públicos e as demais Associações, no sentido de solidariedade social e da subordinação aos interesses nacionais.

A Assembleia Geral elegeu os seguintes Profissionais da Contabilidade para compor a primeira Diretoria: Presidente, Luiz Antonio Schimdt Travaina; Vice-presidente, Romero Barão; Primeiro Secre-

tário, Valmir Pedro Scalco; Primeiro Tesoureiro: Luiz Gonzaga Warmling; Segundo Secretário, Manoel Lourenço de Amorim Silva; Segundo Tesoureiro, João Cesário Oliveira Neto.



Foto 16 - Fachada lateral da entrada na Sede do SESCOB-MT.
Autor: SESCOB-MT.

No segmento de convênios, atualmente, encontram-se empresas de variadas atividades econômicas, quais sejam: Certificado Digital Fenacon, Ipog, CIEE, Conceito ICE, ZOE, SESMT, ODARA HOTEL, SISTIN, AMBIENTEC, BONO, UNIC, PORTO SEGURO, BRADESCO SAÚDE, FENACON, Colégio CIN, Vilage.

A realização de cursos para os sindicalizados é uma constante, resalte-se: “O Impacto do e-Social nas relações de trabalho para Empresas e Escritórios Contábeis: o que é o e-Social e como implantá-lo”, “Nota Fiscal Eletrônica-NFe Modelo 55: Conhecimento de Transporte Eletrônico, CT modelo 57 e NFe Modelo 65 Nacional de Venda ao Consumidor”, “Formação em Analista Fiscal”.



Foto 17 - Tenda do SESCOB-MT - Praça Alencastro - Cuiabá.
Autor: SESCOB-MT.

Sob o título “1º Seja Amigo do Leão – Declare Certo 2016”, o SESCON/MT com apoio da Receita Federal e do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso, realizou nos dias 22 e 23 de março essa campanha com o objetivo de orientar a população e como realizar o preenchimento de sua declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física corretamente. O atendimento foi gratuito, contando com profissionais devidamente treinados pela Receita Federal e o acompanhamento de Empresários Contábeis na Praça Alencastro, em Cuiabá.

A sede do SESCON/MT está localizada na Avenida Ipiranga nº 1.126, Bairro Goiabeiras, em Cuiabá, MT.

O atual Presidente do SESCON/MT é o Contador Ironei Marcio Santana (Gestão 2015/2018).

3.4. A AMACIC

A Academia Mato-grossense de Ciências Contábeis, também denominada AMACIC, fundada no dia 30 de outubro de 2015, em Cuiabá, é uma associação civil de profissionais da área contábil, de abrangência em todo o estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de prazo indeterminado, conforme seu Estatuto Social aprovado.

São objetivos da AMACIC: a) promover, divulgar, valorizar e incentivar o desenvolvimento e estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico das Ciências Contábeis; b) preservar a história e a memória de todos aqueles que contribuíram para o aprimoramento das Ciências Contábeis, prioritariamente em Mato Grosso, buscando o reconhecimento e homenagem aos profissionais importantes do passado e do presente; c) desenvolver, fomentar, realizar ou participar de projetos e eventos, como exposições ou quaisquer outras iniciativas que tenham por escopo desenvolver ou divulgar os procedimentos técnicos e culturais visando às atualizações dos profissionais da área contábil; d) promover concursos sobre temas relacionados à aplicação das Ciências Contábeis; e) celebrar convênios, contratos e intercâmbios com diversas entidades com vistas ao aprimoramento e desenvolvimento de suas atividades e das Ciências Contábeis; f) publicar revistas e informativos de suas atividades, bem como obras relacionadas à aplicação das Ciências Contábeis; g) realizar e incentivar a pesquisa e a produção científica na área das Ciências Contábeis, podendo promover sua publicação; h) prestar serviços nos campos de atuação previstos neste estatuto, podendo publicar obras; i) auxiliar ou prestar serviços nos campos de divulgação institucional, planejamento, administração e realiza-

ção de eventos, podendo, inclusive, participar de certames licitatórios para a realização, montagem, logística, administração, locação e cessão de espaços; j) estimular a participação de seus membros em congressos, convenções e outros encontros de profissionais da Contabilidade, tanto no âmbito estadual como nacional e internacional; k) colaborar com as autoridades educacionais do estado de Mato Grosso visando ao aperfeiçoamento do ensino contábil; l) estimular o aperfeiçoamento técnico-cultural dos profissionais da Contabilidade; m) promover o desenvolvimento das Ciências Contábeis; n) homenagear profissionais da Contabilidade renomados, nacionais ou não.

A Academia teve seu Regimento Interno aprovado em Assembleia Geral de 10 de dezembro de 2015, apresentando direcionamentos para a atuação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Os acadêmicos tiveram sua posse solene em 26 de fevereiro de 2016, com a presença da Acadêmica Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis.



Foto 18 - A Presidente da ABRACICON, Maria Clara Bugarim, depois de declarar aberta a sessão solene de lançamento da Academia Mato-grossense de Ciências Contábeis, a Posse de seus Acadêmicos e da Diretoria Gestão 2016/2017, empossou o Presidente da AMACIC, Acadêmico Ivan Echeverria, na cadeira nº 1, cujo patrono é o contador Domingos de Matos.

Autor: Estúdio Marães.



**Foto 19 - Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da AMACIC, Gestão 2016/2017.
Autor: Estúdio Marães.**



**Foto 20 - Acad. Valdiva Rossato de Souza
Autor: Estúdio Marães.**



**Foto 21 - Juramento dos Acadêmicos.
Autor: Estúdio Marães.**

Foi outorgado o Diploma de Acadêmico Benemérito ao Contador Aecim Tocantins, decano da profissão contábil em Mato Grosso, o primeiro presidente do CRCMT, pelos seus relevantes serviços prestados às Ciências Contábeis, cujo diploma, diante de seus 92 anos de idade, foi recebido por seu filho, o Dr. Mário Luiz Corrêa Tocantins.

Foram outorgados Diplomas de Acadêmico Honorário à sua excelência, o Senhor Governador do Estado, Dr. José Pedro Gonçalves Taques e à sua excelência, o Senhor Vice-governador Carlos Henrique Baqueta Fávaro, recebidos pelo segundo.

Foi outorgado Diploma de Acadêmica Correspondente à Acadêmica Contadora Dra. Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis – ABRA-CICON,

Foi outorgado Diploma de Acadêmico Correspondente ao Acadêmico Contador Dr. José Martônio Alves Coelho, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.



Fotos 22, 23 e 24 - Dr. Mário Luiz Tocantins, representando o contador Aecim Tocantins, Vice-governador Carlos Fávaro e Acadêmica Maria Clara Bugarim, todos recebendo os diplomas das mãos do Presidente Ivan Echeverria.

Autor Estúdio Marães.

Na Assembleia Geral foram designados todos os Patronos das Cadeiras, a saber: Cadeira nº 1, Patrono Domingos de Matos – Acadêmico Ivan Echeverria; Cadeira nº 2, Patrono Odil Freitas de Souza – Acadêmico Sirio Pinheiro da Silva; Cadeira nº 3, Patrono Edgard Bernardino – Acadêmica Iseorene Canavarros Bernardino; Cadeira nº 4, Patrono Altamiro Reis Barbosa – Acadêmico Aloisio Rodrigues da Silva; Cadeira nº 5, Patrona Roseni de Lourdes Bonafé – Acadêmica Valdiva Rossato de Souza; Cadeira nº 6, Patrono Giovanni Gomes Moreira – Acadêmica Sofia Ines Niveiros; Cadeira nº 7, Patrono Arquimínio de Almeida Moraes – Acadêmico Benedito Albuquerque da Silva; Cadeira nº 8, Patrono Geraldo Malvezzi – Acadêmico João Soares da Costa; Cadeira nº 9, Patrono Odilon Ribeiro Cavalcante – Acadêmica Silvia Mara Leite Cavalcante; Cadeira nº 10, Patrono Darcy Avelino da Silva Gomes – Acadêmica Nilza Queiroz Freire; Cadeira nº 11, Patrono Elizabeth Kohlhasse Ribeiro – Acadêmico Evandro Benedito dos Santos; Cadeira nº 12, Patrona Delza Teixeira Lema - Acadêmico Jovane Marconi Zago; Cadeira nº 13, Patrono Acyndino Brasil - Acadêmico Ednei Pinhal

da Luz; Cadeira nº 14, Patrono Leôncio Balbino de Paula Filho – Acadêmico Yuiti Shimada; Cadeira nº 15, Patrono Roberto Luis Machado – Acadêmico João Bernardes Ferreira Junior; Cadeira nº 16, Patrono Edilson Leite Bezerra – Acadêmico Ney Mussa de Moraes; Cadeira nº 17, Patrono José de Carvalho – Acadêmico Paulo Cesar Santos Rühling; Cadeira nº 18, Patrono Severiano Benedito de Almeida – Acadêmico Luiz Gonzaga Warmling; Cadeira nº 19, Patrono Nicanor Duqueviz – Acadêmico José Ricarte de Lima; Cadeira nº 20, Patrono Alencastro Maria Alves – Acadêmica Acy Castrillon Ferreira; Cadeira nº 21, Patrono Estevão Torquato da Silva – Acadêmico Eden Aristoflavy Maranhão Praeiro; Cadeira nº 22, Patrono Vanderlei Marquezi – Acadêmica Agda Eduarda Salcedo; Cadeira nº 23, Patrono Maria Sonia de Souza – Acadêmica Elcida Helga Maier; Cadeira nº 24, Patrono Esmeralda França – Acadêmica Giseli Alves Silvente; Cadeira nº 25, Patrono Massami Uriu – Acadêmico Ivan Canan; Cadeira nº 26, Patrono Austeclinio Baptista – Acadêmico Joaquim Eduardo Moura Nicacio; Cadeira nº 27, Patrono Adalto Sebastião Savazzi – Acadêmico Josemar Ribeiro de Oliveira; Cadeira nº 28, Patrono Clovis Sabo de Oliveira – Acadêmico Varlindo Alves da Silva; Cadeira nº 29, Patrono Persio Luiz Esteves – Acadêmico Edeval Dorico da Cruz e Silva; Cadeira nº 30, Patrono Moisés Fernandes – Acadêmico José Arlindo do Carmo; Cadeira nº 31, Patrono Edgar Pinto de Castro – Acadêmica Elba Vicentina de Moraes Pinheiro; Cadeira nº 32, Patrono Belmiro Maia de Almeida – Acadêmico Vander da Silveira Melo; Cadeira nº 33, Patrono Themistocles Pinto Brasil – Acadêmico Mauro Kosis; Cadeira nº 34, Patrono João Corbelino – Acadêmico Aldo Nuss; Cadeira nº 35, Patrono Elpidio Gonçalves Preza – Acadêmico Joilson Gonçalves da Silva; Cadeira nº 36, Patrono Ayrton Pulcherio – Acadêmico Gustavo Schenfelder Salgueiro; Cadeira nº 37, Patrono Sebastião Clemente Rodrigues – Acadêmico Roberto Anacleto da Costa.



Figura 28 - Logomarca da AMACIC

Autoria: Gláucia Almeida

O presidente Ivan Echeverria em seu discurso de posse definiu a Logomarca da Academia, elaborada pela designer Glaucia Maria Rodrigues de Almeida, com o seguinte texto de sua autoria:

O círculo representa a eternidade para a ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE CIÊNCIAS.

***Academia:** nasceu na Grécia antiga, sendo fundada no ano 387 a. C. por Platão no ginásio com o nome do herói grego “Academos” e era destinada a reunir pensadores para estudos filosóficos. Esta AMACIC é uma associação de pessoas para promover, divulgar, valorizar e incentivar o desenvolvimento e estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico das Ciências Contábeis, ao lado de seu registro histórico.*

***Mato-grossense:** somos nós, os nascidos e os já radicados nesta terra de Rondon, oriundos de outras plagas. Para preservar a história e a memória de todos aqueles operadores atuantes no aprimoramento das Ciências Contábeis, prioritariamente em Mato Grosso, o reconhecimento e homenagem aos profissionais importantes do passado e do presente.*

***De:** a preposição, a partícula a ligar a relação numa denominação especial.*

***Ciências Contábeis:** aos Acadêmicos cabem desenvolver, fomentar, realizar e participar de projetos e eventos, tais como exposições ou quaisquer outras iniciativas voltadas a desenvolver ou divulgar os procedimentos técnicos e culturais visando às atualizações dos profissionais da área contábil, assim como promover concursos sobre temas relacionados à aplicação desta nobre ciência, inclusive publicando obras relativas às pesquisas e produções científicas.*

O caduceu, centrado na logomarca, é o símbolo do equilíbrio moral e da boa conduta dos profissionais das Ciências Contábeis. Em sua formação há as duas serpentes, representando a sabedoria; o bastão, expressando o poder; o elmo é emblemático de pensamentos elevados; as asas são a diligência acadêmica.

Os ramos de louro são consagrados à vitória. Formam uma coroa e expressam a identificação progressiva do lutador com os motivos e finalidades de sua vitória.

As estrelas aparecem sob o aspecto da multiplicidade e representam as palavras como educar, instruir, pesquisar, professor dentre outras.

A sigla AMACIC define-se por quem AMA as CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

O 2015 refere-se ao ano de fundação da AMACIC.

4. ESCOLAS DE CONTABILIDADE

Hévea fina, erva-mate preciosa,
Palmas mil são teus ricos florões;
E da fauna e da flora o índio goza
A opulência em teus virgens sertões!

O diamante sorri nas grupiaras
Dos teus rios que jorram, a flux.
A hulha branca das águas tão claras,
Em cascatas de força e de luz!

Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

(Hino de Mato Grosso)

A formação escolar é o princípio basilar para o ser humano adentrar no competitivo mercado de trabalho, quer na área comercial, quer na área pública. Sim, é “O diamante sorri nas grupiaras!” O diamante sendo encontrado no cascalho ralo: é a formação escolar.

Sentencia Tocantins (2012, p. 32): “As dificuldades que por certo irão encontrar no caminho da vida profissional serão fáceis de ser vencidas e quase nada representarão diante do muito de vitórias que o bom e perfeito exercício da profissão lhes propiciará”.

4.1. CURSOS TÉCNICOS

As Escolas Técnicas para a formação e diplomação do Técnico em Contabilidade são frutos do artigo 36, do Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, alterado pelo Decreto-lei nº 8.196, de 20 de novembro de 1945, com o seguinte teor: “Serão conferidos pelos estabelecimentos de ensino comercial os diplomas seguintes: [...] Técnico em Contabilidade”.

Desta forma os Cursos de Técnico em Contabilidade tiveram a sua regulamentação legal a partir do final do ano de 1945.

A nova denominação dada à profissão dos Guarda-livros, habilitados de acordo com os Decretos números. 20.158, de 30 de junho de 1981 e 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, bem como os Técnicos em Contabilidade diplomados de acordo com o citado Decreto-lei

nº 6.141/1943, passam a integrar a categoria dos Técnicos em Contabilidade, conforme disposto na Lei nº 3.384, de 28 de abril de 1958.

O Conselho Federal de Contabilidade expediu a Resolução CFC nº 96/58, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 1958, dando nova denominação à profissão de Guarda-livros como Técnico em Contabilidade.

Assim, as Escolas Técnicas de Comércio se ramificaram em Mato Grosso até o ano de 1995, ou seja, no decorrer de meio século, quando o governo do Estado de Mato Grosso, especificamente em seu território, extinguiu os cursos de nível médio de ensino profissionalizante, dentre eles os de Técnico em Contabilidade, objeto da Portaria nº 1266/95/SEDUC-MT, de 27 de novembro de 1995, da Secretaria de Estado de Educação, publicada no diário Oficial do Estado de 02 de dezembro de 1995.

O Contador Aecim Tocantins nos informa: “Em março de 1944, iniciei a minha atividade de professor, na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá, tendo sido um de seus fundadores e exercido, inclusive, o cargo de diretor”. (ECHEVERRIA, 2006, p. 115).

No ano de 2005, entrevistado o Contador Manoel Pouso Filgueira Filho informava ter sido estudante da primeira turma da Escola Técnica de Comércio, quando foram diplomados contadores 36 alunos, entre os quais: Elpidio Gonçalves Preza, Estevão Torquato da Silva, Helena Julia de Arruda Muller, Joaquim Francisco de Assis, Maria Elizabeth Borges Avelino, Mario Curvo Epaminondas, Benedito Francisco de Melo, Dirce Nunes de Oliveira, Esmeralda França, Jaime Pitaluga de Moura, Leocádia Vaz de Figueiredo, Maria Benedita Deschamps Rodrigues (profª. Dunga), Oscar Ador Filho, Pérsio Luiz Esteves, Salim Moisés Nadaf e Stenio Moreira de Carvalho. (ECHEVERRIA, 2006, p 102-104).

As solenidades da diplomação dos primeiros Contadores mato-grossenses contemplaram missa de ação de graças na Catedral Metropolitana, celebrada pelo arcebispo D. Francisco de Aquino Correa; a colação de grau e entrega de diplomas, paraninfada pelo interventor federal Julio Müller, no Palácio da Instrução; e o baile de gala se deu no Palácio Alencastro, antiga sede do Governo do Estado.

Manoel Pouso evidencia com gratas recordações os professores da Escola Técnica de Comércio, a maioria, jovens recém-formados, entre eles, Aecim Tocantins, Maria Vieira, Elizabeth Monteiro, José Olívio Rosa, Arlindo Pompeu de Campos, Gervásio Leite e Tongaté de Almeida Rodrigues.

Ainda aluno da Escola Técnica de Comércio, foi nomeado contador da Prefeitura de

Cuiabá, com a missão especial de implantar o sistema RUF de contabilidade e pôr em dia a escrita da Prefeitura, que se encontrava com vários exercícios em atraso. Assegurou ter implantado o novo sistema e atualizado a escrita contábil. Já diplomado contador, foi posto à disposição da Comissão de Estradas de Rodagem (CER/MT), com a tarefa de implantar o sistema RUF.

Ao concluir sua fala Pouso lembra das empresas que foi Contador: “Ermete Ricci (concessionário da Studebaker); Ricci e Fava Ltda. (concessionários da Volkswagen), Angelina Grisolia (serraria), Caeira Nossa Sra. da Guia (mineração) e Propeca Ltda. (produtos agropecuários).” (ECHEVERRIA, 2006, p. 102-104).

Em Rondonópolis foi criada a Escola Técnica de Comércio pelo Estado, via do Decreto nº 973, de 01 de julho de 1965, sendo seu início de funcionamento no prédio do Ginásio Estadual da cidade. Informações oficiosas deram conta da existência de uma Escola Modelo, porém segundo o professor Antonio Frange essa escola seria a Escola Técnica a mudar de instalações. (CARMO, 2005, P. 368-369).

A Escola Técnica de Comércio de Várzea Grande iniciou suas atividades no ano de 1951 e a sua primeira turma de formandos ocorreu no dia 8 de dezembro de 1953, sendo Paraninfo o Contador Aecim Tocantins. Disse ele: “Há de três anos, neste local, ministrávamos a aula inaugural deste Curso, que hoje festeja a sua conclusão”. (ECHEVERRIA, 2006, p. 140-141).

E continuou a sua fala às autoridades presentes e aos formandos:

Conclamamos, nesta oportunidade, os caros afilhados a que aperfeiçoem, cada vez mais, os seus conhecimentos profissionais e que prestigiem sempre os Órgãos representativos da classe.

Quanto ao estudo da ciência das contas em nível superior, a fim de poder atender à demanda extraordinária de profissionais de grau universitário, queremos, neste feliz ensejo, destacar a recente deliberação do colendo Conselho Administrativo do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, dispondo sobre a criação do Curso de Ciências Contábeis, medida do mais alto alcance e que vem abrir horizontes formidáveis à juventude estudiosa da nossa terra.

Esperamos assim, orgulhosos, ver também em Mato Grosso o estudo da Contabilidade integrar uma das Unidades de ensino da nossa festejada Universidade Federal. (ECHEVERRIA, 2006, p. 140-141).

Em informações recentes conseguimos resgatar o nome de algumas escolas onde foram ministrados Cursos Técnicos em Contabilidade, nas cidades indicadas:

Alto Araguaia	Escola Técnica de Comercio “Samita Maia”
Barra do Garcas	Escola Técnica de Comércio de Barra do Garcas
Cuiabá	EEPSG “Presidente Medici”
Cuiabá	Colégio Comercial São Gonçalo
Cuiabá	Escola Técnica de Comércio de Cuiabá
Cuiabá	EESG “Renascença”
Cuiabá	EEPSG Liceu Cuiabano Maria de Arruda Muller
Cuiabá	EEPSGS “Profª Cleinia Rosalina de Souza”
Cuiabá	EEPSG “Padre Wanir Delfino Cesar”
Cuiabá	Esc. Educ. Inf. Fund. e Médio- Fundação Bradesco
Cuiabá	Colégio Salesiano São Gonçalo
Guiratinga	Escola Técnica de Comércio Marechal Rondon
Poconé	EEPSG “Antonio Joao Ribeiro”
Rondonópolis	Centro de Ensino Técnico Pirâmide
Rondonópolis	Escola Técnica de Comércio de Rondonópolis
Rosário Oeste	Escola Técnica de Comércio de Rosário Oeste
Tangara da Serra	Centro de Ensino Técnico Pirâmide
Várzea Grande	Escola Técnica de Comercio de Várzea Grande

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1966, a qual fixou a duração mínima do Ensino Médio em três anos, trazendo como especificidade, conforme exaram Souza e Silva (1997, p. 60), no sentido de “preparar o educando para o trabalho e para a cidadania. Não se trata de formar um técnico para o trabalho [...] e sim, de dotar o educando de conhecimentos básicos sobre as profissões e suas chances mercadológicas”. A referida LDB, em seu artigo 39, modificou a figura do ensino profissional, colocando-o como complementar depois do cidadão ou da cidadã cursar o nível fundamental, médio ou superior.

4.2. CURSOS DE GRADUAÇÃO

“Salve terra de amor, terra de ouro”: o primeiro Curso de Ciências Contábeis em Mato Grosso foi criado em 30 de novembro de 1970, no âmbito do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, por intermédio da Resolução CA 49/70, da lavra do Professor Benedito Pedro Dorilêo, sendo admitido como primeiro docente o Contador Aecim Tocantins. O estudo da Ciência Contábil em nosso território teve início há mais de quatro décadas com a aprovação do curso de bacharelado pela Resolução Conselho Estadual de Educação n.º 13-A-71, de 27 de fevereiro de 1971, na Universidade Federal de Mato Grosso, a qual foi criada em 10 de dezembro de 1970, através da Lei n.º 5.647, quando incorporou a Faculdade Federal de Direito de Cuiabá, instituída em 1934, cujo funcionamento, entretanto data apenas de 1956, e por último o próprio Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá. (DORILÊO, 2011).

O curso de Ciências Contábeis foi recepcionado pela Faculdade de Ciências Econômicas, mas na organização da UFMT em 1972, já possuía seu próprio Departamento. A primeira turma de Ciências Contábeis graduou-se no ano de 1974. (DORILÊO, 2011).

Todo começo apresenta suas dificuldades. Numa atividade mercantil espera-se o fim do primeiro exercício social para a apuração do rédito, dos bens, direitos e obrigações para com terceiros; a cada ano, o labor contábil demonstrando o princípio da continuidade. Nas lides campestres aguarda-se do preparo do solo, plantio, tratamentos culturais até a colheita e quiçá a comercialização dos produtos para a verificação dos resultados, das superveniências ativas e passivas, assim como do patrimônio; a cada período agrícola, a experiência se repete. Isto também ocorreu na área da educação superior – apresentando um dos ciclos mais longos – a consolidação da primeira turma da graduação em Ciências Contábeis daquela Universidade com o interstício de quatro anos: na trajetória, os percalços na coordenação do curso, com Contadores não treinados como Professores, a montagem dos horários de aulas, a reclamação dos primeiros estudantes; e, como suprir as ausências de Professores na última hora? Assumindo a aula! Seleção para Professores. Tudo era novidade e embrionário. As reuniões realizavam-se e as atas e relatórios eram compilados. Para os estudantes faziam-se palestras, como extensões universitárias. Assim o curso se consolidava!

Anos passaram, estudantes colaram grau: de Bacharéis em Ciências Contábeis a Contadores, depois do registro do diploma no Conselho Regional de Contabilidade de Mato

Grosso.

As exigências do ensino superior obrigaram os Contadores e Professores a participarem da Educação Continuada apregoada pelo saudoso Hilário Franco: começaram as primeiras Especializações e alguns – com o apoio financeiro da própria Instituição de Ensino Superior – puderam seguir seus estudos de quarto grau, ou seja, o Mestrado.

A vasta extensão territorial do Estado obrigou a Universidade Federal a interiorizar-se, tendo sido instalados Centros em Barra do Garças, Rondonópolis e Sinop. Com esse suporte, foram criadas turmas especiais para desenvolver Cursos de Ciências Contábeis no interior do Estado: a primeira foi em 1994, em Sinop, com 02 (duas) turmas, sendo uma no matutino com 40 (quarenta) vagas e outra no noturno com 40 (quarenta) vagas; em 1995, iniciava-se uma turma no período matutino no Município de Mirassol D’Oeste com 40 (quarenta) vagas e outra no período noturno no Município de São José dos Quatro Marcos com 40 (quarenta) vagas; todas essas turmas já concluíram o curso; iniciadas em 28/04/1999, houve duas turmas em Sorriso, funcionando no período matutino e noturno, cada uma com 40 (quarenta) alunos e uma turma em Sinop, funcionando no período noturno com 50 (cinquenta) alunos.

Atualmente a UFMT tem o Curso de Ciências Contábeis em Cuiabá e em Rondonópolis.

Segundo Carmo (2005, p. 371) o Campus da UFMT de Rondonópolis “começou como Centro Pedagógico de Rondonópolis (CPR), em 1976, ligado à UEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso [...] sediada em Campo Grande”. E complementa: “Com a divisão do Estado em 1977, passou à responsabilidade da UFMT, em Cuiabá. Em 1981, transformou-se em Campus Universitário de Rondonópolis (CUR)”.

Com o natural crescimento demográfico do Estado de Mato Grosso, outras Instituições de Ensino Superior foram sendo criadas como Faculdades isoladas na Capital e no interior do Estado.

Apresentamos a posição dos cursos presenciais de Ciências Contábeis no Estado, indicando o município e a Instituição, conforme pesquisa no site do Ministério Educação:

Alta Floresta	Faculdade de Alta Floresta
Araputanga	Faculdade Católica Rainha da Paz
Barra do Garças	Faculdade Unida do Vale do Araguaia
Barra do Garças	Faculdade Cathedral de Barra Garças
Cáceres	Universidade Estadual de Mato Grosso

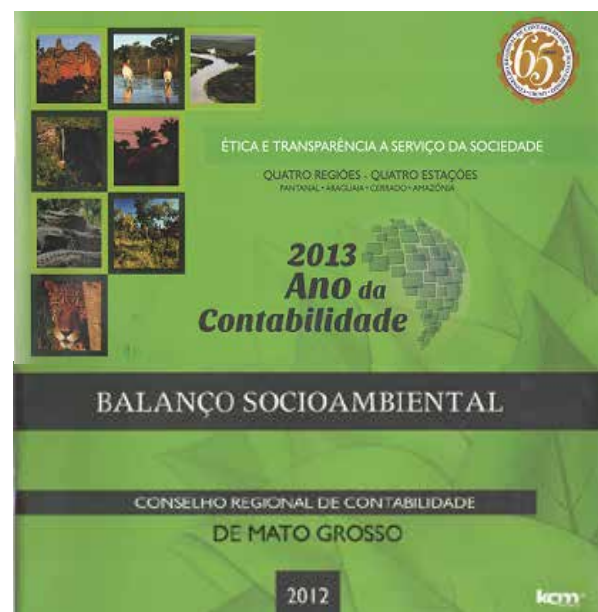
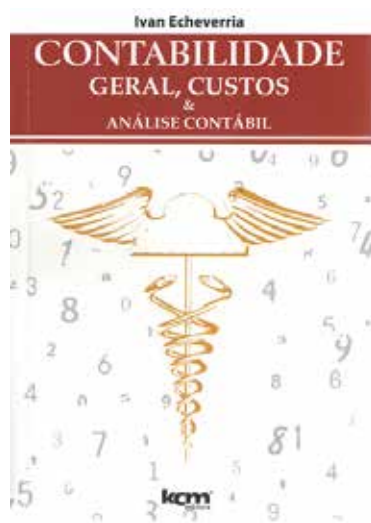
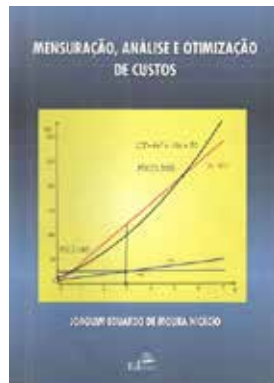
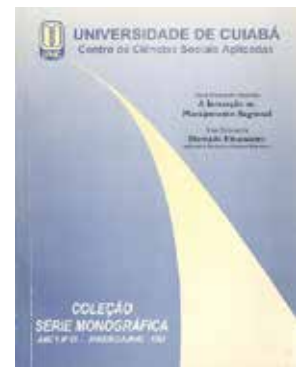
Cuiabá	Universidade Federal de Mato Grosso
Cuiabá	Centro Universitário Cândido Rondon
Cuiabá	Universidade De Cuiabá
Cuiabá	Instituto Cuiabano de Educação
Cuiabá	Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura
Cuiabá	Centro Universitário Claretiano
Cuiabá	Faculdade de Tecnologia do Ipe
Diamantino	Faculdade Integrada de Diamantino
Diamantino	União de Ensino Superior de Diamantino
Guarantã do Norte	Faculdade de Ciências Sociais de Guarantã do Norte
Jaciara	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço
Juína	Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena
Lucas do Rio Verde	Faculdade La Salle
Nova Mutum	Universidade Estadual de Mato Grosso
Primavera do Leste	Universidade de Cuiabá
Rondonópolis	Universidade Federal de Mato Grosso
Rondonópolis	Universidade de Cuiabá
Rondonópolis	União de Escolas Superiores Sobral Pinto
Sinop	Universidade Estadual de Mato Grosso
Sinop	Universidade de Cuiabá
Sinop	Faculdade de Sinop
Tangará da Serra	Universidade Estadual de Mato Grosso
Tangará da Serra	Universidade de Cuiabá
Várzea Grande	Centro Universitário de Várzea Grande

Situação notória é a proliferação dos cursos de “Ensino à Distância – EAD” para a graduação em Ciências Contábeis em todo o Estado; sem declinar os nomes das IES encontramos 38 (trinta e oito) cursos virtuais.

Este é o quadro de como está sendo desenvolvido o Estudo da Graduação das Ciências Contábeis no estado de Mato Grosso. Como a educação é uma construção constante do conhecimento, na contabilidade essa incessante busca vem há décadas objetivando colocar profissionais holísticos no mercado de trabalho globalizado.

Assim digamos: “Chova o céu dos teus dons o tesouro, sobre ti, bela terra natal!”.

Eis os produtos dos trabalhos de Contadores e das nossas Lições de Aulas ministradas.



5. (IN)CONCLUSÃO

Dos teus bravos a glória se expande
De Dourados até Corumbá;
O ouro deu-te renome tão grande,
Porém mais nosso amor te dará!

Ouve, pois, nossas juras solenes
De fazermos, em paz e união,
Teu progresso imortal como a fênix
Que ainda timbra o teu nobre brasão!

Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

(Hino de Mato Grosso)

Considerando a existência dentre os assuntos pesquisados de informações com mais de um século não se pode dar por concluído um trabalho sobre a História da Contabilidade de Mato Grosso. Se a história é a narração metódica dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e na vida da humanidade, em geral e o conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e/ou por meio dos documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade se pode dizer o “Teu progresso imortal como a fênix” e, por isso nosso entendimento de estar o assunto inconcluso, pois aqui só se tem fragmentos dessa história.

Pesquisar e escrever sobre Mato Grosso é edificante e sobre a Contabilidade, mais ainda: busca-se na história os fatos esquecidos ou desconhecidos; Sentir, hoje, “a terra de amor, terra do ouro” visitada pelos turistas nas suas quatro estações. Escrever sobre “a terra das minas faiscantes” é lembrar o “valor de imortais bandeirantes”.

Pesquisar e escrever sobre o Estudo da Contabilidade é um trabalho literário, um exame, uma análise do próprio conhecimento; é um exercício de leitura agradável e de meditação para procurar trilhar novos caminhos. Situar esse estudo em Mato Grosso é revivificar!

Investigar e indagar sobre a pesquisa das Ciências Contábeis é salutar, construtivo, pois somente com averiguação podem ser estabelecidos fatos a esse campo do conhecimento; ao relatar a investigação registram-se os caminhos para outros participarem e amplia-

rem o recorte feito. Incita-se, pois, os neófitos pesquisadores da Ciências Contábeis, para sobrepujarem pela pesquisa a observação de Platão, apud Abbagnano (1998, p. 442), qual seja “de nada serviria transformar pedras em ouro a quem não soubesse utilizar o ouro [...] é necessária, portanto, uma ciência em que coincidam fazer e saber utilizar o que é feito.” Hoje, pelos dados coletados a pesquisa contábil encontra-se latente na “terra noiva do sol”, em Mato Grosso.

Investigar e indagar sobre o desenvolvimento da Ciência Contábil é construtivo: de um lado, o estudo das várias correntes científicas desde os séculos passados; de outro lado, situar esse desenvolvimento geograficamente, visto na atual corrente científica patrimonialista e projetando como sendo um dos objetos do estudo do neopatrimonialismo via do “teu verde planalto escampado, e nos teus pantanais como o mar”: o patrimônio ecológico.

Com estas palavras fica registrada nesta escrita uma contribuição sobre fragmentos da História da Contabilidade de Mato Grosso e da obra de Aecim Tocantins (2012), denominada Coletânea: Conceitos, Frases e Pensamentos, no capítulo da Profissão Contábil e Magistério, entendemos pertinentes reproduzir alguns de seus conceitos filosóficos e morais, ora traduzidos no:

“DECÁLOGO DO CONTADOR AECIM TOCANTINS”

1º - Eu os conclamo a meditarem sobre a responsabilidade que, ora, assumem perante a sociedade ao receberem o diploma legal de Contador, que lhes confere ao mais amplo direito ao exercício de uma das mais importantes profissões. Exercê-la com eficiência, honestidade e dedicação, eis a obrigação do profissional.

2º - A Auditoria deve ser considerada como um sistema de proteção das empresas e do poder público, funcionando o Contador neste campo como veículo de garantia, com altíssima expressão social. A especialização em tal ramo é para o Contador o ponto mais elevado que ele pode alcançar porque para tal função necessita de um sistema de conhecimentos de grande relevância e significado.

3º - O contabilista, nos dias atuais, deixou de ser simples anotador dos fatos administrativos. A sua função bem pode ser equiparada a do médico. Se este prevê e cura os males do corpo, aquele prevê os males da administração, ensina o administrador o remédio de que a situação carece e, por fim, registra o enfraquecimento, a morte, ou o florescimento da administração.

4º - A contabilidade é uma ciência que dia a dia mais se engrandece, mais se torna útil e indispensável ao processo das atividades públicas e privadas. A boa administração depende da boa contabilidade.

5º - Devem ainda, e porque não dizer, constituir obrigação sagrada dos profissionais, prestigiar os órgãos representativos de sua classe por todos os meios, admirar e ressaltar os trabalhos dos líderes e dos estudiosos da classe, não se esquecendo de cultuar a memória daqueles que, em vida, muito fizeram pela profissão.

6º - A contabilidade é uma ciência concreta de aplicação imediata: só a teoria seria quase inútil ao profissional, assim como só a prática seria incompleta. É preciso que o Contador conheça a fundo a teoria, os princípios sistematizados da contabilidade, mas tenha, ao mesmo tempo, conhecimento de experiência, isto é, seja senhor da prática iluminada pela teoria, sem o que ele não será digno daquele nome.

7º - É grande a responsabilidade dos que mourejam nas Ciências Contábeis. O seu exercício deve ser feito dentro dos mais rígidos princípios de moralidade e da verdade. De nada valerá ao homem a riqueza material se a sua consciência estiver sempre perturbada pelos seus atos de indignidade. Jamais devemos trocar a pobreza honesta pela riqueza desonesta.

8º - Nas várias incursões da minha vida pública, jamais abandonei a minha profissão, muito pelo contrário, vali-me das oportunidades que me ofereceram para enaltecê-la, prestigiá-la e solidificá-la na importância que ela representa na vida pública e na iniciativa privada. Foi, sem dúvida alguma, dos seus conhecimentos que me recorri, quando do desempenho das funções públicas a que fui chamado para exercer.

9º - Não me canso de proclamar que devo à profissão contábil todos os encargos e distinções com que me agraciaram ao longo da minha vida pública, vez que os consegui graças ao respeito que mantive aos seus rígidos princípios.

10º - Procurei exercer a profissão com entusiasmo, dedicação e alto apreço, dela fazendo um sacerdócio. A ela devo o sucesso da minha vida particular e pública. Em todas as funções exercidas destaquei sempre com orgulho a minha profissão contábil.

Ficam estas considerações como caminhos para novas pesquisas e quiçá outros pesquisadores e, dessa forma, esta dissertação é o início.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS (AML). **90 Anos (1921-2011)**. Cuiabá: Print, 2011.

BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. **Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em 10 dez. 2015.

BRASIL. Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932. **Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, e dá outras providências**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em 10 dez. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. **Lei Orgânica do Ensino Comercial**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em 10 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 3.384, de 28 de abril de 1958. **Dá nova denominação à profissão de Guarda-livros**. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em 10 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acessado em: 05 abr. 2016.

CARMO, Ailon do. **História de Rondonópolis**. Rondonópolis: Modelo, 2005.

CARVALHO, Carlos de. **Estudos de Contabilidade**. 5. ed. Brasileira: São Paulo, 1921. v. 1.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 96/58, de 19 de maio de 1998. **Nova denominação à profissão de Guarda-Livros**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em 04 abr. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO (CRCMT). **Institucional: Ex-Presidentes**. Disponível em: <http://crcmt.org.br/novo/www/institucional/presidentes,3.html>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CMS). **Institucional:** Home/História. Disponível em: <http://www.crems.org.br/portal/historia/>. Acesso em: 02 abr. 2016.

CORRÊA, Francisco de Aquino. **Hino a Mato Grosso.** Disponível em: <http://www.mt.gov.br/simbolos-oficiais>. Acesso em: 15 jan. 2016.

D'ÁURIA, Francisco. **Contabilidade Mercantil:** para uso nos cursos Comerciais Técnicos. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1956.

DORILEO, Benedito Pedro. **40 Anos de Ciências Contábeis da UFMT.** Cuiabá: Set. 2011. (digitado).

ECHEVERRIA, Ivan. **Aecim Tocantins:** da Contabilidade à Vida Pública. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO (IHGMT). **Jubileu dos 90 anos do IHGMT:** Jubileu de Álamo (1919-2009). Cuiabá: FAPEMAT, 2010.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Portaria nº 1266/95/SEDUC-MT, de 27 nov. 1995. **Cursos de Ensino Médio Profissionalizante.** Cuiabá, Diário Oficial do Estado, 02 dez 1995. p. 06.

MATO GROSSO. 1º Serviço Notarial e Registral. **Certidão de Breve Relato:** Livro 132-A, nº 1.594. 28 jan. 2016 (digitado, com 80 fotocópias).

MATO GROSSO. 1º Serviço Notarial e Registral. **Certidão de Breve Relato:** Livro 434-A, nº 4.340. 29 fev. 2016 (digitado, com 19 fotocópias).

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). **Cadastro de Escolas.** Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/censo-escolar-indicadores.aspx>. Acesso em: 26 jul. 2001.

MENDONÇA, Rubens. **Evolução do Ensino em Mato Grosso.** Cuiabá: s/e, 1977. 56 p.

NÓBREGA, Cristóvão Barcelos da. **História do Imposto de Renda no Brasil;** um enfoque da pessoa física (1922-2013). Disponível em: www.youblisher.com. Acesso em: 08 abr. 2016.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE MATO

GROSSO – SESCON. **O Sindicato.** Disponível em: <http://www.sescon-mt.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2015.

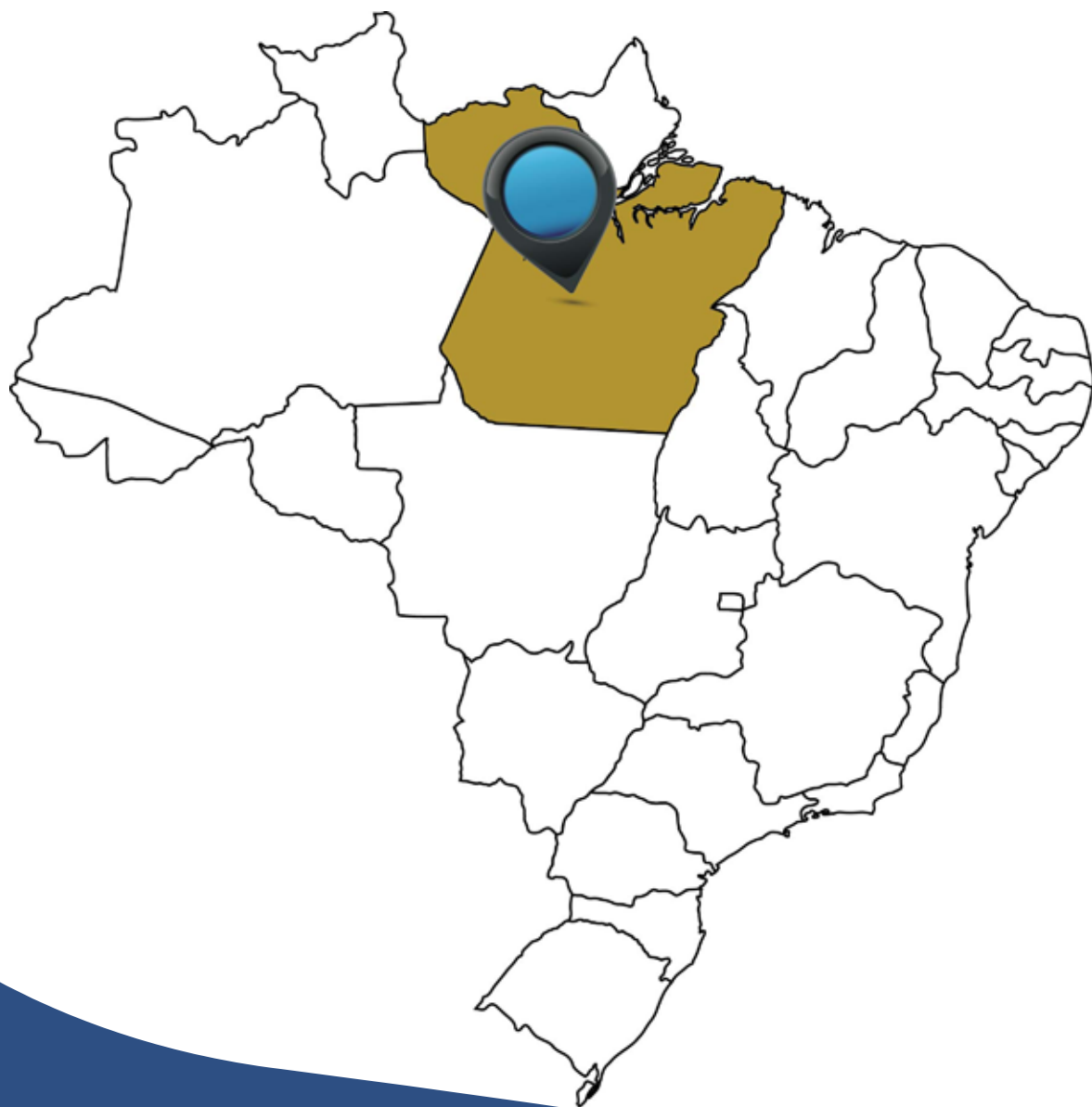
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE EM MATO GROSSO – SINCON. **Institucional:** Legislação. Disponível em: <http://www.sinconmt.com.br/legislacao>. Acesso em: 09 nov. 2015.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB.** São Paulo: Pioneira, 1997.

TOCANTINS, Aecim. **Coletânea:** Conceitos, Frases e Pensamentos. Cuiabá: KCM, 2012.

WARMLING, Luiz Gonzaga. **Biografia de Severiano Benedito de Almeida.** Acervo da Academia Mato-grossense de Ciências Contábeis. Cuiabá: Nov. 2015 (digitado).

RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL DO ESTADO DO PARÁ



José Luiz Nunes Fernandes

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Pará
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

“... um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado” (COSTA, 1989, p.89).

Autor : Contador José Luiz Nunes Fernandes

CRC Pa 5468/O

Co-autores: Adriel Oliveira, Brenda Costa, Carlos Nunes, Danilo Oliveira, Francisco Silva, Geanne Silva, Igor Nogueira, Jamille Costa, Jamilly Alves, João Batista, Joseph Souza, Jucivaldo Rodrigues, Juliana Neves, Larise Cardoso, Lorena Sousa, Luana Martins, Mailson Silva, Manuelle Quaresma, Mariana Triverio, Maryanne Araújo, Mayara Cruz, Michelle Santos, Natália Letícia, Nayara Brasil, Patrick Silva, Ramon Carrera, Silvia Neves, Tereza Medeiros Thais Lira, Thayná Lopes, Thiago Oliveira, Victor Romário, Dêvelim Aguiar, Letícia Souza, Maurício Vieira. (alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará – turma 01A (2015.4))

CONTEÚDO

1. Introdução	5
2. Desenvolvimento	6
2.1 Ciclo da borracha	7
2.2 A Junta Comercial do Estado do Pará	11
2.3 O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará (CRC PA)	12
2.4 As Instituições de Ensino	16
2.5 Clube dos Contadores (CC)	19
2.6 Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará	21
3. Considerações Finais	21
Referências	24

1. INTRODUÇÃO

Resgatar a memória contábil do Estado do Pará significa participar da história contábil do Estado, pois o trabalho empírico realizado não identificou trabalho semelhante, isso posto, concorda-se com o entendimento de Costa (1989,p.89) quando expressa que “um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro,os mesmos erros do passado”.

Resgatar a atuação do profissional de Contabilidade na época áurea da borracha, cuja atuação foi fundamental na prestação de contas entre investidores internacionais, entidade econômicas paraenses, seringueiros e seringalistas, em uma cadeia de accountability, no mínimo, é importante contribuição para a história contábil e econômica brasileira.

Pesquisou-se também a Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA) entidade parceira e alicerce na formalização das entidades econômicas, cuja regra é a de que o profissional de Contabilidade será o responsável pela evidenciação do patrimônio e do desempenho dos gestores das instituições econômicas registradas nessa repartição do registro do comércio. Entidade também responsável pelo arquivamento dos livros contábeis das entidades econômicas do Estado do Pará.

Resgatar a origem e história da primeira instituição de ensino superior no Estado do Pará que ofereceu o curso de graduação em Ciências Contábeis e permitiu, por meio do ensino, pesquisa e extensão, que milhares de profissionais pudessem ter vida digna e consequente contribuição para a economia do Estado, no mínimo, é importante contribuição para a história contábil e econômica brasileira.

Resgatar a origem e os primeiros dirigentes do Conselho Regional de Contabilidade, que teve como missão primeira o registro e a fiscalização dos profissionais atuantes no Estado do

Pará, prezando pela disciplina e fiel compromisso com os agentes econômicos da região, no mínimo, é importante contribuição para a história contábil e econômica brasileira.

Como a profissão Contábil tem sério compromisso com os diversos agentes que a permeiam, nada mais justo do que ter lugar de estudo e momento de descontração, assim, buscou-se resgatar a memória do Clube dos Contadores, cujos momentos de estudos, descontração e alegria marcaram a vida de inúmeros profissionais do Estado.

Buscou-se também resgatar a memória do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará, o qual também teve momentos áureos e o atual permite reflexão sobre a história passada e novos caminhos para o futuro, pois a história é rica fonte de ensino e aprendizado.

Diante disto é possível formular a seguinte questão de pesquisa que norteará o desenvolvimento deste trabalho: Como as entidades contábeis, devidamente formalizadas e atuantes, contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará ?

Não se teve intenção de delimitar o aspecto temporal das atuações das entidades econômicas, porém, em cada uma das entidades pesquisadas, buscou-se o registro mais antigo ou, de outra maneira, os fatos iniciais que a história conseguiu registrar. Diante disto, o objetivo deste resgate histórico é, como o nome sugere, resgatar os principais fatos históricos subjacentes as entidades contábeis representativas do Estado do Pará.

2. DESENVOLVIMENTO

Entende-se que fato relevante da história contábil e econômica brasileira foi a época áurea da borracha. Foi um ciclo pujante e rico na amazônia e, no Estado do Pará em particular, assim a atuação do profissional de Contabilidade tem intrínseca relação com a riqueza econômica, diante disto, inicia-se este trabalho resgatando a atuação do profissional à época denominado de guarda livros.

2.1 CICLO DA BORRACHA

O ciclo da Borracha foi um momento importante da história econômica e social da Amazônia, proporcionando a expansão da colonização e o grande crescimento econômico, em especial nas cidades de Manaus, Porto Velho e Belém.

O ciclo da borracha viveu seu auge entre os anos de 1879 a 1912 o chamado primeiro

ciclo, tendo depois experimentado uma sobrevida entre os anos de 1942 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Loureiro (2008) explica que o Brasil dependia economicamente da Amazônia para obtenção das libras esterlinas (moeda oficial do Reino Unido), que era a moeda dominante e necessária à manutenção do comércio internacional, ao pagamento de dívida externa e ao alívio orçamentário que permitiu o embelezamento do Rio de Janeiro, capital do país na época. A representativa econômica da Amazônia era de tal ordem que Loureiro (2008, p.78) expressa: “São Paulo era a locomotiva brasileira, mas a Amazônia era quem fornecia os trilhos e o combustível necessários às caldeiras”.

A mão-de-obra utilizada na extração do látex, fruto da seringueira, era feita, principalmente, por trabalhadores originados do nordeste brasileiro, esses foram para Amazônia fugindo da seca que os atingiram e com pretensões de uma vida melhor. O modo de trabalho não era livre, o seringueiro, era o produtor direto da borracha, era quem extraía o látex da seringueira e transformava-o em borracha, ele estava submetido ao aviador ou seringalista, que era o contratante dos serviços do seringueiro, que em troca de dinheiro ou produtos para a sua sobrevivência recebia o látex, desta maneira ocorria o sistema de aviamento. Os seringalistas trocavam mantimentos com a produção do látex, feita pelos seringueiros. Os seringueiros deviam os seringalistas, contraindo assim uma dívida.

Os seringalistas repassavam recursos aos seringueiros e esses, por suas vezes pagavam o débito contraído com o látex, fruto da seringueira. Observa-se, assim, necessidade de controle entre os débitos e créditos desses atores (seringueiros e seringalistas).

A sistemática exploração da borracha possibilitou um rápido desenvolvimento econômico da região amazônica, representado principalmente pelo desenvolvimento da cidade de Belém.

Belém representou a riqueza obtida pela exploração da seringa e abrigou um suntuoso projeto arquitetônico profundamente inspirado nas referências estéticas europeias, tendo como inspiração a cidade de Paris, essas transformações marcaram a chamada Belle Époque Amazônica, onde destacam-se entre as obras da época o Teatro da Paz localizado no Centro da capital paraense. Grandes bancos, empresas de comércio e companhias de navegação inglesas, francesas e norte-americanas instalaram agências em Belém, algumas delas centralizando seus negócios no Brasil e na América do Sul.



**Foto 1 - Fachada central do Teatro da Paz - Belém, Pará.
Fonte: Souvenirpara.com.br, 2016.**

Entre o seringalista e o seringueiro formava-se um subcontrato do mesmo gênero, comprometendo-se o trabalhador (seringueiro) a cortar seringa em uma das estradas do seringalista, e ao fim da safra, entregar-lhe a produção, por um determinado preço. Embora à época não se denominasse assim, mas trata-se de accountability, ou seja, contrato de prestação de contas entre partes as quais esperam agir de maneira esmerada.

Evidencia-se então a contabilidade como instrumento norteador de prestação de contas e, intermediador das relações comerciais entre seringalistas e seringueiros. Nessa época, o profissional responsável pelas operações contábeis era denominado pelo termo guarda-livros. Esse termo foi utilizado na época, esses profissionais eram responsáveis pela escrituração das atividades do seringal, pela escrituração dos livros mercantis e relatórios originados dos mesmos.

Ao lado do guarda-livros, trabalhavam também, o gerente, o comboieiro e o vaqueiro. O primeiro era o braço-direito do seringalista, inspecionava todas as atividades do seringal, o segundo era incumbido de levar a mercadoria ao seringueiro e trazer a produção e, o último, tratava dos animais domésticos do seringal, assim juntos formavam a empresa do seringalista e dominada genericamente de seringal. Estes trabalhadores buscavam manter a ordem e o regime de trabalho estabelecido pelo seringalista no regulamento do seringal.

Das relações de negócios entre seringalistas e seringueiros é possível identificar necessidade de instrumentos de controle, o que permitiria a prestação de contas. Assim existia o conta corrente de cada seringueiro, o qual acusava saldo devedor ou credor. Esse registro e controle, a época, era de competência do Guarda Livro.

A maneira com que seringalistas e seringueiros prestavam, entre si, contas de suas

transações era por meio de débito e crédito. Santos (1980, p 169) explica que (...) “Estar em débito” significava apresentar saldo devedor nas contas do seringalista. Com efeito, nos níveis intermediários e mais baixos, a cadeia do aviamento lançava mão de anotações mais ou menos grosseiras, sob o título de contabilidade. (...). Na posse de uma contabilidade que não podia ser fiscalizada e que se tornava indiscutível para a outra parte, o seringalista detinha a possibilidade de fazer os números dançarem ao compasso de seus interesses.

A cadeia de prestação de contas não se limita a relação entre seringalistas e seringueiros, era maior, envolvia investidores norte americanos e europeus que financiavam os seringalistas com o interesse de adquirir a borracha para ser matéria prima na indústria automobilística, em especial, na manufatura do pneu.

A Contabilidade, por meio do livro Conta Corrente, escriturada pelo Guarda-Livros à época, prestava contas. Assim, os recursos do exterior eram remetidos para as empresas da capital paraense as quais repassavam para os seringalistas e, esses, por suas vezes, repassavam para os seringueiros por meio de aviamentos. O caminho contrário acontecia assim, os seringueiros prestavam contas com borrachas que repassavam para os seringalistas e, esses, por suas vezes, repassavam para as empresa norte americanas.

Cardoso (2011) explica que os exportadores da borracha ditavam os preços a serem pagos para os aviadores segundo as variações do mercado internacional, neste momento é perceptível à relação com o custo da mercadoria que era definido pelos exportadores. Os seringalistas cobravam preços exorbitantes dos seringueiros por alimentos básicos e de subsistência dentro dos seringais, comparado com outras localidades do Brasil o preço era cinco vezes maior.

Esse período áureo começou a decair a partir do ano de 1875 quando ocorreu um dos primeiros casos de biopirataria no mundo, assim o botânico inglês Henry Wickman, a serviço do império britânico, coletou milhares de sementes de seringueiras no vale do rio Tapajós e as enviou ao Jardim Botânico de Londres. As sementes adaptaram-se e, a partir disso foram introduzidas nas colônias britânicas da Ásia, dando início ao processo de multiplicação da planta no sudoeste asiático, principalmente na Malásia, fato esse que acelerou o declínio da economia da borracha no Brasil, pois a produção daqui não conseguiu atingir as elevadas quantidades e os baixos preços praticados na Ásia (SANTOS, 2001).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial houve uma revalorização da borracha nativa da Amazônia mediante o domínio japonês sobre as plantações asiáticas, o que acarre-

tou no bloqueio das exportações da borracha para seus inimigos. Em decorrência disso, o governo dos Estados Unidos estabeleceu uma parceria com o governo brasileiro no intuito de tentar garantir o abastecimento de borracha que sua economia necessitava. Neste momento, tem início o “segundo ciclo da borracha”, um pouco mais curto que o primeiro.

O segundo ciclo foi caracterizado pela presença dos trabalhadores que vieram à Amazônia e, quando sobreviviam (muitos deles morreram por causa da malária, febre amarela, hepatite, dentre outras doenças), terminavam presos no mesmo sistema de escravidão por dívida que seus antigos conterrâneos.

O terceiro fator pode ser encontrado quando todos os benefícios e investimentos aplicados na produção da borracha pelos Estados Unidos e o suporte oferecido pelo governo brasileiro acabou nas mãos dos seringalistas que pretendiam alcançar os lucros do primeiro ciclo da borracha.

Inobstante o declínio do primeiro e segundo ciclos da borracha, observou-se a presença do profissional de Contabilidade à época denominado de Guarda Livros, sério, responsável e, por meio do livro ou ficha de conta corrente prestou contas dos recursos transitados na cadeia formada por investidores estrangeiros, empresas paraense, seringalistas e seringueiros.

2.2 A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

A Repartição do Registro do Comércio denominada de Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA) possui em seu acervo o registro das primeiras entidades econômicas registradas no Estado e seus respectivos profissionais de Contabilidade. Embora parte deste acervo seja de difícil identificação face deterioração natural causada pelo tempo e ausência de tecnologia moderna de preservação, foi possível as seguintes identificações:



Foto 2 - Fachada da loja Paris N' América - Centro Histórico de Belém.

Fonte: www.textprima.com.br, 2016.

A Farmácia e Drogaria Guarany foi registrada no dia 29 de março do ano de 1944. Encontra-se nos registros que a finalidade era comércio e o capital registrado e integralizado em moeda corrente foi de Cr\$ 10.000,00 (Dez mil Cruzeiros). Nos documentos de registro consta que o Guarda Livros responsável pela escrita da Farmácia Guarani era o senhor Luiz Figueiredo Moraes.

Ainda no ano de 1944, o Curtume Americano foi registrado no dia 31 de maio, talvez a denominação tenha influência dos investimentos Norte Americanos aportados na Amazônia, pois a época era voltada ao segundo ciclo da borracha. A finalidade expressa nos documentos constitutivos era de curtimento de couros e peles, já o capital integralizado foi de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros) e o Guarda Livros responsável pela escrita do curtume, segundo os registros da JUCEPA, era o Senhor Alfredo Varela Chebabi.

No dia 26 de março do ano de 1945 foi registrada a Casa Serafim, cuja finalidade era de mercearia e o capital registrado e integralizado em moeda corrente foi de Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Cruzeiros). O profissional Guarda Livros responsável pela escrita da referida empresa era o senhor Samuel Napoleão Cohen.

Já no dia 29 de maio de 1945 encontra-se o registro da Estância Tavares, cuja finalidade era o comércio e o capital integralizado em moeda corrente foi de Cr\$ 20.000,00 (Vinte Mil Cruzeiros). O profissional Guarda Livros responsável pela escrita da referida empresa, segundo os registros da JUCEPA foi o senhor Clementino José dos Reis.

Dos registros históricos anteriores, depreende-se que o profissional de Contabilidade à época tinha a denominação generalizada de Guarda Livros, predominava o exercício profissional do gênero masculino e as empresas, de modo geral, eram formadas por única

pessoa física, as sociedades empresariais eram raras, ademais, quanto ao capital integralizado em Cruzeiros (Cr\$), moeda da época, o Curtume Americano destacou-se das demais empresas com a integralização de Cr\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzeiros), fato que induz a pensar-se que tratava de média empresa.

A pesquisa empírica também registrou a constituição da empresa denominada Paris na América que, ainda hoje, está em atividades, bem como a Casa Salomão, a qual também preserva suas atividades comerciais no centro da capital paraense.

A expansão numérica dos profissionais de Contabilidade no Estado do Pará a tira colo da expansão econômica regional iniciada na década de 1950 requiritava, já n'aquela época, uma entidade agregadora dos profissionais de Contabilidade (Contadores e Técnicos em Contabilidade), e que disciplinasse o exercício profissional por meio de registro e fiscalização. Neste cenário surgiu o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará.

2.3 O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARÁ (CRC PA)

O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade foram instituídos pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Onde estes são subordinados àquele. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é a entidade que congrega e coordena os Conselhos Regionais. Algumas de suas finalidades são: orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão, decidir em última instância os recursos de penalidades impostas pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis (DL 9295/46).

Os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's) são órgãos responsáveis pelo registro profissional, pela fiscalização do exercício da atividade contábil e a educação continuada visando à proteção dos interesses do profissional da contabilidade e à preservação do seu mercado de trabalho.

Bezerra Filho (2015) explica que, os Conselhos Regionais de Contabilidade espalhados pelo país são dirigidos por profissionais da contabilidade. Os membros da diretoria e respectivos suplentes são eleitos por meio do voto direto e secreto.

No Estado do Pará, o Conselho Regional de Contabilidade (CRC PA) foi fundado em 1946. Tendo como primeiro presidente o Contador Renato de Motta Barbosa. A gestão inicial ocorreu durante o período de 25 de Janeiro de 1947 a 27 de Setembro de 1948.

Desde a instalação do CRC PA até a presente data, vinte e cinco contadores foram presidentes, estando atualmente na Gestão (2016 – 2017) a Contadora Maria de Fátima Cavalcante Vasconcelos. A seguir são apresentados todos os ex-presidentes, bem como os correspondentes períodos de mandato.

Ord.	Ex-Presidentes	Mandato (Mês - Ano)
1	Renato de Motta Barbosa	Jan. 47 - Set.48
2	Nathalino da Silveira Brito	Set. 48 - Fev. 49 Jan. 51 - Fev. 52 Jan. 56 - Jan. 57
3	Mário Carneiro de Miranda	Fev. 49 -Mai.49
4	Raphael Moisés Abensur	Fev. 52 - Jan. 53
5	João Gluck Paul	Jan. 53 - Mai.55
6	Olivar Nylander Brito	Mai. 55 - Jan.56
7	Raymundo de N. F. Cruz	Jan. 57 - Dez.57
8	Benedicto G. de A. Pantoja	Jan. 58 - Jan. 74
9	Jaguanhara G. de Oliveira	Jan. 74 - Jul. 76
10	José Juvêncio A. Uchoa	Jan. 76 - Dez.77
11	Jorge Suleiman Kahwage	Jan. 78 - Jan. 78
12	José Alcimar Marques Gomes	Jan. 78 - Jan. 80
13	Francisco Moreira Pacheco	Jan. 80 - Jan. 82 Dez. 83 - Jan.84
14	Pedro José Martin de Mello	Jan. 82 - Dez.82
15	José Fernando M. Rodrigues	Jan. 84 - Jan. 88
16	Vicente Rosa de Jesus	Jan. 88 - Dez.91
17	Daryberg Jesus Paes Lobo	Jan. 92 - Dez.93
18	Maria do Socorro B. Mateus	Jan. 94 - Dez.97
19	Cláudio Humberto D. Barbosa	Jan. 98 - Dez.99
20	João de Oliveira e Silva	Jan. 00 - Dez.03
21	Deufina Maria Melo Vieira	Jan. 04 - Dez.05
22	José Nonato da Silva	Jan. 06 - Dez.07

24	Eloi Prata Alves	Jan. 12 - Dez.13
25	Pedro Henrique R. Araújo	Jan. 14 - Dez.15

Tabela 1 - Ex Presidentes do CRC-PA.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro da atual sede do CRC Pará existe uma galeria de fotos de todos os Ex-presidentes do Conselho, faltando apenas a foto do último ex-presidente Pedro Henrique Ribeiro Araújo (Figura 3).



Figura 3 - Quadro de Ex Presidentes do CRC-PA

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Desde sua instalação no Pará, a sede do Conselho Regional de Contabilidade mudou de endereço três vezes, estando atualmente situado na Rua Avertano Rocha, nº 392, Bairro: Comércio. CEP 66.023-120 – Belém Pará. A sede atual foi inaugurada em 06 de Novembro de 2001 e ampliada em 2003, pelo ex presidente João de Oliveira e Silva. Apresenta diversas salas administrativas, bem como um amplo auditório denominado Daryberg Jesus Paes Lobo, em homenagem ao 17º Presidente do CRC Pa, usado para as mais diversas promoções para o profissional e para o estudante de Ciências Contábeis. Dentre estas as atividades está o programa de educação profissional continuada, onde diversas palestras são ministradas.

Devido a crescente demanda contábil no interior do Estado, se fez necessária à presença do CRC PA em alguns municípios. Atualmente o CR CPA conta com a colaboração de onze delegacias distribuídas nos mais diversos rincões do Estado:

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Entre 20 a 25 de julho 1986 aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (ENECIC), na Universidade Federal de Mato Grosso e a partir de então passou a ser realizado anualmente em cidades-sede diferentes (BEZERRA FILHO, 2015).

O CRC PA mostrando compromisso com a juventude contábil do Brasil apoiou os dois Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis (ENECIC) que ocorreram em Belém - 6º ENECIC (1991) e o 20º ENECIC (2006). Esse interesse em ajudar os eventos dos estudantes é reflexo das ações de valorização à interação dos estudantes e profissionais recém-formados adotadas pelo CFC.

Dentre essas ações está o Projeto Jovens Lideranças Contábeis que tem como objetivo: despertar e fortalecer jovens lideranças na profissão contábil, desenvolver ações empreendedoras e promover a participação social.

No CRC PA o Projeto Jovens Lideranças Contábeis foi instituído pela Portaria nº 16, de 8 de Abril de 2014, durante o mandato do ex-presidente Pedro Henrique Ribeiro Araújo, tendo como primeiro presidente do projeto Rodrigo Silva Cavalcante. Atualmente a diretoria do projeto é composta pelo contador Charles Anderson de Andrade e Silva (Presidente), Rodrigo Silva Cavalcante (Vice-Presidente) e Luciana Gomes Ferreira (Secretária).

A história contemporânea também registra que o CRC PA, sob a gestão do ex-presidente Contador Eloi Prata Alves, sediou, pela primeira vez um Congresso Brasileiro de Contabilidade, foi a décima nona edição, que aconteceu nos dias 26 a 29 de agosto de 2012, em Belém no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, foi também o primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado na região Norte do Brasil. Essa edição teve como tema “Contabilidade para o Desenvolvimento Sustentável” e participaram mais de cinco mil congressistas (CFC, 2012).

Segundo O CFC (2012), neste congresso, 402 trabalhos foram submetidos ao comitê, entre os quais 349 científicos e 53 técnicos. Deste total, 90 foram selecionados para serem apresentados. Os trabalhos foram divididos entre os temas:

- **Auditoria e Perícia**
- **Contabilidade e Governança Corporativa**

- **Contabilidade Financeira**
- **Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor**
- **Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade**
- **Contabilidade Tributária**
- **Controladoria**
- **Educação e Pesquisa em Contabilidade**
- **Teoria da Contabilidade**

De acordo com os números de trabalhos submetidos por estado, os cinco estados que mais se destacaram foram, São Paulo, que submeteu 50 trabalhos, seguido por Minas Gerais (44), Rio Grande do Sul (39), Bahia (36) e Pará (35).

Destaca-se no quadro funcional inúmeros trabalhadores compromissados com os objetivos do CRC PA, assim o quadro é composto por mix de jovens e maduros profissionais, todos abraçando a “causa” CRC PA. Para reconhecer a competência e compromisso dos mesmos, escolheu-se para homenagear, sem desmerecer os demais, a trabalhadora, Contadora e Coordenadora de Desenvolvimento Profissional do CRC PA, Eliana de Fátima Santos Bueres, cuja colaboração foi decisiva para a construção desta pesquisa.

Em época passada e próxima a constituição do CRC PA, observava-se há necessidade de evolução da profissão e, essa evolução foi por meio da academia, assim a pesquisa se direciona no sentido de identificar as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) voltadas a ciência da Contabilidade.

2.4 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

O cenário histórico econômico da época exigia avanço da Ciência Contábil, assim, no mês de maio do ano de 1949 surgiu a instituição de ensino denominada de Fênix Caixeral Paraense mantenedora do Curso superior de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

A estrutura curricular do curso superior em Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais contemplava, nos dois primeiros anos do curso, dentre outras, as seguintes disciplinas: Contabilidade Comercial; Contabilidade Bancária, Contabilidade de Custos, Contabilidade de Seguros, Contabilidade e Legislação do Imposto de Renda, Auditoria e Análise de Balanço, Economia de Empresas e orçamento Empresarial, Orçamento e Contabilidade Pública, Direito Tributário, Instituições Legais, Técnica Comercial, Introdução às Contas Nacionais etc.

Avançando no tempo, no ano de 1955 o curso de Ciências Contábeis mudou de endereço e passou a ocupar amplo prédio na Avenida São Gerônimo, hoje Avenida Governador José Malcher, onde funciona a empresa Rede Celpa, no centro da cidade de Belém.

Na década de 1960 a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada por meio da Lei nº 3.191 sancionada pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek, a qual congregou as faculdades federais e estaduais existentes e, deste modo, criou os seguintes cursos superiores que passaram a responsabilidade acadêmica e de gestão da UFPA: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Em 19 de dezembro de 1960 tomou posse o primeiro reitor da UFPA, o professor José Rodrigues da Silveira Neto cujo mandato exerceu até o ano de 1969. Em seguida a UFPA foi dirigida pelo reitor e professor Aloysio da Costa Chaves que reestruturou academicamente a UFPA.

O marco da reestruturação efetuada pelo reitor Aloysio Chaves foi à criação de centros e departamentos e a extinção das faculdades existentes. O Centro de Filosofia e Ciências Humanas albergou a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Na década de 1970 surgiu o Centro Sócio – Econômico o qual passou a ser responsável academicamente pelos seguintes cursos: Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Serviço Social e Turismo.

Na década do ano 2000 o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) surgiu e absorveu por meio de Faculdades os cursos que antes estavam sob tutela do Centro Sócio Econômico, deste modo, a Faculdade de Ciências Contábeis faz parte do ICSA.

Nesta trajetória é possível destacar, dentre outros, os eminentes professores: Dariberg de Jesus Paes Lobo, Rui Barreiro da Rocha, Antônio Nunes, Roberto Silveira, Raimundo Bartolomeu Pereira de Souza, Reiko Muto, Irineia Santos, Heber Lavor Moreira, Ivandi Teixeira, José Wilson Nunes Fernandes, Tadeu Araújo, Hildelfonso Soler, Edgar de Lima e Silva, Alcides Maués, José Nonato, Nadson Alves, João Carvalho Lobo, Mário Nascimento e, com atuação mais recente e não menos importante: Anderson Pires, Evaldo José, Francivaldo Albuquerque, Isaac Matias, Kelly Farias, Lidiane Dias, Manoel Farias e o Prof. Romualdo.

Registra-se também o Curso de Ciências Contábeis ofertado pioneiramente, na década de 1970, pelas Faculdades Integradas Colégio Moderno, hoje UNAMA, instituição sob gestão acadêmica e administrativa do Grupo SER Educacional cuja origem é a cidade de Recife

PE.

Com a expansão do ensino superior ocorrida na década do ano de 2000 surgiram, dentre outras, as seguintes instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de graduação em Ciências Contábeis: Centro Universitário do Pará (CESUPA); Faculdade Ideal (FACI); Faculdade Estácio Pará (FAP); Faculdade Estudos Avançados do Pará (FEAPA); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM); Faculdade Maurício de Nassau de Belém – FMN; Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ, etc.

A Contabilidade Brasileira no ano de 1976 sofreu forte influência da Escola Americana de Contabilidade, assim surgiu a Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976. Os aspectos societários necessitavam ser absorvidos pelos profissionais paraenses, ademais, ainda eram incipientes as consequências fiscais que poderiam transcorrer da nova legislação societária.

Neste panorama foi publicado o Decreto Lei 1598 de 1977, o qual disciplinava os aspectos fiscais decorrentes da Lei 6.404/76 e, separava nitidamente o resultado societário do resultado fiscal por meio de ajuste ao lucro societário e, esses ajustes efetuados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). Esses temas demandavam estudos, treinamentos, troca de ideias e, porque não, descontração? Neste cenário surgiu em Belém (PA) o Clube dos Contadores.

2.5 CLUBE DOS CONTADORES (CC)

A intenção da criação do Clube dos Contadores (CC) foi pensada por um grupo de contadores durante um treinamento do Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica no auditório da Receita Federal do Brasil (RFB) em Belém PA no dia 2 de fevereiro de 1976. Ela surgiu como uma maneira de maior interação da classe, por conta do aprendizado, troca de informações, debate das legislações, entre outros motivos.

Após 6 meses de maturação, a ideia foi posta em prática, assim a assembleia geral da criação do CC foi realizada em 8 de agosto de 1976. Foi constituída comissão organizadora que possuía como principais integrantes os seguintes profissionais de Contabilidade: Daryberg de Jesus Paes Lobo, Reynaldo de Souza Neto, Jaguanhara Gomes de Oliveira, Pedro José Martan de Melo, Afrânio Vieira da Costa, Anete Costa Ferreira, Francisco Moreira Pacheco, entre outros.



Foto 4 - Barracão inicial do Clube dos Contadores.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O clube então passou a existir juridicamente no ano de 1976, porém sem uma estrutura física construída que pudesse acolher seus associados. Somente após alguns anos a diretoria da época, por meio de uma “coleta” entre os abenegados, comprou um amplo terreno localizado à Rodovia Mario Covas – Ananindeua Pará.

Eram comuns nas décadas dos anos de 1970, 1980 e 1990 treinamentos, festas carnavalescas, juninas e natalinas realizadas pelo CC, porém o terreno de vasta extensão territorial, com piscinas, salão de festa, cozinha, vestiários, quadra de voleibol e três campos de futebol preocupava seus dirigentes quanto há possíveis invasões. No ano de 2009, o CC transacionou sua antiga sede para um imóvel mais central ao município de Ananindeua, essa nova sede localiza-se a Passagem São Pedro, nº 108 – Guanabara – Ananindeua Pará.



Foto 5 - Nova sede do Clube dos Contadores - Passagem São Pedro, 108 Ananindeua Pa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A nova sede foi inaugurada no dia 17 de março de 2012. Esse evento contou com a presença da classe contábil paraense, do Presidente da Federação de Agricultura do Pará (FAE-PA), do Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PA), Vilson Schuber, do Presidente a época do Conselho Regional de Contabilidade do Pará (CRC-PA), Eloi Prata Alves, e convidados.

O presidente da época e atual do Clube dos Contadores é o Contador Moacir Silva, que em seu discurso reinaugural expressou que o espaço tem o objetivo de unir os profissionais de Contabilidade, além de proporcionar momentos de lazer e descontração aos associados que poderiam esquecer um pouco das rotinas profissionais do dia-a-dia e levar a família para um momento de diversão.

Por ocasião da reinauguração do CC, o Conselho Regional de Contabilidade, que esteve presente e representado por seu presidente Contador Eloi Prata, expressou desejo de incentivar os profissionais de Contabilidade atuantes no Estado do Pará à associarem-se, pois, segundo a expectativa de todos, seria um ótimo espaço tanto para debater questões relacionadas a Contabilidade, quanto para levar toda a família para momentos de lazer.

O Clube dos Contadores contou como presidentes, vários nomes da Contabilidade Paraense. Alguns desses importantes nomes para o Clube foram: Daryberg de Jesus Paes Lobo, José Alcimar Marques, Moacir da Silva (atual presidente), José Fernandes Mendes Rodrigues, José Fernandes Paes de Vasconcelos, Albey Monteiro da Silva, Raimundo Dias Cardoso, entre outros.



Foto 6 - Visão parcial das piscinas e salões do CC.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O atual dirigente de fato do CC, o Contador José Fernandes Paes de Vasconcelos entende que o Clube necessita recomeçar, tirando lições dos erros passados e aposta na juven-

tude dos profissionais de Contabilidade do Estado do Pará, fato que poderá recuperar a pujança do Clube que no passado tinha reconhecimento positivo da sociedade, em especial, da sociedade da cidade de Belém.

Os profissionais de Contabilidade nas décadas de 1970, 1980 e 1990 tinham sintonia e participação nas entidades de classe, assim era comum dirigentes do Clube dos Contadores também pertecerem ao quadro de dirigentes do Conselho Regional de Contabilidade e do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará (SCEP), porém este último sempre teve a característica de muitos desafios para manutenção, expansão e continuidade, pois sua receita maior originada das contribuições sindicais dos profissionais sempre necessitou de maior compreensão e entendimento.

2.6 SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DO PARÁ

Os registros históricos do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará são escassos, porém foi possível identificar que o Sindicato foi inaugurado no dia 13 de setembro do ano de 1931 e reinaugurado no dia 09 de Agosto de 2007.

O Sindicato está localizado a rua 28 de Setembro, centro, Belém Pará e possui biblioteca denominada Prof. Dariberg Lobo, porém, com diminuto acervo. Dentre os dirigentes é possível destacar, entre outros, os seguintes profissionais da Contabilidade: George Santiago, João Batista Correa Lobato, José Maria de Oliveira (atual presidente), Matias da Silva Pantoja, Paulo Otávio Bastos Baker, José Lázaro Martins Luna, Sebastião Carlos de Lima, Raimundo Santana Tavares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se finalmente, a importância de ser resgatada a história da Contabilidade no Estado do Pará, pois foi possível abstrair que as entidades componentes, algumas hoje necessitando de novos profissionais na gestão para alçar novos voos e outras bem estruturadas com pujantes realizações, ademais, percebeu-se fatos que a história tradicional não tem abundante registro, como a atuação do guarda livros no ciclo da borracha na Amazônia brasileira a qual precisa ser recuperada.

Em ambos os ciclos da borracha ocorridos na Amazônia brasileira e, em especial, no Estado

do Pará (1879-1912 e 1942-1945) foi possível observar a atuação do profissional de Contabilidade, à época denominado de Guarda Livros, que permitiu por meio de registros contábeis, que os diversos agentes econômicos pudessem prestar contas dos recursos de terceiros sob suas responsabilidades, contribuindo, dessa maneira, para a pujante fase econômica vivenciada pelo Estado do Pará.

Observou-se que, este mesmo profissional de Contabilidade cuja denominação era Guarda Livros, nos primórdios da Junta Comercial do Estado do Pará, tinham seus nomes grafados nos instrumentos constitutivos das empresas, e que predominava profissionais do sexo masculino e as empresas, em sua maioria, eram entidades individuais.

Destaca-se a importância e o pioneirismo do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará, como também o curso da Faculdades Integradas Colégio Moderno, precursor da UNAMA, hoje administrada pelo grupo Ser Educacional. A partir da década do ano de 1990 percebeu acréscimo de número de cursos de Ciências Contábeis ofertados por inúmeras instituições privadas e todos bem avaliados pelo Ministério da Educação.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará foi instituído em panorama histórico cuja necessidade de disciplinar a profissão, face o crescimento de número de profissionais que a academia oferecia ao mercado, por meio do registro e fiscalização era patente. Hoje, a atuação do CRC PA está expandida, assim, o aprimoramento profissional dos profissionais do Estado do Pará também faz parte de seus objetivos.

Registra-se a importância do Clube dos Contadores quanto entidade compromissada com o treinamento e o lazer direcionados aos profissionais do Estado do Pará e, concomitantemente, há necessidade de recuperá-lo e torná-lo pujante como no passado.

O resgate permite entender quanto o Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará necessita de ser abraçado pelos profissionais da Contabilidade do Estado do Pará e, como isto, torná-lo forte como foi no passado, inobstante reconheça-se a dedicação dos atuais dirigentes.

Esta pesquisa de resgate histórico detectou um profissional que militou por longos anos e transversalmente nos diversos entes da profissão contábil do Estado do Pará como: Academia, Conselho Regional, Clube dos Contadores etc. e recebendo, como reconhecimento por sua atuação, inúmeras homenagens nestas entidades, porém este trabalho também não pode deixar de reconhecer o profícuo trabalho em prol da classe dos profissionais de Contabilidade do Estado do Pará o eminente professor DARIBERG DE JESUS PAES LOBO, assim

fica o registro!!!

Por fim, resgata-se o entendimento de Costa (1989,p.89) quando expressa que “ um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.” Esse entendimento é merecedor de profundas reflexões, pois, quando da coleta de dados da presente pesquisa observou-se que não tem ocorrido os merecedores cuidados com os documentos e outros registros históricos por parte das diversas entidades profissionais contábeis do Estado do Pará

Como limite ao presente resgate histórico, destaca-se a escassêz de documentos histórico

preservado pelo diversos entes que congregam os profissionais de Contabilidade do Estado do Pará, além de que, as entidades localizadas no interior do Estado não foi possível resgatar os fatos históricos, diante disto, recomenda-se novas pesquisas que permitam resgate holístico dos fatos históricos vinculados as todas entidades contábeis do Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, J. A.. **Mensagem ao futuro profissional da contabilidade**. 8. ed. Brasília: CFC, 2015

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9295-27-maio-1946-417535-normaatualizada-pe.html> Acesso em: 16 Abr. 2016.

CARDOSO, D. M. **Os Dilemas do Desenvolvimento da Amazônia em Perspectiva Histórica**. São Pulo. Julho de 2011.

CLUBE DOS CONTADORES. Disponível em: <<http://clubedoscontadorespa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **História dos Congressos Brasileiros de Contabilidade**. 2. ed. Brasília: CFC, 2012.

COSTA, E.V. **Da Senzala à colônia. Juiz de Fora – MG**. Editora Brasiliense, 1989,

LOUREIRO, A. J. S. **Amazônia 10.000 anos**. Manaus: Ed. Metro Cúbico, p. 172-3, 1982.

SANTOS, E. M. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Ed. Valer, 2001.

VASCONCELOS, J. F. P. de. O. **Clube dos Contadores**. Belém, FAEPA, 2016.

RECONSTITUINDO A MEMÓRIA CONTÁBIL POR INTERMÉDIO DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES PARAIBANAS



**José Jassuipe da Silva Morais
Luiz Antônio Félix Júnior
Polyandra Zampierre Pessoa da Silva
Rayane de Lima Silva**

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	3
1. Introdução	5
2. Características Históricas da Paraíba	8
3. Aulas de comércio – breves considerações	10
4. instituições educativas – traçando trajetórias	16
5. Estudo empírico	17
6. Caracterização das Escolas	19
6.1. Colégio Alfredo Dantas – Campina Grande/PB	19
6.2. Escola Técnica de Comércio Santo Antônio – Guarabira/PB	21
6.3. Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes – Mamanguape/PB	24
6.4. Colégio Técnico de Rio Tinto – Rio Tinto/PB	28
7. Considerações finais	30
Referências	33
Arquivos pesquisados	36
APÊNDICE A – Escolas de Ensino Comercial na Paraíba	37
ANEXO B – Mapa da Paraíba com marcação das cidades pesquisadas ...	40

RESUMO

Este trabalho apresenta um itinerário histórico da educação contábil na Paraíba sendo sua trajetória traçada por intermédio de Instituições Educativas de ensino técnico-profissionalizante contábil. Os estudos históricos podem trazer contribuições no sentido de reconstituir o passado e relatar experiências relevantes as mais variadas áreas de conhecimento no âmbito local, nacional e internacional. Como área de conhecimento específico, a Contabilidade e o Ensino Comercial têm sua trajetória desde o Brasil Colônia até os dias atuais. Inicialmente como Aulas de Comércio com o propósito de orientar atividades mercantis e melhorar o controle das operações realizadas pela Coroa Portuguesa e seus parceiros comerciais, advindas da cultura mercantil desencadeada pelas iniciativas do governo do Marquês de Pombal

(1755-1776). No auge da implantação das grandes companhias monopolistas como parte das medidas comandadas pelas reformas pombalinas em 1759 foi criada a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Ao mesmo tempo surge a necessidade das Aulas de Comércio em Portugal coincidindo com sua criação no Brasil. Nessa vertente o presente estudo parte da premissa que a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759, fruto das Reformas Pombalinas, pode ter impulsionado a educação de âmbito mercantil e de gestão por meio das Aulas de Comércio estabelecidas na Capitania de Pernambuco e essas ideias terem circulado, chegando à Paraíba, por influência de sua proximidade à Recife e a subordinação de cunho político e governamental na época. Para tanto, esta investigação recorreu a uma metodologia com análise qualitativa que se baseia em documentos levantados nos arquivos públicos e privados visitados nas cidades de Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira e Campina Grande, material bibliográfico e o apoio de depoimentos orais. Este estudo objetivou reconstituir de forma parcial a História da Contabilidade da Paraíba por intermédio de Instituições Educativas de Ensino Comercial e Técnico Profissionalizante de Contabilidade no período de 1928 a 1997. No âmbito deste trabalho, foi verificada preliminarmente a existência de 36 (trinta e seis) escolas de formação profissionalizante contábil na Paraíba. Desse universo, neste momento, foram pesquisadas as Instituições Educativas: o Colégio Alfredo Dantas (CAD) em Campina Grande, a Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (ETCSA) em Guarabira, a Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF) em Mamanguape e o Colégio Técnico de Rio Tinto (COLTERT) em Rio Tinto. Os resultados preliminares indicam, dentro de vários aspectos, que essa reconstituição parcial da História da Contabilidade da Paraíba está longe de formular posicionamentos concretos sobre o tema, mas apresentou algumas constatações relevantes no período investigado, principalmente no tocante a ascensão social e melhoria dos índices educacionais das populações onde cada Instituição Educativa se instalou, encaminhando jovens e adultos ao mundo trabalho. Constata-se, também, que há muito a se investigar e que esses resultados preliminares alcançados por este desafio lançado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), constituem-se como oportunidade para incentivar novas pesquisas visando resgatar a memória contábil na Paraíba, podendo outros investigadores enveredar por novos caminhos, diferentes do que aqui se tratam em relação às Instituições Educativas de âmbito contábil.

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação envereda por uma seara que nos últimos tempos não teve a merecida atenção por parte de investigadores que militam na área contábil. Salvo raras exceções, a produção científica no âmbito da História da Contabilidade se faz de forma incipiente e por poucos abnegados no ofício de historiadores que visam preservar a memória contábil. Há de se destacar a importância dessa iniciativa por parte do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com o intuito de reconstituir o itinerário das escolas, dos profissionais, dos manuscritos, das primeiras organizações e entidades que representavam a classe contábil, como também particularidades relativas à história da formação e do exercício de profissionais de contabilidade nos diversos estados brasileiros. É com satisfação que se traz a refletir um tema que ainda não ocupa um lugar de destaque na comunidade acadêmica contábil e de certa forma tem sido considerado de relevância secundária no âmbito da pesquisa em contabilidade no Brasil.

O tema História da Contabilidade de acordo com Rodrigues (2014) “não é um tema bem visto da investigação histórica; a propósito já disse o professor Esteban Hernandez há muitos anos atrás: algum investigador em História da Contabilidade seria aceite numa assembléia de historiadores?”. Tal observação, de acordo o autor, se discute pelo fato de ser interpretada como uma fragmentação da História no âmbito da Nouvelle Histoire (Nova História), corrente historiográfica que se alinha com a terceira geração da Escola dos Annales, com destaque para os historiadores Jacques Le Goff e George Duby. Ao que se chama de Escola dos Annales, caracteriza-se como movimento historiográfico que se refere a um período acadêmico na França que visa agrupar métodos das Ciências Sociais na História e que tem influenciado a forma de se realizar estudos históricos por toda parte. Portanto, nessa sucessão de métodos para reconstituir a memória e os aspectos essenciais do passado, a História da Contabilidade em sua trajetória tem vivido avanços e retrocessos, quase sempre nas mãos de poucos interessados, uma vez que outros aspectos mais atuais envolvendo a Contabilidade Internacional e os efeitos de um mundo globalizado demandam mais interesses na esfera das produções científicas, nomeadamente em nível de pós-graduação (mestrados e doutorados).

Perante a importância de se realizar pesquisas na linha de História da Contabilidade,

torna-se relevante destacar o esforço empreendido pelos investigadores portugueses que, desde 2008, realizam Encontros de História da Contabilidade, já alcançado a oitava versão no ano de 2015. Tal ação em prol dos estudos históricos relativos à Contabilidade pode servir de espaço de circulação de ideias que contribuam para o avanço dessa linha de pesquisa no Brasil.

Dito isso, pode ser de bom alvitre parafrasear o editorial do livro distribuído no VIII Encontro de História da Contabilidade, em 11 de dezembro de 2015, elaborado pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) de Portugal por intermédio da Comissão de História da Contabilidade (CHC), liderada pela Professora Doutora Lúcia Lima Rodrigues, onde destaca:

Realizar o Oitavo Encontro na Reitoria da Universidade de Lisboa, tem significado especial. Nesse magnífico local, a ladear a porta do Salão, podem apreciar-se pinturas murais assinadas por ‘Daciano Costa 1961 / Ajudante Francisco Vasconcelos’ que lembram a divisa da Universidade de Lisboa: Ad Lucem (Para a Luz); à esquerda o painel representa ‘deslumbramento do homem pela luz que desvenda os mistérios do universo’ e à direita, evoca-se ‘a sucessão de gerações no mesmo anseio de luz que a tradição comunica e a juventude prossegue’. É na busca do conhecimento contabilístico ao longo de sucessivas gerações que esses Encontros de História procuram trazer luz para os nossos dias, desvendando os mistérios da nossa área de trabalho (OCC-CHC, 2015, p. 11).

Assim, pode-se esperar uma caminhada para a luz no que se refere às novas descobertas no âmbito da História da Contabilidade, nomeadamente na Paraíba, com iniciativas dessa ordem, promovidas pelo CFC. Para se alcançar tal finalidade, há indícios que dialogando com pesquisas voltadas para a História da Educação Contábil e utilizando a reconstituição histórica de Instituições Educativas do ensino técnico profissionalizante, existe a possibilidade de se colher bons frutos.

O presente estudo busca quebrar esse paradigma da ausência de trabalhos que abordem o passado da contabilidade no Estado da Paraíba. Com isso, são apresentadas reflexões

de uma investigação ainda em andamento, que versa sobre História da Educação Contábil na Paraíba. Busca-se nessa linha de pesquisa delinear o estudo em relação às Instituições Educativas de ensino técnico profissional comercial, que tem trazido a tona esse tema no âmbito da História da Educação e propiciado o entendimento do funcionamento de escolas técnicas que proporcionavam o ensino de contabilidade aos paraibanos.

No sentido de alcançar essa finalidade, o Grupo de Pesquisa em História da Educação Contábil (GHEC) da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV (Unidade Mamanguape) tem encaminhado produções relevantes para a historiografia na área educacional voltada para a Contabilidade, avolumando o número de investigações acerca desse tema na Paraíba com enfoque no Ensino Comercial e Técnico Profissionalizante de nível médio/secundário. Nesse sentido, já foram pesquisados: o Colégio Alfredo Dantas (CAD) em Campina Grande, a Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (ETCSA) em Guarabira, a Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF) em Mamanguape e o Colégio Técnico de Rio Tinto (COLTERT) em Rio Tinto.

Diante da relevância do Ensino Comercial e Técnico Profissionalizante de Contabilidade – apresenta-se como questão desta investigação – Como se deu a trajetória histórica dessa modalidade de ensino nas cidades paraibanas de Campina Grande, Guarabira, Mamanguape e Rio Tinto no período de 1928 a 1997?

A pesquisa foi circunscrita no período ora referido – marco temporal entre a fundação e o encerramento das atividades das escolas investigadas – traz o levantamento de diversificados tipos de documentos históricos. Tais dados foram coletados nos acervos documentais e iconográficos de cada escola, com também, no setor de arquivos das escolas inativas da Secretaria Estadual de Educação da Paraíba, localizada em João Pessoa.

Deste modo, este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento sobre a História da Educação Contábil na Paraíba, tendo como objetivo reconstituir de forma parcial a História da Contabilidade da Paraíba por intermédio de Instituições Educativas de Ensino Comercial e Técnico Profissionalizante de Contabilidade no período de 1928 a 1997.

Portanto, para expor a forma como se empreendeu esta investigação, ela subdividiu-se em sete seções: a primeira constitui-se desta Introdução, explanando uma síntese do trabalho desenvolvido; a segunda traz breves características históricas da Paraíba; na terceira, aborda-se a trajetória das Aulas de Comércio oriundas de Portugal, entendendo-se para

o Brasil e por consequência para a Paraíba.

Na quarta seção, são tratados assuntos concernentes às Instituições Educativas e suas contribuições para a reconstituição da História da Contabilidade, em particular pautada na História da Educação paraibana, na quinta parte é exposta a metodologia utilizada e os esclarecimentos relativos ao estudo empírico, já na sexta, é feita a caracterização das escolas, objeto de estudo da presente investigação. Apresentam-se na sétima seção as Considerações Finais e finaliza-se este texto com a lista dos autores referenciados, os arquivos visitados, o apêndice e os anexos.

2. CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DA PARAÍBA

Alguns traços fundamentais merecem destaque na caracterização da Paraíba e já começa a surpreender quando iniciado esse processo de investigação. Vale destacar a resistência dos índios e a dificuldade dos portugueses em conquistar a Paraíba, com tentativas sem sucesso nos anos de 1574, 1575, 1579, 1584 e somente em 5 de agosto de 1585 ocorreu sua real ocupação (MELLO, 1997).

Não se pode traçar de forma precisa de onde se origina essa resistência dos paraibanos, uma vez que a formação do povo brasileiro é uma mistura de raças. No entanto, vale realçar nomeadamente, que os paraibanos têm sua origem nas populações indígenas formadas por índios Cariris e índios Tupis (Tabajaras e Potiguaras), como também, nos europeus Portugueses, Holandeses, Franceses, Italianos, Alemães, Espanhóis e nos Negros Africanos. Portanto, como se pode perceber, a Paraíba já nasce forte e com diversificada herança cultural desde o período da colonização portuguesa e por questões geográficas consideradas estratégicas, já teve sua extensão territorial muito ampla.

Talvez não tenha sido alvo de tanta divulgação, no entanto, julga-se necessário ressaltar neste estudo, que a Capitania da Paraíba no período da colonização portuguesa, já se estendeu da localização atual, no nordeste brasileiro até onde atualmente se situa o Estado de Tocantins, na região norte do país. A Paraíba já esteve classificada entre as três regiões de produção econômica no período colonial, dividindo tal status com a Capitania de Pernambuco e a Capitania da Bahia.

No período das Capitânicas Hereditárias, a Capitania da Paraíba foi subordinada a Capitania de Itamaracá que se estendia desde a Baía da Traição até o Rio Santa Cruz, em Igarassu – Pernambuco, conforme figura 1, logo a seguir:



Figura 1 - Mapa das Capitânicas Hereditárias Centrais.

Fonte: Cintra, 2013, p. 23.

Como se pode notar na figura acima, o território da Paraíba estava anexado a Capitania de Itamaracá, que se localizava vizinha à Capitania de Pernambuco.

Por motivo de conflitos na região em 1574, Dom Sebastião, Rei de Portugal (1557-1578), efetuou desmembramento da Capitania de Itamaracá, criando a Capitania Real da Paraíba, neste ato, passando a ser administrada diretamente pela Corte Portuguesa (MELLO, 1997).

Sendo assim, é relevante realçar que a vizinhança da Capitania da Paraíba com a Capitania de Pernambuco traz contribuições para o desenvolvimento local de âmbito comercial. Essa influência se acentua quando a Capitania da Paraíba no período de 1755 a 1799 foi anexada à Capitania de Pernambuco.

Sob a égide das políticas econômicas do Marquês de Pombal, o período de 1750 a 1765 foi nomeado como o das grandes companhias monopolistas. Essas medidas buscavam a valorização colonial e agrícola de Portugal e do Brasil, momento este, em que foi criada, entre outras, a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759. Assim como as demais grandes companhias de comércio, essa tinha a finalidade de combater o contrabando e permitir o reabastecimento do Brasil, evitando os efeitos nefastos da concorrência (BOURDON, 2015).

Portanto, sob influência dessa efervescência mercantil, resultante das reformas pombalinas em 1759, emerge a necessidade das Aulas de Comércio em Portugal coincidindo com a sua criação no Brasil. Dessa forma, apresentada esta breve caracterização histórica, no próximo tópico, será abordada à trajetória das Aulas de Comércio oriundas de Portugal, entendendo-se para o Brasil e por consequência para a Paraíba.

3. AULAS DE COMÉRCIO – BREVES CONSIDERAÇÕES

A pesquisa relativa à expansão das Aulas de Comércio no Brasil torna-se um trabalho árduo quando se utiliza como base esse tema e tenta-se reconstituir a história da contabilidade brasileira e paraibana. Portanto, como gênese de toda essa história, se faz necessário retroceder ao Brasil Colônia de Portugal e elucidar tal trajetória visando relatar parte da história da contabilidade da Paraíba por intermédio das Escolas de Comércio.

Sendo assim, definiu-se, que para se promover tal reconstituição, optou-se pelo período das reformas pombalinas e seu impacto no Brasil, nomeadamente no que se refere à educação voltada para orientar as atividades mercantis, que inicialmente era denominada de Aulas de Comércio. Dentro da política comercial da época pombalina, controlar os resultados das operações realizadas era de fundamental importância para seus investidores e para a Coroa Portuguesa. Nesse sentido, algumas ações foram tomadas pelo Marquês de Pombal na expectativa de fortalecer a educação e formar indivíduos com habilidades para as técnicas comerciais e de controle do patrimônio.

Para este fim, se faz necessário recorrer a Carvalho (2011, p. 458) quando expõe que “é notória a fraca preparação dos negociantes portugueses para o desempenho das atividades comerciais no que respeita ao conhecimento de regras contabilísticas” e por este motivo, no âmbito das reformas pombalinas foi criada “a chamada Aula de Comércio cujos Estatutos datam de 19 de abril de 1759”.

O referido Estatuto caracteriza-se como a primeira providência implementada pelo ministro nomeado pelo Rei de Portugal, Dom José I (1750-1777), denominado Sebastião José de Carvalho Melo (Marquês de Pombal).

Toda essa movimentação em torno das Aulas de Comércio em Portugal inspira abor-

dagens que são contestadas por Carvalho (2011, p. 460-461). Em relação a esse assunto, o autor ora referenciado, destaca:

Há quem considere a criação da Aula de Comércio como uma glória portuguesa encarando-a como tendo sido a primeira escola, em todo o mundo, de caráter técnico, tipo de escola que só mais tarde viria a ser organizado noutros países. Parece-nos haver nisso exagero. Não é crível que nações, como Inglaterra ou os Países Baixos, onde, no tempo, eram já intensíssimas as actividades comerciais, internas e externas, não existissem aulas nas quais se aprendessem as matérias em causa [...] Poderiam lá [...] não se chamarem Aulas de Comércio, nem terem qualquer designação equivalente [...] mas de qualquer modo é indubitável que tal ensino aí seria ministrado.

Como se percebe, a criação das Aulas de Comércio pode ter ou não o pioneirismo português, no entanto, conforme expõe Chaves (2011, p. 233) gerou “a produção de uma cultura mercantil que acompanhará a criação das aulas mercantis. Jorge Pedreira certamente será o primeiro autor a identificar a chamada ‘cultura mercantil’ associada às iniciativas pombalinas de criação de espaços de profissionalização, corporativismo e instrução”.

Na interpretação dessas abordagens, é coerente admitir que o governo pombalino (1755-1776) trouxe para Portugal muitas transformações e “uma série de medidas que tinha por finalidade fortalecer os grupos mercantis do reino e ficaram subordinadas à recém-criada Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação” (CHAVES, 2011, p. 227).

No intuito de concretizar esses objetivos, a Coroa Portuguesa, em 1759, inicia reformas na educação por intermédio do Alvará Régio, momento este, que promove a expulsão dos jesuítas do Império Português e a criação das primeiras aulas estatais, expandindo-se também para o Brasil tais medidas, ficando conhecidas então, como Reformas Pombalinas da Educação (FONSECA, 2011).

Atrelada às medidas ligadas à educação, o ministro do Rei Dom José I (Marquês de Pombal) constitui também, em 1759, a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (CGCPP) que almejava dinamizar o comércio ultramarino com sua colônia e potencializar a recuperação da economia portuguesa (ANDRADE, A. P., 2013).

Em relação a essa proposta de expansão comercial, Saraiva (1941, p. 7-8) expõe que:

Alguns homens de negócios das praças de Lisboa, Porto e Pernambuco, certamente sugestionados pelo Ministro Sebastião José de Carvalho, pediram, em seus nomes e dos demais vassallos, como dizem, ao rei D. José, a criação e estabelecimento duma companhia geral de comércio e navegação para as Capitanias de Pernambuco e Paraíba. Os respectivos estatutos, articulados em sessenta e três parágrafos, com data de 30 de junho de 1759, foram aprovados por alvará de 13 de agosto seguinte [...] O estatuto assentava nos mesmos moldes dos da Companhia do Grão Pará e Maranhão, e a Companhia tinha também a sua sede em Lisboa.

Como se há de ver, a implantação da empresa mercantilista foi estabelecida, em seu nascedouro, com elevadas expectativas de resultados comerciais por parte de seus investidores radicados em Lisboa, Porto e Pernambuco, já que tal empreendimento iria explorar uma das mais prósperas capitanias portuguesas da época. Portanto, não se pode ignorar a observação apresentada por historiadores, onde afirmam que em meio as Capitanias Hereditárias, a que atingiu maior prosperidade no Brasil Colônia, foi a Capitania de Pernambuco, acompanhada pela Capitania de São Vicente, Capitania da Bahia, Capitania do Espírito Santo e Capitania do Rio de Janeiro. Nesse período de prosperidade comercial em relação à Capitania de Pernambuco, surge aí a necessidade de uma gestão das finanças com maior eficiência.

Serrath (2013) assevera que somente no reinado de Dom José I, aconteceu a criação da Contadoria dos Contos do Ultramar, não se registrando ao certo quanto ao momento de início de seu funcionamento, no entanto, sabe-se que em 1756 já estava atuando.

Sendo assim, é coerente assinalar, que esses processos de organização para o controle do patrimônio da Coroa Portuguesa, desencadeou a necessidade de expansão das Aulas de Comércio em Portugal e no Brasil para a formação de futuros Contabilistas.

Assim, dentro dessa mesma análise, em seu estudo relativo à Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1775), Andrade A. P. (2013) lembra:

No Brasil, a Aula de Comércio somente chegou em 1808, com a vinda da corte portuguesa, entretanto, constatou-se que a escrituração mercantil das transações comerciais por partidas dobradas foi praticada na capitania de Pernambuco desde o ano de 1760, pe-

los guarda-livros e escriturários contadores da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a exemplo de Julião Lumachi (guarda-livros) e de Antônio Martins Viana (primeiro escriturário contador do Brasil).

Com a identificação desses aspectos históricos, pode-se tentar traçar uma trajetória do Ensino Comercial, consoante com a criação de órgãos de controle e a escrituração mercantil por partidas dobradas das Companhias de Comércio, particularmente neste estudo, em observância a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba.

Em meio ao interesse de elucidar a gênese das Aulas de Comércio em solo paraibano, Pinheiro (2001, p. 78), faz referência ao pronunciamento do Presidente da Parahyba do Norte, Doutor Joaquim Teixeira Peixoto D’Albuquerque, em 24 de junho de 1838 na 2ª legislatura da Assembléia Provincial. Tal comunicação legislativa consta de sua tese intitulada “Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba” e apresenta documento localizado no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), de modo que, em sua transcrição, foi mantida a forma original de escrita, apontando o seguinte destaque:

Ao se referir ao ensino secundário, o citado presidente da Província defendia a criação de uma aula de Comercio “em a qual se ensinasse a escripturação por partidas dobradas, redução de pesos e medidas cambiais, seguros, avarias &. A criação d’esta Cadeira acarretaria com sigo não poucos beneficios, por que devendo esta Provincia, pela sua localidade, e excellente Porto, ser bastante Comercial, lucraria não pouco, que se applicassem aos estudos mercantis, quando não a todos pelo menos aos mais necessarios, aqueles que a essa vida se quisessem dedicar. O Verdadeiro Negociante e hum homem instruido; pelo menos no que é relativo ao se o emprego, e occupação: elle deve conhecer a Legislação a que está sujeito, pelo genero de vida que adoptou, as penas em que incorre, pela infracção de qualquer Contracto; o modo pratico por que deve proceder á escripturação dos seus Livros, e tudo depende de hum estudo bem coordenado. Esta Aula se acha em todos os Paizes civilisados, e entre nós já tem lugar em algumas Provincias do Império; a sua criação

é certamente hum preceito da Lei Geral de 4 de outubro de 1831, Art. 96, que manda - que nenhum individuo possa sêr admittido aos lugares de Fasenda, sem que apresente exame de quasi todas essas materias” (p. 9-10).

Como se é perceptível no presente discurso, em 1838, já se compreendia a importância e os benefícios de uma Aula de Comércio e dos estudos mercantis na Paraíba, principalmente na proposta de se elevar o nível de instrução no ensino secundário, como já acontecia em outras Províncias do Império.

Ainda buscando maiores esclarecimentos quanto as Aulas de Comércio na Província da Parahyba do Norte, evoca-se, Silva R.A.C (2015, p. 7) que descreve:

Há registro em 1813 das aulas de comércio na Bahia, 1830 na Paraíba, 1833 no Rio de Janeiro, 1837 em Pernambuco, 1839 no Maranhão, 1850 em Santa Catarina, 1852 no Amazonas, 1858 no Rio Grande do Sul, de modo oficial sobre a administração do Tribunal da Real Junta de Comércio no Rio de Janeiro.

Diante desse registro ora apresentado, há certa dificuldade para precisar em que momento as Aulas de Comércio foram implantadas na Paraíba, indefinição esta, talvez motivada pelo reduzido número de investigações na área da História da Contabilidade que possam trazer esclarecimentos e preencher lacunas, especificamente, no tocante a implantação dessa experiência educacional em terras paraibanas.

Apesar do indicativo de se ter o ano de 1830, como base temporal para a expansão do ensino de contabilidade na Paraíba, tal anotação como está, unicamente no formato das generalizações, por si só, não caracteriza, uma constatação definitiva. Convém ainda, uma análise mais exaustiva em arquivos e conteúdos documentais que possam trazer maiores subsídios para se reconstituir essa trajetória histórica da educação contábil paraibana.

No mais, é bem sabido que, no entanto, seria agir com ingenuidade afirmar datas exatas quanto à reconstituição histórica, quando se há no Brasil e em toda parte, uma fragmentação e pouca preocupação com provas documentais que ajudem os investigadores em seu trabalho.

Dessa forma, como será dito adiante, tem-se neste estudo a intenção de se reconstituir a História da Contabilidade na Paraíba, de forma parcial. Pode-se dizer que as obras são erguidas, com as ferramentas que estão mais próximas, portanto, nesta investigação, por força da acessibilidade, será por intermédio de Instituições Educativas de Ensino Comercial que se tornaram resultado de uma pesquisa ainda em andamento. Este estudo faz parte de um projeto maior, que pela forma como está sendo desenvolvido, ainda está longe de ser concluído, uma vez que segundo levantamento preliminar, a Paraíba contou ao longo de sua história, com 36 escolas (trinta e seis) de Ensino Comercial (APÊNDICE A).

Enfim, cabe destacar, que apesar dos posicionamentos distintos levantados na presente investigação até este momento, segue adiante a tentativa de encaminhar a vertente deste estudo. Sendo a ideia central deste tópico, defender a hipótese de que a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759, fruto das Reformas Pombalinas, pode ter impulsionado a educação de âmbito mercantil e de gestão por meio das Aulas de Comércio estabelecidas na Capitania de Pernambuco e essas ideias terem circulado, chegando à Paraíba, por influência de sua proximidade à Recife e a subordinação de cunho político e governamental na época.

De forma sucinta, foram explanadas observações relacionadas às Aulas de Comércio no âmbito brasileiro, com foco na Paraíba e ligação direta à Pernambuco. Tal análise teve a intenção de apresentar de forma concisa, um breve ensaio do que se apresentava em termos de políticas educativas advindas desde o Brasil Colônia de Portugal, enaltecendo as evidências mais longínquas do aprendizado de contabilidade em solo paraibano.

Por conseguinte, a partir de estudo realizado por Lira (2012, p. 1) sobre a importância de investigar a evolução do pensamento contabilístico, é revelado “que a criação da Aula de Comércio, em 1759, foi de vital importância para o desenvolvimento da Contabilidade em Portugal e nos seus territórios ultramarinos, incluindo o Brasil”. Para o autor (op. cit.), as pesquisas que abordam a Aula de Comércio podem “dar a conhecer o programa escolar dos primeiros cursos deste estabelecimento de ensino, com especial ênfase para o ensino da Contabilidade, e os diversos aspectos do seu funcionamento”.

Como se pode inferir, a Aula de Comércio é tratada como uma Instituição Educativa destinada a preparar comerciantes doutrinados, guarda-livros eficientes e trabalhadores habilitados para atuar na assessoria às atividades de cunho mercantil.

Uma vez apresentada essa ligeira trajetória histórica em relação às Aulas de Comér-

cio, no próximo tópico, serão abordados assuntos concernentes às Instituições Educativas e suas contribuições para a reconstituição da História da Contabilidade, com viés pautado na História da Educação paraibana.

4. INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS – TRAÇANDO TRAJETÓRIAS

Neste momento, esta investigação parte de um contexto mais amplo abordado nas seções anteriores e procura reconstituir a história de Instituições Educativas paraibanas, a partir de Escolas de Comércio. Tal reconstituição foi efetivada por intermédio dos documentos levantados nas visitas aos arquivos que dispunham de dados relativos a essas escolas, como também, nas vozes de sujeitos que protagonizaram vivências desses cotidianos escolares. Delineou-se a evolução de 04 (quatro) experiências educacionais que se situaram em localidades distintas no Estado da Paraíba – Campina Grande, Guarabira Mamanguape e Rio Tinto (ANEXO B).

No empenho de analisar as Instituições Educativas que este trabalho se propõe, busca-se apoio teórico em Magalhães (2004, p. 58) quando afirma que “conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento e apropriação”.

Portanto, reconstituir as memórias dessas experiências educacionais pode encaminhar pesquisas históricas por vertentes pouco enveredadas, resgatando memórias e práticas educacionais voltadas para o ensino de contabilidade. Na presente proposta, eleva-se o interesse por Escolas Comerciais, Escolas Técnicas de Comércio e Ginásios Comerciais.

De acordo com levantamentos realizados pelos autores do presente trabalho, são apresentadas preliminarmente, 36 (trinta e seis) escolas (APÊNDICE A) de formação profissionalizante contábil na Paraíba, indicando sua gênese oficial no ano de 1922, onde se merece destacar a criação da Academia de Comércio Epitácio Pessoa (ACEP) localizada na cidade João Pessoa – PB. A título de registro, pode-se ver a imponência da ACEP com aspectos de Arte Nouveau, como se expressa na Figura 2, a seguir.



Figura 2 - Academia de Comércio Epitácio Pessoa (ACEP) - João Pessoa - PB.

Fonte Arquivo Municipal de João Pessoa www.arquivojp.wordpress.com.

A Instituição Educativa acima ilustrada será alvo de pesquisas que se realizarão posteriormente. Tal perspectiva de trabalho tem o intuito de dar continuidade a reconstituição da História da Educação da Paraíba, objetivo principal do Grupo de Pesquisa em História da Educação Contábil (GHEC) da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV (Unidade Mangauape).

5. ESTUDO EMPÍRICO

Este estudo resulta da compilação de pesquisas realizadas pelos autores deste texto e traz a interpretação de forma inédita, de conclusões já apresentadas ao debate em congressos, como também, na publicação em anais de eventos científicos, além da divulgação, em periódicos. Portanto, tenta-se com esse manuscrito, realizar a junção de ideias que se referem a Instituições Educativas de âmbito contábil, baseada no Ensino Comercial e nos Cursos Técnicos de Contabilidade, visando o aprimoramento de trabalhos com foco na História da Contabilidade, utilizando a História da Educação Contábil como referência para a expansão do debate em torno do passado dessa área de conhecimento.

A originalidade se pauta nas revisões realizadas no que concerne às interpretações após uma análise realizada com maior afinco para a elaboração de tão importante oportunidade de reflexões desta linha de pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, para consecução deste estudo, optou-se, como nas outras pesquisas já realizadas por este grupo de estudo, pela pesquisa documental com análise qualitativa, sob o apoio de materiais bibliográficos, como artigos científicos, livros, monografias e publicações sobre os temas aqui abordados.

Em relação à pesquisa documental os estudiosos da metodologia científica sugerem que se deva fazer a recolha dos dados, promover sua análise e a seguir interpretá-los. Indica-se também que se utilizem materiais ainda não tratados analiticamente, ou que possam receber novas interpretações por parte dos pesquisadores (GIL, 2009). Ainda nessa perspectiva, Michel (2005) refere-se à pesquisa documental como o ato de se consultar registros referentes ao objeto de estudo em análise, nos registros, nos documentos administrativos, nos estatutos e nas normas legais, entre outros.

No tocante aos materiais bibliográficos, são feitas sínteses das ideias dos autores que estão inseridos no texto, como também, reflexões críticas relativas ao tema. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Lakatos e Marconi (2008) tem abrangência em toda bibliografia que já veio a público, desde publicações avulsas até meios de comunicação. O objetivo principal desse tipo de pesquisa é colocar o investigador de frente com todo material que já foi produzido sobre qualquer assunto a ser pesquisado.

O recolhimento dos dados se desenvolveu por intermédio de visita aos arquivos das escolas pesquisadas, dos arquivos públicos e de acervos pessoais de alguns sujeitos que se disponibilizaram a fornecer depoimentos orais sem o apego ao rigor metodológico da realização de entrevistas temáticas ou qualquer outra forma de depoimentos voltados para a pesquisa científica. Foram conversas de caráter informais, mas que revelaram pormenores dos objetos dessa pesquisa. Teve-se acesso aos registros internos, registros de alunos, matrizes curriculares, portarias e resoluções, além de fotografias, diplomas e certificados.

Para análise e interpretação dos dados, foi selecionada a perspectiva qualitativa, que busca a comprovação da verdade pela experimentação empírica, sob um trabalho de análise bem minuciosa, devendo os dados receber tratamento lógico, detalhado e atento a uma argumentação lógica das ideias interpretadas, não se tem uma comprovação numérica ou estatística (MICHEL, 2005). Neste estudo, buscou-se uma compreensão pormenorizada das Instituições Educativas pesquisadas e seus contextos sociais, históricos, políticos e religiosos, selecionando os fatos e elementos mais relevantes, de acordo com os critérios dos

investigadores e as reflexões já feitas nos artigos sobre esse tema, produzidas pelos membros do Grupo de Pesquisa em História da Educação Contábil (GHEC).

Portanto, no sentido de atingir o objetivo proposto – reconstituir de forma parcial a História da Contabilidade da Paraíba por intermédio de Instituições Educativas de Ensino Comercial e Técnico Profissionalizante de Contabilidade no período de 1928 a 1997, por questões de acessibilidade, a pesquisa se encaminhou junto às Instituições Educativas que funcionaram nas cidades de Campina Grande (1928-1988), Guarabira (1952-1992), Mamanguape (1958-1997) e Rio Tinto (1973-1992). Escolheu-se o período entre os anos de 1928 e 1997, por se tratar das datas de criação e extinção dos Cursos Comerciais nas escolas ora em análise. A seguir será realizada a caracterização das escolas, objeto de estudo da presente investigação.

6. CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS

6.1. COLÉGIO ALFREDO DANTAS – CAMPINA GRANDE/PB

Para discorrer sobre a evolução histórica do Colégio Alfredo Dantas (CAD) se faz necessário recorrer ao que menciona Magalhães (2004) em relação à reconstituição histórica de uma instituição educativa, quando relata que esse tipo de pesquisa necessita que sejam reinterpretadas antigas pesquisas advindas tanto das memórias, quanto dos arquivos, com a finalidade de se fundamentar em uma história que tenha identidade. Nas observações deste autor, resgatar a trajetória de uma escola se caracteriza pela articulação da cultura identitária e educacional, culminando na imbricação entre o modelo educacional e a trajetória histórica.

Portanto, vale ressaltar, que pelos levantamentos realizados no espaço escolar em análise, esta instituição revelou ter uma identidade cultural e educacional fundamentada nos códigos disciplinares militares e na doutrina higienista.

No tocante a criação desta Instituição Educativa, verificou-se ter como data de fundação, 19 de fevereiro de 1919, por um oficial do Exército Brasileiro denominado Tenente Alfredo Dantas Correa de Góis e primeiramente apresentou o nome de Instituto Pedagógico Campinense, sendo criados os cursos, Comercial e Normal em 1928. Nessa evolução histórica,

o CAD instituiu em 1932, os cursos Comerciais, Propedêutico e Perito Contador (MORAIS e SILVA R.L., 2015).

Os dados levantados por Andrade, V.G. (2014), revelam que no espaço temporal entre 1928 e 1944, o CAD formou 8 (oito) turmas mistas, distribuídas em 92 (noventa e dois) alunos, todos eles habilitados para à área contábil. Verificou-se também, que de 1945 a 1969, concluíram o Curso de Técnico em Contabilidade, 801 (oitocentos e um) alunos divididos em 24 (vinte e quatro) turmas compostas por homens e mulheres.

Para o desenvolvimento desta investigação, foi primordial a disponibilidade dos gestores da escola, no que diz respeito a permitir acesso dos pesquisadores, aos documentos antigos que constavam em arquivos privados da Instituição. No sentido de complementar essa experiência, também foram acessados dados públicos, que estavam disponíveis na rede mundial de computadores: <http://www.alfredodantas.com.br/memorial/>.

As informações coletadas apresentam à escola e suas características. Esses materiais ajudam na formação de convicções e deduções que transmitam alguns detalhes do objeto de estudo que ora se apresenta, mostrando assim certa originalidade na pesquisa, onde se pode, por uma interpretação contemporânea, enxergar outros conceitos de âmbito ideológico e político dos gestores do CAD no período estudado, de 1928 a 1988.

Nesse entendimento, cabe novamente recorrer a Magalhães (2004, p. 125) quando afirma que “o conhecimento da relação entre as instituições educativas e os contextos geográficos e socioculturais envolventes, sob a modalidade de território, de comunidade, ou de público-alvo, pode reconceitualizar-se, no plano histórico”. Desse modo, pode-se interpretar que desde a criação do CAD no ano de 1919, foram desenvolvidos ideais emancipatórios, porém de caráter conservador. Tal cultura e identidade resultam de conjunturas políticas e religiosas que foram atravessadas por esta Instituição Educativa de caráter privada e a mais antiga da cidade de Campina Grande, na Paraíba.

Essa tradição emancipatória, se traduz nos conflitos e desavenças travadas pelo Tenente Alfredo Dantas e o clero católico local. Esses embates acarretaram algumas restrições no que se refere aos subsídios que se originavam do setor público no período. Um dos pontos de maior polêmica defendido pelo idealizador do CAD era sua posição favorável à educação laica e adverso ao ensino religioso. Tal posicionamento era contrário as medidas do poder político da época e que desenvolvia medidas para conter as ideias perturbadoras que se ampliavam na década de 1920, no Brasil. Mesmo assim, desde a sua fundação, o CAD era

uma referência na educação profissional de Campina Grande, refletindo também em boa parte do interior paraibano. Essa escola desenvolveu uma capacidade única na formação de mão-de-obra para o interior da Paraíba, no âmbito da Contabilidade.

De acordo com Morais e Silva R.L. (2015), essa Instituição Escolar, além da sua vertente educacional rígida, também se diferenciava em virtude de sua arquitetura, uma vez que predominava as características de espaço escolar com janelas e portas largas que propiciavam muita ventilação, dispunha também de ambientes higiênicos, além de espaços que favoreciam a prática de atividades físicas.

Por fim, ainda com as afirmações Morais e Silva R.L. (2015), evidencia-se que o Colégio Alfredo Dantas (CAD) teve como registro, ser o estabelecimento de ensino pioneiro, de caráter privado, a conferir títulos profissionalizantes no interior da Paraíba, como também, promoveu uma educação profissionalizante que atraiu com sua cultura escolar, muitas famílias tradicionais de Campina, influenciando na formação de muitas gerações.

Para concluir, apresenta-se a imagem a seguir, que materializa a representação do CAD e sua arquitetura advinda da proposta higienista prevalecente na época.



Figura 3 - Fachada do Colégio Alfredo Dantas (1974)

Fonte: Acervo do CAD - <http://alfredodantas.com.br/memorial/> Adaptado de Morais e Silva R. L. (2015).

6.2. ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO SANTO ANTÔNIO – GUARABIRA/PB

O Ensino Comercial na cidade de Guarabira – Paraíba surgiu com a criação da Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (ETCSA). De acordo com seu Regimento elaborado em 1972, consta a informação que pela Portaria 184/1951 da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, aconteceu sua criação sob regime particular e foi autorizada a funcionar por essa normativa estadual. No processo de formalização legal, foi registrada ainda, no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Guarabira – Paraíba, sob o nº 386/1952. No seu Estatuto e também no Regimento Interno, enuncia que a mencionada Instituição Educativa foi fundada em 31 de agosto de 1952 (MORAIS e SILVA R.L., 2014).

Fontes levantadas pela pesquisa de Moraes e Silva R.L. (2014) complementam que a localidade de Guarabira, onde se sediava a escola profissionalizante ora em análise, era comumente evocada, ao longo de sua história, de ‘Rainha do Brejo Paraibano’. Esse título tem origem, pelo fato da cidade ser base comercial importante para o entorno da microrregião onde está inserida e também por ter seu clima favorável a chuvas regulares, situação essa, que favorece a produção primária de alimentos. Tal condição confirma a ideia de cidade distribuidora de produtos alimentícios que promovia aquecimento da economia local e dos demais municípios a sua volta, uma vez que foram aproximados, por muitos anos, pela principal conexão férrea da região.

Com advento da Lei 5.692/1971 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o currículo do Ensino de 2º grau e conseqüentemente ao que a ETCSA estava submetido, tornou-se obrigado a oferecer uma educação geral que tinha como preceito à formação básica dos alunos, acrescido de uma formação especial que tinha o objetivo de avaliar às aptidões dos estudantes e contribuir para promover a iniciação do jovem ao mercado de trabalho. Em atendimento a referida Lei Federal, a Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (ETCSA) passa a denominar-se Colégio Santo Antônio (CSA), conforme verificado em seu Estatuto.

As constatações emanadas dos levantamentos promovidos pelos autores desta pesquisa relatam que a escola praticava uma proposta de mensalidades acessíveis e era regulada por princípios éticos e morais. Essa Instituição Educativa priorizava em seu Regimento Interno, a prática de uma cultura disciplinar rígida para com seus alunos. Tentava ainda, estimular

as potencialidades dos estudantes como elemento de auto-realização, na busca de ascensão profissional. Nos seus documentos normativos constava um viés de formação prática, com disciplinas ligadas a área contábil, a exemplo de Contabilidade de Custos, Mecanização e Processamento de Dados (Mecanografia) e Organização e Técnica Contábil.

Morais e Silva R.L. (2014) descrevem, que semelhante a outras instituições com a mesma proposta de ensino na época, essa escola trabalhava também a socialização dos alunos por intermédio de atividades esportivas, culturais e ligadas à moral e ao civismo. Comprova-se no mesmo estudo, que essa proposta de formação profissional trouxe melhor qualificação para a população local, que outrora não tinha acesso a alguma forma de educação profissionalizante.

Por conseguinte, há de se concluir que a cidade de Guarabira, situada no interior da Paraíba, de forma histórica, tem demonstrado sua vocação mercantil. Pode-se então afirmar, que o Colégio Santo Antônio (CSA), antiga Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (ETCSA) originou-se com a finalidade de formar profissionais para o trabalho burocrático e técnico contabilístico e visava ainda, apoiar as atividades comerciais da época e certamente, pela efervescência comercial do município, o Curso de Técnico em Contabilidade pode ter oferecido importante contribuição para a formação e ascensão social de seus habitantes, como também para o desenvolvimento local, enquanto esteve em funcionamento, de 1952 a 1992.

Como forma de ilustrar a estrutura física da Instituição Educativa ora apresentada neste estudo, segue uma expressão iconográfica, conforme figura 4, abaixo explicitada



Figura 4 - Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (1958).

Fonte: Acervo da ETCSA.

6.3. ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CARLOS DIAS FERNANDES – MAMANGUAPE/PB

Para trazer uma exposição relativa ao Ensino Comercial em Mamanguape é importante destacar alguns aspectos relativos ao contexto econômico local.

Remontando os arquivos historiográficos, pode-se ficar sabendo que Mamanguape teve origem como vila e converte-se em cidade, no ano de 1855. Em 1911 teve 10 distritos subordinados a ela. Localiza-se na Microrregião do Litoral Norte da Paraíba, sendo ainda considerada região metropolitana de João Pessoa, distanciando-se 52 km da capital do Estado. Originada nos arredores do Rio Mamanguape, a localidade foi favorecida por sua posição geográfica, chegando a alcançar, ao longo de sua história, momentos de prosperidade econômica (MELLO, 1997).

De acordo com Costa (1986, p. 36), “Mamanguape era o centro polarizador de todos os negócios da região, comercializando e exportando [...] o açúcar, o algodão; e vendendo bacalhau, azeite, vinho e tecidos recebidos da Europa”. Logo a seguir essa cidade passa por grande dificuldade, principalmente após o fim da escravidão e o surgimento da construção de uma estrada de ferro que alterou o comércio e os negócios para outra localidade [...] a cidade de Guarabira. Ratificando esta afirmação, o autor (op. cit., p. 41) afirma que:

Até o ano de 1900 Mamanguape foi a cidade mais florescente do Estado, após a abolição da escravatura, com o enfraquecimento da indústria canavieira e com o colapso dos engenhos, veio sofrer decadência do seu fortalecimento econômico e de seu comércio. Sofreu o maior golpe quando foi iniciada a construção de estrada de ferro ligando Cabedelo/João Pessoa/Sapé/Guarabira/Natal, isto já em 1904, o fluxo comercial deslocou-se para Guarabira.

Essa polarização comercial na região é retomada em 1924. Com a inauguração da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) localizada no Distrito de Rio Tinto, município de Mamanguape, o Vale do Mamanguape voltou a ter um fluxo comercial e industrial com a vinda de famílias de outras localidades, com o funcionamento do porto e as operações mercantis ali desenvolvidas. A partir de então, uma nova época surgiu para a prosperidade local. Costa

(1986, p. 44) acrescenta ainda:

Veio à renovação de suas praças, ampliação do mercado público, construção do posto médico, construção de prédios públicos, urbanização da cidade com calçamento e melhoramento da iluminação. No Vale do Mamanguape Surgiu a Usina Monte Alegre, instalada uma Usina de beneficiamento de algodão na cidade, novas casas de comércio foram abrindo [...] atestando prosperidade.

Nessa perspectiva de prosperidade, outras entidades chegaram para dar continuidade ao desenvolvimento da região, no âmbito da educação, o Instituto Moderno (1949) e alguns anos mais tarde se tornaria o Mantenedor do Ensino Técnico em Mamanguape.

Dito isto tudo em relação ao contexto desta cidade, cabe agora apresentar esses resultados preliminares do presente estudo.

De acordo com Morais e Félix Júnior (2013), a abordagem histórica em relação à Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF) baseou-se inicialmente, em um 'Relatório de Verificação Prévia' elaborado pela Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura. O aludido documento encontra-se nos arquivos históricos mantidos pelo Instituto Moderno até os dias atuais. Em seu conteúdo, verifica-se a fundação da ETCCDF é datada de 21 de abril de 1958, com sede na Rua José Vieira, s/n, no município de Mamanguape, Estado da Paraíba. Trabalhava sob regime misto e de externato, com funcionamento das 19h00min às 21h55min, com duração de três anos. Sua principal fonte de receitas para funcionamento e construção eram as anuidades pagas pelos alunos, como também, uma contribuição por parte do governo estadual para sua instalação.

Esta Instituição Educativa foi fundada, pela Sociedade Instituto Moderno (IM), sendo, portanto, a entidade mantenedora da ETCCDF. De acordo com os documentos averiguados, esta escola contou com o seguinte corpo administrativo em sua criação com: 1 (um) diretor, 1 (um) secretário, 1 (um) tesoureiro e 1 (um) servente. No Instituto Moderno também havia funcionamento de outros cursos como, ensino primário, ginásial e normal regional (MORAIS E FÉLIX JÚNIOR, 2013).

A ETCCDF obteve a licença para funcionar por intermédio do documento de 'Autorização de Funcionamento', expedido pela Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura, assinado pela chefia da seção de Prédios e Aparelhamento Escolar. O documento definia que até o fim de 1959, pela Portaria nº 389 de 15 de setembro de 1959 (ANEXO

A), concedida de acordo com a Portaria nº 397 de 11 de junho de 1954 a escola estava autorizada a funcionar precariamente, mas que somente poderia continuar suas atividades em 1960. Tal condicionamento pautava-se na necessidade de atendimento às exigências constatadas em Ofício remetido ao Inspetor responsável para oferecer assistência periódica à escola, sendo este o Senhor Inspetor Vicente de Alencar Luna. Dentre as exigências estavam à implantação do escritório modelo, ajustes no regimento interno e exigências de documentos para investidura em cargos de professor (MORAIS E FÉLIX JÚNIOR, 2013).

A demanda para o Ensino Técnico em Contabilidade sofria variações, conforme material e informações levantadas na visita aos arquivos da escola. Nessas relíquias foram encontradas fotos, placa de formatura, relação de frequência, horário para um ano letivo e relação de matriculados.

Tais achados apresentados pela pesquisa de Moraes e Félix Júnior (2013) apontam que na primeira turma em 1961, formaram-se 15 (quinze) alunos e na última turma a se formar em 1997, concluíram 30 (trinta) alunos. Em meio a este período, a turma de 1965 formou 6 (seis) alunos e a de 1969 contou com 11 (onze) formandos. Nesse processo de diminuição de alunos, a ETCCDF teve sua última turma no ano de 1997, deixando desde então de formar Técnicos em Contabilidade em Mamanguape, conseqüentemente encerrando suas atividades.

O trabalho de Bezerra (2011) apresenta os alunos formados na ETCCDF tiveram diferentes destinos no período entre 1958 e 1997. Este trabalho esclarece que durante o funcionamento da Escola Técnica de Comércio em Mamanguape, diversos ex-alunos alcançaram uma ascensão social, seguindo variadas áreas de atuação profissional.

Bezerra (2011, p. 36) ainda lembra que “após a formatura alguns alunos saíram do corpo discente e passaram a integrar o corpo docente que também serviu de ponte para o acesso ao ensino superior” e descreve “que a escola serviu de base para muitos na época, era também uma forma de ingressar no curso superior. Vários alunos fizeram outras carreiras promissoras” (Idem, p. 37).

Tais observações podem trazer a noção da utilidade desta Instituição Educativa na formação de indivíduos em dado período histórico. Abrindo horizontes para as diversas camadas sociais da população local.

Portanto, pode-se deduzir, que a Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF) não só contribuiu para a formação de Técnicos em Contabilidade para atender a

demanda do mercado de trabalho local, como também, estendeu sua influência formativa para as práticas e os modos de vida dos sujeitos envolvidos nessa experiência educacional de âmbito contábil no interior da Paraíba. Os resultados indicam que por intermédio de mais essa Instituição Educativa, voltada para a Educação Contábil, é possível trazer informações que buscam a compreensão do Ensino de Contabilidade e as contribuições para a sociedade da localidade onde estão inseridas essas escolas, nesse caso específico a cidade de Mamanguape e todas as cidades que compõem o Vale do Mamanguape, Litoral Norte do Estado da Paraíba.

Da forma como aconteceu nas demais Instituições Educativas aqui apresentadas neste trabalho, segue abaixo, imagem histórica das instalações da Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF). O material iconográfico foi levantado junto ao estudo realizado por Soares e Morais M.A.C., (2015) relativo ao Curso Normal Regional de Mamanguape que funcionou no Instituto Moderno, mesmo prédio da ETCCDF.



Figura 5 - Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (1950).

Fonte: Arquivo Pessoal de Hercília Bezemil Rodrigues. Adaptado de Soares e Morais M. A. C. (2015).

6.4. COLÉGIO TÉCNICO DE RIO TINTO – RIO TINTO/PB

A propósito da cidade de Rio Tinto, há de tecer breves comentários a título de contextualização, para logo a seguir, adentrar aos pormenores relativos ao ensino técnico contábil nessa localidade e ao Colégio Técnico de Rio Tinto (COLTERT), foco principal deste tópico.

Rio Tinto é uma pequena cidade no interior da Paraíba, que já pertenceu à cidade vizinha, Mamanguape. Em 1956 emancipou-se e em 1959 foi nomeado o primeiro prefeito, Arthur Lundgren. O município sediava uma grande indústria têxtil, denominada Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) e fundada em 1924, pertencente à Família Lundgren, descendentes de um sueco e uma dinamarquesa, ambos naturalizados brasileiros e radicados em Pernambuco, Estado vizinho da Paraíba. A capacidade produtiva e o poderio econômico da fábrica de tecidos potencializaram o desenvolvimento mercantil e comercial da região, como também, de todo o seu entorno (MORAIS, 2011).

O advento da CTRT e a ampliação do comércio no Vale do Mamanguape de acordo com Moraes; Silva P.Z.P e Silva D.V. et al. (2011) geraram modificações relevantes, na política, como também, no âmbito econômico e social da região. Tais fenômenos influenciaram a procura pelo ensino técnico-profissionalizante voltado para formação de profissionais com conhecimentos contábeis. Para atender a essa demanda do mercado de trabalho, foi fundado em 1973 o Colégio Técnico de Rio Tinto (doravante denominado COLTERT), ex-Colégio Comercial de Rio Tinto, por Waldemar Soares Ribeiro.

Para os autores (op. cit.), de acordo com o Regimento do COLTERT (1973, p. 4), a Instituição Educativa previa em seu Artigo 2º que era “mantenedora dos seguintes órgãos: “a) Curso Técnico de Contabilidade; b) Oficina de Trabalho João XXIII; c) Centro Cívico Ministro Jarbas Passarinho; d) Escola 13 de Maio de 1º e 2º Graus [...] O colégio manterá, logo que haja condições [...] o curso de Formação de Professores e outros convenientes [...]”. Os cursos mantidos pela mencionada Instituição Educativa, de acordo com o art. 6º de seu Regimento (p.1), apresentavam como objetivo “sondar nos discentes as aptidões e iniciação para o trabalho”, e “habilitar, o educando ao exercício de uma profissão, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho regional” (Idem, p. 2). Dessa forma, o COLTERT oferecia a ensino profissionalizante aos adolescentes e jovens adultos para prepará-los rumo ao mundo do trabalho e as necessidades de mão-de-obra do Vale do Mamanguape, que, na década de 1970, proporcionava empregabilidade junto a CTRT e nas escolas de ensino regular e profissional. Por consequência, os cursos que usufruíram de maior destaque foram – o de Técnico de Contabilidade e o de Formação de Magistério. Portanto, analisando o Regimento do COLTERT, em seu artigo 43 destacava que “o ensino de 2º grau destina-se à formação do adolescente e tem um caráter profissionalizante, com a oferta das habilitações a serem proporcionadas pelo educandário, dentro da atual política educacional brasi-

leira, orientada para o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidades”. Como se notou nesse documento normativo da escola, o 2º grau era o tronco comum para o curso Técnico de Contabilidade e a Formação de Magistério, com isso, no ato da matrícula, os discentes deveriam optar entre um curso ou outro.

O curso Técnico de Contabilidade era composto de três séries com 750 horas-aula cada, as disciplinas específicas para a formação especial eram: “1. Estatística; 2. Direito e Legislação; 3. Mecanografia; 4. Processamento de Dados; 5. Economia e Mercados; 6. Organização e Técnica Comercial; 7. Contabilidade e Custos e 8. Prática de Escritório (Estágio em Empresas)”, conforme consta no Anexo II do referido Regimento. Os estágios, em sua maioria, ocorriam na CTRT, e os alunos que se destacavam permaneciam a trabalhar no local, nos escritórios, em serviços auxiliares do comércio e em assessoria burocrática; os demais buscavam trabalho na região que, por estar em pleno desenvolvimento do comércio e urbanização, tinha elevado grau de empregabilidade em diversos setores (MORAIS; SILVA P.Z.P e SILVA D.V. et al., 2011)

Morais; Silva P.Z.P e Silva D.V. et al. (2011) apontam que na Secretária Estadual de Educação da Paraíba, especificamente nos arquivos das escolas inativas, localizado em João Pessoa, foram localizadas fichas de alunos, histórico escolar, certificados e documentos de controle individual do COLTERT, nos quais apresenta que o curso Técnico de Contabilidade era formado, em sua maior parte, por indivíduos do sexo masculino, e que o sexo feminino realçava elevado grau de desistência no início do curso. Os fatores motivadores que marcaram a presença do gênero masculino na conclusão do curso Técnico de Contabilidade dão um indicativo que pode justificar-se pela cultura da sociedade da época, em que ainda havia o discurso pautado no argumento, que as mulheres não deveriam estudar e nem sequer trabalhar para auxiliar no sustento da casa; tal obrigação recaía sobre o marido, e as mulheres deviam cuidar da família, da casa e, talvez, pudesse ensinar crianças a ler e escrever. Essa posição ideológica, com proibições no que se refere à mulher de trabalhar em ofícios tidos como para homens, sofria mais ênfase em cidades pequenas, assim como Rio Tinto, localidade onde funcionava a CTRT e detentora de uma cultura conservadora. Tal cultura pode justificar a pouca opção das mulheres pelo curso Técnico de Contabilidade, direcionando elevada contingente feminino para o curso de Formação de Magistério, uma vez que a atividade de educador tinha caráter mais feminino, maternal.

Finalizando, verifica-se que a cidade de Rio Tinto girava em torno da extinta CTRT,

desde setores de produção até educação, saúde e formação para o comércio. No período ora pesquisado nota-se que o Ensino Comercial esteve atrelado à Formação de Professores e o colégio ora analisado, contribuiu para a profissionalização de jovens nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Por fim, conclui-se que o COLTERT surgiu para atender às necessidades funcionais da CTRT, preparando trabalhadores para atuação nos escritórios da fábrica de tecidos, em serviços auxiliares do comércio e em assessoria burocrática, e o curso de Magistério visava atender à demanda de professores para as escolas de ensino regular e profissional da região. Em seu corpo discente apresentou evidente distinção de gênero nos cursos oferecidos, tendo encerrado suas atividades no mesmo período de desativação da fábrica de tecidos, no ano de 1992.

Neste tópico, ao contrário dos destaques apresentados nos anteriores em relação às escolas pesquisadas, por questões de acessibilidade a essas fontes, não será apresentada a materialidade iconográfica das instalações escolares do COLTERT.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação procurou reconstituir de forma parcial a História da Contabilidade da Paraíba por intermédio de Instituições Educativas de Ensino Comercial e Técnico Profissionalizante de Contabilidade no período de 1928 a 1997. O espaço temporal delimitado foi escolhido por tratar-se do intervalo de criação e extinção dos Cursos Comerciais/Curso Técnico de Contabilidade nas escolas pesquisadas.

O Colégio Alfredo Dantas (CAD) de Campina Grande/PB, em sua proposta educacional se distinguia pela educação militar, que primava pelo higienismo e pela disciplina inspirada na formação militar de parte de seu corpo docente. Sua arquitetura se destacava como espaço escolar de portas e janelas largas que propiciavam ventilação, dispunha ainda de ambientes higiênicos e espaçosos que favoreciam a prática de atividades físicas. Fica evidenciado, assim, que o CAD tornou-se o primeiro estabelecimento de ensino da iniciativa privada, a conferir títulos profissionalizantes no interior da Paraíba, como também, ofertou um ensino profissional que influenciou várias gerações da sociedade campinense, funcionando de 1928 a 1988.

No que se refere à Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (ETCSA) de Guarabira/

PB, verificou-se que praticava uma proposta de mensalidades acessíveis e era regulada por princípios éticos e morais, além de priorizar uma cultura disciplinar rígida junto aos alunos. Estimulava também a busca por ascensão profissional e pautava-se numa proposta de formação prática para o aprendizado de Contabilidade. No mais, como outras instituições com a mesma proposta de ensino na época, trabalhava-se a socialização dos alunos e desenvolvia práticas ligadas à moral e ao civismo. Nota-se que essa experiência educacional trouxe melhor qualificação à população e ratifica as representações em torno da cidade de Guarabira, situada no interior da Paraíba, que de forma histórica, se apresenta com vocação mercantil. Sendo assim, identifica-se que o Colégio Santo Antônio (CSA), antiga Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (ETCSA) originou-se para formar profissionais contábeis que dessem apoio às atividades comerciais da época e que esse Curso de Técnico em Contabilidade pode ter oferecido importante contribuição para a formação e ascensão social de seus habitantes, como também para o desenvolvimento local, enquanto esteve em funcionamento, de 1952 a 1992.

Quanto a Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF) de Mamanguape/PB, foi possível identificar que a demanda para o Curso Técnico de Contabilidade nesta Instituição Educativa oscilava demasiadamente. Conforme verificado em documentação encontrada, na primeira turma em 1961 formaram-se 15 (quinze) alunos e na última turma em 1997, concluíram 30 (trinta) alunos. Em meio a toda essa oscilação em relação ao número de alunos que freqüentavam as aulas, foi levantado que a turma de 1965 formou 6 (seis) alunos e na de 1969 tiveram 11 (onze) formandos. A ETCCDF tem sua última turma concluída no ano de 1997, conseqüentemente encerrando suas atividades. Pautado no trabalho realizado por Bezerra (2011) foi destacado que durante o funcionamento da ETCCDF em Mamanguape, diversos ex-alunos alcançaram uma ascensão social, seguindo variadas áreas de atuação profissional. Esta informação traz a noção da utilidade dessa Instituição Educativa na formação de indivíduos em dado período histórico. Foram abertos horizontes para as diversas camadas sociais da população local. Deduz-se então, que esta escola, não só contribuiu para a formação de Técnicos em Contabilidade, como também, estendeu sua influência formativa para as práticas e os modos de vida dos sujeitos envolvidos e da localidade onde estava inserida.

Já em relação ao Colégio Técnico de Rio Tinto (COLTERT), os dados documentais traçam um perfil que apresenta os alunos, como de maioria masculina, e elevada desistência

por parte das mulheres. Também foi levantado que havia um discurso na localidade argumentando que as mulheres não deveriam estudar e nem sequer trabalhar para auxiliar no sustento da casa; tal obrigação recaía sobre o marido. Essa posição ideológica, com proibições no que se refere à mulher de trabalhar em ofícios tidos como para homens, sofria mais ênfase em cidades pequenas, assim como Rio Tinto. Tal cultura dá indícios que se pode justificar a pouca opção das mulheres pelo curso Técnico de Contabilidade. Tem-se ainda como resultado, que a cidade de Rio Tinto girava em torno da extinta CTRT, desde setores de produção até educação, saúde e formação para o comércio. No período estudado foi possível identificar que o COLTERT contribuiu para a profissionalização de jovens nas décadas de 1970, 1980 e 1990 em Rio Tinto. Em sua proposta voltada para o âmbito contábil, essa escola surgiu para atender às necessidades funcionais da CTRT, preparando trabalhadores que atuassem nos escritórios da fábrica de tecidos, em serviços auxiliares do comércio e em assessoria burocrática da região, tendo encerrado suas atividades no mesmo período de desativação da fábrica de tecidos, no ano de 1992.

Como se pode notar, essa reconstituição parcial da História da Contabilidade da Paraíba está longe de formular posicionamentos concretos sobre esse tema, mas apresentou algumas constatações relevantes no período investigado, principalmente no tocante a ascensão social e melhoria dos índices educacionais das populações onde cada Instituição Educativa se instalou, encaminhando também jovens e adultos ao mundo trabalho.

Não se pode deixar de anotar, que na reconstituição de percursos históricos, os cenários políticos, ideológicos, econômicos, sociais e religiosos têm influência significativa na formação profissional dos indivíduos, neste caso, no contexto educacional contábil. Esses resultados preliminares só levam a uma dedução, que há muito a se investigar e o que foi alcançado por este desafio lançado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), se constitui como oportunidade para incentivar novas pesquisas visando resgatar a memória contábil na Paraíba, podendo outros investigadores enveredar por novos caminhos, diferentes do que os aqui são tratados em relação às Instituições Educativas de âmbito contábil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Álvaro Pereira. História e Contabilidade – Diálogos Possíveis: o caso da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1775). Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2013.

ANDRADE, Vivian Galdino. Alfabetizando os “Filhos da Rainha” para a Civilidade/Modernidade: o instituto pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942). Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação – CE, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2014.

BEZERRA, Edileuza Raquel do Nascimento. Educação Contábil no Vale do Mamanguape: Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes – Mamanguape/PB. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis), Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Mamanguape: UFPB/CCAEE, 2011.

BOURDON, Albert Alain. História de Portugal. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2015.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras Providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CARVALHO, Rômulo. História do Ensino em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2011.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Cultura mercantil por meio das aulas de comércio: a produção dos manuais didáticos manuscritos e impressos. In: FONSECA, Thaís Nívia Lima e (Org.). As reformas pombalinas no Brasil. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2011.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. An. mus. paul., São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142013000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Dec. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002>.

COLÉGIO ALFREDO DANTAS – CAD. Memorial. Disponível em: <<http://www.alfredodantas.com.br/memorial/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

COLÉGIO SANTO ANTÔNIO – CSA. Estatuto. Guarabira, PB: CSA, 1972.

COSTA, Adailton Coelho. Mamanguape: a Fênix Paraibana. Campina Grande: Grafset Ltda, 1986.

ESCOLA TÉCNICA DE COMERCIO SANTO ANTONIO – ETCSA. Regimento. Guarabira, PB: ETCSA, 1952.

FONSECA, Thaís Nívia Lima e. Apresentação. In: FONSECA, Thaís Nívia Lima e (Org.). As reformas pombalinas no Brasil. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INSPETORIA Técnica de Ensino do Estado da Paraíba – Setor de Escolas Extintas (STE): João Pessoa, PB. (Arquivo público pesquisado in loco).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIRA, Miguel Maria Carvalho. Aula do Comércio: a gênese da difusão da contabilidade por partida dobrada em Portugal. In: Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, XXXI., 2011, Coimbra. Anais do 31º EAPHES, Coimbra, Portugal, APHES, 2011. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_2c/miguel_lira_paper.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Tecendo nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba – Lutas e resistência. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2005.

MORAIS, José Jassuipe da Silva Moraes. Educação entre tornos, notas e salários: Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren Rio Tinto/PB (1944-1967). Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação – CE, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2011.

MORAIS, José Jassuipe da Silva Moraes; SILVA, Rayane de Lima. Ensino Técnico-Profissional no interior da Paraíba: Colégio Alfredo Dantas (CAE) – Campina Grande – Paraíba (1928-1988). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VIII., 2015, Maringá. Anais eletrônicos... Maringá: UEM, 2015. Disponível em: <<http://8cbhe.com.br/media/doc/35c-5d7ce565f5d026316d1cd78776453.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2015.

_____. Ensino Técnico Profissional no Brasil: Escola Técnica de Comércio Santo Antônio – Guarabira – Paraíba/Brasil (1952-1974). REGS: Revista Educação e Gestão da Faculdade Eça de Queirós, São Paulo, SP, v. 4, n. 16, p. 1-11, Nov. 2014. Disponível em: <file:///C:/

Users/Jassuipe/Downloads/Ensino-Tecnico-Profissional-no-Brasil%20(1).pdf>. Acesso em: 16 dez. 2015.

MORAIS, José Jassuipe da Silva Moraes; FÉLIX JÚNIOR, Luiz Antônio. Ensino Comercial no Vale do Mamanguape – PB: um olhar sobre duas instituições educativas de ensino contábil (1958-1997). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VII., 2013, Cuiabá. Anais eletrônicos... Cuiabá: UFMT, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/ENSINO%20COMERCIAL%20NO%20VALE%20DO%20MAMANGUAPE%20%96%20PB-.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

MORAIS, José Jassuipe da Silva Moraes; SILVA, Polyandra Zampiere Pessoa da; SILVA, Daniele Vasconcelos da. et al. Ensino Comercial em Rio Tinto/PB: o colégio técnico e a profissionalização de jovens (1973-1992). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VI., 2011, Vitória. Anais eletrônicos... Vitória: UFES, 2011. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/459.pdf>. Acesso em 17 dez.2015.

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS – OCC DE PORTUGAL. Comissão de História da Contabilidade – CHC. Lisboa, Portugal, 2015. VIII Encontro de História da Contabilidade. Editorial. Livro de Resumos: Lisboa: OCC/CHC, 2015, 202 p.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação – FE, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

RODRIGUES, Manuel Benavente. Breve reflexão sobre História da Contabilidade, História e século XVIII português. Boletim do Centro de Estudos de História da Educação, Lisboa, n. 61, mar.2014. Disponível em: http://www.apotec.pt/fotos/editor2/Boletim%20CEHC_61.pdf. Acesso em 22 nov.2015.

SARAIVA. José Mendes da Cunha. Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941.

SERRATH, Pablo Oller Mont. O império português no atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Programa de Pós-Graduação em História Econômica – PPHE, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013.

SILVA, Rodrigo António Chaves da. História da escola brasileira de contabilidade até o surgimento da primeira doutrina contábil. In: Congresso dos Toc, V., 2015, Lisboa. Anais do 5º CTOC, Lisboa, Portugal, OTOC, 2015. Disponível em: < <http://www.otoc.pt/news/trabalhoscongv/pdf/19.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

SOARES, Maria Valdenice Resende; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1959): formação de professores no interior paraibano. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ, 14., 2015, Crato. Anais eletrônicos... Crato, CE: UFC, 2015. Disponível em: <[http://fedathi.multimeios.ufc.br/chec/2015/anais/Eixo3/CURSO%20NORMAL%20REGIONAL%20DE%20MAMANGUAPE%20\(1949-1959\)%20%20FORMA%C7%C3O%20DE%20PROFESSORAS%20NO%20INTERIOR%20PARAIBANO.pdf](http://fedathi.multimeios.ufc.br/chec/2015/anais/Eixo3/CURSO%20NORMAL%20REGIONAL%20DE%20MAMANGUAPE%20(1949-1959)%20%20FORMA%C7%C3O%20DE%20PROFESSORAS%20NO%20INTERIOR%20PARAIBANO.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2015.

ARQUIVOS PESQUISADOS

ARQUIVO do Colégio Alfredo Dantas, Secretaria Escolar, Campina Grande – Paraíba.

ARQUIVO do Instituto Moderno, Direção Escolar, Mamanguape – Paraíba.

ARQUIVO do Colégio Santo Antônio, Biblioteca Escolar, Guarabira – Paraíba.

ARQUIVO da Inspeção Técnica de ensino do Estado da Paraíba (Setor de Escolas Extintas – SEE). João Pessoa, Paraíba.

APÊNDICE A – ESCOLAS DE ENSINO COMERCIAL NA PARAÍBA

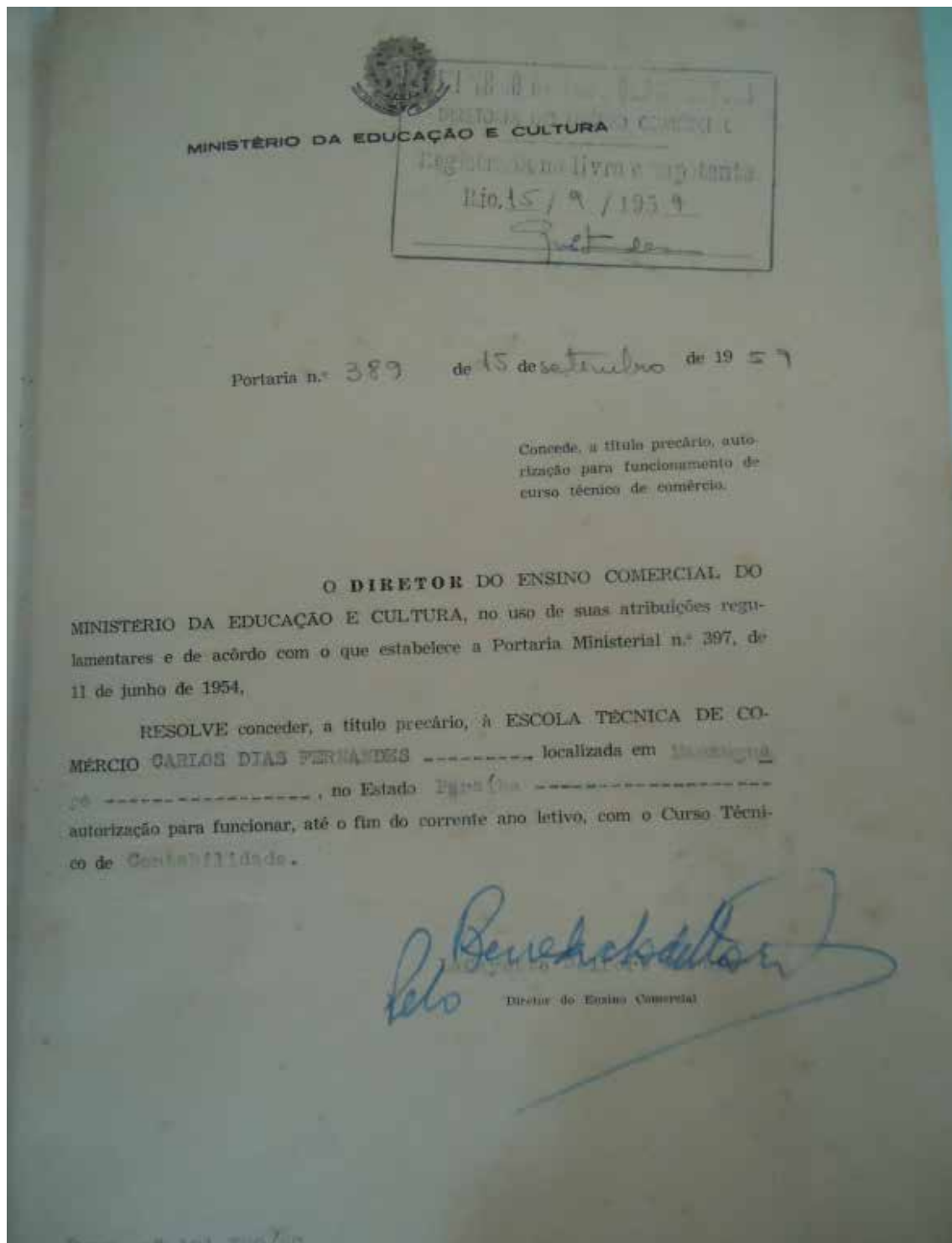
Nº	Cidade	Nome da Escola
1	Alagoinha – PB	Escola de Comércio Lauro Montenegro (ECLM)
2	Antenor Navarro – PB	Escola Comercial Adelino Pinto (ECAP)
3	Araruna – PB	Escola Comercial Pereira da Silva (ECPS)

4	Bayeux – PB	Ginásio Comercial Clodomiro Leal (GCCL)
5	Bonito de Santa Fé – PB	Escola Comercial Monsenhor Moraes (ECMM)
6	Cajazeiras – PB	Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira (ETCMCV)
7	Campina Grande – PB	Escola Comercial Afonso Campos (ECAC)
8	Campina Grande – PB	Escola Comercial Frei Careca (ECFC)
9	Capina Grande – PB	Colégio Alfredo Dantas (CAD)
10	Esperança – PB	Escola de Comércio Olímpia Souto (ECOS)
11	Galante – PB	Escola Comercial Luiza (ECL)
12	Guarabira – PB	Escola Técnica de Comércio Santo Antônio (ETCSA)
13	Ingá – PB	Escola Comercial Professor Rangel (ECPR)
14	Itabaiana – PB	Colégio Comercial Dom Bosco (CCDB)
15	João Pessoa – PB	Academia de Comércio Epitácio (ACEP)
16	João Pessoa – PB	Escola Comercial Adelino Pinto (ECAP)
17	João Pessoa – PB	Escola de Comércio Sagrada Família (ECSF)
18	João Pessoa – PB	Escola Técnica de Comércio Assis Vidal (ETCAV)
19	João Pessoa – PB	Escola Técnica de Comércio Underwood (ETCU)
20	Mamanguape – PB	Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes (ETCCDF)
21	Patos – PB	Escola Comercial Roberto Simonsen (ECRS)
22	Pedras de Fogo – PB	Escola Comercial João Ursulo (ECJU)

23	Pirpirituba	Escola Comercial de Piripiri-
24	Pombal – PB	Escola Monsenhor Vicente Freitas – Polivalente (EMVF)
25	Remígio – PB	Ginásio Comercial Irineu Jofily (GCIJ)
26	Rio Tinto – PB	Colégio Técnico de Rio Tinto (COLTERT)
27	Rio Tinto – PB	Escola Comercial Herman Lundgren (ECHL)
28	Santa Luzia – PB	Escola Comercial Frei Martinho (ECFM)
29	São João do Cariri – PB	Ginásio Comercial Cariris (GCC)
30	São João do Cariri – PB	Escola Comercial Cariris (ECC)
31	São José do Rio do Peixe – PB	Escola Comercial Adelino Pinto (ECAP)
32	Sapé – PB	Escola Técnica de Comércio Dr. Corálio Soares (ETCCS)
33	Serraria – PB	Escola Comercial Antônio Brito (ECAB)
34	Solânea – PB	Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida (ECPAA)
35	Sousa – PB	Escola de Comércio Cônego José Viana (ECCJV)
36	Taperoá – PB	Escola Comercial Professor Mariano Cavalcanti (ECPMC)

Fonte: Elaboração Própria, 2015

ANEXO A – PORTARIA PARA FUNCIONAMENTO DA ETCCDF (1959)



Fonte: Arquivo do Instituto Moderno - Mamanguape

ANEXO B – MAPA DA PARAÍBA COM MARCAÇÃO DAS CIDADES PESQUISADAS



Fonte: Adaptado do Google Maps.

RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL NO ESTADO DE PERNAMBUCO



Ana Lúcia Fontes de Souza
Vasconcelos

Ana Paula Souza Ferreira

Anderson do Nascimento Oliveira

Andreza Cristiane Silva de Lima

Angélica de Vasconcelos Silva

Dayvison Spindola Soares Bezerra

Isabella Christina Dantas

Valentim

Josenildo dos Santos

Maria Emanuela de Paula

Cardoso da Silva Rodrigues

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	4
1. Introdução	6
2. Evidências sobre as práticas contábeis e seu aprendizado	7
2.1. Contadores no Ofício de Provedores da Capitania Pernambucana.....	7
2.2. Práticas Contábeis em Pernambuco no Século XVII	11
2.3. Práticas Contábeis do Governo Nassoviano	13
2.4. Práticas de Controle Contábil em Pernambuco no Século XVIII	14
2.5. Consolidação das Práticas Contábeis na Nova Organização Fazendária	18
2.6. Perfil do Profissional Contábil nas Contadorias: “limpeza de mãos”.....	21
2.7. Documentos Históricos Manuscritos de Registros Contábeis da Capitania de Pernambuco	22
3. Primeiras organizações	25
3.1. Identidade das Primeiras Organizações/entidades Contábeis em Pernambuco	28
3.1.1. Associação Comercial de Pernambuco (ACP)	28
3.1.2. Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE)	29
3.1.3. Delegacias e Representações da Regional Pernambuco	34
3.1.4. Sindicato dos Contabilistas de Pernambuco (Sindicon/PE)	38
3.1.5. Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de Pernambuco (SESCAP Pernambuco) e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (SESCON/PE).....	41
3.1.6. Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (APECICON)	42
3.1.7. Associação de Peritos Judiciais do Estado de <i>Pernambuco</i> (APJEP)	44

3.1.9. Associação de Contabilidade de Caruaru e Agreste de Pernambuco (ACCAPE)	47
3.1.10. Entidades Estudantis	48
3.1.11. Encontro Regional dos Estudantes de Ciências Contábeis do Nordeste (ERECIC -NE).	48
3.1.12. Executivas Estaduais	50
3.1.13. Encontro Nordestino de Contabilidade (ENECON) e Encontro de Jovens Lideranças Contábeis do Nordeste	50
3.1.14. Convenção dos Contabilistas de Pernambuco	51
4 Primeiras Escolas	53
4.1. A Instituição das Aulas de Comércio no Século XVIII pelo Marquês de Pombal	60
4.1.1. As Aulas de Comércio em Pernambuco	62
4.2. A Contabilidade e o Perfil do Ensino de Ciências Contábeis na Nova Ordem Econômica	65
4.3. As Instituições Pernambucanas de Ensinos Técnico e Superior em Contabilidade do Século XXI.	66
4.3.1. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).	70
4.3.2. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	71
4.3.3. Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)	71
4.3.4. Cursos Técnicos em Contabilidade.	72
5. Considerações finais	74
Referências	74

RESUMO

O estudo tem como objetivo preservar a memória contábil no estado de Pernambuco, mantendo a existência das instituições profissionais e fortalecendo suas bases a partir do conhecimento de sua identidade pelo resgate histórico. Pernambuco, uma das regiões mais antigas da América Portuguesa, foi a mais rica capitania do Brasil Colônia, com a relevância da indústria exportadora de açúcar. Possuía necessidade de mecanismos eficientes de controle contábil das despesas públicas, aumentando as exigências acerca dos profissionais. Dentre as qualidades exigidas ao cargo de contador, destacam-se a inteligência (no cálculo como na regularidade da escrituração que devem ter os diferentes livros para a administração) e limpeza de mãos. A busca pela racionalização do controle contábil e o fiscalismo, materializados no Erário Régio e nas Reais Juntas da Fazenda, são as respostas da elite política diante das referidas incongruências e da escassez de recursos que precisam administrar. Assim, o Decreto Federal nº 17.329 em 28 de Maio de 1926, funda a primeira escola oficial com o objetivo de ensinar Contabilidade: a Escola de Comércio. Partindo da formação do contador, através da implementação do ensino formal com diploma reconhecido, a categoria dos contadores busca a regulamentação da profissão através da reserva do direito de exercício profissional. Os sujeitos coletivos da classe profissional organizam-se para estabelecer suas identidades em um contexto institucional, dentre elas: ACP (1839); CFC (1946); Conselhos Regionais de Contabilidade (dentre eles em específico nesse estudo o CRC/PE); Sub-sedes - Delegacias; SINDICON; SESCOAP; SESCON, APECICON, APJEP, AUDITORES TCE, ACCAPE e Entidades Estudantis (em específico nesse estudo o ERECIC NE). O estudo utiliza o método de pesquisa histórica, que se caracteriza como uma abordagem sistemática em organizar as documentações (ofícios, atas, publicações, cartazes, vídeos, fotos, etc.), as quais se encontram dispersas nos acervos das bibliotecas públicas, privadas e pessoais de algumas entidades e profissionais da área. A riqueza e a originalidade deste trabalho estão na preservação no tempo-espaço do desenvolvimento histórico e social da identidade da categoria profissional com os principais fatos históricos da Profissão Contábil no estado de Pernambuco. Considera-se que o olhar conciliado do futuro com o passado permite aos indivíduos e instituições fazer coisas melhores continuamente, uma vez afastados os desejos humanos egoístas. De toda sorte, a história tem o valor de registro de ocorrências sejam estas julgadas benéfi-

cas ou não. A contabilidade é, por natureza, um instrumento de registro do que se passou, não só de fatos contábeis escrituráveis, mas das ocorrências que marcaram meses e anos de associações, empresas e governos. Os registros noticiam os acertos e erros, inclusive desvios e fraudes, fatos estes que sociologicamente expõem as fragilidades morais e éticas daqueles que constituíram ou eventualmente deixaram suas marcas na vida deste ente. Assim, encerramos nossos escritos, buscando continuidade de futuras pesquisas, sobre a História de sonhos, lutas, mas principalmente de conquistas pelos mártires Pernambucanos que diante das dificuldades enfrentadas, se depararam com os próprios limites, souberam repensar nas relações e se uniram para um único propósito: valorização da Profissão Contábil.

1. INTRODUÇÃO

O estado de Pernambuco, sétimo mais populoso com 8.796.032 habitantes e o décimo maior PIB do Brasil, possui 185 municípios, contando com o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, distribuídos numa área de de 98 311,616 km² no centro-leste da região Nordeste (www.bde.pe.gov.br). A origem do nome é controversa podendo ser a partir de uma referência dada aos índios no canal de Santa Cruz originado do tupi: pa'ra'nã = “mar” mais buka = “furo de mar”, ou da palavra tupi paranãbuku, que significa “mar comprido”, através da junção dos termos paranã (“mar”) e puku (“comprido, alto”) (www.pe.gov.br).

Segundo Conselho Federal de Contabilidade - CFC (2015), a quantidade total de profissionais ativos em Pernambuco é de 14.959, sendo 8.071 contadores (4.468 do sexo masculino e 3.603 do sexo feminino) e 6.888 de técnicos (3.965 do sexo masculino e 2.923 do sexo feminino). Representando 2,13% do Brasil, as Organizações Contábeis em Pernambuco detém um total de 1.073 estabelecidas em: Sociedade (700); Empresários (209); Micro Empreendedor Individual (120); Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (44).

Um dos objetivos da investigação histórica é lançar luzes sobre o passado para que este possa clarear o presente, inclusive fazer perceber algumas questões futuras nos permitindo ter uma visão mais acurada do processo de formação das concepções estabelecidas a partir dos “fatos históricos”. Esse processo que reordena a releitura de vestígios (DELGADO: 2006) de construção social com parcerias transdisciplinares entre historiadores, sociólogos, antropólogos, psicólogos, etc.; com intenções complementares de compreender o homem no tempo-espaço, onde o passado é visto a partir do presente – locus do qual o historiador não pode apartar-se (BLOCH: 2001).

Preservar a memória institucional é manter a existência da instituição fortalecendo suas bases a partir do conhecimento de sua identidade que segundo Dubar (2005), é “resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem a instituição”. Desta forma, trata-se de um processo humanizador por compreender que a construção se deu e se dá através das marcas dos sujeitos que dela fazem parte, descobrindo valores e renovando vínculos entre acontecimentos, pessoas, personagens e lugares (POLLAK: 1989).

Apoiados nesta concepção de que uma verdadeira práxis, em que a reflexão e a prática/ação andam lado a lado, emerge o aspecto desafiador da formação de uma consciência crítica da razão do nosso conhecimento. Segundo Parma apud Toynbee (1982), “aqueles que não conhecem história estão fadados a repetir os seus erros. Terão que repisá-los.”

O estudo utilizou-se do método de pesquisa histórica que se caracteriza como uma abordagem sistemática em organizar as documentações (ofícios, atas, publicações, cartazes, vídeos, fotos, etc.) que se encontram dispersos nos acervos das bibliotecas públicas, privadas e pessoais de algumas entidades e profissionais da área. A riqueza e originalidade deste trabalho estão na preservação no tempo-espaço do desenvolvimento histórico e social da identidade da categoria profissional com os principais fatos históricos da Profissão Contábil no estado de Pernambuco. Essa história precisa ser compartilhada e ter continuidade. Não pode parar.

“O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.” Marc Bloch (1974).

2. EVIDÊNCIAS SOBRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS E SEU APRENDIZADO

2.1. CONTADORES NO OFÍCIO DE PROVIDORES DA CAPITANIA PERNAMBUCANA

Pernambuco, uma das regiões mais antigas da América Portuguesa, foi a mais rica capitania do Brasil Colônia, com a relevância da indústria exportadora de açúcar de acordo com Arruda e Peletti (1995) relatam que “Livros da Alfândega de Lisboa de 1526 já acusam a entrada de açúcar vindo de Itamaracá”, uma ilha do litoral nordeste de Pernambuco. A contextualização político-econômica do século XVI foi marcada pela descoberta da América, em 1492, e do Brasil, em 1500, representaram juntas um potencial econômico para alguns países europeus naquela época, pela oferta de pau-brasil, produto largamente utilizado

para extração de um pigmento que os europeus usavam no tingimento de tecidos, atraiu os olhares de portugueses e franceses para a Terra de Santa Cruz, interessados na comercialização do produto.

Para concretizar a colonização do Brasil, o sistema administrativo-político escolhido por Portugal foi dividir o território em capitanias hereditárias na década de 1530 a 1540, cuja administração era concedida aos donatários pela Coroa através das Cartas de Doação. Associados a esse sistema de capitanias, foram também criados órgãos da administração da Fazenda conhecidos como Provedorias, constituíam o cerne da administração civil e o suporte da intendência militar, cujas atribuições competiam a um sistema de arrecadação e fiscalização de contas e armazenamento de armas e munições (SILVA 2008, p. 32).

Com a instalação de um governo-geral, a Coroa empreendeu uma tentativa de se impor de maneira mais efetiva na colônia, centralizando as atividades administrativas, judiciárias e fazendárias pela criação dos cargos de governador-geral, ouvidor-geral e provedor-mor. O cargo de provedor-mor foi criado pelo regimento de 17 de dezembro de 1548 e atuava como autoridade máxima da administração fazendária colonial, subordinado diretamente aos órgãos e autoridades da metrópole, aos quais devia prestar contas (COSTA, 1983).

Segundo Hespanha apud Silva (2008, p. 33), as atribuições que competia aos provedores eram:

[i] quanto às contas dos conselhos, verificar os livros de receitas e despesas dos escrivães e tomar-lhes as contas, tomar as terças e entregá-las aos respectivos recebedores, cuidar do arrendamento das rendas reais e da cobrança das que não tenham sido arrendadas, prover sobre os pagamentos a fazer pelos almoxarifes, tomar as contas aos almoxarifes e aos recebedores, julgar certas questões relativas ao arrendamento de rendas reais, dando apelação e agravo para o Conselho da Fazenda, a quem também prestam contas;

(ii) quanto as obras, prover na reparação das fortificações lançar fintas para obras em igrejas até certo montante;

(iii) quanto à defesa dos direitos reais, fazer o tomo dos bens da coroa, averiguar da legitimidade dos direitos reais, controlar o direito a tenças e superintender na cobrança dos reais d'água.

Esses provedores eram oficiais do governo que acumulavam as funções de contador, provedor e juiz da alfândega, e que para ocupar esse cargo deveriam ser: brasileiros ou portugueses radicados no Brasil e indicados por um provedor-mor ao governador geral, que tinha autoridade para instituí-los. Além disso, devido a sua posição na estrutura setorial da administração, o provedor era um dos oficiais mais bem pagos daquela época. Dentre o exercício de suas atividades pode-se destacar que o contador/provedor possuía uma expectativa diante da Coroa quanto ao zelo ao patrimônio nos aspectos de capacidade técnica e irrepreensível comportamento ético, conforme explica Silva *apud* Regimento dos Provedores da Fazenda (2014: p. 54), “os provedores terão o cuidado de, quando iniciar o mês de janeiro, avisar aos almoxarifes e recebedores que acabem de arrecadar tudo o que for devido pelos rendeiros [...]”.

Outro aspecto que exigia a atenção dos provedores, que expressava o cuidado nos apontamentos de registros de cargas tributárias, foi o da Alfândega com objetivo de evitar contrabandos e desvios. A respeito disso, Garcia (1956) escreveu que os navios pertencentes ao Reino português só tinham permissão de atracar nos portos das capitanias depois de uma minuciosa inspeção, contabilização, registro e possíveis taxações das mercadorias que carregavam, atividade essa exercida pelo provedor da Fazenda/juiz da Alfândega (taxas variavam de acordo com a mercadoria encontrada, mas ficou estabelecido no regimento que no geral seriam cobrados cerca de 10% sobre o valor total das mercadorias).

O mesmo processo pelo qual os navios aportados nas capitanias passavam na entrada se repetia na saída, mas com algumas diferenças que, segundo a Fazenda, evitariam possíveis contrabandos. Dessa vez era necessária a presença não apenas do provedor, como também do almoxarife e escrivão da Fazenda. Os tripulantes da embarcação eram então obrigados a prestar contas de tudo que estavam levando da capitania, correndo o risco de mais uma vez serem taxados pela Alfândega local, dependendo do gênero declarado. (Idem, 1956).

Em Anais Pernambucanos, Costa (1983, v.1) aponta que, neste século, ocuparam o cargo de provedor da capitania de Pernambuco: Francisco de Oliveira (1537), Diogo Gonçalves Vieira (1565), Miguel Gonçalves Vieira (1577), Martim Carvalho esteve no posto em 1584, Jerônimo de Mendonça (1588) e Diogo Cirne (1590). Em 5 de janeiro de 1549, D. João III, nomeava o primeiro contador geral do Brasil, que segundo Lobo (1952, p. 220), este profissional, junto com um grupo de outros contadores, era encarregado de verificar todos os recebimentos e pagamentos efetuados pelos funcionários fiscais da Fazenda Real. Além disso, foi encontrado na pesquisa de Dantas (2014) os Provedores da capitania Pernambuco e seus perfis sociais, entre 1675 – 1698, como estão apresentados na Figura 1.

NOME	ANO DE EXERCÍCIO DO OFÍCIO	ATUANDO COMO	ORIGEM	TÍTULOS E SERVIÇOS
André Pinto Barbosa	1672-1677	Serventuário.	Reino	Serviu como provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro.
João do Rego Barros (avô)	1677-1697	Proprietário	Pernambuco	Cavaleiro da Ordem de Cristo e Fidalgo
Inácio de Moraes Sarmento	1698-1706 (aproximadamente)	Serventuário	Reino - Servia como Ouvidor Geral da capitania de Pernambuco	Serviu como Ouvidor Geral de Pernambuco.
João do Rego Barros (neto)	1706 em diante	Proprietário	Pernambuco	Cavaleiro da Ordem de Cristo

Figura 1 - Perfil Social dos Provedores da Fazenda Real da Capitania De Pernambuco (1675-1698).

Fonte: Dantas (2014).

Sendo assim, com objetivo fiscalizar as receitas e as despesas do Estado através de registros contábeis foi criada a Casa dos Contos, no reinado de D. Diniz (1279-1325) denominada como Contos do Reino e Casa, auxiliada por contadores em cada capitania. Em Pernambuco, na cidade de Recife, localizava-se junto da Alfândega, no século XVIII (COUTO: 1904).

O sistema de Governo Geral, instituído pelo governo português, elaborou um instrumento jurídico – o Regimento de 1548, com a finalidade de centralizar a administração da colônia, nomeando Tomé de Souza o primeiro Governador Geral do Brasil. Porém, aos 17 de dezembro daquele mesmo ano, foi redigido um novo regimento sendo instituída a Provedoria-Mor da Fazenda Real, responsável por coordenar e fiscalizar as provedorias da fazenda instaladas nas capitanias. Antonio Cardoso de Barros, fidalgo de confiança de El Rei, foi designado o primeiro Provedor-Mor da Fazenda, centralizando o poder sobre a administração e arrecadação das rendas e direitos da Coroa.

As práticas contábeis são evidenciadas no regimento através da obrigatoriedade de se realizar um “balanço” anual das rendas e direitos de cada provedoria, conforme se observa no texto do documento:

A cada um dos provedores de minha fazenda que vos mandem por certidão o que renderam minhas rendas e direitos de sua provedoria o ano atrás, e o que delas despenderam, e em que coisas, e que tudo o mais enviem a entregar ao meu tesoureiro, que há de estar na dita

Bahia para receber todas as ditas rendas, e eu lhes mando em seu regimento que assim o façam. (Oficina de Artes Graphics da Biblioteca Nacional, 1908).

Até finais do século XVIII utilizava-se o cálculo por partidas simples nos registros das provedorias da Fazenda do Brasil. Nos relatórios anuais enviados pela Provedoria da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco para a Provedoria-mor, nota-se que os livros só possuíam duas colunas. Essas duas colunas dividiam-se em receita e despesa. Cada uma deveria vir acompanhada de data e definir em que o valor tinha sido gasto. No fim de cada página se fazia a contabilidade final e na última página a contabilidade global de todo o ano (SILVA, 2014).

Em outro trecho, o Rei de Portugal ordena a Antonio Cardoso de Barros que fosse feito “inventário” de artilharia, armas e munições, que foram enviadas a fortaleza velha em Pernambuco, e fizesse o almoxarife “carregá-las” em receita:

Informar-vos-eis do que se fez de artilharia, armas e munições minhas, que estavam na fortaleza velha de Pernambuco, e fá-lo-eis arrecadar e carregar em receita sobre o almoxarife, e pela mesma maneira vos informareis, em cada capitania onde fordes, se nela há alguma artilharia, armas e munições que me pertençam, [...] (Oficina de Artes Graphics da Biblioteca Nacional, 1908).

O almoxarife de cada provedoria, ao final de cinco anos, tinha a responsabilidade de prestar contas de sua gestão, munido de todos os seus livros e papéis. Só então, caso as contas apresentadas por ele estivessem corretas, o provedor-mor, através de provisão, o autorizaria a continuar exercendo suas funções na devida Alfândega. Além das alfândegas, o Regimento também previa a criação de casas para negócios da fazenda e contas (Casas dos Contos), para as quais também deveria haver livros onde se assentariam as receitas e despesas da Coroa nas capitâneas.

Em 22 de dezembro de 1751, foi criada o Erário Régio em substituição a Casa dos Contos e a Junta de Administração dos Depósitos Públicos da Corte e cidade de Lisboa cujo objetivo era implementar um novo modelo de sistema de recolhimento de rendas públicas e evitar possibilidades de extravio e fraudes (CUNHA: 2007). Os ofícios de Contador Mor, e os

Contos do Reino, e Casa, com todas as incumbências foram extintas, sendo instituído um tesouro único e geral chefiado pelo Inspetor Geral do Tesouro, auxiliado por um Tesoureiro Mor e pelo Escrivão. O Tesouro foi dividido em quatro Contadorias, chefiadas por Contadores Gerais, uma para cada região do império português (MENDONÇA: 1968).

2.2. PRÁTICAS CONTÁBEIS EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XVII

O século XVII foi um período marcado, principalmente, pela invasão holandesa que durou mais de 20 anos (1630 a 1654), onde o interesse dos holandeses pelo Brasil, segundo Filho e Martins (2003), deveu-se ao fato de que, até a metade daquele século, o país era o principal produtor de açúcar do mundo. A produção açucareira em Pernambuco, que havia sido iniciada ainda no século XVI, estabeleceu-se no século XVII, que segundo Porto Seguro apud Simonsen (1977), “Pernambuco era o principal produtor de açúcar do Brasil naquela época, contando com um número de 66 engenhos moentes, dentre um total 120 engenhos em todo o país.”

Sendo a exploração do açúcar a única cultura praticada no Brasil, Filho e Martins (op. Cit., p.80) pressupõem em seu trabalho, que a contabilidade desenvolvida neste período era basicamente, às anotações dos senhores de engenho, adquirindo características estritamente gerenciais. Por outro lado, em matéria de contabilidade pública, voltando a analisar os aspectos administrativos da colônia, no tocante ao controle das rendas e direitos da metrópole, apesar dos problemas sucessórios que vinha enfrentando a Coroa portuguesa desde o final do século XVI, não houve mudanças significativas. O sistema de provedorias, iniciado no século antecedente, continuou ocorrendo, e os oficiais da fazenda continuaram a exercer suas funções como dantes, com exceção apenas do período correspondente à ocupação holandesa, onde não houve nomeação para novos provedores da fazenda real portuguesa.

Durante o século XVII, destacam-se alguns personagens que assumiram o cargo de provedor após a restauração de Pernambuco: Cosme de Castro Passos (1652); André Pinto Barbosa (1662); Francisco de Mesquita (1664); João Gomes de Mello (1669); Jorge Lopes Alonso (1672); João do Rego Barros (1675); Francisco do Rego Barros (Sucedeu João do Rego Barros); Belchior Ramirez de Carvalho (1692); Dr. Manuel da Costa Ribeiro (1698); João do Rego Barros (1699). Os vencimentos dos funcionários da fazenda real no ano de 1612, segun-

do Costa (1983), em Anais Pernambucanos correspondiam ao seguinte: provedor, 40\$000 anuais; o escrivão da fazenda 30\$000; e o almoxarife 50\$000, onde as despesas da capitania giravam em torno de 572\$840. Diante disto, é possível perceber que aqueles funcionários eram relativamente bem pagos, denotando a importância que era dada àquela atividade.

2.3. PRÁTICAS CONTÁBEIS DO GOVERNO NASSOVIANO

No século XVII a estrutura político-administrativa na colônia portuguesa não sofreu grandes mudanças, com exceção do período correspondente à invasão holandesa, onde a administração da colônia era promovida pela Companhia das Índias Ocidentais, que nomeou o conde João Maurício de Nassau-Siegen governador do Brasil holandês. Nesse período, tudo que era relacionado à fazenda e finanças passou a ser norteador pelo Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas, que data de 13 de outubro de 1629. Tal instrumento estabelecia normas para constituição da fazenda e apuração da receita e despesa públicas, sobre as quais a responsabilidade e autoridade suprema recaíam sobre o Conselho Político, cujas atribuições envolviam desde a administração pública até negócios de guerra e do comércio.

Dentre as determinações daquele Regimento, definia-se que cada conselheiro político, encarregado da administração financeira, deveria exercer suas funções por um período máximo de seis meses e que, ao deixar o cargo, estava incumbido de elaborar um balancete ou balanço do caixa, e apresentá-lo ao Conselho. Além disso, o mesmo documento determinava que cada conselheiro deveria realizar o lançamento de todas as receitas e despesas em um livro específico, e dar quitação dos pagamentos recebidos, na tentativa de prevenir abusos.

É relevante ressaltar que há indícios, como o que se observa do trecho retirado de uma obra de Barléu (1974) sobre este período, de que havia uma forte preocupação com as fraudes cometidas contra a administração pública, para as quais cabia a aplicação de leis rigorosas:

Reprimiam-se com rigorosas penas aqueles que usavam fraudes com exatores de impostos e direitos alfandegários e contra os que não declaravam com verdade as mercadorias ou as calavam, cominada certa multa para as fraudes praticadas de dia, outra mais

pesada para as praticadas de noite e, se fossem oficiais, os fraudulentos perderiam o posto.

Um novo estatuto administrativo foi baixado em 23 de agosto de 1636, que havia sido elaborado pelos dirigentes da Companhia e aprovado pelos Estados Gerais, para o governo da colônia. Este documento, segundo Avellar (1976, p. 115), foi a carta básica do Brasil Holandês.

2.4. PRÁTICAS DE CONTROLE CONTÁBIL EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII

A administração fazendária no período de 1777 a 1808 foi marcada por vários fatores: a crise e recuperação de Portugal e sua principal colônia, o Brasil; as tentativas de racionalização da administração metropolitana e imperial; e os conflitos com a Espanha. Todos estes aspectos incidiram sobre a política administrativa de Portugal para com o Brasil, acentuando o antigo fiscalismo e introduzindo com Pombal, um novo tipo de organização fazendária, onde o Antigo Regime português procurou adaptar-se às necessidades administrativas modernas, que renunciavam o quadro de transformações característico da Revolução Industrial (VASCONCELS et al, 2008).

Primeiramente, o fiscalismo ou aumento da arrecadação de impostos se dá devido aos sempre crescentes compromissos do Estado; segundo, a nova organização fazendária é fruto da necessidade de racionalizar a administração econômica para atingir as potencialidades fiscais da sociedade e corrigir os abusos, como a supertaxação, o peculato e a corrupção; estes são os dois princípios da administração econômica entre 1777 a 1708. A partir daí criam-se instituições, muda-se a legislação e implantam-se políticas visando à execução deste novo projeto administrativo.

A história da administração fazendária neste período é fundamentalmente, a das ações e reações com que ambos os princípios organizacionais marcaram a sociedade colonial e o Estado. (WEHLING, 1986). Segundo Andrade (2013, p. 68), as reformas pombalinas para Portugal e a criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba eram necessárias, pois, havia um “déficit financeiro, uma economia combalida e instituições enfraquecidas, tanto política quanto militarmente.”

A nova sistemática de administração das rendas da Coroa teve como consequência primeira o fim do sistema de provedorias, em funcionamento no país desde o século XVI. O ato régio de 16 de julho de 1760, do Rei de Portugal, iniciou a fase de extinção das provedorias, primeiramente, com a provedoria da fazenda real de Itamaracá, cujas funções foram repassadas para a de Pernambuco. Não se sabe a data em que foi criada a dita provedoria, não sendo incoerente imaginar que sua origem tenha ocorrido a partir de Antonio Cardoso de Barros, provedor-mor da fazenda real do Brasil, ordenado por El Rei a providenciar que fosse erigida em cada capitania uma provedoria de sua fazenda.

Passada quase uma década, mais precisamente em 10 de abril de 1769, uma nova carta régia exigia a extinção da provedoria de Pernambuco. Este mesmo documento criava também uma nova instituição, uma junta da administração e arrecadação da fazenda real, com a finalidade de substituir a aquela que extinguiu. A esta junta foram subordinadas as provedorias das capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O início deste novo projeto administrativo se deu, contudo, ainda na época pombalina, em 1761, com a criação do Erário Régio – que simbolizava o regime de centralização absoluta, pois todas as rendas da Coroa ali davam entrada e dele saíam os fundos para todas as despesas. Ao qual se acrescentou na colônia brasileira, a criação das Reais Juntas da Fazenda, independentes entre si, mas subordinadas diretamente ao Erário Régio.

Segundo Wehling (1986), as juntas da fazenda real eram compostas por um presidente (cargo atribuído ao vice-rei ou governador de capitania) e cinco conselheiros, também conhecidos por deputados. Os cargos de conselheiros eram geralmente ocupados pelas seguintes autoridades: a mais alta autoridade judiciária da região (chanceler da relação, ouvidor, ou juiz de fora), o provedor da fazenda, o procurador, o tesoureiro geral e o contador geral. De acordo com Costa (1983) relata que, em Pernambuco, o então governador da capitania, e presidente da junta, nomeou para comporem o quadro de funcionários daquele órgão, o Sr. Manuel Gomes dos Santos, tesoureiro-geral; João do Rego Barros, provedor e contador; Dr. Manuel Pacheco de Paiva, procurador da real fazenda; e Bernardo Pereira de Vasconcelos, escrivão da fazenda e da receita e despesa do referido tesoureiro-geral.

Os funcionários da nova repartição do governo de Pernambuco foram nomeados no dia 17 de abril do mesmo ano, e tiveram seus vencimentos estipulados da seguinte forma: Tesoureiro, 600\$000; Provedor e contador, 500\$000; Escrivão, 200\$000; e o procurador da fazenda, as propinas do ofício (WEHLING: 1986, p. 114), definidos os cargos e atribuições

de cada um, cabia as contadorias das juntas a contabilização das receitas e despesas das áreas sob sua jurisdição. Nesta época, apesar do movimento ter se iniciado desde o século XVI em outros países da Europa, começava-se a abandonar os métodos antigos de contabilização em Portugal, passando a adotar o sistema de partidas dobradas.

Estabelecida a estrutura do novo órgão, a junta precisaria de um espaço físico para o seu funcionamento sendo construído o edifício do Erário Régio, onde as repartições da provedoria e fazenda, e as funções da junta poderiam ser desenvolvidas mais comodamente.

As Juntas da Fazenda Real tinham como função controlar tudo aquilo que estivesse relacionado aos rendimentos do Estado, onde a arrecadação e as despesas constituíam a base de suas ações. Neste sentido, registra-se haver ainda a atribuição de elaborar periodicamente relatórios, balanços e prestações de contas dos seus funcionários, para serem remetidos regularmente ao Erário Régio. Além das mencionadas funções, a Juntas tinham como principais atribuições, como afirma Wehling (1986):

- **Organização e pagamento das folhas civil, militar e eclesiástica;**
- **Administração e arrecadação de todas as rendas reais, conforme instruções do Erário;**
- **Organização e pagamento das demais despesas públicas;**
- **Superintendência da tesouraria geral, da contadoria, da provedoria, da alfândega, da casa da moeda e, em alguns casos da intendência da marinha e armazéns reais;**
- **Envio semestral de balanços de receita e despesa para Erário-Régio;**
- **Conhecimento de decisão sobre despesas determinadas por outros órgãos que não o Erário-Régio, conforme determinava o decreto de 12 de junho de 1779.**

Não obstante a diversidade de funções atribuídas às Juntas da Real Fazenda destacava-se o controle contábil das despesas sobre o controle e a arrecadação das receitas tributária, pois, segundo Holanda (2003, p. 381), “durante os séculos XVI e XVIII, quase exclusivamente eram exploradas fontes ordinárias de receita, quer dizer, impostos e taxas”. Tais fontes representavam, assim, o principal alvo a ser atingido com as novas políticas estruturais aplicadas na colônia brasileira. A junta da real Fazenda de Pernambuco foi uma das primeiras a se instalarem. Sua instituição foi ordenada por Carta Régia de 10 de abril de 1769. Em Ofício

de 31 de dezembro de 1787, em que o governador da Capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, remete a carta da Junta da Fazenda Real da dita capitania para o Erário Régio, acerca da administração do contrato do subsídio dos vinhos e das aguardentes, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, pode-se notar a atuação das duas esferas administrativas da coroa, O Erário Régio e as Juntas da Fazenda Real.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Secretário. Remeto à presença de Vossa Excelência a conta que a Junta da Real Fazenda dirige ao Real Erário a respeito da Administração em que Sua Majestade Mandou por o contrato do subsídio dos Vinhos e Aguardentes, que entram nesta Capitania [...]. (AHU_ACL_CU_015, Cx 161, Documento 15584).

Esse controle das receitas tributárias, principal fonte de recursos da Coroa, constitui uma das obrigações centrais das Reais Juntas da Fazenda, que também eram obrigadas a prestar contas ao Real Erário, mediante balanços demonstrativos das receitas e despesas com a arrecadação dos tributos. Uma das mudanças nas atividades de acompanhamento dos registros contábeis estava à questão da regularidade do envio dos demonstrativos e de relatórios complementares sobre os rendimentos das antigas Provedorias de Pernambuco e suas capitanias anexas. Assim, a transição da Provedoria para a Junta da Fazenda na capitania de Pernambuco, foi o envio dos relatórios anuais para Portugal, pré-estabelecidos pelo regimento de 1548, mas que, como foi percebido por Silva (2014) na análise de documentos anteriores, não vinha sendo cumprido com a devida regularidade.

Foi a partir dessas exigências que começaram a aparecer os problemas técnicos envolvendo os novos cálculos cobrados pela Junta da Fazenda de Pernambuco, que seria pelo método de partidas dobradas, diferente das partidas simples, utilizadas nos antigos cálculos dos relatórios anuais de receita e despesa confeccionados pelas provedorias. Essa escrita contábil existia desde o século XIII e foi desenvolvida por mercadores italianos. Foi então a partir do contato que o Marquês de Pombal teve com essa nova técnica, através de seus estudos de economia e Fazenda Real, que resolveu aplicá-la nos livros de registros das Juntas da Fazenda. (Idem, 2014).

Para fins de melhor compreensão desta nova escrituração, que é utilizada até os dias atuais, as Figuras 2 e 3 demonstram recortes da Notícia Geral da Escritura Dobrada ou Método da Escrituração dos Livros por Partidas Dobradas (1785) onde é apresentada a de-

finalização do método, os livros gerais: O Borrador, o Livro Diário e o Razão, por meio dos quais, se formalizaram as contas nesta nova forma de escrituração, principais contas utilizadas e as suas definições e por fim, exemplos de transações que podem ocorrer e as suas devidas formas de escriturações a partir do novo método.

Posto isto, a seguir a Figura 2 apresenta a capa da Notícia Geral da Escritura Dobrada ou Método da Escrituração dos livros por Partidas Dobradas de 1785 e a Figura 3 demonstra um exemplo da utilização do Livro O Borrador.



Figura 2 - Notícia Geral da Escritura Dobrada ou Método da Escrituração dos livros por Partidas Dobradas em 1785.

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira (1785).



Figura 3 - Exemplo de utilização do Livro O Borrador.

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira (1785).

O método de partidas dobradas funcionava da seguinte maneira: para cada débito efetuado nos livros, deveria existir um crédito pré-existente garantindo que os cofres da Fazenda Real não ficariam desfalcados (SILVA, 2014). Percebe-se, portanto que esse método iria trazer maior controle, porém uma complexidade maior nos novos cálculos, ocasionando reclamações por parte das capitanias anexas como também maior troca de correspondência entre a capitania e o Marquês de Pombal visando o entendimento pelos contadores do novo método de escrituração, como pode ser visualizado a seguir na Figura 4.

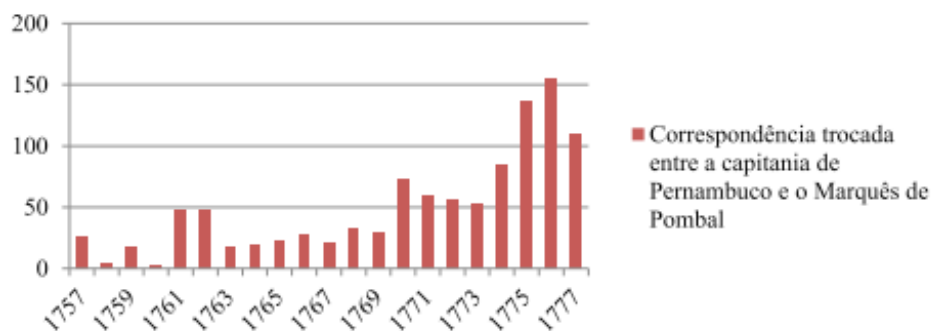


Figura 4 - Correspondência trocada entre a Capitania de Pernambuco e o Marques de Pombal.

Fonte: Silva (2014) *apud* Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

De acordo com Silva (2014) e como pode ser avaliado, houve um acréscimo de correspondências enviadas ao longo dos anos, em 1759, por exemplo, apenas dezessete documentos foram trocados entre a capitania e o secretário de Estado do Reino e já em 1776, quando Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu o título de Marquês de Pombal, a correspondência alcançou o número de cento e cinquenta e quatro documentos. Esses números tendem a comprovar o desenvolvimento das práticas fiscais iniciadas pelo Marquês de Pombal como advento para reestabelecer o controle sobre as contas da Real Fazenda na capitania de Pernambuco.

2.5 CONSOLIDAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS NA NOVA ORGANIZAÇÃO FAZENDÁRIA

O esforço centralizador das políticas pombalinas visava corrigir os múltiplos problemas que se acumulavam na administração econômica típica do Antigo Regime que caracterizava Portugal e suas colônias: justaposição de órgãos e funções, ineficiências e injustiças na arrecadação de impostos, fraudes como peculato, tolerância com o contrabando, corrupção no exercício dos cargos públicos, criação de despesas sem previsão de recursos para atendê-las e fragmentação de informação administrativa, sem que se soubesse, sequer com aproximações, qual o montante de arrecadação e das despesas públicas. (WEHLING, 1986). As ações do Marquês de Pombal, por conseguinte, buscavam, notoriamente, sanar problemas de natureza tipicamente contábil. A inexistência de mecanismos eficientes de controle contábil das despesas públicas mostrou-se preocupante apenas quando, segundo Falcon (1982, 478 a 479):

[...] os gastos provocados pela guerra de 1761/1762 revelaram a precariedade das finanças e do próprio sistema sobre o qual elas estavam assentadas. Criou-se então o Real Erário e pouco a pouco, através de medidas complementares, realizou-se uma verdadeira revolução da organização financeira, isto é, das contas da monarquia.

Assim, a racionalização do controle contábil e o fiscalismo, materializados no Erário Régio e nas Reais Juntas da Fazenda, são as respostas da elite política diante das referidas incongruências e da escassez de recursos que precisam administrar. Com tais medidas, como afirma Wehling (1986), esta elite pretendia:

- **Conhecer o quadro econômico do Império Português, determinando os fluxos de receita e da despesa do Estado, para melhor gerenciá-lo;**
- **Redimensionar a administração fiscal, aumentando-lhe a eficiência;**
- **Aumentar a receita tributária, pela melhoria da arrecadação e combate ao contrabando;**
- **Diminuir as despesas do Estado, moderando-se os gastos com o funcionalismo, as obras públicas e despesas suntuosas.**

Esse esforço para reduzir as despesas estatais com a arrecadação dos impostos e maximizar as receitas tributárias consistia, na esfera pública, a principal atividade contábil a ser desenvolvida dentro das Reais Juntas da Fazenda. A nova política administrativa tinha, de fato, caráter centralizador, uma vez que todas as receitas e despesas reais deveriam ser contabilizadas nas Reais Juntas da Fazenda de cada jurisdição, posteriormente, enviadas ao Erário régio. Entretanto, houve também uma preocupação com ações regionais no que tange à administração contábil-fazendária das possessões portuguesas. Essa perspectiva é defendida por Wehling (1986):

A instalação do Erário Régio e das juntas de fazenda denota, além de uma visão centralizadora, preocupação com a heterogeneidade

regional. O Erário Régio compreendia quatro controladorias, a 1ª (Corte e Estremadura), a 2ª (restante de Portugal, Açores e Madeira), a 3ª (África Ocidental, estado do Maranhão – depois de 1774, suas capitânias – e comarcas da Relação da Bahia) e a 4ª (Comarcas da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e possessões asiáticas).

Cada Controladoria tinha a obrigação de elaborar um balanço semestral das receitas e despesas de sua jurisdição, o que explica a frequência com que os vice-reis e governadores encaminhavam ao Erário Régio, na metrópole portuguesa, seus relatórios financeiros. As juntas da fazenda foram implantadas progressivamente, substituindo as antigas provedorias e irão constituir, até a chegada de D. João, o eixo metropolitano e os eixos colônias, de toda política econômico-fazendária do Império Português (VASCONCELS et all, 2008).

2.6. PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NAS CONTADORIAS: “LIMPEZA DE MÃOS”

Com a nova estrutura administrativa, intensificaram-se as ações pertinentes ao controle das arrecadações, tanto no que diz respeito ao aumento do volume arrecadado como na contenção das despesas decorrentes do esforço desta arrecadação. Para que esse controle se fizesse sentir, implementaram-se medidas de controle contábil que acabaram provocando a ascensão das Contadorias, que eram subordinadas às Juntas da Fazenda. Sobre este ponto, Wehling (1986) destaca:

As contadorias das juntas tinham por objetivo a contabilização das receitas e despesas das áreas de sua jurisdição. Sua significação crescia, no momento da instalação das juntas de fazenda, por que abandonava-se, por toda a Europa e também em Portugal, as regras antigas da contabilidade, substituindo-as por novos métodos, em especial a partida dobrada.

Destaca-se, assim, a utilização das partidas dobradas como método de escrituração contábil, que apesar de já ser utilizada na área comercial desde o século XVI, sua adoção na contabilidade pública generalizou-se apenas no século XVIII e deve sua aplicação, no caso

brasileiro, em larga medida, ao Primeiro-Ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, através de sua política reformista. Ainda segundo Wehling (1986) revela a composição de algumas contadorias que, no caso do Rio de Janeiro, como exemplo, consistia em um Contador Geral, dois Auditores, dez Contadores e três Aprendizes. Até 1760, os mecanismos de controle contábil aplicados à administração pública atuavam, a princípio, apenas como coadjuvante do processo de administração fazendária na colônia brasileira. Isto porque, de acordo com Falcon (1982, p. 478), “até o início da década de 1760, nada praticamente foi mudado na estrutura financeira da monarquia, ou seja, na natureza e no volume da arrecadação, nos métodos de cobrança, no controle da receita e da despesa [...]”.

Também não havia uma preocupação com a especialização da profissão de Contador, sendo que a atividade deste profissional era exercida, sobremaneira, nas Provedorias (posteriormente substituídas pelas Juntas da Fazenda Real) pelo próprio Provedor, que também acumulava o ofício de Juiz da Alfândega. (MENDONÇA, 1968). Com a instalação das Reais Juntas da Fazenda, visando um melhor controle contábil das receitas tributárias da coroa lusa, os Contadores passam a ser mais requisitados. Aumentam também as exigências acerca destes profissionais. Wehling (1986) afirma que, dentre as qualidades exigidas ao cargo de contador, destacam-se a “inteligência (no cálculo como na regularidade da escrituração que devem ter os diferentes livros para a administração) e limpeza de mãos”.

A instituição do Erário Régio, em Portugal, e das Reais Juntas da Fazenda, na colônia brasileira, acarreta, pois, mudanças diretas na contabilidade que, por conseguinte, são refletidas no ofício de Contador, de tal sorte que, após a formalização das citadas instituições de controle fazendário, os Contadores passaram a dominar, suplantando os administradores (provedores) e os exatores (intendentes, procuradores da real fazenda, etc.). (MENDONÇA, 1968). Diante de todo este panorama, carregado por mudanças significativas na forma de administrar finanças da Metrópole portuguesa, não obstante os avanços nos mecanismos de controle contábil persistiram alguns problemas de caráter ordinário que, diante nos novos ideais iluministas que marcaram a virada do século, não poderiam mais ser tolerados.

2.7. DOCUMENTOS HISTÓRICOS MANUSCRITOS DE REGISTROS CONTÁBEIS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

O acervo do “Projeto Resgate – Capitania de Pernambuco” dispõe de uma rica coleção de documentos históricos manuscritos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e que foram microfilmados e digitalizados em 25 CDs pela Universidade Federal de Pernambuco. Os documentos avulsos tratam de diversos assuntos referentes à Capitania de Pernambuco, no período colonial de 1590 a 1825, de onde foi possível coletar alguns registros da Contabilidade praticada naquela época. A título de exemplo, encontra-se abaixo na Figura 5, representado o Balanço Geral da Receita e Despesa da Tesouraria Real da Capitania de Pernambuco, referente ao primeiro semestre do ano de 1770, cujo original consta dos arquivos da Biblioteca Nacional, em Portugal.

	Receitas	Despesas	Resíduo
Do 1º semestre deste anno Contas de Receitas de R. e D. ...	31.576.832	25.781.017	7.806.816
Do 2º semestre deste anno Contas de Receitas de R. e D. ...	17.076.271	51.622.559	14.175.818
	48.653.103	77.403.576	
Do 1º semestre do 1º semestre do anno Contas de Receitas de R. e D. ...	58.265.801		
Do 2º semestre do 1º semestre do anno Contas de Receitas de R. e D. ...	22.278.661		
			R. 22.278.661

Figura 5 - Balanço Geral da receita e despesa da Tesouraria da Capitania de Pernambuco, 1º semestre de 1770.

Fonte: Projeto Resgate - Capitania de Pernambuco (www.liber.ufpe.br)

Nesta época, segundo Sá (1997), o termo “balanço” era comumente utilizado num sentido mais genérico, como “equilíbrio de contas”. Porém, também era empregado para designar aquele que deveria ser elaborado anualmente, obedecendo à determinação, que vigorava desde o século precedente, do Regimento de Antonio Cardoso de Barros. No documento em questão, estão anotados os saldos de receita e despesa da dita Tesouraria Real, apurados no primeiro semestre daquele ano. A demonstração é um resumo de todos os lançamentos de entrada e saída de recursos do órgão da Fazenda, abrangendo uma universalidade de contas.

O controle dessas contas de receita e despesa, ao que parece, era feito a cada três meses, e, posteriormente, os saldos eram repassados para balanços semestrais, evidenciando uma preocupação gerencial com o controle financeiro dos rendimentos da capitania. A Figura 8 demonstra a existência, naquela repartição, de um “Livro da Receita e Despesa”, onde eram registradas as entradas e saídas de recursos, receitas e despesas, cujos saldos mensais eram apurados e utilizados na confecção de tal demonstração conforme Figura 6:

		Receitas	Despesas	Saldo
Em Janeiro	1770	170910781	20680158	→→→
Em Fev.	1770	126600747	156400836	→→→
Em Março	1770	21030576	78200516	→→→
Soma a Receitas		318516104		
Soma a Despesas			25700178	
Total Existente no Cofre em 01 de Abril 1770		25700178		R. 7560016

Figura 6 - Resumo do livro da receita e despesa do cofre da Tesouraria Geral da Capitania de Pernambuco, 1º trimestre de 1770.

Fonte: Projeto Resgate - Capitania de Pernambuco (www.liber.ufpe.br)

Em outra peça, referente ao ano de 1769, observa-se a ocorrência de uma espécie de nota explicativa das contas que eram lançadas nos registros da Tesouraria. Enquanto na página da direita do livro de registros das receitas e despesas eram registrados os lançamentos das contas, na página da esquerda havia um histórico sucinto daquelas contas, respectivamente numeradas para que pudessem ser corretamente identificadas.

Por exemplo: para o lançamento de número 6, escriturado no alto da página 7 do livro de registros das receitas e despesas da Tesouraria Geral da Capitania de Pernambuco, representada adiante na Figura 7, onde se lê “Do rendimento do Donativo dos [?] 2:264\$224”, existe uma nota sob o mesmo número, sob o título de “Explicaçoins” no alto da página da esquerda, que diz o seguinte: “Recebidos do Almoxae José das Sa. da Crus napasaje que fez po. o Cofre da Tezouraria Geral, producto do Rendimeto do Donativo dos [?] no anno 1769 como consta da Receita N.3”.

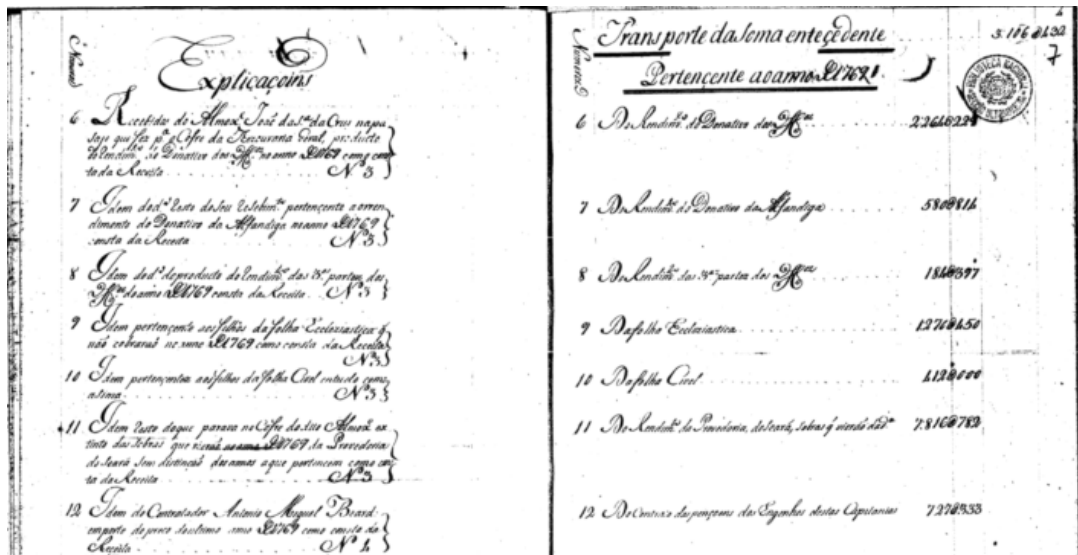
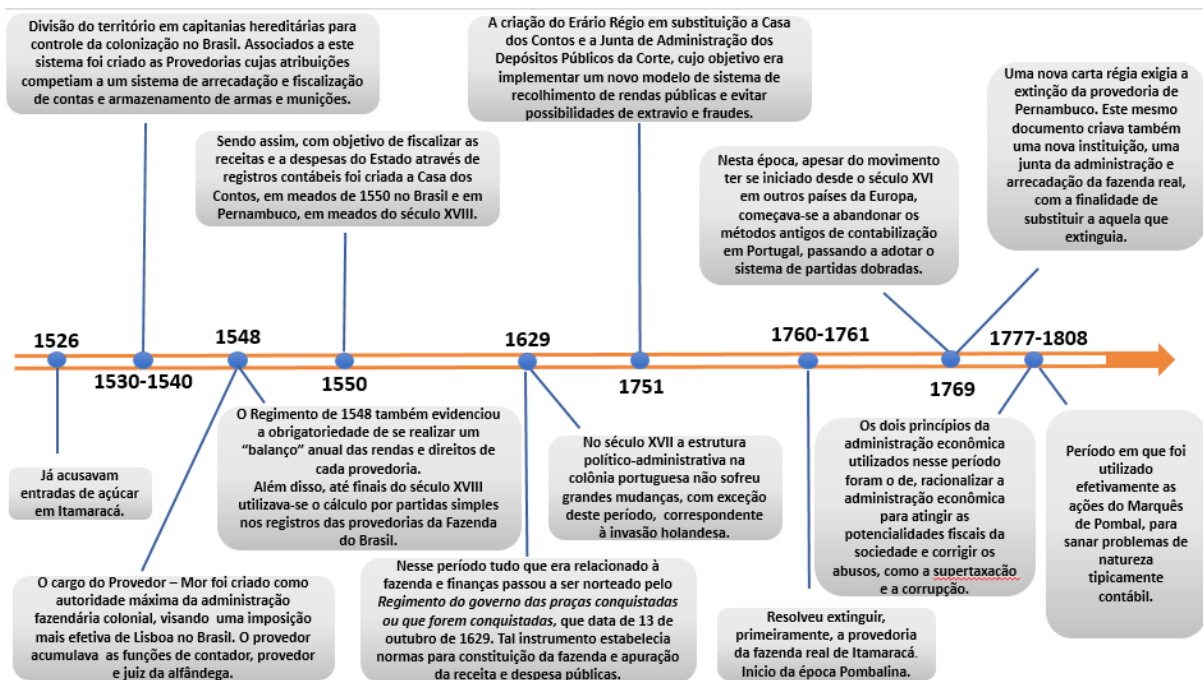


Figura 7 - Páginas do Livro da Receita e Despesa da Tesouraria Real da Capitania de Pernambuco, 1769.

Fonte: Projeto Resgate - Capitania de Pernambuco (www.ufpe.br).

Para os padrões da época, com base nos documentos analisados, não é possível afirmar que a contabilidade praticada na Capitania era das mais avançadas, mas o fato é que, mesmo sendo já neste período era comum a aplicação do sistema de escrituração por partidas dobradas por comerciantes da Europa, ainda não era utilizado em Pernambuco tal sistema. Tal como foi visto anteriormente, o referido sistema só foi disseminado na contabilidade pública praticada pelos portugueses e suas colônias alguns anos depois.

Para encerrarmos este tópico, das primeiras evidências sobre as práticas contábeis e seu aprendizado, elaboramos uma linha do tempo que representa, de forma sucinta, os eventos em ordem cronológica no período de 1526 a 1808 conforme observa-se no Quadro 1:



Quadro 1 - Linha do Tempo das Primeiras Evidências.

Fonte: Autoria própria.

Assim, possamos contemplar o passado com um olhar crítico para sermos levados a uma reflexão sobre nosso processo histórico com encontros e desencontros, mas na certeza de que, segundo Tavares (1926), “trabalhemos, pois, bem unidos, tão convencidos de nosso triunfo [...]” Esta unidade, diante das diversidades, necessita de uma construção de bases sólidas de relacionamentos que não se dá de forma imposta, mas a partir de uma articulação induzida, espontânea ou conquistada, construída por pessoas, com pessoas e para pessoas, através de parcerias que gerarão sustentabilidade das ações por intermédio de um processo contínuo de aprendizagem que se dá pela troca de experiências.

3. PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES

Historiar sobre a trajetória das organizações é nos remeter aos modelos de gestão de líderes que impulsionam o desenvolvimento institucional através de seus paradigmas, provocando rupturas e mudanças nas filosofias gerenciais estabelecidas, diante dos desafios e transformações constantes dos ambientes. Não é diferente nas organizações de classes profissionais. Líderes são pessoas que exercem funções delegadas e exercitam habilidades de traços comuns de lideranças para conduzir o “barco” como, consciência, energia, inteligência, domínio, autocontrole, sociabilidade, abertura a experiências, conhecimento da relevância de tarefas e estabilidade emocional (KETS DE VRIES: 1997). Assim destacamos nesse capítulo, e honramos os nossos líderes pelos feitos, apresentando suas contribuições para eficácia organizacional e legitimidade social da profissão contábil.

Iniciamos com um pernambucano, o Senador e Patrono dos Contabilistas - João Lyra, que em meio a um discurso de agradecimento a homenagem que recebia dos profissionais contábeis, fez sua preleção com visão da profissão nos desafios da unidade da categoria pela luta do reconhecimento jurídico da profissão contábil, partindo da formação do contador através da implementação do ensino formal com diploma reconhecido, e a regulamentação da profissão através da reserva do direito de exercício profissional: “Trabalhemos, pois, bem unidos, tão convencidos de nosso triunfo, que desde já consideramos 25 de abril o Dia do Contabilista Brasileiro”. A bandeira estava na formação dos contadores com diploma

reconhecido e uma profissão regulamentada. Assim aconteceu com o Decreto Federal nº 17.329 em 28 de Maio de 1926, sendo criada a primeira escola oficial com o objetivo de ensinar Contabilidade: a Escola de Comércio. Segundo o Instituto José Maciel (www.institutojosejorgemaciel.org.br), já havia antes de 1926 escolas não oficiais que ensinavam o aluno a praticar os registros contábeis sendo assim “a primeira escola a exercer essa função foi criada em 1902, e, em 1905, os diplomas expedidos por essa escola foram reconhecidos como oficiais pelo Decreto Federal nº 1.339, de 09/01/1905”.

João de Lyra Tavares nasceu na cidade de Goiana no estado de Pernambuco em 1871, terceiro filho de Feliciano de Lyra Tavares e Maria Rosalina de Albuquerque Vasconcelos. Aos três anos de idade segue com sua família para o Rio Grande do Norte, estabelecendo-se na cidade de Macaíba, sendo eleito senador no período de 1915 a 1930, ano em que faleceu. O político cursou o ensino secundário no Ginásio Rio-Grandense. Residindo em Recife/PE entre os anos de 1895 e 1902 chegou a trabalhar como contador (sendo guarda-livros e chefe de escritório das firmas Lyra Tavares e Fabrício & Cia), comerciante (fundou uma Associação de Guarda-Livros e foi membro da Associação Comercial do Recife, residindo no Estado entre os anos de 1895 a 1902), professor, jornalista e promotor público até se engajar na política. Sua permanência na Paraíba, entre os anos de 1902 a 1914, foi eleito deputado estadual e foi o relator das despesas e receitas do Estado.

O mérito de Patrono da Classe Contábil deu-se por ser um dos responsáveis em formalizar a profissão através do Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros, culminando com a criação do sistema CFC/CRC's - ocorrida 20 anos depois o que marcou o processo de organização da classe profissional sendo presidente do Conselho Perpétuo dos Contabilistas Brasileiros, propondo a aprovação de leis em benefício da profissão contábil. De acordo com o CFC (2012), o primeiro presidente do CFC foi o seu filho Paulo de Lyra Tavares (www.cfc.org.br). Assim, discorreremos sobre nossa identidade organizacional, mas construídas por, e com pessoas que através de suas vivências passadas se tornam no presente um tesouro quando nos propomos a reconhecer e honrar seus feitos e dedicação que segundo Oliveira (2006, p. 27), “do líder são cobradas determinadas forma e atitudes para lidar com valores básicos; e, entre os mais importantes, estão o amor, a integridade e o sentido”.

3.1. IDENTIDADE DAS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES/ ENTIDADES CONTÁBEIS EM PERNAMBUCO

Nesta sessão abordaremos as identidades das organizações como realidades socialmente construídas em um contexto institucional, com relações de poder e interações cotidianas, através de processos de liderança com habilidade de se criar uma unidade compartilhada entre seus membros fomentando padrões culturais de crenças; pressupostos básicos; valores e práticas; ideologia, etc.; conforme recomenda Chanlat (1992), que este fenômeno social – construção da identidade organizacional – “possa ser estudado em cinco níveis de análise: do indivíduo, das interações, da organização, da sociedade e mundial”.

3.1.1. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PERNAMBUCO (ACP)



Em Pernambuco, o marco inicial das primeiras identidades organizacional do ramo contábil foi registrado pela Associação Comercial de Pernambuco - ACP em 1839, a qual também foi a segunda mais antiga do Brasil, antecedida somente pela do Rio de Janeiro. A ACP, como é conhecida, marca a vida econômica do estado e do país, principalmente nas atividades político-sociais com objetivo de agir na interlocução junto às autoridades públicas envolvendo outras entidades especializadas (PINTO, 1940).

A ACP é preparada para agir como interlocutora junto às autoridades públicas sempre em parceria com demais entidades especializadas, com o intuito de ajudar na execução de projetos importantes, dos quais podemos citar o Complexo Industrial e Portuário de Suape, a revitalização do Bairro do Recife e a criação do pólo Médico em Pernambuco, ações essas que foram concretizadas através da intervenção da Associação.

Na atualidade, a ACP possui representantes em diversos órgãos, dos quais destacamos

os seguintes: Câmara Estadual do Comércio de Bens e Serviços (CECOM); Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social de Pernambuco (CEDES); Conselho de Recursos Fiscais (PCR); Junta de Administração de Recursos de Infração (JARI da PCR); Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE); Universidade de Pernambuco (UPE); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Fórum Municipal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e do Empreendedor Individual do Recife, entre outros.

A presidência encontra-se sob a posse da Marta Pérez Dubeux, primeira mulher que assume a gestão da ACP durante os seus mais de 170 anos de existência, com mais oito vice-presidentes compõem a equipe, juntamente com quatro diretorias (www.folhape.com.br). A ACP auxiliou na realização de projetos, além de ter participado de forma ativa em atos importantes de iniciativa dos poderes executivos do Estado e da Capital (www.acppe.com.br).

3.1.2. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE PERNAMBUCO (CRCPE)

Logo após a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 27 de maio de 1946 pelo Decreto-lei nº 9.295, o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRC/PE) foi fundado especificamente em 08 de fevereiro de 1947, no qual diversos contabilistas amparavam tal marco: João Cícero Valença, José Vicente Rodrigues Lima, Rômulo de Azevedo Oliveira, Orlando Pereira de Lima, José Francisco Alves de Souza e Antônio Falcão de Albuquerque Maranhão e os guarda livros que também participaram foram: Miguel da Costa Monteiro, Albino Ferreira da Silva e João Luis de Uzêda Luna (BRASIL, 2013).

O primeiro ocupante a presidência do CRCPE foi o contador João Cícero Valença no período de 8 anos (1947 a 1954), com uma visão empreendedora em desenvolver um conselho forte e atuante.



Em 1968 o Conselho, com nova sede na Avenida Conde da Boa Vista (edifício Tabira), foi presidido pelo Contador Júlio de Barros Silva no período de 16 anos (1955 a 1971) com uma gestão marcada pela consolidação do Conselho, no qual acompanhou a evolução da

necessidade de independência para execução de suas obrigações. Na inauguração da sede foi homenageado o primeiro brasileiro a receber o registro contábil no país, o contador Luiz Pessoa da Silva natural de Caruaru/PE (CRC-PE, 2007).



O Senhor Luiz Pessoa da Silva, ficou conhecido junto a classe contábil no país no caso que em 1931 entrou junto a Superintendência de Ensino Comercial no Rio de Janeiro para se habilitar ao exame de validação de guarda-livros, obteve então a aprovação e em dezembro desse mesmo ano, recebeu do Instituto Brasileiro de Contabilidade a constatação de que ele era o primeiro guarda-livros habilitado no Brasil (PESSOA, 2011).



Em 1969 o Conselho elegia Eliseu Batista Pinho (presidiu por um ano), buscando em sua gestão a consolidação de novas políticas que envolviam a classe contábil da região através das demandas exigidas pelo mercado e abertura dos cursos universitários.



No ano de 1972 foi eleito para presidir o CRC/PE o contador Murilo Cavalcanti Canavarro para um período de 4 anos (1972 a 1975). A sua gestão tinha como meta promover a delegação do Conselho entre outras entidades, empresas, órgãos de classe, coordenadores de escolas contábeis, entre outros, a finalidade de estreitar os laços entre eles e de disseminar o seu papel, como expandir a realização da plenária fora do Recife.



Em 1976 é eleito José Araújo Filho para um período de 4 anos (1976 a 1979) e depois reeleito para mandato de dois anos (1982/1983). Sua gestão foi marcada pelos esforços em prosseguir o processo de interiorização das delegacias regionais (Petrolina, Caruaru e Limoeiro) como também a necessidade de fortalecer a representação estudantil, a qual acarretou na proposta de convênio entre o Conselho e a UFPE.



No ano de 1980 foi eleito o Contador Ruy do Rego Pires para o período de dois anos (1980/1981) tendo na pauta de sua gestão o envolvimento dos estudantes com discussões e aplicações dos estágios na área de contabilidade e o processo de interiorização de mais delegacias como em Arcoverde, Salgueiro, Serra Talhada e Timbaúba. As ações do Conselho foram fortalecidas através da comunicação com o boletim informativo do Conselho, como também espaço para comunicação em uma coluna do jornal Diário de Pernambuco e, posteriormente, no Jornal do Commercio.



Ainda na década de 1980, o Professor Luiz Pessoa da Silva é reconhecido pelo Governador Marco Maciel, pela sua contribuição à cultura, às letras e ao ensino, assim como, o Diário de Pernambuco publica um texto intitulado “Luiz Pessoa” escrito por Antônio Miranda no qual, celebra a história do “mais velho guarda-livros de Caruaru conta sua história” (PESSOA, 2011). Nesse mesmo período o CRC/PE adota uma nova frente de atividades que valoriza o profissional, quando em 1984 o Contador Clóvis Barreto de Oliveira, ampliou a atuação das delegacias regionais ampliando com nove, que dentre elas as de Arcoverde, Palmares, Timbaúba, Salgueiro e Vitória de Santo Antão, chegando ainda, neste período, a um número de 1.000 registros de carteiras profissionais.



No ano de 1985 é eleito o Contador Jair Brelaz de Castro para um mandato de 3 anos (1985/1986, 1987) marcando sua gestão na questão do diálogo da classe contabilista e sociedade em geral criando um Cadastro de Atividades Profissionais (CAP), facilitando o acesso dos contabilistas e das empresas aos serviços e processamento de dados, também começaram a serem conduzidas palestras nos primeiros dias de aula nos cursos de Ciências Contábeis.



Em 1988 o Contador Jomar da Silva Marques atuou no mandato de 4 anos (1988 a 1991) onde o Conselho passou a ser sediado na Rua do Sossego, lugar onde está até os dias atuais. Foram criadas mais 5 novas delegacias regionais, além do estímulo ao aprimoramento técnico-profissional por meio do oferecimento de cursos, seminários e palestras pelo órgão, lançando o livro: “Legislação Profissional”. Realizou a I Convenção dos Contabilistas. No segundo mandato do Presidente Jomar, os servidores do CRC/PE tiveram aprovados seus planos de cargo e carreiras, além de que os estudantes passaram a ter acesso ao Conselho através de intercâmbio com a instituição de ensino (CRC-PE, 2007).



No ano de 1992 o Contador Pedro de Alcântara Lins foi eleito (1992/1993) com uma gestão voltada para fortalecer parcerias com os demais órgãos representativos do Estado. Criou o Departamento de Desenvolvimento Profissional e o Programa de Educação Continuada, buscando qualidade dos serviços contábeis prestados e realizou o primeiro Encontro Nordeste de Contabilidade (ENECON) reunindo estudantes de graduação em Ciências Contábeis e profissionais, no qual foram mais de 2.000 participantes.



Em 1994 é eleito o Contador Luiz Gustavo Cordeiro da Silva para um mandato de dois anos (1994 a 1995). Gestão com foco na imagem do profissional contábil reforçou a política de educação continuada à classe contábil e preocupou-se com a fiscalização do exercício profissional e no comportamento ético dos contabilistas. O Conselho recebeu reforço tecnológico, sendo pioneiro na substituição de processos de papel para o sistema digital no que ajudou na velocidade de entrega do registro pelo sistema computacional.



No ano de 1996 o Contador Rosivaldo Justino da Silva em um mandato de 4 anos (1996 a 1999) buscou estabelecer novas delegacias regionais nas cidades de Belo Jardim, Ouricuri, Afogados da Ingazeira, Carpina, Goiana e Paulista. Foi realizada a III Convenção dos Contabilistas na cidade de Petrolina (primeira realização fora da capital), dando visibilidade ao Conselho, trazendo benefícios de parcerias junto a Secretaria da Fazenda (SEFAZ/PE) e a Junta Comercial. Eventos para capacitação profissional foram realizados em diversas cidades do Estado. O Conselho completava 50 anos.



O Contador Genival Ferreira da Silva assumia no CRC/PE um mandato de 4 anos (2000 a 2003). Gestão marcada pelo aperfeiçoamento das práticas de Educação Continuada desenvolvidas pelo órgão, parcerias com as Academias de Ensino Superior em Ciências Contábeis reforçaram os incentivos a pós-graduação.



No ano de 2004 o Contador Nelson Mitimasa Jizenji com um mandato de 4 anos (2004 a 2007) busca em sua gestão qualificar os profissionais contábeis através de cursos de aperfeiçoamento, fortalecendo as parcerias existentes com as Universidades e empresas. Em seu mandato foi realizado o Encontro da Mulher Contabilista que passou a ter periodicidade anual e instituiu o Prêmio “O Caduceu”, que desde 2005 é realizado com a finalidade de expandir e disseminar a importância do papel contábil na sociedade (CRC-PE, 2007).



Em 2008 é eleito o Contador Osnir Garcia de Lima para o mandato de 2 anos (2008/2009), tendo sua gestão focada em manter: a estabilidade financeira do Conselho; o aperfeiçoamento profissional dos contadores da capital e do interior; a preocupação com as práticas nas recomendações para emissões de declarações, como o Decore, resultado das discussões da classe com a sociedade em geral.



No ano de 2010, João Bosco Tenório Galvão publica no Diário de Pernambuco um artigo intitulado “Dr. Luiz Pessoa” no qual menciona sua contribuição enquanto guarda-livros para as firmas comerciais no estado (PESSOA, 2011). No CRC/PE o Contador Almir Dias de Souza é eleito para um mandato de 2 anos (2010/2011), com uma gestão que buscou eficiência

e transparência na prestação de contas do Conselho, publicando o primeiro balanço social do CRC/PE, além de cartilhas conscientizando os contadores sobre suas responsabilidades.



Em 2012 é eleito o Contador José Eraldo Lúcio de Oliveira para o mandato de 2 anos (2012/2013), com uma gestão de ações de disseminação de práticas contábeis na capital e no interior. Participou da Comissão Técnica de Normas e Práticas de Auditoria da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).



Para o ano de 2014 foi eleito o Contador Geraldo de Paula Batista Filho para um mandato de 4 anos (2014/2015 e 2016/2017), que buscou em sua gestão fortalecer: a atuação da contabilidade aplicada ao setor público; as parcerias junto as instituições de ensino, a implantação de cursos de pós-graduação e de um laboratório contábil. Buscou valorizar os jovens da classe contábil através de eventos com pauta em liderança e mercado de trabalho. Em parceria com o SESC-PE e a Junta Comercial de Pernambuco (Jucepe) foi inaugurado o primeiro Espaço do Contador de Pernambuco oferecendo atendimento acerca de todas as necessidades em Títulos e Documentos, Notificações, Certidões de Pessoas Jurídicas, entre outros (www.crcpe.org.br). Em 2014, o CRC/PE passou a disponibilizar em obediência a Lei nº 12.527/2011 (Acesso a Informação) suas informações e dados da entidade, nesse mesmo ano também foi realizada a I Caminhada Contabilística, o Prêmio O Caduceu e a IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco (CRC-PE, 2014).



3.1.3. DELEGACIAS E REPRESENTAÇÕES DA REGIONAL PERNAMBUCO

Com o objetivo de atuar na ação descentralizadora e aumentar o alcance dos Conselhos Regionais de Contabilidade, é instituída as sub-sedes, delegacias e representações, para ampliar suas atividades para o interior do estado o que contribuiu na execução dos procedimentos de registros e fiscalização uniformizada. Além disso, beneficiou na identificação de necessidades mais específicas em tempo hábil, dos territórios. Em número, conforme Quadro 2, o Conselho de Pernambuco conta com o auxílio de duas sub-sedes, dez delegacias e cinco representações, distribuídas no Agreste e Sertão de Pernambuco, as quais são:

Sub-Sedes	
Local / Delegado (A)	Jurisdição
Caruaru Solange de Barros Cruz	Caruaru, Agrestina, Altinho, Barra de Guarabira, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de S. Felix, Chã Grande, Cupira, Frei Miguelinho, Gravatá, Jataúba, Riacho das Almas, S. Bento do Una, S. Joaquim do Monte, Saire, São Caitano, Sta. Cruz Capibaribe e Tacaimbo.
Petrolina Romério Pereira Galvão	Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Alfrânio e Dormentes.
Delegacias	
Araripina Francisco Everardo Alves	Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Trindade.
Arcoverde Maria do Carmo Alves de Oliveira	Arcoverde, Buique, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Jataúba, Manari, Tupanatinga do Norte, Toritama, Vertentes.
Cabo de Santo Agostinho Luzinete de Souza Santos	Cabo de Santo Agostinho
Garanhuns José Paulo da Silva	Garanhuns, Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Iati, Ibirajuba, Jucati, Jupi, Jurema, Lajedo, Lagoa do Ouro, Palmeirina, Paranatama, Salóá, Sao João e Teresinha.

Limoeiro Maria Lídia Oliveira Ferreira	Limoeiro, Aliança, Araçoiaba, Bom Jardim, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Casinhas, Chã de Alegria, Cumarú, Feira Nova, Ferreiros, Itaquitinga, João Alfredo, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Macaparana, Machados, Nazaré da Mata, Orobó, Passira, Paudalho, São Vicente Ferrer, Salgadinho, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Timbaúba, Tracunhaém, Vertente do Lério, Vicência.
Palmares Dgerson Clécio Pessoa Melo	Palmares, Água Preta, Amaraji, Catende, Barreiros, Belém de Maria, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Lagoa dos Gatos, Maraial, Panelas, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, São Benedito do Sul, Sirinhaém, Tamandaré, Xexéu.
Pesqueira Lourivaldo de Freitas Godê	Pesqueira, Alagoinha, Belo Jardim, Sanharó, São Bento do Una, Poção
Salgueiro Francisco de Assis Filgueiras Duarte	Salgueiro, Cabrobo, Carnaubeira da Penha, Cedro, Mirandiba, Orocó, Parnamirim, São Jose do Belmonte, Serrita, Verdejante, Terra Nova.
Santa Cruz do Capibaribe Janaina Marques Ramos	Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente.
Serra Talhada Maria das Graças Silva Melo	Serra Talhada, Afogados Ingazeira, Belém de São. Francisco, Betânia, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Custódia, Flores, Floresta, Iguaraci, Ingazeira, Itacuruba, Itapetim, Jatobá, Petrolândia, Quixaba, São. Jose do Egito, Solidão, Santa. Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, Tabira, Tacaratu, Triunfo e Tuparetama.

Representações

Local	Jurisdição
Belo Jardim Leonor Gomes da Silva	Belo Jardim
Bodocó Francisco Lacerda Aquino	Bodocó
Escada Severino José Lins	Escada
Paulista Lúcia de Fátima da Silva Oliveira	Paulista

Quadro 2 - Entidades Descentralizadoras do CRCPE**Fonte: Autoria própria a partir de <www.crcpe.org.br>.**

3.1.4. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO (SINDICON/PE)

O Sindicato dos Contabilistas no Estado de Pernambuco (Sindicon/PE) realizou suas primeiras atividades após a fusão de duas entidades da área contábil em Pernambuco: a Associação Pernambucana de Contabilistas, que foi fundada em 29 de dezembro de 1930 e, o Instituto da Ordem dos Contabilistas de Pernambuco, fundado em 21 de agosto de 1931. Inicialmente, o Sindicon/PE foi nomeado por Instituto Pernambucano de Contabilistas, cuja sede e foro se localizavam na cidade de Recife/PE e, posteriormente, tornou-se o Sindicato de Profissão Liberal. Foi então, a partir do Decreto nº. 24.694, em 12 de junho de 1933, depois de autorização aprovada pelas Assembleias gerais, constituindo uma única sociedade.

Através de decisão em Assembleia Geral, realizada em 1º de setembro de 1933, o Instituto Pernambucano de Contabilistas recebeu como razão social à denominação de Sindicato dos Contabilistas no Estado de Pernambuco, cujo reconhecimento como Sindicato Profissional, ocorreu em 22 de novembro de 1941 (www.sindiconpe.com.br). O Instituto tinha como objetivo constituir-se em órgão oficial dos contabilistas, sendo administrado por uma Junta Governativa, da qual se destacavam os antigos fundadores: Antônio Falcão de Albuquerque Maranhão, Antônio da Silveira, Leopoldo Luiz dos Santos, Moreira Neto, Hecliano Pires, entre outros importantes nomes (www.sindiconpe.com.br). Localizado na cidade de Recife/PE e atuando a 84 anos, atendendo todo o estado de Pernambuco, o Sindicon/PE tem como principal meta defender e proteger os contabilistas em prol dos direitos da categoria. Com visão em ser uma entidade comprometida na busca da excelência, em sintonia com a sociedade, busca atender aos anseios dos contabilistas, traçando novas perspectivas para enfrentar as mudanças que ocorrem no mundo globalizado. Diante disso, o Sindicato também destaca algumas conquistas ao longo do tempo:

Ano de 1991: através de manifestações coletivas o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, concedeu em 23 de outubro o Piso Salarial dos Contabilistas Pernambucanos,

nessa época o sindicato era gerido por Josemar Olímpio da Rocha.

- **Ano de 1994:** o Sindicato, juntamente com o SECAPPI – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e Assessoramento, Perícias Informações e Pesquisas do Estado de Pernambuco, atualmente denominado SESCAP/PE - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de Pernambuco, celebrou a 1ª Convenção Coletiva de Trabalho, reconhecida pela Delegacia Regional do Trabalho/PE.
- **Ano de 1998:** a Sala de Leitura, para consultas de vários tipos de documentos, dos Contabilistas foi inaugurada pelo Presidente então Paulo Alves de Souza Filho.
- **Ano de 2005:** na Semana do Contabilista de 16 a 26 de abril promovido pelo CRC/PE foi realizado a cerimônia de posse da nova Diretoria do Sindicon/PE juntamente com a palestra: Crise e Reforma da Previdência Social Brasileira: Aspectos Gerais.
- **Ano de 2007:** o Sindicon/PE comemorou seus 74 anos de fundação, e para comemorar o sindicato realizou uma palestra com o tema: Controladoria: Ampliando o Espaço da Contabilidade, no dia 04 de setembro. Nesse mesmo ano também ocorreu eleição para nova Diretoria do Sindicon/PE, no qual a chapa vencedora foi a dirigida por Paulo Alves de Souza Filho.
- **Ano de 2012:** em parceria com a UNINASSAU, o Sindicon/PE realizou o II Fórum Brasileiro de Contabilidade no centro de convenções da cidade do Recife.
- **Ano de 2013:** o Sindicon/PE, completou 80 anos de trabalhos prestados à categoria, foi promovido, de 31 de agosto a 2 de setembro, uma programação comemorativa, que contou com a presença de representantes de sindicato brasileiros, de autoridades, do presidente do Sindicon/PE, nessa época Rosivaldo Justino.
- **Ano de 2014:** no mês de comemorações dos 81 anos de sindicato o Presidente Rosivaldo Justino da Silva agradeceu ao público presente e as conquistas que o SINDICONPE obteve nestes anos de existência. Neste dia come-

morava-se também a entrega da medalha de mérito sindical.

- **Ano de 2015:** além das comemorações realizadas no mês de setembro pelo Sindicon/PE desde sua fundação, nesse ano o sindicato também comemorou o dia do Contador, promovendo um evento do Projeto Sindicon/PE nas Faculdades, no qual a Faculdade escolhida para realização foi a Faculdade Estácio – FIR, o Diretor e coordenador de cursos e capacitação Flávio Cesário de Barros abordou a importância do Sindicato e ministrou a palestra sobre o e-social, para mais de 100 alunos presentes.

3.1.5. SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SESCAP PERNAMBUCO) E SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS (SESCON/PE)

Em 1993 foi fundado o Sindicato das Empresas Contábeis de Pernambuco (SESCON/PE) com a finalidade de representar legalmente as empresas que prestam serviços neste Estado. Como consequência do fortalecimento da classe contábil no Estado, dedicação em expandir o conhecimento e a qualidade dos serviços contábeis, por meio dos programas e serviços que os órgãos de classe, junto com o CRC/PE, desenvolveram para acrescentar ao profissional (www.sescappe.org.br).

O SESCO/PE é parte da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON) juntamente com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o qual passou a ser denominado Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (SESCAP/PE), tendo permanecido seus trabalhos em prol dos interesses jurídicos e legislativo da classe, e disposto a trabalhar ativamente pelos interesses coletivos da categoria na visão da união, comprometimento, iniciativa, ação e ética (www.sescappe.org.br). Sede localizada no Recife na Rua José Aderval Chaves - Boa Viagem e tem como Presidente o Contador Albérico Xavier de Moraes Pinto, conforme Quadro 3. Sua missão está voltada para a proteção oficial das categorias representadas do Estado.

Ano/Mandato	Presidentes
1993 – 1996	José Geraldo Lins de Queirós

1999 - 2002	Geraldo de Paula Batista Filho
2002 - 2004	Almir Dias de Souza
2004 - 2007	Adelvanir Braz da Silva
2007 - 2010	José Felix de Souza Junior
2010 - 2014	Alba Rosa Nunes Ananias
2014 - 2017	Albérico Xavier de Morais Pinto
Quadro 3 - Presidência do SESCOON e SESCAP em Pernambuco.	
Fonte: Autoria própria a partir de <www.conescap.com.br>	

No ano de 2001, Recife foi a cidade escolhida para sediar o 9º CONESC (antigo nome do evento), teve como tema principal “Empresa de Serviços – Instrumento de Desenvolvimento Social” (www.conescap.com.br), no qual também discutiu as perspectivas sociais, característica forte que envolve as discussões no âmbito empresarial do estado de Pernambuco. Em 2015 o SESCAP/PE juntamente com o FENACON organizaram o 16º CONESCAP, na cidade de Olinda/PE, com o tema “As Empresas de Serviços, o Governo e a Sociedade em debate”, que envolve o público empresarial brasileiro e internacional. Em parceria com a Associação de Empresas de Serviços Contábeis de Pernambuco (AESCON-PE) desenvolve eventos, cursos e atividades, que representam e defendem o setor no estado, com cobranças e protestos por regulamentações para empresas de contabilidade e atividades de lazer para os associados. Essa parceria rendeu frutos como o Programa de Qualidade das Empresas de Serviços Contábeis, o qual objetiva colaborar junto com os associados a busca da satisfação dos clientes, comprometê-los com a ética profissional, buscar a diferenciação de mercado e conscientizar o mercado e a sociedade sobre o valor e a importância dos serviços prestados pelas empresas contábeis (www.conescap.com.br).

3.1.6. ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS (APECICON)



A Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (APECICON) foi fundada em 27 de agosto de 1977 por José Araújo Filho (Presidente), João M. Viera de Melo (Vice-presidente), A. Santos Rosa, Clóvis Barreto de Oliveira, Antonio Belchior de Melo, Otávio de Carvalho e Izamar Poncracio Fontes. A Academia é composta por 40 membros efetivos, com patronos nas quarenta cadeiras instituídas (BRASIL, 1978). O objetivo principal é a difusão da ciência contábil, o apoio aos membros na execução de trabalhos, organizar solenidades de homenagens aos nomes expressivos da área contábil, edições de livros, revistas e manutenções de bibliotecas.

A APECICON ficou desativada por 23 anos (1978 a 2001), quando então que em agosto de 2001 ela foi reativada, e o presidente seria Álvaro Pereira de Andrade, conforme Quadro 4. O Estatuto vigente nessa época era o mesmo de 1977. Foi só então em 2012 que o mesmo seria reformulado. Atualmente, a APECICON está com sede na Rua José Aderval Chaves, nº 78 no bairro de Boa Viagem no Recife/PE. Seus presidentes foram:

Ano/Mandato	Presidentes
1977 - 2001	José Araújo Silva
2001 - 2004	Álvaro Pereira de Andrade
2004 - 2006	Genival Ferreira da Silva
2006 - 2009	Rosivaldo Justino da Silva

2010 - 2014	José Geraldo Lins de Queirós
2015 - 2016	Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho
Quadro 4 - Presidentes da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis.	
Fonte: A autoria própria a partir de De Queirós (2015).	

Desde o ano de 2011 a APECICON realiza o Encontro Pernambucano de Contadores com a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis – ACADEMICON, onde sua primeira edição foi realizada em setembro de 2011 na UFPE. Sua segunda edição foi em novembro de 2012, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA em Caruaru/PE cujo tema foi “Contabilidade do Século XXI: Construindo a história a cada desafio”. Voltando a UFPE, a ACADEMICON chega a sua 3ª edição com o tema “Contador: Desafios e Valorização no Mercado de Trabalho” o evento ocorreu em outubro de 2013. Em 2014 a 4ª Edição foi realizada em setembro no auditório Garanhuns, do Centro de Convenções de Olinda/PE e sua última edição foi realizada juntamente com o 12º ENECON, no Mar Hotel na Cidade do Recife/PE e teve como tema “O horizonte para a profissão contábil na visão Acadêmica”, conforme membros representados na Fotografia 1:



Foto 1 - 5º ACADEMICON no 12º ENECON 2015.

Fonte: De Queirós (2015).

O presidente atual, o professor Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho, vêm buscando desenvolver os trabalhos da Academia com qualidade e prestígio, sendo objetivos para o ano de 2016, desenvolver a primeira Revista da APECICON, como também sua biblioteca, pois como relata De Queirós (2015), “trabalhos e acervos a Academia precisa ser disponibilizada à classe contábil de Pernambuco”.



Foto 2 - Solenidade de posse da nova gestão 2014-2016.

Fonte: APECICON Cultural (2014).

3.1.7. ASSOCIAÇÃO DE PERITOS JUDICIAIS DO ESTADO DE *PERNAMBUCO* (APJEP)

Em 15 de abril de 1992, 32 contadores se uniram na sede do Sindicato dos Contabilistas de Pernambuco (Sindicon/PE) e fundaram a Associação de Peritos Contadores do Estado de Pernambuco (APCEP), uma entidade sem fins lucrativos que congrega em seu quadro social profissionais habilitados com o terceiro grau escolar, regularizados nos respectivos conselhos, como também, estudantes universitários matriculados nos últimos quatro semestres de seus respectivos cursos (www.apjep.org.br). Para auxiliar a qualificação dos trabalhos periciais, os profissionais do Estado de Pernambuco contam com ajuda da APJEP (Associação dos Peritos Judiciais do Estado de Pernambuco) que contribui na qualificação dos trabalhos periciais trabalhistas, disponibilizando acervos bibliográficos, realizando palestras e cursos de atualização das práticas aplicadas nessa esfera (FERREIRA et al., 2012).

No ano de 1995 o estatuto social da associação foi reformulado, podiam se filiar, em seus quadros técnicos, profissionais de todas as especialidades requisitadas para realizar trabalhos periciais. Então, passou a se denominar APJEP - Associação de Peritos Judiciais do Estado de Pernambuco. Assim, a Associação foi evoluindo e ganhando seu espaço no meio jurídico do estado e começou a desenvolver cada vez mais entre seus associados, treinamentos, seminários e cursos nas mais diversas áreas envolvendo profissionais de toda parte do Brasil (APJEP, 2011). Em abril de 1999, quando à frente da Associação estava Edmundo Miguel Beltrão Buarque, foi adquirida do IBRACON a sede própria do APJEP, localizada na Av. Conde da Boa Vista 121, Edifício Tabira, no centro do Recife. A sede oferece aos seus associados, estrutura administrativa e equipamentos que auxiliam o profissional, assim como a Associação possui uma biblioteca temática e uma laudo-teca com a finalidade de integrar e assessorar todos os interessados (APJEP, 2011).

buco e outras Varas Judiciais da Comarca da Capital), Justiça Federal, Justiça do Trabalho e outros Conselhos e Órgãos Assemelhados (CRC/PE, OAB/PE, CRA/PE, CORECON/PE e outros) a APJEP conseguiu desenvolver várias ações, assim como esclarecem e acompanham os trabalhos periciais desenvolvidos que envolvem as mais diversas áreas dentro do Estado cujo presidentes podem ser observados no Quadro 5:

Ano/Mandatos	Presidentes
2014 - 2016	Geraldo José Moura de Almeida Braga
2012 - 2014	Geraldo José Moura de Almeida Braga
2010 - 2012	Paulo Cezar Ferreira de Souza
2008 - 2010	João Paulo Ferreira Neto
2004 - 2008	Flávio Albuquerque e Mello Coelho de Araújo
2002 - 2004	Augusto José Cavalcanti Brennand
2000 - 2002	José Argemiro da Silva
1998 - 2000	Edmundo Miguel Beltrão Buarque
1996 - 1998	Severino Pessoa dos Santos
1994 - 1996	Klylton Carlos Gonçalves de Souza
Quadro 5 - Presidentes da Associação de Peritos Judiciais do Estado de Pernambuco.	
Fonte: A autoria própria a partir de <www.apjep.org.br>.	

3.1.8. ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco foi criado através da Lei n.9 6078, de 12 de dezembro de 1967. Na primeira fase de sua criação, que foi de 12 de dezembro de 1967 a 25 de março de 1970, compunham-se por cinco ministros, todos nomeados pelo então Governador Nilo de Souza Coelho (ALBUQUERQUE, 1989).

Em 25 de outubro de 2007, com a composição da Comissão Organizadora na Assembleia Constituinte, composta por nove integrantes: Adolfo Luiz Souza de Sá, Carnot Leal No-

gueira, Francisco José Gominho Rosa, José Cardoso Barreto Filho, Marco Antônio de A. Moraes Filho, Murilo da Fonseca Lins, Sandro Rogério Gomes de Moraes, Ulysses José Beltrão Magalhães e Waldir Bezerra Dinoá, que a Associação dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, denominada AUDITORES TCE/PE, foi criada como sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, independente e autônoma (www.auditorestcepe.org).

Em fevereiro de 2008 seu Estatuto Social foi aprovado, formado por uma comissão específica que se dedicou à sua elaboração e que era formado por: Adailton Feitosa Filho, Ulysses José Beltrão Magalhães e Waldir Bezerra Dinoá. Além disso, houve nessa época a eleição para integração provisória do Comitê, para o qual onze membros foram nomeados: Adolfo Luiz Souza de Sá, Francisco José Gominho Rosa, Geane Lopes de Paiva, José Cardoso Barreto Filho, Marco Antônio de A. Moraes Filho, Maria Izabel Melo Gibson, Maria Uilma Rodrigues Santos, Murilo da Fonseca Lins, Ulysses José Beltrão Magalhães, Umbelina Maria Corrêa C. Durães, Waldir Bezerra Dinoá (www.auditorestcepe.org).

Conforme Quadro 6, Em dezembro de 2008, ocorreu a primeira eleição dos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, os quais tomaram posse em 5 de janeiro de 2009.

Ano/Mandatos	Presidentes
2009 - 2010	Adolfo Luiz Souza de Sá
2011 - 2014	Antonio Gomes da Silva Filho
2015 - 2016	Andrea Maria Coelho
Quadro 6 - Presidentes da Associação dos Auditores do Tribunal de Contas de Pernambuco.	
Fonte: Autoria própria a partir de <www.auditorestcepe.org>.	

Os AUDITORES TCE/PE se concentram em: preservar, defender e promover atribuições e prerrogativas inerentes aos cargos de Auditores das Contas Públicas para a Área de Saúde e Inspectores de Obras Públicas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE); representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais e individuais de seus associados; buscar e manter a integração com as demais entidades representativas de categorias profissionais semelhantes; colaborar com órgãos técni-

cos e consultivos no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a categoria e trabalhar em favor das boas práticas de gestão pública, particularmente no que concerne à defesa dos Princípios da Administração Pública (www.auditorestcepe.org).

3.1.9. ASSOCIAÇÃO DE CONTABILIDADE DE CARUARU E AGRESTE DE PERNAMBUCO (ACCAPE)

Com o objetivo de reunir e fortalecer a classe contábil local, em 1976, um grupo de contabilista criou a Associação dos Contadores de Caruaru (ACC), cuja ideia surgiu após 30 contadores participarem de um curso a respeito do decreto-lei 1577, o qual tratava da atualização monetária, de onde tiraram a conclusão de que a classe deveria manter-se unida. Algo que marca a Associação é o fato da mesma ter abrigado à sede da delegacia do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco em Caruaru, no ano de 1981.

Em 2000 a Associação muda sua denominação e passa a ser chamada de Associação dos Contabilistas de Caruaru e Agreste de Pernambuco (ACCAPE) devido à ampla adesão dos profissionais. Foi nesse momento em que a entidade passou a agregar estudantes da área contábil, onde puderam tornar-se sócios e desfrutar dos serviços oferecidos. Dessa forma, a Associação passa a ter como sócios contadores, técnicos de contabilidade e estudantes.

Localizada na Avenida Agamenon Magalhães, nº 444, Edifício Difusora, Caruaru/PE, são realizadas reuniões, simpósios e encontros, a fim de prezar a importância dos valores éticos da profissão e capacitar os profissionais, principalmente aqueles que estão iniciando a carreira. A Diretoria Executiva conta com a presidência de Michele Arruda Silva Tabosa e como vice-presidente, o Roberto Cesar Correia Gomes, os quais, assim como os presidentes dos anos anteriores, trabalham em prol dos melhores serviços aos seus associados (www.accape.org.br).



3.1.10. ENTIDADES ESTUDANTIS

Na responsabilidade de formar cidadãos capazes de interferir na realidade social, as instituições de formação, seja de ensino superior ou categorias profissionais, necessitam legitimar instâncias de participação dos estudantes provocando reflexões e posturas críticas com atuação política, não partidária, mas de sujeitos da história fomentando o diálogo de participação política, que envolve a possibilidade de influenciar de forma efetiva as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais de nossa categoria, seja no âmbito da filosofia da Contabilidade como no reconhecimento profissional influenciando o sistema representativo. Nesse sentido que se faz necessário evidenciar os espaços e formas de participação da categoria estudantil nesse resgate histórico estadual, legitimadas pela classe contábil, materializadas em diversas atividades de encontros com pautas de reflexões sobre o desenvolvimento profissional do contador.

3.1.11. ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO NORDESTE (ERECIC -NE)

Os Encontros Regionais dos Estudantes de Ciências Contábeis do Nordeste (ERECIC – NE) acontecem anualmente desde o ano de 1998, com o intuito de abordar problemas de nível regional e até nacional, a fim de encontrar novas perspectivas para a classe do profissional contábil. O evento conta com a presença de estudantes e profissionais da área e todo ano é realizado em um estado diferente, sempre da região Nordeste, com objetivo de fortalecer a formação acadêmica e social, com o intuito de ajudar na formação do estudante, não apenas para ser um bom profissional, mas um bom cidadão.

No estado de Pernambuco, o ERECIC NE veio a acontecer pela primeira vez em 1999, na quadra do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, em sua 2ª edição. Com o tema “Contabilidade no contexto global: como agir?”. O evento teve como abordagem os parâmetros a ser seguido para uma melhor atuação profissional, pelo fato de, na época a sociedade se encontrar num contexto amplo e diversificado, passando por mudanças diariamente com os efeitos da globalização. Na edição a UFPE é nomeada a nova sede da EXERECIC NE.

Após este, volta a acontecer em 2007, na 10ª edição, também realizado na UFPE com o tema: “A contabilidade do estudante ao profissional: analisar o presente e provisionar o futuro”. Na abordagem foi apresentado o resgate histórico do movimento estudantil de ciências contábeis do Nordeste, enfoque da importância da participação e organização da sociedade, ou seja, reflexão acerca do papel do contador enquanto ser pensante e, os avanços da contabilidade no mundo digital. O evento ficou marcado por registrar o 2º ato público do MECIC, tendo como principal pauta a oposição ao artigo 64º do anteprojeto da lei 9295/46 que regulamenta a profissão contábil, além disso, aconteceu a aprovação durante a plenária final, sobre a oposição da reforma universitária que estava sendo imposta, onde defendiam outra resolução aprovada, a qual criticava a forma como os estagiários em contabilidade eram tratados no Brasil, evidenciando uma não exploração e incentivo ao aprendizado contínuo. Por fim, novamente o evento passa em Pernambuco, em 2012, na 15ª edição, contando com o tema “Novas Normas da Contabilidade Pública: mudanças, oportunidades e desafios”.

Ao longo de suas realizações, o ERECIC NE busca contribuir de forma significativa na reunião e integração de alunos e profissionais de Ciências Contábeis das mais variadas cidades da Região Nordeste, através da troca de informações, culturas e realidades diferentes que cada participante leva às discussões e presença no curso de Ciências Contábeis do seu estado, algo que enriquece a formação desses estudantes e também ajuda os profissionais a ampliar seus conhecimentos.

3.1.12. EXECUTIVAS ESTADUAIS

As Executivas Estaduais são elos de apoio às Executivas Regionais de Ciências Contábeis (EXERCICs) e têm a finalidade de estruturar a comunicação realizada entre os Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Acadêmicos (DAs) e Empresas Juniores em prol da organização do movimento estudantil. Os CAs, DAs e as Empresas Juniores compõem as principais células estruturais da Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis (FENECIC), a qual tem como intuito fortalecer o vínculos dos estudantes de Ciências Contábeis do país, onde os representantes dessas entidades coordenam a missão na estruturação e organização do movimento estudantil do cursos de Ciências Contábeis.

A FENECIC tem como objetivo estimular o desenvolvimento intelectual, político e social da comunidade acadêmica, organizando e representando os estudantes de Ciências Contábeis, promovendo a articulação política dos estudantes em relação à criação dos Centros e Diretórios Acadêmicos nas IES registradas no país, além de, organizar as entidades representativas: EXEECIC's e EXERECIC's. A EXERECIC/NE foi constituída em 1998, é uma entidade correspondente à pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e que possui autotomia nas questões administrativa, financeira e disciplinar. Como um órgão que dá suporte à FENECIC, a EXERECIC é composta por estudantes de graduação em Ciências Contábeis, cuja eleição ocorre sempre na plenária final dos Encontros Regional dos Estudantes de Ciências Contábeis do Nordeste – ERECIC/NE (www.fenecic.com.br).

3.1.13. ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE (ENECON) E ENCONTRO DE JOVENS LIDERANÇAS CONTÁBEIS DO NORDESTE

Evento idealizado pelo CRC/PE na intenção de integrar os CRCs do Nordeste e dando a oportunidade para a promoção de debates acerca de assuntos coerentes as necessidades da região. O I Encontro Nordestino de Contabilidade foi realizado em outubro de 1993 em Pernambuco, Centro de Convenções da cidade de Recife e teve como tema principal “A Contabilidade na Segmentação e Globalização de Mercados”, contando com a participação de 1.920 profissionais, estudantes e acompanhantes vindos de todos os Estados do país (CRC-PE, 2007).

Realizado a cada dois anos, o ENECON, reúne profissionais da área contábil da região e de outros estados com o intuito de incentivar debates referentes à atuação do profissional e questões pertinentes a área, sendo organizado pelos Conselhos Regionais de Contabilidade da Região Nordeste, apoiados pelo CFC. Em Pernambuco, voltou a acontecer em 2015, na sua 12ª edição, cujo tema foi “Desafios da Contabilidade: Gestão, Tecnologia, Riscos e Perspectivas”, onde foram apresentados trabalhos técnicos, além de trazer ao público outros eventos que aconteceram de forma paralela: Eventos das Entidades Contábeis; Apresentação de Cases e de Minicursos; Encontro dos Coordenadores das IES e dos Jovens Contabilistas e o 5º Encontro de Contadores com a Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (www.cfc.org.br). Com objetivo de apoiar as jovens lideranças da profissão contábil, os presidentes dos Conselhos Regionais do Nordeste, realizou o I Encontro de Jovens Lideranças

Contábeis do Nordeste, com um fórum específico para que as jovens lideranças da profissão pudessem debater as oportunidades da profissão contábil fomentando o empreendedorismo (durante o 12º Enecon). Esta iniciativa traz fortalecimento de identidade profissional bem como pessoal.

3.1.14. CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO

Com uma abordagem voltada para a prática contábil, a Convenção dos Contabilistas de Pernambuco é um dos eventos de expressão e credibilidade do CRC-PE. Tem como objetivo integrar e promover o aprimoramento técnico dos profissionais pernambucanos, no qual, disponibilizam-se painéis, palestras e apresentações de trabalhos técnicos-científicos, no intuito de discutir e disseminar os assuntos contábeis envolvidos no dia-a-dia do contador pernambucano. Além disso, o evento também permite que os estudantes e profissionais exponham seus trabalhos e projetos à classe contábil, constituindo um espaço de convergência de interesses contábeis (CRC-PE, 2007). O Quadro 7 demonstra que desde 1989, com a iniciativa do Presidente Jomar da Silva Marques, a Convenção dos Contabilistas de Pernambuco se consolidou no calendário de eventos do CRC/PE:

I CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	04 a 06 de setembro de 1989
LOCAL	Centro de Convenções de Pernambuco - Olinda- PE
TEMA	A Participação do Contabilista na Sociedade
II CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	Setembro de 1991
LOCAL	Centro de Convenções de Pernambuco - Olinda- PE
TEMA	A Contabilidade como Instrumento para Tomada de Decisão e de Transformação
III CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	26 a 28 de junho de 1996
LOCAL	Centro de Convenções de Petrolina- PE
TEMA	O Papel do Contabilista na Evolução da Sociedade
IV CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	08 a 10 de outubro de 1998

LOCAL	Centro de Convenções de Pernambuco - Olinda- PE
TEMA	O Contabilista no Século XXI
V CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	29 de junho a 01 de julho de 2000
LOCAL	Centro de Convenções de Pernambuco - Olinda- PE
TEMA	A Responsabilidade dos Contabilistas com a Qualidade dos Serviços Contábeis
VI CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	29 de setembro a 01 de outubro de 2003
LOCAL	FAVIP - Faculdade do Vale de Ipojuca - Caruaru-PE
TEMA	A Transparência das Informações Contábeis como Fator de Proteção a Sociedade
VII CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	16 a 18 de agosto de 2006
LOCAL	Mar Hotel - Recife - PE
TEMA	A Contabilidade como Linguagem Universal no Mundo dos Negócios
VIII CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	09 a 11 de novembro de 2009
LOCAL	Centro de Convenções de Pernambuco - Olinda- PE
TEMA	Contabilidade: Sustentabilidade dos Negócios com Profissionalismo, Ética e Responsabilidade Social.
IX CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO	
DATA	10 a 12 de setembro de 2014
LOCAL	Centro de Convenções de Pernambuco - Olinda- PE
TEMA	Convergência Contábil: Inovações, Oportunidade e Desafios
Quadro 7 - Edições das Convenções dos Contabilistas de Pernambuco.	
Fonte: Adaptado CRC-PE.	

Na edição de 2014 reuniu diversos contabilistas locais e de outros estados, para debater questões fundamentais para o setor contábil e para a atualização dos profissionais, trouxe como tema a “Convergência Contábil: Inovação, Oportunidades e Desafios”, como também acolheram diversos outros eventos paralelos como o evento dos Coordenadores das IES e dos Jovens Contabilistas, evento da APJEP, do Programa de Voluntariado da Classe Contá-

bil – PVCC, a 4ª ACADEMICON e o evento da SESCAP/PE – Mulher Contabilista. Todos voltados a discussões e oportunidades que permeiam juntamente com os profissionais contábeis de Pernambuco e o mercado.

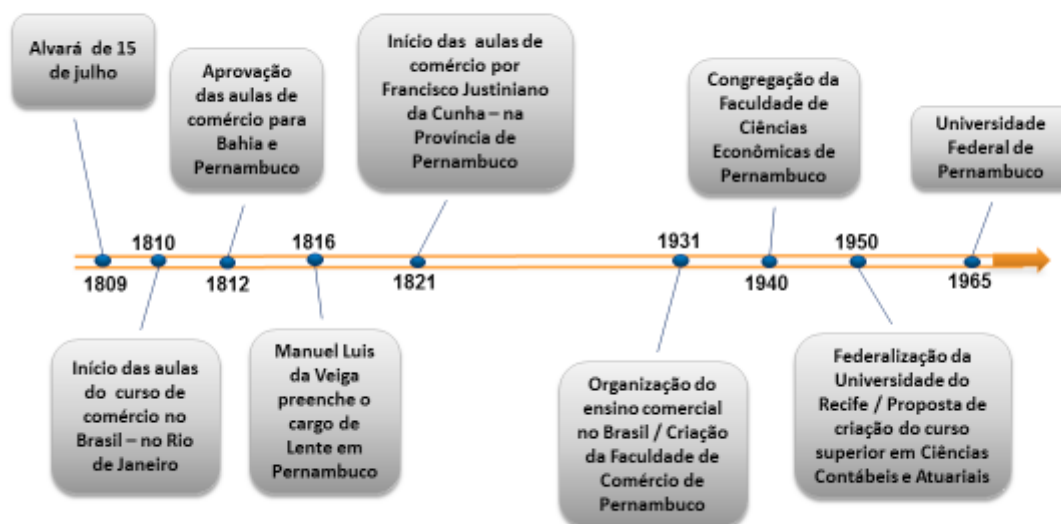
4 PRIMEIRAS ESCOLAS

Nesta secção são abordadas as mudanças – no horizonte do tempo – que marcaram a evolução histórica do ensino de contabilidade, desde o ensino comercial (no período do Brasil colônia às capitanias de Pernambuco), até adentrar ao atual modelo curricular das ciências contábeis. Os escritos apontam seus fundamentos no valor social da educação profissional, acreditando que a educação não é somente o futuro, mas, o presente, quando engajados na causa da formação de nossos jovens, lutando para que isto seja uma realidade e não esperar por esse futuro que nunca se faz presente.

O papel e os valores da educação aparecem relacionados a um conjunto de preocupações de ordem econômica, social e política na busca de uma formação profissional especializada e flexível dentro das suas competências e educá-lo para a cidadania. Educar é transformar o sujeito em agente político para que ele busque a inovação em prol de um projeto de sociedade.

Primeiro, inicia-se com uma visão geral introdutória dos principais eventos que marcaram o início do ensino comercial da contabilidade no Brasil e seu desenvolvimento para Pernambuco, ao longo dos Séculos XVIII a XX, apresentados na Quadro 8, acompanhado pelo Quadro 9, que narra sucintamente cada um desses eventos. Por conseguinte, são demonstrados os principais marcos regulatórios, Quadro 10, como principais eventos que continuaram a influenciar o ensino da contabilidade prosseguindo pelos Séculos XX e XXI.

Logo em seguida, através da divisão em três subsecções, houve um breve retorno aos Séculos XVIII e XIX, tratado com maior aprofundamento, sobre as aulas de Comércio. Passou-se também a discutir a contabilidade e o perfil do ensino de ciências contábeis na nova ordem econômica, no Século XX. E, por último, apresentou-se as instituições pernambucanas de ensinos técnico e superior em contabilidade do Século XXI, com destaque para a história das três entidades mais antigas de ensino superior do Estado.



Quadro 8 - Principais marcos históricos das escolas de ensino contábil em Pernambuco.

Fonte: Autoria própria a partir de Peleias et al (2007); Chaves (2007); Cabral (2011); Araujo (2012); Araujo e Rodrigues (2013); Engster (2014); Dourado (2015).

A seguir o Quadro 9 traz um breve comentário que resume os principais marcos da evolução histórica das escolas de ensino contábil.

<p>1809 – Alvará de 15 de julho.</p>	<p>As primeiras evidências vêm do início do Século XIX. Este período foi marcado com a vinda da Corte Real Portuguesa, em 1808, e, a partir desse momento, a instauração do Alvará de 15 de julho de 1809 que estabelecia as contribuições para as despesas da <i>Real Junta de Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação</i>. Através do referido Alvará, o Príncipe Regente regulamentava o início das aulas de comércio no Brasil, definindo também as fontes de receitas para manutenção das mesmas, com o intuito de formar pessoas qualificadas para as operações mercantis e trabalharem em cargos públicos.</p>
<p>1810 – Início das aulas de comércio no Brasil.</p>	<p>O início das aulas de comércio em território brasileiro se deu através da escola de comércio do Rio de Janeiro, tendo como seu primeiro Lente o Sr. José Antonio Lisboa, ex-aluno da Aula do Comércio de Lisboa-Portugal e grande negociante na colônia Brasil.</p>

<p>1812 – Aprovação das aulas de comércio nas províncias da Bahia e de Pernambuco.</p>	<p>Nesse ano houve a aprovação da <i>Real Junta de Commercio</i> para o início das aulas de comércio nas províncias da Bahia e de Pernambuco. No entanto, os editais do concurso para preenchimento das vagas de lente, para trabalhar nas capitais das duas províncias, ocorreram em dois momentos: 15 de dezembro de 1812 e 18 de março de 1813. Sendo este último gerado através de uma solicitação de divulgação à Junta Comercial de Lisboa para convocação de candidatos portugueses para o preenchimento dos cargos abertos.</p>
<p>1816 – Preenchimento da vaga de Lente em Pernambuco.</p>	<p>Após muita reluta da Junta de Comércio de Pernambuco, mas a vaga para o cargo de Lente foi preenchida pelo Manuel Luis da Veiga, assumindo em Recife as primeiras aulas de comércio. No entanto, sua passagem foi muito curta, tendo sido afastado do cargo após problemas pelo seu perfil conflituoso.</p>
<p>1821 – Início das aulas de comércio em Pernambuco.</p>	<p>As aulas de comércio em Pernambuco foram definitivamente iniciadas após o Lente do Maranhão, Francisco Justiniano da Cunha, retornar às suas aulas depois de provar sua inocência da acusação de “não ter competência para exercer o cargo” e, conseqüentemente, ter retomado suas funções de Lente, mas sendo transferido para a província de Pernambuco.</p>
<p>1825 – Criação do Liceu Provincial de Pernambuco.</p>	<p>O governo de Pernambuco resolve criar, em 1º de setembro de 1825, o Liceu Provincial de Pernambuco, inaugurado somente em fevereiro de 1826.</p> <p>O Liceu Provincial, hoje conhecido por Ginásio Pernambucano, foi a segunda casa de ensino na província a oferecer matéria relativa as práticas contábeis, tendo sido provido na cadeira de comércio e navegação, em 10 de março de 1827, o professor Félix Vieira da Silva, profissional que já praticava à época o ensino particular das ditas disciplinas.</p>
<p>1837 – Promulgação da 1ª lei orgânica do ensino em Pernambuco.</p>	<p>Em 1837, Francisco do Rego Barros, então presidente da província, promulgou a primeira lei orgânica do ensino em Pernambuco que, dentre as disposições contidas na lei, Rego Barros propôs a reforma do Liceu Provincial e da aula de comércio existente. Após essa reforma, o curso foi restabelecido, porém, voltando a encerrar as suas aulas em 1839 por falta de alunos.</p>

1931 – Organização do ensino comercial no Brasil.

Passamos agora para meados do Século XX, quando houve uma grande reformulação do ensino comercial no Brasil, através do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Na ocasião, houve a criação da Faculdade de Comércio de Pernambuco, a regulamentação da profissão de contador e a organização do ensino comercial, consistindo em quatro modalidades de cursos:

A) Propedêutico;

B) Cursos técnicos em: 1) datilografia; 2) mecanografia; 3) estenografia; 4) desenho; 5) francês comercial; 6) inglês Comercial; 7) correspondência portuguesa, francesa e inglesa; 8) geografia econômica; 9) matemática comercial; 10) matemática financeira; 11) cálculo atuarial; 12) estatística; 13) economia política e finanças; 14) seminário econômico; 15) direito constitucional e civil; 16) direito comercial; 17) prática do processo civil e comercial; 18) legislação fiscal; 19) legislação de seguros; 20) contabilidade (noções preliminares); 21) contabilidade mercantil; 22) contabilidade industrial e agrícola; 23) contabilidade bancária; 24) merceologia e tecnologia merceológica; 25) técnica comercial e processos de propaganda; 26) história do comércio, indústria e agricultura; 27) organização de escritórios;

C) Curso superior de administração e finanças;

D) Curso auxiliar de escritório.

Em 1932, o Decreto 21.033, de 08 de fevereiro, passou a estabelecer novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, redefinindo regras de procedimentos e registros para a profissão, passando a ser adotadas essas novas perspectivas na formação dos profissionais para o Estado de Pernambuco e em todo o país.

<p>1940 – Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco</p>	<p>Nesse período houve uma mudança significativa na formação superior, abordada uma dimensão mais acadêmica, voltada ao ensino do conhecimento científico em sua essência e não mais às práticas exclusivamente comerciais.</p> <p>Redigiu-se o regimento interno da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, no formato de congregações, e ficou determinado que deveriam ser oferecidos os cursos de graduação em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis, e cursos de pós-graduação para ambos. Deixou-se, neste momento, de usar o título Perito-Contador.</p>
<p>1950 – Federalização da Universidade do Recife / Proposta de criação do curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais</p>	<p>Através do Decreto-Lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946, foi instalada oficialmente a Universidade do Recife, que agregava as diversas faculdades e escolas pernambucanas, no intuito de formar um único e grande centro acadêmico para a formação superior no Estado de Pernambuco.</p> <p>No entanto, a partir da Lei n.º 1.254 de 04 de dezembro de 1950, ocorreu o ato mais importante para a academia científica pernambucana, que foi a federalização da Universidade do Recife. Houve, no ano seguinte a aprovação e criação do curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais.</p>
<p>1965 – Universidade Federal de Pernambuco</p>	<p>A antiga Universidade do Recife, passou-se a chamar Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e foi estruturada nos moldes que se encontra nos dias atuais. Houve uma maior agregação dos cursos no Campus do Recife – na Cidade Universitária, com exceção da Faculdade Direito que permaneceu no Centro do Recife. Diversas mudanças ocorreram de 1965 para cá, como o movimento de interiorização da UFPE para os <i>campi</i> de Caruaru e Vitória. A Faculdade de Ciências Econômicas deixou de existir e passou-se a constituir o Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, agregando um número maior de áreas de conhecimento (em graduação e pós-graduações Lato e Stricto Sensu), através dos Departamentos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Administrativas (incluído o curso de graduação em Secretariado) e Serviço Social.</p> <p>Só no ano de 2007, o curso de Ciências Atuariais foi reinserido ao Departamento de Ciências Contábeis, por meio de um trabalho mútuo dos professores do referido departamento e do Departamento de Matemática da UFPE. Passou-se, então, a se chamar Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais.</p>

Quadro 9: Resumo da evolução histórica das escolas de ensino contábil

Fonte: Aatoria própria a partir de Peleias et al. (2007); Chaves (2007); Cabral (2011); Araujo (2012); Araujo e Rodrigues (2013); Engster (2014); Dourado (2015).

O contexto histórico que se observa através da visão holística proporcionada pela sequência histórica, percorrida na Figura 7 e no Quadro 9, permite a compreensão rápida, mas que será melhor abordada ao longo desta secção, das necessidades sociais geradas pelas atividades mercantis como molas propulsoras dos avanços da contabilidade e do ensino da contabilidade, como através das relações comerciais entre Brasil, Portugal e seus parceiros comerciais europeus, como Espanha e Inglaterra, por exemplo. Por trás de toda mudança do perfil profissional e do desenvolvimento das instituições de ensino está à necessidade do aprimoramento dessas relações comerciais.

No entanto, pode-se perceber no Brasil um salto maior nos perfis e nas habilitações profissionais exigidas aos profissionais de contabilidade já a partir dos Séculos XX e XXI, acompanhada pelos avanços do sistema jurídico. Segue os principais marcos regulatórios brasileiro que justificaram a formação e habilitação do profissional de contabilidade nos dois últimos séculos evidenciados na Figura 8:

Marcos regulatórios da contabilidade no Brasil dos Séculos XX e XXI.
Decreto nº 20.158/1931 – Desenvolvimento do ensino de comércio;
Decreto nº 21.033/1932 – Passou a estabelecer novas condições para o registo de contadores e guarda-livros;
Decreto nº 200/1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa;
Decreto-Lei nº 486/1969 (artigo 3º) - Dispõe sobre escrituração e livros mercantis;
Lei nº 6.404/1976 (artigo 177) – Lei das Sociedades Anônimas, trazendo uma subsecção sobre a escrituração contábil;
RIR/1999 - Regulamento do Imposto de Renda (artigo 268) - Responsável pela Escrituração;
Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de responsabilidade fiscal;
Código Civil de 2002 – Da escrituração, definida através do artigo 1.182;
Lei nº 11.638/2007 (artigo 5º) – Obrigatoriedade da Contratação de Contadores por Órgãos Públicos;
Decreto nº 6.976/2009 - Dispõe sobre o sistema de contabilidade federal.

Figura 8 - Marcos Regulatórios da Contabilidade no Brasil dos Séculos XX e XXI.

Fonte: Elaborado a partir de <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>

Esse marco regulatório trouxe para o ensino da contabilidade no Brasil, em consequência para o perfil do profissional contábil, a necessidade de adaptação para atender não só à demanda comercial interna, como também à demanda externa, justificada pela expansão do processo de globalização. Para melhor haver o entendimento de como se deu esse processo progressivo da contabilidade, é preciso voltar ao passado, buscando os fatos desde o

Brasil Colônia de Portugal e como se deu a importação das escolas e do ensino de comércio para o Brasil, em seguida para Pernambuco, culminando nas atuais instituições e perfis curriculares dos cursos.

4.1. A INSTITUIÇÃO DAS AULAS DE COMÉRCIO NO SÉCULO XVIII PELO MARQUÊS DE POMBAL

O século XVIII foi palco de vários acontecimentos relevantes para a História da Contabilidade, dentre estes o afloramento literário em Portugal com a publicação do livro de contabilidade por partidas dobradas, em português, de autoria de João Baptista Bonavie, em 1758. A obra intitulada *Mercador Exacto nos seus Livros de Contas*; segundo Sá apud Guimarães (2006), “ocorreu em uma época de prosperidade, reformas do ensino, implementação das aulas de comércio, em suma, dentro de uma atmosfera propícia”. Na Europa, como afirma Sá (1980), a literatura contábil italiana, que até então era líder no ramo, era marcada por um certo declínio, enquanto em outros países começava a surgir e se desenvolver.

Quanto a essas reformas, Figueiredo (2007) comenta sobre a criação das famosas Aulas de Comércio, em 1759, pelo Marquês de Pombal. O curso, cuja duração era de três anos, só chegou ao Brasil décadas mais tarde, quando a família real portuguesa já se encontrava em terras brasileiras. No ano de 1768, produzia-se no Brasil um manuscrito intitulado *Erário Régio de Sua Majestade Fidelíssima*, também conhecido apenas por *Erário Régio*, de Francisco Antonio Rebelo, escrivão e contador da Fazenda Real. Sá apud Guimarães (op. cit.) entende que, neste trabalho, Rebelo traduzia em um documentário eloquente a forma contábil utilizada no Brasil, por influência das reformas pombalinas. A obra, sem fins didáticos, traçava uma análise sobre os tributos e rendimentos da provedoria da Fazenda Real, onde já se percebia o uso das partidas dobradas.

Em 1770, através de uma Carta Lei expedida por D. José, rei de Portugal, a todos os domínios lusitanos, incluindo-se aí o Brasil, surgia a primeira forma de regulamentação da profissão contábil no país. O referido documento instituía que todos os guarda-livros deveriam se inscrever na Junta do Comércio, sob pena de não serem reconhecidos com tal, além de não poderem concorrer a funções públicas, e seus laudos e escriturações não terem valor. No ano de 1808, dois Decretos publicados por D. João VI, em 29 de junho e 16 de julho respectivamente, nomeavam os novos empregados que trabalhariam no *Erário Régio*. No

Quadro 10, segue a relação dos vencimentos destes funcionários, conforme seus atos de nomeação, com destaque para o ordenado do Contador Geral.

Empregos	Ordenado Annual
Thesoureiro Mór, incluindo 480\$000 para quebras	2:280\$000
Escrivão da Receita	1:600\$000
Contador Geral	1:200\$000
1º Escriurario	600\$000
2º Dito	400\$000
3º Dito	200\$000
Amanuense	100\$000
Praticante	50\$000
Fiel do Thesoureiro Mór	400\$000
Thesoureiro dos Ordenado	600\$000
Escrivão do dito	300\$000
Fiel do Thesoureiro	240\$000
Porteiro	400\$000
Continuo	240\$000

Quadro 10: Vencimentos dos funcionários do Erário Régio: Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos

Fonte: Elaborado a partir de Sá apud Guimarães (2006).

Com o crescimento das atividades comerciais e de navegação na Província Pernambucana, e as novas regras para escrituração das operações financeiras, crescia também a necessidade de formação de profissionais que atendessem às exigências do mercado. Naquele mesmo ano, aos 15 dias de julho, foi instituído um novo Alvará. Desta vez, criavam-se oficialmente as “aulas práticas”, posteriormente chamadas de “aulas de comércio”. Dentre as áreas do ensino profissional, nas palavras de Bello (1978, p. 127), “o ensino comercial foi o primeiro a despertar o interesse e a preocupação do governo”, contudo, o ensino comercial no país veio apontar desenvolvimento a partir do final do século XIX, com a iniciativa do Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo de criar um curso regular visando a oficialização da profissão contábil.

4.1.1. AS AULAS DE COMÉRCIO EM PERNAMBUCO

Em 1812, foi lançado um edital de abertura de concurso para lentes (termo que significava professor, era utilizado para designar o profissional que lecionava independente da matéria de ensino) em Aula de Comércio para os estados da Bahia e Pernambuco. Nesse ano houve a aprovação da Real Junta de Commercio para o início das aulas de comércio nas províncias da Bahia e de Pernambuco. Porém, os editais do concurso para preenchimento das vagas de lente, para trabalhar nas capitais das duas províncias, ocorreram em dois momentos: 15 de dezembro de 1812 e 18 de março de 1813. Sendo este último gerado através de uma solicitação de divulgação à Junta Comercial de Lisboa para convocação de candidatos portugueses para o preenchimento dos cargos abertos.

No entanto, embora Araújo e Rodrigues (2013, p. 6) apontem que existe na literatura um desencontro sobre a data correta do surgimento das aulas de comércio, não só em Pernambuco, como também nas demais províncias brasileiras, para Chaves (2007, p. 77) em 1816 houve o preenchimento da vaga de Lente em Pernambuco. Isso ocorreu mesmo após muita reluta da Junta de Comércio de Pernambuco. Este fato se deu pelo motivo da referida vaga (para o cargo de Lente) ter sido preenchida pelo Manuel Luis da Veiga, assumindo, assim, em Recife as primeiras aulas de comércio. Mas para Chaves (2007, p. 77), “contra Manoel pesavam fortes argumentos políticos, que na ocasião fora descrito como pessoa de ‘gênio bastante forte’” e que mantinha uma querela com seu sócio, o Sargento Mor José Tavares da Gama. Mas os registros ainda apontam que Manuel da Veiga, em 1803, escreveu um livro criticando maciçamente o Livro de José da Silva Lisboa, atual Deputado da Junta do Comércio (ARAÚJO E RODRIGUES, 2013, p. 18), na época.

Diante da resistência que se impunha à indicação para o cargo de lente em Pernambuco, Manuel da Veiga teve sua passagem muito curta, em que muitos registros nem sequer o mencionam em tal cargo, tendo sido afastado do cargo após problemas pelo seu perfil conflituoso. Apenas em 1821 é que as aulas de comércio em Pernambuco foram definitivamente iniciadas, após o Lente do Maranhão, Francisco Justiniano da Cunha, retornar às suas aulas depois de provar sua inocência da acusação de “não ter competência para exercer o cargo” e, conseqüentemente, ter retomado suas funções de Lente, mas sendo transferido para a província de Pernambuco.

As aulas de comércio, que levaram aproximadamente uma década para terem início, foram encerradas apenas dois anos depois (em 1823), com a saída de Francisco Justiniano da Cunha, seu efetivo primeiro e único professor e diretor, que abandonou o cargo e dei-

xou o Recife. Mais tarde, com a iniciativa de um ilustre professor do Seminário de Olinda, Pe. João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, o governo de Pernambuco resolve criar, em 1º de setembro de 1825, o Liceu Provincial de Pernambuco, inaugurado somente em fevereiro de 1826. O Pe. João Ribeiro, que pretendia criar uma escola no Recife nos moldes dos liceus franceses, chegou a encomendar a um viajante francês material didático para instalar na tão sonhada escola, mas que não chegou a funcionar. Assim sendo, Bello (1978) admite ser razoável pensar que esta empreitada do religioso tenha servido de inspiração ao governo da época.

O Liceu Provincial, hoje conhecido por Ginásio Pernambucano, foi a segunda casa de ensino na província a oferecer matéria relativa às práticas contábeis, tendo sido provido na cadeira de comércio e navegação, em 10 de março de 1827, o professor Félix Vieira da Silva, profissional que já praticava à época o ensino particular das ditas disciplinas. De acordo com Costa (1958) assinala que o diretor do Liceu, o padre Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, cinco dias antes do ato de provimento do professor Félix, em seu ofício de informações ao governo, dizia o seguinte:

Sendo Pernambuco uma praça comerciante, à beira-mar, parece indispensável, que alguns dos seus naturais aprendam o comércio e navegação para poderem sair da tutela dos estrangeiros, em que tem estado o Brasil, mesmo porque, depois da agricultura, é desses dois ramos de conhecimentos, que espera o seu engrandecimento e representação.

Em 1837, Francisco do Rego Barros, então presidente da província, promulgou a primeira lei orgânica do ensino em Pernambuco que, dentre as disposições contidas na lei, Rego Barros propôs a reforma do Liceu Provincial e da aula de comércio existente. Após essa reforma, o curso foi restabelecido, porém voltando a encerrar as suas aulas em 1839 por falta de alunos. Não obstante o fracasso das primeiras tentativas, as que se seguiram para retomar o ensino comercial na província não foram mais felizes.

Um evento que marcou a história da Contabilidade no país e, conseqüentemente, em Pernambuco, foi a promulgação do Código Comercial de 1850, que instituiu a obrigatoriedade da escrituração mercantil e a elaboração de um Balanço Geral das receitas e despesas das empresas comerciais a cada ano. No governo de Teixeira de Macedo, foi publicada a Lei nº 414, de 30 de abril de 1859, criando o Instituto de Comércio. Em Regulamento baixado

no ano seguinte, como assinala Bello (op. cit., p. 128), o curso continha três cadeiras, onde se tinham noções gerais de Comércio, Contabilidade e prática das operações comerciais, e princípios de Economia Política relativos ao comércio e Direito mercantil.

Um fato que ocorrera logo em seguida, em 22 de outubro de 1860, foi a instituição da Lei 1.083 que regia, entre outros assuntos, sobre a organização e regime das Companhias e Sociedades Anônimas no Brasil. Para Iudícibus e Filho (2002, p. 7), “esta seria, de fato, a primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil, cujo feito havia sido atribuído ao século XX, com a adoção da Lei 2.627 do ano de 1940”.

Após as exigências com a criação da referida Lei 1.083, esperava-se uma maior evidência do curso no Instituto de Comércio. Ainda segundo Bello (op. cit., p. 128), para o curso que teria a duração de dois anos, apenas eram exigidos aos candidatos que fossem maiores de quatorze anos, alfabetizados, soubessem as quatro operações aritméticas e noções de álgebra, e que conhecessem a gramática nacional. Sua primeira turma foi composta de 31 alunos, matriculados somente no ano de 1861, pois até então o Instituto não reunia recursos financeiros suficientes para início das aulas. Em 1867, o curso deixou de funcionar. Já na última década do século XIX, o Liceu Provincial do Recife passou por uma nova reforma, passando a se chamar, em 1893, Instituto Benjamin Constante. Com esta reforma foi instituído mais uma vez um Curso de Comércio, que se findou no ano de 1899 quando o Instituto fechou as portas.

4.2. A CONTABILIDADE E O PERFIL DO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA NOVA ORDEM ECONÔMICA

Os Séculos XX e XXI trouxeram grandes explosões comerciais com base nos inúmeros acordos econômicos entre países, interligando-os ao objetivo comum de desenvolvimento econômico, acompanhado do avanço técnico e tecnológico, proporcionando, assim, uma diluição das dificuldades impostas pelas barreiras geográficas ao facilitar a comunicação instantânea; intensificação do processo de revolução industrial que ocasionou a produção em escala; e o fortalecimento dos laços econômicos entre nações.

No Século XXI, em específico, foi marcado por intensa reformulação desse cenário sobre o comércio mundial, que ocasionou uma mudança estrutural forte na contabilidade, criando uma corrente de convergência dos países às normas internacionais de contabilidade,

instituídas inicialmente por entidade europeia (IASB – International Accounting Standards Board) e, conseqüentemente, integrada com a entidade norte-americana (FASB – Financial Accounting Standards Board). Juntas, o intuito foi buscar a padronização das demonstrações e a uniformização de procedimentos, com intuito de proporcionar uma melhor comparabilidade das informações para facilitar as decisões de investimentos. É nesse contexto que as instituições de ensino atuais e o sistema normativo contábil brasileiro precisaram passar por adequações e possibilitar uma melhor formação profissional para acompanhar essa ebulição contábil e no perfil do contador.

A estruturação do ensino técnico e superior brasileiros é toda regulamentada com base na LDB - Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/1996) e no CNE - Conselho Nacional de Educação que expediu a Resolução CNE/CEB 004/1999. Nelas foram mencionados os cursos técnicos de nível médio com especialização em contabilidade, que foram incluídos no seu item 8 como “Profissionais de Gestão”. Antes das alterações processadas pela Lei 12.249/2010, no artigo 2º do Decreto-lei 9.295/1946 estavam enumerados os textos legais relativos à evolução da profissão de contabilista. Vejamos:

- **Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931- Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;**
- **Decreto 21.033, de 8 de fevereiro de 1932 - Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, e dá outras providências;**
- **Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943 - Lei Orgânica do Ensino Comercial;**
- **Decreto-lei 7.988, de 22 de setembro de 1945 - Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais;**
- **Decreto-lei 8.191, de 20 de novembro de 1945 - Disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta séries.**
- **Lei 2.811, de 2 de julho de 1956 - Dispõe sobre apostila de diploma de técnico de contabilidade conferido aos ex-alunos do antigo curso de contador, mediante a prestação de exames de suficiência.**
- **Lei 3.384, de 28 de abril de 1958 - Dá nova denominação à profissão de guarda-livro.**

Através dessa evolução sistemática da estrutura normativa brasileira, complementada

pelas normas contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o ensino contábil brasileiro se desenvolveu e atravessa uma importante fase de valorização profissional e redefinição dos papéis do contabilista.

4.3. AS INSTITUIÇÕES PERNAMBUCANAS DE ENSINOS TÉCNICO E SUPERIOR EM CONTABILIDADE DO SÉCULO XXI

A partir dos inúmeros incentivos propiciados pelos governos federal, estaduais e municipais, gerados a partir do início deste Século XXI, houve uma expansão dos cursos técnicos e superiores no Brasil, em especial de contabilidade. Neste período também é marcado pela inovação tecnológica no apoio à educação superior, como os avanços de cursos de graduação em formato EaD (Ensino a Distância), como o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis que a Universidade Federal de Pernambuco já possui.

Esta subseção procurou demonstrar as principais instituições de ensinos superior e técnico em contabilidade no Estado de Pernambuco, conforme quadros 11 e 12, através de levantamento realizado do portal do e-MEC, do Ministério da Educação – Governo Federal. A seguir, primeiramente, verifica-se no quadro xx a relação das principais instituições de ensino superior em Pernambuco, cadastrados no referido portal e-MEC.

Ordem	Instituições	Natureza da Instituição	Início*
1	Autarquia Educacional de Belo Jardim (AEB)	Pública / Municipal	1982
2	Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP Devry)	Privada	2001
3	Centro Universitário Internacional (UNINTER)	Privada	1996
4	Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINAS-SAU)	Privada	1993
5	Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINAS-SAU)	Privada	1993
6	Faculdade Boa Viagem (FBV)	Privada	1999

7	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE)	Pública / Municipal	1976
8	Faculdade de Ciências Contábeis de Recife (FACCOR)	Privada	1992
9	Faculdade de Ciências da Administração do Limoeiro (FACAL)	Pública / Municipal	1973
10	Faculdade de Ciências de Timbaúba (FACET)	Privada	1994
11	Faculdade de Ciências Humanas (ESUDA)	Privada	1974
12	Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO)	Privada	1973
13	Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (FCHPE - SOPECE)	Privada	1982
14	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Araripina (FACISA)	Pública / Municipal	2006
15	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu (FACIG)	Privada	1996
16	Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE)	Privada	2004
17	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA)	Privada	1960
18	Faculdade de Olinda (FOCCA)	Privada	1972
19	Faculdade Decisão (FADE)	Privada	2000
20	Faculdade do Recife (FA-REC)	Privada	1971
21	Faculdade dos Guararapes (FG)	Privada	2001
22	Faculdade Educacional da Lapa (FAEL)	Privada	1998
23	Faculdade Escritor Osman da Costa Lins (FACOL)	Privada	1983
24	Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)	Privada	1940
25	Faculdade Integrada de Pernambuco (FACIPE)	Privada	2001

26	Faculdade Joaquim Nabuco	Privada	2007
27	Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Aplicadas (FAJOLCA)	Privada	1999
28	Faculdade Luso-Brasileira (FALUB)	Privada	2001
29	Faculdade Metropolitana da Grande Recife (UNESJ)	Privada	2001
30	Faculdade Nova Roma (FNR)	Privada	2004
31	Faculdade Salesiana do Nordeste (FASNE)	Privada	2001
32	Faculdade Santa Catarina (FASC)	Privada	2003
33	Faculdade Santa Helena (FSH)	Privada	1998
34	Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão (FAINTVISA)	Privada	1972
35	Instituto Pernambucano de Ensino Superior (IPESU)	Privada	1990
36	Organização de Ensino Superior Anchieta (OESA)	Privada	2002
37	Universidade Anhanguera (UNIDERP)	Privada	2006
38	Universidade Castelo Branco (UCB)	Privada	2009
39	Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	Privada	1951
40	Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO-FIR)	Privada	1998
41	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Pública / Federal	1946
42	Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)	Privada	1972
43	Universidade Paulista (UNIP)	Privada	1988
44	Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)	Privada	1996

Quadro 11: Principais Instituições de Ensino Superior do Estado de Pernambuco que ofertam o curso de ciências contábeis em 2015

Fonte: elaborado a partir do Portal e-MEC. <<http://emec.mec.gov.br/>>.

***Início é considerado como o ano de fundação, respeitando a história de cada entidade, localizado em seus respectivos portais acadêmico, ou quando não localizado, o ano de credenciamento disponível no sítio oficial do e-MEC.**

Dentre as instituições levantadas que fornecem curso superior em Ciências Contábeis, dentro dos parâmetros definidos pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/1996) e da Resolução CNE/CEB 004/1999 (do CNE - Conselho Nacional de Educação), há o destaque, para três instituições, pelo tempo de fundação na formação e oferta do curso de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis, que são: a Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

4.3.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

A história da Universidade Federal de Pernambuco tem início em 11 de agosto de 1946, data de fundação da Universidade do Recife (UR), criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho de 1946 (www.ufpe.br). A UR reunia a Faculdade de Direito do Recife, a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Faculdade de Medicina do Recife, com as escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife. Houve uma mudança significativa na reforma da formação superior para o curso de contabilidade em Pernambuco, abordado numa dimensão mais acadêmica, voltada ao ensino do conhecimento científico em sua essência e não mais às práticas exclusivamente comerciais.

Nesse período redigiu-se o regimento interno da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, no formato de congregações, e ficou determinado que deveriam ser oferecidos os cursos de graduação em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis, e cursos de pós-graduação para ambos. Deixou-se, neste momento, de usar o título Perito-Contador. Na década seguinte, em 1950, ocorreu a proposta de criação do curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais. No entanto, a partir da Lei n.º 1.254 de 04 de dezembro de 1950, houve o ato mais importante para a academia científica pernambucana, que foi a federalização da Universidade do Recife. Em seguida, no ano posterior, a aprovação e criação do curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais foram efetivadas.

Já a partir do ano de 1965, a antiga Universidade do Recife passou-se a chamar Universidade Federal de Pernambuco – UFPE com uma maior agregação dos cursos no Campus do Recife – na Cidade Universitária, com exceção da Faculdade Direito que permaneceu no Centro do Recife. Diversas mudanças ocorreram de 1965 para cá, como o movimento de interiorização da UFPE para os campi de Caruaru e Vitória, a partir de 2006. A Faculdade de Ciências Econômicas deixou de existir e passou-se a constituir o Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, agregando um número maior de áreas de conhecimento (em graduação e pós-graduações Lato e Stricto Sensu), através dos Departamentos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Administrativas (incluído o curso de graduação em Secretariado) e Serviço Social. Só no ano de 2007, o curso de Ciências Atuariais foi reinserido ao Departamento de Ciências Contábeis, por meio de um trabalho mútuo dos professores do referido departamento e do Departamento de Matemática da UFPE. Passou-se, então, a se chamar Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais.

4.3.2. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (UNICAP)

A trajetória histórica da UNICAP tem origem, no período entre 1940 a 1950, na junção de ações da Igreja Católica que incentivava a formação e propagação de Faculdades e Universidades Católicas ao longo de todo país, através da Companhia de Jesus e seus colaboradores (www.unicap.br). Teve início com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, em 18 de abril de 1943, sendo oficializada como instituição universitária a partir de 27 de setembro de 1951, funcionando com os cursos de Filosofia, Física, Matemática, Química, História e Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas. Nascia a primeira universidade católica do Norte-Nordeste e a quarta do país, cuja equiparação foi concedida, pelo Decreto nº 30.417, de 18/01/1952.

Em 1961, a UNICAP assumiu o patrimônio e a direção do Liceu de Artes e Ofícios, que contava com grande valor histórico, sua sede própria, inaugurada em novembro de 1880 e um valoroso prédio de estilo clássico, localizado na Praça da República. A doação do Lyceu com o seu patrimônio foi realizada com a condição de que fosse assegurada a continuidade do ensino das artes e ofícios e a criação de novos cursos profissionais. Ainda na década de 60 foram iniciados novos cursos, entre os quais os de Ciências Contábeis, Psicologia, Jornalismo, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. O bacharelado de Ciências Contábeis teve seu reconhecimento através do Decreto nº 66.188, de 06.02.1970.

4.3.3. FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE (FAFIRE)

Outra Instituição que merece destaque, pelo tempo de existência e tradição, é a FAFIRE. Em 1940, nascia o Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras Paula Frassinetti pelas mãos da mãe italiana Henrichetta Cesari. Conforme sua história, disponível em seu site oficial (www.fafire.br), a FAFIRE foi criada para atender ao público feminino, o Instituto, que no ano de 1941 passou a se chamar Faculdade de Filosofia do Recife.

A Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE, como é conhecida nos tempos atuais, oferecia inicialmente apenas cursos de graduação em Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História, passando a incorporar outros cursos ao longo dos mais de 70 anos de sua existência. Atualmente, atendendo a um público diversificado, a faculdade oferece graduação em Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Psicologia, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, e os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Gestão Comercial, Gestão Financeira e Logística, além de cursos de pós-graduação e de extensão, nas mais diferentes áreas.

Dirigida pela diretora Irmã Maria das Graças Soares e pela vice-diretora Irmã Maria do Socorro Lopes, a FAFIRE se consolida como uma instituição de referência no Recife não apenas pela qualidade de ensino, mas também pelos serviços que ela oferece através dos seus núcleos, das coordenadorias e da Clínica Psicológica Paula Frassinetti.

4.3.4. CURSOS TÉCNICOS EM CONTABILIDADE

O ensino técnico em contabilidade foi regulamentado pelo Decreto 20.158/1931 que tratou da organização do ensino comercial, e o Decreto Lei 9.295/1946 criou o Conselho Federal de Contabilidade e os Regionais e definiu as atribuições dos contabilistas: Contador e o Técnico em Contabilidade. Sendo um curso profissionalizante de nível médio criado pelo governo federal veio para atender uma demanda, para que o estudante tenha uma profissão enquanto frequenta o curso superior, como também atender empresas nas localidades onde não existam Instituições de Ensino Superior que ofereçam curso de ciências contábeis.

Esta subseção, conforme Quadro 13 tem por objetivo apresentar o levantamento das entidades que fornecem cursos técnicos em contabilidade vigentes no Estado de Pernambuco.

Ordem	Instituições de Ensino Técnico em Pernambuco	Cidade
1	Colégio Adventista do Recife	Recife
2	UNIBRATEC - União dos Institutos Brasileiros de Tecnologia	Recife
3	GETEC - Centro de Educação Técnica do Recife - I Recife / Graças	Recife
4	POLITEC – II	Recife
5	POLITEC – I	Recife
6	Liceu de Artes e Ofícios	Recife
7	Instituto Profissional Maria Auxiliadora	Recife
8	Centro de Educação Profissional Joaquim Nabuco - II – Recife	Recife
9	Escola Técnica Estadual Professor Agamêmnon Magalhães	Recife
10	ACADETEC - Academia Tecnológica do Brasil – EaD	Recife
11	Escola Justulino Ferreira Gomes	Bom Jardim
12	Centro de Educação Profissional e Tecnológico Alfonso Ambrósio – GETEC	Cabo de Santo Agostinho
13	SENAC - Centro de Formação Profissional Dr. Luiz Pessoa	Caruaru
14	POLITEC - III – Caruaru	Caruaru
15	Centro de Educação Profissional Maurício de Nassau - I – Caruaru	Caruaru
16	Instituto Federal do Sertão Pernambucano - Campus Floresta	Floresta
17	GETEC - Centro de Educação Técnica de Jaboatão dos Guararapes	Jaboatão dos Guararapes
18	Centro Profissional Especial - I - EaD – Jaboatão	Jaboatão dos Guararapes
19	Escola Técnica Estadual de Palmares	Palmares
20	Centro de Educação Profissional Joaquim Nabuco - I – Paulista	Paulista
21	Centro Tecnológico do Pajeu	Serra Talhada

22	Instituto Federal do Sertão Pernambucano - Campus Serra Talhada	Campus Serra Ta-
23	Instituto Federal do Sertão Pernambucano - Centro de Referência Sertânia	Sertânia
24	Escola Técnica Antonio Arruda de Farias	Surubim
25	SENAC - Centro de Formação Profissional Em- presário Josivan Vila Nova	Vitória de Santo Antão

Quadro 13: Instituições de ensino que ofertam cursos técnicos em contabilidade e/ou comércio em PE – 2015

Fonte: Portal e-mec. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino#>>.

A expansão dos cursos técnico e superior em contabilidade, assim como a relevância que o profissional construiu ao longo dos séculos, sempre impulsionado pelo progresso das relações econômico-comerciais entre nações, exigindo das escolas pernambucanas o acompanhamento dos avanços nos perfis dos profissionais do país e do mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certo filósofo já afirmou que a gratidão é a fidelidade à memória. Uma sociedade que espera desenvolver-se necessita preservar os frutos das ações realizadas outrora. Sejam boas ou más. O olhar conciliado do futuro com o passado permite aos indivíduos e instituições fazer coisas melhores continuamente, uma vez afastados os desejos humanos egoístas. De toda sorte, a história tem o valor de registro de ocorrências sejam estas julgadas benéficas ou não. A contabilidade é, por natureza, um instrumento de registro do que se passou, não só de fatos contábeis escrituráveis, mas das ocorrências que marcaram meses e anos de associações, empresas e governos. A vida de uma azienda assemelha-se à vida humana: ela nasce, cresce, às vezes adocece, e em alguns casos chega-se à morte antes do envelhecimento. Os registros noticiam os acertos e erros, inclusive desvios e fraudes, fatos estes que sociologicamente expõem as fragilidades morais e éticas daqueles que constituíram ou eventualmente deixaram suas marcas na vida deste ente. Assim, encerramos nossos escritos, buscando continuidade de futuras pesquisas, sobre a História de sonhos, lutas, mas principalmente de conquistas pelos mártires Pernambucanos que diante das dificuldades enfrentadas, se depararam com os próprios limites, souberam repensar nas relações e se

uniram para um único propósito: valorização da Profissão Contábil.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - APECICON Cultural. Boletim bimestral da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis. Recife/PE, Ano I – ed. 01 - Set – Out, 2014.

ANDRADE, Álvaro Pereira de. História e contabilidade - diálogos possíveis: o caso da companhia geral de comércio de Pernambuco e Paraíba - 1759-1775. Tese de Doutorado da Pós-graduação em História da UFPE. Recife, 2013.

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia Contábil, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ALBUQUERQUE, Ruy Lins de. Memória do tribunal de contas do Estado de Pernambuco. Revista do TCE-PE, v. 1, n. 1, p. 17-22, 1989.

ARAUJO, Wilde Gomes. Análise Comparativa Entre A Similaridade Das Aulas Do Comércio De Portugal E Brasil No Período De 1808 A 1815. VI Congresso ANPCONT, 2012. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/vi/images/epc%2042.pdf>>. Acesso em 12 de nov. de 2015.

ARAUJO, Wilde Gomes; RODRIGUES, Lúcia Lima. As primeiras Aulas do Comércio do Brasil no Século XIX. Ordem dos Contabilistas Certificados, 2013. Disponível em: <<http://www.otoc.pt/news/comcontabaudit/pdf/81.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. de 2015.

ARQUIVO NACIONAL. Normas Técnicas Para Transcrição e Edição De Documentos Manuscritos. Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>>. Acesso em: 02 de dez. de 2015.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PERNAMBUCO – ACP. Disponível em: <<http://www.acppe.com.br/index.php/historico-acp>>. Acesso em 01 nov. de 2015.

ASSOCIAÇÃO DE CONTABILIDADE DE CARUARU E AGRESTE DE PERNAMBUCO - ACCAPE. Disponível em: <<http://www.accape.org.br/index.php/institucional>>. Acesso em 19 nov. de 2015.

ASSOCIAÇÃO DE PERITOS JUDICIAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – APJEP. Guia de Peritos Judiciais. 5. ed. Olinda/PE: Luci Artes Gráficas Ltda, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE PERITOS JUDICIAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – APJEP. Disponível em: <<http://www.apjep.org.br/>>. Acesso em: 01 de dez. de 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - AUDITORES TCE/PE. Disponível em: <<http://www.auditorestcepe.org/index.php/institucional/historico>>. Acesso em: 3 de dez. de 2015.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. História administrativa e econômica do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC – Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

BARLÉU, Gaspar. O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau. Tradução e notas: Cláudio Brandão. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA - Notícia Geral da Escritura Dobrada ou Método da Escrituração dos livros por Partidas Dobradas em 1785. Disponível em: <http://purl.pt/24903/4/cod-11450_PDF/cod-11450_PDF_24-C-R0150/cod11450_0000_capa-capat24-C-R0150.pdf>. Acesso em: 20 nov. de 2015.

BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL – Relação das dívidas ativas da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, 1794. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_15_34/cmc_ms618_15_34.pdf>. Acesso em: 9 nov. de 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL. Informação geral da Capitania de Pernambuco – 1749. Officina de Artes Graphics da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1908. Extraído do Volume XXVIII.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Alvará de 15 de julho de 1809. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/alvara/anterioresa1824/alvara-40084-15-julho-1809-571756-publicacaooriginal-94875-pe.html>>. Acesso em: 10 de nov. de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei 7.988, de 22 de setembro de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei 8.191, de 20 de novembro de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8191-20-novembro-1945-449975-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 2.811, de 2 de julho de 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2811-2-julho-1956-360946-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 3.384, de 28 de abril de 1958. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3384-28-abril-1958-354682-norma-pl.html>>. Acesso em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Portal e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Portal e-MEC. Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicidadeensino#>>. Acesso em: 10 de nov. de 2015.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm>. Acesso em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas. Estatuto da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis. Diário Oficial de Pernambuco, Recife, PE, n. 209, ano LV, 01 nov. 1978.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33347>>. Acesso em: 15 de nov. de 2015.

CABRAL, Dilma. Aula de comércio da Corte (1808-1821). Coordenação Geral de Documentos – COGED. Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA, 2011. Disponível em:

<<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=362>>. Acesso em 6 de nov. de 2015.

CHANLAT, Jean-François. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: _____. (Coord.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1992.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Aulas de Comércio em Portugal: reformismo ilustrado. VII Jornada Setecentista. Curitiba, 2007, p. 75-83. Disponível em: <http://people.ufpr.br/~vii_jornada/2textos_VII-J.pdf>. Acesso em 20 de out. de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Disponível em: <www.cfc.org.br/noticia.php?new=23395>. Acesso em: 20 de nov. de 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE PERNAMBUCO – CRC-PE. Disponível em: <http://www.crcpe.org.br/principal/exibir_materia.asp?CO_MATERIA=504>. Acesso em: 27 de nov. de 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE PERNAMBUCO – CRC-PE. Balanço Socioambiental 2012: Energia que Impulsiona o Desenvolvimento. 3. ed. Recife/PE, 2012.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE PERNAMBUCO – CRC-PE. Balanço Socioambiental 2013: Boas Ideias Conectadas ao Desenvolvimento Sustentável. 4. ed. Recife/PE, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE PERNAMBUCO – CRC-PE. Balanço Socioambiental 2014: Contabilidade em Evolução: Conquistas e Perspectivas. 5. ed. Recife/PE, 2014.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE PERNAMBUCO – CRC-PE. Trajetória Contábil PE: CRC-PE 60 anos, valores que marcam o presente e constroem o futuro. Impresso Comemorativo dos 60 anos do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco. Recife/PE, v. 1, n. 1, p. 4-64, 2007.

CONVENÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS – CONESCAP. Disponível em: <<http://www.conescap.com.br/historico.php>>. Acesso em: 3 de dez. de 2015.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos. 2. ed. Recife: FUNDARPE, 1983. Vol. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

COUTO, Domingos Loreto. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. Tradutor: Manuel Cícero Peregrino da Silva. Anais da Biblioteca Nacional: 1904. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg177349/drg177349.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2015.

CUNHA, Alexandre Mendes. O lugar do cameralismo no pensamento económico por-

tuguês: reflexões sobre sua influência na centralização das finanças do Reino na segunda metade do século XVIII. V Encontro Iberico de História del Pensamiento Econmico. Madrid, 2007. Disponível em: <[http://www.estrellatrincado.com/Alexandre%20Mendes%20 %20 Cameralismo%20en%20Portugal.doc](http://www.estrellatrincado.com/Alexandre%20Mendes%20%20Cameralismo%20en%20Portugal.doc)>. Acesso em: 2 de ago. de 2015.

DANTAS, A. M. S. Meu Ofício, Moeda e Sustento: Propriedade de Ofícios na capitania de Pernambuco no Período Post- Bellum. Historien (Petrolina), ano 5, n. 10, Jan/Jun, pp. 230-247,2014.

DE QUEIRÓS, José Geraldo Lins. Academia Pernambucana de Ciências Contábeis – APECI-CON. Recife, 2015. (Comunicação oral).

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral – memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOURADO, Bruna Iglezias Motta. Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837-c. 1871): A trajetória do negociante João Pinto de Lemos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1888.pdf>>. Acesso em: 5 de set. de 2015.

DUBAR, Claude. A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENGSTER, Ariel. O futuro do técnico em contabilidade em xeque. Jornal de Comércio. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=162852>>. Acesso em: 5 de nov. de 2015.

FACULDADE FRASSINETTI DO RECIFE (FAFIRE). Disponível em: <<http://www.fafire.br/>>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. Disponível em: <<http://www.fenecic.com.br/>>. Acesso em: 24 nov. de 2015.

FERREIRA, Tarciana Borges et al. Qualidade do laudo pericial contábil trabalhista: percepção dos magistrados das varas trabalhistas do Recife. Registro Contábil, v. 3, n. 3, p. 54-70, 2012.

FILHO, Álvaro Augusto R.; MARTINS, Gilberto de A. O livro caixa da Ordem Terceira de São Francisco em Recife e São Paulo (Brasil): séculos XVII e XVIII. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo: USP, n. 33, p. 78-89, set/dez/2003.

FOLHA DE PERNAMBUCO. A primeira mulher presidente da ACP. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/edicaodigital/2015/maio/03/files-2015-05-03/assets/basic-ht>

ml/page21.html>. Acesso em 10 dez. de 2015.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Associação Comercial, fachada principal. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=16&from=20#>. Acesso em: 15 dez. de 2015.

GARCIA, Rodolfo. Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1802). Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1956.

GOMES, Marcelo. Resgate Histórico Do Ensino De Contabilidade Em Pernambuco. Anais do V Seminário UFPE de Ciências Contábeis. Disponível em: <<http://www.controladoria.ufpe.br/newsite/v3/wp-content/uploads/file/Anais%20V%20Seminario/Marcelo%20Gomes%20-%20ARTIGO%20public.pdf>>. Acesso em: 15 dez. de 2015.

KETS DE VRIES, Manfred F. R. Liderança na empresa: como o comportamento dos líderes afeta a cultura interna. Tradução de Reynaldo Cavalheiro Marcondes e Anna Christina de Mattos Marcondes. Atlas, São Paulo, 1997.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Administração colonial luso-espanhola nas Américas. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1952.

LYRA, Anderson Tavares. João de Lyra Tavares – patrono da contabilidade brasileira. Disponível em: <<http://www.historiaegenealogia.com/2010/04/joao-de-lyra-tavares-patrono-da.html>>. Acesso em 30 out. de 2015.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Erário Régio no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1968.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo. Profissão líder: Desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2006.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. Revista de Contabilidade e Finanças—USP, São Paulo, Edição, v. 30, p. 19-32, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>>. Acesso em: 16 de nov. de 2015.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de A. Toda a História: Historia Geral e Historia do Brasil. 3.ed. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 1995.

PINTO, Estevão. A Associação Comercial de Pernambuco. Livro comemorativo do seu primeiro centenário (1839 – 1939). Recife: 1940.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos. V. 2. Rio de Janeiro: FGV SB 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/>

reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 de ago. de 2015.

PORTAL EDUCAÇÃO. História da Contabilidade no Brasil. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/contabilidade/artigos/53412/historia-da-contabilidade-no-brasil>>. Acesso em 31 out. de 2015.

PORTELA, António Farinha. A evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Revista Análise Social. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253375C2hLL0ni2Ri08SY0.pdf>>. Acesso em: 15 de out. de 2015.

SÁ, Antônio Lopes de. História geral e das doutrinas da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Clarissa Costa Carvalho e. Nos Labirintos da Governança: A administração fazendária na Capitania de Pernambuco (1755-1777). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

SILVA, Zumira Carla da. Os caminhos percorridos pela contabilidade no estado de Pernambuco entre os séculos XVI e XIX. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis da UFPE. Recife, 2008.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SESCAP/PE. O SESCAP Pernambuco. Disponível em: <<http://www.sescappe.org.br/sescap-pernambuco.asp>>. Acesso em: 20 nov. de 2015.

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO - SINDICON/PE. Disponível em: <http://www.sindiconpe.com.br/pag_internas/sobre.html>. Acesso em 15 nov. de 2015.

UNICAP. Universidade Católica de Pernambuco. Disponível em: <http://www.unicap.br/home/nossa_missao/>. Acesso em: Acesso em: 15 de set. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Memória Digital. Ultramar: projeto resgate. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/home/resgate.php>>. Acesso em: 15 de set. de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ufpe-nova/>>. Acesso em 10 de nov. de 2015.

VASCONCELOS, A. L. F. S.; SANTOS, J. D.; BEZERRA, D. S. S.; SILVA, D. F. Uma abordagem histórica acerca dos avanços contábeis decorrentes das reformas implementadas pelo Marquês de Pombal na Administração Fazendária do Brasil-Colônia de 1777 a 1808. Context-

tus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 6, n. 2, art. 230, p. 7-14, 2008.

WEHLING, Arno. Administração portuguesa no Brasil de Pombal a d. João (1777-1808). Coord. Vicente Tapajós. Brasília: Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. (História Administrativa do Brasil, v. 6).

O LEGADO DOS “CONTADORES DE 1944”, FORMANDOS DA PRIMEIRA TURMA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DO PIAUÍ



**Francyslene Abreu Costa Magalhães
Hudson Rafael Soares Silva
Pedro Augusto Abreu Costa Magalhães**

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Piauí
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	3
1. Introdução	4
2. A evolução da Contabilidade.	5
2.1. O ensino contábil no Piauí	6
2.2. Da Academia à Escola Técnica	8
3. A revista CADUCEU	9
3.1. Os “Contadores de 1944”	14
3.2. A solenidade de formatura	17
3.3. O contexto político, social e econômico.....	20
3.4. O papel da mulher: das letras aos números	21
4. Os muitos caminhos a seguir	22
4.1. O medo de seguir sozinho	23
4.2. Seguindo novos caminhos	25
4.3. Reconhecimentos e homenagens	27
5. Considerações finais	32
Referências	33

RESUMO

A presente pesquisa teve como finalidade colaborar com iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade que estimula o resgate da memória contábil em cada uma das Unidades da Federação. Para tanto, apropriou-se do legado dos “Contadores de 1944”, primeira turma de formandos da Escola Técnica de Comércio do Piauí, com o objetivo de investigar a importância desse marco para a evolução e desenvolvimento da contabilidade no Estado. Trata-se de pesquisa histórica, de natureza qualitativa, que utilizou a análise documental como método de coleta dos dados. Examinou-se, especialmente, o exemplar da revista “CADUCEU – Órgão dos Contadores Piauienses de 1944, pela Escola Técnica de Comércio do Piauí”, editado com a data da colação de grau da turma, depositado no Arquivo Público do Piauí “Casa Anísio Brito”. A análise dos textos e imagens apresentados possibilitou traçar características do cenário político, social e econômico vigentes, ao mesmo tempo em que permitiu extrair informações sobre o perfil dos alunos, do corpo docente, do currículo, dos homenageados e demais elementos inseridos. Outras informações foram reveladas com a análise das manifestações de sentimentos, emoções, como também as de caráter lúdico e de entretenimento. Em conjunto, os achados possibilitaram a construção de vasto painel capaz de descortinar a relevância do legado deixado pelos “Contadores de 1944”, para o qual se espera, após mais de sete décadas, o justo reconhecimento pelo pioneirismo e contribuição ao desenvolvimento da ciência contábil no Piauí.

1. INTRODUÇÃO

“Todos nos rejubilamos, e é justo que o façamos. Não importa o momento que vivemos. A guerra, esse flagelo apocalíptico, que é sangue derramado, que é vida roubada, que é dor, que é miséria, que é fome, que é luto, que é a animalidade no seu primado deve ser esquecida um instante para que todos possamos ver e sentir que no orbe ainda existe alguma paragem que o riso pode aflorar aos lábios, as coisas do espírito e da inteligência podem ser tratadas com a mais ampla liberalidade e as efusões dalma e as vibrações sentimentais e nobres do coração podem ser exteriorizadas sem receios, sem restrições. Essa paragem é a nossa terra e esta festa é uma afirmação da privilegiada situação nacional. Nós somos felizes”. Professor Moaci Ribeiro Madeira Campos, diretor da Escola Técnica de Comércio do Piauí, homenageado pela turma “Contadores de 1944”, em discurso na solenidade de formatura (CADUCEU, 1944, p. 100).

A contabilidade tem a sua evolução atrelada ao desenvolvimento das sociedades. Sua modernização é ditada pela capacidade de atender o que dela é demandado pela sociedade. Esta pesquisa tem o intuito de, em um esforço inicial, compreender a construção desse cenário em terras piauienses. Para tanto, entende-se necessário mapear a trajetória das articulações entre as práticas contábeis e os estágios de desenvolvimento social, econômico e político vigentes em cada época. Assim, visando resgatar a memória contábil buscou-se em eventos do passado explicações para o grau de desenvolvimento atualmente apresentado pela ciência contábil neste Estado. Como objeto de estudo, optou-se em concentrar a investigação na formatura da primeira turma de contabilidade da Escola Técnica de Comércio do Piauí, antiga Academia de Comércio do Piauí, significativo evento da classe contábil ocorrido nos anos 1940, na capital Teresina.

Para tanto, a pesquisa apoiou-se especialmente em material escrito organizado pelos alunos em comemoração ao evento, a revista “CADUCEU – Órgão dos Contadores Piauienses de 1944, pela Escola Técnica de Comércio do Piauí”. Em complemento, outros materiais como livros, revistas e documentos foram analisados. Trata-se de pesquisa histórica, de

natureza qualitativa, que utilizou a análise documental como método de coleta dos dados.

A escolha do CADUCEU fundamentou-se em Teixeira e Boni (2010), para quem a comunicação enquanto processo fundamental de desenvolvimento social reflete não só o que se quer comunicar, mas revela também a própria época onde se verificou o fato. Portanto, para o resgate de aspectos históricos é imprescindível a preservação de diferentes materiais de comunicação, desde recortes de jornal a publicações escolares. Tais documentos, mesmo quando apresentam reduzida projeção, podem resultar em instrumentos úteis capazes de auxiliar nos estudos de reconstrução do passado. Através deles, é possível resgatar e preservar a história e, assim, compreender sua influência na formação do presente.

O estudo teve por objetivo apresentar resultados de investigação realizada com a finalidade de resgatar a memória contábil e sua evolução no Estado do Piauí. Ao examinar os movimentos iniciais do ensino de Contabilidade, a presente pesquisa buscou características do cenário político, social e econômico vigentes, ao tempo em que tentou extrair informações sobre o perfil dos alunos, do corpo docente, do currículo, dos homenageados e de outros elementos mencionados, pretendendo nesse esforço inicial abrir um campo de pesquisa para a construção histórico-social da contabilidade no Piauí.

2. A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

O desenvolvimento da Contabilidade sempre esteve associado à evolução da humanidade. Não há como discordar da afirmação de que a sua manifestação não seja tão antiga quanto é a civilização construída pelos homens. A sua história é uma consequência da história da civilização, portanto, fortemente influenciada pelo contexto político, social e econômico de cada época.

Para Peleias e Bacci (2004), uma prova do desenvolvimento da Contabilidade aliado à evolução da sociedade brasileira reside na preocupação em criar as primeiras escolas técnicas de ensino comercial, o surgimento e a atuação dos pensadores contábeis, os esforços e a necessidade de padronização dos processos, a criação dos órgãos de classe e os eventos realizados por estes organismos. Tais movimentos são consequências de outros ocorridos de forma embrionária a partir do século XVI e que ganharam força durante o século XIX, influenciados principalmente pela chegada da família real ao Brasil e a riqueza de acontecimentos históricos advindos de mudanças políticas e da intensificação da atividade co-

mercial. Essas novidades em meio a insuficiente quadro de profissionais para o suprimento das novas demandas fortaleceram a criação de novos campos de atuação para os profissionais da área contábil, seja nos órgãos de Registro Comercial, na arrecadação de tributos ou no controle de portos e das navegações.

Para administrar sua forma de governo, a corte imperial criou uma junta de comércio que tinha por finalidade controlar os bens da realeza e determinou a adoção do sistema de partidas dobradas já em uso nos países da Europa. Conforme Soares et al. (2011), dentre os marcos relacionados ao avanço da área contábil nessa época, destacam-se: a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, a fundação da Associação de Guarda-Livros, a publicação de 24 números da Revista da Associação dos Guarda-Livros e a instalação da Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Segundo relatam Bugarim et al. (2013), no início do século XX foi criada a Escola de Comércio Álvares Penteado. Nessa época, outras instituições contábeis foram fundadas: Escola de Comércio Mackenzie College, o Instituto Paulista de Contabilidade (atualmente denominada de Sindicato dos Contabilistas de São Paulo) e, posteriormente, a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Com o Decreto nº 20.158/31 foi determinada a reorganização do ensino comercial brasileiro. Posteriormente, o Decreto-Lei nº 7.988/45 consolidou o ensino técnico em grau superior, sendo instituído o curso de nível universitário de ciências contábeis e atuariais.

2.1. O ENSINO CONTÁBIL NO PIAUÍ

“Técnicos – eis uma das necessidades que cada vez se torna mais patente à segurança da jovem pátria”. Artur Cardoso Nunes, diretor da Revista, em texto de apresentação (CADUCEU, 1944, p. 1).

O contexto histórico desta pesquisa corresponde a período importante na sociedade piauiense. Politicamente, o Brasil vivenciava o Estado Novo (1937-1945), sob o comando de Getúlio Vargas, período marcado pelo autoritarismo e censura aos meios de comunicação. Contudo, economicamente, esse período foi de modernização dos meios de produção e responsável por iniciar o fortalecimento da indústria no país. Sob o aspecto social, despontavam o fortalecimento da máquina pública e o surgimento de benefícios aos trabalhadores.

No Estado do Piauí, estava no poder o professor e médico Dr. Leônidas de Castro

Mello, nomeado Interventor Federal pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, durante os primeiros dias do Estado Novo, e que permaneceu no poder até o final de 1945. Em seu governo foi inaugurado o Hospital Getúlio Vargas, além de escolas e obras de infraestrutura, mas também ficou marcado pelas denúncias de tortura e censura à imprensa, alinhando-se ao regime nacional vigente.

Apesar de o momento ser de tensão nacional, a sociedade entendia como fundamentais as medidas adotadas pelo Governo Federal, no que tange aos aspectos educacionais, principalmente, à reformulação do ensino, que tinha por objetivo primordial formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados. Entendia-se, com isso, que o governo realizava uma espécie de chamamento à população visando formar e capacitar profissionais para atuarem no comércio e, em consequência, fortalecer a economia local. Isso pode ser comprovado pela fala do formador Artur Cardoso Nunes, na página de apresentação da revista CADUCEU:

“Mercê da clarevidente visão administrativa do Presidente Getúlio Vargas, o Brasil deu grande outro passo à sua ascensão econômica, com a decretação, em 1943 da Lei Orgânica do Ensino Comercial. Assentou, por isto mesmo, bases mais sólidas para a formação de elementos capazes, nos setores diversos da especialização comercial, os quais serão, indiscutivelmente, colaboradores eficientes na obra de reconstrução radical e imperiosa determinada pelo pós-guerra.”

Nesse contexto de reforma do ensino comercial brasileiro é que se solidificava a primeira Escola Técnica de Comércio do Piauí, sob o comando do Professor Moaci Madeira Campos. Antes denominada Academia de Comércio do Piauí, fundada em 23 de fevereiro de 1938, funcionou inicialmente com os cursos propedêutico e de guarda-livros. Após a reforma do ensino, transformou-se em Escola Técnica de Comércio do Piauí. Com o encerramento de suas atividades em 31 de dezembro de 1974, o ensino comercial teve continuidade através de outro pioneiro na educação do estado do Piauí, o professor Felismino Freitas Weser, que ao deixar a direção desta escola, antes de seu fechamento, fundou a Escola de Comércio Prof. Felismino Weser. A partir de então, começavam a surgir outros cursos do ensino

comercial como, por exemplo, os cursos de Auxiliar em Contabilidade, Auxiliar em Farmácia e Técnico em Contabilidade, oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Outro importante marco na evolução do ensino contábil no Estado foi a criação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Campus Ministro Petrônio Portela da Universidade Federal do Piauí, em Teresina. Instalado no dia 04 de fevereiro de 1976, a formatura de sua primeira turma realizada em 21 de dezembro de 1979, diplomou um total de nove formandos. A esse curso muitos outros se sucederam, formando uma robusta rede de ensino contábil no Estado, atualmente fortemente impulsionada por iniciativas de ensino a distância.

2.2. DA ACADEMIA À ESCOLA TÉCNICA

O dinamismo do professor e bacharel em Direito Moaci Ribeiro Madeira Campos, idealizador da Escola Técnica de Comércio do Piauí, juntamente com o professor Antilhon Ribeiro Soares e o empenho dispensado pela Associação Comercial do Piauí, sob a presidência do Cel. Pedro de Almendra Freitas, possibilitaram a criação em 23 de fevereiro de 1938, da Academia de Comércio do Piauí.

Demerval Lustosa, em seu discurso na condição de orador oficial da turma de “Contadores de 1944”, assim se expressou ao discorrer sobre o surgimento da Escola que naquela oportunidade formava a sua primeira turma:

“Lançada a semente ao solo, grandes foram os desvelos e cuidados, e imensa era a ânsia de ver-se surgir o rebento à flôr da terra. Com a dedicação do mais perfeito jardineiro, desdobravam-se os esforços para com a nova aquisição.

Os dias, porém, aos poucos se foram passando, desapareceram na voragem do tempo, e a semente não germinou.

É que a nossa Academia, apesar regular do número de alunos, não houvera recebido a sua inspeção. Todavia, com a perseverança e com a obstinação que caracterizam o espírito forte dos homens que habitam esta região inóspita do nordeste, onde têm como dádiva celeste o espetáculo Dantesco das secas disimadôras, a tarefa foi

concluída.

E, eis que, com a portaria ministerial nº 42 de 25 de janeiro de 1939, vai concedido à nossa Academia, pelo Govêrno Federal, o regime de Inspeção preliminar. Era a vitória do homem contra as intempéries da sorte, contra a contingência do meio.”

Inicialmente, a Academia funcionava com os cursos: Propedêutico e de Guarda-livros, somente depois criou os cursos de Técnico de Contabilidade e Técnico em Administração. Em 1940, verifica-se a formatura da primeira turma de Guarda-Livros. Em 1941, mais uma turma de Guarda-Livros é diplomada, agora em maior número de alunos. E assim, gradualmente, o ensino comercial ia se difundindo e tomando proporções.

Com a reforma do Ensino Comercial, sob a ótica da lei nº 6.141, de 28/12/1943, o estabelecimento passou a ter a denominação de Escola Técnica de Comércio do Piauí, passando a oferecer os cursos Técnico em Contabilidade e Técnico em Administração. Após 36 anos de funcionamento, a Escola Técnica de Comércio do Piauí encerrou suas atividades em 31 de dezembro de 1974.

3. A REVISTA CADUCEU

A revista “CADUCEU – Órgão dos Contadores Piauienses de 1944, pela Escola Técnica de Comércio do Piauí” (1944), fonte principal de apoio a esta pesquisa, teve sua publicação na mesma data da colação de grau da primeira turma “Contadores de 1944”, ou seja, 23 de dezembro de 1944.

O exemplar ao qual foi possível ter acesso encontra-se depositado no Arquivo Público do Piauí “Casa Anísio Brito”. Apresenta precárias condições de conservação, já foi alvo de descuidada tentativa de restauração com a colocação de improvisada capa e o seu manuseio requer bastante cuidado pelos riscos de prejudicar ainda mais o estado em que se encontra. Consta na capa uma dedicatória dos “Contadores de 1944” ao Professor Moaci Ribeiro Madeira Campos, diretor da Escola Técnica de Comércio do Piauí:

“Ao digno mestre e amigo, Professor Moaci Campos,
oferecemos esta lembrança,
Pelos ‘Contadores de 1944’
Cardoso Nunes
Em 23-XII-1944”

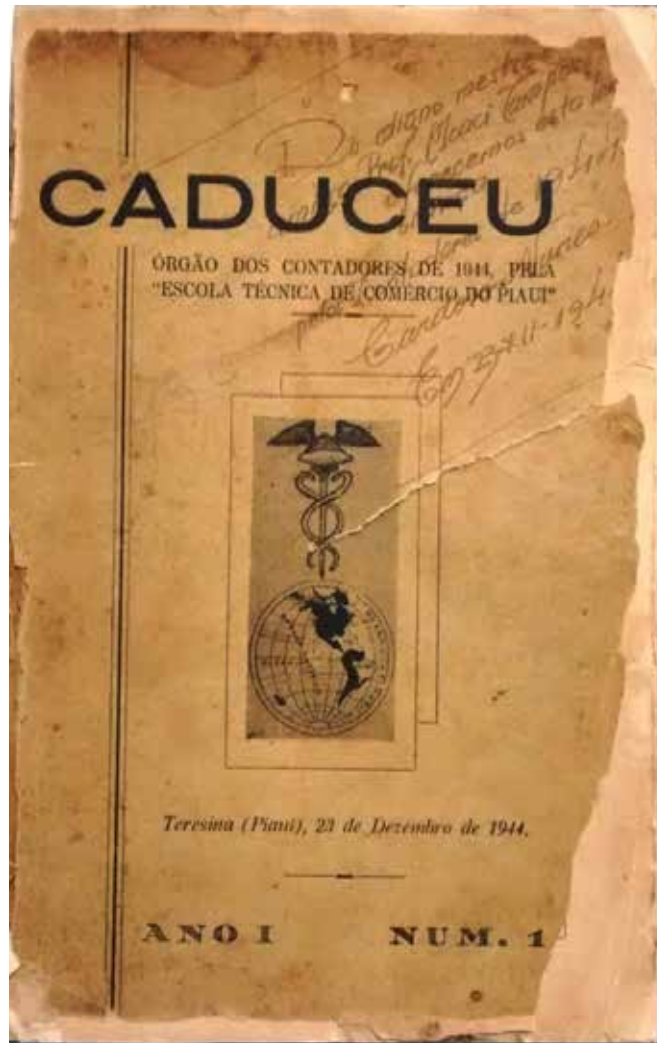


Figura 1 - Reprodução de capa da Revista CADUCEU número 1 de 23 de dezembro de 1944.

Fonte: CADUCEU (1944, capa).

O exemplar apresenta aposto em todas as suas páginas carimbo indicativo de ter pertencido ao acervo bibliográfico do Ginásio Leão XXIII, estabelecimento de ensino dirigido também pelos Professores Moaci Ribeiro Madeira Campos e Antilhon Ribeiro Soares, o que vem confirmar a importância dessa peça como portadora de valioso conteúdo histórico.



Figura 2 - Reprodução da apresentação do CADUCEU, pelo formando Artur Cardoso Nunes.

Fonte: CADUCEU (1944, p. 1).

Para a composição da revista foram coletados materiais produzidos pelos próprios alunos e por outros colaboradores destacados nas suas respectivas áreas de atuação. Dentre os articulistas internos, citam-se os formandos Artur Cardoso Nunes, diretor responsável pela publicação, Demerval Batista Lustosa, orador oficial da turma, além de Antonio Carlos de Menezes, Francisco Vieira da Silva, Joaquim Gomes da Silva, José Rocha e Silva, José Tobias Duarte, Raimundo Oliveira Saldanha e Zoraide Castelo Branco Batista. Da autoria de colaboradores externos, encontram-se textos elaborados por Nascimento Silva, Paes Barreto Sobrinho, Valdemar Sandes, Gilberto Amorim, João Pinheiro, Celso Pinheiro, Edson Freitas, Francisco Cunha e Silva e João Bastos. A edição, que é a de número 1 contém 128 páginas, compostas de imagens e textos. Dentre as imagens, encontram-se fotografias das autoridades homenageadas; dos formandos, acompanhada de breve biografia; do quadro de honra representativo da formatura. Dentre os textos, tem-se a apresentação da revista, transcrição dos discursos proferidos na solenidade, artigos relacionados a disciplinas do currículo, artigos relacionados ao clima de despedida característico do evento. Contemplava ainda páginas de poesias e crônicas, entretenimento e vasto material de propaganda de empresas representantes das atividades produtivas desenvolvidas na época.

Os conteúdos presentes em CADUCEU (1944) abordavam assuntos de caráter técnico sobre Contabilidade, Administração de Empresas, Finanças e Direito, como denotam os títulos dos artigos “Importância da Contabilidade nas Cooperativas”, de Gilberto Amorim (p. 46), “Relação da Contabilidade com o Direito”, de Edson Freitas (p. 56) e “Números índices – relativos”, de João Bastos (p. 78), todos percorrendo sobre os temas de maneira clara, objetiva e técnica.

Como é natural em publicações desse tipo, o CADUCEU também abordava assuntos de caráter menos técnico, mais ameno, tais como poesias, “O verme e a estrela”, de João Pinheiro (p. 50), sonetos, “Sonetos Inéditos”, de Celso Pinheiro (p. 52), crônicas, “Rumos Opostos”, de Cunha e Silva (p. 59), “Decálogo do Contabilista”, transcrito de Francisco D’Auria (p. 64), “Aspirações Máximas...Aspirações Mínimas...”, de Paes Barreto Sobrinho (p. 70) e entretenimento, “Página Charadística” de Joaquim Gomes da Silva (p. 90).



Figura 3 - Reprodução de poesias.

Fonte: CADUCEU (1944).

Ao escolher os textos poéticos para integrar a revista dos “Contadores de 1944”, o diretor Cardoso Nunes foi muito feliz nas suas opções: João Pinheiro, Celso Pinheiro e Zoraide Castelo Branco Batista.

João Pinheiro, poeta piauiense, ocupante da cadeira nº 02 da Academia Piauiense de Letras – APL, segundo postagem feita pelo acadêmico Elmar Carvalho, também da APL, “João Pinheiro deu uma nova dimensão à história curta, ao conto, resgatando tradições, lendas e costumes, de forma que deixou seu nome indelevelmente gravado na literatura piauiense”.

Quanto ao poeta Celso Pinheiro, melhor transcrever as declarações feitas pelo também poeta piauiense Hardi Filho em entrevista concedida em 2004 ao professor Dílson Lages:

“Difícil em Celso Pinheiro fazer-se uma seleção de poesias. Toda a multidão (se assim podemos dizer) de sonetos e poemas de sua lavra possui aquela exuberância artística, aquela preciosa essência que identifica um gênio criador. Não será exagero se dissermos que qualquer uma de suas produções lhe daria a imortalidade literária. (PORTAL ENTRETEXTOS, s/d).

O terceiro poema é de autoria de aluna integrante da turma “Contadores de 1944”, Zoraide Castelo Branco Batista, uma demonstração de quebra de paradigmas a propósito do papel da mulher nos anos 1940.

A revista trouxe também vasto documentário acerca do jurista cearense Clóvis Beviláqua, em virtude do seu falecimento ocorrido em agosto daquele ano e, atribuindo-se, também a homenagem ao fato de ter sido casado com a poetisa piauiense Amélia Beviláqua, filha de Desembargador Freitas, figura de destaque na sociedade piauiense da época.



**Figura 4 - Reprodução de propagandas de atividades produtivas.
Fonte: CADUCEU (1944).**

Mostrou-se de grande valia para o estudo a investigação procedida nas propagandas inseridas na revista. A análise desse material e juntamente com as biografias apresentadas permitiu constatar que, em boa parte, tratavam-se de anúncios dos locais de trabalho dos formandos, o que parece ter facilitado a tarefa de torná-los patrocinadores da edição da revista. Dentre essas empresas, apontam-se: Almendra & Irmãos Ltda., importadora de tecidos, ferragens, louças, perfumaria e estivas em geral e exportadora de cera de carnaúba em grande escala; Serrano & Cia, distribuidor exclusivo dos Cofres Berta, “os preferidos pelo Banco do Brasil”; Dr. Altivo Costa Araújo, cirurgião-dentista especializado em dentaduras anatômicas.

São vários os ramos de atividades econômicas mencionados nas páginas do CADUCEU, dentre as quais seguradoras, representações, comissões e conta própria, fábrica de calçados, comércio de artigos para automóveis, armarinhos, movelarias, revenda de joias e relógios.

A tarefa de examinar o conteúdo dos anúncios inseridos na revista despertou a curiosidade pela clareza com que foi revelado em cada um o estágio da tecnologia vigente à época. Assim, a simples indicação do endereço telegráfico, detalhe jamais omitido em cada uma das propagandas examinadas, revela quão importante era na época prestar tal informação. Assim, o que representava uma prática imprescindível à concretização dos negócios nas empresas nos anos 1940, tornou-se para a geração atual algo desconhecido e em completo desuso. Outra informação que desperta a atenção, diz respeito à informação sobre o número do telefone das empresas, na época formado de apenas três dígitos. Veja-se ainda o anúncio do cirurgião dentista que promete dentaduras anatômicas e pontes móveis, elementos abolidos pelo avanço alcançado pela odontologia preventiva dos dias atuais. Estes são apenas três exemplos, dentre muitos outros, que indicam o quanto a tecnologia evoluiu nesse espaço de tempo.

3.1. Os “CONTADORES DE 1944”

A formatura da primeira turma de contadores da Escola Técnica de Comércio do Piauí aconteceu em 23 de dezembro de 1944, com total de 51 concludentes e, segundo registros pelo menos 10 desistentes, tendo o curso uma duração de quase sete anos, com início em fevereiro de 1938 e término em dezembro de 1944. A justificativa para essa extensão reside no fato de que inicialmente os alunos se matricularam no curso de Admissão ao Propedêutico da então Academia de Comércio do Piauí, sendo que ainda tiveram anulado o ano letivo de 1938 devido a uma fiscalização da Inspeção Federal. Nos primeiros meses, as matrículas se deram sob o espaço da Associação Comercial e as primeiras aulas no Grupo Escolar “José Lopes”.

A turma era composta por 51 formandos, sendo 41 homens e 10 mulheres (número bastante expressivo para época), e tendo um perfil de pessoas já inseridas no mercado de trabalho, mesmo que estágio inicial. Desempenharam as mais diversas funções, tanto no setor privado como técnicos de comércio e comerciários, como no setor público como funcionários dos seguintes órgãos: Delegacia do Imposto de Renda, Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Piauí, Instituto dos Comerciários, Delegacia do Trabalho Marítimo, Correios e Telégrafos, Departamento Estadual da Fazenda, Hospital Getúlio Vargas, Banco do Brasil S.A., Departamento Estadual de Estatística e Junta Comercial do

FORMANDOS DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DO PIAUÍ
“TURMA DE CONTADORES PROFESSOR ALMEIDA FILHO”
TERESINA – PI, 23 DE DEZEMBRO DE 1944.

Abdias Neves de Melo	Higino Santana e Silva
Acrísio Barbosa Cardoso	Inácio Soares e Silva
Alberoni Borges de Lemos	João Alves Lopes
Antonio Augusto Evelim Pereira	João Boanerges Elvas Cordeiro
Antonio Carlos de Menezes	Joaquim Gomes da Silva
Antonio Fortes de Pádua	José de Oliveira Brito
Antonio Ribeiro de Carvalho	José Machado Melo
Arão Finguerut	José Monteiro Pires de Moura
Artur Cardoso Nunes	José Rocha e Silva
Benedito Murad	José Tobias Duarte
Benedito Teixeira Marques	Lauro de Deus Nogueira
Bento Clarindo Bastos	Leônidas Souza e Silva
Bernardo Uchoa de Carvalho	Leonor Maria Reinaldo Prota
Brocardo das Chagas Leitão	Luiz Gonzaga de Abreu
David Singer	Luiz José de Moraes
Delzuite Loureiro	Manoel Torres Ferreira
Esmeralda Moreira dos Santos	Maria de Lourdes Freitas
Francisca de Assis Batista	Maria do Carmo Alves Ferreira
Francisco da Silva Lustosa	Maria José Machado
Francisco das Chagas Fontenele	Nagibe Salomão
Francisco das Chagas Marques	Raimundo de Oliveira Saldanha
Francisco Loureiro Sobrinho	Vicente Ribeiro de Alcântara
Francisco Ramalho de Carvalho	Vitalino Veríssimo de Souza
Francisco Vieira da Silva	Wilson da Silveira Soares
Gizelda de Abreu e Silva	Zoraide Castelo Branco Batista

Demerval Batista Lustosa (Orador-oficial)

Quadro 1 - Lista nominal dos formandos da primeira turma de contadores da Escola Técnica de Comércio do Piauí.



Figura 5 - Reprodução da miniatura do quadro de honra dos “Contadores de 1944”.

Fonte: CADUCEU (1944, p. 25).

Seguindo a tendência desenvolvimentista ditada pelo Governo Federal nos anos 1940, com o incentivo às atividades produtivas concentradas nas áreas urbanas e as novidades advindas da reforma no ensino, a capital Teresina tornou-se importante atrativo para jovens que anteviam melhores condições de vida. Dessa forma, a população rural do Estado começa a perder espaços cedendo lugar para a grande virada que desde essa época vem acontecendo, quando as cidades começam a receber grandes fluxos migratórios provenientes de diferentes regiões.

Na turma de “Contadores de 1944” esse fenômeno fica bem caracterizado e vem revelar o grande interesse despertado pelo grau de desenvolvimento que Teresina dos anos 1940 começa a ostentar em comparação a outras paragens, conforme constatado em levantamento feito através de dados biográficos dos formandos, de acordo com o quadro 2, abaixo.

OS “CONTADORES DE 1944” CONFORME AS SUAS PROCEDÊNCIAS		
País	Localidade	Quantidade
Brasil	Bahia	1
	Ceará	2
	Maranhão	15
	Piauí	32
România	Bessarábia	1
Total		51

Quadro 2 - Locais de origem dos “Contadores de 1944”.

Fonte: Revista CADUCEU (1944).

3.2. A SOLENIDADE DE FORMATURA

Realizou-se no dia 23 de dezembro de 1944, às 20h, no Teatro 4 de Setembro, a solenidade de Colação de Grau da “Turma de contadores prof. Almeida Filho” da Escola Técnica de Comércio do Piauí. O acontecimento, até então inédito no estado, foi revestido de um brilhantismo especial, contando com a presença do Chefe de Estado, Prefeito Municipal, diretores de escolas públicas, grande número de professores de todos os estabelecimentos de ensino e demais estudantes. A cerimônia foi presidida pelo Interventor Federal Dr. Leônidas de Castro Mello, paraninfo geral dos novos contadores, e teve a cobertura radiofônica realizada pela Rádio Sonora Propaganda Rianil.

SOLENIDADE DE FORMATURA DOS “CONTADORES DE 1944”, PRIMEIRA TURMA DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DO PIAUÍ – TURMA PROF. ANTÔNIO ALMEIDA FILHO	
Paraninfo Geral	Dr. Leônidas de Castro Mello (Médico, Interventor Federal no Piauí)
Homenageado Especial	Pedro de Almendra Freitas (Presidente da Associação Comercial do Piauí).
Patrono	Prof. Antônio Almeida Filho (Professor de Matemática Comercial e Financeira e funcionário do Banco do Brasil S.A.).
Homenageados	<ul style="list-style-type: none"> - Prof. Moaci Ribeiro Madeira Campos (Bacharel em Direito e Diretor da Escola Técnica de Comércio do Piauí e do Ginásio Leão XIII); - Prof. Antilhon Ribeiro Soares (Diretor da Escola Técnica de Comércio do Piauí e do Ginásio Leão XIII); - Dr. Luiz Pires Chaves (Engenheiro Civil, Diretor da Escola Industrial de Teresina e Fiscal Federal da Escola Técnica de Comércio do Piauí); - Desembargador Ernesto José Batista (Professor de História do Comércio, Indústria e Agricultura); - Prof. Jorge Chaib (Contador, professor de Contabilidade Industrial e Contabilidade Bancária); - Dr. Robert Wall de Carvalho (Bacharel em Direito, professor de Prática do Processo Civil e Comercial); - Dr. Paulino Pinto de Barros (Médico, diretor do Departamento Estadual de Saúde Pública e professor de Estatística); - Dr. Cândido de Oliveira Silva (Médico, chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra e professor de Estatística).

Orador Oficial	Demerval Batista Lustosa (formando)
Diretor do CADUCEU	Artur Cardoso Nunes (formando)
Solenidades	<ul style="list-style-type: none"> - outorga do grau de contador mediante a entrega de diplomas: Teatro Quatro de Setembro, em Teresina – PI; - baile de formatura: Clube dos Diários, em Teresina – PI; - atração principal: evento irradiado através da Rádio Sonora Propaganda Rianil - criação da Revista CADUCEU
Data da colação de grau	Dia 23 de dezembro de 1944
Presenças	<ul style="list-style-type: none"> - Prefeito da capital - Comandante da Guarnição Federal - Diretor do Departamento de Ensino Estadual - Professores de todos os estabelecimentos de ensino - Estudantes e numerosa assistência
Preito aos falecidos	<ul style="list-style-type: none"> - Prof. Fernando Marques - Prof. Benjamim Batista - Prof. Agenor Ribeiro de Carvalho
Menções a nomes ilustres da história da Contabilidade nos discursos proferidos na solenidade	<ul style="list-style-type: none"> - Frei Luca Pacioli - Senador Lyra Tavares - Francisco Marchi - G. Cerboni - Horácio Berlinck - Tavares da Costa - Carlos de Carvalho - Francisco D'Áuria

Quadro 3 - Síntese da solenidade de formatura dos “Contadores de 1944”.

Fonte: Revista CADUCEU (1944).



Figura 6 - Reprodução de imagens dos homenageados pelos “Contadores de 1944”.

Fonte: CADUCEU (1944).



Figura 7 - Reprodução de imagens do orador oficial e diretor do CADUCEU.

Fonte: CADUCEU (1944).

Às 22 horas do dia 23 de dezembro de 1944 realizou-se no Clube dos Diários, o baile oferecido ao digno paraninfo geral pelos recém-formados contadores. Antes da entrega dos diplomas, o Dr. Leônidas Mello agradeceu pela escolha de seu nome para tal momento, destacou o papel importante que os contadores certamente passariam a desempenhar nos mais diversos setores das especialidades que escolhessem. Em sua fala, o professor Moaci agradeceu o apoio recebido pelo Governo do Estado, através do Interventor Federal Leônidas Mello, em todas as etapas necessárias ao alcance do grande objetivo, que era formar jovens em Curso de Contabilidade.

3.3. O CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO.

Durante os anos 1940, o Brasil foi marcado por muitas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que acarretaram, por sua vez, importantes mudanças na sociedade brasileira. Tendo como cenário uma população predominantemente rural, o governo Vargas iniciou seus investimentos no setor industrial, criando indústrias de base e, com isso, desencadeando um processo de urbanização no país, o que ocorreu especialmente na região mais desenvolvida do país, visto as melhores condições de infraestrutura que apresentavam. Em que pesem o incentivo à industrialização e a outras políticas econômicas de desenvolvimento, a falta de competitividade das regiões mais pobres resultou no agravamento de desigualdades regionais, gerando uma relação de dominação e dependência entre as regiões nos aspectos econômicos, políticos e sociais. Teresina, nessa época, em virtude de sua localização geográfica privilegiada na região, experimentou fase de significativo desenvolvimento de atividades produtivas advindas do crescimento do comércio. Assim, além dos postos de trabalho gerados com essa atividade, também cresceram a oferta de vagas nas atividades imprescindíveis à manutenção desse cenário. Portanto, comerciantes, comerciários, bancários, securitários, militares, profissionais liberais, professores, profissionais da saúde, servidores públicos, dentre muitos outros, faziam parte de grande contingente responsável pela regularidade de condições aos habitantes de uma cidade que não parava de receber novos habitantes. Sendo a Contabilidade atividade coadjuvante do desenvolvimento da sociedade, grande era a demanda de profissionais para suprir as necessidades de gerenciamento de tais atividades.

Em seu discurso de agradecimento pela homenagem recebida dos “Contadores de 1944, o Professor Moaci Ribeiro Madeira Campos assim se expressa:

“Aqui estamos reunidos para solenizar um acontecimento de grande significação cultural e da mais ampla repercussão nos domínios do nosso comércio e da nossa inexperiente indústria, o que vale dizer nos domínios da nossa economia e das nossas finanças.

[...] São os 51 a que aludi em princípio. Constituem eles a primeira turma de contadores diplomados pela Escola Técnica de Comércio, outrora Academia de Comércio do Piauí. E não somente a primeira turma de contadores diplomados por esta escola, mas – e isto é importante e mais significativo – os primeiros contadores diplomados nesta unidade da federação”.

Durante o seu discurso, o professor Moaci lembrou as dificuldades encontradas nos primeiros anos de instalação da escola, mas também aproveitou o ensejo para agradecer àqueles que contribuíram e o incentivaram durante a caminhada, em especial ao Interventor Dr. Leônidas Mello. Enalteceu que o momento era único e de suma importância não somente para os formandos e seus familiares, mas para toda sociedade piauiense que acabara de receber profissionais capacitados a desenvolver suas habilidades no comércio local e no serviço público. Finalizou sua fala destacando que o dia era de comemoração e vitória, portanto todos deveriam ser felizes por tal conquista.

3.4. O PAPEL DA MULHER: DAS LETRAS AOS NÚMEROS

Segundo Rocha (2007), a escrita constituiu-se uma prática de importância estratégica a ser apropriada pelas mulheres, pois lhes permitiu expor pontos de vista, reivindicar novos lugares sociais e posicionarem-se como autoras, possibilitando a obtenção de reconhecimento intelectual. A escola teve papel fundamental nesse processo, não apenas porque dotou as mulheres da competência necessária, mas também porque se vivenciava uma época em que educação formal e literatura andavam juntas. Assim, a instrução feminina contribuiu para que as mulheres, além do lugar de ouvintes e leitoras, também ocupassem as posições de oradoras e autoras.

A participação feminina nos vários segmentos sociais foi progressivamente ampliada na década de 1930 e 1940, período marcado por grandes conquistas das mulheres como, por exemplo: o direito de votar e ser votada data dessa época. Outro avanço consiste na publicação de textos em periódicos a exemplo: CADUCEU (1944), que contou com a colaboração de Zoraide Castelo Branco Batista, uma das concludentes da primeira turma de contadores da Escola Técnica de Comércio do Piauí, que escreveu o poema Angústia. A referida turma apresentou um número bastante expressivo de mulheres, quase 20% do total de formandos, índice relativamente alto para a época.

Esse processo deve-se ao aumento do acesso feminino à instrução e a percepção da prática literária como fator de refinamento cultural e intelectual. E ainda destaca-se também o fato de ocuparem papéis importantes na sociedade, a própria Zoraide Castelo Branco tornou-se funcionária do Departamento Estadual de Estatística (hoje Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO) e Delzuite Loureiro passou a ser funcionária da Delegacia de Trabalho Marítimo (com a função de fiscalizar, disciplinar e policiar o trabalho nos portos). Isso demonstra que as letras foram apenas a porta de entrada para as mulheres virem, a partir de então, desempenharem papéis de destaque não só na sociedade, mas no mercado de trabalho.

4. OS MUITOS CAMINHOS A SEGUIR

As festas de formaturas configuram-se como ritos de passagem, onde se extravasam sentimentos, comunicam conquistas e anunciam novos caminhos a serem trilhados. Contudo, a nova realidade também pode provocar no formando momentos de angústias pelo desconhecido que se aproxima, pela certeza de que, ao aparecerem as dúvidas, não poderá contar mais amiúde com o companheirismo dos colegas de turma ou com as orientações dos professores. Neste capítulo, serão percorridos os sentimentos dessa natureza. Em seguida, serão abordadas as trajetórias que foram possíveis ser constatadas, como também os raros registros de homenagens ou reconhecimentos feitos a alguns dos membros da turma “Contadores de 1944”.

4.1. O MEDO DE SEGUIR SOZINHO

O exame do texto inserido às páginas 94 e 95, do CADUCEU, intitulado “Da Escola para o Sindicato”, de autoria de J. R. Silva, integrante da turma “Contadores de 1944”, deixou patente a angústia de enfrentar o mercado de trabalho sem poder contar com os costumeiros apoios dos tempos de escola, seja dos colegas de turma ou dos seus mestres. O texto é emblemático, pois expressa os sentimentos de um futuro profissional de contabilidade preocupado com a insegurança de lidar com os problemas impostos a uma categoria que não contava com o apoio de uma entidade de representação. Trata-se de alerta bastante significativo, posto que feito às vésperas da criação do Conselho Federal de Contabilidade, pela oportunidade de dar conhecimento a estudiosos e demais interessados no avanço da contabilidade sobre as angústias por que passavam os profissionais diante da premente necessidade de um órgão que os representasse, o que veio acontecer a um ano e meio depois, quando, em 27 de maio de 1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade. Registre-se também que, ato contínuo, após a criação do CFC, as demais Unidades da Federação o seguiram criando os seus Conselhos Regionais de Contabilidade. No Piauí, a criação do CRC, deu-se em 06 de dezembro do ano seguinte (BUGARIM et al, 2013).

No texto, o formando José Rocha e Silva justifica a necessidade da criação de uma entidade representativa da classe, sugere denominação e ainda discorre sobre as finalidades da organização que propôs a criação.

“Para alguém, pode parecer até contraproducente se falar da organização de um Sindicato Profissional, ainda bem não se haja terminado o curso. Entretanto, é nesse trânsio que vai da conclusão do curso ao ingresso na dura realidade da vida profissional, que mais se torna necessária, a influência orientadora do Sindicato.

Durante toda a sua vida escolar, o estudante vive numa completa comunhão de ideias e franca camaradagem com seus colegas e sob assistência amigável e segura de seus professores, que lhe esclarecem todas as dúvidas, esforçando-se pelo seu real aproveitamento.

(...) eu aqui, deixo patente a todos os colegas Contadores e

Guarda-livros, formados ou não pela Academia de Comércio do Piauí a necessidade que se impôs de formar o nosso órgão de classe, a fim de que também possamos prestar a nossa contribuição na difusão do ensino da Contabilidade em nosso meio, e no amparo a todos aqueles que se dedicarem ao cultivo desta bela Ciência. Este órgão que se denominará de – Sindicato dos Contabilistas do Piauí ou Ordem dos Contadores do Estado do Piauí, ou outra denominação, conforme o caso, deverá ter como objetivo principal, mais ou menos, o seguinte: - defender os direitos e interesses dos associados; incentivar no seio da classe e fora dela, o gosto pelo estudo da Ciência Contábil; criar uma biblioteca de obras que se relacionem com a profissão contábil.” (CADUCEU, 1944, p. 94), grifos nossos.

Assim, já sob o regime de consolidação do ensino comercial foram criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade com a missão de fiscalizar o exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em contabilidade, conforme dispunha o Decreto-Lei nº 9.295/46, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências (BRASIL, 1946).

Conforme Peleias e Bacci (2004), essas entidades são caracterizadas como autarquias especiais corporativas, dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas e regidas por legislação específica, atuam na fiscalização do exercício da profissão contábil, colaboram na definição de normas e procedimentos contábeis, por meio da promulgação das Normas Brasileiras de Contabilidade, funcionam como tribunais de ética e definem, regulamentam e baixam normas e padrões de interesse da profissão contábil, além de definirem e efetuarem o recolhimento das taxas relativas ao registro e exercício profissional.

Concentrando um rol de boas práticas sugeridas ao profissional visando sucesso no exercício de suas atribuições, O CADUCEU disponibiliza aos leitores o Decálogo do Contabilista, de autoria do renomado Professor Francisco D’Auria, autor de várias obras, membro fundador do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, reproduzido abaixo:

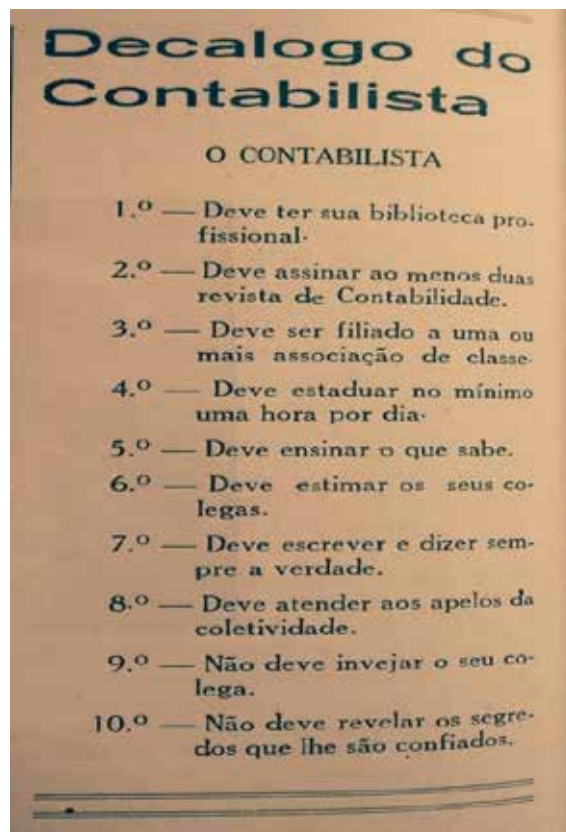


Figura 8 - Reprodução do Decálogo do Contabilista de autoria de Francisco D' Auria. Fonte: CADUCEU (1944).

4.2. SEGUINDO NOVOS CAMINHOS

Durante o curso, conforme relata o diretor da escola, Professor Moaci Madeira Campos, os “Contadores de 1944” enfrentaram dura jornada de trabalho e estudos. O curso funcionava no turno da noite e trata-se de uma turma composta por jovens já inseridos no mercado de trabalho, cujas faixas etárias à época não se teve conhecimento. Para suprir essa informação, pesquisaram-se dados biográficos dos formandos no acervo bibliográfico de Tito Filho (1986) e Bastos (1994) e em outros documentos acessados através da rede mundial de computadores “internet”. Dessas buscas, foram localizadas as datas de nascimento de 10 dos 51 integrantes da turma, o que possibilitou chegar à uma média de idade – inicial, em vista do tamanho da amostra – na faixa de 27 anos na época da formatura. Sobre a jornada de trabalho e as ocupações exercidas, tem-se:

“É que 51 patrícios nossos – exemplos soberbos de perseverança, de abnegação, de fé, de esperança, de idealismo enfim – chegam ao término de uma jornada longa, áspera e sobretudo exaustiva, porque desenvolvida, toda ela, sob o manto negro da noite, e reen-cetada cada dia depois de oito horas seguidas de trabalho afanoso, sempre honroso e dignificante como todo o trabalho honesto, mas desenvolvido em ambientes os mais diversos – no escritório ou no balcão, na oficina ou no armazém, na repartição pública ou na caserna, ou, ainda, entre as santas paredes do lar, nos afazeres domésticos”. (Professor Moaci Ribeiro Madeira Campos, diretor da Escola Técnica de Comércio do Piauí, homenageado pela turma “Contadores de 1944”, em discurso na solenidade de formatura).

Junto à foto de cada formando, o diretor do CADUCEU teve o cuidado de descrever brevemente a biografia de cada formando. Levantamento dessas informações indicou a diversidade de funções que eles já desempenhavam na capital Teresina, distribuídas de forma a favorecer o desenvolvimento tanto da economia local, como de todo o Estado, como aquelas ligadas às áreas de fiscalização. Assim, ao se formarem, os “Contadores de 1944”, já demonstravam estar seguindo carreiras sólidas, exercendo funções ligadas a serviços bancários, ao comércio (comerciantes e comerciários), seguros, serviço público (fiscalização municipal, estadual, federal, trabalho marítimo, previdência social; estatística; registros de atos de comércio - junta comercial; correios; saúde; estrada de ferro; caserna). Naturalmente, conforme atesta o Professor Moaci, em seu trecho do seu discurso acima reproduzido, havia também o exercício de atividades no recinto dos lares.

Dois integrantes da turma “Contadores de 1944” compõem a galeria de ex-presidentes do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí. Artur Cardoso Nunes foi o segundo presidente do CRC/PI, tendo exercido tal representação durante dezesseis anos. De sua parte, Francisco Ramalho de Carvalho, foi o quarto presidente a comandar os destinos dessa conceituada entidade.

4.3. RECONHECIMENTOS E HOMENAGENS

A ausência de registros ou, na sua existência, a falta de organização sistemática que possibilite o acesso a fatos históricos relacionados ao avanço das atividades contábeis no Estado têm dificultado o justo reconhecimento àqueles que dedicaram ou dedicam grande parte do seu tempo na busca de melhorias na forma de atuação do profissional de contabilidade. Não é raro ouvir falar em ambiente de pesquisas sobre mais um início de novos estudos buscando desvendar os caminhos percorridos até se atingir o estágio atualmente alcançado pelas práticas contábeis. São pesquisas que não adquiriram ainda a profundidade necessária, pelo menos até onde se tem acesso, para que sejam evitados os retrabalhos que se verificam constantemente.

Na tentativa de reparar essa falta de reconhecimento, citam-se a seguir dois momentos revestidos de manifestação de gratidão aos precursores nas grandes lutas pela afirmação da ciência contábil no Estado, registrando a presença de integrantes da turma “Contadores de 1944”: a 2ª Convenção de Contabilidade e a criação da APICICON – Academia Piauiense de Ciências Contábeis.

A primeira homenagem, realizada em 20 de novembro de 2014, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Piauí, em solenidade especial durante a 2ª Convenção de Contabilidade, realizada em 20 de novembro de 2014, homenageou os seus ex-presidentes, reconhecimento à relevância dos serviços prestados à classe, conferindo-lhes, pessoalmente, ou às suas famílias, a Láurea Contábil. Dentre os homenageados, os ex-presidentes do CRC/PI Artur Cardoso Nunes e Francisco Ramalho de Carvalho, eram membros da turma dos “Contadores de 1944”, prova inequívoca da importância dessa primeira turma para os destinos da contabilidade no Estado do Piauí. Foram os seguintes os homenageados:

“1º Presidente – Pedro Tobias Duarte. 2º Presidente – Artur Cardoso Nunes. 3º Presidente – Delfino Jorge de Sousa. 4º Presidente – Francisco Ramalho de Carvalho. 5º Presidente – Djalma da Costa e Silva. 6º Djalma da Costa e Silva. 7º Presidente – Luiz Dias Ferreira. 8º Presidente – Cornélio Evangelista da Costa. 10º - Presidente – Raimundo de Jesus Pierot. 11º - Francisco Steiner Gomes Mesquita. 12º Presidente - Alciomar Ferreira Santos. 14º Presidente -

Carlos Cesar de Almeida Campelo. 15º - Antonio de Pádua Izidorio. 16º Presidente – Antônio Mendes Feitosa Mandato. 17º Presidente – Raimundo Neto de Carvalho. 18º Presidente – Luiz Carlos de Freitas Véras. 19º Presidente – José Raulino Castelo Branco Filho. 20º- Josimar Alcântara de Oliveira. 21º Presidente - Antonio Gomes das Neves. 23º Presidente – Elias Did Caddah Neto.” (PORTAL 180graus, 2014), grifo nosso.

Um segundo momento de reconhecimento deu-se no dia 1º de dezembro de 2015 com a criação da APICICON – Academia Piauiense de Ciências Contábeis, entidade que tem por finalidade:

“... difundir as Ciências Contábeis; promover a valorização educacional, cultural e a profissão contábil; promover ações de preservação do meio ambiente, incluindo a educação ambiental; desenvolver e estimular o conhecimento científico, filosófico e tecnológico das Ciências Contábeis; apoiar ações sociais de qualquer natureza; produzir revistas, livros e publicações periódicas que possam transmitir informações contábeis ao público interessado; manter biblioteca especializada para consulta e pesquisa por parte de estudantes, profissionais e pesquisadores em geral”. (CFC, 2015).

Na oportunidade, dentre os escolhidos para patrono de uma das 30 cátedras da Academia, encontra-se o nome de Artur Cardoso Nunes, aluno da turma “Contadores de 1944”, sendo também o diretor do “CADUCEU – Órgão dos Contadores Piauienses de 1944, pela Escola Técnica de Comércio do Piauí”. Cardoso Nunes foi o segundo profissional a ocupar a presidência do CRC/PI e o fez em mandato que durou dezesseis anos. A família, demonstrando extrema gratidão pela lembrança do seu nome, fez questão de escalar um dos filhos, Carlos Alberto Pacheco Nunes, que se deslocou de Belo Horizonte, onde reside, até Teresina, para participar da solenidade de criação da nova entidade. Na oportunidade, em nome das famílias dos patronos, agradeceu a significativa homenagem recebida, tendo incluindo

em seu pronunciamento a leitura de texto de autoria do irmão, Artemildes Pacheco Nunes, reproduzido na Figura 10, a seguir.

A Figura 9, na sequência, reproduz o convite da instalação da APICICON, no qual é evidenciada a homenagem a profissionais que, em virtude da dedicação dispensada ao desenvolvimento da Contabilidade neste Estado, mereceram ser destacados para integrar o seu honroso quadro de patronos, dentre os quais, Artur Cardoso Nunes, formando da turma “Contadores de 1944”, patrono da cadeira nº 13.



SOLENIDADE DE LANÇAMENTO

Academia Piauiense de Ciências Contábeis


Academia Piauiense de Ciências Contábeis

Data: 1º/12/2015 • **Horário:** 19h • **Local:** Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Piauí
(End.: Av. Pedro Freitas, 2100, Vermelha, Teresina/PI)

Convidamos Vossa Senhoria para o lançamento da Academia Piauiense de Ciências Contábeis e posse de seus Acadêmicos. A APICICON é uma entidade que nasce com o propósito de congregar esforços para o desenvolvimento das Ciências Contábeis no Estado do Piauí. Na ocasião, será realizada também a solenidade de posse da 1ª diretoria da entidade. Contamos com a sua ilustre presença.

Lista dos acadêmicos a serem empossados

Cadeira	Patrão	Ocupante
1	Elias Dib Caddah Neto	Elias Dib Caddah Neto
2	Francyslene Abreu Costa Magalhães	Francyslene Abreu Costa Magalhães
3	Antônio Gomes das Neves	Antônio Gomes das Neves
4	José Corsino Raposo Castelo Branco	José Corsino Raposo Castelo Branco
5	Gardênia Maria Braga de Carvalho	Gardênia Maria Braga de Carvalho
6	Valtemar de Andrade Braga	Valtemar de Andrade Braga
7	Raimundo Neto de Carvalho	Raimundo Neto de Carvalho
8	Luís Carlos de Freitas Veras	Luís Carlos de Freitas Veras
9	Constança Maria Melo Diniz	Constança Maria Melo Diniz
10	José Arimatea de Melo Rodrigues	José Arimatea de Melo Rodrigues
11	Pedro Tobias Duarte	Simone Maria Bandeira de Sousa
12	Jorge Chaib	Antonio Luis Soares Santos
13	Artur Cardoso Nunes	José Raulino Castelo Branco Filho
14	Luís Dias Ferreira	Joaquim de Atencar Bezerra Filho
15	Djalma da Costa e Silva	Luciano dos Santos Nunes
16	Cornélio Evangelista de Costa	Josafam Bonfim Moraes Rego
17	Paulo Roberto Veiga Fernandes Lima	Abelardo Pio Vilanova e Silva
18	Mussa de Jesus Demeis	Carlos César de Almeida Campeto
19	Antônio de Melo Paz	Antonio Mendes Feitosa
20	Moisés Elias Caddah	Carlos Lustosa Filho
21	Fausto Portela Madeira	Ceciane Portela Sousa
22	Enevaldo Nunes Ibiapino	Engês Fonseca Pinho
23	Nicanor Barreto de Vasconcelos	Joaquim Pio Mendes Vieira Neto
24	João Batista de Sousa	Rosemary Mendes Farias
25	José Laureano Henriques Costa	João de Deus Abreu Costa
26	Bernardino Soares Viana	Josimar Alcântara de Oliveira
27	Rubem de Jesus Gomes Bastos	Francisco Steiner Gomes de Mesquita
28	José Alves Terceiro	Tertulino Ribeiro Passos
29	José do Amparo Ferreira Lima	Elon de Oliveira Bezerra
30	Maria do Carmo Pitombeira Correia Filha	Mathilde Silva Soares

1ª Diretoria: Mandato de 9 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2018

Diretoria:
 Presidente: Elias Dib Caddah Neto
 Diretor Operacional: Raimundo Neto de Carvalho
 Diretor Financeiro: José Corsino Raposo Castelo Branco
 Diretor Acadêmico e Cultural: Antônio Gomes das Neves
 Diretora Socioambiental: Gardênia Maria Braga de Carvalho

Conselho Fiscal:
 Valtemar de Andrade Braga (Presidente)
 Luís Carlos de Freitas Veras (membro)
 Constança Maria Melo Diniz (membro)

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
 Presidente da ABRACICON

Confirmação de presença:
 (86) 3303.3245 | (86) 99495.6255


ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Figura 9 - Reprodução do convite de instalação da APICICON. Cardoso Nunes patrono da cátedra 13.

Fonte: APICICON (2015).

Senhoras e Senhores, seletos membros desta APICICON/ACADEMIA PIAUIENSE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Senhoras e Senhores convidados e demais presentes

Primeiramente, queremos parabenizar-vos por este nascimento – APICICON/ACADEMIA PIAUIENSE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - que ora celebramos, fruto de espíritos evoluídos que formam este Conselho de Contabilidade. Sem dúvida, luz intensa a resplandecer ainda mais a cultura piauiense!

Volto a nossa Teresina, vindo de Belo Horizonte, depois de tantos anos, e da maneira mais jubilosa, trazido pela bondade imensurável de Vossas Senhorias, ao distinguir, neste momento de muita emoção, o meu saudoso pai - **Artur Cardoso Nunes**, como patrono de umas das Catedras desta Academia.

Muito envaidecido, quero dizer-vos que eu, Carlos Alberto, me encontro aqui representando todos os meus irmãos – Artemildes, Lúcia Maria (*in memoriam*), Ana Lúcia, Regina Célia, Artur Luís, Artur Filho, Eugênia Maria e demais membros da família.

Permitam-me lembrar da minha mãe – Maria dos Humildes Pacheco Nunes (*in memoriam*), cuja força e apoio mantinham meu pai, e nós mesmos, em equilíbrio na vida.

Senhores Acadêmicos, esta homenagem, mercê dos vossos corações benevolentes, tem para nós, seus oito filhos, e demais familiares, um significado marcante e excepcional. É a manifestação de carinho e respeito de pessoas devotadas ao que constituía o ideal supremo e permanente de vida do meu saudoso pai - a cultura e elevação do espírito, o aprimoramento da inteligência, tudo animado por um modo de ser simples, amoroso e sensível. Com indescritível orgulho presenciamos esta seleta Academia reconhecer meu pai como um dos seus pares, a tal culminância, que lhe conferiram o título imortal de Patrono de uma das suas Catedras. **Artur Cardoso Nunes**, que presidiu o Conselho de Contabilidade do Estado do Piauí, em tempos há muito idos, durante 16 anos, e a favor deste mister consagrou todo o seu entusiasmo, trilhando o dia a dia, não apenas como uma tarefa a cumprir, mas um ideal de vida desenhado nos seus sonhos de ser humano admirável! Também abraçou outras áreas do conhecimento e cultura humanas, como o Direito, Magistério, Jornalismo e Literatura.

Meu pai costumava afirmar, repetindo as palavras de Cristo, naqueles momentos que cobrávamos dele mais ambição na vida, em relação a bens e riquezas materiais, que "o meu reino não é deste mundo..." Mas era, sim, deste mundo, posso afirmar, pois os valores que ele legou a todos nós familiares e conhecidos era de outra dimensão no conteúdo, mas perfeitamente terreno no seu formato!

É por esta correspondência entre os ideais desta Academia e aqueles vividos pelo meu pai, e concretização de seus mais nobres anseios, que nós, seus familiares, vemos nesta honraria o coroamento póstumo, a glorificação final de uma vida toda dedicada ao estudo, ao trabalho espiritual e a produção intelectual.

Nada mais valioso podemos - nós os filhos e demais familiares - oferecer-vos em retribuição a esta solenidade inesquecível, que nossos próprios corações agradecemos!

Muito obrigado!

Belo Horizonte / Teresina, 01 de dezembro de 2015.

Artemildes Pacheco Nunes (em nome de todos os seus irmãos).

Figura 10 - Reprodução de carta da família de Artur Cardoso Nunes em agradecimento à APICICON pela escolha do seu nome para patrono da Cátedra nº 13.

Fonte: APICICON (2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise minuciosa do conteúdo da revista “CADUCEU – Órgão dos Contadores Piauienses de 1944, pela Escola Técnica de Comércio do Piauí”, buscando resgatar o contexto vivenciado pelos “Contadores de 1944”, possibilitou concluir sem nenhuma dúvida pela relevância dos registros encontrados, os quais se mostram como fonte rica de material histórico. Embora o presente trabalho se apresente como um esforço inicial para que se possa desvendar com mais profundidade os distintos aspectos afluídos, vem confirmar que a comunicação enquanto processo fundamental de desenvolvimento social constitui uma reflexão não só pelo o que se pretende comunicar, mas também como forma de documentação dos registros da própria época. Dessa forma, é essencial que se preservem as diversas formas de materiais utilizados como meios de comunicação. Por mais simples que possam parecer, poderão ser fontes preciosas para auxiliar estudos sobre a reconstrução do passado.

De fato, a história tem muito que buscar no legado dos “Contadores de 1944”, os quais graças ao pioneirismo e competência para seguir carreiras de destaque em uma sociedade que se pode afirmar até então acanhada, muito colaboraram para a formação de uma categoria de profissionais que ao longo dessas sete décadas tem se mostrado ativa o suficiente para receber o respeito da sociedade piauiense.

Ao disponibilizar os resultados desta pesquisa, espera-se, que passados todos esses anos, os “Contadores de 1944” possam receber da comunidade contábil o justo reconhecimento pelo pioneirismo e efetiva contribuição ao desenvolvimento da ciência contábil no Piauí. Para tanto, observe-se o insistente cuidado que se teve ao longo deste relatório de, sempre que possível, mencionar o nome de cada um dos partícipes de tão significativo evento, como uma forma de sugerir, além do reconhecimento acima proposto, também a realização de novas pesquisas sobre as suas respectivas trajetórias, por exemplo.

Sugere-se também, a exemplo de iniciativas com as quais vem se dedicando o Conselho Federal de Contabilidade, que se organize o museu da contabilidade neste Estado, empreendendo especialmente:

- ampla e intensiva campanha para recolhimento de materiais e informações sobre a atividade contábil (máquinas, instrumentos, móveis, livros contábeis);
- instituição de premiações que incentivem a pesquisa de fatos históricos relacionados

ao exercício da profissão contábil;

- envidar esforços no sentido de localizar e, sendo possível, recolher para organizar, os materiais relacionados aos “Contadores de 1944”: diários de classe, diplomas, quadro de honra, exemplares do CADUCEU.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Cláudio. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 28 mai. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm. Acesso em: 16 dez. 2015.

_____. Decreto-Lei Nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 28 dez. 1943. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/lei%20organica%20ensino%20comercial%201943.htm. Acesso em: 16 dez. 2015.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante et al. Ações do Conselho Federal de Contabilidade no Desenvolvimento da Contabilidade Brasileira. **Revista Contabilidade e Controladoria**, [S.l.], v. 5, n. 2, out. 2013. ISSN 1984-6266. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rcc/article/view/31505>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

CADUCEU. Órgão dos Contadores de 1944, pela “Escola Técnica de Comércio do Piauí”. Teresina, n. 1, 1944.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Imortais da Academia Piauiense de Ciências Contábeis tomam posse em cerimônia. Disponível em <http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=24414>. Acesso em 20 dez.2015.

O ESTADO NOVO NO PIAUÍ. Os efeitos da ditadura de Getúlio Vargas sobre a população do Estado do Piauí – O caso dos desembargadores. Disponível em <http://oestadonovonopiaui.blogspot.com.br/2010/07/o-caso-dos-desembargadores.html>. Acesso em 20 dez. 2015.

OS FUNDADORES – JOÃO PINHEIRO. Disponível em <http://poetaelmar.blogspot.com.br/2011/10/o-s-f-u-n-d-d-o-r-e-s-joao-pinheiro.html>. Acesso em 15 dez.2015.

PELEIAS, I. R.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de Contabilidade. Revista de Administração On Line – FECAP, v. 5, n.3, p. 39-54, 2004.

PORTAL 180GRAUS. Autoridades são homenageadas na 2ª convenção de contabilidade do PI. Disponível em <http://180graus.com/noticias/autoridades-sao-homenageadas-na-abertura-da-2-convencao-de-contabilidade-do-piaui-1>. Acesso em 20 dez.2015.

PORTAL ENTRETEXTOS. Fortuna crítica – A poesia de Celso Pinheiro. Disponível em http://www.portalentretextos.com.br/dicionario-de-escritores/celso-pi_50.html. Acesso em 10 dez.2015.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. Lugares, saber e poder: apropriação feminina sobre as práticas discursivas entre 1875 - 1950. 2007. 139 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

SOARES, Sandro Vieira et al. Evolução do currículo de contabilidade no Brasil desde 1809. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 10, n. 30, p. 27-42, ago/nov. 2011.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira, BONI, Paulo César. A Revista do Ginásio Londrinense e as linhas da história: títulos, textos e imagens que remontam uma época sob a ótica dos ginásianos pioneiros de Londrina. Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 31, n. 1, p. 25–40, 2010.

TITO FILHO, A. Teresina: ruas, praças, avenidas. Teresina: Prelo Indústria Gráfica e Editora Ltda., 1986, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/74434401/TITO-FILHO-A-Teresina-ruas-pracas-avenidas#scribd>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

Memória contábil paranaense: dos primórdios aos tempos atuais



Micheline Paitra Alves dos Santos

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Trabalho apresentado ao concurso cultural intitulado “Prêmio Resgate da Memória Contábil dos Estados” promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade em parceria com os Conselhos Regionais.

Sumário

Resumo	4
1. Introdução.....	5
2. Primeiras Evidências.....	6
3. Primeiras Organizações	16
4. Primeiras Escolas.....	19
Considerações Finais	26
Referências Bibliográficas	27

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo resgatar a memória contábil por meio de sua história, dando ênfase aos fatos relevantes ocorridos no estado do Paraná. No entanto, este trabalho buscou demonstrar as primeiras evidências de contabilidade passando pelos mais remotos registros históricos já estudados por diversos autores. Também buscou citar os pensadores mais influentes que fizeram parte da memória da contabilidade, bem como mencionar as primeiras instituições de ensino que se dispuseram a ensinar a arte e a técnica contábil. Sendo assim, procurou demonstrar as primeiras empresas que se constituíram no Brasil e que também tiveram sua história no Paraná, sendo estas precursoras na história da contabilidade. A pesquisa se deu por meio da técnica bibliográfica pois buscou realizar um levantamento das principais escritos sobre contabilidade e contou com o texto dissertativo para embasar o trabalho, citando autores que já estudaram este tema anteriormente. No entanto, pode-se concluir que a contabilidade é uma ciência muito antiga, tanto, que teve seu desenvolvimento atrelado ao desenvolvimento da própria humanidade. Do mesmo modo, pode-se concluir que a ciência contábil é uma ciência de grande relevância por ter participação econômico-financeira na sociedade, sendo com ela possível realizar o controle patrimonial das pessoas que nela vivem.

Palavras-chave: contabilidade. história. sociedade.

1. Introdução

A contabilidade é uma ciência muito antiga e por ser tão antiga, acompanhou o desenvolvimento da humanidade. Assim diz que “a contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo, que conta. [...]” (IUDÍCIBUS, 2006, p.48). No entanto, há milhares de anos, o homem vem desenvolvendo técnicas que o permitem facilitar sua vida, seu trabalho. Diante disto constata-se que “a necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento” (IUDÍCIBUS, 2006, p.48) de tal modo que:

o surgimento do capitalismo deu impulso definitivo a esta importante disciplina, potencializando seu uso e aumentando sua eficácia. Através dos tempos, verifica-se que normalmente o grau de avanço da Contabilidade está diretamente associado ao grau de progresso econômico, social e institucional de cada sociedade. (IUDÍCIBUS, 2006, p.48)

Deste modo, estudar as primeiras evidências contábeis por meio da sua história, ajuda-nos a compreender o quanto esta ciência evoluiu com o passar dos tempos e como acompanhou o desenvolvimento da humanidade. A evolução do conhecimento contábil percorre os séculos através das teorias que se materializam por meio da mudança e aperfeiçoamento das práticas. Afinal, “ a história é a ciência que nos permite conhecer o nosso passado, entender bem o nosso presente, para transformá-lo em um futuro melhor. ” (SILVA; MARTINS, 2006, P.13).

Sendo assim, reviver a memória contábil passando pelos principais acontecimentos em diversas épocas, conhecendo os principais estudiosos, as primeiras empresas e as primeiras instituições que ensinaram a arte e a técnica contábil é valorizar toda esta história contábil, tanto que se pode dizer que: “estudar a evolução da Contabilidade nas mais variadas épocas é prestar um serviço a classe contábil, em que se abrem no presente as portas do passado, iluminando os caminhos futuros”. (SILVA; MARTINS, 2006, P.13).

Diante do que se justifica, este trabalho buscou embasamento na pesquisa bibliográfica, para dissertar sobre o conhecimento contábil desde seus mais remotos vestígios, com enfoque na contabilidade brasileira, fazendo referência a aspectos relevantes ocorridos no estado do Paraná. Deste modo, Beuren (2009, p.86) esclarece que a pesquisa bibliográfica “está sempre presente, seja como parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento”. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica quando parte integrante de outras pesquisas é aquela que busca em fontes referenciais (livros, periódicos, publicações, boletins, etc) embasamento sólido para a elaboração do estudo.

Quanto ao tema, este trabalho procurou dissertar sobre a história da contabilidade, no intuito de resgatar fatos importantes que fazem referência a história geral da contabilidade, com enfoque na história contábil do estado do Paraná. Neste sentido, Landarin [20-], informa que “dissertar é o mesmo que desenvolver ou explicar um assunto, discorrer sobre ele. ” Desta forma, o texto dissertativo é expositivo e tenta transmitir conhecimento e informar o leitor, mantendo linguagem culta e formal; objetiva e impessoal. (LANDARIN, [20-]). Sendo assim, o texto dissertativo serve de suporte para a pesquisa, em estudos científicos, que tentam argumentar e explicar temas relevantes no mundo acadêmico.

2. Primeiras Evidências

A história da contabilidade coincide com a história da humanidade pois “[...] nasceu com as primeiras manifestações racionais do ser humano” (SÁ, 2006, P.5). Nisto encontramos a origem de toda espécie de raciocínio contábil pois a contabilidade evoluiu conforme o desenvolvimento das descobertas humanas que propiciaram ao homem o desenvolver da ciência (teoria) e da arte contábil (prática). (SILVA: MARTINS, 2006). Assim, interpretando, poderíamos considerar a história da contabilidade uma história muito antiga, que inicia de forma primitiva e que nasce a partir das primeiras manifestações motivadas pela razão humana e se desenvolve de acordo com as suas necessidades, por milhares de séculos.

Silva e Martins (2006) destacam que “a história é a ciência que estuda o passado da humanidade.” Ao estudar a história da humanidade também estamos estudando a origem e evolução de seu pensamento, pois, por meio da história, tentamos compreender nosso passado, vivenciando o presente, com vistas a antever nosso futuro. Em complemento a este pensamento e neste contexto, Marion (2012, p.32) destaca que “a contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem”, tanto que:

se abirmos a Bíblia em seu primeiro Livro, Gênesis, entre outras passagens que sugerem a contabilidade, observamos uma “competição” no crescimento da riqueza (rebanho de ovelhas) entre Jacó e seu sogro Labão (+_ 4.000 a.C). Se a a riqueza de Jacó crescia mais do que a de Labão, para conhecer este fato era necessário um controle quantitativo, por mais rudimentar que fosse. O livro de Jó é considerado o mais antigo da Bíblia. Já no início deste livro há uma descrição exata da riqueza de Jó, nos mínimos detalhes. Isto mostra que Jó, considerado na época o homem mais rico do Oriente tinha um excelente contador. (MARION, 2012, P.32-33)

Na bíblia, Jó demonstra em seu livro um controle patrimonial de seus bens pessoais (MARION:IUDICIBUS, 2000). Assim Marion e Iudícibus (2000, p. 33) citando o versículo 12 do Livro de Jó do capítulo 42 destacam o texto que diz: “E assim abençoou o Senhor o último estado de Jó, mais do que o primeiro; porque teve catorze mil ovelhas, e seis mil camelos, e mil juntas de bois e mil jumentas.” Isto vem comprovar ainda mais os indícios da contabilidade na antiguidade, desde as mais primitivas civilizações que detinham conhecimentos matemáticos, de negócios e de controle patrimonial.

Já Silva e Martins (2006, p.15) destacam que “estudar a história da Contabilidade é entender o atual estágio de desenvolvimento da ciência e perceber que a sua existência sempre marcou satisfazer às necessidades de controle que as sociedades humanas têm em relação aos seus meios de subsistência.” Nisto, consideram que o estudo da história da contabilidade é necessário para que haja entendimento de como se desenvolve esta ciência, por meio da evolução do pensamento contábil e suas práticas diante dos tempos, de modo que também se torna possível entender como a humanidade tem evoluído intelectualmente e conquistado saberes capazes de encontrar meios de subsistência, bem como gerar riquezas, no intuito de encontrar respostas para as necessidades da sociedade. Assim, os mesmos Silva e Martins (2006, p.14) definem a história da contabilidade como sendo “a ciência que estuda os registros, atos e fatos econômicos e administrativos, através da evolução das sociedades e de seus patrimônios.”

A história da contabilidade foi dividida por alguns estudiosos em períodos que se repartem (Quadro 1). Federico Melis destacou quatro períodos em sua obra “*Storia Della Ragioneria*” que datam de 8000 anos atrás até os nossos dias atuais. Já Tolstoi, em sua obra intitulada “História da Contabilidade”, parte de 4000 anos a.C. e vai até aos nossos dias. Francisco D’Áuria destaca os períodos da Contabilidade em seu livro “Primeiros Princípios de Contabilidade Pura” desde a época primitiva datada a.C. e por fim, Lopes de Sá em seu livro “História Geral das Doutrinas de Contabilidade”, admite que a contabilidade se iniciou a 20.000 anos atrás, ou seja, é tão antiga quanto a própria história da humanidade. (SILVA; MARTINS, 2006, p.37-63)

Quadro 1. Períodos históricos da contabilidade

Estudiosos	Fase/Período
Federico Melis	1º História Antiga ou da Contabilidade empírica
	2º História Média ou da Sistematização da Contabilidade
	3º História Moderna ou da Literatura da Contabilidade
	4º História Contemporânea ou Científica da Contabilidade
Tolstoi C. Klein	1º Pré-história
	2º Fase primitiva ou primeiro período
	3º Fase antiga ou segundo período
	4º Fase moderna ou terceiro período
Francisco D'Áuria	1º Contabilidade Primitiva – Pré-história e Arqueologia
	2º Antiguidade até a Era Cristã
	3º Antiguidade e Idade Média
	4º Período Estacionário (Idade Média)
	5º Primeira Sistematização – Século XV
	6º Período de Consolidação – Séc. XVI a XVIII
	7º Fase científica (século XIX)
	8º Atualidade
Lopes de Sá	1º Intuitivo Primitivo
	2º Racional-Mnemônico
	3º Lógico Racional
	4º Literatura
	5º Pré-Científico
	6º Científico
	7º Filosófico normativo

Fonte: Adaptado de Silva; Martins (2006, p. 37-63)

No entanto, quando buscamos compreender a história da contabilidade, levando-se em consideração as diversas teorias elaboradas, verificamos que em épocas passadas, o homem em busca de sobrevivência desenvolveu-se intelectualmente e aperfeiçoou técnicas que primitivamente poderíamos considerar os primeiros indícios de contabilidade.

No período Paleolítico, ou como popularmente conhecemos como a Idade da Pedra Lascada - ano 500.000 - 8.000 a.C. – (ARRUDA; PILETTI, 1996), os homens primitivos viviam em grupos e habitavam as cavernas; caçavam, pescavam e coletavam frutos; produziam instrumentos que serviam para a guerra, para a caça e para realizar inscitos nas pedras e por consequência estes inscitos serviam como sinal de comunicação elementar artística e de característica contábil. (SÁ, 2006).

Arruda e Piletti (1996) ajudam-nos a compreender que no final do período Paleolítico Inferior, nasceu o homo sapiens que era obrigado a viver nas cavernas devido as baixíssimas temperaturas e ainda não conhecia a agricultura e a criação de animais tendo vida nômade. Nesta época ocorreu a descoberta do fogo e a fabricação de instrumentos pontiagudos confeccionados com ossos de animais ou pedras lascadas, daí derivando a denominação deste período da história.

No período Paleolítico Superior, o homem de Cro-Magnon, conhecido como o verdadeiro homem, era mais astuto e inteligente sendo o precursor dos inscitos artísticos nas paredes das cavernas, fato este que permitiu o nascimento artístico. (ARRUDA; PILETTI, 1996). Antes de realizar a escrita como tal atualmente a conhecemos, a expressão artística se valia para evidenciar os feitos do homem pri-

mitivo (SÁ, 2010a). Nesta associação feita entre o desenho de objetos artisticamente inscritos com a sua quantidade, destacam estudiosos que supostamente pode ter surgido a origem da conta (SÁ, 2006).

Neste contexto, Iudícibus (2006, p. 34) informa que “não é descabido afirmar-se que a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do *Homo sapiens*. ” Assim também destaca que:

alguns historiadores fazem remotar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2.000 anos a.C.. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade. É possível localizar os primeiros exemplos completos de contabilização, portanto, seguramente no terceiro milênio antes de Cristo, na civilização da Suméria e da Babilônia (hoje Iraque), no Egito e na China. Mas é provável que algumas formas mais rudimentares de contagem de bens tenham sido realizadas bem antes disto, talvez por volta do quarto milênio antes de Cristo. (IUDÍCIBUS, 2006, P.34:35)

Etimologicamente a palavra conta deriva do latim *computare* que significa estimar, presumir quantidade, contar. Nisto verifica-se que a origem dos números conforme explica Silva e Martins (2006, p.20) “surgiu da necessidade que o homem tem de contar, haja vista que os primitivos intuitivamente usavam técnicas de contagem em que registravam a quantidade de animais que tinham através de, por exemplo, empilhamento de pedras. ” No entanto, a palavra contabilidade deriva da radical conta e para tanto Sá (2006, p.21) constata que “a conta primitiva é uma evidência do homem sobre a qualidade (expressa pelo desenho) e a quantidade (expressa pelos sinais) das coisas, de forma subjetiva.

Nestes tempos remotos, a conta surgiu como recurso das civilizações antigas em decorrência das provisões que o homem fazia diante da contagem de seus rebanhos e suprimentos, antes mesmo do surgimento da escrita e dos cálculos numéricos. Estes atos significaram a expressão de vontade do homem em registrar o seu patrimônio, mediante suas qualidades (figuras) e quantidades (contagem). (SÁ, 2006, p.21). Desta forma, salienta-se que

com o uso de sua arte, o homem primitivo passou a evidenciar a riqueza patrimonial que detinha, em inscrições nas paredes das grutas (onde produziu pinturas) e também em pedaços de ossos (por meio de riscos ou sulcos), utilizando-se de instrumentos de que já dispunha. O desenho do animal ou da coisa representava a natureza da utilidade que o homem primitivo havia conquistado e guardara; os riscos que quase sempre se seguiam ao desenho da coisa ou objeto denunciavam a quantidade existente. (SÁ, 2010, p.22a)

Assim, a ideia originária de algo que se poderia obter utilidade para suprir as necessidades, ou seja, o “patrimônio” era representado por animais ou coisas da natureza (SÁ,2010a). Destaca-se que, “a história da arte, das matemáticas, da escrita e da contabilidade possuem, portanto, pontos de estudos em comum” (SÁ, 2010, p. 21a). No entanto, quantidade e qualidade formaram a “conta primitiva” que veio representar o nascimento da escrituração contábil devido a quantificação e evidência da riqueza patrimonial do indivíduo primitivo, de sua organização familiar ou célula social. (SÁ, 2010a) . Assim, se diz que “o nascimento da Contabilidade é o da inscrição de elementos da riqueza patrimonial, passando, aos poucos, a registro de melhor qualidade. ” (SÁ, 2010, p.23a)

Os primeiros registros contábeis diagnosticados a mais de 6.000 anos, foram realizados em peças de argila e definiam aspectos da vida cotidiana e derivavam grande quantidade de fatos a serem registrados, relativos a diversas naturezas de acontecimentos, como por exemplo a contabilização das

produções agrícolas (colheitas, rebanhos) e também aos impostos dados as suas propriedades, indicando anotações de diversas transações patrimoniais. Nesta época o sistema de custos já vigorava como um grande aliado aos cálculos escriturais e utilizavam-se dos orçamentos como método de previsão antecipada das riquezas e seus dispêndios. (SÁ, 2010a).

Com relação ao desenvolvimento da escrita, Silva e Martins (2006, p.19) destacam que “no século XVII a.C. os povos mais adiantados em questões numéricas foram os egípcios, os árabes, os sumerianos e os hititas, usando processos mnemônicos, hieróglifos, e ainda os romanos responsáveis pela escala decimal”. Com os sumérios [ideogramas] os registros contábeis passaram a desenvolverem-se mais. Ferreira (2004, p.1066) destaca que quanto aos ideogramas, poderiam ser considerados cada um dos elementos da escrita ideográfica, ou seja, eram a representação de ideias contidas por meio de sinais que reproduziam objetos concretos.

Segundo estudiosos “foi a escrita contábil que deu origem a escrita comum e não o inverso”. Este pensamento dos estudiosos pode dever-se ao fato de que a escrita, surgiu com a função de registrar fatos que poderíamos considerar de característica contábil dito que “a escrita contábil foi, pois, a fonte originária da escrita comum” e “foram os contadores que se transformaram em escribas e não os escribas em contadores.” (SÁ, 2006, p.23-37). Segundo Ferreira (2004, p.795) o escriba era aquele que tinha como profissão copiar os manuscritos, muitas vezes mediante ditado; era um exímio copista.

Sobre o desenvolvimento da escrita e a evolução da profissão de contador, a professora americana Glória Vollmers em seu texto sobre história da contabilidade intitulado *História da contabilidade. Porque estudar História da Contabilidade?*, nos leva a reflexão de que:

então, nós, contadores modernos, somos na verdade os descendentes dos antigos escribas, dos quais ouvimos falar da Mesopotâmia, da Babilônia, da Pérsia, do Egito. Os escribas eram as pessoas mais cultas de seu tempo. Eles, claro, sabiam escrever, conheciam muitos idiomas. Eles cresceram nesse período em que a história da Torre de Babel surgiu. E qual era essa história? Era na verdade uma história que tentava explicar por que havia tantos idiomas. E os escribas conheciam muitos idiomas, eles escreviam em várias línguas, conheciam as leis, porque eles tinham que criar contratos. Eles tinham que saber Matemática e Aritmética porque muitos contratos envolviam números. De qualquer forma, nós somos os herdeiros disso e é algo do qual nós deveríamos nos orgulhar. Além disso, na História da Contabilidade temos a oportunidade de aprender sobre o que era importante para as pessoas e instituições e sociedades em diferentes períodos do tempo, porque o que era registrado é o que era importante para as pessoas, pelo menos em um sentido amplo. (VOLLMERS, [20 -])

De acordo com Sá (2006, p.40), “em pequenas placas, de argila crua, foi iniciado o processo da escrituração contábil, por meio da conta antiga.” Os registros iniciais, rupestres, herdados dos períodos Paleolítico e Neolítico eram de difícil leitura. Mais tarde, com a ajuda de estiletos e placas de argila os registros comerciais e seus fatos patrimoniais se tornaram mais rápidos e se referiam, na maioria das vezes, a geração de riquezas. (SÁ, 2006). O mesmo Sá (2006, p.41) afirma que “o uso das plaquetas de argila talvez tenha representado, para aquele tempo, relativamente, o que os computadores hoje representam para nós.”

No entanto, a mais de 8 mil anos a.C, depois do primeiro período glacial ocorrido no final da era Paleolítica; com a escassez de recursos provenientes dos resfriamentos ocorridos e aumento dos oceanos e falta de regiões habitáveis, os grupos de caçadores e coletores existentes na época passaram a mudar seus hábitos. As modificações climáticas fizeram as geleiras derreterem, modificando a vegetação e trazendo grandes mudanças para a fauna daquela época. O homem começou a domesticar animais e a criar ovelhas, instituindo a atividade de pastoreio. Instituiu os primeiros conglomerados urbanos e construiu casas de palafitas e barro. Era a idade da Pedra Polida. (ARRUDA; PILETTI, 1996).

Historicamente, em continuidade, o homem abandonou as cavernas e começou a construir casas e a se organizar em grupos. (SÁ, 2006). Os homens procuraram aperfeiçoar seus instrumentos produzidos com as rochas de modo a facilitar sua pesca e caça. Com o domínio do fogo, melhoria da caça e cultivo de lavouras ocorridos no período Neolítico, a divisão do trabalho e construção de edificações foram essenciais para o desenvolvimento humano da época. (SÁ, 2006). Os primeiros trabalhos do homem em metais como o ouro e o cobre destacaram a nova cultura que passou a viajar por terra e mar.

Com a construção de edificações e monumentos que exigiam uma rígida organização social, surgiram as primeiras comunidades primitivas que se baseavam nos laços sanguíneos e tinham uma economia fundamentada na exploração e transformação de recursos naturais pelo homem; mantinham o gado, cultivavam a agricultura, e realizavam artesanato. (ARRUDA; PILETTI, 1996). Neste período, o homem começou a dividir-se em pequenos grupos e a controlar seus alimentos e coisas que lhe pertenciam, aprimorando o controle de seu patrimônio. Nisto, com a mudança de costumes humanos, a informação e controle contábil se aprimoraram. (SÁ, 2006).

Marion e Ludícibus (2000) destacam que a contabilidade se desenvolveu lentamente desde o início da civilização ao longo dos séculos. Após a passagem de um período da história primitiva, ocorrido, conforme estudiosos, ano final do segundo milênio antes de Cristo, a escrita contábil deu um passo evolutivo importante. Este fato deveu-se a atribuição de valores que no lançamento contábil estava expresso em um parâmetro de avaliação convencional em “prata”, ou em “cobre” ou “ouro”, que não significavam o pagamento em metais, mas o valor equivalente ao elemento, ou seja, por exemplo, tantas unidades de “prata” representavam tantas unidades em grãos, que representava o poder de compra de quem detinha determinadas mercadorias. (SÁ, 2006).

Deste modo, Sá (2006, p.53) nos explica que “a tentativa de um padrão de aferição de valor sempre existiu nas sociedades primitivas, sendo, pois, antiga; o regime de troca de bens praticado no comércio, exigiu algo como equivalência e para isto utilizou-se o boi, o sal e depois os metais [...]”. Ou seja, a atribuição de valor, ou valorimetria, deu-se por meio da equivalência onde troca de mercadorias era a moeda da época. Assim, as movimentações sociais e econômicas da época ocorridas por meio do comércio, importações e exportações, arrecadações tributárias e movimentações bancárias fez com que o sistema contábil se aprimorasse. Os registros que eram registrados em tabuletas de argila chegaram a época em que o papiro rudimentar prensado foi utilizado para emissão de desenhos e cálculos numéricos pelos egípcios, há mais de 3.300 anos. (SÁ, 2006).

Francisco D’Auria (1948, citado por Silva e Martins, 2006) destaca que após a passagem primitiva da contabilidade (pré-história e arqueologia) surgiu o tempo da antiguidade contábil que permaneceu até a época determinada como Era cristã. Este período, segundo descrito pelos autores, é marcado pela civilização Grega que valorizava estritamente as finanças públicas. Após a era grega, a administração pública romana tornou-se o destaque na história da contabilidade, onde a arrecadação de tributos era preponderante, porém contando com a existência de registros de fatos patrimoniais e financeiros.

Em época seguinte, surgia a idade média no período que vai do ano 476 até 1492. Desta forma, torna-se possível compreender pelas palavras do mestre Ludícibus que:

em termos do entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado-da-arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional e social das sociedades analisadas em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações. (2006, p.35)

Conforme destaca Marion (2012), a maturidade contábil ocorreu somente entre XIII e XVI d.C. com o trabalho do frade franciscano italiano Luca Pacioli publicado no ano de 1494. Esta época era a época da “Escola Italiana”, onde a [...] “contabilidade teve seu florescer, como disciplina adulta e completa” [...]. Esta escola surgiu nas cidades italianas que tinham grande poderio de atividade mercantil, econômico e cultural, durante os períodos que se compreenderam entre os séculos XIII e início do século XVII. A escola denominada Italiana, tinha como característica a excessiva teoria baseada no aglutinamento de ideias generalizadas provindas de personalidades, com mentes privilegiadas, que difundiam livres ideias e produziram trabalhos que se tornaram muito repercutidos e tiveram excepcional interesse para a época, pois eram relativos ao desenvolvimento da Contabilidade. (IUDÍCIBUS, 2006, p.35).

Luca Pacioli, considerado um grande mestre da contabilidade, foi um padre Franciscano nascido em 1447 em Toscana na Itália, tendo falecido no ano de 1517. De origem humilde, Pacioli aprendeu com Pierro Della Francesca as artes matemáticas e após entrar para o mosteiro em San Sepolcro tornou-se aprendiz de um negociante local, tendo mais tarde deixado seus estudos para trabalhar em uma escola como matemático. Após este período, em 1470 escreveu seu primeiro manuscrito sobre álgebra, tendo dois anos mais tarde se tornado monge franciscano. No ano de 1475 entrou para a docência na Universidade de Perugia, onde permaneceu como mestre nas ciências matemáticas. No ano de 1494 Pacioli publicou sua obra máxima denominada de *Summa de Arithmetica, Geometria Proportioni et Propornaliti* que tratava de conhecimentos de matemática, geometria, proporção e proporcionalidade, além de um capítulo à parte destinado aos estudos de contabilidade. (SILVA; MARTINS, 2006).

Em épocas pouco anteriores a de Lucca Pacioli, na Itália os registros contábeis já haviam amadurecido. Com a chegada dos números arábicos na península itálica, o contador e matemático Leonardo Fibonacci escreveu no ano de 1202 a obra literária intitulada de *Liber Abaci* que influenciou os registros contábeis da época pois demonstrava a vantagem da utilização dos números arábicos ao invés dos romanos na escrita contábil, o que facilitaria os registros duplos, ou seja, o das partidas dobradas. Porém, apesar de Luca Pacioli não ser o inventor da técnica, foi o nome mais influente neste processo pois o seu livro de aritmética ganhou repercussão, tanto que passou a ser apelidado de “Partidas Italianas” ou “Método Veneziano”. (SÁ, 2006). Nisto, Sá (2006, p.106) destaca que “embora a obra de Paciolo modestamente insira matéria contábil, teve, todavia, uma grande repercussão e, sem dúvida alguma, estimulou a evolução do conhecimento contábil”.

Com o passar dos tempos, diversos expoentes contribuíram com a evolução do pensamento contábil. Entre outros, estiveram Fabio Besta e os italianos Giuseppe Cerboni, Francesco Villa e Vicenzo Masi que contribuíram com a história da contabilidade. Em um breve resumo, pode-se destacar que Fabio Besta, nascido em 1845 e faleceu em 1922 aos 77 anos. Formou-se em Contadoria e lecionou na Escola Superior de Comércio de Veneza. Sua principal obra, publicada 1909 e depois em 1922 em três volumes, foi chamada de *La Regioneria*, tornando-se um importante instrumento de consulta da história da contabilidade e problemas teóricos e práticos para a leitura dos povos italianos da época. Fabio foi o responsável pela atribuição do conceito de patrimônio que vigora até os dias atuais e por definir a contabilidade como instrumento de controle econômico. (SILVA; MARTINS, 2006).

Giuseppe Cerboni nascido na ilha de Elba em Porto Azzurro na Itália em 1827 e falecido em 1917 aos 90 anos de idade foi outro grande estudioso da área de contabilidade. Filho de um oficial de guerra, Cerboni entrou bem cedo, aos 16 anos, para a Administração Militar de Toscana na condição de aprendiz de seu pai, passando, mais tarde, a ser encarregado dos Comandos Gerais. Cerboni, tinha muita aptidão para as questões administrativas e contábeis de modo que apresentou instruções para a implantação do sistema de partidas dobradas no Ministério da Guerra. Também publicou uma obra sobre contabilidade estatal e contribuiu para a contabilidade italiana sendo eleito síndico e conselheiro de contas da comunidade de Florença no ano de 1871. Contribuiu para a elevação científica da contabilidade com seus feitos, incluindo a elaboração de sua tese denominada de *Primisaggi di Logismografia* e de sua obra

denominada *La Ragioneria Scientifica e le sue relazioni com le discipline, amministrativ e social, in due volumi*. (SILVA; MARTINS, 2006).

Francesco Villa, outro expoente contábil italiano, nascido no ano de 1801 em Milão, reconheceu o controle como um dos objetos da contabilidade e publicou a obra *La Contabilita applicata alle amministrazione private e pubbliche*. Vicenzo Masi, natural da cidade de Rimini na Itália, nasceu no ano de 1893 e faleceu em 1977. Teve sua contribuição baseada na defesa da autonomia científica, sendo contrário a doutrina de economia aziendale. Também divulgou um artigo sobre o Patrimonialismo Científico no ano de 1926 na revista Italiana de Contabilidade com o título de *La ragioneria come scienza del patrimônio*. (SILVA; MARTINS, 2006).

Porém, de acordo com Iudícibus (2006, p. 37), apesar do longo período de domínio sobre as normas e ciência contábil, a Escola Italiana chegou ao fim “inclusive no Brasil, onde a Lei de Sociedade por ações é inspirada (na parte contábil) na doutrina norte-americana.” Assim sendo, a partir de 1920 desponta a Escola Norte-Americana e a Escola Europeia que conforme Marion e Iudícibus (2000, p.36) descrevem, “[...] no início do século XX presenciou a queda da chamada Escola Europeia (mais especificamente a italiana) e a ascensão da chamada Escola Norte-Americana no mundo contábil ” que tinham as seguintes razões para a queda (europeia) e ascensão (norte-americana), segundo Marion e Iudícibus (2000, p.36) (Quadro 2):

Quadro 2. Comparação das escolas

Escola Europeia	Escola Norte-Americana
1- Excessivo culto à personalidade	1 - Ênfase no usuário da informação contábil
2- Ênfase na contabilidade teórica	2 - Ênfase na contabilidade aplicada
3 - Pouca importância a auditoria	3 - Bastante importância para a auditoria
4 -Queda do nível das principais faculdades	4 - Universidades em busca de qualidade

Fonte: Adaptado de Iudícibus; Marion (2000, p.36)

Enquanto em uma escola encarava-se as verdades contábeis mediante a notoriedade de mestres e pensadores, em outra, a sua utilidade mostrou-se voltada para a tomada de decisões, com o objetivo de atender o usuário da contabilidade. Enquanto pensadores de mentes privilegiadas produziam notórios trabalhos teóricos de pouca aplicabilidade prática em uma das escolas, na outra a preocupação era a comprovação da contabilidade como uma ciência de fato. Enquanto em uma escola não se dava a devida importância para a auditoria, na outra a transparência nos relatórios contábeis tornou-se de fundamental importância e a auditoria serviu de entremeio para que os usuários da contabilidade pudessem melhor visualizar os relatórios contábeis. E finalmente, enquanto em uma escola as faculdades eram somente populosas em quantidade de alunos, na outra a qualidade se sobrepôs mediante as pesquisas aplicadas, a dedicação exclusiva do profissional professor e a valorização do ensino americano. (IUDICIBUS; MARION, 2000)

No Brasil, de acordo com Klein (1954, citado por Silva e Martins, 2006), a história da contabilidade se divide em quatro fases distintas que se iniciam no período antigo, passando pelo período moderno, em seguida pelo contemporâneo até chegar à fase filosófica da contabilidade. Assim, de acordo com os autores acima citados, na primeira fase, denominada de Período Antigo, o início se dá quando Dom João VI chega ao Brasil e instala uma série de medidas econômicas no país, incluindo a criação do *Erário Régio*, a obrigatoriedade do sistema de partidas dobradas, o código comercial brasileiro de 1850 que regulamentava o sistema de escrituração contábil, além da abertura de diversas empresas, como por exemplo o Banco do Brasil. Ou seja, segundo Candiottto e Miguel (2009, p. 9521) “umas das consequências da vinda da família real foi o desenvolvimento do Brasil nos campos da agricultura, indústria e educação.”

A título de conhecimento, o Erário Régio era um órgão destinado a centralizar as despesas e receitas públicas da época. Fazenda pública. Mendonça (1968) diz que se criou o Erário Régio por meio do Estatuto de 22.12 de 1761, para controle das rendas nacionais e da aplicação de tributos pagos pela nação que seriam investidos no bem comum. Este Estatuto centralizava a arrecadação em um órgão único e aparelhado que garantia ao Estado uma efetiva fiscalização do erário, assegurando-lhe os rendimentos a que tinha direito, evitando descaminhos e perdas de recursos. A arrecadação da Real Fazenda era regida e administrada pelo Governador e Capitão General; pela Junta da Administração da mesma Fazenda, em que o Governo era Presidente com três Deputados, pelo Provedor-mor da Fazenda Real e ainda o Escrivão Real e seis Oficiais, um Escrivão do Tesouro, Tesoureiros-gerais, dois contínuos, Contador Geral com seu Escrivão do Tribunal de Contos.

Ao Tesoureiro geral incumbia-lhe o recebimento e despendimento de todas Rendas Reais e ao Escrivão do Tesouro escrever todas as Receitas e Despesas dos Tesoureiros gerais no livro Diário. Os contínuos serviam a todas as repartições. O Contador Geral demandava das contas de todos os Tribunais de Contos, juntamente com seu Escrivão. Também tinha a incumbência de apurar todas as entradas e saídas de dinheiros para os cofres e rubricar os livros que serviam nas Contadorias do Erário. Para ser Contador Geral, dever-se-ia ter perfil digno de uma pessoa com verdade conhecida com ciência de cálculo Mercantil que não fosse subordinada ao Provedor-mor da Fazenda Real. (MENDONÇA, 1968)

A segunda fase, contou com a regulamentação das operações de comércio, criadas a partir do Código Comercial Brasileiro e praticou a escrituração e contabilidade científica, contando com competentes guarda-livros para a execução da técnica contábil. (SILVA; MARTINS, 2006). Assim, no dia 22 de junho de 1850 o Código Comercial Brasileiro foi criado por meio da Lei nº556 e com muitos benefícios para o desenvolvimento da área contábil pois trazia medidas que obrigavam os comerciantes a colaborar com a contabilidade, como por exemplo, a ordenação uniforme de escrituração e livros próprios; a elaboração anual de balanços que contivessem todos os bens, dívidas e obrigações e o lançamento diário das operações comerciais em livro próprio para este fim. (CANDIOTTO; MIGUEL, 2009)

A terceira fase, segundo destacam os mesmos Silva e Martins (2006), fundamenta-se na transição entre o período moderno e o contemporâneo. Esta fase caracteriza-se pela criação da Escola de Economia Aziendal de Zappa e pelo desenvolvimento do comércio e da indústria manufatureira como fator relevante para o processo de aperfeiçoamento contábil. Outros eventos importantes desta fase foram a regulamentação do ensino técnico em contabilidade no ano de 1931, a criação do código de contabilidade de 1922 e das normas financeiras e de contabilidade dos estados e municípios nos anos de 1940 a 1941. Finalmente a quarta fase denominada de fase Filosófica da Contabilidade caracteriza a contabilidade como ciência do patrimônio e define como seu campo de estudo a estática e a dinâmica patrimonial. Também nesta fase o patrimônio é reconhecido como campo de estudo de outras ciências como o Direito, a Economia, a Administração, porém nesta concepção, quando este patrimônio fosse pertencente ao conjunto de fatos das aziendas tornar-se-ia campo exclusivo de estudo contábil. (SILVA; MARTINS, 2006). Dentre as personalidades brasileiras que fizeram parte do desenvolvimento contábil encontram-se os seguintes autores:

Quadro 3. Autores brasileiros

Autor	Contribuição
Francisco D’auria	Nascido no ano de 1884 e falecido em 1958, Francisco D’Auria foi autor de 23 livros de contabilidade e matérias afins, tendo como sua primeira obra publicada “A Letra de Câmbio na Contabilidade” publicado no ano de 1917. Foi membro da comissão de partidas dobradas do Tesouro Nacional, fundador e editor da Revista Brasileira de Contabilidade, professor na escola Álvares Penteado e da escola técnico-comercial do Instituto Brasileiro de Contabilidade, além de lecionar na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Teve destaque mundialmente com a sua tese apresentada em Barcelona que destacava os princípios de contabilidade pura. Também ficou conhecido como especialista nas áreas de finanças e matemática.
Frederico Herrmann Júnior	Herrmann Júnior nasceu no ano de 1896 e após diplomar-se na escola de Comércio Alvares Penteado no ano de 1917, tornou-se professor, lecionando nesta instituição por aproximadamente 30 anos. Contribuiu com a contabilidade em diversos setores, tendo participado como fundador do Instituto Paulista de Contabilidade e diretor da Revista Paulista de Contabilidade. Sua primeira obra foi o “Tratado de Contabilidade Industrial” publicada no ano de 1932. Foi também fundador de empresas e editoras.
Hilário Franco	Nasceu em 1921 no estado de São Paulo e faleceu no ano de 2000. Foi professor com formação nas áreas de contabilidade, administração e economia. Lecionou por vários anos tendo sido condecorado mais tarde como professor emerito da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. Deixou seu legado na publicação de diversos artigos técnicos científicos com participação em diversos Congressos de Contabilidade no Brasil, tendo recebido muitas condecorações por seus feitos.
Antônio Lopes de Sá	Sá nasceu no ano de 1927 e especializou-se na área de administração, tendo se tornado catedrático do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis de Belo Horizonte-MG. É autor de mais de mais de 160 livros técnicos e científicos no Brasil, Argentina e Europa, tendo recebido a Medalha de Mérito Contábil João Lyra, além de ter recebido diversos prêmios nacionais e internacionais em sua área de especialidade. Entre suas principais obras, destaca-se: “Dicionário de Contabilidade”, “História Geral e das Doutrinas de Contabilidade”, “Plano de Contas”, “Perícia Contábil” entre outros.

Fonte: Adaptado de Silva; Martins (2006)

Quanto a Antônio Lopes de Sá, podemos mencionar a sua extensa participação na contabilidade brasileira. Ao verificar seu currículo, podemos perceber a sua grande participação como mestre e pesquisador na área de contabilidade nacional e internacional. Também teve experiência prática como funcionário em empresas públicas e privadas, o que o torna ainda mais conhecedor da área que se dispôs a contribuir intelectualmente. Desta forma, seu currículo destaca uma extensa lista de áreas em que se propõe a estudar, dentre elas estão as teorias gerais do conhecimento contábil, incluindo a parte histórica, patrimonial e normativa da contabilidade, bem como aquilo que está ligado às ciências matemáticas e a contabilidade contemporânea de um modo geral. Também se destaca pela quantidade de prêmios e produções bibliográficas produzidas. Nisto podemos compreender a importância de seus feitos para a produção de conhecimento contábil. (SÁ, 2010b)

No estado do Paraná alguns nomes se destacam por sua participação na área contábil, especialmente por se tornarem membros da Academia de Ciências Contábeis do Paraná, como uma entidade de caráter científico-cultural. Entre os ocupantes de uma das 38 cadeiras, encontram-se saudosos imortais representantes de diversas regiões do Paraná, onde pode-se citar nomes como Paulo Domingos de Assis, Moacyr Tapitanga Huy, Afonso Martins de Oliveira, José Levi Pacheco, Cláudio Polzin, Eneas Ludgero da Silva, Gilberto Nassif, entre outros. Dos atuais representantes da academia destacam-se nomes como o de Antonio Carlos Doro, Aderbal Nicolas Muller, Nelson Zafra, Euclides Locatelli, Vicente Pacheco e Luiz Carlos de Souza, além de Nilvia Amália Pasetto e Dalcia Pierobon Lessnau. (ACADEMIA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO PARANÁ, [20-])

Entre as figuras femininas em destaque e no estado do Paraná, encontra-se a contadora Lucelia Lecheta. Natural da cidade de Mandirituba, localizada na região Metropolitana de Curitiba, Lucelia atualmente é presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná onde foi eleita pela primeira vez no ano de 2012, agregando o título de primeira mulher eleita presidente do conselho. Na região de Mandirituba, é diretora no escritório Lecheta Contabilidade SS Ltda e exerce a profissão desde o ano de 1986 quando se formou técnica em contabilidade. A contadora também é formada graduada em Ciências Contábeis e pós-graduada em Planejamento Tributário. (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ, 2012)

O Conselho Regional de Contabilidade (2012) destaca que a época em que Lucélia Lecheta foi eleita, outra mulher também já havia sido pioneira na presidência, porém desta vez em nível federal. Também destacam que a contadora Lucelia participa desde 2004 em entidades contábeis, com início no CRCPR como conselheira suplente, tendo posteriormente na mesma instituição ocupado as funções de conselheira efetiva, vice-presidente da Câmara de Desenvolvimento Regional e vice-presidente de Administração. Também atuou na Junta Comercial do Paraná nos anos de 2007 a 2010 e é membro fundadora do Instituto Paranaense da Mulher Contabilista – IPMCONT.

Maria Clara Bugarim, nasceu em União dos Palmares no ano de 1963. É graduada em Contabilidade, Administração de Empresas e Direito. Também, é mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE, 2010) e Doutora em Contabilidade pela Universidade do Milho/Aveiro em Portugal. (BUGARIM, 2015). Eleita no ano de 2006 para assumir o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Maria Clara foi a primeira mulher a entrar neste posto e também conforme destaca o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (2010) a presidir, além do CFC, a Fundação Brasileira de Ciências Contábeis e o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas. A presidência no Conselho Federal de Contabilidade durou dois mandatos:

sua gestão (2006/2007- 2008/2009) é marcada por sua habilidade interlocutória em abrir espaços, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, para as discussões que envolvem a profissão contábil. Na área acadêmica destaca-se pelo acompanhamento sistemático, marcando o posicionamento da gestão (CFC) quanto às discussões sobre os novos rumos da Educação Superior no Brasil, especificamente na área do curso de Ciências Contábeis, bem como centrando esforços no sentido de privilegiar a Educação Continuada, instrumento eficaz na formação do profissional da contabilidade. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, [20-])

Ademais, em sua gestão, contribuiu com estudos sobre os rumos da educação superior brasileira, em especial na área de contabilidade, tendo participado do processo de convergência as normas internacionais, na consolidação e disseminação de projetos de Responsabilidade Socioambiental, bem como na promoção de congressos, seminários e novos projetos de elevada relevância a profissão contábil. Atualmente Bugarim preside a Academia Brasileira de Ciências Contábeis – ABRACICON, Brasil. (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE, 2010)

3. Primeiras Organizações

Sá (2006) destaca que com a evolução humana, a aceleração do comércio ocorrida a mais de 8 mil anos a. C. propiciou o desenvolvimento de áreas como a metalurgia que levou a Contabilidade ao passo da sistematização. O mesmo autor destaca que o descobrimento arqueológico indicou o surgimento de empresas mineradoras a 4 mil anos a. C. Sendo assim, estas primeiras empresas propiciaram a necessidade de aprimoramento dos informes contábeis. Desta forma, destaca-se que “a atividade empresarial, a organização exigida, a formação de mercados, da sociedade, do Estado, das religiões, tudo isso pressionou o processo evolutivo patrimonial e com este, também, aquele contábil.” (SÁ, 2006, p.35)

Com a chegada da família real ao Brasil em 1808, o país começou a passar por mudanças significativas em âmbito cultural, econômico e educacional. Após sua chegada ao Brasil, Dom João VI começou a criar instituições como o Banco do Brasil, a Casa da Moeda e a Biblioteca Pública, entre outras que tinham a finalidade de oferecer empregos aos nobres aristocratas portugueses aqui recém-chegados. (CANDIOTTO; MIGUEL, 2009).

O Banco do Brasil, foi a primeira instituição financeira a funcionar no país. Criado por Dom João VI na cidade do Rio de Janeiro por meio do alvará do dia 12 de outubro de 1808, foi constituído com os objetivos de promoção da indústria nacional para auxiliar o Estado na captação de recursos para seus cofres, bem como de promover o giro de capital no comércio local. No princípio, tinha também como denominação “Banco Nacional” ou “Banco Público” e funcionou no mesmo endereço do Erário Régio até o ano de 1829. (LOBO, 2012)

Sobre a estrutura do Banco do Brasil, Lobo (2012) destaca que era incumbência da diretoria as decisões ligadas relacionadas a escrituração contábil:

segundo os estatutos, sua estrutura consistia em uma junta, composta de dez deputados, e uma diretoria, composta de quatro acionistas. A junta tinha a incumbência de administrar os fundos, e quatro de seus membros eram os fiscais de transações e operações do banco em geral. À diretoria cabia dispor sobre a exata observância dos estatutos do banco em decisões ligadas à *escrituração e contabilidade* das transações e operações, e ao estado das caixas e registros das emissões e vencimentos das letras a pagar e receber. Havia ainda uma assembleia geral composta de quarenta de “seus maiores capitalistas”, que anualmente se reuniam a fim de se conhecerem as operações do banco no ano antecedente. A cada ano a assembleia elegia cinco novos deputados da junta e dois diretores, que poderiam ser reeleitos. Os primeiros diretores e deputados foram nomeados pelo príncipe regente, por decreto de 24 de janeiro de 1809. (LOBO, 2012)

O Banco do Brasil vigorou até o ano de 1929 quando uma lei propôs a sua liquidação em 23 de setembro. Porém, foi somente em 11 de dezembro que ocorreu a sua real extinção ficando a encargo da Caixa de Amortização o pagamento pelas notas em circulação. Este fechamento ocorreu em decorrência das constantes dificuldades que o banco vinha enfrentando devido à escassez de moedas metálicas que segundo historiadores pode ser atribuída entre outros fatores a maciça arrecadação de impostos e ao aumento de negociações comerciais proveniente da abertura dos portos iniciada nos anos de 1808. Para tentar sanar as dificuldades, antes de sua extinção, a Real Fazenda, entrou como acionista do banco na tentativa de ampliar as transações comerciais e atrair mais acionistas (LOBO, 2012). Monteiro (1954, p.37 citado por Pinheiro, 2011) nos informa que após o “nascimento, vida e morte do 1º Banco do Brasil (1808/1829)” a empresa se destacou por suas três fases jurídicas: de 1854 a 1893; de 1893 a 1905 e de 1905 até os dias atuais.

Na década de 30 o “Comércio” e a “Contabilidade” eram duas ciências que faziam referência a administração patrimonial da sociedade da época. Sobre isto o Sr. José M. Costa Faria, presidente da Ordem dos Contadores e Guarda-Livros do Paraná que também era chefe da Contabilidade do Departamento da 10ª Região dos Instituto dos Comerciantes, discursou na comemoração ao dia do Contabilista realizada na cidade de Curitiba no dia 26 de abril de 1938, dizendo:

ilustres Senhores e meus caríssimos colegas! A contabilidade é, hoje, a ciência que mais se impõe ao profundo do homem hodierno. Comércio e Contabilidade, são por assim dizer, ciências que se fundem e se confundem para a realização primordial de uma única finalidade: a da boa e consciente administração dos bens da riqueza, que é o que proporciona ao homem o conforto material da existência terrena. Toda a administração que não se comercializar é como o edifício erguido sobre alicerces frágeis, - sobre bases confusas e perigosas. (FARIA, 1938)

Neste discurso torna-se possível verificar a importância que se dava a contabilidade na época. A Contabilidade era a ciência responsável pela administração das riquezas da população, ou seja, da administração financeira dos homens modernos da época. Dava-se muita importância ao controle dos bens e toda esta administração referenciava primordialmente os negócios que na época eram ligados de um modo geral as atividades comerciais.

Mundialmente a década de 30 foi uma década de crise. De 1930 a 1938 aconteceram fatos que marcaram a história. Os países europeus se dividiam em grupos de onde faziam parte, de um dos lados, isolada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de outro as democracias liberais compostas por Inglaterra, França e Estados Unidos e ainda em outra ponta os países nazi-fascistas Itália e Alemanha. Era época em que Hitler que se aproveitava para estender alianças. Nesta época o Brasil promovia a Lei da Sindicalização, proclamava a Constituição de 1934 e a crise do café se acirrava. As importações diminuía devido a segunda Guerra Mundial. No cangaço, continuava a vingança. Durante dezoito anos (1920 a 1938), Lampião, Virgulino Ferreira da Silva, vingava sua família fazendo justiça com suas próprias mãos após a morte de seu pai por policiais. Também acaba morrendo em emboscada e mais tarde é absolvido pelo povo da Serra Talhada, transformando-se em rei do cangaço e herói da população. (ARRUDA; PILETTI, 1996, p.297:306)

No Brasil, as primeiras empresas comerciais começavam a despontar em plena década de 30. Silva e Martins (2006, p.190) destacam que Herrmann Junior, contribuiu com a contabilidade não somente na área da pesquisa aplicada, mas também na área empresarial. Juntamente com seus colegas Pedro Pedreschi e Iris Miguel, fundou “a primeira firma de serviços contábeis de que se tem notícia em nosso País”, que tinha como razão social “Hermann, Pedreschi e Cia”, que conforme explicam os autores citados, seria a precursora das empresas que viriam a surgir posteriormente. O mesmo Hermann Júnior também auxiliou no desenvolvimento de diversas empresas, onde entre elas se encontravam as Indústrias Klabin, a Caixa Econômica Federal e Cia Siderúrgica Nacional.

Um dos fundadores das indústrias Klabin, Maurício Freeman Klabin chegou ao Brasil no ano de 1889, tendo se instalado na cidade de São Paulo (SP). No ano seguinte a sua chegada, arrendou uma tipografia que também funcionava como uma importadora de artigos para escritório, a qual denominou de M.F. Klabin e Irmão. Nove anos mais tarde Maurício fundou juntamente com seus irmãos Salomão e Hessel Klabin e seu primo Miguel Lafer, a empresa Klabin Irmãos e Cia, mais conhecida como KIC, que funcionava como uma importadora de produtos de papelaria e produtora de utensílios para escritório, comércio, repartições públicas e bancos. (KLABIN, [20 -]).

A partir do ano de 1900, a família Klabin arrendou a Fábrica de Papel Paulista e começou a produzir papel. Após sete anos os irmãos Klabin constituíram a Companhia Fabricadora de Papel que en-

trou em funcionamento no ano de 1914. Posteriormente, a Klabin instalou escritórios em várias regiões do país, como Rio de Janeiro e Paraná. Em 1934 adquiriram a Fazenda Monte Alegre no Paraná, onde foi construída a primeira fábrica brasileira de celulose e papel denominada de Indústrias Klabin do Paraná, tendo sido renomeada em 1941 para Indústrias Klabin do Paraná de Celulose. Nos anos seguintes a indústria ampliou sua produção e passou a produzir diversos tipos de papeis. Nos anos noventa, integra projetos ambientais e um parque ecológico na cidade de Telêmaco Borba no Paraná. Em 2003 a Klabin saiu do setor de papel e entrou para o setor de descartáveis. (KLABIN, [20 -]).

Atualmente a Klabin é uma empresa de capital aberto, levando o título de maior produtora, recicladora e exportadora de papeis no Brasil, tendo sua contabilidade toda baseada nos padrões e normas internacionais, com geração e caixa expressa pelo EBITDA – índice que representa o resultado antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações.

A Caixa Econômica Federal foi se constituiu por meio do Decreto nº2723 de 12 de janeiro de 1861 assinado pelo imperador Dom Pedro II, juntamente com um Monte de Socorro que tinha como objetivo o empréstimo a juros módicos e sob penhor quantias necessárias que atendessem as classes menos favorecidas, e com o objetivo de financiar a economia de boa parte da coletividade em diversas classes sociais. Deste modo:

a Caixa, como instituição pública participante dos principais momentos da história do Brasil, a partir do Segundo Reinado, nasceu de pequenas poupanças de escravos que almejavam a liberdade por meio de cartas de alforria, de senhoras que penhoravam suas joias mais singelas e de pequenos comerciantes que fugiam da usura da agiotagem, ao tomarem empréstimos com juros bem menores. Esses segmentos sociais contribuíram grandiosamente para que uma instituição pública como a Caixa ainda se faça presente na vida de milhões de brasileiros que – a exemplo do que acontecia naquela época – ainda hoje almejam serem “justamente” reconhecidos e respeitados como cidadãos plenos, de direito. (SANTOS, 2011, p.169)

O Decreto 2723 dispunha em um de seus capítulos da composição da administração Caixa Econômica Federal que contava com: um Conselho Inspetor e Fiscal, tendo um Presidente, um Vice-Presidente, e oito Conselheiros; um Tesoureiro; um Guarda-livros; um Porteiro; um Continuo e os serventes em quantidade necessária. O tesoureiro e o guarda-livros tinham seus trabalhos fiscalizados por um dos membros do conselho fiscal semanalmente. No entanto, era o Conselho Inspetor e Fiscal que deveria demandar de realizar orçamentos de despesas semestrais, propor modelos e fiscalizar a escrituração, bem como fiscalizar os cofres. Quando da autoridade pelo estabelecimento, quanto em substituição aos membros do conselho, o Tesoureiro se encarregaria e na falta deste estaria o Guarda-livros. Também o Guarda-livros era o responsável pela escrituração do movimento dos depósitos e das cadernetas, fazia os registros necessários e servia ao Secretário do Conselho quando chamado.

Quanto a escrituração, o decreto definia que:

art. 22. Haverá os seguintes livros, escripturados com nitidez, sem emendas, raspaduras ou entrelinhas:1º O de entrada de depositos, no qual se lançará a data em que o deposito se realizar, seu numero de ordem em relação ao anno, o nome do contribuinte, sua profissão, condição, estado, idade e lugar de nascimento e residencia, e quantia depositada, tudo por extenso, sendo este lançamento assignado pelo Thesoureiro e Guarda-livros. Neste mesmo livro e em columna diversa se lançará a importancia que fôr sendo retirada, sendo este lançamento assignado pelo contribuinte. Será destinada uma pagina desse livro a cada um dos contribuintes, e nella tambem se lançará a importancia dos juros vencidos pelas entradas. 2º O de remessas para o Thesouro e Monte de Socorro, fazendo-se neste livro referencia ás

paginas e numeros do livro de que trata o numero anterior. O livro de remessas será dividido em tres columnas, sendo uma para as quantias directamente remetidas ao Thesouro, outra para as que se enviarem ao Monte de Soccorro, e finalmente a ultima para lançamento das sommas, que o Thesouro houver de fornecer na fórma do art. 7º. 3º O de registro de toda a correspondencia expedida pelo estabelecimento. 4º O de talões de remessa de dinheiro. 5º O de talões de pedido de dinheiro ao Thesouro. 6º O das actas do Conselho. Além destes livros e dos mais que forem julgados necessarios, e que ficão a cargo do Guarda-livros, se dará a cada um depositante uma caderneta, em que se lançarão todas as declarações de que trata o nº 1º deste artigo. art. 23. No principio de cada semestre o Guarda-livros organizará o balancete das quantias entradas na Caixa, e saídas para o Thesouro e Monte de Soccorro, na conformidade do art. 3º deste Regulamento, e restituídas pelo Thesouro em virtude do art. 1º, ou entregues aos contribuintes pelas entradas do dia, conforme o art. 7º, e o Conselho enviará este balancete ao Governo. A falta de execução das disposições deste artigo sujeita o Guarda-livros á multa de 100\$000 a 500\$000. art. 24. Além das penas comminadas pela legislação em vigor, o Thesoureiro e Guarda-livros, pelas faltas que praticarem no exercicio de suas funcções, ficão sujeitos ás multas de 106\$000 a 1:000\$000. (BRASIL, 1861)

4. Primeiras Escolas

Silva e Martins (2006, p.145) destacam que “a formação profissional do Contador, no Brasil, iniciou-se no século XVIII, com o surgimento da Aula de Comércio, que mais tarde corresponderia à Academia, que, por sua vez, hoje se denomina Faculdade ou Escola Superior.” Sanson e Nicolau (2006, p.298) declaram que “[...] quando da proposta de criação do primeiro curso português de técnicas comerciais, em 1754, já se previa um curso similar no Brasil.” Porém, foi com a chegada da família real ao Brasil em 1808, que o país começou a passar por mudanças significativas em âmbito cultural, econômico e educacional. Após Dom João VI criar instituições como o Banco do Brasil, a Casa da Moeda e a Biblioteca Pública, entre outras que tinham a finalidade de oferecer empregos aos nobres aristocratas portugueses recém-chegados ao Brasil, surgiu a necessidade de o país formar cidadãos que atendessem as exigências do novo Estado que se organizava. (CANDIOTTO; MIGUEL, 2009).

Neste contexto, os fatos que auxiliaram na inserção do ensino comercial no Brasil foram a instituição por D. João VI da Junta Real de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação no ano de 1809 juntamente com a publicação do Alvará que obrigava os Contadores da Fazenda Real a aplicarem o método das partidas dobradas em toda escrituração de cunho mercantil, além da criação do Código de Comércio por José da Silva Lisboa no ano de 1832, por incumbência do próprio D. João VI. Tanto importaram estes fatos que “as Aulas de Comércio possuíam grande relevância para o governo imperial, pois formavam os profissionais que atuavam diretamente nos registros das transações comerciais que se intensificavam à época [...]” (ROMANOWSKI; PINTO, 2014, p. 505)

Marroni *et all* (2013) informam que foi por meio do decreto 121 de 31 de janeiro de 1842 que o provimento das cadeiras para aulas de comércio e os critérios para a seleção de docentes para ministrarem as aulas de comércio foram regulamentados. Posteriormente, em 1845, a Aula de Comércio, por meio da Lei 369/45, foi transformada em Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Pouco mais tarde, regulamentado pelo decreto 456/1846, as aulas passaram definitivamente a chamarem-se Aulas de Comércio da Corte. (SILVA; MARTINS, 2006).

O currículo das aulas de comércio “era composto de disciplinas de cunho prático, direcionadas a atender as necessidades no campo dos negócios”. (Candiotto e Miguel, 2009, p.9521:9522). Porém, as aulas também eram compostas de conteúdo básico incluído disciplinas práticas e teóricas no pri-

meiro ano do curso contando com aulas de geografia comercial e do Brasil, matemática, matemática financeira e de pesos e medidas. As disciplinas com conteúdo mais aproximado a parte específica comercial foram dispostas no segundo ano do curso e contavam com aulas de história do comércio, câmbios e seguros, arrumação de livros, bem como a prática da escrituração. (BRASIL, 1846).

No entanto, Ludícibus e Franco (1984, p.14) recordam que foi a partir do século XIX com a declaração de Fábio Besta de que a “contabilidade é a ciência do controle econômico” que esta doutrina passou a configurar-se como autônoma, ou seja, passou a ter mais valor individualmente. Posteriormente, no século XX, mais precisamente nos anos 1900, a contabilidade brasileira moderna iniciou seu segundo ciclo. Neste período, onde o Conselheiro Leôncio de Carvalho elaborou um projeto de criação da Universidade do Rio de Janeiro com a inclusão de uma Academia de Comércio. (SILVA; MARTINS, 2006)

Após quatro anos, é criada pelo Decreto 1.339 de 09 de janeiro de 1905, a Escola Prática de Comércio, muito semelhante a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, que atualmente é denominada de Escola de Comércio Álvares Penteado. Com este Decreto, dois níveis de curso foram estabelecidos, sendo um de formação geral que habilitavam para as funções de Guarda-Livros, Perito e Empregos da Fazenda e outro de formação superior que habilitava para as funções de Agentes Consulares, Funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, Atuários das Companhias de Seguros e Chefe de Estabelecimentos Bancários e Grandes Empresas Comerciais. (SILVA; MARTINS, 2006)

Em 1919 é criado o Instituto Paulista de Contabilidade, hoje denominada Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, que contou com a presença de alguns graduados da Escola Álvares Penteado, encorajados pelo professor Francisco D’Aurea. Posteriormente, o Decreto 17.329 de 1926 reforma o ensino comercial e delimita o currículo oficial, definindo como disciplinas do curso geral e superior as de linguística, matemática, direito, idiomas, noções de geografia, contabilidade, contabilidade mercantil, agrícola, pública, bancária e industrial entre outras. O curso Técnico em Contabilidade originou-se dos antigos cursos da área do comércio instituídos em época passada pelo Decreto nº 17.329 de 28 de maio de 1926 no estado do Rio de Janeiro em âmbito federal. Conforme pesquisa histórica, o Decreto nº 20.158 de 1931 veio regulamentar o ensino comercial dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior. O nível técnico ramificado era denominado de secretário, guarda-livros e administrador-vendedor com duração de dois anos e atuário e perito contador com duração de três anos (PELEIAS et al, 2007)

Em 1931 instituiu-se a reforma do ensino comercial e a regulamentação da profissão de Contador por meio do Decreto 20.158 de 30 de junho de 1931. Este decreto estruturou os cursos dividindo-os em ensino propedêutico com formação em três anos; ensino técnico com habilitação para Guarda Livros dividido em dois anos; curso de Atuário, Perito Contador e Superior em Administração e Finanças divididos em três anos. A partir desta década, foram promovidas as primeiras “aulas de comércio” precursoras do ensino comercial que atualmente é designado como curso de Ciências Contábeis. (SILVA; MARTINS, 2006)

Em 1943 o Ensino Comercial recebeu regulamentação por meio do Decreto Lei 6141 de 28 de dezembro de 1943, juntamente com a instituição da lei orgânica do ensino comercial. Este decreto fez com que a estrutura dos cursos fosse alterada de modo que fossem divididos em curso de formação e cursos comerciais técnicos, readequando o curso de Superior de Administração e Finanças em nível universitário. Na década de 40, o pensamento sobre o ensino de contabilidade começou a ganhar novas vertentes e descobriu-se que o ensino em nível médio não conseguia suprir a necessidade de formação. (SILVA; MARTINS, 2006)

Pouco mais tarde com o Decreto Lei 7988 de 1945, as Ciências Contábeis alcançaram o nível superior. Desta forma, o decreto lei supunha que o ensino superior de contabilidade deveria ser capaz de alcançar estudos mais elevados de contabilidade na intenção de formar profissionais com formação técnica de alta cultura científica que se tornassem aptos a exercer a função de direção em grandes empresas e instituições públicas, com elevado padrão de conhecimento além do que o curso secundário poderia proporcionar. (SILVA; MARTINS, 2006).

No ano seguinte, instalou-se a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo – FEA USP, por meio do Decreto Lei nº 15.601 de 1946 que determinava manter inicialmente os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais. O decreto ainda dispunha que para a entrada nestes cursos, o candidato deveria prestar vestibular e atender a pelo menos um dos requisitos dispostos na lei, que poderiam ser a conclusão de qualquer curso comercial ou secundário dentro do disposto em decretos específicos, ser diplomado em outro curso superior ou ser certificado em licença científica ou clássica, entre outros. (BRASIL,1946).

Romanowski e Pinto (2014, p.509-510) informam que no Paraná, foi todo um contexto econômico que impulsionou a criação do ensino técnico em contabilidade, tanto que:

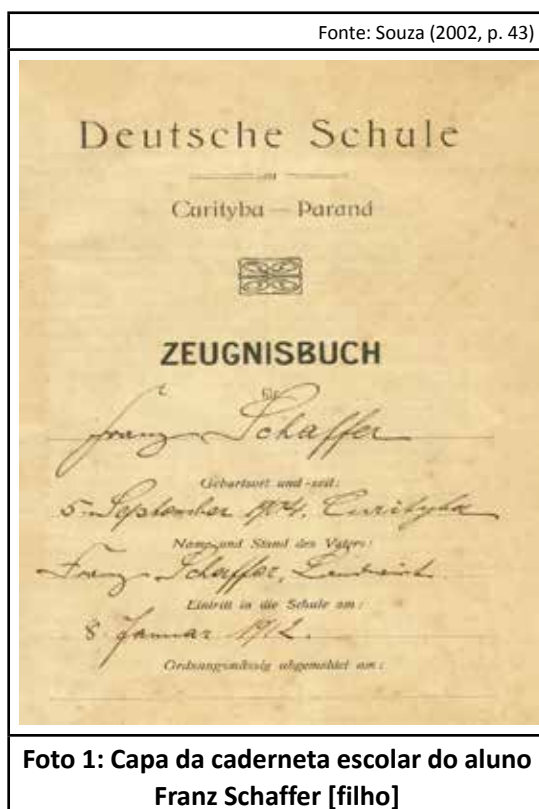
no início do regime republicano, a base da economia paranaense continuava a ser a produção da Herva-Mate (*ilex paraguariensis* St Hil.), apesar das crises que enfrentava, seja pela concorrência do Café e da produção de erva-mate pela Argentina. A Erva-Mate estimulou o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia. [...] No início do século XX, a exportação da madeira (pinho) surge uma nova atividade econômica paranaense, que ultrapassou em importância a erva-mate, como fonte arrecadadora do Estado.[...] No final do século XIX até meados do século XX, o cultivo do Café, passa a ser outra atividade econômica importante para o Paraná, colaborando para a ocupação do Norte do Paraná (Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo), através da expansão da cafeicultura paulista e pela colonização da região. O Café foi responsável pela formação de diversas cidade paranaenses. [...] A partir da segunda metade do século XX, as atividades industriais impulsionaram a economia paranaense, propiciando uma crescente urbanização principalmente em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Cascavel.

No entanto, difundiram-se muitos colonizadores na região do Paraná, entre eles os alemães. Pereira (2008) informa que a maior parte dos imigrantes alemães adentrou o estado do Paraná no século XX, porém já havia indícios de sua chegada por volta dos anos de 1887 e 1889. Os alemães que chegam ao estado, aos poucos iam se estabelecendo nas regiões leste e sul nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Palmeira, Rio Negro entre outras. Para perpetuarem sua cultura passaram a instalar escolas que ensinasse sua religião e idioma. Assim,

estes imigrantes estabelecidos em Curitiba desde meados do século XIX, congregaram-se em torno de uma comunidade evangélica em 1866, e três anos depois em 1869 deram por fundada a Deutsche Shule – Escola Alemã. A escola teve seu início de maneira irregular, sendo que as aulas eram realizadas na casa do Pastor, porem a partir de 1872, as matrículas aumentaram e o local de estudos foi transferido para a igreja, até que em julho de 1872, as matrículas aumentaram e o local de estudos foi transferido para a igreja, até que em julho de 1892 conseguiu-se fundos para a construção do edifício sede, nessa época a escola não tinha mais vinculo administrativo com a igreja Luterana, e criou-se a Verien Deutsche Shule, uma sociedade escolar que mantinha a escola, formada por vários senhores entre eles Gottlieb Muller e Augusto Gaertner. (PEREIRA, 2008)

Sobre este tema, há um longo estudo detalhado da Escola Alemã - *Deutsche Schule* (Foto 1), que Souza (2002) destaca com clareza os fatos ocorridos entre os anos de 1884 a 1917, bem como épocas posteriores. Nisto, a mesma Souza (2002, p.11) destaca que neste período “a capital do Paraná enfrentava um surto de crescimento em sua população por conta de diversos fatores, dentre os quais, a imigração alavancada pela política oficial.” E ainda complementa:

com um novo perfil populacional, as trocas permanentes e a redefinição de espaços passaram a fazer parte da dinâmica da cidade, na qual os hábitos, costumes e atividades iam sendo diversificados. Estes processos coincidiam com a derrocada da Monarquia e a emergência do regime republicano, com a formulação de medidas que previam atuar nas áreas econômica, política e educacional, organizando e controlando a vida coletiva. No âmbito destas preocupações e visando a sua legitimação, o novo regime atribuía à educação um papel preponderante, por meio da qual se construiria a nacionalidade brasileira. Com bases no saber científico e nos pressupostos da medicina, o binômio família/cidade torna-se alvo de atenções, atendendo às propostas da política governamentista. Neste contexto, os imigrantes alemães e/ou seus descendentes procuraram criar condições de sobrevivência e adaptação, encontrando formas distintas de conviver e de manifestar-se. Num processo não interrompido, com fluxos de imigração e de contributos renovados e caracterizado por mecanismos de ajustes e reformulações, constituíram comunidades, fundaram associações, construíram identidades. E ainda asseguraram a educação formal diferenciada para seus filhos, criando algumas escolas, dentre elas, a *Deutsche Schule*.



A *Deutsche Schule*, foi uma escola urbana, de iniciativa comunitárias de imigrantes alemães, oriundos em sua maioria das colônias de Joinville (SC) e Rio Negro (PR) que ao chegarem ao Paraná passaram a congregarem-se em torno de uma comunidade evangélica por volta dos anos de 1866 a 1869. Esta escola tinha como missão manter o costume e a língua dos antepassados dos colonizadores alemães. (SOUZA, 2002). No entanto, a Escola Alemã era nomeada de *Deutsche Schule* no período matutino e chamada de ginásio no período vespertino. A *Deutsche Schule* da Escola Alemã era composta de oito séries que correspondiam a uma escola média na Alemanha, sendo que somente quatro das oito séries eram reconhecidas pela legislação brasileira, sendo correspondente ao “ensino primário”, ensino fundamental. O aluno que cursasse as outras quatro séries durante o período matutino não levava o direito de se diplomar no curso ginasial, ou seja da 5ª a 8ª série, tendo que realizar o exame preparatório com direito, se

aprovado, a ingressar no curso ginásial do Governo Federal (SOUZA, 2002, P.9-10).

Souza (2002, p 42) destaca que “o empenho deste grupo em preservar seu idioma na escola provocava alguns protestos por parte das autoridades.” No entanto a idealização e continuidade desta escola se deu em meio as incertezas do ensino público brasileiro que deu margem para esta e outras escolas comunitárias tivessem liberdade de ensino. (SOUZA, 2002). No entanto:

nos primeiros anos de sua existência, ocorreu uma cisão da comunidade e a escola funcionou de maneira irregular. Porém, a partir de 1872, gradativamente, o número de matrículas aumentava e a casa do pastor, que servia de local para as aulas, já não comportava a demanda. O ensino passou então a ser ministrado nas dependências da Igreja até que se conseguissem fundos para a construção do edifício sede, o que ocorreu em julho de 1892. Nesta época, a Escola Alemã já não possuía um vínculo administrativo com a Igreja, se bem que os pastores continuassem como professores e diretores do estabelecimento escolar e aquela dependesse financeiramente da comunidade evangélica. Fora criada uma Sociedade Escolar, a *Verein Deutsche Schule*, composta pelos senhores: Augusto Gaertner, Gottfried Mettler, Eduardo Senff, Paulo Issberner, Franz Jonhscher, Emil Prohmann, W. Escholz, Gustavo Theinius, Gottlieb Muller e P. Boecker. (SOUZA, 2002, P.42-43)

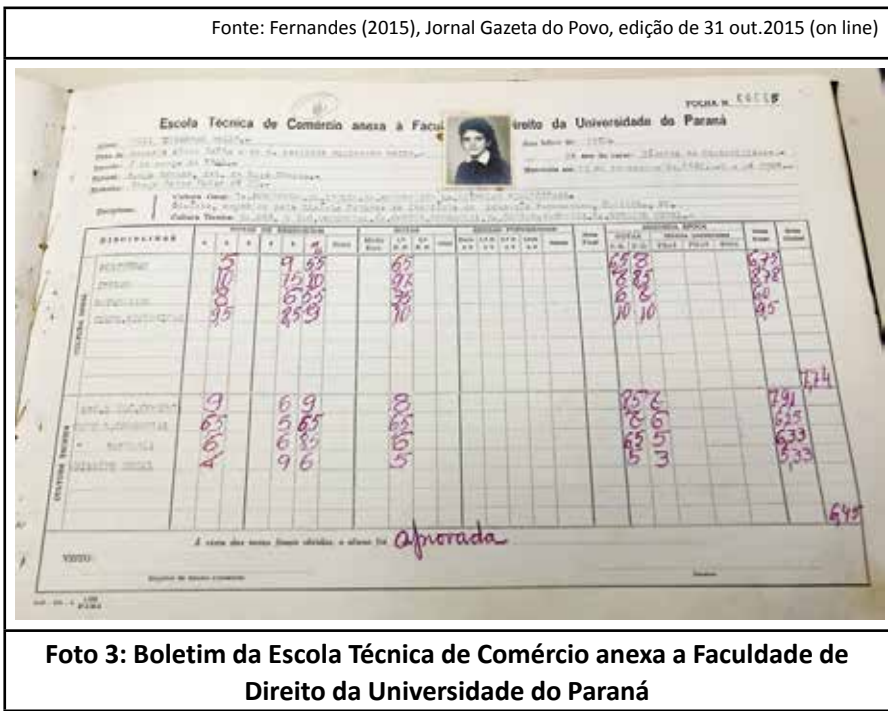
Souza (2002) constata que o Colégio Progresso realmente surgiu quando a Escola Alemã mudou sua denominação, fato este ocorrido no ano de 1914, após o surgimento da corrente de nacionalismo surgir no Paraná. Souza (2002, p.46) destaca que “o projeto de construção da nacionalidade, pautado na exaltação aos heróis, na valorização da cultura indígena, na exacerbação do sentimento de brasilidade, esbarrava com a população imigrante, portadora de outras culturas, representada como alienígena e resistente à simulação”. O projeto de construção da nacionalidade estava concentrado especialmente na região sul do Brasil, onde haviam intensos indícios de imigração e apontavam para entraves a integração nacional que vindos de idiomas distintos. (SOUZA, 2002)

Moretto e Mengatto (2011) em concepção similar destacam que foi após a primeira guerra mundial que ocorreu o enfraquecimento dos alemães, passando a comunidade brasileira a ocupar a escola em uma medida de nacionalização e transformação da instituição no Colégio Progresso; fato este promovido pelo professor Fernando Augusto Moreira no ano de 1914, primeiro diretor e promotor do caráter público da instituição. Souza (2002) afirma que durante esta onda de protestos a favor do nacionalismo promovido pela imprensa local, a escola foi depredada e reconstruída somente no ano de 1919. Já nesta época estava a vistas de ser fechada pois o seu número de matrículas havia diminuído e grande parte de seus alunos haviam sido conduzidos para outras escolas.

Desta forma, constata-se que a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, teve sua origem na Escola Alemã (Foto 2) fundada no ano de 1869 pelos sócios Verien Deutsche, Gottlieb Mueller e Augusto Gaertner. A Escola Alemã tinha como objetivo atender os filhos dos colonizadores alemães instalados na cidade de Curitiba, deixando como legado seu “Curso Comercial” que mais tarde viria a ser o ponto de partida da história do Instituto Federal do Paraná – IFPR.. (MORETO; MENGATTO, 2011). Em complemento a este pensamento, Moll e cols (2010) informam que foi no ano de 1974 que o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR) a universidade como um órgão suplementar a partir do ano de 1986, passando a denominar-se Escola do Comércio da Universidade Federal do Paraná (Foto 3). Nos anos 90, ganhou o título de Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná e veio integrar a própria Universidade Federal elevando-se, pouco depois, a categoria de Setor da UFPR, passando a denominar-se então de Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, ficando responsável pelos cursos de ensino médio e profissionalizante da universidade. Em épocas mais recentes passou a ocupar um complexo estudantil próprio denominado de Complexo Tecnológico Riad Salamuni, localizado

nas proximidades de um dos maiores campus da instituição.

A partir de 2007, parte do corpo docente da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná começou a trabalhar em função dos Institutos Federais, passando a integrarem-se posteriormente ao quadro funcional desta nova instituição. Sendo assim, atualmente, parte dos cursos e dos docentes encontram-se no Instituto Federal do Paraná e outra parte permaneceu nas antigas ocupações físicas da Escola Técnica da UFPR que foram transformadas em uma nova unidade da UFPR; o Setor de Educação Profissional e Tecnológica – SEPT. (MORETO; MENGATTO, 2011). Um dos cursos movidos para o Instituto Federal do Paraná foi o Curso Técnico em Contabilidade.



No entanto, apesar de todo este desenvolvimento da escola técnica de comércio, com toda sua história a partir da escola de imigrantes alemães, no Paraná eram poucas as instituições que promoviam aulas de comercio nas décadas de 30 e 45:

as duas academias de comércio da capital, como eram chamadas as instituições de ensino comercial em face da regulamentação de 1931, estavam associadas às ‘faculdades’ – com conotação diferente de como hoje se entende essa instituição – e não todas, aparentemente, ligadas à especialidade dos cursos comerciais: a Academia de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná, parece ser esse exemplo, mas a aproximação justifica-se pelas várias disciplinas de caráter jurídico. A outra academia de comércio da capital, a Academia Paranaense de Comércio e Faculdade de Ciências Econômicas, não contava com os “bacharelados” respectivos (Ciências Econômicas) que só viriam a acontecer após o ano de 1945. Antes, contava com todos os cursos comerciais técnicos, mais o propedêutico e o superior de Administração e Finanças – o único curso superior da área à época e da reforma de 1931. A Academia Pontagrossense de Comércio, em Ponta Grossa (PR), e a Faculdade de Comércio do Paraná, em Curitiba, contavam apenas com os cursos: propedêutico e contador – tal como logo iniciaria o Instituto Comercial São José. (CINTRA, 2009, p.239-240)

Porém, dentre as poucas instituições paranaense na área do comércio, a Escola Técnica de Comércio “De Plácido e Silva”, fundada pelo professor de mesmo nome por volta do ano de 1917, foi também uma das pioneiras no ensino profissional. (ROMANOWSKI; PINTO, 2014). Posteriormente, em 1937 o professor Oscar Joseph De Plácido e Silva e um grupo de professores, onde entre eles encontram-se Aryan Niepce da Silva, Ulisses de Mello e Silva e Tuffy Sallum, criaram a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná. O professor de Plácido e Silva dirigiu a instituição na década de 90 entre os anos de 37 a 51, sendo posteriormente substituído por Joaquim de Almeida Peixoto. (FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ, [20 -]). Romanowski e Pinto (2014) declaram que foi por meio do Decreto nº 41.367 de 1957 que o Ministério da Educação (MEC) autorizou o primeiro curso de Ciências Contábeis na instituição. Portanto, dez anos mais tarde, a faculdade ganhou nova denominação e passou a ser chamada de Fundação de Estudos Sociais do Paraná, entidade sem fins lucrativos. Posteriormente em 1974 cria-se o Instituto de Ciências Sociais do Paraná (ICSP) que teve como encargo o gerenciamento dos cursos de graduação e extensão da faculdade. Atualmente denomina-se Faculdade de Educação Superior do Paraná, de caráter particular, conta com cursos de Ciências Contábeis. (FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ, [20 -]).

Com relação ao ensino superior, a região sul do Brasil encontrava-se mais adiantada. Por volta do ano de 1912, verificou-se a necessidade de formar profissionais qualificados. Em continuidade ao sonho do político nascido na cidade litorânea de Morretes no Paraná Francisco Rocha Pombo, avaliou-se a possibilidade de instalação de uma universidade no Paraná por meio do movimento denominado “pró-Universidade do Paraná”. Desta forma, Victor Ferreira do Amaral e Silva iniciou em 19 de dezembro de 1912 a construção da primeira universidade brasileira e fundação desta que seria conhecida como marco histórico da emancipação intelectual e política do Estado sob o lema *Scientia et Labor* (Ciência e Trabalho). (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, [20 -])

Em 1913 foi lançada a pedra fundamental de construção de seu edifício central em terreno doado pela prefeitura da cidade de Curitiba localizado na Praça atualmente denominada de Santos Andrade, onde a universidade se consolidou como instituição particular tendo como um de seus principais cursos o de comércio. No ano de 1946 a universidade passou por um processo de federalização que a tornou pública e gratuita na medida que vivia um processo de expansão, passando-se a denominar-se, pouco mais tarde de Universidade Federal do Paraná. Atualmente a universidade conta com o curso de Ciências Contábeis localizado no campus situado no Bairro Jardim Botânico na cidade de Curitiba. O curso técnico em contabilidade, após a unificação do Setor de Educação Profissional e Tecnológica, antiga Escola Técnica da UFPR, foi transferido para o Instituto Federal do Paraná – IFPR. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, [20 -])

Considerações Finais

“A contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo, que conta. [...]” (IUDÍCIBUS, 2006, p.48). A contabilidade guarda uma memória muito rica de modo que a sua história se confunda com a história da humanidade. Sá (2006, p.15) nos demonstra que “[...] o homem foi progredindo ao longo do tempo na medida em que começou a desenvolver as faculdades da mente e do espírito.” É justamente com este pensamento de Lopes de Sá (2006) que podemos levar em consideração que o homem, mediante sua capacidade superior de desenvolver-se conseguiu prover grandes feitos em nome da certeza que sempre teve em saber que as ciências poderiam auxiliar a humanidade nas suas precípuas necessidades. Deste modo, buscou de forma racional contribuir com a sociedade ampliando tecnologias e aperfeiçoando técnicas.

Assim sendo, podemos considerar que o principal objetivo deste trabalho foi o de dissertar sobre a história da contabilidade desde os tempos mais remotos até as épocas atuais. Diante de tantos escritos, de tantas teorias, tornou-se criterioso escolher a que melhor representasse a história global da contabilidade dentro de parâmetros que evidenciassem as suas primeiras evidências. No entanto, ao relatar fatos como a de criação de primeiras empresas contábeis e as primeiras escolas, a dificuldade esteve em reunir bibliografias que tratassem do assunto da maneira com que precisaria ser tratado no presente estudo.

Ademais, este trabalho apresenta contribuições importantes à classe contábil por demonstrar o grande valor que as ciências contábeis alcançaram, pela sua longa história e por esta história fazer parte da economia da sociedade humana. Nisto constatou-se que desde os primórdios o homem já pensava em controlar aquilo que era seu. Com o tempo, agregou valores e aperfeiçoou técnicas que o ajudaram a aperfeiçoar seu trabalho e transformar a sua vida. De homem que vivia nas cavernas, passando pelas primeiras propriedades rurais até chegar a vida moderna; é fato que o ser humano sempre esteve preocupado em controlar o seu patrimônio. Para tanto, diante de suas necessidades passou a se aperfeiçoar, produzir conhecimento e repassar este conhecimento através das gerações.

As primeiras escolas de contabilidade foram imprescindíveis para o nascimento e a consolidação desta ciência. A partir do surgimento do comércio e da valoração das coisas humanas, a técnica contábil passou a ser de fato considerada. Os primeiros teóricos que discutiram a respeito desta ciência foram os primeiros responsáveis pelo início deste conhecimento científico que buscou perfazer um núcleo teórico consolidado com suas normas, princípios e aplicações.

No entanto, torna-se necessário elaborar estudos voltados a história desta ciência para que por meio deles possa-se planejar o futuro da contabilidade, espelhando-se nas boas práticas do passado e vislumbrando melhorias para o seu futuro.

Referências Bibliográficas

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO PARANÁ, [20-]. Acadêmicos. Disponível em: <<http://www.accpr.org.br/academicos/>> Acesso em: 17.11.2015
- ACADEMIA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO PARANÁ, [20-]. Saudosos Imortais. Disponível em: <<http://www.accpr.org.br/academicos/>> Acesso em: 17.11.2015
- ARRUDA, J.J.A; PILETTI, N. **Toda história. História geral e história do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1996
- BEUREN, I.M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2009.
- BRASIL, Decreto nº 2723, de 12 de janeiro de 1861, Autorisa a criação de uma Caixa Economica e um Monte de Socorro nesta Côrte, e aprova os respectivos Regulamentos. **Câmara dos Deputados.**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2723-12-janeiro-1861-556013-publi-cacaooriginal-75580-pe.html>>. Acesso em: 24.10.2015
- BRASIL, Decreto nº 456, de 06 de julho de 1846, Manda executar o regulamento da Aula do commercio da Cidade do Rio de Janeiro. **Câmara dos Deputados.**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-456-6-julho-1846-5604-26-publicacaooriginal-83232-pe.html>>. Acesso em: 24.10.2015
- BRASIL, Decreto-Lei nº 15601, de 26 de janeiro de 1946, Dispõe sobre a instalação da Faculdade de Ciências Economicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1946/decreto.lei-15601-26.01.1946.html>>. Acesso em: 24.10.2015
- BUGARIM, M.C.C. Currículo do sistema de currículos Lattes. 16 jul 2015. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4133965H9>> Acesso em: 15 nov.2015
- CANDIOTTO, L.B; MIGUEL, M.E.B.. **O curso de Ciências Contábeis na educação brasileira: das aulas de comércio ao curso superior de ciências contábeis.** IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUCPR.2009. PAG. 9520:9534
- CINTRA, E.P.U., Cursos comerciais em colégio católico feminino: uma aparente contradição? Curitiba 1940-1950. **Revista Educar.** Editora UFPR. Curitiba.n.33.p.235-252, 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/viewFile/15121/10136?>> Acesso em: 14 nov.2015
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **O conselho. Maria Clara Cavalcante Bugarim.**[20-] Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/o_conselho/presidentes/presidente.php?id=3916> Acesso em: 08 dez. 2015
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Entrevista.** Presidente do CRCPR, Lucélia Lecheta, concede entrevista ao programa Jogo do Poder, na CNT. 2 fev.2012. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=618>> Acesso em: 18 nov. 2015
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Reportagem.** Maria Clara Bugarim assume a presidência da Academia Brasileira de Ciências Contábeis.18.02.2010. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/contet/diaDia/anterior.php?id=231>> Acesso em: 19 nov. 2015
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ. **História.** Curitiba. Disponível em: <<http://www.fesppr.br/portal/institucional/historia/>> Acesso em: 15 nov.2015
- FARIA, J.M.C. **A contabilidade através da história. Livroto.** Oração pronunciada por ocasião do banquete realizado no Palace Hotel, na noite de 26 de abril de 1938, em comemoração ao dia do contabilista. Curitiba, 1938
- FERNANDES, J.C.. Pesquisadores aprendizes encontram cofre com “tesouros” da Mate Real. **Jornal Gazeta do Povo.** ed.31 out.2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidada->

- nia/pesquisadores-aprendizes-encontram-cofre-com-tesouros-da-mate-real-ekfagx8hcrq6qvdehq-fqnfjpp > Acesso em: 14. Nov. 2015.
- FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa – Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004
- IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006
- IUDICIBUS, S.; FRANCO, H.. Currículo básico do Contador. Orientação técnica versus orientação humanística. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XIV nº49. Abr.Jun.1984
- IUDICIBUS, S.; MARION, J.C. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 2000
- LANDARIN, N. **Texto Dissertativo/Argumentativo**. [20-]. Disponível em: <<https://www.algo.sobre.com.br/redacao/texto-dissertativo-argumentativo.html>> Acesso em: 27 nov. 2015
- LOBO, R. **Banco do Brasil**. Coordenação Geral de Gestão de Documentos – Coged. Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA. Ministério da Justiça – Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3820>> Acesso em: 16 nov. 2015
- MARION, J.C. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2012
- MARRONI, C.H.; RODRIGUES, A.F.; PANOSSO, A.. Panorama histórico do ensino superior da graduação em contabilidade no Brasil – sob a égide normativa. **Revista Enfoque: reflexão contábil**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. v.32. nº 3. 2013.
- MENDONÇA, M.C. **O Erário Régio no Brasil**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ministério da Justiça. Serviço de Documentação. 1968
- MOLL, J.; colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MORETO, E.C.N, MENGATTO, A.P.F.. **Da Escola Técnica ao Setor de Educação Profissional e Tecnológica – UFPR: um pouco de história**. UFPR, Universidade Federal do Paraná – Setor de Educação Profissional e Tecnológica. 2011. Disponível em: <http://www.portal.ufpr.br/Historico_biblioteca_ET_SEPT.pdf> Acesso em: 17 jun.15
- PELEIAS, I.R. *et al*. Evolução do ensino de contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>>. Acesso em: 25 jun.2015.
- PEREIRA, L. Histórico: Escola Técnica da UFPR. **Blogspot larissapereira c2**. 2008. Disponível em: <<http://larissapereirac2.blogspot.com.br/search?updated-min=2008-01=01-00T00:00:08-00:&updated-max=2009-01-01T00:00:08-00&max-results=8>>. Acesso em: 14 jun.2015
- PINHEIRO, F. **História do Banco do Brasil**. CPI-Brasil. Catalogação na Fonte. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.fernandopinheirobb.com.br/escritor/livros/Fernando_Pinheiro_historia%20do%20bb.pdf> Acesso em: 16 nov.2015
- ROMANOWSKI, L.R.; PINTO, N.B. Os primeiros cursos de ciências contábeis no Brasil. **Revista Intersaberes**. Curitiba, v.9. n. especial. p.499 a 515. jul a dez 2014. Disponível em: <<http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/844/471>> Acesso em: 14 nov.2015
- SÁ, A.L. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.
- SÁ, A.L. **A evolução da contabilidade**. São Paulo: IOB Thomson, 2006.
- SÁ, A.L. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília. 01 jun.2010. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771182H3>> Acesso em: 16 nov.2015
- SANSON, J.R.; NICOLAU, J.A. Do ensino de técnicas comerciais ao ensino de economia em Santa Catarina. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**. Porto Alegre. v.17.n.2. p.297 a 312. julho/dezembro

bro de 2006. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/311>>. Acesso em 14 nov. 2015.

SANTOS, J.M. **A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento. Textos On line. 2011. Disponível em:< http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/ima-ge/201111011244400.LivroCAIXA_T_0_167.pdf>. Acesso em:17.11.2015

SILVA, A.C.R.S; MARTINS, W.T.S. **História do pensamento contábil com ênfase na história da contabilidade brasileira**. Curitiba: Juruá, 2006

SOUZA, R.M.S.. **A estrada do poente: Escola Alemã/Colégio Progresso (Curitiba 1930-1942)**. Tese. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002. Disponível em:< <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/8017>>. Acesso em:15 nov.2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.**Linha do Tempo**. [20-]. Disponível em:< <http://www.ufpr.br/porta-lufpr/linha-do-tempo/>> Acesso em:15 nov.2015

VOLLMERS, G. **História da contabilidade. Porque estudar História da Contabilidade?** História da Contabilidade Course Team. FEA-USP. [20-].

PEQUENO BOSQUEJO HISTÓRICO SOBRE AS ASSOCIAÇÕES CONTÁBEIS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS DO RIO DE JANEIRO



Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	3
Abstract	3
Resumen	4
1. Introdução	6
2. Metodologia	6
3. Entidades contábeis profissionais e culturais no Brasil e no mundo	8
4. a atuação das entidades contábeis profissionais e culturais no estado do Rio de Janeiro	13
4.2. Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro – SESCON Rio de Janeiro	33
4.3. União dos Profissionais e Escritórios de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro - UNIPEC	39
4.4. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON	45
4.5. Associação dos Peritos Judiciais do Estado do Rio de Janeiro - APJERJ	55
4.6. Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro - ACCERJ	61
5. Considerações Finais	65
Referências bibliográficas	67
Sites Consultados:	73
Entrevistas Realizadas:	74

RESUMO

Este estudo apresenta uma visão geral das entidades profissionais e culturais da profissão contábil fluminense, considerando suas perspectivas históricas. Para isso, delineou-se um perfil atualizado dessas instituições e associações, com base na identificação dos aspectos históricos que caracterizaram o desenvolvimento e atuação dessas entidades na região fluminense. O objetivo do estudo é contribuir para a reflexão sobre o papel da Contabilidade nos estados, particularizado ao contexto das entidades contábeis profissionais e culturais que atuam no Estado do Rio de Janeiro. Utilizou-se como metodologia um ensaio bibliográfico, de cunho dissertativo, em que foram analisados os aspectos inerentes à origem, constituição, função, legitimação e consolidação das principais entidades que regem o exercício profissional e cultural do contador na região do Estado do Rio de Janeiro. A principal contribuição da pesquisa corresponde ao resgate da memória contábil em relação ao papel e importância das entidades contábeis profissionais e culturais fluminenses na regulamentação e consolidação da profissão contábil local. Dentre os achados, é interessante ressaltar que as entidades objeto do estudo tiveram papel preponderante na organização profissional contábil no Rio de Janeiro, como agremiações associativas representativas da classe contábil, dado que a profissão contábil ainda não estava plenamente regulamentada no país. Por fim, assinala-se que mesmo tratando-se de uma pesquisa regional, acredita-se que possa contribuir para o conhecimento e a formação da memória histórica, profissional e cultural da Contabilidade no Brasil.

Palavras-Chave: História da Contabilidade. Movimento Associativo. Entidades de Classe. Conselho de Classe.

ABSTRACT

This study presents an overview of Rio de Janeiro's professional and cultural accounting entities, considering their historical perspectives. To that end, an updated profile of these institutions and associations has been outlined, based on the identification of historical aspects that characterized the development and performance of these entities in the state area. It aims to contribute to the reflection on the role of accounting in the states, es-

pecially in the context of professional and cultural accounting institutions that operate in the state of Rio de Janeiro. The methodology used is a bibliographic essay, of argumentative nature, which analyzed aspects related to the origin, formation, function, legitimization and consolidation of the main bodies governing the professional and cultural accounting practice in Rio de Janeiro. The main research contribution corresponds to the accounting memory recovery of the role and importance of Rio de Janeiro's professional accounting and cultural entities in the regulation and consolidation of the local accounting profession. Among its findings, it is interesting to note that the study-object entities had a leading role in the professional accounting organization in Rio de Janeiro, as representative associations of the accounting class, given that the accounting profession was not yet fully regulated in the country. Finally, although this is a regional study, it is believed to be able to contribute to the knowledge and formation of the historical, professional and cultural memory of Accounting in Brazil.

Keywords: Accounting History. Associative Movement. Class entities. Class council.

RESUMEN

Este estudio presenta una visión general de las entidades profesionales y culturales de la profesión contable fluminense, teniendo en cuenta sus perspectivas históricas. Para ello, se ha delineado un perfil actualizado de estas instituciones y asociaciones, basado en la identificación de los aspectos históricos que han caracterizado el desarrollo y el funcionamiento de estas entidades en la región fluminense. El objetivo de este trabajo es contribuir a la reflexión sobre el papel de la contabilidad en los estados brasileños, en particular desde el contexto de las entidades contables profesionales y culturales que actúan en Río de Janeiro. Se ha utilizado como metodología un ensayo bibliográfico, de naturaleza argumentativa, donde se han analizado a los aspectos relacionados con el origen, la formación, la función, la legitimación y la consolidación de las principales entidades que reglamentan el ejercicio profesional y cultural en el territorio del estado de Río de Janeiro. La aportación de la investigación resulta del rescate de la memoria contable cuanto al papel e importancia de las entidades contables profesionales y culturales fluminenses para la consolidación de la profesión contable local. Entre los hallazgos, es importante señalar que las entidades investigadas han mantenido papel de liderazgo en la organización contable profesional en Río de Janeiro,

como asociaciones representativas de la clase de los contables, ya que el ejercicio de la profesión contable aún no se había reglamentado en el país. Por último, señalamos que, incluso en el caso de una investigación regional, se cree que se pueda contribuir al conocimiento y a la formación de la memoria histórica, profesional y cultural de la Contabilidad en Brasil.

Palabras-Chave: Historia de la Contabilidad. Movimiento Asociativo. Asociaciones Profesionales. Consejo de Clase.

1. INTRODUÇÃO

O uso de contextualização histórica representa uma abordagem cuja práxis provoca o debate sobre a dimensão do tempo na compreensão dos fenômenos sociais. Nesse sentido, o resgate da memória da Contabilidade justifica o emprego da perspectiva histórica para avaliar e descrever a influência dos eventos políticos, sociais ambientais e econômicos na institucionalização de hábitos e rotinas na atividade e na profissão contábil.

Por tratar-se de uma construção linguística resultante da interação de distintos contextos, a Contabilidade deve ser interpretada como uma prática social e organizacional que, concomitantemente, influencia e é influenciada em suas particularidades por uma ampla gama de variáveis, fenômenos e fatores históricos, econômicos, sociais, ambientais e políticos. Portanto, descrevê-la historicamente constitui um caminho para se compreender os mecanismos pelos quais a profissão contábil teve que se apoiar para enfrentar e superar os obstáculos à sua evolução, haja vista a existência de uma estreita relação entre ciência e sociedade e vice-versa.

A evolução da Contabilidade no Brasil contou com a participação de vários agentes, cujos pensamentos e enfoques contábeis doutrinaram o desenvolvimento de uma história contábil genuinamente brasileira. No entanto, a consolidação histórica da Contabilidade brasileira não teria se concretizado totalmente sem o efetivo envolvimento das instituições de ensino, dos órgãos reguladores e, particularmente, das entidades contábeis profissionais e culturais.

Neste trabalho faz-se uma retrospectiva histórica sobre o desenvolvimento da Contabilidade no Estado do Rio de Janeiro, resgatando a memória contábil sobre o papel, importância e contribuições das entidades contábeis profissionais e culturais fluminenses na regulamentação e consolidação da profissão contábil local.

2. METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é contribuir para a reflexão sobre o papel da Contabilidade nos estados, particularizado ao contexto das entidades contábeis profissionais e culturais que atuam no Estado do Rio de Janeiro. Para isso, desenvolveu-se um ensaio bibliográfico, de

cunho dissertativo, onde foram analisados aspectos inerentes à origem, constituição, função, legitimação e consolidação das principais entidades que se preocupam com o exercício profissional e cultural da atividade contábil na região fluminense.

Este estudo diferencia-se dos demais na medida em que busca encontrar evidências sobre fatos e aspectos retratados na atividade contábil das instituições e associações investigadas, vinculando-os e relacionando-os com a Contabilidade e com os eventos econômicos, políticos, sociais e institucionais e vice-versa. Nesta linha, o desenvolvimento deste estudo se justifica por três questões fundamentais. Primeiramente, por contribuir com conhecimentos relativos a uma área, história contábil, que ainda carece de mais estudos acadêmicos no Brasil. Em segundo lugar, por apresentar uma reflexão sobre elementos históricos que foram importantes na valorização da profissão contábil na região fluminense. E, finalmente, por fornecer evidências concretas sobre o papel institucional, em um dado momento e ao longo do tempo, das entidades contábeis pesquisadas.

A identificação das principais variáveis influentes baseou-se na aplicação da Teoria Institucional na literatura contábil, em especial a Nova Sociologia Institucional (NIS – New Institutional Sociology), empregando um enfoque teórico sob uma perspectiva crítica da Contabilidade. A investigação empírica está alicerçada numa abordagem qualitativa e o método de investigação é documental e testemunhal oral. A contribuição do presente estudo reside no fato de ilustrar as principais influências profissionais e culturais que a contabilidade fluminense recebeu, recuperando fragmentos que podem auxiliar e ampliar a compreensão dos hábitos e rotinas econômicos, políticos, sociais e institucionais associados à profissão contábil no estado fluminense.

Por conseguinte, a análise foi desenvolvida seguindo um desenho metodológico próprio de uma pesquisa de característica exploratório-descritiva, onde a partir da formulação de um ensaio conceitual sobre o tema pesquisado, busca-se trazer à tona os pontos mais relevantes associados à aplicação prática da profissão contábil. A partir da interpretação analítica do referencial teórico e a exposição descritiva, revisou-se a literatura pertinente ao tema e aportou-se novas considerações e interpretação ao assunto analisado, emitindo juízos de valor sobre o componente histórico na questão da atuação das entidades profissionais e culturais de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho está estruturado em cinco seções. Neste sentido, após a introdução, apresenta-se uma seção que aborda a questão metodológica, especificando os aspectos meto-

dológicos e os procedimentos de pesquisa aplicados ao estudo, assim como sua delimitação. A seção que se segue descreve as origens das entidades contábeis profissionais e culturais no Brasil e no mundo. Posteriormente, discute-se a atuação institucional das entidades contábeis profissionais e culturais no Estado do Rio de Janeiro, mostrando as principais contribuições dessas entidades para a consolidação da profissão contábil. O trabalho finaliza com uma última seção onde se recolhem as conclusões obtidas, bem como as contribuições mais relevantes da pesquisa; e, por fim, apresentam-se as referências bibliográficas utilizadas no trabalho.

3. ENTIDADES CONTÁBEIS PROFISSIONAIS E CULTURAIS NO BRASIL E NO MUNDO

A história da contabilidade e dos contadores já foi retratada mundialmente por vários pesquisadores contábeis ao longo dos tempos (ver, por exemplo: BROWN, 2003; CHATFIELD, 1968; LITTLETON, 1978; LITTLETON e YAMEY, 1978; PARKER e YAMEY, 1986, dentre outros), evidenciando os fenômenos e fatores que impactaram o progresso da atividade e da profissão contábil e criaram uma imagem de grupo típica das profissões estabelecidas (CHATFIELD, 1974, p. 153).

Brown (2003, p. 314) assinala que a profissão contábil, como é agora compreendida, sofreu, em grande medida, um dos maiores avanços dos últimos tempos, comparativamente a outras atividades e profissões. Na prática, a Contabilidade seguiu emparelhada com o progresso comercial e industrial. De acordo com Murray (1978, p. 11-13), em termos históricos, a palavra “contador” foi utilizada com vários sentidos nas primeiras qualificações do guarda-livros, mas o seu real sentido corresponderia à “responsabilidade pela prestação de contas” das empresas. O aumento do número de profissionais e de empresas independentes de contabilidade reflete naturalmente o crescimento das práticas contábeis e foi baseado principalmente na prestação de serviços que as empresas ou a sua gestão não podiam, por definição, fazer por si mesmas (MATTHEWS, ANDERSON e EDWARDS, 1998, p. 17-19).

A partir do século XIX, surgem agrupamentos profissionais (American Association of Public Accountants, The Institute of Chartered Accountants of Scotland, The Institute of Chartered Accountants of England and Wales, etc.) que se organizam formalmente e fomentam um

maior desenvolvimento das práticas contábeis, sobretudo visando a enfrentar mudanças contábeis de forma e de fundo. Com um papel central no desenvolvimento da profissão contábil, as entidades de classe, sindicatos e instituições de ensino criaram espaços de partilha de valores contábeis e pontos de encontro para a construção de uma cultura e conhecimento contábil forte e solidário. Como exemplo cita-se o aparecimento de um elevado espírito de ética profissional e a concretização de uma classe honorável de profissionais ao serviço das empresas e da comunidade (GERTZ, 2003, p. 119-150).

Conforme Queiroz Neto (2005, p. 9), as entidades de classe são instituições que possuem associados ou membros, ligados entre si pelo exercício de uma mesma atividade econômica ou profissional. Segundo Freidson (1998), quando um conjunto de pessoas partilha de um mesmo espaço e tem interesses comuns, torna-se um grupo, incorporando-se num empreendimento organizado e, com isso, imerso num contexto, social, político e econômico. A passagem de um agrupamento a um grupo propriamente dito resultaria da transformação de “interesses comuns” em “interesses em comum” (ZIMMERMAN, 1997); ou seja, os integrantes de um grupo reúnem-se em torno de uma tarefa e de um objetivo comum ao interesse de todos (ZANELLA e PEREIRA, 2001).

Em âmbito internacional, existem várias entidades e associações profissionais vinculadas à área contábil (Institute of Chartered Accountants in England and Wales, American Accounting Association, British Accounting Association, European Accounting Association, Association of Chartered Certified Accountants, American Institute of Certified Public Accountants, Academy of Accounting Historians, Association of Government Accountants, para não citar outras centenas mais). Em termos brasileiros, têm-se como movimentos associativos e entidades de classe contábil os conselhos, as associações e os sindicatos.

Com o objetivo de fiscalizar o exercício das profissões regulamentadas, os conselhos profissionais foram constituídos em autarquias especiais corporativas, dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei. Vinculados ao Ministério do Trabalho e integrando a administração indireta da União, têm jurisdição em todos os estados e territórios. No entanto, conforme Carvalho (2009, p. 60), para todo conselho profissional, além da missão de difundir e salvaguardar os valores éticos da profissão e de fiscalizar o seu exercício, existe uma atividade relacionada ao atendimento dos membros inscritos e potenciais, já que, depois de completar determinado tempo de estudos universitários, os diplomados devem obter seu registro profissional junto a um conselho regional, antes de terem acesso

à plena prática da profissão que escolheram. Ou seja, apesar do registro de “filiados” se constituir numa obrigação legal, os conselhos profissionais no Brasil prestam serviços, expedindo registros ou certificados, podendo também realizar exames de suficiência e promover atividades de atualização profissional, de forma remunerada ou não pelos serviços prestados. Ademais, os conselhos devem, também, representar oficialmente a profissão junto ao público externo e as autoridades públicas e a sociedade em geral.

Os conselhos que regulam a profissão contábil existem em nível federal (Conselho Federal de Contabilidade – CFC) e regional (Conselhos Regionais de Contabilidade – CRCs), sendo responsáveis pela valorização e a consolidação da profissão contábil no Brasil, através da regulamentação e fiscalização das atividades da profissão. Criado e regido por legislação específica, o [Decreto-Lei nº 9.295](#), de 27 de maio de 1946, o CFC possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

Conforme a [Lei nº 11.160/05](#), o CFC é integrado por um representante de cada Estado e mais o Distrito Federal, contemplando um total de vinte e sete conselheiros efetivos e igual número de suplentes. Nos termos da legislação em vigor, tem como principal finalidade orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional. Também tem a atribuição de decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar normas contábeis de natureza técnica e profissional. Em 2010 foi sancionada pelo Presidente da República a [Lei nº 12.249/2010](#), que alterou alguns dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295/46, instituindo a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil. Conforme regulamentação dada pela Resolução nº 1.486/15, esse exame (antiga aspiração do Sistema CFC/CRCs) é um dos requisitos obrigatórios para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade para o exercício da atividade contábil no Brasil.

Na região fluminense, esse papel regulatório contábil é desempenhado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), que é uma entidade subordinada ao CFC e sua atuação abrange todo o estado. Sua finalidade maior é supervisionar o exercício da profissão contábil na sua jurisdição e também buscar divulgar normas e princípios que regem a conduta profissional, fiscalizando seu cumprimento, bem como disciplinando o

relacionamento de seus profissionais com o CFC e com terceiros. O Conselho também possui a responsabilidade de expedir registros dos profissionais e realizar exames de suficiência necessários para a devida habilitação profissional. Outra função relevante do CRC diz respeito à devida preparação dos contabilistas com a organização de cursos para a educação continuada dos profissionais contábeis. Além disso, esse conselho é o representante oficial da profissão diante de outros agentes externos, tais como a imprensa e demais meios de comunicação, as autoridades governamentais ou a sociedade. Por ter um caráter normativo e fiscalizador da profissão contábil, o CRC-RJ possui uma característica de associação não voluntária, ou seja, de registro obrigatório.

As associações profissionais são entidades sem fins lucrativos, de cunho associativo, que atuam na sua maioria em nível estadual, com a atribuição de representar os membros de uma dada profissão e promover uma maior interlocução entre seus membros e destes com a sociedade (RASCHE, 2005, p. 175). No desempenho de seu papel, as associações profissionais visam dar suporte aos profissionais da área, em geral, e têm como objetivo proteger os interesses da classe e defender suas reivindicações, promovendo a colocação do profissional dentro do mercado de trabalho, viabilizando a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento (MORENO, 2007, p. 48).

Os sindicatos profissionais são agremiações fundadas para a defesa comum dos objetivos referentes a uma mesma categoria profissional, com intuito de resguardar seus interesses laborais e econômicos, além de exercer a representatividade e a defesa desta categoria. Os sindicatos podem ser classificados em dois tipos de categorias mais comuns: sindicatos laborais ou de trabalhadores e sindicatos de classes econômicas (também conhecidos como sindicatos patronais ou empresariais).

Os órgãos sindicais que representam os profissionais contábeis atuam em nível regional, tendo como objetivo principal fomentar o fortalecimento da categoria e estimular a conscientização da classe, além de se esforçar pela legitimidade de toda a categoria, buscando o estabelecimento de pisos salariais, carga de trabalho e benefícios sociais que contribuam para impactar a profissão contábil como um todo.

Em termos teóricos, as instituições e associações que representam a classe contábil deveriam atuar de forma coordenada, conforme esquematizado na Figura nº 1. Ou seja, com as entidades agindo conforme uma engrenagem mecânica, cada uma movimentando-se numa direção específica, porém sem a disputa de espaço entre si; ao contrário, elas atuariam

auxiliando-se conjunta e mutuamente em prol do objetivo comum que é o de promover uma interação entre seus membros e estabelecer uma unidade profissional e cultural entre os profissionais contábeis, institucionalizando códigos éticos e técnicos de conduta, padrões educacionais e a defesa da classe contábil.

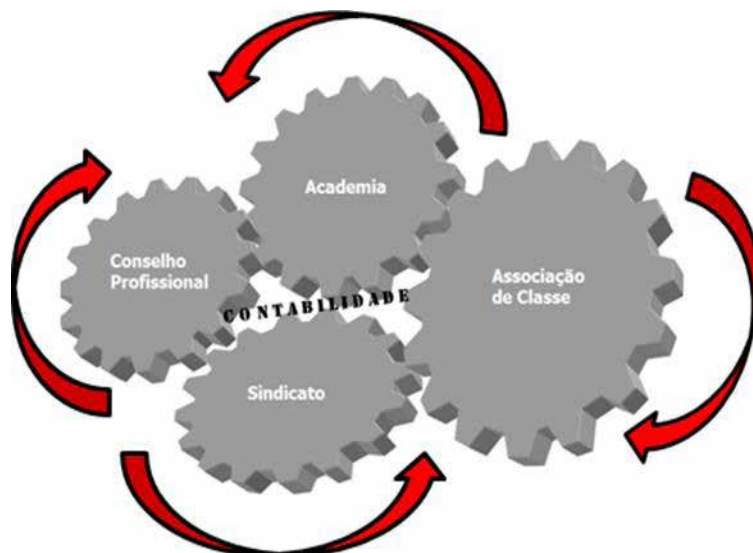


Figura 1 - Vinculação entre Instituição e Associações Contábeis.

Fonte: Elaboração própria.

Para efeito desta pesquisa, as análises e discussões empíricas foram centradas nas entidades contábeis que compõem as engrenagens “Associação de Classe”, “Sindicato” e “Academia”, instituições baseadas na adesão voluntária de seus afiliados. A não inclusão da engrenagem “Conselho Profissional” justifica-se frente ao fato dessas entidades fugirem um pouco à questão de pesquisa proposta neste estudo, dado o caráter mais normativo, compulsório e fiscalizador em relação ao exercício da profissão contábil. Com relação à engrenagem “Academia”, o estudo não considera a contribuição das entidades contábeis de ensino superior, face ao papel específico que abrange a atuação dessas organizações, que foge um pouco do escopo delineado para esse estudo. Na verdade, a história das entidades voltadas para o ensino contábil merece um estudo particularizado ao tema “Evolução histórica do ensino da Contabilidade no Brasil”, abordagem que não é explorada na presente pesquisa.

Portanto, sob esta perspectiva, apresenta-se nas etapas seguintes deste artigo um panorama sobre as principais entidades contábeis profissionais e culturais do Estado do Rio de Janeiro, delineando historicamente aspectos gerais que estão associados a cada uma delas.

4. A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES CONTÁBEIS PROFISSIONAIS E CULTURAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O surgimento de movimentos associativos dos profissionais de Contabilidade no Brasil ocorreu no início do século XX, época em que foram criadas as primeiras instituições profissionais na área contábil (ver RODRIGUES, 1986a e 1986b). Embora algumas visassem objetivamente o campo da cultura e outras o exercício da profissão, todas tinham em comum a missão de fortalecer, pela união, a conduta profissional no exercício da atividade contábil, de seus ideais, motivos e causas.

Historicamente, as primeiras instituições estavam vinculadas principalmente com a questão intelectual da Contabilidade. Oficialmente, a associação mais antiga reconhecida no Brasil foi fundada no Estado do Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1869, sob a denominação de Associação dos Guarda-Livros da Corte (SÁ, 2008, p. 67) e seu estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 4.465 assinado por Dom Pedro II, em 18 de fevereiro de 1870 (RODRIGUES, 1987).

Com o passar dos anos, a evolução dos anseios associativos tornou-se mais evidente. Especialmente após o início do período republicano, quando se observa uma significativa aceleração na criação de agremiações, algumas importantes até o tempo presente (ver Tabela nº 1).

De modo geral, a evolução retratada no período 1915-1950 consagrou o movimento associativo da profissão contábil no Brasil, apresentando notável influência na história contábil, pois, comprovadamente, os contadores vinculados a estas instituições profissionais e culturais foram os grandes responsáveis pela instalação de um ambiente nacional propício ao desenvolvimento intelectual e científico da classe contábil brasileira, facilitando seu amadurecimento e consolidação no país e nos estados.

Na região fluminense, foram várias as instituições profissionais fundadas nos primórdios da contabilidade brasileira e que funcionam até os dias atuais, motivo pelo qual algumas delas serão referenciadas, na continuação, ao longo deste estudo. Na realização deste trabalho, pretende-se examinar os acontecimentos históricos, selecionando-se os eventos mais representativos relacionados à organização das seguintes entidades profissionais de

contabilidade do Estado do Rio de Janeiro: Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro (SINDICONT-Rio), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (SESCON Rio de Janeiro), União dos Profissionais e Escritórios de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIPEC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Associação dos Peritos Judiciais do Estado do Rio de Janeiro (APJERJ) e a Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro (ACCERJ).

ANO	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1915	Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais	SP
1916	Associação dos Contadores de São Paulo	SP
1916	Instituto Brasileiro de Contabilidade (depois, transformado no SINDICONT-Rio)	RJ
1919	Instituto Paulista de Contabilidade ((atual Sindicato dos Contabilistas de São Paulo)	SP
1923	Associação dos Diplomados em Ciências Comerciais	SP
1927	Instituto Mineiro de Contabilidade (mais tarde, transformado em Sindicato)	MG
1927	Associação Baiana de Diplomados em Ciências Comerciais	BA
1927	Associação Campineira de Contabilidade	SP
1927	Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros	RJ
1928	Instituto Fluminense de Contabilidade	RJ
1929	Classe dos Contabilistas (substituiu ao Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros)	RJ
1930	Instituto da Ordem dos Contadores do Brasil	BA
1931	Instituto Mato-grossense de Contabilidade	MT
1931	Associação Pernambucana de Contabilidade	PE
1931	Instituto Cearense de Contabilidade	CE
1931	Câmara de Peritos Contadores	RJ
1932	Associação Mineira de Contabilidade	MG
1933	Instituto Rio Grandense de Contabilidade (foi a base para a criação do CRC-RS)	RS
1933	Sindicato dos Contadores de Campinas	SP

1933	Academia Paulista de Contabilidade	SP
1940	Sindicato dos Contabilistas de São Paulo	SP
1946	Conselho Federal de Contabilidade	RJ

Principais Contabilistas: Horácio Berlinck, Carlos de Carvalho, Francisco Rodrigues Lavras, Raimundo Marchi, José da Costa Sampaio, Francisco d’Auria, José Mascarenhas, Paulo de Lyra Tavares, João Ferreira Moraes Junior, Frederico Herrmann Júnior, João Luiz dos Santos, Carvalho de Mendonça, Gilberto Paulo Mello Nóbrega, Fernando Hrescak, Aristides de Macedo Filho, Luiz Seráfico Júnior, Joaquim Telles, Ernesto Coelho Louzada, Antônio Carlos Setúbal, dentre outros mais.

Tabela 1 - Cronograma das Instituições Profissionais de Contabilidade no Brasil - 1915-1950.

Fonte: Elaboração própria, baseado em Sá (2008, p. 83-84).

4.1. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SINDICONT-RIO

O vínculo associativo sempre esteve presente nas relações humanas, sendo o sindicato um fenômeno típico do sistema de produção capitalista, resultante do esforço espontâneo da classe operária para impedir ou atenuar a exploração dos trabalhadores (BORGES, 2006, p. 2). Portanto, a vertente sindical surge com o alvorecer da industrialização, como mecanismo de operacionalização das reivindicações trabalhistas diante do incipiente sistema produtivo capitalista.

No Brasil, as origens do sindicalismo remontam aos últimos anos do século XIX e estão vinculadas ao processo de transformação da economia brasileira que, sendo eminentemente agrícola e baseada num regime escravocrata que anestesava qualquer movimento coletivo de maior relevância, se moldou para um intenso processo de desenvolvimento industrial, com a superação do trabalho artesanal pela produção manufatureira, a introdução de novas máquinas e o surgimento de um empresariado industrial.

Em termos gerais, o sindicato pode ser caracterizado como elemento de institucionalização da própria coletividade, visando unificar e centralizar os interesses inerentes a uma categoria, sendo, portanto, um órgão de defesa e coordenação dos anseios da categoria

profissional de forma a orientar e possibilitar, através de programas de fortalecimento e defesa de seus sindicalizados, o aperfeiçoamento técnico profissional da categoria.

Apesar da associação profissional e sindical ser livre, somente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participam da categoria de produção para qual foi constituído, e defender-lhe os direitos perante o Estado e outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho, obrigatoriamente para todos os seus associados, e exercer em relação a eles funções delegadas do Poder Público (CF, 1988, art. 8º).

Com o avançar do tempo, as atividades dos sindicatos foram alterando-se, passando a ser comum, também, a assunção de papel assistencial e, até mesmo, social e jurídico. Essa atuação, de certo modo, atendia às exigências políticas da época, sendo habitual o funcionamento dos sindicatos aos sábados e domingos para a realização de eventos recreativos e culturais, aonde os muitos associados iam acompanhados de familiares e, especialmente, dos filhos pequenos. De fato, entre os anos 1950 e 1970, os sindicatos interagiam com o associado de uma maneira bem diferente, se comparado aos atuais dias.

O funcionamento nos finais de semana era quase que obrigatório, devido à carência por opções de lazer e formas de entretenimento. Com isso, os sindicatos, além da oferta de atividades voltadas para o desenvolvimento e o aprimoramento profissional, se viam obrigados a prestar, também, este tipo de serviço aos afiliados. Na verdade, os sindicalizados buscavam não apenas os cursos e proteção sindical, mas também alternativas de lazer e entretenimento que ajudassem a mantê-los ocupados, próximos e prazerosos por pertencer a uma classe ou categoria profissional. Em função disso, muitos sindicatos ofereciam infraestrutura física (em geral sedes próprias) com equipamentos de jogos de salão (sinuca, xadrez, damas, etc.) e desportos (campos, quadras, piscinas, etc.), promovendo torneios internos (futebol, vôlei, basquete, natação, etc.) e atividades recreativas (ginástica, ioga, judô, etc.) e socioculturais (bailes, exposições e celebrações). Nas palavras do SINDCONT-SP (2009, p. 33), se disponibilizavam, também, opcionalmente, a prestação de serviços como barbearia, manicure, engraxate, restaurante, etc., a custos subsidiados. Tal era o interesse, que acabava gerando grande demanda e fazendo necessária a obtenção de senhas para poder oferecer atendimento organizado a todos.

Na área contábil, também nessa época, começa um tímido esforço, por iniciativa dos próprios contabilistas, para se institucionalizar a Contabilidade, buscando a defesa e a luta

pelos direitos e interesses da classe contábil, de forma a alçá-la ao grau de ciência. Esse movimento em prol do reconhecimento, regulamentação e valorização da Contabilidade como ensino e profissão tem como baluartes os professores Francisco d’Auria e Frederico Hermann Junior, juntamente com João de Lyra Tavares e Raul Vaz, que se destacaram como ardorosos defensores da Contabilidade, numa batalha sem trégua para torná-la uma atividade científica e profissionalmente reconhecida. De acordo com Bacci (2002) esses personagens, cuja luta foi registrada em suas manifestações através de discursos e pronunciamentos, participaram de forma efetiva e ativa na criação das primeiras entidades de classe dos contabilistas. O Instituto Brasileiro de Contabilidade (atual SINDICONT-Rio), o Instituto Paulista de Contabilidade (atual SINDICONT-SP - Sindicato dos Contabilistas de São Paulo), a Academia Paulista de Contabilidade, o Mensário Brasileiro de Contabilidade e a Revista Paulista de Contabilidade são algumas conquistas vitoriosas do citado esforço de valorização da profissão contábil no país.

Nos primórdios da regulamentação profissional, à época “guarda-livros” e “contadores” (antigas denominações dadas aos profissionais contábeis), havia forte campanha para a elaboração de uma legislação que amparasse, severa e insofismavelmente, a classe contábil, assegurando-lhe, moral e intelectualmente, atribuições, deveres e direitos que em virtude de deplorável lacuna se achavam relegados a um plano secundário, sem definição legal. Para isso, defendia-se que a regulamentação da classe deveria dividir-se, claramente, em leis de aspectos objetivos e em outras de caráter subjetivo, ou seja, as que regeriam a punição jurídica do Estado contra os guarda-livros e peritos prevaricadores (objetivas) e as que criariam as responsabilidades em geral dos contabilistas (subjetivas). Em outras palavras, o meio com o qual deveriam ser responsabilizados e punidos os profissionais imperitos e defraudadores e, por outro lado, o modo como deveriam ser amparados contra mandantes, ao mesmo tempo preparando o ambiente onde os profissionais poderiam honrar a classe em termos de um tríplice aspecto: moral, intelectual e material (MBC, 1917, p. 99-100).

Em 12/12/1921, o deputado federal Maurício Graccho Cardoso apresentou projeto que tomou o número 701/21, onde se regulava a profissão de guarda-livros e de empregados do comércio, baseado na lacuna que a legislação trabalhista apresentava em relação à proteção dos caixeiros e prepostos de comércio. Esse projeto pode ser considerado um embrião da futura legislação trabalhista, promulgada anos depois através da CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), já que regulamentava o exercício laboral na atividade de co-

mércio, protegendo guarda-livros, caixeiros e quaisquer outros prepostos de casa comercial no exercício do cargo, estabelecendo férias anuais de 30 dias, participação nos lucros, regras de rescisão contratual e contratação de mão de obra infantil (menor aprendiz), jornada de trabalho e obrigatoriedade de carteira assinada, dentre outros benefícios sociais adicionais. Com relação à contratação de guarda-livros pelas casas comerciais, o artigo 1º determinava que este para entrar em exercício do cargo deveria, primeiramente, pagar um “selo de nomeação” na repartição fiscal (MBC, 1922, p. 24-27).

Todavia, a oficialização da profissão contábil não foi assim tão fácil e tranquila, embora contando com o apoio do Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBC) e de pessoas influentes e notáveis como os senadores João Lyra e Raymundo de Miranda. No intuito de regulamentar oficialmente o exercício da profissão contábil, o Senador Raymundo de Miranda apresentou dois projetos sobre o assunto no Senado Federal. Todavia, parece que os termos dos aludidos projetos não corresponderam às aspirações da classe. Ao contrário, visaram apenas monopolizar a profissão de guarda-livros e de contador em benefício exclusivo dos portadores de diplomas oficiais, sem atender à maior parcela da classe que tinha formação contábil baseada em anos de experiência prática na área. Foi, então, que o IBC desempenhou um importante papel de conciliação, pois embora defendendo uma formação mais científica do profissional de contabilidade, propugnava que um profissional moderno deveria aliar os conhecimentos teóricos (obtidos com a diplomação em uma academia ou curso comercial) com uma prática regular da profissão (alcançada com uma experiência em um escritório ou casa comercial). O IBC via como sendo uma grande injustiça restringir a atuação profissional somente aos diplomados, pois apesar de o candidato à carreira comercial ter que possuir um contingente de conhecimentos teóricos obtidos em uma academia ou casa de comércio que muito o auxiliariam no exercício da profissão, isto não permitia inferir que ele estivesse perfeitamente apto para dirigir com proficiência um escritório de uma casa comercial ou praticar um exame de livros mercantis de qualquer natureza (MBC, 1920, p. 40-41). Prova cabal de que o diploma teria um valor relativo se revelava no próprio texto de lei proposto pelo Senador Raymundo Miranda, que ao definir que os trabalhos de contabilidade passassem a ser privilégio dos diplomados, fazia isso certamente por convencimento desse legislador de que, em igualdade de condições, os diplomados não tivessem chances de concorrer de forma efetiva com os guarda-livros e contadores práticos ou empíricos (MBC, 1920, p.

Em reunião de 10/06/1927, foi constituída comissão, composta por Moraes Junior (presidente), Joaquim Telles, Ubaldo Lobo (relator), Fonseca Pinto, Rinaldo Gonçalves de Souza, Costa Lima e Antenor G. de Carvalho, encarregada de elaborar um anteprojeto de regulamentação profissional para encaminhamento ao legislativo federal. Sob a alegação de motivos de força maior que o impedião de fazer parte da comissão, Antenor propôs Henrique Lagden em seu lugar, que aceitou a indicação. Esse trabalho (aprovado e publicado no MBC nº 124, de julho de 1927, p. 326-327) foi entregue em mãos ao Senador João Lyra para patrociná-lo nos trâmites das instâncias legislativas. Após analisá-lo, o Senador fez considerações sobre a profissão e a classe contábil, concluindo que não seria oportuno cogitar a regulamentação naquele momento. Embora reconhecendo o desejo da classe contábil de ter sua legitimação legal o mais rapidamente possível, defendia que isso haveria de concretizar-se no momento certo. Sua sugestão era a de que se deveria esperar a ocasião mais propícia, já que naquele momento não seria oportuno e tampouco estratégico formular tal pleito.

Apesar desse impasse, cabe registrar que o Senador João Lyra foi a grande personalidade na luta para que o reconhecimento da profissão contábil se concretizasse. Por ter sido o maior incentivador da regulamentação da profissão, mais tarde acabaria por se tornar uma espécie de patrono da classe contábil no Brasil, o Senador João Lyra foi uma das figuras mais emblemáticas da Contabilidade brasileira. Além de contabilista, era economista, professor, historiador e autor de obras, com atuação ampla na política brasileira, tendo sido senador eleito pelo Estado do Rio Grande do Norte, cargo que ocupou até o final de sua vida (MELO, MARIANO e ALFONSO-GOLDFARB, 2011, p. 1776). Em sua atuação política, foi o pioneiro na luta pela regulamentação definitiva da profissão contábil (fato que começaria a se concretizar em 1926) e por sua iniciativa foi criado o Registro Geral de Contabilistas Brasileiros. Segundo o SINDCONT-SP (<http://www.sindcontsp.org.br/menu/cursos-e-palestras-cepaec->), a criação de um registro geral de contabilistas foi um marco definitivo para o processo de organização da classe contábil e para a regulamentação, à época, dos cursos técnicos de Contabilidade. Esse cadastro foi o primeiro passo no sentido de se alcançar uma a formação em bases profissionais, o que culminaria, cerca de 20 anos depois, na criação do sistema CFC/CRCs (Conselho Federal de Contabilidade e os conselhos regionais).

Não obstante toda essa mobilização em prol da regulamentação profissional assinala-se que o aspecto que mais motivou a criação dos sindicatos de contabilistas no Brasil não estava relacionado apenas à questão do reconhecimento científico da Contabilidade e, sim,

também, à luta contra a tendência de valorização de profissionais trazidos do exterior para trabalhar nas empresas multinacionais que atuavam no país, em detrimento de profissionais locais. Assim, havia uma competição desigual no mercado de trabalho, que provocava situação de inferioridade, comparativamente, e criava dificuldades para os contabilistas brasileiros da época, já que não dispunham de uma associação representativa que lutasse por seus direitos e interesses profissionais. Por conseguinte, as entidades de classe fundadas nesse contexto tinham como meta principal aglutinar os profissionais da época e fornecer-lhes subsídios técnicos, de modo representativo, lutando por seus interesses e direitos, difundindo e aprimorando a profissão contábil como um todo.

De acordo com o SINDCONT-SP (2009, p. 8), a caminhada inicial, no entanto, foi tortuosa e difícil, devido à pouca oportunidade dada aos profissionais contábeis brasileiros, chegando a uma situação insustentável a partir de 1925. Para modificar esse cenário, foi necessária a atuação política do grande contabilista, já citado, Senador João Lyra, que sensibilizado com esse quadro degenerativo, empreendeu esforços no sentido de regulamentar a profissão contábil, muito embora essa regulamentação somente tenha ocorrido definitivamente no ano de 1946, com a publicação do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (alterado pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010). A publicação dessa legislação propiciou o desenvolvimento de especialistas no setor contábil, fez crescer o interesse pela profissão, ao mesmo tempo em que lançou novos desafios em relação ao desenvolvimento de potencialidades e manutenção de constante atualização e aprimoramento para acompanhar as mudanças da legislação e do mercado. Essa conquista garantiu credibilidade aos contabilistas brasileiros, afiançando-lhes a atuação em empresas nacionais e, também, estrangeiras no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo (SINDCONT-SP, 2009, p. 13).

No Rio de Janeiro, esse papel institucional sindical coube ao Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBC), que foi fundado no dia 20 de setembro de 1916 atendendo a um antigo anseio da classe contábil, no sentido de defender e incentivar a prática contábil íntegra, confiável e precisa, sem perder de vista a luta incansável pelos direitos do trabalhador na atividade de contabilidade. A primeira diretoria do Instituto ficou assim constituída: Cornélio Marcondes da Luz (presidente), Joaquim Telles (vice-presidente), Augusto Carlos Setúbal (secretário), Antônio Joaquim de Lima (subsecretário), João Ignácio Monteiro (tesoureiro), Raul Ramos Villar (bibliotecário), além de Francisco d’Auria, Ernesto Coelho Louzada e João Ferreira de Moraes Junior, na comissão técnica, Jovino David do Valle, Avelino Lisboa e

Vasco Leite dos Santos, na comissão de inquérito, e Pedro Baptista de Assis e Silva, Carlos de Magalhães Bastos e Alfredo da Silva Candiota, na comissão revisora.

Inicialmente, o IBC tinha as características de um grêmio voltado para a execução de programas que visassem o melhor interesse da classe (MBC, 1918, p. 44), ou seja, essa Agremiação era um misto de escola com associação de classe. O exame dos ideais que motivaram os fundadores desse Instituto, em 1916, revela a preocupação em tornar a nascente agremiação uma alavanca propulsora da elevação moral e intelectual dos contabilistas brasileiros, já que a ideia primordial era congruar uma numerosa classe de incontestável utilidade nacional, propagadora e divulgadora ante os profissionais práticos dos aspectos científicos da Contabilidade (MBC, 1925, p. 66). Para isso, os iniciadores da Agremiação se propuseram a manter, entre outros meios previstos no estatuto aprovado, uma produção de caráter científico-técnico (Mensário Brasileiro de Contabilidade) que servisse como um veículo de aproximação dos profissionais amantes do estudo, proporcionando-lhes fácil intercâmbio de ideias e experiências.

Portanto, nos seus primórdios, o IBC não se constituía numa mera associação profissional de guarda-livros que visava à defesa dos interesses profissionais de seus membros ou tinha por objetivo reivindicações sociais de classe. Embora não desprezasse esse interessante aspecto da vida profissional, o Instituto era, essencialmente, um centro de estudos, onde seus membros procuravam, pelo convívio social em seu seio, desenvolver o seu preparo técnico, quer teórico, quer prático (MBC, 1925, p. 67).

Com sede na Associação dos Empregados no Comércio do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gonçalves Dias, nº 42, 2º andar, a entidade funcionou durante 11 anos consecutivos neste local, mudando-se em 1928 para um imóvel com contrato de locação por dois anos, já que aquelas instalações não comportavam mais, plenamente, as atividades do Instituto, especialmente no quesito atendimento à infraestrutura necessária para o funcionamento do curso de contabilidade. Posteriormente, o IBC se localizou ainda em mais três endereços (na Rua da Carioca, 52; na Rua da Carioca, 41; e na Rua Tomé de Souza, 170-A), antes de se situar no prédio atual, localizado na Rua Buenos Aires esquina com Regente Feijó. A transferência para a atual sede própria ocorreu em julho de 1950, tornando-se, então, a “Casa do Contabilista”, hoje denominada “Edifício Moraes Junior” em homenagem a esse grande contabilista que por mais longo tempo exerceu a presidência do SINDICONT-Rio (de 1926 a 1950).

Com relação às sedes, assinala-se que o SINDICONT-Rio foi atingido por dois grandes incêndios ao longo de sua existência, o primeiro ocorrido, em 10 de abril de 1940, na então sede do IBC localizada na Rua da Carioca, nº 41. Nessa ocasião foram destruídos os três andares desse edifício alugado, por causa de deficiências nas instalações elétricas do prédio. De acordo com depoimento da contadora Mary Isabel Pereira (diretora social na gestão 2014-2018), esse acidente acabou tornando-se uma oportunidade para motivar a realização de um antigo sonho dos associados, que era a construção de uma sede própria para o Sindicato (MBC, 2015, p.5). O segundo sinistro aconteceu mais recentemente, no dia 2 de dezembro de 2014, devido à propagação das chamas de um incêndio, em prédio vizinho de três pavimentos, que atingiram a lateral esquerda e parte da fachada frontal do Edifício Moraes Junior, deteriorando a fachada de todos os pavimentos, além de danificar móveis e equipamentos. Nessa fatalidade, foi importante a intervenção da diretoria do Sindicato, sob a liderança da presidente Lygia Maria Vieira Sampaio, que coordenando uma força-tarefa fez um retrofit do edifício preservando a construção existente e aumentando sua vida útil, sem prejudicar o calendário acadêmico da Faculdade Mackenzie.

Qtde	Tipo de Sócio	Nomes
96	Fundador	Augusto Carlos Setúbal, Joaquim Telles, João Ignácio Monteiro, Cornélio Marcondes da Luz, Carlos de Magalhães Bastos, Ernesto Coelho Louzada, Antônio Joaquim de Lima, João Ferreira de Moraes Junior, Raul Ramos Villar, Ernesto Dinis, Alfredo da Silva Candiota, Jovino David do Valle, Antônio Monteiro da Silva, Arthur Augusto Werneck Franco, Pedro Xavier de Almeida, Pedro Baptista de Assis Silva, Frederico Pinto da Costa, Arthur de Almeida Marques, Miguel Matheus Ferreira, Carlos Plácido, Raul Reis, Affonso Cesar Burlamaqui; Abelardo da Silva Aguiar, José Cândido Moreira da Silva, Miguel da Costa Lima, Emilio Schurig, Augusto Lopes da Silveira, Ernesto Le Cesne, Raphael Júlio dos Reis, José Hygino Pacheco Junior, Francisco d'Auria, Eduardo Pettinau Monti, Heitor Werneck, Alberto da Silva Freitas, Domingos Antônio de Souza, Eugenio Teixeira Leite de Abreu, Franklin Ferreira de Souza Rocha, Avelino Lisboa, Stenio Diniz, Dante Alvarez de Souza, Luiz da Rocha Brandão, Arthur de Lacerda Pinheiro, Rinaldo Gonçalves de Souza, Arthur Gerber, Ernersto Soares Meira, Antônio Eulálio M. da Fonseca, Francisco Duarte da Costa Tibau, Marcilio Mattos Junior, Candido Augusto de Mattos, João Pereira Lemos Junior, Ivan Ferreira de Moraes, Jeronymo Máximo Romano Junior, Joaquim Patrício da Cruz, Cesar Augusto da Silva Jardim, José Rodrigo de Souza Oliveira, José Augusto Botelho, Carlos de Castro Pacheco, Cesar Romulo da Silveira, José Alberto Portella, João Rodrigues da Motta Teixeira, Arthur Manhaes Tojeiro, João Washington Soares Pinto, Lamartine Pinheiro Alves, José da Fonseca Pinto, Henrique Joaquim Goulart, Alberto Carlos Mayall, Mario Ernesto Antonini, Vasco Leite dos Santos, Alfredo Porto Junior, Adelino Arsênio Pedroso, Álvaro da Cunha Ferreira, Sebastião Lemos, Raimundo Corrêa Rodrigues, José Ignácio de Avellar Werneck, Adão Christovão Valentin Jann, José Paes de Oliveira Campos, Antônio G. de Carvalho, Antônio Rodrigues Torres;
4	Honorário	Senador João de Lyra Tavares, Comendador Joaquim M. de Campos Amaral, Dr. Amaro de Albuquerque e Dr. Herculanino Marcos Inglez de Souza;
6	Correspondente	Carlos de Carvalho, Horácio Berlinck, Francisco d'Auria, Décio Fernandes Guimarães, Antônio Viçoso Moraes Jardim, Carlos Levy Magano;
5	Admitido em 1916	Alberto de Castro Neves, Antônio Alexandre de Miranda, Antônio Bancalari da Silva, Luiz Genésio Gomes e Antônio Camerino Guterres;
23	Admitido em 1917	Henrique de Passos Correa, Arthur Barboza Pinto, Primo Tavares da Motta, Alfredo Rebouças, Américo Vieira Bello, Eugenio Haddock Lobo, Álvaro Augusto Pereira da Rocha, Leopoldino dos Santos Junior, João de Almeida Lustoza, Abílio Braga Ferreira, Victor Hugo de Miranda, Heitor Santos, Licínio de Oliveira Mesquita, Dinarte Silveira, Raul da Silva, Severino João de Abreu, Bernardino Frazão Filho, Jeremias dos Santos Jacintho, Gabriel Luiz Ferreira, Álvaro Marques Sarabanda, Manoel Marques de Oliveira, João Alberto Pinto dos Santos, Manoel Victor Rebello de Miranda.

Tabela 2 - Relação de Associados IBC - 1916-1917.

Fonte: MBC, 1917, p. 51-52.

Entre os objetivos dessa Agremiação constava a valorização da imagem da profissão contábil e o desenvolvimento de ações para melhorar as condições de trabalho dos profissionais da Contabilidade, com o intuito de, com a devida regulamentação, consolidar a profissão contábil no país. Assinala-se que o IBC foi reconhecido de utilidade pública, através do Decreto nº 3.588, de 4 de dezembro de 1918. Esta distinção serviu de poderoso incentivo ao desenvolvimento do programa dessa Agremiação em prol da classe contábil e foi, naturalmente, a primeira das manifestações da série que o Instituto pretendia pleitear a fim de satisfazer as aspirações da classe contábil nacional (MBC, 1918, p. 153).

Em 1917, no seu primeiro aniversário de fundação, o IBC estava constituído por 134 afiliados, conforme mostrado na Tabela nº 2. Curiosamente, Francisco d’Auria consta duplamente no cadastro de sócios do IBC, como fundador e correspondente. Não está claro se isso se devia ao fato desse sócio pagar, efetivamente, duas mensalidades ou se era por causa dele posteriormente ter se afiliado aos quadros do Instituto Paulista de Contabilidade como sócio fundador, já que o IBC foi fundado três anos antes deste último.



Figura 2 - Diploma de Associado do IBC.

Fonte: MBC (1917).

Em reunião realizada em 4 de março de 1920, foram discutidos dois grandes problemas que provocavam efetivas dificuldades ao Instituto. O primeiro referia-se à escassez de artigos para compor as edições do Mensário Brasileiro de Contabilidade (MBC), veículo oficial de comunicação do IBC. Foi frisado que a dificuldade para angariar trabalhos técnicos estava atrasando a publicação dos números e, inclusive, colocando em risco a publicação regular desse Jornal que era, incontestavelmente, um instrumento de aproximação e difusão de

ideias atinentes à profissão contábil e melhor propagandista da existência do IBC como associação de classe. Sobre esse fato, lamentou-se que uma agremiação de intelectuais, como era o caso do IBC, estivesse passando por dificuldades para obtenção de matérias técnicas para publicação do seu periódico. Foi dito que isso se devia mais à falta de engajamento do que de preparo técnico, já que em São Paulo, no IPC, relativamente menor, esse problema não existia na manutenção da Revista Paulista de Contabilidade, dado que os profissionais de lá não poupavam esforços para manter vivo esse veículo de comunicação deles. O segundo problema, dizia respeito à situação financeira do Instituto, que não obstante contasse com cerca de 200 sócios no seu quadro social, só pouco mais da metade estava em dia com suas mensalidades. Sugeriu-se, como medidas o comprometimento dos sócios na regularização da citada inadimplência e, também, o fomento de novos associados para a agremiação.

Ainda em 1920, havia uma inquietação com a questão da “acomodação” dos contabilistas, preocupação essa resultante do fato destes darem prioridade somente ao aprendizado de conhecimentos relativos à aplicação prática da atividade contábil mercantil, ou seja, no comércio, desapegando-se da capacitação voltada para a aquisição de conhecimentos no tocante à Contabilidade aplicada, em particular na indústria e na agricultura, atividades econômicas que abriam, à época, novas perspectivas para a profissão contábil (MBC, 1920, p. 5-6). Assinala-se que a questão do conhecimento técnico sempre esteve presente nas atividades desenvolvidas pelo Instituto. Principalmente, ao prever em seu estatuto a conferência de diploma de “guarda-livros” ou de “contador” aos sócios que fossem autores de trabalhos publicados sobre a Contabilidade, desde que julgados de merecimento científico e intelectual. A esse respeito, havia um posicionamento crítico por parte dos profissionais que só tinham conhecimentos práticos de escrituração mercantil e não davam importância a essa distinção acadêmica prevista no estatuto do IBC (MBC, 1924, p. 76):

Art 43º- Para os sócios que já exercerem a profissão há mais de dois anos, o Instituto organizará anualmente concursos de habilitação, de conformidade com o programa adotado no Curso Superior de Contabilidade.

Art 44º- Aos que obtiverem aprovação em exame final no Curso Superior de Contabilidade, ou nos concursos a que se refere a disposição precedente, o Instituto conferirá diplomas de habilitação profissional.

Art 47º- Os sócios que forem autores de trabalhos publicados sobre a Contabilidade, julgados de merecimento, o Instituto poderá conferir os diplomas de Guarda-livros ou de Contador, independente das formalidades estabelecidas no Art 44º. A concessão, entretanto, só poderá ser feita mediante proposta justificada e subscrita por cinco sócios e votada por escrutínio secreto.

As formalidades exigidas pelo artigo 44 (necessidade de aprovação em exame final no Curso Superior de Contabilidade ou nos concursos estabelecidos no artigo 43, de conformidade com o programa do referido Curso Superior de Contabilidade) são dispensadas pelo artigo 47. Da leitura conjugada desses artigos, cuja aprovação foi feita em ampla e debatida assembleia dos sócios do Instituto, o que claramente se depreende é que os diplomas de Guarda-livros ou de Contador só poderiam ser conferidos nas seguintes condições:

- **Aos sócios que se submetessem a exame, em concurso organizado de acordo com o programa do Curso Superior de Contabilidade e obtivessem aprovação;**
- **Aos que obtiveram aprovação em exame final no Curso Superior de Contabilidade;**
- **Aos que tivessem publicado trabalhos sobre Contabilidade julgados de merecimento pelo Instituto.**

Portanto, a concessão de títulos que não obedecessem às disposições dos referidos artigos, constituiria uma infração estatutária, sendo um ato ilegal e positivamente nulo (MBC, 1925, p. 37). Cabe mencionar que a conquista desse diploma tornou-se objeto de questionamentos e divergências internas entre os membros do Instituto, dado que havia grande dificuldade para a obtenção desse honroso título por uma boa parte, na verdade a maioria, dos membros por não ter competência científica, especialmente no tocante à indicação dos candidatos. Face à existência de dúvidas em relação aos critérios de concessão de diplomas de Guarda-livros e de Contador aos sócios do IBC, em reunião de 20/10/1927, foi aprovada a interpretação dada pelo Prof. Joaquim Telles, após fazer leitura e estudo do artigo 47 do estatuto do Instituto. Seu parecer recomendava que a proposição de nomes para recebimento dessa menção honrosa do IBC só poderia ser formulada por sócios que já tivessem sido diplomados, bem como a análise e julgamento do merecimento ou não do(s) tra-

balho(s) do candidato ao diploma deveria ser de competência somente da Comissão Técnica do Instituto (MBC, 1927, p. 359). Dentre os primeiros contabilistas que receberam esse diploma do IBC citam-se:

Data da Sessão	Nomes
20/04/1925	João Ferreira de Moraes Junior, João Luiz dos Santos, Joaquim Telles;
25/01/1926	Cornélio Marcondes da Luz, Ernesto Coelho Louzada;
20/02/1926	Francisco d’Auria, Manoel Marques de Oliveira.
20/05/1926	Senador João de Lyra Tavares, Augusto Carlos Setúbal, Carlos Chatigner;
20/08/1926	Antenor Gomes de Carvalho, Raymundo Correa Rodrigues, Vasco dos Santos Araújo, Raphael Júlio dos Reis, Rodrigo Moreira Cesar;
20/10/1927	Raul Ramos Villar, Avelino Lisbôa, Antônio Olavo de Lima Rodrigues, João Vieira Segadas Vianna, José Alberto Portella, Antônio Joaquim de Lima, Rinaldo Gonçalves de Souza, Edgard Souza Carvalho, Benjamin da Costa Faria, Rubem Vieira Machado, Eduardo Pettinau Monte.
Tabela 3 - Contadores Diplomados pelo IBC - 1925 - 1927.	
Fonte: MBC nºs 100, 113, 118 e 127.	

Em 21/12/1925, foi aprovado regulamento para habilitação profissional através de concursos promovidos pelo IBC. Esses concursos visavam conceder diplomas de “guarda-livros” e de “contador” (art 12º), sendo exigência para inscrição em concursos públicos (art. 15º). O exame era feito com a aplicação de provas escritas eliminatórias (art. 5º) e orais (art. 4º), sendo exigida nota entre quatro e seis para aprovação simples, de sete a nove para aprovação plena e dez para aprovação distinta (art. 6º). No primeiro concurso realizado, em maio de 1926 houve a inscrição de sete candidatos. No segundo, ocorrido em novembro de 1926, se inscreveram três candidatos. Dos inscritos no primeiro exame, um foi reprovado por falta e os demais aprovados, sendo plenamente Rubem Vieira Machado (nota 9), Gabriel Luiz Ferreira (nota 8,8), Manoel de Sampaio Torres Netto (nota 8,1), Lullo Duncan de Lima Rodrigues (nota 7,3) e Américo Vieira Bello (nota 7,3); por aprovação simples Alfredo José da Costa e Sousa, com nota 6,5. Dos três candidatos participantes do segundo exame, dois não completaram as provas e o terceiro, Armando Ramos (afiliado do IBC) completou todas as provas obtendo nota dez com distinção.

Nesse mesmo ano de 1925, o IBC instituiu um Curso Superior de Contabilidade, divi-

dido em três anos¹. Nesse curso mantido por essa entidade, as atividades docentes foram confiadas a professores de comprovada competência e especialização e o curso contou com a frequência regular e assídua dos discentes, além de obedecer a uma estrutura pedagógica bem eficaz para uma formação em Contabilidade, onde os alunos eram obrigados a fazer exames em Contabilidade Mercantil, Contabilidade Bancária, Economia Política e Matemática Comercial, tendo nas bancas examinadoras professores como Moraes Junior, Francisco d’Auria, Joaquim Telles, Manoel Marques de Oliveira, Amaro de Albuquerque e Carlos Domingues, dentre outros. Em março/1926, foram matriculados 39 alunos na primeira turma, sendo que nove eram mulheres diplomadas pela Escola Normal. O semestre letivo teve início na segunda quinzena de abril/1926 e terminou em 15 de novembro desse mesmo ano. Do total de alunos inscritos, apenas sete se submeteram ao exame anual, sendo que um era mulher (Luzia de Sousa Dias). Os exames versaram sobre as matérias que constituíam o primeiro ano letivo, com todos os alunos alcançando bons resultados nas provas escritas, orais e práticas, não havendo, por isso, nenhuma reprovação (MBC, 1926, p. 115).

Em dezembro de 1927, esses sete alunos concluíram os exames das disciplinas do 2º ano do curso, enquanto que outros seis novos alunos fizeram as provas referentes ao primeiro ano. Cabe ressaltar que a única mulher matriculada no curso alcançou desempenho com boas notas nos exames de primeira e segunda série, tendo recebido elogios dos professores por sua dedicação e assiduidade às aulas, inclusive enfrentando em muitas noites as intempéries do tempo e demonstrando o maior interesse pelo conhecimento das matérias que constituíam o programa do curso. Apesar dessa prova de capacidade e desempenho, ainda havia certo preconceito em relação ao papel da mulher na Contabilidade à época, haja vista o comentário assinalado na ata da reunião do Conselho Geral do IBC, realizada em 21/10/1927 (MBC, 1927, p. 247):

“Oxalá todas as nossas moças tivessem ao menos o interesse de conhecer a Contabilidade doméstica, matéria que lhes é tão necessária conhecer para a boa administração de suas casas.”

O fato é que atento à necessidade de criação de um curso de nível superior na área de Contabilidade, o IBC criou a primeira faculdade de Ciências Contábeis no Estado do Rio de

¹ Embora denominado “Curso Superior de Contabilidade”, essa formação tinha qualificação similar a de um curso técnico, equivalente aos fundamentos básicos que seriam exigidos hoje para a obtenção de uma habilitação profissional técnica decorrente da execução de curso de técnico de nível médio realizado nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, conforme MEC Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005 (“Educação Profissional Técnica de nível médio”).

Janeiro. Como já comentado, ressalta-se que, desde o ano de 1926, esse Instituto já atuava no campo educacional, mantendo a Escola Técnico-Comercial, que passou a funcionar a partir de 1932, num sobrado de um prédio na Rua da Carioca, nº 52, oferecendo três cursos: Propedêutico, Técnico de Guarda-Livros e Perito Contador (este definido como curso superior de contabilidade). A entrada do SINDICONT-Rio na área de educação superior mostra o espírito renovador e inovador de seus afiliados, especialmente de João Ferreira de Moraes Júnior, um dos fundadores do IBC, que almejava, porém não teve êxito, articular sequencialmente a formação contábil entre os cursos técnico (de nível médio) e bacharelato (de grau superior). Embora ainda continuasse no papel, a criação de uma faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais já era prevista no Estatuto do SINDICONT-Rio. Por isso o Professor Píndaro José Alves Machado Sobrinho, imbuído do mesmo ideal e tenacidade de Moraes Júnior, não mediu esforços para, enfim, em 25 de abril 1964, como parte da comemoração do Dia do Contabilista, inaugurar e instalar a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas do IBC. Posteriormente, essa denominação social foi alterada para Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior para ostentar o nome desse líder dos contabilistas, em homenagem aos seus feitos em prol dos sonhos da classe contábil e da Contabilidade no país. Desde então, o SINDICONT-Rio se manteve como entidade mantenedora da Faculdade Moraes Júnior, até 21 de novembro de 1972, quando os direitos sobre as atividades acadêmicas e didático-pedagógicas foram transferidos.

Para o ano de comemoração do centenário da independência do Brasil, por sugestão do sócio Ernesto Coelho Louzada, ideia aprovada por unanimidade, o IBC instituiu um prêmio para a melhor monografia sobre o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil, no decurso do seu primeiro século como nação independente. A proposta foi para que se premiasse o autor da melhor e mais completa monografia sobre a Contabilidade e seu desenvolvimento no Brasil, desde a Independência até o ano de 1921. O regulamento prescrevia que os trabalhos não deveriam se deter apenas no exame da história da evolução da Contabilidade propriamente dita, mas, também, tratar dos métodos usados e seus autores, da influência exercida pelos autores estrangeiros sobre os nacionais e da fundação das academias e escolas de Contabilidade e seus programas de ensino. Enfim, abranger tudo que se relacionasse com a contabilidade mercantil. Essas monografias teriam que ser entregues na Secretaria do Instituto até 31 de janeiro de 1921 e deveriam ser inéditas e redigidas de forma discursiva, sem restrição ao número de páginas, sendo a comissão avaliadora composta por

quatro membros convidados de notório saber na área contábil e um jurisconsulto brasileiro, escolhido na mais alta magistratura do país. Ao vencedor seria conferida uma medalha de ouro contendo de um lado o emblema do Instituto e do outro os dizeres: “1º Centenário da Contabilidade no Brasil – 7 de setembro de 1822 / 7 de setembro de 1922” (MBC, 1919, p. 48-49).

Posteriormente, em reunião ocorrida em 01/10/1921, foi deliberado que esta premiação fosse ampliada, concedendo uma segunda medalha de ouro ao autor da melhor monografia sobre assuntos técnicos, bem como menções honrosas a todos os trabalhos julgados bons. Essas monografias, após aprovadas, seriam publicadas no MBC e depois reunidas em um livro. A publicação dessa obra correria por conta do Instituto, devendo estar concluída por ocasião do centenário. Na ocasião, o sócio Ernesto Louzada, como membro da Comissão Técnica, se prontificou em doar a importância necessária para a aquisição da primeira medalha e o sócio João Ferreira de Moraes Junior (também componente da Comissão Técnica) declarou que o IBC colocaria à disposição a importância necessária para a aquisição da segunda medalha de ouro. Todavia, assinala-se que não foram encontradas evidências ou informações sobre a concessão ou não do citado prêmio na data estipulada. Ao que parece, essa ideia deve de ter sido abortada por algum motivo especial, não detectado nesta pesquisa, haja vista que igual proposta voltou a ser ventilada, por ocasião da organização do I Congresso Brasileiro de Contabilidade, em 1924.

Ainda em linha com o objetivo principal de sua constituição, que era o de promover o estudo e o aperfeiçoamento da Contabilidade, em todas as suas aplicações e difundir o seu ensino (Art. 2º), o IBC, em reunião ocorrida em 22/11/1923, aprovou a convocação do I Congresso Brasileiro de Contabilidade, que seria a primeira atividade desse gênero e natureza a ser posta em prática no país, na área contábil. Esse evento, realizado de 16 a 24 agosto de 1924, na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) teve como objetivo estudar todos os assuntos relacionados com a Contabilidade e com o exercício da profissão contábil, visando ao aperfeiçoamento, ao preparo técnico e à evolução moral da classe, definindo a Contabilidade e a escrituração mercantil (CFC, 2012, p.11). A comissão organizadora do congresso foi constituída por Dr. Raphael de Abreu Sampaio Vida (presidente de honra), Senador João de Lyra Tavares (presidente), Francisco d’Auria (1º vice-presidente), João Ferreira de Moraes Junior (2º vice-presidente), Joaquim Telles (1º secretário), Augusto Carlos Setúbal (2º secretário), Roberto Ramiz Wright (3º

secretário), Rodrigo Moreira Cesar (tesoureiro) e como consultores: Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça, Ernesto Coelho Louzada, Hugo da Silveira Lobo, Manoel Marques de Oliveira e João Luiz dos Santos.

No evento, participaram cerca de cento e vinte congressistas oriundos das mais variadas atividades (agremiações de contadores, guarda-livros, empresários do comércio, associações comerciais, industriais, estabelecimentos de ensino, academia de Direito e institutos de advogados) e foram apresentados 70 trabalhos, divididos em quatro comissões: i) Contabilidade; ii) Ensino Técnico; iii) Exercício Profissional; e iv) Comércio e Legislação. Da área contábil, estiveram presentes alguns profissionais que, futuramente, viriam a desfrutar de grande renome na classe contábil, como João de Lyra Tavares, Francisco d'Auria, José Mattos Vasconcelos, João Luiz dos Santos, Ubaldo Lobo, Marcondes da Luz, Olavo Rodrigues, João Ferreira de Moraes Junior, Gastão Luz, Augusto Carlos Setúbal, Adolpho Gredilha, Joaquim Telles, Raul Fialho de Farias, Carvalho de Mendonça, Antônio Miguel Pinto, Horácio Berlinck, Carlos Domingos, Roberto Ramiz Wright, Ernesto Coelho Louzada (CFC, 2012, p; 11). Segundo Sá (2008, p. 239), essa foi a primeira oportunidade que a classe contábil teve para se manifestar de forma geral e pública, já que foram apresentados alguns trabalhos dirigidos a doutrinar e disciplinar o exercício profissional, com relevo para o regime de registro e informação. Na sessão de encerramento foi aprovada a realização do II Congresso Brasileiro de Contabilidade, a ser realizado em 7/09/1926, na cidade de São Paulo, sob a organização da Escola de Comércio Álvares Penteado (atual FECAP). No entanto, por motivos alheios à sua vontade, essa escola não pode dar cumprimento à delegação que lhe havia sido conferida. Então, o Instituto Paulista de Contabilidade avocou para si o cumprimento dessa honrosa incumbência, mas o evento também acabou não acontecendo, acredita-se que devido a dificuldades financeiras para arcar com os custos do congresso. Diante desse impasse, seis anos mais tarde, o IBC tomou para si essa missão e acabou realizando esse congresso, no período de 18 a 25 de abril de 1932, na cidade do Rio de Janeiro, na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, sob a presidência de João Ferreira de Moraes Junior, contando com a apresentação de 28 trabalhos.

Em 01/09/1928, registra-se o falecimento, do idealizador intelectual do IBC e grande mentor e propagador do I Congresso Brasileiro de Contabilidade, Augusto Carlos Setúbal, sócio benemérito e secretário honorário do Instituto. Ocupante da matrícula nº 001 do IBC, sempre atuou com extrema paixão pelos interesses da classe contábil e se dedicou com

intenso labor aos seus afazeres como membro da Comissão Técnica dessa entidade contábil. Com sua morte, o IBC perdeu não somente o primeiro de seus associados, mas, também, uma liderança que sempre soube manter-se firme e ativo em posição de destaque perante seus colegas de profissão e agremiação, e teve notável capacidade para atuar com rara eficiência na vanguarda da direção do Instituto, desde sua fundação.

Mais adiante, em 16 de outubro de 1934, o IBC, por força da legislação, passou à categoria de sindicato, recebendo sua carta sindical do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 21 de abril de 1941. Com a Lei de Sindicalização, aprovada no ano de 1940, os sindicatos de contabilistas tornaram-se importantes para a valorização da classe, devido à luta por melhores condições de trabalho, à defesa dos interesses dos contabilistas perante outras entidades, órgãos públicos e a sociedade, conseguindo que o profissional da classe contábil conquistasse, cada vez mais, o respeito e o reconhecimento que lhe deveria ser devido. Nessa época, registram-se outras duas importantes conquistas para desenvolvimento da classe contábil: i) a regulamentação do ensino comercial e da profissão do contabilista; e ii) a instituição do registro obrigatório dos contabilistas na Superintendência do Ensino Comercial. Um dos primeiros eventos convocados pelo SINDICONT-Rio foi a Primeira Convenção Nacional de Contabilistas, realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 10 e 13 de outubro de 1945, para discutir temas e assuntos de interesse da classe contábil fluminense.

Sempre com espírito inovador, no ano de 2006, pela primeira vez em sua trajetória, o SINDICONT-Rio elegeu uma mulher para presidente, a profissional Vitória Maria da Silva (gestão 2006/2010), rompendo um ciclo de 90 anos de presença masculina à frente das diretorias do Sindicato (MBC, 2015). A liderança feminina na direção do Sindicato teve sequência com a gestão de Damaris Amaral (2010/2014) e, agora, com a contadora Lygia Maria Vieira Sampaio (2014/2018) à frente desse Sindicato, com o compromisso de planejar a comemoração dos 100 anos dessa Entidade e de continuar lutando pelo profissional da contabilidade, pleiteando o respeito no exercício da profissão.

Atualmente, o SINDICONT-Rio oferece uma gama de atividades de valorização profissional, além de vários benefícios, dispendo de uma sede localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, Rua Buenos Aires, 283 - 2º andar, onde conta com adequado espaço para recepção de seus associados e manutenção de convivência agremiativa, fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus afiliados. Em 2016, o SINDICONT-Rio estará completando seu primeiro centenário, que historicamente tem sido pautado no

aprimoramento, defesa e incentivo da prática contábil íntegra, confiável e tempestiva, sem perder de vista a incansável luta pelos direitos do trabalhador contabilista. Como premiação pelo reconhecimento de sua importância institucional ao longo desses quase cem anos de atuação e prestação de serviços, o SINDICONT-Rio foi condecorado com a “Medalha Tiradentes”, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), conforme Resolução nº 1.156, de 16 de setembro de 2014.

4.2. SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SESCON RIO DE JANEIRO

A palavra sindicato tem sua raiz etimológica derivada do latim e do grego. No latim escreve-se “sindicus”, que significa o “procurador escolhido para defender os direitos de uma corporação”; no grego, diz-se “syn-dicos”, termo usado para denominar aquele que defende a justiça. Portanto, o adjetivo “sindicato” está sempre associado à noção de defesa com justiça de uma determinada coletividade (SINTIVEST, 2001).

Historicamente, a questão da organização sindical, da forma atualmente conhecida, surgiu ancorada na “Revolução Industrial”, quando ocorreu um forte desenvolvimento industrial na Inglaterra no final do século XVIII e começo do século XIX. Hoje o sindicalismo deixou de ser limitado ao contexto industrial e expandiu-se para outros setores da economia onde exista relação de trabalho formalmente organizado.

Nesses mais de duzentos anos de história, o movimento sindical consolidou-se como conjunto de práticas sociais de sindicatos, seja de trabalhadores ou patronais, com características e pesos sociais próprios, criando formas de organização e ação política e social na luta em prol da defesa comum dos interesses e direitos de seus aderentes.

No Brasil, a representação sindical é fruto do período de presidência de Getúlio Dornelles Vargas. Entre as principais realizações de seu primeiro governo, Vargas criou e implantou vários direitos trabalhistas, assinando o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esse decreto regulamentava a Consolidação das Leis do Trabalho e, com base nos seus Artigos 570 e 577, estabelecia normas para a constituição de categorias econômicas e profis-

sionais, em conformidade com o “Quadro de Atividades e Profissões”. Dessa forma, cabia ao Ministério do Trabalho de então, através de sua Comissão de Enquadramento Sindical, realizar a tarefa de determinar o sindicato que representaria determinada categoria profissional ou mesmo econômica. Portanto, sob esse regime jurídico-legal se conferia ao Estado o exercício de um controle amplo e efetivo sobre as instituições sindicais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a liberdade sindical foi permitida (CF, 1988, Artigo 8º, I), desde que observado o inciso II desse mesmo artigo, que prescreve o dever de se respeitar a categoria econômica e a unicidade sindical. Como a Constituição Federal é a fonte primária do direito positivo brasileiro, para efeitos de representatividade e enquadramento das instituições sindicais, não é mais preciso, hoje, a adequação ao Quadro de Atividades e Profissões a que alude o Art. 577 da CLT.

Face ao exposto, pode-se concluir, à luz da doutrina e jurisprudência legal, que, atualmente, fica deferido aos trabalhadores e empresas o direito de determinar sua própria representatividade. Com isso, verificou-se grande crescimento no número de instituições sindicais no Brasil, desde então, já que antes isso era reprimido nos casos de não previsibilidade no quadro de atividades e profissões.

Portanto, a organização sindical brasileira atual adota, por princípio, o regime de categorias econômicas e profissionais. As categorias profissionais, salvo as categorias profissionais diferenciadas, se formam em função das categorias econômicas a que se referem. O que significa dizer que os trabalhadores de determinada empresa integrarão a categoria profissional correspondente à categoria econômica onde essa empresa está enquadrada, em função da atividade preponderante que ela desenvolve.

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (SESCON Rio de Janeiro) é uma entidade sindical patronal, ligada às empresas prestadoras de serviços de contabilidade no Rio de Janeiro. Criado em 16 de fevereiro de 1987, com a denominação de Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis, seus fundadores decidiram transformar a denominação social de associação para sindicato (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Rio de Janeiro) com o intuito de obter maior força representativa da classe e estar à frente da negociação das convenções coletivas da categoria econômica, visando conquistar melhorias para seus afiliados. Assim, esse Sindicato surgiu do sonho de unir os empresários contábeis do Rio de Janeiro com mesmos objetivos em um sindicato patronal estadual, tendo em

vista que muitos profissionais eram proprietários de empresas de serviços contábeis e não contavam com uma voz que discutisse e defendesse seus interesses como categoria.

Atento aos anseios dos associados que representava o SESCON Rio de Janeiro, ao longo de sua atuação, tem mantido uma trajetória de luta, conquistando diversos benefícios para seus filiados, diretamente, e indiretamente para a classe contábil e toda a sociedade. Para isso, durante esses 28 anos de existência, fez aproximação com entidades sindicais e órgãos governamentais e participou da fundação da Federação das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), juntamente com outros Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis (SESCON) e Sindicatos de Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento Empresarial, Perícias, Informações e Pesquisas (SESCAP) do país, além de promover cursos e eventos e estar envolvido em todos os movimentos representativos da categoria em âmbito regional e nacional.

No ano de 1996, o SESCON Rio de Janeiro alterou sua denominação social, passando a se chamar Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, com a inclusão das categorias econômicas “Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas”. Atualmente conta com uma base de associados e filiados da ordem de 15.270 (dados de maio de 2013) e sua atuação abrange 13 regiões do Estado do Rio de Janeiro, atendendo a setenta e três municípios.

No Estado do Rio de Janeiro existe outro Sindicato similar, o Sescon-Sul Fluminense, que atende a dezenove municípios daquela região (Barra Mansa, Resende, Itatiaia, Quatis, Volta Redonda, Rio Claro, Parati, Angra dos Reis, Piraí, Barra do Piraí, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Vassouras, Valença, Rio das Flores, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pinheiral e Porto Real).

Contando com sede própria localizada nos 6º e 7º andares da Av. Passos, nº 120, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, o SESCON Rio de Janeiro, tem uma infraestrutura adequada para o funcionamento de suas distintas atividades. Suas instalações permitem promover cursos de qualificação profissional voltados para o aprimoramento técnico e a educação continuada, além de oferecer programas educacionais e culturais e desenvolver atividades de estudo e pesquisa e serviços relacionados a temas de interesse de associados e filiados. Atualmente, o Sindicato está estruturado com 8 diretorias e possui uma base de associados e filiados da ordem de 15.270 (dados de maio de 2013), conforme demonstrativo abaixo, representando 90 (noventa) atividades distintas:

ANO \ ATIVIDADES	CONTABILIDADE	ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS	TOTAL
2010	5.846	2.764	8.610
2011	5.912	2.770	8.682
2012	6.725	5.387	12.112
2013	8.500	6.770	15.270

Tabela 4 - Afiliados e Associados do SESCOON Rio de Janeiro.

Fonte: SESCOON Rio de Janeiro.



Gráfico 1 - Evolução Afiliados e Associados do SESCOON Rio de Janeiro.

Fonte: SESCOON Rio de Janeiro.

O gráfico seguinte mostra a evolução do quadro social do SESCOON-RJ por segmento:

O SESCOON Rio de Janeiro tem vários programas de treinamento nas áreas de qualidade de serviços, tecnologia da informação e gestão empreendedora. Possui, ainda, um completo sistema de mídia eletrônica, composto por revista técnica, boletim de notícias, videoteca e sistema de televisão, além de portal de internet interativo com os associados e o público em geral, de modo a informar sobre ações, projetos, conquistas e lutas em favor da coletividade e do fortalecimento da categoria.

No âmbito político, o SESCOON Rio de Janeiro interage com vários agentes institucionais públicos e privados (Sebrae RJ, Prefeitura Municipal do RJ, Junta Comercial do Estado do RJ, Justiça do Trabalho, dentre outros), articulando apoio em prol de problemas e assuntos que afetam a categoria, especialmente questões propositivas referentes a mudanças na legislação tributária incidente sobre as sociedades uniprofissionais e as micro e pequenas empresas, como foi o caso do Simples Nacional e da Nota Fiscal Eletrônica, também conhecida como Nota Carioca. Participa, ainda, do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro e do Comitê Gestor de Integração do Registro Empresarial da Jucerja, neste último como membro permanente, e faz parte também dos Comitês

Gestores do Simples Nacional de Saquarema e de São Gonçalo.

Outra importante luta travada pelo SESCON Rio de Janeiro foi em favor da redução e escalonamento das multas decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias com a sanção da Lei nº 12.766/12, consideradas abusivas, que trouxe benefícios à classe contábilista. Tal resultado só se tornou possível com a união e parceria das entidades congêneras (CRC-RJ, Unipec, SINDICONT-Rio, Ibracon – 3a Região) e do apoio do Senador Francisco Dorneles.

Dentre os muitos serviços oferecidos por essa entidade, citam-se:

SERVIÇO	FINALIDADE
Plantão na Junta Comercial do Rio de Janeiro (JUCERJA)	Visa tirar dúvidas e orientar associados sobre processos e registros na instituição. No período compreendido entre 2010 e 2013, cerca de 300 profissionais utilizaram o serviço. O atendimento ocorre todas as quartas-feiras, das 14h30 às 15h20, com agendamento prévio.
Plantão Jurídico	É um serviço prestado por e-mail, a fim de sanar dúvidas sobre legislação tributária, trabalhista e sindical. O Sindicato também recebe demandas que são encaminhadas aos órgãos governamentais. Os plantões são diários e ocorrem das 15h30 às 17h30.
Sescon Itinerante	Desde 2012, quando foi criado, 130 associados de Três Rios, Niterói e Petrópolis puderam participar, em suas próprias cidades, de cursos e palestras gratuitos oferecidos pelo Sindicato.
CCP	Em parceria com o Sindicato dos Empregados de Empresas de Serviços Contábeis do Estado do Rio de Janeiro (Seescerj), o SESCON Rio de Janeiro mantém um espaço para homologação de rescisões e para Conciliação Prévia entre escritórios de Contabilidade e ex-funcionários por intermédio da Comissão de Conciliação Prévia (CCP). A CCP funciona como um canal de comunicação entre patrão-empregado, no momento de desligamento. No período 2011-2013, foram realizados 45 atendimentos. O atendimento para a conciliação ocorre as terças e quintas-feiras, das 15h30 às 17h.
Registro Civil de Pessoas Jurídicas	Desde 2011, é oferecido atendimento personalizado e eficaz aos associados que desejam esclarecer dúvidas sobre registros e processos em tramitação no órgão. Os pagamentos feitos em cheque pelos associados do Sescon são computados como espécie, o que torna os registros mais ágeis.
Certificado Digital	O SESCON Rio de Janeiro mantém, em sua sede, um posto de certificação digital. O serviço é agendado no site do Sindicato, oferece valores diferenciados para os associados e é validado presencialmente. Para desenvolver um trabalho cada vez melhor, o SESCON Rio de Janeiro organiza periodicamente a “Pesquisa de Satisfação da Certificação Digital”.

Café com Palestra	É um evento matutino acompanhado de uma palestra sobre um tema relevante para as empresas contábeis como, por exemplo, sobre segurança, gerenciamento de informações e mudanças tecnológicas. É realizado na segunda 4ª feira das 8h30min às 11hs.
-------------------	--

Tabela 5 - Atividades desenvolvidas pelo SESCON Rio de Janeiro.

Fonte: SESCON Rio de Janeiro.

Pode-se ter uma ideia do grande envolvimento do SESCON Rio de Janeiro com a questão da educação continuada a partir das informações disponibilizadas em seu Relatório de Gestão 2010-2013 acerca da considerável quantidade de eventos realizados (Café com Palestra, Proages, Outros Cursos e Palestra Gratuitas) e do significativo número de participantes:

ANOS / EVENTOS	CAFÉ COM PALESTRA		PROAGES		OUTROS CURSOS		PALESTRAS GRATUITAS		SEMINÁRIOS FÓRUNS		SESCON ITINERANTE		SEMINÁRIOS VIA WEB		CURSOS GRATUITOS	
	REALIZADOS	PARTICIPANTES	REALIZADOS	PARTICIPANTES	REALIZADOS	PARTICIPANTES	REALIZADOS	PARTICIPANTES	REALIZADOS	PARTICIPANTES	REALIZADOS	PARTICIPANTES	REALIZADOS	PARTICIPANTES	REALIZADOS	PARTICIPANTES
	2010	11	390	12	283	7	119	23	3620	-	-	-	-	-	-	-
2011	10	376	9	218	6	233	19	2489	1	263	-	-	20	318	-	-
2012	11	335	10	163	6	163	5	357	4	538	5	130	23	364	11	301

Tabela 6 - Eventos realizados pelo SESCON Rio de Janeiro.

Fonte: SESCON-RJ - Relatório de Gestão 2010-2013.

No cumprimento de seu papel social, o SESCON Rio de Janeiro desenvolve ações solidárias e envolve-se em questões sociais e comunitárias ou em campanhas e mutirões de solidariedade, prestando consultoria em locais carentes. A preocupação dessa Entidade com a questão social e comunitária se faz presente no apoio às associações que cuidam de jovens em comunidades carentes (por exemplo: Associação “Semente da Vida” da Cidade de Deus, que cuida do reforço escolar de cerca de dois mil jovens dessa comunidade) e no patrocínio de campanhas para doação de itens necessários ao pleno desenvolvimento das crianças de regiões carentes (entrega de material escolar, o “Arraiá Solidário”, as festas de Páscoa e a doação de brinquedos no Dia das Crianças).

Assim como ocorreu com outras entidades contábeis no Estado do Rio de Janeiro, em 2010, foi eleita a primeira mulher para liderar o SESCON Rio de Janeiro, contadora Márcia Tavares Sobral de Sousa. Além disso, o Sindicato estimula e apoia eventos que reforçam o papel da mulher na Contabilidade, cabendo citar o “Fórum da Mulher Contabilista do Rio de Janeiro” e o “Encontro SESCON Rio de Janeiro da Mulher Empresária”, eventos que passaram a fazer parte da agenda oficial da classe contábil fluminense.

O SESCON Rio de Janeiro participa, direta ou indiretamente, da organização de eventos que aglutinam os contabilistas do Estado, sempre almejando a cooperação entre as entidades, o fortalecimento na defesa do setor empresarial contábil e a viabilização de ações e benefícios em favor dos seus afiliados. Por isso, continua mantendo intensa parceria com a Fenacon, com os Sescon e as Sescap, mediante intercâmbios visando ao alinhamento de estratégias e ao estabelecimento de parcerias políticas para valorização do empresariado contábil brasileiro.

4.3. UNIÃO DOS PROFISSIONAIS E ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIPEC

Os escritórios de contabilidade constituem uma categoria econômica de grande representatividade, já que a eles cabe o papel de atender às demandas de serviços contábeis por parte das pequenas e médias empresas; ou seja, dão atendimento contábil a pessoas jurídicas que não têm capacidade financeira de possuir internamente seu próprio departamento contábil.

O papel dos escritórios de contabilidade é relevante e importante, considerando que essas empresas não têm condições de manter um departamento de contabilidade próprio, face aos altos custos que isso representaria para elas. Isso torna esses escritórios elementos fundamentais e imprescindíveis e, em geral, eles atendem a uma clientela considerada de pequeno porte, micro, pequenas e médias empresas, mediante a prestação de serviços nas áreas de escrituração contábil, escrituração fiscal e trabalhista, além de prestarem serviços de assessoria a profissionais liberais, particularmente ao que tange às questões do imposto de renda e recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais, bem como escrituração de componentes previdenciários e trabalhistas. Também atuam cuidando da preparação de atas, com publicação e arquivamento na Junta Comercial, constituição e legalização de empresas (contratos, alterações e outros procedimentos correlatos), obtenção de alvarás, declarações, etc.

A principal vantagem no uso dos serviços dos escritórios de contabilidade reside no fato de a empresa cliente, mediante o pagamento de honorários modestos, ter ao seu dispor todo um departamento contábil e de pessoal com um contabilista à frente de uma completa equipe de auxiliares indispensáveis ao atendimento de toda gama de serviços que a contabilidade propicia. Se o cliente fosse arcar sozinho com todo o custo para manter um departamento próprio para execução desses serviços de contabilidade, incorreria em gastos pesados em se tratando de micro ou pequena empresa. Não resta dúvida, de que a tranquilidade proporcionada pela assistência técnica oferecida pelos escritórios de contabilidade, se alcançada por meios próprios, elevaria substancialmente os gastos da empresa, prejudicando o atingimento do objetivo maior de conjugação do menor custo com a obtenção dos melhores resultados.

Observa-se, assim, a significativa importância que os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade proporcionam aos seus clientes, haja vista a impraticabilidade, na maioria dos casos, deles manterem um serviço próprio. Especialmente porque as introduções de novas metodologias e as várias alterações nas legislações fiscal, societária e trabalhista exigem gastos e constantes investimentos de tempo e dinheiro em reciclagens, o que obriga a participação em cursos, seminários e treinamentos de modo a acompanhar as permanentes modificações das normas e regulações.

É sabido o elevado número de leis federais, estaduais e municipais aplicadas na contabilidade das empresas, tanto em termos fiscais como societário. Este fato tornava a atualização e a reciclagem profissional uma loucura para aqueles que atuam no campo contábil. Portanto, se tomado em conta o tempo que um profissional trabalha diariamente num escritório de contabilidade, dada a necessidade de leitura e estudo de pelo menos duas legislações por dia, pode-se estimar que tivesse que dispende um maior consumo de horas diárias para o seu labor cotidiano. Por causa disso, o proprietário de um escritório de contabilidade geralmente não conseguia economia de horas trabalhadas, ao contrário, acabava sacrificando mais tempo pessoal e familiar em sua jornada profissional. Isso partindo da premissa de que não fossem feitas ou executadas outras atividades adicionais nesse período.

O ano de 1960 representou um período de dificuldades para os escritórios de contabilidade, por causa da transferência da capital federal para Brasília, com o consequente surgimento do Estado da Guanabara e, com ele, a publicação da Lei nº 2, de 5 de maio de 1960.

Essa legislação proibia os profissionais de contabilidade de exercerem atividades junto

a quaisquer repartições públicas e concedia este privilégio, excepcionalmente, aos despachantes e advogados, em detrimento da classe dos contabilistas que, apesar de numerosa, não era mobilizada. Tal dispersão fazia dos profissionais contábeis presas fáceis de atitudes unilaterais, como a citada, exigindo a constituição de frentes de lutas bastante intensas e desgastantes.

Por sorte, a reação imediata por parte de alguns escritórios de contabilidade, cuja campanha memorável alcançou um desfecho favorável para os contabilistas, teve como resultado o fato de em setembro deste mesmo ano ter sido sancionada a Lei nº 13, que restituía para a classe contábil o direito inquestionável de acesso às repartições estaduais e municipais.

Esse acirrado movimento de luta política acabou tendo o mérito de aproximar os escritórios de contabilidade, servindo para proporcionar uma convivência mais esclarecida e fraternal, além de suscitar um sentimento de união visando uma atuação mais articulada e representativa dos escritórios de contabilidade. Não tardou muito para que, no ano de 1964, trinta e quatro proprietários de escritórios de contabilidade, inconformados com os últimos acontecimentos e sob a liderança de Ary de Jesus Pereira, fundassem uma agremiação associativa, denominada UNIPEC - União dos Proprietários de Escritórios de Contabilidade, cujo estatuto foi aprovado em 23/06/1965, sob o nº 13.769, no livro A-6 no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro (RCPJ RJ). O primeiro presidente eleito foi Francisco Cardoso da Silva, que cumpriu mandato de janeiro de 1964 a março de 1965.

Na continuidade dos anos, o estatuto da UNIPEC foi sofrendo adaptações de acordo com as necessidades dos novos tempos, sendo importante assinalar a modificação no nome da Associação, em 1985, que para abranger um maior número de associados, sofreu uma alteração, pois o “P” de UNIPEC que, inicialmente representava “Proprietários”, foi trocado para “Profissionais”. Esta medida acabou por elevar o quadro social desta Associação, considerando que muitos profissionais que não tinham escritório de contabilidade, pelo fato de militarem em outras áreas, não se interessavam em ingressar na UNIPEC por achar que só fosse permitido para quem tivesse propriedade de um escritório contábil. Atualmente o quadro social tem contabilistas militantes sem pertencerem a escritórios de contabilidade, contando também com afiliados atuantes em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro (Duque de Caxias, Volta Redonda, Saquarema, Cabo Frio, Petrópolis, Nova Iguaçu e Campos).

onde funcionava o escritório do associado Bernardo Rabinovich. Antes disso, havia funcionado na Rua Álvaro Alvim, 27 – Grupo 42, de propriedade do associado Ricardo Cardoso.

Em 1974, deu-se início a uma campanha para aquisição de sede própria, que se concretizou em 21/08/1982, com a negociação da sala 1.109 do Edifício Monte Sinai, sito à Av. Presidente Vargas, nº 1.146 (atual sede própria). A escritura de compra e venda foi assinada em sessão solene no escritório da associada Olinda Motta Bottrel (presidente de honra da UNIPEC), na sala 509, do mesmo prédio e contou com a presença de todos os diretores da UNIPEC e do Dr. Orlando Martins Pinto, então presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ). Este investimento tornou-se possível só por causa da colaboração de alguns associados que doaram os recursos financeiros para efetivação da referida aquisição. Na ocasião, já estava também apalavrado com os proprietários a aquisição de um segundo imóvel vizinho (sala 1.111), mas que ainda não havia sido concretizada devido à necessidade de levantamento dos fundos necessários, já que os recursos ainda eram insuficientes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19/05/1982, deliberou-se pela alteração no Estatuto Social da Associação, criando-se a categoria de sócios proprietários, que contemplaria, inicialmente, a emissão de 100 (cem) títulos, vendidos ao preço unitário de 30 (trinta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), visando, exclusivamente, aplicar a receita arrecadada na compra da sede própria. Quem adquirisse esses títulos patrimoniais até 30/08/1982 pagaria o preço de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), sendo que metade dos títulos já havia sido comprada por um grupo de associados e amigos da UNIPEC. A inauguração da atual sede própria deu-se em 29/08/1984, após uma campanha de venda de rifas para angariar recursos para suportar os gastos de instalação e aquisição de móveis e instalações.

Na UNIPEC, as reuniões dos sócios ocorrem semanalmente às terças feiras, às 17 horas, onde são discutidos temas de interesse da classe trazidos pelos associados para debate e feitos esclarecimentos de notícias, informações, consultas, reivindicações, sugestões, etc. Nessas reuniões são tratados os mais variados assuntos de interesse da classe contábil, em particular aqueles que dizem respeito aos escritórios de contabilidade no exercício de suas atividades e atribuições. Geralmente, a maioria dos assuntos envolve matérias de conteúdo contábil, fiscal e trabalhista.

Tendo em vista seu objetivo fundamental de unir os escritórios de contabilidade na

defesa de seus interesses e reivindicações junto às autoridades públicas e outras entidades, a UNIPEC sustenta um estreito relacionamento com os conselhos, sindicatos e associações da área contábil e mantém entendimentos com autoridades fiscais/tributárias municipais, estaduais e federais no que diz respeito às questões legislativas, normativas e operacionais dos impostos e contribuições. Na prática, os representantes da Associação sempre procuram as autoridades responsáveis todas as vezes que surgem dificuldades para aplicação prática de dispositivos legais, tentando buscar soluções na discussão dos problemas surgidos. Como exemplo, têm-se as articulações realizadas na área tributária, por ocasião da implantação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado do Rio de Janeiro; ou, também, quando da regulamentação e aplicação do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), especialmente sobre atividades mistas. Numa mobilização conjunta com o SINDICONT-Rio e o IBRACON envolveu-se numa luta unificada contra a Lei Municipal nº 114/79, que majorava em cerca de 1.500% o ISS das sociedades uniprofissionais, já que a classe mais prejudicada por esta medida seria a dos contabilistas proprietários de escritórios de contabilidade. Outras realizações que envolveram a UNIPEC foram: i) a resolução de problemas decorrentes da aprovação do Estatuto Nacional da Microempresa; e ii) o apoio à Junta Comercial (JUCERJA) na elaboração de resoluções que afetam os escritórios de contabilidade.

No campo cultural, a UNIPEC desenvolveu várias atividades voltadas para a maior capacitação intelectual e social de seus afiliados. Um exemplo foi a campanha de valorização do contabilista, onde questionava o fato de seus associados se acomodarem com um comportamento submisso aos “comandos” dos empresários, aceitando a baixa remuneração pelos seus trabalhos e, também, por se tornarem meros cumpridores das normas legais, impostas de cima para baixo. A UNIPEC criticava o fato de que essas normas eram elaboradas por tecnocratas, que não conheciam com profundidade a profissão contábil e, portanto, não sabiam das dificuldades para cumpri-las. Essa situação fazia com que os profissionais de escritórios de contabilidade ficassem “escravos” da burocracia, resignando-se ao simples papel de preencher guias de recolhimento de tributos e à rotina de cumprir e executar a elaboração de um monte de papeladas com informações repetitivas e, o que era pior, trabalhando mais de 10 horas por dia atrás de uma mesa. O que ocorria era que os profissionais de contabilidade não opinavam sobre normas legais que diziam respeito às suas atividades, antes delas serem aprovadas. O máximo que conseguiam junto ao Poder Público,

quando eram atendidos, era a prorrogação de prazos e assim mesmo, a muito custo, depois de árduas negociações. Aliás, em muitas das vezes nem sempre eram atendidos em seus pleitos, já que a maioria dos casos com êxito atendia a investidas e reivindicações mais individuais que coletivas.

Em termos de atualização técnica dos seus associados, a UNIPEC promoveu cursos e realizou palestras e conferências sobre os mais variados assuntos, visando sempre a valorização profissional dos associados em relação à capacitação na área contábil. Como exemplos citam-se: correção monetária de balanços, imposto de renda de pessoa jurídica, lucro real e lucro presumido, dentre outros. Manteve convênio com o CEAG-Rio, agente estadual do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), para capacitar tecnicamente os donos de escritórios de contabilidade na prestação de serviços às micro e pequenas empresas. Em agosto/1988, iniciou, em sua sede, um curso de inglês para principiantes (uma vaga por associado), com aulas grátis, sendo esse curso estendido também aos cônjuges ou filhos, no caso de impossibilidade de frequência do associado.

Realizou, ainda, o 1º Encontro dos Profissionais e Escritórios de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, no dia 27 de setembro de 1990, no auditório do Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro, numa realização conjunta dessas duas entidades de classe, representando um dia de trabalho dedicado à discussão dos diversos temas e assuntos de interesse profissional do contador. O I ENESCON/RJ contou com a participação de 180 contabilistas e o êxito alcançado fez com que as entidades responsáveis pela sua realização já canalizassem sua atenção e esforço para a realização de um segundo encontro no ano seguinte.

4.4. INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL - IBRACON

O desenvolvimento histórico da atividade de auditoria não está bem documentado no tempo (LEE, 1994), mas, seguramente, sua origem remonta a um passado pouco menos remoto do que o da contabilidade (BOYD, 2003). De acordo com Cosenza (1999), Teck-Heang e Ali (2008) e Lee (1986), muitas das práticas de auditoria, próximas das atualmente existentes, foram encontradas nas civilizações antigas (ex.: China, Egito, Pérsia e Grécia) durante a evolução da civilização humana.

No mundo capitalista, a auditoria de empresas começou com o início da supremacia britânica no mercantilismo. Berço da Revolução Industrial, a Inglaterra se tornou uma grande potência comercial e industrial a partir do final do Século XVII, quando se observou um significativo crescimento empresarial e uma expansão dos mercados impulsionada por capitais de terceiros (investidores, em especial banqueiros).

Sob esse contexto, tornou-se necessário o exame das demonstrações financeiras por profissionais que não mantivessem ligação com as empresas capitalizadas, a fim de atestar, de forma geral, a lícita aplicação dos recursos e o retorno dos investimentos. Para Brown (2003) esse ambiente foi propício para que a figura do auditor independente emergisse.

O pioneirismo inglês é marcado pela fundação do Institute of Chartered Accountants in England and Wales, em 1880, que incorporou as sociedades profissionais britânicas existentes numa única corporação profissional e previa, sob certas condições, a admissão de outras pessoas como membros (BROWN, 2003). Já nos Estados Unidos, a auditoria tomou novos rumos após a crise da Bolsa de Valores de 1929, quando, então, foram adotadas novas regras para as companhias com ações cotadas em bolsa de valores, visando criar mecanismos de detecção de fraudes e prestação de contas para os investidores que participavam do mercado de ações.

Através do Securities and Exchange Act de 1934, foi criada a Securities and Exchange Commission (SEC), instituída como agência governamental responsável por proteger investidores e manter a integridade do mercado de valores mobiliário dos Estados Unidos. Conforme Byrnes et al (2012), entre outras responsabilidades, a SEC foi inicialmente revestida de autoridade para a promulgação de normas de contabilidade, além da função de supervisionar os auditores. Além disso, a SEC foi obrigada a fazer cumprir a regulação de que as empresas norte-americanas de capital aberto deveriam apresentar relatórios periódicos para essa agência em tempo hábil. Para ajudar a SEC com a garantia de que esses relatórios estavam sendo criados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos norte-americanos (Generally Accepted Accounting Principles in the United States – U.S. GAAP), tornou-se obrigatória a auditoria contábil independente das demonstrações financeiras dessas empresas.

Especificamente no Brasil, embora existam evidências de usos e costumes de auditoria independente na Real Fazenda Portuguesa por volta de 1790 (conf. RICARDINO e CARVALHO, 2004, p. 23), os procedimentos de auditoria aportaram no Brasil em meados da segunda metade do século novecentista acompanhando os investimentos para a construção e

administração de estradas de ferro e outros serviços de infraestrutura (iluminação pública, navegação, bondes, etc.). Para Ricardino e Carvalho (2004, p. 24) ainda que seja difícil precisar a data do primeiro trabalho de auditoria no Brasil, as primeiras evidências concretas da atividade no país podem ser observadas no Decreto nº 2935, de 16 de junho de 1862, que aprovava a reorganização da Cia. de Navegação por Vapor – Bahiana – Anonyma. Segundo esses autores, àquela época, tanto o empreendimento quanto seus estatutos deveriam ser aprovados por lei e os auditores deveriam ser designados anualmente em assembleia ordinária para analisar e examinar as contas da empresa (capítulo XVII, §114 e §116).

De acordo com Kanitz (2003), o primeiro parecer de auditoria que se tem conhecimento em território nacional foi emitido pelos auditores canadenses Clarkson & Cross (atual Ernst & Young) no balanço da São Paulo Tramway Light & Power Co., relativo ao período compreendido entre junho de 1899 e 31 de dezembro de 1902.

Desde então, vários marcos na história da contabilidade vieram a contribuir direta ou indiretamente para o fortalecimento da auditoria (SOUZA, DYNIEWICZ e KALINOWSKI, 2010, p. 73). Durante a década de 1950, com a evolução da profissão contábil, o funcionamento de cursos universitários de Contabilidade e a necessidade de maior transparência nas demonstrações contábeis, alguns pioneiros da classe passaram a se organizar para colaborar com a regulamentação da atividade de auditor no Brasil e a normatização das práticas contábeis nacionais. Esse ambiente favorável propiciou o surgimento do Instituto dos Contadores Públicos de São Paulo (ICPSP), em 26 de março de 1957, que depois se transformaria no Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB), assim como o do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (IBAI), posteriormente em 2 de janeiro 1968. Embora ambas as instituições, muitas das vezes, tivessem visões e posicionamentos diferenciados, gozavam de representatividade perante a categoria e desempenharam um importante papel para o crescimento da importância da atividade de auditoria como guardião da transparência das informações contábeis das organizações. De acordo com Souza, Dyniewicz e Kalinowski (2010), os auditores independentes tiveram papel relevante na regulamentação de normas e padrões contábeis por profissionais capacitados e na sua divulgação para o mercado de capitais, entre outros.

No final da década de 1960, quando o papel da auditoria se tornou mais importante para o mercado de capitais, fez-se necessária a unificação das entidades que representavam os auditores e foi assim que nasceu, em 13 de dezembro de 1971, o então Instituto dos

Audidores do Brasil (IAIB), sob a presidência de Roberto Dreyfuss, mais tarde rebatizado como IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Na verdade a criação do IAIB deu-se a partir da fusão de quatro entidades: o IBAI, o ICPB, o ICARGS (Instituto dos Contadores e Auditores do Rio Grande do Sul) e a ACG (Associação dos Contadores da Guanabara). Conforme o IBRACON (2011, p. 10), estavam presentes na reunião de fundação do IAIB, entre outros, Evaristo Confort, Emílio Bacchi, Alberto Almada Rodrigues, Gilson Miguel de Bessa Menezes e Roberto Dreyfuss.

No entanto, assinala-se que o alcance de uma propensa unidade não foi tarefa das mais fáceis e deu-se mais por motivações corporativas que propriamente por questões técnicas de auditoria, haja vista os comentários de José Rojo Alonso, presidente na gestão 1982/1984 (IBRACON, 2007, p. 68):

“Tínhamos diversas entidades e algumas delas dedicadas à Auditoria em São Paulo e em outros estados. Todas essas entidades, sem exceção, contribuíram sempre para a elevação da profissão. Mas algumas divergiam em questões fundamentais e por vezes se perdia tempo com isso. Por exemplo, naquela época era o Banco Central que registrava os auditores independentes. Algumas vezes os membros de uma das entidades foram solicitar uma audiência para determinada questão e na semana seguinte membros de diretorias de outras entidades foram ao mesmo órgão para pleitear a mesma coisa, tanto ao Banco Central quanto ao CFC. Aos poucos foi se corporificando a ideia de que deveríamos somar. E, bem ou mal, gostando ou não, esse movimento foi crescendo e prevalecendo. Foram feitas reuniões nas sedes de entidades e foram traçadas as diretrizes de como poderia ser a união dessas entidades. Disso tudo nasceu o IAIB, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (semente do IBRACON).”

Na Figura 4, mostra-se o início dos trabalhos do IAIB, na data de sua fundação, na sede do SINDICONT-Rio onde, em pé, da esquerda para a direita aparecem os auditores: Francisco de Lucca Netto, Luiz Bertasi Filho, José Pedro de Mattos, Adauto Cesar de Castro, Antônio Venício Fellin, Francisco Rodrigues Dias e Vinício Martins Presti. Sentados, da esquer-

da para a direita estão: José Rojo Alonso, Sérgio Approbato Machado, Giuseppe Nazareno Maiolino, Roberto Dreyfuss, Gilson Miguel de Bessa Menezes, Paulo Adolpho Santi e Sérgio Iudícibus.



Figura 4 - Primeira reunião do IAIB

Fonte: IBRACON (2011, p. 9).

Em 1965, foi aprovado o primeiro documento oficial que legalmente se refere à figura do auditor independente (Lei nº 4.728, Art. 20, §1º), no qual estava prescrito que caberia ao Conselho Monetário Nacional (CMN) expedir normas a serem observadas pelas pessoas jurídicas referidas neste artigo e relativas à organização do Balanço e da Demonstração de Resultado, além de estabelecer padrões de organização contábil, relatórios e pareceres de auditores independentes registrados no BACEN.

No contexto da crise das bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo, no ano de 1971, o BACEN publicou a Resolução nº 220 e as Circulares 178 e 179, onde estabelecia a obrigatoriedade de auditoria das demonstrações financeiras das sociedades com ações em bolsa, prescrevia regras relativas aos registros de auditores independentes e formalizava as normas gerais de auditoria e os princípios e as normas de contabilidade.

Com cerca de quatro décadas de atraso em relação ao mercado norte-americano, enfim, tem-se a criação, em 1976, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que passou a disciplinar e fiscalizar as atividades de auditoria das companhias abertas. Sua função, última, era a de garantir a proteção e a segurança aos investidores do mercado de capitais brasileiro. Com isso, o IBRACON passou a ter papel central na formulação de normas de auditoria e princípios contábeis que, posteriormente, foram assumidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Vale destacar a luta

pelo espaço que se abriu em decorrência disso e foi, devidamente, ocupado pelos líderes da profissão, como contextualizado por Sérgio Approbato Machado, ex-presidente da 5ª Seção Regional do IBRACON:

“O que se destaca nessa história toda, isso a nova geração tem de saber e não sabe, foi o esforço daqueles que participaram da fundação do Instituto, na hora em que o mercado exigiu que houvesse uma especialização. Outras atividades fora da área contábil viram no mercado um campo muito amplo para a atividade deles. Como se nós, por exemplo, pretendêssemos ser médicos... Ou sou médico ou sou contador, ou sou engenheiro ou sou contador, ou sou economista ou sou contador. Não podia haver confusão de área, ela foi bem traçada, bem delineada. Essa foi a grande briga, e nós conseguimos vencer.”

Ao longo de sua história, apesar de muitas dificuldades financeiras, o Instituto foi aumentando a sua base de atuação, seguindo uma tendência que ocorria em toda a América. Inicialmente a afiliação era restrita aos auditores, ou seja, além de ser contador, o profissional necessariamente tinha que trabalhar na área de auditoria para ser associado ao IBRACON. Como era uma área ainda emergente onde poucos profissionais de contabilidade atuavam, houve uma assembleia, em que, discutindo-se os prós e os contras, decidiu-se por fazer a tentativa de mudar o nome da instituição e a possibilidade de se ter contadores como associados, em vez de apenas auditores. Conforme o IBRACON (2010), tal medida buscava ganhar mais força, ao trazer mais gente para associar-se. Assim, para estimular a participação de outros contadores, o Instituto foi, ao longo de sua trajetória, ampliando sua base de atuação, abrindo, pouco a pouco, suas portas para outros membros da profissão contábil e para os estudantes de Ciências Contábeis.

Essa decisão permitiu a participação de outros contabilistas (auditores internos, professores, peritos judiciais contadores da área pública e privada), além de estudantes da área contábil. Com isso, em 1982, a entidade recebeu o nome de Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), incorporando em sua estrutura o ingresso de contadores que atuavam nas várias especializações do campo profissional contábil, nas seguintes câmaras: de auditores internos, de peritos judiciais, de contadores da área privada, de contadores da área

pública, de professores.

Dessa forma, posteriormente, em aprovação por assembleia em 8 de junho de 2001, o IBRACON alterou novamente a sua denominação social, passando a denominar-se Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Essa medida visava voltar a acentuar a característica original da associação, por tratar-se de uma entidade de auditores. No entanto, embora ressaltando a função de auditoria, a sigla IBRACON foi mantida quando da decisão, já que se tornou uma marca forte e consolidada no mercado.

Durante o período de 1982 a 1984, o IBRACON passou a desenvolver um maior intercâmbio com a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e com a Federação Internacional de Contadores (em inglês, International Federation of Accountants – IFAC). O empenho no entendimento com outros países foi tal que o IBRACON conseguiu trazer para o Brasil a XV Conferência Interamericana de Contabilidade, realizada no Rio de Janeiro, em setembro de 1983. Além disso, José Rojo Alonso, então Presidente do IBRACON, foi eleito presidente do Comitê de Ética e Exercício Profissional da AIC, sendo o primeiro brasileiro a presidir um comitê da entidade. Ademais do aprimoramento técnico, este evento possibilitou que o IBRACON conseguisse recursos financeiros, com a excelente arrecadação obtida, para uma de suas maiores conquistas: a aquisição da sua sede própria no centro de São Paulo.

Em 1987, o Instituto publicou o livro “Princípios Contábeis – Normas e Procedimentos de Auditoria”, baseado nos pronunciamentos emitidos até então, e a tradução dos pronunciamentos da IFAC e do então International Accounting Standards Committee (IASC), hoje IASB (International Accounting Standards Board). Ressalte-se que o citado livro teve grande aceitação no meio acadêmico e profissional, sendo exitoso pelo fato de consolidar conhecimentos antes dispersos e ainda não muito divulgados no país.

No final da década de 1980, a questão da correção monetária no ambiente de hiperinflação brasileiro causou sérias dificuldades para a classe contábil e para os usuários da informação contábil, nublando a verdadeira situação financeira das empresas em seus balanços. Neste período conturbado, o Instituto criou comissões que dialogavam com os órgãos regulatórios do governo e as entidades representativas do mercado. Por outro lado, vale lembrar que a estrutura do IBRACON era reduzida e dependia bastante da dedicação de muitos profissionais voluntários.

Posteriormente, outros desafios surgiram como o estabelecimento de padrões contábeis no Brasil, a adequação do setor ao rodízio de firmas de auditoria, a modernização da

Lei nº 6.404/76, o alinhamento das normas nacionais de contabilidade aos padrões internacionais, que contaram com a atuação do Instituto na busca das melhores alternativas, em conjunto com outras entidades de mercado e da categoria. Já fruto da parceria com o CRC-SP, o 1º Congresso Brasileiro de Auditores Independentes foi realizado em agosto de 1993 pelo IBRACON, fórum nacional que serviu para discutir temas importantes da categoria e atualizar os demais profissionais (contadores e consultores).

Em 1995, o IBRACON e o CFC começaram a assessorar a missão permanente do governo brasileiro junto ao Grupo de Trabalho sobre Serviços Profissionais – Contabilidade, da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Instituto também intensificou sua representação internacional, principalmente junto ao International Accounting Standards Board (IASB) e ao IFAC, cabendo destacar a eleição pela primeira vez de um representante brasileiro para o Conselho de Curadores do IASB, o contador Roberto Teixeira da Costa, que representou não apenas o Brasil, mas todos os países da América do Sul.

Outra grande realização do IBRACON na década de 1990 foi a assunção do trabalho de tradução das normas internacionais de contabilidade, que contou com a colaboração do CFC. Já no ano de 2001, publicou a tradução do livro Normas Internacionais de Contabilidade, do IASB. Em 2009, o IBRACON foi definido pelo International Accounting Standards Committee Foundation (IASCF) como o tradutor oficial das IFRS para a língua portuguesa no Brasil, com o compromisso de editar as versões todos os anos. O livro, composto de dois volumes, relativo à edição original em inglês, foi publicado pelo IBRACON em setembro de 2009. Em abril de 2011, o Instituto iniciou a publicação da sua revista Transparência, que se tornou um canal de informações para tratar de temas relevantes da contabilidade e da auditoria.

Assinala-se que nos anos 2000, houve um reposicionamento estratégico do IBRACON, que buscou uma gestão mais profissionalizada, com a contratação de executivo de carreira, remunerado, para ser o gestor das atividades internas. Outra mudança relevante foi a adoção do mandato trienal, pois o período de dois anos de administração era insuficiente para uma atuação mais eficiente à frente do Instituto. Porém, a mais importante alteração no estatuto foi a criação do Conselho de Administração, formado por conselheiros eleitos e pelos presidentes da Diretoria Nacional e das Regionais do IBRACON, que entrou em vigor em 2009, para discussão de questões estratégicas.



- **1ª Seção Regional:** Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte
- **2ª Seção Regional:** Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe
- **3ª Seção Regional:** Rio de Janeiro e Espírito Santo
- **4ª Seção Regional:** Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal e Tocantins
- **5ª Seção Regional:** São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
- **6ª Seção Regional:** Rio Grande do Sul e Santa Catarina
- **9ª Seção Regional:** Bahia

Figura 5 - Representatividade do IBRACON no Brasil.

Fonte: IBRACON (2007, p. 77).

No IBRACON, seguindo a tendência de maior ocupação de espaço nas entidades contábeis, a presença feminina na direção administrativa da instituição ocorreu na gestão de Ana María Elorrieta, no período de 2009 a 2011, 35 anos após a gestão de 18 presidentes do sexo masculino. Além disso, foi ela a primeira presidente a tomar posse em janeiro e a ocupar o cargo por um período de três anos (IBRACON, 2011, p. 47).

Para atuar nas diversas regiões do país, no início da década de 1970, foram criadas cinco regionais localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Sul. Atualmente, além da sede nacional em São Paulo, o Instituto é composto por 7 (sete) seções regionais, atendendo a todo o território nacional, como mostrado na Figura nº 5.

As Regionais são estruturadas em câmaras, nas quais se discutem a legislação, as reformas necessárias e outros assuntos que afetam a disciplina contábil. Há três câmaras: Câmara de Auditores Independentes, Câmara de Governança Corporativa, e Câmara de Contadores. Elas se relacionam diretamente com o associado, proporcionando os programas de educação continuada, além de se encarregar dos contatos com os órgãos da profissão (CRC-RJ, SESCON Rio de Janeiro, SINDICONT-Rio e Governo Estadual. Segundo explica o presidente da 5ª Seção Regional, José Luiz Ribeiro de Carvalho (IBRACON, 2007, p. 76):

“...A profissão se organiza dentro desse cenário. Essa parte de relacionamento é importante, porque, com as entidades congregadas, discutem-se a legislação, as reformas necessárias. Por exemplo, agora que está se discutindo a alteração da lei de regência da profissão, vão ser encaminhados temas que afetam as empresas

de Contabilidade via Sescon. As Regionais têm também por objetivo participar pontualmente no desenvolvimento de normas, além de ser responsáveis pelo programa de atuação com os associados, no âmbito do treinamento, da discussão de temas nas câmaras, do desenvolvimento”.

A 3ª Regional passou a funcionar a partir da reunião de instalação da seção regional do IAIB no então Estado da Guanabara, no dia 03/02/1972 na Sala da Plenária do CRC daquele Estado. Nessa ocasião, foi eleita a primeira Diretoria Executiva, tendo Oswaldo Alves de Mattos como Diretor-Presidente. Essa regional dispõe de sede própria situada na Av. Passos, nº 101, contando com aproximadamente 195 associados.

De lá para cá, a Regional fluminense tem seguido, de modo geral, a evolução das atividades do Ibracon nacional e das demais regionais. Além disso, atualmente, a 3ª Regional tem sido pioneira em algumas interessantes iniciativas como, por exemplo, a disponibilização, há 4 anos, de curso de capacitação de auditores independentes para pequenas e médias empresas deste segmento contábil. Após a conclusão desse treinamento, o currículo do participante integra um cadastro disponível no site do Ibracon da 3ª Regional para uso por aquelas empresas de menor porte, que, com isso, economizam um razoável custo de formação desse profissional, face à alta qualificação deste curso, ministrado por profissionais das maiores empresas de auditoria independente.

Outra atividade desenvolvida apenas pela Regional do Rio de Janeiro é a réplica da conferência brasileira de contabilidade que ocorre anualmente em São Paulo, realizada com certa adaptação considerando algum tema regional que seja relevante, como, por exemplo, “As Olimpíadas”, tema abordado no último evento realizado em 2015. Segundo seu atual Diretor-Presidente Paulo Buzzi Filho, em função do movimento regulatório dos dias de hoje, o estreitamento de relacionamento com entidades congêneras e o aumento da base de filiados são metas a serem buscadas pela Regional fluminense. Tornar o trabalho do auditor independente conhecido é outra questão importante que essa Regional vem focando, seguindo uma tendência internacional, que prevê a alteração do relatório do auditor de forma a esclarecer a natureza da atividade de auditor independente, acrescentou o Diretor José Luiz de Souza Gurgel.

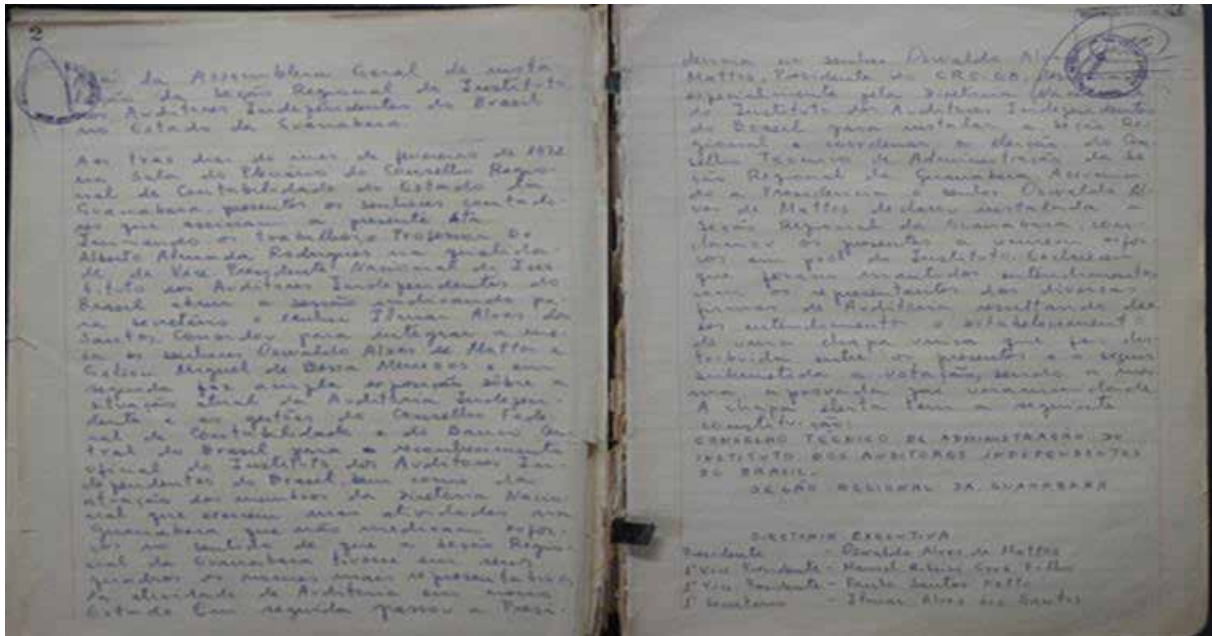


Figura 6 - Ata da reunião de instalação da regional da Guanabara.

Fonte: IBRACON 3ª Regional.

4.5. ASSOCIAÇÃO DOS PERITOS JUDICIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - APJERJ

O termo perícia advém do latim “peritia”, que em seu sentido próprio significa conhecimento (adquirido através da prática), experiência, bem como especialista. Em geral, essa expressão está associada a outra palavra originada do latim “proba”, de “probare”, que significa comprovar, evidenciar, demonstrar, reconhecer, formar juízo de valor (MOURA, 2011, p. 1).

Ainda que existam referências sobre procedimentos de perícia nos primórdios da civilização humana (ver, por exemplo, COSENZA, 1999; SANTOS, 1952), é no Direito Romano primitivo que se encontra com maior clareza a figura do perito, ainda que vinculada à do árbitro. De acordo com Alberto Filho (2010, p. 7), na Antiguidade as provas eram diretamente colhidas pelo rei, que assumia a função de magistrado, sem a interveniência de qualquer especialista técnico; no Império Romano, o juiz já recorria a uma pessoa que detinha conhecimentos técnicos, para obter uma opinião mais competente sobre a questão e esse especialista elaborava um laudo que se tornava a própria sentença. Ou seja, a perícia passou a ser qualificada como meio de prova judiciária (ALBERTO FILHO, 2010, p. 8).

Referindo-se especificamente à perícia contábil, propriamente dita nos dias de hoje,

não é fácil identificar suas origens. Acredita-se que tenha surgido nos Estados Unidos, no início do século XX, quando nasceu a Escola Norte-Americana de Contabilidade. No Brasil, pode-se considerar que a perícia contábil teve início em 1905, quando do reconhecimento da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e da Escola de Comércio Armando Álvares Penteado (SILVA, 1993). Alguns eventos ainda podem ser lembrados como relevantes no contexto brasileiro da perícia contábil:

Data	Fato
04/07/1930	É organizada a câmara de peritos contadores do Instituto Brasileiro de Contadores
23/08/1939	Alteração da demoninação do curso de Perito-Contador para curso de contador pelo Decreto-Lei nº 1.535.
10/09/1939	Decreto-Lei nº 1.608, que se estabelecia o código processo civil e introduziu a perícia judicial, regulando a perícia, nomeação do perito pelo juiz e indicação pelas partes.
14/01/1943	Decreto-Lei nº 24.337 dispõe sobre perícias contábeis no interesse da Fazenda Nacional.
27/05/1946	Decreto-Lei nº 9.295, que organizou a profissão contábil e definiu dentre suas atribuições e competência legal para a realização de perícias contábeis.
13/12/1958	A Resolução n 107 do Conselho Federal de Contabilidade especifica os trabalhos contábeis de natureza pericial, bem como definiu as atribuições e competências dos contadores.
28/12/1983	Resolução nº 560 dispõe sobre as prerrogativas profissionais, com ampliação das atribuições privativas aos contadores e revoga a resolução anterior sobre o assunto (nº107).

Tabela 7 - Fatos relevantes para a perícia contábil.

Fonte: Elaboração própria.

A ideia de se criar uma associação de peritos judiciais no Estado do Rio de Janeiro ganhou força na 29ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, quando foi marcada uma reunião específica com esse objetivo para o dia 09 de agosto de 1977. Um edital foi publicado nos jornais “O Globo” e “Jornal do Brasil”, por iniciativa dos peritos Ivo Malhães de Oliveira (ex-presidente do CFC e pai da Srª. Diva Maria de Oliveira Gesualdi, vice-presidente do SINDICONT-Rio e ex-presidente do CRC-RJ) e João França da Silva, convidando a todos os peritos judiciais para esse memorável encontro que visava a formalização e fundação de uma associação de classe no Estado do Rio de Janeiro.

Assim, gestou-se, naquele momento, a futura Associação dos Peritos Judiciais do Estado do Rio de Janeiro (APJERJ), com o intuito principalmente de possibilitar maior força política e social para esses profissionais, visando ao atendimento de suas reivindicações. Outro objetivo era viabilizar uma padronização de entendimentos acerca das demandas periciais, buscando consolidar uma espécie de jurisprudência para cada caso, além de viabilizar uma interessante interação social entre seus membros, o que gerou muitas amizades e parcerias.

Tal como ocorrido na Associação de Peritos Judiciais de São Paulo (APEJESP), a ideia inicial era a de se fundar uma associação de classe, congregando um seleto grupo de peritos judiciais ligados à área contábil. No entanto, essa tarefa não se mostrava uma empreitada muito fácil, pois ainda pairava certa indefinição sobre qual a melhor forma jurídica de constituição da associação. Ou seja, seria criada uma associação mais aberta e ampla que englobasse outras atividades profissionais, ou uma ligada exclusivamente aos contadores. Superada essa questão, acabou prevalecendo a conveniência de se manter uma agremiação composta por peritos congregados de diversas áreas de conhecimento.

Assim, o estatuto aprovado baseou-se numa adaptação do existente na APEJESP, que vinha realizando um excelente trabalho sem qualquer problema de relacionamento com as demais entidades (órgãos de classe, sindicatos, conselhos, federações, etc.) e tampouco qualquer relato de que os diversos membros precursores daquela associação se digladiavam entre si. Nessa ocasião, foi eleita uma comissão de instalação da entidade, constituída por três membros (Ivo Malhães de Oliveira, presidente, João França da Silva e Manuel Mesias Pereira Lima). Foi também fixada uma contribuição inicial para atender as despesas de legalização dessa entidade, no valor de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros).

Formalizada a constituição, de pronto, foi fixado o Regimento Interno da APJERJ, onde se definiam os requisitos para admissão no seu quadro de associados (art. 7º), estabelecendo a obrigatoriedade de gozar de idoneidade moral e profissional ilibadas, além se encontrar em pleno gozo dos direitos profissionais perante o correspondente órgão de classe (conselho profissional) e comprovar habitualidade no exercício da função ou cargo de perito judicial. Dentre os precursores desta Associação, foi escolhido Ivo Malhães de Oliveira como seu primeiro presidente.



Figura 7 - Sócios fundadores da APJERJ.

Fonte: site da APJERJ.

A preocupação da Associação com a devida qualificação dos seus associados está presente no regimento, pois geralmente exige do candidato a sócio da Associação a apresentação de 3 laudos periciais, podendo isso ser feito em um prazo de até 12 meses, ou declaração de perito associado da APJERJ de que o candidato já exerça as atividades periciais, além de estar em pleno gozo de seus direitos profissionais perante o correspondente órgão de classe. Há situações, todavia, em que o candidato fica dispensado dessas condições: ser membro de Diretoria de Conselhos Profissionais Federais/Regionais ou ter sido membro das mesmas nos últimos doze meses, ou ainda no caso de transferência de outra Associação de Peritos de outro estado da Federação.

Dentre os dez objetivos sociais da Associação, o estatuto estabelece, pelo menos, quatro deles voltados para o aprimoramento profissional do perito judicial associado, conforme transcritos abaixo:

- **Elaborar normas e procedimentos a serem adotados na execução de atividades periciais, mantendo-os permanentemente atualizados;**
- **Fomentar, desenvolver, defender e divulgar conhecimentos técnicos e científicos, promovendo estudos especializados relativos à perícia judicial nas**

diversas áreas profissionais;

- **Promover, realizar e participar de congressos, de seminários, simpósios, conferências e de outros eventos, diretamente ou através de convênios, para debates de assuntos e comunicação de matérias de interesse de seus associados;**

- **Proporcionar meios de aperfeiçoamento técnico–profissional através, de supervisão de cursos e de seminários, de edição de informativos ou de jornais e de outros meios de comunicação.**

A APJERJ tem, também, como um de seus principais objetivos o relacionamento com órgãos do Poder Judiciário, profissionais do Direito, diversos Conselhos de Classes, nos quais os associados estão inscritos e demais entidades afins. No caso dos órgãos de classe, pode-se destacar o estreito relacionamento com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), que conta com representantes da APJERJ na comissão de perícia, criada em 2011, para normatizar as atividades do perito contábil e cuidar da divulgação dessas normas, visando colaborar para a qualidade do serviço prestado pelos peritos judiciais na região fluminense.

Outra iniciativa recente da Associação foi a criação do Prêmio Contador Hugo Rocha Braga, que conta com apoio não apenas do CRC-RJ, mas também do Instituto Tecnológico de Ciência e Pesquisa (ITCP), tendo como público alvo professores e alunos de cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis e contabilistas com registro profissional regular no Conselho. Esse Prêmio vem de encontro a uma grande carência no meio acadêmico acerca de pesquisas sobre perícia contábil, preenchendo uma lacuna em relação ao tema, incentivando o interesse dos futuros contadores pela matéria.

Além dos conselhos de classe, a Associação tem buscado aumentar o relacionamento com outras entidades na forma de parcerias, com o intuito de melhorar a qualificação dos peritos judiciais, tais como as que já existem com o SINDICONT-Rio, o SESCON Rio de Janeiro e a ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra). Nesse sentido, estão em vistas ainda futuras parcerias com a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e o CRBio (Conselho Regional de Biologia), com o mesmo propósito.

A Associação hoje possui 4 Conselhos com funções administrativas que seguem as determinações da Assembleia Geral. São eles: o Alto Conselho, formado por ex-Presidentes,

o Conselho Deliberativo, o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo zela pelo cumprimento das determinações do Estatuto e das decisões da Assembleia Geral, além de eleger o presidente, o vice-presidente e secretários dos Conselhos Diretor e Fiscal. O Conselho Diretor exerce as funções tradicionais do Poder Executivo, enquanto o Conselho Fiscal é responsável pelo parecer sobre todas as contas, contratos e convênios, bem como todas as matérias que envolvam o patrimônio social da APJERJ.

Apesar de ainda ser minoria no quadro social da APJERJ (cerca de 24%), a mulher perita judicial desfruta de com um considerável prestígio profissional na Associação, pois essa vem passando pela sua terceira experiência sob liderança administrativa feminina. A primeira vez foi com a advogada Verônica Maria Ferreira de Azevedo, que ficou à frente da entidade por 2 mandatos (1998 / 1999 e 2066 / 2008), e depois com a contadora Nina Verônica Santos do Canto, que iniciou sua gestão em 2014, com previsão de término para 2016.

Já dispondo de sede própria, localizada na Rua México, nº 148 – grupo 705-708, a APJERJ continua sendo sustentada financeiramente quase que exclusivamente pelas mensalidades de seus associados. Em suas dependências há uma “Sala dos Peritos”, local que permite ao associado realizar suas reuniões de trabalho, de forma mais confortável e adequada, mediante prévio agendamento, sem custos para o associado.

Com relação às perspectivas para o segmento de perícia contábil, o contador e advogado Ubirajara de Barros Junior, ex-presidente da APJERJ durante os biênios de 2008-2010 e 2010-2012, considera interessante o momento atual para as questões de arbitragem, depois de sanção da Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015, que alterou a Lei de arbitragem (Lei nº 9.307/96) e a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), permitindo que a arbitragem seja utilizada como método de controvérsias societárias quando da saída de sócio (direito de retirada), envolvendo questões patrimoniais e de direitos disponíveis.

Quanto à atividade de perícia judicial, o entendimento desse ex-presidente é o de que, tanto a conciliação como a mediação devem ser providas pelo Estado através de funcionários dos seus quadros, uma vez que não há condições do perito judicial prestar tais serviços sem a devida remuneração como ocorre atualmente. Ressaltou ainda a necessidade de haver maior espaço para a perícia contábil nos cursos universitários, devido ao pouco conhecimento que os estudantes de Ciências Contábeis possuem sobre o assunto ao concluir a graduação.

4.6. ACADEMIA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACCERJ

Historicamente, o uso da palavra “academia” remete invariavelmente ao período clássico da Grécia Antiga, quando, segundo Malato (2009), Platão, em 386 ou 387 a. C., teria formado uma escola de filosofia num terreno recentemente adquirido nos arredores de Atenas. A Academia de Platão, assim como as da Idade Moderna que, de forma geral procuravam imitá-la, como instituição se identificava com uma dupla função: i) o conhecimento (ilimitado) sobre uma matéria; e ii) a sua divulgação e controle (limitação desse conhecimento).

Estes dois elementos parecem muito significativos, pois tornaram as academias “congregações do saber” e nelas encontravam-se homens notáveis, prontos a dar auxílio em questões de ciência e técnica, assim como em conhecimento geral. Portanto, criava-se um ambiente propício à comunhão de conhecimentos entre pessoas de capacidades distintas.

Para Haig e Kay (2006), as academias de ciências têm um papel especial na análise crítica e exposição de novas ideias e conhecimentos. De acordo com Malato (2009), sob este contexto é que surgem, no século XVIII, as sociedades econômicas, academias que pretendiam, com as forças intelectuais, apresentar propostas concretas de aplicação comercial. Não tardou muito para que também aparecessem as academias de ciências no campo profissional.

As primeiras escolas de homens de ciências no Rio de Janeiro, de acordo com Marques (2005), datam do período 1772-1779. A partir daí, várias academias científicas foram criadas nos mais variados ramos do saber, dando à ciência uma dimensão social que até então não tivera. Sob um contexto social onde se propunha a realização de um movimento intelectual que promovesse o Estado e sua economia, as academias desempenharam papel relevante em várias atividades ligadas à ciência no Brasil. A atuação das academias de ciências foi essencial para a construção de apoios à criação de diversas instituições, à viabilização de publicações científicas, ao desenvolvimento de programas e eventos científicos, ao estabelecimento de convênios internacionais, e à disponibilização de recursos para a sociedade acadêmica.

Conforme Sá (2008, p. 85), o ano de 1927 foi dos mais importantes para a profissão contábil no Brasil, podendo ser aceito como um dos alicerces sobre o qual se sustentaram os grandes movimentos associativos dos anos seguintes. Também favoreceu a euforia as-

sociativa dos profissionais de contabilidade, o ambiente nacional, que assistia a um surto de progresso e conquistas intelectuais que orgulhavam a nacionalidade. Principalmente os contadores paulistas e cariocas criaram instituições reunindo intelectuais de suas regiões, o que, para Sá (2008, p. 87), confirma a tese de que são as elites pensantes as que realmente não só dignificam uma comunidade, mas, também, as que por natureza melhor as conduzem.

Esse ambiente efervescente favoreceu o surgimento de várias academias na área contábil, com o propósito de fomentar a produção de obras científicas, estimular o pensamento filosófico e disseminar o conhecimento sobre a Contabilidade. Em tese, essas academias deveriam agregar pessoas de notório saber técnico-cultural na área onde atuavam. O objetivo fundamental desses notáveis profissionais da área contábil era promover o desenvolvimento da ciência à qual estavam ligados.

Visando o fortalecimento das Ciências Contábeis no Brasil, renomados profissionais da área instalam academias de contabilidade em várias regiões do país, sendo a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), atualmente com sede instalada na cidade de Brasília, Distrito Federal, a academia nacional formalmente constituída. Sua fundação ocorreu em 18 de novembro de 1980, na cidade de Curitiba/PR, por ocasião da realização do 11º Congresso Brasileiro de Contabilidade, tendo o Prof. Ivo Malhães de Oliveira como seu primeiro presidente.

Em termos regionais, a primeira academia de ciências contábeis constituída foi a Academia Mineira, surgida no V Congresso Brasileiro de Contabilidade, do ano de 1950, em Belo Horizonte, difluente da necessidade de arregimentar estudiosos que pretendessem dialogar e que já tivessem trabalhos literários e culturais produzidos. Atualmente existem quinze academias regionais instaladas em várias regiões do país, conforme mostrado na Tabela 6.

INSTITUIÇÃO	SIGLA	UF	PRESIDENTE
Academia Alagoana de Ciências Contábeis	ALACICON	AL	José Alberto Viana Gaia
Academia de Ciências Contábeis do Amazonas	ACCA	AM	Raimundo Colares Ribeiro
Academia Baiana de Ciências Contábeis	ABACICON	BA	Adeildo Osorio de Oliveira
Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará	ACCEC	CE	Pedro Coelho Neto

Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal	ACICONDF	DF	José Antônio de França
Academia Maranhense de Contabilidade	AMCC	MA	Eulália das Neves Ferreira
Academia Mineira de Ciências Contábeis	AMCC	MG	Paulo Cesar Consentino dos Santos
Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis	AMACIC	MT	Ivan Echeverria
Academia Paraense de Ciências Contábeis	ACADECIC	PA	João Batista Corrêa Lobato
Academia Paraibana de Ciências Contábeis	APBCICON	PB	Glaydson Trajano Farias
Academia Pernambucana de Ciências Contábeis	APECICON	PE	Francisco de Assis G. B. Pinho
Academia Piauiense de Ciências Contábeis	APICICON	PI	Elias Dib Caddah Neto
Academia de Ciências Contábeis do Paraná	ACCPR	PA	Moacir Carlos Baggio
Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro	ACCERJ	RJ	Gumercindo Moura
Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis	ACADERNCIC	RN	Jucileide Ferreira Leitão
Academia de Ciências Contábeis de Rondônia	ACICONRON	RO	Vago (não está em funcionamento)
Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul	ACCRGS	RS	Eloi Dalla Vecchia
Academia Catarinense de Ciências Contábeis	ACCC	SC	Wanderlei Pereira das Neves
Academia Sergipana de Ciências Contábeis	AESCC	SE	Maria Salete Barreto Leite
Academia Paulista de Contabilidade	APCSP	SP	Irineu de Mula

Tabela 8 - Representatividade da ACADEMIA no Brasil.

Fonte: <http://www.abracicon.org/index.php/abracicon/academias-regionais>

No Rio de Janeiro, a fundação de uma academia de ciências, em 23 de julho de 1965, sob a denominação Academia Fluminense de Ciências Contábeis (AFCC), é um acontecimento especialmente expressivo, decorrente do esforço de um grupo de contabilistas do sul do estado do Rio de Janeiro, no sentido de conjugar o conhecimento científico na área contábil com as necessidades de aperfeiçoamento técnico-cultural dos profissionais da contabilidade

e, assim, promover o desenvolvimento da ciência contábil. Na verdade, a ideia de criação de uma academia de ciências fluminense ligada ao campo contábil, de fato, começou a ser gestada no interior do estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na cidade de Barra Mansa/RJ, por iniciativa de Altamyr Bezerra Vasconcelos acompanhado de mais 18 (dezoito) companheiros contabilistas.

Assim, a AFCC surgiu num contexto de agregar pessoas de notório saber e reconhecimento profissional da área contábil fluminense para fazer frente às necessidades de propagação do espírito associativo e cultural na classe contábil. Portanto, a institucionalização da Academia constituiu iniciativa emblemática de participação da elite contábil fluminense nos destinos da contabilidade no Estado do Rio de Janeiro, em termos técnico e cultural. Congregando membros oriundos da profissão contábil, graduados em Ciências Contábeis ou em técnicas Contábeis com titulação superior em outro ramo do saber científico, a AFCC chamou para si a tarefa de promover, divulgar e valorizar atividades que contribuam para o desenvolvimento e estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico da Contabilidade. A visão de que o conhecimento científico da contabilidade deveria fornecer respostas para os pequenos e grandes problemas contábeis da realidade fluminense era a principal premissa de ação da Academia.

Além da produção intelectual de seus membros, a AFCC buscava estimular a participação dos associados em congressos, convenções ou outros encontros de natureza contábil no âmbito nacional ou internacional. Também pretendia: i) promover a realização de conferências sobre assuntos pertinentes à área contábil, dando-lhes caráter solene; ii) divulgar pelos meios ao seu alcance a produção de trabalhos técnico-científicos de seus associados e de contabilistas notáveis; iii) colaborar com as autoridades educacionais do Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios, visando o aperfeiçoamento do ensino técnico-científico contábil; e iv) homenagear contabilistas de notório saber nacional ou internacional e manter biblioteca especializada na área contábil.

Em 08 de setembro de 1975, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, a denominação social da AFCC foi alterada para Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro (ACCERJ), em face da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Atualmente, ACCERJ tem sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro, mas a Diretoria em exercício poderá fixar outros locais onde poderá ocorrer a realização de Assembleias Gerais.

A ACCERJ é constituída por cinquenta membros, número de cadeiras instituídas (numeradas de 01 a 50), que devem ser preenchidas por associados denominados “acadêmicos titulares”. Atualmente, já se acham ocupadas 34 cadeiras. Os acadêmicos são distinguidos entre fundadores (os eleitos na assembleia de sua fundação e os que assinaram a ata de sua reorganização em 1971), que são patronos das respectivas cadeiras, e não fundadores. As cadeiras não ocupadas por acadêmicos fundadores têm como patronos contabilistas brasileiros de notório saber reconhecido nos meios contábeis, preenchidas conforme dispuser o Regimento Interno. A vacância de uma cadeira ocorre por morte, ausência em reuniões sem justificativa, inadimplência ou renúncia. A ACCERJ tem, além dos seus membros titulares, membros honorários (aqueles que, por decisão dos acadêmicos, em virtude de sua projeção no mundo contábil, nacional ou não, fizeram jus a tal título), beneméritos (aqueles que colaboraram para o engrandecimento material da ACCERJ a juízo e decisão dos acadêmicos) e correspondentes (aqueles que a administração resolveu fazê-los seus correspondentes junto às entidades coirmãs no país ou no exterior).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Barbosa e Ott (2014, p. 36), desenhar uma história acontecida ao longo do tempo requer uma busca multivariada de informações e fontes. Neste trabalho, após haver percorrido, sucintamente, os principais momentos da história de seis instituições profissionais e culturais vinculadas à área contábil no Estado do Rio de Janeiro, apresentou-se um panorama atualizado dessas entidades. Com isso foi possível identificar alguns fatos que caracterizaram o desenvolvimento e atuação delas na região fluminense e, assim, refletir sobre o papel da Contabilidade no Estado do Rio de Janeiro.

O estudo permitiu comprovar que, a partir da iniciativa vigorosa de uns poucos contabilistas abnegados, o esquema apresentado, de forma teórica, na Figura 1 (p. 6) já vem sendo praticado pelas entidades congraçadas de forma intensa. Parcerias e esforços conjuntos vêm sendo desenvolvidos por elas em prol dos profissionais dos diferentes segmentos de atividade contábil e da própria ciência contabilística, respeitados o campo de atuação de cada uma dessas instituições.

Outro surpreendente fator detectado foi a atuante presença feminina à frente de várias dessas entidades, sobretudo nos últimos 10 anos. Isso denota uma interessante evolução do papel da mulher contabilista e evidencia o crescente reconhecimento do seu prestígio e competência no âmbito social e profissional contábil. Neste trabalho, mostrou-se, talvez, uma das primeiras tentativas de inserção feminina num ambiente tradicionalmente dominado pela presença masculina.

Um terceiro ponto que chama a atenção refere-se à grande preocupação com a qualificação dos associados, face às novidades que surgem no front contábil e econômico, como a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), a implementação da escrituração fiscal digital (SPED fiscal) e as recentes mudanças para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e escolha dos árbitros (nova Lei da Arbitragem). A maior parte das entidades pesquisadas está comprometida com a educação continuada, organizando cursos, treinamentos, simpósios, conferências e outros eventos da espécie, com o intuito de preparar e capacitar, de forma adequada, o profissional contábil para prestar um trabalho útil e de qualidade.

Pela sua longa existência, ressalta-se, ainda, o papel histórico do SINDICONT-Rio, não apenas no contexto da contabilidade fluminense, mas também em âmbito nacional, quando aqui ainda se concentrava a capital do país. Pode-se afirmar que a formação do profissional da classe contábil no Estado do Rio de Janeiro deveu-se ao papel desempenhado por dois componentes principais relacionados a este Sindicato, um institucional e outro educacional: i) o IBC; e ii) o MBC. O primeiro foi importante por congregar contabilistas que sempre tiveram pensamento intelectual inovador em busca do reconhecimento da ciência da contabilidade e da necessária regularização da profissão contábil. O segundo por funcionar como veículo de comunicação que exteriorizava o pensamento desses próceres da contabilidade em páginas bem redigidas e orientadas em favor da difusão dos conhecimentos técnicos e teóricos necessários à atuação profícua da classe contábil.

Nessa sua existência quase centenária, a ser completada em 2016, o SINDICONT-Rio, antes IBC, impressionou também por ocasião da superação de momentos traumáticos, por exemplo, quando dos incêndios ocorridos, em especial o primeiro que transformou um prédio de três andares em cinzas na madrugada de 10 de abril de 1940. Naquela terrível ocasião, os dirigentes do IBC conseguiram colocar a Escola Técnica Comercial em funcionamento em tempo record. Contando com cerca de 700 alunos regularmente matriculados, essa es-

cola voltou a funcionar em apenas 15 dias após a ocorrência desse sinistro, sem causar prejuízo ao calendário letivo. Embora não tendo havido nenhum tipo de alarde sobre esse fato, foi um feito digno e inesquecível, capitaneado pelo saudoso contabilista Prof. Moraes Junior (que viria a falecer dez anos depois) e que faz honrar toda a classe contábil fluminense.

Apesar de ter-se limitado ao âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o estudo pode ser replicado como modelo para outras pesquisas similares, aplicando-o nas mais variadas regiões do Brasil, haja vista a riqueza histórica que possui a atuação das entidades representativas da área contábil ao longo do tempo. Em muitos casos, existem muitos episódios da história contábil brasileira que estão retratados indiretamente nas atividades dessas entidades, no seu esforço de organização profissional contábil. O que falta é, apenas, motivação acadêmica para investigá-los, pois o Brasil ainda não possui um histórico contábil cientificamente catalogado.

Finalizando, espera-se que o presente estudo sirva como um memorial para referenciar a história contábil no país e, principalmente, o esforço de muitos contabilistas brasileiros que ao longo de sua vida e trajetória profissional têm pautado sua atuação em prol da luta pela valorização da classe contábil, seja em termos práticos ou teóricos. A esses profissionais do passado e do presente, e aos que futuramente os sucederão, dedica-se esta singela obra que, como o próprio título diz, trata-se de um pequeno bosquejo histórico. Embora não se alimente a ambição de esgotar totalmente o imenso “oceano” que compõe a história da contabilidade no Brasil, pretende-se, apenas, motivar o interesse para a realização de novas investigações sobre a história da contabilidade brasileira sob um “paradigma crítico”, conforme postulados emanados da teoria da perspectiva crítica da Contabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCI, João. Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro – uma contribuição ao registro de sua evolução histórica. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica), Centro Universitário Álvares Penteado, Fecap, São Paulo – SP: 2002.

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes; OTT, Ernani. A organização profissional contábil no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1882 a 1947. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 34-50, out./dez. 2014.

BORGES, Altamiro. Origem e papel dos sindicatos. I Modulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC, Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.935, de 16 de Junho de 1862. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil, p. 168, 1862.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.535, de 23 de agosto de 1939. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1939.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.608, de 10 de setembro de 1939. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1939.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1946.

BRASIL. Decreto nº 24.337, de 14 de janeiro de 1948. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1948.

BOYD, EDWARDS. History of auditing. In: BROWN, Richard. History of accounting and accountants. Washington, D.C.: Beard Books, p. 74-92, 2003 (Reprint of the originally published edition in 1905 by T.C. & E.C. Jack, Edinburg, Scotland).

BROWN, Richard. History of accounting and accountants. Washington, D.C.: Beard Books, 2003 (Reprint of the originally published edition in 1905 by T.C. & E.C. Jack, Edinburg, Scotland).

BYRNES, Paul Eric et all. Evolution of auditing: from the traditional approach to the future audit. New York, NY: American Institute of Certified Public Accountants, November 2012 (White Paper).

CARVALHO, Frederico A. Imagem e desempenho de um conselho profissional: o caso do CRC-RJ. BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, São Leopoldo, v. 6, n. 1, p. 59-70, jan./abr. 2009.

CHATFIELD, Michael. Contemporary studies in the evolution of accounting thought. Belmont, California: Dickemon Publishing, 1968.

CHATFIELD, Michael. A history of accounting thought. Hinsdale, Illinois: The Dryden Press, 1974.

CHUA, W.F. Radical Developments in Accounting Thought. The Accounting Review, v.

51 n. 4, p. 601-632, 1986.

CHUA, Wai Fong. Desenvolpos radicais em el pensamento contable. En Gómez, M. y Ospina, C.M. (Eds.), Avances interdisciplinarios para una comprensión crítica de la contabilidad. Textos paradigmáticos de las corrientes heterodoxas (p. 37-78). Medellín: Universidad de Antioquia y Universidad Nacional de Colombia, 1986.

CFC. História dos Congressos Brasileiros de Contabilidade. 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

CFC. Resolução nº 560, de 28 de dezembro de 1983. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 1983.

COSENZA, José Paulo. A evolução da escrituração contábil através dos tempos: uma revisão histórica da Contabilidade contemporânea com base na literatura contábil. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Faculdade de Administração e Finanças, UERJ, Rio de Janeiro, 1999.

CUNHA, Marcelo Garcia. Sindicatos: evolução histórica, caracterização e funcionalidade de sua legitimação para agir. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, PU-CRS, Porto Alegre, 2006.

FREIDSON, Eliot. O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. São Paulo: Edusp, 1988.

GERTZ MANERO, Frederico. Origen y evolución de la contabilidad: ensayo histórico. 5. ed. México: Trillas, 2003.

HARADA, Kiyoshi. ISS - Regime tributário da sociedade uniprofissional sob modalidade jurídica de sociedade limitada. Tributário, Julho-2011. Disponível em: <http://tributario.net/harada/iss-regime-tributario-da-sociedade-uniprofissional-sob-modalidade-juridica-de-sociedade-limitada/> [consultado em 03/12/2015]

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 98, n. 1108 a 1109, p. 2-11, jul./ago. 2015.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 98, n. 1101 a 1106, p. 1-15, Edição Especial, já./jun. 2015.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 97, n. 1093 a 1094, p. 1-10, mai./jun. 2014.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 11, n. 127, p. 357-360, out. 1927.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 11, n. 124, p. 326-327, jul. 1927.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 11, n. 118, p. 245-256, mar. 1927.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 11, n. 113, p. 245-256, jan. 1927.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 10, n. 106, p. 113-124, jan. 1926.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 9, n. 102, p. 65-76, set. 1925.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 9, n. 100, p. 1-37 jul. 1925.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 7, n. 92 e 93, p. 68-79, nov./dez. 1924.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 6, n. 58 e 59, p. 1-32, 1922.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 4, n. 40 e 41, p. 49, jul./ago. 1920.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 4, n. 38 e 39, p. 40-41, mai./jun. . 1920.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 4, n. 34 e 35, p. 1-16, jan./fev. 1920.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 3, n. 25 e 26, p. 41-48, abr./mai. 1919.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20 e 21, p. 153, dez. 1918.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 2, p. 44, 1918.

IBC. Mensário Brasileiro de Contabilidade. Instituto Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 97-120 1917.

IBRACON. Auditoria: registros de uma profissão (coordenação editorial Ana Paula Cardoso, Antonio Rodante) São Paulo: IBRACON, 2007.

IBRACON. Ibracon: quatro décadas a serviço da auditoria. Revista Transparência, São Paulo, v.1, n. 4, p. 1-50, dez. 2011.

HAIG, Frank R.; KAY, Peg. The Role of Academies of Science in the Critical Examination of New Ideas: Looking at Gaia. Washington Academy of Sciences, p. 61-67, Summer 2006. Disponível em: [http://www.washacadsci.org/Journal/Journalarticles/V.92-2-The Role of Academies of Science in the Critical Examination of New Ideas-- Looking at Gaia. Frank R. Haig, S.J. and Peg Kayl.pdf](http://www.washacadsci.org/Journal/Journalarticles/V.92-2-The%20Role%20of%20Academies%20of%20Science%20in%20the%20Critical%20Examination%20of%20New%20Ideas--%20Looking%20at%20Gaia.%20Frank%20R.%20Haig,%20S.J.%20and%20Peg%20Kayl.pdf). [Consultado em: 18/11/2015].

KANITZ, Sthefen. Análise do parecer do auditor. São Paulo: Atlas, 1973.

LEE, J. Government auditing in China. The Journal of Accountancy, 62, p. 190, 1986.

LEE, T. Corporate audit theory. London: Chapman & Hall, 1994.

LITTLETON, Ananias Charles. Accounting evolution to 1900 (Foundations of Accounting). Alabama: University of Alabama Press, 1981 (reprint of the 1933 ed published by American Institute Public Co., New York: with a new foreword by V.L.Zimmerman).

LITTLETON, Ananias Charles; YAMEY, Brasil. Studies in the history of accounting. New York: Arno Press, 1978 (reprint of the 1956 ed published by Richard D. Irwin, Homewood, Illinois)

MALATO, Maria Luísa. A Academia de Platão e a Matriz das Academias Modernas. Notandum, v. 12, n. 19, p. 1-15, jan./abr. 2009.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. Educar, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005.

MATTHEWS, Derek; ANDERSON, Malcolm; EDWARDS, John Richard. The priesthood of industry. The rise of the professional accountant in British management. New York: Oxford University Press, 1998.

MELO, Paulo da Silva; [MARIANO, Jose Heleno](#); [ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria](#). A importância do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo no desenvolvimento da Técnica Contábil no Brasil. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1., 2011, Coimbra. Anais... Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. 1 CD, p. 1766-1780.

MORENO, Edinei Antônio; MENDONÇA, Thais Carrier; ALBERTO, Juliano Alberto; FARIAS, Regina May. A formação continuada dos profissionais bibliotecários: análise do conteúdo dos sites das entidades de classe. Revista ACB, Florianópolis, v.12, n.1, p. 43-58, jan./jun. 2007.

MOURA, RIL. Perícia contábil: judicial e extrajudicial. 3. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: M.A. Delgado, 2011.

MURRAY, David. Chapters in the history of bookkeeping accountancy and commercial arithmetic. [Series: The Development of Contemporary Accounting Thought] New York: Arno Press, 1978 (Reprint of the 1930 ed. published by Jackson, Wylie & Co., Glasgow).

PARKER, Robert H.; YAMEY, Basil S. The development of the accountancy profession in Britain to the early twentieth century. Alabama: University of Alabama/The Academy of Accounting Historians (monograph 5), 1986.

QUEIROZ NETO, Luiz Vicente de Medeiros. A pertinência temática como requisito da legitimidade ativa para o processo objetivo de controle abstrato de normas. Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Brasília, n. 21, mar. 2005. Disponível em: <http://www.escolamp.org.br/arquivos/21_03.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

RASCHE, Francisca. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. Revista ACB, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 175-188, jan./dez. 2005.

RICARDINO, Álvaro; CARVALHO, Luiz Nelson. Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil. Revista de Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, v. 15, n. 35, p. 22-34, mai./ago. 2004. Disponível em: http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad35/ed_35_parte2_pg22a34.pdf [acesso em 14/11/2015].

RODRIGUES, Alberto Almada. Instituições profissionais e culturais da ciência contábil no Brasil. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 61, 1987.

RODRIGUES, Alberto Almada. História da profissão contábil e das instituições de ensino profissionais e culturais da Ciência Contábil no Brasil, Revista Paulista de Contabilidade, n. 469, São Paulo, 1986a.

RODRIGUES, Alberto Almada. Da aula de comércio da corte as escolas de comércio dos primórdios da república de 1808 a 1943: subsídios à história da profissão contábil e das instituições de ensino, profissionais e culturais da ciência contábil no Brasil. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 17, n. 46. 1986b.

SÁ, Antônio Lopes de. História geral da Contabilidade no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. Perícia Contábil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Moacyr Amaral. Prova judiciária no cível e comercial. (Vol 5) 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1952.

SESCON RIO DE JANEIRO. Revista SESCOON RIO DE JANEIRO, n. 95. Maio-Junho 2011.

SESCON RIO DE JANEIRO. Revista SESCOON RIO DE JANEIRO, n. 101. Maio-Junho 2012.

SESCON RIO DE JANEIRO. Relatório de Gestão 2010-2013. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Luiz Gustavo Cordeiro. Perícia Contábil no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Faculdade de Administração e Finanças, UERJ, Rio de Janeiro, 1993.

SINDCONT SP. SINDCONT-SP 90 anos: Tradição e modernidade. São Paulo: Atrativa Gráfica, 2009. Disponível em: <http://www.sindcontsp.org.br/plugin.php?h=leitura/livro> [Acesso em: 13/12 2015]

SINTIVEST. Mas afinal, o que é o Sindicato? O Original, n. 50, abr/mai/jun 2001. Disponível em: <http://www.sintivest.org.br/o-sindicato> [Acesso em: 20/12/ 2015]

SOUZA, Luiziane Agostine Alves de; DYNIEWICZ, Ana Maria; KALINOWSKI, Luísa Canestraro. Auditoria: uma abordagem histórica e atual. RAS, v. 12, n. 47, p. 71-78, Abr-Jun. 2010.

UNIPEC. Unipec comemora 40 anos e... conta um pouco de sua história. Rio de Janeiro: Unipec, 2004.

ZANELLA, Andréa Vieira; PEREIRA, Renata Susan. Constituir-se enquanto grupo: a ação de sujeitos na produção do coletivo. Estudos de Psicologia, v.6, n.1, p. 105-114, Jan./Jun. 2001.

ZIMMERMAN, D. E. Fundamentos teóricos. In: D. E. Zimmerman & L. C. Osorio (Orgs.), Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 23-31.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.sindicont-rio.org.br/cursos.php> <http://www.sindcontsp.org.br/>

<http://www.unipec-rj.org.br/> <http://www.sescon-rj.org.br/wp/>

<http://accerj.com.br/historico.php> <http://www.apjerj.org.br/>

<http://www.ibracon.com.br/ibracon/> <http://www.cfc.org.br/>

ENTREVISTAS REALIZADAS:

APJERJ: Nina Verônica Santos do Canto (Presidente) e Ubirajara de Barros Junior (ex-Presidente).

IBRACON-3ª. Regional: Paulo Buzzi Filho (Diretor-Presidente) e José Luiz de Souza Gurgel (Diretor).

SINDICONT-Rio: Lygia Maria Vieira Sampaio (Presidente) e Mary Isabel Pereira (Diretora Social).

UNIPEC: Damaris Amaral da Silva (Presidente).

A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE



Maria Aparecida do Nascimento Cavalcanti

José Romário de Gois Lima

Marcia Josienne Monteiro Chacon (in memoriam)

Conselho Federal de Contabilidade

Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	5
1. Introdução	6
2. Primeiras evidências	7
3. Primeiras organizações	10
3.1. Conselho Regional de Contabilidade - CRCRN.....	10
3.2. Associação Profissionais dos Contabilistas do RN.....	14
3.3. Sindicato dos Contabilistas do RN – SINDCONTRN.....	14
3.4. Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contabilidade – ACADERNCIC	15
4. Primeiras escolas	17
4.1. Escola de Comércio de Natal	17
4.2. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais	17
4.3. Departamento de Ciências Contábeis – UFRN	19
5. Considerações finais	20
Referências	21

RESUMO

A história da contabilidade no Rio Grande do Norte foi marcada pelo esforço do contabilista e professor de contabilidade, o Comendador Ulysses Celestino de Góis, que em 1919, fundou a Escola de Comércio de Natal, além de ter ficado a frente da fundação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte, do Sindicato dos Contabilistas, da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais e a Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis. Além destas instituições contribuíram para o fortalecimento da Contabilidade do Rio Grande do Norte a Associação Profissional dos Contabilistas, e tantos outros notórios contabilistas norte-rio-grandenses.

Palavras-chave: História da contabilidade. Rio Grande do Norte. Ulysses Celestino de Góis.

1. INTRODUÇÃO

Os registros iniciais da contabilidade no Brasil remontam à vinda da família real ao país em 1808, porém, desde 1530, em função da instalação das primeiras Alfândegas, já se fazia necessário o uso da contabilidade para controlar o desenvolvimento de tais organizações, de modo que, em 1549, foi nomeado pelo rei de Portugal, o senhor Gaspar Lamego para exercer a função de Contador Geral, dando visibilidade a essa profissão.

A obrigatoriedade do uso da técnica contábil no Brasil se dá durante a instalação provisória do governo de D. João VI, no qual foi publicado um alvará determinando que os contadores gerais observassem o método das partidas dobradas quando da escrituração mercantil da Real Fazenda (GOMES, 1956 apud SCHMIDT; SANTOS, 2008).

Com o desenvolvimento da contabilidade no país surge a necessidade de investimento na área do ensino, de forma que em 15 de julho de 1809 é publicado um alvará oficializando as aulas de comércio. Para transmitir os conhecimentos técnicos contábeis foi nomeado José Antônio Lisboa, que seria o primeiro professor de contabilidade no Brasil.

Consolidando o cenário de ensino da ciência contábil no Brasil, cria-se, em 1856, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, sendo estas as primeiras iniciativas para o ensino dessa ciência. Esses fatos, por sua vez, vieram a impulsionar o fortalecimento da profissão contábil no país, que teve na década seguinte reconhecimento como atividade profissional, conforme destacam Reis e Silva (2007, p. 4).

No ano de 1869 foi criada a Associação dos Guarda-Livros da Corte, sendo reconhecido oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial nº 4.475, este fato foi importante, pois estava constituído o guarda-livros, como a primeira profissão liberal do Brasil.

No cenário potiguar não há como se falar em contabilidade sem antes citar a pessoa do saudoso Professor Ulysses Celestino de Góis, grande entusiasta da contabilidade norte-riograndense que promoveu o desenvolvimento da ciência no Estado, elevando o conhecimento aqui produzido ao patamar alcançado no panorama nacional.

A expansão do comércio no Estado e a necessidade dos comerciantes por profissionais que tivessem habilidade com as contas foi o principal motivo que levou o Professor Ulys-

ses Celestino de Góis a criar, em 1919, juntamente com Dom Antônio dos Santos Cabral e uma equipe de professores, a Escola de Comércio de Natal.

Ele entendia que a ausência de profissionais das contas ia de encontro ao crescimento que o comércio na cidade de Natal passava naquela época, então, paralelo a criação da Escola de Comércio, lutou e conseguiu a aprovação de uma lei que estabelecia que o comércio, que antes fechava às 19h:00min, impedindo os trabalhadores de estudar, fechasse às 18h:00min, assim, com um horário mais flexível, eles conseguiriam estudar no contraturno.

Mais tarde, com a regulamentação da profissão de contador pelo Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, ficou mais evidente a necessidade das Escolas de Comércio na formação de contadores e dos, até então, guarda livros. Igualmente no Estado do Rio Grande do Norte, era notória a importância dada à classe contábil, que cada vez mais contribuía para o crescimento da economia norte-rio-grandense.

2. PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS

O desenvolvimento da contabilidade no Estado do Rio Grande do Norte pode ser observado a partir da criação de escolas especializadas, bem como pelo desenvolvimento do comércio local, o que, por sua vez, desencadeava o incremento de outros setores como o de crédito. Assim, o campo de atuação da contabilidade se tornava amplo e propício ao desenvolvimento da ciência no Estado.

Como vestígios da iniciação da prática da contabilidade no Estado do Rio Grande do Norte tem-se, entre outros, o relatório dos resultados da Caixa Rural e Operária de Natal, datado do ano de 1928, e o Livro de registros contábeis do Sindicato dos Contabilistas do período de 1965 a 1972, conforme apresentado nas as Figuras 1 e 2, respectivamente.

Destaca-se ainda que, além da contribuição direta do Professor Ulysses de Góis para o desenvolvimento da contabilidade no Estado, foi dele também a iniciativa da criação da Caixa Rural (ACACI, 2014).



Figura 1 - Relatório de Resultados de 1928, da Caixa Rural e Operaria de Natal.
Fonte: Acervo CRC-RN/SINDCONTRN/ACADERNCIC.

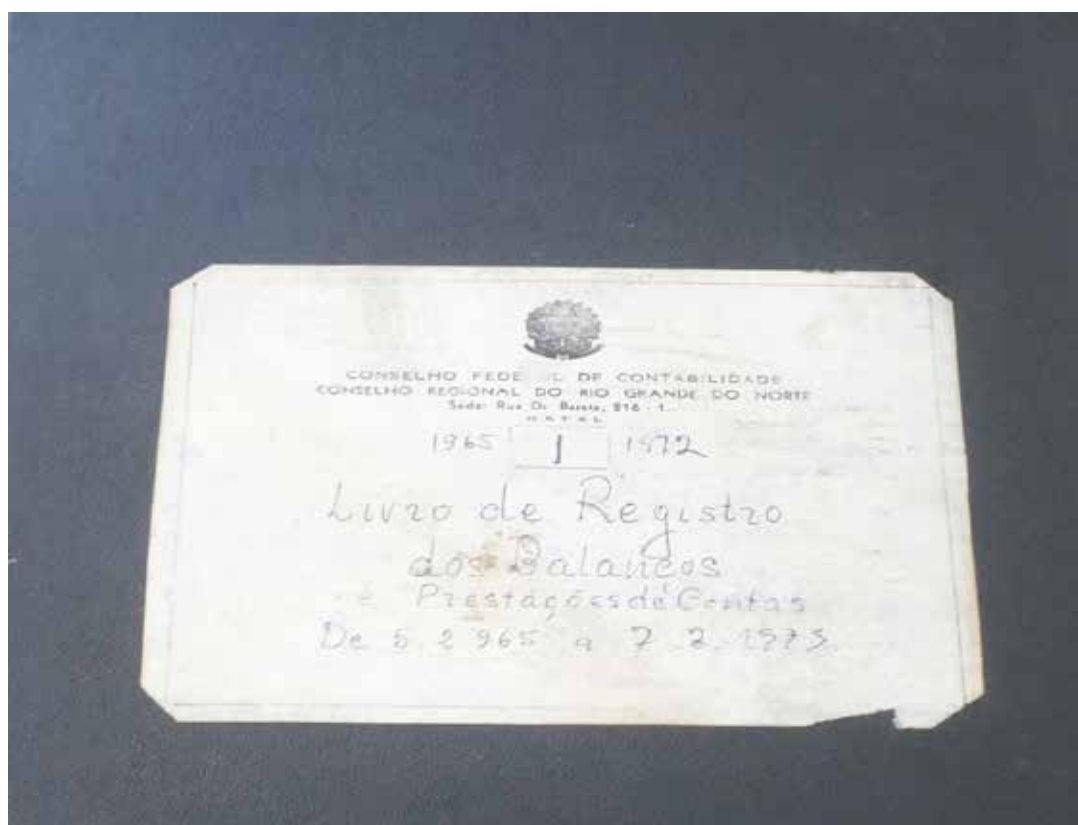


Figura 2 - Livro de Registros contábeis do Sindicato dos contabilistas do período de 1965 a 1972.

Fonte: Acervo do CRC-RN/ SINDCONTRN/ ACADERNCIC.

Após alguns anos do exercício da profissão de contador e de técnico em contabilidade chegavam às máquinas para contribuir com as escriturações contábeis, a Figura3, apresenta as ferramentas de trabalho que pertenceram a diversos profissionais da contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte.



Figura 3 - Máquinas usadas por profissionais da contabilidade no RN.

Fonte: Acervo do CRC-RN/ SINDCONTRN/ ACADERNCIC.

No que tange ao registro dos primeiros profissionais da contabilidade no Estado, inicia a lista o professor e contabilista Ulysses Celestino de Góis, que deu início ao ensino da contabilidade no Estado, além de ter encabeçado a fundação da Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis o Sindicato dos Contabilistas e o Conselho Regional de Contabilidade do RN.



Figura 4 - Professor e Contabilista Ulysses Celestino de Góis discursando.
Fonte: Gomes (1996).

Por sua vez, a primeira instituição de ensino a formar contabilista foi a Escola de Comércio de Natal, que atuou com esse nome até 1943, quando por força de lei teve seu nome alterado para Escola Técnica de Comércio de Natal pelo Decreto 1.143/43, que reformou o ensino comercial no país e por consequência necessitou alterar a nomenclatura das Escolas de Comércio para Escolas Técnicas de Comércio (GOMES, 1996).

3. PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES

3.1. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRCRN

A primeira instituição representativa da classe contábil no estado do RN foi o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte, que foi instituído pela Resolução CFC 40/1948. E em 1965 foi adquirida a primeira sede própria instalada na Rua Doutor Barata, 208, no Bairro da Ribeira em Natal/RN, conforme Figura 5, cuja imagem foi registrada no ano de 2005.



Figura 5 - Primeira sede.

Fonte: CRC-RN (2013).

O CRCRN (2013) destaca a contribuição dos primeiros profissionais que fizeram parte do CRC:

Foram os primeiros a fazerem parte do CRC: Jurandir Sytaro da Costa (que assumiu a presidência), Ulysses Celestino de Góis (primeiro presidente eleito, em 1965), Paulo de Azevedo Pires, Argemiro Lins Cavalcanti, Antônio Jorge Moreira e Manoel Rivadávia Pessoa da Silva, além dos técnicos em contabilidade Juvino dos Anjos, Rafael Robson de Souza e Garibaldi Romano (CRCRN, 2013).

A primeira eleição dos membros do Conselho o correu no dia 20 de agosto de 1965, ficando assim a composição dos membros representantes: como presidente o contador Ulysses Celestino de Góis e para os demais cargos José Penha de Souza, Luiz Gonçalves Pinheiro, Francisco Dantas Guedes, José Pinto Freire, Waldomiro Fonseca e Cunha e os técnicos em contabilidade Raimundo Nonato Falcão de Melo e José Maria Moreira de Castro (CRCRN, 2013).



Figura 6 - Posse dos eleitos para a gestão de 1976 a 1979.

Fonte: Gomes (1996).

Com o crescente número de congregados ao Conselho foi necessário um espaço mais amplo para a realização das funções desta instituição, desse modo, em 30 de novembro de 1992 foi inaugurada a terceira sede, denominado Edifício Professor Ulysses Celestino de Góis, na Rua Princesa Isabel, 815, Cidade Alta em Natal. Anteriormente a mudança de sede tinha sido para o Edifício Canaçu localizado na Rua João Pessoa, nº 198, Cidade Alta em Natal.



Figura 7 - Terceira sede do Conselho Regional de Contabilidade do RN.

Fonte: Gomes (1996).

A atual sede do Conselho Regional de Contabilidade está na Avenida Bernardo Vieira Bairro de Morro Branco nº 4545 Natal.



Figura 8 - Sede atual do CRC-RN.

Fonte: <http://static.panoramio.com/photos/original/43688148> (2015).

As muitas ações desenvolvidas pelo Conselho Regional de Contabilidade visam à formação continuada dos profissionais, além da colaboração para a formação dos discentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, nesse sentido, destaca-se o Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis, que desde 1997 promove o maior evento da classe contábil do Rio Grande do Norte, evento este que possibilita a apresentação de variados trabalhos na área contábil em diversas modalidades de apresentação.



Figura 9 - Abertura do primeiro encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis.

Fonte: CRC-RN; 2013.

3.2. ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAIS DOS CONTABILISTAS DO RN

Como segunda instituição representativa da classe contábil foi criada a Associação Profissional dos contabilistas, datada de dia 21 de outubro de 1951, registrada na Delegacia Regional do Trabalho com nº 20. Faziam parte da composição do conselho gestor: (presidente) Waldemiro da Fonseca e Cunha, (Vice-presidente) José Aurino da Rocha, (Secretario) Reginaldo Teófilo, (Vice-secretário) Antônio José Damasceno Lucas, (Tesoureiro) Odir da Costa Oliveira, (Vice-Tesoureiro) Edemilson Torres Santos Lima e (Bibliotecário) Joaquim Felício de Moura, o conselho fiscal era composto por Argemiro Lins Cavalcante, Sólon Aranha e Juvino dos Santos.

A associação funcionou até 26 de abril de 1952, quando foi outorgada, pelo Ministério do Trabalho, como Sindicato dos Contabilistas do Rio Grande do Norte, a partir desse momento a Associação saía de cenário para dar lugar ao Sindicato da classe contábil.



Figura 10 - Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Associação Profissional dos Contabilistas do RN.

Fonte: Acervo do CRC-RN/ SINDCONTRN/ ACADERNCIC.

3.3. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO RN – SINDCONTRN

O Sindicato dos Contabilistas do RN surgiu como a terceira instituição que marcou a história da contabilidade do Estado, após o reconhecimento da Associação como Sindicato, instituído por volta do ano de 1953, sendo presidido ao longo dos anos por profissionais que muito contribuíram para a contabilidade no Estado.

Presidente	Gestão
Reginaldo Teófilo da Silva	1953/1956
José Penha	1956/1957
Odir da Costa Oliveira	1958/1960
José Pinto Freire	1960/1970
João Samuel de Araújo	Início de 1971
Horácio Alves Pedrosa Neto	1971/1974
Luiz Gonçalves Pinheiro	Final de 1974
Fabiano de Cristo e Silva	1974/1977
Milton Moreira da Silva	1980/1989
Ademar de Araújo Costa	1989/1992
Silvestre Marinheiro Filho	1982/1995
Quadro 1 - Presidentes do Sindicato dos Contabilistas.	
Fonte: Adaptado de Gomes; 1996.	

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos profissionais que presidiram o SINDICONTRN, o qual foi presidido nos dois últimos mandatos pelo contador Anderson Freitas de Barros (atual presidente) e Maria do Ceo Cabral (2012/2013).

3.4. ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE CIÊNCIAS CONTABILIDADE – ACADERNCIC

A Fundação da quarta instituição representativa da classe contábil do RN ocorreu a pedido do então presidente do Conselho Federal de Contabilidade, o contador Ynel Alves de Carmargo que, via ofício, sugeria ao Professor Ulysses Celestino de Góis que reunisse esforços com o intuito de criar a Academia de Ciências Contábeis do RN. À época no Estado já havia sido constituído o Conselho e o Sindicato de profissionais, bastando o Professor Ulysses de Góis convocar aqueles profissionais da classe contábil de notória prestação de serviço à sociedade.

Assim, no dia 26 de maio de 1977 é convocada a Comissão Organizadora e Coordenadora de Fundação da Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis atendendo ao chamado do Ilustre Professor Ulysses Celestino de Góis e, depois das primeiras conversas a comissão, foi de fato constituída a Academia, ficando da seguinte forma: Luiz Gonçalves

Pinheiro (Presidente), Severino Lopes de Oliveira (Vice-presidente), Eufnan de Oliveira Souza (Secretário) e os membros: Ulysses Celestino de Góis, Fabiano de Cristo e Silva, Reginaldo Teófilo da Silva, Francisco Dantas Guedes e Ivanildo Alves Messias.



Figura 11 - Reunião para instalação da Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis.

Fonte: Gomes; 1996.

A partir desta data começaram os trabalhos da Comissão que se estendeu de 04 de junho a 13 de julho daquele ano, após os trabalhos foi eleita à primeira diretoria, que tinha caráter provisório, ficando assim a composição da diretoria: Eufnan de Oliveira Souza (Presidente), Ivanildo Alves Messias (Vice-presidente), Maria Araújo Rocha (Primeiro Secretário), Iolanda Souza Alves Pereira (Segundo Secretário), Itamar Andrade de Sales (primeiro Tesoureiro), Francisco Jadir Farias Pereira (Segundo Tesoureiro) e José Jedilson Góis Costa (Diretor Cultural).

Ainda em 1977, acontecem as eleições para diretoria da Academia, fato este que ocorreu no dia 06 de outubro. Logo após a eleição ocorreu a posse dos órgãos deliberativos que assumiam as atividades de forma definitiva, um pouco antes destes atos constitucionais ocorreu a aprovação do regimento interno desta casa. Na ocasião foi eleito o seguinte corpo administrativo: Eufnan de Oliveira Souza (Presidente), Ivanildo Alves Messias (Vice-presidente), Ulysses Celestino de Góis (Diretoria) e o Conselho consultivo composto por: Francisco Dantas Guedes, Jurandyr Sitaro da Costa, Luiz Gonçalves Pinheiro, Reginaldo Teófilo da Silva, (Primeiro Secretário) Maria Araújo Rocha, (Segundo Secretário) Iolanda Souza Alves Pereira, (primeiro Tesoureiro) Itamar Andrade de Sales, (Segundo Tesoureiro) Francisco

Jadir Farias Pereira, (Diretor Cultural) José Jedilson Góis Costa, (Diretor Social) Pedro Américo do Nascimento, (Comissão de Contas) Severino Lopes de Oliveira, Manoel Sobral de Medeiros, Aderbal Soares Costa e os membros suplentes: Fabiano de Cristo e Silva, João David de Souza e Juvino dos Anjos.

4. PRIMEIRAS ESCOLAS

4.1. ESCOLA DE COMÉRCIO DE NATAL

A primeira instituição de ensino da contabilidade foi a Escola de Comércio de Natal, cujo nome foi alterado devido às mudanças que ocorreram no ensino técnico naquela época, para Escola Técnica de comércio onde sua primeira sede própria funcionava na Rua João Pessoa, 86, Cidade Alta – Natal, sendo o primeiro corpo docente da Escola de Comércio era composto pelos professores: Moisés Soares, Alberto Roselli, Pedro Calazans Pinheiro, Pedro de Paula Barbosa, João Tibúrcio, Hipólito Cabral, Tavares Guerreiro, Clodoaldo e Ulysses Celestino de Góis.

A Escola técnica de comércio funcionou por volta de 1919 a 1962, quando o professor Ulysses Celestino de Góis, juntamente com os demais professores, criou a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Destaca-se que a construção do prédio da Faculdade só foi possível graças a colaboram dos governos Federal, Estadual e Municipal e também a contribuição da senhora Idalina Pereira Carrilho, que doou o terreno para a construção da Faculdade.

4.2. FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E ATUARIAIS

A primeira sede da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais ficava na Rua Junqueira Aires, 398, Cidade Alta em Natal, tendo como Diretor e Vice-diretor consecutivamente Hélio Galvão e João Wilson, sendo autorizado o funcionamento da Faculdade no dia 05 de julho de 1962, momento em que foi ministrada a aula inaugural pelo Professor Ottor de Brito Guerra (GOMES, 1996).



Figura 12 - Sede da Escola de Comércio de Natal.

Fonte: Acervo do CRC-RN/ SINDCONTRN/ ACADERNCIC.



Figura 13 - Placa de Formatura da turma de 1954.

Fonte: Gomes; 1996.

Em 1965 a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais foi incorporada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de acordo com a Lei 5.702 de 16 de setembro de 1961, com o nome agora de Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Após ser incorporada pela Universidade, a Faculdade mudou-se para a Rua Apodi, 388, Tirol, Natal-RN, e por volta de 1973, a UFRN sofreu uma reestruturação onde todas as atividades foram transferidas para o Campus de Lagoa Nova, onde atualmente é lecionado o curso de Ciências Contábeis, de modo que foram eliminadas as Escolas e as Faculdades dando lugar aos Centros Acadêmicos, o curso de Ciências Contábeis ficou vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas.



Figura 14 - Segunda sede da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Fonte: Portal da Memória; 2008.

4.3. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – UFRN

Atualmente o curso de Ciências Contábeis é ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e tem como objetivo

a formação de profissionais com capacidade crítico-analítica para entender, interpretar e divulgar os fenômenos que afetam o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, agindo de acordo com princípios legais, éticos e científicos no cumprimento dessas responsabilidades perante a sociedade (DCC/UFRN, 2015).

Além dos cursos de graduação a UFRN oferta cursos na área de pós-graduação, lato sensu e stricto sensu, tendo sua primeira turma de mestrado ofertada em 2015. Dentre os vários cursos que são ofertados, buscando o aprimoramento da técnica contábil, têm-se as áreas de Auditoria e Perícia, Controladoria, Gestão Financeira entre outros.

Atualmente (2015) desempenham a função de Chefe e subchefe do Departamento os professores doutores Erivan Ferreira Borges e Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena, respectivamente. E na coordenação do Curso estão à frente os professores Daniele

da Rocha Carvalho Medeiros e Luis Vieira de Oliveira Sobrinho, como coordenadora e vice-coordenador, respectivamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou percorrer os caminhos trilhados pela contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de apresentar os estágios pelos quais passou a contabilidade norte-rio-grandense para que hoje chegasse ao grau de importância que ela tem no desenvolvimento socioeconômico no estado.

Além de evidenciar as instituições que sediavam o ensino da contabilidade e as congregações da classe, este trabalho também busca homenagear as pessoas que contribuíram para que tivéssemos hoje uma contabilidade forte e consolidada, de modo a mostrar a sociedade o quanto se fez e quem fez pelo desenvolvimento da ciência no nosso Estado, prestando a esses profissionais o devido reconhecimento pelos serviços prestados.

REFERÊNCIAS

ACACI, José. Ulysses Celestino de Góis: A luz da contabilidade Potiguar. ACADERNCIC. Natal, 2014

FRANCO, H. A evolução dos princípios contábeis no Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.

GOMES, M. R. B. História da contabilidade do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 1996.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. História da contabilidade: foco na evolução do pensamento contábil. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. História da contabilidade: foco nos pensadores. São Paulo: Atlas, 2008.

REIS, A.J.; SILVA, L. S. A história da contabilidade no Brasil. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, Salvador, v. 11, n. 1, 2007. Disponível em: < <http://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299/247>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE. História do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte. Natal. Disponível em: < <http://www.crcrn.org.br/arquivos/pdf2015/HISTORIA65ANOS.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. 2015.

Gestos de Descrição e Interpretação da Contabilidade no Estado de Rondônia



Gleimiria Batista da Costa
Joel Bombardeli
Edilson Bacinello
Pedro Luiz de Oliveira Neto

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados
Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia

Trabalho submetido a Comissão Regional
da Premiação Resgate da Memória Contábil
nos Estados

Sumário

Resumo	4
1 Introdução	4
2. Contexto histórico da criação do Estado de Rondônia e Contabilidade	4
3. A criação dos Cursos Superiores de Contabilidade em Rondônia	9
4. A criação do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRC-RO	11
5. Considerações Finais	12
Notas	14
6 Referências Bibliográficas	14

Resumo

A palavra contabilidade que não movimenta, somente, o discurso dos negócios, mas, que circula na sociedade com muitos sentidos e significados possíveis. A contabilidade no sentido de polissemia e paráfrase que na ocupação territorial se desdobra em decisões e ações políticas e administrativas. Por sua técnica/ciência patrimonial, a contabilidade colabora e participa deste processo produzindo efeito de sentido das criações históricas formadas como espaço territorial, político e administrativo de Rondônia. O objetivo desse trabalho é analisar os documentos de criação do Estado de Rondônia e de sua relação com a contabilidade, assim como as criações da Universidade Federal de Rondônia e do Conselho Regional de Contabilidade. Estas Instituições contribuíram na injeção do movimento da contabilidade, mas sempre na perspectiva de que existiu um discurso anterior, ou, que aquilo que parece ser proposto, sempre pode ter efeito ou causa relacionado a um movimento com a historicidade. Propomos o intento de realizar a descrição e interpretação relacional ao funcionamento do discurso da contabilidade, de sua apropriação e expansão ao longo do processo histórico de formação do Estado de Rondônia, sob a ótica da análise do discurso na linha francesa de Michael Pêcheux e Eni Orlandi.

1 Introdução

Neste trabalho analisamos documentos da criação do Estado de Rondônia, descrevendo e interpretando pelo funcionamento relacional com a contabilidade. Percorremos caminhos que se iniciam pelo Decreto Imperial de 1866, que autorizava a navegação internacional pelo Rio Madeira, que se movimentou para 1873, quando o Império se instalou sob um discurso de Mesa de Rendas, que interpretamos ser sinalização e evidências que a contabilidade também tomava espaço e contribuía na “criação” deste lugar novo que era Rondônia. As questões da ocupação da Amazônia foram de marcação de território, como proteção ao solo da nação brasileira, os outros discursos foram se tornando possíveis desde então. Rondônia sob um discurso de “criação” se tornou território, e transformou-se em Estado. Os cursos de contabilidade implantados foram estratégicos no desenvolvimento das suas instituições públicas e privadas. O Conselho Regional de Contabilidade criado após oito anos da existência do Estado, solidificou o movimento contábil, mas ao mesmo tempo fortaleceu para outros movimentos que a contabilidade pode percorrer, com apoio de outras instituições, trilhar caminhos originais das ciências humanas e sociais.

Nosso posicionamento de reflexão se funda de que a contabilidade como linguagem e historicidade, atravessam o espaço social produzindo efeitos de sentidos múltiplos. E, sua utilização tem reflexos políticos, administrativos e sociais entre sociedade e Estado, e no indivíduo. A Contabilidade uma técnica/ciência de utilização de Estado e do capital, que onde os profissionais e a sociedade podem buscar refúgios para a cidadania possível pelas suas aplicações.

2. Contexto histórico da criação do Estado de Rondônia e Contabilidade

Tanto pelas riquezas minerais como por ser uma nova rota de comércio os colonizadores, portugueses que buscavam no século XVII novos horizontes, se aventuraram nessa região, assim como os jesuítas espanhóis através de suas missões religiosas (FONSECA&TEIXEIRA, 2001). Portugueses e espanhóis se esforçavam em ocupar o território do centro-oeste brasileiro, e nestas investidas os contatos com indígenas eram ocasionais. Não temos aí um enunciado de “terra à vista”, como no “descobrimento” do Brasil, mas um acontecimento de significados múltiplos, que deslizam como Orlandi (2008, p.17)

interpreta, que aos que chegam, é um lugar para ficar, ancorar, de futuro e para os que ali se encontravam um significado de invasão, entrada, promessa ou ameaça? Visitantes ou invasores? Ou se pode questionar, este espaço era patrimônio de quem? Quem tinha o registro de posse, de propriedade, e, quem tinha o uso, ocupava e utilizava para a sobrevivência. Podemos dizer então que assim começava o “nós” dos bandeirantes de Rondônia. Bandeirantes que pelas picadas e pelos rios chegavam em um espaço territorial novo, mesmo que áspero foi sendo ocupado, apropriado para criação e transformação. Ao longo dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira as ocupações foram mais exitosas, devido à capacidade de navegação (SANTOS, 2014). Fonseca e Teixeira (2001) apresentam às dificuldades de acesso, que levou grande parte da região permanecer desconhecida por muito tempo.

O historiador Antônio Cândido¹ apresenta como primeiro documento que trata da abertura do Rio Madeira (como afluente do Rio Amazonas) à navegação estrangeira através do Decreto n. 3.749, de dezembro de 1866. O Decreto com a rubrica de Sua Majestade o Imperador, no preâmbulo justifica as razões desta tratativa de abertura que “No intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as relações *internacionaes*, e animando a navegação e o comércio do rio Amazonas e seus afluentes...”. “Os discursos estabelecem uma história” (ORLANDI, 2008, p.18). E, na perspectiva discursiva de Orlandi (2008), citando Paul Henry (1985), não há história sem discurso. Não pela cronologia, mas pela produção de sentidos.

O engrandecimento do Império, desliza para o engrandecimento do país, da república, do Estado, do povo, do público, mas também desloca-se para o engrandecimento do rei, dos políticos, dos que participam dos governos, do privado ou mesmo de um modo “particular de se engrandecer e enriquecer”. Dizer “...facilitando... as relações internacionais...”, em um discurso de 1866, nos parece dar evidências de um discurso sempre atualizado, de liberar fronteiras em qualquer época. Como de desburocratizar fronteiras, para animar o comércio e a navegação na formação discursiva imperial e colonizadora se torna um discurso edificante, como edificante é o discurso de globalização e mundialização da atualidade. Como se todos pudessem contribuir para promoção da estabilidade econômica, com uma contabilidade homogênea, unívoca. Uma economia e uma contabilidade numa linguagem sem falhas e equívocos.

Na direção de que todas as nações e suas economias fossem iguais, como se não há ricos e pobres. Com estornos de discurso esclarecido, independente, iluminado das criações ou das descobertas, Orlandi (2008, p.261) observa que “a continuidade do saudável liberalismo dos países ricos que se preocupam com o bem-estar da humanidade”. Ainda nas concepções de Orlandi (2008, p. 262) “o discurso sincero nos séculos XVI e XVII era dos colonizadores, viajantes, bandeirantes que aliavam a ciência, religião e a política, misturados e com sedução de literariedade de um “novo” de ficção e real”, como o discurso catalisador da atualidade é o da “ecologia”, na qual o homem não se salvará em Deus, mas pela preservação da natureza.

Orlandi (2008, p.264) relata que “tomando os sentidos de natureza” da região da qual estamos falando, ou melhor, daqui da Amazônia de onde estamos falando, aponta que o sentido de “natureza” para o brasileiro não é o mesmo sentido para os franceses, principalmente quando se trata da Amazônia”. Outros efeito de sentido também pode-se considerar no olhar do “índio”. E assim, podemos interrogar como vamos avaliar e registrar este “patrimônio” da floresta, pelas normas internacionais de contabilidade, que tentam homogeneizar, estabilizar sentidos, pelos nossos sentidos ou pelos sentidos dos franceses, ou pelos sentidos dos índios? Podemos dizer que não registramos pelos efeitos dos sentidos? Mas não podemos negar que os negócios são permeados pela economia política e pela economia libidinal freudiana.

Em 25 de janeiro de 1873 a Sua Majestade emite novo Decreto, agora explicitando o Rio Madeira, com a seguinte descrição de preâmbulo: “Permite aos navios mercantes de todas as nações subirem até ao porto de Santo Antônio, no rio Madeira; crêa ahi uma Mesa de Rendas e no porto de Serpa uma Alfandega”. O império se instalava. Criava em Rondônia, uma agência recebedora de receitas (taxas, impostos, rendas, imposto do selo), uma alfândega para fiscalizar as mercadorias importadas e ex-

portadas, bagagens que por ali transitavam, com justificativas para atender e facilitar o comércio com a república da Bolívia. Mais do que isso, este Decreto refere-se como um discurso que, simboliza sentidos que institucionalizam um espaço. Regulamenta, formaliza burocraticamente um porto, que se incorpora de direitos, de jurisdição estabelecendo um espaço formal de operacionalidades do império. Simbolicamente por uma Mesa de Rendas, um porto e uma Alfandega determina e legítima o povoamento do espaço, que será ocupado por brasileiros, latinos, portugueses, espanhóis, americanos e ingleses, ou melhor dizer “todas as nações” como anuncia o Decreto.

Fomenta-se a criação de um povoado, por decreto, ou, por não se poder transpor os rochedos de uma cachoeira entre suas margens esquerda e direita, um local já denominado Santo Antônio (na margem direita). O decreto em sua descrição indicava que os navios navegassem no rio Madeira “até ao porto de Santo Antônio á margem direita do mesmo rio”. Por que não na margem esquerda do rio? Ou, se no Decreto indica-se a margem esquerda, qual seria o efeito de sentido? Como seria hoje? O que podemos interpretar que pela margem direita, como se instala o império para cobrar impostos de circulação de mercadorias, por um não dito, mas já dito o “contábil” se instalava e se oficializa também no espaço do porto de Santo Antônio, uma Mesa de Rendas. Um espaço brasileiro que estava liberado para “todas as nações” que reflete o pensamento liberal de D. Pedro II². Cria-se aí um espaço para todas as nações. Todavia, se cria um espaço, ou, inicia-se oportunidades para todas as próximas criações.

Nos anos de 1864 a 1870 o centro-sul do Brasil estava envolvido na Guerra do Paraguai, assim, o norte brasileiro tornou-se importante para o comércio e por abastecer os países vizinhos amazônicos, pela navegação dos seus rios, por isso talvez, justifique o movimento imperial de novos caminhos comerciais.

Observa-se que a Constituição do Império de 1824, e, da República em 1891, não fazem referência a organização política e territorial dos Territórios Federais, nem a previa aquisição de terras como a da Constituição Americana (BORGES, 2000). No entanto, em 17 de novembro de 1903, pela assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil adquiria o Acre, que a União reteve como propriedade, e, se comprometia na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (reiniciada no período de 1907 e encerrada em 1912) como forma de pagamento, Borges (2000) citando Maximiliano (1918:144).

Este movimento de político, deu-se pelo fato de que a Bolívia necessitava de saída marítima para o comércio de seus produtos, e, o Brasil por necessitar de aliados. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré se apresentava como a consolidação do processo de circulação de mercadoria, iniciado anos antes, ou, concomitante pela liberação na navegação internacional pelo Rio Madeira. Neste cenário impossível não se imagina um controle de estoques, pessoal, dinheiro, por artefatos que de alguma forma representavam uma escrita contábil. Contudo, também interpreta-se a existência de laços e amarras entre a contabilidade e o Estado como uma interdependência.

E, por um caminho mais complexo neste mesmo período (1907 a 1912), Marechal Rondon construía as linhas telegráficas e postos telegráficos ligando Cuiabá – Santo Antônio do Rio Madeira. Com *status* e estrutura de porto internacional, Estrada de Ferro e telefonia, o município de Porto Velho foi “criado” pelo Estado do Amazonas em 1914, e permaneceu com único município nessa região, naquelas épocas. Santo Antônio era a cachoeira.

A Constituição de 1934 menciona a expressão “territórios”, também como chão, terra, espaço. Todavia, se institui como “regiões fronteiriças com países estrangeiros, insuficientemente cultivadas e de população inferior a um habitante por quilômetro quadrado ou desabitadas [...]”. E, condiciona ao fato de quando tiverem “população suficiente” e “meios de vida próprias bastantes” seriam incorporados a condição de Estados. Assim, Rondônia existia, mas ocultava-se sua existência porque fazia fronteira com países estrangeiros, mas não era Território, ou por deslize a República da Bolívia não era considerada país estrangeiro. Mas o que significa regiões insuficientemente cultivadas? Eram todas as regiões fronteiriças, ou somente a fronteiras amazônicas?

Em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei 5.812 “cria-se” o Território Federal do

Guaporé, limitando-se territorialmente entre rios, igarapés, República da Bolívia, Território Federal do Acre e Estado do Amazonas, ou seja, institui-se um espaço próprio, mas com seus equívocos de linguagem. O que os decretos, leis simbolizam é que aquilo que era considerado espaço de Estado (Mato Grosso e Amazonas), passa ser o espaço de Território descrito por ser “regiões fronteiriças com países estrangeiros, com terras insuficientemente cultivadas e de população inferior a um habitante por quilômetro quadrado ou desabitadas [...]”. Agora Rondônia tem seu espaço de fronteira com país estrangeiro, com terras não cultivadas e de baixa densidade demográfica, que por uma língua prescritiva normativa do que antes não o era, e torna-se a ser a partir de então, por um Decreto. A República da Bolívia se torna um país estrangeiro, a população passou a ser superior, as terras cultivadas, porque não dizer uma completude de espaço.

Nesta reflexão, podemos remeter aos sentidos que Orlandi (2008, p. 264) faz de colonizador e colonizado. O colonizador “descobre” e “cria” o espaço. O colonizado na Amazônia para cultivar a terra “invade” ocupa pela força, e apodera-se e abusa da terra que é do nosso próprio país. Nós temos fronteiras dentro do nosso próprio país? Não cabe aqui discutir os alicerces do discurso da colonização, de quem pede conta dos bens, dos patrimônios de quem, mas direcionar para a “permanência” do discurso da criação. Ainda, “pelo discurso de cultivar a terra da dualidade entre povos colonizadores e colonizados, continuamos a nos dividir, em outros sentidos e fronteiras, de limites adicionais e multinacionais. Sempre como um discurso moderno, menos mercantil e mais empresarial” (ORLANDI, 2008, p. 265). Parece-nos que a contabilidade não se importa, ou, se preocupa pelo registro dos “colonizadores” ou dos “colonizados”, mas como técnica agente de transformação social, na “obviedade”, que não é óbvia pela sua linguagem, mas opaca, pode trazer modificações sociais percebidas, que propagam equívocos de efeitos de sentidos, um patrimônio registrado na contabilidade do colonizador não pode ser objeto de registro na contabilidade do colonizado.

Em 1956, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, a região do Vale do Guaporé passa a denominar-se Rondônia. Com imperativos de defesa nacional, os ciclos da exploração mineral, da borracha, permeado de terras devolutas, rede de telecomunicações, estrada de ferro, bandeirantes, índios e escravos marcaram a ocupação deste espaço territorial que um dia conforme Borges (2000), Levis-Strauss (1955-p. 243) chamou de “Mundo perdido”. Pelos meados dos anos de 1950 e início dos anos de 1970, o que era “mundo perdido” se animava com a BR 364 que ligaria Cuiabá-MT a Porto Velho-RO, uma versão de rodovia das linhas telegráficas de Rondon, para se tornar um “mundo achado” de milhares de brasileiros que migravam de todas as outras regiões brasileiras. Este processo migratório foi mais contundente nas décadas de 1980 e 1990. SILVA (2015) ressalta que o ciclo da borracha (século XIX e XX), e o ciclo da modernização e desenvolvimento da ditadura militar a partir da década de 1960, como ciclos econômicos.

Ambos, caracterizados no estímulo migratório de milhares de pessoas, criaram novas relações com o espaço, sob perspectiva patrimonial, em prejuízo da floresta, e não considerando as dezenas de grupos indígenas que estavam no espaço e ainda fazem resistência. Este modelo econômico reflete em desenvolver latifúndios, médias propriedades e minifúndios como estratégia de sobrevivência de grupos de migrantes – que foi devastando uma história da relação com a própria paisagem amazônica.

No fim dos anos de 1960, Borges (2000) indica que a liberdade administrativa do Território Federal de Rondônia era apenas aparente”, mas, com vislumbre de autonomia futura. Por uma visão contábil o Estado de Rondônia era apenas “uma unidade orçamentária, do Ministério do Interior, vinculada a cada um dos seus departamentos, que o dirigia conforme seus interesses” (BORGES, 2000. p.37). A autora aqui se reporta as designações de governadores ou gestores militares, que eram conhecidos pela população local pelos Decretos, Diários Oficiais e pela “Voz do Brasil”, isto no entanto, ainda persistiu com os primeiros governadores mesmo após Rondônia ter se tornado Estado.

A consagração de Rondônia como Estado, a dita “criação”, aconteceu pela Lei Complemen-

tar n. 41, de 22 de dezembro de 1981. Para Borges (2000) foram mais de duas décadas de luta da sociedade rondoniense, que tentava conseguir sua autonomia político-administrativa mesmo que parcial em seu resultado. Nestas décadas, agitavam-se no Brasil os discursos de democracia, de abertura democrática, em meio a um clima de censura nos meios de comunicação que Borges (2000) chama de “discurso democrático no vazio do silêncio”. Rondônia era personalizada em duas formações discursivas antagônicas, pró-democracia representada pela oposição do Sr. Jerônimo Garcia de Santana, e pela posição pró-ditadura, personalizada pelo governista do Sr. Odacir Soares. O trabalho de Borges (2000) analisa os discursos políticos rondonienses na sua interioridade, considerando como representação da subjetividade, e, na sua exterioridade (representação heterogênea, negação/refutação do discurso do outro), relacionados às práticas constituição e organização do poder nas formações sociais para legitimar, sedimentar certo sentido e apagar outros. O Estado se utiliza da contabilidade não somente pela sua identidade como entidade, ou, por sua estrutura arrecadadora de impostos, mas também pela sua linguagem política, administrativa e jurídica que atravessam “silenciosamente” na sociedade como instrumentos de disciplina conceituado por Foucault, e, pelo conceito de controle de Deleuze.

Esta reflexão da conjuntura da sociedade atual desliza para a observação de Deleuze (1992), pelo processo de transformação das sociedades disciplinares para a sociedade de controle. Com base nos escritos de Foucault, Gilles Deleuze diz que as sociedades disciplinares aconteceram nos séculos VIII ao início do século XX, quando teve seu auge. Caracterizadas pelo espaço limitado do indivíduo, de estar em um e não estar em outro lugar, ou seja, estar no ambiente da família, escola, caserna, fábrica, às vezes no hospital e porventura na prisão, como uma combinação de espaço-tempo e força de produção (DELEUZE, 1992) esta sociedade disciplinar iria ter as suas dificuldades. Como método de poder as vias pelo confinamento e pela disciplina se exauriu. Desencadeando a fase das reformas como arte para a instalação de novas forças, segundo Deleuze (1992, p. 219):

Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares.

O confinamento e a disciplina são substituídos pelo controle. O controle do aberto, da liberdade, do espaço. As tecnologias têm os instrumentos de controle das ações do indivíduo e da massa. A contabilidade é também uma técnica. Na sociedade do controle o recomeço e as continuidades são permanente, mais importante que o terminar. Se na sociedade disciplinar tínhamos a assinatura (que identificava o indivíduo) e a matrícula para indicar posição na massa, na sociedade de controle só temos a “senha” para marcamos o acesso à informação, ou a rejeição (DELEUZE, 1992). Tornando os indivíduos divisíveis e as massas objeto de amostras, dados, mercados, “bancos”, e, Deleuze argumenta que o dinheiro é a distinção das sociedades, antes espécie agora virtual, flutuante. A tecnologia produz a senha que é um instrumento para rastreamento do dinheiro virtual, do dinheiro da conta corrente, volúvel. A movimentação do dinheiro é virtual pelo código da senha, a senha paga, recebe, transfere, aceita, concorda, autoriza e deixa rastro. A contabilidade distingue a sociedade não pela sua formação discursiva apresentada por Borges (2000), mas pelos efeitos de sentidos da movimentação do capital, do dinheiro, do patrimônio dita por Deleuze (1992).

Outro discurso contábil, em uma particularidade, se deu pela movimentação patrimonial e dos bens públicos, nestes atos de criação do “Território”, e de criação do “Estado” de Rondônia geraram registros contábeis. Quando da criação do território, foi passado através do Decreto-Lei n. 5812 de 1943 “para a domínio da União os bens que pertencendo aos Estados ou Municípios... e que se achavam situa-

dos nos Territórios delimitados...”. Na criação do Estado foi transferido ao Estado de Rondônia o domínio e posse os bens moveis e imóveis que pertenciam, ou que estavam sendo utilizados efetivamente pelo Território Federal de Rondônia (União) conforme a Lei Complementar n. 41 de 1981. As questões orçamentárias e financeiras ficaram a cargo do governo de Estado, pela geração de suas receitas, despesas e investimentos, as transferências da União objeto de disposições constitucionais e legais deveriam estar previstas no rol do orçamento. Sobre tudo, Rondônia deixava de ser uma unidade de um orçamento para ter o seu próprio orçamento, ter seu próprio “caixa”, sua contabilidade e mais ainda, entidade contábil “soberana”. A criação na verdade com a “criação” do Estado, seria só a continuidade das outras tantas criações que viriam, como a criação das Instituições de Educação Superior de Contabilidade em Rondônia.

3. A criação dos Cursos Superiores de Contabilidade em Rondônia

A Reforma Universitária de 1968 direciona o funcionamento do ensino superior articulado com a escola média, que seria realizado por universidades, e, ali também se contemplava as atividades de extensão como possibilidade discente de participar da melhoria das condições de vida das comunidades isoladas, numa dimensão assistencialista, como proposto no processo de desenvolvimento do regime militar que gerenciava o país (SOUZA, 2007). Assim, pelas atividades de extensão em 1972 movimentam-se as primeiras instituições de educação superior no Território Federal de Rondônia. Souza (2007), citando Moreira (2001), relata as operações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus, de Bauru-SP, e, citando Camargo (1997) que descreve em sua dissertação “A universidade na região amazônica: um estudo sobre a interiorização da UFPA”, sobre a atuação da Universidade Federal do Pará em Rondônia, com enfoque na formação de professores que aconteceu nos anos de fins de 1960 até inícios dos anos de 1980. A Universidade Federal do Pará, inclusive, institui um núcleo para operar seus cursos de graduação que funcionaram até 1985. Ainda participaram deste movimento de educação superior em Rondônia, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Acre (RUEZZENE & DALCIN, 2011), todas com cursos alheios a contabilidade.

Neste contexto criado, a necessidade de uma instituição local de ensino superior parecia ser latente, e, por iniciativa dos gestores do Município de Porto Velho em 1975 institui-se a Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO), entidade sem fins lucrativos, de direito público privado, que trabalhou para habilitar os cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração, que seriam autorizados pelo Conselho Federal de Educação em dezembro de 1979, e, decretados em maio de 1980. Em seu primeiro vestibular foram oferecidas 150 vagas, para uma participação de 1379 candidatos inscritos (RUEZZENE & DALCIN, 2011). A contabilidade como uma técnica/ciência superior trazia impulso e novos adornos para sociedade rondoniense e suas organizações públicas e privadas.

O curso superior em contabilidade em Rondônia estava em estágio inicial, quando em julho de 1982 a Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR era “criada”. Incorporando a FUNDACENTRO e posteriormente as atividades do Núcleo da Universidade do Pará. Ruezzene & Dalcin (2011) descrevem como objetivo da criação da UNIR “... uma universidade em um local novo atenda à necessidade de fixação/demarcção de território e também desenvolvimento profissional/tecnológico da região...”. Com conceitos de “autonomia universitária” a UNIR contribuiria no atendimento das demandas locais por ciência e tecnologia.

As ciências contábeis, em uma região de fronteira estrangeira, tem a incumbência de fixar e demarcar espaço territorial, pela sua arte e técnica a serviço da população local, através das instituições que usam e se apropriam da contabilidade. Nada mais “lógico” que a ciência patrimonialista, para zelar o “patrimônio” do Brasil, ou melhor no Novo Estado que fora criado, pelos investimentos que aqui

eram realizados e as demandas dos serviços públicos que se faziam atender. A educação a serviço da lógica do mercado, não se pensou na contrapartida de outras alternativas, se não que as demandas, as necessidades da maioria porque a minoria não têm voz, estão silenciadas. O Rio Madeira só tem a margem direita. Alí que esta o espaço para a cidadania.

O credenciamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia-Unir foi realizado em 09 de julho de 1982, em seu bojo estava orientado para uma abordagem mais fiscalista e ortodoxa, tendo como prioridade atender a demanda de profissionais de contábeis na região que era desbravada. Ainda nesta década foram credenciados pelo MEC³ outros curso de Ciências Contábeis por iniciativa das faculdades particulares, de direito privado, interiorizando e aumentando as opções do ensino superior da contabilidade, que destacamos: em 1987 credenciamento para a UNESC - Faculdade Integradas de Cacoal; em 1988, credenciamento para FARO (Porto Velho) - Faculdade de Rondônia; em 1989 para a CEULJ/ULBRA - Centro Universitário de Ji-Paraná; e nos Campi UNIR de Cacoal e Vilhena.

Os projetos pedagógicos dos cursos foram se modificando e adaptados as questões de mercado, e, pelas questões das instituições que fazem o aparelhamento ideológico do estado como preconiza Althusser (1970). Exemplificando citaremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96, resoluções e pareceres do MEC, Diretrizes de Curriculares de Cursos de Graduação, Conselho Federal de Contabilidade, entre outros instrumentos e instituições. A contabilidade, como as outras técnicas/ciências, se adaptou a educação continuada, na busca pelo conhecimento, e, ao mesmo tempo discursando aos profissionais, como se nunca estariam preparados para o exercício das profissões, submetendo-os em contínuas avaliações. A avaliação para apontar os erros e não os acertos, dividindo e estabilizando o conhecimento, com a utilização de muitos termos que dominam como cidadania, igualdade, democracia, etc.

Nesta materialidade discursiva o texto da Resolução CNE–CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, entre outras providências, em seu artigo 4º, apresenta um mínimo de competências e habilidades do futuro contador, destacando o inciso VI que formula que a informação gerada pela contabilidade deve contribuir para uma construção de valores orientados para cidadania. Assim transcrito artigo 4º. Inciso VI da CNE–CES nº 10 de 2004:

*“... VI – exercer suas **responsabilidades** com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de **informações financeiras, patrimoniais e governamentais**, que viabilizem os agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto **ao gerenciamento, aos controles** e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a **cidadania**;...”* (grifos nossos).

A relação das ciências contábeis com a cidadania constitui os espaços da educação e do trabalho. Pelas ciências contábeis enquanto disciplina e por sua materialização dos seus operadores. A relacionalidade entre as ciências contábeis, cidadania, educação e trabalho que aparentemente, só aparentemente se constitui pelo óbvio, pelo natural transparente, também, se desloca para as formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. Orlandi (2010) explica que a individualização dos sujeitos pelo Estado se constitui pela memória institucional (memória de arquivo ou simplesmente o arquivo) que é aquela que não esquece, produzidas pelas Instituições (Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental. Neste espaço a cidadania contábil desliza para um processo parafrástico, que se constituem de muitas formas: cidadania é responsabilidade; cidadania é gerar informações financeiras, patrimoniais e governamentais; cidadania é gerenciar e controlar. Assim, os contadores vão “criar” “valores”

na direção da cidadania. Em outro deslizamento a contabilidade de “valores” orientaria para as questões de educação, salário, saúde, moradia. Eni Orlandi, faz uma reflexão quanto a questão da cidadania, que a historicidade:

... no Brasil, mesmo que o Estado já se tenha constituído formalmente há mais de um século, não se nasce cidadão. Não se trata de uma questão jurídico-política. As leis são uma projeção de um desejo. Essa tarefa - de transformação e não de direito: “virar cidadão” - fica para a educação, ou seja, é um questão pedagógica que pode ou não atingir o sujeito social brasileiro. O que [a] leva afirmar que não temos em nossa história lugar efetivo que corresponda à constituições histórica de um lugar de cidadania (ORLANDI, 2002, p. 228).

Nesta concepção mais que “criar” valores para a cidadania, o sujeito se apropria da linguagem da contabilidade enquanto “curso superior” para “virar cidadão”. O capitalismo transforma o trabalhador e o trabalho em mercadorias, e priva do trabalhador daquilo que produz (Orlandi, 2012, p 216), de pensar, decidir e participar. O que é cidadania?

As ciências contábeis em Rondônia, também tenta suspirar pelos seus pesquisadores, destacando-se o professor Dr. José Moreira da Silva Neto, por sua atividade acadêmica e pela incansável dedicação aos projetos de pesquisas, em que coloca a contabilidade como objeto de exploração na busca de conhecimento. Na atividade profissional as organizações se empenham da governabilidade e fiscalização, que queremos descrever pela criação da entidade profissional, uma das últimas criações.

4. A criação do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRC-RO

A ausência de autonomia política, administrativa e financeira, não era exclusividade das atividades públicas antes de Rondônia ser transformada em Estado, ou, posteriormente. A mesma prática era adotada pela entidade profissional da classe contábil. O sistema Conselho Federal de Contabilidade – CFC/ CRCs - foi criado pelo Decreto-lei n. 9295 de maio de 1946. Com atribuições de registro e fiscalização da profissão contábil, mas sobretudo, para o processo de melhoria da atuação da profissão junto à sociedade. Observa-se, que as atribuições aos profissionais destacadas eram desde: a organização e execução de serviços de contabilidade em geral; passando pela escrituração dos livros; e, levantamento de balanços e demonstrações.

As atividades profissionais de contabilidade em Rondônia eram regidas pelo Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas até a quebra da ortodoxia, realizada pelo Contador Ivan Carlos Gatti, em 1991 quando presidente do Conselho Federal de Contabilidade. Por meio da Resolução CFC n. 702/91, de 10 de maio, “cria-se” a Coordenadoria do Conselho de Contabilidade em Rondônia, na sequência de 21 de junho de 1991, pela Resolução CFC n. 709/91, “cria” e nomina o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, e lhe dá a marca de “CRC-RO”.

Nas considerações pelos atos das resoluções, Ivan Carlos Gatti, justifica: “... decorridos mais de 8 (oito) anos da criação do Estado de Rondônia, já se formou base mínima...”. A contabilidade que tivera sido um dos pilares para de ocupação de espaço territorial (na margem direita do rio Madeira) e do desenvolvimento econômico de Rondônia, e, instrumento mediato para consolidação do Estado, foi submetida a “certas” inconveniências por 8 anos após criação do Estado. Por não ser dado o mesmo tratamento disponibilizado aos outros profissionais que trabalhavam em outras unidades da federação. Talvez a justificativa, de não ser dado o mesmo tratamento, estava na incapacidade de sobrevivência financeira do prospecto Conselho, que foi solucionada, com aportes e apoio do Conselho Federal de Contabilidade estabelecidos na própria resolução de criação. Outro efeito de sentido de espaço, nos leva a inter-

pretar que onde não tem Estado, não tem Curso Superior de Contabilidade, também não tem Conselho Regional de Contabilidade, instrumentos estes que dificultam a cidadania ou “virar cidadão”.

Na resolução de criação do CRC-RO, em seu artigo 1º diz: “É criado o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia (CRC-RO) pelo desmembramento do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas (CRC-AM)”. O Livro de Controle de Registro Definitivo n. 01 do CRC-RO, com termo de abertura de 22 de janeiro de 1992, registra a transferência de 2.285 profissionais, dividido entre Contadores e Técnico em Contabilidade que se desligavam do CRC-AM para ingressar no CRC-RO. Hoje somos 4.702 profissionais e 458 organizações contábeis devidamente registrados no CRC-RO.

Como na criação/transformação do Território em Estado, na concepção do curso superior em contabilidade, e agora no Conselho, mais que conceber/produzir, temos um separar/dividir para apoderar-se do que é nosso. Para “nós” fazermos funcionar nossas instituições. Assim, o início do funcionamento do CRC-RO foi designado para 1º de janeiro de 1992. A materialização da criação se anuncia na data de 03 de janeiro de 1992, data da reunião dos nove representantes da classe contábil, que se submeteram em um processo eleitoral.

O primeiro ato foi a realização da eleição de presidente, seus vice-presidentes e membros das câmaras institucionais do Conselho. A ata lavrada e assinada pelos bandeirantes do Conselho está concisa, relata somente os resultados, 8 votos, dos 9 votos possíveis aprovaram a composição da chapa vencedora. Tínhamos um voto de resistência ao que se estava instalando, mas sabemos que somos objetos de “assujeitamento” pela maioria, não só no Conselho, mas pela igreja, pelo estado e suas instituições. Como na ata não temos nenhuma descrição de comentários ou palavras proferidas, interpretamos que melhor fosse dessa forma mesmo. Nem vencedores e o único perdedor registrou suas inquietudes em ata, não que não foram manifestadas, mas somente não registradas. O gesto mais cordial registrado foi “... o Sr. Presidente deu-se encerrada a eleição, agradecendo a todos os presentes, ...” transcrito no final da ata, como evento de encerramento dos trabalhos. Como nos Decretos de criação emitidos anteriormente, portadores de historicidade, que necessitam e possibilitam gestos de interpretação.

Nas atas de posses dos futuros presidentes, e, hoje, ex-presidentes também de reproduzem na opacidade. Discursos de palavras como “satisfação”, “confiança” “religiosidades”, “agradecimentos” permearam as monótonas atas de posse. Uma única voz feminina foi ouvida na cadeira da presidência, e, uma renúncia foi realizada em manifestação de resistência de resultados. Valeram-se mais os silêncios que poderão se oportunizados, em outros trabalhos, em outros discursos sobre os mesmos relatos das atas. No início é o silêncio. A linguagem vem depois. “Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo” (ORLANDI, 2007).

5. Considerações Finais

As bandeiras que se cravaram nesta região, sob o símbolo da “cruz” e do “desenvolvimento” que são contadas nas versões de bandeirantes, podem negar um contradito, podemos ilidir com aquilo que aqui já existia, a sociedade que já se encontrava instalada e sobrevivia, e com suas satisfações humanas de auto realização, os primeiros habitantes desta terra. Mas, não podemos silenciar os seus ensinamentos. Se para os primeiros usos da escrita na Mesopotâmia, temos uma interpretação que eram para contabilidade, como inventários dos templos, que se seguiram e evoluíram para as planilhas da microinformática que abriram a porta para as empresas fazerem suas previsões e orçamentos atuais (LÉVY, p.35 e 56). Ou, ainda como descreve Silva & Martins (2006) em “contextualizando a história”, e, em “a contabilidade na era primitiva” quando apresentam os hindus, os chineses, os egípcios, os fenícios, os israelitas, os persas, os caldeus, os assírios, os gregos e romanos como iniciadores da história da contabilidade. A história por aqui, pode ter outros sentidos possíveis e outros gestos de interpretação possíveis.

Todavia, nestas paragens os primitivos daqui (Rondônia), por seus artefatos, culturas e organização, também aplicavam suas técnicas de controle de suas contas, de seu patrimônio. De um patrimônio, que na contemporaneidade é dito como universal pelos franceses a “floresta”. Então, podemos dizer que estes contadores “primitivos”, “brasileiros nativos”, exerceram a melhor prática técnica/científico contábil para com o “seu”, “nosso” patrimônio. Pois não ouvimos falar das “Florestas da Europa”, mas temos muitos discursos da floresta amazônia. Os sentidos dos discursos dependem de onde estamos. Assim, como no sentido do salário os sentidos diferem de quem paga, dos sentidos de quem recebe. Ou, por nossos registros contábeis que produzem efeitos de sentidos múltiplos, so vai depender do lugar, espaço que ocupamos.

Para outros discursos e produzir outro efeito de sentido, poderíamos fazer busca nos acervos de objetos etnográficos do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, pois este o patrimônio arqueológico e suas polissemias podem contribuir para interpretarmos com outras sensibilidades, a evidenciar mudanças na ocupação deste espaço e sua relacionalidade com a contabilidade. A exposição de funerárias, várias formas de machados em pedra polida e pontas de flechas em pedras lascadas, vasos de argila, e reprodução de gravuras em localidades de vivência indígenas, podem materializar estas evidências de sentidos contábeis.

O movimento dos discursos da historicidade da Santo Antônio do porto com sua mesa de rendas, produziram outros movimentos, geram as criações de Rondônia e suas instituições. Nestes movimentos a nossa contabilidade produzia efeitos de sentidos pelo dito, ou pelo não dito. Como o sentido da cidadania, que na contabilidade acreditamos ainda buscar novos e possíveis sentidos.

Nossas conquistas podem estar no decorrer das criações que movimentaram Rondônia. Muitas estão nos relatos do Balanço Socioambiental, no entanto, mais que campanhas realizadas e resultados atingidos, nossas conquistas poderão estar no por vir, quando nos preocuparmos mais com o sonômetro do que com o impostômetro. Quando nos voltarmos as nossas origens de ciências humanas e sociais, do que nossas técnicas de lastros jurisdicional de operar.

O movimento dos técnicos em contabilidade que aqui não foi objeto, como das primeiras escolas, mas inquestionável é sua produção e contribuição no movimento contábil, trabalhos estes que podem aflorar, depois desta disposição do Sistema CFC/CRCs.

Nestes tempos foram poetizados versos como “Nós, os bandeirantes de Rondônia...”, “Azul, nosso céu é sempre azul”, “Que Deus mantenha sem rival...”, do Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima, que exalta a paisagem, o bandeirante, mas, apaga o escravo, o índio, pelo “desenvolvimento” como se, somente desta maneira, poderíamos fazer, e não fazer por outro modo. Contabilizamos o desenvolvimento. Omitimos a contabilização de não temos um céu mais azul, ou, a contabilização dos seus rivais. Ou, como o poeta em seu desabafo pronuncia “não tenho o menor orgulho de me considerar mais do grupo dos destemidos bandeirantes”. Todavia, fazemos contabilidade para o futuro, e o futuro sempre pode ser outro.

O contador produz como se fosse tudo transparente, homogeneizando o real. Contudo, este discurso é atravessado por uma série de equívocos. Que Pêcheux descrever que “termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc. que cobrem ao mesmo tempo, como um *patchwork* heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e os das administrações” (PÊCHEUX, 2006, p.32), são permeados por equívocos. A linguagem dos negócios não produz transparência, mas falha, equívoco, pois deriva que os sentidos sempre podem ser outros. A contabilidade está em movimento e poderemos descrever e interpretar por outros sentidos que não os logicamente estáveis. O movimento da contabilidade em Rondônia não está mais somente na margem direita do Rio Madeira. O movimento pode significar e percorrer outros caminhos?

Notas

¹Antônio Cândido da Silva, historiador, membro da Academia de Letras de Rondônia. No artigo que escreveu em 06 de janeiro de 2009 anexa cópias dos Decretos n. 3749 de 7 de dezembro de 1866, e, n. 5204 de 25 de janeiro de 1873. Os Decretos foram emitidos pelo Visconde do Rio Branco, Conselheiro de Estado, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado de Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Nacional, com rubrica de Sua majestade o Imperador. Disponível em: <http://gentedeopiniao.com.br/mobile/noticia/porto-velho-102-anos-de-historia/40084>.

²Ver texto de Cláudio Santos Monteiro, doutor em história pela Université Robert Schuman - Strasbourg-FR (2006) e professor da Fundação universidade severino Sombra, disponível em <http://www.jornal.com.br/blog/luisnassif/a-faceta-desconhecida-de-d-pedro-ii>

³ As informações referente as Intituições de Educação Superior de Rondônia e os curso de Ciências Contábil cadastrados estão disponíveis em <http://www.emec.mec.gov.br>

6 Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1970.

BORGES, Maria Cristina Ramos. Rondônia: **O funcionamento do discurso da emancipação do Estado**. Defendida em 14 de agosto de 2000. 81 f. Dissertação de Mestrado em Linguística do IEL – UNICAMP. Campinas, SP.2000.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. **A universidade na região amazônica: um estudo sobre a interiorização da UFPA. 1997**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará. Belém.

CRC-RS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. **Código de ética profissional**. Edição Eletrônica, 7. Ed. Porto Alegre, 2011. Disponível em: www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_etica09. Acesso em 15 de março de 2016.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. Conversações: 1972-1990. Tradução de Peter PálPelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992 p. 219-226.

FONSECA, Dante R.; TEIXEIRA, Marco A. D. **História regional (Rondônia)**. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 1ª ed. 10 reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

HENRY, Paul. "Sens, Sujet, Origine", xerox, 1985.

LEVI-STRAUSS, Claude (1955). **Tristes Tópicos**. Trad. Jorge Constante Pereira. Lisboa, Portugal: Ed 70.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência - O futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo. Editora 34. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2004.

MAXIMILIANO, Carlos (1918) **Comentários**. Rio de Janeiro.

MOREIRA, Dorosnil Alves. **Processo de interiorização da Universidade Federal de Rondônia, na cidade de Guajará – Mirim, no período de 1982 a1999**. 2001. Dissertação (Mestrado em História da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Terra à vista – **Discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2ª edição, Ed. Unicamp – Campinas, SP, 2008.

- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: 12ª ed. Pontes, 2015.
- _____. **Língua e conhecimento lingüístico. Para uma história das ideias no Brasil.** Petropolis: Cor-
tez, 2002.
- _____. **“Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias?”**, **“Linguagem, Sociedade,
Políticas.”**, 10/2014, ed. 1, 9788561622534, RG, pp. 10, pp.29-38, 2014.
- _____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e Ideologia.** Campinas, SP: 2ª ed. Pontes Editores, 2012.
- _____. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos.** 6ª edição - Campinas, SP. Editora da
Unicamp, 2007.
- _____. **À contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade.** Revista
Rua | Campinas | Número 16 – Volume 2 | Novembro 2010
- ORLANDI, Eni P.; LAGASSI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem – discurso e tex-
tualidade.** Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69).** In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) Por uma Aná-
lise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. De Eni P. Orlandi.
Campinas: Unicamp, 1990.
- _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da UNI-
CAMP, 1995.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni P. Orlandi. 4ª edição – Cam-
pinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- RUEZZENE, Gilcimar Bermond; DALCIN, Andréia. **Um história da constituição e caracterização da li-
cenciatura em matemática no Estado de Rondônia.** In: XV Encontro Brasileiro de Estudantes de
Pós Graduação em Educação Matemática. 2011, Campina Grande. Anais EBRAPEM, 2011. Dis-
ponível em [http://editorarealize.com.br/revistas/embrapem/trabalhos/1fbee631e71654179b-
736f3918ee56d5.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/embrapem/trabalhos/1fbee631e71654179b-736f3918ee56d5.pdf).. Acesso em abril de 2016.
- SANTOS, Vanubia Sampaio dos. **O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as cultura indí-
genas.** Revista Fórum Identidades. Itabaiana-Ba. GEPIADE. Ano VIII, v. 16, n. 16 jul-dez. 2014. 12p.
- SCHMIDT, Paulo. **A classificação da contabilidade dentre os ramos do conhecimento humano.** Cadernos
de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.10. 17, p.9-22, janeiro/abril 1998.
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil.**
Curitiba, Juruá, 2007.
- SILVA, Mauricio André. **Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia
de Rondônia.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia Etnologia da USP,
MAE-USP, Brasil. 2015.
- SOUZA, Andréia da Silva Quintanilha. **A expansão da educação superior no Estado de Rondônia: 1991-
2004.** In V Congresso Luso-Brasileiro de Política e administração, XXIII Simpósio Brasileiro de Política
e Administração da Educação, I Colóquio Ibero Americano de Política e Administração da Educação,
2007, Porto Alegre, cadernos ANPAE, 2007. v. CDROM, p. 01-15. Disponível em [http://www.anpae.
org.br/congressos_antigos/simpósio2007/30..pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simpósio2007/30..pdf). Acesso em abril de 2016.

DAS PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS À CONSOLIDAÇÃO: O RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Marco Aurélio Gomes Barbosa
Ernani Ott

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

1. Introdução	5
2. Origem e evolução da contabilidade no Rio Grande do Sul	6
2.1. Principais personalidades da origem da contabilidade no RS	11
2.1.1. Sebastião Ferreira Soares	12
2.1.2. Joaquim Xavier Carneiro	15
2.1.3. Henrique Desjardins	18
2.2. Primeiros órgãos representativos da classe contábil no RS	20
2.2.1. Club Caixeiral Porto-Alegrense	20
2.2.2. Club de Guarda-Livros de Porto Alegre	24
2.2.3. Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre	30
2.2.4. Instituto Rio Grandense de Contabilidade	32
2.3. Primeiros estabelecimentos para o ensino contábil no RS	37
2.3.1. Collégio Emulação	37
2.3.2. Collégio Rio-Grandense	39
2.3.3. Collégio Ivo Affonso Corseuil	40
2.3.4. Escola Mauá	44
2.3.5. Escola de Comércio de Porto Alegre	52
3. Considerações Finais	61
Referências	63

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo descrever a origem e a evolução da Contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul, desde as mais remotas evidências até a década de 1950, período a partir do qual passam a existir os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e as instituições de ensino técnico e superior nos moldes dos existentes hodiernamente.

Para o atingimento do proposto lançou-se mão de uma extensa e trabalhosa pesquisa realizada em hemerotecas, nos setores de obras raras de diversas bibliotecas do Estado e do País, de revistas da classe profissional, de acervos pessoais e de instituições e de fontes orais, por meio de entrevistas gravadas em áudio e vídeo. Ao final da coleta dos dados chegou-se há mais de 2.000 imagens, algumas dezenas de livros e revistas e aproximadamente vinte horas de entrevistas. Este cuidado em relação às evidências reflete a preocupação dos autores em trazer à luz os fatos da maneira mais fiel possível, onde, sempre que possível, fazia-se uma triangulação metodológica.

No intuito de manter o real teor das discussões e posicionamentos, várias são as citações literais que preservam as grafias originais, mesmo que isto possa parecer, aos leitores de hoje, uma escrita incorreta da língua portuguesa atual. Este cuidado na transcrição proporciona não só o entendimento correto, mas também colabora para a transmissão das emoções e sentimentos que os autores empregavam em seus posicionamentos, sendo estes, muitas vezes, o único meio de divulgação da informação num período anterior a qualquer outra tecnologia.

Obviamente, uma abordagem histórica que remonta a mais de um século tem em sua execução diversos fatores que tendem a dificultá-la e, muitas vezes, até mesmo impedir certas análises. Neste caso, a falta de preservação da cultura e da memória representa o grande limitador de um estudo desta natureza. Da mesma forma, as dimensões do nosso país e a conseqüente fragmentação da informação por diversas regiões, também imputam limitações ao passo que tornam difícil e oneroso a busca por evidências, ainda mais em um estudo sem qualquer tipo de fomento.

Ao longo deste estudo o leitor poderá verificar a íntima ligação da Contabilidade, em sua origem, às atividades comerciais, bem como o seu crescimento acompanhando a evolução da dinâmica econômica nacional e mundial, reiterando, assim, a sua natureza social, pela

evolução da complexidade do seu objeto, o patrimônio. Ainda no desenvolvimento deste estudo notar-se-á a ligação entre as práticas profissionais e o seu ensino, não havendo como abordar a evolução de apenas uma das vertentes sem incorrer em prejuízo à verdade.

Este estudo está organizado em três capítulos, partindo destas breves informações. No capítulo segundo se apresenta o estudo a partir de uma breve contextualização, passando para as abordagens das principais personalidades (Sebastião Ferreira Soares, Joaquim Xavier Carneiro e Henrique Desjardins), pelas primeiras instituições da classe profissional contábil (Club Caixeiral Porto Alegrense, Club de Guarda-Livros de Porto Alegre, Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre e o Instituto Riograndense de Contabilidade) e as primeiras instituições de ensino a oferecem formação contábil (Collégio Emulação, Collégio Rio-Grandense, Collégio Ivo Affonso Corseuil, Escola Mauá, Escola de Comércio de Porto Alegre). Após, segue-se com as considerações finais e com as referências utilizadas em sua construção.

2. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO RIO GRANDE DO SUL

O surgimento da contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul acompanha a lógica dos desenvolvimentos social, econômico e político do nosso país. A Contabilidade, enquanto ciência, está capilarizada nos mais variados segmentos da sociedade organizada, onde pode-se reiterar o seu caráter social, através do controle e gestão dos patrimônios públicos e privados, que representam seu objeto, a sua essência.

Possivelmente, como documentado na obra de Lopes de Sá (2008), os primeiros profissionais contábeis, os chamados guarda-livros, presentes na região tenham sido direcionados pelo Governo Português logo no começo de suas atividades militares na nova terra.

A condição de se apresentar profissionais capacitados para a área financeira estava muito aquém de nobres motivos. Na verdade, estes profissionais buscavam garantir a arrecadação para a Coroa de tributos sobre os produtos transacionados. Tão antiga quanto as Capitania Hereditárias são as tentativas de normatizar e, por que não, moralizar a arrecadação fiscal.

Porém, mesmo estes profissionais, necessitavam de formação para se tornarem efetivamente capazes de labutar em prol dos interesses superiores.

Para um melhor entendimento da construção dos saberes profissionais em contabilidade, deve-se entender o próprio processo de ensino que deu origem a atual condição profissional, visto que a formação é fruto de uma longa construção intelectual.

O surgimento do ensino contábil no Brasil passa pela criação da Escola de Comércio de Lisboa em 1759 (RODRIGUES; CRAIG; GOMES, 2007), pelo crescimento do comércio no começo do século XIX (REIS; SILVA, 2007) e pela legislação, principalmente a partir de 1808 (SANTOS, 2008).

O começo da instrução brasileira deve-se à Ordem da Companhia de Jesus, formada pelos Jesuítas. Recém descoberto pelos portugueses, o país apresentava dificuldades logísticas, sendo necessária, além da educação, a catequização dos índios. Daí a justificativa para cinco décadas de total descaso. Partindo deste cenário, o governo português optou por confiar a uma ordem religiosa o começo da instrução no Brasil (XAVIER, 2003).

Os Jesuítas, segundo Xavier (2003), baseavam sua educação na vigilância amorosa, na direção espiritual e na organização do tempo e espaço, sendo contrários à figura do mestre e seus castigos. Os ensinamentos centravam-se em gramática, humanidades e retórica, além de um curso elementar para a alfabetização e o ensino da doutrina na fé católica.

Neste período, muito pouco se sabe sobre a existência do ensino contábil. Porém, de acordo com o Prof. Lopes de Sá (2008), pode-se verificar a chegada na Bahia do Sr. Caspar Lamego, primeiro contador do Brasil, em primeiro de janeiro de 1549 e Bastião de Almeida, nomeado Guarda dos Livros das Casas da Fazenda e dos Contos e Alfândega em 21 de maio do mesmo ano.

O período Pombalino marca o começo da instrução comercial em Portugal e, consequentemente, em suas colônias. Este período caracteriza-se pela nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para o cargo de Primeiro Ministro, no período de 1750 a 1777, pelo Rei Dom José (GUIMARÃES, 2006a).

O Marquês de Pombal promoveu mudanças na estrutura cultural de Portugal e suas colônias, remodelando a Universidade de Coimbra, criando as aulas régias e, a mais significativa, expulsando os Jesuítas de todos os territórios sob seu domínio (LEITE, 2005).

A expulsão dos Jesuítas deveu-se à crença de que o ensino promovido por eles era demasiadamente humanístico, não contemplando as ciências promotoras do desenvolvimento do país, deixando Portugal cientificamente atrasado, principalmente, em relação à Inglaterra e França (XAVIER, 2003).

Dando continuidade a estas mudanças é criada em Portugal, pelo Alvará de 19 de maio de 1759, a primeira escola de comércio, com o claro objetivo de fortalecer o país e promover sua independência, criando empresas e aumentando os conhecimentos das técnicas comerciais dos comerciantes e empresários (RODRIGUES; GOMES; CRAIG, 2002).

O interessado em matricular-se deveria ter, no mínimo, quatorze anos e, preferencialmente, ser filho de comerciante. O ingresso no curso dava-se mediante um exame em que o candidato deveria provar saber ler, escrever e contar bem, e o ensino fundamentava-se na aritmética, tida como a base do comércio, nos câmbios, pesos e medidas, nos seguros e na escrituração por partida dobrada, que era a última parte do curso (RODRIGUES; CRAIG; GOMES, 2007).

A importância do comércio motiva o Rei José a publicar um documento denominado Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, transcrito por Rodrigues (1985, p.5) onde consta que, “[...] por ser o Comércio muito mais digno da atenção e do cuidado do Governo Supremo, do que os pleitos judiciais e as Fábricas Civis e Mecânicas; [...] que todos os mercadores fossem assentados e matriculados em um Livro Grande, formado para os ditos assentos e matrícula”.

Este documento representa a criação das juntas comerciais onde o Rei, além de ressaltar a importância do comércio, fazia clara referência à necessidade de registro dos Guarda-Livros, dos Caixeiros, dos Praticantes Portugueses das Casas de Negócios e das Corporações, Sociedades Públicas ou Particulares. Profissional que não se registrasse na Junta do Comércio perderia o direito a atividade (RODRIGUES, 1985).

Em Porto Alegre, devido à necessidade de controle do comércio, é criada em 1753 a Provedoria Real. Já em 1804, quando havia em torno de quatro mil moradores, instala-se a Alfândega, na então Praça da Quitanda, hoje, Praça da Alfândega, por ordem da Carta Régia de 4 de julho de 1800. Tinha como seu primeiro Juiz o Doutor José Feliciano Pinheiro que tornar-se-ia, mais tarde, presidente da Província de São Leopoldo (FRANCO, 2006).

A seguir, o Período Joanino caracteriza-se pela chegada, em 1808, da Família Real Portuguesa com o então Rei de Portugal, Dom João VI. Nesta época identifica-se um dos primeiros avanços em relação ao ensino contábil no país, mediante a publicação de um alvará que determinava o uso do sistema contábil por partidas dobradas na escrituração mercantil pelos Contadores Gerais da Real Fazenda (VIANA; YOSHITAKE, 2006).

Após a exigência de utilização das partidas dobradas pelos servidores do Rei, surge a necessidade de qualificação dos profissionais. Para amenizar os efeitos da falta de profis-

sionais para o atendimento a nova demanda, Dom João VI publica o Alvará de 15 de julho de 1809, que cria a Aula de Comércio na Corte do Rio de Janeiro e na Academia Militar. Estas aulas estavam sujeitas ao Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, através do Lente José Antônio Lisboa (RODRIGUES, 1986).

Já no Período Imperial, as aulas de comércio do Rio de Janeiro são modificadas pelo Decreto nº. 1763, de 14 de maio de 1856, formando o Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Segundo este Decreto, o conteúdo passa a ser distribuído em quatro cadeiras, sendo a primeira de contabilidade e escrituração mercantil (PELEIAS, 2007).

Ainda no período imperial, Porto Alegre e região começam a desenvolver seu comércio. O centro deste desenvolvimento dava-se na antiga Rua da Praia e arredores devido, principalmente, à localização da alfândega na principal praça daquela região.

Este crescimento era motivado, principalmente, por seu posicionamento geográfico estratégico. Segundo Franco (1983, p.20)

[...] Porto Alegre era o empório de todo o centro e o norte da província, em sua porção ocupada. Muito pouco se havia conquistado ao índio e ao sertão. Mas, ao longo do Jacuí, do baixo Taquari e do Vacacaí, o povoamento estava consolidado. As canoas cobertas alcançavam Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. De Rio Pardo, as carretas, em passo lento mas seguro, alcançavam Cachoeira e Santa Maria, a Fronteira Oeste e Missões. Também de carreta ou de lombo de muares, desciam para a capital os produtos de Santo Antonio da Patrulha, da Aldeia dos Anjos (Gravataí) e de Viamão, levando em troca as novidades trazidas pelos negociantes da rua da Praia.

Pode-se verificar que, da mesma forma que o crescimento comercial motivou as primeiras publicações contábeis e seu crescimento no norte da Itália a partir do século XV, o crescimento comercial no Rio Grande do Sul também fomentou o crescimento das práticas contábeis.

A profissão de guarda-livros estava ligada diretamente às funções do comércio desde a publicação da Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, quando os guarda-livros deveriam registrar-se na Junta do Comércio.

A importância deste profissional para o comércio e seus proprietários é exposta por Guimarães (2006b, p.7):

O commerciante compra ao industrial e vende ao consumidor; o industrial produz para vender ao negociante; o consumidor compra a este o que precisa para a sua manutenção. Este giro constante de produções, esta troca continua de coisas, não está, na rigorosa expressão de phrase, a cargo do industrial, do commerciante ou do consumidor. Aquelle dirige, o segundo é o intermediário, e este gasta, mas a operação, o resultado d'ella, o lucro ou prejuízo, de cada um e de todos tres, está exclusivamente a cargo do guarda-livros.

Elle recebe do industrial a nota dos dispendios feitos com o operario, com o machinismo, com a materia prima: compara as despesas com o resultado obtido e diz ao industrial quanto ganhou ou quanto perdeu. O commerciante diz ao seu guarda-livros por quanto comprou e por quanto vendeu, e este diz-lhe quanto ganhou ou quanto perdeu. E o próprio consumidor, se quer ter a sua casa bem governada precisa também de ter um guarda-livros ou de o ser – o que é o mesmo.

A partir da pujança do comércio e da ligação direta da função de guarda-livros às práticas comerciais, tornou-se necessária a qualificação e a formação de profissionais para, principalmente, a escrituração mercantil. Verifica-se, em 1894, um anúncio em jornais de Porto Alegre a oferta de emprego para Guarda-Livros.

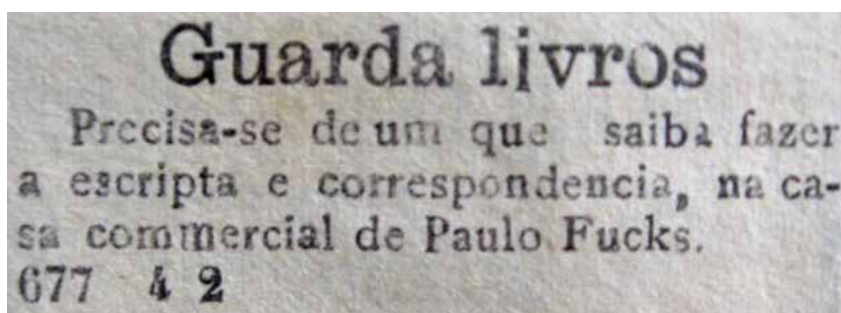


Figura 1 - Anúncio de emprego para Guarda-Livros.

Fonte: A Reforma, 10 de fevereiro de 1894, p. 3.

Nestas condições não há como não associar a origem da contabilidade gaúcha às atividades comerciais. Esta condição serve para enaltecer ainda mais a relevância de suas práticas para o controle patrimonial, visto que o comércio representava a grande força motriz para a economia da época.

Para se analisar sua evolução parte-se de três fases distintas, apresentadas no Quadro 01.

Primeiras Evidências (1850–1870)	- Sebastião Ferreira Soares - Collégio Emulação
Fortalecimento (1880–1909)	- Club Caixeiral Porto-Alegrense - Club de Guarda-Livros de Porto Alegre - Collégio Rio-Grandense - Collégio Ivo Affonso Corseuil - Joaquim Xavier Carneiro - Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre - Escola Mauá
Consolidação (a partir de 1909)	- Escola de Comércio de Porto Alegre - Instituto Riograndense de Contabilidade - Henrique Desjardins

Quadro 1 - Evolução da Contabilidade no Rio Grande do Sul.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A abordagem das instituições e personalidades que contribuíram para o crescimento da Contabilidade Gaúcha se dará na sequência deste estudo organizado em três agrupamentos distintos: principais personalidades, primeiros órgãos representativos da classe profissional e primeiros estabelecimentos de ensino. Dentro de cada grupo manter-se-á a cronologia temporal de suas evidências.

2.1. PRINCIPAIS PERSONALIDADES DA ORIGEM DA CONTABILIDADE NO RS

Na história da formação contábil do Estado do Rio Grande do Sul pode-se identificar uma série de personalidades que contribuíram para sua formação e consolidação. Partindo-se do escopo do estudo proposto e da relevância de seus feitos, elegeu-se três para apresen-

tar neste subcapítulo. Porém, ressalta-se que esta escolha não significa a exclusão nem o demérito de outros profissionais de merecido reconhecimento.

2.1.1. SEBASTIÃO FERREIRA SOARES

O primeiro destes profissionais remete ao um longínquo período de nossa história, ainda no período imperial brasileiro. Este Gaúcho de Piratini, no sul do Estado, chamado Sebastião Ferreira Soares, nasceu em 21 de abril de 1820. Filho de Francisco Ferreira Soares e Francisca Tertuliana da Costa, estudou humanidades na sua terra natal e, ainda muito jovem, concluiu o curso de Ciências Físico-Matemáticas na Escola Militar (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1945).



Figura 2 - Sebastião Ferreira Soares.

Fonte: Revista Brasileira de Estatística (1945)

Formando-se na Escola Militar da Corte, retornou à Porto Alegre para alistar-se nas forças imperiais onde, durante a revolta de 1839, serviu como segundo-tenente no corpo de engenheiros. Após o término da revolta ingressou, por concurso público, na Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul, onde, após diversas promoções, chegou ao cargo de chefe de seção (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998).

Em 1845 retomou, por ordem de Caxias, a organização dos trabalhos estatísticos da Província

Sul-Riograndense. A partir de 1848 dedicou-se com afinco ao controle das finanças públicas, por meio de levantamentos estatísticos.

O trabalho de Sebastião Ferreira Soares representou um salto nas informações, principalmente para o Império. Dada a inexistência, à época, de profissionais de sua capacidade, foi convidado a trabalhar na corte, conforme consta na Revista Brasileira de Estatística (1945, p.421).

Sua extraordinária capacidade de trabalho, aliada a uma invulgar dedicação, recomendava-o para novos e mais importantes empreendimentos. Transferido, em 1852, para o Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, aí encontra o clima adequado para a plena expansão de suas possibilidades de organizador. Dedicando-se com mais intensidade aos estudos econômicos, estatísticos e financeiros, cedo se tornou uma autoridade conhecida e acatada nas diferentes questões relacionadas com esses três ramos do saber.

Ainda em Porto Alegre, no ano de 1852, Sebastião Ferreira Soares publica, pela Typographia do Correio, de Pomatelli, o livro Tratado de Escrituração Mercantil, por Partidas Dobradas, Aplicado às Finanças do Brasil, contendo 69 páginas (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998).

A publicação desta obra sucede a imposição do uso da escrituração contábil e do levantamento anual de balanços pelo Código Comercial de 1850 e, ainda segundo o próprio autor, seu livro possui caráter inédito, ao propor um método de contabilização para a contabilidade pública brasileira.

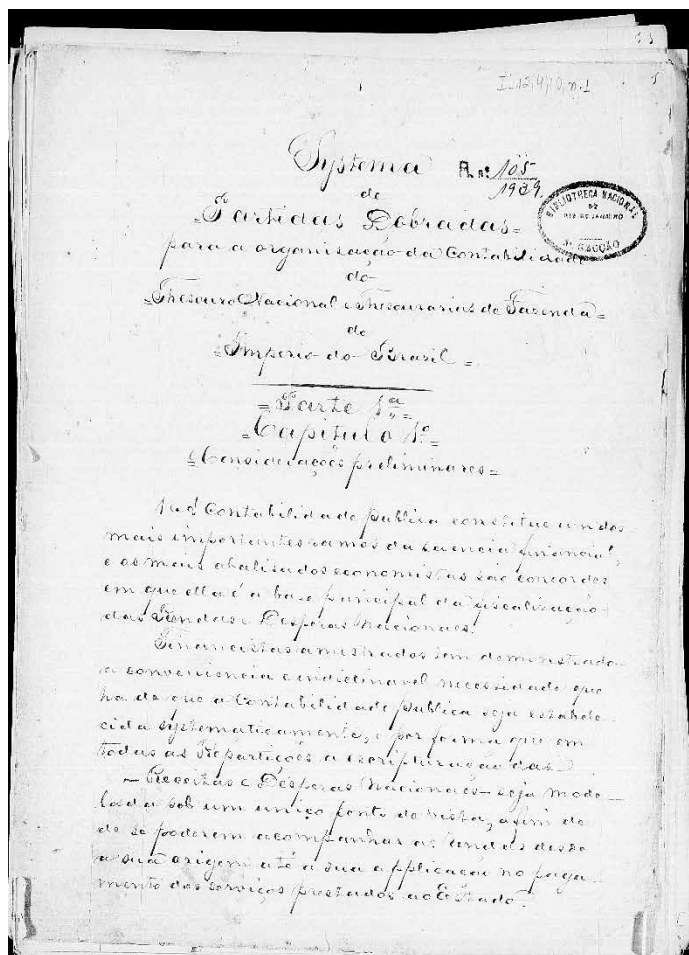
Em suas próprias palavras, Sebastião Ferreira Soares (1878, p.4) afirma que

[...] faço a aplicação dos preceitos e regras do systema Mercantil a nossa contabilidade fiscal, dando-lhes uma nova formula; e não me consta que, além de um resumido opusculo que escrevi e publiquei em 1850 na Cidade de Porto Alegre, se tenha no Brasil escripto sobre este importante assumpto.

Pode-se constatar, a partir desta informação, que antes mesmo da publicação de seu livro sobre o sistema de partidas dobradas, Sebastião Ferreira Soares já havia elaborado um manuscrito (Figura 03) resumido sobre este mesmo tema, em 1850, fruto provável de sua experiência à frente da Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Outro fato relevan-

te é a utilização do termo “contabilidade fiscal”, até então pouco difundido nas publicações de sua época.

Ainda em relação à contabilidade, reputa-se a este profissional os planos de reforma do Tesouro Nacional e da reorganização das Tesourarias da Fazenda. Foi, também, um dos fundadores do Club de Guarda-Livros do Rio de Janeiro e o primeiro auditor do Brasil.



**Figura 3 - Manuscrito de Sebastião Ferreira Soares.
Fonte: Soares (1878).**

Em seu relatório, Histórico da Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba, e analyse crítica e economica dos negócios d’esta companhia, publicado pela Typographia Nacional em 1861, há o relato de minuciosa auditoria nos anos de 1855 a 1860, sobre o qual Sebastião Ferreira Soares assim se posiciona (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998, p.29):

No Diário e Copiador de Cartas da administração Pacheco se acham revestidas todas as formalidades determinadas no art. 18 de Código Comercial.

O Diário está escriturado segundo o sistema das partidas dobradas e em ordem cronológica sem intervalos em branco, raspaduras ou emendas que alterem a verdade dos fatos.

Segundo o sistema adotado pelo Guarda-Livros que organizou a escrituração da Companhia, os livros que existem eram os suficientes; mas conforme minha opinião seria muito mais conveniente para a clareza das transações da empresa que ao menos houvesse em cada estação, agência ou barreira um livro de receita e despesa própria, bem como um livro de contas correntes geral na estação central onde cada responsável à mesma Companhia tivesse aberta a sua conta individual. Contudo somente com os livros atuais preencheu o Guarda-Livros da Companhia o determinado nos estatutos, que deixarão isso ao arbítrio da gerência.

Esta auditoria foi realizada a pedido do Imperador Brasileiro devido a desconfiança do governante em relação à lisura da construção. Graças ao seu grande conhecimento e capacidade intelectual, Sebastião Ferreira Soares era membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, onde, por diversas vezes, teve a oportunidade de se direcionar diretamente ao Imperador.

A obra de Sebastião Ferreira Soares representa a visão de um homem com profundos conhecimentos em filosofia, latim, francês, inglês, contabilidade, estatística, matemática, economia, finanças, comércio, administração, agricultura, história, política e estética (PINHEIRO; PINHEIRO, 1998).

2.1.2. JOAQUIM XAVIER CARNEIRO

Nascido na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1848, filho de Luisa Xavier Carneiro e do também Joaquim Xavier Carneiro, casou-se com Januária Rodrigues, com quem teve dois filhos (BRASIL CASAMENTOS - 1730-1955, 2015). Ainda na Capital Federal formou-se Guarda-Livros, atuando fortemente em diversos segmentos.

Como empresário, possuía a empresa Xavier Carneiro & C., em sociedade com seu irmão Antônio Xavier Carneiro, aberta em fevereiro de 1882, que atuava no comércio de tecidos (GAZETA DE

NOTÍCIAS, 27 de março de 1882). Como Guarda-Livros foi conselheiro de empresas e de instituições filantrópicas, dentre as empresas a Companhia Geral de Seguros (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17 e janeiro de 1886). Como atividade associativa da classe profissional foi Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Empregados no Comércio no período de 1882 a 1884 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 de junho de 1882), tendo se tornado Sócio Benemérito em 07 de março de 1888 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 07 de março de 1888) e Presidente da Associação dos Guarda-Livros da Corte (DIÁRIO PORTUGUÊS, 08 de janeiro de 1885).

Mesmo com grande atuação profissional no Rio de Janeiro, o Sr. Joaquim Xavier Carneiro, sua esposa e filhos desembarcam em Porto Alegre no dia 21 de abril de 1888, no Pacote Itapuã, tendo embarcado no dia 11 do mesmo no Pacote Victoria, em sua cidade de origem (A FEDERAÇÃO, 21 de abril de 1888). A partir de sua chegada em Porto Alegre, mudanças aconteceriam, sendo a primeira delas o falecimento de sua esposa em 10 de fevereiro de 1889 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10 de fevereiro de 1889).

Em 1891, em sociedade com o Sr. Carlos Ferrari, lança a Companhia de Carruagens, com a intenção de “organizar um serviço completo e perfeito de carruagens tanto de praça como de cocheira” (A FEDERAÇÃO, 02 de julho de 1891, p. 03). Nos anos seguintes diversas reuniões ocorrem para prestação de contas e distribuição de dividendos. Ainda no mesmo ano, casa-se, em Porto Alegre, com Maria José Olinto de Carvalho, que atuava como Professora pública do curso preparatório da escola normal (BRASIL CASAMENTOS - 1730-1955, 2015).

Atuou na capital Gaúcha como um dos primeiros peritos em Contabilidade pronunciando-se, inclusive, em diversos jornais. Mas é em 1894 que é publicada o que se identifica como sua principal contribuição para a Contabilidade brasileira. O seu livro (Figura 04) Compendio de Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas para uso das Escolas e dos Aspirantes a Guarda-Livros, pela Livraria Mazon, de Porto Alegre.

Em suas próprias palavras o autor (CARNEIRO, 1894) justifica a importância de sua obra pela não existência de um material didático apropriado para a formação dos futuros profissionais. Tal fato pode ser comprovado pela grande repercussão nacionalmente de seu livro (Figura 05) e pelas diversas edições até os anos da década de 1930. Em seu conteúdo, o estudante encontraria uma abordagem que contemplava a história e os mecanismos de escrituração mercantil, as noções preliminares de contas, as movimentações de débito e crédito, a escrituração do livro diário, as operações mercantis de compra, venda, descontos, entre outros, falências, formação de capital e diversos exemplos práticos.



Figura 4 - Livro de Joaquim Xavier Carneiro.

Fonte: Carneiro (1894).

LIVRARIA LARMERT
Rio de Janeiro, S. Paulo e Recife

SAIU À LUZ E ACHA-SE À VENDA

COMPENDIO
DE
ESCRITURAÇÃO MERCANTIL
POR

PARTIDAS DOBRADAS

para uso das escolas e dos aspirantes a guarda-livros por Joaquim Xavier Carneiro, um grosso volume encadernado 6,000.

Esta obra vem preencher a falta de um livro verdadeiramente didactico, pois todas as obras até hoje publicadas em portuguez não podem ser utilizadas por quem já tem algumas noções da materia.

Não assim o presente trabalho, que trata da origem da escriuração, seu desenvolvimento e applicação á vida pratica.

Estabelece em linguagem clara e accessivel a todas as intelligencias a theoria da sciencia, aliando de um modo insonavel a pratica e applicação nas diversas contas, de modo que qualquer pessoa se inicia com promptidão e segurança n'esta difficil arte.

Acompanham o volume varios modelos manuscritos que sobremodo facilitam a comprehensão.

79 RUA DO OUVIDOR 79
PROVINCIALEMENTE

Figura 5 - Divulgação do livro.

Fonte: O Paiz (7 de março de 1898, p. 5).

Em 03 de setembro de 1903, acometido por uma doença, Joaquim Xavier Carneiro deixa Porto Alegre juntamente com sua filha para retornar ao Rio de Janeiro onde, em 22 de agosto de 1904 acaba falecendo aos 56 anos de idade (A NOTÍCIA, 22 de agosto de 1904). Sua memória, durante muitos anos, foi lembrada não pelos seus feitos em relação à Contabilidade, mas sim por ter sido um dos fundadores de uma das primeiras instituições Kardecistas do Rio Grande do Sul, a Sociedade Espírita Allan Kardec que, em sua homenagem, inaugura um retrato (Figura 06) em uma solene seção no dia 25 de dezembro de 1927 (A FEDERAÇÃO, 23 de dezembro de 1927).



Figura 6 - Joaquim Xavier Carneiro.

Fonte: Sociedade Espírita Allan Kardec (2011).

2.1.3. HENRIQUE DESJARDINS

Filho de Paulo Desjardins e Elisabeth Nectoux Desjardins, Henrique Desjardins (Figura 07) nasceu em Porto Alegre no dia 06 de fevereiro de 1893 (CRC/RS, 2009). Formou-se no Curso Superior da Escola de Comércio de Porto Alegre em 1924 (VALLE, 1974).

Atuou como Presidente do Instituto Rio Grandense de Contabilidade até seu fechamento e posterior fundação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, onde foi, no período de 1947 a 1949, presidente desta instituição (CRC/RS, 2009).

Foi responsável por uma coluna onde esclarecia dúvidas contábeis de profissionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de escrever diversos artigos para a Revista Rio Grandense de Contabilidade. Utilizando, ainda, os pseudônimos de Júlio Anderson, Mário Aragão, Coruja Sobrinho e Jorge Risaviski, respondia pela quase totalidade dos artigos apresentados em algumas edições desta revista (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1953).

Profissionalmente, o Sr. Desjardins atuava em escritório próprio, situado à Praça Conde de Porto Alegre nº 29, no centro de Porto Alegre. Seu escritório oferecia serviços, entre outros, de perícias judiciais e extra-judiciais, revisões de escrita contábil, assistência contábil, defesas e recursos perante à Delegacia Regional do Imposto de Renda, abertura, cancelamento e distrato de sociedades (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1958).

Atuou, também, como lente da Universidade do Rio Grande do Sul, onde fundou uma de suas cátedras (UFRGS, 2009) e da Escola Mauá, atuando, inclusive, como diretor (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1955)

Publicou vários livros voltados à contabilidade. Destes, dois foram pela Editora Globo. Um em 1941, chamado Arte de Registrar os Fatos Administrativos das Entidades Comerciais, e outro em 1955 com o título de Contabilidade Comercial. O seu terceiro livro, Ciência e Técnica Contábil, foi publicado em 1957 pela Editora O Autor.

Dada a sua atuação na criação do CRC/RS, foi registrado, neste órgão profissional da classe contábil, sob o nº 1 (Figura 07), onde sua assinatura aparece tanto como profissional quanto presidente responsável.

Após longa dedicação ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, afastou-se de suas atividades em 28 de agosto de 1959 (CRC/RS, 2009).



Figura 7 - Registro do CRC-RS de Henrique Desjardins.

Fonte: CRC-RS (2009).

2.2. PRIMEIROS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DA CLASSE CONTÁBIL NO RS

Até a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade algumas associações de auxílio mútuo e de regulação e orientação da profissão surgiram na tentativa de resguardar os direitos e proporcionar bem-estar e segurança aos profissionais da Contabilidade, tanto em entidades ligadas diretamente ao comércio quanto em específicas da profissão. Para ilustrar esta condição, apresenta-se, a seguir, quatro instituições emblemáticas na história da Contabilidade gaúcha.

2.2.1. CLUB CAIXEIRAL PORTO-ALEGRENSE

O Club Caixeiral Porto-Alegrense foi fundado em 1º de outubro de 1882 e localizava-se na atual Rua Sete de Setembro, nº 92, no Centro de Porto Alegre. Declaradamente inspirado na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, fundado dois anos antes, tinha o intuito de ser um clube de assistência mútua dos trabalhadores no comércio (SILVA JUNIOR, 2004).

Matéria publicada no jornal O Athleta (01 de novembro de 1891, p.01) sobre o Club Cai-xeiral Porto-Alegrense menciona:

No seu amplo seio elle recebe os seus irmãos de trabalho, dá-lhes mestres que os eduquem, franquea-lhes uma bibliotheca escolhida, proporciona-lhes civilisada e utilíssima sociedade, por meio de agradáveis reuniões, e nos dias pardos da desventura, esses companheiros de jornada da vida encontram também lenitivos para seus males phisicos e Moraes, consolo para as suas maguas, auxilio para as suas difficuldades. O corpo e o espirito são assumptos de seria attenção do humanitario grêmio.

Sua relação com o ensino contábil pode ser verificada nos seus estatutos. No capítulo 1º (do Club e seus fins), artigo 1º, parágrafo 6º, encontra-se um de seus objetivos (O ATHLETA, 08 de outubro de 1899, p.01):

Promover a instrucção e recreio entre os seus associados, sustentando aulas, organisando uma bibliotheca e proporcionando diversões que a Directoria julgar conveniente, uma vez que não affectem os interesses do Club, bem como influenciar sobre a collocação do socio desempregado.

Em 27 de dezembro de 1885 foi proferida no Club, pelo Dr. Thomaz Tomassini, uma conferência sobre cálculos e escrituração mercantil (O ATHLETA, 03 de janeiro de 1886, p.02):

Realisou-se no ultimo domingo, como estava annunciada, a conferencia sobre cálculos e escripturação mercantil pelo Dr. Thomaz Tomassini.

Ao meio dia, perante uma regular concurrencia de sócios e convidados, o presidente do "Club" explicando os motivos da reunião convidou o Sr. F. A. Borges Lima, como distincto guarda-livros, a tomar a cadeira da presidência.

Accedendo ao convite o Sr. Borges Lima abriu a sessão e deu a

palavra ao Dr. Tomassini.

*O illustrado professor, após uma breve allocução, em que agrade-
cia o convite que lhe fora feito pela directoria do “club” dirigio-se á
pedra e passou a fazer demonstrações praticas do seu methodo de
contabilidade. Fez diversas operações de adicção, multiplicação, e
divisão, contas de juros, contas correntes de juros recíprocos, com a
maior facilidade e rapidez, explicando ao mesmo tempo o seu modo
de operar, que se basea na simplificação.*

*Tratando em seguida da escripturação mercantil, apresentou qua-
tro cadernos organizados por um seu discípulo, que sendo examina-
dos pelas pessoas presentes, entre as quaes se achavam algumas
muito habilitadas, foram julgados perfeitos, de accordo e em har-
monia com as praticas em uso no commercio.*

*Ao terminar a sua conferencia o Sr. Dr. Tomassini, declarou decla-
rou que os problemas por elle apresentados, comquanto não fossem
mais do que um ligeiro esboço do seu methodo de ensino, demons-
travam a excellencia do systema por elle adoptado em contabilida-
de, simplificando sempre esta por forma a facilitar os cálculos, mui-
tas vezes complicadíssimos, que perturbam a marcha dos trabalhos
do guarda-livros.*

*O Sr. Presidente “ad hoc” agradeceu ao illustrado professor o ca-
valheirismo com que aceitou o convite da directoria e fez inserir em
acta um voto de louvor ao Dr. Thomaz Tomassini, que se torna digno
de louvores pela dedicação com que se lança á nobre e árdua missão
de preceptor da mocidade.*

*Por nossa parte felicitamos também ao digno cavalheiro e illustre
professor.*

Além de palestras, o Club oferecia aulas regulares de português, francês, aritmética e escrituração mercantil. Segundo comunicação do Club (O Athleta, 2 de julho de 1893, p.03), “O Caixeiro actual tem necessidade da luz redemptora da instrucção, porque elle convive em um meio civilisado; tem outras tendencias superiores as dos nossos irmãos do seculo passado, que esperavam bestificados o acaso, o imprevisto – a obra da Providencia”.

Devido à falta de inscitos nos cursos, as turmas de português, francês e aritmética foram encerradas, permanecendo apenas a de escrituração mercantil (O ATHLETA, 13 de agosto de 1893).

O Club Caixeiral Porto-Alegrense editava semanalmente, sempre aos domingos, um periódico chamado O Athleta (Figura 08). Este periódico apresentava assuntos diversos, que iam desde conteúdos relativos à vida do clube, até reivindicações da classe comercial, composta por caixeiros viajantes, auxiliares e guarda-livros, além de informações e demonstrações contábeis.

O nome “O Atheta” surgiu influenciado pelos atletas da antiga Grécia. Porém, não foi aceito imediatamente pelos demais membros da direção do Club. Segundo esses diretores, chamar de atleta um jornal fraco e desprezioso era contraditório. Mas através da argumentação do Sr. Areimor, e da aceitação de todos, o periódico recebeu o nome em questão (O ATHLETA, 08 de outubro de 1899).

O Club Caixeiral Porto-Alegrense encerrou suas atividades em meados do século XX, tendo publicado, ainda, o Almanaque Comercial Mercúrio no período de 1927 a 1929. A criação do Club de Guarda-Livros, em Porto Alegre, apresenta-se como um dos motivos de seu enfraquecimento e posterior decadência.



Figura 8 - Jornal O Athleta.

Fonte: PUC-RS (2008).

2.2.2. CLUB DE GUARDA-LIVROS DE PORTO ALEGRE

O Club de Guarda-Livros, também citada como Associação dos Guarda-Livros, primeira associação profissional contábil de Porto Alegre, foi fundado numa manhã de domingo, no dia 03 de junho de 1894, nas dependências do Club Caixeiral Porto-Alegrense. Sua primeira diretoria, provisória, foi composta pelos seguintes senhores: Armando Mazon (1º Secretário), Frederico Santiago (2º Secretário) e Mazzarino de Moraes (A FEDERAÇÃO, 05 de junho de 1894).

No dia 21 de abril de 1895 foi eleita sua primeira diretoria definitiva, assim composta: Joaquim Xavier Carneiro (Presidente), Armando Mazon (Vice-Presidente), Frederico Augusto Santiago (1º Secretário), Luiz Candido de Albuquerque (2º Secretário), Marcínio Mattos Junior (Tesoureiro), Santos Pardelhas (Bibliotecário). Comissão de Pareceres: Mazzarino P. de Moraes (Presidente), Francisco Gama (Secretário), Antonio Machado (Orador), Affonso de Lima e Silva (1º Vogal), Julio Fonseca (2º Vogal), Irineu Amaral (3º Vogal). Comissão Fiscal: Adelino Peixoto de Miranda, Manoel Carlos Leite Rangel e Arthur Josetti. Comissão de Sindicância: Saturnino Peixoto, Francisco França, João Luiz Krummel (Membros Efetivos), Antônio Gomes Carólio, Manoel Teixeira Cavalleiro e Manoel Dias de Araujo (Membros

Suplentes) (A FEDERAÇÃO, 24 de abril de 1895).

Os estatutos do Club de Guarda-Livros eram praticamente iguais aos do Club Caixeiral Porto Alegre. Esta situação devia-se ao fato de o primeiro clube ter sido criado a partir de um grupo de profissionais que faziam parte do segundo, visto que tanto caixeiros como guarda-livros e ajudantes compunham a classe comercial (O ATHLETA, 17 de junho de 1894).

A criação deste clube gerou indignação na direção do Club Caixeiral Porto-Alegre e nos redatores do jornal O Athleta. Segundo o redator, os guarda-livros representavam a classe profissional mais bem remunerada do comércio e a de maior prestígio nesta associação, inclusive, com total poder decisório em sua gestão (O ATHLETA, 17 de junho de 1894).

Embora publicado após a fundação do Club de Guarda-Livros, o Sr. Antonio Leite, redator do jornal O Athleta, assim se posiciona sobre sua futura criação (O ATHLETA, 10 de junho de 1894, p.03):

Em breve será fundada uma associação com este titulo, tendo por fim a união de todos os guarda-livros desta praça, e será instructiva e beneficiante.

Não podia ser mais bello o de mais alevantada intuição o programma da nova sociedade, mas os iniciadores dessa associação não conhecem bem as mil dificuldades que tem de enfrentar uma instituição de tão agigantado golpe de vista.

Logo nos primeiros passos tem que arcar com a indiferença de uns e a má vontade de outros, e si isso não bastar, a defficiencia do numero virá fatalmente demonstrar a insustentabilidade de uma associação carecente de prosperas finanças.

Mas ainda é tempo de refletir.

O agrupamento de guarda livros não precisa existir á sombra das côres de um estandarte, póde viver sob o glorioso estandarte do Club Caixeiral, - agrupamento de irmãos de classe, que já conta em seu seio crescido numero de guarda-livros.

O Club Caixeiral não foi creado sómente para caixeiros, e por

essa mesma razão implicitamente na categoria de sócios effectivos estão contemplados os guarda-livros.

O que pretende a nova sociedade que não possa realizar dentro do libérrimo pacto fundamental do Club Caixeiral?

Não acreditamos que uma lacuna de estatutos fechasse o caminho ao vô dos nossos collegas; mas si, porventura, existisse não seria uma difficuldade irremovível; elles são susceptiveis de reformas e ampliações.

As necessidades que o obrigam a criação do Club de Guarda-livros, que os obrigam á pratica da união, necessidades que não conhecemos, bem podiam encontrar conforto no programma do Club Caixeiral.

Reforme-se os estatutos na parte em que porventura possam ser defficientes; venha um contingente de guarda-livros com outros de caixeiros compôr o poder executivo, e as classes de funcionarios irmãos irão de mãos dadas pelo caminho do progresso e mais fortes assim constituídos, em virtude da lei da união.

Ao encarar-se o assumpto abstractamente parece ao observador não haver importância na existência das duas sociedades independentes, mas uma analyse conveniente, sem a qual não é licito avançar um passo em busca da incógnita do problema sociologico, nos mostrará logo o prejuizo da emulação esteril que indubitavelmente surgirá, e por outro lado o desperdício de forças que seriam preciosas, si convergissem para um mesmo ponto de intercepção.

Pensem, reflexionem os arvoradores do estandarte da separação, e não estamos longe de crer que reconhecerão que, si não ha erro na fundação da nova sociedade, ao menos os guarda-livros não tinham necessidade de se constituírem independentes do Club Caixeiral, cujos estatutos lhes dão os mesmos direitos, em tróca dos mesmos

deveres, que ao caixeiro.

E' esta a nossa convicção e quiçá de grande parte de guarda-livros desta praça.

Após a fundação do Club de Guarda-Livros, a redação do Jornal O Athleta vem, novamente, posicionar-se (O ATHLETA, 17 de junho de 1894, p.03):

Assistimos, domingo passado, á installação desta nova associação e, em vista do programma apresentado pelo presidente da mesa, Ella não é mais do que uma... dessidencia do Club Caixeiral. Visa os mesmos intuitos, destina-se aos mesmos fins e a diferença, na raiz, é apenas o nome.

Seria impeccavel essa associação si fosse fundada por outra classe que não a de guarda-livros, que já possui sociedade que tem por mesmo objectivo os fins a que Ella se destina.

Tem, por consequencia, a novel associação em vista a separação da classe dos guarda-livros da dos caixeiros.

O Club Caixeiral quando se fundou foi para advogar e melhorar as condições dos caixeiros e guarda-livros, e, por essa razão, considerou na cathegoria de sócios effectivos unicamente caixeiros viajantes e guarda-livros.

Essa cathegoria é a que góza dos maiores proventos, por isso mesmo que a Ella estão affectos todos os interesses do Club.

Esta cathegoria põe e dispõe do Club Caixeiral: só ella vota, só ella é elegível.

Deprehende-se disso que o Club Caixeiral não vê diferença entre estes ou aquelles empregados do commercio e considera-os irmãos na gloria e no infortúnio.

Todas as cathegorias de socios do nosso Club têm direito á

instrucção e recreio que o mesmo proporciona, mas os guarda-livros e caixeiros, isto é, a categoria de efectivos, não só tem direito a estas regalias, como ainda aos soccorros de toda natureza que necessitarem.

Ora, tendo os guarda-livros direito a todas as regalias que lhe conferem os estatutos libérrimos do Club Caixeiral, têm necessidade de se constituir em sociedade á parte?

Temos consciencia que a obscuridade de nossa intelligência não nos faculta argumentos em dilatado horizonte; mas, no perimetro em que é dado campear a nossa investigação, não encontramos justificativa ao commetimento desses nossos irmãos de trabalho,

Teria porventura o Club Caixeiral, de alguma forma, desgostado os guarda-livros?

Essa hypothese é tão absurda quão inadmissivel, porque a responsabilidade ahi recairia em grande numero de guarda-livros, cooperadores do Club, e esses só depois de frustrada uma tentativa de defeza dos collegas teriam direito a um rompimento.

Não acreditarão no programma do Club?

Não comporta o Club a grandeza de suas aspirações?

Qual desses argumentos o conducente da verdade?

Qual o que determinou a criação de uma agremiação irmã da dos caixeiros e com os mesmos intuitos?!

Porque a assembléa que installou a nova associação, ouvindo o presidente da mesa declarar os fins da agremiação, não o interpelou sobre o motivo da criação de um novo gremio igual ao que a própria assembléa já possuia e com o mesmo programma?!

Porque, respondemos nós, o motivo não póde ser outro que uma

inútil discriminação de resultados negativos, porque na Republica do Trabalho não ha distincções.

*Mas... esta installada a nova associação; tem á sua frente cava-
lheiros respeitaveis e amigos nossos; cumprenos augurar-lhe um
auspicioso futuro, como não podia ser illicito manifestar-nos contra
sua extemporanea e injustificavel fundação.*

*Demais, si não vimos utilidade, não nos prejudica a existencia da
sociedade irmã si não do ponto já demonstrado em nosso artigo
anterior.*

Além da redação do jornal, um associado que assina como Sellet, também indignado com a fundação do Club de Guarda-Livros, escreve para a redação (O ATHLETA, 17 de junho de 1894, p.03):

Escreve-nos um distinto consocio:

*“Lendo no Jornal do Commercio um annuncio convidando os
guarda-livros de Porto Alegre para uma reunião no edificio em que
funciona o Club Caixeiral, a ella compareci, não como guarda-li-
vros, mas como socio desse Club, no desejo de vêr em que bases se
assentava a nossa aggremação, e tive o desgosto de vêr nada mais,
nada menos do que simplesmente a mania de associação, como a
mania dos cafés, das companhias e tantas outras que se desenvol-
vem nesta capital.*

*Digo isto porque as bases da nova sociedade são as mesmas
do Club Caixeiral: - Beneficencia, Instrucção e Recreio.*

*Ora, existindo aqui uma sociedade, que julgo em nada ter
desmerecido no conceito publico e onde os Srs. guarda-livros encon-
trarão todas as regalias existentes nessas mesmas bases, não póde
deixar de ser mania a criação de outra.*

Há quem diga que os guarda-livros, não querendo hom-

brear-se com os humildes caixeiros, crearam essa associação, e eu afirmo que não ha tal, porque vi caixeiros fazendo parte da assembléa geral, e, perguntando a um dos iniciadores como era isso, elle respondeu-me que eram ajudantes de escripta. Então tivemos uma pequena discussão e finalizei dizendo que qualificava a nova associação de – um segundo CLUB CAIXEIRAL com a denominação de Associação de Guarda-livros.

Sim, porque desta forma todos os caixeiros são ajudantes de escripta da casa em que estão empregados, e por conseguinte aptos para pertencerem á nova sociedade.

Eu julgava que formavam na mesma associação simplesmente os Srs. guarda-livros, tendo por único fim a beneficência, em caso de invalidez de seus collegas e associados, e não uma sociedade de recreio...

Enganei-me, razão porque digo aos dedicados socios do CLUB CAIXEIRAL:

- Em guarda!

Uma das funções do Club de Guarda-Livros, inspiradas nas do Club Caixeiral Porto-Alegrense, era a oferta de instrução aos associados. Em 1899 este clube ofertou no jornal Correio do Povo, em um anúncio assinado pelo então 2º secretário, Sr. Joaquim Lopo Gonçalves, aulas de escrituração mercantil, português, caligrafia e francês. Estas aulas estavam abertas, também, para não sócios (CORREIO DO POVO, 05 de outubro de 1899).

2.2.3. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

A Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre foi fundada, também declaradamente inspirada na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, em 04

de outubro de 1899 e definitivamente instalada em 02 de fevereiro de 1900. Inicialmente, instalou-se na Rua 7 de setembro, nº 117, centro de Porto Alegre. Em 25 de março de 1903 a instituição mudou-se para seu prédio próprio, situado à Rua Dr. Flores nº 220, onde funcionou até o seu fechamento (AEC, 1949). Este prédio (Figura 09) existe até os dias de hoje.



Figura 9 - Sede Própria da Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre.

Fonte: AEC (1950, p. 27).

Sua primeira direção, após a instalação em 02 de fevereiro de 1900, era composta por (AEC, 1949):

Presidente: Emílio da Silva Ferreira; Vice-Presidente: Arlindo Caminha; 1º Secretário: Aristoles S. Barboza; 2º Secretário: Miguel Coelho Borges; Tesoureiro: Victor Pinto Vieira; 2º Tesoureiro: J. A. Damasceno Ferreira; Bibliothecario: Gustavo Quaresma; Procurador: J. Cavalcanti; Conselho: Francisco Soares de Almeida, Porfírio Jubim, Ovidio Silveira Martins, Francisco Gomes Carollo, Isidoro Marx, Christiano Kessler, Hercules G. Limeira, Arthur Bastian, Gerard Greven. Comissão de Exame de contas: Antonio Machado, Mazarino Moraes, Carlos A. Dubois.

Já na sua instalação a instituição contava com 480 sócios, dentre os quais uma grande quantidade de profissionais da contabilidade. Este fato deve-se a própria natureza da entidade que, de acordo com o apresentado no primeiro artigo do primeiro capítulo dos seus estatutos, contemplava todos os profissionais comerciais (AEC, 1950).

Art. 1º- A Associação dos Empregados no Comércio de Pôrto Alegre, fundada em 4 de Outubro de 1899 e instalada em 2 de Fevereiro de 1900, nesta Capital, onde tem sua sede e foro jurídico, é constituída por ilimitado número de sócios de ambos os sexos, maiores de 14 anos, que empregam a sua atividade no comércio. Compreendem-se nesse caráter os empregados de escritório, balcão e armazém, leiloeiros, corretores, despachantes, guarda-livros e contadores, negociantes, industriais estabelecidos, administradores de companhias, diretores e funcionários de estabelecimentos bancários, representantes e viajantes comerciais, todos com amplo direito a voto e cargo, ressalvadas as disposições do § único do art. 22 º.

O parágrafo único do artigo 22º, determinava que menores de 18 anos não podiam votar nem candidatar-se a cargos eletivos na instituição.

A Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre fornecia atendimento médico e odontológico, uma biblioteca, e aulas de comércio, onde se formavam guarda-livros. Para a formação destes profissionais a instituição criou, em 14 de maio de 1900, a Escola Mauá, instituição que durante décadas marcou o ensino profissional contábil na região metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul (BARBOSA, 2009).

Em um período incerto, entre as décadas de 50 e 60 do século XIX, a Associação encerrou suas atividades. Este fato deveu-se, entre outros, a criação de sindicatos representativos especificamente das classes profissionais por ela contempladas.

2.2.4. INSTITUTO RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE

O Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi fundado em 14 de janeiro de 1933 para congregar guarda-livros, contadores, diplomados ou provisionados, em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Sua cerimônia inaugural reuniu diversas autoridades, como o Inter-

ventor Federal no estado, Sr. Flores da Cunha, e o Prefeito de Porto Alegre, Major Alberto Bins (PEREIRA, 1934).

Por ocasião da instalação e inauguração da sede social do Instituto, o Sr. João Pereira proferiu um discurso salientando os objetivos da instituição. Segundo ele

o Instituto Rio Grandense de Contabilidade, não é uma organização syndical, não ha distinguir aqui, entre empregadores e empregados. Elle congrega profissionaes e cultores da contabilidade, que, prestando-se reciprocamente assistência moral e material, buscam realizar objectivos mais elevados (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1934, p.16).

O Instituto, inicialmente, pretendia tornar-se um sindicato. Mas devido a decisão de não militar por interesses de determinados elementos da classe profissional, e sim dela como um todo, sua diretoria decidiu realizar uma parceria com o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, entidade ainda em atividade. Os sócios de qualquer uma das instituições poderia usufruir dos benefícios de ambas (OLIVEIRA, 1934).

Para divulgar seus atos e corroborar na informação e formação de seus associados, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade editava a Revista Rio Grandense de Contabilidade (Figura 10). Esta revista representou a primeira publicação gaúcha dedicada exclusivamente à contabilidade. Sua última publicação foi a de número 255, em novembro de 1955, tendo sido impressa por mais de vinte anos. A coleção completa desta obra pode ser consultada na biblioteca central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e na biblioteca do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, ambas em Porto Alegre.

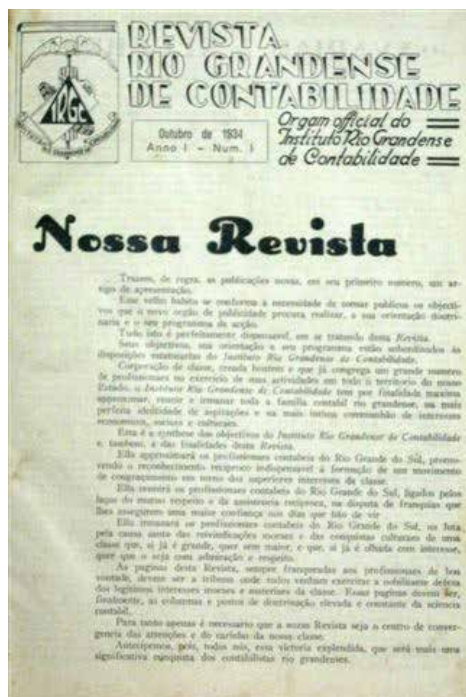


Figura 10 - Revista Rio Grandense de Contabilidade.

Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1934, p. 1).

A primeira diretoria do Instituto (Figura 11) foi composta pelos seguintes senhores, da esquerda para a direita: sentados, Carlos Carneiro da Cunha, João Ribeiro da Cunha, Heitor Braga, Affonso Sanmartin, Sandro Ribeiro e Florentino Nems; em pé, Guido Mondin, Oriovaldo Krug, Henrique Desjardins e Antonio Martins.



Figura 11 - Primeira Diretoria do Instituto Rio Grandense de Contabilidade.

Fonte: Revista rio Grandense de Contabilidade (1935, p. 3).

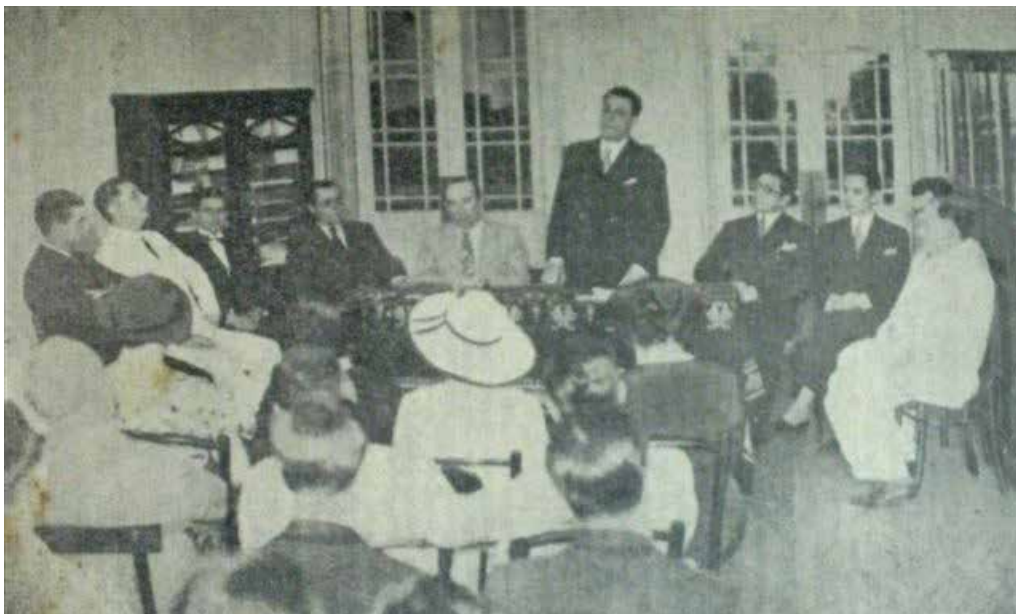
Nesta foto não aparece, justamente, o seu primeiro presidente, o Professor Alcides Dias Antunes, que exerceu o cargo durante cinco anos. O Prof. Alcides (Figura 12) formou-se em Ciências Econômicas e Financeiras em 1913, na primeira turma do curso superior da Escola Superior de Comercio de Porto Alegre, atual Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, da qual, inclusive, foi Professor Catedrático de Contabilidade Pública (REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE, 1935, p.115). O nome deste professor pode ser encontrado em diversas obras e instituições na cidade de Porto Alegre, revelando a sua dedicação à contabilidade gaúcha.



Figura 12 - Professor Alcides Dias Antunes.

Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1935).

O Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi inspirado no Instituto de Contabilidade do Estado de São Paulo, com o qual possuía boas relações. Em 04 janeiro de 1935, o Professor Francisco D'Áuria, presidente do Instituto Paulista, professor e pesquisador de renome internacional, fez uma visita à associação gaúcha, onde, além de realizar uma conferência (Figura 13), participou de um churrasco acompanhado de sua esposa.



**Figura 13 - Conferência do Prof. Francisco D'Áuria realizada no IRGC.
Fonte: Revista Rio Grandense de Contabilidade (1935, p. 33).**

A presença do Prof. Francisco D'Áuria, além de outros professores pertencentes ao instituto paulista, pode ser identificada em diversos outros momentos no decorrer das atividades do instituto gaúcho.

A participação de alguns associados do instituto paulista foi muito além de apenas palestras e troca de informações. A exemplo do Instituto de Contabilidade do Estado de São Paulo, o Instituto Rio Grandense de Contabilidade foi a base para a criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul (CRC-RS) no ano de 1947 (CRC/RS, 2009).

Após a publicação do Decreto-Lei nº 9.295/1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade. Em 1947 o Instituto Rio Grandense de Contabilidade deixou de existir para dar espaço ao CRC-RS. A condução deste processo teve como líder o último presidente do instituto gaúcho, o Professor Henrique Desjardins, que assumiu o cargo de primeiro presidente do Conselho Regional de Contabilidade.

Para firmar sua ligação ao órgão profissional contábil recém instalado, o Professor Desjardins não abriu mão de ser o primeiro profissional registrado no Rio Grande do Sul, e, para tanto, pernoitou em frente ao Conselho na véspera do primeiro dia de registro para, assim, garantir, de forma justa, que seria o contador número um do CRC-RS (Figura 07) (AVELINE, 2009).

Após a efetivação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, parte-se para uma nova etapa relacionada com a profissão contábil gaúcha, e a Revista Rio Grandense de Contabilidade, em 1947, passa a ser a primeira publicação oficial do CRC-RS.

2.3. PRIMEIROS ESTABELECIMENTOS PARA O ENSINO CONTÁBIL NO RS

Como demonstrado anteriormente neste estudo, intui-se que os primeiros profissionais da Contabilidade em solo gaúcho possuem sua formação atreladas a, pelo menos, três possibilidades: formação em escolas estrangeiras, principalmente em Portugal; formação nas escolas de comércio da Corte; aprendizado prático em casas comerciais e/ou repartições públicas.

Em relação ao ensino formal, neste subcapítulo, poder-se-á verificar a evolução de sua instrução a partir de seis instituições de ensino. Sua origem parte de disciplinas em ensino secundarista e por cursos rápidos como os ofertados pelo Club Caixeiral Porto-Alegrense e pelo Club de Guarda-Livros, passando por formação mais criteriosa no curso formal de Guarda-Livros, que deu origem ao ensino técnico, chegando ao Contador formado em nível superior, em cursos de Bacharelado em Ciências Comerciais, para, após 1945, ter-se a formação superior como se conhece nos dias de hoje.

2.3.1. COLLÉGIO EMULAÇÃO

No ano de 1870 encontram-se os primeiros vestígios do ensino comercial no Rio Grande do Sul, conforme Figura 14.

O Collégio Emulação estava localizado na atual Rua Marechal Floriano, no Centro de Porto Alegre (FRANCO, 2006). Esta escola oferecia aulas de comércio para o ensino secundário da época, de forma pouco expressiva, associadas a outras disciplinas.

O ensino comercial era, de fato, pouco procurado. Segundo Peleias (2007, p.24) “[...] as aulas de Comércio não atraíam grande número de alunos. Outros cursos, como Direito, Engenharia e Medicina atraíam número maior de interessados das classes socialmente mais favorecidas na época”.

Em Porto Alegre esta situação se repetia. O Jornal O Athleta, de 04 de fevereiro de 1894, publicou, à página 03, um artigo assinado por F. Vicente Dias, comentando sobre outro curso comercial que surgirá. Neste comentário o autor refere-se aos filhos de comerciantes que, uma vez bem estabelecidos financeiramente, preferem cursar outros cursos para,

em alguns casos, buscar um emprego público, deixando de lado os estabelecimentos comerciais de seus pais. Esta posição está detalhada na página 32.



Figura 14 - Anúncio do Collégio Emulação.

Fonte: A Reforma, 4 de janeiro de 1870, p. 2.

No anúncio pode se observar que o colégio oferecia instrução primária, com aulas de leitura, doutrina cristã, caligrafia, aritmética, geografia e gramática nacional. Também oferecia instrução secundária, com aulas de latim, francês, inglês, alemão, história, geografia, retórica, matemática e comércio, além de artes, onde os alunos aprendiam música, dança, desenho, esgrima e ginástica.

Não se encontrou maiores evidências sobre este colégio que, provavelmente, não logrou êxito no ensino comercial. Assim como outras instituições, suas referências perderam-se em decorrência do tempo e da falta de preservação.

2.3.2. COLLÉGIO RIO-GRANDENSE

O Collégio Rio-Grandense, fundado em 1876, oferecia ensino comercial anos antes de 1894, não sendo possível sua precisão (JORNAL DO COMMERCIO, 02 de fevereiro de 1894). Esta instituição funcionava na Rua Duque de Caxias, no Centro de Porto Alegre e, posteriormente, transferiu-se para a Rua Sarmiento Leite, também no Centro da cidade (FRANCO, 2006).

O colégio foi fundado pelo Sr. Apelles José Gomes Porto Alegre (Figura 15), com apenas 26 anos de idade. Natural da cidade de Rio Grande, foi homem de prestígio político e cultural no estado do Rio Grande do Sul. Criou o jornal A Imprensa e foi um dos fundadores do Partenon Literário (PORTO ALEGRE, 1980). Foi, também, professor da Escola Livre de Comércio de Porto Alegre, fundada em 1909.

A instrução contábil desta instituição estava a cargo do Lente e Guarda-Livros, Sr. Agostinho de Menezes Freitas que era oficial do tesouro de estado e um profissional de reputação indiscutível (JORNAL DO COMMERCIO, 02 de fevereiro de 1894).



Figura 15 - Apelles José Gomes Porto Alegre.

Fonte: Genealogia da Família Martins Costa (2008).

2.3.3. COLLEGIO IVO AFFONSO CORSEUIL

O Professor Ivo Affonso Corseuil atuou como diretor e professor na Escola Brasileira de Porto Alegre, antes de fundar seu colégio. Em 31 de janeiro de 1894 publicou, no Jornal A Reforma, um anúncio onde informava seu desligamento desta instituição e ofertava vagas para o ensino primário em sua escola, para alunos com mais de 14 anos, a partir de 15 de fevereiro do mesmo ano.

Além do curso primário, o Sr. Ivo Affonso Courseuil oferecia aulas noturnas de escrituração mercantil, ministradas pelo Professor Joaquim Xavier Carneiro (JORNAL DO COMMÉRCIO, 06 de fevereiro de 1894), conforme Figura 16.



Figura 16 - Collégio Ivo Affonso Corseuil.

Fonte: Jornal do Commercio, 6 de fevereiro de 1894, p. 5.

O Collégio Ivo Affonso Corseuil preparava alunos para o comércio, empregos públicos e admissão em cursos superiores (LESSA, 1980).

A abertura do curso de escrituração mercantil repercutiu na cidade. O jornal A Federação, de 26 de janeiro de 1894, página 05, enalteceu a iniciativa do Prof. Corseuil, publicando a seguinte matéria:

Sensível lacuna em nosso ensino o profissional acaba de preencher o inteligente educacionista Ivo Affonso Corseuil, creando no seu estabelecimento um curso commercial.

Á boa parte da nossa mocidade que se consagra a nobilitante e futura carreira feliz ensejo se proporciona agora para preparar-se convenientemente recebendo, antes de transpor o balcão, o conjunto de conhecimentos theoreticos que constitue por assim dizer o eixo em torno do qual gira toda acção do commerciante moderno.

Com effeito, de ha muito que se fazia sentir aqui a falta de um curso de tal natureza.

Formavam-se em escola superiores Bacharéis em differentes sciencias, médicos, engenheiros, etc., só não havia meios para se preparar commerciantes.

Graças, porém, a iniciativa do Sr. Corseuil, temos agora um curso commercial, que esta a cargo do Sr. Joaquim Xavier Carneiro, conhecido professor nesta capital, onde tem demonstrado a sua competencia leccionando particularmente escripturação mercantil.

Já o Club Caixeiral Porto-Alegrense, como representante da classe commercial, publicou no jornal O Athleta de 04 de fevereiro de 1894, à página 03.

Annexo ao seu collegio, estabeleceu o distincto professor Sr. Ivo Affonso Corseuil uma aula de escripturação mercantil.

A Federação, noticiando este facto, considera prehenchida uma falta que se fazia sentir n'esta capital, e, alongando-se em considerações, diz que, graças a essa iniciativa póde a mocidade que se dedica ao commercio preparar-se convenientemente.

E' occasião opportuna para lembrar-mos que se tal lacuna existiu, não foi por falta de iniciativa, pois o Club Caixeiral, desde sua fundação, tem por várias vezes estabelecido aulas, não só de

escripturação mercantil, como de outras materias que constituem o curso commercial, dirigidas por habéis professores. Entretanto essas aulas, que começaram com uma frequencia animadora, foram pouco a pouco ficando desertas, a ponto de ser a diretoria obrigada a fechal-as!!

Isso demonstra o pouco amor da maioria dos nossos collegas ao estudo, não comprehendendo quanto lhes é sensível a falta d'esse conhecimento.

O resultado é, que mais tarde, quando ela sua honradez e contracção ao trabalho conseguem a posição de commerciante, falta-lhes a necessaria aptidão para dirigir e fiscalizar as principaes transacções commerciaes que não se limitam á compra e venda dos generos!

Oxalá a fundação do Curso Commercial que motivou estas linhas, produza para nossa classe o resultado que desejamos e seu fundador idealizou; entre-tanto, com pezar dizemos, não acreditamos, porque, em geral, os jovens que felizes na escolha do pais, pódem antes de entrar para o balcão, receber completa educação, preferem, á trabalhosa mas honrosa vida commercial, serem bachareis, médicos sem clinica ou empregados públicos, ainda que lhes falte capacidade para occupar o ultimo lugar de empregado d'uma casa commercial!

A falta de qualificação dos caixeiros e demais profissionais comerciais é, novamente, salientada no artigo do jornal O Athleta. Além disso, ambos os artigos ressaltam que o curso de escripturação mercantil oferecido pelo Sr. Ivo Affonso Corseuil, seria o primeiro a ser disponibilizado em Porto Alegre.

Esta situação motivou o Sr. Apelles Porto Alegre a manifestar-se em defesa do mérito do seu Collégio Rio Grandense, tido, por ele, como a primeira instituição a oferecer este curso na região. Esta situação pode ser verificada no artigo publicado no Jornal do Commercio de

02 de fevereiro de 1894, à página 02.

Illmo. Sr. Redactor do Jornal do Commercio.

Uma noticia publicada pela Federaçãõ de hontem, sob a epigraphe <Curso Commercial>, obriga-me a vir pedir-lhe um pequeno espaço em seu conceituado jornal para lavrar um protesto contra as inverdades e os conceitos injustos exarados na referida publicação.

[...]

Da notiela supra conclue-se que o Sr. Ivo Corseuil é o fundador do primeiro curso commercial creado nos collegios da capital; isto é inexato, porque há annos existe um no collegio Rio-Grandense e sob a direcção do provector guarda-livros Sr. Agostinho de Menezes Freitas, cuja competencia na materia ninguem em Porto Alegre põe em duvida, porque o mesmo é uma reputação professional que não se discute.

Nunca fomos amigos de annuncios espalhafatosos, nem jamais pedimos a jornal algum elogios que occultassem no assombroso das palavras apparatusas o que nos compete na insignificancia dos merecimentos de professor; mas, como se trata de uma questão de direito, reclamamos aquillo que nos pertence par droit de conquéle.

O collegio sob nossa direcção foi o primeiro nesta capital que fundou um curso commercial; si ha gloria nesse commettimento que nos tem custado sacrificios, como pode attestar o distincto Sr. Agostinho de Menezes Freitas, essa gloria pertencenos de direito e não ao Sr. Ivo Corseuil, a quem, sem conhecermos, fazemos a devida justiça de não julgal-o capaz de reclamar a posição da gralha da fabula.

[...]

Dada sua relevante contribuição à educação, principalmente dos jovens de Porto Alegre, o Sr. Ivo Affonso Corseuil recebe, ainda em vida, uma homenagem oferecida pelo Sr. João Chrysostomo, enaltecendo sua obra e sua vida (CORREIO DO POVO, 11 de abril de 1928, p.07).

2.3.4. ESCOLA MAUÁ

Em 14 de maio de 1900 a Associação dos Empregados do Comércio de Porto Alegre passou a oferecer aulas de português, frances, alemão, inglês, contabilidade e escrituração mercantil. Em 09 de dezembro de 1901, por proposta do Sr. Oscar Canteiro, este curso passou a chamar-se Escola Mauá e, posteriormente, Curso Comercial Mauá (AEC, 1949).

Para a ordem e manutenção do curso, a Escola Mauá possuía o seguinte regulamento (AEC, 1950):

Art. 1º- A Escola Mauá, hoje registrada sob a denominação de <Curso Comercial Mauá>, póde ser frequentada por todos os associados desde que se inscrevam na matrícula da mesma, paguem as contribuições estabelecidas e se sujeitem ao regulamento disciplinar que é fornecido gratuitamente aos interessados;

Art. 2º - O Curso Comercial Mauá compreende, por enquanto, dois anos de estudo e tem por finalidade diplomar guarda-livros (Anexo D), práticos, aptos para os serviços gerais de escritório;

Art. 3º - As contribuições fixadas para as diversas matérias serão pagas até o dia 10 do mês em curso com a mensalidade a que são obrigados os sócios;

Art. 4º - Aluno algum será diplomado, sem que tenha assistido, pelo menos, 50% das aulas ministradas;

Art. 5º - O aluno que se matricular nos últimos três meses do ano escolar será considerado ouvinte, não tendo o direito ao exame final;

Art. 6º - No mês de maio de cada ano haverá uma sabatina-exame, pela qual se apreciará a capacidade especial do aluno para promoção imediata ao curso subsequente;

Art. 7º - O aluno que insistir na falta às aulas, será sumariamente eliminado do quadro escolar;

Art. 8º - Fica expressamente proibido o uso do fumo durante o período das aulas;

Art. 9º - Os alunos devem ser pontuais nos horários de aulas;

Art. 10º - Não sendo o curso de datilografia um curso seriado, poderão os candidatos a essa matéria se matricular em qualquer época do ano, com direito à prestação de exame e diplomação;

Art. 11º - Aos professores cumpre assinar sua presença no livro do ponto que será visado pelo respectivo diretor;

Art. 12º - Deliberação alguma será tomada pelos professores sem ser ouvido, preliminarmente, o diretor do curso, que decidirá a respeito;

Art. 13º - Ao diretor cumpre providenciar sobre a cobrança das mensalidades, manter a disciplina, trazer em dia as cadernetas de chamada dos alunos e fazer os boletins mensais sobre o aproveitamento dos mesmos alunos.

Em 30 dezembro de 1901, os primeiros alunos (Figura 17) da Escola Mauá receberam o diploma de guarda-livros (Figura 18). O jornal Correio do Povo de 31 de dezembro de 1901 descreve esta solenidade na página 06:

Com os exames oraes de portuguez e escrituração mercantil, de que são professores os srs. Arthur Candal e Antonio Machado, terminaram ante-hontem os exames finais da Escola Mauá, da Associação dos Empregados no Commercio.

Constituíram a banca examinadora de portuguez os professores Apelles Porto Alegre, Ulysses Cabral e Alvaro Porto Alegre, sendo a de escrituração mercantil composta dos srs. Emilio Ferreira, Henrique Borges e Mazarino de Moraes.

Os alumnos que se apresentaram a exame deram sobejas provas de adiantamento.

Antes de começar o acto o Sr. Alfredo de Freitas Chaves, esforçado e digno presidente da Associação, descobriu o retrato de nosso inolvidavel patricio visconde de Mauá, o qual fora collocado na sala da escola.

Em seguida, concedeu elle a palavra ao nosso talentoso patricio Apelles Porto Alegre, que proferiu o discurso official, fazendo, com o brilhantismo da sua palavra facil, o historico da vida do illustre extincto.

Logo após, procedeu-se aos exames, cujo resultado foi o seguinte.

Portuguez – Distincção: Constantino da Rocha, Arnaldo Sperb, Eugenio Medeiros e Ottomar Kappel; plenamente: Sylvio Vellozo da Silveira, Natalício Bueno, João da Matta Moraes e José Maria Calleya.

Francez – Distincção: Constantino Rocha, Arnaldo Sperb e João Martins da Silva Campos; plenamente: Eugenio Medeiros e João ad Matta Moraes.

Arithmetica – Distincção: Arnaldo Sperb; plenamente: Sylvio Vellozo daSilveira e Eugenio Medeiros.

Escrituração Mercantil – exame parcial. Plenamente: Antonio Martins, João L. Scherer, Frederico Henckel e Sylvio Velloso da Silveira.

Exame final – Distincção: FFrederico Carlos Gerlach e Israel Torres Barcellos; plenamente: Gustavo Moritz e Constantino da Rocha.

As medalhas de ouro e prata offerecidas aos novos guarda-livros serão entregues a 2 de fevereiro próximo, por ocasião da posse da nova directoria da Associação.

Terminados os exames, a Associação offereceu a seus convidadps, professores e alumnos profusa mesa de frios e doces.

Iniciando a série de brindes, o Sr. Alfredo Chaves agradeceu aos

professores e representantes da imprensa presentes á solenidade.

Em nome do director da escola, Sr. Arthur candal, que se achava ligeiramente enfermo, usou da palavra o professor Antonio Candal, que se achava ligeiramente enfermo, usou da palavra o professor Antonio Machado, que saudou aos seus collegas que haviam se prestado como examinadores.

Em nome desses, Ulysses Cabral proferiu bellissimo discurso sobre o commercio, enaltecendo a idéia de dar-se á escola o nome de Mauá, e dizendo o que fora esse digno brasileiro, cujo patriotismo salientou em brilhante apologia.

O seu discurso era, de momento a momento, interrompido por applausos, sendo o orador coberto de flores, ao termina-lo.

Como representante desta folha, e por delegação da Gazeta do Commercio, agradeceu a saudação que fora feita á imprensa o nosso companheiro Daniel Job.

O Sr. Alfredo Chaves saudou o Sr. Fructuoso Fontoura, a quem a Associação deve inestimáveis serviços.

Agradecendo, o Sr. Fructuoso Fontoura tratou do vulto de Mauá, que havia começado como simples caixeiro, alcançando as mais altas posições referiu-se ao desastre de que o mesmo fora victima e que de forma alguma empanou o seu nome; fez a apologia do Sr. Alfredo Chaves; referiu-se elogiosamente aos srs. Emilio Ferreira, Ulysses Cabral, Apelles e Appolinario Porto Alegre, os três últimos como preceptores; e, depois de concitar a mocidade do commercio a estudar, terminou por saudal-a.

O Sr. Apelles Porto Alegre agradeceu essa saudação, produzindo uma oração cheia de verdades e ensinamentos. A mocidade tudo deve merecer, porque nella é que está encarnado o dia de ama-

nhã, mas não se deve esquecer aquelles que já tendo experimentado os embates da vida, guiam essa mocidade, apontando-lhe o caminho do dever e da honra.

Elle saúda, pois, á parte experiente da sociedade, representada em Alfredo Chaves, Emilio Ferreira e Fructuoso Fontoura.

O nosso companheiro Daniel Job lembrou os serviços inestimáveis de Victor Pinto Vieira, o infatigável agitador da idéa da fundação da sociedade, que não descançou um momento, para que Ella fosse uma realidade.

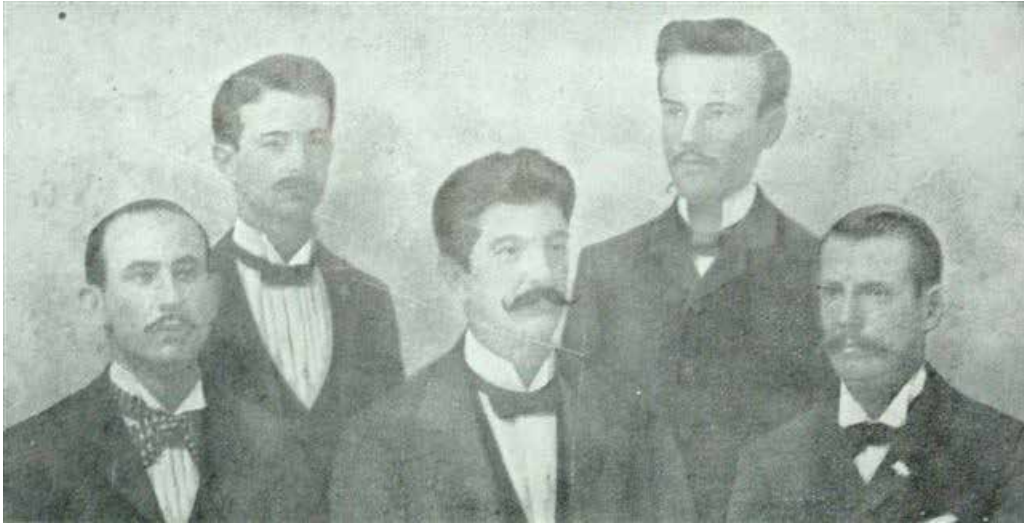
Lembrou ainda o orador os nomes de Joaquim Sant'Anna, Damasceno Ferreira e outros e terminou saudando, em nome do "Correio do Povo", os fundadores da sociedade.

Recebida com entusiasticos applausos essa saudação, o Sr. Alfredo Chaves propoz que fosse considerada como brinde de honra da festa.

Os exames prestados na Escola Mauá vieram, mais uma vez, provar a importância da Associação dos Empregados no Commercio.

Os alumnos arguidos demonstraram que estudaram que estudaram nas aulas mantidas por aquella associação, e que os professores, cumprindo os seus deveres, esforçam-se por bem ensinar-lhes.

O acto de ante-hontem, que foi também o pagamento de uma divida à memória de um brasileiro illustre, sobre modo honra aquella associação, á qual apresentamos parabéns.



**Figura 17 - Formandos da Primeira Turma de Guarda-Livros da Escola Mauá.
Fonte: AEC (1950, p. 45).**

Na foto dos formandos na primeira turma de Guarda-Livros da Escola Mauá encontram-se, da esquerda para a direita, sentados: Gustavo Moritz, professor Antonio Machado e Frederico Carlos Gerlach. Em pé: Constantino da Rocha e Israel Torres Barcelos.

Ao longo dos anos, destacaram-se os seguintes professores: Arthur Candal, Israel Torres Barcellos, Paulo de Souza Ribeiro, Henrique Zago, Padre J. Moreau, Dr. Antonino Machado, Dr. Arthur Pinto da Rocha, Ivo Affonso Corseuil, Dr. Oswaldo Vergara, Dr. Evandro Ribeiro, Dr. Oscar Fonseca, Leopoldo Tietboehl, Frei Bernardino, Léon Back, Dr. Aristides Casado, Dagmar Volkmer Dourado, Zilda de Lourdes Abel, Francisco Hiram Ferrari e Pedro Magalhães (AEC, 1949)



Figura 18 - Primeiro Diploma de Guarda-Livros da Escola Mauá.

Fonte: Colégio Mauá.

Além do ensino contábil (Figura 19) a Escola Mauá oferecia, em suas instalações, cursos de datilografia e uma biblioteca com revistas e livros (Figura 20).



Figura 19 - Aulas de Escrituração Mercantil.
Fonte: AEC (1950, p. 97).



Figura 20 - Biblioteca e Sala de Estudos.
Fonte: AEC (1950, p. 67).

A Escola Mauá consolidou-se como a primeira instituição a oferecer, por mais de cinquenta anos, formação contábil no Rio Grande do Sul. Sua formação foi inspiradora para a criação da Escola Livre de Comércio de Porto Alegre, que consolidou o ensino contábil no estado.

Na década de 1950, devido à decadência da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, a escola foi vendida para a iniciativa privada. Porém, o ensino comercial seguiu até meados da década de 1980. Nos arquivos desta instituição, após a sua venda, encontram-se os registros de mais de setecentos profissionais formados no curso técnico em contabilidade.

2.3.5. ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

A história do ensino contábil Escola de Comércio de Porto Alegre teve sua origem em 26 de novembro de 1909, quando os Srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch, respectivamente, diretor, secretário e professor da Faculdade de Direito, propuseram a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre (CARRION, 2000).

A proposta consolidou-se, conforme exposto na Ata nº 66 da Faculdade de Direito, de 26 de novembro de 1909.

Ata da 66a. sessão da Congregação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre - Aos 26 de novembro de 1909, reunidos na Sala das Sessões da Congregação o des. Manoel André da Rocha, diretor, Leonardo Macedônia Franco e Souza, secretários, e os drs. Alcides de Freitas Cruz, José Valentim do Monte, Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho, Plínio de Castro Casado, Manoel Pacheco Prates e Timótheo Pereira da Rosa, foi aberta a sessão. Lida a ata da sessão antecedente, foi aprovada sem debate. Passando-se à ordem do dia toma a palavra o Sr. Normélio Rosa, que verbalmente relata o parecer da comissão composta dos drs. Timotheo Pereira da Rosa, Plínio de Castro Casado e Normélio Rosa, sobre o projeto dos srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolpho Simch, criando uma Escola de Comércio anexada à Faculdade. O sr. Normélio Rosa, depois de aplaudir a iniciativa dos signatários do projeto, entra em longas considerações sobre a organização das escolas de comércio; louva o projeto, bem elaborado, superior a organizações das academias de comércio de São Paulo e

Rio de Janeiro; e declara que a comissão adota o projeto com as seguintes modificações: À 6.a cadeira do 1.o ano do curso geral acrescente-se Direito Constitucional. A cadeira de Estenografia, 7.a do 1.o ano do curso geral, passará para o 2.o ano do mesmo curso. A cadeira de Merceologia, 6.o do 2.o ano do curso geral, seja denominada 4.0 cadeira do mesmo ano e curso. O artigo 8.o seja substituído pelo seguinte: “A Escola de Comércio de Porto Alegre será custeada pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre”. Anunciada a discussão do parecer e do projeto, são ambos aprovados, com as emendas seguintes: do Sr. José Valentim do Monte, que “a 6.a cadeira do 1.0 ano do curso geral tenha as seguintes denominações: Noções de Direito Público e Privado e Constitucional, Legislação Fiscal. Do Sr. Timótheo Pereira da Rosa: a 6.a cadeira do 1.o ano passará para o 2.o ano; e a 6.a cadeira do 2.o ano para o 1.o, em último lugar ambas. Do sr. Normélio Rosa – “a 5.a cadeira do 1.o ano do curso geral será denominada – Escrituração Mercantil”. Encerrada a votação do projeto e emendas, o sr. Diretor declara fundada a Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à Faculdade Livre de Direito e levanta a sessão (VIZENTINI, 1979).

O interesse pela criação de uma escola de comércio anexada à Faculdade de Direito teve sua motivação a partir do curso da Escola Mauá, quando esta Faculdade situava-se, ainda, na esquina das Ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano (VALLE, 1974).

Em um relato realizado por Fortini (1953, p.14), através do testemunho do Sr. Henrique Desjardins, verifica-se a seguinte descrição das ações dos Srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch:

De uma feita, em princípios do ano de 1909, saiu a “trinca” da Faculdade Livre de Direito – naquela época funcionava no prédio que atualmente é ocupado pela R.C.P., à rua Duque de Caxias esquina da rua Marechal Floriano – em direção à Alfaiataria do sr. Germano Petersen Junior, situada naquela época à rua dos Andradas, onde hoje existe a Avenida Borges, onde costumavam fazer ponto de

parada. Aos poucos retiravam-se os outros, mas o desembargador Manoel André da Rocha permanecia ali até o entardecer – hora do jantar – para depois assistir à primeira sessão do Teatro Apolo.

Eram mais ou menos 17 horas do mesmo dia, quando retornaram à Alfaiataria Petersen os drs. Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch, para cientificarem ao desembargador André da Rocha que se achava exposto, na montra da casa “Ao Trocadero”, loja de artigos para homens e de propriedade do português sr. José Bastos, e situada à rua dos Andradas, então número 220 A, um quadro com os retratos da turma de “guarda-livros” formados pela Escola Mauá, mantida pela Associação dos Empregados no Comércio.

Cientificados da “novidade”, seguiram os três em direção à casa “Ao Trocadero”.

Lá chegados, ao deparar com o citado quadro, o desembargador Manoel André da Rocha sentiu que alguém já lhe tinha tomado a dianteira naquilo que já vinha alimentando há longo tempo e disse: “Precisamos fundar, quanto antes, a nossa Escola de Comércio. Simch, prepara o projeto para amanhã.

Assim foi feito e, a partir de sua fundação a Escola de Comércio de Porto Alegre passou a oferecer dois cursos distintos.

O primeiro denominava-se Curso Geral e tinha, inicialmente, a duração de dois anos. Porém, no primeiro dia de fevereiro de 1911 este curso passou a ter três anos (Ata nº6, 01 de fevereiro de 1912). Dado este fato, apenas a primeira turma do Curso Geral formou-se em dois anos.

Para ingresso no Curso Geral era necessário passar por uma seleção composta por provas de português, francês, alemão, inglês, matemática, história, geografia, estenografia e caligrafia (VIZENTINI, 1979).

As disciplinas do Curso Geral seguiam o modelo proposto pelo Decreto Federal nº. 1339, de 09 de outubro de 1905, ou seja: 1º ano – português, alemão, francês, aritmética,

álgebra e geometria, escrituração mercantil e estenografia; 2º ano – alemão, inglês, física, química, história natural, merceologia, contabilidade mercantil, noções de direito público e privado e legislação fiscal; 3º ano – alemão, contabilidade, inglês e direito público (VALLE, 1974).

O quadro de professores para o começo do Curso Geral reuniu profissionais que já possuíam experiência no ensino comercial em Porto Alegre. Como lente de português foi designado o Professor Apelles Porto Alegre, proprietário do Colégio Rio-Grandense. Para lecionar francês, Frei Bernardino (Bruno de Beleveux), professor da Escola Mauá e, ainda, para alemão, o Professor Othmar Krausneck. Aritmética, álgebra e geometria o Professor Emílio Meyer e para estenografia o Professor Joaquim Antonio Ribeiro (VIZENTINI, 1979).

A disciplina de escrituração mercantil, única disciplina contábil do primeiro ano do curso geral, estava a cargo do jovem Israel Torres Barcelos (VIZENTINI, 1979). Este profissional formou-se na primeira turma de guarda livros da Escola Mauá, onde atuou por diversos anos, como professor e diretor (AEC, 1949).

Além dos professores André Manoel da Rocha e Francisco Rodolfo Simch, que já faziam parte do quadro da Faculdade de Direito, outros professores foram contratados: Joaquim Ribeiro, Santos Pardella, Alcibiades Silveira de Campos, Marques Pereira, Basil Sefton, Maurício Cardoso, Fernando Antunes, Oscar Germano Pedreira, Leon Back, Krausneck e Ivo Afonso Corseuil (FORTINI, 1953). Provavelmente alguns desses professores atuaram, também, no ensino superior. Porém este fato não pôde ser comprovado. Em 10 de dezembro de 1911 ocorreu a formatura da primeira turma do Curso Geral, composto por 16 formandos, sendo: Achyles Hamel, Alcides Dias Antunes, Alfredo Rodolpho Mariath, Álvaro Fernandes Ribeiro, Aníbal Porto Braga, Archimino Selistre de Campos, Aristides Casado, Edgar Luiz Schneider, Floriano Oliveira da Silva, Francisco José da Costa Filho, João Francisco Alvares, Oscar de Souza Neves, Rubem Germano Pedreira, Theodoro Quitzrau, Virgílio Bassano Cortese e Victor Sperb (FORTINI, 1953).

O segundo curso se denominava de Curso Superior, e tinha a duração de dois anos. Como requisito para ingresso exigia-se a conclusão do Curso Geral (CARRION, 2000).

No primeiro ano eram apresentadas as disciplinas de geografia e história comercial, contabilidade mercantil comparada, bancos, seguros, direito comercial (sociedades, falências, liquidações forçadas, direito cambial), inglês e alemão. Já no segundo ano; economia política ciência das finanças, contabilidade de estado, estatística comercial, noções de direito

internacional, diplomacia e correspondência diplomática, legislação comercial, matemática superior aplicada ao comércio, direito comercial (direito marítimo e seguros), italiano e espanhol (VALLE, 1974).

Em 18 de novembro de 1913 formou-se a primeira turma do Curso Superior, composta por oito formandos, tendo como paraninfo o Professor Francisco Rodolfo Simch. Foram formados: Alcides Dias Antunes, Alfredo Rodolpho Mariath, Aristides Casado, Floriano Oliveira da Silva, Francisco José da Costa Filho, Theodoro Quitzrau, Virgílio Bassano Cortese e Victor Sperb (FORTINI, 1953).

A vida profissional dos formandos desta primeira turma pode ser verificada na obra de Fortini (1953) que demonstra a ocupação de cada um: Alcides Dias Antunes foi chefe da contabilidade da Prefeitura Municipal e professor; Alfredo Rodolpho Mariath formou-se, mais tarde, em medicina; Aristides Casado atuou como diretor de bancos e professor; Floriano José da Costa Filho atuou no comércio; Virgílio Bassano Cortese atuou como professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas e diretor do Banco da Província; Victor Sperb dedicou-se à indústria e a sua empresa Sperb & Cia.

Muito embora o Curso Geral não apresentasse grande quantidade de disciplinas associadas aos métodos contábeis, evidente se faz a sua relação à profissão contábil. Segundo Carrion (2000, p.16), este curso “habilitava técnicos para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos da fazenda”.

O Curso Superior possuía formação com maior concentração de disciplinas contábeis e atuarias que, ainda segundo Carrion (2000, p.16), “preparava profissionais com formação atuarial e contábil para atuarem em empresas privadas e órgãos públicos, bem como para cargos de agentes consulares e funcionários do Ministério das Relações Exteriores”.

O primeiro grande reconhecimento conferido à Escola de Comércio de Porto Alegre pode ser verificado em 1916, apenas sete anos depois de sua criação. Em 04 de outubro daquele ano o governo federal publica o Decreto nº. 3.169, que declara a instituição como de utilidade pública, juntamente com a Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro.

O Artigo primeiro do Decreto nº. 3.169, de 04 de outubro de 1916 tem o seguinte teor (VIZENTINI, 1979):

São consideradas instituições de utilidade pública a Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro, com sede na Capital Federal, e

a Escola de Comércio de Porto Alegre, enquanto mantiverem e executarem o programa de ensino nos moldes estabelecidos no decreto número 1.339, de 9 de janeiro de 1905. Os diplomas que conferirem encerrarão presunção de habilitação para o exercício das funções comerciais a que se destinam, desde que seja instituída nos cursos a fiscalização oficial.

Este reconhecimento deve-se, entre outros, ao fato dos idealizadores do curso já o terem adequado, desde sua concepção, ao estabelecido no decreto nº 1.339 de 9 de janeiro de 1905, determinando que seu ensino seria essencialmente prático.

Desde a fundação da Escola de Comércio até o ano de 1931 poucas alterações ocorreram. A instituição continuava com seus cursos Geral e Superior. O ensino contábil também ocorria em outras instituições, representando uma ligeira fragmentação no ensino comercial.

A publicação do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, estabelecia que o ensino comercial deveria ser dividido em três cursos de três anos cada. Sendo um curso propedêutico, cursos técnicos de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e um curso superior de administração e finanças, além de obrigar os contadores e guarda-livros, práticos ou diplomados, a se registrarem na Superintendência do Ensino Comercial (BRASIL, 1931).

O curso propedêutico era composto pelas disciplinas de português, francês, inglês, matemática, geografia, corografia do Brasil, história da civilização, história do Brasil, noções de física, química e história natural e caligrafia.

Os cursos técnicos apresentavam datilografia, mecanografia, estenografia, desenho, francês comercial, inglês, correspondência, geografia econômica, matemática comercial, matemática financeira, cálculo atuarial, estatística, economia e finanças, seminário econômico, direito constitucional e civil, direito comercial, prática do processo civil e comercial, legislação fiscal, legislação de seguros, contabilidade (noções preliminares), contabilidade mercantil, contabilidade industrial e agrícola, contabilidade bancária, merceologia e tecnologia merceológica, técnica comercial e processos de propaganda, história do comércio, indústria e agricultura e organização de escritórios.

Já o curso superior de administração e finanças oferecia as disciplinas de matemática financeira, geografia econômica, economia política, finanças e economia bancária, história

econômica da América e fontes da riqueza nacional, direito constitucional e civil, direito internacional comercial, direito administrativo, direito industrial e operário, direito público internacional, política comercial e regime aduaneiro comparado, legislação consular, ciência da administração, contabilidade de transportes, contabilidade pública, psicologia lógica e ética e sociologia.

Para que seus diplomas pudessem continuar sendo registrados, a direção da Escola de Comércio de Porto Alegre ajustou-se à nova realidade. Mas grandes dificuldades internas para a adaptação às novas exigências surgiram. Tanto que por dois anos não houve formatura na escola (VIZENTINI, 1979).

Os problemas de adaptação à nova realidade só foram contornados quando, em 13 de maio de 1933, o Conselho Superior da Escola de Comércio designou os professores para os cursos propedêutico e técnico (VIZENTINI, 1979).

No ano seguinte, em 28 de novembro de 1934, o Sr. José Antonio Flores da Cunha faz publicar o Decreto nº 5.758, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Este decreto cria a Universidade de Porto Alegre que, entre outras instituições, absorve em sua estrutura a Faculdade de Direito com sua Escola de Comércio (VALLE, 1974).

Este decreto marca profundamente a estrutura da Escola de Comércio e dá novos rumos ao ensino contábil praticado até então. A instituição agregada à Faculdade de Direito mantinha liberdade financeira e administrativamente. A partir deste decreto passa a ser dependente do governo do estado.

A situação dos anos seguintes ao Decreto nº 5.758 dificultou o desenvolvimento da instituição. Os recursos financeiros eram cada vez mais escassos e diversos professores, em atos de altruísmo, abriram mão de seus vencimentos em prol da manutenção da escola (Ata nº. 43, 13 de abril de 1936).

Além da falta de recursos financeiros houve o afastamento de professores por acúmulo de função, dado que diversos destes exerciam atividades paralelas em órgãos do governo do estado. Um dispositivo legal impedia o exercício de ambas as funções, levando-os ao afastamento da Escola de Comércio (Ata nº. 43, 13 de abril de 1936).

Dada a relevância da perda destes profissionais, a sessão extraordinária da Congregação da Escola de Comércio do dia 13 de janeiro de 1938, tinha como ordem do dia a homenagem aos lentes demissionários, conforme segue (Ata nº.46, 13 de janeiro de 1938):

[...] prestar homenagem aos professores que se retiram em obediência aos dispositivos da constituição que proíbe as acumulações remuneradas. Analisa, exalta e louva os serviços prestados a Escola, por fim faz carinhosa referência ao talento, cultura e capacidade de cada um dos lentes que se afastam [...]

Após o primeiro impacto da passagem da Escola para o governo estadual, Vizentini (1979) destaca um quadro de avanço na instituição onde, até 1950, houve um enriquecimento do corpo docente mediante novas contratações e um aumento significativo de alunos, tanto em quantidade quanto em nível.

No ano de 1945 duas alterações são verificadas na estrutura da instituição.

A primeira refere-se ao Decreto Estadual nº 789 de 11 de maio, que desvincula a Escola de Comércio da Faculdade de Direito, criando a Faculdade de Economia e Administração (URGS, 1978).

No momento da criação desta nova Faculdade percebe-se que o ensino contábil é relegado a segundo plano. Pode-se creditar esta situação à existência do curso de Administração e Finanças, único superior mantido pela instituição neste período.

Esta situação seria revertida ainda no ano de 1945. A segunda alteração na instituição é motivada pela publicação do Decreto Federal nº 7.988, que cria o curso de Ciências Contábeis e Atuarias e o de Ciências Econômicas.

Segundo este decreto o curso de Ciências Contábeis e Atuarias tinha a duração de quatro anos, com as seguintes disciplinas: 1ª série – análise matemática, estatística geral e aplicada, contabilidade geral, ciência da administração, economia política; 2ª série – matemática financeira, ciência das finanças, estatística demográfica, organização e contabilidade industrial e agrícola, instituição de direito público; 3ª série – matemática atuarial, organização e contabilidade bancária, finanças das empresas, técnica comercial, instituições de direito civil e comercial, 4ª série – organização e contabilidade de seguros, contabilidade pública, revisões e perícia contábil, instituições de direito social, legislação tributária e fiscal, prática de processo civil e comercial (BRASIL, 1945).

Além do ensino superior, o curso técnico em contabilidade também é criado, deixando de existir o curso de contador, que havia substituído o de guarda-livros. Para fiscalizar e regular as profissões de contador e de técnico contábil é publicado em 27 de maio de 1946 o De-

creto Lei nº 9.295, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade, consolidando a profissão e influenciando o ensino contábil.

Em 1949 formou-se a primeira turma de Bacharéis em Ciências Contábeis, formada por: Angelo Caldonazzi Silva, Eduardo Maria Bica, Jatyr José Rossi Corrêa da Silva, Laerte Ramos Vieira, Theobaldo Bobsin e Vinicius Antonio Maineri (VALLE, 1974).

No ano de 1950, já com o curso de Ciências Contábeis implantado, uma nova mudança institucional ocorre. A Escola, que havia surgido de forma independente e anexada a Faculdade de Direito, posteriormente repassada ao Governo Estadual como Universidade do Rio Grande do Sul, passa, neste momento, a compor o Sistema Federal de Ensino Superior.

Mediante a Lei nº 1.254 de 04 de dezembro de 1950 a Universidade do Rio Grande do Sul deixa de ser mantida pelo governo do estado. A Faculdade de Economia e Administração, outrora Escola de Comércio de Porto Alegre, torna-se Faculdade de Ciências Econômicas, e passa a gozar das mesmas regalias e obrigações que outras instituições, compondo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (FORTINI, 1953).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo descrever a trajetória da contabilidade e do ensino contábil no Estado do Rio Grande do Sul, desde as mais remotas evidências até a década de 1950. Neste período, inegavelmente, pode-se identificar um latente crescimento tanto das práticas profissionais e suas relevâncias quanto da evolução contínua em seu ensino em escolas, cursos e universidades.

Nesta evolução contínua que contou com um período inicial, um de fortalecimento e outro de consolidação pôde-se identificar personalidades, instituições das classes profissionais dos Comerciantes, dos Guarda-Livros e dos Contabilistas, e várias instituições de ensino que foram extremamente significantes para hoje tenhamos uma profissão forte e consolidada.

Das personalidades estudadas pode-se identificar que tanto o Sr. Sebastião Ferreira Soares, quanto os Srs. Joaquim Xavier Carneiro e Henrique Desjardins contribuíram de forma ímpar, tanto nas suas atribuições profissionais ao prestar serviços como os de auditoria e perícia e controle das despesas e receitas públicas num período carente de informações, quanto na organização profissional em associações e clubes e, principalmente, nos legados para a formação dos profissionais por meio de suas obras pioneiras.

Em relação aos primeiros órgãos representativos da classe profissional pode-se contatar a íntima ligação dos precursores da profissão contábil, os Guarda-Livros, com a atividade comercial. A primeira destas instituições, o Club Caixeiral Porto Alegrense congregava todos os profissionais que atuavam na classe comercial e proporcionou a semente da primeira instituição contábil do Estado, o Club de Guarda-Livros. Posteriormente, a Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre teve fundamental importância ao oferecer o primeiro curso de Guarda-Livros de uma forma mais estruturada e apurada. Já o Instituto Rio-grandense de Contabilidade foi indispensável para as articulações que culminaram com a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Na descrição das instituições de ensino precursoras do ensino contábil no Estado, a linha temporal criada com estas deixa claro a necessidade de aprimoramento dos profissionais pela necessidade do mercado da época. A primeira instituição oferecia apenas uma disciplina como optativa ao ensino secundário, já os Collégios Rio-Grandense e Ivo Affonso Courseuil ofereciam aulas noturnas de escrituração mercantil, também ofertadas pelos Clubs

Caixeiral Porto-Alegrense e de Guarda-Livros. A Escola Mauá teve papel importantíssimo nesta história ao passo que formou profissionais por décadas e inspirou a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre, que se tornou a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mais do que um relato da rica história da Contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul, espera-se que esta obra sirva, também, para a construção de uma pedagogia do exemplo para futuros e atuais profissionais atuantes nas mais variadas áreas da profissão contábil. Se as personalidades e até mesmo as instituições de classe e de ensino são hoje rememoradas nesta obra, deve-se atribuir aos esforços coletivos de um número incontável de profissionais que se dedicaram e se esforçaram exaustivamente para que a Contabilidade tenha um lugar de destaque e respeito nos cenários regional, nacional e mundial. Assim, inspirem-se, e façam suas próprias histórias!

CARNEIRO, Joaquim Xavier. Compendio de Escriuração Mercantil por Partidas Dobradas para Uso das Escolas e dos Aspirantes a Guarda-Livros. Porto Alegre: Maseron, 1894.

CARRION, Otília Beatriz Kroeff. De Escola de Comércio a Faculdade de Ciências Econômicas. In: CARRION, Otília Beatriz Kroeff. O Ensino da Economia na UFRGS. p. 15-26. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

COLÉGIO MAUÁ. Diploma de Guarda-Livros. Acervo próprio: Porto Alegre, 2008.

CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre. Ata n. 6. Ata de Alteração do Curso Geral. p.10. 01 de fevereiro de 1912.

CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre. Ata n. 43. Ata da organização da estrutura Instituição. p.87. 13 de abril de 1936.

CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre. Ata n. 46. Ata da homenagem, proferida aos lentes demissionários. p.91. 27 de abril de 1936.

CORREIO DO POVO. Associação dos Guarda-Livros. Porto Alegre, 05 de outubro de 1899, p.03.

CORREIO DO POVO. Formatura Escola Mauá. Porto Alegre, 31 de dezembro de 1901, p.06.

CORREIO DO POVO. Ivo Corseuil. Porto Alegre, 11 de abril de 1928, p.07.

CRCR/RS - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo de Registros Profissionais. Porto Alegre: 2009.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Conselheiro da Cia. Geral de Seguros. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1886, p.01.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Falecimentos. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1889, p.02.

DIÁRIO PORTUGUÊZ. Associação dos Guarda-Livros. Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1885, p.03.

FORTINI, Archymedes. Subsídios para a História do Ensino Comercial em Pôrto Alegre: contribuição prestada pelas Escolas Mauá e de Comércio e pela Faculdade de Ciências Econômicas da U.R.G.S.. Porto Alegre: 1953.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre e seu Comércio. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. 4ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Assembleia da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1882, p.01.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Assembleia Geral Associação dos Empregados no Comércio do

Rio de Janeiro – Sócio Benemérito. Rio de Janeiro, 07 de março de 1888, p.04.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Xavier Carneiro & C. Rio de Janeiro, 27 de março de 1882, p.02.

GENEALOGIA DA FAMÍLIA MARTINS COSTA. Disponível em: <<http://www.martinscosta.org/pgv/individual.php?pid=1288>>. Acesso em: 20 de novembro de 2008.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. Marquês de Pombal: o “farol” da contabilidade em Portugal. Jornal AlMinho. nº.64. Braga: 07 fevereiro de 2006a.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. Marquês de Pombal: o “farol” da contabilidade em Portugal. Jornal AlMinho. nº.64. Braga: 07 fevereiro de 2006a.

JORNAL DO COMMERCIO. Collégio Ivo Affonso Courseuil. Porto Alegre, 06 de fevereiro de 1894, p.05.

JORNAL DO COMMERCIO. Collégio Rio-Grandense. Porto Alegre, 02 de fevereiro de 1894, p.02.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. Problemas Brasileiros: uma perspectiva histórica. Porto Alegre: Globo, 1980.

LOPES DE SÁ, Antonio. História Geral da Contabilidade no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

O ATHLETA. Club de Guarda-Livros. Porto Alegre, 10 de junho de 1894, p.03.

O ATHLETA. Club de Guarda-Livros. Porto Alegre, 17 de junho de 1894, p.03.

O ATHLETA. Conferência. Porto Alegre, 03 de janeiro de 1886, p.02.

O ATHLETA. Estatutos do Club. Porto Alegre, 08 de outubro de 1899, p.01.

O ATHLETA. Fechamento de Turmas. Porto Alegre, 13 de agosto de 1893, p.03.

O ATHLETA. Funções do Club. Porto Alegre, 01 de novembro de 1891, p.01.

O ATHLETA. Nome do Jornal “O Athleta”. Porto Alegre, 08 de outubro de 1899, p.05.

O ATHLETA. Oferta de Aulas. Porto Alegre, 02 de julho de 1893, p.03.

O ATHLETA. Pouco Curso Commercial. Porto Alegre, 04 de fevereiro de 1894, p.03.

O PAIZ. Livraria Laemmert. Rio de Janeiro, 07 de março de 1898, p.05.

OLIVEIRA, Ernani de. O Nosso Sindicato em Face da Nova Lei Sindical. Revista Rio Grandense de Contabilidade. v.1, nº.1, p.13. Porto Alegre, 1934.

PELEIAS, Ivam Ricardo. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. Revista Contabilidade e Finanças. Edição 30 anos de doutorado, p.19-32. São Paulo:

USP, 2007.

PEREIRA, João. A Inauguração Solemne da Nossa Séde Socia. Revista Rio Grandense de Contabilidade. v.1, nº.1, p.14-21. Porto Alegre, 1934.

PINHEIRO, Júlio Cesar da Paz; PINHEIRO, Ana Virginia. Sebastião Ferreira Soares: um contador no império. Revista Brasileira de Contabilidade. v.27, nº.112, p.28-43. Brasília: 1998.

PORTO ALEGRE, Aquiles. Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1980.

PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Acervo de Obras Raras. Porto Alegre: 2008.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. A História da Contabilidade no Brasil. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica. v.11 nº. 01. Salvador: 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Vultos da Estatística Brasileira: Sebastião Ferreira Soares. v.6, nº.23, p. 419-424. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.1, nº1. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense de Contabilidade, 1934.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.1, nº4-6. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense de Contabilidade, 1935.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.20, nº230-231. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 1953.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.22, nº244-245. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 1955.

REVISTA RIO GRANDENSE DE CONTABILIDADE. v.22, nº246-247. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 1958.

RODRIGUES, Alberto Almada. A Primeira Regulamentação da Profissão Contábil em Portugal e no Brasil: a matrícula dos homens de negócios (comerciantes). Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. nº.42. Porto Alegre: CRCRS, 1985.

RODRIGUES, Alberto Almada. Da Aula de Comércio da Corte às Escolas de Comércio dos Primórdios da República (de 1809 a 1943). Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. nº.46. Porto Alegre: CRCRS, 1986.

RODRIGUES, Lúcia Lima; CRAIG, Russell; GOMES, Delfina. State Intervention in Commercial Education: the case of the Portuguese School of Commerce. Accounting History. v.12, nº.55. 2007.

RODRIGUES, Lúcia Maria Portela Lima; GOMES, Delfina Rosa da Rocha; CRAIG, Russell. Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo. XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social. Aveiro: 15 e 16 de Novembro de 2002.

SANTOS, Angélica de Vasconcelos Silva Moreira. Poder Disciplinar como Origem de Sistema Contábil de Controle no Brasil Colonial. In: 8º Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, 24 e 25 de julho. São Paulo: USP, 2008

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. As Sociedades de Socorro Mútuo: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SOARES, Sebastião Ferreira. Systema de Partidas Dobradas para a Organização da Contabilidade do Tesouro Nacional e Thesourarias da Fazenda do Império do Brasil. Manuscrito: Rio de Janeiro, 1878.

SOCIEDADE ESPÍRITA ALLAN KARDEC. Retrato de Joaquim Xavier Carneiro. Porto Alegre: Acervo próprio, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. Arquivo de Registro dos Professores. Porto Alegre: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2009.

URGS - UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Uma Fase em Sua História: 1952-1964. Porto Alegre: URGs, 1978.

VALLE, Ruth do. Faculdade de Ciências Econômicas: sua história, sua estrutura funcional, seus docentes, seus egressos no ano de seu 65º aniversário. Porto Alegre: 1974.

VIANA, Aurelina Laurentina. YOSHITAKE, Mariano. History of Accounting in Brazil. In: 11º World Congress of Accounting Historians. Nantes: 2006.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio: 1909-1979. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

XAVIER, Maria Luiza Merino. Os Incluídos na Escola: o disciplinamento nos processos emancipatórios. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL NO ESTADO DE SANTA CATARIA



Lourival Pereira Amorim
Evelyse Nicole Chaves de Amorim
Michelle Machado Gerent de Amorim
Bruno Madeira Pinto da Rocha

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	3
1. Introdução	4
2. Primeiras evidências	5
2.1. A História Universal da Contabilidade	6
2.2. A contabilidade no Brasil	7
2.3. A história da contabilidade no estado de Santa Catarina.....	10
3. Os cursos de contabilidade em Santa Catarina	13
3.1. O Instituto Polytechnico de Florianópolis	13
3.2. Academia do Comércio de Santa Catarina	18
3.3. Os cursos de Técnico em Contabilidade em Santa Catarina.....	19
3.4. ensino Superior de Contabilidade em Santa Catarina	23
4. O Profissional de Contabilidade e as Entidades de Classe	27
4.1. Conselho Federal de Contabilidade	28
4.2. Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.....	33
5. As Mudanças nas Grades Curriculares	37
5.1. Instituto Polytechnico de Florianópolis - O primeiro currículo	38
5.2. O curso de Perito - Contador	38
5.3. O primeiro curso de Ciências Contábeis - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	38
5.4. A atual grade curricular.....	39
6. O Perfil do Antigo e do Novo profissional da Contabilidade	42
7. Futuro do profissional da contabilidade	47
7. Importância da convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil	48
8. Considerações Finais	55
Referências	57

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é atender uma proposta do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em parceria com os Conselhos Regionais de Contabilidade, estimulando os profissionais da Contabilidade, bem como os estudantes de Contabilidade a exercerem uma reflexão sobre o papel da Contabilidade nos Estados e no País, tendo como tema “Resgate da Memória Contábil nos Estados”. Em conformidade com o projeto elaborado, através de pesquisas, entrevistas e levantamento de documentos, reuniu-se informações que pudessem não só compilar a evolução histórica dos cursos de Contabilidade em Santa Catarina, mas também colher de estudantes, profissionais e dirigentes das principais entidades contábeis, o que pensam da atual formação acadêmica, do mercado e do futuro do profissional da Contabilidade no contexto da dinâmica da evolução tecnológica e do aparecimento da economia globalizada.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, na sua forma original, em 1999, teve por objetivo espelhar o resultado das pesquisas para elaboração da monografia para conclusão e colação de grau do Autor em Bacharel em Ciências Contábeis.

A fase de pesquisas obteve o apoio da Coordenadoria do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, da Academia de Comércio de Santa Catarina, que abriu os arquivos da mais antiga instituição de ensino comercial do Estado, bem como das entrevistas e depoimentos de dirigentes classistas. A tomada de decisão na escolha do tema deveu-se à inexistência de um trabalho que compilasse a trajetória dos cursos de Contabilidade e o aprimoramento da carreira de seus profissionais e do surgimento e do crescimento das suas entidades de classe. Esta monografia, premiada pela Universidade do Vale de Itajaí - Univali, foi transformada na obra “A Evolução Histórica dos Cursos de Contabilidade em Santa Catarina”, publicada pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRCSC (1999).

O objetivo desta pesquisa, de conformidade com o projeto atual, foi atualizar informações que pudessem não só compilar a evolução histórica dos cursos de Contabilidade em Santa Catarina, mas também colher de estudantes, profissionais e dirigentes das principais entidades que reúnem os profissionais da Contabilidade, o que pensam da atual formação acadêmica, do mercado catarinense e do futuro da profissão no contexto da dinâmica evolução tecnológica e do aparecimento da economia globalizada.

Para elaboração do presente estudo, buscou-se, além do conteúdo inicialmente mencionado, uma minuciosa revisão bibliográfica e documental, levantamento de dados e entrevistas, que fundamentassem a proposta pretendida pelo CFC, passando-se a analisar a trajetória dos cursos de Contabilidade de Santa Catarina e a conseqüente evolução técnica dos seus profissionais e das suas entidades.

A implantação dos cursos de Contabilidade em Santa Catarina está intimamente ligada à intensificação da atividade econômica do Estado, no início do Século XX. Com a expansão do comércio e do crescente processo de instalação de indústrias, os empresários catarinenses sentiram a necessidade de contratar profissionais melhor qualificados que pudessem controlar as contas que registravam seus bens, seus direitos e suas obrigações, ou seja,

o patrimônio de suas empresas. Diante desta constatação, a comunidade catarinense viveu um período de grande expectativa que durou até o ano de 1917, com a criação do Instituto Polytechnico de Florianópolis, onde se passou a ministrar diversos cursos. Entre eles, foi aprovado o Curso do Comércio, que formaria o Guarda-Livros e o Perito Judicial, e o Curso de Ciências Jurídico-Comerciais, que expedia o diploma de Bacharel em Ciências Jurídico-Comerciais.

Poucos anos depois, em 1929, o Curso do Comércio foi incorporado à Escola Prática do Comércio com o nome de Centro Popular. Em 1931, adaptando-se à Reforma de Ensino Federal, passou a denominar-se Escola Prática de Comércio de Santa Catarina.

Em 1934, quando voltou novamente à Avenida Hercílio Luz, 47, mudou o nome para Escola Técnica do Comércio de Santa Catarina, ali permanecendo até o ano de 2000, com a denominação de Academia de Comércio de Santa Catarina, diplomando os primeiros Peritos Contadores.

Em 1945, foi instituído o Ensino Superior de Contabilidade no Brasil. Em Santa Catarina, a criação do Curso de Ciências Contábeis seria iniciada dentro da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, já incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. Passados mais de 70 anos, é visível a mudança não só na grade curricular, como também no perfil do profissional da Contabilidade. A popularização dos computadores (sistemas) em substituição aos de grande porte, possibilitou ao profissional de Contabilidade libertar-se da antiga forma de escrituração, para assumir funções mais elevadas junto a empresas, tais como diretor, consultor, controller, acarretando por consequência, a melhora do desempenho e do desenvolvimento na profissão.

2. PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS

Os principais historiadores que escreveram sobre a origem da Contabilidade são praticamente unânimes quanto ao surgimento da “escrita contábil”. Todos reconhecem que o aparecimento da Contabilidade está relacionado à necessidade de o homem “controlar” a produção agrícola, o rebanho de animais e eventuais saldos de “trocas” com outros homens, evidenciado pelas famosas “fichas de barro” encontradas nas regiões da antiga Mesopotâmia e da antiga Pérsia, hoje Iraque e Irã, há mais de 6.000 anos.

2.1. A HISTÓRIA UNIVERSAL DA CONTABILIDADE

Percebe-se que a história da Contabilidade é tão antiga quanto à própria civilização e está relacionada com a necessidade social de proteção à posse e de perpetuação.

A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio com atividade de troca e venda dos comerciantes, que exigia o acompanhamento das variações de seus bens quando cada transação. Há registros da Babilônia onde já se faziam escritas, embora rudimentares. Um escriba egípcio contabilizou os negócios efetuados pelo governo de seu país no ano 2000 a.C. A medida em que as operações econômicas se tornam complexas, o seu controle se refina. As escritas governamentais da República Romana (200 a.C.) já traziam receitas de caixa classificadas em rendas e lucros, e as despesas compreendidas nos itens salários, perdas e diversões. No período medieval, diversas inovações na Contabilidade foram introduzidas por governos locais e pela igreja. Mas é somente na Itália que surge o termo Contabilità. (SÁ, 1997; BEUREN, 2003; VAN BREDA e HENDRIKSEN, 1999; MARION, 2003)

Diversos autores dividiram a pesquisa em períodos históricos, como mundo antigo, medieval, moderno e científico, conforme Quadro 1.

Mundo Antigo	Se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Liber Abaci, da autoria Leonardo Fibonacci, o Pisano.
Mundo Medieval	Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Paciolo, publicado em 1494, enfatizando que à teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a Contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.
Mundo Moderno	Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra "La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche", da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.
Mundo Científico	Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

Quadro 1 - Resumo da história universal da contabilidade

Fonte: Adaptado de Sá (1997); Beuren (2003); Van Breda e Hendriksen (1999); Marion (2003).

2.2. A CONTABILIDADE NO BRASIL

No Brasil, conforme registros do CFC, a Contabilidade provavelmente começou a ser lecionada com a aula de comércio da corte, em 1809, que foi a Escola de Comércio Álvares Penteado. Em 1856, foi transformado em Instituto Comercial do Rio de Janeiro. O Brasil foi um dos primeiros países a ter um estabelecimento de Ensino Superior de Contabilidade, a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902, a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade.

O Brasil sofreu forte influência da corrente italiana até a antiga Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 2.627/40), sem perder, contudo, os traços de uma escola verdadeiramente brasileira. Entre 1920 e 1940 cada empresa comercial ou industrial (naquele tempo não se falava “empresa”, dizia-se “firma”) tinha o seu “Guarda-Livros”, geralmente um homem bem-intencionado, mas de pouca formação técnica, sem ter frequentado escolas ou cursos de especialidade, aprendera pela prática ou pelo empirismo. O Guarda-Livros fazia tudo, desde a Contabilidade da firma, a escrituração, a correspondência, os contratos e distratos, preenchia os cheques, fazia pagamentos e recebimentos, enfim era o factótum. Era o tempo em que se predominavam os “práticos” Os Guarda-Livros prestaram muitos serviços dentro de suas limitadas possibilidades. (AMORIM, 1999, p. 24)

A partir da Resolução nº 220 e da Circular nº 179 do Banco Central, o Brasil passa a sofrer inspiração norte-americana. Foi com a instalação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade da USP, em 1946, que o país ganhou seu primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil, nos modelos norte-americanos, ou seja, com professores em regime de tempo integral, dedicando-se ao ensino, a pesquisa; produzindo trabalhos específicos de caráter científico, portanto de grande importância para a Contabilidade.

Entre os grandes mestres da ciência brasileira, aparecem Francisco D’Auria e Frederico Hermann Júnior, que embora também cometessem grandes feitos como é o caso do primeiro deles, considerado o “mais brasileiro”, entre os mais ilustres da época, suas obras se perdiam em qualidade, por serem por demais prolixas.

No Brasil, os principais movimentos associativos, normativos e literários, a partir do Século XIX, estão apresentados no quadro 2.

Ano	Fato Histórico
1852	Obra de autoria de Sebastião Ferreira Soares “Tratado de escrituração mercantil por partidas dobradas aplicado as finanças do Brasil”.
1878	Obra de Jerônimo Joaquim de Oliveira “Compêndio comercial – tratado prático de direito e escrituração mercantil”.
1887	Obra de Teóphilo de Souza Carvalho “Ciências das finanças e Contabilidade”.
1887	Obra de Veridiano de Carvalho “Tratado de escrituração mercantil”.
1899	Obra de Horácio Berlinck “Contabilidade aplicada as empresas comerciais, industriais, financeiras e agrícolas”.
1902	Fundada a Escola Prática de São Paulo. Semente da Escola Álvares Penteado. Hoje, Faculdade de Ciências Econômicas;
1905	Fundada a Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Em São Paulo, inicia-se a escrituração, no que concerne ao patrimônio das entidades públicas, serviço modelo, para os demais governos estaduais;
1908	Fundada a Escola Superior do Comércio no Rio Grande do Sul;
1914	Fundada a Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Em São Paulo, inicia-se a escrituração, no que concerne ao patrimônio das entidades públicas, serviço modelo, para os demais governos estaduais;
1915	Fundado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais em São Paulo por – SP. Fundadores: Carlos de Carvalho, Raimundo Marchi, Francisco D’Auria e Horano Berlinck;
1916	Fundada a Associação dos Contadores de São Paulo e Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro, atual Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro;
1919	Nasce o Instituto Paulista de Contabilidade, tendo como primeiro presidente, o senhor Francisco D’Auria. Atualmente, é o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, que teve como personagem importante o senhor Frederico Hermann Júnior, falecido em 18.05.46;
1922	Surge o “Código de Contabilidade da União” que institucionalizou o uso da Contabilidade Pública nos órgãos da administração direta
1924	Instalada a Contadoria Geral da República. Realizado o 1º. Congresso Brasileiro de Contabilidade no Rio de Janeiro;
1925	Francisco D’Auria propõe a criação do primeiro “Registro Geral dos Contabilistas do Brasil”;
1926	João Lyra Tavares, Senador e Contador do Ministério da Fazenda, propõe a instituição do “Dia do Contabilista” em 25 de abril;
1939	Decreto-lei nº. 1.535 de 23.09.39 - Altera a denominação do Curso de Perito Contador;
1943	Decreto-lei nº. 6.141 e 6.142 de 28.12.43 - criam as Escolas Técnicas de Comércio, com duração de 3 anos;

1945	Realizada a 1ª. Convenção Nacional dos Contabilistas no Rio de Janeiro. Decreto-lei nº. 7.988 de 22.09.45, criando o Curso Superior de
1946	Decreto-lei nº. 9.295 de 27.05.46 - Criou os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;
1950	Lei nº. 1.076 de 31.03.50 - Permite aos Técnicos em Contabilidade fazerem qualquer vestibular.
1953	Lei nº. 1.821 de 12.03.53 - Permite aos Técnicos em Contabilidade fazerem qualquer vestibular. Criação da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais - CNPL;
1958	Lei nº. 3.384 de 22.04.58 - Dá nova denominação à profissão do Guarda-Livros;
1964	Lei nº. 4.320 de 17.03.64 – Estatuiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
1965	Lei nº. 4.695 de 26.06.65 - Dispõe sobre a nova composição do Conselho Federal de Contabilidade;
1970	Aprovado o primeiro Código de Ética pelo Conselho Federal de Contabilidade;
1972	Fundada a Associação Interamericana de Contabilidade;
1976	Lei nº. 6.404 de 15.12.76 - Aprovada a Lei das Sociedades Anônimas;
1976	Lei nº. 6.385 de 07.12.76 - Criada a Comissão de Valores Mobiliários;
2005	Resolução CFC n.º 1.055/2005 – Criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
2007	Lei nº 11.638 – Altera a Lei nº 6.404/76, trazendo a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.
2009	Lei nº 11.941 – Altera a Lei n 6.404/76.
2014	Lei 12.973 – Altera a legislação tributária com referências as normas contábeis estabelecidas Lei nº 6.404/76. (47 citações)

Quadro 2 - Resumo dos principais fatos históricos da Contabilidade no Brasil.

Fonte: Adaptado de Amorim (1999, p. 25).

Após o advento da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76) há quase 40 anos, o evento mais significativo para a padronização da Contabilidade brasileira foi à criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Para Sá (1997), “As diligências entre a entidade máxima da classe contábil, entidades privadas e oficiais, na administração do Contador José Martônio Alves Coelho, em 2005, pela Resolução CFC nº 1.055/2005 foi constituído o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)”.

Lembra, ainda, Sá (1997), que “A instalação do referido Comitê deu-se em agosto de 2006, em São Paulo, na sede da BOVESPA, com a participação de personalidades da classe contábil e do mercado de capitais”, passando a competir ao referido Comitê: “a - desenvolver e implementar ações educativas, tais como, cursos, simpósios, seminários, congressos, conferências, palestras ou quaisquer outros eventos; b - realizar pesquisas; c - manter serviço de divulgação e de distribuição de informações, dados, trabalhos, estudos técnicos e documentos relacionados com os seus objetivos; d - colaborar ou participar de programas governamentais ou desenvolvidos por instituições privadas ou da sociedade civil que afetem ou sejam afins à sua área de atuação, podendo, para tanto, participar e/ou aceitar assentos em comitês, comissões, câmaras, fóruns, redes e outros; e - subsidiar o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nas suas necessidades de firmar convênios, contratos, acordos ou recorrer a quaisquer outras formas de colaboração ou cooperação com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, incluindo governamentais, associações de classe, organismos internacionais, setores acadêmicos, organizações não governamentais e demais instituições assemelhadas; f - realizar quais outras atividades ou praticar quaisquer outros atos necessários ao cumprimento de seus objetivos”.(Art. 5º da Resolução CFC nº 1.055/2005).

2.3. A HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

A história na Contabilidade no Estado de Santa Catarina está intimamente ligada ao ensino de Contabilidade, e por consequência aos órgãos associativos.

Destaca-se a fundação do Instituto Polytechnico de Florianópolis em 1917, que contou com 12 alunos no primeiro ano. Das pessoas envolvidas na fundação importante mencionar Joaquim David de Ferreira Lima, Carlos Correa, Raulino Horn, Nereu Ramos, José Boiteux, Frederico Selva, José O’Donnell, Vicente Conill e Laércio Caldeira. (AMORIM, 1999, p. 28)

A grade curricular, lista com quadro de alunos e demais detalhes referentes ao Instituto está apresentada no item 3.1 do presente trabalho.

Com relação a outras Entidades importantes, em 1935 fundou-se a Academia do Comércio de Santa Catarina, que passou a ser pioneira do ensino comercial no estado e o Con-

selho Regional de Contabilidade, criado dez anos depois em 1946. (AMORIM, 1999)

Os primeiros registros de contadores em Santa Catarina datam de 1947, conforme demonstram as figuras 1 e 2.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM SANTA CATARINA		
SCHLÖSSER <small>Último nome</small>	CONTADOR <small>Categoria Profissional</small>	0010 <small>Nº. de Inscrição</small>
Nome: <u>WALDEMAR SCHLÖSSER</u>	<i>Registro 06/06/47</i>	
Filiação: <u>HUGO Schlösser</u> <u>Frieda Schlösser</u>		
Nacionalidade: <u>Brasileira</u>	Naturalidade: <u>Santa Catarina</u>	
Nascido em <u>14</u> de <u>abril</u> de <u>1922</u>		
Diplomado em <u>9 / 1 / 43</u> pela <u>Academia de Com. do Rio de Janeiro</u>		
Provisionado em - / - / - pela alínea - - - do art. 2º. do Decreto n. 21.033, de 1932		
Natureza do título de habilitação <u>Diploma de Contador</u>		
Número de Registro na D. E. C. <u>46791</u> Data <u>20 / 4 / 1943</u> Livro <u>129</u> Fl. <u>35</u>		
Documentos apresentados para o registro <u>Diploma e Carteira de Identidade.</u>		
Data <u>Brusque, 20 de junho de 1961.</u>		
Assinatura <i>Waldemar Schlösser</i>		
Rubrica <i>Waldemar Schlösser</i>		
Endereço Residência: <u>Avenida Lauro Mueller, 361 - Brusque.</u>		
Endereço Comercial: <u>Cx. Postal, 17</u>		
		  Polegar direito

Figura 1 - Primeiro Contador registrado no CRC-SC, em 6 de junho de 1947.

Fonte: Amorim (1999, p. 41).



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE		
PEREIRA <small>(Último nome)</small>	0001 <small>(Nº. de inscrição)</small>	
Nome <u>Lindolfo Anatórcio Gonçalves Pereira</u>		
Filiação <u>Manoel Luiz Pereira e Maria Gonçalves Pereira</u>		
Nacionalidade <u>Brasileira</u>	Naturalidade <u>Pernambuco</u>	
Nascido em <u>24</u> de <u>dezembro</u> de <u>1898</u>		
Diplomado em <u>20 / 12 / 1920</u> pela <u>Academia de Comércio de Pernambuco</u>		
Provisionado em - / - / - pela alínea - do art. 2º. do Decreto n. 21033, de 1932		
Natureza do título de habilitação <u>Diploma de Guarda-livros e Perito Judicial</u>		
Número de Registro na D. E. C. <u>dicial 61.694</u> Data <u>13 / 11 / 1946</u> Livro <u>203</u> Fl. <u>174</u>		
Número de Registro do Conselho Regional <u>0001</u>		
Documentos apresentados para o registro <u>Diploma de Guarda-livros e Perito Judicial e Carteira de Identidade.</u>		
Data <u>Florianópolis, 8 de fevereiro de 1947.</u>		
Assinatura <i>Lindolfo Anatórcio Gonçalves Pereira</i>		
Rubrica <i>Lindolfo Anatórcio Gonçalves Pereira</i>		
Endereço <u>Rua Gal. Bittencourt nº 122 - Florianópolis (SC).</u>		
		  Polegar direito

Figura 2 - Ficha do primeiro Contabilista (Guarda-Livros e Perito-Judicial) registrado no CRC-SC, em 30 de maio de 1947.

Fonte: Amorim (1999, p. 45).

Além dos dados históricos apresentados do Estado de Santa Catarina, importante destacar o registro de Livro Diário centenário da Companhia Metropolitana, hoje Carbonífera Metropolitana, datado do ano de 1891, anterior à criação da Junta Comercial do Estado que ocorreu em 1893, como mostra a figura 3.

Companhia Metropolitana
DIÁRIO
da
ADMINISTRAÇÃO DA COLONIA
Nova Veneza
em
SANTA CATHARINA.

Nova Veneza em 11 de Janeiro de 1891

Capital em Instrumentos, Mobilha ect.			
a Miguel Napoli (2 ^a Caixa)		1	100000
1	De Sr. José M. Pato por facturas		100000
2	De Sr. Carlo Savaris		100000
3	De Sr. João Bonfanti de facturas		100000
4	De Sr. Carlos Rodolovici		100000
5	De Sr. Augusto Gumpel		100000
Capital em Ferragens			
a Miguel Napoli (1 ^a Caixa)		1	100000
6	De Sr. José Damiani por fact.		100000
7	De Sr. Lucas Boc Bate		100000
8	De Sr. Luigi Damiani		100000
9	De Sr. Gaetano de Rodas		100000
10	De Sr. Augusto Gumpel		100000
6 dito			
Miguel Napoli (2 ^a Caixa)		1	100000
a Sr. Fiorita e C ^o de Rio			100000
De Sr. Fiorita e C ^o de Rio			100000
Ferragens			
a Miguel Napoli (3 ^a Caixa)		1	100000
11	De Sr. Gaetano Rodolovici		100000
12	De Sr. Rodolovici		100000
13	De Sr. Rodolovici		100000
11. 057220			11. 057220

Figura 3 - Primeira página do Livro Diário da Companhia Metropolitana em 1891. Fonte: Arquivo Companhia Metropolitana (2015).

Detalhes acerca da evolução do ensino de Contabilidade em Santa Catarina estão demonstrados no capítulo 3 deste trabalho.

3. OS CURSOS DE CONTABILIDADE EM SANTA CATARINA

Oficialmente, no Brasil, os cursos de Contabilidade começaram em 1902, com a fundação da Escola Prática de São Paulo, semente da Escola Álvares Penteado, hoje, Faculdade de Ciências Econômicas. Em Santa Catarina o movimento da sociedade para a instalação de um curso que preparasse profissionais para exercerem a função de Guarda-Livros ocorreu em 1917, com a fundação do Instituto Polytechnico de Florianópolis. (AMORIM, 1999, p. 28)

3.1. O INSTITUTO POLYTECHNICO DE FLORIANÓPOLIS

O Instituto Polytechnico de Florianópolis foi a primeira instituição de ensino superior no Estado de Santa Catarina.

De acordo com Vieira (1986, p. 22),

Florianópolis possuía em 1917, quatro estabelecimentos de ensino significativos: O Colégio Coração de Jesus com a escola complementar equiparada anexa; o Ginásio Catarinense, gozando do privilégio concedido por quarenta anos no Governo de Vidal Ramos, de ser o único estabelecimento de ensino equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, atendendo em regime de internato e externato os filhos de tradicionais famílias da capital e do interior do Estado; a Escola Normal que servia de estabelecimento de apoio para o grande contingente de alunos menos abastados, procedentes dos diversos grupos escolares, escolas isoladas e complementares da rede municipal e estadual; e o Liceu de Artes e Ofícios.

Naquela época, ressalta Vieira (1986), as alternativas para continuidade dos estudos da mocidade eram muito limitadas. Fazer um curso superior fora de Florianópolis era de

natureza elitista; somente quem tivesse condições financeiras ou quem arranjasse uma colocação para financiar seus estudos poderia fazê-lo. O percentual de jovens formados no Colégio Catarinense que iam estudar fora também era reduzido. Na sua maioria, ao terminar o ginásio, submetiam-se a concurso para uma repartição estadual, parando aí seus estudos.

Para a sorte dos jovens, assinala ainda a autora, Felipe Schmidt, Governador do Estado, olhava com especial atenção este setor, destinando 20% do orçamento estadual para a instrução pública e preocupando-se, ao mesmo tempo, com a nacionalização do ensino. Isso fez com que jovens formados em centros maiores, naturais de Santa Catarina e de outros Estados, aqui se estabelecessem, com a finalidade de iniciar sua vida profissional. Outros, como Celso Bayma, Adolfo Konder, militando há muito na vida política, também ajudassem a compor este mosaico da vida cultural florianopolitana. (VIEIRA, 1986)

Foram figuras importantes e destacaram-se naquela ocasião: os médicos Carlos da Mota Azevedo Correa, Vicente Bulcão e o engenheiro Augusto Fausto de Souza. A integração destes com José Boiteux, advogado, Joaquim David Ferreira Lima, médico, Henrique Bruggemann, farmacêutico e Álvaro Ramos, cirurgião dentista, não tardaram pela necessidade de transmitir conhecimentos, a criar um ambiente propício para dotar Florianópolis de um estabelecimento de ensino superior. O Instituto Polytechnico viria satisfazer aquela parcela da juventude ávida de novos conhecimentos, sem recursos financeiros para estudar fora de Florianópolis que tinha no Liceu de Artes e Ofícios, Escola Normal e Ginásio Catarinense os únicos meios para formação profissional.

Finalmente, no dia 16 de fevereiro de 1917, ficaram definidos quais os cursos que seriam ministrados e as matérias exigidas por lei para cada um deles. No dia 17 de abril o Instituto Polytechnico de Florianópolis foi transferido para um prédio, colocado à disposição pelo Governo do Estado, onde funcionou até 1925, situado na Rua João Pinto, 41, esquina com a Travessa Ratcliff. As aulas iniciaram, com horários diversos, os cursos foram aprovados pela Congregação. A inscrição ao Curso do Comércio exigia do candidato a idade mínima de 12 anos, a certidão de aprovação dos exames de admissão ou primeira série de ginásio equiparado ou, ainda, o diploma de Complementarista. De todos os cursos de especialização do Instituto, foi o do Comércio o que teve o maior número de inscitos no ano de 1917. (AMORIM, 1999, p. 29)



Figura 4 - Prédio onde foi fundado o Instituto Polytechnico de Florianópolis (1917).

Fonte: Autores.

Esse curso, com a duração de três anos letivos, compreendia as cadeiras assim distribuídas, conforme Vieira (1979, p. 124-126):

1º Ano – Correspondência, Tecnologia e Técnica Comercial; Geografia Comercial; Noções de Direito Público e Constitucional; Aulas Práticas de Francês, Inglês e Alemão; Caligrafia; Datilografia.

2º Ano – Escrituração Mercantil; Direito Comercial (Terrestre); Economia Política; Aulas Práticas de Francês, Inglês e Alemão; Taquigrafia.

3º Ano – Contabilidade Prática de Escritório; Direito Comercial (Marítimo); Finanças, Institutos de Crédito; Ciências da Administração; Aulas Práticas de Francês, Inglês e Alemão.

A partir de 1924, os cursos passaram a ter uma nova configuração. O Curso do Comércio, por exemplo, foi subdividido em: Curso de Ciências Comerciais e Curso de Ciências Jurídico-Comerciais.

O Curso de Ciências Comerciais, que diplomava **Guarda-Livros** e **Perito Judicial**, compreendia as cadeiras assim distribuídas em 3 anos:

1º ano: Português, Francês, Matemática, Geografia e História Geral, Álgebra e Geometria.

2º ano: Português, Correspondência e Tecnologia Comercial, Francês, Escrituração Mercantil, Geografia e História Geral, Álgebra e Geometria.

3º ano: Inglês, História Natural, Física e Química; Noções de Direito Civil, Público e Comercial; Direito Administrativo, Legislação e Aduaneira e Contabilidade Prática de Escritório.

Havia ainda, o **Curso de Ciências Jurídico-Comerciais** que compreendia as cadeiras assim distribuídas em dois anos:

1º ano: Geografia Comercial e Estatística, História do Comércio e da Indústria; Matemática Superior Aplicada ao Comércio, Contabilidade Mercantil Comparada e Banco Modelo e Tecnologia Industrial e Mercantil.

2º ano: Direito Comercial e Marítimo, Economia Política, Ciência das Finanças e Contabilidade Pública, Direito Internacional, Diplomacia, História e Correspondência Diplomática, Inglês, Italiano e Espanhol (Ensino Prático).

Os diplomados em Ciências Comerciais teriam direito ao uso de anel, que constava de um aro de ouro, caduceus, decálogo e turmalina rosa; os que se diplomassem em Ciências Jurídico-Comerciais, o direito ao uso de outro anel, que constava de decálogo, caduceus e rubi.

De acordo com as pesquisas feitas por Vieira (1979), no final de 1920 surge o primeiro Guarda-Livros formado pelo Instituto. Os alunos matriculados em Guarda-Livros pelo Instituto Polytechnico entre 1917 e 1930, conforme Quadro 3.

Ano	Aluno Matriculado
1917	Aldo Linhares Ataliba Vara Brasil Jorge Gallois Lauro Souza Mário Moura Constantino Selva Ernesto de Souza Medeiros João Batista da Costa Pereira Agenor Cardoso Alberto Muller Euclides Gentil Roberto Schleip
1920	

1923	José Barzan Celso Honório de Souza Theodoro Ligocky
1924	Afonso Lemhkuhl
1925	Olga Barbosa Acari Perfeito da Silva
1928	João Correa José Jaime Vieira Rodrigues
1929	Zedar Perfeito da Silva Charles Edgar Moritz Jacinto Ávila da Luz
1930	Max Moon Antônio Mendonça

Quadro 3 - Relação dos alunos matriculados no Instituto Polytechnico entre 1917 e 1930.

Fonte: Adaptado de Vieira (1979, p. 128).

Para Rosa (1995, p. 49),

a importância do Instituto Polytechnico no contexto sociocultural do Estado e, em particular da capital, foi bastante acentuada. A comunidade catarinense encontrou no Instituto um polo de convergências intelectuais, oferecendo novas perspectivas educacionais e de preparação profissional para os seus jovens, principalmente para aqueles cujos recursos financeiros não permitiriam um deslocamento até um centro mais adiantado, para frequentar um curso superior.

Rosa (1995) ainda lembra que, no início dos anos 30, vários acontecimentos abalaram a estrutura do Instituto, levando-o a crises internas, que foram gradativamente desgastando-o, até o encerramento de suas atividades.

Para Vieira (1979),

das pessoas entrevistadas a queixa comum era a baixa remuneração financeira para os guarda-livros, a não observância da regulamentação da lei, o desnivelamento de salário entre os profissionais habilitados e os não habilitados, horário de aulas que dificultava aqueles que trabalhassem durante o dia e tivesse que estudar à noite e ainda o sistema de transporte muito precário na ocasião para os que quisessem retornar as suas residências após as aulas.

Um marco importante para história da Contabilidade em Santa Catarina, diz respeito à senhora Carmem Barbosa, que foi a primeira pessoa a formar-se em um Curso de Contabilidade (Guarda-Livros) em Santa Catarina, no ano de 1920. A senhora Carmem foi homenageada pelo CRCSC em 2001, quando estava com 102 anos, como mostra a figura 5.



Figura 5 - Carmem Barbosa.

Fonte: Acervo CRC-SC.

3.2. ACADEMIA DO COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

Originalmente criada sob o nome de Escola de Comércio de Santa Catarina, a Academia do Comércio de Santa Catarina, sucessora do Instituto Polytechnico de Florianópolis, foi criada pelo Decreto Estadual nº 782, de 5 de abril de 1935, sendo desta forma a pioneira do ensino comercial em Santa Catarina. Seu primeiro diretor foi o professor Mário Roberto Bott. Foram também diretores, os professores Fernando Machado Vieira, Flávio Ferrari e Jorge José de Souza. Foram professores fundadores da Academia: Eduardo Silva, Elpídio

Barbosa, Flávio Ferrari, Jorge José de Souza, Manoel Boaventura Feijó, Orlando Brasil, Rita da Costa Ávila Malheiros, Sylvania Amélia Carneiro da Cunha, Vilmar Orlando Dias e Vitor Lima.

Desde a sua fundação, até o fechamento da Instituição, quase 70 anos, a Academia formou duas turmas de Peritos-Contadores, nove turmas de Contadores, 67 turmas de Técnicos em Contabilidade e 23 turmas em Assistentes Técnicos de Administração. Em 15 de fevereiro de 1943, o Conselho Diretor da Academia fundou a primeira Faculdade de Ciências Econômicas, mantendo-se até 1959, quando passou a integrar a Universidade Federal de Santa Catarina. Nesse período, formaram-se 146 economistas, muitos deles vindo a ocupar relevantes funções em nossas universidades e cargos nos poderes executivo, legislativo e judiciário. A primeira turma de Peritos Contadores formou-se em 1937, composta pelos seguintes formandos: Ariosto José de Carvalho Costa; Carlos Dominoni; Elias Mansur Elias; Ernani Born da Silva; João Ovídio Wendhausen de Oliveira; Jorge Edgar Ritzmann; José Leonardo Clasen; Osvaldo Silveira; Rodolfo Silveira e Vitor Silveira de Souza. A Academia de Comércio de Santa Catarina, nestes anos de existência formou um contingente precioso de técnicos e bacharéis, sendo que grandes parcelas deles prestaram e ainda prestam relevante colaboração ao comércio, à indústria e às entidades da administração pública do Estado, seja na justiça, no parlamento ou no executivo catarinense. Entre os ex-alunos há nomes como os ex-governadores do Estado Esperidião Amin e Luiz Henrique da Silveira, o ex-prefeito Osmar Cunha, o ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Salomão Ribas Júnior e o empresário Walter Koerich. (AMORIM,1999)

3.3. OS CURSOS DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE EM SANTA CATARINA

Além da Academia de Comércio de Santa Catarina, de acordo com dados levantados na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina em 1999, funcionaram 110 colégios (públicos e privados) distribuídos em 88 municípios, que ministraram o curso para formação do Técnico em Contabilidade.

MUNICÍPIO	COLÉGIO
Abelardo Luz	C. Cenecista Prof. Simão Heis
Apiúna	CE São João Bosco

Araranguá	CE de Araranguá
Armazém	CE Monsenhor Francisco Giesberts
Arroio Trinta	C. Cenecista Padre Augustinho
Balneário Camboriú	C. Prof. Armando César Ghislandi
Benedito Novo	CE Teófilo Nolasco de Almeida
Benedito Novo	C. Cenecista Tercílio Longo
Biguaçu	CE Cônego Rodolfo Machado
Biguaçu	CE Prof ^a . Maria da Glória V. de Faria
Biguaçu	CE Prof ^a . Tânia Mara F. E. Silva Locks
Blumenau	CE Adolpho Konder
Blumenau	CE Emílio Baumgart
Blumenau	Escola Técnica Hermann Hering
Braço do Norte	C. Comercial de Braço do Norte
Brusque	C. Cenecista Honório Miranda
Caibi	Colégio Cenecista Olavo Bilac
Campos Novos	CE Paulo Blasi
Canoinhas	C. Comercial de Canoinhas
Catanduvas	C. Cenecista Catanduvense
Cocal do Sul	CE Prof. Pe. Schuler
Concórdia	C. Cenecista Concórdia
Criciúma	CE Coelho Neto
Criciúma	CE Irmã Edvigés
Criciúma	CIS de Criciúma Abílio Paulo
Criciúma	Centro Educacional Universitário
Curitibanos	C. Prof. Juscelino K. de Oliveira
Dionísio Cerqueira	C. Cenecista Castro Alves
Eral Velho	C. Cenecista César Avelino Bragagnolo
Faxinal dos Guedes	C. Cenecista Pres. Dutra
Florianópolis	CE Irineu Bornhausen
Florianópolis	CE Leonor de Barros
Florianópolis	CE Pres. Roosevelt

Florianópolis	ETC Santa Catarina
Forquilha	CE Luis Tramontin
Fraiburgo	Colégio Carlos Drummond de Andrade
Fraiburgo	ESC de 2º Grau Sedes Sapientiae
Gaspar	CE Frei Godofredo
Gravatal	CE Antônio Knabben
Guaramirim	CE Prof. Lauro Zimmermann
Guarujá do Sul	C. Cenequista Mar Arthur da Costa e Silva
Içara	CE Antônio João
Ilhota	CE Marcos Konder
Imbituba	CE Eng. Annes Gualberto
Iomerê	CE Frei Evaristo
Iporã do Oeste	C. Cenequista Anildo Heisler
Ipumirim	CE Vital Felipe Casarotto
Itaiópolis	CE Virgílio Várzea
Itajaí	CE Mansueto Três
Itajaí	CE Nereu Ramos
Itajaí	C. Cenequista Pedro Antônio Fayal
Itapema	CE Prof. Olegário Bernardes
Itapiranga	C. Integrado de Itapiranga
Ituporanga	C. Santo Estevão
Jaborá	C. Cenequista Fátima Reck
Jardinópolis	C. Cenequista Papa João Paulo I
Joaçaba	C. Cenequista Joaçabense
Joinville	CE Dr. Jorge Lacerda
Joinville	CE Olavo Bilac
Joinville	CIC Dário Geraldo Salles
Joinville	C. Cenequista José Elias Moreira
Lages	CE Gen. José Pinto Sombra
Lages	CE N S do Rosário
Lages	Centro Educacional Vidal Ramos Júnior

Lages	CIS Renato Ramos da Silva
Laguna	C. Comercial Lagunense
Lauro Müller	CE Walter Holthausen
Mafra	CE Barão de Antonina
Maravilha	ETC Rui Barbosa
Massaranduba	CE Gen. Rondon
Morro da Fumaça	CE Princesa Isabel
Orleans	CE Toneza Cascaes
Palhoça	CE Gov. Ivo Silveira
Palhoça	CE Irmã Maria Teresa
Palhoça	CE José Maria Cardoso da Veiga
Palmitos	C. Cenequista Nereu Ramos
Papanduvas	CE Alinor Vieira Corte
Pinhalzinho	C. Plínio Arlindo de Nês
Pinheiro Preto	C. Cenequista Dom Bosco
Pomerode	Conjunto Educacional Dr. Blumenau
Porto Belo	CE Tiradentes
Porto União	CE Cel. Cid Gonzaga
Porto União	C. Miguel Farah
Presidente Getúlio	CE Orlando Bertoli
Quilombo	C. Cenequista NS de Fátima
Rio do Cedros	CE Prof. Giovani Trentini
Rio Negrinho	C. Cenequista São José
Salto Veloso	Colégio Cenequista Eurico Gaspar Dutra
Santa Cecília	CE Irmã Irene
S. Amaro da Imperatriz	C. Cenequista Charles Edgar Moritz
São Bento do Sul	CE Celso Ramos Filho
São Domingos	C. Cenequista N S Aparecida
São Francisco do Sul	Associação Francisquense de Ensino
São Joaquim	C. Cenequista São Joaquim
São José	CE Profª. Maria J. Barbosa Vieira

São Ludgero	CE São Ludgero
São Martinho	CE Fridolino Hulse
Saudades	CE Rodrigues Alves
Schroeder	CE Miguel Couto
Seara	CE Seara
Sombrio	CE Catulo da Paixão Cearense
Tijucas	C. Cenecista Benjamin Gallotti
Timbó	C. Comercial Dr. Leoberto Leal
Treze de Maio	CE Monsenhor Bernardo Peters
Trombudo Central	CE Dr. Hermann Blumenau
Tubarão	CE João Teixeira Nunes
Tunápolis	C. Cenecista Anita Garibaldi
Urussanga	C. Rainha do Mundo
Xanxerê	C. La Salle

Quadro 4 - Relação dos colégios no estado que ministraram cursos para formação do técnico em Contabilidade.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina (1999).

Com a extinção deste curso, o CFC, através da RESOLUÇÃO CFC nº 948/02, normatizou estabelecendo que o registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade na categoria de Técnico em Contabilidade só será concedido aos que concluírem o Curso de Contabilidade, conforme previsto na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, cujo término ocorra até o exercício de 2003, ficando garantido o direito ao registro profissional e as atribuições profissionais aos que já estejam de posse de diploma de conclusão do Curso de Técnico em Contabilidade.

3.4. ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE EM SANTA CATARINA

O ensino superior de Contabilidade em Santa Catarina, de acordo com dados colhidos junto à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC iniciou-se com a criação da Faculdade de Direito, em 11 de fevereiro de 1932. Organizada, inicialmente, como instituto livre,

foi oficializada por Decreto Estadual em 1935. Na Faculdade de Direito, germinou e nasceu a ideia da criação de uma Universidade que reunisse todas as Faculdades existentes na Capital do Estado. Pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade Federal de Santa Catarina, reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial, sendo oficialmente instalada em 12 de março de 1962.

Posteriormente, iniciava-se a construção do campus na ex-fazenda modelo “Assis Brasil”, localizada no Bairro da Trindade, doada à União pelo Governo do Estado pela Lei nº 2.664, de 20 de janeiro de 1961.

Com a reforma universitária, foram extintas as Faculdades e a Universidade adquiriu a atual estrutura didática e administrativa (Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969). Apesar da Instituição do Ensino Superior no Brasil ter acontecido em 1945 (Decreto Lei nº 7.988) a criação do primeiro curso de Ciências Contábeis em Santa Catarina aconteceu quase 20 anos mais tarde, tendo seu embrião no Departamento de Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, com a participação importante e efetiva do Diretor da Faculdade, Professor Nicolau Severiano de Oliveira e dos Professores Luiz Eugênio Beirão, Hylton Gouveia Lins, Gustavo Zimmer, Oscar Pereira, João Makowiecky e João Ferrari Dias. Inegável também, a participação de ex-alunos de Ciências Econômicas, que pressionaram de forma positiva a criação do curso de Ciências Contábeis, com o aproveitamento das cadeiras cursadas nos dois primeiros anos daquele curso. O curso foi aprovado pela Portaria nº 39/65, do Ministério da Educação e Cultura. O reconhecimento veio dez anos mais tarde, com o Decreto nº 75.590/75, da Presidência da República.

Nominata da primeira turma de acadêmicos formados em Ciências Contábeis em 1966: Aldo Barbato, Alfredo Muller Júnior, Carlos Passoni Júnior, Edson C. Teixeira, Elezeário M. Schmitt, Ermi Faísca, Hugo S. Becker, Ignácio Queiróz, João Ramos Júnior, José L. Vieira, Julcinir G. Soares, Luiz D. Alves, Nilson José Boeing, Nilton J. Andrade, Odemir Faísca, Onildo Costa, Osny Barbato, Pedro P. Flôres, Renato M. Peixoto, Silvio C. Lima, Ulisses A. Balança, Valério José de Matos, Vidal A. Monteiro, Waldir Veloso da Silva, Yolanda Bonnassis, Zoila Machado e Vilmar do L. Almeida.

Além da Universidade Federal de Santa Catarina oferecer o Curso de Ciências Contábeis desde 1963, atualmente existem outras instituições de Ensino Superior no Estado que também oferecem o curso, conforme quadro 5.

CIDADE	INSTITUIÇÃO DE ENSINO
1. GRANDE FLORIANÓPOLIS	
Biguaçu	UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí
Florianópolis	UFSC – Universidade Federal de SC
Florianópolis	BARDDAL – Faculdades Barddal
Florianópolis	ÚNICA/SOCIESC– Centro de Educação Superior
Florianópolis	ASSESC - Associação de Ensino de Santa Catarina
Florianópolis	BORGES DE MENDONÇA - Faculdades Borges de Mendonça
Florianópolis	Faculdade de Ciências Sociais de Fpolis - FCSF /CESUSC
Florianópolis	FEAN - Faculdades Energia de Administração e Negócios
Palhoça	UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
Palhoça	FATENP - Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça
São José	USJ - Centro Universitário Municipal de São José
São José	UNIBAN / ANHANGUERA
São José	IES/FASC - Faculdade Santa Catarina
2. NORDESTE	
Guaramirim	FAMEG/Uniasselvi – Faculdade Metropolitana de Guaramirim
Jaraguá do Sul	Centro Universitário Católica de Santa Catarina
Joinville	UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
São Bento do Sul	UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
Joinville	Centro Universitário Católica de Santa Catarina
Joinville	ANHANGUERA - Faculdade Anhanguera de Joinville
Joinville	IST - Instituto Superior Tupy/ SOCIESC
3. VALE DO ITAJAÍ	
Blumenau	FURB – Universidade Regional de Blumenau
Balneário Camboriú	AVANTIS - Faculdade Avantis
Balneário Camboriú	Faculdade do litoral Catarinense - FLC / SOCIESC
Blumenau	Sociesc/IBES – Instituto Blumenauense de Ensino Superior
Blumenau	FAMEBLU - Faculdade Metropolitana de Blumenau (Uniasselvi - Grupo KROTON)
Brusque	UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque

Brusque	ASSEVIM / FAVIM – Faculdade do Vale do Itajaí Mirim
Ibirama	CEAVI/UDESC - Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí
Indaial	UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci
Itajaí	UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
Itajaí	IFES - Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior
Rio do Sul	UNIDAVI - Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Rio do Sul	Faculdade Ação
Taió	UNIDAVI - Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
4. PLANALTO NORTE	
Canoinhas	UNC – Universidade do Contestado
Mafra	UNC – Universidade do Contestado
Rio Negrinho	UNC – Universidade do Contestado
5. PLANALTO SERRANO	
Lages	UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense
Lages	Centro Universitário FACVEST
São Joaquim	UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense
6. SUL	
Araranguá	UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
Braço do Norte	UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
Capivari de Baixo	FUCAP -Faculdade Capivari
Cocal do Sul	UNIBAVE - Centro Universitário Barriga Verde
Criciúma	ESUCRI - Escola Superior de Criciúma
Criciúma	UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense
Imbituba	UNIBAVE - Centro Universitário Barriga Verde
Orleans	UNIBAVE - Centro Universitário Barriga Verde
Tubarão	UNISUL - Universidade do Sul de SC
7. MEIO-OESTE	
Caçador	UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe
Curitibanos	UNC – Universidade do Contestado
Fraiburgo	UNIARP - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

Videira	UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
8. OESTE	
Chapecó	UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Reg. Chapecó
Chapecó	UCEFF - Unidade Central de Educação Faem Faculdades
Chapecó	FAACH - Faculdade Anglo-Americano de Chapecó
Chapecó	UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
Concórdia	UNC – Universidade do Contestado
Concórdia	FACC – Faculdade Concórdia
Itapiranga	FAI / SEI - Faculdade de Itapiranga
Palmitos	FAP - Faculdade Regional de Palmitos
Pinhalzinho	UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
Pinhalzinho	HORUS - Faculdade Horus de Pinhalzinho
São Lourenço do Oeste	UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Reg. de Chapecó
São Miguel do Oeste	UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
Xanxerê	UNOESC – Universidade do Oeste de SC
Xaxim	CELER – Faculdades Celer

Quadro 5 - Relação das instituições de ensino com cursos de Contabilidade em Santa Catarina.

Fonte: CRC-SC (2015).

Os Cursos de Ciências Contábeis, apresentados no Quadro 5, oferecidos pelas instituições mencionadas, estão distribuídos nas principais regiões do Estado, totalizando 68 cursos.

4. O PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE E AS ENTIDADES DE CLASSE

As entidades de classe dos profissionais da Contabilidade são órgãos constituídos para lutar, defender, fiscalizar e concretizar os anseios fundamentais do profissional, ou seja, representar os interesses e direitos perante as autoridades jurídicas, legislativas, governamentais e a sociedade como um todo.

De acordo com Sá (2008) foi fundada no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1969, a mais antiga associação contábil reconhecida no Brasil, sob a denominação de **Associação dos Guardas Livros da Corte**.

4.1. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

A regulamentação da profissão contábil é datada do início do Império. Conforme dados colhidos junto ao CFC, com a edição do Código Comercial Brasileiro, sancionado pelo imperador D. Pedro II em 1850, o Guarda-Livros passou a ser considerado o agente auxiliar do comércio. Pelo artigo 35, item 3, desse Código Comercial, ele também era considerado preposto da Casa Comercial e, antes de entrar em serviço, deveria receber do empregador ou proponente uma nomeação por escrito, que, por sua vez, deveria ser inscrita no Tribunal do Comércio. Naquela época, não se falava em diplomados e não diplomados e, pelos registros da época, presume-se que a grande maioria dos profissionais da Contabilidade ou Guarda-Livros eram “práticos” ou até mesmo comerciantes que usavam rudimentos da Contabilidade para tocar seus próprios negócios, mas que, apesar disso, já se utilizavam do método de partidas dobradas, na época conhecidas como “quarta fórmula”.

Datam do final do Império e início da República os primeiros cursos comerciais do País. A primeira legislação reconhecendo a existência dessas escolas e sua utilidade veio em 1902, quando o então presidente Rodrigues Alves declarou de utilidade pública, com caráter oficial, os diplomas conferidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, pela Escola Prática de Comércio de São Paulo, pelo Instituto Comercial do Distrito Federal e pela Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Nas décadas seguintes as escolas de comércio se multiplicaram, ao mesmo tempo em que a profissão contábil alcançava uma projeção cada vez maior.

Em 1915, foi fundado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, a primeira entidade para congregar os profissionais da Contabilidade que se tem notícia em nosso País. No ano seguinte, foram fundadas a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro. Em 1924, foi realizado no Rio de Janeiro o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, liderado pelo senador João Lyra, onde foi iniciada a campanha para a regulamentação da profissão de contador e para a reforma do ensino comercial.

Em 1927, o eminente profissional Francisco D’Auria lançou a ideia da instituição do

“Registro Geral de Contabilistas do Brasil”, com o propósito de selecionar, de acordo com os títulos de habilitação, os profissionais aptos para o desempenho das funções de contador. Este Registro Geral, que chegou a ter um “Conselho Perpétuo”, constituído por grandes nomes da profissão daquela época, foi o embrião do que hoje é o sistema CFC/CRC’s.

Em 1930, o Brasil passa pela maior convulsão política de sua história e, depois de uma revolução vitoriosa, instala-se no poder o Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas, que imprimiu grande ímpeto às mudanças institucionais que levaram à regulamentação de várias profissões, entre as quais a contábil.

Em 1931, foi concretizada a reforma do ensino comercial, nos mesmos moldes que havia sido reivindicada durante o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, instituindo também o registro obrigatório dos guarda-livros e dos contadores na Superintendência do Ensino Comercial. No ano seguinte, o Governo Provisório baixou o Decreto nº 21.033/32, que estabeleceu novas condições para o registro de contadores e guarda-livros e que resolvia o problema dos chamados “práticos”, isto é, aqueles que exerciam a profissão de forma empírica.

O Decreto estabeleceu condições e prazos para o registro desses “práticos” e, a partir de então, a profissão contábil esteve indissolúvelmente ligada à preparação escolar. A profissão foi crescendo em números absolutos e em importância para a economia do País. Em 1943, o ensino comercial e a regulamentação profissional foram complementados e consolidados pelo Decreto-lei nº 6.141 e em 1945, pelo Decreto nº 7.938, consolidou-se o ensino técnico de Contabilidade. Este último Decreto foi bastante aplaudido pelas lideranças contábeis da época, que multiplicaram suas gestões junto aos poderes públicos para a criação de um órgão semelhante ao Conselho Regional de Engenharia e a Ordem dos Advogados do Brasil, as duas profissões de nível universitário até então regulamentadas no Brasil.

As gestões resultaram no anteprojeto para criação do CFC e para a regulamentação definitiva da profissão, que começou a tramitar pelos vários ministérios governamentais. Sentindo que a hora havia chegado e que o governo estava bastante aberto às sugestões neste sentido, os profissionais da Contabilidade do Rio de Janeiro (então a capital do País) enviaram, em 24 de setembro de 1945, uma convocação urgente para entidades de todo o País convidando-as para a Primeira Convenção Nacional dos Contabilistas, convocada para agradecer às autoridades a elevação dos cursos técnicos de comércio ao nível superior e para apressar a tramitação do projeto de criação do “Conselho Nacional de Contabilidade”.

A Convenção foi realizada de 10 a 13 de outubro de 1945 e de seu programa, além

das discussões e apresentações de teses, constaram várias visitas as maiores autoridades do Brasil para reivindicar a criação do Conselho. O projeto continuou sua peregrinação pelos vários departamentos oficiais e, finalmente, em 27 de maio de 1946 foi assinado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, que havia sucedido Getúlio Vargas no ano anterior em consequência da chamada “redemocratização”.

Com a edição do Decreto-lei nº 9.295/46, a história da Contabilidade no Brasil entra numa nova fase. Os meses seguintes à edição do Decreto foram tomados em articulações para a criação dos Conselhos Regionais nos vários Estados e para a consolidação do Conselho Federal de Contabilidade. (CFC, 1999)

No Brasil, o número de profissionais registrados nos Conselho Regionais, em dezembro de 2015, já ultrapassava meio milhão de profissionais, conforme quadros 6 e 7.

Profissionais					
Estado	Contador	%	Técnico	%	Total
AC	947	72,35	362	27,65	1.309
AL	2.655	66,83	1.318	33,17	3.973
AM	4.823	67,65	2.306	32,35	7.129
AP	1.048	74,12	366	25,88	1.414
BA	14.931	66,08	7.663	33,92	22.594
CE	8.434	63,34	4.882	36,66	13.316
DF	10.194	65,28	5.423	34,73	15.617
ES	7.555	69,97	3.242	30,03	10.797
GO	8.463	65,24	4.510	34,76	12.973
MA	4.608	65,59	2.417	34,41	7.025
MG	31.113	54,02	26.483	45,98	57.596
MS	4.739	62,94	2.790	37,06	7.529
MT	8.165	78,79	2.198	21,21	10.363
PA	8.829	78,99	2.348	21,01	11.177
PB	4.325	67,48	2.084	32,52	6.409
PE	8.251	54,58	6.866	45,42	15.117
PI	4.302	75,16	1.422	24,84	5.724
PR	23.941	70,54	9.997	29,46	33.938
RJ	35.400	61,83	21.857	38,17	57.257
RN	4.981	78,54	1.361	21,46	6.342
RO	3.526	72,99	1.305	27,01	4.831
RR	1.058	81,38	242	18,62	1.300
RS	24.193	59,65	16.364	40,35	40.557
SC	16.004	75,48	5.199	24,52	21.203
SE	2.347	63,23	1.365	36,77	3.712
SP	86.899	58,26	62.266	41,74	149.165
TO	2.910	79,14	767	20,86	3.677
Total	334.641	62,90	197.403	37,10	532.044

Quadro 6 - Profissionais registrados nos Conselhos Regionais em dezembro de 2015.

Fonte: Adaptado de CFC (2015).

Organizações Contábeis

UF	% Brasil	Sociedade	%	Empresário	%	MEI	%	EIRELI	%	Total	% Brasil
AC	0,25	39	53,42	26	35,62	5	6,85	3	4,11	73	0,14
AL	0,75	173	43,03	84	20,9	115	28,61	30	7,46	402	0,78
AM	1,34	139	50	113	40,65	14	5,04	12	4,32	278	0,54
AP	0,27	27	33,75	39	48,75	13	16,25	1	1,25	80	0,16
BA	4,25	1.218	59,79	572	28,08	162	7,95	85	4,17	2.037	3,97
CE	2,5	723	48,72	555	37,4	168	11,32	38	2,56	1.484	2,89
DF	2,94	969	62,96	261	16,96	203	13,19	106	6,89	1.539	3
ES	2,03	807	59,87	311	23,07	170	12,61	60	4,45	1.348	2,63
GO	2,44	683	55,71	259	21,13	199	16,23	85	6,93	1.226	2,39
MA	1,32	197	49,25	138	34,5	52	13	13	3,25	400	0,78
MG	10,83	3.741	68,2	879	16,03	605	11,03	260	4,74	5.485	10,68
MS	1,42	446	42	331	31,17	228	21,47	57	5,37	1.062	2,07
MT	1,95	415	53,69	248	32,08	84	10,87	26	3,36	773	1,51
PA	2,1	258	46,82	212	38,48	41	7,44	40	7,26	551	1,07
PB	1,2	251	41,42	150	24,75	181	29,87	24	3,96	606	1,18
PE	2,84	712	64,32	215	19,42	130	11,74	50	4,52	1.107	2,16
PI	1,08	166	45,48	128	35,07	62	16,99	9	2,47	365	0,71
PR	6,38	2.885	69,37	767	18,44	300	7,21	207	4,98	4.159	8,1
RJ	10,76	3.338	77,56	395	9,18	298	6,92	273	6,34	4.304	8,38
RN	1,19	249	52,98	170	36,17	33	7,02	18	3,83	470	0,92
RO	0,91	233	52,83	137	31,07	45	10,2	26	5,90	441	0,86
RR	0,24	30	63,83	14	29,79	2	4,26	1	2,13	47	0,09
RS	7,62	2.553	72,69	655	18,65	161	4,58	143	4,07	3.512	6,84
SC	3,99	2.215	63,61	602	17,29	437	12,55	228	6,55	3.482	6,78
SE	0,70	178	44,28	128	31,84	77	19,15	19	4,73	402	0,78
SP	28,04	11.090	71,95	2.693	17,47	884	5,74	747	4,85	15.414	30,02
TO	0,69	153	52,58	92	31,62	21	7,22	25	8,59	291	0,57
Total	100,00	33.888	66,01	10.174	19,82	4.690	9,14	2.586	5,04	51.338	100,00

Quadro 7 - Profissionais registrados nos Conselhos Regionais em dezembro de 2015.

Fonte: Adaptado de CFC (2015).

Ressalta-se que aproximadamente, 70% dos profissionais da Contabilidade estão concentrados nas Regiões Sul e Sudeste. Destaca-se, também, que os profissionais quando divididos por gênero, são 57,5% masculinos e 42,5% femininos. Quanto a sua categoria profissional, os Técnicos em Contabilidade somam 37,1% contra 62,9% de Contadores.

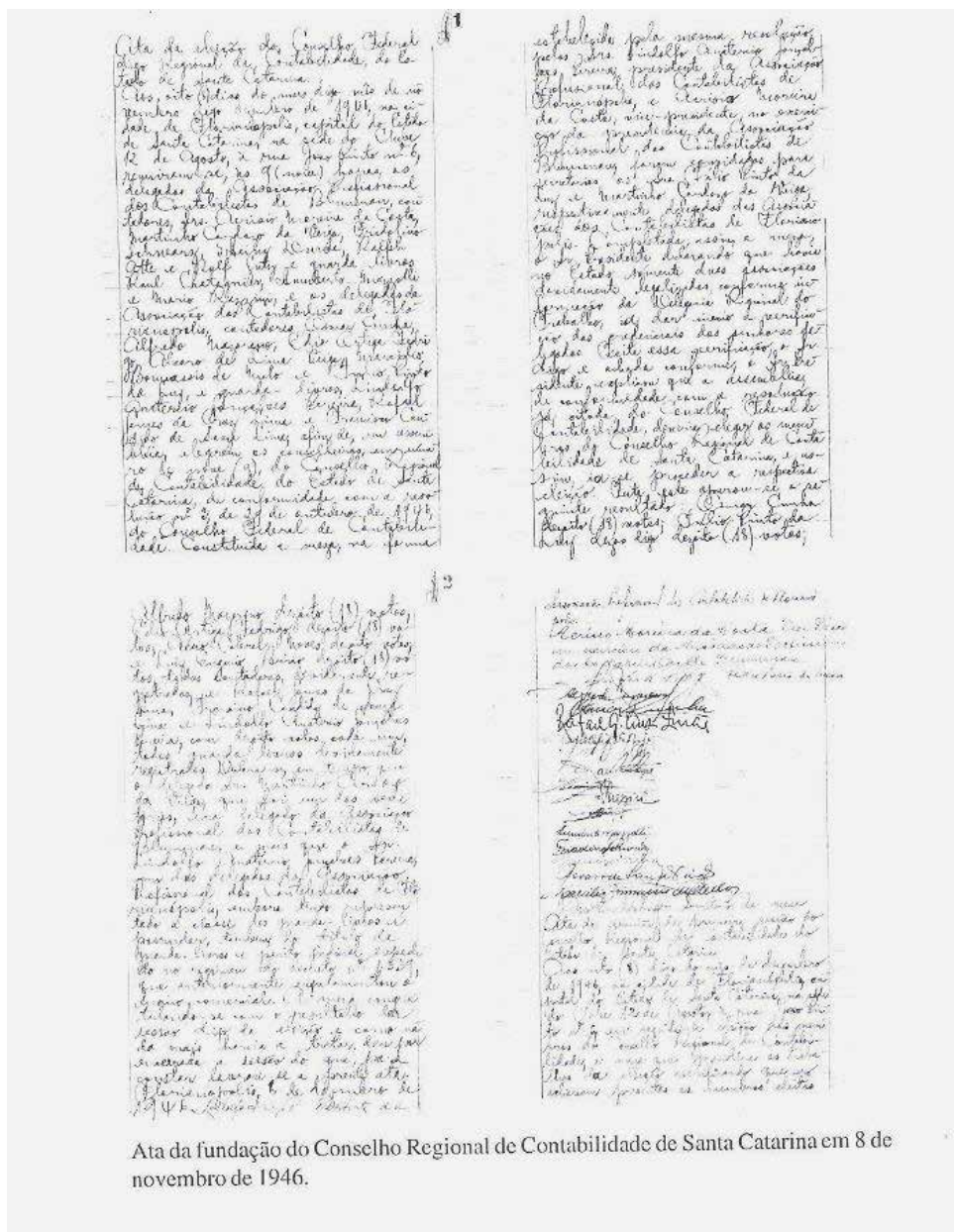
4.2. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, o Conselho Regional de Contabilidade foi constituído em sessão realizada na sede do Clube Doze de Agosto, na Rua João Pinto, 6, às 9 horas do dia 8 de dezembro de 1946, conforme relata a ata de eleição do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina:

...os delegados da Associação Profissional dos Contabilistas de Blumenau, contadores, Srs. Acrísio Moreira da Costa, Martinho Cardoso da Veiga, Fridolino Schwerz, Scheinz Duwe, Ralph Otte, Rolf Gutz, Raul Chatagnier, Humberto Mazzolli e Mário Razini, e os delegados da Associação dos Contabilistas de Florianópolis, contadores Osmar Cunha, Alfredo Nazareno, Édio Ortiga Fedrigo, Álvaro de Lima Veiga, Marcidio Bonassis de Melo, Túlio Pinto da Luz, Lindolfo Anatércio Gonçalves Pereira, Rafael Gomes Cruz Lima e Fransico Cândido de Souza Lima, afim de, em assembléia, elegerem os conselheiros, em número de (9), do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina, de conformidade com a Resolução nº 3, de 20 de outubro de 1946, do Conselho Federal de Contabilidade. Constituída a mesa na forma estabelecida pela mesma Resolução pelos Srs. Lindolfo Anatércio Gonçalves Pereira, presidente da Associação Profissional dos Contabilistas de Florianópolis, e Acrísio Moreira da Costa, vice-presidente, no exercício da presidência, da Associação Profissional de Contabilistas de Blumenau, foram convidados para secretários os Srs. Túlio Pinto da Luz e Martinho Cardoso da Veiga, respectivamente delegados das Associações dos Contabilistas de Florianópolis. Completada, assim, a mesa, o senhor Presidente declarando que havia no Estado somente duas associações devidamente legalizadas conforme informação da Delegacia Regional do Trabalho ia dar início

a verificação das credenciais dos senhores delegados. Feita esta verificação o senhor, digo, e achada conforme, o senhor presidente explicou que a assembléia de conformidade com a resolução já citada, do Conselho Federal de Contabilidade, deveria eleger os membros do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, e assim, ia-se proceder a respectiva eleição. Feita esta, apurou-se o seguinte resultado: Osmar Cunha dezoito (18) votos; Túlio Pinto da Luz dezoito (18) votos; Alfredo Nazareno dezoito (18) votos; Édio Ortiga Fedrigo dezoito (18) votos; Aécio Cabral Neves, dezoito (18) votos; e Luiz Eugênio Beirão, dezoito (18) votos, todos contadores, devidamente registrados, e Rafael Gomes da Cruz Lima, Francisco Cândido de Souza Lima e Lindolfo Anatércio Gonçalves Pereira, com dezoito votos cada um, todos os Guarda-livros devidamente registrados. Declara-se em tempo que o delegado Sr. Martinho Cardoso da Veiga, que foi um dos secretários, era delegado da Associação Profissional dos Contabilistas de Blumenau, e mais que o Sr. Lindolfo Anatércio Gonçalves Pereira, um dos delegados da Associação Profissional dos Contabilistas de Florianópolis, embora

tendo representado a classe dos Guarda-livros e possuidor, também do título de Guarda-livros e Perito Judicial expedido no regime do Decreto no. 1.339, que anteriormente regulamentou o ensino comercial. A mesa congratulando-se com o resultado da sessão digo da eleição e como nada mais havia a tratar, deu por encerrada a sessão do que, para constar lavrou-se a presente ata. Associação Profissional dos Contabilistas de Florianópolis. Acrísio Moreira da Costa - Vice-Presidente em exercício da Associação Profissional dos Contabilistas de Blumenau (assinaturas)



Ata da fundação do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina em 8 de novembro de 1946.

Fonte: Amorim (1999, p. 36).

O primeiro presidente da entidade (01.01.47 a 31.12.49) foi o Guarda-Livros e Perito Judicial **Lindolfo Anatércio Gonçalves Pereira**, delegado da Associação Profissional dos Contabilistas de Florianópolis, que recebeu em 30 de maio de 1947 a primeira Carteira de Contabilista (inscrição nº 001), expedida pelo Conselho Catarinense. Por outro lado, Waldemar Schlösser recebeu a primeira Carteira na categoria de Contador (inscrição nº 010), em 06 de junho de 1947.

Presidiram o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina os seguintes profissionais, conforme quadro 7.

Presidente	Mandato
Lindolfo Anatércio Gonçalves Pereira	1947/1949
Alfredo Nazareno	1950/1951
Luiz Eugênio Beirão	1951/1952
Aécio Cabral Neves	1953/1954
João Makowiecky	1955
Aloysio Soares de Oliveira	1956
Aécio Cabral Neves	1957
Tomas Chaves Cabral	1958
Antônio Mário Bonetti	1958/1959
Francisco Simas Pereira	1959/1960
Eloy João Losso	1961
José Philippi	1962
Martinho Aurélio Bonetti	1963
Antônio Bresolin	1964/1968
Gustavo Zimmer	1969/1971
Antônio Mendes de Souza	1972/1975
Gustavo Zimmer	1976/1977
Antônio Mendes de Souza	1978/1979
Luiz Eugênio Beirão	1980/1983
Eloy João Losso	1984/1985
João Carlos dos Santos	1986/1987
Luiz Carlos Godinho	1988/1989

Aloysio Soares de Oliveira	1992/1995
Junta Governativa (maio a dez)	1995
Sérgio Faraco	1996/1999 a 2008/2011
Juarez Domingues Carneiro	2000/2003
Nilson José Goedert	2004/2007
Adilson Cordeiro	2012/2015

Quadro 8 - Nominata dos Contabilistas que presidiram o CRC-SC desde 1947.

Fonte: CRC-SC - Galeria de Presidentes (2015).

De acordo com os registros em atas, nos últimos 69 anos, o CRCSC foi presidido por 22 profissionais da Contabilidade.

5. AS MUDANÇAS NAS GRADES CURRICULARES

A grade curricular do primeiro curso com orientação contábil, que formava os Guarda-Livros, ministrado a partir de 1917 no Instituto Polytechnico de Florianópolis, já contemplava matérias como: Correspondência e Tecnologia Comercial, Escrituração Mercantil, Noções de Direito Civil, Público, Comercial, Administrativo, Legislação Aduaneira e Contabilidade Prática de Escritório.

Mais tarde, nos anos 30, ao currículo do curso de Perito Contador, ministrado na Academia do Comércio de Santa Catarina, foram acrescidas disciplinas como: Legislação Fiscal, Mecanografia, Contabilidade Mercantil, Industrial e Agrícola, Bancária, entre outras. À grade curricular do curso superior de Ciências Contábeis, em meados dos anos 60, foram adicionadas novas disciplinas: Contabilidade de Custos, Estrutura e Análise de Balanço, Auditoria Contábil, além da criação de um “Escritório-Piloto”. Descrevemos a seguir, as principais grades curriculares que estão vigentes desde o início do século passado até os dias de hoje. (AMORIM, 1999)

5.1. INSTITUTO POLYTECHNICO DE FLORIANÓPLIS - O PRIMEIRO CURRÍCULO

O Curso de Ciências Comerciais, que diplomava **Guarda-Livros e Perito Judicial**, em três anos:

1º ano: Português, Francês, Matemática, Geografia e História Geral, Álgebra e Geometria.

2º ano: Português, Correspondência e Tecnologia Comercial; Francês, Escrituração Mercantil, Geografia e História Geral, Álgebra e Geometria. **3º ano:** Inglês; História Natural, Física e Química; Noções de Direito Civil, Público e Comercial; Direito Administrativo, Legislação e Aduaneira e Contabilidade Prática de Escritório. (AMORIM, 1999)

5.2. O CURSO DE PERITO - CONTADOR

O curso de Perito-Contador ministrado pela primeira Academia de Comércio de Santa Catarina, tinha a grade curricular distribuída em três anos com as seguintes disciplinas:

1º Ano: Contabilidade, Matemática Comercial, Direito Constitucional e Civil, Legislação Fiscal, Estenografia e Mecanografia. **2º Ano:** Contabilidade Mercantil, Matemática Financeira, Direito Comercial e Terrestre, Mercadologia e Técnica Mercadológica, Técnica Comercial e Porc. de Propriedade, Economia Política e Finanças. **3º Ano:** Contabilidade Industrial e Agrícola, Contabilidade Bancária, Prática Processual Civil e Comercial, História Comercial, Industrial e Agrícola, Seminário Econômico, Estatística. (AMORIM,1999)

5.3. O PRIMEIRO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

O primeiro curso superior de Contabilidade (Ciências Contábeis) ministrado pela Universidade Federal de Santa Catarina teve a grade curricular distribuída em quatro séries com as seguintes disciplinas:

1ª Série: Introdução à Economia, Matemática Complementos, Contabilidade Geral, Es-

estatística Metodológica, Instituições de Direito Privado, Instituições de Direito Público. **2ª Série:** Matemática (análise), Estatística Aplicada, Geografia Econômica, História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil, Sociologia Geral e Aplicada, Contabilidade Estrutura e Análise de Balanço, Introdução à Administração. **3ª Série:** Direito Tributário, Administração de Empresas, Técnica Comercial e Finanças das Empresas, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Instituições de Direito Social. **4ª Série:** Administração Pública, Contabilidade Pública, Contabilidade Industrial e Agrícola, Contabilidade Bancária, Auditoria Contábil. (AMORIM, 1999)

A primeira turma de formandos em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina teve a grade curricular distribuída em quatro anos. Nos dois primeiros anos, as disciplinas eram as mesmas lecionadas no curso de Ciências Econômicas. Como novidade, o curso apresentava as cadeiras de Contabilidade Pública, Auditoria Contábil, Estrutura e Análise de Balanço, Contabilidade de Custos, Contabilidade Bancária e a criação do Centro de Treinamento de Estudos Contábeis para a instalação de um “Escritório-Piloto”, proposta pelo Prof. Luiz Eugênio Beirão, conforme consta da ata da sessão do dia 5 de agosto de 1965, do Departamento de Contabilidade da UFSC.

5.4. A ATUAL GRADE CURRICULAR

As grades curriculares dos principais cursos de Ciências Contábeis em Santa Catarina pouco diferem entre si. Além disso, nos últimos anos, as alterações ocorridas nos currículos não foram muito substanciais. Em 1993 o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, em atendimento a Resolução nº 3, de 05.10.92 do Conselho Federal de Educação, promoveu o **Ciclo de debates sobre o novo currículo dos cursos de Ciências Contábeis**, com a participação dos Chefes de Departamento de Contabilidade, Professores e Coordenadores Pedagógicos de Ensino de Cursos de Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina. O objetivo deste ciclo de debates foi de promover a discussão sobre o interesse das Instituições de Ensino Superior em uniformizar a nomenclatura e conteúdo das disciplinas básicas dos Cursos de Ciências Contábeis.

A implantação de algumas disciplinas deveu-se ao avanço da informática, com a introdução das disciplinas de Computação, Microinformática, Sistemas, etc. Com o crescimento do mercado mobiliário, houve a necessidade da implantação da disciplina de Mercado

de Capitais. Por outro lado, a preocupação com o exercício da cidadania trouxe para as universidades as disciplinas de Filosofia e Ética, com o objetivo de provocar no acadêmico a reflexão sobre as questões diretamente ligadas aos fundamentos que norteiam a moral e os objetivos, permitindo, desta forma, a análise e a crítica dos juízos de realidade e de valor, bem como do Código de Ética do profissional da Contabilidade. Alguns cursos introduziram as chamadas disciplinas “optativas” para áreas específicas.

Em 2009, o Conselho Federal de Contabilidade em conjunto com a Fundação Brasileira de Contabilidade editou o livro “Proposta Nacional de Conteúdo para os Cursos de Graduação em Ciências Contábeis”, em consonância com as normas do Ministério da Educação (MEC) elaborou uma proposta de grade curricular que está dividida em: conteúdo de formação básica; conteúdo de formação profissional; conteúdo de formação teórico-prática; e disciplinas optativas, conforme quadro 8.

Código	Título	Carga Horária
	Conteúdo De Formação Básica	
1001	Matemática	60
1002	Métodos Quantitativos Aplicados	60
1003	Matemática Financeira	90
1004	Comunicação Empresarial	60
1005	Economia	90
1006	Administração	60
1007	Instituições de Direito Público e Privado	60
1008	Direito Comercial e Legislação Societária	60
1009	Direito Trabalhista e Legislação Social	60
1010	Direito e Legislação Tributária	90
1011	Ética e Legislação Profissional	60
1012	Filosofia da Ciência	30
1013	Metodologia do Trabalho Científico	30
1014	Psicologia Organizacional	30
1015	Tecnologia da Informação	60
Subtotal		900
Conteúdo De Formação Profissional		

2001	Contabilidade Básica	120
2002	Estrutura das Demonstrações Contábeis	90
2003	Contabilidade Societária	120
2004	Teoria Geral da Contabilidade	60
2005	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
2006	Contabilidade Avançada	120
2007	Contabilidade de Custos	60
2008	Apuração e Análise de Custos	60
2009	Auditoria	90
2010	Controladoria	60
2011	Gestão de Finanças Públicas	60
2012	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
2013	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
2014	Contabilidade Internacional	60
2015	Responsabilidade Social	60
2016	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60
2017	Análise das Demonstrações Contábeis	60
2018	Empreendedorismo	60
2019	Mercado de Capitais	60
2020	Finanças Empresariais	60
2021	Sistemas de Informação Gerencial	60
	Optativa	60
	Optativa	60
	Optativa	60
Subtotal		1.680
Conteúdo De Formação Teórico-Prática		
3001	Estágio de Iniciação Profissional	180
3002	Metodologia de Pesquisa	60
3003	Trabalho de Conclusão de Curso	120
	Atividades Complementares	60
Subtotal		420

4001	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	60
4002	Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social	60
4003	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60
4004	Contabilidade Nacional	60
4005	Economia Brasileira	60
4006	Governança Corporativa	60
4007	Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões	60

Quadro 9 - Proposta de componentes curriculares por eixo temático

Fonte: Adaptado de Carneiro (2009).

É evidente, que por se tratar de uma proposta, cada Instituição possui sua própria grade curricular.

6. O PERFIL DO ANTIGO E DO NOVO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

Até os anos 40, cada estabelecimento tinha o seu “guarda-livros”, geralmente um homem bem intencionado, mas de limitada formação técnica, sem haver frequentado escolas ou cursos de especialidade, na verdade, aprendera através de cursos técnicos e pela prática. Este profissional, de extrema confiança do empresário, fazia praticamente tudo, a Contabilidade da firma, a escrituração, as correspondências, os contratos e distratos, preenchia os cheques, emitia as duplicatas, efetuava pagamentos e recebimentos, enfim, era o factotum. Era o tempo e que se predominavam os “práticos”. Respeitosamente, reconhecemos que os Guarda-Livros prestaram relevantes serviços, apesar de seus limitados conhecimentos técnicos. (AMORIM, 1999)

Entretanto, este profissional da Contabilidade era muitas vezes visto como um funcionário indireto do fisco e do governo, incumbido de cálculos e preenchimento de guias e formulários; às vezes considerado um despachante de processos para repartições públicas. Nos tempos atuais, com o avanço da tecnologia e a globalização da economia, o profissional da Contabilidade precisa estar preparado para outras atribuições impostas pelas grandes transformações econômicas e tecnológicas, para criar, planejar e organizar os sistemas de Contabilidade, controles internos administrativos e métodos de

trabalho, voltados para as atividades econômico-financeiras das empresas.

Deve estar ainda, apto a prestar serviços independentes de consultoria, assessoria e auditoria contábil, fazer trabalhos de revisão sistemática, inspeção e perícias contábeis, judiciais e extrajudiciais, bem como prestar assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas além da implantação de custos, planejamento e projetos de orçamento para expansão e financiamento de empresas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica, conferidas por lei aos profissionais de Contabilidade.

Finalmente, deve o profissional da Contabilidade nestes tempos modernos ser um profissional preparado para ter a capacidade de discernimento, agilidade de raciocínio, pensamento crítico, espírito de equipe e capacidade de gerenciar pessoas, além de necessitar amplo conhecimento de economia e legislação, uma forte base matemática e o instrumental de informática. (AMORIM, 1999)

Para Marion (1998, p. 4), a imagem dessa profissão no Brasil ou em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, está muito aquém do que se observa nos países desenvolvidos. A certificação do Contador na Inglaterra é dada pela rainha. Nos Estados Unidos se você perguntar qual a vocação que alguém quer para seu filho aparecem as profissões de médico, advogado e contador. Em alguns estados americanos o Contador é o mais bem remunerado dentre as profissões liberais. Lá, os auditores são uma classe privilegiada, ganham uma fortuna, jogam golfe e são muito respeitados. Isto acontece em outros países desenvolvidos.

Marion (1998) acredita que, no momento, no Brasil não vivemos estes privilégios. Mas, na verdade eles estão chegando e dentro de muito pouco tempo surpreenderão a muitos. Por exemplo, temos na Contabilidade um leque de pelo menos dez alternativas diferentes de exercício profissional: administração de empresas de serviços contábeis, gerenciamento de custos, Contabilidade e escrita contábil, perícia, auditoria interna e externa, magistério, conferencista, estudos técnicos, consultoria, controladoria, análise patrimonial, avaliações patrimoniais, revisões de balanços, entre outras.

O CFC realizou, recentemente, uma profunda pesquisa entre os profissionais da Contabilidade de todo o Brasil, objetivando definir seu perfil sócio-econômico-cultural, com informações ligadas, principalmente, as forças motivadoras da escolha da profissão, aperfeiçoamento profissional, o grau de socialização do profissional de Contabilidade e com a atuação classista. A pesquisa está publicada, na íntegra, na obra “Perfil do Profissional da Contabilidade 2012/2013”, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Dos dados apresentados pela pesquisa do CFC mencionada, foram selecionadas as principais conclusões:

A pesquisa aponta a predominância do sexo masculino, tanto nas categorias de técnico em Contabilidade, quanto contador:

Sexo	Feminino	Masculino
Distribuição de sexo por todos os respondentes	33,9%	66,1%
Distribuição por sexo dos respondentes contadores	35,1%	64,9%
Distribuição por sexo dos respondentes técnicos em Contabilidade	30,2%	69,8%

Tabela 1 - Perfil do profissional por sexo.

Fonte: CFC (2013).

Os contadores que responderam a entrevista concentram-se nas faixas etárias de 26 a 49 anos, representando 74,7%. Os técnicos em Contabilidade representam 63,6%, conforme Tabela 2:

Faixa etária	Idade				
	18-25	26-30	31-49	50-59	Maior de 60
Distribuição por idade de todos os respondentes	6,2%	15,4%	56,5%	15,3%	6,4%
Distribuição por idade dos respondentes contadores	6,7%	17,9%	56,8%	13,8%	4,6%
Distribuição por idade dos respondentes técnicos em Contabilidade	4,7%	7,7%	55,6%	19,9%	11,6%

Tabela 2 - Perfil do profissional por idade.

Fonte: CFC (2013).

Quanto o grau de instrução, apenas 0,8% dos contadores e 0,3% dos técnicos em Contabilidade possui grau de pós-graduação em nível de Doutorado.

Grau de instrução	Doutor em qualquer área	Mestre em qualquer área	Especialista em qualquer área	Bacharel em qualquer área	Técnico em qualquer área
Distribuição por grau de instrução de todos os respondentes	0,6%	5,1%	38,1%	42,7%	13,4%

Distribuição por grau de instrução dos respondentes contadores	0,8%	6,3%	47,1%	0,2%	45,7%
Distribuição por grau de instrução dos respondentes técnicos em Contabilidade	0,3%	1,3%	11,6%	34,0%	52,7%

Tabela 3 - Perfil do profissional por grau de instrução.

Fonte: CFC (2013).

A renda mensal dos profissionais em Contabilidade concentra-se entre R\$ 3.110,00 a R\$ 12.440,00, sendo que 52,5% dos contadores e 38,8% dos técnicos em Contabilidade possuem tal renda mensal.

Faixa de renda mensal	Distribuição por faixa de renda de todos os respondentes	Distribuição por faixa de renda dos respondentes contadores	Distribuição por faixa de renda dos respondentes técnicos em contabilidade
Recusou-se a responder	0,7%	0,6%	1,0%
Até R\$ 1.866,00	19,3%	15,8%	29,9%
Entre R\$ 1.866,00 e R\$ 3.110,00	22,5%	21,7%	24,8%
Entre R\$ 3.110,00 e R\$ 6.220,00	30,8%	32,4%	26,2%
Entre R\$ 6.220,00 e R\$ 12.440,00	18,2%	20,1%	12,6%
Entre R\$ 12.440,00 e R\$ 18.660,00	5,2%	5,8%	3,2%
Entre R\$ 18.660,00 e R\$ 31.100,00	2,4%	2,6%	1,8%
Acima de R\$ 31.100,00	0,9%	1,0%	0,4%

Tabela 4 - Perfil do profissional por renda mensal.

Fonte: CFC (2013).

vada (29,5%). Já 43,9% dos técnicos em Contabilidade são autônomos, proprietários ou sócios de empresas, conforme Tabela 5.

Vínculo profissional	Distribuição por faixa de renda de todos os respondentes	Distribuição por faixa de renda dos respondentes contadores	Distribuição por faixa de renda dos respondentes técnicos em Contabilidade
Autônomo, Proprietário ou Sócio	31,1%	26,8%	43,9%
Funcionário firma contábil	11,0%	9,9%	14,2%
Funcionário da iniciativa privada	26,9%	29,5%	19,4%
Servidor Público	13,7%	15,3%	8,9%
Celetista de empresa pública	5,6%	6,6%	2,9%

Tabela 5 - Perfil do profissional por vínculo profissional.

Fonte: CFC (2013).

Dos contadores autônomos ou proprietários de firmas de Contabilidade/Auditoria 2,8% atuam na área de perícia contábil. Dos técnicos em Contabilidade autônomos ou proprietários de firmas de Contabilidade/Auditoria 0,9% atuam na área de perícia contábil, conforme apresentado na Tabela 6:

	Atua em perícia contábil	Não atua em perícia contábil	É proprietário de firma
Distribuição por Autônomos ou proprietários de firmas de Contabilidade/Auditoria de todos os respondentes	2,2%	23,6%	74,2%
Distribuição por Autônomos ou proprietários de firmas de Contabilidade/Auditoria dos respondentes contadores	2,8%	19,8%	77,4%
Distribuição por Autônomos ou proprietários de firmas de Contabilidade/Auditoria de respondentes técnicos em Contabilidade	0,9%	30,5%	68,5%

Tabela 6 - Perfil do profissional por área de atuação.

Fonte: CFC (2013).

Quanto ao tempo de exercício profissional, os contadores com mais de 15 anos de pro-

fissão representam 69,3%, e os técnicos em Contabilidade 76,8%, entre os entrevistados, conforme Tabela 7:

Tempo de exercício profissional	Menos de 5 anos	De 5 a 10 anos	De 11 a 15 anos	Acima de 15 anos
Distribuição tempo de exercício profissional de todos os respondentes	13,8%	10,7%	4,3%	71,2%
Distribuição por tempo de exercício profissional dos respondentes contadores	15,3%	11,3%	4,1%	69,3%
Distribuição por tempo de exercício profissional dos respondentes técnicos em Contabilidade	9,5%	8,7%	4,9%	76,8%

Tabela 7 - Perfil do profissional por tempo de exercício da profissão.

Fonte: CFC (2013).

Por fim, da análise dos dados tem-se um perfil do profissional da Contabilidade em que a maioria é do sexo masculino, com idades entre 26 de 49 anos, auferindo renda inferior a R\$ 6.220,00 e exercendo suas funções na iniciativa privada.

7. FUTURO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

Os reflexos da globalização da economia provocaram mudanças na vida da população mundial, atingindo a todos, sem discriminação de regime político, econômico, cultural, religioso, entre outros, reduzindo principalmente as distâncias econômicas. Como exemplo maior, as recentes oscilações nas Bolsas de Valores em todo o planeta. Diariamente, podem-se observar, num espaço de apenas alguns minutos, as reações em cadeia de sistemas econômicos distintos como Nova Iorque, Londres, Hong Kong, Tóquio, São Paulo, Moscou, etc.

O surgimento deste processo de globalização está provocando o aparecimento de um novo perfil de profissional da Contabilidade: mais flexível, com ampla formação cultural, sustentado no instrumental da informática, preparado para conhecer as minúcias de sua profissão em nível nacional e internacional. É um profissional que deve ser capaz de se adaptar às diversas exigências das empresas, cada vez mais “multinacionais”, empenhando-se na luta da harmonização das normas de registro (IFRS), mensuração e divulgação da

informação contábil, a fim de que ela possa ser bem compreendida e utilizada pela entidade em qualquer das suas matrizes e filiais espalhadas pelo mundo, e também para que todos os profissionais falem a mesma linguagem contábil, seja no Brasil, na América do Norte, na Europa ou na Ásia. É certamente uma tarefa das mais árduas, mas que trará benefícios imensuráveis à Contabilidade e ao profissional. (HAMMES, KARL, MOREIRA, LURRENT – 1998)

O lado positivo de tudo isso, é que inevitavelmente o profissional da Contabilidade deverá ser a peça chave para qualquer tomada de decisão por mais sutil que seja a sua colocação dentro desse processo.

Dessa forma, cabe aos profissionais da Contabilidade a responsabilidade pela maximização da utilidade da informação contábil e todo o trabalho de procurar atender, o máximo possível, a tão diferentes requisitantes da informação contábil. Ainda no que concerne ao processo de tomada de decisões, não podemos esquecer o fato de que a Contabilidade não pode mais ser apenas um retrato histórico da situação da entidade até determinada data. Ela deve, além disso, representar um instrumento essencial para projeções de situações patrimoniais e resultados futuros, planejamentos “de vendas, de resultados, de fluxo de caixas, etc, impactos de mudanças que se deseja realizar na política e nos procedimentos da empresa, e muitos outros recursos vitais para uma gestão de qualidade. A nova face da Contabilidade, aquela que tende a mostrar-se no futuro, no nosso entender, é, pois, a da observação dos fenômenos patrimoniais, porém sob a ótica das relações amplas e não aquelas restritas de séculos anteriores”. (BEZERRA, 2000)

7. IMPORTÂNCIA DA CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

A harmonização das normas contábeis no Brasil não objetivou chegar a um conjunto único de normas contábeis, e sim obter certo padrão de equivalência e comparabilidade. Em virtude da necessidade de satisfazer a vontade de várias autoridades diferentes, convencionou-se adotar um conjunto de normas padronizadas que seja flexível o suficiente e possa atingir as expectativas dos usuários da informação contábil em países diferentes. (MARTINS; SOARES, 2008)

Um passo importante dado a partir da Lei nº 11.638/07 foi a criação do Comitê de

Pronunciamentos Contábeis – CPC, que teve função de atender as novas necessidades de convergência das normas contábeis e centralizar a emissão de normas dessa natureza. Até dezembro de 2015 esse Comitê havia emitido 47 Pronunciamentos Técnicos, 20 Interpretações Técnicas, 8 Orientações Técnicas e 8 Revisões de Interpretações Técnicas e Pronunciamentos.

Das principais alterações trazidas no formato do Balanço Patrimonial com a Lei nº 11.638/07, pode-se citar em síntese: a criação da nomenclatura de ativo e passivo não circulante; criação da conta de intangível, mudança no uso da conta de diferido; criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial dentro do patrimônio líquido, e exclusão a conta de lucros acumulados.

O conjunto completo das Demonstrações Contábeis passou a ser composto de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, e, no caso das Companhias Abertas, a Demonstração do Valor Adicionado. Além disso, houve a recomendação da utilização do pressuposto contábil da primazia da essência sobre a forma, direcionando a Contabilidade para o registro da realidade das transações, a possibilidade da figura do custo atribuído como forma de trazer a valor de mercado o imobilizado, além de alterações na forma de mensuração de ativos e passivos, e a figura do teste de recuperabilidade, conhecido como impairment test.

No Quadro 9 são apresentadas algumas das alterações mencionadas:

Lei 6.404/76 antes das alterações da Lei 11.638/07	Lei 6.404/76 após as alterações da Lei 11.638/07
Publicação das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos – Doar.	Publicação das Demonstrações dos Fluxos de Caixas – DFC.
Não havia a exigência da publicação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA para as companhias abertas.	Obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA para as companhias abertas.
Os aumentos de valores nos saldos de ativos serão registrados com Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido.	Os aumentos ou diminuições de valores nos saldos de ativos e passivos decorrentes de avaliações e preço de mercado serão registrados na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.
O ativo permanente é dividido em: investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido. Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, os saldos vertidos poderão ser registrados pelos valores contábeis.	Ativo permanente passa a ser ativo não circulante e dividido em: investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

Nas operações de incorporação, fusão ou cisão, os saldos vertidos poderão ser registrados pelos valores contábeis.	Os saldos serão vertidos a valor de mercados nos casos de: fusões, cisões ou incorporações.
O Patrimônio Líquido: capital social reserva de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros ou prejuízos acumulados.	O Patrimônio Líquido: capital social reserva de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
As companhias abertas são obrigadas a publicar as suas demonstrações contábeis devidamente auditadas. As companhias fechadas são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis.	As companhias abertas e as sociedades de grande porte de capital fechado são obrigadas a apresentar demonstrações contábeis segundo os mesmos padrões da Lei das S.A. e auditadas por auditores independentes.
A escrituração contábil será efetuada de acordo com os princípios de Contabilidade geralmente aceitos, podendo registrar nos livros comerciais ou em livros auxiliares os ajustes decorrentes da legislação tributária.	Deverá ocorrer segregação entre escrituração mercantil e tributária.
A CVM expedirá normas contábeis de acordo com os princípios de Contabilidade geralmente aceitos.	CVM expedirá normas contábeis em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)
As sociedades controladas devem ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.	As sociedades controladas, sociedades que fazem parte do mesmo grupo que estejam sob influência e controle comum, devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.
Quadro 10 - Comparativo Lei nº 6.404/76 antes e depois da alteração em 2007.	
Fonte: Moliga (2012).	

Dessa forma, com advento da Lei nº 11.638 de 2007, e seguintes, a Lei nº 6.404/76 passou a estar harmonizada com o padrão das normas internacionais de Contabilidade (IFRS) e a possibilitar uma leitura apropriada e uniforme dos demonstrativos brasileiros à investidores internacionais e demais stakeholders.

A seguir transcrevem-se os depoimentos das principais lideranças contábeis nacional e do Estado, elaboradas especialmente para este trabalho:

Na opinião do Contador **José Martônio Alves Coelho**, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade: “O futuro da profissão contábil passa, necessariamente, pela educação continuada, ligando-se, ainda, à evolução dos atos normativos e ao desenvolvimento tecnológico. O CFC trabalha com afinco para oferecer aos profissionais essas ferramentas, por meio da realização de inúmeros eventos, da atualização das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) convergidas às normas internacionais (IFRS) e, entre outros, do incentivo para

que os profissionais da área se comprometam com o novo “fazer contábil”, cujas características são inerentes às constantes mudanças do mercado de trabalho. Destaco também que, atualmente, as Instituições de Ensino Superior, no geral, estão bem preparadas para oferecer cursos de Ciências Contábeis de qualidade e formar profissionais capacitados para atender às novas demandas. Com a devida aplicação da educação continuada, esses profissionais mantêm os conhecimentos necessários para utilizar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), as normas internacionais de Contabilidade, a legislação tributária, as novas tecnologias e sistemas integrados. Hoje, os profissionais têm meios para gerar informações muito mais precisas e eficazes, são reconhecidos como peças-chaves e estratégicas dentro das corporações e contribuem, efetivamente, para o desenvolvimento do País”.

Em depoimento, o Contador **Adilson Cordeiro**, Presidente do CRCSC: “Ingressei na área contábil em março de 1988, hoje sendo um jovem empresário contábil, vivenciei o início dos computadores Cobra, máquinas de datilografar, o crescimento e o cruzamento das informações das obrigações acessórias, e o avanço das Normas Brasileiras de Contabilidade. Para ser prever o futuro da nossa profissão, é necessário observar o passado e o nosso presente. Desde 2008 com a chegada das Normas Internacionais de Contabilidade, o profissional de Contabilidade hoje tem em sua volta umas 4.000 páginas de Normas Brasileiras de Contabilidade. Na mesma linha, temos um avanço e uma complexidade gigante, quanto aos procedimentos de auditoria por exemplo. Já o empresário que lida na área privada, além das NBCs, deve se ater ao mundo tão grande e complexo do SPED - Sistema Público de Escrituração Contábil e todas as suas variáveis, além das legislações tributárias. Da padronização da Contabilidade pública alinhada as normas internacionais. Os professores, devem estar atentos a esse universo para formar o estudante e oferecer este, a um mercado competitivo e exigente. No meio disso tudo, temos que estar antenados a economia e ao mercado. O que dizer do e-commerce de 10 anos atrás e de sua realidade hoje? Das mutações sofridas diariamente pelas empresas com novos entrantes ou outsiders? A exemplo das telefônicas, empresas de TV fechada, softwares e novas tecnologias? Assim, fica fácil dizer que mais de 50% do que fazíamos 5 anos atrás, não fazemos mais, e que bem provável daqui a 5 anos, mais de 50% dos nossos hábitos e rotinas atuais serão alterados. Por isso, devemos buscar cada vez mais conhecimentos, estarmos atentos ao mercado e as novas oportunidades que ele nos oferece, “sair” a frente, se adaptar e gerar conhecimento úteis aos nossos clientes e a todos os stakeholders”.

Para o Contador **Tadeu Oneda**, Presidente da Federação dos Contabilistas de Santa Catarina: “A Contabilidade que tem na sua essência prestar informações patrimoniais das entidades públicas e privadas, está mais uma vez passando por grandes transformações, o que vem ocorrendo de forma veloz nos últimos anos. Para os próximos anos teremos novamente grandes transformações, em que o profissional deverá demonstrar através das normas contábeis a real situação da entidade, de forma simples e objetiva que todos entendam, bem como atender as exigências por parte do fisco e demais normas que regulam o controle patrimonial. O profissional da Contabilidade está a cada dia mais inserido na participação de tomada de decisões administrativas devido à complexidade da legislação para sua aplicabilidade. Considerando que o futuro prospecta para o profissional da Contabilidade ser um especialista, devemos sim estar preparados para grandes desafios, nos preocupando aos estudos permanentes, como também teremos logo, logo profissionais especialistas em determinadas áreas como vem acontecendo nas demais categorias profissionais. O Futuro para o profissional da Contabilidade será brilhante desde que esteja inserido no caminho da mudança, do estudo e da transformação”.

Do ponto de vista do Contador **Nélio Herzmann**, Presidente da Academia Catarinense de Ciências Contábeis, “Certamente que o futuro da Contabilidade no Brasil e no mundo, em razão do desenvolvimento tecnológico, da concepção de softwares cada vez mais eficientes e eficazes, modificará a forma de produção dos serviços contábeis, refletindo significativamente no papel dos contadores e na participação da Contabilidade na gestão das instituições, que será completamente diverso do que até então costumeiramente se pratica. Nesta visão, os contadores serão: analistas de relatórios contábeis produzindo informações úteis e desejáveis para tomada de decisão, gestores de custos, gestores de resultados projetados, gestores financeiros de curto e longo prazo, entre tantas outras atividades que pensam a Contabilidade ao invés de somente produzi-la. Desta forma, a Contabilidade do futuro será a big tool das instituições, tanto públicas quanto privadas, a partir do entendimento que todas estas instituições cada vez mais necessitarão de controle (interno e externo), certificações, projeções, garantias de fidedignidade e confiabilidade que somente a Contabilidade pode realizar”.

Na opinião do Contador **Juarez Domingues Carneiro**, Presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade: “Iluminados são aqueles que conseguem transmitir o seu conhecimento e a sua obra, especialmente no mundo contábil, para fins de estudo e pesquisa, contri-

buindo assim para o fortalecimento da Contabilidade. Essa é a mensagem que dedico carinhosamente ao autor. A ciência contábil deu um salto majestoso nos últimos dez anos, com impacto expressivo no Brasil, onde uma série de acontecimentos marcaram os sucessivos momentos de presença marcante da profissão e dos profissionais. O movimento global em torno da Contabilidade Internacional, fez emergir organismos como a IFAC e o IASB, surgindo então as IFRS e IPSAS, respectivamente, as normas internacionais de Contabilidade para o setor privado e público, assim como as normas de auditoria. A linguagem mundial dos negócios passou a ser a Contabilidade, permitindo assim a comparabilidade e a maior transparência. No Brasil surgiu em 2005, por meio de uma Resolução do CFC - Conselho Federal de Contabilidade, onde seis instituições passaram a integrar o chamado CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, um marco para a harmonia do pensamento contábil brasileiro, cujos pronunciamentos, servem de base para o estabelecimento de normas por parte dos diversos entes normativos, entre o ele o CFC, que é o responsável pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs. Nesse sentido há criação de diversas Leis que respaldam o processo de inserção do País nesse contexto internacional. Paralelamente, há crescimento quantitativo e qualitativo na capacitação, por meio de Cursos, seminários e Treinamentos. Os mais de 1400 cursos superiores de Contabilidade, começam a se preocupar mais com qualidade. Os Encontros de Coordenadores de Cursos de Ciências Contábeis e de Professores passaram a ser mais frequentes. O advento da Lei 12.249, sancionada em 2010, atualizou o nosso Decreto 9295/46, criando o Exame de Suficiência e a Educação Profissional Continuada, e dirimiu toda e qualquer dúvida acerca do poder normatizador do Conselho, além de outros dispositivos nela inseridos. Em 2011 é criado o GLENIF – Grupo Latino Americano de Normas e Informações Financeiras, que se tornou o CPC para América Latina, liderado pelo Brasil, ensejando um reconhecimento internacional do País no âmbito da Contabilidade mundial. O ano de 2013 nasce como dedicado a Contabilidade brasileira, num justo reconhecimento aos profissionais e a profissão. A campanha em nível nacional intitulada – “2013 O Ano da Contabilidade no Brasil”, mostrou para a sociedade a força, a grandeza e a importância da Contabilidade. O processo torna-se irreversível, o Brasil é um país que avança na Contabilidade, exigindo do profissional contábil uma evolução do seu perfil e a constante busca do conhecimento. Torna-se imperativo que, instituições brasileiras como o CFC, FBC, IBRACON, dentre outras continuem a trilhar um caminho responsável e harmonioso, na busca por uma

rio das organizações, sejam privadas ou públicas”.

Para a Contadora **Maria Clara Bulgarim Cavalcante**, Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis: “Estamos vivenciando o futuro das Ciências Contábeis. Desde o pensamento inicial das Partidas Dobradas, temos assistido diariamente ao progresso dessa ciência e do quanto esteve atrelada ao desenvolvimento da humanidade. A partir daquele conceito primeiramente plantado por Luca Pacioli, temos sido chamados à responsabilidade de desenvolver e valorizar cada vez mais a profissão, por meio do aprimoramento e da capacitação profissional. Para tanto, as entidades representativas da classe contábil brasileira são incansáveis na busca desse ideal. E, na condição de entidades, somos diariamente desafiados a investir na fonte desses conhecimentos, que são as Instituições Ensino Superior, com a finalidade precípua de promover a devida qualidade do ensino da Contabilidade, trabalhando simultaneamente com nossos mestres para proporcionar aos futuros profissionais um ensino de excelência. E essa integração com o universo acadêmico caracteriza-se como uma forma de reinventar a Contabilidade, tanto do ponto de vista da ciência quanto das novas tecnologias. Para tanto, temos incentivado e apoiado não somente a nossa juventude acadêmica – essa nova geração de jovens universitários, eleitos como os próximos multiplicadores das Ciências Contábeis e os responsáveis por perpetuar o nosso legado –, mas também os nossos mestres, os novos profissionais, os pensadores e os empreendedores contábeis ao estímulo da produção de obras científicas, ao pensamento filosófico e à disseminação dos conhecimentos tecnológicos voltados à Contabilidade. Assim, na busca do constante aprimoramento das Ciências Contábeis, essas são ações efetivas para que o trabalho dos nossos profissionais se torne um instrumento eficaz para a proteção da sociedade e para o conseqüente desenvolvimento e progresso do País”.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho reflete o resultado de uma longa pesquisa sobre a evolução histórica dos cursos de Contabilidade em Santa Catarina, vindo possibilitar não só o entendimento, no transcorrer do século passado e deste, das diferentes facetas do profissional de Contabilidade em nosso Estado, mas também conhecer o sentimento dos principais dirigentes da comunidade contábil a respeito do futuro da Contabilidade e por consequência também do futuro do Profissional da Contabilidade.

Ressalta-se, que as constantes mudanças nas grades curriculares nestes quase cem anos dos cursos de Contabilidade, proporcionaram aos alunos e profissionais uma melhor adequação às grandes mudanças tecnológicas e da economia globalizada. Hoje no Brasil temos mais de 1400 cursos de Ciências Contábeis, que estão se preocupando mais com a qualidade do conteúdo transmitido aos acadêmicos.

O grande dado positivo das pesquisas revelou que a maioria dos envolvidos acredita num futuro promissor para o profissional da Contabilidade. Portanto, necessário se faz que este profissional não se prenda somente à grade curricular do seu curso de graduação, mas também alce voos maiores, à procura de uma constante educação, a chamada educação profissional continuada, onde ele poderá rever, sistematicamente, os conteúdos abordados para melhoria de seu desempenho profissional, como destacou o Contador José Martônio Alves Coelho em seu depoimento.

Hoje, a bem da verdade, o perfil do profissional escolhido pelo mercado, exige uma gama de requisitos, tais como: estar atualizado com as mudanças das normas de Contabilidade e fiscais, ter curso de pós-graduação, saber trabalhar em equipe, dominar outro idioma (inglês/espanhol), ser capaz de executar múltiplas tarefas ao mesmo tempo, dominar com eficiência a informática, saber fazer pesquisa, ser criativo na busca de soluções, entre outros. Na realidade, o simples título do curso parece não mais ter tanto peso.

Destaque também para o advento da Lei nº 12.249, sancionada em 2010, que atualizou o Decreto nº 9295/46, criando formalmente o Exame de Suficiência e a Educação Profissional Continuada, e dirimiu toda e qualquer dúvida acerca do poder normatizador do Conselho Federal de Contabilidade, além de outros dispositivos nela inseridos.

Em virtude, de no ano de 2017 ser comemorado o centenário da Contabilidade em

Santa Catarina, sugere-se que as entidades contábeis (CFC, CRCSC, FBC e Abracicon), reúnam-se para elaboração e custeio de um projeto de restauração do prédio (Figura 4 – p. 10) que abrigou o primeiro curso de Guarda-Livros em Santa Catarina. Recomendável, ainda, a realização de um evento com a fixação naquele prédio, de uma placa comemorativa ao centenário da Contabilidade em Santa Catarina.

Do presente trabalho poderão surgir inquietações e necessidades de aprofundamento. Espera-se que o estímulo advindo da leitura do mesmo provoque novas obras a respeito deste tema, e que cada vez mais os profissionais de Contabilidade escrevam com orgulho sua história.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lourival Pereira A evolução histórica dos cursos de Contabilidade em Santa Catarina. Florianópolis: Colibri, 1999.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BEZERRA, Sérgio Luiz de Argolo. Contabilista rumo ao novo século. Revista CADE-FMJ, v. II, p. 25-27, 2000.

CARNEIRO, Juarez Domingues (Coord.). Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis. 2. ed. Brasília: FBC, 2009.

Conselho Federal de Contabilidade. Pesquisa perfil do profissional da Contabilidade 2012 e 2013. Brasília: CFC, 2013.

HAMMES, Cristiano. KARL, Fábio César. MOREIRA, Fabíola. LURRENT, Valdecir. Perspectiva para a profissão e para o profissional de Contabilidade. Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro v. 11, p. 12, 1998.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARION, José Carlos. Preparando-se para a Profissão do Futuro. Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro, v. 11, p. 4, 1998.

MARTINS, Orleans Brasil; SOARES, Antônio Marcos. A contabilidade Internacional e a convergência às normas internacionais de contabilidade do IASB. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 9., 2008. Natal. Anais... Natal: UERN, 2008.

MOLIGA, Marcos. A nova visão contábil após a Lei nº 11.638/2007. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/790/a-nova-visao-contabil-apos-a-lei-116382007/>>. Acesso em 15 dez. 2015.

ROSA, José Edú; MADEIRA, Ademar Américo. Odontologia Catarinense. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

SÁ, Antônio Lopes de. História da Contabilidade, v. 1,2 e 3. Belo Horizonte: Editora Presente, 1960.

SÁ, Antonio Lopes de. História Geral e das Doutrinas da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antonio Lopes de. História Geral da Contabilidade no Brasil. Brasília: CFC, 2008.

VIEIRA, Amazile de Holanda. Instituto Polytechnico no Contexto Sociocultural de Florianópolis. 1979. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

VIEIRA, Amazile de Holanda. Instituto Polytechnico no Contexto Sociocultural de Florianópolis. Florianópolis: A & P, 1986.

RESGATE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE EM SERGIPE



Mariana Dórea Figueiredo Pinto

Alanny Kalyny Leite de Andrade

Edson Souza de Jesus

Elson Amorim Simões

Gilvânia Andrade do Nascimento

Simone Silveira Amorim

Conselho Federal de Contabilidade

Conselho Regional de Contabilidade do Sergipe

Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	3
1. Introdução	4
2. Primeiras Evidências	6
2.1. Primeiros Profissionais	6
2.1.1. Pessoas Físicas	7
2.1.2. Pessoas Jurídicas	8
2.2. Primeiros Manuscritos	9
2.3. Impressos	13
3. Primeiras Organizações	17
3.1. Sindicato dos Contabilistas de Sergipe – Sindcont-SE.	17
3.2. Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe – CRCSE	19
3.2.1. Fotos das sedes do CRCSE.	24
3.2.2. Galeria dos Ex-Presidentes	27
3.2.3. Principais eventos promovidos pelo CRCSE.	34
3.2.4. Os primeiros Funcionários	36
3.3. Associação dos Peritos Judiciais do Estado de Sergipe - Apejese	37
3.4. Academia Sergipana de Ciências Contábeis - ASCC	38
3.5. Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de Sergipe – Sescap/SE	43
4. Primeiras Escolas	47
4.1. História do Ensino de Contabilidade no Estado de Sergipe	47
4.2. Escola Técnica de Comércio de Sergipe	59
4.3. Curso Superior de Ciências Contábeis em Sergipe	60
4.3.1. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tiradentes - UNIT	60
4.3.2. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe - UFS.	61
5. Considerações Finais	65
Referências	67

RESUMO

Dentro de uma perspectiva histórica, o trabalho buscou resgatar as primeiras evidências da História da Contabilidade em Sergipe, utilizando como fontes os documentos impressos, manuscritos, leis, decretos, trabalhos científicos, e sobretudo de relatos de profissionais, levantando momentos específicos e personagens relevantes. Para todo esse processo, foi levantado atas, pareceres, decretos, leis, resoluções e outros documentos nos acervos do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), Sindicato dos Contabilistas de Sergipe (Sindicont-SE), Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC), Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de Sergipe (Sescap/SE), Arquivo do Colégio Tobias Barreto (antiga Escola de Comércio de Sergipe) e Universidade Federal de Sergipe. Após o levantamento e seleção dos documentos, informantes foram localizados para a coleta de depoimentos, através de entrevistas gravadas pelos pesquisadores, com o consentimento dos entrevistados, no período de 15 de setembro a 29 de dezembro de 2015. Posteriormente, todas as entrevistas foram transcritas e lidas para a identificação das principais temáticas de cada fala. Nelas os profissionais da Contabilidade mostraram seus conhecimentos sobre a História da Contabilidade em Sergipe, além de relatarem suas experiências pessoais e profissionais. O trabalho teve como marco temporal o período de 1926 a 2015, investigando toda a centralização e normatização da contabilidade em Sergipe. A ausência de algumas informações no texto decorreu do que não foi, efetivamente, identificado na pesquisa. Ressalta-se a importância deste trabalho como ferramenta de desenvolvimento do Estado, resgatando sua memória e evolução, fomentando a valorização da profissão contábil.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a História da Contabilidade no Estado de Sergipe traz contribuições importantes para o entendimento de fatos e momentos sócioeconômicos de épocas passadas. Tais considerações evidenciam a relevância dessa área do conhecimento para as pesquisas educacionais e econômicas, uma vez que permite uma compreensão de suas relações com o mundo.

Para tanto, fontes de diversas naturezas têm sido utilizadas em estudos mais recentes, especialmente no campo da História das Disciplinas Escolares, a fim de situar a participação do conjunto de agentes criadores desse conhecimento. Essas fontes – a legislação, atas, diplomas e outros textos normativos, além das entrevistas – possibilitam a compreensão do processo histórico em articulação com contextos mais amplos, culturais.

Essa compreensão é necessária, pois assim como ocorrem alterações e permanências, altera-se também a história das ideias educacionais, profissionais e pedagógicas e é preciso compreender não somente como alguns grupos particulares – professores, intelectuais, políticos, bacharéis – têm autoridade suficiente para introduzir mudanças, mas também em que medida as ações desses grupos são parte muito importante do quadro geral da educação e da cultura em uma determinada época, repercutindo, muitas vezes, por um longo período.

Assim, busca-se reconstituir, com esse texto, a História da Contabilidade em Sergipe, tendo em vista fazer uma reflexão sobre o papel da Contabilidade, sua importância como ferramenta de desenvolvimento do Estado, resgatando sua memória e sua evolução, fomentando a valorização da profissão contábil. Ressaltam-se, aqui, as redes de interdependência, pois “[...] cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos” (ELIAS, 1994, p. 22). Nesse sentido, os variados tipos de funções, por mais díspares que possam demonstrar ser, tornam-se dependentes, imbricadas, vivendo em uma rede de interdependências.

Este trabalho pretende, portanto, ser uma memória dos principais acontecimentos que envolvem a Contabilidade de Sergipe: primeiros profissionais, primeiros manuscritos, primeiras escolas, primeiras organizações e depoimentos de profissionais legitimados nesse

campo.

Para esse resgate histórico, tivemos que voltar no tempo, ao ano de 1926, para captar os primeiros sinais organizacionais, as primeiras proposições legais, não esquecendo o principal fio condutor da nossa profissão: a educação. Através dela tem sido garantida a formação de um número significativo de profissionais da área contábil, em Sergipe.

O papel do pesquisador na construção desse conhecimento histórico é de grande importância, pois ele tem a responsabilidade de construir um conhecimento apropriado, uma versão mais próxima possível da verdade. Assim, “[...] narrativa dentre outras narrativas, a história singulariza-se, entretanto, pelo fato de que mantém uma relação específica com a verdade ou, antes, de que suas construções narrativas pretendem ser a reconstrução de um passado que existiu” (CHARTIER, 2002, p. 237).

Este trabalho está estruturado em uma introdução, três seções e considerações finais, nos quais se buscou aliar a pesquisa da origem da Contabilidade em Sergipe, como também a história das associações profissionais e sindicatos que compõem a sua organização e congregam os profissionais que dela fazem parte.

Assim, primeiramente, serão apresentadas as evidências dos primeiros profissionais, manuscritos e impressos que evidenciam a prática da Contabilidade em Sergipe com o objetivo de trazer à memória aspectos que tragam ao conhecimento a trajetória dos profissionais que estiveram envolvidos, de alguma forma, com a constituição da mesma e deram contribuições específicas em épocas distintas.

Em seguida, serão apresentadas as primeiras organizações/entidades que congregam profissionais da contabilidade, sua história, suas atividades e conquistas. Tem-se em mente destacar as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social, contribuindo para a estilização da identidade que os profissionais que se agregam a essas instituições pretendem ver reconhecida.

As primeiras escolas também serão identificadas: os cursos técnicos e de graduação. O objetivo é demonstrar a evolução das instituições educativas voltadas para o ensino da Contabilidade no Estado de Sergipe, desde as escolas de comércio até as universidades.

Portanto, recomendamos a você, leitor, que faça conosco um passeio pela nossa História, a fim de sentirmos orgulho desse patrimônio que se constitui no resultado de esforço e dedicação de profissionais engajados e comprometidos com a profissão contábil.

2. PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS

Tem-se utilizado as memórias no intuito de reconstruir um determinado processo e modo de vida de uma geração ou grupo social. No entanto, é preciso estar atento ao fato de que a memória não é um espelho, mas um filtro, e como tal o que sai através dele não é nunca a realidade como foi vista e vivida.

É importante salientar que a memória não é somente constituída por pessoas e acontecimentos, mas também por lugares que acabam funcionando como ferramentas de apoio à memória. Esses locais têm também o intuito de servir de base para a lembrança de fatos de um período em que um personagem viveu por ele mesmo e que foram vivenciados por seus contemporâneos, ou seja, “[...] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.” (POLLAK, 1992, p. 201-202).

Sendo a memória um fenômeno construído individual e socialmente, pode-se afirmar que há uma ligação estreita entre memória e sentimento de identidade, entendida essa como a “[...] imagem de si, para si e para os outros”. Em outras palavras, a imagem que uma determinada pessoa adquire para si ao longo de sua existência, a que ela constrói e apresenta aos outros e a si mesma criando assim a sua própria representação e, finalmente, a que também é “[...] para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, 1992, p. 204).

É nesse sentido que agora serão demonstradas as primeiras evidências contábeis no Estado de Sergipe, levando-se em conta seus primeiros profissionais, manuscritos e impressos com o objetivo de trazer à memória aspectos da importância do que significa ser contador.

2.1. PRIMEIROS PROFISSIONAIS

Pode-se dizer que a dimensão humana dos processos e acontecimentos históricos nos permite a apreensão de diversos aspectos relacionados com a narrativa histórica de instituições, mediante a análise das trajetórias de indivíduos que se relacionaram, de alguma forma, com o tema. É com base nessas considerações que se pretende corroborar com a importância de se fazer menção aos que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, nesse processo, pois foram sujeitos que influenciaram na composição da História da Contabilidade em Sergipe. Esta seção faz destaque aos 10 primeiros profissionais legalmente

habilitados no estado, garantido espaço no mercado de trabalho, por categoria (Quadro I). Todos estavam registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe - CRCSE em 1947.

2.1.1. PESSOAS FÍSICAS



Figura 1 - Foto do 1º Presidente do CRC-SE.

Fonte: Site do CRC-SE - acesso: 29/12/2015.

Josino Marques de Almeida – além de ter sido o primeiro contador, foi o primeiro presidente do conselho, tendo seu mandato de 1947 a 1949. Em sua gestão foi elaborado, através da Resolução nº 1/1947, o primeiro Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade com o objetivo de organizar toda a estrutura inicial do CRCSE.

CONTADORES (AS)	Nº DE REGISTRO
JOSINO MARQUES DE ALMEIDA	SE-000001/O
MARIA DALVA CAMPOS DE ANDRADE	SE-000003/O
HUMBERTO FERNANDES ANTAS	SE-000004/O
JOSE ALOISIO DE CAMPOS	SE-000005/O
MARIA RAIMUNDA DANTAS	SE-000006/O
ELPIDIO PEREIRA DE FIGUEIREDO	SE-000007/O
JOVIANIANO DA FONSECA FIL	SE-000008/O
GENESIO CAVALCANTE FROES	SE-000009/O
RAUL ANDRADE LEAL	SE-000011/O

JOSE MARIA BARBOSA MENEZES	SE-000019/O
GUARDA-LIVROS	Nº DE REGISTRO
MERCEDES AMORIM	SE-000002/O
OSCAR PRADO E GOES	SE-000010/O
YOLANDO JOSE DE MACEDO	SE-000012/O
GUIOMAR MAGALHAES	SE-000013/O
ORLANDO MARTINS	SE-000014/O
CARLOS MEIRA	SE-000015/O
GUIOMAR FERNANDES DE MELO	SE-000016/O
JOSÉ ALMEIDA LIMA	SE-000017/O
ODILON SOARES DE MELO	SE-000018/O
ANTÔNIO SOARES SANTANA	SE-000029/O

Quadro 1 - Primeiros Profissionais Registrados no CRC-SE.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 8/10/2015.

Em 31 de dezembro de 1948, o CRCSE contava com 150 profissionais registrados. Desses, 42 eram Guarda-Livros, sendo 34 homens e 8 mulheres, e, 108 Contadores, sendo 98 homens e 10 mulheres. Maria Dalva Campos de Andrade foi a primeira Contadora a se habilitar como profissional feminina no CRCSE, com o registro sob o número SE-000003/O.

2.1.2. PESSOAS JURÍDICAS

Os três mais antigos escritórios de Contabilidade do Estado de Sergipe, ainda ativos, registrados no CRCSE, são:

Porvir Serviços Contábeis Ltda ME, registrado sob o número SE-000003/O, em 30 de janeiro de 1968. Sua sede é na Rua São Cristóvão, nº 461, sala 705, no centro de Aracaju.

Sergeco Assistência Contábil S/S, registrado sob o número SE-000012/O em 25 de outubro de 1969, iniciou suas atividades na Rua José do Prado Franco, nº 122, Edifício Júlio Menezes, mudando-se para a Rua Laranjeiras, nº 304, no centro de Aracaju. Em seguida, comprou duas salas no Edifício Leila, Rua Florentino Meneses, e por fim, no final da década de 70, vendeu as salas e comprou um terreno onde desde 1983, funciona a sede atual, hoje com 27 funcionários. Já são 46 anos de prestação de serviço.

Escritório Regional Procuradoria e Assistência Contábil Ltda – ERPAC, uma empresa de assessoria e consultoria voltada ao atendimento de órgãos públicos e entidades que, de alguma forma, es-

tenham sujeitas às regras específicas da contabilidade pública. Iniciou as suas atividades em 1974, e só em dezembro de 1978 foi registrado no CRCSE sob o número SE-000101/O, com sede na Galeria do Hotel Palace, somente com uma sala, permaneceu por lá até o ano de 2000, buscando melhorar suas instalações mudando-se para a Rua Pacatuba, nº 327, Centro, Aracaju/SE.

Aécio Prado Dantas, sócio da empresa e bacharel em Direito, já prestava serviço de apoio às prefeituras para garantir o Fundo Rodoviário Nacional - FRN, convidou sua prima que era Técnica em Contabilidade para juntos constituírem um escritório. Chegou a trabalhar com um número de 35 a 40 prefeituras e uma equipe de 10 a 12 funcionários. Atualmente, trabalha com 30 prefeituras e com aproximadamente 40 funcionários.

Especializado nas áreas de contabilidade governamental, licitações e contratos administrativos, o ERPAC vem prestando seus serviços ao longo de mais de três décadas, já tendo atendido, nesse período, quase a totalidade das Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado de Sergipe.

2.2. PRIMEIROS MANUSCRITOS

As memórias institucionais constituem-se em uma fonte significativa para o pesquisador, pois também refletem as intenções do que se pretendia perpetuar como verdade irrevogável. Os manuscritos citados neste trabalho, por exemplo, também refletem a percepção que os profissionais da contabilidade tinham de si mesmos como grupo social e profissional.

Partindo da afirmação de que os estudos de História também são feitos a partir da memória, é que se insere a necessidade de lançar mão dos “documentos/monumentos”, os quais dizem respeito a tudo aquilo que remonta ao passado. Jacques Le Goff afirma que “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1984, p. 95).

Matrícula da 1ª série da Escola de Comércio
Conselheiro Orlando durante o anno de 1928

N.º	Nomes	Idade		Admissão	Filiação	Observações
		em Anos	Meses			
1	Raymundo de Almeida	7	Setembro	1912	Alameda	José de Mattos de Almeida
2	Arbete de Aguiar Ribeiro	11	Agosto	1911	Capella	Felice de Aguiar Ribeiro
3	Alcides de Almeida e Oliveira	14	Setembro	1912	Rosário	Flaviano de Almeida e Oliveira
4	Luiz de Almeida	13	Setembro	1914	Alameda	José de Aguiar e Aguiar
5	Luiz de Almeida	6	Setembro	1911	Rosário	Alfredo de Almeida e Aguiar
6	Maria de Almeida e Oliveira	15	Agosto	1910	Alameda	Francisco de Almeida e Oliveira
7	José de Almeida	5	Setembro	1913	Alameda	Alfredo de Almeida e Oliveira
8	Guilherme de Almeida	12	Setembro	1914	Alameda	Francisco de Almeida e Oliveira
9	Luiz de Almeida	17	Setembro	1913	Alameda	-
10	Luiz de Almeida	14	Setembro	1914	Alameda	José de Almeida e Oliveira
11	Luiz de Almeida	10	Setembro	1911	-	Francisco de Almeida e Oliveira
12	Luiz de Almeida	11	Setembro	1913	-	Francisco de Almeida e Oliveira

Figura 2 - Livro de Matrícula da 1ª série da Escola de Comércio Conselheiro Orlando - 1928.

Fonte: Arquivo da Escola Tobias Barreto - acesso: 1/12/2015.

Autographo de recibo para
V.ª Sr.ª Tullia de Almeida, a quem
se entregou esta carta de recibo a
pedido do Sr. Conselheiro Orlando
Secretaria da Escola de
Comércio Conselheiro Orlando
em 16 de Março de 1927.

Manoel Carlos de Faria

Severina esta carta de
recibo da Secretaria da Escola de
Comércio Conselheiro Orlando
em 16 de Março de 1927.

Secretaria da Escola de
Comércio Conselheiro Orlando
em 16 de Março de 1927

José Viana Tullia de Almeida

Figura 3 - Livro de Correspondências Oficiais da Escola de Comércio Conselheiro Orlando.

Fonte: Arquivo da Escola Tobias Barreto - acesso: 1/12/2015.

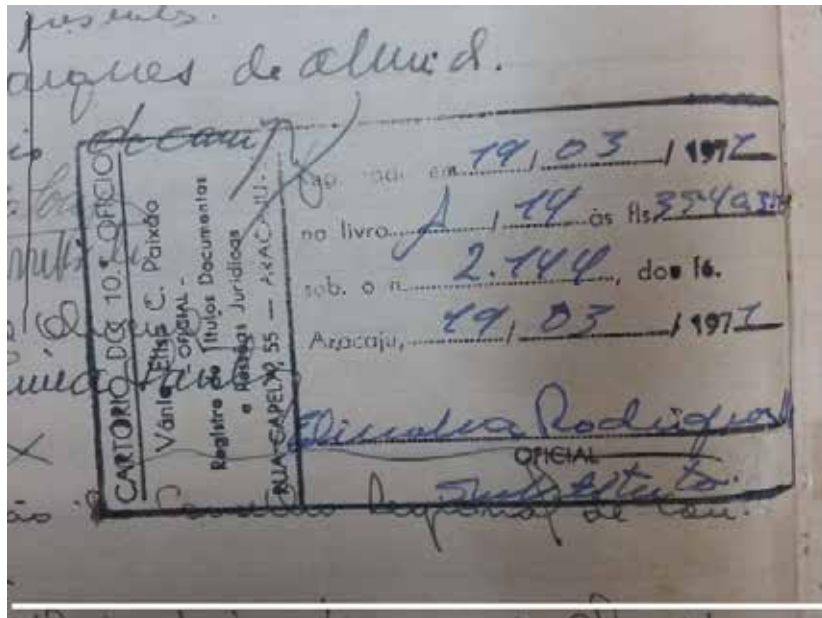


Figura 6 - Registro em cartório da primeira Ata do CRC-SE - 1947.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 15/12/2015.

Deve	Caixa
1. <i>[Handwritten entries]</i>	8000
2. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
3. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
4. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
5. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
6. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
7. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
8. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
9. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
10. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
11. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
12. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
13. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
14. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
15. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
16. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
17. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
18. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
19. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
20. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
21. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
22. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
23. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
24. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
25. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
26. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
27. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
28. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
29. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
30. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
31. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
32. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
33. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
34. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
35. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
36. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
37. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
38. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
39. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
40. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
41. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
42. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
43. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
44. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
45. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
46. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
47. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
48. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
49. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
50. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
51. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
52. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
53. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
54. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
55. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
56. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
57. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
58. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
59. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
60. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
61. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
62. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
63. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
64. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
65. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
66. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
67. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
68. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
69. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
70. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
71. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
72. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
73. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
74. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
75. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
76. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
77. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
78. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
79. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
80. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
81. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
82. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
83. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
84. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
85. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
86. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
87. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
88. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
89. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
90. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
91. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
92. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
93. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
94. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
95. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
96. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
97. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
98. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
99. <i>[Handwritten entries]</i>	6000
100. <i>[Handwritten entries]</i>	6000

Haver
1. <i>[Handwritten entries]</i>
2. <i>[Handwritten entries]</i>
3. <i>[Handwritten entries]</i>
4. <i>[Handwritten entries]</i>
5. <i>[Handwritten entries]</i>
6. <i>[Handwritten entries]</i>
7. <i>[Handwritten entries]</i>
8. <i>[Handwritten entries]</i>
9. <i>[Handwritten entries]</i>
10. <i>[Handwritten entries]</i>
11. <i>[Handwritten entries]</i>
12. <i>[Handwritten entries]</i>
13. <i>[Handwritten entries]</i>
14. <i>[Handwritten entries]</i>
15. <i>[Handwritten entries]</i>
16. <i>[Handwritten entries]</i>
17. <i>[Handwritten entries]</i>
18. <i>[Handwritten entries]</i>
19. <i>[Handwritten entries]</i>
20. <i>[Handwritten entries]</i>
21. <i>[Handwritten entries]</i>
22. <i>[Handwritten entries]</i>
23. <i>[Handwritten entries]</i>
24. <i>[Handwritten entries]</i>
25. <i>[Handwritten entries]</i>
26. <i>[Handwritten entries]</i>
27. <i>[Handwritten entries]</i>
28. <i>[Handwritten entries]</i>
29. <i>[Handwritten entries]</i>
30. <i>[Handwritten entries]</i>
31. <i>[Handwritten entries]</i>
32. <i>[Handwritten entries]</i>
33. <i>[Handwritten entries]</i>
34. <i>[Handwritten entries]</i>
35. <i>[Handwritten entries]</i>
36. <i>[Handwritten entries]</i>
37. <i>[Handwritten entries]</i>
38. <i>[Handwritten entries]</i>
39. <i>[Handwritten entries]</i>
40. <i>[Handwritten entries]</i>
41. <i>[Handwritten entries]</i>
42. <i>[Handwritten entries]</i>
43. <i>[Handwritten entries]</i>
44. <i>[Handwritten entries]</i>
45. <i>[Handwritten entries]</i>
46. <i>[Handwritten entries]</i>
47. <i>[Handwritten entries]</i>
48. <i>[Handwritten entries]</i>
49. <i>[Handwritten entries]</i>
50. <i>[Handwritten entries]</i>
51. <i>[Handwritten entries]</i>
52. <i>[Handwritten entries]</i>
53. <i>[Handwritten entries]</i>
54. <i>[Handwritten entries]</i>
55. <i>[Handwritten entries]</i>
56. <i>[Handwritten entries]</i>
57. <i>[Handwritten entries]</i>
58. <i>[Handwritten entries]</i>
59. <i>[Handwritten entries]</i>
60. <i>[Handwritten entries]</i>
61. <i>[Handwritten entries]</i>
62. <i>[Handwritten entries]</i>
63. <i>[Handwritten entries]</i>
64. <i>[Handwritten entries]</i>
65. <i>[Handwritten entries]</i>
66. <i>[Handwritten entries]</i>
67. <i>[Handwritten entries]</i>
68. <i>[Handwritten entries]</i>
69. <i>[Handwritten entries]</i>
70. <i>[Handwritten entries]</i>
71. <i>[Handwritten entries]</i>
72. <i>[Handwritten entries]</i>
73. <i>[Handwritten entries]</i>
74. <i>[Handwritten entries]</i>
75. <i>[Handwritten entries]</i>
76. <i>[Handwritten entries]</i>
77. <i>[Handwritten entries]</i>
78. <i>[Handwritten entries]</i>
79. <i>[Handwritten entries]</i>
80. <i>[Handwritten entries]</i>
81. <i>[Handwritten entries]</i>
82. <i>[Handwritten entries]</i>
83. <i>[Handwritten entries]</i>
84. <i>[Handwritten entries]</i>
85. <i>[Handwritten entries]</i>
86. <i>[Handwritten entries]</i>
87. <i>[Handwritten entries]</i>
88. <i>[Handwritten entries]</i>
89. <i>[Handwritten entries]</i>
90. <i>[Handwritten entries]</i>
91. <i>[Handwritten entries]</i>
92. <i>[Handwritten entries]</i>
93. <i>[Handwritten entries]</i>
94. <i>[Handwritten entries]</i>
95. <i>[Handwritten entries]</i>
96. <i>[Handwritten entries]</i>
97. <i>[Handwritten entries]</i>
98. <i>[Handwritten entries]</i>
99. <i>[Handwritten entries]</i>
100. <i>[Handwritten entries]</i>

Figura 7 - Livro Caixa CRC-SE.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso em 15/12/2015.

Ata da sessão ordinária
do Sindicato dos Contabilistas
do Estado de Sergipe, realizada
dia 05 de março de 1970.

Às cinco dias do mês de março do ano hum
mil noventa e setenta, às 20 horas, na sede provisória do Sindicato
dos Contabilistas do Estado de Sergipe, à Rua Itabasiaracha nº 320, 1
andar, nesta Capital do Estado de Sergipe, realizou-se uma sessão
sendo ao conteúdo formulado pelo presidente do Sindicato. Aberta a
sessão do Sindicato, o sr. Osvaldo Bezerra Silva, convidou o associado
Antônio Alves Silva para secretário. Em seguida, o presidente passou
ter considerações sobre a presente reunião, dizendo que a finalidade
da mesma se prendia à distribuição de bolsas de estudos para os
sociados e dependentes, que preenchiam os requisitos e formalidades
exigidas pela entidade patrocinadora da distribuição de bolsas de
estudos, no caso a "Cete - Plano Equival de Bolsas de Estudos". Após
conhecimento do assunto, autorizou ao Secretário a distribuição dos formulários
de inscrição entre os associados. Como a maior parte dos presentes na
quase totalidade não tinha condição para satisfazer as exigências legais
apenas os associados Luiz Dias dos Santos, Neusa de Souza Camp
Manoel Eduardo de Santana e Antônio de Oliveira Souza, receberam
os formulários de inscrição para habilitarem-se às bolsas do tipo
"C". O sr. presidente fez ter ainda, que o prazo para a distribuição dos
formulários devidamente preenchidos expirar-se-á no dia 31 do cor
rente mês e que o número de bolsas a ser distribuídas será de 10
(dez). Como nada mais havia a tratar, foi a sessão suspensa
pelo tempo necessário à lavatura da presente Ata a qual, sr. Antônio
Alves Silva, sendo de Secretário, procedeu a lavatura da mesma
que vai por mim assinada e pelo presidente desta Sessão.

Aracaju, 05 de março de 1970.
Osvaldo Bezerra Silva - Presidente
Antônio Alves Silva - Secretário

Figura 8 - Ata da reunião do Sindicato dos Contabilistas 1970.

Fonte Arquivo do SINDCONT - atas das reuniões - acesso: 1/11/2015.

2.3. IMPRESSOS

A função dos impressos permite o registro de momentos significativos que muitas vezes a memória humana acaba por esquecer. Portanto, “Olhar o impresso por dentro, buscando no texto as mensagens expressas, indícios das maneiras como eram transmitidas [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 20) evidenciam a importância desse tipo de documento no registro de fatos, acontecimentos, locais, pessoas que fazem parte de uma história.



Figura 9 - Diploma de Josino Marques de Almeida.
 Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 7/10/2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
 CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM SERGIPE

Nome: MARIA DALVA CAPOS DE ARAUJO
 Estado Civil: SOLTEIRA
 Nacionalidade: BRASILEIRA
 Naturalidade: ARACATU
 Estado de: SERGIPE

Inscrito em: 20 de JUNHO de 1977
 Diploma em: 20 de JUNHO de 1977 pela ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE SERGIPE
 emitido em: 20 de JUNHO de 1977

Profissão: CONTADOR
 Número de registro no Conselho Regional: 53.770
 Data: 7 de 06 de 1975
 Livro: 106 de 68
 Assinatura: [assinatura]

Endereço: MINISTÉRIO DO TRABALHO - ARACATU - SERGIPE

DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA REGISTRO

Origem	Número	Data	Orgão Emissor	Data	Assinatura	Data	Validade	Observações
Identidade	-		R.T.C DE SERGIPE				0007	EX.
Electoral	-							
Militar	-							
Orgão Classe								
Cart. Nacionalista								
Cart. Profissional								
Cart. Escolar								

Estados Unidos de América informo aqui o seguinte: NENHUM

Qual? [assinatura] [data]

Se o nome inscrito neste CRC, por ocorrer para a emissão de uma nova matrícula?

Figura 10 - Registro de Maria Dalva - 1ª Contadora registrada no CRC-SE.
 Fonte: Arquivo CRC-SE - acesso 7/10/2015.

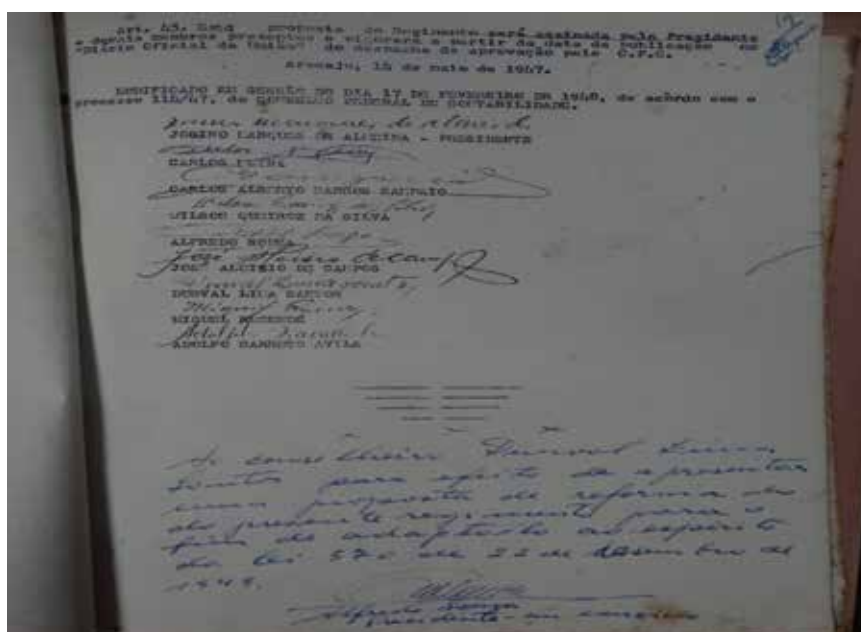
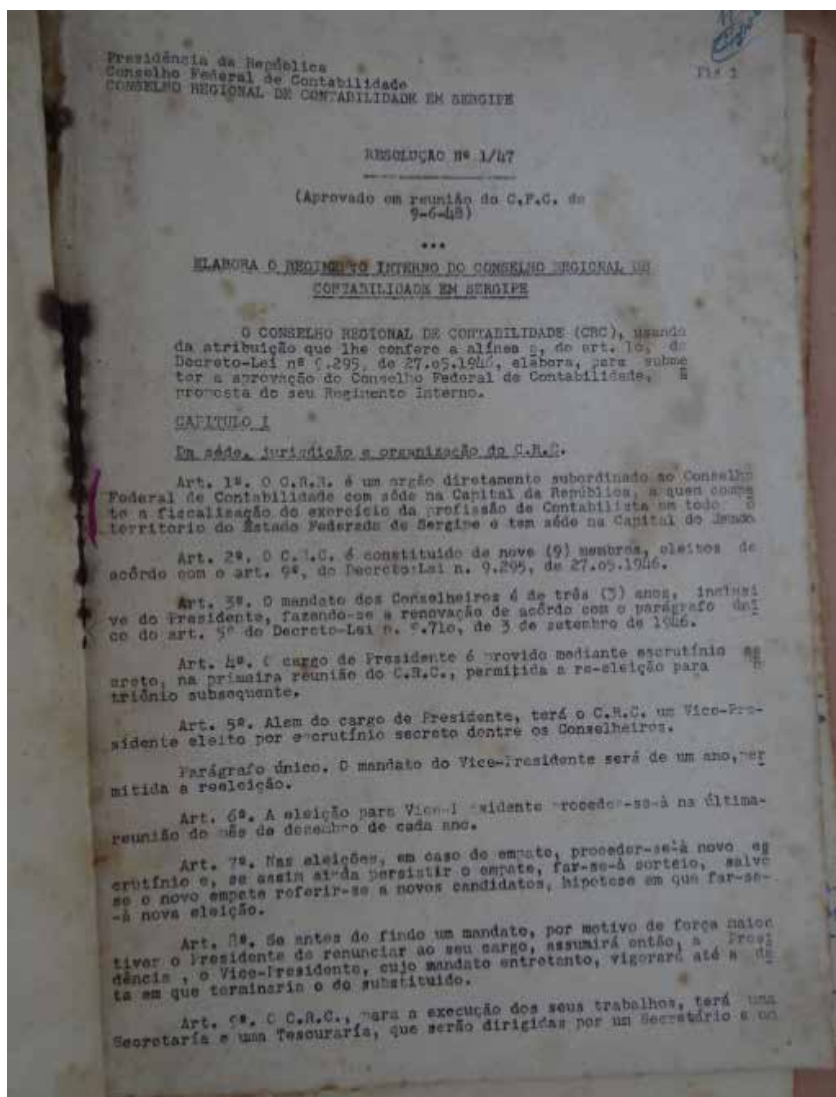


Figura 11 - Resolução nº 1/1947 - Cria o Regimento Interno do CRC-SE.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso 15/12/2015.

BALANÇO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1947

Z E R O D I C A R I A

<u>RECEITAS</u>	
Carteiras Profissionais.....	22.60,00
Amalgames.....	3.400,00
Total.....	<u>3.600,00</u>
<u>PAGAMENTOS</u>	
Material.....	1.150,00
Despesas Diversas.....	1.750,00
Saldo para o exercício de 1948.....	2.500,00
Total.....	<u>3.600,00</u>

Vista
João Pereira

Figura 12 - Primeiro Balanço Financeiro do CRC-SE. - 1947.
Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 15/12/2015.

ESS 1

FUNDO DE REGISTRO DO ESTABELECIMENTO - ESS

1

Associação de Advogados e Profissionais Literatos

ACADEMIA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ASSOCIAÇÃO DE SERGIPANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOÃO PEREIRA

SALA 301

AV. CANAL

51001/78

51001/3005

0706178

SALA 301 - AMACAJU - SE

Figura 13 - Formulário de Registro de CNPJ da Academia Sergipana de Ciências Contábeis - 1978.
Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 15/12/2015.

3. PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES

3.1. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SERGIPE – SINDCONT-SE

A Associação Profissional dos Contabilistas no Estado de Sergipe foi registrada na Delegacia Regional do Trabalho Indústria e Comércio, sob o nº 10, em 9 de dezembro de 1942. Ela é um órgão de profissão liberal, com viés de cunho cultural, esportivo, artístico, sem uma competência legal para representação da categoria, mas tão somente de associados a ela.

Em 26 de janeiro de 1951 o quadro do Conselho da Associação era composto pelos conselheiros efetivos contadores Wilson Barbosa de Melo e Luiz Otávio de Aragão e pelo guarda-livro Yolando José de Macêdo. Seus suplentes eram os contadores Joviniano Fônseca Filho e Manoel Santiago Meneses e pelo guarda-livro José Amado Nascimento.

No dia 6 de setembro de 1955 reuniu-se um grupo de profissionais da Associação, às 20h, à Rua João Pessoa, nº 48, 1º andar, no centro de Aracaju, para eleger a diretoria e o conselho fiscal desta entidade para o período 1955/1957, assim constituídos:

Diretoria	
Carlos Alberto Barros Sampaio	Presidente
Edirany Sales de Oliveira	Secretário
Osorio de Araújo Ramos	Tesoureiro
Conselho Fiscal	
Pedro da Silva Bastos	
Antônio Grossi Missano	
José Garcez Dorea	

Quadro 2 - 1ª Diretoria do SINDCONT-SE - 1955.

Fonte: Arquivo do Sindicato - atas de reuniões - acesso: 28/10/2015.

Uma das primeiras sede da Associação Profissional dos Contabilistas do Estado de Sergipe foi no Edifício Mayara, na Rua Laranjeiras, nº 151, 4º andar, sala 417, no centro da cidade de Aracaju. A associação teve, nessa época, como principais contribuições: colaboração com as atividades preparatórias do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em

Porto Alegre, no período de 22 a 28 de fevereiro de 1953, quando o contador sergipano de destaque foi o José Amado Nascimento. Ele lutou para que Sergipe sediasse o VII Congresso Brasileiro de Contabilidade, porém não obteve êxito. O evento ocorreu na cidade de Petrópolis/RJ, no período de 22 a 28 de outubro de 1961; e, por fim, a busca para que fosse autorizado e criado o Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe. A associação sempre promovia, mensalmente, mesas redondas para debater assuntos de interesse da classe.

Após algum tempo de atuação, a associação realizou uma assembleia geral deliberando o enquadramento sindical, recomposição da diretoria, aprovação dos estatutos e constituição do Sindicato dos Contabilistas de Sergipe - Sindcont-SE, em 1967. O Contabilista Osvaldo Rezende Silva foi o primeiro presidente, sendo empossado em 11 de outubro de 1967. Em sua gestão, após a formalização do registro de unificação no Departamento Nacional de Trabalho, o sindicato adquiriu como sede provisória uma sala no primeiro andar do prédio e localizado na Rua Itabaianinha, nº 300.

Em pouco tempo houve a necessidade de um espaço físico maior e melhor para as suas atividades. Assim, o Sindcont-SE, ainda sob a Presidência de Osvaldo Rezende, adquiriu um espaço localizado na Avenida Rio Branco, nº 52, salas 7 a 9. O profissional Osvaldo além de sempre estar preocupado em avançar nas áreas do aprendizado e nas conquistas do mercado de trabalho, também assumiu um papel assistencialista, tendo criado planos odontológicos, credenciamentos com médicos e a implantação do projeto, Plano Especial de Bolsas de Estudos - PEBE, em 1970 para os associados e seus dependentes.

O Sindicato é um órgão, sem fins lucrativos, que faz a representação e a defesa dos interesses profissionais dos Contabilistas, prestando serviços por meio da representação sindical. Entre outras funções do Sindicato, uma delas é a elaboração dos acordos coletivos e dissídios da categoria e a defesa de uma digna atuação profissional. Para ser associado, o profissional deve estar registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe.

Em 29 de setembro de 1971, Osvaldo Rezende Silva intensificou esforços e levou para a assembleia a aprovação de uma tabela mínima de serviços profissionais para a classe contábil. Dessa maneira, houve a delimitação dos valores a serem recebidos pelos profissionais da contabilidade, estabelecendo critérios e valorizando os serviços da categoria. As reuniões do Sindcont-SE eram convocadas por intermédio de edital e, normalmente, publicada

no Jornal Gazeta de Sergipe. Nestas reuniões aconteciam discussões para aprovação da proposta orçamentária da instituição e dos relatórios e balanço do exercício.

O presidente José Arnaldo Rodrigues Farias e o vice-presidente Jodoval Luiz dos Santos lideraram uma chapa eleita pelo voto direto e secreto dos associados e fazem parte da administração atual do Sindcont-SE, conduzido por uma diretoria de 13 representantes. A sede própria do Sindicato, desde 1971, é na Rua João Pessoa, nº 320, no Edifício Cidade de Aracaju, sala 301 e 302, Centro. Atualmente, o sindicato conta com 123 associados e possui convênios com faculdades, farmácias, planos odontológicos e assessoria jurídica a serviço dos sindicalizados. Ao longo de sua história, 10 presidentes atuaram e, algumas vezes, por gestões seguidas. Todos que passaram pela presidência tiveram a sua parcela de contribuição. Os presidentes que conduziram o sindicato foram:

PRESIDENTE	MANDATO
Oswaldo Rezende Silva	1967-1973
Antônio Fernando Campos	1974-1975
José Moreira Matos	1976-1977
José Andrade Sá	1978-1996
Paulo Santos	1997-1999
Não foi possível obter essa informação	2000-2002
José Gilson Souza	2003-2005
Luiz Santana de Carvalho	2006-2010
José Carlos Santos	2011-2012
José Arnaldo Rodrigues Farias	2013-2015

Quadro 3 - Presidentes do SINDCONT-SE.

Fonte: Documentos e atas do SINDCONT-SE - acesso: 23/10/2015.

3.2. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE – CRCSE

Também chamadas de sociedades voluntárias, ou sociedade de ideias, as associações voluntárias, constituíram-se como formas modernas de sociabilidade, oferecendo novos modelos associativos em meio de uma sociedade globalmente organizada em torno de uma

estrutura corporativa hierárquica composta, essencialmente, por atores sociais coletivos (NASCIMENTO, 2007, p. 12).

Assim, os conselhos de classe são compreendidos como associações voluntárias, promovendo serviços que aprimoram a organização da sociedade como um todo.

Para Faria Filho (1998), é possível relacionar as dimensões da constituição de um conselho de classe como o Conselho de Contabilidade, através da legislação que o constitui, na medida em que se compreende a dinâmica que transcende a ideia de sua criação como expressão e imposição dos interesses das classes. Nesse sentido, o texto normativo está relacionado com as práticas sociais, não surgindo em um vácuo. Assim, as funções da lei são expressão de um grupo social. Mas, possui uma lógica, suas regras e seus próprios procedimentos. Portanto, uma associação considerada voluntária é também concebida através da legislação que a constitui e legitima como no art. 10 do Decreto-Lei nº 9.295/1946 que define as atribuições dos Conselhos Regionais:

- **a) expedir e registrar a carteira profissional prevista no artigo 17;**
- **• Alínea A com redação dada pela Lei n.º 9.710, de 3 de setembro de 1946.**
- **b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, relativos ao exercício da profissão de Contabilista, decidindo a respeito;**
- **c) fiscalizar o exercício das profissões de contador e guarda-livros, impedindo e punindo as infrações, e, bem assim, enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;**
- **d) publicar relatório anual de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;**
- **e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Contabilidade;**
- **f) representar ao Conselho Federal de Contabilidade acerca de novas medidas necessárias, para regularidade do serviço e para fiscalização do exercício das profissões previstas na alínea b, deste artigo; e,**
- **g) admitir a colaboração das entidades de classe nos casos relativos à matéria das alíneas anteriores.**

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe faz parte do sistema de registro e fiscalização do exercício da profissão contábil, jurisdicionado ao Conselho Federal de Contabilidade, com sede em Brasília. Este sistema, CFC/CRCs, foi criado pelo Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, e representou o resultado de um longo processo que a classe contábil, por meio de suas lideranças, realizava junto aos poderes públicos e à sociedade para criar um órgão que representasse a regulamentação definitiva da profissão.

Os Conselhos Regionais de Contabilidade dos Estados, para sua instalação e funcionamento, dependiam da criação de um Sindicato ou de uma Associação Profissional de Contabilistas, também deviam ser constituídos por brasileiros, com habilitação profissional legalmente adquirida e residentes na localidade da sede do CRC. Esses conselhos eram definidos, através de eleição, em assembleia composta por contadores e guarda-livros. As primeiras ações do conselho foram direcionadas ao registro de profissionais. Mas, logo depois, iniciaram as atividades de fiscalização. As reuniões, inicialmente, eram em salas alugadas ou emprestadas.

A primeira reunião do CRCSE aconteceu no escritório do Contador Miguel Rezende, no dia 30 de janeiro de 1947, às 20h, na Rua João Pessoa, nº 48, 1º andar, sala 2, Centro. Neste dia, compareceram os profissionais: Adolfo Barreto de Ávila, Alfredo Souza, Carlos Meira, Durval Lima Santos, Joel Dias de Oliveira, José Aloísio de Campos, Josino Marques de Almeida, Miguel Resende e Wilson Queiroz da Silva. Nessa reunião, Miguel Rezende dirigiu os trabalhos da sessão, a fim de eleger o primeiro presidente do CRCSE, conforme determinação contida na Resolução nº 3/1946, do Conselho Federal de Contabilidade. Procedeu, então, a votação por escrutínio secreto, sendo o eleito o conselheiro José Aloísio de Campos por 8 votos. Podemos observar que nessa época apenas o presidente era eleito.

Por motivos particulares, José Aloísio agradeceu à votação obtida, informando que não poderia assumir. Com isso, foi realizada outra eleição, tendo sido eleito Josino Marques de Almeida, o primeiro contador do Estado com o registro SE-000001/O, com a maior votação para o triênio 1947-1949. Nessa reunião ficou definido que o presidente eleito elaboraria o Regimento Interno, a fim de ser discutido na próxima reunião.

Em 1º de abril de 1947, às 20h, foi realizada a segunda reunião com o objetivo de escolher os Conselheiros, discutir o Regimento Interno e o aluguel de uma dependência para funcionamento do CRCSE. A primeira diretoria ficou composta dos seguintes membros:

Josino Marques de Almeida, Carlos Meira, Carlos Alberto Barros Sampaio, Wilson Queiroz da Silva, Alfredo Souza, José Aloísio de Campos, Durval Lima Santos, Miguel Resende e Adolfo Barreto Ávila. Antes do encerramento da reunião foi deliberada que na próxima reunião discutiriam o aluguel de uma sala situada na Rua João Pessoa, nº 211, Centro, por um valor provisório de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

Já em pleno funcionamento, em 11 de abril de 1947, na terceira reunião foram abordadas as seguintes questões: o Regulamento Interno e o ofício do Conselho Federal de Contabilidade nº 27/1947 sobre um espaço a ser instalado em prédio público, não havendo a necessidade de uma despesa com aluguel, uma vez que não seria mais possível continuar no lugar em que estava funcionando.

A quarta reunião, no dia 14 de maio de 1947, depois de lida e aprovada por unanimidade a ata da reunião anterior, os conselheiros presentes discutiram sobre o encaminhamento de um ofício, ao governador do Estado, José Rollemberg Leite, propondo que somente fossem nomeados e contratados para lecionarem nas matérias técnicas de Contabilidade, na Escola Técnica de Comércio de Sergipe, contabilistas legalmente habilitados. Ainda nessa reunião, foi discutido e aprovado o Regimento Interno do conselho.

Em 4 de junho de 1948 foi aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade a Resolução nº 1/1947 do CRCSE. Entre o período de 3 de dezembro de 1947 e 15 de abril de 1950 as reuniões foram realizadas na sala de nº 4 na Associação Comercial de Sergipe, onde funcionou também o CRCSE.

Na 11ª reunião, realizada em 17 de junho de 1948, foram aprovados os seguintes assuntos: aprovação das contas da tesouraria, medidas a serem tomadas para o imediato início do serviço de fiscalização do exercício da profissão e a fixação dos dias em que se deveria reunir o conselho em cada mês.

Em 1950 a sede do CRCSE mudou de endereço. Foi alugada uma sala, localizada na Rua João Pessoa, nº 417, no Edifício Mayara, no centro da cidade. Posteriormente, a sede foi ampliada com aquisição de novas salas no mesmo local. Em 1958, o CRCSE passou a funcionar na Rua Laranjeiras, esquina com a Rua Itabaianinha, nº 264, no Edifício Aliança, sala 202, centro de Aracaju/SE. Finalmente, em 1971 o CRCSE passou a funcionar em sede própria, localizada no Edifício Cidade Aracaju, 3º andar, salas 301 e 302, no centro da cidade.

Na gestão do presidente Alonso José dos Santos, o CRCSE passou a funcionar na Rua Itaporanga, em imóvel cedido em regime de comodato pelo Conselho Federal de Contabi-

lidade. O prédio possuía quatro salas, um auditório e uma garagem, tendo sobre a garagem uma suíte e três banheiros. A inscrição cadastral estava sob o nº. 01-01-083-0010-00-001, estando o imóvel matriculado sob o nº. 4.889, no Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição da Comarca de Aracaju/SE.

O Conselho Regional de Contabilidade tem como finalidade, orientar, disciplinar e fiscalizar, legal, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o Estado. Também prima pelo desenvolvimento de ações que fortaleçam e valorizem o profissional de contabilidade, além de realizar a integração da profissão com a sociedade. Na época da criação dos Conselhos de Contabilidade discutiu-se, paralelamente, a implantação do Código de Ética do Profissional de Contabilidade, considerado como documento norteador das ações da classe contábil.

Durante esses 67 anos de fundação estiveram à frente do CRCSE dezoito contadores. Homens dedicados à profissão que conduziram a entidade com respeito, empenho e seriedade. Atualmente, o CRCSE é conduzido por uma mulher. A primeira mulher presidente do conselho, Ângela Andrade Dantas Mendonça.

O conselho, atualmente, tem 3.939 profissionais registrados, onde 2.119 são homens e 1.620 são mulheres – 397 Sociedade Contábil/Empresário e 179 Escritórios Individuais.

O plenário do CRCSE reúne-se, mensalmente, e é composto por 12 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes, com um total de 24. Nessas reuniões, além da deliberação de assuntos regimentais são discutidos os principais problemas que interferem no desenvolvimento da Contabilidade e a adequada formação dos Contabilistas. Anualmente, é elaborado um plano de ações para o CFC. Esse plano de ação inclui projetos comuns a todos os conselhos que visam à valorização e ao crescimento da profissão contábil. De janeiro 2014 até

novembro de 2015 foram julgados 395 processos.

3.2.1. FOTOS DAS SEDES DO CRCSE



Figura 14 - Primeira sede do CRC-SE.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 9/11/2015.



Figura 15 - Segunda sede do CRC-SE, Rua Itaporanga.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 19/11/2015.



Figura 16 - Terceira sede reformada, Rua Itaporanga.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 7/10/2015.



Figura 17 - Inauguração da sede da Rua Itaporanga em 22/8/1980.
Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 19/11/2015.



Figura 18 - Terreno da Coroa do Meio, onde está instalada a sede atual do CRC-SE.
Fonte: Arquivo CRC-SE - acesso: 7/10/2015.



Figura 19 - Sede atual do CRC-SE.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso 7/10/2015.

O terreno onde foi construída a nova sede do CRCSE tem uma área de 544m², composta pelo 1º piso: recepção, sala de registro, sala de fiscalização, sala setor de cobrança, sala de treinamento, arquivo, almoxarifado, três banheiros, garagem para dois carros e estacionamento para até cinco carros. 2º piso: plenário, copa, sala do setor de comunicação, sala de tecnologia da informação, sala do setor jurídico, sala do setor da contabilidade, diretoria e sala da presidência.

3.2.2. GALERIA DOS EX-PRESIDENTES



Figura 20 - Galeria das fotos dos ex-presidentes do CRC-SE.

Fonte: Site do CRC-SE - acesso: 22/12/2015.

Josino Marques de Almeida, foi o primeiro presidente do CRCSE e teve o seu mandato de 1947 a 1949. Em sua gestão foi discutido e elaborado, através da Resolução nº 1/1947, o

Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade. Ele foi o responsável por toda organização estrutural do CRCSE.

Durval Lima Santos, registrado no CRCSE sob o número SE-000115/O, teve dois mandatos no CRCSE nos períodos de 1950-1951 e 1956-1958. Em sua gestão, o CRCSE tinha apenas um funcionário e um grande número de processos de inscrições de novos profissionais.

Wilson Barbosa de Melo, registrado no CRCSE sob o número SE-000053/O, nascido em 28 de julho de 1920, teve seu mandato no CRCSE no período de 1951-1953. Durante sua gestão, houve grande movimentação de processos de inscrições e trabalhos de rotina. Resalta-se que todo esse trabalho burocrático era realizado apenas pela Câmara de Contas – atual Câmara de Controle Interno. Foram realizadas reuniões com prefeitos e dirigentes de Finanças com o intuito de discutir possíveis parcerias com o CRCSE.

José Moreira Matos, registrado no CRCSE sob o número SE-000224/O, nascido em 11 de julho de 1922, teve seu mandato no CRCSE no período de 1964-1966. Foi o único Técnico em Contabilidade a ser presidente do conselho. Em dezembro de 1978 recebeu o Diploma de Mérito, expedido pelo Conselho Federal de Contabilidade, pelos serviços prestados à classe contábil.

Alonso José dos Santos, registro no CRCSE de nº SE-000234/O, nascido em 25 de junho de 1925, teve seu mandato no período de 1978-1979/1980-1981. Concluiu o curso de Técnico em 1950 e formou-se em Bacharel em Ciências Contábeis na Faculdade Tiradentes em 1976. Atuava na Contabilidade Sindical, foi professor e diretor da Escola Técnica de Estância (1960-1967), sócio da Empresa A. Campos Auditores Independentes, diretor financeiro da Companhia Têxtil de Acabamentos em Estância, membro da Academia Sergipana de Ciências Contábeis e membro da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de Sergipe.

Alonso José promoveu eventos sociais e em parceria com a Faculdade Tiradentes utilizava o auditório para realizar as sessões da Plenária. A partir de sua gestão houve a realização de muitos eventos técnicos e profissionais. Fazia levantamento junto às instituições, estatística da quantidade de técnicos e de bacharéis em Ciências Contábeis, assim como de diplomados a fim de fazer uma celebração na entrega das carteiras. Nessa época, em 29 de março de 1978, o CRCSE contava com seis funcionários. Em sua gestão promoveu a Semana do Contabilista, de 19 a 25 de abril de 1978, com palestras ministradas em Instituições de Ensino pelos palestrantes: Romualdo Batista de Melo, Antônio Fernando Campos e Domingos Batista de Oliveira. Na comemoração dos 40 anos de existência do CRCSE recebeu uma

homenagem de Diploma de Mérito Contábil, em março de 1989, pelos serviços prestados à classe.

Williams Almeida Santos, registro no CRCSE de nº SE-001623/O, nascido em 15 de outubro de 1950, teve seu mandato no período de 1986-1989. Atuava mais na área pública e elevou muito o nome do conselho diante das organizações sergipanas. Continuou colocando em prática as ações da gestão anterior. As primeiras Delegacias localizadas no interior do Estado foram instaladas nesta gestão, sendo criadas as Delegacias nos Municípios de Estância, Lagarto e Itabaiana. Na comemoração dos 40 anos de existência do CRCSE recebeu uma homenagem de Diploma de Mérito Contábil, em março de 1989, pelos serviços prestados à classe contábil.

Williams Almeida instituiu o Título de Contabilidade Emérito, através da Resolução nº 208/1989, em 8 de agosto de 1989, considerando importante valorizar os profissionais registrados no Conselho Regional de Contabilidade quando se destacassem no exercício da profissão e, assim tenham contribuído para o fortalecimento da classe, através de ações e/ou contribuições técnicas, científicas, culturais ou administrativas. Esse profissional a ser homenageado seria eleito por indicação dos conselheiros em plenária do CRCSE que, em votação nominal e direta, elegeriam o que tivesse maior número de votos.

Jodoval Luiz dos Santos, nasceu no povoado Roque Mendes, no município de Riachuelo, em 20 de julho de 1942. Em 1960, mudou-se para Aracaju com os pais e estudou no colégio Senhor do Bomfim, localizado na Rua Carlos Correia, no Siqueira Campos, onde passou um ano estudando para admissão no ginásio. Assim que concluiu o ginásio, fez o curso Técnico em Contabilidade, concluindo em 1968.

No início de 1969, requereu seu registro provisório no CRCSE, já naquela época, trabalhava como auxiliar de contabilidade no Colégio Pio Décimo. Em setembro do mesmo ano, registrou seu escritório de contabilidade, que deu o nome de Sergeco Assistência Contábil S/S, uma sociedade simples com o registro no CRCSE de número SE-000012/O, em parceria com a sua irmã Gilzete dos Santos.

Em fevereiro de 1977 concluiu o curso de Ciências Contábeis na primeira turma das Faculdades Integradas Tiradentes. Inicialmente fez o curso de Economia, uma vez que, naquela época, surgiram boatos de quem concluísse o curso técnico de contabilidade seria nivelado ao profissional graduado. Mas, vendo que não daria certo, desistiu e optou por bacharel em Ciências Contábeis. Depois que concluiu, lecionou as disciplinas: Contabilidade de Cus-

tos 1 e 2; Análise de Balanços 1 e 2 e ainda Contabilidade Geral. Primeiramente lecionou na escola Estadual Costa e Silva, depois na Universidade Federal de Sergipe por um período de 6 meses e nas Faculdades Integradas Tiradentes permaneceu por 3 anos.

Jodoval foi auditor na firma A. Campos e Cia S/C Auditores Independentes. Após o falecimento do Prof. Antônio Fernando Campos fundou juntamente com o Prof. Alonso José dos Santos e com a Contadora Márcia Karina da Silva Santos (sua filha), a ACCOUNT Auditores Independentes S/S.

No período de 1982 a 1985, foi presidente do CRCSE. Durante sua gestão foi realizada, anualmente, com a colaboração das Faculdades Tiradentes, a Feira de Negócios - Expose, uma atividade de extensão que promovia várias palestras, cursos e exposição de equipamentos para escritórios. Esse evento era realizado no Colégio Arquidiocesano e contou com muitas parcerias, a exemplo da Floricultura Botão de Rosa, em que cada participante saía com uma rosa. Jodoval também se esforçou para melhorar a matriz curricular do Curso Técnico em Contabilidade, conseguindo êxito com o parecer favorável da Conselheira do Conselho Estadual de Educação, Ivone Mendonça.

Criou o Diploma de Mérito Estudantil Prof. Carlos Alberto de Barros Sampaio, a fim de valorizar estudantes de contabilidade com as melhores médias. Criou, também, a Medalha de Mérito Profissional Prof. Wilson Barbosa de Melo, Amigo do Contabilista (nas áreas de educação e empresariais), onde o Professor e Acadêmico José Amado Nascimento foi contemplado. Esses profissionais recebiam essas homenagens no jantar de confraternização do conselho, que sempre era realizado no Restaurante Tropeiro ou no late Clube. Vale destacar, que essas homenagens eram definidas, em plenárias, através de votação. Um dos homenageados, por exemplo, em sua gestão, foi o jornalista Carlos França.

Em março de 1987, na comemoração dos 40 anos de existência do CRCSE, Jodoval recebeu uma homenagem de Diploma de Mérito Contábil pelos serviços prestados à classe contábil.

Olímpio de Oliveira Passos, registro no CRCSE de nº SE-000502/O, nascido em 2 de dezembro de 1942, teve seu mandato no período de 1990-1993. Como professor da Universidade Federal de Sergipe, deu uma ênfase maior em eventos estudantis, a exemplo da 1ª Jornada Sergipana de Contabilidade, no período de 20 a 21 de outubro de 1993. Ele ficou conhecido como o “sonhador da contabilidade” e era considerado, pelos colegas do conselho, como uma pessoa extremamente simples. Suas principais contribuições foram: a primeira bandeira do CRCSE e a cerimônia de entrega de carteiras aos contabilistas. O contador

Olímpio recebeu o título de Doutor Honoris, pela da Universidade Federal de Sergipe, em 17 de maio de 2013.

Eduardo Oliveira Freitas, registro no CRCSE de nº SE-001768/O, nascido em 18 de setembro de 1950, teve seu mandato no período de 1994-1995. Essa diretoria realizou vários cursos de contabilidade, principalmente, para discutir a inflação e a nossa moeda que tinham sofrido alterações, na época, com a finalidade de se adaptar à política econômica do Governo Federal. Os eventos promovidos pelo CRCSE, em sua gestão, eram realizados no Auditório da Faculdade Tiradentes. Além de emitir o Diploma de Mérito Estudantil – Carlos Alberto Sampaio, Eduardo fortaleceu a interiorização das Delegacias dos Municípios, promovendo eventos para lá.

Jadson Gonçalves Ricarte, registro no CRCSE de nº BA-000722/O, nascido em 3 de maio de 1956, teve seu mandato no período de 1996-1997. Nasceu em Itabatan/BA, mas viveu em Feira de Santana. Foi entregador e corretor de assinaturas de jornais. Despertou-se para a Contabilidade quando começou a trabalhar como office-boy em um escritório contábil. Lá iniciou suas atividades como office-boy, depois copiador de gelatina e saiu como gerente. Terminou seu curso de Técnico de Contabilidade aos 17 anos e tornou-se um profissional autônomo em 1983, em Sergipe, num pequeno escritório de contabilidade, localizado no Edifício Oviêdo Teixeira, na sala 113, até tornar-se sócio majoritário da Ricarte Contabilidade.

Jadson também foi Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, desde 18 de fevereiro de 2005 é Auditor Independente, sob o registro CNAI nº 431, além de diretor do Grupo Latino Americano de Emissores de Normas de Informações Financeiras – Glenif, representando o Brasil. Na sua gestão, como Presidente do CRCSE, mensalmente, realizava um curso. Foi nesse período que iniciou a fiscalização nos escritórios de contabilidade.

Renato da Silva Barreto, registro no CRCSE de nº SE-000830/O, nascido em 8 de agosto de 1946, teve seu mandato no período de 1998-2001. Em 1998, realizou o I Encontro dos Contabilistas dos Municípios, o qual ocorreu no município de Lagarto. Na época de sua gestão a Contabilidade tinha como lema: “A profissão do ano 2000” e com isso todos os eventos levantavam essa bandeira. Foi no período de seu mandato que ocorreu o 6º Fórum de Contabilidade, de 1 a 2 de junho de 2001, tendo um público de 200 participantes.

Carlos Henrique Menezes Lima, registro no CRCSE de nº SE-002494/O, nascido em 23 de setembro de 1954, teve seu mandato no período de 2002-2005. Apoiou o Programa

Terças Gerenciais, na qualidade de parceiro, divulgando a programação do CRCSE perante a classe Sergipana, através da Universidade Federal de Sergipe. Foi em sua gestão que ocorreu o 1º Congresso Sergipano de Contabilidade, de 5 a 7 de dezembro de 2002. Conseguiu junto ao CFC a aquisição de um terreno, na gestão do Presidente José Martonio Alves Coelho, onde foi construída a nova sede do CRC.

Romualdo Batista de Melo, registro no CRCSE de nº SE-001297/O, nascido em 3 de março de 1951, teve seu mandato no período de 2006-2009. Inaugurou a nova sede na Coroa do Meio, em 5 de junho de 2008. Ficou conhecido como o presidente que resgatou uma imagem de credibilidade do conselho em Sergipe.

Romualdo era técnico em Contabilidade pela Faculdade Integrada Tiradentes (1968). Escolheu o curso de Contabilidade por ser, na época, um curso noturno, podendo assim trabalhar nos outros horários. Também formou-se como Bacharel em Ciências Contábeis pela UFS (1974) e é Especialista em Consultoria Industrial e Consultor do Sebrae desde 1975. Tomou posse como presidente do CRCSE no dia 3 de fevereiro de 2006. A solenidade aconteceu no Centro de Convenções de Sergipe (CIC), às 19 horas. Já tinha sido vice-presidente em 1968 e conselheiro suplente do CRCSE. Foi o primeiro professor a lecionar na Universidade Federal de Sergipe – UFS como bacharel em Ciências Contábeis, ingressando em 1976, através de concurso público, deixando a vida acadêmica em 1992.

A sua gestão no CRCSE teve como principal objetivo conseguir maior valorização dos profissionais da contabilidade em Sergipe, além do reconhecimento das atividades contábeis e maior oportunidade de participação e de integração no dia a dia do CRCSE. Sempre quis elevar o nível da profissão contábil. Foi também fundador da Academia Sergipana de Ciências Contábeis em 1970.

Romualdo também foi o idealizador do Projeto Contabilizando o Sucesso em Sergipe, promovido pelo Sistema Sebrae em parceria com a Faculdade Fanese e o Conselho Regional de Contabilidade. Esse Projeto era considerado como um curso de extensão e tinha uma carga horária de 270 horas, com o objetivo de trazer o profissional para a área de gestão e melhorar a qualidade dos negócios. Os assuntos abordados no curso eram: gestão estratégica, análise de viabilidade econômica, balanço social e o papel do contabilista, bem como sua postura e competências. A iniciativa era voltada especificamente para contadores e técnicos em contabilidade com a oferta de 30 vagas para cada turma. Sergipe, em sua gestão, concluiu 8 turmas.

O programa do Contabilizando o Sucesso era composto por um conjunto de ações modulares, que respeitavam as necessidades locais, com três fases distintas: 1. Palestras de Sensibilização; 2. Curso de, no mínimo, 261 horas; e, 3. Formação da Rede Contabilizando o Sucesso.

Aécio Prado Dantas Júnior, registro no CRC/SE de nº SE-004187/O, nascido em 4 de março de 1971, teve seu mandato no período de 2010-2013. Iniciou a carreira contábil sendo inspirado por seu pai, que apesar de ser advogado, foi um dos pioneiros a trabalhar com a Contabilidade Pública. Aécio cursava a graduação em Engenharia e Ciências Contábeis ao mesmo tempo, porém como sempre foi apaixonado pela Contabilidade, terminou largando o curso de Engenharia.

Quando iniciou a sua faculdade, praticava contabilidade trabalhando na empresa do seu pai, a ERPAC. Sempre curioso, perguntava o porquê de cada lançamento, e como bom aluno do curso, recebeu o Diploma de Mérito Estudantil Carlos Alberto Sampaio, assinado pelo ex-presidente Eduardo Freitas na aula da saudade. Com 27 anos de experiência na área da Contabilidade Pública sempre participou de todos os eventos da classe.

Sua gestão na presidência do CRCSE foi um momento de prosseguir com o sério resgate de credibilidade da classe contábil. Elevou a classe junto à várias instituições do Estado. Como conhecia gestão pública, não sentiu dificuldades em relação ao funcionamento do CRCSE. Alargou o leque de relacionamento junto às entidades e se fez presente em várias ações da sociedade sergipana, a exemplo, das parcerias com a OAB e com o Ministério Público, através das discussões do Terceiro Setor e sobre o Combate à Corrupção.

Principal objetivo da sua gestão foi colocar o CRCSE numa posição de respeito e de credibilidade diante da sociedade e diante do profissional contábil. Suas principais ações foram: investimento em Assessoria de Comunicação; implantação da Sala do Contabilista na Juce-se, lançamento na Câmara Municipal de Aracaju a campanha “2013: Ano da Contabilidade”; participação da implantação da Redesim da Juce-se; e, autorização para aquisição do terreno localizado atrás do prédio do CRCSE, por parte da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) para ampliação do estacionamento e auditório.

O CRCSE e o presidente Aécio Júnior receberam o prêmio de reconhecimento da VIII Edição do Prêmio Vip de Educação Superior em 31 de maio de 2012. Foi em sua gestão que ocorreu, em Aracaju, o 11º Encontro Nordestino de Contabilidade – 11º ENECON com cerca de 500 participantes.

Ângela Andrade Dantas Mendonça, registro no CRCSE de nº SE-0005386/O, nascida em 14 de setembro de 1961, tem o seu mandato no período de 2014-2017. Casada e com duas filhas foi a única da sua família que optou por contabilidade, tornando-se a primeira mulher a presidir o CRC de Sergipe. Sempre gostou muito dos números, desde quando ajudava o pai, empresário, na parte de finanças. Passou no vestibular UFS, em 1982, e cursou apenas 2 anos, devido a problemas pessoais. Em 1997, voltou a estudar Ciências Contábeis e formou-se em 2002 pela Universidade Tiradentes, em seguida fez pós-graduação em Gestão fiscal e Planejamento Tributário.

Uma das principais ações da sua gestão tem sido a capacitação e o programa da educação continuada, responsáveis por beneficiar muitos profissionais e estudantes em todas as regiões do Estado através de cursos, palestras, seminários e programas de integração com as principais instituições de ensino. Outro fato relevante foi a concretização da escritura, registrada no 5º ofício de notas, do terreno anexo à sede deste Regional para ampliação do estacionamento e construção de uma maior sala para cursos.

Em 2015 foram realizadas 32 ações, como cursos e eventos, destinadas à educação profissional, de forma bem marcante, pois cerca de 1.308 profissionais e 865 estudantes foram agraciados, atingindo 67 pontos de Educação Continuada.

3.2.3. PRINCIPAIS EVENTOS PROMOVIDOS PELO CRCSE

- **2002**
 - **I Congresso Sergipano de Contabilidade.**
 - **3º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe.**
 - **7º Fórum Sergipano de Contabilidade.**
- **2003**
 - **1º Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.**
 - **6º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe.**
 - **II Congresso Sergipano de Contabilidade.**
- **2005**
 - **V Encontro Nacional da Mulher Contabilista.**
- **2007**
 - **III Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.**

- 2008
- IV Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.
- 10ª Fórum Sergipano de Contabilidade.
- 2009
- 10º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe.
- V Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.
- 11º Fórum Sergipano de Contabilidade.
- 2010
- 1ª Jornada Estanciana de Contabilidade.
- 1ª Jornada Lagartense de Contabilidade.
- 11º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe.
- 12º Fórum Sergipano de Contabilidade.
- VI Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.
- 2011
- Mesa redonda sobre questões Trabalhistas.
- II Semana Sergipana de Contabilidade.
- Mesa Redonda sobre Certificação Digital.
- 12º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe.
- I Jornada Propriaense de Contabilidade.
- 13º Fórum Sergipano de Contabilidade.
- I Jornada Itabaianense de Contabilidade.
- II Jornada Lagartense de Contabilidade.
- II Jornada Estanciana de Contabilidade.
- VII Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.
- 2012
- VIII Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.
- III Semana de Contabilidade.
- 2013
- 9º Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.
- 2014
- X Fórum da Mulher Contabilista.
- I Fórum das Entidades do Terceiro Setor.

- 15º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe.
- Seminário de Prestação de Contas das Campanhas Eleitorais.
- 14º Fórum Sergipano de Contabilidade e III Encontro Sergipano dos Estudantes e Professores de Ciências Contábeis.
- 2015
- 11º Fórum Sergipano da Mulher Contabilista.
- Encontro Contabilidade na Rota do Imperador em Paulo Afonso – BA.
- 1ª Caminhada Contábil.
- 16º Encontro dos Contabilistas dos Municípios de Sergipe.
- II Seminário sobre SPED e Contabilidade e III Encontro dos Estudantes e Profissionais de Contabilidade.

3.2.4. OS PRIMEIROS FUNCIONÁRIOS

Até dezembro de 1966 a única funcionária do CRCSE foi Maria José da Hora, exercendo toda a função técnica do conselho. Ela era a diretora, tesoureira, recebia as anuidades, cobrava os inadimplentes e também exercia a função de secretária. Quando o CRCSE mudou-se para o Edifício Cidade Aracaju, em 1971, admitiu os funcionários João Bosco, Denise, Teotônio e Valdeci, além de Nilton Soares.

Em 1978, na gestão de Alonso José, o CRCSE tinha no seu quadro de funcionários 6 colaboradores. Isso porque começaram a surgir os setores de Contabilidade, Fiscalização e Diretoria. Nessa época ainda não existiam as Câmaras e, sim Setores.

Funcionário (a)	Cargo
Denise Maria Santana Santos	Dir. Secretaria
Gicelma Dantas Messias	Téc. Contabilidade
Nilton Soares Silva	Fiscal
Valdecí Santos da Cruz	Aux. Secretaria
Marilza Oliveira dos Reis	Escriturária
José Alberto Moura	Contínuo

Quadro 4 - Funcionários (as) do CRC-SE - 1978.

Fonte: Arquivo do CRC-SE - acesso: 26/11/2015.

Atualmente, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe tem em seu quadro estrutural 15 funcionários, dos quais 3 são fiscais. A funcionária ativa mais an-

tiga é a técnica em contabilidade, pela Escola João Teles, Maria Ederilda Pereira de Souza, sob o registro de SE-005107/O. Ela iniciou suas atividades no Conselho em 1980 como mecanógrafa e, sendo a pessoa responsável pelo arquivo do CRCSE, datilografou, na época, todas as fichas de profissionais por ordem cronológica. Durante esses anos, Ederilda assumiu atividades nos setores de arquivo, registro, financeiro, secretaria e direção, tomando posse como diretora executiva no dia 4 de janeiro de 1984. “Eu realmente abracei o Conselho de Contabilidade! O CRCSE, apesar de ser um dos menores conselhos, tem cumprido o seu papel com muita maestria!” (entrevista concedida aos autores em 26/11/2015 no CRCSE)

O Nilton Soares Silva, atualmente, também é o funcionário ativo mais antigo do conselho. Ele foi admitido em dezembro de 1966, como Contínuo, ou seja, responsável pelos Serviços Gerais. Nilton trabalhou mais tempo no setor de fiscalização, iniciando suas atividades em 1975. Terminou o curso Técnico de Comércio na Pio X em 1974 e seu registro é SE-001708/O. (entrevista concedida aos autores em 26/11/2015 no CRCSE)

3.3. ASSOCIAÇÃO DOS PERITOS JUDICIAIS DO ESTADO DE SERGIPE - APEJESE

A Associação dos Peritos Judiciais do Estado de Sergipe é uma empresa privada que atua na área de organizações profissionais, fundada em 20 de novembro 1991. Entre os precursores foram escolhidos, para presidente, o advogado José Fabiano Alves e o contador Alípio Correia Santos para vice-presidente. O presidente do Conselho Deliberativo era o contador Jodoval Luiz dos Santos. A reunião para a sua fundação ocorreu no auditório do Serviço Social do Comércio – SESC, contando com a presença de 22 profissionais.

A associação fixou os requisitos de idoneidade moral para admissão no seu quadro social, profissional legalmente habilitado e habitualidade no exercício da função ou cargo de perito judicial. Era interesse do CFC que todos os estados do Nordeste criassem uma Associação de Peritos.

Os presidentes que conduziram a Apejese foram:

PRESIDENTES	MANDATOS
José Fabiano Alves	1991-1993
Gilvanildo Francisco da Silva	1994-1995
José Leôncio Delmondes P. Freitas	1996-1998
Jodoval Luiz dos Santos	1999-2006
Marcelo Santana de Almeida	2007-2009

Quadro 5 - Presidentes da Apejese.

Fonte: Depoimento de Jodoval Luiz em 10/12/2015.

Atualmente, a Apejese conta com 53 profissionais e o seu presidente é José Valter de Sá Santos.

3.4. ACADEMIA SERGIPANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - ASCC

A Academia Sergipana de Ciências Contábeis é uma entidade sem fins lucrativos, com registro no 10º Cartório de Ofício, em 29 de dezembro de 1977, com a publicação no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 5 de dezembro de 1977.

A academia tem a finalidade permanente de estimular o aperfeiçoamento técnico-contábil, a pesquisa científica e o desenvolvimento cultural da Contabilidade. Assim, em 8 de novembro de 1977, o professor de Contabilidade Geral, das Faculdades Integradas Tiradentes, Antônio Fernando Campos resolveu se reunir no Auditório da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe, na Rua Rio Branco, 168, 2º andar, com profissionais de renome tanto da Contabilidade Privada, como da Pública: Mário Lins de Carvalho Filho, Alonso José dos Santos, José Moreira Matos, Jasiel de Brito Cortes, Jurandi Conrado, Renato França Pereira, Acirema Mangueira Marques, Paulo Rocha de Novaes, Edirany Sales de Oliveira, Washington Brandão Santos, José Amado Nascimento, Amintas Andrade Garcez, Domingos Batista de Oliveira, Romualdo Batista de Melo, Carlos Augusto dos Santos, José Noronha Moura, José de Castro e Maria Amália da Silva para, em assembleia geral, discutirem e aprovarem a constituição da Academia Sergipana de Ciências Contábeis.

Nessa reunião, a primeira assembleia geral, foram debatidos os assuntos referentes ao Estatuto Social, eleição da 1ª Diretoria e a eleição da 1ª Comissão de Contas. Terminada a sessão ficou definido que todos os fundadores que compareceram seriam os sócios e, além dos sócios fundadores, foram criados os sócios correspondentes – sócios beneméritos –

sócios honorários e que seria prestada homenagem aos Contabilistas que se destacassem e contribuíssem para o aprimoramento da profissão. Das 40 cadeiras estabelecidas, somente 19 foram preenchidas. O primeiro presidente da Academia foi José Amado Nascimento eleito nessa primeira reunião, sendo ainda homologada a eleição da 1ª Diretoria (1978-1980) dos primeiros acadêmicos fundadores, eleita por unanimidade na reunião realizada em 8 de novembro de 1977. Na comemoração dos 40 anos de existência do CRCSE, José Amado recebeu uma homenagem de Diploma de Mérito Contábil, em março de 1989, pelos serviços prestados à classe contábil.

1ª Diretoria	
Presidente:	José Amado Nascimento
Vice-Presidente:	Antônio Fernando Campos
1º Tesoureiro:	José Moreira Matos
2º Tesoureiro:	Washington Brandão Santos
1º Secretário:	Alonso José dos Santos
2º Secretário:	Mário Lins de Carvalho Filho
Responsável pela Biblioteca:	Paulo Rocha de Novaes
Comissão e Contas	Carlos Augusto dos Santos
	Domingos Batista de Oliveira
	Amintas Andrade Garcez
Suplentes	José de Castro
	Jasiel de Brito Cortes

Quadro 6 - Primeira Diretoria da ASCC.

Fonte: Arquivo da ASCC - atas de reuniões - acesso: 14/10/2015.

A Academia Sergipana de Ciências Contábeis também surgiu com o objetivo de promover conferências e congressos pertinentes à cultura contábil, promovendo publicidade, apoio à pesquisa científica, homenagens especiais aos grandes vultos brasileiros da Contabilidade, edição de revista da Academia e promover atividades educativas, através de solenidades cívicas e comemorativas de acontecimentos históricos relevantes.

Suas atividades iniciaram na sede do próprio CRCSE, na Rua de Itaporanga. A partir desse momento foi definido que cada Acadêmico fundador contribuiria com uma taxa de instalação no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), além da anuidade.

tro, Aracaju/SE. Espaço doado pelo Acadêmico Jodoval Luiz dos Santos, um dos idealizadores dessa associação. Ela é constituída por 40 cátedras, as quais têm por patronos grandes nomes da Contabilidade em Sergipe e no Brasil, aprovados em assembleia geral. De fato, as cátedras são ocupadas por profissionais devidamente eleitos, como previsto no estatuto, que recebem o título de Acadêmicos.

O Acadêmico, na vigência dos seus direitos estatutários, será identificado como Titular Imortal. No caso de falecimento será identificado como Titular Imortalizado. As cátedras não ocupadas por Acadêmicos Fundadores serão preenchidas por meio de eleição, em assembleia geral. Somente poderão ser eleitos contadores ou técnicos em contabilidade brasileiros de reconhecido mérito, naturalizados em Sergipe, sendo que os técnicos em Contabilidade deverão ser portadores de, pelos menos, um dos diplomas: bacharel em Ciências Econômicas, bacharel em Ciências Atuariais, bacharel em Administração ou em Direito. O Acadêmico, desde a sua posse, está apto a participar dos trabalhos da Academia, podendo votar e ser votado.

Os presidentes que conduziram a Academia Sergipana de Ciências Contábeis foram:

PRESIDENTES	MANDATOS
José Amado Nascimento	1977-1980
Romualdo Batista de Melo	1980-1982
Mário Lins de Carvalho Filho	1982-1984
Antônio Fernando Campos	1984-1986
José Amado Nascimento	1987-2007
Jodoval Luiz dos Santos	2008-2011
Minervino Dória	2012-2013
Maria Salete Barreto Leite	2014-2015

Quadro 7 - Presidentes da ASCC.

Fonte: Arquivo da ASCC - atas de reuniões - acesso: 14/10/2015.

Salienta-se a importância do associativismo no que diz respeito ao processo de passagem dos profissionais em exercício à composição de uma classe profissional, como um corpo técnico dotado de saber considerado especializado. Esse tipo de organização, como a Academia Sergipana de Ciências Contábeis, permitiu identificar interesses e necessidades que só podiam ser satisfeitas em conjunto. O trabalho de constituição ou de consagração necessário não somente para criar, mas também para manter um grupo unido, tem mais condições

de alcançar seu objetivo quando os indivíduos estão pré-dispostos – por sua proximidade no espaço das relações sociais, disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem em um mesmo projeto (BOURDIEU, 1996).

A acadêmica Maria Salete foi a primeira mulher a assumir a gestão da academia depois de 37 anos de existência. Ela nasceu no município sergipano de Estância, no dia 12 de maio de 1955 e faz parte de nove irmãos. Ingressou em 1974 o Ensino Médio Técnico em Contabilidade na Escola Técnica de Comércio de Estância e concluiu em 1976. Em 1990 passou no curso de graduação em Ciências Contábeis na Faculdades Integradas Tiradentes (era tido como um dos mais concorridos) e terminou em 1995. Teve o prazer de trabalhar com o professor Alonso José dos Santos, grande empresário de Sergipe que tinha um escritório de Contabilidade na área sindical, um dos fatores por ter se apaixonado mais pela contabilidade.

Nessa fase, quando trabalhava com o professor Alonso, recebeu uma visita de Auditoria da PricewaterhouseCoopers e se interessou em trabalhar nessa área, mas não com registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI. Faz auditoria em várias empresas de Sergipe.

Maria Salete é, atualmente, a coordenadora do Projeto da Mulher Contabilista e do Programa do Voluntariado da Classe Contábil – PVCC, da região nordeste.

Desde 2007 que é membro da Academia Sergipana de Ciências Contábeis - ASCC, com a cátedra de número 23, tendo como patrono Hilário Franco. Sua empresa de Contabilidade e de Auditoria, Audicon (desde 2002), já recebeu por sete edições consecutivas o Prêmio Vip de Educação Superior – Personalidades e Empresas mais lembradas de Sergipe.



Figura 24 - Posse da 1ª Diretoria da Academia com discurso de José Amado
Fonte: Arquivo da ASCC - acesso: 14/10/2015.



Figura 25 - Posse dos primeiros acadêmicos da Academia Sergipana de Ciências Contábeis.
Fonte: Arquivo da ASCC - acesso: 14/10/2015.

3.5. SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DO ESTADO DE SERGIPE – SESCAP/SE

Em 24 de setembro de 1991, no Auditório Hilton José Ribeiro, na rua Senador Rolemberg, nº 301 (SESC), às 18:30, 17 pessoas, sendo autônomos e representantes de serviços contábeis e Contabilistas, reuniram-se para fundar a associação do Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de Sergipe - Sescap, filiado à Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – Fenacon, tendo como objetivo de defender os ideais da classe contábil. Inicialmente, foi chamada de Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de Sergipe - Sescon, tendo como seu presidente Sr. Jodoval Luiz dos Santos. Nesse mesmo dia foram discutidos o Estatuto e a Eleição da primeira Diretoria.

Segundo Jodoval Luiz dos Santos (entrevista concedida aos autores em 15/10/2015) o Sescap teve uma história interessante iniciada por ele e pela técnica em contabilidade Ana Lúcia Sales:

Em 1991, estávamos participando de um congresso de contabilidade em Salvador e, paralelamente ao evento, estava acontecendo uma reunião e foi quando conhecemos o presidente do Sescap de São Paulo, Sr. Anibol de Freitas, que prontamente nos entregou material com sugestões do Estatuto e começamos, a princípio, criando o Sescap como uma associação (Associação das Empresas de Serviços Contábeis) e não como um sindicato, com receio de que não houvesse adesão. E assim funcionou por 2 anos. Depois providenciamos toda a papelada que a legislação exige para transformarmos em Sindicato. E como eu já era presidente da Associação, continuei como presidente do Sindicato, que inicialmente chamava-se de Ses-

con. Fomos o 9º Sindicato Brasileiro a participar da Fenacon e sempre fomos o 3º mais organizado do país. Tendo como 1º e 2º lugar, São Paulo e Paraná, respectivamente.

O Sescap/SE é um sindicato da classe patronal, constituído para fins de estudo, coordenação, proteção legal das categorias econômicas das empresas, cujo objetivo social é promover a união e congregação entre os associados. Tem poderes para representar, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais de suas categorias econômicas e sócios. Compete ao sindicato celebrar acordos, contratos coletivos de trabalho, bem como ajuizar dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica.

Em 1994, em assembleia geral, a Associação passou a ser um Sindicato, Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. Já em 2004, foi alterado para Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de Sergipe. O Sescap/SE, atualmente, representa todos os empresários (empresas e autônomos) de serviços contábeis, de assessoramento, de perícia, consultoria, além das Sociedades de Economia Mista e mais outras atividades.

Instalou-se, inicialmente, em uma pequena sala localizada na Rua Siriri, nº 496, Centro, local onde ficava o escritório de contabilidade do presidente fundador. Com espírito empreendedor e com a vontade de desenvolver a contabilidade no seu Estado pela sua atuação e seu reconhecimento, disponibilizou uma sala sem cobrar aluguel. Algum tempo depois, mudou-se para uma sede maior, que ocupava todo o andar de um prédio na Rua Urquiza Leal, 140, Salgado Filho.

Ao mesmo tempo que crescia em importância e em funções, o Sescap ocupou um lugar mais apropriado para desenvolver suas atividades. Na gestão do Presidente Jadson Ricarte, a sede passou a ser em uma casa (própria) na Rua Jacinto Uchôa de Mendonça, nº 126, bairro Grageru, Aracaju/SE. Durante esses vinte quatro anos de existência, o Sescap/SE desenvolveu várias ações, como:

- **Relação saudável e construtiva nas esferas Federal, Estadual e Municipal, buscando defender o pleito de seus associados, esclarecendo suas dúvidas, respondendo questionamentos, atendendo suas necessidades e solicitações em reuniões mensais com as Secretarias da Fazenda Estadual e Municipal**

- Sefaz e Semfaz;

- Reuniões mensais com a Sefaz/SE, a qual tem a participação de membros da Diretoria deste Órgão Sindical, com a Superintendente ou Gerentes designados pela instituição;

- Convênio de Cooperação Técnica entre o Senac/SE, Sescap/SE e CRCSE. Esse convênio visa ao desenvolvimento de programas que tratem da realização de cursos, eventos educacionais e atividades outras de interesse comum. Tem a finalidade de concessão de descontos para os filiados do Sescap/SE e CRCSE;

- Sescap/SE firmou parceria com a Universidade Corporativa da Fenacon - Unifenacon, para a realização de cursos via satélite. Esta se configura em uma opção de investimento em mais cursos com palestrantes de diversas regiões, com custos acessíveis. As capacitações são transmitidas para todo o Brasil, através da Fenacon. As transmissões são via satélite, na sede do sindicato. Já para aqueles que desejam assistir em seus escritórios, é transmitido via Web, sendo disponibilizadas senhas para acesso;

- Projetos Sociais que visam realizar trabalhos individuais ou coletivos com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade de vida de pessoas e comunidades, organizando e desenvolvendo projetos e ações sociais para transformar determinada realidade para o bem comum;

- Convênio Sescap/SE e a Fortes Informática. Nesse convênio a Fortes se dispõe a ceder gratuitamente aos associados do Sescap/SE, pelo prazo de 12(doze) meses, o direito de uso do HC Honorários Contábeis. Para isso o associado tem que estar regular com suas contribuições; e,

- Parceria Sescap/SE e Escritório de Advocacia. Essa parceria consiste em prestar consultoria tributária ou de outra ordem jurídica aos associados do Sescap (informações, dúvidas e pequenos pareceres).

O Sescap/SE foi e é administrado por contadores e grandes gestores sindicais, que desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento da entidade e de sua classe. Foram:

PRESIDENTE	MANDATO
Jodoval Luiz dos Santos	1991-2000
Wladimir Alves Torres	2001-2003
José Cicinato Vieira Mello	2004-2007/2008-2010
Jádson Gonçalves Ricarte	2011-2013
Susana Souza Santos Nascimento	2014-2016

Quadro 8 - Presidentes do SESCAP-SE.

Fonte: Atas de posse do SESCAP-SE - acesso: 24/10/2015.

Pela primeira vez que o Sescap/SE é presidido por uma mulher. Nascida em 26 de setembro de 1969, casada e com dois filhos, a contadora Susana Nascimento sempre esteve envolvida com a contabilidade. Ela conta, em entrevista concedida aos pesquisadores no dia 24/10/2015, que: “Meu ingresso no mundo contábil deve vir do DNA! Meus pais, meu irmão, meu marido e duas cunhadas são contadores. E, agora, meu filho está no mesmo caminho!”

A contadora Susana fez o curso técnico na escola Pio Décimo e graduou-se em Ciências Contábeis, em 2003, pela Universidade Tiradentes. Especialista em Gestão de Pessoas e membro do Projeto Mulher Contabilista do CRCSE, foi a diretora administrativa do Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade – GBrasil - com mandato de 2010/2014. Desde 1991 é sócia fundadora da empresa Sercon Serviços Contábeis Ltda.

Foram muitas as lutas e conquistas nesses anos de serviços prestados. Apesar dos seus 14 anos de existência, o Sescap/SE é uma entidade jovem, que almeja sua ascensão, buscando continuamente a importante meta de ser um Sindicato cada vez mais forte e atuante, em prol das suas categorias econômicas representadas, atuando pelo bem geral da sociedade sergipana. Atualmente, conta com 112 associados e uma equipe de cinco funcionários.



Figura 26 - Conquista do desconto da Certificação Digital para os associados com a Presidente Susana.

Fonte: Arquivo do SESCAP-SE - acesso: 24/10/2015.

4. PRIMEIRAS ESCOLAS

4.1. HISTÓRIA DO ENSINO DE CONTABILIDADE NO ESTADO DE SERGIPE

O ensino da Contabilidade, no Brasil, iniciou com as aulas de comércio no começo do século XIX, sendo essencialmente técnico. A disciplina de Contabilidade era ministrada em outros cursos, já que, nessa época, não existia o curso específico em Contabilidade.

As disciplinas ministradas nas Aulas de Comércio eram, essencialmente, voltadas para o atendimento das necessidades do comércio e atividades financeiras, considerando-se que, na referida época, o processo industrial, no Brasil, era praticamente inexistente e as atividades que demandavam maior controle eram as comerciais e bancárias.

A partir da década de 1840, as informações permitem identificar de modo mais claro o que eram as aulas de comércio. O Decreto nº 121, de 31 de janeiro de 1842, estabeleceu os critérios a serem usados para a seleção de docentes, demonstrando a preocupação do governo imperial com a lisura na escolha e nomeação das “lentes”, denominação dada aos professores da aula de comércio.

Os critérios para cursar as aulas de comércio eram os seguintes: ter mais de 14 anos de idade, obter aprovação no exame da gramática da língua nacional, aritmética e língua inglesa ou francesa. O exame era dispensado para os bacharéis em Letras do Colégio Pedro II e os aprovados no primeiro ano da Escola Militar.

As disciplinas de cada ano eram ministradas por um único professor e o curso tinha duração de dois anos, com as seguintes disciplinas:

- **No primeiro ano: aritmética e geometria; geografia geral, comercial e do Brasil; juros simples e compostos, desconto, cálculo de anuidades, amortização, moedas e câmbio; e,**
- **No segundo ano: história geral do comércio; comércio marítimo e terrestre; prática de letras de câmbio; seguros; falências e concordatas; bancos e suas operações; arrumações de livros.**

Percebe-se que o currículo das Aulas de Comércio continha disciplinas de natureza prática, dirigidas para as necessidades diárias do comércio e dos negócios bancários. Essas atividades demandavam os instrumentos de gestão mais precisos existentes na Contabilidade da época.

Na segunda metade do século XIX ocorreram transformações significativas na economia brasileira, destacando-se a produção de café, a construção de estradas de ferro, o estabelecimento de empresas de serviços urbanos e o investimento de capital estrangeiro nos empreendimentos brasileiros. Esses fatores tornaram a economia complexa, demandando aperfeiçoamento na gestão dos negócios. Visando atender essas necessidades, oriundas do desenvolvimento econômico, em 1856, o currículo das Aulas de Comércio sofreu algumas alterações, sendo incluídas as disciplinas de Direito Mercantil e Economia Política.

Saes e Cytrynowicz (2001) apontam grandes mudanças no ensino comercial brasileiro a partir da Proclamação da República. Em 1902, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro foi extinto, sendo em seu lugar criada a Academia de Comércio do Rio de Janeiro que, por meio

do Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905, foi declarada instituição de utilidade pública, passando seus diplomas a terem reconhecimento oficial.

O Decreto Federal nº 1.339/1905 reconheceu, oficialmente, os diplomas expedidos pela Escola Prática de Comércio, instituindo dois cursos: geral e superior. A estrutura curricular do curso geral era essencialmente prática e previa as matérias de Português, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História, Ciências Naturais, Noções de Direito Civil e Comercial, Legislação de Fazenda e Aduaneira, Prática Jurídico-Comercial, Caligrafia, Estenografia, Desenho e Escrituração Mercantil.

Podemos observar que a Contabilidade estava presente no currículo do curso geral da Escola de Comércio, uma vez que a Escrituração Mercantil era uma das disciplinas do curso. Nessa época, a figura do contador era considerada de guarda-livros, ou seja, não apresentava escolaridade formal em contabilidade e exercia atividades de escrituração contábil.

A regulamentação dos cursos profissionalizantes, denominados de Ensino Técnico Comercial ocorreu com o Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, que aprovou o regulamento para os estabelecimentos de ensino que oferecessem estes cursos: um com formação geral de quatro anos, e outro superior, de três anos. O curso geral dava direito ao diploma de Contador e o curso superior o título de graduado em Ciências Econômicas. Para ingresso no curso geral, a idade mínima era de 13 anos e, no curso superior 17 anos. Esse Decreto estabeleceu as disciplinas oferecidas para ambos os cursos, especificadas para cada ano de sua duração.

A Escola Prática de Comércio de São Paulo surgiu através do empenho e apoio de empresários e passou a ser a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em homenagem ao apoio recebido do empresário Antônio Álvares Penteado. Foi uma das primeiras escolas a organizar curso específico para a formação de guarda-livros. Schmidt (1995) salienta que a Escola de Comércio Álvares Penteado foi importante para o desenvolvimento da Contabilidade, pois formou professores que tiveram destaque no Brasil na área contábil, dentre os quais, Francisco D'Auria e Frederico Hermann Junior.

As mudanças políticas e econômicas da década de 1930 promoveram alguns acontecimentos importantes na educação profissional contábil tais como: o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, o qual organizou o ensino profissional comercial e regulamentou a profissão de contador. Porém, não estava ainda muito clara a definição entre economista, administrador e contador.

O Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, trouxe duas importantes mudanças: regulamentou a profissão de contador e reorganizou o ensino comercial dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior. O propedêutico exigia idade mínima de 12 anos para ingresso e aprovação em exames de português, francês, aritmética e geografia.

No ano seguinte, o Decreto nº 21.033, regulamentou a situação dos práticos em Contabilidade, que eram pessoas que tinham conhecimento empírico das práticas contábeis, sem contar, no entanto, com uma formação acadêmica. O referido decreto definiu condições e prazos para que esses práticos realizassem seus registros e, a partir de então, o registro passou a ser vinculado à formação escolar.

No técnico, o ensino comercial foi dividido em ramificações: secretário, guarda-livros e administrador-vendedor, com duração de dois anos, e atuário e perito contador, com duração de três anos. Também ficou regulamentado o curso superior de Administração e Finanças, o qual concedia o título de bacharel em Ciências Econômicas, com duração de três anos, cujo pré-requisito era a conclusão do curso técnico de perito-contador ou atuário. O Decreto-Lei nº 1.535, de 23 de agosto de 1939, alterou a denominação do curso de Perito-Contador para curso de Contador.

Finalizando as mudanças nos cursos profissionalizantes, o Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino comercial, desdobrando-o em dois ciclos: o primeiro compreendendo um curso comercial básico de formação, e um segundo composto de cinco cursos de formação, denominados cursos comerciais técnicos, dentre eles o de Contabilidade. Na mesma data, o Decreto nº 14.373, regulamentou a estrutura dos cursos de formação do ensino comercial. O quadro 8, abaixo, apresenta a evolução cronológica da legislação relativa ao ensino técnico de Contabilidade no Brasil, e o diploma correspondente a cada ocorrência.

Ano	Diploma Legal	Ocorrência
1905	Decreto nº. 1.339	Declara instituições de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como caráter oficial; e dá outras providências.
1923	Decreto nº. 4.724	Equipara os diplomas da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições, aos da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e dá outras providências.
1926	Decreto nº. 17.329	Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial, reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.
1931	Decreto nº. 20.158	Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Estabelece o registro obrigatório dos Guarda-Livros e Contadores.
1932	Decreto nº. 21.033	Estabelece novas condições de registro de Contadores e Guarda-Livros, e pelo qual se resolveram os problemas dos práticos.
1939	Decreto nº. 1.535	Altera a denominação do curso de Perito-Contador e dá outras providências.
1941	Decreto nº. 3.052	É instituída a obrigatoriedade dos exames vestibulares para o ensino superior.
1943	Decreto nº. 6.141	Lei Orgânica do Ensino Comercial.
1943	Decreto nº. 14.373	Regulamenta a Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial
1945	Decreto nº. 7.938	Consolidação do Ensino Técnico em grau Superior, estabelecendo as respectivas séries das matérias a serem tratadas.
Quadro 9 - Cronologia da Legislação sobre o ensino técnico de Contabilidade no Brasil.		
Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir das informações contidas em PELEIAS, 2006, p. 28.		

A área de conhecimento contábil galgou o reconhecimento de nível universitário somente em setembro de 1945, através do Decreto-Lei n.º 7.988, quando foram criados os cursos superiores de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Com esse Decreto, os egressos do curso de Ciências Contábeis passaram a receber o título de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais. O título de Doutor em Ciências Contábeis e Atuariais seria concedido para os que defendessem tese, no período de dois anos após o término do curso, a qual deveria contribuir para o desenvolvimento do conhecimento contábil. A partir do referido decreto, a contabilidade brasileira começou uma nova trajetória histórica marcada pela sua solidificação como ciência e pelo fortalecimento da classe contábil como atividade profissional. Nessa trajetória de preparação do profissional contábil, Palma aponta que:

Em relação às ESCs [Empresas de Serviços Contábeis], é fundamental que haja a atualização e a especialização dos profissionais que operam nestas empresas, pois há frequentes mudanças na legislação tributária do País, além de novas ferramentas de gestão. Franco (1999, p.82) comenta que, 'além dos conhecimentos técnicos essenciais, o Contador da atualidade precisa, também, desenvolver habilidades relativas à comunicação, às relações humanas e à administração [...] o treinamento deve, doravante, ser baseado em dois pólos: educação inicial e educação continuada'. (PALMA, 2006, p.82)

O cenário encontrado em Sergipe no início do século XIX não era tão diferente de outros locais no Brasil.

Achava-se a grande massa do povo no mesmo Estado como se nunca se houvesse inventado a imprensa. Havia muitos negociantes abastados que não sabiam ler, e difícil era achar jovens habilitados para caixeiros e guarda-livros. Nem era raro um opulento sertanejo encomendar a algum dos seus vizinhos que de qualquer porto de mar lhe trouxesse um português de bons costumes que soubesse ler e escrever, para casar-lhe com a filha. (NUNES, 1984, p. 35)

Tendo em vista o sistema educacional implantado no Brasil desde sua descoberta, vê-se como era difícil encontrar o chamado guarda-livros, cuja tarefa consistia em escriturar a contabilidade das empresas. A finalidade da educação era a catequese dos índios, para sua conversão ao cristianismo e domesticação para o trabalho escravo. A seguir, com a expulsão dos jesuítas, nem isso havia como educação; restaram ações isoladas que tentavam ensinar a ler e escrever, junto às casas-grandes das fazendas. Mulheres se dedicavam a essa tarefa, além de alguns padres seculares, que continuaram seus ensinamentos nos conventos ou igrejas sob sua responsabilidade.

Apenas em 1871, com o início das aulas no colégio Atheneu Sergipense, e após o regulamento de 24 de outubro de 1870, do Presidente Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, é que a educação teve uma reforma que causou transformações significativas para o ensino de Contabilidade no Estado. O Presidente Cândido da Cunha Leitão, por ato

de 10 de junho de 1871, criou cursos noturnos que funcionaram anexos ao Atheneu e que “compreendiam o ensino de gramática nacional, língua francesa, comércio e escrituração mercantil, desenho linear e primeiras letras” (NUNES, 1984, p.118).

Essa reforma se coloca justamente após a vigência do Código Civil brasileiro de 1850, que previa a obrigatoriedade da manutenção da escrituração contábil, o que deu um impulso para o ensino de Contabilidade em Sergipe. As constantes mudanças de Presidente da província e a ideia de que a educação básica e secundária deveria preparar para os exames que dariam acesso ao ensino superior, fizeram com que diversas legislações, nos diversos governos, retirassem e recolocassem o ensino de Contabilidade no programa do Atheneu Sergipense.

No governo de Maurício Graccho Cardoso houve a inauguração de novas instituições de ensino, destacando-se as de ensino profissionalizante e, no que se refere especialmente ao ensino primário, a expansão dos grupos escolares construídos e inaugurados entre 1923 e 1925. Em sua gestão, o ensino profissionalizante, por exemplo, que até então dispunha apenas com a Escola de Aprendizes Artífices (1910), expandiu com a construção **da Escola de Comércio Conselheiro Orlando (1923)**, do Instituto Profissional Coelho e Campos (1923) e do Instituto de Química Industrial (1926).

Em novembro de 1922, o Decreto nº 763 estabeleceu o curso comercial noturno do Atheneu Sergipense. Com o Decreto nº 798 de 9 de abril, foi desintegrado o plano de ensino do Atheneu Sergipense e o Curso Comercial Conselheiro Orlando a ele anexo passou a se constituir uma Escola de Comércio. A Lei nº 852 de 30 de outubro, estabeleceu as bases para a reforma do ensino primário e normal. Por fim, foi o Decreto nº 928 de 31 de março de 1924 deu novo Regulamento à Escola de Comércio Conselheiro Orlando.

A **Escola de Comércio Conselheiro Orlando, no ano de 1926**, registrou uma matrícula de 31 alunos, consolidando o ensino de Contabilidade em nosso Estado. Esse desempenho era causado pela absorção dos seus egressos no comércio local, o que mereceu uma mensagem à Assembleia Legislativa de Manuel Correia Dantas, Presidente do Estado, em 7 de setembro de 1927, reconhecendo os serviços prestados por aquela instituição em favor do ensino profissional para a juventude sergipana. (NUNES, 1984, p. 259).

O curso da Escola de Comércio Conselheiro Orlando era dividido em Propedêutico (Curso Comercial Básico) e Técnico de Contabilidade. O Propedêutico tinha a duração de 3 anos. As disciplinas do primeiro ano eram: Português, Francês, Inglês, Matemática, Aritmética,

Geografia e História da Civilização. No segundo ano eram: Português, Francês, Inglês, Matemática, Álgebra, Corografia e História do Brasil. No terceiro ano: Português, Francês, Inglês, Matemática, Geometria, Física, Química, História Natural e Caligrafia.

Depois passou para o Curso Técnico de Contabilidade, cujas disciplinas do primeiro ano eram: Contabilidade, Matemática Comercial, Direito Constitucional e Civil, Legislação Fiscal, Estenografia e Mecanografia. No segundo ano: Contabilidade Mercantil, Matemática Financeira, Direito Comercial Terrestre, Merceologia, Técnica Comercial e Economia Política e Financeira. No terceiro ano: Contabilidade Industrial e Agrícola, Contabilidade Bancária, História do Comércio Industrial e Agrícola, Agricultura, Prática do Processo Civil e Comercial, Seminário Econômico e Estatística.

Em 1939, a Escola de Comércio Conselheiro Orlando tinha como diretor o professor Padre Serapião Machado. Nessa mesma época lecionaram na escola: Padre Edgar Brito José Barreto Fontes e Alcebíades Villas Boas (Português); Tenisson Ribeiro, José Franklin e João Melo (Inglês); Misael Viana, Cecílio Cunha e Alcebíades Villas Boas (Aritmética); Maria de Lourdes, Antonieta Vasconcelos e João Melo (Estenografia); e, João Melo, Miguel Resende e Padre Serapião Machado (Contabilidade).

Em 1944, foi publicado o Decreto-Lei número 405, de 10 de abril de 1944, do Estado de Sergipe, que autorizava o aproveitamento dos professores da antiga Escola de Comércio Conselheiro Orlando, para as Escolas Técnicas de Comércio de Sergipe.

O que podemos verificar no Departamento de Inspeção Escolar da Secretaria de Estado de Educação de Sergipe são documentos aparentemente mortos e sem importância. Eles revelam dados e informações que expõem detalhes da história de cada escola técnica do comércio em Sergipe.

Na rede estadual de educação, houve um esforço no sentido de oferecer educação para o trabalho em nível de segundo grau, em 1976, nasce o Colégio Estadual Tobias Barreto, ou simplesmente “Tobias”, no lugar do Grupo Escolar 13 de Julho, que, extinto, teve seu acervo transferido para a escola Lourival Baptista.

A Escola de 1º e 2º Grau Tobias Barreto foi criada através do Decreto 3.328 de 9 de janeiro de 1976 do Conselho Estadual de Educação. Ela teve o reconhecimento através da Resolução 3.181 de 25 de março de 1981 do Conselho Estadual de Ensino. Logo depois, ela passa a funcionar com Escola Técnica de Comércio de Sergipe, através do Decreto Governamental de nº 3.793 de 1977. Em sua criação eram ofertados os cursos do secundário (1º grau) e

os cursos de Administração, Contabilidade e Secretariado (2º grau). Os cursos técnicos eram noturnos e o mais procurado, na época, era o de Contabilidade, por ser um curso que voltava ao mercado de trabalho. O curso era realizado na Rua Pacatuba, nº 288, Bairro Centro, Aracaju/SE.

Outras escolas também foram autorizadas a lecionar o curso técnico de Contabilidade:

- **Colégio Augusto Franco, pela Resolução nº 36/1989, em Aracaju;**
- **Colégio Carvalho Neto, em Simão Dias/SE,**
- **Colégio Comercial Laudelino Freire, pela Resolução nº 13/1982, em Lagarto/SE;**
- **Colégio Costa e Silva, pela Resolução nº 44/1985, em Aracaju;**
- **Colégio Dom José Thomaz, em Aracaju;**
- **Colégio João Teles, em Aracaju;**
- **Colégio Leandro Maciel, em Aracaju;**
- **Colégio Monsenhor Basilio Raposo, em Tobias Barreto/SE;**
- **Colégio Pio Décimo, em Aracaju;**
- **Colégio Santa Terezinha, em Boquim/SE;**
- **Colégio Santo Antônio, em Propriá/SE;**
- **Colégio Senhor do Bonfim, em Aracaju;**
- **Colégio Tiradentes, em Aracaju;**
- **Escola Francisco Rosa, em Aracaju;**
- **Escola Técnica de Comércio de Capela, em Capela/SE;**
- **Escola Técnica de Comércio de Propriá, em Propriá; e,**
- **Petrônio Portela, pela Resolução nº 73/1995, em Aracaju.**

Outro aspecto importante assenta-se sobre a configuração atual da área contábil e de sua perspectiva de crescimento. Isso pode ser visualizado não só pela quantidade atual de oferta de cursos de Contabilidade em todo o país, mas também pelo número de profissionais atuantes.

Os cursos Técnicos de Comércio eram uma forma de contribuir para o progresso das indústrias, preparando pessoas a realizarem os seus estudos de forma gratuita, através do ensino técnico em Sergipe, sendo instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação -MEC, com o objetivo de investigar a criação e o processo de implementação da Escola Técnica de Comércio.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE ESTÂNCIA

A portaria de funcionamento da escola: Portaria Ministerial nº 1.032 de 17 de dezembro de 1953.

A Escola Técnica de Comércio de Estância passou a ter uma sede própria quando o professor Oscar Fontes de Faria, economista e perito-contador, conseguiu arrecadar fundos com a colaboração de boa parte da comunidade estanciana e da Associação Comercial, presidida pelo Constâncio Vieira. O professor Oscar Fontes era economista e lecionava a disciplina de Contabilidade Comercial no curso Técnico.

Alguns Diretores da Escola Técnica de Estância: Prof. perito-contador Oscar Fontes de Faria (1950) e Tenisson Teixeira da Silva (1978).

Primeiros Professores: José Siqueira Aguiar, Joaquim Almeida Barreto, Carlos Gomes de Carvalho Leite, Antônio Vieira de Oliveira, Domingos Ribeiro de Mesquita e Luiz Mota Bitencourt.

Primeira turma de Contabilistas em 1953: Eleonora Leite Pereira, Eronildes Silva, Jamil Elias Jasmin, José Dantas Cruz, José Luciano da Silveira Libório, Jussara Leite Pereira, Maria Hélia Silva, Marília Lima do Nascimento e Rosa Maria Lima do Nascimento.



Figura 26 - Solenidade em comemoração à Semana do Contabilista na Escola Técnica de Estância - 1952

Fonte: Arquivo da Escola Técnica - site - acesso: 3/11/2015.



Figura 27 - Solenidade em comemoração à Semana do Contabilista na Escola Técnica de Estância - 1952.

Fonte: Arquivo da Escola Técnica - site - acesso: 3/11/2015.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE ITABAIANA

Foi em clima de euforia e de grande vontade, que se implantou a Escola Técnica de Comércio de Itabaiana, baseada no Decreto-Lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial), que tinha por finalidade em seu art. 1º, “estabelecer as bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades”:

- 1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.*
- 2. Dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional.*
- 3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei. (Lei nº 6.141/1943).*

A Escola Técnica de Comércio de Itabaiana iniciou suas atividades, mesmo vivendo um clima de instabilidade sem maior apoio das esferas governamentais. Ainda assim enfren-

tando toda sorte de dificuldades para se manter, e poder alcançar seu objetivo por aproximadamente 12 anos de existência, que era de levar a formação profissional aos menos favorecidos, possibilitando para que todos pudessem buscar uma carreira, promissora na sociedade itabaianense.

A reunião extraordinária para criação da Escola Técnica de Comércio de Itabaiana realizou-se nas dependências do salão principal do Edifício Pio XII (localizado na Praça João Pessoa – centro da cidade, onde hoje funciona o Supermercado Nunes Peixoto) sede do Centro de Ação Social Católica de Itabaiana - CASCI, com a presença de representantes de sua diretoria formada pelo: Presidente – Pe. José da Silva Queiroz; Vice-Presidente – Irmã Maria Rafaela Pepel (Diretora do Colégio Dom Bosco); Secretária – Lygia Carvalho; Tesoureira – Irmã Maria Auxiliadora Graça Leite (Diretora do Colégio Dom Bosco); e o Assistente Eclesiástico – Monsenhor José Curvelo Soares, contou também com a participação das associações paroquiais, bem como um número considerável do povo em geral e parte da mocidade estudantil. Após essa reunião, o andamento dos trabalhos para iniciar as atividades escolares ganhou impulso, e a Escola entrou em funcionamento no mês de novembro de 1967.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE PROPRIÁ

A Escola Técnica de Propriá foi inaugurada em 16 de abril de 1967, pela Portaria Ministerial nº 117 de 1º de julho de 1968. O grande responsável pela construção da Escola foi o Monsenhor José Curvelo Soares. Construída com a doação da Organização Católica Alemã - MISEREOR, através do pedido do Primeiro Bispo da Diocese de Propriá Dom José Brandão de Castro. O terreno foi doado pela Prefeitura Municipal de Propriá, com a colaboração da Bancada Federal de Sergipe e da Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, representado pelo diretor Luiz Tavares e tendo como primeiro diretor da Escola o professor Antônio Fernando Campos.

Segundo a Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto-Lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943, o ensino era dividido em Escola de Comércio de 4 anos (correspondente ao ginásio) e a Escola Técnica Comercial com duração de 3 anos relacionado ao ensino profissionalizante.

Alguns ex-professores da Escola: Prof. Edgar Vieira Lima – foi também Diretor da Escola, ensinou Contabilidade e Educação Moral e Cívica. Prof. Antônio Fernando Campos, Dr. Carlos Ayres Britto, Prof. Djalma Costa, Dr. Elmir Borges, Prof. Geraldo Aguiar, Dr. Heraldo

Barros, Dr. Herbert Mendonça, Dr. João Fernandes Britto (Brittinho), Dr. João Santana Sobrinho, Prof. José Mariano, Prof. Pedro Ferreira de Barros e Dr. Wagner Ribeiro.

Alguns ex-alunos da Escola: Ivan José Ayres de Freitas Britto, João Fernandes de Freitas Britto, entre outros. A primeira turma que concluiu o curso Técnico em Contabilidade foi no 2º semestre de 1969.

Atualmente, o prédio é utilizado pela Instituto Federal de Sergipe (IFS), na Avenida José Conrado de Araújo, nº 330.



Figura 28 - Antiga Escola Técnica de Comércio de Propriá - atual IFS.

Fonte: internet - acesso: 1/12/2015.

4.2. ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE SERGIPE

A curso de Contabilidade tinha uma duração de 3 anos, considerados como séries.

A primeira série era composta pelas disciplinas: Português, Inglês, Matemática, Física, Química, Contabilidade Geral, Mecanografia e Educação Política.

A segunda série era composta pelas disciplinas: Português, Inglês, Matemática, Biologia, Contabilidade Comercial, Organização e Técnica Comercial, Merceologia e Prática Jurídica e Comercial.

Um dos primeiros diretores foi Miguel Resende e os primeiros professores foram Miguel Resende, José Artêmio Barreto, entre outros.

4.3. CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM SERGIPE

4.3.1. CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT

Tida como a segunda maior instituição de ensino superior particular do Nordeste, a Universidade Tiradentes é o resultado de um projeto que começou em março de 1962, com a fundação do Colégio Tiradentes, na Rua Laranjeiras, centro da capital. A escola oferecia os cursos de primeiro e segundo grau, profissionalizante-pedagógico e Contabilidade.

Cinco anos após a inauguração, na madrugada de 25 de fevereiro de 1967, uma ordem de despejo parecia pôr fim ao sonho do professor Jouberto Uchôa de Mendonça. Mas as dificuldades foram superadas. Em 1969, o Colégio Tiradentes ganhou sede própria, em um terreno comprado à prestação na Rua Lagarto. Neste local, nasceu a ideia de implantar os primeiros cursos de nível superior.

No dia 11 de julho de 1972, o MEC oficializou a implantação dos cursos superiores de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

O Colégio Tiradentes, que mais tarde se transformou em Faculdades Integradas Tiradentes e por fim Universidade Tiradentes, foi um “sonho jamais sonhado” como disse o próprio fundador do Colégio, Jouberto Uchôa, que tinha o sonho de criança de se tornar músico, tocador de clarinete.

No ano de 1960, Jouberto Uchôa deixou o emprego no Colégio Pio Décimo, onde exerceu diversos cargos, chegando a função de Vice-Diretor, e abriu uma pequena escola em um imóvel alugado, à Rua Laranjeiras, nº 567. Em 1º de março de 1962, após receber a aprovação da Inspeção Seccional do Ensino Secundário, o Colégio Tiradentes iniciou as suas atividades com as seguintes turmas: Infantil, Primário, Ginasial, Contabilidade e Pedagógico. A primeira turma de contadores a se formar no colégio Tiradentes foi no ano de 1963.

O curso Técnico de Contabilidade, no turno noturno, foi criado no ano de 1966. Entre os anos de 1967 a 1969, o Professor Uchôa adquiriu um terreno à Rua de Lagarto, onde aos poucos construiu dois blocos e só então, mudou-se definitivamente. Foi no ano de 1972 que surgiu as Faculdades Integradas Tiradentes com os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

4.3.2. CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS

Faz mais de 50 (cinquenta anos) que o Curso de Ciências Contábeis foi instituído, em 1956, sob a diretriz da antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe.

O curso de Ciências Contábeis, foi autorizado pela Lei estadual nº 73, de 12 de novembro de 1948 e autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 27.019, de 8 de agosto de 1949, sob a diretriz da antiga “Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe”, uma instituição mantida pelo governo do Estado de Sergipe. Foram enfrentadas severas dificuldades no seu desenvolvimento e a evolução em face do reduzido número de profissionais da área com formação superior, capazes de ministrar aulas para que o curso se estabelecesse. Naquela época, os poucos alunos que ingressaram no curso e conseguiram concluí-lo obtendo o diploma de nível superior em ciências contábeis, receberam ensinamentos ministrados por professores das áreas de direito e economia, que não eram diretamente ligados ao campo profissional da contabilidade.

O curso teve a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira Série
Análise Matemática
Estatística Geral e Aplicada
Contabilidade Geral
Economia Política
Segunda Série
Ciência da Administração
Matemática Financeira
Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola
Instituições de Direito Público
Terceira Série
Organização e Contabilidade bancária
Finanças das Empresas – Técnica Comercial
Instituições de Direito Civil e Comercial
Contabilidade Pública

Quadro 10 - Primeira Matriz Curricular do curso de Ciências Contábeis.

Fonte: Arquivo do departamento de Ciências Contábeis da UFS - acesso: 19/11/2015.

Enquanto não se tinha turma formada pelo curso, os professores que ministraram as disciplinas foram os da Faculdade de Ciências Econômicas. A primeira Turma a colar grau data do ano de 1959 seguida de outras sempre com pequeno número de alunos.

No ano de 1960, segundo consta nos registros de colação de grau, concluíram o Curso Superior em Ciências Contábeis os seguintes alunos: Leão Magno Brasil, Ignácio Soares de Souza, Antônio Aureliano Bispo, João Augusto Lima Barreto, João Crisóstomo de Brito, Maria de Lourdes Reis Santos, Renato França Pereira e Tânia Souza Neto. Na última graduação em 1963, antes da interrupção pelo motivo já citado, foram concludentes os alunos: Antuzzo Cardoso, Carlos Augusto dos Santos e Olímpio de Santana Filho.

A partir de 1964, houve uma interrupção do funcionamento do curso. Esta interrupção decorreu da falta de regularização do registro do curso junto ao Ministério de Educação e Cultura por parte do governo estadual, chegando a tornar inviável a expedição e legalização dos diplomas a serem entregues aos alunos concludentes.

Com a criação pela Universidade Federal de Sergipe do curso de Administração ficou alterada a denominação da anterior Faculdade de Ciências Econômicas para Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas com divisão em dois departamentos: Departamento de Economia e Departamento de Administração e Ciências Contábeis. Logo após, houve a extinção da Faculdade com o surgimento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, para o qual foram integrados os Departamentos de Administração e Ciências Contábeis, surgindo também os Centros Acadêmicos.

Em 1968, houve a incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas com a instituição da Universidade Federal de Sergipe, agregando o quadro funcional e de professores, através da Portaria nº 117, de 16 de dezembro de 1968, assinada pelo Magnífico Reitor, Dr. João Cardoso Nascimento Júnior. Fato que revigorou o funcionamento do Curso de Ciências

Contábeis, cujo primeiro vestibular veio a ocorrer no ano de 1971. O Departamento de Ciências Contábeis passou a ter personalidade própria, a partir de 9 de janeiro de 1990, através a Resolução nº 1º/1990/Consu, pela qual o Conselho Universitário autorizou a formação de Departamentos para o funcionamento dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis.

O surgimento da Universidade Federal de Sergipe revigorou o funcionamento do Curso de Ciências Contábeis cujo primeiro vestibular veio a ocorrer no ano de 1971, partindo desta época até os dias atuais, o funcionamento regular e ininterrupto do curso.

O Curso Superior de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe foi estruturado com o objetivo de oferecer aprendizado na área da Contabilidade visando a formar bacharel em Ciências Contábeis para atuar nas áreas de auditoria, perícia contábil, assessoria contábil, consultoria empresarial e pública. Formando profissionais competentes voltados à interação com um conjunto variado de temas e habilitados para atuar em empresas públicas e privadas, organizações com e sem fins lucrativos e como profissional liberal.

A proposta original do curso tinha como grade curricular, 1956/1963, a constituição das seguintes disciplinas: Economia Política, Direito Público, Direito Privado, Direito Social, Prática de Processo Civil e Comercial, Prática Comercial, Estatística Geral, Geografia Econômica, Análise Matemática, Matemática Financeira e Atuarial, Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Comercial, Organização e Contabilidade Industrial, Contabilidade Bancária, Contabilidade Pública, Auditoria, Perícia e Revisão Contábil e, Elementos de Administração.

A proposta original do curso tinha como grade curricular, 1956/1963, a constituição das seguintes disciplinas: Economia Política, Direito Público, Direito Privado, Direito Social, Prática de Processo Civil e Comercial, Prática Comercial, Estatística Geral, Geografia Econômica, Análise Matemática, Matemática Financeira e Atuarial, Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Comercial, Organização e Contabilidade Industrial, Contabilidade Bancária, Contabilidade Pública, Auditoria, Perícia e Revisão Contábil e, Elementos de Administração.

Educação Física	Estágio em Contabilidade
Educação Física II	Contabilidade Comercial
Sociologia do Desenvolvimento	Contabilidade Agrícola e Pastoril
Introdução à Economia	Contabilidade Industrial
Introdução à Administração	Técnica Comercial
Teoria Geral da Administração	Custos –Contabilidade de Custos I
Planejamento Empresarial	Contabilidade de Custos II

Contabilidade Geral	Contabilidade Gerencial
Análise de Balanço	Contabilidade Bancária
Auditoria Contábil	Estudos de Problemas Brasileiros
Contabilidade Pública	Introd. à Metodologia da Ciência
Contabilidade Tributária	Introdução à Filosofia
Geografia Econômica e Geral do Brasil	Processamento de Dados
Estatística Geral	Pesquisa Operacional
Cálculo I	Francês
História Economia do Brasil	Contabilidade Nacional I
Instituições de Direito	Contabilidade Nacional II
Estudos de Problemas Brasileiros II	Direito e Legislação tributária
Matemática Aplicada à Economia e Finanças	Moedas e Bancos
Estatística Aplicada à Economia	Direito e Legislação social
Auditoria e Análise de Balanços I	Adm. Financ e Orçamentária I e II
Auditoria e Análise de Balanços II	Orçamento Público e Contabilidade do Estado.

Quadro 11 - Matriz curricular a partir de 1971.

Fonte: Arquivo do departamento de Ciências Contábeis da UFS - acesso: 19/11/2015.

Em 1971, o corpo docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe – UFS era formado da seguinte forma: bacharéis em outras áreas de ensino superior e técnicos em Contabilidade. Os professores Wilson Barbosa de Melo e Carlos Augusto dos Santos foram os primeiros professores do curso e seus fundadores na UFS. Posteriormente foi admitido o professor José de Castro. Já os professores Gonçalo Ferreira Melo e Olímpio de Santana Filho tiveram acesso as cadeiras de ensino através de concurso público, constituindo um quadro de cinco professores contadores.

As primeiras turmas de bacharéis em Ciências Contábeis foi 1975. Abaixo a relação dos primeiros bacharéis pela Universidade Federal de Sergipe.

Ciências Contábeis/1975.1		
	Matrícula	Nomes
01	71120082	Altair Ataíde Dias Guedes
02	71120213	Antônio de Sena Ribeiro
03	71120318	Armando de Araújo Aguiar

04	71123062	Romualdo Batista de Melo
Ciências Contábeis/1975.2		
01	71120056	Ailton Cardoso Barros
02	71120208	Antônio Conrado Azevedo Dias
03	71120900	Eraldo Acioli da Rocha
04	72121134	Eudas Machado
05	72121841	José Rodrigues Santos
06	72122096	Luiz da Costa Pereira Neto
07	72122301	Maria Célia de Araújo Santos Alves
08	72122489	Maria de Lourdes Pereira Santos
09	72124135	Williams Almeida Santos

Quadro 12 - Primeiros Bacharéis em Ciências Contábeis da UFS.

Fonte: DAA - UFS - acesso: 24/11/2015.

Nesses quarenta e um anos de curso, o curso de Ciências Contábeis da UFS teve um quantitativo de alunos concludentes de 1.508 alunos.

Atualmente, Sergipe conta 7 instituições de ensino que ofertam o curso de Ciências Contábeis, sendo 1 pública e 6 privadas. As privadas são: Universidade Tiradentes – UNIT, Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - Fanese, Faculdade Sergipana - Faser, Faculdade Amadeus – FAMA, Faculdade Dom Pedro II e Faculdades Integradas de Sergipe - FISE. A pública é a Universidade Federal de Sergipe - UFS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a História da Contabilidade em Sergipe realizada através dos documentos impressos, manuscritos, leis, decretos, trabalhos científicos e, sobretudo, de relatos de profissionais, levantando momentos específicos e personagens relevantes. É importante mencionar que as entrevistas surgiram como um momento significativo em que “personagens” dessa história puderam deixar registrados fatos que teriam se perdido no tempo caso esse trabalho não tivesse sido escrito.

Observa-se que a trajetória da Contabilidade em Sergipe foi permeada por ações em favor da constituição da profissão contábil. As ações realizadas representaram um trabalho de

construção de uma categoria que buscava a sua legitimação no cenário contábil sergipano utilizando as “ferramentas” legais de que dispunha.

A busca por informações para a escrita do Resgate Histórico da Contabilidade em Sergipe permitiu acessar elementos e práticas do exercício contábil na passagem do século XIX para o século XXI. Ressalta-se que contar essa História não foi tarefa muito fácil. Foram muitos dias de levantamento de informações, de reuniões e viagens e acreditamos que o objetivo foi atingido. Pelo menos, foi muito gratificante! Cada história, cada entrevista, uma emoção! No entanto, muita coisa ficou perdida no tempo, especialmente sobre as Escolas Técnicas de Comércio.

Este trabalho procurou registrar pedaços da História da Contabilidade em Sergipe, ouvindo relatos e testemunhos de profissionais como Jádson Ricarte, Jodoval dos Santos, Ana Lúcia Sales dos Santos, Maria Ederilda Pereira, Maria Salete Leite, Minervino Dória, Elson Amorim, Edson Souza, Nilton Soares, Romualdo Batista, Aécio Dantas, Ângela Dantas, José Amado, Susana Nascimento e fazendo todo o levantamento histórico da Contabilidade no Estado. Mas, antes de avançar, deixaremos registrado o caminho percorrido até aqui, colocando voz e rosto na História. Pela voz de nossos interlocutores, esperamos registrar olhares de personagens privilegiados. Não poderemos esquecer de homenagear, também, a todos os Conselheiros e Conselheiras que ajudaram no resgate histórico aqui contado e celebrado.

Durante o processo, observando a falta de fontes, de pesquisas, sobre o assunto, percebemos que esse projeto pode contribuir com futuras pesquisas, pois as reflexões produzidas aqui poderão servir para outros estudos que objetivem conhecer sobre a profissão contábil em Sergipe. Essa pesquisa não se encerra aqui, porquanto os “horizontes” da História da Contabilidade são tão, ou mais amplos, do que se possa imaginar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Santos de Mirianne. Livros e leitores: saberes e práticas educacionais e religiosas na coleção folhetos evangélicos (1860-1938). 2011. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus Editora, 1996.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e quietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Disponível em: <http://www.atribunacultural.com.br/modules/xnews/article.php?storyid=6554>. Acesso em 03 nov.2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, Diana Gonçalves et all. (Orgs). Educação, modernidade e civilização. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FERNANDES, Rogério. Ofício de professor: o fim e o começo dos paradigmas. In: Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. São Paulo: Escrituras Editora, 1998. p. 1-22.

LE GOFF, Jacques et alli. História. In: Enciclopédia Einaudi. v.1. Porto: Imprensa Nacional/Casa de Moeda, 1984.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Imprensa protestante nos Oitocentos. Projeto de Pesquisa. Aracaju: UNIT/PPED, 2007.

NUNES, Maria Thetis. História da educação em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

PALMA, Daniel Azevedo. Perfil da relação profissional entre as empresas de serviços contábeis (ESC) e a micro e pequena empresa (MPE): uma pesquisa de campo na cidade de Unaí (MG). In: Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. Ano XXXV nº 160. Julho/Agosto 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. p. 200-212.

SAES, Flávio Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino comercial na origem

dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. Revista Álvares Penteado. São Paulo, v. 3, n. 6, p. 36-59, jun. 2001.

SCHMIDT, Paulo. O exame de capacitação profissional e habilitação profissional do contador. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 24, n. 80, p. 36-40, jan./mar. 1995.

RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL NOS ESTADOS: ESTADO DE SÃO PAULO



Angela Zechinelli Alonso
Alexandra Aparecida Leme Maure

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	3
1. Introdução	4
2. Primeiras evidências	6
2. Primeiras organizações	11
2.1. Associação de Guarda Livros	11
2.2. Associação dos contadores de São Paulo	13
2.3. Instituto Paulista de Contabilidade	13
2.4. Sindicato dos Contabilistas de São Paulo	14
2.5. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo	15
2.6. Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo	16
2.7. Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo	17
2.8. SESCON-SP Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo e Associações das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo	18
2.9. Academia Paulista de Contabilidade	20
2.10. Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes	22
3. Primeiras escolas	23
3.1. Escola Politécnica da USP	26
3.2. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	27
4. Considerações finais	28
Referências	30

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato histórico sobre a organização profissional contábil, tratando de instituições de ensino e de representatividade da classe contábil e de algumas personalidades que nelas atuaram, com o objetivo de resgatar a memória da Contabilidade e sua evolução no Estado de São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida a partir de documentos das instituições estudadas, de informações de periódicos dos séculos XIX e XX, e outras fontes bibliográficas. O estudo revela que a organização profissional contábil no Estado de São Paulo teve sua origem nas entidades representativas da classe comercial, dado que a profissão de Guarda-Livros estava intrinsecamente ligada às atividades do comércio. Trata-se de uma pesquisa regional, específica sobre o Estado de São Paulo, como contribuição para o conhecimento e a formação da memória histórica e cultural da Contabilidade brasileira.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade a contabilidade já existia, assegurando o Patrimônio de rebanhos e escravos, entre outros bens. Naquela época, eram contados por grupos de itens da mesma espécie, registrados por meio de desenhos em peças de argilas (tábuas Uruk) gravando a cara do animal que queriam controlar (VENTURELLI, 2011). Com o passar dos anos o método de contabilizar foi evoluindo até o método das partidas dobradas, como registrado por Frei Luca Pacioli em seu “Tractatus de Computis et Scripturis” (Contabilidade por Partidas Dobradas), publicado em 1494 (SOARES, 2013).

A profissão contábil está presente no Brasil desde 1549, ano em que D. João III realiza a primeira nomeação de um Guarda-Livros. A chegada da família Real Portuguesa em 1808, promoveu a abertura dos portos comercializando produtos para outros países, aumento dos gastos públicos e o surgimento de novos negócios. Formou-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil. (REIS; SILVA, 2007)

Surgiu, então, a necessidade de capacitar profissionais na escrituração contábil e um alvará de D. João ordenava “que a escrituração seja mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida por nações civilizadas,... por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios” (SOUZA, 2012). Em Portugal, a Carta de lei, de 30 de agosto de 1770, regulamentou a profissão contábil para os diplomados em “Aula de Comércio”, estendendo para o Brasil, então sua colônia, o mesmo preceito.

As primeiras Aulas de Comércio no Brasil surgiram no Rio de Janeiro e no Maranhão, em 1811, e na Bahia e em Pernambuco, em 1913 (SOUZA, 2012).

Somente em 1846 as Aulas de Comércio ganharam Estatuto próprio, com a publicação do Decreto Imperial nº 456 (SOUZA, 2012).

Em 1850, o imperador D. Pedro II sancionou o Código Comercial Brasileiro e o Guarda-livros passou a ser considerado agente auxiliar do comércio. Esse primeiro Código Comercial obrigava os empregadores a nomearem por escrito os Guarda-livros, assim chamado antigamente o profissional da Contabilidade e essa documentação deveria ser inscrita no Tribunal do Comércio. Por esse tempo, os profissionais já se utilizavam da “quarta fórmula”, como eram conhecidas as “partidas dobradas” (POLATO, 2008).

Com o surgimento do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1863, a disciplina Es-

crituração Mercantil era oferecida para preparar os comerciantes na prática do registro contábil e na contadoria pública passou-se a admitir somente guarda-livros que tivessem concluído tal curso.

Considera-se a profissão de “Guarda-Livros” como a primeira profissão liberal do Brasil, oficialmente reconhecida pelo Decreto Imperial nº 4.475 de 1870, que aprovou os Estatutos da Associação de Guarda-Livros da Corte.

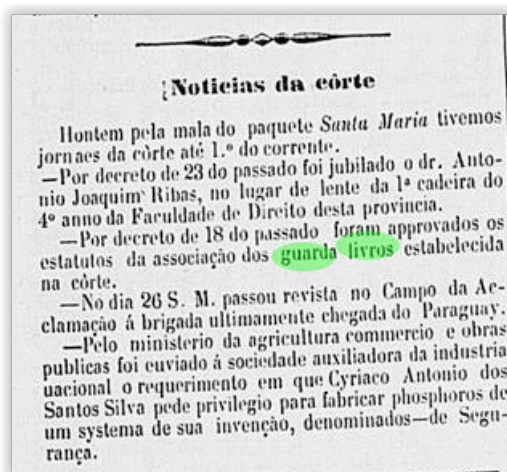


Figura 1 - Correio Paulistano, 4/3/1870.

A lei 1083, de 22 de agosto de 1860, é considerada a primeira lei das sociedades por ações e trouxe uma série de regulamentações, entre elas o Decreto 2679, de 3 de novembro de 1860, sobre a obrigação de remeterem em certas épocas os balanços e outros documentos. Logo no primeiro artigo determina o prazo para os bancos (filiais e agências) publicar o balanço mensal como sendo até o dia 8 do mês seguinte. Além disto, deveriam enviar cópia para o presidente da província e para o ministério da fazenda. O texto do artigo primeiro também fala de relatório de administração e das comissões de exame das contas. O decreto também determinava um modelo, anexo ao texto. Já o artigo 2º. Indicava que para as sociedades anônimas a publicação seria semestral ou no prazo previsto nos estatutos. Além disto, deveriam encaminhar cópia às Secretarias de Estado. Não estavam abrangidas na obrigatoriedade de publicação as associações religiosas e “corporações de mão morta”.

Mas é após a proclamação da república e no transcorrer da Primeira República (1889-1930) que o ensino de contabilidade parece entrar de forma mais direta nos currículos dos cursos de formação técnico-comercial ofertados pelas escolas brasileiras, surgindo, também, a necessidade de se organizar para proteger os interesses da profissão.

A partir de 1930, foi a industrialização que promoveu a aceleração do desenvolvimen-

to de toda uma cadeia produtiva e de negócios, com fomento à criação de empresas privadas não só industriais mas também de serviços e comerciais ligadas às indústrias. Até então, o Brasil de oligarquias agroexportadoras pouco interesse tinha em prestar contas. Com o crescimento econômico brasileiro pelo capitalismo industrial, a exigência de prestação de contas levou a profissão contábil a patamares cada vez mais elevados.

2. PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS

O guarda-livros era um profissional que fazia trabalhos da empresa, como elaborar contratos e distratos, controlar a entrada e saída de dinheiro e fazer toda a escrituração comercial. Para ser um Guarda-Livros não era necessário ter estudo superior; o conhecimento era adquirido através de cursos particulares, ministrados juntamente com as primeiras lições de matemática. A Contabilidade era feita à mão e, portanto, um dos requisitos para ser Guarda-Livros era ter uma boa caligrafia. Havia uma distinção entre Guarda-Livros e Contador: o Contador se dedicava a calcular juros, hipotecas, letras de câmbio e outros cálculos e era contratado usualmente pelo Governo, Forças Armadas e Bancos.

No início do Século XIX, a filha de Antonio da Silva Prado (1778 a 1875), cobrador de impostos em Sorocaba e um dos homens mais ricos de São Paulo, recebeu um longo treinamento na contabilidade de “partida dupla”. Provavelmente, foi educada por professores particulares, como era costume na época, e a contabilidade foi considerada, por seu pai, disciplina muito importante (CALDEIRA, 2009).

Em São Paulo, com a expansão do café e o crescimento industrial entre 1872 e 1920, a população cresceu de 31.385 para 579.033 habitantes. No recenseamento de 1910, São Paulo já ocupava o primeiro lugar no movimento fabril brasileiro, com 4.145 estabelecimentos e 83.998 operários. Levantamentos realizados em 1900 indicavam a existência de 165 estabelecimentos industriais e 50 mil operários (POLATO, 2008). Muitos imigrantes participaram desse processo e alguns cafeicultores destacaram-se na transferência do capital agrário para negócios urbanos. O progresso vertiginoso da Província de São Paulo ocorreu em todos os ramos da sua administração e vida econômica, social e política.

Brasil, Estado de São Paulo e Cidade de São Paulo População Total: 1872 - 1890 - 1900 - 1920						
Anos	Brasil		Estado de São Paulo		Cidade de São Paulo	
	Habitantes	Números Índices	Habitantes	Números Índices	Habitantes	Números Índices
1872	9.930.478	100	837.354	100	31.385	100
1890	14.333.915	144	1.384.753	165	64.934	207
1900	17.438.434	177	2.282.279	272	239.820	764
1920	30.635.605	308	4.592.188	548	579.033	1.845

Fonte: Emplasa, 2001, p. 24

Figura 2 - (POLATO, 2008).

As boas perspectivas econômicas, a expansão das estradas de ferro e das empresas de serviços urbanos atraíram investimentos estrangeiros e surgiram escolas de comércio para capacitar profissionais necessários ao controle dessa expansão violenta de negócios.

Até então, os Guarda-Livros ofereciam seus serviços pessoais em periódicos.

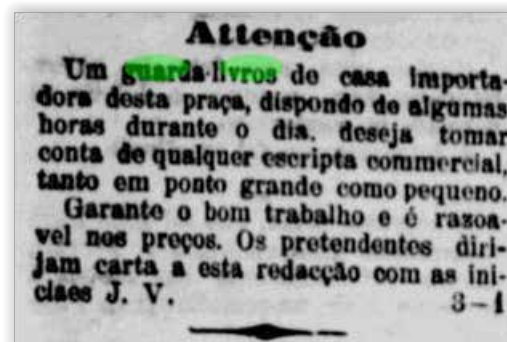


Figura 3 - O Commercio de S. Paulo, 12 de abril de 1894.

Em 1892, na cidade paulista de São Carlos, teve início um sistema de Contabilidade pública até então inédito no País. Com características patrimonial, financeira e orçamentária, o sistema se baseou no método desenvolvido pelo engenheiro polonês Estanislau Kruszynski para a prefeitura daquela cidade (GUIMARÃES, 2012).

O êxito do novo método levou à sua implantação no Tesouro do Estado de São Paulo, em 1905. Dezesesseis anos depois o padrão foi adotado em todo o Brasil, sendo responsável pela criação da Contadoria Central da República, por meio do Decreto 15.210, de 28 de dezembro de 1921 (GUIMARÃES, 2012).



Figura 4 - Prédio do Tesouro do Estado de São Paulo, criado em 1905 - reprodução www.camara.sp.gov.br

Possivelmente um dos primeiros escritórios de contabilidade que se tem notícia seja o do citado engenheiro Estanislau Kruszynski, que, tendo trocado a Polônia pelo Brasil, se estabeleceu na cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, onde, entre os anos de 1884 e 1924, data de seu falecimento, ministrou aulas de Contabilidade em sua residência, à Rua Marechal Deodoro, no 101. Aos melhores alunos era reservado o direito de trabalhar no escritório de contabilidade de Kruszynski que cuidava da contabilidade de, pelo menos, doze fazendas da região (MARTINS; SILVA; RICARDINO, 2006).

O País atravessava momentos de grandes transformações na política e na economia, sem contar ainda, que um sentimento de organização profissional e trabalhista tomava conta da sociedade e, a partir desse momento, nota-se uma busca enérgica pela organização da profissão contábil, e o Estado de São Paulo participa ativamente para a regulamentação profissional de Guarda-Livros e Contadores.

No final do século XIX, coube ao Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo a iniciativa de criar um curso regular que oficializasse a profissão contábil (SCHMIDT; SANTOS; FONSECA, 2008). Desse Grêmio surgiu a Escola Prática de Comércio, mais tarde denominada Escola de Comércio Álvares Penteado.

A Primeira entidade que congregou os Contabilistas no Brasil foi o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, fundado em 1915, em São Paulo, nos mesmos moldes do Instituto Inglês dos Chartered Accountant's (CRC SP, 1996).

Em 1916, constituiu-se a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro, que se transformou, em 1936, em Sindicato.

O Instituto Paulista de Contabilidade foi fundado em 1919 e também veio a se transformar em Sindicato.

Em 1924, o Instituto Brasileiro de Contabilidade realizou o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade na cidade do Rio de Janeiro (RJ), oportunidade em que foram apresentadas propostas junto aos Poderes Públicos para criação de uma lei que regulamentasse o exercício das funções dos profissionais de contabilidade no Brasil (CFC, 2008).

O sentimento classista nasceu da proposta feita em 27 de dezembro de 1925, em São Paulo, pelo Professor Francisco D’Auria, Contador Geral da República, que lançou a ideia da instituição do “Registro Geral dos Contabilistas” no Brasil (GUIMARÃES, 2012).

Antes de 1926, não formávamos, ainda, uma unidade com sentido nacional orgânica, como a que surgiu à tona naquele histórico, 25 de abril de 1926, quando o Senador João Lyra, ao agradecer as homenagens que lhe prestavam os profissionais de Contabilidade de São Paulo, afirmou: “Trabalhem, pois, bem unidos tão convencidos do nosso triunfo, que desde já consideramos o dia 25 de abril, o Dia dos Contabilistas Brasileiros”. Nesta oportunidade é que foi solenemente proclamada a Classe Dos Contabilistas Brasileiros (CRC SP, 2015).

Em 1927, foi fundada a Associação Campineira de Contabilidade (GUIMARÃES, 2012).

A AIC – Associação Internacional de Contabilidade, com sede em Bruxelas, teve seu Comitê Brasileiro organizado em 1929, em São Paulo. A finalidade da AIC era promover congressos internacionais (GIGLIOLI, 2011).

O 2º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que deveria ter sido realizado em 1926, na cidade de São Paulo (SP), não aconteceu. Esse Congresso só ocorreu em 1932, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) (CFC, 2008).

Somente em 1934, São Paulo recebeu um Congresso Brasileiro de Contabilidade, em conjunto com o 1º Congresso de Contabilidade do Estado de São Paulo, na Escola de Comércio Álvares Penteado (CFC, 2008).

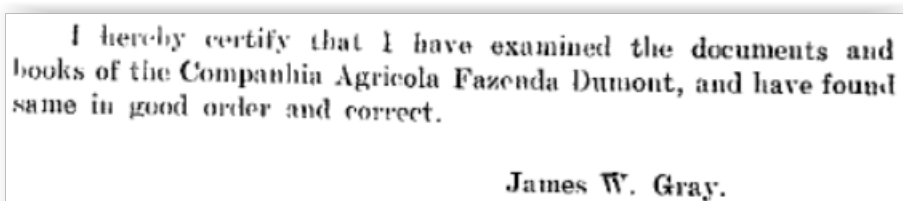
O Estado de São Paulo recebeu novamente um Congresso Brasileiro de Contabilidade somente setenta anos depois, portanto em 2004, na cidade de Santos (CFC, 2008).

Em 1944, o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo convocou a primeira Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo na Escola de Comércio Álvares Penteado (CRC SP, 1996).

Do exterior, vinha o conhecimento em negócios e a necessidade de se revisar as contas. A revisão de contas era usualmente feita pelo Conselho Fiscal das Companhias, mas as companhias estrangeiras, principalmente da Inglaterra, passaram a enviar os seus “peritos

em contabilidade” ou auditores independentes, como conhecemos hoje, para certificação das contas.

O primeiro balanço auditado publicado no Brasil, no Wileman’s Brazilian Review, um periódico publicado em língua inglesa no Rio de Janeiro, foi o da Companhia Agrícola Fazenda Dumont, em 24 de agosto de 1915. A fazenda, localizada perto de Ribeirão Preto era considerada uma das maiores do mundo, de propriedade do pai de Alberto Santos-Dumont, o aviador (GIESBRECHT, 2015). Foi vendida em 1896 para The Dumont Coffee Company Limited, uma empresa com sede em Londres e diretores no Brasil, em São Paulo. Assinou o Certificado James W. Gray, da firma Jackson, Pixley, Browning, Husey & Co. Chartered Accountants, Auditors, de Londres, Inglaterra.

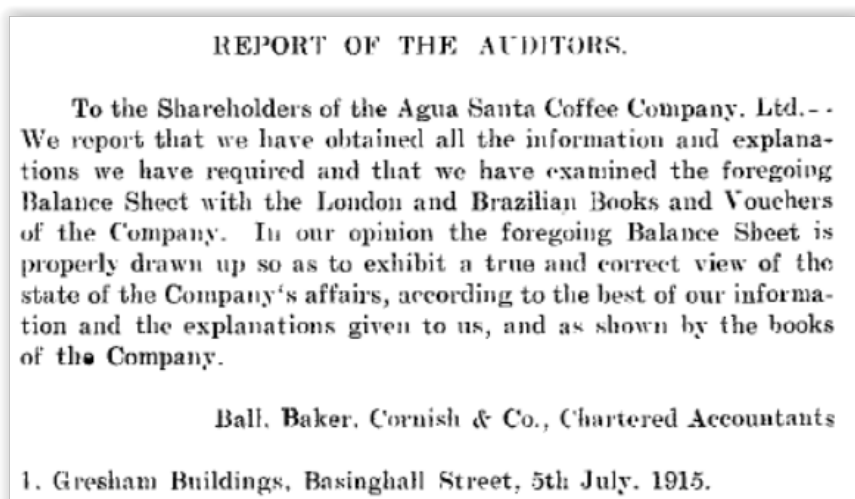


I hereby certify that I have examined the documents and books of the Companhia Agricola Fazenda Dumont, and have found same in good order and correct.

James W. Gray.

Figura 5 - Certificação pelo auditor no Brasil.

No mesmo periódico, encontramos o balanço da Fazenda Água Santa Coffee Company, Ltd. auditado por Ball, Baker, Cornish & Co. Chatered Accountants. A Fazenda Água Santa, ficava em Santa Ernestina, Distrito do Município de Taquaritinga, Estado de São Paulo e pertenceu anteriormente ao “barão do café” Carlos Leôncio de Magalhães, o maior cafeicultor do Brasil no início do século XX.



REPORT OF THE AUDITORS.

To the Shareholders of the Agua Santa Coffee Company. Ltd. - - We report that we have obtained all the information and explanations we have required and that we have examined the foregoing Balance Sheet with the London and Brazilian Books and Vouchers of the Company. In our opinion the foregoing Balance Sheet is properly drawn up so as to exhibit a true and correct view of the state of the Company’s affairs, according to the best of our information and the explanations given to us, and as shown by the books of the Company.

Ball, Baker, Cornish & Co., Chartered Accountants

1. Gresham Buildings, Basinghall Street, 5th July, 1915.

Figura 6 - Certificação dos Auditores Independentes.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Contabilidade, fundado em 1916, no Rio de Janeiro, somente em 1931 criou a Câmara dos Peritos Contadores (PELEIAS; BACCI, 2004).

Foi a Revolução de 1930, entretanto, que trouxe por meio do Governo Provisório, Chefiado por Getúlio Vargas, em 30 de junho de 1931, o Decreto no 20.158, reformando o ensino comercial e estabelecendo o registro obrigatório dos guarda-livros e contadores na Superintendência do Ensino Comercial.

Finalmente, com o Decreto-Lei 9.295, de 27 de maio de 1946, são definidas as atribuições do contador e do guarda-livros e também é criada a estrutura de organização, fiscalização e regulação profissional da contabilidade: o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais.

2. PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES

2.1. ASSOCIAÇÃO DE GUARDA LIVROS

Com a expansão da economia de São Paulo e o crescimento do número de profissionais, alguns guarda-livros tiveram a iniciativa de se organizarem em uma sociedade na capital. Em 30 de julho de 1876 foi criada, na cidade de São Paulo, a Associação de Guarda-Livros, conforme notícia veiculada no Jornal “Correio Paulistano” de 4 de agosto de 1876, sob a Presidência de João Gomes de Andrade e tendo como participantes José Severino Fernandes, João Lino Xavier do Amaral, José Guilherme da Costa, José Francisco de Almeida, Ferreira Campos, Guilherme Tuck, Cabral, Vargas e Moreira da Cruz.

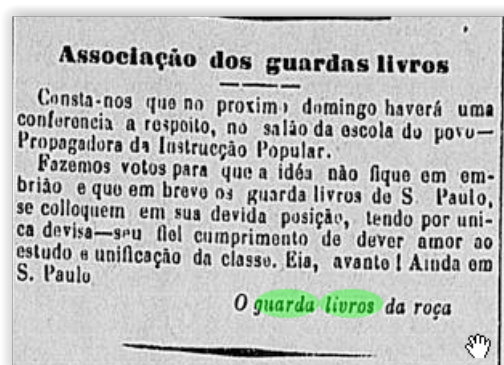


Figura 7 - Correio Paulistano, 29/07/1876.

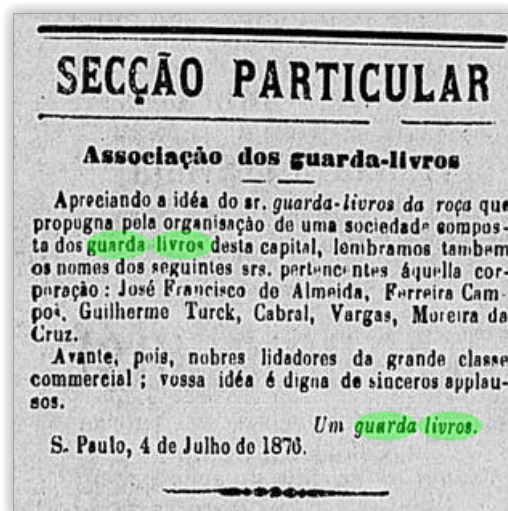


Figura 8 - Correio Paulistano, 29/07/1876.

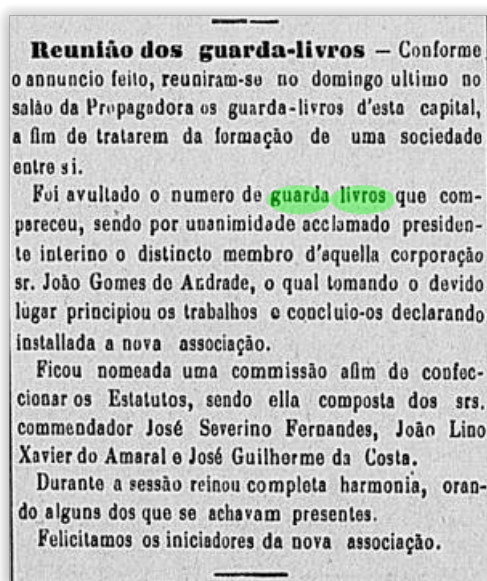


Figura 9 - Correio Paulistano.

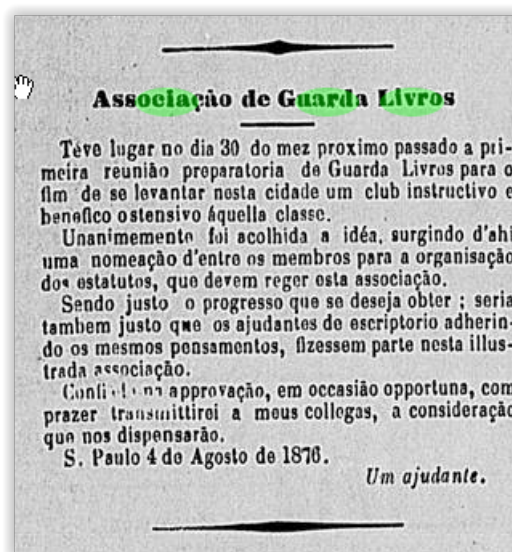


Figura 10 - Correio Paulistano.



Figura 11 - Correio Paulistano.

2.2. ASSOCIAÇÃO DOS CONTADORES DE SÃO PAULO

Durante a época da Primeira Guerra Mundial, mais especificamente em 1916, em São Paulo, era fundada a Associação dos Contadores de São Paulo. A Associação tinha como principal objetivo pugnar pelos interesses da classe contábil, trabalhando fortemente junto aos poderes públicos pela regulamentação da profissão (GUIMARÃES, 2012).

A Associação teve como Presidente, em sua fundação, José Mascarenhas e como Vice-Presidente Gilberto Paulo Mello Nobrega. Foi convidado para Presidente Honorário Francisco D’Auria e para membros honorários o senador João de Lyra Tavares, Carlos de Carvalho, Horácio Berlinck, José da Costa Sampaio, Francisco Rodrigues Lavras e Frederico Vergueiro Steidel (CRC SP, 1996).

2.3. INSTITUTO PAULISTA DE CONTABILIDADE

Onze Jovens professores com determinação, liderados pelo Prof.º Francisco D’Auria, um aluno exemplar das primeiras turmas na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado onde começou a ministrar aulas pouco tempo depois, fundaram o Instituto Paulista de Contabilidade – IPC (SINDCONT-SP, 2009).

O primeiro Presidente do IPC ao ser fundado, foi o próprio Francisco D’Auria, acompanhado do Vice-Presidente Gilberto Paulo Mello Nóbrega, do Primeiro Secretário Fernando Hersekac, do Segundo Secretário Frederico Herrmann Júnior, do Primeiro Tesoureiro Aristides de Macedo Filho, do Segundo Tesoureiro Luiz Seraphico de Assis Carvalho e do Bibliotecário Mario Pligler (SINDCONT-SP, 2009).

fissional por meio de sindicato único e, para cumprir a legislação, foi necessária a unificação das bases desta entidade e do Sindicato dos Contadores de São Paulo, grupo que havia sido criado em 1932, surgindo, então, o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo - Sindicont-SP (GUIMARÃES, 2012).

2.4. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO

O Sindicont-SP, Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, foi fundado em 19 de julho de 1919, localizada na Praça Ramos de Azevedo, 202.

A reunificação dos grupos do IPC e do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo ocorreu em Assembleia Geral conjunta das duas entidades, , em 1940, quando se deliberou a unificação, o enquadramento sindical, a recomposição da diretoria e a aprovação dos estatutos para a criação do Sindicont-SP. A Carta Sindical foi assinada em 25 de abril de 1941 (SINDCONT-SP, 2009).

Legalmente, o Sindicont-SP é o órgão que faz a representação e a defesa dos interesses profissionais dos contabilistas da capital e da Grande São Paulo (SINDCONT-SP, 2009).

Atualmente com uma base composta por mais de 80 mil associados e filiados que atuam em 20 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, o Sindcont-SP atua em defesa da profissão, levando os principais pleitos da classe aos órgãos governamentais como a Receita Federal do Brasil - RFB, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, entre outros (SINDCONT-SP, 2015).

A entidade também promove a educação profissional continuada, realizando palestras, cursos e eventos sobre temas atuais e relevantes ao dia a dia dos contabilistas, bem como através dos debates promovidos pelo Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis - CEDFC. Oferece ainda assessoramento jurídico e diversos convênios e parcerias firmadas com estabelecimentos, para garantir melhor qualidade de atuação profissional e de vida aos associados e filiados (SINDCONT-SP, 2015).

2.5. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo foi instalado em 14 de dezembro de 1946 e sua primeira reunião foi realizada em 23 de dezembro, às 21 horas, na sede do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, naquela ocasião, localizado na rua

São Bento, 405, 11º andar. Nessa primeira reunião, foi realizada a eleição para a escolha do primeiro presidente do CRC SP, da qual saiu-se vitorioso o Contador Pedro Pedreschi (CRC SP, 2015).

A segunda reunião do CRC SP foi realizada em 6 de fevereiro de 1947, também na sede do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, e nela foram debatidos os temas referentes à efetiva instalação do órgão de registro e fiscalização do exercício da profissão contábil no Estado de São Paulo (CRC SP, 2015).

Em 15 de dezembro de 1947, o Conselho instalou-se em sua primeira sede, uma pequena sala de 16 metros quadrados localizada na rua Wenceslau Braz, 175, 5º andar, onde ficou até 1951, quando mudou-se para uma sede maior, que ocupava todo o andar de um prédio na rua 3 de Dezembro (CRC SP, 2015).

Em 1952, o presidente, Joaquim Monteiro de Carvalho, comprou o 8º andar do Edifício da Lavoura, na rua 24 de Maio, 104, a primeira sede própria do CRC SP. Ao mesmo tempo que crescia em importância e em funções, o Conselho ia ocupando outros andares desse edifício, até que passou a utilizá-lo quase que completamente (CRC SP, 2015).

Em 1990, foi criada uma comissão para estudar a viabilidade da construção de uma nova sede para o CRC SP e, em 6 de outubro de 1995, foi inaugurada a nova sede do CRC SP, na rua Rosa e Silva, 60, um edifício de 11 andares, com um mezanino, três andares anexos e três subsolos, contando com quase 10 mil metros quadrados de área construída (CRC SP, 2015).

Com o objetivo de ampliar a estrutura física da entidade, em 2006, o CRC SP comprou de um prédio, localizado na rua Rosa e Silva, 104. O prédio passou então a ser a sede do CRC SP, foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 2010, o Edifício Ynel Alves de Camargo, onde está o Teatro Hilário Franco e que, hoje, abriga as instalações do Centro de Memória da Contabilidade Paulista Joaquim Monteiro de Carvalho (CRC SP, 2015).

O CRC SP que registra e fiscaliza o exercício profissional, também é responsável por um programa de educação continuada que beneficia milhares de profissionais de todas as regiões do Estado com palestras, realiza visitas dos estudantes de Contabilidade para conhecer o CRC SP, seminários entre outras atividades. O CRC SP organiza as Convenções (Estadual e Regionais) com o objetivo de estreitar o relacionamento entre profissionais, empresários e estudantes de Contabilidade, atuando por meio de suas Comissões, ampliando e reforçando o trabalho do Conselho. As comissões são formadas por jovens profissionais, mulheres, integrantes da melhor idade, do Terceiro Setor, da cultura e do meio acadêmico (CRC

SP, 2015).

2.6. ASSOCIAÇÃO DOS PERITOS JUDICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A APEJESP-SP foi fundada em 30 de agosto de 1957, por um grupo de peritos judiciais as reuniões eram realizadas após o expediente da tarde e, quase habitualmente. A distância não importava, tudo era válido e fácil, seus estatutos estabeleciam que “entre os sócios efetivos, são fundadores os admitidos até 31 de outubro de 1957”, sendo certo que as dez primeiras inscrições caracterizaram os fundadores. Odilon e Siqueira foram os números 2 e 1, respectivamente; Danilo Duarte Serra nº 8, Fausto Ferreira Coimbra nº 9 e Irineu Desgualdo nº 10 (APEJESP, 2015).

No escritório localizado à Avenida Liberdade, do contador Odilon Cunha Lima e seu amigo contador seu José Ferraz de Siqueira Sobrinho, perito no fórum cível, além de advogado e então contador da Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil. A reunião era informal, encontravam-se um grupo de amigos de cinco ou seis pessoas, Siqueira levava o amigo, Reynaldo Porchat de Assis. Cunha Lima, Andalício Antunes Pereira, ferrenho socialista e grande argumentador, e passavam a tratar das questões ligadas à atuação dos peritos no processo, pois naquela ocasião digladiavam-se três peritos em cada causa, eis que inexistia a figura dos assistentes (APEJESP, 2015).

A Associação instalou sua sede, no Largo do Paissandu. Móveis foram adquiridos a prazo, a receita era restrita, foi necessário repactuar. Foi a primeira compra a prazo e eram diretor tesoureiro que a associação elegera (APEJESP, 2015).

A ata da assembleia que aprovou a reforma estatutária de 30 de agosto de 1963 foi o presidente do ato Theobaldo Freitas Leitão e, secretário, João Manoel Ribas d’Ávila; funcionário do Tribunal de Contas do Estado, compareceram 20 associados, foram eleitos os 13 membros do conselho, 1 voto em branco; os 19 votantes teriam, todos eles, sufragado com 19 votos cada um dos 13 eleitos, o que não aconteceu só porque d’Ávila e Menezes não quiseram votar no próprio nome e, como deferência, votaram em 2 amigos. Ainda não existia o voto eletrônico e tudo era às claras (APEJESP, 2015).

A associação prosseguiu, com o primeiro seminário de perícias judiciais, realizado em

1977 sob a batuta do presidente Frederico José Sacco, com os trabalhos de José Rojo Alonso, José Maria Menezes Campos e Fausto Ferreira Coimbra, quando a sede se instalou na rua Senador Feijó, vinda da rua Barão de Itapetininga, muito contribuiu para o prestígio da entidade. Contadores e engenheiros lotaram o salão do Palácio Mauá, demonstrando que a congregação com outras entidades profissionais era viável e muito profícua (APEJESP, 2015).

Decorridos cerca de 44 anos da sua fundação, a associação manteve-se fiel aos seus objetivos estatutários. Seu passado certamente transborda destas mínimas anotações relacionadas ao início da entidade, de tal maneira é válido que seja recebido pelos novos associados como estímulo permanente à manutenção e ao acréscimo da entidade (APEJESP, 2015).

2.7. FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Na década de 40 era patente a necessidade de um órgão de representação da Contabilidade paulista como um todo, o que levou os mais importantes sindicatos de contadores existentes a época a se congregarem em uma Federação. Dessa forma, em 27 de fevereiro de 1948, foi fundada a Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, a qual atende pela sigla Fecontesp, pelos Sindicatos de Contabilistas de São Paulo, Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campinas (FECONTESP, 2015).

A organização, sem fins lucrativos, começou seus trabalhos tendo como primeiro presidente o contabilista José da Costa Boucinhas, que promoveu inúmeros benefícios à Entidade e aos sindicatos filiados. Os seus sucessores prosseguiram o trabalho, sempre empenhados em promover reflexões, articular reivindicações e estimular a capacitação entre os contabilistas paulistas (FECONTESP, 2015).

Após mais de 60 anos de atuação, hoje a Fecontesp congrega 24 sindicatos de profissionais da Contabilidade distribuídos ao longo de todos os 645 municípios do Estado de São Paulo e segue construindo uma história de desafios e conquistas na busca da integração, valorização e defesa dos interesses dos profissionais da Contabilidade, bem como das empresas e da sociedade, de forma geral (FECONTESP, 2015).

A Fecontesp, que tem sua sede na Rua Formosa, 367, 22º andar, conjunto 2260, no centro da capital, ainda mantém firme o compromisso de fortalecer a Contabilidade brasileira

e suas relações com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País. Seu principal propósito hoje é representar seus filiados em todas as esferas de poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – e frente às entidades representativas da população, concentrando esforços que favoreçam os contadores reduzindo os níveis de risco tanto para a profissão quanto para o profissional (FECONTESP, 2015).

2.8. SESCON-SP SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO E ASSOCIAÇÕES DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O SESCON-SP, foi fundado em 12 de janeiro de 1949, com o nome de Associação Profissional das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, com sua sede na Rua da Consolação, nº 318, onde funcionava o Instituto Superior de Preparação Técnica. O processo de transformação em entidade sindical iniciou-se logo após a fundação junto ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (SESCON-SP, 2015).

No início da década de 60, foi alterada a base territorial e o âmbito de representação, passando a entidade a ter a denominação de Associação Profissional das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON-SP, 2015).

Em 04 de novembro de 1964, ocorreu o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho com a expedição da respectiva Carta Sindical com a denominação de Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo, representando a respectiva categoria econômica do 3º Grupo - Agentes Autônomos do Comércio - do Plano da Confederação Nacional do Comércio. No final da década de 70 adquiriu sua sede própria na Rua Formosa, nº 367, 23º Andar – Centro, local no qual permaneceu por mais de 20 (vinte) anos (SESCON-SP, 2015).

Em 27 de maio de 1987, a entidade passou a ter sua denominação atual: Sindicato das Empre-

sas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON-SP, 2015).

No final do ano de 2000, mais precisamente no dia 08 de dezembro, o SESCO-SP inaugurou sua nova sede social, localizada na Av. Tiradentes, 960 – Bairro da Luz, contando com 5.000 m² de modernas instalações visando a consecução de seus objetivos sociais: Representar perante as entidades de direito público ou privado os interesses gerais de seus filiados; Celebrar convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como defender em dissídios coletivos as categorias econômicas representadas; Eleger ou designar os representantes das categorias; Colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as categorias que representa; Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; Manter serviços de consultoria jurídica aos seus associados; Promover a conciliação nos dissídios de trabalho; Promover convênios técnico-operacionais com entidades em geral; e criar e manter cursos de atualização, formação e modernização profissional para os filiados (SESCON-SP, 2015).

Enfim, a razão de ser da entidade são seus associados e filiados, bem como seu principal objetivo é servir-lhes com excelência, atuando como seu porta-voz perante os poderes do Estado em seus vários níveis, reivindicando e defendendo seus interesses e direitos, procurando a valorização das atividades das empresas representadas e a ampliação de seu mercado, colaborando para o desenvolvimento de seus recursos humanos, promovendo a educação continuada e a disseminação de informações importantes para a atividade empresarial; sempre criando incessantemente novos serviços e vantagens para o seu público (SESCON-SP, 2015).

Atender aos anseios das categorias que representa, essa é a missão do SESCO-SP (SESCON-SP, 2015).

2.9. ACADEMIA PAULISTA DE CONTABILIDADE

A Academia Paulista de Contabilidade, fundada e instalada em Assembleia Geral em 25 de abril de 1952, teve o Estatuto original registrado sob nº 99065, no 4º Registro de Títulos e Documentos, desta Capital, em 16 de janeiro de 1953, sob nº 1670, livro A, com certidão do referido registro, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16 de janeiro 1953, na página 56 (APC, 2015).

A Academia Paulista de Contabilidade é uma associação sem fins lucrativos, de âmbito estadual, de prazo indeterminado (APC, 2015).

Em 1916, fundou-se, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Contabilidade, já em época mais avançada de nossos estudos e preparação profissional; em 1919, à semelhança daquele, foi fundado o Instituto Paulista de Contabilidade; em 1936, foi criado o Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, em que se transformara o Instituto Paulista de Contabilidade. Este Instituto escreveu páginas brilhantes de defesa e interesses profissionais e alguma coisa fez em prol do aperfeiçoamento científico da Contabilidade. O Sindicato, regulado pela Lei, desempenhou-se das suas atribuições, cuidando dos interesses profissionais e dos problemas sociais e fazendo bastante em prol da cultura contábil. A Federação correspondeu às aspirações da união de classe, estadual e nacional; o Conselho Federal e Regional de Contabilidade consolidam a função legal do contabilista (APC, 2015).

Não passou inobservada, no Brasil, a necessidade de se criar um órgão de cultura contábil-profissional. No V Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1952, o nosso ilustre colega, Professor Joaquim Monteiro de Carvalho, apresentou indicação no sentido de serem criadas as Academias Contábeis nos Estados. Minas Gerais já tem a sua Academia e um Centro de Pesquisas Contábeis. Acolhendo a ideia do nosso conterrâneo, Professor Monteiro de Carvalho, e acompanhando os colegas mineiros, o Contador Francisco D'Auria também promoveu a fundação da Academia Paulista de Contabilidade (APC, 2015).

Academia, historicamente, sempre foi, apenas, um círculo de homens de boa vontade voltados ao aperfeiçoamento das ciências, das artes, dos esportes. Os mais vaidosos é que lhe deram caráter de grande nobreza, elevando-a a cenáculo de uma elite de homens, a uma corporação de homens superiores, quase divinos, por seus excelsos dotes aristocráticos do saber (APC, 2015).

O grêmio poderia se chamar “Instituto” ou simplesmente “Sociedade”; não teria o título a modificar-lhe a essência. Duas razões militam em favor do título escolhido. Primeira razão, porque se originou de uma indicação congressual; Segunda razão, por que já existe uma Academia, a mineira, e outras regionais poderão vir a formar-se, e com o mesmo nome. Não foi denominada “Instituto”, por que poderia parecer um revivescência do que se converteu em “Sindicato” (APC, 2015).

A verdade nesta questão do título é uma simples questão de denominação. O que interessa é manter, à altura dos tradicionais foros contábeis de São Paulo, um grêmio de estudiosos que trabalhem com devotamento, sinceridade, interesse patriótico pelo aprimoramento da Ciência e da profissão contábeis (APC, 2015).

Com a posse dos dirigentes da Academia, ficou estabelecido o marco inicial dos trabalhos para constituir-se em um ponto de encontro para os Acadêmicos paulistas, que têm a oportunidade de perpetuar o conhecimento contábil através dos tempos. Essa é a meta da Academia Paulista de Contabilidade-APC que, no dia 6 de agosto de 2012, teve a honra de ser reinstalada e de empossar oficialmente 25 renomados profissionais da Contabilidade em suas tradicionais cadeiras (APC, 2015).

A reinstalação da Academia, com a missão de homenagear os 50 patronos que emprestaram seus nomes às cadeiras - reconhecendo o seu trabalho pelo desenvolvimento da profissão e a dedicação de suas vidas às causas contábeis, ocorreu durante a gestão do Contador Domingos Orestes Chiomento, no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC SP, no período de 2010-2011. Entre os patronos, encontram-se Hilário Franco, Luiz Fernando Mussolini, Milton Improta e outras ilustres lideranças do passado. Para o presidente da APC, Irineu de Mula, a Academia tem ao mesmo tempo a missão de reconhecer a competência dos profissionais da atualidade, cujas atividades trazem substancial contribuição à Classe (APC, 2015).

2.10. INSTITUTO BRASILEIRO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em meados de 1950, a profissão contábil estava evoluindo surgindo os primeiros cursos superiores de Ciências Contábeis. Havia, cada vez mais, a necessidade transparência nas Demonstrações Contábeis das empresas, naquele tempo alguns profissionais da área organizaram uma regulamentação para Auditoria no Brasil e a normatização das práticas Contábeis nacionais. Surgiram, então, os primeiros Institutos de Auditoria, um dos tais foi o Instituto dos Contadores Públicos de São Paulo (ICPSP), criado em 26 de março de 1957, que mais tarde transformou-se no Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB), e em 2 de janeiro de 1968, surgiu o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (IBAI) (IBRACON, 2008).

Em São Paulo, o IBAI, sob a influente e valorosa liderança do Professor José Rojo Alonso e no Rio Grande do Sul o ICARGS realizaram importantes trabalhos no sentido das normatizações de procedimentos contábeis, especialmente visando ao setor de auditoria (SÁ, 2008).

O ICPB e o IBAI representavam a categoria dos Auditores. De acordo com Roberto Dreyfuss

havia divergências naquela época sobre a legislação de Auditoria, havia um Instituto no Rio de Janeiro e Outro em São Paulo que não entravam em comum acordo sobre as Normas. Em 1960, a auditoria passou a ter um papel importante no mercado de valores, assim foi exigida a unificação das entidades que representavam os auditores a Resolução nº 88 de 1968, do Banco Central impôs a obrigatoriedade da Auditoria Independente (IBRACON, 2008).

Em 1971, surgiu o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) semente do IBRACON, para atender às necessidades de discussão de práticas contábeis e procedimentos de auditoria, inicialmente apenas para Contadores que trabalhassem na Auditoria, porém, era uma área em que poucos atuavam. Questionava-se se deveria abranger todos os contadores, pois assim se fortaleceria; por outro lado, perderia o foco e o prestígio que o Instituto detinha. Houve então uma Assembleia para decidir a possibilidade de não apenas auditores, mas também, contadores se associarem à entidade e também se o nome seria mudado ou permaneceria o mesmo. Em 1982, a entidade abriu suas portas também para outros membros da profissão contábil e para os estudantes de Ciências Contábeis e passa a ser denominado Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON). Em 1º de julho de 1983, ingressaram diversos contadores que atuavam em várias especializações como: Auditores Internos, Peritos Judiciais, Contadores de área Privada e Pública e Professores (IBRACON, 2008).



Figura 12 - O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) dá início a seus trabalhos em São Paulo em cerimônia na sede do Sindicato dos Contabilistas. Em pé, da esquerda para a direita: Francisco de Lucca Netto, Luiz Bertasi Filho, José Pedro de Mattos, Adauto César de Castro, Antonio Venício Fellin, Francisco Rodrigues Dias e Vinício Martins Presti. Sentados, da esquerda para a direita: José Rojo Alonso, Sérgio Approbato Machado, Giuseppe Nazareno Maiolino, Roberto Dreyfuss, Gilson Miguel de Bessa Menezes, Paulo Adolpho Santi e Sérgio de Ludicibus. Fonte: Auditoria Registro de uma Profissão.

No ano de 2001, foi aprovada em Assembleia a ideia do Presidente da Diretoria Nacional Márcio Martins Villas, de voltar à característica de se tratar de uma entidade de auditores. Hoje em 2015, localizado à Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar – Bela Vista, permanecendo assim chamado IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 2008).

A fase atual é de valorizar a profissão de auditor e aumentar a base profissional. O Brasil é um país pouco auditado e esse é um dos grandes desafios do IBRACON (IBRACON, 2008).

3. PRIMEIRAS ESCOLAS

No final do século XIX não havia formação profissional específica voltada para a área do comércio. O primeiro curso comercial no Brasil foi implantado pelo Liceu das Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1882, e era equivalente a um curso de ensino médio mais o técnico em comércio e, guardadas as devidas proporções, equiparava-se a um atual bacharelado. Não havia, na época, faculdade nessa área. O motivo do curso “Comercial Noturno”, de 4 anos, de ter sido bem-sucedido foi o fato de serem aulas gratuitas no período noturno e não atrapalhar a vida profissional dos estudantes (BIELINSKI, 2009).

Com a queda do Império e a Proclamação da República e no transcorrer da Primeira República (1889-1930) que o ensino de contabilidade parece entrar de forma mais direta nos currículos dos cursos de formação técnico-comercial ofertados pelas escolas brasileiras.

Há indicação de que, no Estado de São Paulo, o primeiro curso formal de ensino de nível técnico em contabilidade tenha sido o da Escola Politécnica de São Paulo, que já em 1900 conferia diploma (reconhecido oficialmente) de Contador àqueles que concluíssem o curso preliminar, de duração de um ano (IUDÍCIBUS; SILVA; RICARDINO, 2006).

Em 1902, surge a Escola Prática de Comércio de São Paulo, que, em 1907, passou a ser chamada de Escola de Comércio Álvares Penteado, que tem seus diplomas reconhecidos oficialmente em 1905 e se torna a principal referência no Estado em formação comercial da época.

Foi instituída, em 24 de abril de 1907, pela Lei Municipal nº 258/1907, a Academia Municipal de Comércio de Santos, que foi transformada, em 12 de janeiro de 1917, na Escola de Comércio José Bonifácio pela Lei municipal nº 587/1917 (NOVO MILÊNIO, 2015).

ESCOLA DE COMERCIO JOSÉ BONIFÁCIO
Faculdade de ciências econômicas e comerciais de Santos - Oficializada - Sob o Regime dos Decretos Federais nº 21.155 e 21.055

Fundada a 4 de Agosto de 1907
Instituição de **UTILIDADE PÚBLICA**
pelo decreto federal nº 31.190
de 20 de Novembro de 1910
Professores especializados em cada disciplina.
Cadeiras preenchidas mediante concurso.

CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Curso de *Atuária*
de *Perito Contador*
de *Auditor do Comércio*
e *Procedimento*
Curso de admção inteiramente gratuito.

Mecanogafia
ESCRITORIO MODELO
Matrículas no corrente ano:
do sexo masculino 356
feminino 189

Ensino gratuito a mais de 100 estudantes.
Premio EPITÁCIO PESSOA
aos dois primeiros alunos classificados 3000x000

Associação Instrutiva
Biblioteca e Secretaria
Museu de História Natural - Parcial -
Aula de Química
Cálculo de Física e Química
Massagem e Dactilografia
Oficina

Escola de Instrução Militar nº 53 (Reservistas) E.I.M. P. nº 67

Figura 13 - Publicado no jornal santista A Tribuna em 7 de julho de 1936, p. 10.

Em 1923, o Decreto Legislativo nº 4.724-A, as seguintes escolas paulistas, entre outras, tiveram seus diplomas equiparados aos expedidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro:

- - Liceu de Artes, Ofícios e Comércio do Sagrado Coração de Jesus;
- - Liceu Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas, mantida pela Pia Congregação Salesiana;
- - Escola Comercial, mantida pela Sociedade de Educação e Ensino de Campinas;
- Por meio de outros decretos e atos, foram reconhecidas de utilidade pública as seguintes escolas de comércio:
 - - Escola Superior de Comércio de Botucatu;
 - - Escola de Comércio Cristóvão Colombo (Piracicaba);
 - - Academia Comercial Mercúrio (São Paulo);
 - - Escola de Comércio Doze de Outubro (São Paulo).

- - **Escola de Comércio Dom Pedro II (anexa à Associação dos Empregados de Comércio de São Paulo);**

Ainda que diversas outras escolas em São Paulo e em outros Estados estivessem em plena atividade no ensino comercial, somente em 1926, com a regulamentação dos cursos profissionalizantes denominados de Ensino Técnico Comercial pelo Decreto n. 17.329, que o ensino de contabilidade passa a ser integrado como curso de formação profissional específica, de nível técnico, e concedendo título de contador.

No interior do Estado de São Paulo, temos notícias da criação de muitas Escolas de Comércio para o Ensino Técnico de Contabilidade, como, em 1953, a Escola de Comércio Junqueira Ortiz, em Itú.

Até 1930 o ensino superior funcionava como uma espécie de introdução geral às profissões e era realizado em escolas que se diferenciavam pouco daquelas de nível secundário que já ofereciam o ensino profissional.

O Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências, inclusive estabelecendo o registro obrigatório dos guarda livros e contadores na Superintendência do Ensino Comercial. Esse Decreto estruturou o ensino comercial em três níveis: propedêutico, técnico e superior. O propedêutico exigia a idade mínima de 12 anos para o ingresso no técnico e dividiu o ensino comercial em ramificações: secretário, guarda-livros e administrador-vendedor, com duração de dois anos, e atuário e perito-contador, com duração de três anos. Regulamentou também o curso superior em Administração e Finanças, que concedia o título de bacharel em Ciências Econômicas, com duração de três anos, cujo pré-requisito era a conclusão do curso técnico de perito-contador ou atuário (ROSELLA, 2006).

No final da Era Vargas (1930-1945), por meio do Decreto-Lei 7.988, de 22 de setembro de 1945, a formação oferecida em contabilidade, que estava restrita ao nível técnico até então, passa também a ser ofertada em nível superior, quando então foi instituído o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos e concedendo o título de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais aos que o concluíssem.

Já em 1951, por meio da lei 1.401, há a segregação de cursos em relação ao previsto no Decreto-lei 7.988, passando a serem denominados de curso de Ciências Contábeis e curso de Ciências Atuariais (ROSELLA, 2006; PELEIAS, 2007).

conjunto de novas carreiras, sobretudo nas áreas sociais e em novas áreas profissionalizantes. É sobretudo nessas áreas que se verificou a expansão do setor privado. Típicos do início dos anos 70 são os cursos de psicologia, ciências contábeis, administração e ciências sociais aplicadas. Essas carreiras absorveram em 1988 quase 600 mil estudantes em cursos predominantemente noturnos, com uma forte participação feminina e localizados nas regiões Sudeste e Sul (SAMPAIO, 1991).

3.1. ESCOLA POLITÉCNICA DA USP

A Escola Politécnica da USP foi fundada em 24 de agosto de 1893, pela Lei Estadual 191, aprovada pelo Congresso Legislativo de São Paulo e promulgada pelo então presidente do Estado, Bernardino de Campos. Em 1934, ela foi incorporada à Universidade de São Paulo (MARTINS; SILVA; RICARDINO, 2006).

Destacada pelo ensino de engenharia e pela realização de pesquisas científicas e tecnológicas, a Poli formou várias gerações de engenheiros. Alguns de seus alunos destacaram-se na vida política do Estado e do País e na administração de empresas e de órgãos públicos.

Em seu início, a Escola Politécnica da USP oferecia ainda cursos de formação de mão de obra técnica, como os de Artes Mecânicas (1893-1894), Químicos Industriais (1920-1935), Maquinistas (1893-1911) e, até mesmo, de Contadores (1894-1918) (DIAS; CARDOSO, 2014).

A Poli desde seu início contribuiu para o ensino técnico de nível secundário. Além de oferecer os cursos citados, a instituição teve grande cooperação e integração com Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, criado em 1873. Em 1890, Francisco de Paula Ramos de Azevedo assumiu a direção do Liceu, localizado próximo à “Poli velha”. Um dos maiores engenheiros e arquitetos brasileiros, Ramos de Azevedo foi professor da Escola Politécnica desde sua instalação, e seu diretor de 1917 até seu falecimento em 1928 (DIAS; CARDOSO, 2014).

A Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – popularmente conhecida como Poli – é hoje uma das mais conceituadas e respeitadas escolas de engenharia do mundo.

3.2. FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ALVARES PENTEADO

O Grêmio Guarda-Livros de São Paulo, uma instituição que reunia os profissionais contábeis de São Paulo, criou um curso que oficializasse a profissão contábil, havendo a necessidade de especializar pessoas para preencher as tarefas rotineiras de controle de finanças e contabilidade, deu início então a Escola de Comércio Álvares Penteado a primeira escola reconhecida com o curso de Contabilidade pelo Decreto Federal de 1.339 em janeiro de 1905, pelo então presidente da Velha República, Rodrigues Alves, reconhecendo em caráter oficial os diplomas expedidos pela escola (SCHMIDT; SANTOS; FONSECA, 2008).

Fundada em 02 de junho de [1902](#), até então, conhecida como Escola Prática de São Paulo, em 1931 através do Decreto 20.158 instituiu o curso técnico de contabilidade, com duração de dois anos formando Guarda-livros e de três anos para formar Peritos contadores. Para quem completasse o Curso Superior de Contabilidade, com mais dois anos de estudos, teria direito ao exercício das funções de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros, chefes de Contabilidade de estabelecimentos bancários e de grandes empresas comerciais. No ano de 1939 o Decreto Lei nº 1535 altera a denominação do Curso de Perito-Contador para Curso de Contador. Em 22 de setembro de 1945, por meio do decreto lei nº 7.988, é criado o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais e, em 20 de dezembro desse mesmo ano, pelo decreto lei nº 8.191, fica estabelecido que as categorias de guarda-livros, atuários, contadores, perito-contadores e bacharéis seriam agrupados em apenas duas, ou seja: Técnico de Contabilidade para os profissionais de nível médio e Bacharel para os de nível superior. Com o advento da Lei nº 1.401 de 31 de julho de 1951, houve a separação entre o Curso de Ciências Contábeis e o Curso de Atuariais (OLIVEIRA, 2010).

Sendo a primeira Instituição a abrir o curso superior de Ciências Contábeis, em 1945, no país, a FECAP (Fundação Escola de Comércio Alvarez Penteado), detém a mais antiga certificação de utilidade pública do Brasil, desde 1915.

Com mais de 100 anos de atuação na área de ensino, a FECAP, atualmente, oferece os cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Relações Internacionais, Publicidade, Relações Públicas e Secretariado Executivo Trilíngue. Além disso, a FECAP

atua em outras esferas da educação, como colégio, especialização, mestrados em Ciências Contábeis e Administração e Centro de Educação Continuada (FECAP, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o Estado de São Paulo é um estado rico em entidades de classe e que marcaram sua história com a evolução da contabilidade, desde a chegada da família real ao Brasil até os dias atuais.

A evolução no âmbito educacional, formando profissionais altamente capacitados para exercer qualquer função dentro da contabilidade, antigamente chamados por Guarda-Livros, hoje Contadores, Auditores, Peritos, Analistas Financeiros e diversos outros.

De acordo com o professor José Carlos Marion, em seu discurso de posse na Academia Paulista de Contabilidade, em 2015, citando a dissertação de Mestrado defendida recentemente por Marcia Regina Konrad, com o título “Formação de Professores para os cursos de graduação em Ciências Contábeis: Um estudo com IES particulares do Estado de São Paulo”, além de considerações próprias, destacou:

- - **Nada menos que 900 cursos superiores de Contabilidade são oferecidos no estado de São Paulo (isto significa 20% do Brasil).**
- - **O primeiro curso oferecido em Contabilidade foi em São Paulo, em 1902, pela FECAP.**
- - **O primeiro curso Superior em Contabilidade foi oferecido pela FEA/USP em 1946.**
- - **O primeiro Mestrado em Contabilidade no Brasil foi em 1970 e o primeiro Doutorado em 1978, ambos pela FEA/USP em São Paulo.**
- - **O primeiro livro que revolucionou o ensino da Contabilidade no Brasil foi “Contabilidade Introdutória”, em 1971, escrito por nove acadêmicos Contadores paulistas, coordenado pelo magnífico Prof. Sérgio de Iudícibus.**
- - **Quase 80% dos livros didáticos em Contabilidade, adotados pelas IES atualmente no Brasil, são de autores paulistas.**
- - **O maior “best seller” em livros didáticos de Contabilidade no Brasil é**

do saudoso professor paulista Hilário Franco.

- - **Disparadamente, o maior percentual de mestres, doutores e livres docentes em Contabilidade está no Estado de São Paulo.**

A dedicação e a determinação de cada profissional da Contabilidade para o aprimoramento da profissão criando organizações de classe e instituições de ensino de qualidade para a melhoria dessa Ciência trouxe grande representatividade do Estado de São Paulo para o Brasil.

REFERÊNCIAS

APC – ACADEMIA PAULISTA DE CONTABILIDADE. Livro comemorativo gestão 2015-2017. São Paulo. 2015.

APC – ACADEMIA PAULISTA DE CONTABILIDADE. Histórico. Obtido em <<http://www.apcsp.org.br/capa.asp?idpagina=420>> . Acesso em 18 de dezembro de 2015.

APEJESP. História da Associação. Obtido em <<http://www.apejesp.com.br/APEJESPHistorico.aspx>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

BIELINSKI, Alba Carneiro. O Liceu de Artes e Ofícios - sua história de 1856 a 1906. 19&20, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009.

CALDEIRA, Jorge. História do Brasil com Empreendedores, Ed.Mameluco, 2009.

CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. História dos Congressos de Contabilidade, 2º Edição, pag. 21, 22, 93 e 94. Brasília, DF, 2012.

CRC SP, CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Obtido em <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/profissao_contabil/dia_contabilista.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

CRC SP CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. História do CRC SP em comemoração aos 64 anos de instalação. Obtido em <www.crcsp.org.br/portal_novo/conheca/historia.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

DIAS, José Luiz Pereira da Costa; CARDOSO, José Roberto. Os 120 anos da Escola Politécnica de São Paulo, Revista Politécnica, Engenharia e Ensino, n. 618, 2014.

FECAP FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO. Obtido em <http://www.fecap.br/imprensa/pdf/FECAP_release_18112010.pdf> . Acesso em 18 de dezembro de 2015.

FECONTESP FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Obtido em

<<http://www.fecontesp.org.br/institucional/noticia/historico>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Brasil – Dumont. Obtido em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/d/dumont.htm>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

GIGLIOLI, Adriano. O papel das entidades contábeis e a educação continuada no processo de atualização do contabilista: um estudo exploratório, PUC, São Paulo, 2011.

GUIMARÃES, Cristiane. A chegada ao século 20, Revista Campo & Cidade, Itú, nº 77, Março/Abril 2012.

SÁ, Antônio Lopes. História Geral da Contabilidade no Brasil, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, pag. 213 e 215, Ano 2008.

IBRACON, INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. Auditoria – Registros de uma Profissão. São Paulo, SP, 2008.

MARION, José Carlos. Discurso de Posse na ACADEMIA PAULISTA DE CONTABILIDADE, São Paulo – SP, CRC SP, 2015.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco, RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: Possivelmente o Primeiro Curso Formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, n. 42, p. 113 – 122, Set./Dez. 2006.

1996 UM ANO DE GRANDES REALIZAÇÕES: Revista do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, Ano 1, 1996.

NOVO MILENIO. A educação e as antigas escolas. Obtido em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250a.htm>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Elizabeth Castro Maurenza de. A Gestão do Ensino da Contabilidade – Trajetória, ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia, v. 1, n. 2, p. 21-28, 2010.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. Revista Administração On Line – FECAP - Volume 5 Nº 3, p 39-54 jul/ago/set 2004

POLATO, Mauricio Fonseca. A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e o Ensino Comercial em São Paulo (1902-1931). PUC, São Paulo, 2008.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Leal da Silva. A Histórica da Contabilidade no Brasil. Universidade Salvador - Unifacs, Salvador, BA, 2007.

ROSELLA, Maria Helena et al. O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade.

In: PELEIAS, Ivam Ricardo (org.). Didática do Ensino da Contabilidade: aplicável a outros Cursos Superiores. Saraiva, 2006

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP – Universidade de São Paulo. Documento de trabalho n. 8; 1991. Disponível em: < <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FONSECA, Pedro. Frederico Herrmann Júnior o precursor da Escola Patrimonialista no Brasil. Business Review (UNIFIN), v.5, p.101-119, 2008.

SESCON-SP. SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS NO ESTADO DE SÃO PAULO. História. <<http://institucional.sescon.org.br/?pagina=includes/historia.php>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

SINDCONT-SP. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO. Livro em comemoração aos 90 anos. São Paulo, 2009.

SINDCONT-SP. SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO Obtido em <<http://www.sindcontsp.org.br>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

SOARES, Jéssica Lorhane Celestino. As Vantagens e os Benefícios da União dos Profissionais de Contabilidade. Instituto de Ensino Superior de Londrina, Londrina, PR, 2013.

SOUZA, Jonas Soares de. Contabilidade na Colônia e no Império, Revista Campo & Cidade, Itú, nº 77, Março/Abril 2012.

VENTURELLI, Marisa Alonso Mariquito. A História da Contabilidade: Da Pré Historia Ao Panorama Atual. Faculdade Sudamérica, Cataguases, MG, 2011.

WILEMAN'S REVIEW, ed 34, 24 agosto de 1915, p. 8, Rio de Janeiro, RJ, 1915.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. Periódicos.

RESGATE DA MEMÓRIA CONTÁBIL NO ESTADO DO TOCANTIS



Dr.^a Cássia Regina de Lima
Eendrik Lima Gomes
Daniel Maicon de Moura Orso

Conselho Federal de Contabilidade
Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins
Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados

CONTEÚDO

Resumo	3
1. Introdução	4
2. Fundamentação teórica	5
2.1. A origem do Estado do Tocantins	5
2.2. Processo evolutivo da Contabilidade no Estado do Tocantins	7
2.2.1. Nota fiscal manual e nota fiscal eletrônica	15
2.2.2. Sistema público de escrituração digital (SPED)	16
2.3. Criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Tocantins	17
2.3.1. Atuação do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins na profissão contábil	20
2.4. O ensino da contabilidade no Estado do Tocantins	21
3. Metodologia	26
4. Resultados da pesquisa de campo	27
Entrevista 1	27
Entrevista 2	30
Entrevista 3	32
Entrevista 4	34
Entrevista 5	36
Entrevista 6	38
Entrevista 7	40
Entrevista 8	43
Entrevista 9	45
Entrevista 10	46
5. Considerações finais	47
Referências	48

RESUMO

A partir das evoluções ocorridas na Contabilidade Tocantinense nos últimos anos, esta pesquisa objetiva tentar compreender o perfil necessário para o profissional contabilista e as perspectivas de atuação no mercado. Analisou-se a necessidade de investimentos físicos e educacionais para o acompanhamento das evoluções e inserção no novo cenário contábil. Utilizou-se o levantamento bibliográfico com o intuito de compreender as questões teóricas e legais vigentes atualmente. E, visando coletar informações sobre a perspectiva do profissional contábil, foi realizada uma pesquisa de campo, com entrevistas, verificou-se que dentre as principais medidas dos empresários contábeis para acompanhar as exigências do mercado estão a realização de investimentos na área tecnológica, o que otimizaria o tempo nas rotinas de trabalho, investimentos em qualificação dos colaboradores e conscientização dos clientes. Destaca-se ainda a necessidade de contínuo aprendizado, já que a profissão está em constante evolução. Concluiu-se que o profissional inserido neste novo perfil está satisfeito com os resultados alcançados e com perspectivas positivas em relação ao futuro da profissão contábil tocantinense.

Palavras-chaves: Estado do Tocantins. Evolução. Profissão.

1. INTRODUÇÃO

O Tocantins é o mais novo dos Estados Brasileiros. Foi criado em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira. Antes, as terras que hoje correspondem ao território do Tocantins faziam parte do estado de Goiás (PACIEVITCH, 2011).

A mineração de ouro e calcário e o extrativismo da madeira (principalmente do mogno) eram inicialmente a fonte de renda para a economia do Estado que aceleraram o desenvolvimento da região, expandindo a população, a agricultura e o comércio.

Ao contrário do Tocantins, a contabilidade surgiu desde épocas históricas e medievais, com necessidade para aquela sociedade antiga, e sua existência se limitava apenas à contagem de mercadorias e seus valores de troca. Ela foi criada para suprir as necessidades dos primeiros comerciantes. Pequenas ferramentas de mensuração começavam a ser utilizadas para gerir o patrimônio das empresas e com o passar do tempo ficou evidente as mudanças que a contabilidade trouxe para a sociedade.

No Estado do Tocantins, o desenvolvimento da contabilidade vem acompanhando o crescimento do Estado, alicerçando a sociedade empresarial, desde a criação do mesmo.

O desenvolvimento do Tocantins, inicialmente se deu com o rio Tocantins que era um ótimo canal de transporte para escoação de mercadorias que iria contribuir relevantemente para o desenvolvimento do interior do Brasil.

Sua principal fonte de economia era agricultura e pecuária, visto que as duas atividades eram a fonte de renda, veio então a necessidade de uma contabilidade para controlar o patrimônio. Entretanto, desde sua criação, o Estado do Tocantins vem apresentando um crescimento no setor comercial e também industrial. (Academia.edu, 2015). Com esse crescimento houve também a necessidade de profissionais qualificados em diversas áreas, dentre as quais a área contábil está inserida.

Paralelamente ao crescimento do Estado, o profissional Contábil Tocantinense também foi sendo moldado, desde a criação do estado, passando por grandes transformações sendo elas, leis, normas e sistemas.

O estudo da história do pensamento contábil é importante para que se conheça quais as principais fundamentações práticas e teóricas que estão alicerçando os procedimentos contábeis hodi-

nos. Partindo do pressuposto de que o presente é um prolongamento do passado, assim como o futuro será um prolongamento do presente, a única forma de antever o futuro está na clara compreensão do presente, que somente será possível a partir do entendimento de uma parcela significativa dos acontecimentos do passado (SCHMIDT, 2000).

Neste contexto, é de grande importância para a Classe Contábil e a sociedade em geral, conhecer o processo evolutivo contábil, considerando as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, no Estado do Tocantins, com evidências às mutuas, para o desenvolvimento e contabilização do capital, mercadorias e o patrimônio das empresas. Nesse sentido, cabe ressaltar que os Contadores não podem mais serem vistos pela sociedade como meros “escrituradores ou guarda-livros”, e sim, como um “braço direito” para as tomadas de decisões gerenciais (MARION, 2005).

Portanto, neste trabalho será abordado o processo evolutivo da Contabilidade e, sua participação no desenvolvimento social e econômico do Estado do Tocantins, enfatizando quais os fatores de maior impacto. Para tanto, fez-se uma análise da origem/surgimento da Contabilidade no Estado, identificando os principais fatos que alavancaram essa profissão, evidenciando a importância do setor contábil no crescimento e desenvolvimento econômico do estado do mesmo. Em adição, à presente pesquisa vai discorrer sobre o momento de transição entre a Contabilidade tradicional e a Contabilidade gerencial, impulsionada pela informação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A ORIGEM DO ESTADO DO TOCANTINS

Em 1988, após um século e meio de lutas e conflitos, estava criado o Estado do Tocantins, provisoriamente com a capital Miracema, posteriormente a definitiva Palmas. A decisão agradou ao Norte e ao Sul do antigo Estado de Goiás. Sendo ele o mais novo estado brasileiro, que antes pertencia ao Goiás, região situada no norte Goiano. “Batizado pelo nome Tocantins que significa “nariz de tucano” nome de uma tribo indígena que habitava a região (SCRITTAONLINE, 2015).

Segundo Silva (1997), por possuir uma ótima logística estratégica central para a escoação de mercadorias o Tocantins sempre esteve em pauta nas discussões separatistas de estado do século XX. Sua principal atividade econômica era agropecuária, seguido do extrativismo vegetal, como babaçu, mangabeira (látex), urucum e madeiras da região que serviam para o uso diverso.

A fundação da cidade de Brasília e a criação do novo Distrito Federal fez a região do Tocantins expandir seu povoamento, seu comércio e sua agricultura, principalmente por causa da rodovia Belém-Brasília. (CHANNEL, 2013).

O aparecimento da mineração de calcário e ouro, o estabelecimento das indústrias madeiras e de mobiliário (principalmente de mogno) aumentaram a rapidez do desenvolvimento da região (CHANNEL, 2013).

As águas termais e os rios navegáveis foram uns dos grandes motivos relevantes que posicionaram o Tocantins no cenário nacional do país, chamando a atenção de empresas hidroe-létricas, para a implantação de uma usina para suprir a necessidade energética do estado e futuramente de estados vizinhos como Mato Grosso, Pará e Maranhão (SILVA, 1997).

Ainda com Silva (1997), o estado possui uma abundante fonte de recursos minerais sendo ele o calcário dolomítico usado para a correção do solo na agricultura, além do calcário a gipsita e a argila, componentes do cimento, contando também em abundância do quartzo (cristal de rocha) usado na fabricação de (chip) de computadores e fibras óticas para comunicação.

Atualmente a economia do Tocantins se baseia no comércio, na agricultura e na pecuária. Sua agricultura é de subsistência. Os produtos mais importantes são: o arroz, o milho, o feijão, a soja, a mandioca e a cana-de-açúcar. Como dito anteriormente a rodovia Belém-Brasília impulsionou a agricultura na região, mas a modernização é prejudicada pela concentração da propriedade de terras (BRASILCHANNEL, 2013).

A pecuária concentra-se no Vale do Araguaia, a porção mais rica do Estado, com o gado bovino de (6,5 milhões), destinado principalmente ao corte, e suíno (737 mil). Encontram-se também equinos (180 mil) e bubalinos (30 mil). A caprinocultura pode ser concentrada em alguns municípios (BRASILCHANNEL, 2013).

O extrativismo mineral se baseia na exploração do cristal de rocha. Há também depósitos de bauxita, calcário, cassiterita, gesso, estanho, dolomita, gipsita e ouro. Mas o potencial mineral permanece inexplorado; e o vegetal, na exploração de babaçu, mamona, pequi,

castanha-do-pará e madeira de lei (mogno). A criação do Tocantins atraiu grandes empresas para Araguaína, o principal centro industrial, e Gurupi. As principais atividades industriais são a fabricação de moveis, manilhas, telhas, tijolos, calcário, cimento, produtos metalúrgicos leves e madeiras para a construção (BRASILCHANNEL, 2013).

Já estão em fase de implantação, 8 agroindustriais em postos estratégicos. Em Palmas, a indústria de processamento de pescado; Miracema, Natividade e Figueirópolis, a de frutos tropicais; Araguatins e Tocantinópolis, a de derivados de tomate e milho em conserva; e Xambioá a de peixes; especialmente o Matrinchã (BRASILCHANNEL, 2013).

2.2 PROCESSO EVOLUTIVO DA CONTABILIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS

Após a criação do estado sua principal fonte de economia era agricultura e pecuária, tendo inicialmente suas duas atividades como fonte de renda, veio então à necessidade de uma contabilidade para controlar o patrimônio dos pequenos empresários agropecuários que estavam surgindo na época (PACIEVITCH, 2002).

Apesar de algumas regiões do Brasil já estarem utilizando o sistema manuscrito de livros diários e razão, nada se falava no Tocantins, a única contabilidade utilizada era a fiscal, sabida por poucas pessoas. Os registros contábeis então foram se aprimorando de acordo com as necessidades de cada ciclo no Tocantins.

Com o passar do tempo as empresas começaram a utilizar o sistema de escrituração do livro diário manualmente. Abaixo imagens do primeiro livro diário da empresa Pousada dos Girassóis LTDA, em 01 de novembro de 1990.

Diário n.º 01

Contém este livro 50 (cinquenta) folhas numeradas tipograficamente de n.º 01 ao n.º 50 e servirá para lançamento das operações do estabelecimento do contribuinte abaixo identificados: Fazenda dos Girassóis Ltda. com sede na AVE Norte, Sul 1, AC 50 1 - lote 43 Cont. 3 - Centro - Palmas - TO, inscrita no CGC/MF sob o n.º 26.701.979/0001-19, e inscrição estadual n.º 29.034619-3 (D) e na Junta Comercial do Estado do Tocantins nº 472,0001974.5 de 28.09.90.

Palmas - TO, 21 de novembro de 1990



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

TÉRMO DE AUTENTICAÇÃO N.º 001

O presente Livro Diário

50 folhas, foi por mim examinado e conferido, achando-se exatos e em conformidade com a legislação em vigor, os seus termos de abertura, de encerramento.

Palmas - TO 21 de Novembro de 1990

Edna de Maria Lima Gomes
Rubrica do Funcionário

Edna de Maria Lima Gomes
Téc. Cont. CRC/TO 0.313 UN 216.41.206-20
R. Jery Cavalcante 98 - Sala 110 - Fátima 11
Palmas - TO - 77.000-00

Figura 1 - Página de abertura do livro diário.

003

Salma - Fe. 01 a 31 de dezembro de 1990

6100	Móveis e Utensílios			
	Correção Monetária			
	Valor de correção mon-			
	tária conforme con-			
	proventos em org.			20636/43
8600	Correção Monetária			
	Depreciação			
	Valor de correção			
	monetária de balan-			
	ço conforme comp. mon-			
	tária em org. mon.			2150090
	Despesa de Depreciação			
a	Depreciação			
	Valor de correção			
	sobre a depreciação			
	conforme comp. mon.			
	"			1836/31
3000	Correção Monetária			
a	Correção Monet. do Capital			
	Valor de correção			
	monetária sobre o			
	capital			208130/48
6275	Balanco Patrimonial levantado em 31 de dezembro			
	de 1990			
	ATIVO			
	<u>Circulante</u>			
	Disponível			4955979
	Caixa			
	Realizável a curto prazo			
	Mercadorias	23062966		
4000	Transportes	2062366		4955979

Figura 2 - Página do ativo.

Palmas-So, 01 a 31 dezembro de 1999

De transportes	25062966	4955579	
Dep. a Recuperar	3902478	2897244	
Imobilizados			
Móveis e Utensílios		293061936	
(-) Depreciações		2635521	
Despesas			
Impressos	3947500		
Impostos e Taxas	87985		
Fretos e Carreton	1945490		
Dep. Diversas	4800000		
Utensílios diversos	1714000		
Mat. de Expediente	51676978		
Desp. de Depreciações	423431	82167384	406523882
PASSIVO			
Circulante			
Exigível a curto prazo			
Fornecedores		247910329	
Empréstimo		60000000	307910329
Patrimônio líquido			
Capital Social	300000000		
Capital a integralizar (250000000)		50000000	
Reserva Mont. do Capital		30813048	
Reserva Mont. do Deprec.		17800505	98613553
TOTAL do PASSIVO			406523882
Prejuízo no exercício			33553831

Figura 3 - Página do passivo.

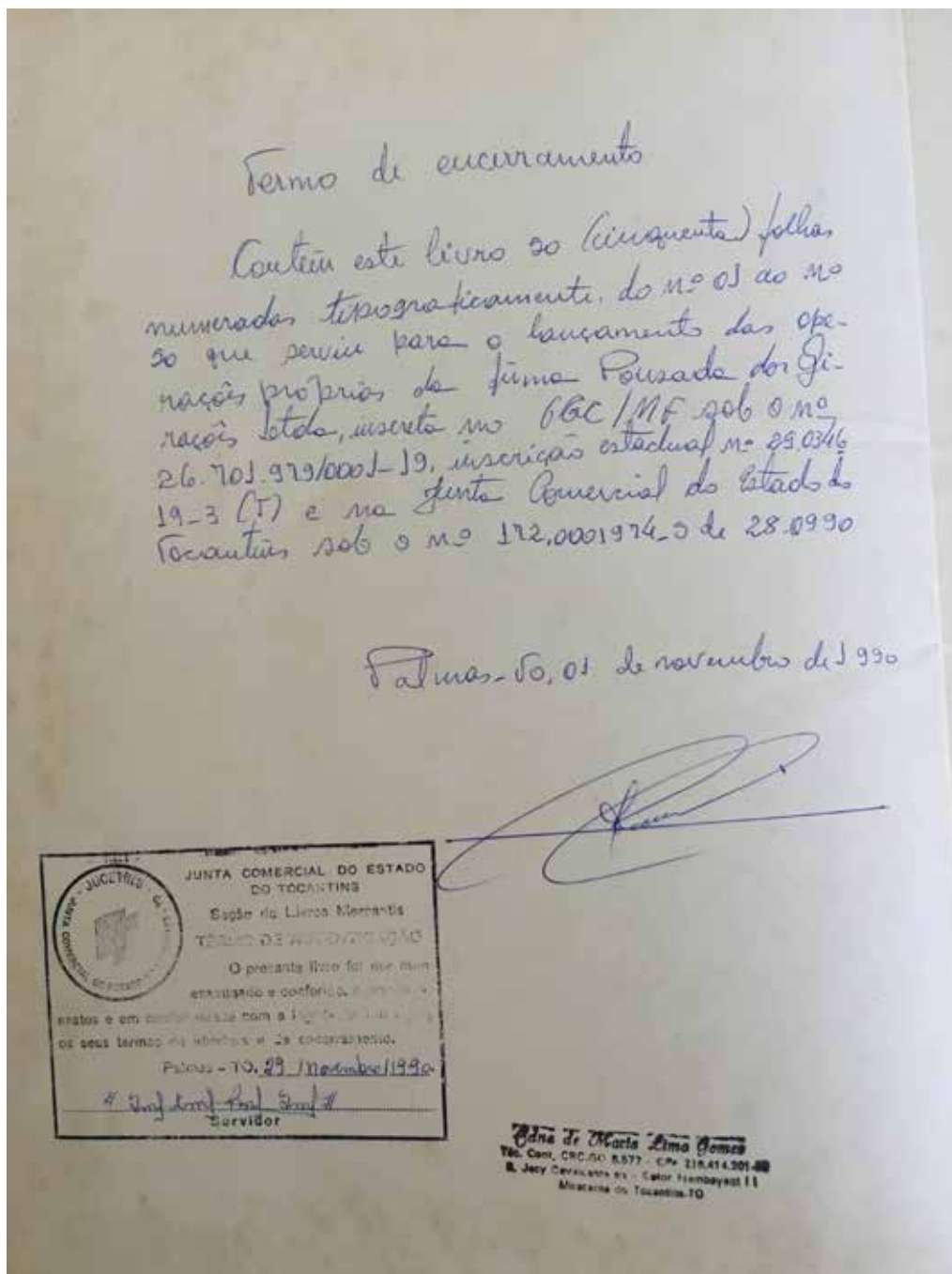


Figura 4 - Página do termo de encerramento do livro diário.

Por volta de 1990 pequenas empresas começam utilizar o sistema da ficha tríplice que consistia na escrituração do livro diário através da datilografia em fichas pequenas, em 3 (três) vias, a do meio carbonada para cópia.



Figura 5 - Máquina de datilografia.

2.2.1. NOTA FISCAL MANUAL E NOTA FISCAL ELETRÔNICA

O Projeto NF-e instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes e às administrações tributárias, que vão desde o aumento da confiabilidade da nota fiscal, compartilhamento de informações, diminuição da sonegação, redução de custos, entre tantos outros. A seguir alguns dos benefícios relatados pela Receita Federal do Brasil. (BRASIL, 2013):

Redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente; Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias; Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas; Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais; Redução de custos de impressão; Redução de custos de aquisição de papel; Redução de custos de envio do documento fiscal (BRASIL, 2013).

Usado por todas as empresas no Tocantins, a nota fiscal manual foi extinta aos poucos com a exigência do fisco, pelas impressas eletronicamente, uma grande evolução, pois agilizou o processo de emissão e trouxe maior confiança em termos de autenticidade entre

o comprador, empresário e fisco. Um grande avanço para os contadores, pois antes tinham que lançar cada nota, manualmente no computador, atualmente os empresários enviam o arquivo XML, que faz com que o contador importe todas as notas de entrada e saída da empresa instantaneamente.

A seguir os modelos de notas fiscais (Figura 1).



Figura 6 - Modelo de nota fiscal manual e nota fiscal eletrônica.

Fonte: www.negocios.umcomo.com; www.forsystem.com

2.2.2. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes (BRASIL, 2012).



Figura 7 - Símbolo do SPED.

Fonte: www.sefazal.gov.br

Antes os Contadores Tocantinenses imprimiam os livros de apuração do ICMS de entrada e saída, do ano todo, para prestarem a informação ao fisco, com o SPED passou a prestarem essas informações eletronicamente, sendo enviado mensalmente ao fisco um arquivo contendo todas as informações.

Pode-se dizer que o SPED trouxe vantagens para os Empresários e Contadores Tocantinenses, porém somente para aqueles empresários que tem percebido a importância e a preocupação que devem ter ao emitir uma nota, pois, uma vez emitida ela não será esquecida como quando eram somente papéis (CRC-TO, 2012).

A situação em muitos Escritórios Contábeis Tocantinenses passa a ser diferente. Antes, os contadores trabalhavam em função de manter uma boa situação fiscal das empresas, agora os empresários podem “contar com a habilidade” de um profissional para orientá-los sobre a saúde financeira da mesma quando for necessário, aumenta a estimativa de vida das empresas do estado. “É importante frisar que o foco do contador não é prestar informações ao fisco, mas controlar, planejar e orientar o cliente para a boa gestão empresarial” DUARTE (2012).

2.3. CRIAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO TOCANTINS

Segundo dados colhidos do balaço sócio ambiental do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins (2012), CRC-TO foi criado em 22 de outubro de 1992, pelo desmembramento do Conselho Regional do Estado do Goiás, através da resolução CFC N.º734/92 (CRC-TO, 2012).

O início de suas atividades aconteceu em 07 de fevereiro de 1994. Constitui-se de 9 (nove) membros e igual número de suplentes, eleitos na forma da legislação vigente N.º 9.295/46. Observada a proporção de 2/3 (dois terços) de contadores e 1/3 (um terço) de técnicos em contabilidade, com mandatos de quatro anos (CRC-TO, 2012).

Iniciando suas atividades em 1994 o mesmo não possuía sede própria, por fim em 1998 a primeira sede do CRCTO que sediou o mesmo ate 2002 (CRC-TO, 2012).



Figura 8 - Imagem da fachada do prédio da 1ª Sede CRC-TO, no período de 1998 a 2002.

Fonte: Arquivos de fotos do CRC-TO.

Em 2002, o CRCTO inaugurou sua segunda sede, na qual o CRCT do Tocantins permaneceu até 2009. Em maio de 2009, o CRCTO inaugurou sede própria. Uma estrutura com quase 600 metros quadrados de área construída, 13 salas, sendo uma delas de treinamento com equipamentos multimídia e espaços para reuniões e plenárias. Um investimento de quase um milhão de reais.



Figura 9 - Imagem da fachada do prédio da 2ª Sede do CRC-TO, 2002 a 2009.

Fonte: Arquivos de fotos do CRC-TO.



Figura 10 - Imagem da fachada do prédio da 3ª Sede do CRC-TO inaugurada em 2009, local onde se encontra o CRC-TO atualmente.

Fonte: Arquivos de fotos do CRC-TO.

O Conselho tem como missão atuar com nobreza, em prol da sociedade, na supervisão da ética profissional contábil e pela valorização das Ciências Contábeis, por meio de ações reguladoras, educacionais e fiscalizadoras.

Tem como visão promover e garantir o exercício da profissão contábil sendo referência na prestação de serviços de atendimento do contabilista através de uma equipe altamente treinada pautada em valores éticos e morais com ênfase na responsabilidade social (CRC-TO, 2012).

O CRC-TO preza por seus valores como, responsabilidade com a classe contábil, Valorização profissional, comprometimento, iniciativa, criatividade, ética, legalidade, transparência, sustentabilidade e excelência. (CRC-TO, 2012).

Desde a sua criação, o CRC-TO teve vários presidentes, que contribuíram para o crescimento e fortalecimento do órgão, que foram eles, Moisés Vieira Labre, Gestão 1994/1995, Vilmar Custódio Biângulo, Gestão 1996/1997, Delmiro da Silva Moreira, Gestão 1998/1999 e 2000/2001, Sebastião Célio Costa Castro, Gestão 2002/2003 e 2004/2005, Flavio Azevedo Pinto, Gestão 2006/2007 e 2008/2009, Vânia Labres da Silva, Gestão 2010/2011 e 2012/2013 e Sebastião Célio costa Castro, Gestão 2014/2015.

2.3.1. ATUAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO TOCANTINS NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Com base no Balanço Socioambiental do CRCTO (2012), o Conselho em parceria com as Universidades do Estado, e órgãos do governo e das empresas, tem o intuito de desenvolver ações e projetos, captar recursos e ampliar sua capacidade de intervenção. O CRCTO também capacita seus funcionários com cursos e treinamentos para melhorar o desenvolvimento profissional, operacional, fiscalização, registro e controle interno. Atento ao crescimento profissional e pessoal de seus funcionários, o CRCTO paga 30% do valor da mensalidade de cursos de Graduação e Pós-Graduação.

No dia 20 de agosto de 2004 criou a “Medalha de Honra ao Mérito Contábil Tocantinense – Honraria máxima – Contador Ivan Carlos Gatti”, destinada a agradecer contabilistas registrados no Conselho Tocantinense que tenham se destacado e prestado relevante serviço em prol da valorização da classe a nível nacional.

No dia 24 de setembro de 2004 criou a “Medalha de Honra ao Mérito Contábil Tocantinense”, destinada a agradecer Contabilistas que tenham se destacado e prestado relevante serviço em prol da valorização da classe no Estado.

O reconhecimento dessas personalidades se dará através de indicação iniciada por um dos conselheiros Efetivos. O plenário e a comissão julgadora avaliarão o processo de indicação minuciosamente.

A honraria é entregue em datas solenes da classe e, preferencialmente, quando da realização do encontro de Contabilidade do Tocantins.

No Tocantins, o CRC conta com a participação de 1.509 profissionais contadores homens e 1373 mulheres, 501 técnicos homens e 274 mulheres, atuando em prol da sociedade Tocantinense.

Fiscalizar o exercício profissional contábil é uma das grandes prerrogativas do Conselho Regional de Contabilidade, a fiscalização visa coibir o exercício ilegal da profissão que englobam treinamentos, educação continuada, aprimoramentos e melhorias para o profissional de contabilidade.

O CRCTO está capacitado pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) para a execução de procedimentos fiscalizatórios, treinamento realizado pelo CFC.

O CRCTO, sempre empenhado na busca da capacitação dos profissionais contábeis, sempre investe na atualização e aprimoramento dos conhecimentos por meio da educação continuada, promovendo cursos, seminários e eventos, sendo em média 20 eventos anualmente. Os temas tratando sobre impostos, leis, normas, e assuntos pertinentes relevantes e que estão em foco para melhorar a profissão contábil e melhor saúde e desempenho as empresas sejam elas de prestação de serviço ou comercial.

2.4. O ENSINO DA CONTABILIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS

A UNITINS é a primeira IES de Contabilidade do Estado do Tocantins iniciando suas atividades em fevereiro de 1990 por meio do Decreto 252/90. A lei 326/90, de outubro de 1991, estruturou a Universidade do Tocantins em forma de autarquia (UNITINS, 2015).

A Lei 872/96, de novembro de 1996, determinou o processo de extinção da autarquia

e no mesmo ano, pela Lei 874/96, de novembro de 1996, foi autorizada a criação da entidade Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado (UNITINS, 2015).

No Tocantins a instituição de ensino FAELTEC, empresa criada em 2011 oferece cursos técnicos de Contabilidade, possibilitando que o aluno se aprimore profissionalmente sem a necessidade da modalidade diária à sala de aula. O curso Técnico em Contabilidade deverá ser concluído em no mínimo 12 meses e no máximo 36 meses, com carga horária de 800 horas, ofertado no valor total de 1.424,40 reais (FAELTEC, 2014).

As Universidades têm um papel fundamental na sociedade, as mesmas objetivam a formação de Bacharéis em Ciências Contábeis, com as competências e as habilidades indispensáveis ao exercício profissional pleno, assegurados pela legislação e exigidos pelo mercado de trabalho, em todos os setores do campo de atuação do Contador (CATOLICA-TO, 2015).

O Estado do Tocantins conta com a graduação de ciências contábeis com cursos presenciais e a distância, sendo ofertado nos municípios, pelas seguintes instituições (MEC, 2015).

Alvorada

- **Centro Universitário Internacional – UNINTER.**

Araguaína

- **Centro Universitário da Grande Dourado – UNIGRAM, Centro Universitário Internacional – UNINTER,**
- **Faculdade de Ciências Contábeis de Araguaína – ITPAC,**
- **Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína - ITPAC,**
- **Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC,**
- **Faculdade Educacional da Lapa - FAEL,**
- **Universidade Anhanguera – UNIDERP,**
- **Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL,**
- **Universidade Norte do Paraná – UNOPAR,**
- **Universidade Paulista – UNIP.**
-

Augustinópolis

- **Faculdade do Bico do Papagaio - FABIC,**
- **Universidade do Tocantins – UNITINS.**

Colinas do Tocantins

- **Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas – FIESC,**
- **Universidade Norte do Paraná – UNOPAR,**
- **Universidade Paulista – UNIP.**

Dianópolis

- **Centro Universitário Internacional – UNINTER,**
- **Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste Tocantinense – FA-DES,**
- **Universidade do Tocantins – UNITINS,**
- **Universidade Norte do Paraná – UNOPAR**

Guaraí

- **Universidade Paulista – UNIP.**

Gurupi

- **Centro Universitário Internacional – UNINTER,**
- **Centro Universitário Unirg – UNIRG,**
- **Faculdade Educacional da Lapa FAEL,**
- **Universidade Anhanguera – UNIDERP,**
- **Universidade Norte do Paraná – UNOPAR,**
- **Universidade Paulista – UNIP.**
- **Miracema do Tocantins**
- **Universidade Paulista – UNIP**

Palmas

- **Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR,**
- **Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR,**
- **Centro Universitário Internacional – UNINTER,**
- **Centro Universitário Luterano de Palmas CEULP,**

- **Centro Universitário Uniseb – UNISEB,**
- **Faculdade Católica do Tocantins – FACTO,**
- **Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC/PALMAS,**
- **Faculdade de Palmas – FAPAL,**
- **Faculdade Educacional da Lapa FAEL,**
- **Faculdade Itop – ITOP,**
- **Faculdade Serra do Carmo – FASEC,**
- **Fundação Universidade Federal do Tocantins UFT,**
- **Faculdade de Ensino e Pesquisa Objetivo – IEPO,**
- **Universidade Anhanguera – UNIDERP,**
- **Universidade Católica de Brasília – UCB,**
- **Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL,**
- **Universidade Norte do Paraná – UNOPAR,**
- **Universidade Paulista – UNIP.**

Paraisópolis

- **Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraisópolis – FECIPAR,**
- **Universidade Paulista – UNIP.**

Porto Nacional

- **Universidade Norte do Paraná – UNOPAR,**
- **Universidade Paulista – UNIP.**

Sampaio

- **Centro Universitário Uniseb – UNISEB.**

Tocantinópolis

- **Universidade Paulista – UNIP**

O Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins (CRCTO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) implantaram o primeiro Mestrado acadêmico em Ciências Contábeis do Tocantins. O Mestrado Interinstitucional terá como instituição promotora a Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, a conquista cumpre uma das propostas de campanha do

presidente do CRCTO, Sebastião Célio Costa Castro e veio garantir o aperfeiçoamento dos profissionais contábeis do Estado (CRC-TO, 2015).

De acordo com a Universidade Federal do Tocantins a Pós-Graduação terá três linhas de pesquisa: Contabilidade para usuários externos (contabilidade financeira, teoria da contabilidade, Contabilidade societária e internacional, gestão tributária, governança); Controle de Gestão (gestão estratégica de custos, controladoria, sistema de informação, sistema de avaliação, desempenho) e Finanças corporativas (finanças, fontes de financiamento e estrutura de capital, precificação de ativos e de capital) (CRC-TO, 2015).

Outros parceiros da área contábil são os órgãos ligados á área, como o CRC-TO e SESCAP/TO que desenvolvem um grande trabalho em prol do crescimento profissional da classe Contábil Tocantinense.

O CRC-TO empenhado na capacitação dos profissionais da área, investe na atualização e aprimoramento do conhecimento por meio da educação continuada, promovendo cursos, seminários e eventos. Anualmente são 20 eventos cursos, workshops, palestras, fóruns e seminários, sobre temas como SPED Fiscal ICMS/IPI, Contabilidade Construção Civil e Imobiliária, Retenção na fonte e Contribuição Social, Conectividade Social, Cursos Licitações, Contratos e Registros e Seminário de Prestação de Contas Eleitorais (BALANÇO SOCIO AMBIENTAL, 2012).

Um dos grandes marcos da Contabilidade Tocantinense é o ENCON, que atualmente é realizado anualmente na capital, na qual conta com a presença de renomados profissionais e estudiosos da classe contábil brasileira, desenvolvendo palestras abordando inovações e assuntos de grande interesse que estão em foco para a sociedade Contábil.

A classe Contábil Tocantinense também conta com o ENCONEST, evento realizado pelo SESCAP/TO, na cidade de Palmas, tem o intuito de trocar conhecimentos entre os empresários das empresas de serviços, profissionais contábeis e acadêmicos, com assuntos relevantes para a classe e que estão sendo discutidas no mundo, agregando valores para a profissão Contábil Tocantinense.

3. METODOLOGIA

Segundo Santos (1991) a pesquisa exploratória é o contato inicial com o tema a ser analisado, com os sujeitos a serem investigados e com as fontes secundárias disponíveis. Portanto, o pesquisador deve ter uma atitude de receptividade às informações e dados da realidade social, além de uma postura flexível e não formalizada. Tripodi et al. (1975) afirmam que os estudos exploratórios são baseados na pressuposição de que através do uso de procedimentos relativamente sistemáticos, pode-se desenvolver hipóteses relevantes a um determinado fenômeno.

No que concerne às pesquisas descritivas, são caracterizadas, frequentemente, como estudos que procuram determinar status, opiniões ou projeções futuras nas respostas obtidas. O seu valor está baseado na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas podem ser melhoradas através de descrição e análise de observações objetivas e diretas.

Como delineadores da pesquisa foram empregados os seguintes procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica e de campo. De acordo com Lakatos e Marconi (2001), o método bibliográfico traz muitas vantagens ao pesquisador, pois permite selecionar os problemas conhecidos antecipadamente, assim como explorar novos questionamentos de forma a descobrir onde os problemas se fixaram a fim de buscar uma solução eficiente. Ainda permite ao pesquisador e/ou cientista estabelecer paralelos das fontes consultadas de modo a garantir mais presteza dos dados obtidos.

Segundo Munhoz (1989, p. 84), “a pesquisa de campo tem por objetivo a coleta de elementos não disponíveis, que ordenados sistematicamente (...) possibilitem o conhecimento de uma determinada situação, hipótese ou norma de procedimento”.

A tipologia da pesquisa utilizada para desenvolver este trabalho foi exploratória e descritiva. Para o alcance dos objetivos pretendidos e resolução do problema de pesquisa, este plano de pesquisa foi sistematizado conforme os seguintes passos:

1º passo: O instrumento de análise foi pela revisão da literatura através de estudo bibliográfico por meio de livros, periódicos, monografias, dissertações, teses, anais de eventos impressos, eletrônico-digitais e legislações/normas pertinentes ao assunto abordado.

2º passo: A coleta de dados foi em caráter exploratório junto ao CRC e órgãos do go-

verno ligado a área econômica e contábil, também por entrevistas com os primeiros contadores e presidentes do conselho, conforme citada anteriormente, em que realizada uma pesquisa de campo, tendo como base a aplicação de questionários.

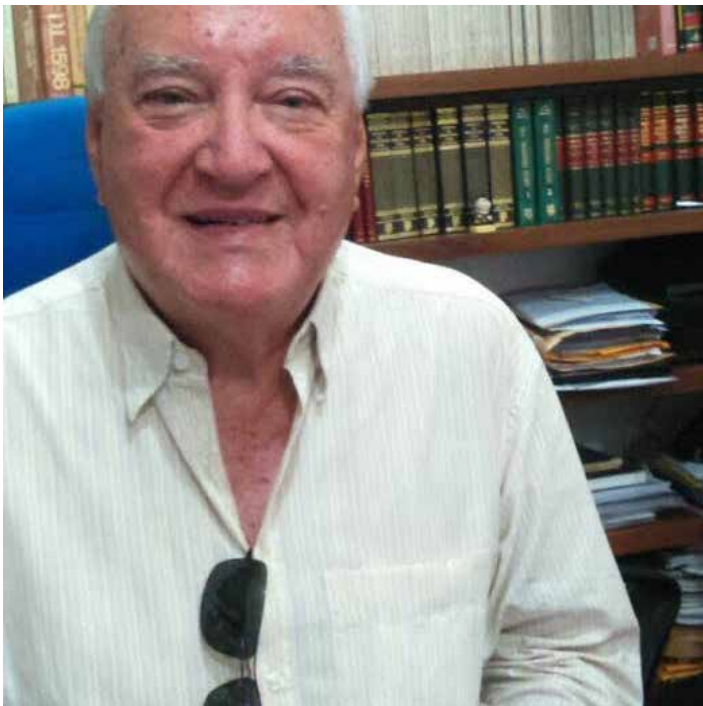
3º passo: Organização e análise dos dados.

4º passo: Apresentação dos resultados e sugestões.

4. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

ENTREVISTA 1

Entrevistado - 3º contador inscrito no CRC-TO, Geraldo Magela de Almeida, em seu escritório, 2015.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Sou Geraldo Magela de Almeida o 3º contador inscrito no CRC-TO e técnico em contabilidade desde 1956, inscrito no conselho regional de contabilidade do estado de Goiás desde 1959, com o nº 159.

Pergunta 2: Através de quem e quando o senhor veio para o Tocantins?

Resposta: Vim em 1976, na época ainda residindo em Goiânia, fui convidado por um

amigo a participar, através da Emater-Goiás, Incra-Regional de Goiás, da difusão da política cooperativista do Governo Federal. Isto em virtude de meus conhecimentos da contabilidade, naquela época minha única profissão.

Pergunta 3: Num primeiro momento quando o senhor chegou à região do Tocantins quais foram os objetivos a serem traçados e o que lhe chamou a atenção na região?

Resposta: Observei que por toda a região norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, não se fazia contabilidade, praticamente, somente os livros fiscais e que no final de cada exercício praticava-se a chamada conclusão fiscal para elaboração de um balanço fiscal, ordenamento este da fiscalização do Estado e acatado pela receita federal.

Pergunta 4: O que era feito em termos de contabilidade na época?

Resposta: As empresas constituídas na época não cumpriam o ordenamento da escrituração do livro diário e aqueles complementares. Então, nenhuma possuía o plano de contas contábeis, a não ser aquelas concessionárias de veículos que obedeciam ao plano de contas contábeis fornecidos pelas titulares da concessão, que mesmo feito, era manuscritamente. Outras não tinham e ainda achavam que não havia necessidade, justamente para reduzir os honorários dos contadores da época, o que fazia, também, a falta de interesse dos profissionais em desenvolver os conhecimentos contábeis.

Pergunta 5: Fale-me sobre as técnicas contábeis que algumas empresas utilizavam na época.

Resposta: Algumas pequenas empresas utilizavam o sistema da ficha tríplice que consistia na escrituração do livro diário através da datilografia em fichas pequenas, em 3 (três) vias, a do meio carbonada para cópia. Após a elaboração pegava-se o livro diário e alocava-se aquela via carbonada naquele livro com uma gelatina que após a colocação de um pedaço de pano úmido sobre ela, e colocava em uma prensa manual e copiava-se o lançamento contido na via carbonada da ficha tríplice. Como eram datilográficas em 3 (três) vias, as outras iam para o arquivo como razão próprio e a outra para arquivo propriamente dito.

Pergunta 6: Como o senhor contribuiu? Afinal o senhor já vinha de um estado mais desenvolvido e com algumas técnicas mais novas.

Resposta: Assim, já existiam cooperativas que daquela forma como dito na pergunta anterior trabalhava. A partir, de 1976, eu e minha equipe, implantamos em uma delas, o sistema MENO de contabilidade. Consistia ele de uma máquina de escrever elétrica, onde se colocava diretamente no carro dela duas folhas grandes como livro diário, uma original e a segunda carbonada, para também ser copiada na mesma forma acima descrita, com gelatina e prensa. Esta inovação foi aceita pelas empresas e ou outras cooperativas que continuavam com o sistema da ficha tríplice, abolindo o sistema manuscrito.

Pergunta 7: E com o passar do tempo você continuou auxiliando as empresas?

Resposta: Continuei orientando cooperativas e outras empresas pela região, onde ía cada quinze dias. Naquela época existia já a exigência pela Receita Federal da correção monetária, atualização e depreciação, fatos de grande dificuldade para os profissionais da época, pois as informações que chegavam não eram atuais.

Pergunta 8: E por onde mais o senhor trabalhou?

Resposta: Em Araguaína, em final de roteiro, um grupo de empresários me convidaram para vir e se dispuseram como de fato aconteceu a facilidade para adquirir um escritório. Isto, já no final do ano de 1983, ainda, estado de Goiás. Naquela época ainda se usava o sistema da ficha tríplice. Chegando já com a inovação do sistema MENO, foi muito difícil a aceitação pelos clientes quando, então, a cidade era tida como cidade de aventureiros, pois, alguns profissionais praticaram alguns atos ilícitos, e eu, novato na cidade, até algumas ameaças sofri. Mantive-me trabalhando como de costume, seriamente, e em abril de 1984, um de meus filhos que já era técnico chegou ao Estado.

Pergunta 9: Os recursos eram muitos difíceis, como por exemplo, a energia elétrica?

Resposta: Energia elétrica só tinha por algumas horas no dia, a noite também. Assim, sem equipamento elétrico ficava muito difícil o trabalho, até os noticiários chegavam em Araguaína através de fitas gravadas, tornando as informações técnicas profissionais muito difíceis. O governo do estado de Goiás que era exercido por Ary Valadão, e outro Estado vizinho construíram a usina da Boa Esperança no Estado do Maranhão na qual foi ligada quando o governo era de Iris Rezende, em 1984.

Pergunta 10: E como o senhor se atualizava com as inovações?

Resposta: Eu sempre me atualizava porque ainda tinha residência em Goiânia e mensalmente ia para lá.

Pergunta 11: E as convicções que o senhor tinha para região?

Resposta: Em agosto de 1984, ainda em Goiânia e meu filho em Araguaína, avisou-me que o governo de Goiás havia feito a ligação da usina elétrica Boa Esperança, o que faria com que a cidade se desenvolvesse mais. Naquele mesmo dia eu adquiri um computador e uma impressora matricial. Assim foi o primeiro computador de escritório contábil de Araguaína, e acreditando no futuro do Estado do Tocantins, pois já era muito comentado, criado em 1988, com a separação do Estado de Goiás.

Pergunta 12: Não foi fácil enfrentar todas as dificuldades, mas o senhor estava convicto que a contabilidade iria progredir né?

Resposta: Sim, apesar de acreditar nas mudanças, não foi fácil implantá-las, os empresários não acreditavam naquelas inovações. Com isso tive que assumir, totalmente, os custos para a implantação da informática. Alguns profissionais, ainda técnicos vinham ao escritório para conhecer. Os disquetes utilizados eram enormes. Para a contabilidade eram usados dois drives e dois disquetes. Com a evolução da tecnologia foi se adquirindo outros equipamentos atualizados, mesmo sem o apoio dos empresários da época.

Pergunta 13: E o governo que estava recém se instalando influenciou na evolução?

Resposta: A evolução mais rápida aconteceu após a instalação do Novo Governo do Tocantins, mesmo assim, com alguma restrição empresarial. Mas o uso e a constante necessidade fizeram com que tudo fosse aceito e dando continuidade. Mesmo, assim, muitos profissionais continuavam utilizando os métodos antigos, até que acataram a tecnologia, tendo em vista que todos os órgãos federais, e estaduais a utilizam, tornando impossível, qualquer procedimento fora dela. Evoluindo ainda mais com a criação de faculdades de ciências contábeis no estado.

ENTREVISTA 2

Entrevistado - 1º Presidente do CRC-TO, Moisés Vieira Labre, gestão 1994/1995.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Meu nome é Moisés Vieira Labre, hoje sou conselheiro substituto no tribunal de contas, formei em 1987, no Rio de Janeiro – RJ, e desde lá que lido com a contabilidade, apesar de quando eu entrei no tribunal, e passei para esse cargo de conselheiro substituto, a função não é contabilidade, na verdade atuo como um juiz julgando processos.

Pergunta 2: Através de quem e quando o senhor veio para o Tocantins?

Resposta: Bem, eu sou do Tocantins, sou de Tocantinópolis, fui estudar no Rio de Janeiro, quando o estado separou-se, eu de imediato, imaginei que poderia voltar para minha terra, e trabalhar na minha área de contabilidade.

Pergunta 3: Num primeiro momento quando o senhor chegou à região do Tocantins quais foram os objetivos a serem traçados e o que lhe chamou a atenção na região?

Resposta: Bem, antes mesmo de o estado separar eu tinha como objetivo voltar para cá e montar um escritório de contabilidade, mas quando o estado separou-se, eu voltei para o estado em 1989, e estavam-se instalando os órgãos e precisando muito de profissionais, e de imediato me convidaram, para que eu avinhe-se para o tribunal de contas, e eu observando que se precisava me instalar na capital, pensei que esse seria meu primeiro degrau, iria ser um funcionário público e em seguida abriria meu escritório.

Pergunta 4: E as convicções que o senhor tinha para região?

Resposta: Bem eu sou só Tocantins, nasci no Tocantins, e na época que eu nasci era um estado pobre, ainda é um estado pobre, para mim estudar eu tive que ir para o Rio de Janeiro, mas depois que me formei e fiz um estágio, eu e já estava comprando móveis e máquinas pensando em me instalar, eu sempre pensei que o estado iria se desenvolver, e eu queria

me instalar como profissional, eu imaginava que ao invés de eu ser empregado num escritório no rio, podendo ganhar até bom em termos financeiros, eu poderia ser proprietário e dono do próprio negócio.

Pergunta 5: O que era feito em termos de contabilidade na época?

Resposta: Bem a contabilidade é muito antiga e sua essência não mudou-se, que é registrar os fatos contábeis, e o processo de registrar já era feito na época.

Pergunta 6: Fale-me sobre as técnicas contábeis que algumas empresas utilizavam na época aqui no Tocantins.

Resposta: Bem, eu não trabalho com contabilidade a mais de 30 anos, mas a contabilidade era feita com as mãos, agente fazia todos os lançamentos de partilha dobrada na mão, registrava-se livros de diário a razão na mão também, tudo feito na mão.

Pergunta 7: Como que o senhor se atualizava com as inovações da classe contábil?

Resposta: Bem, naquela época tínhamos as revistas técnicas, que fazíamos assinatura, na época existia a IOB, uma revista famosa, que eram enviadas mensalmente, tratando assuntos contábeis, esse era nosso material se consulta, hoje é tudo eletrônico, os softers já fazem as atualizações quando á uma modificação da legislação, ou forma de contabilizar, por fim a única forma de se atualizar era a assinatura de boas revistas técnicas de contabilidade.

Pergunta 8: O governo na época influenciou na evolução da contabilidade do Tocantins?

Resposta: Não vi nenhuma influência, na verdade a classe é muito forte, porque não existe nenhuma entidade pública ou privada que não necessite de contabilidade, e somos muitos profissionais, e nossa classe juntas com outras fortes também, como a OAB, o próprio CREA, congregamos uma classe muito forte, então a maioria das melhorias veio da própria classe que lutou.

Pergunta 9: Quando o senhor se tornou presidente CRC-TO, quais foram suas conquistas para a classe contábil tocantinense?

Resposta: Bem, estávamos aqui no estado já em 1993, e eu soube dessa iniciativa pelo conselho federal, por que já existia o estado do Tocantins e o conselho quem cuidava

era o estado de Goiás, então com alguns profissionais do Tocantins e mais do conselho federal de contabilidade, tinham intenção de separar o acervo dos contadores com os de Goiás, e eu por ser contador e trabalhar com contabilidade, me convidaram para uma reunião, a última que iam fazer naquela época, para poderem viabilizar a criação do conselho regional aqui no Tocantins, e dessa reunião eu por ser uma pessoa que emite alguma opinião, coloquei algumas ideias e sai a candidato para ser o primeiro presidente do conselho de contabilidade, com o principal objetivo, trazer e implantar o conselho, e assim o fizemos. Assumimos e separamos os tocantinenses dos goianos, trouxemos todo esse acervo e criamos e instalamos conselho regional de contabilidade do Tocantins.

ENTREVISTA 3

Entrevistado - 5º Presidente do CRC-TO, Flávio Azevedo Pinto, gestão 2006/2007 e 2008/2009. Empresa Opção Contábil.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Meu nome é Flavio Azevedo Pinto, estou há 25 anos em Palmas, trabalhando com Contabilidade, atualmente um dos sócios proprietários do escritório Opção contábil.

Pergunta 2: Através de quem e quando o senhor veio para o Tocantins e o que o motivou?

Resposta: Tinha um amigo que já estava aqui na época, como era uma cidade nova, e eu começando a vida, vim em busca de oportunidades, começar minha vida do zero aqui.

Pergunta 3: Fale-me sobre as técnicas contábeis que algumas empresas utilizavam na época aqui no Tocantins. Resposta: Naquela época era tudo manual, tudo era feito com a caneta, manuscrito, não se existia sistema, todo livro de entrada e saída, apuração e diá-

rio, era tudo feito manualmente, e tudo aquilo que era preciso digitar, era datilografado na máquina de escrever.

Pergunta 4: Antigamente os recursos eram muito difíceis, como que o senhor se atualizava com as inovações contábeis?

Resposta: Na verdade inovação quase não se tinha, e as inovações que tínhamos era através de consultoria impressa, tipo IOB, que se tinha naquela época, e mensalmente por revistas,

Pergunta 5: As convicções que o senhor tinha para a região e para a classe contábil eram boas?

Resposta: Na classe em si, não eram boas, por que não se tinha tecnologia em andamento, mas hoje mudou totalmente.

Pergunta 6: O governo na época influenciou na evolução da contabilidade do Tocantins?

Resposta: O governo influenciou, por que o governo do estado desde o começo, de forma geral não existia corrupção, diferente de outros estados vizinhos, então aqui o trabalho do contador é muito importante e reconhecido, isso ajudou muito, pois o governo continua mantendo a auditoria nas empresas, então faz com que nosso serviço seja muito útil.

Pergunta 7: O que mais influenciou na evolução da contabilidade no Tocantins?

Resposta: Em minha opinião o que mais contribuiu foram às escolas, por que você conseguia pegar aluno, que já sabia o começo, ficando mais fácil o aprendizado nos escritórios, eu mesmo sou um exemplo, era técnico e me graduei aqui em Palmas, no Ceulp/Ulbra.

Pergunta 8: Quando o senhor se tornou presidente CRC-TO, quais foram suas conquistas para a classe contábil tocantinense?

Resposta: Uma das minhas maiores conquistas foi à construção do novo e atual prédio do CRC, que antes dificultava muito para fazer as reuniões com um número maior de pessoas, com isso, construímos a nova sede possibilitando, reuniões internas no mini auditório.

ENTREVISTA 4

Entrevistada - Vânia Labres da Silva, 6ª Presidente do CRC-TO, gestão 2010/2011. Em-

presaria contábil, proprietária da Planeje contabilidade, em Palmas –TO.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Meu nome é Vânia Labres da Silva, trabalho com contabilidade desde 1996.

Pergunta 2: Através de quem e quando veio para o Tocantins e o que o motivou?

Resposta: Na verdade eu sou tocantinense, meus pais moram aqui, fiz faculdade em Goiânia, morei dez anos em Goiânia, quando se dividiu o estado retornei para Palmas e fui trabalhar no tribunal de contas por onde fiquei seis anos, depois disso saí e abri um escritório de contabilidade, em um escritório individual numa sala emprestada, um começo muito difícil, mas já com um objetivo de prestar um serviço de qualidade, mas só em 2001 que abri a Planeje Contabilidade, que é hoje meu atual escritório.

Pergunta 3: Fale sobre as técnicas contábeis que as empresas usavam antigamente aqui no Tocantins.

Resposta: Tenho 20 anos de formada, e a primeira coisa que fiz antes de abrir minha empresa foi comprar um software, comecei trabalhando com a Prosoft em 1996, não cheguei a trabalhar naquele método antigo e manual.

Pergunta 4: Antigamente os recursos eram muito difíceis como se atualizava com as inovações?

Resposta: Quando falo que já trabalhei com software, porém era tudo digitado, não tínhamos essa figura dos arquivos digitais e importados, logo após veio se então a leitura ótica e hoje finalmente trabalhamos com a importação dos arquivos. As declarações era todas

enviadas pela internet, uma internet muito ruim. As atualizações eram feitas por revistas, cursos e eventos, onde sempre participei muito. Participo também de uma rede de contabilidade há 15 anos onde sou a sócia representante do Tocantins, somos ao todo 37 sócios, outros estados possuem mais de um, isso é uma grande troca de experiências, mas a princípio era pelo o boletim IOB, um boletim impresso, cursos e eventos do sistema CRC e SESCAP.

Pergunta 5: As convicções que você tinha para a região e para a classe contábil eram boas quando começou com a contabilidade?

Resposta: Eu fiz contabilidade por que meu pai é empresário, tinha um supermercado, e eu fui criada dentro de um comercio, e meu pai não entendia nada de contabilidade, e eu via o sofrimento com suas limitações por não ter estudado, então resolvi fazer contabilidade por ver o sofrimento dele. Depois de formada, trabalhando no tribunal de contas, como auditora, resolvi sair para trabalhar com escritório, por que não estava feliz, apesar de ter muitos benefícios, e ter um bom salário. Eu não estava fazendo um trabalho que contribuía para a sociedade, ajudando os empresários a melhor administrar suas empresas.

Pergunta 6: O governo na época na evolução da contabilidade do Tocantins?

Resposta: Não acredito que não, ele influenciou no crescimento da cidade, mas na classe não. Todas as conquistas foram conquistadas por nos próprios. Hoje temos os órgãos, tanto na plenária quanto o conselho federal de contabilidade, os conselhos regionais também, onde trabalhamos muito juntos, onde temos uma comissão institucional que é o conselheiro Joaquim do Piauí, que faz um grande trabalho, junto à câmara, senado. As leis já estão conseguindo ser ouvidas por nós, porem por um processo bem lento.

Pergunta 7: Quando o se tornou presidente CRC-TO, quais foram suas conquistas para a classe contábil tocantinense?

Resposta: Tornei-me presidente do CRC-TO, num momento bem atípico da nossa profissão, entrei em 2010, não foi fácil, pois não tinha experiência nenhuma e nunca tinha ido numa plenária do órgão. Foi um ano de aprendizado. Logo sem seguida conseguimos a aprovação da nossa lei em junho, que foi o exame de suficiência. O CRC tinha mil e quinhentos inscritos e passando para três mil inscritos no conselho, isso com o mesmo número de funcionários. Realizei um concurso para a entrada de novos colaboradores, realizamos

um curso por mês na sala que tinha espaço para quarenta pessoas, estive efetiva em todas essas mudanças do SPED, onde tivemos que reaprender algumas coisas em contabilidade. Deixando então como grande conquista a educação continuada.

ENTREVISTA 5

Entrevistado – Vilmar Custódio Biângulo, 2º Presidente do CRC-TO, gestão 1996/1997.
Atualmente professor efetivo da UFT.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Meu nome é Vilmar Custódio Biângulo, trabalho com contabilidade desde fevereiro de 1987, atualmente professor efetivo da UFT, também presto serviço de auditoria independente para empresas.

Pergunta 2: Através de quem e quando o senhor veio para o Tocantins e o que o motivou?

Resposta: Vim para o Tocantins em novembro de 1987, ainda sendo Goiás, eu estagiava num escritório de contabilidade, e um empresário de Gurupi, estava precisando de um contador para fazer um trabalho num grupo de concessionaria de veículos, sendo esse o grande motivo pelo qual eu vim para o Tocantins.

Pergunta 3: Fale sobre as técnicas contábeis que as empresas usavam antigamente aqui no Tocantins.

Resposta: Quando cheguei a Gurupi em 1987, 90% (noventa por cento) fazia contabilidade, manuscrita e o diário feito à mão, e algumas faziam de forma mecanizada na máquina

de datilografia. O primeiro computador e a primeira empresa de contabilidade que fez contabilidade eletrônica foi a minha.

Pergunta 4: Antigamente os recursos eram muito difíceis como se atualizava com as inovações?

Resposta: Em função da minha vinculação com Goiânia, indo toda semana para lá, eu me atualizava pelos eventos que aconteciam no CRC-GO.

Pergunta 5: As convicções que você tinha para a região e para a classe contábil eram boas quando começou com a contabilidade?

Resposta: Sim, com certeza, a partir de 1987, o Brasil já fazia contabilidade através de um computador, e no Tocantins ninguém fazia contabilidade eletrônica, o estado então estava aberto para oportunidades.

Pergunta 6: A contabilidade contribuiu para o desenvolvimento do Tocantins?

Resposta: Sim, até certo ponto. Só na contribuiu mais pela falta de preparo dos colegas na época, mas com a abertura do curso de ciências contábeis em Gurupi, depois em Palmas e por fim em Araguaína provavelmente de uns dez anos para cá o curso de ciências contábeis contribuiu significativamente, para que os profissionais se preparassem para ajudar o estado.

Pergunta 7: O governo influenciou na evolução da classe contábil tocantinense?

Resposta: Bom normalmente os governantes não tem uma visão adequada, do que é o serviço de contabilidade. Infelizmente eles visualizam o contador ainda como o velho guarda-livros, como só uma pessoa que registra, não sabem que vai muito mais, além disso.

Pergunta 8: Como você acredita que o profissional contábil deve se preparar para o futuro?

Resposta: Primeiro passo concluir o curso de graduação, por segundo ser aprovado no exame de suficiência, não ficando somente no nível de graduação, procurar sempre se atualizar, e buscar uma especialização.

Pergunta 9: Quando o senhor se tornou presidente CRC-TO, quais foram suas conquistas para a classe contábil tocantinense?

Resposta: Naquele tempo as conquistas foram poucas por não se ter estruturas, nós mesmos pagávamos nossas despesas, até por que o CRC-TO, não tinha condições financeiras suficientes. Mas um dos grandes marcos da minha gestão foi a fiscalização da profissão, por que grande parte das pessoas não faziam a contabilidade como determina a lei, infelizmente tive que processar mais da metade dos contadores da época.

ENTREVISTA 6

Entrevistado – Sebastião Célio Costa Castro, 4º e atual Presidente do CRC-TO, gestão 2002/2003, 2004/2005 e 2014/2015.

Proprietário de um escritório de contabilidade pública, CONSTA GESTÃO PUBLICA.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Meu nome é Sebastião Célio Costa Castro, entrei na faculdade em 1984 e comecei a trabalhar com contabilidade no ano de 1985, em Goiânia, quando ainda era universitário, na área de contabilidade pública, concluindo o curso em final de 1987.

Pergunta 2: Através de quem e quando o senhor veio para o Tocantins e o que o motivou?

Resposta: Bom, sou aqui do Tocantins, antigo norte de Goiás, fui para Goiânia 1983 para concluir o segundo grau e fazer uma faculdade, por que no norte de Goiás não existia

faculdade de curso nenhum. Então a opção era Goiânia ou Brasília. Em final de 1988, quando se anunciou a divisão do estado do Tocantins eu retornei para meu Estado, onde fui trabalhar na cidade de Tocantínia, a convite do atual prefeito da época, Raimundo Arruda Bucar, e em 1990 fui transferido para a capital Palmas, a convite do atual prefeito, para ser o primeiro contador da prefeitura exercendo o cargo de 1990 a 1994. Sendo que nesse período de tempo já tinha meu escritório de contabilidade pública, onde prestava serviço para outras prefeituras. Portando sempre trabalhei com contabilidade pública.

Pergunta 3: Fale sobre as técnicas contábeis que as empresas usavam antigamente aqui no Tocantins.

Resposta: Bom falando especificamente da minha área, onde a contabilidade era feita toda manual, inclusive os empenhos de despesa, todos os anexos, eram feitos em máquinas de datilografia, com o auxílio de uma calculadora, então nessa época as coisas eram muito difíceis, mas era a forma da gente trabalhar, só evoluindo com a chegada dos computadores com os softwares.

Pergunta 4: Antigamente os recursos eram muito difíceis como se atualizava com as inovações?

Resposta: Sempre fui muito ligado aos movimentos do conselho regional de contabilidade, que sempre procurou trazer para nós, cursos na área, aonde cheguei a fazer cursos de perícia, auditoria, na época era o meio de nos atualizarmos.

Pergunta 5: As convicções que você tinha para a região e para a classe contábil eram boas quando começou com a contabilidade?

Resposta: Sim, naquela época sempre ouvíamos dizer que a contabilidade era a profissão do ano 2000, entretanto agente não vislumbrava como seria por que sempre tínhamos muita dificuldade, por que não trabalhávamos em si com serviços contábeis, mas sim com obrigações acessórias em prestar informações ao fisco, porém nessa época o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), começou há forçar um pouco a barra para que nos profissionais realmente fossem formados para fazer contabilidade, e voltássemos nossos olhos para a contabilidade. Sendo um dos grandes incentivadores o CRC E CFC. Tornando-nos profissionais essenciais, tanto no primeiro setor que é o público, segundo setor que é o privado e o terceiro setor que são a entidades sem fins lucrativos.

Pergunta 6: A contabilidade contribuiu para o desenvolvimento do Tocantins?

Resposta: Com certeza, hoje somos chamados e requisitados por diversas áreas de produção, por exemplo; área pública, eventos, tudo que precisa se desenvolver na gestão pública, o tribunal de contas sempre convida do CRC-TO, para que esteja presente.

Pergunta 7: Como você acredita que o profissional contábil deve se preparar para o futuro?

Resposta: Sempre acreditei muito no investimento dos acadêmicos de ciências contábeis, e nos dos profissionais de contabilidade quanto ao seu preparo para o futuro, na sua forma de se vestir, de se postar frente ao cliente. Hoje não somos meros guarda-livros e preenchedores de guias, nem tão pouco elaboradores de balanço, até por que os sistemas são muito modernos, fazendo grande parte do serviço pelo profissional, então acredito que o profissional deve atuar mais como analista, e como um transmissor dessas informações para seus clientes e para a sociedade.

Pergunta 8: Quando o senhor se tornou presidente CRC-TO, quais foram suas conquistas para a classe contábil tocantinense?

Resposta: Investir na educação continuada, nenhuma outra profissão investe tanto nela, quanto o CRC-TO. O órgão tinha prerrogativas apenas de registrar e fiscalizar profissionais, a partir da lei 12.249 de 2010, por força de lei tem a opção de investir em educação continuada. O curso de mestrado, sempre tão sonhado, finalmente conseguimos através de um projeto em conjunto com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a UNISINOS do rio grande do sul.

ENTREVISTA 7

Entrevistado – Delmiro da Silva Moreira, 3º Presidente do CRC-TO, gestão 1998/1999, 2000/2001.

Superintendente de Administração e Finanças da Secretaria da Fazenda.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Sou Delmiro da Silva Moreira, bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Contabilidade Pública e MBA em Gestão Pública, trabalho com contabilidade desde 1977. Trabalho na Secretaria de Estado da Fazenda sou Gestor Público Fazendário e atualmente sou Superintendente de Administração e Finanças da Secretaria da Fazenda. Atuação em auditoria pública no Estado do Tocantins em mais de 50 órgãos como Presidente de Comissão de Auditoria. E Auditoria Independente no 3º Setor com auditorias realizadas nas seguintes entidades: SESI/TO, SENAI/TO, IEL/TO, FIETO, SENAR/TO, FUNDAÇÕES, INSTITUTOS, ASSOCIAÇÕES, CONDOMÍNIOS E SINDICATOS.

Pergunta 2: Através de quem e quando o senhor veio para o Tocantins e o que o motivou?

Resposta: Através das oportunidades que surgiram com a criação do Estado do Tocantins, o Governo estava contratando contadores para a Auditoria Geral do Estado, para o cargo de Auditor do Estado e vi naquela época em 1990, a chance de iniciar uma carreira na área que eu mais gosto da contabilidade que é auditoria independente, área que atuo até hoje com muito zelo, profissionalismo e ética.

Pergunta 3: Fale sobre as técnicas contábeis que as empresas usavam antigamente aqui no Tocantins.

Resposta: Ainda no início a contabilidade aqui no Tocantins, era na base mais simples e de forma tradicional que era manual, porém, alguns já usavam o computador mais sem um sistema separado, tínhamos que fazer a folha de pagamento em um módulo, a parte Fiscal em outro e a parte contábil em outro, para depois ir juntado tudo e a mão de obra era

grande. Hoje com os sistemas informatizados e em versão on-line fazer contabilidade ficou muito fácil, porém não podemos deixar só a máquina fazer tudo temos, devemos ter cuidado com os papéis que são produzidos pelas empresas, para não cair em contradições na hora de finalizar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras.

Pergunta 4: Antigamente os recursos eram muito difíceis como se atualizava com as inovações?

Resposta: Era bastante complicado, pois dependíamos de outros profissionais Como os da informática para quase tudo, hoje já estamos bem avançados com os sistemas informatizados e conseguimos realizar nossas tarefas de forma bastante avançadas e rápidas.

Pergunta 5: As convicções que você tinha para a região e para a classe contábil eram boas quando começou com a contabilidade?

Resposta: Minhas convicções sempre foram otimistas em relação à região do estado do Tocantins, estado novo, novas empresas chegando e as portas foram se abrindo de forma bastante favoráveis para todos os profissionais da nossa classe. Em relação à nossa classe contábil, desde o início foram formando grupos para abrir associações, sindicatos e também a criação do nosso

Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins – CRCTO.

Pergunta 6: A contabilidade contribuiu para o desenvolvimento do Tocantins?

Resposta: Não tenho dúvida, imagine uma prefeitura, as Câmaras Municipais o Estado a Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, todas as Secretarias Municipais e Estaduais, todas as empresas, as igrejas, os Sindicatos, os Condomínios, Fundações, etc. Já imaginou que todos esses entes acima não podem ficar sem um contador como responsável pela sua contabilidade e o leque de oportunidade que foram abrindo para os todos profissionais da contabilidade.

Pergunta 7: O governo influenciou na evolução da classe contábil tocantinense?

Resposta: Pode ter certeza que sim, sempre foi nosso parceiro de primeira hora, em realização de eventos da nossa classe, sempre colaborou, participou junto, ajudou financeiramente e o que é melhor sempre valorizou o profissional da contabilidade como seu téc-

nico e consultor para as diversas atividades seja ela contábil, auditoria ou perícia contábil.

Pergunta 8: Como você acredita que o profissional contábil deve se preparar para o futuro?

Resposta: Estudando sempre, participando de educação continuada, congressos, encontros, entidade de classes como CRC, Sindicatos, Associações, Institutos e Academias, dentre outros.

Pergunta 9: Quando o senhor se tornou presidente CRC-TO, quais foram suas conquistas para a classe contábil tocantinense?

Resposta: Participando das reuniões pró-criação do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins, naquela época era muito difícil, pois aqui no estado não passava de 300 profissionais e poucos tinham interesse em participar. Primeiro recebi um convite da Comissão Organizada da criação do CRCTO, para ser Conselheiro, aceitei entrei na chapa, que na época foi única, fui eleito Conselheiro, depois concorri à vaga de Diretor de Fiscalização e fui eleito e em seguida encabecei a chapa para Presidente, também fui eleito e reeleito. Em 2001, encerrei minha gestão como Presidente e fui convidado para fazer parte de uma das chapas para concorrer a uma vaga de Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade em Brasília tendo sido eleito para um mandato de 4 anos, sendo reeleito para mais 4 anos, ficando 8 anos como representante dos contabilistas do Tocantins no CFC. As principais conquistas foram:

1 – Tirar o CRCTO do aluguel e passar para a sede própria, sem deixar dívidas para o novo Presidente.

2 – Realização de quatro Encontros de Contabilidade do Estado do Tocantins, com a participação de contabilistas e autoridades da profissão de todos os estados do Brasil em Palmas – TO.

3 – Realização do I encontro de contabilidade das regiões Centro-Oeste e Norte em Palmas – TO.

4 – Integração do CRCTO com as universidades do Nosso estado, das Faculdades e Institutos, firmando várias parcerias no sentido de integrar as ações profissionais com os acadêmicos de Ciências Contábeis.

5 – Ter as contas aprovadas dos 4 anos a frente do CRCTO, junto ao Conselho Fede-

ral de Contabilidade e Tribunal de Contas da União, sem Ressalvas e ser um ficha limpa até hoje, princípio que admiro e zelo muito.

6 – Por último ter sido membro da Câmara de Ética e Disciplina e da Câmara de Fiscalização do Conselho Federal de Contabilidade por 8 anos, com mais de 850 processos de Ética e Disciplina analisados, com Parecer e Voto em ambas as Câmaras e no Plenário do CFC.

ENTREVISTA 8

Entrevistada – Francisca Margarida de Assis, Ex. conselheira do CRC-TO, Diretora de eventos do SESCAP e Proprietária do primeiro escritório ativo de Palmas, DMC Contabilidade.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Meu nome é Margarida, trabalho com contabilidade desde 1975.

Pergunta 2: Através de quem e quando o veio para o Tocantins e o que a motivou?

Resposta: Através da revista Pequenas empresas e Grandes negócios, foi uma revista divulgada no governo Siqueira Campos, onde ele lançou essa revista, chamando as pessoas para vir para cá. Lendo essa revista tive vontade de vir para contribuir com o Estado. De imediato não pude abrir meu escritório por não ter cliente, tive que trabalhar com outras atividades, como, vender roupas, e só quando foram surgindo às empresas, que pude abrir meu escritório.

Pergunta 3: Fale sobre as técnicas contábeis que as empresas usavam antigamente aqui no Tocantins.

Resposta: Começamos fazendo tudo manual, escriturávamos os livros, diário tudo, apuração de imposto, folha de pagamento manualmente. Não se existia muita técnica. Após um tempo passei para à maquina de escrever, onde as guias eram compradas na papelaria, como DARF, INSS, tudo datilografado para mandar para o cliente. Após um determinado tempo comprei um computador e implantei a Prosoft, onde recebi o programa num disquete vindo de Brasília pelo correio. Começando com a cara e a coragem, com muita dificuldade. Lembrando que a Coletoria era em Miracema, tínhamos que sempre dirigir-se para lá.

Pergunta 4: Como se atualizava com as inovações?

Resposta: Sempre me atualizava com a IOB, uma revista de informações conhecida no Brasil inteiro, recebíamos através do correio, mensalmente, vindo cinco cadernos, uma da área trabalhista, contábil, Fiscal e outros assuntos sobre a contabilidade.

Pergunta 5: As convicções que você tinha para a região e para a classe contábil eram boas?

Resposta: Bom, sempre se destacamos em querer aprender coisas novas e se destacar, e desde o começo quis deixar minha parcela, onde fui oito anos conselheira do CRC-TO, estou no SESCAP, desde a fundação, fui conselheira da junta de conciliação da prefeitura municipal, atualmente sou vogal na junta comercial, sou conselheira na FECOMERCIO, trabalhei como professora, onde participei do reconhecimento do curso de Ciências Contábeis da UNITINS, da FAFIC em Gurupi e da abertura do curso ITPAC em Araguaína.

Pergunta 6: A contabilidade contribuiu para o desenvolvimento do Tocantins?

Resposta: Contribuiu e muito, quando começamos trabalhar os empresários se mobilizavam para entender a contabilidade. Orientávamos os clientes para não sonegarem impostos, fazendo o papel do auditor.

Pergunta 7: O governo influenciou na evolução da classe contábil tocantinense?

Resposta: O governo sempre apoiou, em todos os setores, principalmente na classe Contábil, dando apoio de modo geral. Dando incentivos às empresas, motivando os empresários a vir para cá, automaticamente ajudava a classe Contábil.

Pergunta 8: Como você acredita que o profissional contábil deve se preparar para o

futuro?

Resposta: Hoje estamos se preparando para ser um consultor para as empresas, sendo orientador na gestão das empresas, por que temos ferramentas que auxiliam na tomada de decisões.

ENTREVISTA 9

Entrevistada – Edna de Maria Lima Gomes, Ex. Conselheira do CRC-TO, Diretora do SES-CAP, atualmente coordenadora do PVCC – Programa de voluntariado da Classe contábil e Proprietária do Escal Escritório Contábil.



Pergunta 1: Como se chama e desde quando trabalha com contabilidade?

Resposta: Edna de Maria Lima Gomes, trabalho desde os meus dezoito anos, tenho meu escritório desde 1989, iniciando em Miracema, na época Capital provisória do Tocantins, vindo em seguida para Palmas, acompanhando o crescimento, onde tive oportunidade de regularizar varias empresas, que hoje ainda estão em funcionamento, bem sucedidas, onde tive o prazer de assessora-las.

Pergunta 2: Fale sobre as técnicas contábeis que as empresas usavam antigamente aqui no Tocantins.

Resposta: Recordo-me quando fazíamos o diário manual, na faze da gelatina, onde datilografávamos as paginas. Vindo depois a faze da informática, e agora na era do SPED, enviando os arquivos tudo online.

Pergunta 3: A contabilidade contribuiu para o desenvolvimento do Tocantins?

Resposta: Como uma ferramenta, onde os gestores usam e utilizam a contabilidade como uma informação na tomada de decisões. Lembrando que não foram todas, mas aquelas que a utilizaram, foram bem sucedidas.

ENTREVISTA 10

Entrevistado – Jair Corrêa, Proprietário da Pousada dos Girassóis.



Pergunta 1: Através de quem e quando o senhor veio para o Tocantins e o que o motivou?

Resposta: Bom, em 1990, final da década de 80, tinha uma fazenda em São José do Rio Claro, Mato Grosso, cultivando a plantação da borracha, plantando uma área grande aproximadamente 250 hectares, cerca de 140 mil árvores, Porém na hora de colher, não gostei, iria precisar de 150 famílias na fazenda, direto, um custo muito alto, desisti, e vendi o

seringal. Vindo então para o Tocantins, com dinheiro suficiente para construir um hotel, onde tive um bom progresso, e estou na área até hoje. Com o passar do tempo montei o FRIGOPALMAS, abatendo gado, infelizmente não gostei da área, ficando somente com o ramo de hotelaria.

Pergunta 2: Como a contabilidade auxiliou e contribuiu na gestão e também na evolução do seu patrimônio?

Resposta: Bom, começamos bem empiricamente, mas sem a contabilidade não se começa empresa nenhuma, sempre trabalhando legalmente com ao auxílio da contabilidade, atualmente os registros do hotel são feitos diariamente, para atender as exigências do lucro real. Com o lucro real, conseguimos aumentar o lucro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o processo evolutivo da Contabilidade no Tocantins, apresentou-se, inicialmente, um breve texto sobre a História do Tocantins, desde onde surgiu e o que deu origem a contabilidade no mesmo. Posteriormente, discorreu-se sobre as mudanças ocorridas na Contabilidade Tocantinense.

Nesse contexto foi possível constatar que os profissionais do Estado possuem condições de aumentar o número de clientes, com menos custos. Isto é possível graças às implantações tecnológicas, que permitem manter o mesmo número de colaboradores, e mesmo

assim, executar mais atividades, em menos tempo. Em seguida sobre a criação do CRC-TO, relatando desde o início, abordando suas conquistas e todos os seus presidentes, não deixando de evidenciar a atuação do conselho na profissão contábil. Foram feitas entrevistas com os seis presidentes do CRC-TO, aplicando perguntas sobre a contabilidade e quais foram suas conquistas enquanto presidentes efetivos, como empresários, como professores e concursados no Estado.

Diante desta análise, concluiu-se que a contabilidade está em constante evolução e que o Tocantins foi privilegiado com as mudanças. Para acompanhar o novo perfil do contabilista não basta ser somente Contador, pois é necessário estar em constante atualização, pronto para acompanhar as exigências do mercado.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Francisca M. Entrevista concedida em 14/12/2015.

BIÂNGULO, Vilmar C. Entrevista concedida em 11/11/2015.

BRASIL. Nota fiscal eletrônica. 2013. Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=#mQhuA1Z2dCo>. Acesso em 12 de nov. de 2015. 15:45.

BRASIL. Sistema público de escrituração digital. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto6022_2007.htm. Acesso em: 12 de nov. de 2015, 19:33.

CASTRO, Sebastião Célio C. Entrevista concedida em 11/11/2015.

CHANNEL, Brasil. Tocantins: história. 2013. Disponível em: <http://www.brasilchannel.com.br/estados/index.asp?nome=Tocantins&area=historia> Acesso em: 16 de nov. 2015. 16:10

Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Tocantins. Primeiro mestrado em Ciências Contábeis é implantado no Tocantins. 2014. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/n65901>. Acesso em: 18 de nov. de 2015. 20:10.

Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins. Balanço socioambiental do conselho regional de contabilidade do Estado do Tocantins. Palmas: CRCTO. 2012, 56p.

CORRÊA, Jair. Entrevista concedida em 14/12/2015.

DUARTE, Gilmar, A “saudável” parceria entre o fisco o contador. 2012. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/parceria-entre-fisco-e-contador.htm>. Acesso em: dia 18 de out. 2015. 17:10.

FAELTEC. Faeltec institucional. 2014. Disponível em: <http://www.faeltec.com.br/> Acesso em: 16 de nov. 2015. 11:10.

GOMES, Edna de Maria L. Entrevista concedida em 14/12/2015.

LABRE, Moisés V. Entrevista concedida em 10/11/2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas 2001.

MAGELA DE ALMEIDA, Geraldo. Entrevista concedida em 08/09/2015.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 502p.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. Instituições credenciadas. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas-sp-1781541355>. Acesso em: 20 de nov. de 2015. 21:15.

MOREIRA, Delmiro S. Entrevista concedida em 11/11/2015.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Editora da UNB, 1989.

PACIEVITCH, Thais. História do Tocantins. 2002. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/historia-de-tocantins>. Acesso em 17 de jun. 2015, 15:15.

PINTO, Flávio A. Entrevista concedida em 10/11/2015.

PUC-TO. Portal Graduação: Ciências contábeis. Disponível em: <http://www.catolica-to.edu.br/portal/ciencias-contabeis>. Acesso em: 17 de ago. de 2015. 11:35.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A construção da viagem inversa: ensaios sobre a

investigação nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v. 3, n.3, jan/jul, 1991. p. 55-88.

SCHMIDT, Paulo. História do pensamento contábil. Porto Alegre: Bookman, 2000. 231p.

SILVA, Otávio Barros da. Breve História do Tocantins e de sua gente. 2ª ed Araguaína: Editora Solo, 1997, 262p.

SILVA, Vânia L. Entrevista concedida em 10/11/2015.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry J. Análise da pesquisa social: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

UNITINS. Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Unitins. 2015. Disponível em: <https://www.unitins.br/nportal/portal/page/show/historico>. Acesso em: dia 16 de nov. 2015. 17:25.

VANETTI, Laila. A origem do nome do Estado Tocantins. 2007. Disponível em: <http://www.scrittaonline.com.br/origem-nome-estado-de-tocantins>. Acesso em 16 de jun. 2015, 9:40.